



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2656

Quarta-feira - 17 de Outubro de 2018

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Fraiburgo.....	331	Mondaí .....	659
Agronômica .....	4	Frei Rogério .....	336	Monte Carlo .....	660
Água Doce.....	6	Galvão.....	339	Navegantes.....	668
Águas de Chapecó.....	10	Garopaba.....	340	Nova Erechim.....	672
Águas Mornas.....	11	Garuva .....	342	Nova Itaberaba .....	682
Alto Bela Vista.....	12	Gaspar .....	343	Nova Trento.....	692
Anchieta .....	15	Governador Celso Ramos .....	351	Novo Horizonte .....	696
Angelina .....	16	Grão Pará .....	353	Orleans .....	698
Antônio Carlos .....	20	Gravatal .....	354	Palhoça .....	700
Apiuna.....	24	Guaraciaba .....	363	Palma Sola.....	741
Arvoredo .....	86	Guaramirim.....	364	Papanduva.....	742
Balneário Piçarras.....	114	Guarujá do Sul .....	369	Paraíso .....	743
Bandeirante .....	116	Guatambú .....	370	Passo de Torres.....	745
Barra Bonita.....	154	Herval d'Oeste .....	371	Passos Maia .....	746
Barra Velha.....	156	Ibiam .....	374	Paulo Lopes .....	749
Benedito Novo .....	158	Ibirama .....	394	Penha.....	751
Biguaçu .....	165	Imarui .....	395	Petrolândia .....	769
Blumenau .....	170	Imbituba .....	400	Pinhalzinho .....	770
Bom Jardim da Serra .....	186	Indaial.....	406	Pinheiro Preto .....	771
Bom Jesus do Oeste.....	187	Iporã do Oeste.....	409	Piratuba.....	773
Bom Retiro .....	190	Ipumirim .....	411	Planalto Alegre.....	774
Botuvera.....	191	Iraceminha .....	414	Pomerode.....	780
Braço do Trombudo .....	192	Irani.....	415	Ponte Alta do Norte .....	784
Brusque.....	195	Iratí.....	416	Ponte Serrada .....	786
Caçador.....	198	Irineópolis .....	417	Porto Belo.....	789
Caibi .....	201	Itá .....	420	Porto União.....	790
Camboriú.....	204	Itaiópolis .....	422	Pouso Redondo .....	792
Campo Alegre .....	205	Itapema .....	423	Praia Grande.....	793
Campos Novos.....	215	Itapiranga.....	424	Presidente Castello Branco .....	794
Canoinhas.....	228	Itapoá .....	426	Presidente Nereu.....	796
Capão Alto.....	238	Ituporanga .....	432	Princesa .....	928
Capinzal .....	258	Jaborá .....	435	Quilombo.....	936
Catanduvas.....	261	Jacinto Machado .....	436	Rio do Campo .....	943
Caxambu do Sul.....	265	Jaraguá do Sul .....	439	Rio dos Cedros.....	961
Chapadão do Lageado .....	266	Joaçaba .....	484	Rio do Sul.....	944
Chapecó .....	267	Laguna .....	533	Romelândia.....	974
Cocal do Sul.....	279	Lajeado Grande.....	537	Salto Veloso.....	975
Concórdia .....	281	Lebon Regis.....	545	São Bento do Sul.....	976
Coronel Freitas.....	286	Lindóia do Sul .....	546	São Bonifácio.....	995
Coronel Martins.....	295	Luzerna .....	570	São Carlos .....	998
Corupá .....	298	Macieira.....	579	São Domingos.....	1000
Cunha Porã.....	303	Mafra .....	585	São Francisco do Sul.....	1001
Cunhataí.....	305	Major Vieira .....	586	São João Batista.....	1002
Curitibanos .....	306	Maracajá .....	594	São João do Oeste .....	1006
Dionísio Cerqueira .....	307	Maravilha.....	596	São João do Sul .....	1007
Ermo .....	317	Marema.....	622	São Joaquim .....	1009
Flor do Sertão.....	319	Massaranduba.....	640	São José.....	1010
Formosa do Sul .....	324	Matos Costa.....	645	São Lourenço do Oeste.....	1089
Forquilha.....	325	Modelo .....	649	São Miguel do Oeste.....	1090





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2656

Quarta-feira - 17 de Outubro de 2018

Florianópolis/SC

## Sumário

São Pedro de Alcântara.....	1092	Tijucas .....	1201	Vargem Bonita .....	1280
Saudades.....	1117	Timbé do Sul .....	1205	Videira.....	1282
Schroeder .....	1118	Timbó .....	1207	Vitor Meireles.....	1292
Seara .....	1155	Três Barras .....	1226	Witmarsum .....	1317
Serra Alta .....	1156	Treze Tílias .....	1227	Xanxerê.....	1318
Siderópolis.....	1189	Trombudo Central.....	1258	Xavantina .....	1336
Sul Brasil .....	1190	Tunápolis.....	1259	Xaxim.....	1337
Tangará.....	1191	Urubici .....	1278		
Tigrinhos .....	1200	Urussanga .....	1279		

## Associações

AMFRI .....	1339	AMMVI .....	1339	AMUREL .....	1342
-------------	------	-------------	------	--------------	------

## Consórcios

CIGA .....	1345
CIMCATARINA.....	1345
CIMVI.....	1346
CIS Nordeste .....	1346
CIS/AMFRI.....	1347
CIS/AMMVI.....	1349
CIS/AMURC .....	1351
CIS/AMURES.....	1354
CITMAR.....	1356
CONDER.....	1358



# Abdon Batista

## PREFEITURA

### PREGAO PRESENCIAL 10/2018

Publicação Nº 1775065

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2018  
MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 10/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE USO CONTROLADO E CONTINUO DE ACORDO COM CADASTRO REALIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 09:30hs. do dia 31 de outubro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 16 de outubro de 2018  
Lucimar Antônio Salmoria  
Prefeito Municipal

### PREGAO PRESENCIAL 94/2018

Publicação Nº 1775057

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 114/2018  
MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 94/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para criação de cenário real de uma vila de natal, com casinhas, igreja, árvores natalinas, casinha do Papai Noel, horta, varal, além de iluminação e demais elementos natalinos na Praça Silvio Rech/Abdon Batista, informações completas conforme termo de referencia.

TIPO : Menor preço global

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 31 de outubro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 16 de outubro de 2018  
Lucimar Antônio Salmoria  
Prefeito Municipal

### PREGAO PRESENCIAL 95/2018

Publicação Nº 1775060

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 115/2018  
MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 95/2018

Objeto: Aquisição de Luminárias para a Praça Central

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 30 de outubro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 16 de outubro de 2018  
Lucimar Antônio Salmoria  
Prefeito Municipal

# Agrônômica

## PREFEITURA

### 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016

Publicação Nº 1774428

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2016

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2016, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA E KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

Por este instrumento particular de Contrato, de um lado a PREFEITURA DE AGRONÔMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º83.102.590/0001-90, com sede à Rua 7 de Setembro, 215, Centro, Agrônômica – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, César Luiz Cunha, inscrito no CPF nº 379.381.009-78, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.624.323/0001-06, com sede à Rua Evaldo Prim, nº 645, Distrito Industrial na cidade de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Heinz Kurtz, brasileiro, casado, empresário, portador(a) do C.P.F. n.º 438.772.069-72, residente e domiciliado à Rua Presidente Vargas, 570, 1º andar, Bairro Centro, no Município de Ituporanga - SC, denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si, justo e acordado o presente instrumento, celebrado e elaborado de acordo com a Lei nº 8.666/93 mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – JUSTIFICATIVA

A Vigência do Contrato n. 02/2016 se encerra em 16 de Outubro de 2018. Devido à demora na liberação dos recursos a obra ainda não foi concluída, conforme justificativa da empresa entregue a Prefeitura Municipal de Agrônômica.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogada a vigência do Contrato 02/2016 para mais 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de 16/10/2018 até 16/04/2019.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n. 02/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Agrônômica (SC), 16 de Outubro de 2018.

-----  
PREFEITURA DE AGRONÔMICA  
Cesar Luiz Cunha  
CONTRATANTE

-----  
KURTZ EMPR. IMOBILIARIOS LTDA.  
Heinz Kurtz  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

SERGIO RUDOLF  
CPF: 720.454.859-00

JAQUELINE TEREZINHA JETHE  
CPF: 075.489.709-51

### AVISO DO PREGÃO 050/2018

Publicação Nº 1774425

Prefeitura Municipal de Agrônômica – Santa Catarina

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº PR050/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 29/10/2018 às 08:30h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: [licitacao@agronomica.sc.gov.br](mailto:licitacao@agronomica.sc.gov.br) ou pelo site [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br).

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agrônômica-Santa Catarina, 17 de outubro de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito em Exercício



**Decreto Nº 064/2018**

Publicação Nº 1774686

DECRETO N.º 064/2018 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

**“SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA”**

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal do Município de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

**CONSIDERANDO:**

-Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

-O disposto no Art. 10º da Lei nº. 1.112/2017 de 15 de dezembro de 2017, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada,

- Que o Inciso I do Artigo 10º da Lei nº. 1.112/2017, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

-Que a dotação nº. 39 do Departamento Municipal de Educação, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2018.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no título da dotação orçamentária conforme abaixo:

Despesa – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (39)

Programa – 18 – Toda Criança na Escola

Ação – 2.7 – Educação Infantil FUNDEB 60%

Unidade – 4001 – Departamento Municipal de Educação

Função – 12– Educação

Subfunção – 365 – Educação Infantil

Valor R\$ 150.000,00

Fonte de Recurso: 0.1.18 – Transferências do FUNDEB (18)

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação verificado até o final do mês de dezembro de 2018, no importe de R\$ 150.000,00, fonte de recursos 0.1.18 – Transferências do FUNDEB (18).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete Do Prefeito, em 17 de outubro de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Departamento de Administração e Finanças

# Água Doce

## PREFEITURA

**357/2018**

Publicação Nº 1774407

PORTARIA Nº 357/2018 – DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora GLÁUCIA REGINA VARASCHIN, inscrita no CPF nº 006.597.239-21, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, no período de 16/10/2018 até 30/10/2018, período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

**358/2018**

Publicação Nº 1774408

PORTARIA Nº 358/2018 – DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor LUIZ DA SILVA, inscrito no CPF nº 845.802.679-15, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, no período de 16/10/2018 até 14/11/2018, referente ao período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

**359/2018**

Publicação Nº 1774512

PORTARIA Nº 359/2018 – DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDER LICENÇA LUTO A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com Lei Complementar 015/99, Art. 63

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 8 dias consecutivos em razão do falecimento de Vitalina Bittencourt, a partir de 15/10/2018, conforme art. 63 da Lei complementar nº 015/99, conforme Declaração de óbito anexa, para a servidora ROSENI LINHARES VELOSO, servidora efetiva no cargo de

Professora de Educação Infantil.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/10/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

## CÂMARA MUNICIPAL

### Lei Ordinária Nº 2308/2017, de 23 de agosto de 2017

Publicação Nº 1775018

TERMO DE ADESÃO AO  
GERENCIADOR PORTAL MUNICIPAL

#### I – TIPO DE SOLICITAÇÃO

<input type="checkbox"/>	ADESÃO	<input type="checkbox"/>	ATUALIZAÇÃO	<input type="checkbox"/>	EXCLUSÃO	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	BLOQUEIO	<input type="checkbox"/>	DESBLOQUEIO	<input type="checkbox"/>	NOVO USUÁRIO	<input type="checkbox"/>	

#### II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

NOME DA ENTIDADE	CNPJ
TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)
ENDEREÇO COMPLETO	

#### III – IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

NOME COMPLETO	CPF	
CARGO	TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)
ENDEREÇO DO LOCAL DE TRABALHO	DATA / /	
Assinatura do representante legal da entidade		

#### IV - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA GERÊNCIA DO PORTAL

NOME COMPLETO	CPF	
CARGO	TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)  (Atenção: a senha de acesso ao sistema será enviada no endereço acima. Certifique-se de que o mesmo foi informado corretamente.)
ENDEREÇO DO LOCAL DE TRABALHO	DATA / /	

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Comprometo-me a:

- a) não me ausentar da estação de trabalho sem bloquear ou encerrar a sessão em uso do Sistema, garantindo assim a impossibilidade de acesso indevido por pessoas não autorizadas;
- b) não fornecer a senha de acesso ao sistema a demais servidores ou terceiros; e
- c) criar e gerenciar as informações de acesso dos usuários do sistema de outras áreas e setores do município.

Assinatura do responsável

**Lei Ordinária Nº 2308/2017, de 23 de agosto de 2017**

Publicação Nº 1775170

TERMO DE ADESÃO AO  
GERENCIADOR PORTAL MUNICIPAL

## I – TIPO DE SOLICITAÇÃO

<input type="checkbox"/>	ADESÃO	<input type="checkbox"/>	ATUALIZAÇÃO	<input type="checkbox"/>	EXCLUSÃO	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	BLOQUEIO	<input type="checkbox"/>	DESBLOQUEIO	<input type="checkbox"/>	NOVO USUÁRIO	<input type="checkbox"/>	

## II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

NOME DA ENTIDADE	CNPJ
TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)
ENDEREÇO COMPLETO	

## III – IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

NOME COMPLETO		CPF
CARGO	TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)
ENDEREÇO DO LOCAL DE TRABALHO		DATA / /
Assinatura do representante legal da entidade		

## IV - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA GERÊNCIA DO PORTAL

NOME COMPLETO		CPF
CARGO	TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)  (Atenção: a senha de acesso ao sistema será enviada no endereço acima. Certifique-se de que o mesmo foi informado corretamente.)
ENDEREÇO DO LOCAL DE TRABALHO		DATA / /

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Comprometo-me a:

- a) não me ausentar da estação de trabalho sem bloquear ou encerrar a sessão em uso do Sistema, garantindo assim a impossibilidade de acesso indevido por pessoas não autorizadas;
- b) não fornecer a senha de acesso ao sistema a demais servidores ou terceiros; e
- c) criar e gerenciar as informações de acesso dos usuários do sistema de outras áreas e setores do município.

Assinatura do responsável

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº63/2018-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS P/ CONserto DA ILUMINAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL**

Publicação Nº 1775140

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº63 /2018 - DOSU  
Pregão Presencial nº 47/2018 –DOSU  
Tipo: Menor Preço por LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS E SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO, RECUPERAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até às 08h00min do dia 31 de outubro de 2018.  
Abertura dos Envelopes: a partir das 08h15min – dia 31 de outubro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00 as 17:00hrs. [www.aguasdechapeco.sc.gov.br](http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br), e-mail [compras@aguasdechapeco.sc.gov.br](mailto:compras@aguasdechapeco.sc.gov.br) ou INFORMAÇÕES pelo fone (0\*\*49) 3339.0855.

ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 16 de outubro de 2018.  
LEONIR ANTONIO HENTGES  
PREFEITO MUNICIPAL

# Águas Mornas

## PREFEITURA

### **DECRETO N.º 064/2018 FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 167, INCISO VI, DA CF/88.**

Publicação Nº 1774676

DECRETO N.º 064/2018

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 167, INCISO VI, DA CF/88.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º da Lei n.º 916/2017 de 13/12/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, VI, da CF/88, a dotação abaixo identificada:

#### 11. IPAM

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1111.04.122.0001.2006	Administração do IPAM	99,00
ANULA		
3.3.90.00/0.2.45.000000	Outras Despesas Correntes	99,00
SUPLEMENTA		
4.4.90.00/0.2.45.000000	Investimentos	99,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 16 de outubro de 2018.

Omero Prim

Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos dezesseis dias no mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Toni Vidal Jochem

Secretário Municipal de Administração e Finanças



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.676, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775233

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida férias regulamentar ao Servidor Público Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, conforme abaixo relacionado:

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
821	JANAINE SCHNEIDER	13/02/2017	12/02/2018	15/10/2018	29/10/2018

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 15 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas publicações

### DECRETO Nº 2.677, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1774579

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos, do art. 5º, letra "b", da Lei Municipal nº 746, de 27 de novembro de 2017;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguinte ação orçamentária:

07.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.01	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.1.26	Aquisição de Veículos, Mobiliário e Equipamentos
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.0804	Aplicações Diretas
	R\$ 80.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

excesso de arrecadação de Convênios, no vínculo abaixo:

a) "804" - Rec. Vinculados - Convênios Saúde/União

R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 15 de outubro de 2018.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

## **ERRATA Nº 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018**

Publicação Nº 1775154

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC  
ERRATA Nº 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018

O Município de Alto Bela Vista, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital da licitação em referência, cujo objeto é Registro de preços para possível aquisição de massa asfáltica do tipo CBUQ, emulsão asfáltica, guia de concreto (meio fio) e concreto usinado, sofreu correção na data prevista para abertura dos envelopes 01 – Proposta Comercial. O prazo de entrega dos envelopes de Proposta e Habilitação, continua marcado para às 08h50 do dia 25 de outubro de 2018 e a abertura da licitação no mesmo dia, às 09h.

Informações complementares: o Edital e a correção em questão, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 16 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

## **PORTARIA Nº 166, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1774576

CONCEDER FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionado.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
335	LAURI FISCHER	27/02/2017	26/02/2018	15/10/2018	29/10/2018

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 15 de outubro de 2018.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas publicações

## **PORTARIA Nº 167, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1775231

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, FABIANGELA DE OLIVEIRA, matrícula 864, ocupante do cargo em admissão de Caráter temporário de PROFESSOR II – 20 HORAS, no período de três (03) dias, conforme atestado médico expedido pela Dr. José Angelo N. Silva CRM-SC 25207.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 15 a 17 de outubro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 16 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018 FMS**

Publicação Nº 1775132

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2018 FMS

Objeto: Aquisição de veículo novo, tipo minivan de 7 lugares destinada ao Fundo Municipal de Saúde.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 09/11/2018.

Abertura: às 09h00 do dia 09/11/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 16 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2018**

Publicação Nº 1775144

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR47/2018, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de preços para possível contratação de segurança ostensiva para eventos promovidos pelo Município.

Data de entrega dos envelopes: 29/10/2018 às 08:50 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Data de abertura dos envelopes: 29/10/2018 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br).

Alto Bela Vista-SC, 15 de Outubro de 2018

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeito

# Anchieta

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA Nº 001/2018

Publicação Nº 1775242

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Concorrência Pública 001/2018

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Concorrência Pública, do tipo Maior Oferta, para: Contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, para a prestação de serviços para centralizar e processar os créditos da folha de pagamento de todos os servidores da Administração Direta do Município de Anchieta/SC, inclusive dos Fundos e Autarquia Municipal, sem ônus para o contratante, pelo prazo de sessenta meses. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:00 horas do dia 21/11/2018. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00hrs, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 16 de outubro de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

### CONCORRÊNCIA Nº 002/2018

Publicação Nº 1775243

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Concorrência Pública 002/2018

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, Lei Municipal 2.395/2018, que fará realizar Licitação na modalidade Concorrência Pública, do tipo Menor Preço das Tarifas, para: Concessão de serviço público, consistindo na remoção, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, por infração da legislação de trânsito, nas vias públicas abertas e de livre circulação do Município de Anchieta, conforme legislação vigente. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:00 horas do dia 05/12/2018. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00hrs, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 16 de outubro de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

### TERMO DE RESCISÃO AO CONVÊNIO Nº 001/2018

Publicação Nº 1775294

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO N. 001/2018

O Termo de Convênio n. 001/2018, firmado entre o Município de Anchieta através do Fundo Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira – SC, cujo objeto é a transferência de recursos financeiros com a contraprestação de serviços na área de odontologia especializada de pacientes do Município de Anchieta/SC encaminhados para tratamento no Centro de Especialidade Odontológica – CEO, fica, pelo presente Termo, rescindido de pleno direito, unilateralmente, pelo Município de Anchieta, pelo inadimplemento da Cláusula Oitava, item 8.1., II, eis que nenhuma prestação de contas dos recursos repassados pelo Município foi apresentada regularmente, desde o início de sua vigência, caracterizando-se a assim a violação aos objetivos do ajuste firmado entre as partes.

Com a rescisão unilateral do Termo de Convênio, determina-se, outrossim, a instauração de Tomada de Contas Especial, a fim de tomar as contas junto ao Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira, pois descumpriu o dever de prestar contas.

Anchieta – SC, 16 de outubro de 2018.

Ivan José Canci

Prefeito Municipal

Martininhos Scantamburlo

Secretário de Saúde

# Angelina

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº: 074/2018

Publicação Nº 1774470

CONTRATO Nº: 074/2018

CONTATANTE: Município de Angelina

CNPJ nº 82.951.195/0001-10

CONTATADA: Dimas Comércio de Automóveis Ltda.

CNPJ nº 83.262.923/0004-91

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo Ford Cargo 816, ano/modelo 2018/2019, fabricação nacional, de carga, 0 km, na cor branca, tração 4 x 2, motor turbo diesel, direção hidráulica, PBT de 8.250kg, PBTC de 11.000kg e demais itens exigidos pelo CONTRAN, equipado com carroceria para recolhimento e transporte de resíduos recicláveis com as seguintes características:

- 03 compartimentos: Caixa de carga fabricada em tubos retangular de 70 mm X 30 mm de espessura de 3,00mm com sistema de travamento com tubos de 1".
- Portão de abertura lateral (nas duas laterais da caixa será colocado 06 portões cada lado com sistema de dobradiça).
- Sistema de travamento dos portões por sistema de tranca tipo L.
- Os portões laterais serão fabricados em tubo quadrado 30 mm X 30 mm espessura de 3,00 mm com tubo transversal para maior segurança.
- Todas as partes da caixa e portão serão fechados por tela de 50 mm X 50 mm espessura de 3,4 mm galvanizada.
- Fundo da caixa de coleta em chapas de aço A 36 de 3,75 mm de espessura com grau de inclinação na parte dianteira e traseira sendo que no centro o fundo fica reto.
- Adaptação dos para-lamas com extensor de borracha.
- Plataforma traseira rebaixada em chapa de aço xadrez com 450 mm para o transporte dos coletores com sistema de corrimão.
- Comprimento de 5500 mm, altura interna de 2400 mm, largura interna 1900 mm .
- Captador de chorume nas 02 laterais da carroceria.

VALOR: R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)

DATA: 16/10/2018

PROCESSO LICITATÓRIO nº 025/2018

### CONTRATO Nº: 075/2018

Publicação Nº 1774488

CONTRATO Nº: 075/2018

CONTATANTE: Município de Angelina

CNPJ nº 82.951.195/0001-10

CONTATADA: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.

CNPJ nº 59.104.422/0057-04

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo Saveiro CS Robust 1.6, ano/modelo 2018/2019, fabricação nacional, tipo pick-up, 0 km, na cor branca, ar condicionado, volume de carga de 924 litros, direção hidráulica, gasolina e álcool (flex), protetor de caçamba, protetor de cárter, transmissão de cinco marchas sincronizadas a frente e uma a ré e demais equipamentos de acordo com as normas do CONTRAN.

VALOR: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

DATA: 16/10/2018

PROCESSO LICITATÓRIO nº 025/2018

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018

Publicação Nº 1774380

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Senhor Gilberto Orlando Dorigon, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelas Leis nº 8.666, 10.520 e alterações posteriores, à vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Licitatório nº 025/2018
- b) Modalidade: Pregão Presencial
- c) Tipo: Menor Preço por Item
- d) Data da Homologação: 16/10/2018
- e) Data da Adjudicação: 16/10/2018
- f) Proponentes vencedores:

Item	Quantidade	Equipamento	Valor Cotado R\$	Vencedor
1	1	01 (um) veículo novo, fabricação nacional, tipo pick-up, 0 km, na cor branca	R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)	Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. (CNPJ nº 59.104.422/0057-04)
2	1	01 (um) veículo novo, fabricação nacional, de carga, 0 km, na cor branca tração 4 x 2, motor turbo diesel, direção hidráulica, PBT de 8.250kg e PBTC de 11.000kg	R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)	Dimas Comercio de Automóveis Ltda. (CNPJ nº 83.262.923/0004-91)

Angelina/SC, 16 de outubro de 2018.

Gilberto Orlando Dorigon

Prefeito Municipal

## INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 /2018

Publicação Nº 1775381

Prefeitura Municipal de Angelina

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

ORIENTAÇÕES PARA REMATRÍCULA E MATRÍCULA

ANO LETIVO 2019

NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

Instrução Normativa Nº 01 /2018

Fixa datas e estabelece diretrizes para rematrícula e matrículas para o ano letivo 2019, nas instituições vinculadas a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Angelina.

RESOLVE:

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, no uso de suas atribuições, torna público as diretrizes referente à rematrícula e matrícula nos Centros Municipais de Educação Infantil e nos Núcleos Municipais de Educação, no município de Angelina, para o ano letivo de 2019, de acordo com o que dispõe esta Instrução Normativa.

Art. 1º. DAS ORIENTAÇÕES GERAIS

§1º. A renovação de matrícula para os alunos da Rede Pública Municipal de Ensino de Angelina será validada mediante o preenchimento da ficha de rematrícula enviada aos pais e/ou responsáveis que devem devolver as unidades escolares no prazo estabelecido por este Edital.

§2º. As novas matrículas na Rede Municipal de Educação serão feitas mediante a presença dos pais e/ou responsáveis nas Unidades Educacionais.

§3º. A matrícula não poderá ser vinculada à exigência de qualquer tipo de taxa de matrícula e/ou contribuição financeira.

§4º. As matrículas obedecerão aos critérios estabelecidos na Resolução do Conselho Municipal de Educação n. 01 de 28 de outubro de 2017, onde estabelece:

Art. 2º. Para o ingresso das crianças na Educação Infantil nas áreas rurais, a criança deverá ter idade de 3 (três) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

Art. 3º. Os Centros Municipais de Educação Infantil em áreas rurais, com matrícula inferior a 6 (seis) alunos, serão fechados pelo Poder Público Municipal. Os alunos deverão ser transferidos para o Centro Municipal de Educação Infantil mais próximo, com transporte adequado a faixa etária.

Art. 4º. Para o ingresso das crianças no Ensino Fundamental, a criança deverá ter idade de 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano que ocorre a matrícula.

Art. 5º. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, não haverá turmas multisseriadas, sendo que o Poder Público deverá ofertar turmas individuais para cada ano em separado.

Art. 6º. Fica o Poder Público Municipal autorizado a fechar escolas com turmas multisseriadas e sem profissionais suficientes para atender a demanda de turmas, sendo que os alunos deverão ser transferidos para escola mais próxima. A distância entre escolas não poderá ser maior que 20 (vinte) quilômetros.

§5º. A divulgação da rematrícula e matrícula serão realizadas pela Secretaria Municipal de Educação através de mídia local e pelas próprias Unidades Educacionais.

§6º. O horário de atendimento para a realização da matrícula e rematrícula está diretamente vinculado ao horário de funcionamento de cada Unidade Escolar.

§7º. Dos Locais de Rematrícula e Matrícula

As instituições vinculadas a Rede Municipal de Ensino de Angelina, que realizarão as rematrículas e matrículas, são as seguintes:

EDUCAÇÃO INFÂNTIL

C.M.E.I. Barra Clara

C.M.E.I. Rio Novo

C.M.E.I. Rio Fortuna

C.M.E.I. Fartura



C.M.E.I. Cantinho Feliz  
C.M.E.I. Chapeuzinho Vermelho  
ANOS INICIAIS  
Núcleo Escolar Municipal de Barra Clara  
Núcleo Escolar Municipal Prof. Ermelinda G. Pereira  
Núcleo Escolar Municipal José João Heck.

Art. 2º. DO CRONOGRAMA DE REMATRÍCULA E MATRÍCULA DE ALUNOS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS do MUNICÍPIO:

§1º. Período de matrícula será de 16/10/2018 à 31/10/2018, nos Centros Municipais de Educação Infantil e nos Núcleos Escolares Municipais.

§2º. Período de matrícula será de 19/11/2018 à 07/12/2018 nos Centros Municipais de Educação Infantil e nos Núcleos Escolares Municipais.

§3º. O 2º. Período de matrícula será de 04/02/2019 à 08/02/2019 nos Centros Municipais de Educação Infantil e nos Núcleos Municipais de Educação.

Art. 3. DA DOCUMENTAÇÃO

§1º. Para efetivação de matrículas novas, serão necessários os seguintes documentos:

- Cópia da certidão de nascimento da criança;
- Cópia da carteira de identidade da criança (se houver);
- Cópia do CPF dos pais e/ou responsáveis;
- Cópia da carteira do SUS e do cartão nacional do SUS (se houver);
- Cópia do cartão do Bolsa Família, se for beneficiário;
- Cópia de comprovante de residência, atualizado (até três meses anteriores à matrícula);
- Apresentação de declaração de guarda, para crianças que convivem com responsáveis legais, emitida pelo Juizado da Infância e Juventude ou documento que comprove o processo de regularização da guarda;
- Declaração de vacina atualizada (até no máximo um mês anterior à matrícula);
- Laudo médico da criança, quando necessário (restrição alimentar, CID, etc.);
- Declaração dos pais com o horário de trabalho.

§2º. Da Atualização de Documentos

§3º. Para as matrículas, deverão ser atualizados os seguintes documentos:

- Cópia de comprovante de residência;
- Declaração de vacina atualizada, para as matrículas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
- Pais da educação infantil, (declaração de trabalho com horário de trabalho e telefone para contato).

Art. 4º. MATRÍCULAS NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO

§1º. Considerando que esta unidade oferta a modalidade maternal é necessário o regramento para egresso e para abertura de fila de espera.

§2º. Esgotando-se o número de vagas nas turmas de 4 (quatro) meses a 3 (três) anos no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, os pais ou responsáveis poderão incluir o nome da criança na lista de espera.

§3º. Poderão se inscrever na lista de espera, crianças a partir da data de nascimento, mediante comprovação por meio de certidão de nascimento e comprovante de residência;

§4º. Gestantes não poderão deixar previamente o nome na lista de espera.

§5º. Somente serão aceitos os nomes de crianças mediante comprovação de que os pais e/ou responsáveis sejam moradores do município de Angelina.

§6º. Nos casos de transferência para outra Unidade Educacional (modalidade maternal), os pais e/ou responsáveis deverão solicitar o Atestado de Vaga na unidade de seu interesse e, se não houver vaga, a criança permanecerá com o nome em lista de espera.

§7º. Baseado no Art. 6º da LEI Nº 12.796, de 4 de Abril de 2013 da Presidência da República: "É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade."

§8º. A transferência, conforme Normativa desta Secretaria será concedida mediante comprovação de mudança de endereço residencial, condicionada à existência de vaga, sendo que, na ausência de vaga imediata, terá prioridade na lista de espera.

§9º. A lista de espera terá validade anual, sendo de compromisso dos pais e/ou responsáveis à renovação do pedido.

§10º. É de exclusiva responsabilidade da família e/ou responsável atualizar os dados cadastrais da criança, sempre que houver necessidade, tais como endereço, telefone, local de trabalho dos responsáveis e demais informações relevantes e por meio das quais seja possível entrar em contato com estes.

§11º. Os critérios estabelecidos para a classificação das crianças inscritas obedecerá a seguinte ordem:

- Criança cujos pais ou responsáveis legais sejam beneficiados do Programa Bolsa Família;
- Criança cujos pais trabalhem em horário integral;

I – Havendo empate na classificação, para ocupação de uma mesma vaga, o desempate beneficiará, sucessivamente, a criança com:

- O maior número de membros na família;
- Maior idade do aluno.

§12º. As famílias das crianças selecionadas para efetivar a matrícula deverão apresentar-se no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho a documentação prevista no Art. 3 desta Instrução Normativa.

§13º. No surgimento de novas vagas, respeitando a lista de classificação o responsável pelo processo de matrícula fará contato com a família via telefone, por 2 (dois) dias úteis consecutivos e em turnos diferentes e a família terá até 3 (três) dias úteis para entrega dos documentos. Na impossibilidade de contato com a família, a criança irá para o final da lista de espera e será chamada imediatamente a próxima criança classificada.

§14º. A classificação e seleção serão disponibilizadas no endereço eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Angelina <http://www.angelina-sc.com.br/>.

Art. 5º. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

§1º. As informações constantes nas declarações das famílias e/ou responsáveis no ato da matrícula serão de inteira responsabilidade dos signatários e, caso sejam inverídicas, os mesmos responderão em conformidade com a legislação vigente.

§2º. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em caso de suspeita ou denúncia de irregularidade no processo, fará revisão das inscrições e matrículas que não obedecerem aos critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa, promovendo, se necessário, ações



administrativas e/ou judiciais.

§5º. Os casos omissos por este Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

§6º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas demais disposições em contrário.

Angelina, 10 de outubro de 2018.

Rosi Meri da Silva

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

**Antônio Carlos****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 139/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N. 98/2018**

Publicação Nº 1775102

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório n. 139/2018. Modalidade: Pregão Presencial n. 98/2018. Tipo: Menor preço por lote. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição de coleções de livros infantis para uso pelos alunos do Ensino Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental pertencentes à rede municipal de educação de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 29 de outubro de 2018, às 14h00min, na sede desta Prefeitura. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações do Município de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 16 de outubro de 2018.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 141/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N. 100/2018**

Publicação Nº 1775114

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório n. 141/2018. Modalidade: Pregão Presencial n. 100/2018. Tipo: Menor preço por lote. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para contratação de empresa ou prestador de serviço especializado em locações de equipamentos de sonorização e iluminação, palco, tendas, sanitários químicos, gerador de energia, locutor, serviços gráficos de impressão de cartazes e folders, criação e impressão de banners, publicidade em mídia impressa, serviços de filmagem e fotografia, camisetas, serviço de limpeza e segurança, serviço de criação de logomarcas e artes digitais, para utilização em eventos realizados e apoiados pelo Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 29 de outubro de 2018, às 09h00min, na sede desta Prefeitura. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações do Município de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 16 de outubro de 2018.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal**PORTARIA N 473/2018**

Publicação Nº 1775068

**PORTARIA Nº 473/2018**

Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família a servidor efetivo.

ONÉLIO RICHARTZ – Prefeito em exercício do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA por mais 22 dias a servidora CHRISCHELLE WEBER MENDES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO/ESPECIALISTA, a partir de 20 de setembro de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de setembro de 2018.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de outubro de 2018.

ONÉLIO RICHARTZ  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 17 de outubro de 2018.

**PORTARIA N 474/2018**

Publicação Nº 1775075

PORTARIA Nº 474/2018

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

ONÉLIO RICHARTZ – Prefeito em exercício do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE por mais 60 dias a servidora ROSANEA DA CUNHA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 14 de outubro de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de outubro de 2018.

ONÉLIO RICHARTZ  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 17 de outubro de 2018.

**PORTARIA N 475/2018**

Publicação Nº 1775077

PORTARIA Nº 475/2018

Prorroga contratação de servidor ACT.

ONÉLIO RICHARTZ – Prefeito em exercício do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar a contratação temporária de ROGERIO ANDRE KASPARY no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 14 de outubro de 2018 a 12 de dezembro de 2018, em substituição a servidora efetiva Rosanea da Cunha, de licença para tratamento de saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2018.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de outubro de 2018.

ONÉLIO RICHARTZ  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 17 de outubro de 2018.

**PORTARIA N 476/2018**

Publicação Nº 1775081

PORTARIA Nº 476/2018

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

ONÉLIO RICHARTZ – Prefeito em exercício do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora MICHELE SOUZA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS 40H, de 10 de outubro de 2018 a 29 de outubro de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/10/2018.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de outubro de 2018.

ONÉLIO RICHARTZ  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 17 de outubro de 2018.

**PORTARIA N 477/2018**

Publicação Nº 1775083

PORTARIA Nº 477/2018  
Concede férias a servidores

ONÉLIO RICHARTZ – Prefeito em exercício do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS aos servidores abaixo discriminados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISI-TIVO	PERÍODO DE GOZO
MAICON TRAJANO DA SILVA	AUXILIAR CONTÁBIL FINAN-CEIRO III	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	01/06/2017 a 31/05/2018	12/11/2018 a 21/11/2018
SUZANA PRIM PETRY	ENFERMEIRO	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	01/12/2015 a 30/11/2016	19/11/2018 a 18/12/2018
NATANY SIMONES	ENFERMEIRO 20H	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	24/07/2017 a 23/07/2018	05/11/2018 a 04/12/2018

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de outubro de 2018.

ONÉLIO RICHARTZ  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 17 de outubro de 2018.

**PORTARIA N 478/2018**

Publicação Nº 1775091

PORTARIA Nº 478/2018  
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

ONÉLIO RICHARTZ – Prefeito em exercício do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE por 30 dias a servidora MATILDE GOMES INACIO JUNKES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA 40H, a partir de 14 de outubro de 2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/10/2018.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de outubro de 2018.

ONÉLIO RICHARTZ  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 17 de outubro de 2018.

**PORTARIA N 479/2018**

Publicação Nº 1775096

PORTARIA Nº 479/2018

Prorroga contratação de servidor ACT.

ONÉLIO RICHARTZ – Prefeito em exercício do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar a contratação temporária de SCHEILA SUELY ITSO no cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA 20H, a partir de 14 de outubro de 2018 a 12 de novembro de 2018, em substituição a servidora efetiva Matilde Gomes Inácio Junkes, de licença

para tratamento de saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de outubro de 2018.

ONÉLIO RICHARTZ

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 17 de outubro de 2018.

## **PORTARIA N 480/2018**

Publicação Nº 1775103

PORTARIA Nº 480/2018

Prorroga contratação de servidor ACT.

ONÉLIO RICHARTZ – Prefeito em exercício do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar a contratação temporária de IRENE COELHO DOS SANTOS no cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA 20H, a partir de 14 de outubro de 2018 a 12 de novembro de 2018, em substituição a servidora efetiva Matilde Gomes Inácio Junkes, de licença para tratamento de saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de outubro de 2018.

ONÉLIO RICHARTZ

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 17 de outubro de 2018.

# Apiuna

## PREFEITURA

**DECRETO N° 3042/2018**

Publicação N° 1774354



## MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

**DECRETO N° 3042/2018**

De 10/10/2018

**APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I. N°05/2018 DA CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO QUE DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, QUE REGULAMENTA A INSTAURAÇÃO E PROCESSAMENTO DAS SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.**

**JOSÉ GERSON GONÇALVES**, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Complementar N° 70/2003, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Apiúna:

### DECRETA

**Art. 1º** - Fica aprovada a Instrução Normativa C.I. N°05/2018, de responsabilidade da Controladoria Municipal, que dispõe sobre procedimento administrativo disciplinar, que regulamenta a instauração e processamento das sindicâncias e processos administrativos disciplinares no âmbito da administração direta e indireta do poder executivo municipal, fazendo parte integrante deste Decreto.

**Art. 2º** - Caberá a Controladoria do Município prestar orientações às situações não contempladas pela Instrução Normativa C.I. N° 05/2018, devendo as mesmas serem de observância obrigatória.

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de Outubro de 2018.

**JOSÉ GERSON GONÇALVES**  
Prefeito Municipal

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I. N.º 05/2018

Institui o manual de Procedimento Administrativo Disciplinar, que regulamenta a instauração e processamento das Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Apiúna.

CONSIDERANDO que o processo disciplinar é o instrumento jurídico de que se vale a autoridade administrativa quando necessita aferir a responsabilidade de agente público e, se for o caso, aplicar a respectiva sanção, e,

CONSIDERANDO que a ação disciplinar tem a finalidade de garantir a aplicação e respeito aos princípios previstos no art. 37, da Constituição Federal, a ordem e a justiça, visando atender ao interesse público e ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO o art. 187, da Lei Complementar n. 95/2008;

CONSIDERANDO, finalmente, que em respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF 1988), o poder disciplinar não deverá ser exercitado de forma arbitrária, desproporcional ou desmotivado.

### RESOLVE:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Instrução Normativa institui o Manual de Procedimento Administrativo Disciplinar, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Apiúna, uniformizando a instauração e processamento das Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares.

Art. 2º. As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se a todos os servidores do quadro permanente, aos ocupantes de cargo de provimento em comissão, aos Empregados Públicos e aos servidores contratados temporariamente para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001





# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Art. 3º. Todos os procedimentos administrativos disciplinares reger-se-ão pelas regras da Lei Complementar nº95/2008 e, subsidiariamente, pelos princípios do Direito Disciplinar e do Direito Administrativo, pelo Código Penal, Código de Processo Penal, Código Civil e Código de Processo Civil.

§ 1º. Os procedimentos administrativos disciplinares observarão, ainda, os costumes, os princípios gerais de direito, bem como os princípios da dignidade humana, legalidade objetiva, oficialidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, verdade material ou real, contraditório e ampla defesa.

§ 2º. Servirá como ferramenta de apoio no andamento das Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares os Modelos de Atos e Documentos de PAD, disponibilizados pela Advocacia Geral da União – AGU no endereço [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/322980](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/322980).

## CAPÍTULO II DA DENÚNCIA

Art. 4º. Denúncia, na terminologia administrativo-disciplinar, é a notícia, encaminhada à autoridade competente, de conduta irregular, comissiva ou omissiva, dolosa ou culposa, praticada por servidor no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

Art. 5º. A denúncia será objeto de instauração de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar desde que contenha a identificação do denunciante e seja redigida de forma clara e objetiva, estar acompanhada de início de prova de irregularidade e confirmada à autenticidade.

§ 1º. A administração municipal deve manter meios de acesso à formulação de denúncias em meio informatizado e/ou presencial.

§ 2º. A autoridade poderá, de ofício, determinar a averiguação de irregularidade quando tiver conhecimento direto do fato. Em havendo razoabilidade nas informações recolhidas, promoverá ou proporá a instauração de Processo Administrativo Disciplinar ou de Sindicância seguida de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o caso.

Art. 6º. É facultado à autoridade instauradora determinar, motivadamente, o arquivamento sumário de denúncia que não atenda ao disposto no artigo 5º desta Instrução Normativa, ou que seja manifestamente descabida ou improcedente, ou quando veicular fatos que não configurem crime ou sejam incapazes de gerar aplicação de quaisquer das penalidades elencadas na LC 95/2008.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## CAPÍTULO III DAS PARTES

Art. 7º. São partes legítimas no Processo Administrativo Disciplinar o servidor acusado e a Administração Pública, através da autoridade legalmente investida na respectiva representação.

Art. 8º. As partes terão direito à vista do processo, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

Parágrafo Único - Às partes que tiverem acesso aos documentos, gravações, filmagens, fotos ou qualquer outro ato do Processo Administrativo Disciplinar, fica vedada sua divulgação por qualquer meio, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa.

## CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 9º. As Comissões de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar serão integradas, cada uma, por 3 (três) servidores estáveis, de hierarquia ou nível de escolaridade igual, equivalente ou superior à do acusado ou de mesmo nível na categoria funcional do acusado.

§ 1º. É permitida a nomeação de servidores para integrar as Comissões de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar lotados em órgãos ou entidades da administração municipal diversos daqueles dos servidores sujeitos a estes procedimentos;

§ 2º. A Assessoria Jurídica do Município prestará assistência com relação à correta tramitação das Sindicâncias e Processo Administrativo Disciplinar, devendo emitir parecer relativo às questões jurídicas controvertidas.

Art. 10. Nos casos de denúncia de corrupção, crimes contra a administração, lesão aos cofres públicos ou que ensejem um maior sigilo e/ou conhecimento técnico específico para as investigações, é facultado à autoridade instauradora nomear, motivadamente, Comissão Especial para o Processo Administrativo cabível.

Art. 11. O ato de nomeação de cada Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar indicará igualmente o seu Presidente e demais membros.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

§ 1º. Competirá ao Presidente à condução dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, em especial proferir despachos interlocutórios, assinar as notificações, intimações, citações, editais e demais atos dirigidos a acusados, testemunhas e pessoas estranhas à comissão.

§ 2º. Competirá ao Presidente atentar para o princípio da impessoalidade, ficando responsável pela guarda fiel dos autos, das peças e dos documentos até a conclusão dos trabalhos, remetendo os autos dos processos para arquivo junto ao setor de recursos humanos, pelo prazo prescricional.

## CAPÍTULO V DA SINDICÂNCIA

Art. 12. A Sindicância, instaurada pelas autoridades elencadas no art. 187, da Lei Complementar nº 95/2008 será investigatória, restrita à apuração de fatos e indícios de autoria, mitigando contraditório e ampla defesa;

Art. 13. Na Sindicância serão realizadas as oitivas de pessoas envolvidas ou das que, de qualquer forma, possam contribuir para o esclarecimento dos fatos, e a juntada aos autos de todos os documentos pertinentes, bem como demais providências em direito admitidas.

Art. 14. A Sindicância se encerrará com relatório sobre o apurado, apontando a harmonia do fato descrito na denúncia e indicando os eventuais autores, com sua respectiva qualificação, ou, na sua falta, conterà a indicação de que não foi possível precisar a autoria.

Art. 15. Da Sindicância poderá resultar:

I - arquivamento, acaso não configurada infração disciplinar ou quando não resultar comprovada a autoria;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de Processo Administrativo Disciplinar e/ou Tomada de Contas Especial;

Art. 16. Os autos da Sindicância integrarão o Processo Administrativo Disciplinar como peça informativa, passando a fazer parte do processo, em caráter definitivo, dele não mais se apartando.

Art. 17. A Sindicância não é pré-requisito de Processo Administrativo Disciplinar, podendo a autoridade, dependendo da gravidade da infração, decidir pela sua

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

imediate instauração, desde que presentes elementos mínimos de autoria e materialidade.

## **CAPÍTULO VI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

Art. 18. O Processo Administrativo Disciplinar é a sucessão de atos que são realizados com vistas à apuração de responsabilidade do servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação mediata com as atribuições do cargo em que se encontre investido, bem como oferecer-lhe a oportunidade de provar sua inocência.

Art. 19. O Processo Administrativo Disciplinar obedecerá ao princípio do contraditório, assegurado ao acusado ampla defesa, com a utilização de todos os meios e recursos admitidos em direito, conforme determina o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

## **CAPÍTULO VII DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

Ar. 20. A instauração do Processo Administrativo Disciplinar dar-se-á através da publicação da portaria, baixada pelo Chefe do Poder Executivo, que designará os integrantes da Comissão.

Art. 21. Na hipótese de conhecimento de infrações conexas supostamente cometidas pelo acusado que emergirem no decorrer dos trabalhos, estas serão apuradas no próprio processo disciplinar em andamento.

Art. 22. Demonstrado o interesse público, os trabalhos da Comissão poderão ser iniciados antes da data de publicação da portaria instauradora, quando existir comissão permanente de processo administrativo disciplinar.

Art. 23. A instauração do Processo Administrativo Disciplinar produz os seguintes efeitos:

- I - interrompe a prescrição;
- II - obriga o servidor acusado a comunicar à Comissão eventual mudança de endereço;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

III – Não interrompe a continuidade no andamento de Processo Administrativo Disciplinar o término de contrato temporário ou a exoneração de ofício de servidor ocupante de cargo em comissão.

Art. 24. A Portaria instauradora do Processo Administrativo Disciplinar conterá o nome e matrícula do servidor e especificará, de forma resumida e objetiva, as irregularidades a serem apuradas, os ilícitos e correspondentes dispositivos legais, bem como determinará a apuração de outras infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 25. Desde a publicação da portaria instauradora do Processo Administrativo Disciplinar, o servidor a quem se atribuem as irregularidades funcionais é denominado acusado, passando à situação de indiciado somente quando a Comissão, ao encerrar a instrução, concluir, com base nas provas constantes dos autos, pela sua acusação formal, enquadrando-o num determinado tipo disciplinar.

## CAPÍTULO VIII DOS PRAZOS

Art. 26. Os prazos serão contados em dias úteis, a contar da ciência no respectivo mandado ou publicação oficial, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 1º. Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia daquele mês.

§ 2º. Salvo motivo legal ou força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

§ 3º. O término do prazo será certificado nos autos.

Art. 27. Os trabalhos da Comissão, na atenção da portaria designadora, devem iniciar-se na ciência desse ato e encerram-se com a apresentação do relatório final.

Parágrafo Único - Sempre que não for possível dar início aos trabalhos na data da ciência da portaria, o Presidente comunicará os motivos à autoridade instauradora, sem prejuízo do prazo para conclusão dos mesmos.

Art. 28. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da portaria da instauração, admitida a sua prorrogação, quando as circunstâncias o exigirem, ou sua continuidade excepcional para atender o esclarecimento pleno ou o exercício de defesa.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Parágrafo Único - A extrapolação dos prazos previstos nesta Instrução normativa pela Comissão ou pela autoridade julgadora não implica nulidade do processo.

Art. 29. Inexistindo disposição específica quanto a prazos para a prática de atos requeridos pela Comissão Processante pelo órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem, devem ser praticados no prazo de cinco dias.

Parágrafo Único - O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

## CAPÍTULO IX DA INSTRUÇÃO

Art. 30. O Inquérito Administrativo é a fase do Processo Administrativo Disciplinar que compreende instrução, defesa e relatório.

Art. 31. Durante a instrução, a Comissão poderá promover a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a servidores com amplo conhecimento na área, ou a técnicos e peritos, pertencentes ou não ao quadro de servidores, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 1º. As reuniões dos membros da comissão terão caráter reservado.

§ 2º. As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

§ 3º. Constatando-se que um dos membros da comissão inclusive o presidente está em gozo de licença ou em caso de afastamento de extrema necessidade, a comissão solicitará à autoridade instauradora a imediata substituição.

§ 4º. Os membros da comissão que derem motivo para a postergação ou não cumprimento de prazos serão responsabilizados administrativamente.

Art. 32. Admitir-se-ão no Processo Administrativo Disciplinar todos os meios de provas em direito permitidas, e em especial, prova testemunhal, acareações, diligências, perícias, assessoramento técnico e inspeções.

Parágrafo Único - A prova emprestada é cabível no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar, desde que obtida por meio lícito e respeitado o contraditório.

Art. 33. De toda prova juntada aos autos será cientificado o acusado, com o intuito de assegurar o contraditório.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Art. 34. Na hipótese de a Comissão entender que os elementos do processo são insuficientes para bem caracterizar a ocorrência poderá ouvir previamente a vítima, quando houver, o denunciante e o acusado da irregularidade ou infração funcional.

Parágrafo Único - Tão logo instalados os trabalhos, ou quando no decorrer destes advier indícios concludentes de responsabilidade imputável a servidor não mencionado na portaria de instauração, deverá a Comissão solicitar à autoridade instauradora o aditamento desta portaria para que conste o nome do envolvido e os fatos e atos a ele imputados, bem como promover sua citação para acompanhar o processo, pessoalmente ou através do advogado regularmente constituído nos autos, e exercer o seu direito de defesa.

Art. 35. A citação é o ato essencial e indispensável pelo qual o servidor é cientificado da imputação que lhe é feita e é chamado para defender-se.

§ 1º. O Presidente da Comissão mandará citar pessoalmente o acusado sobre o Processo Administrativo Disciplinar contra ele instaurado, indicando o horário e local de funcionamento da Comissão, facultando-lhe o direito de acompanhar o processo desde o início, por intermédio de advogado legalmente constituído, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir novas provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial, bem como requerer diligências ou perícias.

§ 2º. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado, por edital publicado no diário oficial do município e em jornal de circulação no Município.

§ 3º. Será dada vista dos autos do Processo Administrativo Disciplinar ao acusado interessado ou ao advogado, no local de funcionamento da Comissão, durante o horário normal de expediente.

§ 4º. É facultado ao acusado com ou sem intermédio de um advogado, apresentar defesa preliminar/prévia no primeiro ato processual ou no prazo de 05 (cinco) dias, devendo constar qualquer excludente de ilicitude do acusado, rol de testemunhas e provas que pretende produzir nos autos de forma antecipada.

§ 5º. O acusado e testemunhas serão intimados com antecedência mínima de 72 horas quanto à data da audiência.

Art. 36. O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar a Comissão o local onde será notificado.

§ 1º. Se o acusado não fizer a comunicação referida neste artigo, estando, portanto, em lugar incerto e não sabido, essa circunstância deve ser registrada por termo assinado pelos membros da Comissão, com base nos termos de diligências, no mínimo 3 (três), que deverão conter dia e a hora em que foram efetuadas e informações porventura colhidas, sendo assinadas pelas pessoas que residam no referido endereço ou próximo dele ou testemunhas.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001





# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

§ 2º. Sem prejuízo de outras providências que entender cabíveis, o Presidente da Comissão, após determinar a juntada aos autos dos referidos termos deverá adotar as providências cabíveis para notificação por edital do acusado, na forma estabelecida pelo art. 207, da Lei Complementar nº 95/2008.

Art. 37. Verificando-se que o acusado se oculta para não ser citado, quando, por 3 (três) vezes, o Secretário das Comissões houver procurado o acusado em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia seguinte, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

§ 1º. No dia e hora designados, o Secretário das Comissões comparecerá ao domicílio ou residência do acusado, a fim de realizar a citação.

§ 2º. Se o acusado não estiver presente, o Secretário das Comissões procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o acusado se tenha ocultado.

§ 3º. Da certidão de ocorrência, o Secretário das Comissões deixará contrafé com pessoa da família ou com qualquer vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.

Art. 38. Apresentando-se o indiciado independentemente de citação, seu comparecimento será registrado mediante termo por ele também assinado, abrindo-se vista do processo na repartição.

Art. 39. É facultado ao servidor acompanhar o processo, podendo para tanto, constituir advogado ou realizar sua própria defesa.

Parágrafo Único - Compete ao advogado constituído informar telefone de contato, e-mail e endereço profissional no qual receberá as intimações e notificações, bem como comunicar à comissão processante qualquer mudança de endereço.

Art. 40. Se no decorrer dos trabalhos surgirem indícios de responsabilidade imputável a servidor estranho ao Processo Administrativo Disciplinar, será este citado pelo Presidente da Comissão para exercer o direito de acompanhá-lo a partir desse momento, devendo ser solicitada o aditamento da portaria instauradora.

Art. 41. As reuniões e audiências da Comissão serão registradas em atas, que deverão detalhar as deliberações adotadas, bem como deixar consignada, se for o caso, a data da próxima audiência e intimados os presentes a fim de permitir maior celeridade aos trabalhos.

Art. 42. O Presidente da Comissão zelará pela ordem nas audiências e reuniões, podendo usar os meios coercitivos necessários, e inclusive retirar do recinto pessoas que estiverem tumultuando os trabalhos.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Art. 43. O Presidente da Comissão poderá motivadamente denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos ou quando:

- a) versarem sobre fatos já provados;
- b) não tiverem nexos com o objeto da causa;
- c) forem de produção impossível;
- d) tiverem relação com fato sobre o qual a lei exige forma própria de provar.

Parágrafo Único - Do indeferimento de quaisquer diligências probatórias cabe pedido de reconsideração no prazo de 03 (três) dias. Mantido o indeferimento, cabe recurso hierárquico à autoridade instauradora, no mesmo prazo, sem efeito suspensivo, devendo o recorrente demonstrar a pertinência, a relevância e a possibilidade da prova requerida.

Art. 44. Será indeferido pelo Presidente da Comissão pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito, ou de fato de amplo conhecimento

## CAPÍTULO X DA INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHAS

Art. 45. A Comissão sempre que desejar ouvir testemunha expedirá mandado de intimação, a ser cumprido pelo Secretário das Comissões, no qual conste o número do processo disciplinar, a finalidade da convocação, o dia, a hora e o local em que será prestado o depoimento, devendo a segunda via do mandado, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

Parágrafo único - As intimações devem ser, sempre que possível entregues direta e pessoalmente ao destinatário, com contra recibo lançado nas cópias dos mandados.

Art. 46. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao superior hierárquico da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para a inquirição.

§ 1º. A recusa ou não comparecimento injustificado de servidor regularmente intimado para prestar depoimento, configura incidência no inciso IV do artigo 165 da Lei Complementar n. 95/2008.

§ 2º. O servidor que estiver em gozo de férias poderá ser intimado para prestar depoimento ou declarações, em face do princípio da supremacia do interesse público.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Art. 47. Pode recusar-se a depor o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, o irmão e o pai, a mãe, ou filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obtiverem-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

Art. 48. São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

Art. 49. As autoridades contempladas com a prerrogativa prevista no art. 221 do Código Processo Penal – CPP, aplicando-se, pelo Princípio da Simetria, aos Secretários, serão oficiadas para que, no prazo de 10 (dez) dias, reservem dia, hora e local para prestar declarações.

Parágrafo Único - A autoridade que deixar de prestar declarações no prazo previsto neste artigo, perderá a prerrogativa de função e será intimada a comparecer perante a Comissão, em dia, hora e local por esta determinada, sob pena de responsabilização.

Art. 50. As intimações de terceiros serão realizadas por mandado, a ser cumprido pelo Secretário das Comissões, por via postal com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo.

Parágrafo Único - No caso em que pessoas estranhas ao serviço público se recusem a depor perante a Comissão, o Presidente poderá solicitar à autoridade policial competente, providências no sentido de serem elas ouvidas na polícia, encaminhando, para tanto, àquela autoridade, a matéria reduzida a itens, sobre a qual devam ser ouvidas.

Art. 51. As testemunhas arroladas pelo acusado deverão ser intimadas a comparecer na audiência, salvo quando o acusado, por escrito, se comprometer em apresentá-las, espontaneamente.

§ 1º. Será intimada a testemunha que não comparecer espontaneamente e cujo depoimento for considerado imprescindível pela Comissão Processante.

§ 2º. A defesa poderá substituir a testemunha que não compareceu, se quiser, apresentando na mesma data designada para a audiência, outra testemunha.

Art. 52. As pessoas impossibilitadas de comparecer para depor por enfermidade, idade avançada ou motivo relevante, se consentirem, serão inquiridas onde estiverem.

§ 1º. O Presidente da Comissão processante poderá designar dia, hora e local para inquirir a testemunha que, por enfermidade, idade avançada ou motivo relevante, inclusive por estar recolhida à prisão, estiver impossibilitada de comparecer à audiência, mas não de prestar depoimento.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

§ 2º. A Comissão poderá, no caso de testemunha recolhida à prisão, fazer a inquirição por escrito, dirigindo correspondência à autoridade competente, para que tome o depoimento, conforme as perguntas formuladas e, se for o caso, pelo advogado de defesa, constituído ou dativo.

Art. 53. Se nem todas as testemunhas intimadas puderem ser ouvidas no mesmo dia, o Presidente da Comissão expedirá nova intimação, com indicação do local, dia e hora para serem ouvidas.

Art. 54. O acusado tem o direito de permanecer na sala de audiência quando da inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se lhe, porém, reinquiri-las no final de cada depoimento, depois de esgotadas as perguntas feitas pelos componentes da Comissão.

Parágrafo Único - O acusado poderá ser retirado da sala de audiências quando o Presidente da Comissão entender que a sua presença pode comprometer a disposição de testemunha ou declarante. Neste caso, o incidente será consignado, e a instrução prosseguirá com o seu advogado, se presente, ou com defensor nomeado para o ato.

Art. 55. As testemunhas serão inquiridas separadamente, se possível no mesmo dia, ouvindo-se previamente, as indicadas pela comissão e por último as arroladas pelo indiciado.

Art. 56. Não será permitido que a testemunha manifeste suas opiniões pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.

Art. 57. Se a testemunha for menor de 18 anos, deverá ser assistida pelo seu responsável legal e seu depoimento será tomado sem compromisso, sendo considerado apenas como informante.

Parágrafo Único - Quando a testemunha tiver relação de parentesco ou amizade com o acusado, também será ouvida apenas como informante.

Art. 58. Havendo dúvida quanto à sanidade mental de testemunha, pode a Comissão realizar a oitiva desta apenas como informante, sem o compromisso legal do art. 203, do CPP.

Art. 59. Na redução a termo do depoimento, o Presidente da Comissão deverá cingir-se, tanto quanto possível, às expressões usadas pelas testemunhas, reproduzindo fielmente as suas frases.

Art. 60. Se necessário, o Presidente da Comissão poderá solicitar que as testemunhas ou o acusado procedam ao reconhecimento de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com os atos ou fatos que estejam sendo apurados no inquérito.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Art. 61. Se qualquer pessoa que não haja sido convocada propuser-se a prestar declarações ou formular denúncias, será tomado seu depoimento fazendo constar no início do termo às circunstâncias do seu comparecimento espontâneo.

Art. 62. Terminado o depoimento será feita a leitura pelo Secretário das Comissões, a fim de possibilitar as retificações cabíveis. O depoimento será assinado ao final, bem como rubricadas todas as suas folhas, pela testemunha, pelo presidente, pelos membros e pelo acusado e seu advogado, se presentes.

§ 1º. Se a testemunha não souber assinar, ou não puder fazê-lo, o presidente pedirá a alguém que o faça por ela, depois de lido na presença de ambos.

§ 2º. É facultado à testemunha solicitar cópia do termo de depoimento, que deverá ser fornecida ao término do mesmo.

Art. 63. Nas audiências onde forem inquiridas testemunhas e informantes, tão logo a Comissão finalize as suas perguntas, dará a palavra à defesa, na pessoa do acusado e/ou seu advogado, a fim de que este formule as perguntas que entenda necessárias.

Parágrafo Único - A Comissão, após as perguntas da defesa, poderá formular outras de seu interesse, sem prejuízo de nova intervenção da defesa.

Art. 64. O Presidente da Comissão, antes de dar início ao depoimento, advertirá o depoente, se estranho ao serviço público, de que se faltar com a verdade responderá pelo crime de falso testemunho.

Parágrafo Único - Em se tratando de servidor público, será advertido pelo Presidente da Comissão que, se recusar a prestar depoimento ou falsear a verdade, responderá disciplinarmente pela quebra do dever de lealdade, sem prejuízo da eventual responsabilidade penal por desobediência ou falso testemunho, conforme o caso.

Art. 65. O Presidente da Comissão poderá indeferir fundamentadamente perguntas impertinentes, devendo registrá-las no termo.

Art. 66. O Presidente da Comissão processante poderá determinar, de ofício ou a requerimento e sempre de forma fundamentada:

I - A oitiva de testemunhas referidas nos depoimentos;

II - A acareação de duas ou mais testemunhas, ou de alguma delas com o acusado, quando houver divergência essencial entre as declarações sobre fato que possa ser determinante na conclusão do procedimento;

III - A produção de nova prova que entender necessária;

IV - A dispensa de prova requerida que ainda não tenha sido produzida.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## CAPÍTULO XI ACAREAÇÃO

Art. 67. A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha e entre testemunhas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes, desde que não possa ser esclarecido por outro meio de prova de maior segurança.

Art. 68. O termo de acareação deverá conter referências sobre as declarações anteriores dos acareados e se foram ou não confirmadas.

Art. 69. Os acareados serão reperguntados, para que expliquem os pontos de divergência, reduzindo-se a termo o ato de acareação, que será assinado pelos acareados, pelos integrantes da comissão e pelo acusado.

Art. 70. Se ausente algum dos intimados para a acareação, ao que estiver presente dar-se-á a conhecer os pontos de divergência, consignando-se o que explicar ou observar.

## CAPÍTULO XII DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO

Art. 71. Concluída a produção de provas acusatórias e da defesa, a Comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 1º. Se houver mais de um acusado, cada um deles será interrogado separadamente, e, sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º. Antes de marcar a data para o interrogatório do acusado, deve a Comissão, por seu presidente, indagar objetivamente ao mesmo se tem outras provas a produzir e, na negativa, consignar no termo de audiência.

Art. 72. O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.

§ 1º. Na primeira parte, o acusado será perguntado sobre a residência, meios de vida ou profissão, oportunidades sociais, lugar onde exerce a sua atividade, vida pregressa e outros dados familiares e sociais que possam vir a influenciar as conclusões da Comissão.

§ 2º. Na segunda parte será perguntado sobre:

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

I - ser verdadeira a acusação que lhe é feita;

II - não sendo verdadeira a acusação, se tem algum motivo particular a que atribuí-la, se conhece a pessoa a quem deva ser imputada a prática da infração disciplinar, e quais sejam.

Art. 73. O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento da autoridade julgadora.

## CAPÍTULO XIII DAS DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS

Art. 74. Sempre que a Comissão necessitar colher elementos ou esclarecer dúvidas a Comissão poderá:

I - realizar diligências, cujos resultados deverão ser reduzidos a termo;

II - solicitar à autoridade instauradora a realização de perícia ou de assessoria técnica, formulando previamente os quesitos ou temas que devam ser respondidos ou desenvolvidos, quando o assunto demandar conhecimentos especializados.

Art. 75. Sempre que possível, a escolha dos peritos e dos assessores técnicos deverá recair entre servidores públicos municipais, salvo se, em função da matéria, esse procedimento for inviável, quando então a Comissão solicitará à autoridade instauradora autorização para sua realização por terceiros, expondo os motivos que a justifiquem.

Art. 76. Se a Comissão tiver de proceder a inventário de bens, exame contábil ou conferência de valores que estiveram confiados a funcionários acusados de malversação, poderá recorrer a peritos ou assessores técnicos de sua confiança, nomeados pela autoridade instauradora mediante portaria.

Art. 77. Quando for necessário exame para reconhecimento de escritos, por comparação de letra, se não houver escritos para a comparação ou se forem insuficientes os exibidos, o Presidente da Comissão pedirá que a pessoa escreva o que lhe for ditado.

Art. 78. O Presidente da Comissão deverá providenciar também, a colheita de material para exame mecanográfico, quando este for indispensável à elucidação dos fatos.

Art. 79. Compete ao Presidente da Comissão:

I - indeferir quesitos impertinentes;

II - formular os que entender necessários ao esclarecimento da causa.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001





# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

III – indeferir solicitações de perícias de documentos públicos sem a apresentação de prova de falsidade.

Art. 80. É facultado ao servidor acusado, dentro de 5 (cinco) dias, contados da intimação do despacho de prazo para a realização da perícia:

I - indicar o assistente técnico;

II - apresentar quesitos.

§ 1º. Incumbe ao servidor acusado cientificar da data e local da realização da perícia o assistente técnico que indicar.

§ 2º. O não comparecimento do assistente técnico para realização da prova não impedirá sua realização.

§ 3º. O não comparecimento do servidor acusado ao exame implicará na preclusão da prova, devendo o perito informar por escrito o exame a que seria submetido e a não realização do exame.

Art. 81. O perito apresentará o laudo a Comissão, no prazo de 10 (dez) dias depois de realizada a perícia.

Parágrafo Único - O assistente técnico oferecerá seu parecer no prazo de 10 (dez) dias, após intimado o servidor e seu procurador ou advogado da apresentação do laudo.

Art. 82. A Comissão poderá determinar, de ofício ou a requerimento do servidor, a realização de nova perícia, somente quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida.

§ 1º. A segunda perícia tem por objeto os mesmos fatos sobre que recaiu a primeira e destina-se a corrigir eventual omissão ou inexatidão dos resultados a que esta conduziu.

§ 2º. A segunda perícia rege-se pelas disposições estabelecidas para a primeira.

§ 3º. A segunda perícia não substitui a primeira, cabendo a Comissão apreciar livremente o valor de uma e outra.

Art. 83. A Comissão poderá dispensar prova pericial quando constarem dos autos pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.

## CAPÍTULO XIV DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL

Art. 84. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, ou se é dependente químico, a Comissão proporá à autoridade competente que ele seja sub-

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001





# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

metido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

§ 1º. São quesitos fundamentais ao esclarecimento da questão:

- a) se o servidor é portador de insanidade mental e qual é a classificação da doença;
- b) se a enfermidade mental interfere na capacidade de discernimento;
- c) se a enfermidade estava presente à época dos fatos ou se foi superveniente.

§ 2º. O incidente de insanidade mental será processado em autos apartados e apensos ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

§ 3º. Nos casos em que elementos constantes dos autos apontem para a possível doença mental do acusado ou dependência química, em havendo nexos com o mérito do processo, será igualmente efetuada perícia. Constatada a enfermidade, o servidor será encaminhado para o fim do tratamento e licenças adequadas.

## CAPÍTULO XV DA INDICIAÇÃO

Art. 85. Encerrada a instrução, a Comissão elaborará termo de indicação, com uma exposição sucinta e precisa dos fatos arrolados que confirmam o acusado como autor da irregularidade ou o eximem de culpa, que deverá ser anexada à citação de ordem pessoal do mesmo para apresentar defesa escrita.

Art. 86. A indicação, relacionando as provas contra o indiciado, delimita processualmente a acusação, não permitindo que, posteriormente, no relatório ou no julgamento, sejam considerados fatos nela não discriminados.

Parágrafo Único - Fica proibida a juntada aos autos de provas que venham a agravar a acusação contida no referido termo após a ultimação da instrução. Quando da superveniência de prova que venha agravar a acusação, deverá a Comissão elaborar relatório parcial e encaminhá-lo este à autoridade instauradora, propondo a reabertura da instrução.

Art. 87. Se as provas dos autos levarem à conclusão de que as irregularidades foram cometidas por outra pessoa, e não pelo servidor acusado, deverá a Comissão, em exposição de motivos fundamentada, fazer os autos conclusos à autoridade instauradora, com a sugestão de absolvição antecipada, arquivamento do processo e instauração de novo processo para responsabilização do servidor apontado como autor das irregularidades.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Parágrafo Único - No mesmo sentido deve proceder a Comissão se, com base nas provas dos autos, reconhecer que os fatos, mesmo sendo da autoria do acusado, foram praticadas em circunstâncias licitizantes - estado de necessidade (CP art. 24), legítima defesa (CP art. 25) e estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito (CP art. 23, inc. III), podendo a autoridade instauradora proceder ao julgamento antecipado, absolvendo o acusado e arquivando o processo.

## CAPÍTULO XVI DA DEFESA

Art. 88. A defesa preliminar/prévia são as alegações escritas que o acusado apresenta logo após o interrogatório, ou no prazo de 5 (cinco) dias, tendo como objetivo impedir ou evitar a instauração de lide temerária.

Parágrafo único - O acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Art. 89. Terminada a instrução do processo, o indiciado será citado por mandado expedido pelo Presidente da Comissão, que terá como anexo cópia da indicição, para apresentar defesa escrita, no prazo de 20 (vinte) dias, assegurando-se lhe vista do processo na unidade, pessoalmente ou por intermédio de seu procurador.

§ 1º. Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum de 20 (vinte) dias.

§ 2º. Sendo entregue a citação aos indiciados em dias distintos, o prazo fluirá a partir do recebimento do último citado.

§ 3º. O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, ou seja, por 40 (quarenta) dias, para diligências reputadas indispensáveis.

Art. 90. A citação para apresentar defesa é pessoal e individual, devendo ser entregue diretamente ao indiciado pelo Secretário das Comissões, mediante recibo em cópia do original.

Parágrafo Único - No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa conter-se-á da data declarada em termo pelo Secretário das Comissões, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Art. 91. Havendo vários indiciados e sendo deferido pedido de perícia ou diligência de um deles, a prorrogação do prazo da defesa beneficia os demais, que, se já tiverem entregue suas defesas, poderão aditar novas razões.

Art. 92. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado, por edital publicado no diário oficial do município e em jornal de circulação no Município.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

§ 1º. O prazo para o indiciado apresentar defesa escrita começará a fluir a partir do momento em que for intimado da última publicação do edital.

§ 2º. O indiciado poderá, a qualquer tempo, ingressar nos autos, que prosseguirá da fase em que se encontrar, sem reabertura dos prazos já decorridos.

Art. 93. Apresentando-se o indiciado em função do edital, seu comparecimento será registrado mediante termo por ele assinado, onde consignar-se-á a ciência do início do prazo para apresentação da defesa, abrindo-se vista do processo na repartição.

Art. 94. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º. A não apresentação de defesa será certificada nos autos, mediante termo específico de declaração de revelia e nomeação de defensor dativo, nomeado pela autoridade instauradora mediante portaria, prosseguindo o processo com a prática dos atos processuais subsequentes.

§ 2º. Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo, após solicitação do Presidente da Comissão, designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou do mesmo nível, ou nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 3º. A declaração de revelia devolverá o prazo de 20 (vinte) dias.

## CAPÍTULO XVII DO RELATÓRIO

Art. 95. Apresentadas às razões finais de defesa, a Comissão processante elaborará relatório, que será sempre conclusivo acerca da inocência ou da responsabilidade do servidor e que deverá conter:

I - Relatório, contendo a indicação sucinta e objetiva dos principais atos processuais;

II - Fundamentação, com a análise das provas produzidas e das alegações de defesa, bem como as circunstâncias agravantes e atenuantes incidentes na espécie;

III - Conclusão, com proposta justificada, sendo que, em caso de punição, deverá ser indicada a sanção administrativa disciplinar cabível e sua fundamentação legal.

Art. 96. O Relatório será aprovado por voto da maioria, com a assinatura de todos os membros da comissão, facultado o oferecimento de voto em separado e vedada à abstenção de voto.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Parágrafo Único - O Relatório deverá registrar qualquer crime de ação pública do qual a comissão tenha conhecimento em razão do ofício, bem como ato de improbidade, dano ao erário ou às partes, ou situação que tenha contribuído para a ocorrência, recomendando medidas de prevenção e correção.

Art. 97. O relatório de conclusão da instrução poderá, ainda, propor o arquivamento do processo por insuficiência de provas, perda de objeto ou por não ter sido possível apurar a autoria.

Art. 98. O relatório poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela Administração, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no inquérito.

## CAPÍTULO XVIII DO JULGAMENTO E PENALIDADES

Art. 99. O processo disciplinar, com o relatório da Comissão, será remetido à autoridade que determinou a instauração, que proferirá a decisão após formar sua convicção pela livre apreciação das provas.

§ 1º. Nos casos em que a Comissão conclua pelo cometimento de infração grave, sujeita à penalidade de demissão ou destituição de cargo em comissão ou função gratificada, deverá a autoridade julgadora, antes de proferir sua decisão, submeter o inquérito administrativo à análise e parecer da Assessoria Jurídica do Município.

§ 2º. Nos casos em que a Comissão conclua pelo cometimento de infração sujeita às penalidades de advertência, suspensão ou multa alternativa à penalidade de suspensão, o inquérito administrativo somente será submetido a análise e parecer da Assessoria Jurídica do Município quando suscitar dúvida legal capaz de prejudicar a ampla defesa do servidor.

Art. 100. O acusado, no processo disciplinar, defende-se contra a imputação de fatos ilícitos, podendo a autoridade administrativa adotar capitulação legal diversa da que lhes deu a Comissão Processante, sem que implique cerceamento de defesa.

Art. 101. Se o relatório final contrariar as provas dos autos ou se for verificada a existência de qualquer outro vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do mesmo e constituirá outra Comissão para refazer o processo a partir dos atos declarados nulos.

Parágrafo Único - O Inquérito Administrativo só é nulo em razão de irregularidades que impliquem em cerceamento de defesa.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Art. 102. Se nova Comissão for designada para refazer o processo, deverão ser repetidos os depoimentos, ainda que apenas para confirmá-los.

Art. 103. Se a nova Comissão for designada para ultimar o processo, não é necessário a repetição dos depoimentos.

## CAPÍTULO XIX DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

Art. 104. Extingue-se a punibilidade:

I - pela morte do agente;

II - pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como infração;

III - pela prescrição.

Art. 105. Em qualquer fase do processo, se reconhecida à extinção da punibilidade, a autoridade julgadora deverá declará-la de ofício. Se o reconhecimento da extinção da punibilidade ocorrer durante a fase de instrução, a Comissão deve relatar essa circunstância e fazer os autos conclusos à autoridade instauradora.

Art. 106. Extinta a punibilidade pela prescrição, de acordo com o artigo nº 186 da LC nº95/2008, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor, pelo prazo de cinco anos, e o arquivamento do processo, se os autos prosseguirem até decisão final.

## CAPÍTULO XX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 107. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 108. Serão assegurados transporte e diárias aos membros da Comissão e ao Secretário das Comissões, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Art. 109. Todas as autoridades administrativas, independentemente de grau hierárquico, assim como todos os funcionários, servidores e agentes públicos, dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, devem conferir prioridade ao atendimento das requisições das comissões de processo administrativo disciplinar.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

§ 1º. O atendimento às requisições das comissões processantes deve ocorrer dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, se outro prazo nelas não houver sido fixado, levando-se em conta a preclusão dos atos processuais, assim como a natureza e o grau de complexidade do objeto da requisição.

§ 2º. A inobservância do disposto no § 1º constitui falta de exatidão no cumprimento de dever funcional e, vindo em prejuízo do interesse público, importará em responsabilidade administrativa, civil e penal.

Art. 110. É garantido o acesso irrestrito à Unidade Central de Controle Interno ao conteúdo das sindicâncias e processos administrativos disciplinares relativos aos servidores do Município de Apiúna.

Art. 111. Esta Instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se no que couber aos processos já existentes.

---

Maicon Rodrigo Bernardi

Controlador Interno

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



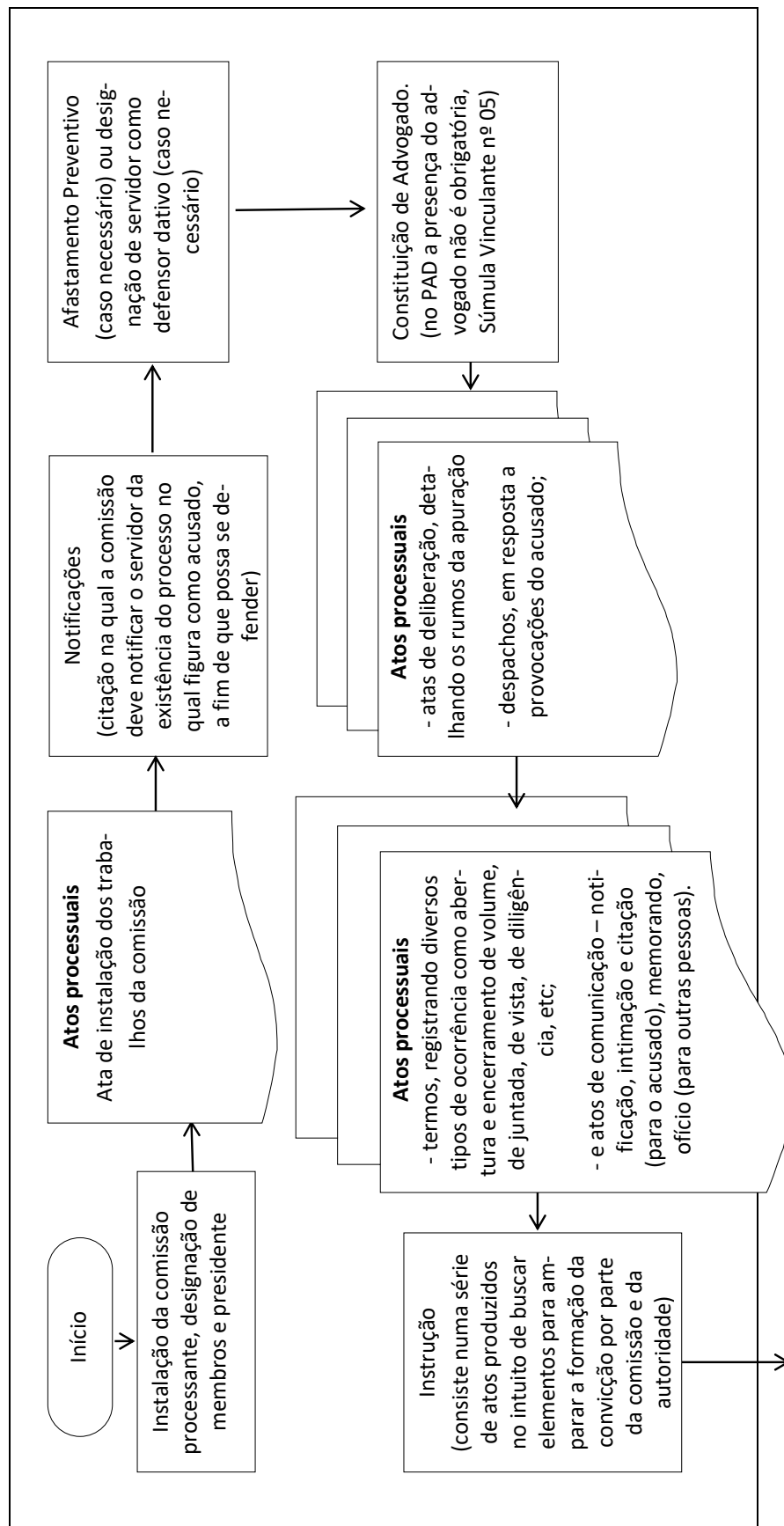
# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

ANEXO ÚNICO

## FLUXOGRAMA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR



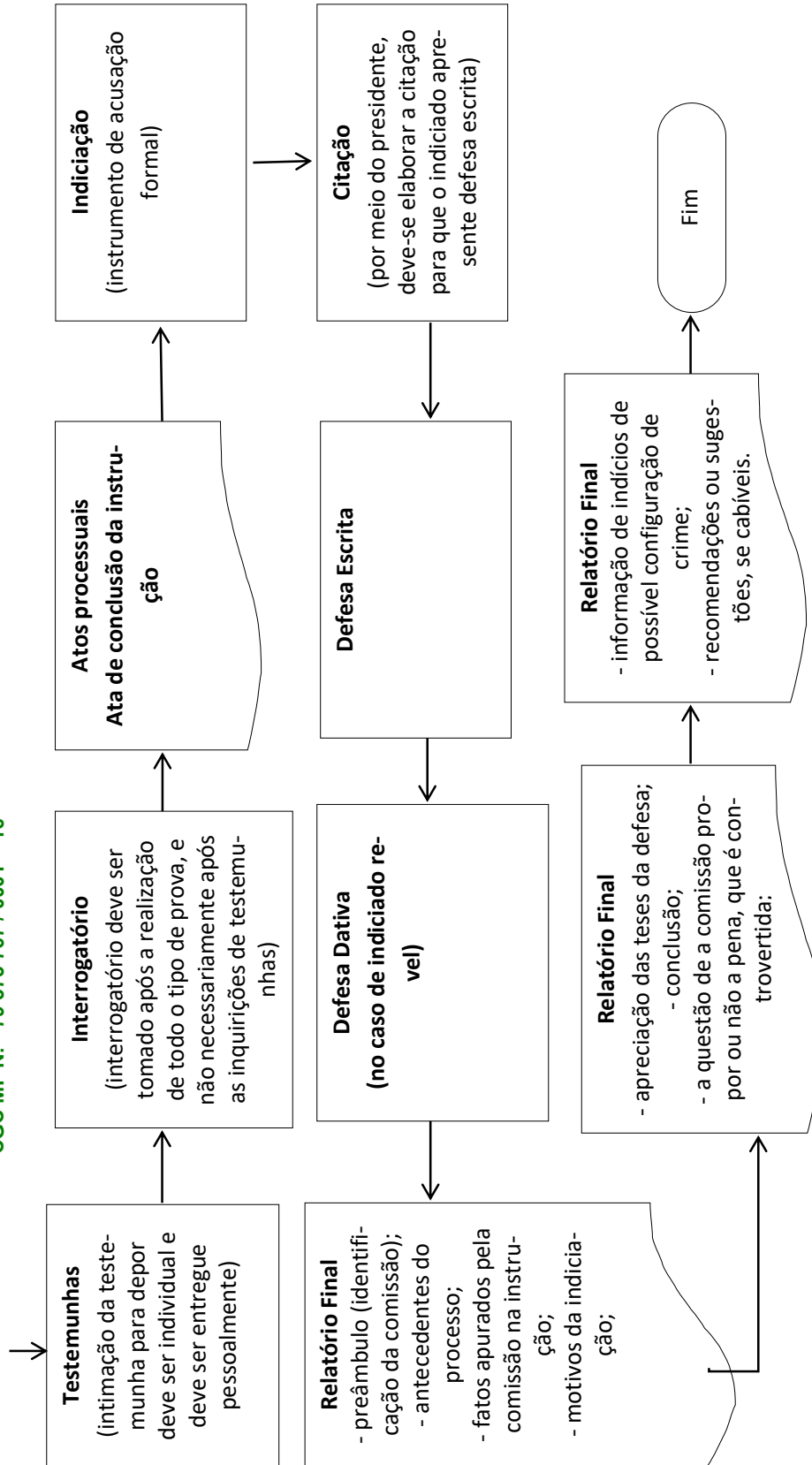
Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16



Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



**DECRETO N° 3043/2018**

Publicação N° 1774355



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

**DECRETO N° 3043/2018**

De 10/10/2018

**APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I. N°06/2018 DA CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO QUE DISPÕE PROCEDIMENTOS PARA COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE APIÚNA.**

**JOSÉ GERSON GONÇALVES**, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Complementar N° 70/2003, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Apiúna:

## **DECRETA**

**Art. 1º** - Fica aprovada a Instrução Normativa C.I. N°06/2018, de responsabilidade da Controladoria Municipal, que dispõe sobre procedimentos para compras, licitações, contratos e fiscalização de obras públicas no âmbito da administração direta e indireta do poder executivo municipal, fazendo parte integrante deste Decreto.

**Art. 2º** - Caberá a Controladoria do Município prestar orientações às situações não contempladas pela Instrução Normativa C.I. N° 06/2018, devendo as mesmas serem de observância obrigatória.

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de Outubro de 2018.

**JOSÉ GERSON GONÇALVES**  
Prefeito Municipal

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I. N.º 06/2018

Dispõe sobre procedimentos para compras, licitações, contratos e fiscalização de obras públicas da Administração Direta e Indireta do Município de Apiúna.

A Controladoria Interna do Município de Apiúna, de acordo com a lei Complementar Municipal n° 70/2003, e no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar Municipal n° 117, de 15 de dezembro de 2011, e,

Considerando, que as ações dos agentes públicos devem obedecer aos princípios da moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência;

Considerando, que a Lei Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1993 estabelece procedimentos para o processo de compras e contratação de obras e serviços;

Considerando, que a economicidade, o planejamento e a coordenação são princípios norteadores dos atos da Administração Pública;

Considerando, que a contratação de obras públicas deve preservar as metas e os projetos traçados no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;

Considerando, que a Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) impõe planejamento nas ações dos agentes públicos; e,

Considerando, a necessidade de padronização e normatização do sistema de contratação de obras públicas no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

### RESOLVE:

Art. 1º As contratações de obras públicas a serem realizadas pelo Município de Apiúna obedecerão a presente Instrução Normativa.

Art. 2º Cada órgão da Administração Pública deverá planejar, com antecipação, suas obras para o ano vigente, conforme normas estabelecidas nesta instrução Normativa.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## CAPÍTULO I DA SOLICITAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

Art. 3º Todas as contratações de obras a serem realizadas pelo Poder Executivo do Município de Apiúna, obedecerão a presente Instrução, e deverão ser precedidas de solicitação formal, através de um documento denominado “SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE OBRA”, que poderá ser preenchido conforme modelo (*Anexo II desta instrução*) ou realizada diretamente no sistema informatizado de compras do Município e posteriormente impressa, conforme determinação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, constando o objeto (*de que obra se trata*), a sua finalidade, os recursos (*dotações*) orçamentários que serão utilizados, todos os itens constantes da planilha orçamentária de engenharia e a pessoa responsável pela solicitação, iniciando-se assim a fase interna do procedimento.

Parágrafo único - nos casos em que se optar por realizar a solicitação por meio de sistema informatizado de compras, utilizar-se-á a opção “Requisição ao Compras”.

Art. 4º A solicitação de contratação de obra ou a requisição ao compras deverá ser elaborada e assinada pelo Secretário Municipal solicitante, ou por pessoa formalmente designada por ele, e ser dirigida para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo único. A Solicitação de Contratação de Obra prevista no caput deverá estar devidamente preenchida e assinada e vir acompanhada dos seguintes documentos:

- I – Solicitação para Contratação de Obra (Anexo II);
- II – Justificativa (*tanto para a realização da obra, quanto da ausência de um dos documentos listados dos incisos III ao XIV*);
- III – Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) ou Registro de Responsabilidade técnica (RRT) de projeto e de orçamento;
- IV – Manifestação ambiental, se for o caso;
- V – Licenças e autorizações nas interferências (*possíveis conflitos entre a obra nova e instalações já existentes ou com área de domínio de outros*), se for o caso;
- VI – Certidões Municipais relativas ao local, conforme a obra;
- VII – Estudos geotécnicos (*sondagens do solo*), conforme a obra;
- VIII – Cronograma Físico-Financeiro;
- IX – Composição de BDI;
- X – Custo Unitário de Referência;
- XI – Projeto completo (*básico e/ou executivo*);
- XII – Memorial descritivo;
- XIII – Orçamento Estimativo (*planilha Orçamentária*);
- XIV – Quadro de Composição do Investimento, se for o caso;
- XV – Manifestação sobre projeto por parte do Corpo de Bombeiros Militar, se for o caso;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

XVI – Termo de referencia, se for caso, conforme a complexidade da obra e a necessidade de informações adicionais para a elaboração do processo licitatório.

Art. 5º A ausência de qualquer dos documentos supracitados deve ser justificada, conforme disposto no inciso II do parágrafo único do art. 4º.

Art. 6º Deve-se observar que todos os documentos supracitados devem estar devidamente datados e assinados pelo responsável e identificar o objeto (*de que obra se refere*).

Art. 7º A Solicitação para Contratação de Obra deverá indicar, no campo observações, quando houver a intensão do solicitante pelas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, porém ficando a decisão pela modalidade ou forma de aquisição, a cargo da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

## CAPÍTULO II DA DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Art. 8º. Respeitados os procedimentos descritos nos Art. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, e os procedimentos e documentos descritos nos arts. 3º e 4º desta instrução, a contratação de pessoa jurídica para a realização de obras públicas para o Município de Apiúna, quando for dispensável ou inexigível a licitação, deverá respeitar os seguintes procedimentos:

- I – Preencher a Solicitação para a Contratação de Obra, conforme art. 3º desta instrução, observando os códigos da despesa de cada órgão de acordo com o orçamento vigente e orientações da Contabilidade;
- II – Juntar à solicitação supracitada todos os documentos descritos nos incisos de I a XV do parágrafo único do art. 4º desta instrução;
- III – Na justificativa de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 4 desta instrução, justificar o motivo que torna sem necessidade a realização da licitação, conforme preceituam os artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, apontando o enquadramento em um dos incisos dos referidos artigos;
- IV – Informar a pessoa jurídica que será contratada;
- V – Determinar o período da contratação;
- VI – Solicitar a seguinte documentação à empresa, autenticada se for o caso:
  - a) Identificação do responsável pela assinatura do contrato (*proprietário da empresa, diretor, gerente ou qualquer outra pessoa com procuração especial*);
  - b) carteira de identidade e CPF do proprietário da empresa ou qualquer outra pessoa com procuração especial;
  - c) comprovante de residência;
  - d) Contrato ou estatuto social da empresa ou organização, juntando se for o caso a última alteração;
  - e) Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;
  - f) Certidão Negativa de débitos estaduais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;
  - g) Certidão Negativa de débitos junto a Receita Federal, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

- h) Certidão Negativa junto à Caixa Econômica Federal, referente ao FGTS;
- i) Matrícula atualizada do imóvel, nos casos de locação de imóveis;
- j) Certidão/contrato/comprovação de exclusividade, quando for o caso;
- k) Outros documentos não elencados na presente instrução, porém atinentes à contratação pretendida.

VII – Encaminhar a solicitação, juntamente com a documentação disposta nos incisos anteriores e outros documentos que o solicitante julgar pertinentes, devidamente preenchidas e assinadas pelo Secretário da Pasta à Secretaria de Administração e Finanças para análise e instrução dos processos;

VIII – Analisados e instruídos os processos, a Secretaria de Administração submeterá os processos ao Prefeito Municipal para aprovação/autorização;

IX – Depois de autorizado, o processo será encaminhado ao Setor de Licitações para a montagem e registro do processo no sistema informatizado e confecção do contrato, sendo que o contrato deverá conter, dentre outras, cláusula específica indicando os valores ou percentuais de mão de obra, bem como cláusula específica obrigando a contratada a inserir no corpo das notas fiscais que vier a emitir, as informações dispostas no inciso XVI deste artigo.

X – A disponibilidade orçamentária, referente às dotações indicadas na solicitação para a contratação de obra, deverá ser atestada pelo Departamento de Contabilidade mediante Parecer;

XI – Após devidamente instruído o processo, numerado, com documentos autuados e rubricados, o Setor de Licitações submeterá o processo à Assessoria Jurídica do Município para a emissão de parecer;

XII – O processo, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica do Município, deverá ser devolvido ao Setor de Licitações, que formalizará o processo, procedendo às adequações quando mencionadas no parecer, colhendo as assinaturas necessárias das partes, publicando-o e celebrando o contrato, encaminhando ao Setor Contábil.

XIII – O setor de Contabilidade procederá a emissão de prévio empenho da despesa, sendo que no histórico do empenho deverá constar, além do objeto, a identificação clara do convênio a que se refere a obra, se for o caso, e encaminhará uma cópia da mesma para o solicitante para a confecção da Ordem de Serviço;

XIV – Nenhuma obra será autorizada sem a emissão prévia de empenho, cujo termo será indispensável para a emissão da ORDEM DE SERVIÇO, que deve ser elaborada pelo responsável solicitante da obra e encaminhada ao contratado;

XV – O Fornecedor, de posse da Ordem de Serviço, ficará autorizado a realizar a obra, observando-se todos os aspectos contratuais;

XVI – Realizada uma etapa da obra ou concluindo-se a obra, conforme estabelecido contratualmente e cronograma de execução da obra, o engenheiro designado para o acompanhamento e fiscalização da mesma, deverá realizar a medição da obra, de forma pormenorizada contendo itens detalhados, quantidades, valores unitários e totais, em conformidade com o projeto básico e/ou executivo, bem como a identificação clara do convênio a que se refere a obra, se for o caso.

XVII – Com base na planilha/boletim de medição e, autorizada pelo Secretário solicitante, a empresa emitirá Nota Fiscal, sem rasuras em nome da Prefeitura ou Fundo conforme o caso, informando no corpo da nota fiscal o número do contrato e o número do empenho que a originou, a base de cálculo do INSS, a identificação clara

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

do convênio ou termo de compromisso a que se refere a obra, se for o caso, e informações bancárias para pagamento.

XVIII – A nota fiscal deverá ser entregue ao Fiscal do Contrato juntamente com as certidões negativas de débitos relativos a contribuições Previdenciárias junto ao INSS, certidão negativa de débitos trabalhistas, e certificado de regularidade do FGTS;

XIX – O Fiscal do Contrato atestará o recebimento da obra no verso da respectiva nota fiscal, identificando a data do recebimento da etapa da obra ou da obra e a remeterá, juntamente com a ordem de serviço, com a planilha/boletim de medição devidamente assinada pelo engenheiro responsável e as certidões descritas no inciso XVIII deste artigo juntamente com os demais documentos dispostos no artigo nº26, ao Setor de Contabilidade;

XX – Estando os documentos de acordo, estes serão objeto de registro da liquidação da despesa e para a realização das retenções necessárias, se for o caso e, integrando com os sistemas de contabilidade e de Patrimônio, se for o caso e, posteriormente, encaminhados à Tesouraria para pagamento.

Art. 9º. Os procedimentos licitatórios para a contratação de obras públicas poderão ser solicitados a qualquer tempo pela Controladoria Municipal para análise.

## CAPÍTULO III DOS DEMAIS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Art. 10. Para a abertura de procedimento licitatório, deverão ser observados os procedimentos descritos nos arts. 3º, 4º e 5º desta instrução normativa.

Art. 11. Os procedimentos licitatórios nas modalidades de convite, tomada de preço e concorrência pública para a realização de obras deverão iniciar, a partir da Solicitação de Contratação de Obra, observando o valor previsto ou a natureza nos termos da Lei 8666/93, e serão realizados através de processo administrativo devidamente numerado.

Art. 12. A definição da modalidade de licitação ficará a cargo do Setor de Licitações, observados os dispositivos constantes na Lei 8.666/93, que dará encaminhamento do processo observando-se os seguintes procedimentos:

I – A Secretaria de Administração e Finanças por intermédio do Setor de Licitações, elaborará o edital e a minuta de contrato, indicando obrigatoriamente os preceitos descritos no art. 40 da Lei 8.666/93. A minuta de contrato deverá conter, dentre outras, cláusula específica indicando os valores ou percentuais de mão de obra, bem como, cláusula específica quanto às obrigações da contratada de inserir no corpo das notas fiscais que vier a emitir, as informações dispostas no inciso XIV deste artigo.

II – A disponibilidade orçamentária, referente às dotações indicadas na SOLICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRA, deverá ser atestada pelo Setor Contábil mediante Parecer;

III – Após devidamente instruído o processo, numerado, com documentos autuados e rubricados, o Setor de Licitações submeterá o processo à Assessoria

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001





# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Jurídica do Município, que se manifestará formalmente nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93.

IV - Após análise do processo a Assessoria Jurídica do Município, emitirá parecer sobre o processo e devolverá os autos para a Secretaria de Administração e Finanças, para possíveis correções e publicação do edital;

V - O Critério de julgamento a ser definido no edital deve garantir a contratação da obra de forma mais vantajosa ao Poder Público, de acordo com as características do objeto nos termos da lei e, sempre que possível, seguindo as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC;

VI - O processo, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica do Município, deverá ser devolvido ao Setor de Licitações, que formalizará o processo, procedendo às adequações quando mencionadas no parecer, colhendo as assinaturas necessárias das partes, publicando-o;

VII - A comissão de licitação conduzirá todo o procedimento licitatório;

VIII - Homologado o processo licitatório, respeitando-se os prazos legais, o Setor de Licitações procederá às assinaturas do(s) contrato(s) e informará o setor solicitante, a Secretaria do Município e o Setor de Contabilidade;

§ 1º Nos casos em que NÃO se tratar de obra oriunda de convênio ou operação de crédito, o Setor de Contabilidade procederá a geração do Empenho Global, a partir da assinatura do contrato e emissão da ordem de compra.

§ 2º Nos casos em que a obra for oriunda de convênios ou operações de crédito, o Setor de Contabilidade procederá a geração do Empenho Global, a partir da assinatura do contrato e emissão da ordem de compra, identificando claramente o convênio a que se refere a obra, os valores a serem empenhados com recursos do(s) referido(s) convênio(s) e os valores a serem empenhados com recursos da contrapartida do Município, se houver.

IX - O setor de Contabilidade procederá à emissão da Nota de Empenho e encaminhará uma cópia da mesma ao solicitante para a confecção da Ordem de Serviço;

X - Nenhuma obra será autorizada sem a emissão prévia de empenho, cujo termo será indispensável para a emissão da ORDEM DE SERVIÇO, que deve ser elaborada pelo responsável solicitante da obra e encaminhada ao contratado;

XI - O Fornecedor, de posse da Ordem de Serviço, ficará autorizado a realizar a obra, observando-se todos os aspectos contratuais;

XII - Realizada uma etapa da obra ou concluindo-se a obra, conforme estabelecido contratualmente e cronograma de execução da obra, o engenheiro designado para a fiscalização da mesma, deverá realizar a medição da obra, de forma pormenorizada contendo itens detalhados, quantidades, valores unitários e totais, em conformidade com o projeto básico e/ou executivo, bem como a identificação clara do convênio a que se refere a obra, se for o caso;

XIII - Com base na planilha/boletim de medição e, autorizada pelo Secretário solicitante, a empresa emitirá uma Nota Fiscal, sem rasuras em nome da Prefeitura ou Fundo conforme o caso, informando no corpo da nota fiscal o número do contrato e o número do empenho que a originou, a base de cálculo do INSS, a identificação clara do convênio ou termo de compromisso a que se refere a obra, se for o caso, e informações bancárias para pagamento.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

XIV – A nota fiscal deverá ser entregue ao Fiscal do Contrato juntamente com as certidões negativas de débitos relativos a contribuições Previdenciárias junto ao INSS, certidão negativa débitos de trabalhistas, certificado de regularidade do FGTS e Certidão negativa de débitos no âmbito Municipal;

XV – O Fiscal do Contrato atestará o recebimento da obra no verso da respectiva nota fiscal, identificando a data do recebimento da etapa da obra ou da obra e a remeterá, juntamente com a Nota de Empenho, com a planilha/boletim de medição devidamente assinada pelo engenheiro responsável e as certidões descritas no inciso XIV deste artigo juntamente com os demais documentos dispostos no artigo nº26 ao setor de Contabilidade;

XVI - Estando os documentos de acordo, estes serão objeto de registro da liquidação da despesa e para a realização das retenções necessárias, se for o caso e, integrando com os sistemas de contabilidade e de Patrimônio, se for o caso e, posteriormente, encaminhados à Tesouraria para pagamento.

## CAPÍTULO IV DOS TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS

Art. 13. A solicitação de Termo Aditivo ao Contrato de obra pública deverá observar os limites e condições legais para a celebração de aditivos, ser precedida de nova Solicitação de Contratação de Obra, identificando a obra, o convênio a que se refere, se for o caso, e indicando a natureza do aditivo, devendo a mesma ser encaminhada à Secretaria de Administração e Finanças por intermédio do Setor de Licitações com, no mínimo, 30 dias antes do término da vigência do contrato, devidamente assinada pelo Secretário da pasta, com as seguintes informações gerais:

- I – Justificativa da necessidade da realização do aditivo, juntamente com documentos comprobatórios de sua necessidade e subscritos pelo engenheiro responsável, se for o caso;
- II – Informar o período para prorrogação do contrato ou data para sua rescisão;
- III – Informação do valor que será acrescido ou suprimido ao contrato com a realização do aditivo, se for o caso;
- IV – Informação da dotação orçamentária a ser utilizada;
- V – Solicitação da seguinte documentação ao contratado:
  - a) Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;
  - b) Certidão Negativa de débitos estaduais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;
  - c) Certidão Negativa de débitos federais e dívida ativa da União;
  - d) Certidão Negativa junto à Caixa Econômica Federal, referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
  - e) Certidão de falência e concordata;
  - f) Certidão negativa de débitos trabalhistas;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001





# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

- g) Novo cronograma físico financeiro contemplando as etapas pendentes, os serviços acrescidos ou suprimidos de forma a justificar o novo período solicitado, se for o caso;
- h) ratificação do engenheiro responsável;
- i) Projeto complementar, se for o caso;
- j) Nova planilha de preços/composição de custos não previstos contratualmente, se for o caso;
- k) ART de execução e fiscalização contemplando o novo período de execução, se for o caso;
- l) apresentação de todas as medições realizadas até o pedido de aditamento, preferencialmente acompanhadas de relatório fotográfico e diário de obra.

§ 1º Em se tratando de Aditivo de Prazo, este poderá ser solicitado mediante Ofício, desde que contidas as exigências previstas nos incisos I, II, IV e V do presente artigo.

§ 2º Caso haja qualquer informação a ser adicionada para a elaboração do contrato, esta deverá constar também na Solicitação de Aditivo de Obra ou em Comunicação Interna, caso seja necessário.

§ 3º Os pedidos de reajuste contratual dispensam o procedimento do presente artigo, devendo ser concedido a cada 12 meses a contar da apresentação da proposta, por simples apostilamento, conforme condições contratuais.

§ 4º Tratando-se de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro os pedidos deverão ser instruídos por justificativa robustamente fundamentada, acompanhada de planilha que comprove o desequilíbrio contratual utilizando como comparativo as planilhas de preço/custos utilizadas na formulação da proposta, de forma a demonstrar a modificação das condições originalmente pactuadas e indicando o percentual a ser reequilibrado, desde que se refiram a fatores imprevisíveis ou previsíveis de proporções incalculáveis a época.

§ 5º Os pedidos de reequilíbrio podem contemplar reduções ao valor do contrato quando devidamente comprovadas nos termos do parágrafo anterior.

Art. 14. A Secretaria de Administração instruirá o processo e o submeterá à Assessoria Jurídica do Município para a emissão de parecer.

Art. 15. Devolvido o processo à Secretaria de Administração, realizadas as devidas correções, se for o caso e, celebrado o contrato, seguem-se os demais procedimentos constantes dos incisos VIII a XVI do art. 12 desta Instrução.

## CAPÍTULO V DAS COMPETENCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 16. Compete ao Setor de Compras a realização dos procedimentos para compras e contratações de obras e serviços em observância à Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, bem como demais normas pertinentes.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Art. 17. Compete ao Setor de Licitações, a elaboração dos editais para os processos licitatórios, que constituirão os autos do processo, bem como seu arquivamento e publicações.

Art. 18. Além da realização do procedimento contido no artigo anterior, o Setor de Licitações fará a verificação documental do processo licitatório, considerando as listas de checagem constantes nos anexos XII e XIII da presente Instrução Normativa, correspondente a cada modalidade de licitação, juntando aos autos, sem prejuízo de outras medidas previstas na Lei nº 8666/93.

Art. 19. Compete ainda ao Setor de Licitações, dirimir quaisquer dúvidas ou interpretações relativas sobre o procedimento licitatório a ser adotado nos casos não previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 20. Compete à Assessoria Jurídica do Município, elaborar parecer sobre as minutas de editais de licitação, bem como dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, ficando a responsabilidade desta limitada apenas ao parecer, de acordo com os documentos que lhe foram encaminhados para análise, sem adentrar no mérito, conveniência e detalhes eminentemente técnicos.

Art. 21. É de responsabilidade do solicitante e do engenheiro responsável pela fiscalização, o devido acompanhamento da obra para garantir a correta execução nos termos contratados.

Art. 22. Compete à comissão de licitação, permanente ou especial, receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem atribuídas por legislação específica.

## CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO

Art. 23 O Prefeito Municipal deverá, concomitantemente à emissão do Contrato, designar, por meio de ato específico, o Fiscal do Contrato, preferencialmente profissional habilitado devidamente cadastrado no CREA ou CAU para o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, emitindo Laudo de Fiscalização/Vistoria Técnica (ANEXO III).

Art. 24 Compete à fiscalização, o controle sobre os materiais e equipamentos utilizados, os recursos humanos envolvidos e os serviços executados, nos seguintes termos:

- I. Materiais: Adequação às especificações quanto ao tipo, qualidade e desempenho;
- II. Recursos humanos: Competência técnica e profissional, qualidade de mão-de-obra, relacionamento e comportamento;
- III. Equipamentos: conforme especificado, tipo, potência, capacidade, estado de conservação e desempenho.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Art. 25 O “Diário de Obra” ou “Registro de Ocorrências” (ANEXO VII) é o documento rotineiro de comunicação entre a fiscalização e o responsável técnico da contratada;

§ 1º O profissional designado representante da Administração anotará em registro próprio (*Diário de Obra*) todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas e/ou defeitos observados.

§ 2º Serão registradas obrigatoriamente, no Diário de Obra, todas as visitas ao canteiro de serviços, com frequência definida em função das características e complexidade dos trabalhos.

§ 3º No Diário de Obra, será anotado diariamente o andamento dos serviços, com as seguintes informações, dentre outras:

- I. serviços executados;
- II. períodos com chuvas que impeçam a execução normal dos serviços;
- III. número de operários em atividade;
- IV. problemas ocorridos;
- V. solicitações de providências pelo contratado;
- VI. determinações da fiscalização; e
- VII. visitas recebidas na obra.

§ 4º - O Diário de Obra é de responsabilidade da contratada, juntamente com relatório fotográfico, que deverá mantê-lo no escritório do canteiro de obras, se houver, ou em outro local apropriado.

## CAPÍTULO VII DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Art. 26 Para pagamento das obras e serviços de engenharia deverá o Fiscal do Contrato, encaminhar ao Departamento de Contabilidade, os seguintes documentos (conforme o caso) para a devida liquidação:

### I - EM TODAS AS FATURAS:

a) Nota Fiscal, contendo certificado que o material foi recebido ou serviço prestado e que está conforme as especificações nele consignadas. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal, o número do contrato, o número do empenho que a originou, a base de cálculo das retenções do ISS, INSS e IR, conforme o caso, a identificação clara do convênio ou termo de compromisso a que se refere a obra, se for o caso, informações bancárias para pagamento e visto do Setor Tributário do Município no que refere-se às retenções.

b) Boletim de Medição, (Anexo VIII);

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

- c) Anexar fotocópia de Termo Aditivo ou de Supressão ao Contrato, se houver;
- d) Anexar fotocópia do cronograma físico-financeiro da obra, devidamente aprovado pela Administração;
- e) Parecer técnico da equipe de engenharia (estando de acordo)

## II SOMENTE NA PRIMEIRA FATURA

- a) ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA de execução do projeto e comprovante de pagamento;
- b) Alvará de Construção, se houver;
- c) Matrícula da Obra ou serviço junto ao INSS.

## III SOMENTE NA ÚLTIMA FATURA:

- a) Certidão de Conclusão de Obra (Habite-se conforme o caso);
- b) Termo de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra/Serviço, (Anexos IX e X);
- c) As built – Como construído, quando for o caso.

## CAPÍTULO VI PROCEDIMENTOS PARA O SISTEMA E-SFINGE

Art. 27 O servidor responsável pelo setor de engenharia do município, deverá prestar as informações referente ao andamento das obras no sistema de gestão contábil do Município, até o dia 15º do mês subsequente, para que o setor contábil possa gerar e transmitir tais informações bimestralmente, via Sistema e-Sfinge, para o Tribunal de Contas – SC.

Parágrafo único – Cabe ao setor de engenharia, encaminhar mensalmente à Assessoria de comunicação do município, toda documentação referente ao andamento de obras públicas, para a devida publicação no site do município na promoção e fomento da transparência.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 Os casos omissos, ou não destacados na presente Instrução Normativa, bem como aqueles que venham a conflitar com os dispositivos legais, deverão embasar-se na Lei 8.666/93 e suas alterações.

Art. 29 Esta Instrução Normativa poderá ser revista a qualquer tempo, ficando estabelecido o prazo máximo de 01 ano para a sua revisão.

Art. 30 Integram a presente Instrução Normativa os seguintes Anexos:

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Anexo I – Fluxograma e Normas para realização de projetos e execução de obras públicas;

Anexo II – Solicitação de contratação de obra;

Anexo III – Laudo de Fiscalização/Vistoria Técnica;

Anexo IV – Ordem de Serviço;

Anexo V – Termo de Paralisação de Obra;

Anexo VI – Termo de Reinício de Obra;

Anexo VII – Diário de Obras;

Anexo VIII – Laudo ou Boletim de Medição;

Anexo IX – Termo de Recebimento Provisório;

Anexo X – Termo de Recebimento Definitivo;

Anexo XI – Lista de Checagem de Documentos Fiscais de Obras Públicas;

Anexo XII – Lista de Checagem de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação;

Anexo XIII – Lista de Checagem de Concorrência, Tomada de Preços e Convite para Obras Públicas;

Anexo XIV – Modelo de Carimbo de Liquidação de Notas Fiscais;

Anexo XV – Modelo de Declaração do Ordenador da Despesa.

Art. 31 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

---

Maicon Rodrigo Bernardi  
Controlador Interno

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



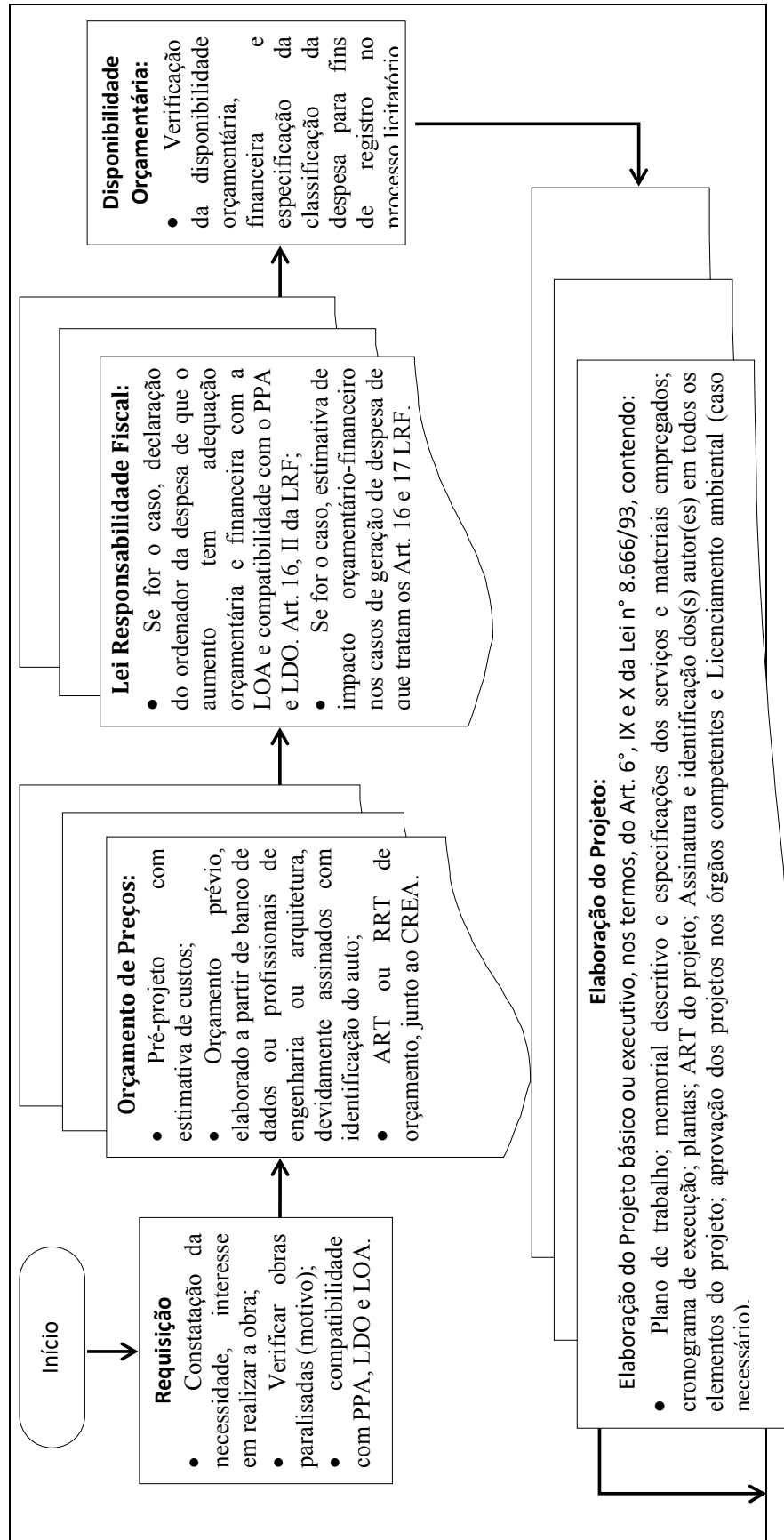
# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79.373.767 / 0001 – 16

## ANEXO I

### FLUXOGRAMA E NORMAS PARA REALIZAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS



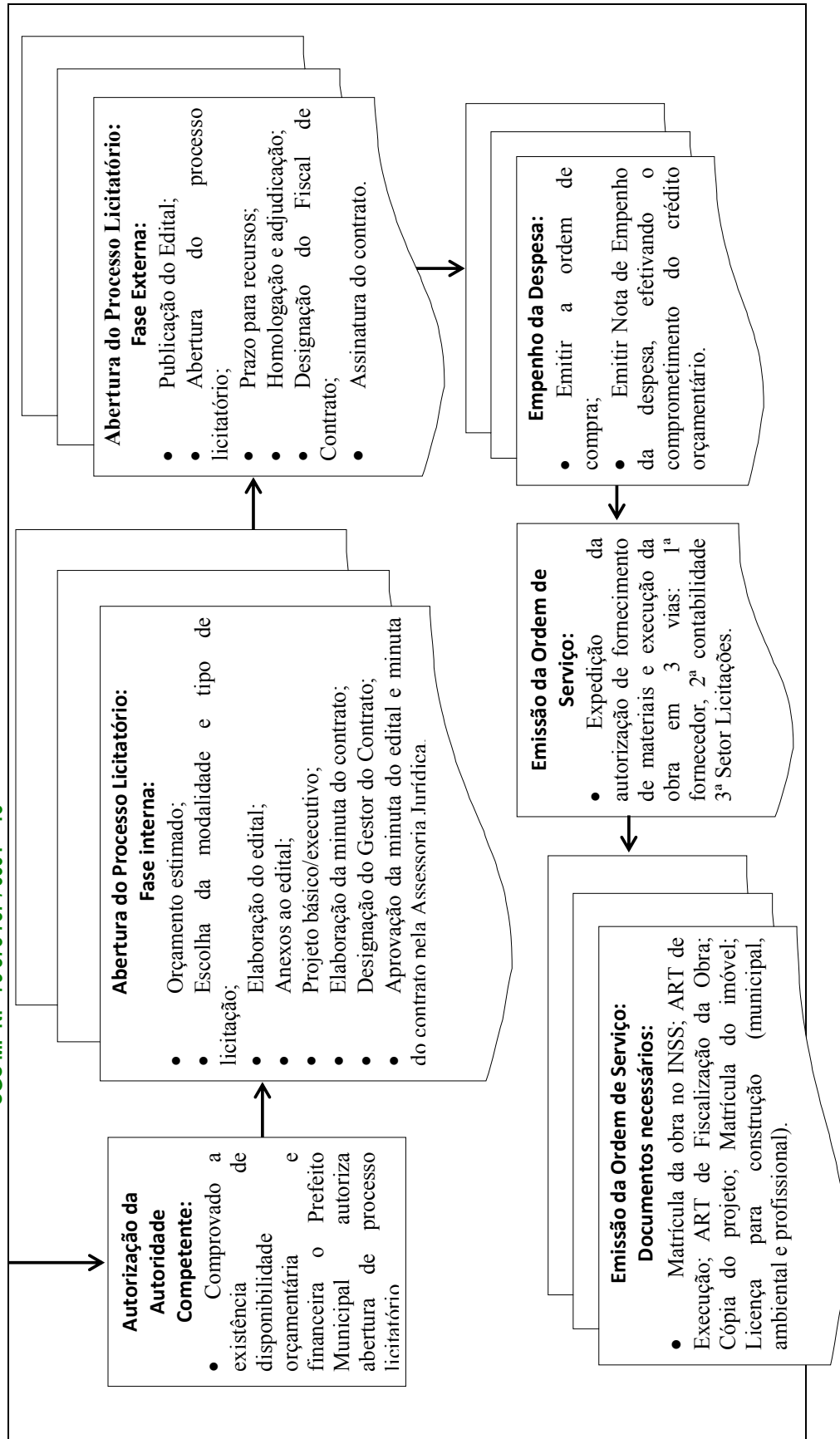
Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16



Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001

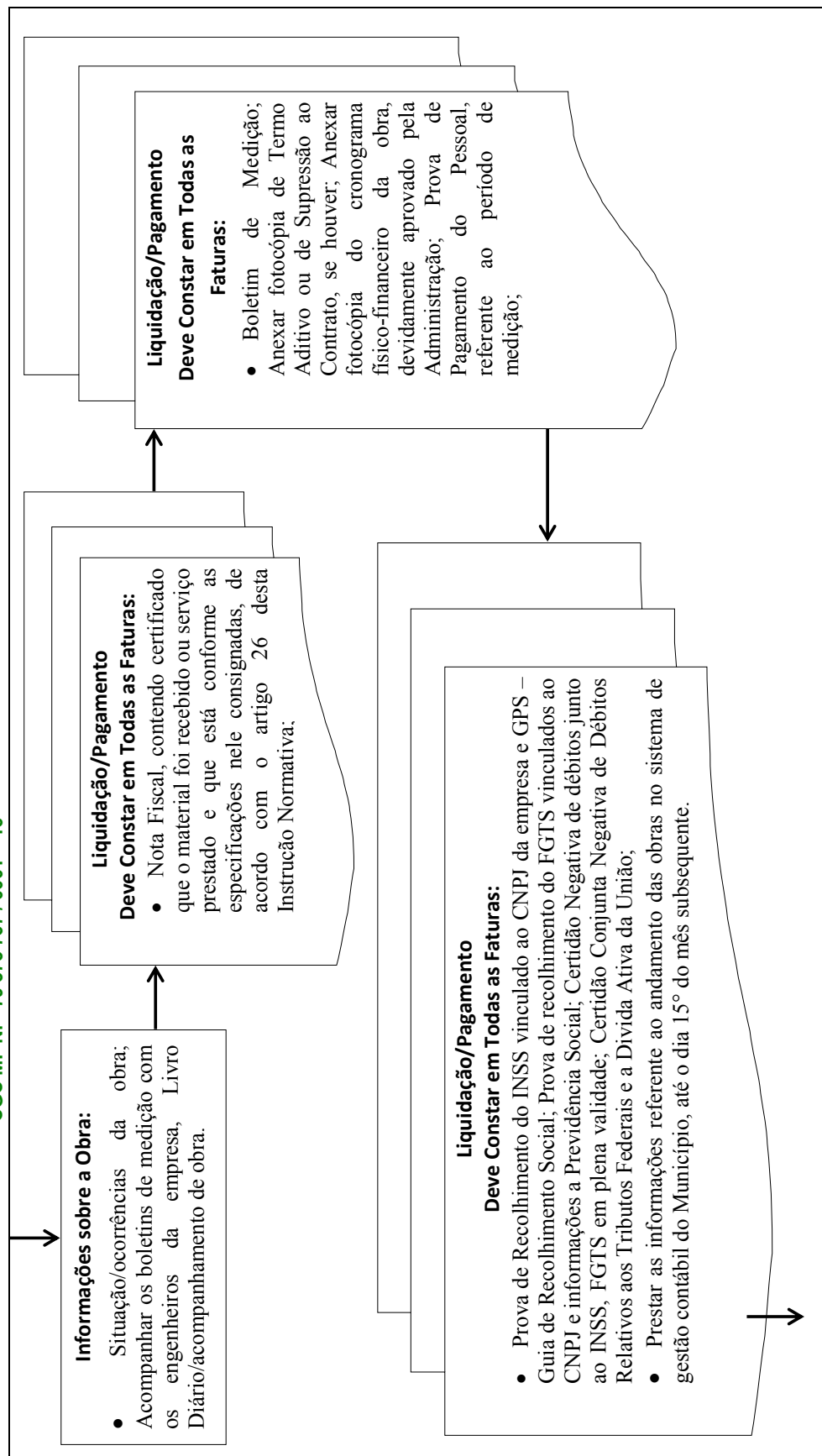




# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16



Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001

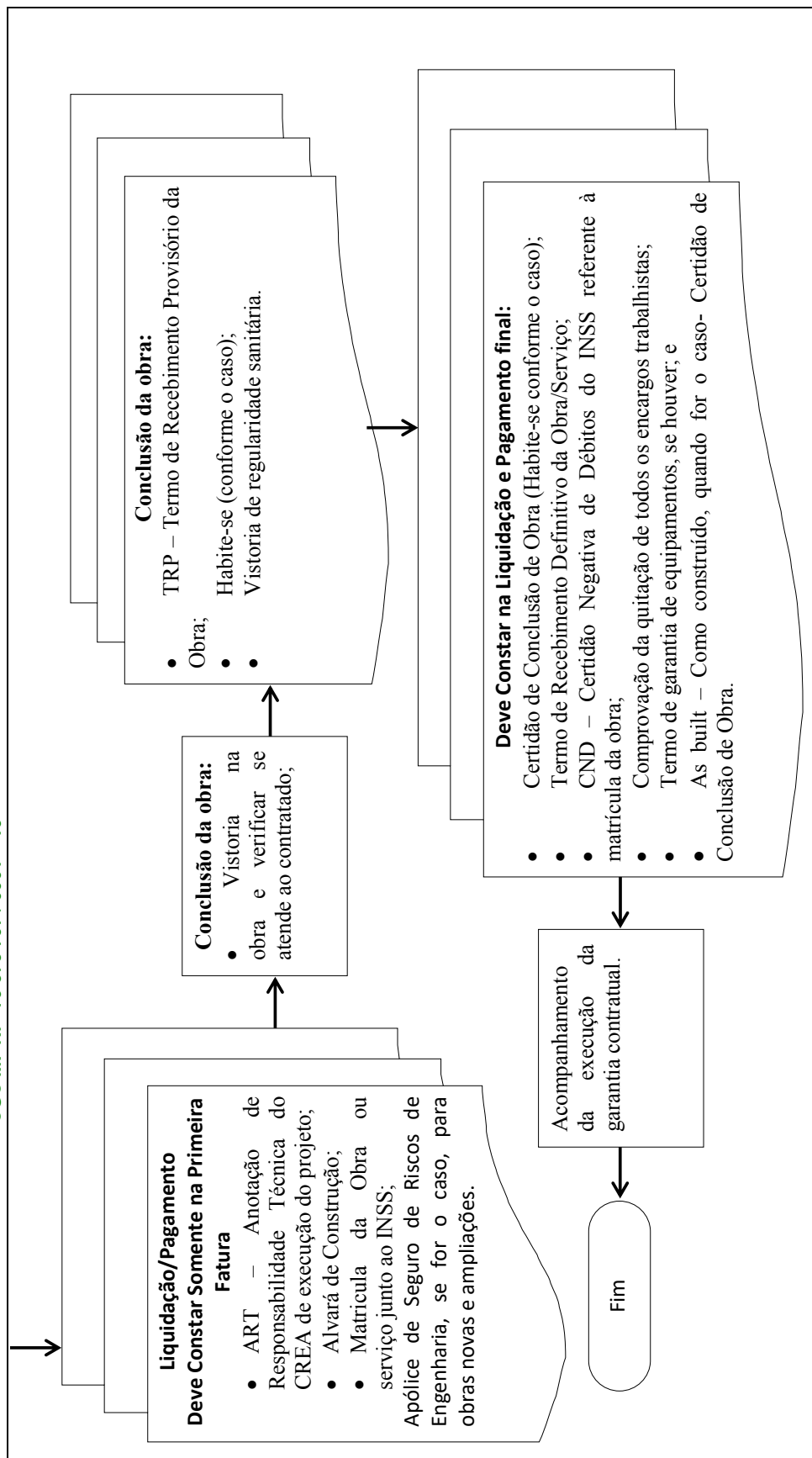




# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16



Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## NORMAS E RESPONSABILIDADES PARA REALIZAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS:

Descrição das Normas	Unidade Administrativa Responsável
Requisição: - constatação da necessidade, interesse em realizar a obra;	Secretarias
- Verificar obras paralisadas (motivo)	Engenharia
- Haver compatibilidade com PPA, LDO e LOA.	Contabilidade/ Planejamento
Orçamento de Preços: - Pré-projeto com estimativa de custos;	Engenharia
- Orçamento prévio, elaborado a partir de banco de dados ou profissionais de engenharia ou arquitetura, devidamente assinados com identificação do auto;	Engenharia
- Registro de Responsabilidade técnica (RRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de orçamento, junto ao CREA.	Engenharia
Lei Responsabilidade Fiscal: - Se for o caso, <sup>1</sup> declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e LDO. Art. 16, II da LRF;	Gestor do Contrato/Prefeito
- Se for o caso, <sup>2</sup> estimativa de impacto orçamentário-financeiro nos casos de geração de despesa de que tratam os Art. 16 e 17 LRF.	Gestor do Contrato/Prefeito
Disponibilidade Orçamentária: - verificação da disponibilidade orçamentária, financeira e especificação da classificação da despesa para fins de registro no processo licitatório.	Contabilidade
Elaboração do Projeto: - Elaboração do Projeto básico ou executivo, nos termos, do Art. 6º, IX e X da Lei nº 8.666/93, contendo:	Engenharia
- plano de trabalho;	Engenharia
- memorial descritivo e especificações dos serviços e materiais empregados;	Engenharia
- cronograma de execução;	Engenharia
- plantas;	Engenharia
- ART do projeto;	Engenharia
- Assinatura e identificação dos(s) autor(es) em todos os elementos do projeto;	Engenharia
- Aprovação dos projetos nos órgãos competentes;	Engenharia
-Licenciamento ambiental (caso necessário).	Engenharia
Autorização da Autoridade Competente: - comprovado a existência de disponibilidade orçamentária e	Gabinete do Prefeito

<sup>1</sup> Ato administrativo de ateste indicando que a realização das despesas cumpre os requisitos legais e não há exigência legal quanto a sua forma, podendo ser uma declaração formal.

<sup>2</sup> Instrumento pelo qual o gestor verificará o efeito que a execução daquela despesa trará ao equilíbrio financeiro no exercício atual e nos anos seguintes.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

financeira o Prefeito Municipal autoriza abertura de processo licitatório;	
<p>Abertura do Processo Licitatório:</p> <p>Fase interna:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- orçamento estimado;</li> <li>- escolha da modalidade e tipo de licitação;</li> <li>- elaboração do edital;</li> <li>- anexos ao edital;</li> <li>- projeto básico/executivo;</li> <li>- elaboração da minuta do contrato;</li> <li>- aprovação da minuta do edital e minuta do contrato pela Assessoria Jurídica.</li> </ul> <p>Fase Externa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- publicação do Edital;</li> <li>- abertura do processo licitatório;</li> <li>- prazo para recursos;</li> <li>- homologação e adjudicação;</li> <li>- assinatura do contrato.</li> </ul>	Licitações e Jurídico
<p>Empenho da Despesa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Emitir Ordem de Compra;</li> <li>- Emitir Nota de Empenho da despesa, efetivando o comprometimento do crédito orçamentário.</li> </ul>	Compras/Contabilidade
<p>Emissão da Ordem de Serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- expedição da autorização de fornecimento de materiais e execução da obra em 3 vias: 1ª fornecedor, 2ª contabilidade 3ª Setor Licitações.</li> <li>- Documentos necessários;</li> <li>- matrícula da obra no INSS;</li> <li>- ART de Execução;</li> <li>- ART de Fiscalização da Obra;</li> <li>- Cópia do projeto;</li> <li>- Matrícula do imóvel;</li> <li>- Licença para construção (municipal, ambiental e profissional).</li> </ul>	Licitações/Engenharia/Tributação
<p>Informações sobre a Obra:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Situação/ocorrências da obra;</li> <li>- acompanhar os boletins de medição com os engenheiros da empresa,</li> <li>- Livro Diário/acompanhamento de obra.</li> </ul>	Engenharia/Fiscal do Contrato
<p>Liquidação e Pagamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- EM TODAS AS FATURAS:</li> </ul> <p>Nota Fiscal, contendo certificado que o material foi recebido ou serviço prestado e que está conforme as especificações nele consignadas. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal, o número do contrato, o número do empenho que a originou, a base de cálculo das retenções do ISS, INSS e IR, conforme o caso, a <b>identificação clara do convênio ou termo de compromisso</b> a que se refere a obra, se for o caso, informações bancárias para pagamento e visto do Setor Tributário do Município no que refere-se às retenções.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Boletim de Medição;</li> <li>- Anexar fotocópia de Termo Aditivo ou de Supressão ao Contrato, se</li> </ul>	Tesouraria/Contabilidade/Fiscal de Contrato

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

<p>houver;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Anexar fotocópia do cronograma físico-financeiro da obra, devidamente aprovado pela Administração;</li> <li>- Prova de Pagamento do Pessoal, referente ao período de medição;</li> <li>- Prova de Recolhimento do INSS vinculado ao CNPJ da empresa e GPS – Guia de Recolhimento Social;</li> <li>- Prova de recolhimento do FGTS vinculados ao CNPJ e informações a Previdência Social;</li> <li>- Certidão Negativa de débitos junto ao INSS, FGTS em plena validade;</li> <li>- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.</li> </ul> <p>II SOMENTE NA PRIMEIRA FATURA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA de execução do projeto;</li> <li>- Alvará de Construção;</li> <li>- Matrícula da Obra ou serviço junto ao INSS;</li> <li>- Apólice de Seguro de Riscos de Engenharia, se for o caso, para obras novas e ampliações.</li> </ul>	
<p>Conclusão da obra:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vistoria na obra e verificar se atende ao contratado;</li> <li>- TRP – Termo de Recebimento Provisório da Obra;</li> <li>- Habite-se (conforme o caso);</li> <li>- Vistoria de regularidade sanitária.</li> </ul>	<p>Fornecedor/ Engenharia/ Tributação</p>
<p>Liquidação e Pagamento final:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Certidão de Conclusão de Obra (Habite-se conforme o caso);</li> <li>- Termo de Recebimento Definitivo da Obra/Serviço;</li> <li>- CND – Certidão Negativa de Débitos do INSS referente à matrícula da obra;</li> <li>- Comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas;</li> <li>- Termo de garantia de equipamentos, se houver; e</li> <li>- As built – Como construído, quando for o caso- Certidão de Conclusão de Obra.</li> </ul>	<p>Tesouraria/ Contabilidade/ Fiscal de Contrato</p>
<p>Prestar as informações referente ao andamento das obras no sistema de gestão contábil do Município, até o dia 15º do mês subsequente.</p>	<p>Engenharia</p>

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO II SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE OBRA

Obra:					
Endereço:					
Município:					
Data:					
Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / SERVIÇO.	UNID.	QNT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
VALOR TOTAL				R\$	

Solicitante:

Ass.: \_\_\_\_\_

Cargo:

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO III LAUDO DE FISCALIZAÇÃO/VISTORIA TÉCNICA

Dados Gerais da Obra		
Obra:		
Área:		Data:
Rua:	Bairro:	Cidade:
Empresa:		
Nº Contrato:	Nº Ordem de Serviço:	
Prazo contratual:	Tempo decorrido:	
Prazo restante:	Percentual Executado:	
Andamento da Obra: ( ) normal ( ) ritmo lento		
<b>Observações e ou Recomendações</b> (Serviços executados, descrição mais detalhada, registros e comentários importantes da fiscalização)		
Apiúna, de de 20 .		
Identificação e assinatura do fiscal:		

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO IV ORDEM DE SERVIÇO

(SECRETARIA, PREFEITURA, ÓRGÃO)

1º ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_

Autorizo por meio desta, a (o) *(nome da empresa, ou contratado)* a iniciar os serviços referente a *(Construção, Reforma, Ampliação, etc.)*, de acordo com as especificações pertinentes a (o) *(Convite, Tomada de Preços, Concorrência, Dispensa, Inexigibilidade)* \_\_\_\_ N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, e formalizada pelo Termo de Contrato N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

O valor total dos serviços contratados é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), com prazo de execução de \_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_ *(úteis, corridos)*\_\_\_\_, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

### DADOS PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL

(Razão Social)

(CNPJ)

(Endereço Completo)

Apiúna, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e cargo:  
(Contratante)

2º Recebi, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome, função, empresa:  
(Contratado)

<sup>1</sup> Será lavrada em 3 (três) vias: a) Setor de Licitação; b) Empresa Contratada; c) Contabilidade.

<sup>2</sup> Só terá eficácia com o recebimento pela empresa;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001





# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO V TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

Nº do Contrato:	
Empresa:	
Processo Licitatório:	
Obras/Serviço:	
Em conformidade com o Laudo Técnico incluso, em razão de _____ determino a Paralisação da Obra _____, Contrato n° _____ pelo prazo de _____ dias.	
Observação:	

Apiúna, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Identificação e assinatura do fiscal

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO VI TERMO DE REINÍCIO DE OBRA

Nº do Contrato:	
Empresa:	
Processo Licitatório:	
Obras/Serviço:	

O serviço deverá ser realizado a partir do presente Termo, para cumprimento do objeto pactuado no Contrato n° \_\_\_\_\_, reiniciando a partir desta data, a contagem do prazo de \_\_\_\_\_ dias, tendo o prazo final em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, mantidas as demais cláusulas contratuais.

Término do contrato inicial: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Aditivo assinado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Paralisação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Ordem de Reinício: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Vencimento da prorrogação do aditivo ( xx dias): \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Apiúna, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Identificação e assinatura do fiscal

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO VII DIÁRIO DE OBRA

ENTIDADE/ÓRGÃO				FOLHA:		DATA: / /	
EMPRESA:							
OBRA:							
Nº CONTRATO:				CIDADE:			
PRAZO CONTRATUAL:		TEMPO DECORRIDO:		PRAZO RESTANTE:		Nº OPERÁRIOS:	
TEMPO	MANHÃ: BOM <input type="checkbox"/> CHUVA <input type="checkbox"/>			TARDE: BOM <input type="checkbox"/> CHUVA <input type="checkbox"/>			
ANOTAÇÕES DA EMPREITEIRA: (Serviços executados, solicitações, providências, observações)				ANOTAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO: (determinações de correções e outras providências)			
Assinatura e carimbo do responsável pela obra:				Assinatura e carimbo do responsável pela Fiscalização:			

ENTIDADE/ÓRGÃO				FOLHA:		DATA: / /	
EMPREITEIRA:							
OBRA:							
Nº CONTRATO:				CIDADE:			
PRAZO CONTRATUAL:		TEMPO DECORRIDO:		PRAZO RESTANTE:		Nº OPERÁRIOS:	
TEMPO	MANHÃ: BOM <input type="checkbox"/> CHUVA <input type="checkbox"/>			TARDE: BOM <input type="checkbox"/> CHUVA <input type="checkbox"/>			
ANOTAÇÕES DA EMPREITEIRA: (Serviços executados, solicitações, providências, observações)				ANOTAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO: (determinações de correções e outras providências)			
Assinatura e carimbo do responsável pela obra:				Assinatura e carimbo do responsável pela Fiscalização:			

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



## MUNICÍPIO DE APIÚNA

# Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO VIII

## BOLETIN DE MEDICAO

UNIDADE GESTORA:						BOL. MEDIÇÃO N°	DATA:				
<b>BOLETIM DE MEDIÇÃO</b>											
OBRA:											
LICITAÇÃO:				CONTRATADA:							
CONTRATO N°		DATA: / /		VALOR: R\$		O. DE SERVIÇO N°	DATA: / /				
SALDO ANTERIOR: R\$				ESTA MEDIÇÃO: R\$ SALDO: R\$							
ITEM	CÓD. SINAPI/ DEINFRA	DESCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO			UND.	QTD.	R\$ UNT. C/ BDI	TOTAL	UND.	QTD.	R\$
IMPORTA A PRESENTE MEDIÇÃO EM R\$										(valor por extenso)	
REAJUSTE DESTA MEDIÇÃO EM R\$										(valor por extenso )	
PERÍODO DESTA MEDIÇÃO DE: / / A /											
Apiúna, de 20 ..											
FISCAL							CONTRATADO				
IDENTIFICAÇÃO							IDENTIFICAÇÃO				

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apúia – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO IX

### 1º TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE OBRA

Os abaixo-assinados, sendo um deles Responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, designado pela Portaria n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, do Exmo. (Sr. *Secretário, Prefeito Municipal, Diretor, Presidente, etc.*) e o outro Representante da Empresa para execução da(o) \_\_\_\_\_(obra / serviço)\_\_\_\_\_, Contrato n.º \_\_\_\_\_, localizada(o) no (bairro)\_\_\_\_\_, do Município de Apiúna, neste Estado, tendo em vista que o objeto encontra-se concluído, conforme comunicação escrita do contratado, declaram e atestam o que segue:

1. Que da vistoria realizada ficou comprovada a conclusão do objeto de acordo com os termos contratuais;
2. Que houve o fornecimento (*quando for o caso*), dos documentos: Certificado de aprovação de instalações e dos equipamentos por parte dos órgãos de fiscalização; Certificados de Garantia de equipamentos e instalações; e Manuais de Operação e Manutenção das Máquinas, Equipamentos e Instalações;
3. Que face ao exposto, concluem pela aceitação do prédio (ou da obra) em questão, de forma provisória, iniciando-se a contagem do prazo de \_\_\_\_\_( ) dias para emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Apiúna, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Fiscal da Contratante

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa contratada

<sup>1</sup> O presente Termo será lavrado em 3 (três) vias: a) Empresa; b) Fiscal do Contrato; c) Arquivo no Setor responsável pelas obras.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO X

### 1º TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA

Os abaixo-assinados, Gestor e seu Fiscal de Contrato designado(a) pela Portaria n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, do Exmo. (Sr. *Secretário, Prefeito Municipal, Diretor, Presidente, etc.*) e o Representante da Empresa Contratada, após decorrência do prazo de \_\_\_\_ ( ) dias contados da data do Recebimento Provisório da(o) *obra / serviço*) \_\_\_\_\_, Contrato n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, localizada(o) no (bairro) \_\_\_\_\_, do Município de Apiúna, neste Estado, declaram e atestam o que segue:

1. Que a Empreiteira / contratado, durante o período de observação entre o Recebimento Provisório e o presente Termo, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
2. Que da vistoria realizada ficou comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais;
3. Que foi entregue o “as built”, isto é uma via completa do projeto, com as alterações que se fizeram necessárias durante o decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação;
4. Que foram apresentados os comprovantes: de pagamento dos empregados, do recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas e dos tributos, relativos ao contrato;
5. Que foi apresentado, pelo contratado, o “habite-se” da obra (*conforme o caso*);
6. Que os responsáveis pela administração do objeto executado nada têm a declarar;
7. Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação do prédio (ou da obra) em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

Apiúna, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Gestor do Contrato: \_\_\_\_\_

Fiscal do Contrato: \_\_\_\_\_

Representante da Empresa Contratada: \_\_\_\_\_

<sup>1</sup> O presente Termo será lavrado em 3 (três) vias: a) Empresa; b) Fiscal do Contrato; c) Arquivo no Setor responsável pelas obras.



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO XI

### LISTA DE CHECAGEM DE DOCUMENTOS FISCAIS DE OBRAS PÚBLICAS

Os documentos fiscais serão analisados e encaminhados ao Departamento de Compras, conforme art. 22 desta Instrução Normativa, observados os seguintes requisitos:

**Nota Fiscal nº:** \_\_\_\_\_ **Fornecedor:** \_\_\_\_\_

DOCUMENTOS A SEREM CONFERIDOS	SIM	NÃO
1. É de fato uma nota fiscal?		
2. A Nota fiscal identifica o nº do contrato e o nº do empenho ou da Autorização de Fornecimento (OC)?		
3. A Nota fiscal identifica a base de cálculo do INSS?		
4. A Nota fiscal identifica, se for o caso, a qual convênio ou termo de compromisso se refere à obra?		
5. A Nota fiscal identifica as informações bancárias necessárias para pagamento?		
6. A Nota Fiscal está acompanhada da cópia da O.C., se for o caso?		
7. A Nota Fiscal está acompanhada da respectiva planilha/boletim de medição assinada pelo engenheiro responsável/designado para a fiscalização da obra?		
8. A data da nota fiscal é posterior à data do respectivo empenho?		
9. Houve tempo hábil (entre o empenho e a medição) para a realização da obra?		
10. Em relação à natureza da Nota Fiscal, trata-se de uma NF de serviços?		
11. A Nota Fiscal Eletrônica está válida? Esta conferência só pode ser realizada 24 horas após a sua emissão.		
12. A empresa emissora da NF de bloco está apta a proceder desta forma?		
13. Os valores unitários e totais conferem?		
14. Os valores da Nota Fiscal conferem com os valores da respectiva planilha/boletim de medição?		
15. A Nota Fiscal está devidamente LIQUIDADADA (data, assinatura, nome do responsável e cargo de forma legível)?		
16. Estão presentes as Certidões Negativas de Débitos solicitadas (FGTS, INSS, Trabalhista)?		

Regular ( )

Irregular ( )

Apiúna, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome do Responsável pela conferência Cargo:

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001





# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO XII

### LISTA DE CHECAGEM DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Sequência de atos necessária e insuscetível de alteração ou supressão, que deve ser observada na instrução de cada processo, com base nos artigos indicados da Lei n° 8.666/93.

Processo n°: \_\_\_\_\_ Modalidade: \_\_\_\_\_.

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO	FOLHA	OBS.
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, <i>caput</i> , da Lei n° 8.666/93)?			
2. Consta a solicitação para contratação da obra, elaborada pelo agente ou setor competente?			
3. A justificativa contempla a caracterização da situação de dispensa (art. 17, art. 24, III e seguintes da Lei 8.666/93) ou de inexigibilidade de licitação (art. 25, Lei 8.666/93), com os elementos necessários à sua configuração (art. 26, <i>caput</i> , e parágrafo 1º, I, Lei n° 8.666/93)?			
4. Existe parecer técnico apto a justificar e/ou configurar a hipótese legal de contratação direta aplicável ao caso concreto (art. 38, VI, da Lei n° 8.666/93), se for o caso?			
5. Existe declaração de exclusividade ou documento equivalente expedido pela entidade competente, no caso de inexigibilidade de licitação do art. 25, I, Lei 8.666/93?			
6. Em se tratando de contratação de obra ou serviço, há Projeto Básico (arts. 6º, IX, 7º, § 2º, I, e § 9º, Lei 8.666/93)?			
7. No caso do item anterior, consta a aprovação motivada do Projeto Básico pela autoridade competente (art. 7º, § 2º, I da Lei n° 8.666/93)?			
8. Para contratação de obras ou serviços, foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo (art. 6º, X e 7º II e § 9º, Lei n° 8.666/93), ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a sua execução (art. 7º, §§ 1º e 9º, Lei 8.666/93)?			
9. Consta a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da contratação, no mínimo 03 orçamentos ou referência de preços de órgão oficial na área de engenharia (art. 15, III, Lei n° 8.666/93)?			
10. Existe justificativa quanto à aceitação do preço ofertado pela futura contratada (parágrafo único, III, art. 26, Lei n° 8.666/93)?			
11. Foram indicadas as razões de escolha do executante da obra (parágrafo único, II, art. 26, Lei 8.666/93)?			
12. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, <i>caput</i> , da Lei n° 8.666/93)?			

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

13. Se for o caso, consta a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no <i>caput</i> do art. 16?			
14. Constan as comprovações referentes à regularidade fiscal federal (art. 193, Lei 5.172/66), com a Seguridade Social (INSS - art. 195, §3º, CF 1988) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – art. 2º, Lei 9.012/95), verificação de eventual proibição de contratar com a Administração, além da declaração da Lei 9.854/99?			
15. A contratação direta foi autorizada motivadamente pela autoridade competente?			
16. Foi juntada a minuta de termo de contrato?			
17. Foi objeto de análise e parecer pela Assessoria Jurídica (art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93)?			
18. Comunicação à autoridade superior, no prazo de três dias, do ato que autoriza a dispensa ou reconhece a situação de inexigibilidade, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias (art. 26 da Lei nº 8.666/93).			

Regular ( )

Irregular ( )

Apiúna, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome do Responsável pela conferência Cargo:

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO XIII

### LISTA DE CHECAGEM DE CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE PARA OBRAS PÚBLICAS

São os atos administrativos e documentos previstos na Lei nº 8.666/93, a instruir a fase interna do procedimento licitatório nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite:

Processo nº: \_\_\_\_\_ Modalidade: \_\_\_\_\_.

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO	FOLHA	OBS.
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93)?			
2. Consta a solicitação para Contratação de Obra, elaborada pelo agente ou setor competente?			
3. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação?			
4. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93)?			
5. Existe estudo técnico preliminar para subsidiar a elaboração do projeto básico (art. 6º, IX, Lei 8.666/93)?			
6. Foi elaborado projeto básico (arts. 6º, IX e 7º, §2º, I, da Lei nº 8.666/93)?			
7. Consta a aprovação motivada do projeto básico pela autoridade competente (art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93)?			
8. Foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo (art. 6º, X e 7º II, Lei nº 8.666/93), ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a execução dos mesmos (art. 7º, §1º, Lei 8.666/93)?			
9. Existe orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários do objeto, baseado em pesquisa de preços praticados no mercado (arts. 7º, § 2º, II, e 43, IV da Lei nº 8.666/93), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada ou com referencia de preços de órgão oficial na área de engenharia?			
10. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93)?			
11. Se for o caso, consta a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no <i>caput</i> do art. 16?			
12. Consta a designação da Comissão de Licitação (art. 38, III, da Lei nº 8.666/93)?			

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

15. Há minuta de edital e anexos (art. 40 da Lei nº 8.666/93)?			
15.1 Constituem anexos do edital:			
(a) projeto básico, se for o caso;			
(b) projeto executivo, se for o caso,			
(c) termo de contrato, se for o caso; e			
(d) orçamento em planilha de quantitativos e custos unitários, se for o caso.			
16. Foi objeto de análise e parecer pela Procuradoria Jurídica (art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93)?			
17. Publicação do aviso de edital (art. 21 da Lei nº 8.666/93).			
18. No caso da modalidade de Carta Convite, houve a <b>participação</b> de, no mínimo, 03 convidados?			

Regular ( )

Irregular ( )

Apiúna, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome do Responsável pela conferência Cargo:

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO XIV MODELO DE CARIMBO DE LIQUIDAÇÃO DE NOTAS FISCAIS.

CERTIFICO que o MATERIAL constante  
SERVIÇOS  
deste documento foi RECEBIDO e aceito  
PRESTADO

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA

Nome:

Cargo:

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO XV

### MODELO DE 1DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

Eu, *(nome completo)*, *(Secretário, Prefeito Municipal, Diretor, Presidente, etc.)*, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101-2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, DECLARO existir adequação orçamentária e financeira, cuja despesa correrá por conta da dotação orçamentária contida no orçamento vigente, estando adequada à Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

---

Nome  
Cargo

---

<sup>1</sup> Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e LDO. Art. 16, II da LRF.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2018**

Publicação Nº 1774634

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 107/2018

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS/MATERIAL DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MAQUINÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 30/10/2018 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura: 30/10/2018 – Às 09 horas e 40 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br)

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

**PORTARIA Nº 0418/2018**

Publicação Nº 1775118

PORTARIA Nº 0418/2018

De 15 de outubro de 2018.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO COORDENADORA DO

PROCESSO SELETIVO N.º 06/2018

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo n.º 06/2018 do Município de Apiúna.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo primeiro deste Decreto, fica assim composta:

Presidente: Marileia Rezini Merini

Secretário: Juliana Jaqueline Elias

Membro: Marciane Peters Ferrari

Membro: Cristina Graff Carvalho

Membro: Aline Berkembrock

Parágrafo Único - A Comissão poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º - À Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo nº 06/2018, compete avaliar, acompanhar e fiscalizar a realização das provas escritas e/ou provas práticas, emitir julgamentos acerca de impugnações e recursos impetrados e deliberar sobre os casos omissos.

Parágrafo Único - Em sendo contratada empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas, caberá à Comissão Coordenadora, a fiscalização da aplicação das provas, bem como, a emissão de pareceres encaminhados para a sua avaliação e aprovação.

Art. 4º - As decisões da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo nº 06/2018 serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º - Compete ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo nº 06/2018 acima mencionado presidir as reuniões.

Art. 6º - Compete ao Secretário da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo nº 06/2018:

I. Lavar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

II. Propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

III. Elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros;

IV. Efetuar a comunicação oficial entre os membros da Comissão e a empresa contratada para a organização dos certames.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 15 de outubro de 2018.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal



# Arvoredo

## PREFEITURA

### DECRETO 2.258

Publicação Nº 1774486

Decreto nº 2.258, de 01 de outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.129, de 22 de novembro de 2017;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), para atender as seguintes ações orçamentárias:

02.00	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
02.01	Gerência de Administração e Gestão
4	Administração
4.122	Administração Geral
4.122.0003	Gestão Administrativa, Patrimonial e Operacional
4.122.0003.2.004	Atividades Administrativas e Patrimoniais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
3.3.71.00.00.01.0000	Transferência a Consórcios Públicos
	R\$ 11.700,00
4.122.0003.2.008	Manutenção e Reforma do Centro Administrativo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
10.00	DIRETORIA DE HABITAÇÃO
10.01	Diretoria de Habitação
16	Habitação
16.482	Habitação Urbana
16.482.0027	Habitação Adequada aos Arvoredoenses
16.482.0027.2.061	Projetos Habitacionais Rurais
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.5.90.00.00.01.0000	Inversões Financeiras
	R\$ 7.000,00
12.00	GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
12.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoredoenses
8.244.0023.2.052	Proteção Social Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
12.00	GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
12.04	Fundo Municipal do Idoso
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0024	Assistência Social Geral aos Arvoredoenses

8.244.0024.2.084	Atenção e Assistência as Pessoas Idosos
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.300,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado em 28 de setembro, no vínculo - (01.0000) - Rec. Ordinários, no valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 01 de outubro de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

## DECRETO 2.259

Publicação Nº 1774487

Decreto nº 2.259, de 02 de outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art, 43, § 1º, I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando a verificação de superávit financeiro, verificado no Balanço Patrimonial consolidado do exercício de 2017, em vínculos diversos que adiante se especifica, nos termos deste Decreto;

Considerando às disposições previstas no inciso III do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.129, de 22 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.406,19 (dez mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos), na seguinte ação orçamentária;

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Programa de Saúde Bucal
10.301.0034.2.074	Atividades de Saúde Bucal
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.03.0707	Aplicações Diretas
	R\$ 10.406,19

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial, nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2017, no vínculo Recursos Vinc. Brasil Sorridente (01.0707), no valor de R\$ 10.406,19 (dez mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo (SC), 02 de outubro de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

**DECRETO 2.260**

Publicação Nº 1774489

Decreto nº 2.260, de 03 de outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.129, de 22 de novembro de 2017;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para atender as seguintes ações orçamentárias:

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0031	Atenção, equitativa e Universalizada
10.301.0031.2.065	Atividades Gerais de Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
10.301.0031.2.069	Serviços Médicos, Hospitalares, Laboratoriais, Imagens e Outros
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado em 28 de setembro, no vínculo - (01.0123) - Recursos Vinculados à Saúde - ASPS, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 03 de outubro de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

**LEI 1.156**

Publicação Nº 1774468

Lei Municipal nº 1.156, de 09 de outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS METAS DE RECEITA E DE DESPESAS DO PLANO PLURIANUAL DO PERÍODO 2018-2021, APROVADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.119 DE 30 DE AGOSTO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º As metas de receitas e de despesas previstas no Plano Plurianual do período 2018 a 2021, aprovado pela Lei Municipal nº 1.119, de 30 de agosto de 2017, passam a vigorar nos termos das planilhas anexas:

I – relativas à Relação Detalhada das Receitas Planejadas;

II – relativas à Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 09 de outubro de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

## LEI 1.157

Publicação Nº 1774475

Lei Municipal nº 1.157, de 09 de outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos dos arts. 100, XIV, c/c art. 128, II, ambos da Lei Orgânica do Município;

Faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento às disposições do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, do art. 129, § 2º da Lei Orgânica do Município e do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município, para a elaboração da legislação orçamentária anual de 2019, compreendendo:

I – as prioridades da Administração Pública Municipal, em consonância com o Plano Plurianual aprovado pelo período de 2018 a 2021, nos termos da Lei Municipal nº 1.119, de 30 de agosto de 2017;

II – as metas e riscos fiscais;

III – a estrutura e organização dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII – as disposições relativas à política de pessoal;

VIII – as disposições relativas às alterações na legislação tributária municipal;

IX – o equilíbrio entre receitas e despesas;

X – os critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses de frustração das metas bimestrais da receita, nos termos das disposições do art. 9º e art. 31, § 1º, II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;

XI – as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos municipais;

XII – as condições e exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas; e

XIII – as disposições gerais.

### CAPÍTULO II

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em conformidade com o art. 165, § 2º da Constituição Federal e do art. 129, § 2º, I, da Lei Orgânica do Município, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2019 são as identificadas no Anexo das Metas e Prioridades, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual de 2019 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, devendo observar os seguintes objetivos:

I – garantir o crescimento econômico integral e, ambientalmente sustentável, com o desenvolvimento social;

II – consolidar a participação popular e o controle social na elaboração e na execução orçamentária;

III – criar condições para o desenvolvimento socioeconômico do Município, objetivando:

- a) a geração de renda e sua melhor distribuição, em todos os setores de atividades econômicas no Município;
- b) garantir o desenvolvimento integrado das atividades agropecuárias e agroindustriais;
- c) aumentar o nível de emprego.

IV – garantir acesso às escolas de todos os alunos com idade própria à educação infantil e ao ensino fundamental, com condições de qualificar o ensino e de reduzir o absenteísmo e erradicar o analfabetismo;

V – garantir o direito e o acesso a programas de saúde pública à toda a população, oferecendo serviços básicos, com ênfase às ações e serviços preventivos;

VI – combater a pobreza, por meio da inserção social;

VII – realizar campanhas e promover ações para a solução dos problemas ambientais, específicos ou gerais, para debelá-los e erradicá-los;

VIII – integrar a área rural e áreas periféricas, ainda à margem de estrutura e serviços de saneamento básico;

IX – integrar os programas e ações municipais com os do Governo do Estado e os do Governo Federal;

X – intensificar as relações com os Municípios vizinhos, especialmente os da associação microrregional, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns;

XI – promover e patrocinar a capacitação contínua dos servidores públicos municipais para se alcançar a eficiência administrativa.

§ 1º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019, guardam conformidade com o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, aprovado pela Lei Municipal nº 1.119, de 30 de agosto de 2017.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo de que trata este artigo, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas municipais, desde que obedecidas as disposições da Lei do Plano Plurianual relativa ao período dos exercícios de 2018 a 2021.

### CAPÍTULO III

#### DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º Integram esta Lei os anexos referenciados nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei Orçamentária Anual para 2019 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 4º Estão discriminados em anexos integrantes desta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

### CAPÍTULO IV

#### DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas que competem à administração pública municipal;

II – Subfunção, representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto das competências da administração pública municipal;

III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos, no Plano Plurianual;

IV – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;

V – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação e da atuação de governo;

VI – operações especiais, agregam as despesas que não contribuem para a manutenção de ações de governo, que não geram produto nem exigem contraprestação direta sob a forma de bens e serviços e têm relação direta com a função “encargos especiais”.

§ 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando a classificação econômica, os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis para a realização da ação.

§ 3º Cada atividade e projeto identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades ou projetos e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas e respectiva classificação econômica.

§ 5º Os orçamentos dos Fundos Municipais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, expressa por categoria econômica, indicando-se para cada uma, o seguinte detalhamento dos grupos de natureza da despesa a que se refere:

I – despesas correntes:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) juros e encargos da dívida; e
- c) outras despesas correntes;

II – despesas de capital:

- a) investimentos;
- b) inversões financeiras; e
- c) amortização da dívida.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara de Vereadores, conforme estabelecido no inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 128 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e será composto de:

I – texto da Lei;

II – resumo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

III – resumo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, segundo a origem dos recursos;

IV – resumo da despesa por função, segundo a origem dos recursos;

V – resumo da despesa por poderes e órgãos, segundo a origem dos recursos;

VI – resumo do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por categoria econômica e natureza da receita, segundo a origem dos recursos;

VII – quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por categoria econômica e natureza da receita, segundo a origem dos recursos;

VIII – demonstrativo da receita por órgão/indiretas;

IX – quadro geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por poder e órgão, segundo os grupos de natureza da despesa e fonte de recursos;

X – quadro geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por poder e órgão, segundo as categorias de programação, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação;

XI – consolidação dos quadros orçamentários.

§ 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso XIII deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III e parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, os seguintes quadros:

I – discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – evolução da receita do Tesouro Municipal por categoria econômica e natureza da receita;

III – evolução da despesa do Tesouro Municipal por categoria econômica e grupos de natureza da despesa;

IV – demonstrativo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por poder, órgão e função;

V – demonstrativo da receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por categoria econômica e seus desdobramentos;

VI – demonstrativo dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, na forma disposta pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

VII – demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

VIII – consolidação das despesas por projetos, atividades e operações especiais, segundo a categoria econômica, apresentados em ordem numérica;

IX – demonstrativo de função, subfunção e programa por projeto, atividade e operação especial;

X – demonstrativo de função, subfunção e programa por categoria econômica;

XI – demonstrativo de função, subfunção e programa conforme o vínculo com os recursos;

XII – demonstrativo da despesa de pessoal e encargos sociais por poder, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida, nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, acompanhado da memória de cálculo;

XIII – demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal e dos arts. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, por órgão, detalhando naturezas da receita e valores por categorias de programação, grupos de natureza da despesa e modalidade de aplicação;

XIV – demonstrativo da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposições do § 3º do art. 198 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

XV – demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito internos realizados e a realizar, com indicação da dotação, do grupo de natureza da despesa, da modalidade de aplicação e do orçamento a que pertencem.

§ 2º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

I – relato sucinto do desempenho financeiro da Administração Municipal nos últimos dois anos e cenário para o exercício a que se refere a proposta;

II – resumo da política econômica e social do Governo Municipal;

III – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/1964;

IV – demonstrativo da memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V – demonstrativo da dívida fundada interna;

VI – relação das ordens precatórias a serem cumpridas com as dotações para tal fim, constantes da proposta orçamentária, com a indicação da origem e dos números do processo judicial e precatório, das datas do trânsito em julgado da sentença e da expedição do precatório, do nome do beneficiário e do valor de cada precatório a ser pago, nos termos do § 1º do art. 100 da Constituição Federal;

VII - demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com as metas fiscais, de acordo com o inciso I do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

## CAPÍTULO V

### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 8º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2019 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos, fundamentando-se, também, no princípio do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte.

Parágrafo único. Tanto na elaboração, quanto na execução da proposta contemplada na Lei Orçamentária Anual (LOA), serão acionados mecanismos legais que permitam ampla transparência e o acesso à informação, nos termos das disposições pertinentes da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.



Art. 9º O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 10. Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento das Unidades Gestoras Descentralizadas em que estiverem vinculados, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos.

Art. 11. Os estudos para definição dos orçamentos da receita para o exercício de 2019 deverão observar os efeitos da alteração legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 12. Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, quando da apreciação e discussão da proposta orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar ao Poder Executivo, se for o caso, e promover a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e a movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo:

I – contrapartida para projetos e atividades vinculados a recursos oriundos de transferências voluntárias, de operações de crédito, de alienação de ativos, em qualquer caso, desde que ainda não comprometidos;

II – de obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – de concessão de subvenções ou auxílios à entidades privadas; e

IV – de despesas com diárias, serviço extraordinário e de publicidade institucional.

§ 1º Não serão objeto de limitação de empenho as dotações orçamentárias destinadas à despesas de pessoal, com a amortização da dívida consolidada e seus respectivos encargos.

§ 2º Também, não serão objeto de limitação de empenho as dotações orçamentárias destinadas aos dispêndios que estejam enquadrados nos limites constitucionais mínimos de aplicação, como manutenção e desenvolvimento do ensino e manutenção e desenvolvimento das atividades de saúde, exceto quando o montante aplicado estiver acima do limite constitucional mínimo de aplicação.

§ 3º Presente a necessidade de limitação de empenho, esta será feita de forma a atender proporcionalmente a frustração das metas de arrecadação, preferencialmente nas dotações destinadas a “outros serviços de terceiros”, além daquelas identificadas nos incisos do caput deste artigo.

§ 4º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para a implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no balanço consolidado do exercício anterior, observada a vinculação da destinação dos recursos.

Art. 14. As despesas obrigatórias de caráter continuado, em relação à receita corrente líquida, programadas para o exercício de 2019, poderão ser expandidas até o percentual correspondente à elevação da receita estimada, tomando-se por base a mesma relação apurada na Lei Orçamentária Anual.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas do Município, aqueles constantes de anexo próprio, nos termos exigidos no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos alocados na reserva de contingência e, também, se houver, do excesso de arrecadação e do eventual superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º Sendo os recursos identificados no parágrafo anterior insuficientes, o Poder Executivo submeterá proposta legislativa, propondo a anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os orçamentos para o exercício de 2019 poderão destinar recursos para a reserva de contingência, limitados ao máximo de 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo único. Os recursos alocados na reserva de contingência, se esta for contemplada, serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto no art. 5º, da Portaria MPOG nº 42, de 14 de abril de 1999 e no art. 8º, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só serão inclusos na Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, na parcela destinada ao exercício de 2019.

Art. 18. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo:

I – publicará as metas bimestrais de arrecadação para a receita corrente e para a receita de capital; e

II – estabelecerá e publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º As metas bimestrais de arrecadação serão estabelecidas e publicadas considerando-se a previsão consolidada da receita.

§ 2º A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso será estabelecida por unidade gestora, respeitado o fluxo das receitas previstas.

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019 com dotações vinculadas a recursos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e direitos e outros só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64, será realizada em cada fonte e destinação de recursos, para fins de utilização como contrapartida na abertura de créditos adicionais, conforme exigência estampada no parágrafo único do art. 8º e no art. 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Na Lei Orçamentária anual, os orçamentos da receita e da despesa identificarão, com codificação adequada, cada uma das fontes e das destinações dos recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto neste artigo.

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 21. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, comunitário, recreativo, cultural, esportivo, de fortalecimento da economia local, de cooperação técnica e às voltadas ao fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica e ou de identificação das mesmas e do respectivo objeto na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida por duas autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria e ainda:

I – estatuto social, com atualização de registro;

II – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

III – ser correntista em agência bancária local;

IV – documentos pessoais do dirigente; e

V – plano de trabalho, na forma do art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º Estão isentas das exigências listadas no parágrafo anterior as entidades cujo objetivo seja o fortalecimento do associativismo municipal, tanto do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, mesmo que de dirigentes de órgãos ou de unidades administrativas.

§ 3º O plano de trabalho, previsto no inciso V, do § 1º deste artigo deverá evidenciar coerência entre o objeto social da entidade e a finalidade, ou o objetivo de aplicação dos recursos a serem transferidos.

§ 4º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal aplicarão os valores recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias e prestarão contas no prazo de 90 (noventa) dias ao serviço de contabilidade municipal.

Art. 22. Os procedimentos administrativos de demonstração da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa, nos termos do art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, deverão estar insertos no processo de licitação ou de sua dispensa ou inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa, cujo montante num exercício financeiro não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no art. 24, I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 23. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo se programados com recursos vinculados à transferências voluntárias ou à operações de crédito.

Art. 24. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstas em convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária Anual, ou em leis que disponham sobre a abertura de créditos adicionais.

Parágrafo único. Se a despesa for decorrente da cessão de pessoal com custeio pelo Município, além do previsto no caput deste artigo, dependerá de autorização legislativa para cada caso.

Art. 25. A previsão da receita e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2019 a preços correntes, sendo admissível a revisão mediante a aplicação da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, verificado nos doze meses anteriores aquele da apresentação do projeto da lei orçamentária anual.

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 poderá autorizar o Poder Executivo a remanejar, através de ato próprio e adequado de abertura de crédito adicional suplementar, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, o saldo, parcial ou total, das dotações dos grupos de natureza ou modalidade de aplicação de despesas que o compõe.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual de 2019 poderá, também, autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares, através da utilização de saldos do superávit financeiro de exercícios anteriores ou do excesso de arrecadação, ambos entendidos nos termos do art. 43, §§ 2 e 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Poderão ser abertos créditos adicionais suplementares, com a alocação dos recursos previstos no parágrafo anterior, através de ato próprio do Poder Executivo Municipal, mesmo havendo a necessidade de alteração do vínculo com a respectiva fonte de recursos, ou da inclusão de nova vinculação nas ações orçamentárias.

Art. 27. Durante a execução orçamentária de 2019, o Poder Executivo, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais, no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades previstas para o exercício de 2019, ou, excepcionalmente estejam contempladas no Plano Plurianual.

Art. 28. O controle de custo das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, na forma prevista no art. 50, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como o custo de programas, das ações, do m² (metro quadrado) das construções, do m² (metro quadrado) das pavimentações, do aluno/ano da educação infantil e do ensino fundamental, do aluno/ano com alimentação escolar e com o transporte escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento às unidades de saúde, das horas/máquina em serviços de infraestrutura rodoviária e agrícola, das crianças atendidas em creche; dos programas de saúde e outros.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 29. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados na Lei Orçamentária Anual de 2019 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 30. Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I – novas locações destinadas a atender atividades e ações que não sejam de competência exclusiva do Município;

II – aquisição de mobiliário e equipamentos para uso em ações que não sejam de competência exclusiva do Município, exceto quando houver previsão expressa em lei ou em termo de convênio; e

III – ações de que não sejam de competência exclusiva do Município, ou ações que a Lei Orgânica do Município ou a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e financeiramente, exceto quando obedecidas as disposições do art. 24 desta Lei.

Parágrafo único. Excetuam-se da vedação prevista no inciso I deste artigo as locações de espaços próprios e adequados à instalação de empreendimentos econômicos beneficiados com incentivos e estímulos do Município, com o objetivo de geração de emprego e renda, observadas as disposições da Lei Municipal nº 683, de 8 de maio de 2008 e suas alterações.

Art. 31. A Lei Orçamentária, observadas as disponibilidades, após a alocação de recursos nas dotações necessárias às despesas oriundas das competências municipais, destinará dotações ao incentivo à instalação e ampliação de unidades industriais no Município, observadas as normas gerais estabelecidas na Lei Municipal nº 683, de 8 de maio de 2008 e suas alterações.

Art. 32. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução de programas, de atividades, projetos e ações previstas.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária serão submetidos pelo órgão de controle interno, ou pela Contadoria Geral do Município ao Prefeito Municipal, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades e dos projetos e das correspondentes metas.

§ 3º Até dez dias após a publicação dos decretos de que trata o parágrafo anterior, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores cópia dos mesmos e das respectivas exposições de motivos, com finalidade de auxílio nas atribuições de controle externo do Poder Legislativo Municipal.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º A abertura de créditos, em qualquer de suas modalidades, por conta do excesso de arrecadação, calculado de forma consolidada, observadas as disposições do art. 43, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente ocorrerá quando o saldo for igual ou superior ao equivalente a 1% (um por cento), do valor da estimativa da receita consolidada, em cada vinculação, exceto para a utilização do excesso de arrecadação verificado no penúltimo mês do exercício financeiro.

Art. 33. Os valores consignados em projetos ou atividades, vinculados à receitas de convênios ou de alienação de bens, não serão utilizados para fins de abertura de créditos adicionais de qualquer das suas espécies, mesmo que não efetivada a receita vinculada estimada.

Parágrafo único. Quando o projeto ou atividade consignar os valores de contrapartida, não efetivada a receita estimada e vinculada a transferência de convênios, os respectivos valores poderão ser utilizados para fins de abertura de créditos suplementares, através de ato do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO VI DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34. A Lei Orçamentária Anual de 2019 poderá conter autorização para contratação de operações de crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 20% (vinte por cento) da receita corrente líquida apurada até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do respectivo contrato.

Art. 35. A contratação de operações de crédito prescindirá de prévia autorização legislativa em lei específica.

Art. 36. Ultrapassado o limite de endividamento estabelecido no art. 34 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 13 desta Lei.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 37. Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

Parágrafo único. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 38. Os contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

- I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
- II – não sejam inerentes à categoria funcional abrangida por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 39. As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2019, com base na folha de pagamento de 2018, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000:

- I – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
- II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I – da indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II – relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;
- IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

§ 3º Para fins deste artigo entende-se como receita corrente líquida o disposto no art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 40. Observadas as disposições do art. 39 desta lei e ressalvada a hipótese prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes, em 2019, não excederá em percentual da receita corrente líquida, a despesa com pessoal verificada em 2018, acrescida de 10% (dez), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da receita corrente líquida, respectivamente.

Art. 41. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 24 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite serão vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V – contratação de hora extra.

Art. 42. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 39, sem prejuízo das medidas previstas no art. 41 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o Município não poderá:

I – receber transferências voluntárias;

II – obter garantias, direta ou indireta, de outro ente;

III – contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal;

§ 4º As restrições do § 3º deste artigo aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder.

Art. 43. Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 44. Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

I – houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;

II – for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 39 desta Lei.

Parágrafo único. O disposto no caput compreende, entre outras:

I – a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;

II – a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;

III – a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Art. 45. O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

I – educação;

II – saúde;



III – fiscalização fazendária;

IV – assistência à criança e ao adolescente.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Art. 46. O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Legislativo, do Poder Executivo e seus fundos.

Art. 47. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações nas áreas de assistência social, previdência social e saúde, obedecerá ao definido nos arts. 165, § 5º, III; 194 e 195, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes das demais receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente esse orçamento.

Art. 48. O orçamento da seguridade social discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União para o Município, para execução descentralizada das ações de saúde e de assistência social.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social incluirá os recursos necessários às aplicações em ações e serviços públicos de saúde, conforme dispõe o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

#### CAPÍTULO VIII

##### DA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 49. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária objetivando o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 50. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se considerando renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 51. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, financeira, constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor depois de adotadas as medidas de compensação, na forma prevista no art. 14, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

#### CAPÍTULO IX

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 52. O Poder Executivo enviará a proposta orçamentária para 2019, à Câmara Municipal de Vereadores no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2018.

§ 1º A Câmara Municipal de Vereadores não entrará em recesso enquanto não cumprir o prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Poder Executivo autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2018, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos previstos ao atendimento de riscos fiscais imprevistos e a meta de resultado primário.

Art. 53. As propostas de emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual, ou aos projetos de lei que o modifiquem, a que se refere o art. 131, da Lei Orgânica do Município, e os artigos desta Lei, somente poderão ser apreciadas se apresentadas com a forma e o nível de detalhamento estabelecidos nesta Lei e a indicação dos recursos compensatórios correspondentes.

Art. 54. As emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2019, ou aos projetos de lei que modifiquem a Lei de Orçamento Anual, devem atender às seguintes condições:

§ 1º Serem compatíveis com os programas e objetivos do Plano Plurianual para o quadriênio de 2018-2021 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 2º Indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.

§ 3º Não serão admitidas anulações de despesa que incidam sobre dotações para:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais; e

II – as despesas com o serviço da dívida.

Art. 55. As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida Municipal de operações de crédito internas ou externas.

Art. 56. Por meio do órgão fazendário municipal e da Contadoria Geral do Município, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Art. 57. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de Lei Orçamentária Anual enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 58. Serão consideradas não autorizadas e ilegais as despesas com multas e juros pelo eventual pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de disponibilidades financeiras, ou por outros motivos.

Art. 59. O Poder Executivo Municipal está autorizado a celebrar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos e entidades da administração direta ou indireta para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou de competência concorrente, ou mesmo de competência daquelas esferas de governo, porém de interesse direto do Município.

Art. 60. As despesas decorrentes de penalidades financeiras decorrentes de infrações de trânsito, estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, serão contabilizadas como despesas da Administração Municipal e por esta pagas, com imediata instauração de processo de ressarcimento do agente que deu causa às mesmas.

Parágrafo único. Se que der causa às infrações de trânsito for agente público municipal remunerado, o valor será retido em folha de pagamento, nos termos estabelecidos na Lei Municipal que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 61. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 09 de outubro de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

## LEI COMPLEMENTAR 86

Publicação Nº 1774482

Lei Complementar nº 86, de 09 de outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Plano de Carreira e de Valorização dos Profissionais da Educação a que se refere o art. 161, VII da Lei Orgânica do Município, o art. 206, V da Constituição Federal, o art. 67 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o art. 40 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e as disposições pertinentes da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Art. 2º Integram este plano os Profissionais da Educação, conforme estabelece o inciso II, do art. 4º desta Lei.

Art. 3º O regime jurídico dos Profissionais da Educação é o estatutário, nos termos estabelecidos na legislação municipal vigente e de que trata dessa matéria.

#### CAPÍTULO II

##### DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Art. 4º Para fins desta Lei considera-se:

I – Plano de Carreira e de Valorização dos Profissionais da Educação: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura de recursos humanos da Educação pública a cargo do Município, a carreira e a valorização dos profissionais da Educação vinculados à Administração Municipal e com atuação exclusiva nas atividades da Educação Básica;

II – Profissionais da Educação: docentes da Educação Básica, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência na Educação Básica: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação e assessoramento pedagógico. São os professores e os profissionais de suporte pedagógico à docência;

III – Professor: profissional da Educação que exerce diretamente atividades de docência nas áreas da educação infantil, do ensino fundamental, da educação especial e da educação de jovens e adultos, nas unidades educacionais, nos termos das disposições do inciso XVIII deste artigo;

IV – Profissionais de Suporte Pedagógico à Docência: profissionais da Educação que desempenham atividades de suporte pedagógico necessárias às atividades de docência, tais como: direção ou administração escolar, supervisão, planejamento, inspeção, orientação educacional e coordenação pedagógica;

V – Carreira: é o registro da vida funcional do profissional da Educação ao longo do tempo, levando em conta a historicidade, a progressão e a evolução do mesmo, na estrutura de recursos humanos da Educação na Administração Municipal; caracteriza-se pelas progressões funcionais em níveis e referências de padrões de vencimentos;

VI – Cargo: termo que indica a posição hierárquica e funcional que uma pessoa ocupa numa determinada estrutura conforme sua habilitação e o conjunto de atribuições decorrentes;

VII – Função: termo utilizado para indicar o conjunto de tarefas a serem desempenhadas por um ou mais servidores públicos, nas atividades da Educação. É um conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades incumbidas a um servidor público municipal integrante do Plano de Carreira de que trata esta Lei;

VIII – Categoria Funcional: conjunto de cargos reunidos segundo a formação, habilitação, atribuições, grau de complexidade e de responsabilidade funcional;

IX – Vencimento: é a atribuição pecuniária de cada um dos cargos, fixada nesta Lei, de pagamento mensal ao servidor público municipal contemplado neste Plano de Carreira, sendo:

a) vencimento básico: o valor inicial que consta do primeiro nível, na referência "A" de cada uma das carreiras do ANEXO III desta Lei, consideradas as possíveis especializações em cada um dos cargos das categorias funcionais contempladas nesta Lei;

b) vencimento corrente: o valor de enquadramento em que se encontra o servidor público municipal, na condição de profissional da Educação, destinatário desta legislação, constituindo-se em base de cálculo dos adicionais previstos nesta Lei;

X – Remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais da Educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo ou função, integrantes das categorias funcionais estabelecidas nesta Lei;

XI – Progressão Funcional: deslocamento do profissional que acessou cargo da Educação, pela aprovação em concurso público e constitui-se no avanço na carreira progredindo em referências e em níveis superiores, conforme estabelecido nas carreiras contempladas nesta Lei;

XII – Nível: a graduação ascendente, existente em cada carreira, determinante da progressão vertical;

XIII – Referência: a graduação ascendente, existente em cada nível das carreiras, determinante da progressão horizontal.

XIV – Sistema Municipal de Ensino e Educação: é o conjunto de órgãos e instituições, inclusive privadas, que realiza atividades de educação no âmbito municipal e a ele legalmente vinculadas, instituído por legislação específica;

XV – Rede Municipal de Ensino e Educação: é o conjunto de instituições e órgãos públicos que realizam atividades de educação, sob a coordenação e gestão do órgão máximo da educação municipal;

XVI – Efetivo Exercício: é a atuação efetiva no desempenho das atividades próprias dos profissionais da Educação, assim identificados nas disposições do inciso II deste artigo e, minimamente, descritas no ANEXO IV desta Lei, associada à sua regular vinculação contratual, estatutária ou temporária, com o Município, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o Município, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente;

XVII – Unidades Educacionais: para os fins desta Lei, são consideradas unidades educacionais todos os estabelecimentos do Município ou cedidos pelo Estado de Santa Catarina para a docência, para o exercício do magistério e para o ensino na educação básica.

### CAPÍTULO III DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



Art. 5º A carreira dos Profissionais da Educação tem como princípios básicos:

I – acesso à carreira por concurso público, de provas e títulos, orientado para assegurar a qualidade da ação educativa;

II – remuneração condigna para todos e, no caso dos professores, com vencimento nunca inferior aos valores correspondentes ao Piso Salarial Profissional Nacional, instituído pela Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008;

III – reconhecimento da importância da carreira dos profissionais da Educação e o desenvolvimento de ações que visem à equiparação salarial com outras carreiras profissionais de formação semelhante;

IV – progressão salarial na carreira, por incentivos que contemplem titulação, experiência, desempenho, atualização e aperfeiçoamento profissional, além da valorização do tempo de serviço na Educação, no âmbito municipal;

V – jornada de trabalho preferencialmente em tempo integral de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais para todos os profissionais da Educação;

VI – incentivo à dedicação exclusiva em uma única unidade educacional, ou em unidades educacionais da rede municipal de Ensino e Educação;

VII – assegurar revisão salarial anual dos vencimentos e das remunerações da carreira, de modo a preservar o poder aquisitivo da remuneração dos Profissionais da Educação, nos termos do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, garantido o piso referido no inciso II deste artigo;

VIII – promover, na organização da rede municipal de ensino e Educação, adequada relação numérica professor-educando nas etapas da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a fim de melhor prover os investimentos públicos, elevar a qualidade da educação e atender às condições de trabalho dos educadores, nos termos da legislação de que trata do Sistema Municipal de Ensino e Educação;

IX – prover a atualização e a capacitação permanente dos profissionais da Educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica;

X – prover formas de incentivo à especialização, além da titulação para fins de progressão prevista nesta Lei.

Parágrafo único. A jornada de trabalho a que se refere o inciso V deste artigo, quando relacionada ao professor, terá sempre presente a ampliação paulatina da parte da jornada destinada às atividades de preparação de aulas, avaliação da produção dos alunos, reuniões escolares, planejamento escolar e pedagógico, contatos com a comunidade, formação e capacitação continuada, numa escala, que assegure o mínimo de 1/3 (um terço) para estas finalidades, observado o projeto político pedagógico de cada escola, ou do órgão municipal de Educação, observadas, também, as normas da legislação que trata do Sistema Municipal de Ensino e Educação, conforme prevê a lei 11738/2008.

## TÍTULO II DA ESTRUTURA DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

### CAPÍTULO I DA CARREIRA E DO INGRESSO

Art. 6º A Carreira dos Profissionais da Educação Escolar é integrada e estruturada nos termos dos ANEXOS I, II, III e IV, desta Lei, contemplando apenas cargos de provimento efetivo.

§ 1º a Carreira dos Profissionais da Educação é constituída dos seguintes grupos funcionais:

I – Professor;

II – Profissionais de Suporte Pedagógico à Docência;

§ 2º A Carreira dos Profissionais da Educação estende-se à toda a Educação Básica, em suas diversas etapas e modalidades, com prioridade à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental, abrangendo, também, as modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

§ 3º O ingresso na carreira, ocorre exclusivamente através de concurso público, segundo a habilitação mínima exigida em cada cargo, observadas as disposições do inciso I do art. 5º desta Lei.

§ 5º O ingresso na Carreira dar-se-á na referência inicial, no nível correspondente, conforme o cargo e a respectiva jornada de trabalho semanal a que prestou o concurso público.

§ 6º O exercício profissional do titular do cargo da Carreira dos Profissionais da Educação será vinculado, exclusivamente, àquele que tenha prestado concurso público, ressalvadas as hipóteses de designação ou nomeação temporária para o exercício de funções de confiança ou de cargos de provimento em comissão, conforme estabelecer a legislação específica.

§ 7º Constitui requisito inafastável para o ingresso na Carreira dos Profissionais da Educação a licenciatura plena para os cargos de Professor

e para os Profissionais de Suporte Pedagógico à Docência, em qualquer caso, diplomas em instituições e cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação, nos termos da legislação pertinente.

## CAPÍTULO II DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 7º A progressão funcional é a passagem do titular de cargo da Carreira dos Profissionais da Educação de:

I – uma referência para outra superior;

II – um nível para outro imediatamente superior.

§ 1º A promoção será horizontal quando ocorrer mudança de referência.

§ 2º A promoção será vertical quando ocorrer mudança de nível.

§ 3º A promoção horizontal ou vertical se processará de conformidade com as referências e níveis previstos nos ANEXOS II e III, desta Lei Complementar, limitando-se a cada um dos respectivos cargos.

Art. 8º A promoção vertical de mudança de nível ocorrerá ao término da passagem por todas as referências de um nível e será automática.

Art. 9º A promoção horizontal, com mudança de referência decorrerá de avaliação que considerará o desempenho e eficiência e o interesse de qualificação do ocupante de cargo da Carreira dos Profissionais da Educação.

§ 1º A avaliação de desempenho e eficiência terá os seguintes critérios:

I – realizada anualmente, sempre no mês de novembro;

II – será realizado de acordo com os critérios definidos no artigo 188 e seguintes da Lei Complementar nº 13, de 30 de setembro de 2005, que estabeleceu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

III – será realizada, somente após, o servidor público ter concluído o estágio probatório; e

IV – atenderá para os seguintes requisitos:

a) assiduidade;

b) disciplina;

c) produtividade e resolutividade no exercício das atribuições do cargo;

d) responsabilidade;

e) capacidade de iniciativa;

f) solidariedade no trabalho; e

g) cumprimento, pelo servidor das disposições contidas nos artigos 119 e 120 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 2º Para a percepção da progressão de que trata o parágrafo precedente, o servidor deverá alcançar conceito de avaliação, igual ou superior a 7 (sete), numa escala de 0 (zero) a 10 (dez).

§ 3º Na avaliação de desempenho e eficiência, o profissional titular de cargo da Carreira dos Profissionais da Educação que obtiver conceito de avaliação inferior a 5 (cinco), caracterizando insuficiência de desempenho, caso em que ocasionará a perda do cargo, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe a Lei Complementar nº 13, de 30 de setembro de 2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 4º A avaliação de desempenho e eficiência e a pontuação de qualificação, capacitação e atualização profissional serão realizadas anualmente, sempre no mês de novembro, para a ocorrência da progressão no mês de janeiro do ano seguinte.

§ 5º A aferição da qualificação ocorrerá mediante a apresentação de certificados, com aproveitamento mínimo, relativos à participação em cursos de aperfeiçoamento, qualificação, requalificação e atualização, exclusivo para o exercício da docência ou de funções de suporte pedagógico e representará promoção horizontal à base de uma referência a cada 40 (quarenta) horas de curso.

§ 6º Para os fins do parágrafo anterior, serão considerados todos os certificados relativos a cursos efetivamente frequentados presencialmente, ou na modalidade de Educação à Distância (ED) independentemente da carga horária, até o total previsto no parágrafo precedente, para poder progredir, com o limite de 02 (duas) referências a cada ano, com o aproveitamento das horas excedentes, para fins de progressão nos anos posteriores, limitando a validade dos certificados a cursos expedidos no ano imediatamente anteriores.

§ 7º Ao profissional da Educação poderá ser concedido licença ou afastamento remunerado, para frequentar cursos, nos termos previstos no § 5º, deste artigo, observadas as disposições pertinentes previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 13/2005) e com prévia aprovação pelo titular do órgão municipal de educação.

§ 8º A promoção pela qualificação ocorrerá após o término do estágio probatório, com a consequente aquisição da estabilidade, na forma do artigo 41 da Constituição Federal, sendo considerados, para fins de progressão, os cursos previstos no parágrafo anterior realizados no interstício do cumprimento do estágio probatório.

§ 9º Durante o período em que o professor estiver cumprindo o estágio probatório às avaliações serão específicas para esta finalidade, observadas as disposições do parágrafo anterior.

§ 10. Não será concedida a progressão de que trata o § 1º deste artigo, se no período aquisitivo correspondente o Profissional da Educação sofrer qualquer uma das seguintes penalidades:

I – advertência;

II – pena de suspensão; e

III – três faltas injustificadas ao serviço

§ 11. Não será beneficiado com a progressão de que trata este Capítulo o Profissional da Educação:

I – que estiver em cumprimento do estágio probatório;

II – que esteja em licença para tratamento de assuntos particulares;

III – que não tenha cumprido efetivo exercício, no período de avaliação, em decorrência de prisão por força de decisão judicial.

§ 12. O Profissional da Educação, admitido, excepcionalmente, em caráter temporário não será contemplado nas promoções e avanços na carreira, previstas neste capítulo.

### CAPÍTULO III DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 10. A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento e a qualidade permanente do processo educacional, especialmente o de ensino e aprendizagem, além de possibilitar a progressão na Carreira, será incentivada através de cursos de aperfeiçoamento, em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional, observados os programas, planos e diretrizes estabelecidas para o Ensino Público Municipal.

Parágrafo único. Para fins de especialização, somente serão considerados títulos de cursos aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação.

### CAPÍTULO IV DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 11. A jornada de trabalho do titular do cargo da Carreira dos Profissionais da Educação é aquela estabelecida nos ANEXO II e III, desta Lei.

§ 1º Havendo redução ou majoração da jornada de trabalho, observando-se o mínimo de 10 (dez) horas e o máximo de 40 (quarenta) horas, haverá a correspondente e proporcional alteração da remuneração.

§ 2º A jornada de trabalho do Profissional de Educação em função docente inclui uma parte de horas de aula e uma parte de horas de atividades, destinadas, de acordo com o projeto político-pedagógico da escola, a preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da escola, a articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, nos termos do parágrafo único do art. 5º desta Lei.

Art. 12. O titular de cargo de professor em jornada parcial, que não enseja acumulação de cargo, emprego ou função pública, poderá ser convocado para prestar serviço:

I – em regime suplementar e temporário, para substituição temporária, na mesma escola e, excepcionalmente, em outra escola da rede municipal de ensino, de professores em função docente, em seus impedimentos legais, nos casos de licenças previstas legalmente, ou nos casos de designação para o exercício de outras funções próprias da Carreira dos Profissionais da Educação;

II – em regime suplementar e temporário, por necessidade do ensino, e enquanto persistir a necessidade.

§ 1º A jornada de trabalho, compreendida aquela do cargo de provimento efetivo e aquela decorrente de convocação, na forma prevista nos incisos do caput deste artigo, não poderá ser superior a 40 (quarenta) horas semanais, com exceção aos profissionais de educação física, cujo limite poderá ser superior ao estabelecido neste parágrafo.

§ 2º Na convocação de que trata este artigo, deverá ser, sempre que possível, assegurada a proporção entre horas de aula e horas de atividades quando para o serviço da docência, nos afastamentos previstos na lei que instituir o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 3º Na convocação de que trata este artigo, observadas as disposições do inciso I, do caput deste artigo, e sempre que possível, terá preferência o professor:

I – de habilitação mais elevada;

II – de maior tempo de serviço no exercício da docência na Rede Municipal de Ensino.

§ 4º A interrupção da convocação de que trata este artigo ocorrerá:

I – a pedido do interessado;

II – quando cessada a razão determinante da convocação;

III – quando verificado o impedimento legal à convocação.

§ 5º Para fins desta Lei, jornada parcial de trabalho, é a jornada de labor do Profissional da Educação, inferior às 40 (quarenta) horas semanais, ou às 8 (oito) horas diárias.

Art. 13. O profissional de cargo da carreira dos Profissionais da Educação, com jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais, presente a necessidade e o interesse público, com prévia e justificada fundamentação, poderá ter sua jornada de trabalho majorada, permanentemente, até o limite máximo, observada a disponibilidade de vagas em cada caso, conforme disposições deste artigo.

§ 1º Para a possibilidade prevista no caput deste artigo o profissional da Educação terá que ter ultrapassado o estágio probatório e será opcional, mediante inscrição, em processo regrado em edital, com a observância aos seguintes requisitos de seleção:

I – habilitação mais elevada;

II – maior tempo de serviço no exercício da docência na Rede Municipal de Ensino;

III – o maior conceito de avaliação de desempenho e eficiência, verificada no ano imediatamente anterior àquele da seleção; e

IV – a maior soma de horas em cursos de capacitação e qualificação verificada no ano imediatamente anterior.

§ 2º A Jornada de trabalho do titular de cargo de Profissional da Educação não ultrapassará às 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 14. Havendo, mediante fundamentação e justificação, necessidade temporária de diminuição ou majoração da jornada de trabalho de cargos da Carreira dos Profissionais da Educação, haverá a proporcional mutação da remuneração do profissional.

§ 1º O titular de vaga do cargo de Profissional da Educação, com carga horária semanal inferior a 40 (quarenta) horas, que designado para as funções de Diretor de Escolar, terá sua jornada de trabalho automaticamente elevada à jornada máxima de trabalho.

§ 2º Na ocorrência do previsto no parágrafo anterior, haverá proporcional majoração da remuneração, acrescida da gratificação específica aos ocupantes de citada função de confiança, nos termos da Lei Complementar que tratar da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO V DA REMUNERAÇÃO

### Seção I Dos Vencimentos

Art. 15. A remuneração dos cargos que constituem a Carreira dos Profissionais da Educação corresponde ao vencimento relativo ao nível e à referência em que se encontre na carreira, acrescido dos adicionais e das vantagens pecuniárias a que fizer jus, nos termos desta Lei Complementar nº 13/2005 que estatui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e desta Lei Complementar.

§ 1º O ANEXO III desta Lei, estabelece os vencimentos para cada um dos níveis e suas respectivas referências, conforme os respectivos cargos constituintes da Carreira dos Profissionais da Educação.

§ 2º Considera-se vencimento básico da Carreira o fixado no primeiro nível do cargo, sempre na referência "A".

### Seção II Dos Adicionais Relativos à Graduação e à Especialização

Art. 16. Os titulares de cargo contemplado na Carreira dos Profissionais da Educação terão direito à percepção de adicionais concedidos a título de incentivo à graduação e à especialização, conforme dispõe esta subseção.

Parágrafo único. Os adicionais previstos no caput deste artigo serão permanentes e incorporados à remuneração do beneficiário, constando na folha de pagamento de forma separada e identificada.

Art. 17. Os titulares do cargo contemplado na Carreira dos Profissionais da Educação, cuja condição para o ingresso, dentre outras, é a graduação, poderão conquistar os seguintes adicionais:

I – pela especialização lato sensu (pós-graduação), adicional de 15,00% (quinze por cento);

II – pela especialização stricto sensu, em nível de mestrado, adicional de 25,00% (vinte e cinco por cento): e

III – pela especialização stricto sensu, em nível de doutorado, adicional de 35,00% (trinta e cinco por cento).

Parágrafo único. Os comprovantes de conclusão de cursos de especialização, para fins deste artigo, poderão ser expedidos antes do ingresso na carreira ou durante o período do estágio probatório, porém, a concessão do adicional respectivo ocorrerá apenas a partir do primeiro mês após a aprovação do referido estágio probatório.

Art. 18. Os adicionais previstos nos artigos precedentes serão requeridos pelos titulares dos respectivos cargos, com a juntada do necessário comprovante e serão concedidos no mês subsequente daquele do deferimento da solicitação.

Parágrafo único. Os percentuais identificados nos incisos dos artigos 17 e 18, desta lei, serão calculados sobre o valor do vencimento básico estabelecido na referência "A", do primeiro nível da carreira de cada um dos cargos, conforme estabelecido no ANEXO III, desta Lei.

Art. 19. Os adicionais previstos nesta seção, somente serão concedidos aos servidores que se enquadrem, nos termos desta Lei, como Profissionais da Educação.

## Seção II

### Da Remuneração Pela Convocação em Regime Suplementar

Art. 20. A convocação em regime suplementar, na forma do artigo 12 desta Lei, será remunerada proporcionalmente ao número de horas adicionadas à jornada de trabalho do titular de cargo da Carreira dos Profissionais da Educação.

Parágrafo único. A convocação em regime suplementar tem caráter temporário e deverá ser justificada pela necessidade temporária de excepcional interesse público.

## CAPÍTULO VI

### DAS FÉRIAS

Art. 21. O período de férias anuais do titular de cargo da Carreira dos Profissionais da Educação será de:

I – 45 (quarenta e cinco) dias, para o cargo de professor em função docente; sendo 30 dias de férias e 15 dias de recesso escolar;

II – 30 (trinta) dias, para os demais cargos da Carreira dos Profissionais da Educação ou para o cargo de professor no exercício de outras funções relacionadas à Educação.

§ 1º As férias dos Profissionais da Educação em exercício nas unidades escolares serão concedidas nos períodos de férias e recessos escolares, de acordo com os calendários anuais, de forma a atender às necessidades didáticas e administrativas dos estabelecimentos.

§ 2º O adicional de férias será calculado e pago somente sobre a remuneração equivalente ao período de 30 (trinta) dias.

## CAPÍTULO VII

### DA COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO

Art. 22. Fica instituída a Comissão de Gestão do Plano de Carreira dos Profissionais de Educação Básica do Ensino Público, com caráter permanente, para orientar a implantação, a operacionalização e a avaliação do Plano.

Art. 23. A Comissão de Gestão do Plano de Carreira e Remuneração será composta por um titular e um suplente dos seguintes segmentos:

- Conselho Municipal de Educação;
- Gerência Municipal de Educação;
- Diretores Escolares;
- Administração e Finanças;
- Câmara de Vereadores;
- Jurídico;
- Professores.

§ 1º Estes profissionais serão nomeados por ato do executivo municipal.

## TÍTULO III

**DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS****CAPÍTULO I****DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA**

Art. 24. O número de vagas, para cada um dos cargos da Carreira dos Profissionais da Educação está estabelecido no ANEXO I desta Lei.

Parágrafo único. Os profissionais titulares da Carreira são lotados no órgão municipal de educação e não nas unidades escolares integrantes da Rede Municipal de Ensino.

Art. 25. O primeiro provimento dos cargos de Carreira dos Profissionais da Educação dar-se-á pela transposição dos docentes titulares e doutros profissionais, conforme consta da legislação anterior, observada sua posição na carreira.

**CAPÍTULO II****DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 26. Os cargos e funções de direção de escola municipal serão preenchidos, nos termos da Lei Complementar que estabelecer a Organização da Estrutura Administrativa do Governo Municipal.

Art. 27. Ficam assegurados, aos Profissionais da Educação todos os direitos e vantagens já adquiridas pela legislação que esta Lei revoga.

§ 1º O direito adquirido relativo ao adicional por tempo de serviço, constará em valor nominal, conforme valor pago ao servidor no mês anterior ao da publicação desta Lei, e passará a integrar a remuneração, como verba nominalmente identificada.

§ 2º As vantagens pecuniárias apuradas nos termos de legislação anterior, integram a remuneração do servidor, como verba nominalmente identificada, pelo valor nominal pago no mês imediatamente anterior ao da publicação desta Lei.

Art. 28. Os titulares de cargo de Professor e ou com cargos de suporte pedagógico integrantes da Carreira dos Profissionais da Educação poderão perceber outras vantagens pecuniárias não devidas aos demais servidores municipais, quando não conflitantes com o disposto nesta lei.

Parágrafo único. Quando não atendido o percentual mínimo estabelecido no artigo 7º, da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, por ato próprio, adicional à remuneração dos Profissionais da Educação em exercício efetivo da docência no Ensino Fundamental.

Art. 29. O titular de cargo de professor no exercício da docência em educação física, além da habilitação específica deverá estar inscrito no respectivo conselho profissional.

Art. 30. Para ingressar e progredir no sexto nível de cada uma das carreiras estabelecidas no ANEXO III desta Lei, para fins do disposto nos §§ 5º e 6º do art. 9º desta Lei, serão considerados e aceitos apenas certificados e comprovantes de cursos realizados após a data de vigência desta Lei.

Art. 31. A contratação de professor por tempo determinado para atender às necessidades de substituição temporária do titular de professor na função docente, se dará prioritariamente, na forma prevista no artigo 12 desta Lei, obedecidas as disposições de Lei própria.

§ 1º Os Professores admitidos em caráter temporário para atender a excepcional necessidade de interesse público, nos termos da legislação própria serão remunerados proporcionalmente à jornada de trabalho e a remuneração corresponderá à referência "A", dos níveis 501, 513, 519 ou 537, do ANEXO IIII desta Lei, conforme a respectiva jornada de trabalho.

§ 2º Se o admitido em caráter temporário, nos termos do § 1º deste artigo, ainda estiver cursando a graduação e, admitida esta hipóteses no edital de seleção, a remuneração do mesmo corresponderá à referência "A" do nível 507 do cargo em extinção estabelecido no ANEXO IIII desta Lei, com a respectiva alteração proporcional à respectiva jornada de trabalho.

§ 3º Os Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário não usufruirão das promoções previstas nos arts. 8º e 9º e nem dos adicionais regradados nos arts. 16 a 20, todos desta Lei.

Art. 32. O Prefeito Municipal poderá regulamentar, através de Decreto, em partes, esta Lei, sempre que presente à necessidade de melhor entendimento.

Art. 33. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta dos recursos consignados e dotações do orçamento geral do Município.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 35. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 16, de 30 de setembro de 2005 e a Lei Complementar nº 55/2013.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo/SC, 09 de outubro de 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal



# **A N E X O I** **ESTRUTURA DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

CATEGORIA FUNCIONAL	CARGOS		CARGA HORÁRIA SEMANAL	LOTAÇÃO	Nº de Vagas
I – PROFESSOR	Professor I (cargo em extinção) 40 horas		20 horas	- Escolas de Educação Infantil. - Escolas Municipais de Ensino Fundamental. - Escola Estadual de Educação Básica Benta Cardoso – Anos iniciais do Ensino Fundamental (Convênio Municipalização). 01	01
	Professor II	Professor de Educação Infantil	20 horas		10
			40 horas		
		Professor nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	20 horas		15
			40 horas		
		Professor de Educação Física	10 horas		03
			20 horas		
			30 horas		
			40 horas		
		Professor de Artes	10 horas		02
			20 horas		
			30 horas		
			40 horas		
		Professor de Língua Estrangeira	10 horas		02
			20 horas		
30 horas					
40 horas					
Segundo Professor	20 horas	05			
	40 horas				
II – PROFISSIONAIS DE SUPORTE PEDAGÓGICO À DOCÊNCIA	Orientador Educacional		35 horas	- Órgão Municipal de Educação	01

## **A N E X O II** **NIVELÇÃO E REFERENCIAL DA ESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

CATEGORIA FUNCIONAL/CARREIRA/CARGOS		Carga Horária Semanal	Níveis	Referências
Professor I – Cargo em Extinção 40 horas		20 horas 525 a 529	507 a 511	A a F
Professor II	Professor de Educação Infantil	20 horas	513 a 517	A a F
		40 horas	537 a 542	
	Professor nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	20 horas	513 a 518	
		40 horas	537 a 542	
	Professor de Artes	10 horas	501 a 506	
		20 horas	513 a 518	
		30 horas	519 a 524	
		40 horas	537 a 542	
	Professor de Educação Física	10 horas	501 a 506	
		20 horas	513 a 518	
		30 horas	519 a 524	
		40 horas	537 a 542	
	Professor de Língua Estrangeira	10 horas	501 a 506	
		20 horas	513 a 518	
		30 horas	519 a 524	
		40 horas	537 a 542	
	Segundo Professor	20 horas	513 a 518	
		40 horas	537 a 542	
II – PROFISSIONAIS DE SUPORTE PEDAGÓGICO À DOCÊNCIA	Orientador Educacional	35 horas	531 a 536	A a F

## **ANEXO III**

### **TABELA DE VENCIMENTOS – PROFESSOR II**

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
501	605,00	611,05	617,10	623,15	629,20	635,25	PROFESSOR II – 10 HORAS SEMANAIS - Professor de Artes. - Professor de Educação Física. - Professor de Língua Estrangeira.
502	641,30	647,35	653,40	659,45	665,50	671,55	
503	677,60	683,65	689,70	695,75	701,80	707,85	
504	713,90	419,95	726,00	732,05	738,10	744,15	
505	750,20	756,25	762,30	768,35	774,40	780,45	
506	786,50	792,55	798,60	804,65	810,70	816,75	
513	1.210,00	1.222,10	1.234,20	1.246,30	1.258,40	1.270,50	PROFESSOR II – 20 HORAS SEMANAIS - Professor de Educação Infantil. - Professor nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. - Professor de Artes. - Professor de Educação Física. - Professor de Língua Estrangeira.
514	1.282,60	1.294,70	1.306,80	1.318,90	1.331,00	1.343,10	
515	1.355,20	1.367,30	1.379,40	1.391,50	1.403,60	1.415,70	
516	1.427,80	1.439,90	1.452,00	1.464,10	1.476,20	1.488,30	
517	1.500,40	1.512,50	1.524,60	1.536,70	1.548,80	1.560,90	
518	1.573,00	1.585,10	1.597,20	1.609,30	1.621,40	1.633,50	
519	1.815,00	1.833,15	1.851,30	1.869,45	1.887,60	1.905,75	PROFESSOR II – 30 HORAS SEMANAIS - Professor de Artes. - Professor de Educação Física. - Professor de Língua Estrangeira.
520	1.923,90	1.942,05	1.960,320	1.978,35	1.996,50	2.014,65	
521	2.032,80	2.050,95	2.069,10	2.087,25	2.105,40	2.123,55	
522	2.141,70	2.159,85	2.178,00	2.196,15	2.214,30	2.232,45	
523	2.250,60	2.268,75	2.286,90	2.305,05	2.323,20	2.341,35	
524	2.359,50	2.377,65	2.395,80	2.413,95	2.432,10	2.450,25	
537	2.420,00	2.444,20	2.468,40	2.492,60	2.516,80	2.541,00	PROFESSOR II – 40 HORAS SEMANAIS - Professor de Educação Infantil. - Professor nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. - Professor de Artes. - Professor de Educação Física. - Professor de Língua Estrangeira.
538	2.565,20	2.589,40	2.613,60	2.637,80	2.662,00	2.686,20	
539	2.710,40	2.734,60	2.758,80	2.783,00	2.807,20	2.831,40	
540	2.855,60	2.879,80	2.904,00	2.928,20	2.952,40	2.976,60	
541	3.000,80	3.025,00	3.049,20	3.073,40	3.097,60	3.121,80	
542	3.146,00	3.170,20	3.194,40	3.218,60	3.242,80	3.267,00	

## ANEXO III

## TABELA DE VENCIMENTOS – PROFISSIONAIS DE SUPORTE PEDAGÓGICO À DOCÊNCIA

Continuação

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
531	2.264,00	2.286,64	2.309,28	2.331,92	2.354,56	2.377,20	PROFISSIONAIS DE SUPORTE PEDAGÓGICO À DOCÊNCIA – 35 HORAS SEMANAIS - Orientador Educacional.
532	2.399,84	2.422,48	2.445,12	2.467,76	2.490,40	2.513,04	
533	2.535,68	2.558,32	2.580,96	2.603,60	2.626,24	2.648,88	
534	2.671,52	2.694,16	2.716,80	2.739,44	2.762,08	2.784,72	
535	2.807,36	2.830,00	2.852,64	2.875,28	2.897,92	2.920,56	
536	2.943,20	2.965,84	2.988,48	3.011,12	2.033,76	3.056,40	

## ANEXO III

## TABELA DE VENCIMENTOS – PROFESSOR I – QUADRO EM EXTINÇÃO

Continuação

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
507	951,00	960,51	970,02	979,53	989,04	998,55	PROFESSOR I – 20 HORAS SEMANAIS - Professor I.
508	1.008,06	1.017,57	1.027,08	1.036,59	1.046,10	1.055,61	
509	1.065,12	1.074,63	1.084,14	1.093,65	1.103,16	1.112,67	
510	1.122,18	1.131,69	1.141,20	1.150,71	1.160,22	1.169,73	
511	1.179,24	1.188,75	1.198,26	1.207,77	1.217,28	1.226,79	
512	1.236,30	1.245,81	1.255,32	1.264,83	1.274,34	1.283,85	
525	1.902,00	1.921,02	1.940,04	1.959,06	1.978,08	1.997,10	PROFESSOR I – 40 HORAS SEMANAIS - Professor I.
526	2.016,12	2.035,14	2.054,16	2.073,18	2.092,20	2.111,22	
527	2.130,24	2.149,26	2.168,28	2.187,30	2.206,32	2.225,34	
528	2.244,36	2.263,38	2.282,40	2.301,42	2.320,44	2.339,46	
529	2.358,48	2.377,50	2.396,52	2.415,54	2.434,56	2.453,58	
530	2.472,60	2.491,62	2.510,64	2.529,66	2.548,68	2.567,70	

## ANEXO IV



# CONDIÇÃO DE INGRESSO, HABILITAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Categoria Funcional:  
PROFESSOR II

CONDIÇÃO DE INGRESSO NA CARREIRA	HABILITAÇÃO
Concurso público de provas e títulos.	Professor de Educação Infantil: Graduação em Pedagogia, com licenciatura plena em Educação Infantil.
	Professor nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (inclusive Educação de Jovens e Adultos) e Segundo Professor: Graduação em Pedagogia, com licenciatura plena para os anos iniciais do Ensino Fundamental.
	Professor de Artes: Graduação com licenciatura plena em artes (ou Educação Artística).
	Professor de Educação Física: Graduação com licenciatura plena em Educação Física e registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF)
	Professor de Língua Estrangeira; Graduação com licenciatura plena em Letras, com habilitação em inglês ou espanhol, conforme exigir o Edital da seleção pública.

## Atribuições

Além das atribuições próprias do exercício profissional, são atribuições específicas dos profissionais da Educação, da categoria funcional de Professor:

- 1) Participar da elaboração da proposta pedagógica da unidade escolar.
- 2) Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo proposta pedagógica da unidade escolar e das diretrizes educacionais do órgão municipal de Educação.
- 3) Construir a aprendizagem dos alunos em coresponsabilidade com os pais, com os demais profissionais da Educação, com a direção da unidade escolar e com o órgão municipal de educação.
- 4) Desenvolver a avaliação dos alunos de forma diagnóstica, global, contínua, permanente e emancipatória e estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.
- 5) Ministrar as aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento e capacitação profissional.
- 6) Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e com a comunidade.
- 7) cumprir o horário e a jornada de trabalho.
- 8) buscar dentro do exercício de sua função o aperfeiçoamento e o estudo constante.
- 9) Relacionar-se com ética, tanto com os colegas de docência, com os demais profissionais de suporte pedagógico à docência e de suporte à Educação, com os servidores da unidade escolar, com os dirigentes e servidores do órgão municipal da Educação, com os alunos, com os pais, com a comunidade em geral.
- 10) Contribuir na construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino e da unidade escolar em que atua, criticando, analisando e propondo.
- 11) Valorizar o processo de participação nos coletivos priorizando decisões coletivas e não individuais.
- 12) Zelar pela permanência de todos os alunos na unidade escolar, agindo na prevenção da evasão escolar.
- 13) Realizar avaliações do seu trabalho, do trabalho da unidade escolar e da participação dos pais e alunos de forma a verificar os problemas a serem enfrentados, propondo soluções viáveis e factíveis.
- 14) Promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender as diferenças individuais sem discriminar as minorias étnicas, religiosas, de gênero, de classe, ou de qualquer outra forma de discriminação.
- 15) Estar atento às dificuldades que os alunos encontram, auxiliando-os, tanto no processo de aprendizagem, quanto no convívio escolar e na sua formação.
- 16) Realizar todos os registros escritos necessários para a garantia do acompanhamento da evolução dos alunos.
- 17) Zelar pela conservação e limpeza dos bens da escola, tanto imóveis, como móveis, notadamente com os bens materiais e tecnológicos disponibilizados para o exercício da docência.
- 18) Ter como princípio fundamental no seu trabalho de educador, a interdisciplinaridade, a totalidade dos conhecimentos e a não fragmentação do saber, isto é, que os alunos tenham a capacidade de formar as próprias opiniões e fundamentá-las e que o conhecimento os faça compreender o mundo e as relações que o cercam.
- 19) Nortear-se a si mesmo, aos colegas, alunos e pais pela democracia, sensibilidade social e cidadania como princípios de convivência humana.
- 20) Garantir aos alunos um processo educacional dialógico; incentivar a organização coletiva dos diferentes segmentos da escola (grêmios estudantis, conselhos escolares, associações e outras formas congregantes ou colegiadas).
- 21) Participar da elaboração e cumprir o Regimento Escolar, como base de sustentação legal da escola que a sociedade almeja.
- 22) Participar das atividades planejadas pela unidade escolar ou pelo órgão municipal de educação, quando de interesse da docência, e, especialmente, quando voltadas à capacitação profissional, à integração e à articulação da comunidade escolar e da comunidade em geral.
- 23) Conhecer e manter-se atualizado da legislação educacional, inclusive da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município.
- 24) Participar efetivamente das atividades planejadas pelo órgão Municipal de Educação.

Categoria Funcional:

II – PROFISSIONAIS DE SUPORTE PEDAGÓGICO À DOCÊNCIA

CONDIÇÃO DE INGRESSO NA CARREIRA	HABILITAÇÃO
Concurso público de provas e títulos.	Orientador Educacional: Graduação em Pedagogia, com habilitação, ou especialização para a Orientação Escolar.
Atribuições	

Além das atribuições próprias do exercício profissional, decorrente da respectiva habilitação, são atribuições específicas dos profissionais da Educação, da categoria funcional de Profissionais de Suporte Pedagógico à Docência:

**I – Atribuições Gerais:**

- 1) Garantir que a escola cumpra sua função de socialização do conhecimento.
- 2) Participar da elaboração da proposta pedagógica da unidade escolar.
- 3) Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo proposta pedagógica da unidade escolar e das diretrizes educacionais do órgão municipal de Educação.
- 4) Contribuir na construção da aprendizagem dos alunos em corresponsabilidade com os professores, com os pais, com a direção da unidade escolar e com o órgão municipal de educação.
- 5) Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e com a comunidade.
- 6) cumprir o horário e a jornada de trabalho.
- 7) buscar dentro do exercício de sua função o aperfeiçoamento e o estudo constante.
- 8) Relacionar-se com ética, tanto com os demais profissionais da Educação, com os servidores da unidade escolar, com os dirigentes e servidores do órgão municipal da Educação, com os alunos, com os pais, com a comunidade em geral.
- 9) Contribuir na construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino e da unidade escolar em que atua, criticando, analisando e propondo.
- 10) Valorizar o processo de participação nos coletivos priorizando decisões coletivas e não individuais.
- 11) Zelar pela permanência de todos os alunos nas unidades escolares, agindo na prevenção da evasão escolar.
- 12) Realizar avaliações do seu trabalho, do trabalho da unidade escolar e da participação dos pais e alunos de forma a verificar os problemas a serem enfrentados, propondo soluções viáveis e factíveis.
- 13) Promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender as diferenças individuais sem discriminar as minorias étnicas, religiosas, de gênero, de classe, ou de qualquer outra forma de discriminação.
- 14) Realizar todos os registros escritos necessários para a garantia do acompanhamento dos trabalhos pedagógicos das escolas.
- 15) Zelar pela conservação e limpeza dos bens da Educação, tanto imóveis, como móveis, notadamente com os bens materiais e tecnológicos disponibilizados para o exercício das atividades educacionais.
- 16) Ter como princípio fundamental no seu trabalho de educador, a interdisciplinaridade, a totalidade dos conhecimentos e a não fragmentação do saber, isto é, que os alunos tenham a capacidade de formar as próprias opiniões e fundamentá-las e que o conhecimento os faça compreender o mundo e as relações que o cercam.
- 17) Nortear-se a si mesmo, aos colegas, alunos e pais pela democracia, sensibilidade social e cidadania como princípios de convivência humana.
- 18) Buscar atualização permanente, socializando os conhecimentos.
- 19) Garantir aos alunos da rede municipal um processo educacional dialógico; incentivar a organização coletiva dos diferentes segmentos da escola (grêmio estudantil, conselhos escolares, associações e outras formas congregantes ou colegiadas).
- 20) Participar das atividades planejadas pelas unidades escolares ou pelo órgão municipal de educação, quando de interesse da docência, e, especialmente, quando voltadas à capacitação profissional, à integração e à articulação da comunidade escolar e da comunidade em geral.
- 21) Conhecer e manter-se atualizado da legislação educacional, inclusive da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município.
- 22) Participar efetivamente das atividades planejadas pelo órgão Municipal de Educação.

**II – Atribuições Específicas do Orientador Educacional:**

- 1) participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto socioeconômico e cultural em que o aluno.
- 2) Participar da elaboração do planejamento curricular, garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redimensionador permanente do currículo.
- 3) Promover a reflexão sobre as consequências sociais do processo de rotulação, discriminação e exclusão do aluno economicamente carente ou portador de necessidades especiais, ou por outras condições, inclusive étnicas ou religiosas.
- 4) Garantir que o trabalho seja o princípio educativo na escola.
- 5) Desenvolver o autoconceito positivo, visando a aprendizagem do aluno, bem como a construção de sua identidade pessoal e social.
- 6) Efetuar visitas às salas de aula para o efetivo acompanhamento dos alunos.
- 7) Sugerir formas de recuperação dos alunos de menor rendimento escolar.
- 8) Comprometer-se com o encaminhamento dos alunos com problemas de saúde física, mental e audiovisual, buscando a integração e interação dos mesmos no ensino regular.
- 9) Exercer outras atribuições compatíveis com área de atuação, acordadas com professores, com a direção das escolas, com os demais profissionais de suporte pedagógico à docência e/ou com o titular do órgão municipal de Educação.

## PORTARIA 186/2018

Publicação Nº 1775038

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA No. 186, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e.

Considerando o que dispõe o Art. 83 e seguintes da Lei Complementar Nº. 13, de 30 de setembro de 2005,

Considerando a prescrição médica orientando para afastamento do servidor de suas atividades, por motivo de doença conforme atestado em anexo.

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor, JUCIMAR JOÃO MICHELON, que ocupa o cargo de Mecânico, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo Único. A presente Licença é concedida a partir do dia 01 até 14 de outubro de 2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos em 01 de outubro de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 02 DE OUTUBRO DE 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativo

## **PORTARIA 187/2018**

Publicação Nº 1775042

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 187, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.  
Concede férias a servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o período em que o servidor foi convocado para trabalhar,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora SILVIA MAIOLI ARALDI, que ocupa o cargo de Professor II, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 03/10/2018 até 15/10/2018.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período em que a servidora foi convocada a trabalhar nas férias (13 dias).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de outubro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 02 DE OUTUBRO DE 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativo

**PORTARIA 188/2018**

Publicação Nº 1775044

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 188, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.  
Concede férias ao servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o período em que o servidor foi convocado para trabalhar,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor AIRTON LUIZ CAUDURO, que ocupa o cargo de Gerente de Saúde, do Quadro Geral de Cargos de Provisão em Comissão, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 15/10/2018 até 29/10/2018.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período em que o servidor foi convocado a trabalhar nas férias (15 dias).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de outubro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 11 DE OUTUBRO DE 2018.  
JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Airton Luiz Cauduro  
Servidor

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativo

**PORTARIA 189/2018**

Publicação Nº 1775045

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 189, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.  
Concede férias ao servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o período em que o servidor foi convocado para trabalhar,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor GILBERTO LUIZ BEDENDO, que ocupa o cargo de Técnico em Agropecuária, do Quadro Geral de Cargos de Provisão Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 15/10/2018 até 29/10/2018.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período em que o servidor foi convocado a trabalhar nas férias (15 dias).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de outubro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 11 DE OUTUBRO DE 2018.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Gilberto Luiz Bedendo  
Servidor

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativo

## **PORTARIA 190/2018**

Publicação Nº 1775046

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA No. 190, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e.

Considerando o que dispõe o Art. 83 e seguintes da Lei Complementar Nº. 13, de 30 de setembro de 2005,

Considerando a prescrição médica orientando para afastamento do servidor de suas atividades, por motivo de doença conforme atestado em anexo.

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor, JUCIMAR JOÃO MICHELON, que ocupa o cargo de Mecânico, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo Único. A presente Licença é concedida a partir do dia 15 de outubro até 28 de novembro de 2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos em 15 de outubro de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 15 DE OUTUBRO DE 2018.  
JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativo

**Balneário Piçarras****PREFEITURA****CONTRATO 019/2018 FMS**

Publicação Nº 1775215

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO Nº 019 /2018 FMS DE 11/10/2018

PROCESSO LICITATÓRIO 020/2018 FMS

INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO 004/2018 FMS

O presente contrato tem por objeto a Chamada pública para credenciamento de profissionais médicos, pessoas físicas ou jurídicas, para fornecimento de serviços de consultas médicas especializadas, destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou não, de urgência ou não e por ordem judicial, dos quais a secretaria municipal da saúde não possua em seu quadro de profissionais da saúde, nos termos do Edital de Credenciamento nº 004/2018 – FMS, a serem prestados pela CONTRATADA aos usuários do SUS Município de BALNEÁRIO PIÇARRAS, dentro das condições qualitativas e quantitativas fixadas pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Item	Cód.	Quant.	Unid.	Marca	Preço Unit.	Preço Total
15	15	5.000	UN		R\$24,20	R\$121.000,00
Produto: PROCEDIMENTO COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA - ULTRASONOGRAFIA						
16	16	1	UN		R\$30.000,00	R\$30.000,00
Produto: PROCEDIMENTO COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA MAMOGRAFIA (LAUDOS)						
17	17	1	UN		R\$100.000,00	R\$100.000,00
Produto: PROCEDIMENTO COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA -RADIOGRAFIA (LAUDOS)						
Total						R\$ 251.000,00

O presente contrato terá validade até 31/12/2018.

Balneário Piçarras(SC), 11 de outubro de 2018.

R.G. DIAGNÓSTCO POR IMAGEM LTDA

Aline Carla de Santanna – Secretária Municipal Interina de Saúde

**PORTARIA 208/2018**

Publicação Nº 1775003

PORTARIA N.º 208/2018

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 083/2017 de 10 de janeiro de 2017, a conseguinte EXONERAÇÃO, a pedido, do cargo de SECRETÁRIO DE SAÚDE, junto a Secretaria Municipal de Saúde, o Senhor VINICIO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, maior, portador do CPF nº 047.518.139-51, RG nº 4658224 SSP - SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competências que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 15 de outubro de 2018

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2018 - PMBP TOMADA DE PREÇOS Nº 0092018 – PMBP**

Publicação Nº 1774793

PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2018 - PMBP

TOMADA DE PREÇOS Nº 0092018 – PMBP

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar Tomada

de Preços, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, para contratação de serviço de recuperação de pavimentação e outras melhorias no molhe Barra Sul, no centro, Município de Balneário Piçarras, SC. Data/horário recebimento envelopes: 08/11/2018 às 09h. Data/horário abertura envelopes: 08/11/2018 às 09h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 16 de outubro de 2018. Leonel José Martins - Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2018 – PMBP TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 – PMBP**

Publicação Nº 1774989

**PUBLICAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2018 – PMBP

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 – PMBP

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar Tomada de Preços, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, para contratação de serviço para manutenção e pintura de deck e passarelas de madeira Av. José Temístocles De Macedo – Centro município de Balneário Piçarras-SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital. Data/horário recebimento envelopes: 12/11/2018 às 14h. Data/horário abertura envelopes: 12/11/2018 às 14h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 16 de outubro de 2018. Aires Damião Testoni – Gestor Fundo de Manutenção da Praia.



# Bandeirante

## PREFEITURA

### DF Nº 018/2018

Publicação Nº 1775202

DECRETO FINANCEIRO Nº 018, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2018, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 4.320, de 17/03/1964, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.251/2017, Lei Municipal nº 1.252/2017, Lei Municipal nº 1.253/2017, Lei Municipal nº 1.288/2018 e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), a seguir:

06.01.12.361.0001.2.009 Gestão dos Serviços do Ensino Fundamental	
(24)3.1.90.00.00.00.00.2001 Aplicações Diretas Superávit de Recursos Ordinários de Educação Próprios	110.000,00
06.02.27.812.0005.2.017 Gestão dos Serviços do Esporte e Lazer	
(45)3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas Recursos Ordinários Próprios	27.000,00
09.01.06.122.0015.2.025 Gestão dos Serviços do Corpo de Bombeiros Militar	
(78)3.3.90.00.00.00.00.1043 Aplicações Diretas Recursos do Corpo de Bombeiros Militar (cc=108.635-9)	15.000,00
(108)3.3.90.00.00.00.00.2043 Aplicações Diretas Superávit de Recursos do Corpo de Bombeiros Militar (cc=108.635-9)	10.000,00
Total da Suplementação	162.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito aberto neste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes das seguintes fontes:

R\$

07.01.20.605.0008.1.009 Equipar os Serviços Agropecuários	
(52)4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas Recursos Ordinários Próprios	27.000,00
09.01.06.122.0015.1.011 Equipar os Serviços do Corpo de Bombeiros Militar	
(75)4.4.90.00.00.00.00.1043 Aplicações Diretas Recursos do Corpo de Bombeiros Militar (cc=108.635-9)	15.000,00
(107)4.4.90.00.00.00.00.2043 Aplicações Diretas Superávit de Recursos do Corpo de Bombeiros Militar (cc=108.635-9)	10.000,00
Total da Suplementação	52.000,00

Art. 3º Para complementação da cobertura do Crédito aberto neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso I, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2017, na importância de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), oriundos do Recurso nº 2001 – Superávit de Recursos Ordinários Educação.

Art. 4º Este Decreto Financeiro entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 17 de outubro de 2018.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

### DF Nº 019/2018

Publicação Nº 1775206

DECRETO FINANCEIRO Nº 019, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2018, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 4.320, de 17/03/1964, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.251/2017, Lei Municipal nº 1.252/2017, Lei Municipal nº 1.253/2017, Lei Municipal



nº 1.288/2018 e demais normas em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 105.000,00 (duzentos e sessenta e sete mil reais), a seguir:

R\$

10.01.08.244.0003.2.036 Gestão dos Serviços do CRAS	
(6)3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas Recursos Ordinários Próprios	65.000,00
3.1.90.00.00.00.00.2052 Aplicações Diretas Superávit de Recursos do CRAS Federal (cc=108.899-8)	15.000,00
10.01.08.243.0003.2.037 Gestão dos Serviços do SCFV Federal	
(9)3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas Recursos Ordinários Próprios	25.000,00
Total da Suplementação	105.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito aberto neste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes das seguintes fontes:

R\$

07.01.20.605.0008.1.009 Equipar os Serviços Agropecuários	
(52)4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas Recursos Ordinários Próprios	90.000,00
10.01.08.244.0003.2.036 Gestão dos Serviços do CRAS	
(22)3.3.90.00.00.00.00.2052 Aplicações Diretas Superávit de Recursos do CRAS Federal (cc=108.899-8)	15.000,00
Total da Suplementação	105.000,00

Art. 3º Este Decreto Financeiro entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 17 de outubro de 2018.

CELSON BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2018 FMS**

Publicação Nº 1774864

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2018  
Processo Licitatório de origem: 33/2018  
Pregão presencial nº 19/2018

Órgão registrador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE

Objeto: REGISTRO DE PREÇO, COM VALIDADE DE 12 MESES, PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE-SC.

Assinatura da ata de registro de preços: 02/10/2018.

Validade da ata de registro de preços: 02/10/2019.

Detentoras da ata: A G KIENEN & CIA LTDA, ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA, CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, DAMEDI- DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI – ME, VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS – EIRELI.

O inteiro teor da ata, com a relação de todos os itens, preços registrados, empresas detentoras e demais cláusulas, está disponível no site [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br) e pode também ser solicitado pelo telefone (49) 3626 0012 ou pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br).

Bandeirante, SC, em 02/10/2018.  
Neuri Biazzi – Gestor do FMS

**LEI Nº 1287/2018**

Publicação Nº 1775191

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.287, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre o Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe confere o Inciso I, do art. 43

c/c com o Inciso VIII, do art. 68, art. 100, da Lei Orgânica Municipal, decreta:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre o Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina.

## CAPÍTULO II DO QUADRO GERAL DE PESSOAL

Art. 2º Fica criado o Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo do Município de Bandeirante, SC composto pelos Cargos Públicos compreendidos nos Anexos partes integrantes desta Lei Complementar.

Art. 3º Os Quadros de Pessoal apresentam o Grupo, o Código, a Denominação, a Carga Horária, as Vagas, o Subsídio ou Piso Municipal ou Vencimento e a Lotação de cada Cargo, que deverá ser respeitado de acordo com Quadros constantes do Anexo I – Quadro Geral de pessoal do Poder Executivo, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 4º Para efeito desta Lei Complementar, entende-se como:

I – Quadro: a maior divisão cargos públicos pela característica de investidura no serviço público municipal;

II – Grupo: a classificação de cargos públicos pelas características de escolaridade mínima, atributo exigido e categoria funcional.

III – Código: a junção das letras iniciais da denominação do Grupo, mais a carga horária do Cargo, mais a faixa de valor estabelecido como Subsídio ou Piso Municipal ou Vencimento.

IV – Cargo: a denominação dada ao agrupamento de atribuições e responsabilidades;

V – Cargo Eletivo: o Cargo ocupado por cidadão eleito pelo voto do povo;

VI – Cargo Comissionado: o Cargo ocupado por cidadão onde a nomeação se dá por livre escolha, nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo para desempenhar apenas atribuições de chefia, direção e assessoramento, não precisam da realização de concurso público para ocupá-los e não possibilitam a estabilidade;

VII – Cargo Efetivo: o Cargo ocupado por cidadão onde a nomeação se dá por aprovação em concurso público e possibilitam a aquisição da estabilidade;

VIII – Servidor: o cidadão nomeado titular do Cargo;

IX – Emprego Público: o Cargo ocupado por cidadão identificado como Empregado Público para exercício de uma Função Pública por meio de um contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho;

X – Empregado Público: o cidadão contratado para exercer uma Função Pública;

XI – Função: o conjunto de Atribuições conferidas a cada Cargo;

XII – Atribuições: o conjunto de atividades e responsabilidades próprias de cada Cargo;

XIII – Lotação: o órgão ao qual o agente público está administrativamente vinculado;

XIV – Função Gratificada: o desempenho de atribuições de direção, chefia e assessoramento delegadas para o exercício concomitante com as atribuições do Cargo de Provimento Efetivo, com vantagem acessória a seu vencimento; e,

XV – Agente Público: o cidadão que exerce ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública.

Art. 5º Ficam criados os Anexos desta Lei Complementar, sendo:

I – Anexo I – Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo;

II – Anexo II – Funções Gratificadas;

III – Anexo III – Cargos em Extinção;

IV – Anexo IV – Cargos e Funções Gratificadas Extintos; e,

V – Anexo V – Atribuições dos Cargos.

### CAPÍTULO III DO QUADRO GERAL DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Art. 6º O Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo é composto por:

- I – Quadro I – Quadro de Pessoal dos Cargos Eletivos;
- II – Quadro II – Quadro de Pessoal dos Cargos de Provimento em Comissão;
- III – Quadro III – Quadro de Pessoal dos Cargos de Provimento Efetivo;
- IV – Quadro IV – Quadro de Pessoal dos Cargos de Provimento de Emprego Público; e,
- V – Quadro V – Quadro de Pessoal dos Cargos de Pensionista.

#### Seção I Do Quadro de Pessoal Dos Cargos Eletivos

Art. 7º Os Cargos Eletivos fazem parte do Grupo I – Direção e Assessoramento Eletivo para desempenho de atribuições de natureza governamental e administrativa, onde o Cargo de Prefeito Municipal e Vice-Prefeito Municipal tem seu ingresso regrado pela lei eleitoral e os Cargos de Conselheiro Tutelar tem seu ingresso regrado por legislação municipal específica.

#### Seção II Do Quadro de Pessoal dos Cargos de Provimento em Comissão

Art. 8º Ficam criados os Cargos de Provimento em Comissão constantes do Grupo II – Direção, Chefia e Assessoramento com atribuições de chefia, direção, assessoramento, planejamento, coordenação, supervisão, avaliação, orientação, normatização, controle dos serviços públicos na área específica de sua competência.

Art. 9º Os Cargos de Provimento em Comissão são cargos em caráter provisório declarados de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo resguardados os deveres, direitos e vantagens, de conformidade com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina.

#### Seção III Do Quadro de Pessoal dos Cargos de Provimento Efetivo

Art. 10. Ficam criados os Cargos de Provimento Efetivo constantes do Quadro III – Quadro de Pessoal dos Cargos de Provimento Efetivo, classificados nos Grupos:

- I – Grupo III – Atividades de Nível Superior, com categoria funcional para exercer atividades de profissões regulamentadas, de natureza administrativa e operacional;
- II – Grupo IV – Atividades de Nível Técnico, com categoria funcional para exercer atividades de suporte técnico e operacional;
- III – Grupo V – Atividades de Nível Auxiliar, com categoria funcional para exercer atividades de suporte auxiliar e operacional;
- IV – Grupo VI – Atividades de Administração Geral, com categoria funcional para exercer atividades de suporte administrativo em geral, financeiro, de fiscalização e operacional; e,
- V – Grupo VII – Transportes e Serviços Gerais, com categoria funcional para exercer atividades de suporte operacional.

Art. 11. Os Cargos de Provimento Efetivo são ocupados exclusivamente por agentes públicos aprovados em concurso público e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo que poderão adquirir estabilidade.

Art. 12. Aos Cargos de Provimento Efetivo serão resguardados os deveres, direitos e vantagens, de conformidade com o Estatuto Geral dos Agentes Públicos do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina.

#### Seção IV Do Quadro de Pessoal dos Cargos de Provimento de Emprego Público

Art. 13. Ficam criados os Cargos de Provimento de Emprego Público constantes do Quadro IV – Quadro de Pessoal dos Cargos de Provimento de Emprego Público, Grupo VIII – Emprego Público, com categoria funcional para exercer atividades de profissões regulamentadas, de natureza administrativa e operacional.

Art. 14. Os Cargos de Provimento de Emprego Público são cargos ocupados exclusivamente por agentes públicos aprovados em concurso público, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal de acordo com o art. 37, da Constituição Federal, tendo Contrato de Trabalho assinado por prazo indeterminado, podendo ser rescindido por ato unilateral da Administração Pública nas seguintes hipóteses:

- I – Prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482, da Consolidação das Leis do Trabalho;

II – Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III – Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesas, nos termos da Lei Complementar a que se refere o art. 169, da Constituição Federal e demais vigentes;

IV - Insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas;

V – Extinção dos Programas Federais e/ou Estaduais que originaram as respectivas contratações; e,

VI – A pedido do empregado público.

Art. 15. Os Cargos de Provimento de Emprego Público serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e legislação trabalhista correlata, naquilo que a Lei não dispuser em contrário.

#### Seção V

##### Do Quadro de Pessoal dos Cargos de Pensionista

Art. 16. Ficam criados os Cargos de Pensionista constantes do Quadro V – Quadro de Pessoal dos Cargos de Pensionista, Grupo IX – Pensionista.

Art. 17. O Cargo de Pensionista terá o valor da Pensão estabelecido de acordo com despacho judicial, onde haverá tantos quantos Códigos forem necessários para atendimento de cada despacho, sendo que despachos de mesmo valor terão o mesmo Código.

Art. 18. A quantidade de vagas do Cargo de Pensionista estipulado no Quadro é uma estimativa identificada específica e unicamente para agregar característica quantitativa ao software, onde havendo necessidade poderá ser alterada a maior, dependendo do número de despachos.

Art. 19. O Cargo de Pensionista não contempla Quadro de Atribuição do Cargo, sendo meramente um cargo de representação de software para registro e envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC e outros órgãos fiscalizadores.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 20. Ficam criadas as Funções Gratificadas constantes do Anexo II – Funções Gratificadas, Quadro I – Funções Gratificadas dos Cargos de Provimento Efetivo, Grupo X – Função Gratificada, sendo devidas exclusivamente a servidor público municipal ocupante de Cargo de Provimento Efetivo para o desempenho de atribuições de direção, chefia e assessoramento delegadas para o exercício concomitante com as atribuições do cargo de titular, com vantagem acessória a seu vencimento.

Art. 21. O Servidor Público Municipal ocupante de Cargo de Provimento Efetivo que for nomeado para exercer Função Gratificada deverá estar à disposição da administração em tempo integral, sem direito a receber horas extras por eventual extrapolação de jornada de trabalho.

Art. 22. Fica expressamente vedado:

I – Nomear para exercício de Função Gratificada Servidor Público Municipal ocupante de Cargo de Provimento Efetivo com carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais;

II – Nomear para exercício de Função Gratificada Servidor Público Municipal ocupante de Cargo de Provimento Efetivo que não pertença a mesma Lotação da Função Gratificada; e,

III – Autorizar o pagamento de horas extras a Servidor Público Municipal ocupante de Cargo de Provimento Efetivo com nomeação ao exercício de Função Gratificada.

#### CAPÍTULO V

##### DOS CARGOS EM EXTINÇÃO

Art. 23. Os Cargos Públicos a serem extintos do Quadro Geral de Pessoal são os constantes do Anexo III – Cargos em Extinção, observado o seguinte:

I – Quadro I – Cargo em Transição para Cargo Novo: compreende o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais a serem extintos, no qual os Agentes Públicos ocupantes serão reenquadrados para os novos Cargos, sendo que a investidura em novo Cargo se dará após o aceite do Termo de Opção, com prazo máximo de aceite da transição de cargo até a data de 31 de dezembro de 2018; e,

II – Quadro II – Cargo Aguardando sua Vacância: compreende o Cargo de Provimento Efetivo de Vigia a ser extinto concomitantemente com sua vacância.

Parágrafo Único. Em se tratando do Inciso I, aos agentes públicos que não aceitarem a transição de cargos no prazo estabelecido, será

concedido permanecer no cargo atual, o qual será extinto com sua vacância.

#### CAPÍTULO VI DOS CARGOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS EXTINTOS

Art. 24. Ficam extintos os Cargos Públicos e as Funções Gratificadas constantes do Anexo IV – Cargos e Funções Gratificadas Extintos, a partir da vigência desta Lei Complementar, compreendendo:

I – Os Cargos listados no Quadro I – Cargos de Provimento em Comissão;

II – Os Cargos listados no Quadro II – Cargos de Provimento Efetivo; e,

III – As Funções Gratificadas listadas no Quadro III – Funções Gratificadas.

Parágrafo Único. Os Cargos ocupados estarão vigentes até sua vacância.

#### CAPÍTULO VII DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Art. 25. Ficam estabelecidas as atribuições dos Cargos Públicos do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo Municipal de conformidade com os Anexos V – Atribuições dos Cargos, a serem respeitadas a partir da vigência desta Lei Complementar.

Art. 26. As atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.

Art. 27. A escolaridade mínima de cada Cargo Público de que trata esta Lei Complementar, terá vigência a partir:

I – Da publicação de Edital de realização de Concurso Público ou Teste Seletivo para novas nomeações ou contratações nos casos de Cargos de Provimento Efetivo e Emprego Público; e,

II – Da publicação de atos para novas nomeações nos casos de Cargos de Provimento Comissionado.

Parágrafo Único. Não será exigida comprovação de Escolaridade Mínima e Atributo Exigido a Agente Público que já estiver nomeado ou contratado anteriormente a data de publicação desta Lei Complementar.

#### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Fica expressamente vedada a criação de Cargo Público com vencimento equivalente a 40 horas semanais superior ao Subsídio do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC, fixado pela Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 29. Os agentes públicos nomeados ou contratados para ocupar Cargos Públicos do Poder Executivo do Município de Bandeirante, SC, deverão:

I – Ter dedicação exclusiva a sua carga horária de trabalho semanal, devendo, ainda, manter comportamento de acordo com os deveres fundamentais do servidor público municipal; e,

II – Efetuar o Registro de Ponto diário de conformidade com o padrão estabelecido pela Administração, observado o disposto no Inciso XLI, do art. 68, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 30. Os agentes públicos investidos em cargo público poderão ser nomeados para compor Conselho, Comissão, Coordenadoria, Equipe ou outro segmento de trabalho, sem que para tal gere ônus ao erário público municipal, sendo sua atuação considerada de relevante interesse público municipal.

Art. 31. Os agentes públicos nomeados ou contratados para ocupar Cargos Públicos do Poder Executivo do Município de Bandeirante, SC, estão autorizados a dirigir os veículos oficiais dentro e fora do território do Município, desde que possuam a habilitação necessária, devendo efetuar os registros de controle de viagem no documento denominado “Diário de Bordo”.

Art. 32. Fica fixado o mês de março de cada ano como a data-base para a Revisão Geral Anual do Subsídio, do Vencimento e do Piso Municipal dos Cargos Públicos do Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no inciso X, do Art. 37, da Constituição Federal.

Art. 33. O valor do Piso Salarial Municipal é R\$ 741,94 (setecentos e quarenta e um reais e noventa e quatro centavos).

Art. 34. Fica autorizada a reedição dos atos relativos a investidura, lotação e designação em cargo, emprego ou função pública para fins de reenquadramento.

Art. 35. As despesas decorrentes da implantação do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina constante desta Lei Complementar, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 36. Ficam revogadas a Lei Municipal nº 274/2002, Lei Municipal nº 756/2009, Lei Municipal nº 807/2010, Lei Municipal nº 831/2010, Lei Municipal nº 909/2011, Lei Municipal nº 959/2012, Lei Municipal nº 966/2013, Lei Municipal nº 977/2013, Lei Municipal nº 992/2013, Lei Municipal nº 1.023/2013, Lei Municipal nº 1.030/2013, Lei Municipal nº 1.048/2014, Lei Municipal nº 1.056/2014, Lei Municipal nº 1.072/2014, Lei Municipal nº 1.128/2015, Lei Municipal nº 1.140/2015, Lei Municipal nº 1.165/2015, Lei Municipal nº 1.197/2016, Lei Municipal nº 1.232/2017, Lei Municipal nº 1.237/2017 e Lei Municipal nº 1.259/2018.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 17 de outubro de 2018.  
CELSE BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I - QUADRO GERAL DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

##### QUADRO I – QUADRO DE PESSOAL DOS CARGOS ELETIVOS

GRUPO I – DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ELETIVO				
ATRIBUTO: ocupado por cidadão eleito pelo voto do povo, na forma da lei				
CATEGORIA FUNCIONAL: exercer atividades de natureza governamental e administrativa				
CÓDIGO	CARGO	VAGAS	SUBSÍDIO	LOTAÇÃO
DAE1	Prefeito Municipal	01	10.128,28	Gabinete do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito Municipal
DAE2	Vice-Prefeito Municipal	01	4.726,53	Gabinete do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito Municipal

GRUPO I – DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ELETIVO					
ATRIBUTO: ocupado por cidadão eleito pelo voto do povo, na forma da lei					
CATEGORIA FUNCIONAL: exercer atividades de proteção integral à Criança e ao Adolescente					
CÓDIGO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	PISO MUNI-CIPAL	LOTAÇÃO
DAE401	Conselheiro Tutelar	40hs	05	1,57	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

##### QUADRO II – QUADRO DE PESSOAL DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

GRUPO II – DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO					
ATRIBUTO: de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo					
CATEGORIA FUNCIONAL: exercer atividades de chefia, direção e assessoramento					
CÓDIGO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	SUBSÍDIO	LOTAÇÃO
DCA401	Secretário Municipal de Administração e Fazenda	40hs	01	4.726,53	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
DCA401	Secretário Municipal de Saúde	40hs	01	4.726,53	Secretaria Municipal de Saúde
DCA401	Secretário Municipal de Educação	40hs	01	4.726,53	Secretaria Municipal de Educação
DCA401	Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo	40hs	01	4.726,53	Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo
DCA401	Secretário Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico	40hs	01	4.726,53	Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
DCA401	Secretário Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes	40hs	01	4.726,53	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes
DCA401	Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação	40hs	01	4.726,53	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

GRUPO II – DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO					
ATRIBUTO: de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo					
CATEGORIA FUNCIONAL: exercer atividades de chefia, direção e assessoramento					
CÓDIGO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCIMENTO	LOTAÇÃO
DCA404	Chefe de Gabinete	40hs	01	2.191,93	Gabinete do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito Municipal
DCA405	Diretor de Esporte	40hs	01	2.090,74	Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo
DCA405	Diretor de Agropecuária	40hs	01	2.090,74	Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
DCA405	Diretor de Infraestrutura e Transportes	40hs	01	2.090,74	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes

GRUPO II – DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO					
ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso na Área de Atuação					
ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional					
CATEGORIA FUNCIONAL: exercer atividades de chefia, direção e assessoramento					
CÓDIGO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCIMENTO	LOTAÇÃO
DCA402	Diretor de Compras, Contratos e Licitações	40hs	01	3.259,32	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda



DCA402	Diretor de Pessoal e Recursos Humanos	40hs	01	3.259,32	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
DCA403	Diretor Escolar	40hs	03	3.204,33	Secretaria Municipal de Educação
DCA301	Advogado – Assessor Geral 30hs	30hs	01	6.940,19	Gabinete do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito Municipal
DCA302	Diretor de Projetos, Engenharia e Fiscalização 30hs	30hs	01	6.509,61	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transporte

### QUADRO III – QUADRO DE PESSOAL DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

#### GRUPO III – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso na Área de Atuação

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

CATEGORIA FUNCIONAL: exercer atividades de profissões regulamentadas, de natureza administrativa e operacional

CÓDIGO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCIMENTO	LOTAÇÃO
ANS401	Médico	40hs	01	22.234,58	Secretaria Municipal de Saúde
ANS402	Odontólogo	40hs	01	5.031,53	Secretaria Municipal de Saúde
ANS403	Enfermeiro	40hs	01	4.830,28	Secretaria Municipal de Saúde
ANS404	Engenheiro Agrônomo	40hs	01	4.080,62	Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
ANS404	Médico Veterinário	40hs	01	4.080,62	Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
ANS404	Contador	40hs	01	4.080,62	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
ANS404	Assistente Social	40hs	01	4.080,62	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
ANS404	Assistente Social - CRAS	40hs	01	4.080,62	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
AAG404	Coordenador do CRAS	40hs	01	4.080,62	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
ANS405	Controlador Interno	40hs	01	3.720,57	Gabinete do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito Municipal
ANS406	Psicóloga	40hs	01	3.424,58	Secretaria Municipal de Saúde
ANS406	Nutricionista	40hs	01	3.424,58	Secretaria Municipal de Saúde
ANS406	Psicóloga CRAS	40hs	01	3.424,58	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
ANS301	Engenheiro Civil 30hs	30hs	01	4.055,19	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes
ANS201	Odontólogo 20hs	20hs	01	2.549,05	Secretaria Municipal de Saúde
ANS202	Enfermeira da Saúde da Mulher 20hs	20hs	01	2.415,13	Secretaria Municipal de Saúde
ANS203	Instrutor de Esportes 20hs	20hs	02	2.073,62	Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo
ANS204	Fisioterapeuta 20hs	20hs	01	2.040,31	Secretaria Municipal de Saúde
ANS205	Farmacêutico 20hs	20hs	02	2.015,72	Secretaria Municipal de Saúde

#### GRUPO IV – ATIVIDADES DE NÍVEL TÉCNICO

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio na Área de Atuação e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

CATEGORIA FUNCIONAL: exercer atividades de suporte técnico e operacional

CÓDIGO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCIMENTO	LOTAÇÃO
ANT401	Técnico Agrícola	40hs	01	2.360,58	Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
ANT402	Auxiliar de Enfermagem	40hs	04	1.416,24	Secretaria Municipal de Saúde

#### GRUPO V – ATIVIDADES DE NÍVEL AUXILIAR

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio

CATEGORIA FUNCIONAL: exercer atividades de suporte auxiliar e operacional

CÓDIGO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCIMENTO	LOTAÇÃO
ANA401	Auxiliar de Creche	40hs	06	1.416,24	Secretaria Municipal de Educação
ANA401	Auxiliar de Biblioteca	40hs	01	1.247,63	Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo
ANA401	Auxiliar de Odontologia	40hs	02	1.198,68	Secretaria Municipal de Saúde
ANA201	Auxiliar de Creche 20hs	20hs	03	708,12	Secretaria Municipal de Educação

#### GRUPO VI – ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio

CATEGORIA FUNCIONAL: exercer atividades de suporte administrativo em geral, financeiro, de fiscalização e operacional

CÓDIGO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCIMENTO	LOTAÇÃO
AAG401	Tesoureiro	40hs	01	2.799,03	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

AAG402	Auxiliar Administrativo	40hs	15	1.854,68	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
AAG402	Auxiliar Administrativo de Educação	40hs	03	1.854,68	Secretaria Municipal de Educação
AAG402	Orientador Social	40hs	01	1.854,68	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
AAG403	Fiscal de Tributos	40hs	01	1.416,24	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
AAG403	Fiscal de Obras	40hs	01	1.416,24	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes
AAG403	Vigilante Sanitário	40hs	01	1.416,24	Secretaria Municipal de Saúde
AAG404	Agente Comunitário de Saúde	40hs	10	1.289,25	Secretaria Municipal de Saúde
AAG404	Agente de Combate às Endemias	40hs	01	1.289,25	Secretaria Municipal de Saúde
AAG405	Recepcionista	40hs	02	1.214,63	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Secretaria Municipal de Saúde

## GRUPO VII – TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Fundamental Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio

CATEGORIA FUNCIONAL: exercer atividades de suporte operacional

CÓDIGO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCIMENTO	LOTAÇÃO
TSG401	Mecânico	40hs	01	2.211,29	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes
TSG402	Operador de Máquinas	40hs	13	1.686,02	Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes
TSG403	Motorista	40hs	17	1.609,67	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
TSG404	Encanador	40hs	01	1.416,24	Secretaria Municipal de Saúde
TSG405	Auxiliar Operacional	40hs	10	1.214,63	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
TSG405	Faxineira/Merendeira	40hs	20	1.214,63	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
TSG406	Vigia	40hs	01	1.112,80	Secretaria Municipal de Educação

## QUADRO IV – QUADRO DE PESSOAL DOS CARGOS DE PROVIMENTO DE EMPREGO PÚBLICO

## GRUPO VIII – EMPREGO PÚBLICO

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso na Área de Atuação

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

CATEGORIA FUNCIONAL: exercer atividades de profissões regulamentadas, de natureza administrativa e operacional



CÓDIGO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCIMENTO	LOTAÇÃO
EP201	Educador Físico NASF 20hs	20hs	01	2.073,62	Secretaria Municipal de Saúde
EP202	Assistente Social NASF 20hs	20hs	01	2.040,31	Secretaria Municipal de Saúde
EP202	Fisioterapeuta NASF 20hs	20hs	01	2.040,31	Secretaria Municipal de Saúde
EP202	Fonoaudiólogo NASF 20hs	20hs	01	2.040,31	Secretaria Municipal de Saúde
EP203	Psicóloga NASF 20hs	20hs	01	1.712,26	Secretaria Municipal de Saúde
EP203	Nutricionista NASF 20hs	20hs	01	1.712,26	Secretaria Municipal de Saúde

#### QUADRO V – QUADRO DE PESSOAL DOS CARGOS DE PENSIONISTA

GRUPO IX – PENSIONISTA					
CÓDIGO	CARGO	VAGAS	PENSÃO	LOTAÇÃO	
PEN101	Pensionista	10	-	Encargos Gerais do Município	

#### ANEXO II – FUNÇÕES GRATIFICADAS

#### QUADRO I – FUNÇÕES GRATIFICADAS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO X – FUNÇÃO GRATIFICADA					
ATRIBUTO: de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo					
CATEGORIA FUNCIONAL: exercer atividades de chefia, direção e assessoramento					
CÓDIGO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	% SOBRE O VENCIMENTO	LOTAÇÃO
FG401	Chefe do Setor de Pessoal	40hs	01	Até 30%	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
FG401	Chefe do Setor de Agropecuária	40hs	01	Até 30%	Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
FG401	Chefe do Setor de Desenvolvimento Econômico	40hs	01	Até 30%	Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
FG401	Chefe do Setor de Infraestrutura e Saneamento	40hs	01	Até 30%	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes
FG401	Chefe do Setor de Transportes	40hs	01	Até 30%	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes
FG401	Chefe do Setor de Saúde	40hs	01	Até 30%	Secretaria Municipal de Saúde

#### ANEXO III – CARGOS EM EXTINÇÃO

#### QUADRO I – CARGO EM TRANSIÇÃO PARA CARGO NOVO

CARGO ANTIGO	CARGO ATUAL
Auxiliar de Serviços Gerais	Auxiliar Operacional
	Faxineira/Merendeira

#### QUADRO II – CARGO AGUARDANDO SUA VACÂNCIA

CÓDIGO	CARGO
220	Vigia

#### ANEXO IV – CARGOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS EXTINTOS

#### QUADRO I – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CÓDIGO	CARGO
158	Controlador Geral do Município
166	Diretor de Departamento de Administração
167	Diretor de Departamento de Educação
169	Diretor de Departamento de Agricultura
170	Diretor de Departamento de Saúde
171	Diretor de Departamento de Assistência Social
172	Diretor de Departamento de Habitação
174	Secretários Escolares
175	Assessor de Assuntos Comunitários
176	Gerente de Escola
177	Diretor Adjunto de DMER
178	Diretor Adjunto das Estradas Vicinais
179	Diretor Adjunto de Departamento de Administração

180	Diretor Adjunto de Departamento de Educação
181	Diretor Adjunto de Departamento de Cultura, Esporte e Turismo
182	Diretor Adjunto de Departamento de Agricultura
183	Diretor Adjunto de Departamento de Saúde
184	Diretor Adjunto de Departamento de Assistência Social
185	Diretor Adjunto de Escola
254	Diretor de Departamento de Saneamento
264	Diretor de Departamento de DMER
265	Diretor de Departamento de Cultura e Turismo
266	Gestor Municipal de Convênios
267	Diretor Municipal de Contratos e Licitações
268	Diretor de Departamento da Fazenda
269	Diretor de Departamento de Indústria e Comércio
270	Diretor de Departamento de Obras
271	Diretor de Departamento de Transportes
272	Diretor de Departamento de Urbanismo

## QUADRO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CÓDIGO	CARGO
15	Enfermeiro
136	Médico PSF
205	Técnico em Contabilidade
218	Telefonista
260	Auxiliar Administrativo do CRAS
283	Bioquímico
285	Farmacêutico Bioquímico

## QUADRO III – FUNÇÃO GRATIFICADA

VAGA	CARGO
01	Chefe de Divisão de Pessoal
01	Chefe de Divisão de Compras e Patrimônio
01	Chefe de Divisão de Tributação e Fiscalização
01	Chefe de Divisão de Contabilidade e Orçamento
01	Chefe de Divisão de Agricultura
01	Chefe de Divisão de Indústria e Comércio
01	Chefe de Divisão de Transportes, Obras e Urbanismo
01	Chefe de Divisão de Saúde
01	Chefe de Divisão do CRAS

## ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: Chefe de Gabinete
ATRIBUTO: alfabetizado/de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Chefe do poder Executivo Municipal

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) assistir o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito Municipal em suas representações políticas e sociais;
- b) coordenar, encaminhar, revisar e controlar os atos administrativos e normativos, as documentações e as correspondências no âmbito do gabinete, supervisionando os encaminhamentos;
- c) supervisionar, controlar e auxiliar a agenda diária do gabinete;
- d) articular as relações e ligações entre o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito Municipal e as demais autoridades da estrutura organizacional do Poder Executivo e Legislativo Municipal, bem como as representações sindicais e estudantis e a comunidade em geral;
- e) supervisionar e exercer ação gerencial e de apoio à execução de atos da administração municipal;
- f) preparar e encaminhar os expedientes do gabinete;
- g) secretariar as reuniões do gabinete;
- h) responsabilizar-se por cerimoniais e eventos de gabinete;
- i) assinar documentos referentes ao exercício de suas atribuições, às suas competências e responsabilidades e os próprios das atividades diárias e corriqueiras da área de projetos, engenharia e fiscalização; e,
- j) coordenar as demais atividades do gabinete e desempenhar outras atribuições delegadas.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Diretor de Esporte**ATRIBUTO:** alfabetizado/de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Chefe do poder Executivo Municipal**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) auxiliar os agentes públicos buscando o melhor desempenho de suas funções, respeitada a legislação pertinente, supervisionando, controlando e orientando as atividades executadas na esfera de sua competência, assegurando a qualidade na prestação dos serviços nas questões relacionadas com as atividades do esporte em as suas todas as modalidades;
- b) coordenar projetos de treinamento para todas as modalidades esportivas e equipes representativas de elevado nível técnico com os objetivos de participação em competições municipais, intermunicipais, estaduais e nacionais e promover saúde humana, educacional e social;
- c) elaborar o Calendário Anual de Eventos Esportivos nas diversas modalidades esportivas e nas diferentes idades e o projeto de cada programação prevista no Calendário;
- d) assinar documentos referentes ao exercício de suas atribuições, às suas competências e responsabilidades e os próprios das atividades diárias e corriqueiras da área de projetos, engenharia e fiscalização; e,
- e) coordenar demais atividades relacionadas com o esporte e desempenhar outras atribuições delegadas.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Diretor de Agropecuária**ATRIBUTO:** alfabetizado/de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Chefe do poder Executivo Municipal**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) assessorar no planejamento das ações voltadas ao desenvolvimento da agricultura, pecuária e outros segmentos ativos no Município;
- b) supervisionar o trâmite dos processos administrativos relativos a planos de investimentos e incentivos para desenvolvimento das propriedades produtivas;
- c) assessorar os serviços administrativos, de dados estatísticos, controles cadastrais e demais tarefas, atividades e serviços diários;
- d) coordenar a execução de convênios firmados com a União e Estado, diretamente ligados à agropecuária;
- e) supervisionar os serviços inerentes à implantação de alternativas de renda para as pequenas e médias propriedades rurais;
- f) organizar e implantar as feiras para comercialização dos produtos diretamente do produtor ao consumidor;
- g) incentivar e promover mecanismos que possibilitem, produtivamente, a execução de sistemas de cooperação rural por meio de troca-troca ou de equivalência; e,
- h) coordenar as demais atividades e desempenhar outras atribuições delegadas.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Diretor de Infraestrutura e Transportes**ATRIBUTO:** alfabetizado/de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Chefe do poder Executivo Municipal**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) chefiar os serviços e servidores lotados no departamento de infraestrutura e transportes;
- b) manter registros que permitam o controle individual das despesas com veículos;
- c) determinar os procedimentos para especificações técnicas, compra, recebimento e armazenamento do material utilizado na manutenção e consumo;
- d) coordenar e acompanhar a execução dos serviços de limpeza pública, compreendendo a capina, poda, varredura, coleta de materiais das vias, logradouros públicos e prédios municipais;
- e) coordenar e fiscalizar o abastecimento, lubrificação, manutenção e lavagem da Frota Municipal, mediante controle detalhado e dos itens aplicados;
- f) coordenar e acompanhar os trabalhos de melhora no perímetro urbano e rural com obras de revestimento primário, calçamento com pedras, pavimentação asfáltica, execução de passeios, patrolamento, cascalhamento, construção e conservação de bueiros e pontilhões, execução e melhoria de acesso a propriedades rurais, sinalização rodoviária do interior do Município e outros serviços semelhantes; e,
- g) coordenar as demais atividades do gabinete e desempenhar outras atribuições delegadas.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Diretor de Compras, Contratos e Licitações**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Superior Concluído em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil ou Sistemas de Informação

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

**I – Quanto a área de compras:**

- a) coordenar e supervisionar de forma regular todos os serviços de administração de compras;
- b) assinar documentos referentes ao exercício de suas atribuições, às suas competências e responsabilidades e os próprios das atividades diárias e corriqueiras da área de projetos, engenharia e fiscalização;
- c) orientar sobre a regular modalidade das compras a serem realizadas;
- d) reunir e fornecer elementos informativos e estatísticos sobre o consumo de materiais que facilitem o estudo de previsões anuais e auxiliem na elaboração de planejamentos setoriais;
- e) coordenar as atividades de compras diretas, executando levantamento prévio e pesquisas de preços, controles orçamentários, contratuais e de planejamento de cada setor;
- f) gerenciar e controlar a manutenção do cadastro de fornecedores, os procedimentos de registros de preços, os saldos dos itens contratados;
- g) propor procedimentos relativos as compras, conferências, armazenamento, guarda, conservação, distribuição, controle, codificação, especificação e padronização de materiais e equipamentos;
- h) coordenar controles de estoque, auditoria nos procedimentos de compras e estoque, bem como na correta administração de bens e recursos;
- i) desempenhar outras atividades inerentes ao cargo.

**II – Quanto a área de contratos e licitações:**

- a) supervisionar, controlar e orientar todos os serviços de administração de procedimentos licitatórios, desde a elaboração dos editais até a contratação, expedição de autorizações, publicações, arquivamentos e outros;
- b) assinar documentos referentes ao exercício de suas atribuições, às suas competências e responsabilidades e os próprios das atividades diárias e corriqueiras da área de projetos, engenharia e fiscalização;
- c) gerenciar levantamentos, estudos, projetos e análises necessários em qualquer modalidade de licitações;
- d) gerir e fiscalizar contratos, convênios, parcerias, processos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
- e) dar suporte administrativo aos membros da Comissão Municipal de Licitação e Pregoeiro;
- f) receber, conferir, solicitar informações necessárias à instrução dos procedimentos licitatórios;
- g) acompanhar os procedimentos licitatórios no e-Sfinge do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- h) providenciar e difundir uma Política de Padronização de Procedimentos Licitatórios Público Municipal;
- i) supervisionar as respostas aos recursos referentes às licitações;
- j) solicitar que sejam notificadas as Empresas vencedoras de licitação sempre que necessário;
- k) encaminhar ao Setor de Dívida Ativa as multas não recolhidas pelas empresas inadimplentes; e,
- l) desempenhar outras atividades inerentes ao cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Diretor de Pessoal e Recursos Humanos

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Ciências Contábeis

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) administrar o setor de pessoal e recursos humanos conforme orientação superior, auxiliando nas proposições de criação, extinção, alteração de cargos, empregos e funções públicas, estatutos e planos de cargos e salários, treinamento e desenvolvimento de pessoal, atividades de integração de recursos humanos e outros afins;
- b) assessorar e controlar a realização de processos seletivos, concursos públicos, chamadas públicas, escolha de aulas, chamamento de servidores;
- c) confeccionar atos administrativos, portarias, editais, termos de posse, contratos administrativos, documento de fundo de previdência, documento de aposentadoria, atestado ou certidão de tempo de serviço e outros;
- d) administrar os serviços de publicação legal dos atos e outros documentos necessários;
- e) operacionalizar os softwares com os dados cadastrais, exercício funcional e financeira dos servidores;
- f) controlar a contratação e apuração da folha frequência mensal dos estagiários;
- g) solicitar documentação necessária às admissões, transferências, exonerações e outros para compor o arquivo documental dos servidores;
- h) auxiliar na elaboração e controlar a escala de férias dos servidores, controlando os dias de férias em haver;
- i) auxiliar nos encaminhamentos e agendamentos para perícias médicas;
- j) controlar os atestados médicos, licenças prêmio, licenças sem vencimento e outros afastamentos;
- k) controlar os empréstimos consignados em folha de pagamento dos servidores;
- l) controlar os servidores cedidos a outras entidades com ou sem ônus ao erário;
- m) administrar e controlar o software de registro de ponto dos servidores com cadastramento geral de informações, monitoramento das batidas, apuração de horas extras e integração com o software da folha;
- n) administrar e controlar o software para eventos de concessão de vantagens estatutárias, nomeações, admissões, contratações, afastamentos, desligamentos, horas extras, gratificações, insalubridade, folha de pagamento e outros;
- o) acompanhar e assessorar o pagamento de todos os tributos e contribuições advindas do software;
- p) conferência geral de dados, valores, encargos e outros nas folhas de pagamento com a geração dos arquivos bancários, de integração do software de contabilidade, a impressão e entrega dos holerites aos agentes públicos;
- q) apurar as taxas e impostos mensais, transmitindo os programas mensais e anuais, como: Funrural, Sindicato, SEFIP, CAGED, RAIS, DIRF, SIOPE, eSocial, e-Sfinge, entre outros;
- r) acompanhar e controlar os serviços de medicina e segurança do trabalho aplicada aos agentes públicos, através do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT;
- s) auxiliar nos encaminhamentos à realização de exames de Medicina e Segurança do Trabalho;
- t) supervisionar a emissão do Perfil Profissiográfico Profissional;
- u) controlar a entrega dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI'S aos agentes públicos;
- v) assessorar os membros da Comissão que trabalham nos serviços de avaliação do estágio probatório, no processo de concessão de progressão funcional dos servidores e editais de alteração de carga horária;
- w) controlar a realização de backups dos softwares e o envio de dados ao software do Fly Transparência;
- x) fornecer informações, explicações e pareceres quando solicitados; e,
- y) assinar documentos referentes ao exercício de suas atribuições, às suas competências e responsabilidades e os próprios das atividades diárias e corriqueiras da área de projetos, engenharia e fiscalização.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Diretor Escolar

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Licenciatura

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Comprovante de no mínimo 05 (cinco) anos de efetivo exercício na rede municipal de ensino

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) coordenar, planejar e acompanhar a execução do Projeto Político Pedagógico junto à comunidade escolar;
- b) planejar, executar os encaminhamentos do colegiado de classe, das reuniões pedagógicas, reuniões de pais, de planejamento, grupos de estudos, projetos, estágios diferentes e outras ações que se fizer necessário;
- c) propiciar a discussão junto aos pais, equipe pedagógica e professores, sobre o processo ensino aprendizagem dos alunos visando o acompanhamento, discussão e encaminhamentos necessários;
- d) coordenar, planejar, executar, acompanhar e avaliar de forma permanente, o plano de ação integrada da equipe pedagógica frente ao Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;
- e) estimular a participação em cursos, seminários, encontros, reuniões e outros, buscando a fundamentação, atualização e redimensionamento de sua função;
- f) coordenar a elaboração de relatórios das ações do Projeto Político pedagógico;
- g) desenvolver o trabalho de direção, considerando a ética profissional;
- h) comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus tratos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar;
- i) aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas e pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de educação e Conselho Municipal de Educação;
- j) cumprir e fazer cumprir as determinações legais estabelecidas pelos Órgãos competentes, bem como comunicar a administração de ensino às irregularidades da Unidade Escolar, bem como aplicar medidas saneadoras;
- k) coordenar e manter o fluxo de informações entre a Unidade Escolar e a Secretaria Municipal de Educação;
- l) viabilizar o acesso a permanência dos alunos em idade escolar, inclusive os portadores de necessidades especiais;
- m) realizar e divulgar levantamento bibliográfico e outros materiais pedagógicos legais na área da educação, com vistas a subsidiar a prática educativa da escola;
- n) incentivar a participação dos profissionais da Unidade Escolar nos grupos de capacitação e em outros eventos;
- o) coordenar junto à comunidade escolar o processo de identificação, de análise das causas e acompanhamento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, visando o redimensionamento da ação pedagógica;
- p) propor e discutir alternativas à redução dos índices de evasão e repetência consolidando a função social da escola;
- q) acompanhar o plano de educação financeira e a respectiva prestação de contas;
- r) estudar, propor alternativas de solução quando necessário, às entidades escolares para entender situações de emergências de ordem pedagógica e administrativa;
- s) participar do Conselho de Classe;
- t) propor alterações na oferta de serviço prestado pela escola;
- u) aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas;
- v) coordenar a elaboração do calendário escolar e garantir o seu cumprimento;
- w) supervisionar a cozinha respeitando a legislação vigente;
- x) coordenar as solenidades e festas escolares;
- y) administrar o patrimônio escolar em conformidade com a lei vigente;
- z) promover a articulação entre a escola, família e comunidade; e,
- a1) assinar documentos referentes ao exercício de suas atribuições, às suas competências e responsabilidades e os próprios das atividades diárias e corriqueiras da área de projetos, engenharia e fiscalização.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Advogado – Assessor Geral 30hs

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Direito

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

I – Quanto a área de assessoria jurídica:

- a) prestar assistência jurídica ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal e demais agentes públicos;
- b) emitir pareceres sobre questões que lhe forem submetidas;
- c) respeitar o Código de Ética do Conselho.

II – Quanto a área de procuradoria:

- a) atuar como advogado geral do Município em favor do interesse público dentro e fora dos tribunais;
- b) representar judicial e extrajudicial do Município quando autor, réu, assistente, oponente ou interessada de qualquer outra forma, nos processos na justiça ou qualquer foro e em qualquer instância;
- c) postular em juízo em nome do Município, com a propositura de ações e apresentação de contestação, avaliar provas documentais e orais, realizar audiências trabalhistas, cíveis e criminais;
- d) acompanhar os processos administrativos externos em tramitação no Tribunal de Contas, Ministério Público e Secretarias de Estado;
- e) coordenar e supervisionar a inscrição e promoção da cobrança de Dívida Ativa administrativa e judicial;
- f) acompanhar e orientar os processos administrativos, sindicâncias, inquéritos, disciplinares, tributários e outros que tenham interesse ao Poder Executivo Municipal;
- g) auxiliar na formulação, uniformização ou consolidação de legislação em geral e outros expedientes;
- h) prestar assistência jurídica ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal e demais agentes públicos;
- i) auxiliar na formulação de editais, contratos, convênios, acordos e outros, avaliando os riscos neles envolvidos, com vistas a garantir segurança jurídica e lisura em todas as relações jurídicas travadas entre o ente público e terceiros;
- j) emitir pareceres sobre questões que lhe forem submetidas;
- k) orientar sobre a legalidade dos atos praticados ou a serem praticados;
- l) acompanhar todos os procedimentos licitatórios;
- m) examinar, prévia e conclusivamente, as minutas de editais de licitação, de chamamento público e instrumentos congêneres, minutas de contratos e de seus termos aditivos, atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, minutas de convênios, instrumentos congêneres e de seus termos aditivos, minutas de termos de ajustamento de conduta, de termos de compromisso e instrumentos congêneres e demais atos que demandem análise jurídica, conforme estabelecido em legislações específicas, decretos, atos normativos editados;
- n) assinar documentos referentes ao exercício de suas atribuições, às suas competências e responsabilidades e os próprios das atividades diárias e corriqueiras da área de projetos, engenharia e fiscalização; e,
- o) respeitar o Código de Ética do Conselho.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Diretor de Projetos, Engenharia e Fiscalização 30hs

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluído em Engenharia Civil

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

I – Quanto a área de projetos, engenharia e fiscalização:

- a) planejar, produzir e elaborar projetos de engenharia, conforme orientação superior;
- b) coordenar e assessorar a produção e elaboração de projetos de engenharia, conforme orientação superior;
- c) coordenar, assessorar e acompanhar a execução de projetos de engenharia;
- d) fiscalizar a execução de projetos de engenharia em qualquer etapa e sob qualquer forma de execução;
- e) assinar documentos referentes ao exercício de suas atribuições, às suas competências e responsabilidades e os próprios das atividades diárias e corriqueiras da área de projetos, engenharia e fiscalização;
- f) contribuir e orientar no planejamento e na melhor execução das melhorias nas infraestruturas das vias públicas;
- g) organizar os serviços de projetos, engenharia e fiscalização, conforme orientação superior;
- h) gerenciar, orientar e assessorar o desenvolvimento das atividades do engenheiro civil, fiscal de obras, fiscal de tributos e outros agentes públicos vinculados à pasta da área de projetos, engenharia e fiscalização no desenvolvimento dos serviços de estudo, elaboração, execução e fiscalização de projetos de engenharia, desde o início, prosseguimento e conclusão das obras parciais ou totais novas, de manutenção, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento;
- i) orientar, quando solicitado, a execução dos serviços vinculados a infraestrutura, seja em mobilidade urbana, abertura, conservação e melhoramento do sistema viário, pavimentação, acessibilidade e mobilidade, iluminação pública, passeios, patrolamento, cascalhamento, detonação, pontes, pontilhões, sistema pluvial e sanitário e outros serviços correlatos;
- j) orientar os serviços de elaboração de certidões, alvarás, editais, licenças, viabilidades e outros documentos;
- k) assessorar a análise, fiscalização e aprovação de projetos de parcelamento de solos, viabilidade de construção, concessão de licenças em geral e outros;
- l) coordenar e assessorar os serviços de regularização fundiária, licenciamento ambiental, loteamentos, elaboração de legislação, atualização cadastral imobiliária, procedimentos de contribuição de melhoria, levantamentos topográficos, demarcação de terras, levantamentos planimétricos e altimétricos, conforme orientação superior;
- m) assessorar na fiscalização e no cumprimento do Código Tributário Municipal, do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, do Código de Posturas, do Código de Edificações, do Código de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- n) coordenar, assessorar e executar todo o processo de captação e aplicação de recursos públicos de interesse de qualquer área de atuação do setor público municipal advindos da esfera estadual e federal, seja na produção, elaboração, aprovação, contratação, fiscalização da execução, prestação de contas do objeto de projetos de engenharia ou aquisição de bens e serviços para o Município; e,
- o) desempenhar outras atividades determinadas pelos seus superiores.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Médico



ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Medicina

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- a) realizar atendimento ambulatorial;
- b) examinar o paciente para determinar o diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista;
- c) analisar e interpretar resultados de exames de raio-x, bioquímicos, hematológicos e outros para confirmar e informar o diagnóstico;
- d) prescrever medicamentos, indicando dosagens e respectiva via de medicação;
- e) manter registro do paciente examinado, anotando a situação diagnóstica, evolução da doença para efetuar orientação terapêutica adequada;
- f) emitir atestado de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito para atender as determinações legais;
- g) participar de programas de atendimento à população atingida por calamidades públicas;
- h) integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;
- i) participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;
- j) participar das atividades de apoio médico-sanitários da Prefeitura;
- k) proceder a notificação das doenças compulsórias a autoridade local;
- l) realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde da comunidade e sugere medidas destinadas a solução dos problemas levantados;
- m) fazer exames pré admissionais e periódicos dos servidores, participando das atividades de prevenção de acidentes de trabalho;
- n) fornecer dados estatísticos e apresenta relatórios de suas atividades;
- o) emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- p) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo; e
- q) respeitar o Código de Ética do Conselho.

#### ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: Odontólogo/Odontólogo 20hs

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Odontologia

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- a) elaborar juntamente com a equipe de saúde, normas técnicas e administrativas de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários;
- b) aplicar normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária;
- c) encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas;
- d) examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado;
- e) promover e participar de programas de educação e prevenção das doenças na boca;
- f) prestar assistência odontológica curativa;
- g) aplicar medidas tendentes a melhoria do nível de saúde oral da população, avaliando os resultados;
- h) prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental;
- i) treinar pessoal auxiliar deixando-o apto a realizar serviços de acordo com as necessidades do atendimento;
- j) realizar estudos sobre a frequência e características de afecções orais, analisando suas causas e consequências;
- k) fornecer dados estatísticos e apresenta relatórios de suas atividades;
- l) emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- m) realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento em saúde bucal;
- n) realizar os procedimentos clínicos da atenção básica em saúde bucal;
- o) coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;
- p) fazer o encaminhamento a serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especializado;
- q) promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à população métodos eficazes para evitá-las;
- r) requisitar ao órgão competente todo o material necessário;
- s) promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle;
- t) respeitar o Código de Ética do Conselho.

#### ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: Enfermeiro

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Enfermagem

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias cadastradas nas equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- b) realizar consulta de enfermagem, procedimentos, atividades em grupo e conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal, observadas as disposições legais da profissão, solicitar exames complementares, prescrever medicações e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços;
- c) realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
- d) planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS em conjunto com os outros membros da equipe;
- e) participar de atividades de educação permanente da equipe de enfermagem e outros membros da equipe;
- f) participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS;
- g) participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
- h) participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde;
- i) formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
- j) organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades;
- k) promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada;
- l) participar do planejamento e prestar assistência em situação de emergência e calamidade pública;
- m) fazer notificação de doenças transmissíveis;
- n) participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- o) dar assistência de enfermagem no atendimento as necessidades básicas do indivíduo, família e a comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela instituição;
- p) identificar e preparar grupos de comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
- q) participar de programas de saúde desenvolvida pela comunidade;
- r) promover e participar de atividades de pesquisas operacionais e estudos epidemiológicos;
- s) colaborar no desenvolvimento das atividades de saúde ocupacional da instituição em todos os níveis de atuação;
- t) executar, no nível de suas competências, ações de assistência básica de vigilância epidemiológica e sanitária nas áreas de atenção à criança, ao adolescente, à mulher, ao trabalhador e ao idoso;
- u) desenvolver ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e técnicos em enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções junto ao serviço de saúde;
- v) oportunizar os contatos com indivíduos sadios ou doentes, visando promover a saúde e abordar os aspectos de educação sanitária;
- w) discutir de forma permanente, junto a equipe de trabalho e comunidade, o conceito de cidadania, enfatizando os direitos de saúde e as bases legais que os legitimam;
- x) participar do processo de programação e planejamento das ações e da organização do processo de trabalho das Unidades Básicas de Saúde; e,
- z) respeitar o Código de Ética do Conselho.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Engenheiro Agrônomo**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Superior Concluso em Agronomia**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) elaborar métodos e técnicas de cultivo de acordo com os tipos de solo e de clima, efetuando estudos, experiências e analisando os resultados obtidos para melhorar a germinação das sementes, o crescimento das plantas, a adaptabilidade dos cultivos, o rendimento das colheitas e outras características dos cultivos agrícolas;
- b) estudar os efeitos da rotatividade, drenagem, irrigação, adubagem e condições climáticas sobre culturas agrícolas, realizando experiências e analisando resultados nas fases da sementeira, cultivo e colheita para determinar as técnicas de tratamento de solo e a exploração agrícola mais adequada a cada tipo de solo e de clima;
- c) elaborar métodos de combate as ervas daninhas, enfermidades da lavoura e pragas de insetos e/ou aprimora os já existentes, baseando-se em experiências e pesquisas para preservar a vida das plantas e assegurar o maior rendimento do cultivo;
- d) orientar agricultores e outros trabalhadores agrícolas sobre sistemas e técnicas de exploração agrícola, fornecendo indicações, épocas de plantio, custo de cultivo, variedades a empregar e outros dados pertinentes para aumentar a produção e conseguir variedades novas ou melhorar as de maior rendimento, qualidade e valor nutritivo;
- e) desempenhar outras atividades inerentes ao cargo; e,
- f) respeitar o Código de Ética do Conselho.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Médico Veterinário**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Superior Concluso em Medicina Veterinária**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) planejar e desenvolver campanhas e serviços de fomento e assistência técnica relacionados com a pecuária e a saúde pública valendo-se de levantamentos de necessidades e do aproveitamento de recursos orçamentários existentes para favorecer a sanidade e a produtividade do rebanho;
- b) elaborar e executar projetos agropecuários e os referentes ao crédito rural, prestando assessoria, assistência e orientação e fazendo o acompanhamento desses e outros projetos para garantir a produção racional e lucrativa dos alimentos e o atendimento dos dispositivos legais, quanto a aplicação dos recursos oferecidos;
- c) fazer profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais, realizando exames clínicos e de laboratório para assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais;
- d) realizar exames laboratoriais, colhendo material e /ou procedendo a análise anatomopatológica, histo-patológica e imunológica para estabelecer o diagnóstico e a terapêutica;
- e) promover o melhoramento do gado, procedendo a inseminação artificial, orientando a seleção das espécies mais convenientes fixando os caracteres mais vantajosos para assegurar o rendimento da exploração pecuária;
- f) desenvolver e executar programas de nutrição animal, formulando e balanceando as rações para baixar o índice de conversão alimentar, prevenir doenças, carências e aumentar a produtividade;
- g) efetuar o controle sanitário da produção animal destinada a indústria, realizando exames clínicos, anatomopatológicos laboratoriais ante e post-mortem para promover a saúde individual e coletiva da população;
- h) promover a fiscalização sanitária nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal, bem como de sua qualidade, determinando visita in loco para fazer cumprir a legislação pertinente;
- i) desenvolver programas de pesca e piscicultura, orientando sobre a captura de peixes, conservação e industrialização dos mesmos para incrementar a exploração econômica e melhorar os padrões de alimentação;
- j) proceder o controle das zoonoses, efetivando levantamentos de dados, avaliação epidemiológica, programação e execução, supervisão e pesquisa para possibilitar a profilaxia dessas doenças;
- k) exercer a prática clínica e a assistência técnica e sanitária em todas as suas modalidades;
- l) exercer a direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais, comerciais, desportivos, recreativos ou de proteção, onde estejam permanentemente em exposição, em serviço ou em qualquer outro fim;
- m) orientar os serviços de inseminação artificial;
- n) desenvolver estudos de saúde pública no tocante as doenças de animais transmissíveis ao homem;
- o) proceder a padronização e à classificação dos produtos de origem animal;
- p) proceder a defesa da fauna até o controle da exploração das espécies de animais silvestres e seus produtos;
- q) respeitar o Código de Ética do Conselho.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Contador**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Superior Concluso em Ciências Contábeis**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:****I – Quanto a área de contabilidade:**

- a) planejar, coordenar, supervisionar e executar todos os serviços de contabilidade pública;
- b) proceder a escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil;
- c) elaborar, analisar, revisar e avaliar balancetes, demonstrações, balanços e contas em geral;
- d) analisar e verificar haveres e obrigações;
- e) controlar a gestão orçamentária, econômica, financeira e patrimonial;
- f) elaborar as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;
- g) acompanhar o sistema tributário nas peças contábeis;
- h) organizar os serviços contábeis quanto à concepção, planejamento e estrutura material, bem como o estabelecimento de fluxogramas de processamento, cronogramas, organogramas, modelos de formulários e similares;
- i) organizar e operar os sistemas administrativos, contábeis, tributários, de controles, operacionais, patrimoniais, serviços, obras em andamento, entre outros;
- j) prestar assistência aos conselhos das entidades;
- k) elaborar normas técnicas e administrativas internas da entidade voltadas à contabilidade;
- l) elaborar documentos solicitados por outras entidades;
- m) elaborar prestações de contas de quaisquer recursos;
- n) opinar a respeito de consultas sobre matéria de natureza técnica, jurídico-contábil, financeira e orçamentária, propondo soluções cabíveis em tese;
- o) organizar os serviços de contabilidade em geral, traçando o plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração para possibilitar o controle administrativo, orçamentário, contábil, financeiro e patrimonial;
- p) assinar balanços, balancetes e demais relatórios;
- q) coordenar e orientar todas as ações e atos técnico contábil e administrativo de contabilidade;
- r) prestar informações visando instruir processos administrativos e judiciais;
- s) responsabilizar-se pela Contabilidade Geral do Município, das Entidades da Prefeitura Municipal e seus Fundos;
- t) respeitar o Código de Ética do Conselho.

**II – Quanto a área de planejamento e orçamento:**

- a) elaborar o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual;
- b) elaborar suplementações e anulações orçamentárias;
- c) elaborar decretos, decretos financeiros e projetos de leis de cunho contábil.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Assistente Social
ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Serviço Social
ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional
<p>ATRIBUIÇÕES DO CARGO:</p> <p>a) planejar, elaborar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de serviço social com participação da sociedade civil, aplicados a indivíduos, grupos e comunidades;</p> <p>b) prestar assessoria e consultoria técnica de serviço social;</p> <p>c) fornecer dados sociais e estatísticos, emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;</p> <p>d) diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde;</p> <p>e) desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se de aplicações sociais, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais;</p> <p>f) mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população;</p> <p>g) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;</p> <p>h) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;</p> <p>i) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional;</p> <p>j) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais;</p> <p>k) elaborar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta;</p> <p>l) planejar, organizar e administrar o serviço social e a Unidade de Serviço Social;</p> <p>m) realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais;</p> <p>n) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;</p> <p>o) garantir o acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios; e,</p> <p>p) respeitar o Código de Ética do Conselho.</p>

## ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: Assistente Social CRAS
ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Serviço Social
ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional
<p>ATRIBUIÇÕES DO CARGO:</p> <p>a) ofertar acolhida, informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS;</p> <p>b) planejar e implementar o PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS;</p> <p>c) realizar mediação de grupos de famílias dos PAIF;</p> <p>d) realizar atendimento particular e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;</p> <p>e) desenvolver atividades coletivas e comunitárias no território;</p> <p>f) realizar apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS;</p> <p>g) acompanhar as famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS;</p> <p>h) realizar busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco;</p> <p>i) acompanhar as famílias em descumprimento de condicionalidades;</p> <p>j) registrar as ações desenvolvidas e planejamento dos trabalhos de forma coletiva em sistema de informação;</p> <p>k) articular ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência;</p> <p>l) realizar encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial;</p> <p>m) realizar encaminhamentos para serviços setoriais;</p> <p>n) participar das reuniões preparatórias ao planejamento municipal;</p> <p>o) participar de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território;</p> <p>p) desincumbir-se de outras atividades determinadas pela Coordenadoria do CRAS; e,</p> <p>q) respeitar o Código de Ética Profissional.</p>

## ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: Coordenador do CRAS
ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Serviço Social
ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos da proteção social básica operacionalizadas nessa unidade;
- b) coordenar a execução, o monitoramento, o registro e a avaliação das ações;
- c) acompanhar e avaliar os procedimentos para a garantia da referência e contra-referência do CRAS;
- d) coordenar a execução das ações de forma a manter o diálogo e a participação dos profissionais e das famílias, inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;
- e) definir com a equipe de profissionais critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias;
- f) definir com a equipe de profissionais o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias;
- g) definir com a equipe técnica os meios e as ferramentas teórico-metodológicas de trabalho social com famílias e os serviços socioeducativos de convívio;
- h) avaliar sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, a eficácia, a eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;
- i) efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial e das demais políticas públicas no território de abrangência do CRAS;
- j) desincumbir-se de outras atividades compatíveis com as exigências para o exercício da função; e,
- k) respeitar o Código de Ética Profissional.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Controlador Interno

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Ciências Contábeis

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) orientar os agentes públicos quanto à arrecadação e aplicação dos recursos públicos com observância dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade;
- b) acompanhar, supervisionar e avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo, os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública e a aplicação de recursos públicos concedidos a entidades de direito privado, o cumprimento dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, a adoção de providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites, o cumprimento dos limites da despesa com pessoal e a adoção de medidas, o cumprimento das normas relativas à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos e a instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos de competência do Município;
- c) supervisionar e avaliar o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres do Município;
- d) avaliar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal;
- e) fiscalizar o cumprimento do limite de gastos totais do Poder Legislativo Municipal;
- f) emitir relatório sobre a execução dos orçamentos a ser encaminhado com a prestação de contas anual de governo;
- g) promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade;
- h) verificar o cumprimento dos requisitos para a concessão de renúncia de receitas;
- i) organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando à Corte de Contas os respectivos relatórios quando solicitado;
- j) dar ciência ao titular da unidade, indicando as providências a serem adotadas para a sua correção, a ocorrência de atos e fatos ilegais ou ilegítimos praticados por agentes públicos na utilização de recursos públicos, inclusive para que instaure tomada de contas especial no conhecimento de qualquer irregularidade causadora de danos ao erário;
- k) realizar exame e avaliação da prestação de contas anual da entidade e emitir relatório e parecer;
- l) emitir parecer sobre a legalidade da admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;
- m) manifestar-se acerca da análise procedida pelos setores competentes sobre a prestação de contas de recursos concedidos e sobre a tomada de contas especial, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer;
- n) representar ao Tribunal de Contas quando a autoridade administrativa não adotar as providências para correção de irregularidade ou instauração de tomada de contas especial;
- o) prestar informações individualizadas sobre as ações realizadas no âmbito da unidade sob seu controle, em cumprimento às decisões do Tribunal de Contas que tenham recomendado ou determinado a adoção de providências administrativas ou a instauração de tomada de contas especial e respectivos resultados;
- p) coordenar e remeter os dados e informações das unidades sob seu controle ao Tribunal em meio informatizado;
- q) receber notificação de alertas do Tribunal de Contas e dar ciência formal às autoridades competentes;
- t) supervisionar a divulgação da prestação de contas de gestão na forma e prazos estabelecidos pela Legislação;
- x) emitir Instruções Normativas de Controle Interno; e,
- z) respeitar o Código de Ética Profissional.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Psicóloga

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Psicologia

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional



**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) realizar avaliação e diagnóstico psicológicos de entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos;
- b) realizar atendimento psicoterapêutico individual ou em grupo, adequado às diversas faixas etárias;
- c) realizar atendimento familiar e/ou de casal para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico;
- d) realizar atendimento a crianças com problemas emocionais, psicomotores e psicopedagógico;
- e) acompanhar psicologicamente gestantes durante a gravidez, parto e puerpério, procurando integrar suas vivências emocionais e corporais, bem como incluir o parceiro, como apoio necessário em todo este processo;
- f) preparar o paciente para entrada, permanência e alta hospitalar, inclusive em hospitais psiquiátricos;
- g) participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental da população, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas a realidade psicossocial da clientela;
- h) colaborar, em equipe multiprofissional, no planejamento das políticas de saúde, em nível de macro e microssistemas;
- i) atuar junto à equipe multiprofissional no sentido de levá-la a identificar e compreender os fatores emocionais que intervêm na saúde geral do indivíduo;
- j) participar dos planejamentos e atividades culturais, terapêuticas e de lazer com o objetivo de propiciar a reinserção social da clientela egressa de instituições;
- k) participar de programas de atenção primária organizando grupos específicos, visando a prevenção de doenças ou do agravamento de fatores emocionais que comprometam o espaço psicológico;
- l) realizar triagem e encaminhamentos para recursos da comunidade, sempre que necessário;
- m) participar da elaboração, execução e análise da instituição, realizando programas, projetos e planos de atendimentos, em equipes multiprofissionais, com o objetivo de detectar necessidades, perceber limitações, desenvolver potencialidades do pessoal envolvido no trabalho da instituição, tanto nas atividades fim, quanto nas atividades meio;
- n) respeitar o Código de Ética Profissional.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO: Nutricionista****ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Superior Concluso em Nutrição**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) participar de equipes multiprofissionais e intersetoriais destinadas a planejar, coordenar, supervisionar, implementar, executar e avaliar políticas, programas, cursos nos diversos níveis, pesquisas ou eventos de qualquer natureza, direta ou indiretamente relacionadas com alimentação e nutrição;
- b) planejar e executar ações de educação alimentar e nutricional, de acordo com diagnóstico da situação nutricional identificado;
- c) coletar, consolidar, analisar e avaliar dados de Vigilância Alimentar e Nutricional, propondo ações de resolutividade, para situações de risco nutricional;
- d) desenvolver, implantar e implementar protocolos de atendimento nutricional adequado às características da população assistida;
- e) avaliar o impacto das ações de alimentação e nutrição na população assistida;
- f) realizar visitas domiciliares identificando portadores de patologias e deficiências associadas à nutrição, promovendo o atendimento nutricional adequado;
- g) prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria na área;
- h) identificar portadores de patologias e deficiências associadas à nutrição, para o atendimento nutricional adequado;
- i) identificar portadores de doenças crônicas não transmissíveis, para o atendimento nutricional adequado;
- j) prestar atendimento nutricional individual, em ambulatório ou em domicílio, elaborando o diagnóstico nutricional, com base nos dados clínicos, bioquímicos, antropométricos e dietéticos;
- k) elaborar a prescrição dietética, com base no diagnóstico nutricional, adequando-a a evolução do estado nutricional do cliente;
- l) solicitar exames complementares à avaliação nutricional, prescrição dietética e evolução nutricional do cliente, quando necessário;
- m) registrar, em prontuário do cliente, a prescrição dietética, a evolução nutricional;
- n) orientar o cliente e/ou familiares/responsáveis, quanto às técnicas higiênicas e dietéticas, relativas ao plano de dieta estabelecido;
- o) promover educação alimentar e nutricional;
- p) referenciar a clientela aos níveis de atenção de maior complexidade, visando a complementação do tratamento, sempre que necessário;
- q) integrar as equipes multiprofissionais nas ações de assistência e orientação, desenvolvidas pela Unidade de Saúde, em especial na prevenção, tratamento e controle das doenças crônicas não transmissíveis;
- r) elaborar o plano de trabalho anual, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições;
- s) prescrever suplementos nutricionais, bem como alimentos para fins especiais, em conformidade com a legislação vigente, sempre que necessário;
- t) interagir com a equipe multiprofissional, quando pertinente, definindo os procedimentos complementares na assistência ao cliente; e,
- u) respeitar o Código de Ética Profissional.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO: Psicóloga CRAS****ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Superior Concluso em Psicologia**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) acolher, ofertar informações e realizar encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS;
- b) planejar e implementar o PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS;
- c) mediar os grupos de famílias dos PAIF;
- d) realizar atendimento particularizado e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;
- e) desenvolver atividades coletivas e comunitárias no território;
- f) oferecer apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS;
- g) acompanhar as famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS;
- h) realizar busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco;
- i) acompanhar as famílias em descumprimento de condicionalidades;
- j) registrar as ações desenvolvidas e planejamento dos trabalhos de forma coletiva em sistema de informação;
- k) articular ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência;
- l) realizar encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial;
- m) realizar encaminhamentos para serviços setoriais;
- n) participar das reuniões preparatórias ao planejamento municipal;
- o) participar de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território;
- p) desincumbir-se de outras atividades determinadas pela Coordenadoria do CRAS; e,
- q) respeitar o Código de Ética Profissional.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Engenheiro Civil 30hs

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Engenharia Civil

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente a elaboração ou execução de projetos de construção, reforma ou manutenção públicos ou privados;
- b) executar estudos, planejamentos e especificações de projetos;
- c) executar estudo de viabilidade técnico-econômica;
- d) prestar assistência, assessoria e consultoria;
- e) dirigir obras e serviços técnicos;
- f) executar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e pareceres técnicos;
- g) realizar ensino, pesquisa, análise, experimentação e divulgação técnica e extensão;
- h) elaborar orçamentos, efetuar a padronização, mensuração e controle de qualidade;
- i) executar e fiscalizar obras e serviços técnicos;
- j) conduzir equipes de instalação, sondagem, operação, reparo e manutenção;
- k) executar instalação, montagem e reparo;
- l) operar e realizar manutenção de equipamentos e instalação;
- m) executar desenho técnico;
- n) elaborar e apresentar as informações exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado, que disserem respeito aos serviços de engenharia realizados no Município;
- o) planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reformar, manutenção e locação de edifícios públicos, bem como a definição das instalações e equipamentos;
- p) executar serviços de urbanismo, obras de arquitetura paisagística e obras de decoração arquitetônica;
- q) orientar o mapeamento e a cartografia de levantamentos feitos para áreas operacionais;
- r) realizar exame técnico de processos relativos a execução de obras compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto as normas e padronizações;
- s) participar da elaboração e execução de convênios que incluam projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações;
- t) fazer avaliação, perícias e arbitramentos relativos a especialidade;
- u) efetuar constante fiscalização dos edifícios próprios ou locados pelo órgão, com a finalidade de controlar as condições de uso e habilitação;
- v) participar de procedimento de embargo de obra;
- w) executar estudos, projeto, fiscalização e construção de núcleos habitacionais e obras;
- x) elaborar projetos de loteamentos;
- y) executar a locação de obras, junto à topografia e batimetria; e,
- z) respeitar o Código de Ética Profissional.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Enfermeira da Saúde da Mulher 20hs

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Enfermagem

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional



**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) realizar assistência ao pré-natal normal parto e puerpério e gestação de alto-risco;
- b) realizar planejamento familiar;
- c) efetuar controle à mortalidade materna;
- d) realizar a prevenção de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e AIDS Adolescência e Mulher;
- e) realizar atendimento às vítimas de violência sexual e serviço de atendimento ao aborto legal;
- f) acompanhar e realizar atividades de orientação sobre climatério e menopausa;
- g) prestar assistência na área de enfermagem ao indivíduo, família e a comunidade;
- h) realizar provisionamento de materiais necessários a prestação de serviços de enfermagem;
- i) realizar atendimentos de enfermagem e ginecológico;
- j) participar de atividades de orientação e capacitação em saúde da mulher, do indivíduo ou grupos de indivíduos;
- k) administrar medicamentos mediante prescrição médica;
- l) participar na execução de programas de vacinação;
- m) coletar materiais para exames complementares;
- n) realizar a coleta de material para colpocitologia oncótica;
- o) realizar exames de detecção do câncer de mama;
- p) realizar atividades de prevenção do câncer ginecológico;
- q) notificar a presença de doenças transmissíveis em pacientes;
- r) participar de atividades de vigilância epidemiológica;
- s) realizar visitas domiciliares;
- t) desenvolver atividades de pré e pós consulta médica e de enfermagem;
- u) participar das ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- v) participa da prestação de assistência a comunidade em situações de emergência e calamidade pública;
- w) efetuar o registro de atividades realizadas;
- x) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo; e,
- y) respeitar o Código de Ética Profissional.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Instrutor de Esportes 20hs**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Superior Concluído em Educação Física**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) desenvolver programas e atividades de educação esportiva, que atendam crianças e adolescentes da comunidade escolar;
- b) incentivar a realização e/ou a participação em eventos e competições esportivas;
- c) coordenar as atividades das escolinhas esportivas, nas várias modalidades que sejam mantidas pela municipalidade;
- d) desenvolver todas as atividades inerentes e necessárias para o crescimento disciplinar, esportivo e comunitário dos participantes das escolinhas municipais;
- e) planejar e coordenar programas e planos de esportes, recreação e lazer dirigidos às várias faixas etárias;
- f) desenvolver, promover, divulgar e controlar as atividades esportivas e de lazer do Município, estimulando o hábito de esporte nas comunidades; e,
- g) respeitar o Código de Ética Profissional.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Fisioterapeuta 20hs**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Superior Concluído em Fisioterapia**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) executar atividades técnicas específicas de fisioterapia no tratamento de entorses, fraturas em vias de recuperação, paralisias, perturbações circulatórias e enfermidades nervosas por meios físicos, de acordo com as prescrições médicas ou procedimentos profissionais adequados;
- b) desenvolver atividades relativas a avaliação e consultas de fisioterapias;
- c) emitir diagnósticos;
- d) realizar outras formas de tratamento de fisioterapia;
- e) examina o paciente para determinar o diagnóstico;
- f) requisita exames complementares ao paciente se justificar necessário;
- g) mantém registro do paciente examinado, anotando a conclusão;
- h) diagnosticar o tratamento e a evolução da doença para efetuar a orientação adequada;
- i) emitir atestado de saúde;
- j) participar de programas de atendimento à população;
- k) integrar-se-á com a execução dos programas promovidos pelo Município;
- l) realizar estudos sobre matéria de fisioterapia em todos seus níveis aplicando à pacientes do Município;
- m) emite laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- n) realiza atendimentos domiciliares a pacientes quando necessário;
- o) desempenha outras atividades compatíveis com o cargo; e,
- p) respeitar o Código de Ética Profissional.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Farmacêutico 20hs

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Farmácia

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- a) dispensar os medicamentos controlados mediante receita médica;
- b) proceder informações e orientações a pacientes sobre o uso adequado do medicamento controlado dispensado;
- c) acompanhar o atendimento no balcão da farmácia;
- d) observar o uso racional do medicamento controlado;
- e) repassar o envio de dados a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;
- f) realizar trabalhos educativos em grupos na promoção em saúde;
- g) participar do procedimento de confecção da listagem de medicamentos a serem adquiridos para a farmácia;
- h) solicitar ou requisitar medicamentos para a farmácia de acordo com a necessidade;
- i) receber e conferir os medicamentos que chegam à farmácia;
- j) avaliar e conferir a estocagem de medicamentos da farmácia;
- k) controlar a estocagem de medicamentos da farmácia;
- l) proceder o inventário periódico dos medicamentos da farmácia em meio físico e de software;
- m) proceder o eventual descarte dos resíduos (medicamentos) do serviço de saúde;
- n) controlar o saldo contratado para compra dos medicamentos;
- o) entregar ao paciente os medicamentos que estiverem com o menor prazo de validade;
- p) desempenhar outras atividades de cunho do CRF;
- q) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo; e,
- r) respeitar o Código de Ética Profissional.

## ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: Técnico Agrícola

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- a) elaborar e orientar estudos ou programas para a recuperação e desenvolvimento de propriedades rurais, serviços de instalação de posto, observando a técnica conveniente;
- b) dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agropecuária, atendendo ao seu aperfeiçoamento e as condições sociais do homem no campo;
- c) orientar a execução do trabalho de campo na área de mecanização de solo, fertilizante mineral e orgânico e auxiliar na elaboração de projetos respectivos;
- d) prestar assistência e orientação aos agricultores e criadores;
- e) atender a consultas feitas por lavradores e criadores;
- f) orientar a produção, administração e planejamento agropecuário;
- g) organizar e inspecionar granjas, pomares, hortas e plantações em geral;
- h) orientar a armazenagem e comercialização de produtos de origem animal e vegetal;
- i) orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo;
- j) prestar assistência e orientação nos programas de extensão rural;
- k) orientar trabalhos de conservação de solo;
- l) participar dos trabalhos de experimentação, abrangendo; adubação, variedades resistentes a ferrugem, herbicidas e fungicidas;
- m) participar da previsão de safras;
- n) prestar assistência no tocante ao crédito agrícola;
- o) orientar a produção de sementes e mudas;
- p) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

## ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: Auxiliar de Enfermagem

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) desempenhar atividades de enfermagem nos postos de saúde, em outros locais quando solicitado e em domicílios, prestando assistência de promoção, proteção e recuperação da saúde do indivíduo, família e comunidade;
- b) efetuar a previsão de equipamento e material necessário para prestar os serviços de assistência de enfermagem, segundo as normas estabelecidas;
- c) prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão de enfermeiro;
- d) realizar atendimentos de enfermagem e visitas domiciliares, de acordo com a programação estabelecida;
- e) participar na orientação a saúde do indivíduo e a grupos da comunidade;
- f) participar de atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população;
- g) administrar medicamentos mediante prescrição, utilizando a técnica da aplicação adequada;
- h) participar na execução de programas de vacinação;
- i) coletar material para exames complementares quando necessário;
- j) notificar doenças transmissíveis;
- k) participar de atividades de vigilância epidemiológicas;
- l) desenvolver atividades de pré e pós consulta médica e de enfermagem;
- m) participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- n) participar da prestação de assistência a comunidade em situações de calamidade e emergência;
- o) organizar ambiente de trabalho e dar continuidade aos plantões;
- p) trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;
- q) realizar registros e elaborar relatórios técnicos;
- r) comunicar-se com pacientes e familiares e com a equipe de saúde;
- s) desenvolver, com os Agentes Comunitários de Saúde, atividades de identificação das famílias de risco;
- t) contribuir, quando solicitado, com o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde em visitar domiciliares;
- u) acompanhar as consultas de enfermagem dos indivíduos expostos às situações de risco;
- v) executar, segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas de atenção à criança, à mulher, ao adolescente, ao trabalhador e ao idoso, bem como no controle da tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativas e infectocontagiosas;
- w) participar da discussão e organização do processo de trabalho da unidade de saúde; e,
- x) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Auxiliar de Creche/Auxiliar de Creche 20hs

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) acompanhar a professora nas atividades pedagógicas realizadas com as crianças;
- b) auxiliar a professora nas providências, controle e guarda do material pedagógico;
- c) auxiliar a professora e responsabilizar-se, na ausência da mesma, pelos objetos individuais da criança, com atenção especial aos bicos, mamadeiras, fraldas e medicamentos;
- d) auxiliar a criança, prontamente, na sua higiene pessoal;
- e) auxiliar, sempre que necessário, as crianças nas refeições;
- f) auxiliar em todas as atividades desenvolvidas pelas crianças da Creche;
- g) realizar as trocas de fraldas;
- h) auxiliar em passeios e idas ao Parque;
- i) cuidar de todas as necessidades das crianças da creche;
- j) dar banho e troca de vestuário das crianças da creche;
- k) auxiliar no recreio e intervalos a orientação das crianças, objetivando sua segurança;
- l) participar em todas as aulas com auxiliar de cuidados às crianças;
- m) organizar o ambiente e orientar as crianças para o repouso, permanecendo com as mesmas todo o tempo em que estiverem dormindo;
- n) responsabilizar-se pelas crianças que aguardam os pais ou o transporte escolar até a chegada dos mesmos, zelando pela segurança e bem estar de todos;
- o) responsabilizar-se pela limpeza e desinfecção de brinquedos e equipamentos utilizados pelas crianças;
- p) participar de todas as atividades realizadas pela Unidade Escolar;
- q) cumprir os horários de chegada e saída estabelecidos pela Unidade Escolar;
- r) comparecer às reuniões convocadas pela Secretaria Municipal de Educação e ou Direção Escolar;
- s) manter conduta, dentro e fora do estabelecimento de ensino, compatível com a função; e,
- t) executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Auxiliar de Biblioteca

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) receber, orientar e auxiliar o público em geral;
- b) desenvolver atividades de datilografia, digitação, arquivamento em geral, atividades relacionadas ao registro, controle e preenchimento e arquivamento de documentos;
- c) desenvolver atividades de registro dos livros, revistas, vídeos, CDs, K7, periódicos, catalogando os mesmos segundo orientações e padrões estabelecidos;
- d) desenvolver atividades de atendimento ao público, em especial escolares, orientando os mesmos no sentido do cuidado e da observância da data de devolução do material emprestado;
- e) desenvolver atividades de auxílio aos estudantes, na procura do material necessário para as suas pesquisas;
- f) desenvolver atividades de controle do material cedido para pesquisa ou leitura;
- g) executar os serviços de manutenção necessários ao acervo da Biblioteca, tais como conserto e recuperação de obras literárias;
- h) realizar a organização do acervo a fim de facilitar o acesso dos usuários da Biblioteca Municipal;
- i) zelar pela guarda e integridade do acervo da Biblioteca Municipal; e,
- j) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Auxiliar de Odontologia

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Comprovação de Ensino Médio Concluso

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde;
- b) recepcionar e prestar serviços de apoio a pessoas e pacientes;
- c) organizar a agenda clínica;
- d) proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados;
- e) realizar procedimentos educativos e preventivos nos usuários para o atendimento clínico, como evidênciação de placa bacteriana, orientações à escovação com o uso de fio dental;
- f) preparar e organizar o instrumental e materiais para uso (sugador, espelho, sonda e demais materiais necessários para o trabalho);
- g) instrumentalizar e auxiliar o dentista durante a realização de procedimentos clínicos;
- h) cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;
- i) agendar e orientar o paciente quanto ao retorno para manutenção do tratamento;
- j) acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos trabalhos da equipe de saúde da família no tocante à saúde bucal;
- k) realizar procedimentos coletivos como escovação supervisionada, evidênciação de placa bacteriana e bochechos fluorados na Unidade Básica de Saúde e demais espaços sociais identificados;
- l) manter controle de todos os atendimentos efetuados;
- m) organizar informações e planejar o trabalho do cotidiano; e,
- n) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Tesoureiro

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) manter o Secretário do Setor informado das finanças do erário;
- b) realizar as movimentações de valores em contas bancárias, seja por pagamento de credores, aplicações financeiras, poupanças, resgates, transferências entre contas correntes, entre outros movimentos;
- c) obedecer a ordem cronológica nos pagamentos;
- d) operacionalizar softwares bancários para pagamentos e transferências;
- e) operacionalizar software registrando as movimentações realizadas, seja arrecadação de receitas, pagamentos, transferências entre contas e outros;
- f) controlar e conciliar as contas bancárias;
- g) controlar os valores e títulos entregues por consignação, caução ou fiança;
- h) emitir e arquivar os relatórios necessários;
- i) participar da elaboração de proposta orçamentaria;
- j) desempenhar outras tarefas compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Auxiliar Administrativo

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) administrar tarefas administrativas conforme orientação superior;
- b) executar tarefas de digitação de documentos em geral;
- c) executar tarefas de computação em geral;
- d) elaborar relatórios, documentos, expedientes e outros;
- e) registrar, encaminhar, entregar, controlar, preencher, selecionar, fotocopiar e arquivar documentos em geral;
- f) manter organizado o sistema de fichas, documentos e papéis que lhe forem confiados;
- g) recepcionar, encaminhar, orientar e auxiliar o público em geral e ligações telefônicas;
- h) providenciar material de expediente;
- i) desenvolver outras atividades auxiliares solicitadas por qualquer agente público seja quando relacionadas as áreas de atuação dos setores da administração municipal; e,
- j) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Auxiliar Administrativo de Educação**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Médio Concluso**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) contribuir com o bom funcionamento da unidade escolar que atua, atendendo a demanda da secretaria de educação, visando o correto desempenho das atividades e processos realizados na unidade escolar;
- b) efetuar protocolos, atender telefonemas e direcionar ligações e recados;
- c) digitar notas e imprimir os diários de classe;
- d) efetivar as matrículas dos alunos;
- e) secretariar as reuniões pedagógicas;
- f) expedir transferências, históricos e outros serviços relacionados ao cargo;
- g) prestar atendimento aos pais e público em geral;
- h) coletar, fornecer informações, despachar correspondências e documentos dentro dos prazos estipulados;
- i) preservar, arquivar e manter sob sua guarda todos os documentos da escola;
- j) organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro do assentamento dos alunos no software, de forma a permitir a verificação;
- k) redigir a correspondência que lhe for confiada, atas e registros;
- l) rever o expediente a ser submetido a despacho do diretor;
- m) apresentar ao diretor todos os documentos que devem ser assinados;
- n) coordenar e executar as atividades referentes a matrícula, transferência, adaptação e conclusão do curso;
- o) participação da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola;
- p) providenciar o levantamento e encaminhamento aos órgãos competentes, de dados e informações educacionais;
- q) elaborar e providenciar a divulgação de comunicados e instruções relativas às atividades;
- r) requerer material permanente e de consumo da Secretária;
- s) assinar, juntamente com o diretor, quando necessário, os documentos oficiais da escola;
- t) comunicar a direção toda irregularidade que venha ocorrer na secretaria;
- u) registrar e manter atualizado a documentação dos servidores da escola;
- v) conhecer a estrutura compreender e viabilizar o funcionamento das instâncias colegiadas na unidade escolar;
- w) zelar pelo uso adequado e conservação dos bens materiais distribuídos na secretaria;
- x) organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, circulares, resoluções e demais documentos;
- z) controlar os programas Censo Escolar, Frequência, Apóia, NISA, entre outros programas do MEC e FNDE;
- a1) auxiliar nas atividades extra curriculares realizadas pela escola e pela Secretaria de Educação;
- b1) ter sob sua guarda e responsabilidade livros, documentos, material e equipamentos da escola zelando por estes;
- c1) providenciar a documentação de alunos, professores e funcionários e ex-alunos, tais como históricos, declarações, atestados, requerimentos, ofícios, dentre outros;
- d1) garantir o repasse de informações a secretaria de educação, por meio de atualização do sistema de gestão escolar utilizado;
- e1) desenvolver todas as atividades atinentes ao cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Orientador Social**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Médio Concluso**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) mediar os processos grupais do serviço, sob orientação do órgão gestor;
- b) participar de planejamento, sistematizar e avaliar o serviço, juntamente com a equipe de trabalho responsável pela execução;
- c) atuar como referência para crianças/adolescentes e para os demais profissionais que desenvolvem atividades com o grupo sob sua responsabilidade;
- d) registrar a frequência e as ações desenvolvidas e encaminhar mensalmente as informações para o profissional de referência do CRAS;
- e) organizar e facilitar situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas e conteúdos dos serviços;
- f) coordenar oficinas esportivas, culturais e de lazer;
- g) identificar e encaminhar famílias para o técnico da equipe de referência do CRAS;
- h) identificar o perfil dos usuários e acompanhar a sua evolução nas atividades desenvolvidas;
- i) informar ao técnico da equipe de referência a identificação de contextos familiares e informações quanto ao desenvolvimento dos usuários em seus múltiplos aspectos (emotivos, de atitudes e outros);
- j) coordenar o desenvolvimento das atividades realizadas com os usuários;
- k) manter arquivo físico da documentação dos grupos, incluindo os formulários de registro das atividades e de acompanhamento dos usuários;
- l) realizar, sob orientação técnica dos profissionais do CRAS e com a participação dos jovens, o planejamento de programas voltados para os jovens;
- m) facilitar o processo de integração dos coletivos sob sua responsabilidade;
- n) mediar os processos em grupo, fomentando a participação democrática dos jovens e sua organização;
- o) desenvolver os conteúdos e atividades;
- p) avaliar o desempenho dos jovens no Serviço Socioeducativo;
- q) atuar como interlocutor do Serviço Socioeducativo junto às escolas dos jovens;
- r) participar, juntamente com o técnico de referência do CRAS, de reuniões com as famílias dos jovens;
- s) participar de reuniões sistemáticas e das capacitações; e,
- t) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo determinadas pela Coordenadoria do CRAS.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Fiscal de Tributos**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Médio Concluso**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) operacionalizar software de tributação realizando todos os cadastramentos necessários a correta cobrança das taxas e dos impostos municipais;
- b) executar a fiscalização dos registros do software e da documentação arquivada observando os tributos municipais;
- c) conferir os lançamentos dos parâmetros, variáveis e reajustes da cobrança dos impostos, taxas e contribuições e autorizar a cobrança;
- d) receber e solucionar reclamações e requerimentos de contribuintes;
- e) manter a atualização cadastral dos contribuintes e dos imóveis;
- f) realizar procedimentos fiscais administrativos e de diligências externas;
- g) enquadrar à regular cobrança os novos contribuintes ou as alterações cadastrais, de acordo com a legislação;
- h) acompanhar e analisar os relatórios de recolhimento dos impostos, taxas e contribuições;
- i) atender contribuintes na liberação de documentos, emissão de guias de cálculo de impostos e acessórios, solução de requerimentos e outros e auxílio no cumprimento de notificações;
- j) analisar, autorizar e recomendar o parcelamento de débitos fiscais;
- k) analisar, autorizar e recomendar a emissão da guia e valor do recolhimento do ITBI;
- l) analisar relatórios de transmissão imobiliária encaminhados por cartórios;
- m) realizar procedimentos fiscais em cartórios;
- n) realizar procedimentos fiscais em bancos, agentes bancários, casas lotéricas e correspondentes;
- o) efetuar diligências de verificação na emissão das Declarações Anuais de ICMS pelas empresas;
- p) fiscalizar os resultados de fixação de índices de participação dos municípios;
- q) emitir termos de ocorrência para verificação fiscal na suspeita de irregularidade no recolhimento de tributos;
- r) efetuar fiscalização nos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços no que diz respeito aos pagamentos das taxas e impostos sobre os serviços;
- s) emitir notificações fiscais e auto de infração;
- t) fiscalizar as construções no que diz respeito ao cumprimento da legislação e recolhimento de tributos;
- u) atualizar o cadastro imobiliário e econômico de novas construções e estabelecimentos para fins de tributação;
- v) fiscalizar o cumprimento das normas sanitárias nos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços;
- w) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Fiscal de Obras**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Médio Concluso**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio



**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, do Código de Posturas, do Código de Edificações, do Código de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- b) verificar a exatidão dos lançamentos efetuados nos cadastros de imóveis à vista dos documentos correspondentes;
- c) efetuar diligências para verificação de obras, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações;
- d) participar de procedimento de embargo de obra;
- e) notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais;
- f) localizar evasões ou obras clandestinas;
- g) atender consultas de caráter tributário, fiscal de posturas, edificações e zoneamento;
- h) cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano;
- i) executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do Crédito Tributário Municipal;
- j) emitir termos de ocorrência para verificação fiscal na suspeita de irregularidade no recolhimento de tributos;
- k) solicitar atualização do cadastro imobiliário e econômico de novas construções e estabelecimentos para fins de tributação;
- l) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Vigilante Sanitário**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Médio Concluído**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) coordenar as atividades de fiscalização sanitária do Município;
- b) realizar cursos de ensinamentos visando demonstrar a importância da fiscalização sanitária;
- c) atuar na área de vigilância sanitária em geral, no cumprimento dos regulamentos municipais, estaduais e federais;
- d) prestar assistência aos municípios e estabelecimentos comerciais às normas de vigilância e saúde ambiental;
- e) cadastrar os estabelecimentos comerciais e industriais;
- f) preencher formulários para concessão e renovação de alvará de estabelecimentos ou veículos que transportem alimentos;
- g) verificar se os estabelecimentos cumprem a legislação vigente, quanto à área física, presença de produtos fora da validade, higiene, temperatura (fria e quente), presença de medicamentos em estabelecimentos comerciais;
- h) conceder ou renovar alvará;
- i) percorrer os pontos estratégicos para captura da larva do mosquito Aedes;
- j) cadastrar os locais de abastecimento de água para o consumo humano, da população do município, colocando no cadastro do SISAGUA;
- k) coletar amostras de água para análise de flúor e exame microbiológico;
- l) controlar os reservatórios de água, para limpeza;
- m) fiscalizar de estabelecimentos comerciais e industriais;
- n) elaborar autos de infração e apreensão de mercadorias;
- o) prestar orientações por escrito;
- p) efetuar blitz nas vias públicas do Município, e outras que lhe for determinado;
- q) acompanhar e auxiliar o veterinário em inspeções;
- r) executar todas as atividades inerentes ao cargo, no cumprimento dos preceitos legais; e,
- s) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Agente Comunitário de Saúde**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Médio Concluído**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio



**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal;
- b) desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população registrada nas Unidades Básicas de Saúde, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais e coletividade;
- c) trabalhar com o registro de famílias na sua área geográfica de atuação (Microárea);
- d) estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando a promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;
- e) cadastrar todas as pessoas de sua área geográfica de atuação e manter os cadastros atualizados;
- f) orientar as famílias quanto à utilização dos serviços da saúde disponíveis;
- g) desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;
- h) acompanhar mensalmente, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe;
- i) identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
- j) promover educação em saúde e mobilização comunitária, visando uma melhor qualidade de vida mediante ações de saneamento e melhorias do meio ambiente;
- k) orientar as famílias para a utilização adequada dos serviços de saúde;
- l) informar aos demais membros da equipe de saúde acerca da dinâmica social da comunidade, suas disponibilidades e necessidades;
- m) participar no processo de programação e planejamento local das ações relativas ao território de abrangência da Unidade de Saúde da Família, com vistas a superação dos problemas identificados;
- n) desempenhar as atividades identificadas em Lei Federal específicas de atribuição do Agente Comunitário de Saúde; e,
- o) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Agente de Combate às Endemias

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal;
- b) desenvolver ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde;
- c) executar ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde;
- d) identificar casos suspeitos dos agravos e doenças agravos à saúde e encaminhar, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, comunicando o fato à autoridade sanitária responsável;
- e) divulgar informações para a comunidade sobre sinais e sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva;
- f) executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças;
- g) realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças;
- h) executar ações de prevenção e controle de doenças utilizando as medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores;
- i) executar ações de campo em projetos que visem avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças;
- j) registrar as informações referentes às atividades executadas de acordo com as normas do SUS;
- k) realizar identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais;
- l) mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores;
- m) executar outras atividades correlatas à sua função, determinadas pelo superior imediato;
- n) atuar junto aos domicílios informando seus moradores sobre a doença, sintomas, riscos e o agente transmissor;
- o) informar aos moradores sobre a importância da verificação da existência de larvas ou mosquitos transmissores da dengue na casa ou redondezas;
- p) vistoriar os cômodos da casa, acompanhado pelo morador, para identificar locais de existência de larvas ou mosquito transmissor da dengue;
- q) orientar a população sobre a forma de evitar e eliminar locais que possam oferecer risco para a formação de criadouros do *Aedes Aegypti*;
- r) promover reuniões com a comunidade para mobilizá-la para as ações de prevenção e controle da dengue;
- s) comunicar o Coordenador dos ESFs a existência de criadouros de larvas ou mosquitos transmissores da dengue, que dependam de tratamento químico, da intervenção da vigilância sanitária ou de outras intervenções do poder público;
- t) encaminhar os casos suspeitos de dengue à unidade de saúde mais próxima, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Saúde;
- u) desempenhar as atividades identificadas em Lei Federal específicas de atribuição do Agente Comunitário de Saúde; e,
- v) Desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Recepcionista

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Médio

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) recepcionar e prestar serviços de apoio a pessoas, pacientes e visitantes;
- b) prestar atendimento telefônico, dando informações ou buscando autorização para a entrada de pessoas;
- c) agendar serviços, atendimentos e consultas;
- d) organizar informações e planejar o trabalho do cotidiano;
- e) recepcionar visitantes, anunciando-os às pessoas ou áreas requisitadas e aguardando a autorização para encaminhamento ou comunicação de dispensa;
- f) prestar serviço de apoio, fornecendo informações gerais e procedendo ao bom encaminhamento;
- g) manter controle de todos os atendimentos efetuados;
- h) controlar a entrada e saída de pessoas;
- i) ser responsável pela guarda e controle de chaves;
- j) receber e interagir com o público, encaminhando as pessoas ao local desejado;
- k) efetuar registro e manter controle de todos os atendimentos efetuados, registrando nome, horários e assunto;
- l) receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa;
- m) manter-se atualizada sobre a Administração Municipal e todas as Secretarias Municipais; e,
- n) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Mecânico**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Fundamental Concluso**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Fundamental**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) executar serviços de mecânica em geral nos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal;
- b) supervisionar e executar a desmontagem, recuperação e montagem de componentes mecânicos dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal;
- c) executar a regulagem do motor;
- d) provisionar e solicitar materiais e ferramentas necessárias à execução dos seus serviços;
- e) proceder o controle individual de cada veículos, máquinas e equipamentos na frota municipal para a troca de óleo lubrificante, hidráulico, abastecimento, lubrificação e outros serviços;
- f) emitir relatório ao superior imediato das possíveis causas de estragos acontecidos com veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal;
- g) organizar seu local de trabalho e zelar pelos materiais e ferramentas de sua utilização;
- h) avaliar as condições dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal;
- i) identificar os defeitos mecânicos, orientar os reparos necessários e efetuar o conserto das máquinas e equipamentos, requisitando as peças para reposição, montando as máquinas, equipamentos e acessórios, conforme especificações do fabricante;
- j) efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
- k) orientar e treinar auxiliares quanto à técnica e processos de trabalho que necessitam de maior aperfeiçoamento;
- l) executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparo e ajustamento em motores de combustão e de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel e outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás carregadeiras e outros;
- m) demonstrar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburadores, mangas de eixo de transmissão, bombas de água, de gasolina, caixa de mudança, freio, rolamentos, embreagem, retentor, radiador, válvula diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, maneiros, bielas e pistões;
- n) desmontar, reparar, montar, ajustar, retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível;
- o) manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina, retificar cilindros, eixos, válvulas, relevos, comandos de válvula e buchas;
- p) executar a retirada de vazamento do óleo, limpeza de freios e troca e recuperação de peças danificadas;
- q) executar serviços de emergência no sistema elétrico tais como: troca de reles, instalações de faróis, recuperação chicotes danificados e outros;
- r) executar demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retifica de motores e outros que exijam mão-de-obra mais especializada; e,
- s) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Operador de Máquinas**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Fundamental Concluso**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Fundamental

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) executar serviços de preparos do solo para plantio;
- b) executar serviços de terraplanagem como: remoção, distribuição e nivelamento de superfícies, cortes de barrancos, acabamentos e outros;
- c) realizar serviços de reboque, escavação, cortes, aterros, carregamento de caminhões e basculantes;
- d) realizar serviços de compressão, nivelamento de camadas de terra, de brita, de asfalto com rolo compressor ou compactador;
- e) operar equipamentos rodoviários pesados como trator de esteira, motoniveladora, carregadeira, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador e outros similares;
- f) operar tratores de pequeno porte como trator agrícola e outros similares;
- g) providenciar o abastecimento de combustíveis, água e lubrificantes na máquina sob sua responsabilidade;
- h) efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- i) proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- j) zelar pela conservação e limpeza da máquina sob sua responsabilidade;
- k) comunicar seu superior imediato a ocorrência de qualquer irregularidade ou avaria no funcionamento das máquinas;
- l) verificar as condições do equipamento, examinando o estado do cabo do tambor, do freio e outros componentes para garantir o bom funcionamento e segurança;
- m) preencher o Diário de Bordo da máquina sob sua responsabilidade; e,
- n) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Motorista**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Fundamental Concluso**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Fundamental**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) dirigir veículos oficiais, transportando pessoas e cargas;
- b) dirigir veículos de transporte de carga, caminhões e ônibus, transportando materiais, equipamentos e pessoas;
- c) auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- d) proceder o mapeamento de viagens, identificando usuários, destino, quilometragem, horário de saída e chegada;
- e) tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- f) atender as necessidades de deslocamento a serviço registrando as ocorrências;
- g) providenciar o abastecimento de combustíveis, água e lubrificantes nos veículos, caminhões e ônibus sob sua responsabilidade;
- h) efetuar pequenos reparos nos veículos, caminhões e ônibus sob sua responsabilidade;
- i) proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- j) zelar pela conservação e limpeza nos veículos, caminhões e ônibus sob sua responsabilidade;
- k) comunicar seu superior imediato a ocorrência de qualquer irregularidade ou avaria no funcionamento nos veículos, caminhões e ônibus;
- l) verificar as condições dos veículos, caminhões e ônibus, para garantir o bom funcionamento e segurança;
- m) preencher o Diário de Bordo dos veículos, caminhões e ônibus sob sua responsabilidade;
- n) avaliar as condições dos veículos, caminhões e ônibus; e,
- o) Desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Encanador**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Fundamental Concluso**ATRIBUTO EXIGIDO:** Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Fundamental**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) executar trabalhos de limpeza, controle, manutenção da água e das instalações da hidráulica municipal, determinados pela chefia imediata, em conformidade com as necessidades municipais;
- b) zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos apontando possíveis consertos necessários, providenciando se for o caso e após autorizado, a sua execução;
- c) efetuar limpeza e higiene nas dependências internas e externas dos prédios e instalações da hidráulica municipal;
- d) executar a conservação, manutenção e consertos de redes de água potável;
- e) efetuar a leitura do consumo de água dos municípios, conforme a marcação dos hidrômetros;
- f) efetuar a correção da água, tornando-a potável para o consumo humano, após análises feitas com as devidas recomendações técnicas, feitas por profissional da área;
- g) executar manutenção e conservação dos produtos químicos utilizados para a purificação da água;
- h) apresentar relatório mensal ou quando solicitado, do material e produtos químicos necessários para a realização dos trabalhos e ou em estoque;
- i) auxiliar na instalação e manutenção de redes de esgoto e hidráulicas;
- j) efetuar manutenções em geral em instalações hidráulicas, conserto de vazamentos, danos no sifão, substituir louças e metais, limpeza de caixa de água, desentupir calha, ralo, vaso sanitário e caixa de gordura;
- k) controlar e solicitar substituição ou manutenção de sistema de combate a incêndio (extintores, mangueiras, sprinklers);
- l) desenvolver outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****CARGO:** Auxiliar Operacional**ESCOLARIDADE MÍNIMA:** Ensino Fundamental Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Fundamental

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) realizar trabalhos braçais em geral, isolados ou em grupo, em locais públicos determinados pela chefia imediata, fixa ou temporariamente, de conformidade com as necessidades;
- b) zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos públicos;
- c) apontar consertos necessários ao bom uso e conservação dos bens móveis, imóveis e suas instalações, providenciando se for o caso, seu conserto;
- d) efetuar pequenos consertos;
- e) realizar a coleta de resíduos em geral, limpeza, manutenção e conservação de áreas públicas verdes, jardins, placas, gramados, vias, logradouros, sarjetas, bueiros, edifícios, banheiros, garagens, veículos, máquinas, equipamentos, parques, praças, calçadas, canteiros, floreiras e cemitérios públicos;
- f) realizar tarefas de manutenção geral de pavimentação, assentamento e colocação de meio-fio;
- g) manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança dos edifícios;
- h) derrubar construções de alvenaria com equipamento adequado;
- i) requisitar material necessário a realização dos serviços;
- j) realizar serviços de ronda e relatar anormalidades encontradas;
- k) auxiliar os serviços de mecânica;
- l) executar serviços de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação dos veículos, máquinas e equipamentos;
- m) limpar e lavar os veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal;
- n) remover, transportar e arrumar móveis, máquinas e materiais diversos;
- o) receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do edifício;
- p) encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do edifício;
- q) executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do local de trabalho;
- r) efetuar limpeza nas dependências internas e externas de edifícios públicos;
- s) executar e auxiliar em serviços de copa com atendimento aos servidores;
- t) preparar e servir café, chá, água entre outros; e,
- u) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Faxineira/Merendeira

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Fundamental Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Fundamental

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

**I – Quanto a área de faxina:**

- a) realizar os serviços de limpeza e faxina da cozinha;
- b) zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do edifício;
- c) realizar e auxiliar nos serviços de limpeza e higienização nas dependências internas e externas do edifício, pátios, jardins, calçadas, parques, estacionamentos, ginásios, garagens e outros;
- d) receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do edifício;
- e) encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do edifício;
- f) relatar as anormalidades verificadas;
- g) auxiliar na organização de festas e eventos organizados pelas escolas;
- h) executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão;
- i) realizar trabalhos braçais em geral determinados pela chefia imediata;
- j) zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos públicos;
- k) apontar consertos necessários ao bom uso e conservação dos bens móveis, imóveis e suas instalações, providenciando se for o caso, seu conserto;
- l) efetuar pequenos consertos;
- m) requisitar material necessário à realização dos seus serviços;
- n) realizar serviços de ronda e relatar anormalidades encontradas;
- o) conservar os gramados, plantas, jardins e hortas dos prédios municipais;
- p) remover, transportar e arrumar móveis, máquinas e materiais diversos; e,
- q) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**II – Quanto a área de merenda escolar:**

- a) preparar lanches quentes, frios, refeições e sucos conforme recomendação técnica recebida;
- b) organizar e distribuir as refeições preparadas conforme a rotina estabelecida;
- c) higienizar, temperar, assar, refogar e cozinhar alimentos, atendendo as exigências do cardápio;
- d) registrar o número de merenda distribuída e efetua o controle do material existente;
- e) solicitar suprimento de material necessário à cozinha ou para a preparação dos alimentos;
- f) operar os diversos equipamentos de cozinha;
- g) zelar pelo estado de conservação, organização e limpeza dos alimentos, cozinha e despensa;
- h) orientar e distribuir as atividades de preparação de alimentos;
- i) controlar o estoque de todos os materiais de consumo, bens duráveis e patrimoniais;
- j) executar serviços de copa, cozinha com atendimento aos servidores e alunos;
- k) preparar e servir café, chá, água entre outros; e,
- l) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Vigia

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Fundamental Concluso

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Fundamental

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- a) realizar ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes;
- b) verificar se as portas, janelas, portões, a outras vias de acesso estão fechadas corretamente;
- c) controlar a movimentação de veículos, pessoas e materiais, fazendo as devidas anotações;
- d) comunicar por escrito ao superior imediato as ocorrências em seu setor;
- e) registrar sua passagem pelo posto de controle, acionando o relógio especial de ponto para comprovar a regularidade de sua ronda; e,
- f) Desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

## ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: Educador Físico NASF 20hs

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Educação Física

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- a) desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade;
- b) veicular informações que visam à prevenção, a minimização dos riscos e à proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado;
- c) incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais;
- d) proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/Práticas Corporais, nutrição e saúde juntamente com as ESF, sob a forma de co-participação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente;
- e) articular ações, de forma integrada às ESF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública;
- f) contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social e combate à violência;
- g) identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais, em conjunto com as ESF;
- h) capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde - ACS, para atuarem como facilitadores/monitores no desenvolvimento de Atividades Físicas/Práticas Corporais;
- i) supervisionar, de forma compartilhada e participativa, as atividades desenvolvidas pelas ESF na comunidade;
- promover ações ligadas à Atividade Física/Práticas Corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no território;
- j) escolas, creches etc;
- k) articular parcerias com outros setores da área adstrita, junto com as ESF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais;
- l) promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população; e,
- m) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

## ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: Assistente Social NASF 20hs

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Serviço Social

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- a) coordenar os trabalhos de caráter social adstritos às ESF;
- b) estimular e acompanhar o desenvolvimento de trabalhos de caráter comunitário em conjunto com as ESF;
- c) discutir e refletir permanentemente com as ESF a realidade social e as formas de organização social dos territórios, desenvolvendo estratégias de como lidar com suas adversidades e potencialidades;
- d) atender as famílias de forma integral, em conjunto com as ESF, estimulando a reflexão sobre o conhecimento dessas famílias, como espaços de desenvolvimento individual e grupal, sua dinâmica e crises potenciais;
- e) identificar no território, junto com as ESF, valores e normas culturais das famílias e da comunidade que possam contribuir para o processo de adoecimento;
- f) discutir e realizar visitas domiciliares com as ESF, desenvolvendo técnicas para qualificar essa ação de saúde;
- g) possibilitar e compartilhar técnicas que identifiquem oportunidades de geração de renda e desenvolvimento sustentável na comunidade, ou de estratégias que propiciem o exercício da cidadania em sua plenitude, com as ESF e a comunidade;
- h) identificar, articular e disponibilizar com as ESF uma rede de proteção social;
- i) apoiar e desenvolver técnicas de educação e mobilização em saúde;
- j) desenvolver junto com os profissionais das ESF estratégias para identificar e abordar problemas vinculados à violência, ao abuso de álcool e a outras drogas;
- k) estimular e acompanhar as ações de Controle Social em conjunto com as ESF;
- l) capacitar, orientar e organizar, junto com as ESF, o acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família e outros programas federais e estaduais de distribuição de renda;
- m) no âmbito do Serviço Social, identificar as necessidades e realizar as ações necessárias ao acesso à Oxigenioterapia;
- n) emitir pareceres sobre questões que lhe forem submetidas; e,
- o) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

## ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS



CARGO: Fisioterapeuta NASF 20hs

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Fisioterapia

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- a) realizar diagnóstico, com levantamento dos problemas de saúde que requeiram ações de prevenção de deficiências e das necessidades em termos de reabilitação, na área adstrita às ESF;
- b) desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as ESF incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidados com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, amamentação, controle do ruído, com vistas ao autocuidado;
- c) desenvolver ações para subsidiar o trabalho das ESF no que diz respeito ao desenvolvimento infantil;
- d) desenvolver ações conjuntas com as ESF visando ao acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento;
- e) realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos;
- f) acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento, acompanhamento, de acordo com a necessidade dos usuários e a capacidade instalada das ESF;
- g) desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos;
- h) desenvolver ações integradas aos equipamentos sociais existentes, como escolas, creches, pastorais, entre outros;
- i) realizar visitas domiciliares para orientações, adaptações e acompanhamentos;
- j) capacitar, orientar e dar suporte às ações dos ACS;
- k) realizar, em conjunto com as ESF, discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares;
- l) desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência;
- m) orientar e informar as pessoas com deficiência, cuidadores e ACS sobre manuseio, posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desempenho funcional frente às características específicas de cada indivíduo;
- n) desenvolver ações de Reabilitação Baseada na Comunidade - RBC que pressuponham valorização do potencial da comunidade, concebendo todas as pessoas como agentes do processo de reabilitação e inclusão;
- o) acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnóstico, para o manejo das situações oriundas da deficiência de um de seus componentes;
- p) acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos quando necessário;
- q) realizar encaminhamento e acompanhamento das indicações e concessões de órteses, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde;
- r) realizar ações que facilitem a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência;
- s) emitir pareceres sobre questões que lhe forem submetidas; e,
- t) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

## ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: Fonoaudióloga NASF 20hs

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Fonoaudiologia

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

- a) realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional;
- b) participar de equipes multiprofissionais destinadas ao planejamento, à implementação, ao controle e a execução de projetos e programas de ações básicas de saúde correlatas ao ESF;
- c) realizar diagnóstico da área do ESF;
- d) discussões de casos e das ações executadas e a serem executadas entre ESF e NASF;
- e) acolhimento e humanização nas ações do NASF;
- f) elaborar e executar projetos terapêuticos;
- g) promover e participar de estudos e pesquisas voltados a inserção de protocolos da sua área de atuação, nas ações básicas de saúde;
- h) participar do planejamento e execução de treinamentos e reciclagens de recursos humanos em saúde;
- i) participar de equipes interdisciplinares para criação de dispositivos terapêuticos, articulando ações tanto individuais quanto coletivas, cujo objetivo é tratar e monitorar os processos de adoecimento e a participação social; e,
- j) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

## ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: Psicóloga NASF 20hs

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluso em Psicologia

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional;
- b) apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, pacientes atendidos nos CAPS, tentativas de suicídio, situações de violência intrafamiliar;
- c) discutir com as ESF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas;
- d) criar, em conjunto com as ESF, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando à redução de danos e à melhoria da qualidade do cuidado dos grupos de maior vulnerabilidade;
- e) evitar práticas que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos à psiquiatrização e à medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana;
- f) fomentar ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não-manicomial, diminuindo o preconceito e a segregação em relação à loucura;
- g) desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial - conselhos tutelares, associações de bairro, grupos de autoajuda etc;
- h) priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade;
- i) possibilitar a integração dos agentes redutores de danos aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família;
- j) ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração;
- k) emitir pareceres sobre questões que lhe forem submetidas; e,
- l) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO V – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: Nutricionista NASF 20hs

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Superior Concluído em Nutrição

ATRIBUTO EXIGIDO: Certificado/Diploma de Conclusão de Curso de Ensino Superior e Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

- a) conhecer e estimular a produção e o consumo dos alimentos saudáveis produzidos regionalmente;
- b) promover a articulação intersetorial para viabilizar o cultivo de hortas e pomares comunitários;
- c) capacitar ESF e participar de ações vinculadas aos programas de controle e prevenção dos distúrbios nutricionais como carências por micronutrientes, sobrepeso, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e desnutrição;
- d) elaborar em conjunto com as ESF, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à Alimentação e Nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e a contra-referência do atendimento;
- e) emitir pareceres sobre questões que lhe forem submetidas; e,
- f) desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**LEI Nº 1288/2018**

Publicação Nº 1775198

LEI Nº 1.288, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2018, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso I, do art. 68, da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º Ficam alteradas a Lei Municipal nº 1.251/2017, de 26/12/2017 que dispõe sobre o Plano Plurianual 2018-2021, a Lei Municipal nº 1.252/2017, de 26/12/2017, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária 2018 e a Lei Municipal nº 1.253/2017, de 26/12/2017, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2018, de acordo com os prescritos nesta Lei.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 267.000,00 (duzentos e sessenta e sete mil reais), a seguir:

R\$

06.01.12.361.0001.2.009 Gestão dos Serviços do Ensino Fundamental	
(24)3.1.90.00.00.00.2001 Aplicações Diretas	110.000,00
Superávit de Recursos Ordinários de Educação Próprios	
06.02.27.812.0005.2.017 Gestão dos Serviços do Esporte e Lazer	
(45)3.1.90.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	27.000,00
Recursos Ordinários Próprios	
09.01.06.122.0015.2.025 Gestão dos Serviços do Corpo de Bombeiros Militar	
(78)3.3.90.00.00.00.1043 Aplicações Diretas	15.000,00
Recursos do Corpo de Bombeiros Militar (cc=108.635-9)	
(108)3.3.90.00.00.00.2043 Aplicações Diretas	10.000,00
Superávit de Recursos do Corpo de Bombeiros Militar (cc=108.635-9)	
10.01.08.244.0003.2.036 Gestão dos Serviços do CRAS	
(6)3.1.90.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	65.000,00
Recursos Ordinários Próprios	



3.1.90.00.00.00.00.2052 Aplicações Diretas Superávit de Recursos do CRAS Federal (cc=108.899-8)	15.000,00
10.01.08.243.0003.2.037 Gestão dos Serviços do SCFV Federal	
(9)3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas Recursos Ordinários Próprios	25.000,00
Total da Suplementação	267.000,00

Art. 3º Para cobertura do Crédito aberto neste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes das seguintes fontes:

R\$

07.01.20.605.0008.1.009 Equipar os Serviços Agropecuários	
(52)4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas Recursos Ordinários Próprios	117.000,00
09.01.06.122.0015.1.011 Equipar os Serviços do Corpo de Bombeiros Militar	
(75)4.4.90.00.00.00.00.1043 Aplicações Diretas Recursos do Corpo de Bombeiros Militar (cc=108.635-9)	15.000,00
(107)4.4.90.00.00.00.00.2043 Aplicações Diretas Superávit de Recursos do Corpo de Bombeiros Militar (cc=108.635-9)	10.000,00
10.01.08.244.0003.2.036 Gestão dos Serviços do CRAS	
(22)3.3.90.00.00.00.00.2052 Aplicações Diretas Superávit de Recursos do CRAS Federal (cc=108.899-8)	15.000,00
Total da Suplementação	267.000,00

Art. 4º Para complementação da cobertura do Crédito aberto neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso I, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2017, na importância de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), oriundos do Recurso nº 2001 – Superávit de Recursos Ordinários Educação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 17 de outubro de 2018.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 297 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774916

PORTARIA Nº 297 de 16 de outubro de 2018.  
Concede adiantamento e das outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento ao servidor. Andre Igor Lazarotto matrícula nº425102, ocupante do cargo de Assessor de Administração e Planejamento, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$200,00 (duzentos reais), conforme Memorando nº022/2018 da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA 16 de outubro de 2018.  
Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

### PORTARIA Nº 298, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1774919

PORTARIA Nº 298, de 16 de outubro de 2018.

“Concede diária e das outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.  
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 ( meia) diária ao servidor Davi Zacaron, Matrícula nº 415601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Cascavel/PR, conforme Memorando Nº058/2018 e Roteiro de Viagem nº45/2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 16 de outubro de 2018.  
Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

### RESOLUÇÃO Nº 0004/2018 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1774351

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Resolução de Convocação da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Resolução Nº 0004/2018 de 16 de outubro de 2018

Dispõe sobre a convocação da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Barra Bonita e dá outras providências

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Barra Bonita, no uso de suas atribuições legais e considerando

a necessidade de dar cumprimento ao disposto no artigo Art. 5º e Art. 6º da Lei nº 644/2012 e Lei nº 652/2012, e ata 100/2018), resolve:

Artigo 1º - Convocar a IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a finalidade de realizar um debate que constituirá a base para análise da atual conjuntura da política de atendimento a criança e ao adolescente, seu planejamento a curto, médio e longo prazo.

Artigo 2º - A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada no município de Barra Bonita no dia 18 de outubro de 2018, a partir das 13hs no Centro de Múltiplo uso do município.

Artigo 3º - O evento terá como tema geral: "Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências".

Artigo 4º - O município durante a Conferência Municipal elegerá delegados para participação na Conferência Regional/Estadual, conforme critério definido no Regimento Interno da Conferência.

Artigo 5º - Para organização do processo de realização da IV Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente fica criado a comissão municipal da Conferência Municipal, sendo composta por:

- Representante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, representante governamental;
- Representante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, representante sociedade civil;
- Representante do Conselho Tutelar;
- Representante de Adolescentes;

Artigo 6º - Fica delegado diretoria do CMDCAS com aprovação dos demais membros a adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta resolução.

Artigo 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita, 16 de outubro de 2018.

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barra Bonita

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 084/2018 PMBV

Publicação Nº 1774673

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2018 - PMBV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2018 - PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2018-PMBV

Contratada: SANTIAGO &amp; CINTRA IMP. E EXP. LTDA

Objeto: Aquisição de equipamento do tipo VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), para elaboração de plano de vô e geoprocessamento de imagens aéreas, com a finalidade de atualização cadastral do Município, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

Valor da Ata: R\$ 106.900,00

Data de Assinatura: 01/10/2018

Data de Vencimento: 01/10/2019

Barra Velha, 01 de outubro de 2018

VINICIUS CANHOLI MALDONADO

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

### ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 004/2018 FMAS

Publicação Nº 1775212

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 007/2018 – Pregão Presencial nº 004/2018 FMAS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ERRATA 01

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço LOTE, para contratação de serviço e aquisição de matérias destinados a execução da 2ª EDIÇÃO PROJETO NATAL MÁGICO desenvolvido pelo CRAS em parceria com FUMTEC do município de Barra, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 19/10/2018 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 19/10/2018 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Danielli Alves Lacerda. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 15 de outubro de 2018. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

### PREGÃO PRESENCIAL 056/2018 PMBV

Publicação Nº 1774877

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 072/2018 – Pregão Presencial nº 056/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço LOTE, para aquisição de apólices de seguros para a frota de veículos da Secretaria de Educação, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 29/10/2018 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 29/10/2018 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Danielli Alves Lacerda. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 15 de outubro de 2018. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

**PREGÃO PRESENCIAL 057/2018 PMBV**

Publicação Nº 1774879

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 073/2018 – Pregão Presencial nº 057/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço LOTE, para contratação de empresa especializada para realização de processo seletivo, envolvendo todo o trâmite necessário, desde a efetivação de inscrições, preparação e aplicação das provas, elaboração e divulgação da lista de classificação geral de candidatos e respostas aos questionamentos que porventura venham a existir, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 29/10/2018 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 29/10/2018 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Danielli Alves Lacerda. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 15 de outubro de 2018. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

**CÂMARA MUNICIPAL****1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO 009/2018**

Publicação Nº 1775311

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA-SC

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº009/2018  
OBJETO E VALOR

Contrato nº: 009/2018

Fornecedor: Auto Mecânica Llev Ltda

CNPJ: 08.778.010/0001-64

Data de Assinatura: 15 de outubro de 2018.

Vigência de: 15 de outubro de 2018 a 20 de fevereiro de 2019.

Valor: R\$ 1.058,00 (Um mil e cinquenta e oito reais).

Recursos: [2018] 442 - 01.001.2112.333903039000000.01000000 Material para a manutenção de veículos

[2018] 442 - 01.001.2112.333903919000000.01000000 Manutenção e Conservação de Veículos

Processo Administrativo: 008/2018

Modalidade: Pregão Presencial 004/2018

Objeto: Contratação de serviços especializados de manutenção corretiva e preventiva em veículo oficial da Câmara de Vereadores de Barra Velha/SC, incluso retífica de motor e o fornecimento de peças.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara de Vereadores

Charles Saint Clair Heil

Advogado - OAB/SC 12.629

**Benedito Novo****PREFEITURA****2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2018**

Publicação Nº 1774376

**PUBLICAÇÕES LEGAIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2018

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Lote 1: PLACAS DE SINALIZACAO			
SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZACAO VIARIA LTDA EPP			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	PLACA DE SINALIZAÇÃO TIPO REGULAMENTAÇÃO E/OU ADVERTÊNCIA, CONFECCIONADAS EM CHAPA GALVANIZADA Nº 18 E/OU ESPESSURA DE 1,25MM DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 6591. TOTALMENTE REFLETIVAS COM APLICAÇÃO DE ADESIVO GRAU TÉCNICO PRISMÁTICO TIPO I-A ATENDENDO A NORMA ABNT/NBR 14.644/2013. FUNDO DA PLACA PINTADO COM TINTA EPÓXI NA COR PRETA FOSCA. AS DIMENSÕES DAS PLACAS E O CONTEÚDO SERÃO DEFINIDAS NO MOMENTO DA AQUISIÇÃO. SEM IMPLANTAÇÃO.	SINACON	164,00
2	PLACA DE SINALIZAÇÃO TIPO AUXILIARES, EDUCATIVAS, INDICATIVAS E/OU LOGRADOUROS, CONFECCIONADAS EM CHAPA GALVANIZADA Nº 18 E/OU ESPESSURA DE 1,25MM DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 6591. TOTALMENTE REFLETIVAS COM APLICAÇÃO DE ADESIVO GRAU TÉCNICO PRISMÁTICO TIPO I-A ATENDENDO A NORMA ABNT/NBR 14.644/2013. FUNDO DA PLACA PINTADO COM TINTA EPÓXI NA COR PRETA FOSCA. AS DIMENSÕES DAS PLACAS E O CONTEÚDO SERÃO DEFINIDAS NO MOMENTO DA AQUISIÇÃO. SEM IMPLANTAÇÃO.	SINACON	164,00
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
2	TUBO DE AÇO GALVANIZADO A FOGO, NAS DIMENSÕES DE 50,80X2,65X3,00MM DE ACORDO COM A NORMA ABNT/NBR 8261. A PARTE SUPERIOR DO TUBO DEVERÁ SER FECHADA AFIM DE EVITAR ACUMULO INTERNO DE ÁGUA E POSSUIR SISTEMA ANTIGIRO. ACOMPANHAR CONJUNTO DE FIXADORES (PORCAS, PARAFUSOS E ARRUELAS). SEM IMPLANTAÇÃO.	SINACON	73,40

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 21 de junho de 2018 a 21 de junho de 2019.

Benedito Novo (SC), 21 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2018**

Publicação Nº 1774378

**PUBLICAÇÕES LEGAIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2018

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES TEXTIL PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE E NO CORPO DE BOMBEIROS

PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI EPP			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
8	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5: CONSTITUÍDA DE TECIDO 100% ALGODÃO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM2, PESO MINIMO DE 500GR POR PACOTE MEDINDO 15 CM X 30 CM QUANDO ABERTA, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR 7,5 CM X 7,5 CM QUANDO DOBRADA, COM AS BORDAS VOLTADAS PARA PARTE INTERNA E SEM FIOS SOLTOS. A COMPRESSA DEVERÁ TER BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SER MACIA, ISENTA DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTES ÓPTICOS, OU SUBSTÂNCIAS ALERGÊNICAS. PACOTES COM 500 UNIDADES, NÃO ESTÉRIL. COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO, PERMITA A ABERTURA E TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA, DENTRO DAS NORMAS DA ABNT NBR 13843. VALIDADE DO PRODUTO: 60 MESES, CONTER NUMERO DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICACAO E PROCESSAMENTO CONFORME PORTARIA INMETRO 106/2003	MEDI HOUSE	19,00

10	COMPRESSA DE GAZE EM ROLO TIPO QUEIJO, MEDINDO 91X91CM, COM 13 FIOS POR CM2, NAO ESTERIL, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODAO, PESO MÍNIMO DE 1.700KG POR ROLO, 04 DOBRAS, 08 CAMADAS, TEXTURA UNIFORME, ADEQUADA, ALVEJADA E HIDROFILIZADA, ISENTA DE RESÍDUOS, MANCHAS, FALHAS, DEVEM SER BRANQUEADAS, PURIFICADAS, ISENTA DE ALVEJANTE OPTICO E AMIDO, POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0 APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR OU IGUAL A 15 SEGUNDOS, SEM FILAMENTO RADIOPACO, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14108, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLASTICA COM 01 UNIDADE, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO. VALIDADE DO PRODUTO: 60 MESES, CONTER NUMERO DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA CONFORME PORTARIA INMETRO 106/2003	MEDI HOUSE	67,00
----	---	------------	-------

## MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
6	CAMPO OPERATORIO MEDINDO 45CM X 50CM, CONFECCIONADA COM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO QUÁDRUPLO, SOBREPOSTO TIPO TELA, FIXADAS ENTRE SI, DE FORMA A EVITAR DESLIZAMENTO DAS CAMADAS, COM NO MÍNIMO 26 G POR UNIDADE, POSSUIR COSTURAS PARA EVITAR DESFIAMENTO DAS LATERAIS E DISPOSITIVOS PARA FIXAÇÃO EM FORMA DE CADARÇO DUPLO, FORMANDO UMA ALÇA, ISENTA DE SUBSTANCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS, ALVEJANTES ÓPTICOS, MANCHAS, IMPUREZAS, FIOS SOLTOS, RASGOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS EM PACOTES COM 50 UNIDADES. CONFORME NORMAS ABNT NBR 14767. VALIDADE: 60 MESES	ALPHAMED	59,90
9	COMPRESSA DE GAZE 10 X 10: CONSTITUÍDA DE TECIDO 100% ALGODÃO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM2, PESO MINIMO DE 900GR POR PACOTE MEDINDO 20 CM X 40 CM QUANDO ABERTA, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR 10 CM X 10 CM QUANDO DOBRADA, COM AS BORDAS VOLTADAS PARA PARTE INTERNA E SEM FIOS SOLTOS. A COMPRESSA DEVERÁ TER BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SER MACIA, ISENTA DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTES ÓPTICOS, OU SUBSTÂNCIAS ALERGÊNICAS. PACOTES COM 500 UNIDADES, NÃO ESTÉRIL. COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO, PERMITA A ABERTURA E TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA, DENTRO DAS NORMAS DA ABNT NBR 13843. VALIDADE DO PRODUTO: 60 MESES, CONTER NUMERO DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA CONFORME PORTARIA INMETRO 106/2003	MEDI HOUSE	34,98

PRazo DE VIGÊNCIA DA ATA: 27 de junho de 2018 a 27 de junho de 2019.

Benedito Novo (SC), 27 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

### 3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 7/2018

Publicação Nº 1774448

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA UTILIZAÇÃO NA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

INSTALADORA ELETRICA INDAIAL LTDA.			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
17	PARAFUSO MAQUINA 16 X 250MM COM PORCA GALVANIZADA A FOGO	PML	4,90
18	PARAFUSO MAQUINA 16 X 400MM COM PORCA, GALVANIZADO A FOGO	PML	6,70
19	PARAFUSO MAQUINA 16 X 300MM COM PORCA, GALVANIZADO A FOGO	PML	5,70
22	ARRUELA QUADRADA 18 X 50 X 50 MM	PML	0,50
26	SOQUETE BOCAL E-40, DE PORCELANA VITRIFICADA. CONTATOS EM LATAO OU COBRE NIQUELADO, COM DOIS APERTOS. DE FIXACAO PROPRIA PARA LUMINARIAS. TENSÃO MINIMA 250V. CORRENTE MAXIMA 15A, DE ACORDO COM AS NBR5033/NBR 5112	DECORLUX	4,90

SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
6	CONECTOR TIPO CUNHA - TIPO III (PRODUTO NOVO, SEMUSO E HOMOLOGADO CELESC)	JOARP TIPO III	1,40
7	CONECTOR TIPO CUNHA - TIPO II (PRODUTO NOVO, SEM USO E HOMOLOGADO CELESC)	JOARP TIPO II	2,00
15	REATOR VAPOR SODIO DE 150W, 220V, BAIXA PERDA, MAXIMA 15W, USO EXTERNO, GALVANIZADO A FOGO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO, FATOR POTENCIA MAIORQUE 0,92, DEMAIS CARACTERISTICAS CONFORME ESPECIFICACOES NA E/313.0001/IP/21 (PRODUTO NOVO, SEM USO E HOMOLOGADO CELESC)	IDEAL SO-150EA26PRO	51,15
16	REATOR VAPOR DE SODIO DE 250W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA >0,92. GARANTIA MINIMA: 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGIVEL NO CORPO DOREATOR. (PRODUTO NOVO, SEM USO E HOMOLOGADO CELESC)	IDEAL SO-250EA26PRO	61,00



23	FIO FLEXIVEL 2,5MM PRETO	SIL FLEX	0,80
24	FIO FLEXIVEL 2,5MM AZUL	SIL FLEX	0,80

ARMANDO LUCCA EPP			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
4	BRACO PARA ILUMINACAO PUBLICA, GALVANIZADO POR IMERSAO A QUENTE COM CAMADA DE 100 MICRAS DE MEDIA E86 NO PONTO MINIMO, COM 3.000MM DE COMPRIMENTO, CURVO E ESPESSURA DA CHAPA 3,00MM. DIAMETRO Ø EXTERNO: TUBO DE 46 A 49,0MM, SEM SAPATA DE FIXACAO. POSSUIR FURO PARA DOIS PARAFUSOS 16MM (PRODUTO NOVO, SEM USO E HOMOLOGADO CELESC)	TAKT GTN	85,00
27	LUMINARIA PUBLICA EM ALUMINIO ANODIZADO (INTERIORE EXTERIOR). PARA USO EXTERNO, POTENCIA DE 70/150W. FECHADA COM POLICARBONATO. COM SOQUETE E-27. FECHO EM ACO INOXIDAVEL, QUE PERMITE O FECHAMENTO DAPARTE SUPERIOR E INFERIOR COM ALTA PRESSAO PARA BRACO 1000MMXØ25,4MM (PRODUTO NOVO E SEM USO)	TAKT GTN	66,90
28	LUMINARIA PUBLICA EM ALUMINIO ANODIZADO (INTERIORE EXTERIOR). PARA USO EXTERNO. POTENCIA DE 250/400W. FECHADA COM POLICARBONATO. COM SOQUETE E-40. FECHO EM ACO INOXIDAVEL, QUE PERMITE O FECHAMENTO DA PARTE SUPERIOR E INFERIOR COM ALTA PRESSAO PARA BRACO 3000MMXØ49,0MM (PRODUTO NOVO E SEM USO)	TAKT GTN	88,00

ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
5	CHAVE AUTOMATICA PARA COMANDO DE ILUMINACAO PUBLICA. INVOLUCRO EM ALUMINIO COM TOMADA EMBUTIDA PARA INSTALACAO DE RELE FOTOELETRICO. BASE GIRATORIA 360°. CONTATOS DE CARGA NF PARA UTILIZACAO DE RELE FOTOELETRICO COM SAIDA LIGADA DURANTE A NOITE. SUPORTE DE FIXACAO EM ACO CARBONO GALVANIZADO A FOGO POR IMERSAO A QUENTE. PROTECAO ATRAVES DE DISJUNTOR DE 1X50 AMPERES. TENSÃO NOMINAL DE 250 VOLTS. (PRODUTO NOVO E SEM USO)	EXATRON	140,00
9	FITA ISOLANTE MEDIDAS APROXIMADAS: 19MMX20M	SOPRANO	3,30
10	LAMPADA VAPOR DE SODIO DE 150W. BULBO TUBULAR. CLARA. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 17.290 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR: 2.000K. (PRODUTO NOVO, SEM USO E HOMOLOGADO CELESC)	EMPALUX	19,70
11	LAMPADA VAPOR DE SODIO DE 250W. BULBO TUBULAR. CLARA. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 33.000 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR: 2.000K. (PRODUTO NOVO, SEM USO E HOMOLOGADO CELESC)	EMPALUX	22,50
13	LAMPADA VAPOR DE SODIO DE 70W. BULBO OVOIDE. LEITOSA. BASE E-27. FLUXO LUMINOSO 6.600 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR: 2.000K. (PRODUTO NOVO, SEM USO E HOMOLOGADO CELESC)	EMPALUX	14,00
20	PARAFUSO FRANCES 16 X 50MM, GALVANIZADO A FOGO	MILANO	1,92
21	PORCA QUADRADA 16MM, GALVANIZADO A FOGO	MILANO	0,81
25	SOQUETE BOCAL E-27, DE PORCELANA VITRIFICADA. CONTATOS EM LATAO OU COBRE NIQUELADO, COM DOIS APERTOS. DE FIXACAO PROPRIA PARA LUMINARIAS. TENSÃO MINIMA 250V. CORRENTE MAXIMA 10A, DE ACORDO COM AS NBR5033/NBR 5112	DECORLUX	1,89

CENTRAL ELÉTRICA VALE DO ITAJAÍ EIRELI			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	BASE PARA RELE FOTOELETRICO 10A, TIPO BAQUELITE OU MATERIAL EQUIVALENTE, DEVENDO OPERAR A TEMPERATURA DE -5°C A +70°C. CONTATOS DE ENCAIXE EM LATAO OU MATERIAL EQUIVALENTE, ALCA DE FIXACAO DE ACO GALVANIZADO A FOGO, PERMITE GIRO DA TOMADA EM 360°, QUE SUPORTE NO MINIMO A CORRENTE DE 10A (PRODUTO NOVO, SEM USO E HOMOLOGADO CELESC)	TECNO LINSA	5,97
2	RELE FOTOELETRONICO PARA COMANDO DE ILUMINACAO PUBLICA, DE CORRENTE ALTERNADA 220V. FREQUENCIA 50/60HZ. CONSTITUIDO DE TAMPA EM POLICARBONATO ESTABILIZADO CONTRA O RAIOS ULTRAVIOLETA. PINOS DE CONTATOEM LATAO FIXADOS NA PARTE INFERIOR E SELADOS. CONTATOS DE CARGA DE ALTA DURABILIDADE, SUPERIOR A 15.000 OPERACOES. TIPO NF EM OPERACAO. SENSOR FOTOELETRICO FOTOTRANSISTOR DE ALTA SENSIBILIDADE. FAIXA DE OPERACAO 3 A 20LUX PARA DESLIGAR. RELACAO DESLIGA/LIGA 1,2 A 4 DE ACORDO COM A ABNT NBR 5123/98. - TENSÃO DE OPERACAO 105 A 305V AUTOMATICO. TEMPERATURA DE TRABALHO -5°C A 50°C. CONSUMO MAXIMO 0,9W IP 67. ACIONAMENTO COM RETARDO DE 5 SEGUNDOS. GARANTIA MINIMA: 10 ANOS, GRAVADO NO CORPO DO RELE DE FORMA INDELEVEL (PRODUTO NOVO, SEM USO E HOMOLOGADO CELESC)	TECNO LINSA	13,19
3	BRACO PARA ILUMINACAO PUBLICA 1 METRO-RETO, GALVANIZADO POR IMERSAO A QUENTE COM CAMADA DE 100 MICRAS DE MEDIA E 86 NO PONTO MINIMO. COM SAPATA ESTAMPADA. DIAMETRO: TUBO Ø 25,4MM. ESPESSURA DA CHAPA 1,9MM (PRODUTO NOVO, SEM USO E HOMOLOGADO CELESC)	OLIVO	17,90
8	CONECTOR PARALELO 1PF	INTELLI	2,00
12	LAMPADA DE VAPOR MERCURIO DE 80W, 220V, BULBO OVOIDE, SILICA, BASE E-27, GARANTIA DE FLUXO LUMINOSO DE NO MINIMO 3.800 LUMENS, VIDA UTIL APROXIMADA DE 24.000 HORAS DE FUNCIONAMENTO (PRODUTO NOVO E SEM USO)	GLIGHT	10,18
14	REATOR VAPOR DE SODIO DE 70W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA MAIOR QUE 0,92. GARANTIA MINIMA: 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGIVEL NO CORPO DO REATOR. (PRODUTO NOVO, SEM USO E HOMOLOGADO CELESC)	DEMAPE	36,45

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 22 de março de 2018 a 22 de março de 2019.

Benedito Novo (SC), 22 de março de 2018.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

### 3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 8 A 15/2018

Publicação Nº 1774452

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2018

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ESCRITÓRIO PARA OS DIVERSOS SETORES

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI ME - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2018			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
2	BLOQUINHOS TIPO POST-IT COLORIDO (QUATRO CORES), DIMENSOES MINIMAS DO BLOQUINHO 38MM X 50MM, 100 FOLHAS CADA BLOQUINHO, PACOTE COM 4 BLOQUINHOS	LYKE	2,00
3	BLOQUINHOS TIPO POST-IT, DIMENSOES MINIMAS DO BLOQUINHO 38MM X 50MM, 100 FOLHAS CADA BLOQUINHO, COR AMARELA, PACOTE COM 4 BLOQUINHOS	LYKE	2,00
5	BORRACHA BRANCA COM CAPA PLASTICA PROTETORA, CAPAPLASTICA CORES DIVERSAS (AMARELO, AZUL, VERDE OU VERMELHO), DIMENSOES MINIMAS DA BORRACHA SEM A CAPA PLASTICA PROTETORA 5,6CMX 3,6CM X 1,4CM	JOCAR	0,50

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2018			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
7	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO CONFECCIONADA EM PAPELAOKRAFT, COM ETIQUETA DE IDENTIFICACAO IMPRESSA NA CAIXA, DIMENSOES INTERNAS MINIMAS 350MM X 135MM X 240MM	SIED SCHLAG	1,40
14	CLIPS GALVANIZADO NUMERO 2/0, CAIXA COM PESO MINIMO DE 500G	XR	4,65
18	COLA BRANCA LIQUIDA, TUBO COM PESO MINIMO DE 110G, LAVAVEL E NAO-TOXICA, COM CERTIFICACAO DO INMETRO, BICO EFICAZ CONTRA ENTUPIMENTOS E VAZAMENTOS	PIRATI NINGA	1,15
20	COLCHETE LATONADO TAMANHO Nº 10, CABEÇA 12MM, COMPRIMENTO 50MM, CAIXA COM 72 UNDIDAS	BACCHI	5,00
21	CORRETIVO Á BASE DE ÁGUA, TUBO COM 18ML LAVÁVEL, NÃO RESSECAVEL, NÃO TÓXICO E SEM CHEIRO	RADEX	1,00
32	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, DIMENSCOE MINIMAS 45MM X 45M	EUROCEL	1,99
36	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/13 GALVANIZADO, CAIXA COM 5.000 GRAMPOS	BRW	15,00
37	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 GALVANIZADO, CAIXA COM 5.000 GRAMPOS	JOCAR	2,50
39	LIVRO ATA, SEM MARGEM, CAPA DURA NA COR PRETA, 100 FOLHAS PAUTADAS, DIMENSOES MINIMAS 210MM X 300MM	P.B	10,00
40	LIVRO ATA, SEM MARGEM, CAPA DURA NA COR PRETA, 50 FOLHAS PAUTADAS, DIMENSOES MINIMAS 210MM X 300MM	P.B	8,00
41	LIVRO DE PROTOCOLO DE CORRESPONDENCIA, 100 FOLHAS, CAPA DURA DE PAPELAO, DIMENSOES MINIMAS 160MM X 220MM, COR PRETO OU AZUL	FORONI	8,30
48	PAPEL KRAFT NATURAL (PAPEL PARDO), 80G, DIMENSÕES MÍNIMAS 60CM X 150M, PESO APROXIMADO 7KG	TRENTTO	65,00
50	PASTA ARGOLADA	DAC	20,00
53	PASTA PLASTICA (MEDIA 18MM), TAMANHO OFICIO, COM ABAS, DIMENSOES: 245MM X 18MM X 335MM, COM ELASTICO, DIVERSAS CORES	ACP	1,50
54	PASTA PLASTICA (MEDIA 20MM), TAMANHO OFICIO, COM ABAS, DIMENSOES: 245MM X 18MM X 335MM, COM ELASTICO, DIVERSAS CORES	ACP	1,90
55	PASTA PLASTICA (MEDIA 40MM), TAMANHO OFICIO, COM ABAS, DIMENSOES: 245MM X 18MM X 335MM, COM ELASTICO, DIVERSAS CORES	ACP	2,00
67	PRENDEDOR DE PAPEL CORPO DE METAL COM PINTURA EPÓXI E PRESILHA EM AÇO INOXIDÁVEL. CORPO MEDINDO 41MM.	BRW	0,80
68	PRENDEDOR DE PAPEL CORPO DE METAL COM PINTURA EPÓXI E PRESILHA EM AÇO INOXIDÁVEL. CORPO MEDINDO 51MM.	BRW	1,00
70	REGUA METALICA, CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL OU ALUMINIO, RESISTENTE A TORCAO, COM ESCALAS MILIMETRO, CENTIMETROS E POLEGADS, DIMENSAO 30CM	JOCAR	2,53
71	SACO PLASTICO PARA PASTA CATALOGO, TRANSPARENTE, ESPESURA MINIMA 0,08MM, TAMANHO OFICIO, 4 FUROS, DIMENSOES MINIMAS 250MM X 335MM	DAC	0,14

BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2018			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	APONTADOR DE LÁPIS COM CORPO PLASTICO, 1 FURO, DEPOSITO PARA RESIDUOS, COM LAMINA DE ACO TEMPERADO COM EXCELENTE FIO DE CORTE, CORES DIVERSAS (AMARELO, AZUL, VERDE OU VERMELHO)	LEO E LEO	0,50
15	CLIPS GALVANIZADO NUMERO 4/0, CAIXA COM PESO MINIMO DE 500G	XR	4,64
16	CLIPS GALVANIZADO NUMERO 6/0, CAIXA COM PESO MINIMO DE 500G	XR	4,64

17	CLIPS GALVANIZADO NUMERO Nº 3, CAIXA COM PESO MINIMO DE 500G	XR	4,63
23	DESUMIDIFICADOR DE PAPEL, 220V, CAPACIDADE 600 FOLHAS GRAMATURA 75G/M², TAMPA E BASE EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO, TERMOSTATO REGULADOR DE TEMPERATURA, DIMENSOES ADEQUADAS PARA FORMATOS MAIS USUAIS DE PAPEL (A4, CARTA, OFICIO 2 E OFICIO 9), DIMENSOES MINIMAS 290MM X 410MM X 105MM, PESO APROXIMADO 1,9KG	MERCUR	160,00
24	ELASTICO DE LATEX AMARELO Nº 18, DE ALTA QUALIDADE E RESISTENCIA, PACOTE COM PESO MINIMO DE 500G OU 550 UNIDADES DE ELASTICO	RED BOR	6,40
26	ESTILETE ESTREITO, COM CORPO PLASTICO, TRAVA DE SEGURANCA, LAMINA DE 0,9CM EM ACO CARBONO, COR PRETO OU AZUL	JOCAR	0,90
27	ESTILETE LARGO, COM CORPO PLASTICO, TRAVA DE SEGURANCA, LAMINA DE 1,8CM EM ACO CARBONO, COR PRETO OU AZUL	JOCAR	1,90
31	EXTRATOR DE GRAMPO, FORMATO ESPATULA, FABRICADO EM INOX	BRW	1,70
43	MARCADOR PERMANENTE MULTIUSO, COR AZUL, PONTA MÉDIA 1.0MM, SECAGEM RÁPIDA E RESISTENTE A LUZ PARA DIVERSAS SUPERFÍCIES COMO MADEIRA, METAL, CD, PLÁSTICO, VIDRO, PAPEL E OUTROS.	LEO E LEO	1,00
44	MARCADOR PERMANENTE MULTIUSO, COR PRETA, PONTA MÉDIA 1.0MM, SECAGEM RÁPIDA E RESISTENTE A LUZ PARA DIVERSAS SUPERFÍCIES COMO MADEIRA, METAL, CD, PLÁSTICO, VIDRO, PAPEL E OUTROS.	LEO E LEO	1,98
62	PERFURADOR PEQUENO 2 FUROS, CORPO E BASE EM METAL, GUIA DE POSICIONAMENTO DO PAPEL COM ESCALA, BANDEJA REMOVIVEL PARA RETIRADA DAS APARAS, PERFURA ATE 10 FOLHAS, COR PRETO	LEO E LEO	6,80

## RSUL LTDA ME - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2018

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
9	CANETA DESTACA TEXTO, PONTA CHANFRADA, TINTA AMARELA	LYKE	0,70
10	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA ANTI-RACHADURA, ESFERA DE TUNDGSTENIO DE 0,7MM, PONTA DE LATAO, ESCRITA FINA E MACIA, CORPO SEXTAVADO, TRANSLUCIDO, PEGA ARREDONDADA, TAMPA E PLUG NA COR DA TINTA DA CANETA NA COR AZUL	ARTE	0,43
11	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA ANTI-RACHADURA, ESFERA DE TUNDGSTENIO DE 0,7MM, PONTA DE LATAO, ESCRITA FINA E MACIA, CORPO SEXTAVADO, TRANSLUCIDO, PEGA ARREDONDADA, TAMPA E PLUG NA COR DA TINTA DA CANETA, COR PRETA	ARTE	0,42
12	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA ANTI-RACHADURA, ESFERA DE TUNDGSTENIO DE 0,7MM, PONTA DE LATAO, ESCRITA FINA E MACIA, CORPO SEXTAVADO, TRANSLUCIDO, PEGA ARREDONDADA, TAMPA E PLUG NA COR DA TINTA DA CANETA, COR VERMELHA	ARTE	0,49
19	COLA EM BASTAO, EMBALAGEM COM 20G, COMPOSTA DE AGUA, POLIMEROS DE N-VINILPIRROLIDINONA, ESTEARATO DE SODIO, COM DATA DE VALIDADE NO CORPO DA COLA	LYKE	0,90
33	FITA CREPE PARDA, DIMENSOES MINIMAS 48MM X 50M	NEO	18,00
34	FITA DUREX TRANSPARENTE ESTREITA ROLO GRANDE COM 12MM X 50M	NEO	0,65
38	LAPIS PRETO NUMERO 2B, FORMATO SEXTAVADO OU REDONDO, PRODUZIDO COM MADEIRA PLANTADA, COM MINA RESISTENTE E ESCRITA MACIA	LABRA	0,28
60	PEN DRIVE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE ARMAZENAMENTO DE 8GB, INTERFACE USB 2.0, VELOCIDADE DE TRANSMISSÃO MÍNIMA DE 10MBP/S E GRAVAÇÃO 5MBP/S	MULTI LASER	19,40
63	PINCEL ATOMICO, TINTA AZUL, PONTA REDONDA	LYKE	0,88
64	PINCEL ATOMICO, TINTA VERMELHA, PONTA REDONDA	LYKE	0,95
65	PINCEL MARCADOR PERMANENTE 1,0MM COR PRETA	LYKE	1,00
69	REGISTRADOR (PASTA AZ), FORMATO OFICIO, LOMBADA LARGA, COM MECANISMO NIQUELADO COM DUAS ARGOLAS, COMPOSICAO CARTAO POKF E METAL, DIMENSOES: 285MM X 75MM X 345MM (L X A X C) COM VISOR, COR PRETA	POLY CART	7,50
72	TESOURA DE USO GERAL, FABRICACAO NACIONAL, 21CM DE LAMINA EM ACO INOX, REBITE REFORCADO, CABO EM POLIPROPILENO, GARANTIA MINIMA DE 5 ANOS, CABO COR AZUL OU PRETO	LYKE	3,50

## IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2018

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
22	CORRETIVO EM FITA, CORRECAO A SECO, EXCELENTE ADERENCIA, PRODUTO ATOXICO, DIMENSOES MINIMAS 4,2MM X 10M	JOCAR	2,50
46	PAPEL CONTACT, TRANSPARENTE, DIMENSÕES MÍNIMAS 45CM X 25M	POLIFIX	58,00
49	PAPEL VERGE 180G/M², COR BRANCO, TAMANHO A4, PACOTE COM 50 FOLHAS	MASTER	9,00
73	TINTA PARA CARIMBO COR PRETA 42ML PARA TODOS OS TIPOS DE ALMOFADAS, TINTA A BASE ÁGUA	RADEX	3,40
75	VISOR DE PLÁSTICO PARA PASTA SUSPensa COM ETIQUETA BRANCA, PACOTE COM 50 UNIDADES	GOODIE	5,90

## PERFORMACE COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2018

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
4	BLOQUINHOS TIPO POST-IT, DIMENSOES MINIMAS DO BLOQUINHO 76MM X 102MM, 100 FOLHAS CADA BLOQUINHO, COR AMARELA, PACOTE COM 1 BLOQUINHO	BRW	1,89
6	CADERNO ESPIRAL, 96 FOLHAS, FOLHAS PAUTADAS, CAPADURA, SEM ESTAMPAS, LISO, CORES DIVERSAS (AMARELO, AZUL, VERDE E VERMELHO), DIMENSOES MINIMAS 140MMX 200MM	PANA MERICANA	3,80
8	CALCULADORA ELETRONICA, COM DISPLAY GRANDE, 12 DIGITOS, COM DUAS FONTES DE ENERGIA (BATERIA E SOLAR), COM VISOR INCLINADO, DIMENSOES MINIMAS 130MM X 90MM, COM FUNDCOES RAIZ QUADRADA E PORCENTAGEM	CLASSE	12,90

35	GRAMPEADOR DE MESA MEDIO, CORPO METALICO E ACABAMENTO PLASTICO, UTILIZA GRAMPOS 26/6, GRAMPEIA ATE 30 FOLHAS, COR PRETO	CLASSE	9,79
57	PASTA SUSPENSÁ MARMORIZADA, HASTES DE PLÁSTICO, COM VISOR TRANSPARENTE E ETIQUETA BRANCA, GRAMATURA ENTRE 175G/M² E 200G/M², ESPESSURA MÍNIMA 0,27MM, DIMENSÕES 361MM X 240MM	TIMPEL	1,53
59	PEN DRIVE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE ARMAZENAMENTO DE 32GB, INTERFACE USB 2.0, VELOCIDADE DE TRANSMISSÃO MÍNIMA DE 10MBP/S E GRAVAÇÃO 5MBP/S	ELGIN	32,00
61	PERFURADOR MEDIO 2 FUROS, CORPO E BASE EM METAL, GUIA DE POSICIONAMENTO DO PAPEL COM ESCALA, BANDEJA REMOVIVEL PARA RETIRADA DAS APARAS, PERFURA ATE 25 FOLHAS, COR PRETO	JOCAR	8,80
66	PRANCHETA CONFECCIONADA EM POLIESTIRENO, PEGADOR EM POLIESTIRENO OU METAL, FORMATO OFICIO, DIMENSOES MINIMAS 3MM X 240MM X 340MM, PESO APROXIMADO 286G	CARBRINK	5,99
74	TNT DIMENSOES MINIMAS 1,40M DE LARGURA X 50M DE COMPRIMENTO, CORES DIVERSAS	KARI	40,00
JS SIMOES EIRELI - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2018			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
45	MOUSE PAD ERGONOMICO FABRICADO EM POLIORETANO, MACIO, CONFORTAVEL E DE FACIL LIMPEZA, SEM ODORES DESAGRAVAVEIS, MEDIDAS MINIMAS DE 17CM X 22CM X 0,5CM E APOIO PARA PUNDO COM 2,5CM DE ALTURA, NA COR PRETA OU AZUL	PISC	14,28
58	PEN DRIVE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE ARMAZENAMENTO DE 16GB, INTERFACE USB 2.0, VELOCIDADE DE TRANSMISSÃO MÍNIMA DE 10MBP/S E GRAVAÇÃO 5MBP/S	SANDISK	19,85

ARTE CORES PAPELARIA E PRESENTES EIRELI - ME - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2018			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
13	CARTOLINA SIMPLES, DIMENSOES MINIMAS 50CM X 66CM, GRAMATURA 150G, CORES DIVERSAS	JANDAIA	0,43
25	ENVELOPE BRANCO TAMANHO A4 NAS DIMENSÕES APROXIMADAS DE 337MM X 240MM	FORONI	0,35
28	ETIQUETA ADESIVA MULTIUSO COM MOLDURA Nº 2	FITACREL	2,08
29	ETIQUETA ADESIVA MULTIUSO COM MOLDURA Nº 4	FITACREL	2,75
30	ETIQUETA ADESIVA MULTIUSO COM MOLDURA Nº 7	FITACREL	4,25
42	LIVRO PONTO PARA REGISTRO DE FUNCIONÁRIOS COM 100 FOLHAS, CAPA DURA DE PAPELÃO	SÃO DOMINGOS	11,50
47	PAPEL DIPLOMATA BRANCO 180G OPALINE EM GALAGEM COM 50 UNDD	FILIPERSON	17,20
51	PASTA CATÁLOGO COM 100 ENVELOPES PLÁSTICOS TRANSPARENTES, ESPESSURA 0,8MM, CAPA DURA COM REVESTIMENTO PLÁSTICO, FORMATO OFÍCIO, COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO, COM 4 COLCHETES, DIMENSÕES 250MM X 335MM, COR PRETA	ACP	18,50
52	PASTA CATÁLOGO COM 50 ENVELOPES PLÁSTICOS TRANSPARENTES, ESPESSURA 0,8MM, CAPA DURA COM REVESTIMENTO PLÁSTICO, FORMATO OFÍCIO, COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO, COM 4 COLCHETES, DIMENSÕES 250MM X 335MM, COR PRETA	ACP	12,00
56	PASTA PLÁSTICA EM L, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE OU FUMÊ, ESPESSURA MÍNIMA 0,15MM, FORMATO A4 (DIMENSÕES 210MM X 297MM)	DELLO	0,39

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 26 de março de 2018 a 26 de março de 2019.

Benedito Novo (SC), 26 de março de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 111/2018 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 1774707

DECRETO Nº 111, DE 16 de outubro de 2018

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, alínea "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.879, de 12 de dezembro de 2017.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0400.2402 - Atividades da Saúde  
3339000000000000 - Aplicações diretas  
01380401 20.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0400.2402 - Atividades da Saúde  
3339300000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe  
01380401 20.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 16 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 111/2018 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 16 de outubro de 2018.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

## **DECRETO Nº 112/2018 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 1775357

DECRETO Nº 112 de 16 de outubro de 2018

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.879, de 12 de dezembro de 2017.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

03.001.0006.0181.0302.2307 - Manutenção das Polícias Civil e Militar

3339000000000000 - Aplicações diretas

01120000 5.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do excesso de arrecadação do exercício vigente:

Excesso		419100111010000	01120000	5.000,00
---------	--	-----------------	----------	----------

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 16 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 112/2018 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 16 de outubro de 2018.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

## **EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 77/2018**

Publicação Nº 1774220

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 80/2018

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 77/2018

Contratada: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS) EM VIRTUDE DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 151/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2017

Finalidade do Aditivo: Aditivo de valor - Equilíbrio

Vigência: 09/10/2018 a 31/12/2018

Data Assinatura: 09/10/2018

DARIO TONOLLI - Prefeito Municipal em Exercício



# Biguaçu

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 2103/2018

Publicação Nº 1775332

PORTARIA Nº 2103 de 16 de outubro de 2018

Torna sem efeito a Portaria n.º 1763/2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1763 de 31 de agosto de 2018, do(a) servidor(a) VIVIANE CRISTINA FONTANELLA DE CASTRO, na qual nomeia para exercer o encargo Defensora Dativa no Processo Administrativo Disciplinar instaurado contra a servidora Fernanda de Souza.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 31/08/2018.

Biguaçu, 16 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 2104/2018

Publicação Nº 1775333

PORTARIA Nº 2104 de 16 de outubro de 2018

Torna sem efeito a Portaria n.º 1871/2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1871 de 11 de setembro de 2018, do(a) servidor(a) VIVIANE CRISTINA FONTANELLA DE CASTRO, na qual nomeia para exercer o encargo Defensora Dativa no Processo Administrativo Disciplinar instaurado contra o servidor Mauri de Lima Pinto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 11/09/2018.

Biguaçu, 16 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 2105/2018

Publicação Nº 1775334

PORTARIA nº 2105 de 16 de outubro de 2018.

**AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;

CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;

CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ADAILTON MARTINS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico,

ADENILSON LUIZ COELHO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;

ADRIANO MEDEIROS FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
AGUINEI VILMAR CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Lazer;  
ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;  
ALINE TELLES DE MORAES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Saúde;  
ANDERSON CLEITON LANG, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;  
ANDERSON DA SILVA FRANCISCO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico,  
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;  
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Administrativo;  
ANDREA MARGARIDA COELHO, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da Saúde;  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
AURILIO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
CARLOS EDUARDO FUZZI, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
CESAR VALMOR EIGI FUZINO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
CHRISTIAN GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Planejamento e Gestão Participativa;  
CLAUDEMIR AIRES, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Transportes,  
CLAUDIA BREHEM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Centro de Convivência dos Idosos,  
CONRADO BERNARDI PETERSON, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Agrônomo,  
CRYSTHIANO DAVID DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Acompanhamento Externo;  
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;  
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;  
DEISE REGIS DE MIRANDA KONS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral,  
DIONEI AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Operacional,  
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
DOUGLAS BATISTA DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia,  
EDERSON LUIZ SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;  
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;  
ELIANE BARCELOS PULCENA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional,  
ELIANE ROCHA DE CARVALHO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Apoio;  
EMERSON EVERALDO SOARES, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Turismo;  
EURICO RILLO DE CAMPOS JÚNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
EVELISE MARA SCHMITT, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Vigilância Social;  
EVANILDO ANTENOR DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
FABIO ARAUJO MARTINS, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FERNANDO FRANCISCO DE AMORIM, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Fisioterapia;  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FRANCIS BARP REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;  
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
GABRIEL CITATIN DE MELO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;  
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
GUSTAVO FREDERICO MARDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil,  
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
HERTO LUNARDELLI JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção de Obras em Geral,  
ISRAEL SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;  
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
JEAN ANDRE DE MARIA, ocupante do Cargo Efetivo de Pintor;  
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JOEL AROLDO PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Saneamento;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceteiro;  
JOÃO JOSÉ MORFIM NETO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras;  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
JOSE LUIZ ALVES, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;  
JOSE VALDEMAR SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transporte,



JOSUE BOUSON, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V - servente;  
LEANDRO DE SOUZA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão;  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
LUAN DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Agricultura;  
LUCAS RUBINI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão;  
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;  
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
MAYARA VOLPINI TURRA, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheira Civil;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão;  
MILTON JOÃO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Almoxarife;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
NILSON DE FARIAS, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Obras,  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Serviços Urbanos,  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
PEDRO MORALES TOLENTINO LEITE, ocupante do Cargo Efetivo de Psicólogo;  
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
RAFAEL DE OLIVEIRA PRAZERES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cadastro Técnico e Índices Urbanísticos;  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
RICARDO JOSE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Cultura, Esporte Turismo e Lazer;  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,  
ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
RODRIGO LIMA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de gestão de Frotas,  
RONNIE MARKS MACIEL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;  
SADI PEIXOTO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão de administração de cemitérios,  
SALMIR GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Relações Institucionais;  
SANDRO PERES MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Administração,  
SAUL DE MELLO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito,  
SILVIO SEVERINO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Serviços Urbanos,  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
THOMAS SCHROEDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal,  
VALDIR JOSE FERRARI, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Operacional;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
WILLYAN LUCIANO, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 1998/2018.

Biguaçu, 16 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2106/2018**

Publicação Nº 1775335

PORTARIA Nº 2106 de 16 de outubro de 2018

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 54/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º Instaura Processo Disciplinar para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Nelson Antonio de Lima, ocupante do cargo efetivo de Vigia; por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, conforme Memorando Eletrônico n.º 11.167/2018, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 54/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Jaqueline dos Santos Ávila, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, Gerson da Silva, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, e Maria Fernanda Caminha de Souza, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 971/2018, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 17/10/2018 a 15/12/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 16 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**REVOGAÇÃO PP 194/2018 - PMB**

Publicação Nº 1775041

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
DESPACHO DE REVOGAÇÃO

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 194/2018 - PMB, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REFORMA DO TELHADO DO GINÁSIO DE ESPORTES NAGIB SALUM - GENS. TAL SOLICITAÇÃO SE FAZ NECESSÁRIA, TENDO EM VISTA QUE A QUADRA DE ESPORTES ESTÁ EM FASE INICIAL DE REFORMA E AS GOTEIRAS EXISTENTES NO LOCAL IRÃO DANIFICAR O NOVO MATERIAL A SER APLICADO, por razões de interesse público, pautados na oportunidade e na conveniência Administrativa, provocados por fatos supervenientes.

Biguaçu, 16 de outubro de 2018.

Daniel Cesar da Luz

Secretário de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 139/2018 EXONERAÇÃO PRICILA**

Publicação Nº 1774706

PORTARIA Nº 139/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

**RESOLVE**

Art. 1º - Exonerar, a partir de 10 de outubro de 2018, a Sra. PRICILA HELENA DOS SANTOS, para do cargo em comissão de Assessoria Parlamentar – Nível II do vereador Marconi Kirch.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2018.

Biguaçu/SC, 16 de outubro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

**PORTARIA Nº 140/2018 NOMEAÇÃO MARIVONE**

Publicação Nº 1774708

PORTARIA Nº 140/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, a partir de 11 de outubro de 2018, a Sra. MARIVONE COSTA, para exercer o cargo em comissão de Assessoria Parlamentar – Nível II, do Vereador Marconi Kirch.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/10/2018.

Biguaçu/SC, 16 de outubro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

**Blumenau****PREFEITURA****DECRETO Nº 11.950/2018**

Publicação Nº 1775071

DECRETO Nº 11.950, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, XXII, combinado com o art. 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes do Anexo I e II deste Decreto, no valor de R\$ 29.072,64 (vinte e nove mil, setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), realizadas e não processadas em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Direta do Município.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto correrão por conta das dotações específicas do orçamento:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0020.2332 – Man. Bolsa Estudos à Estudantes Carentes

Modalidade 3.3.90 (75) Aplicações Diretas R\$ 2.059,30

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA

1401 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 14.01.15.122.0031.2279 – Man. Ativ. Adm. e Fin. da SEURB

Modalidade 3.3.90 (540) Aplicações Diretas R\$ 23.903,60

Fonte de Recursos 0100.00000

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos

Atividade 14.02.15.452.0094.2075 – Man. Ativ. Serviços Urbanos

Modalidade 3.3.90 (548) Aplicações Diretas R\$ 3.109,74

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de outubro de 2018.

MÁRIO HILDEBRANT

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.950/2018 - ANEXO I**

Publicação Nº 1775076

## ANEXO I

CREDOR:	Beatriz Heloisa Silverio
DOCUMENTO	Memorando 535/2018
DATA:	19/09/2018
ORIGEM DA DESPESA:	Auxílio escolar Lei Municipal 7004/2006, período outubro e novembro de 2017.
DOTAÇÃO:	75
FONTE DE RECURSO	0100.00000
VALOR	R\$ 1.494,23
CREDOR:	Laila Graziela Theiss
DOCUMENTO	Memorando 562/2018
DATA:	24/09/2018

ORIGEM DA DESPESA:	Auxílio escolar Lei Municipal 7004/2006, período outubro, novembro e dezembro de 2017.
DOTAÇÃO:	75
FONTE DE RECURSO	0100.00000
VALOR	R\$ 565,07
TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$ 2.059,30 (Dois mil, cinquenta e nove reais e trinta centavos)

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 08 de outubro de 2018.

ANDERSON ROSA  
Secretária Municipal de Administração

## DECRETO Nº 11.950/2018 - ANEXO II

Publicação Nº 1775082

### ANEXO II

CREDOR:	Localiza Rent a Car S/A
DOCUMENTO:	Fatura nº 160605
DATA:	21/11/2017
ORIGEM DA DESPESA:	Serviço de locação de veículos, prestados no período de 01/10/17 a 31/10/17.
DOTAÇÃO:	548
FONTE DE RECURSO:	0100.00000
VALOR:	R\$3.109,74
CREDOR:	Localiza Rent a Car S/A
DOCUMENTO:	Fatura nº 160601
DATA:	21/11/2017
ORIGEM DA DESPESA:	Serviço de locação de veículos, prestados no período de 01/10/17 a 31/10/17.
DOTAÇÃO:	540
FONTE DE RECURSO:	0100.00000
VALOR:	R\$23.903,60
TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$27.013,34 (Vinte e sete mil e treze reais e trinta e quatro centavos).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 08 de outubro de 2018.

Marcelo Schrubbe  
Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana

## EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2017

Publicação Nº 1775085

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 145/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA LABHOST SOLUÇÕES PARA INTERNET EIRELI ME.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM, DESENVOLVIMENTO, ATUALIZAÇÕES E DE MANUTENÇÃO DE WEB SITE E E-MAILS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 061/2017.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) mensais pela hospedagem da web site e Banco de Dados, manutenção de

web site e e-mails, totalizando o valor do contrato em R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais) no ano em decorrência da prorrogação contratual por meio do 1º termo aditivo. Acrescenta a quantia de R\$ 483,72 (quatrocentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos) em decorrência de reajuste contratual, totalizando o valor do contrato em R\$ 13.683,72 (treze mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos).

DATA: 21 de setembro de 2018.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2018**

Publicação Nº 1775092

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 146/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS MARGINAIS DA VIA EXPRESSA PAUL FRITZ KUEHNRIK – VIA MARGINAL PROJETADA 81 (VP 81 LIGAÇÃO RUA SÃO SEBASTIÃO A RODOVIARIA - LADO DIREITO DA VIA EXPRESSA) E VIA MARGINAL PROJETADA 110 (VP 110 LIGAÇÃO RUA SÃO SEBASTIÃO A RODOVIARIA - LADO ESQUERDO DA VIA EXPRESSA) SITUADAS NO BAIRRO ITROUPAVA NORTE, EM BLUMENAU/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Concorrência nº. 03-041/2016.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 226.542,95 (duzentos e vinte e seis mil, quinhentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos), ou seja, 16,03% a menos que o valor inicialmente previsto, nos termos da justificativa de fls. 2.530-2.532 e documentos de fls. 2.533-2.537, totalizando o valor do contrato em R\$ 1.186.463,72 (um milhão, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos).

DATA: 05 de outubro de 2018.

### **EXTRATO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 191/2015**

Publicação Nº 1775092

EXTRATO – 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 191/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CONSÓRCIO MOBILIDADE SUSTENTÁVEL.

OBJETO: ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE BLUMENAU, INCLUINDO A ENTREGA, PARA O MUNICÍPIO DE BLUMENAU, AO FINAL DOS TRABALHOS, DAS FERRAMENTAS DE PLANEJAMENTO, INCLUINDO SOFTWARES UTILIZADOS, SERVIDOR, ESTAÇÕES DE TRABALHO E BANCO DE DADOS, EM CONDIÇÕES OPERACIONAIS E DEVIDAMENTE LICENCIADOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-1009/2014.

PREÇO: Inclui a quantia de R\$ 560,70 (quinhentos e sessenta reais e setenta centavos) nos dados do contrato no Sistema ERP, a título de complementação do 2º apostilamento referente a atualização da variação cambial, para fins de pagamento dos serviços relativos às parcelas da moeda estrangeira (Euro).

DATA: 02 de outubro de 2018.

### **EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 212/2014**

Publicação Nº 1775105

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 212/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. EDUARDA RENAUX.

OBJETO: LOCAÇÃO DAS SALAS 801, 802, 803 E 804, DO EDIFÍCIO MASTER CENTER, LOCALIZADO NA AVENIDA MARTIN LUTHER, Nº 111, PARA SERVIR DE SEDE PARA O INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-197/2014.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 3.800,04 (três mil, oitocentos reais e quatro centavos) em decorrência do reajuste do valor da locação para R\$ 8.957,79 (oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 107.493,48 (cento e sete mil, quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos).

DATA: 20 de setembro de 2018

### **EXTRATO CONTRATO Nº 215/2018**

Publicação Nº 1775110

EXTRATO – CONTRATO Nº. 215/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

MISSÃO SALESIANA DE MATO GROSSO - UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO.

OBJETO: Estabelecer as condições de realização de Estágio Curricular Obrigatório dos cursos disponibilizados pela CREDENCIADA com base na Lei Federal nº. 11.788 de 25/09/2008, que regulamenta o estágio obrigatório dos alunos do ensino superior, aos alunos regularmente matriculados nas dependências das unidades vinculadas a Administração Direta - SEDEAD.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-93/2018.

PRAZO: O prazo de vigência do presente CREDENCIAMENTO é de 12 (doze) meses, contados do dia 01 (um) de outubro de 2018.

PREÇO: O presente credenciamento não possui repasse de recursos financeiros.

DATA: 02 de outubro de 2018.

### **EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 222/2014**

Publicação Nº 1775113

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 222/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, COM O FORNECIMENTO DE PARTE DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS INSUMOS PARA ATENDER AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 017/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 23 de setembro de 2018 até 22 de setembro de 2019.

PREÇO: Renova também o valor pago à contratada pela execução dos serviços que se mantém em R\$ 9.143.895,56 (nove milhões, cento e quarenta e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

DATA: 25 de setembro de 2018.



**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 245/2017**

Publicação Nº 1775116

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 245/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TEC TUBO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE CICLOVIA E PASSEIO COMPARTILHADO NA RUA ITAJAÍ A PARTIR DO CRUZAMENTO COM A RUA XV DE NOVEMBRO ATÉ A RUA ANTÔNIO TREIS COM EXTENSÃO DE 3.557m.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-014/17.

PRAZO: I – PRAZO DE EXECUÇÃO: Prorroga-se o prazo de execução por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 17 de setembro de 2018 até 16 de março de 2019; II – PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 08 (oito) meses, ou seja, de 20 de setembro de 2018 até 19 de maio de 2019.

DATA: 20 de setembro de 2018.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 291/2015**

Publicação Nº 1775121

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 291/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SS TERCEIRIZADOS EM RADIOLOGIA LTDA ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS COM ATENDIMENTO MÉDICO NA ÁREA DE ULTRASSONOGRAFIA A SEREM EXECUTADOS NA POLICLÍNICA DE REFERÊNCIA EM ESPECIALIDADES "LINDOLF BELL", VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA USUÁRIOS DO SUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 131/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 09 de outubro de 2018 até 08 de outubro de 2019

PREÇO: Renova o valor estimado pago à contratada que se mantém em R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais).

DATA: 28 de setembro de 2018.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2018**

Publicação Nº 1775124

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2018

Objeto: Registro de preços – materiais médico hospitalares, pelo período de 01(um) ano – SEMUS/FMS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 31 de outubro de 2018, às 09h00min. Início da sessão: dia 31 de outubro de 2018, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: neli-ce@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 16/10/2018 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

**HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02-018/2018**

Publicação Nº 1775131

Tomada de Preços nº 018-18 - Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reformas nos banheiros dos terminais Urbanos de Passageiros do Município, conforme especificações constantes neste edital - SETERB. Contratada: EMPRETEIRA KJ LTDA EPP, no valor total de R\$ 341.417,00 (trezentos e quarenta e um mil e quatrocentos e dezessete reais).

**NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 292/2018**

Publicação Nº 1775142

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 292/2018****CONTRIBUINTE : ORSEG VIGILÂNCIA ELETRÔNICA LTDA****ENDEREÇO: RUA JOÃO PESSOA, 590 - CENTRO****Nº INSCRIÇÃO: 64.103****CNPJ.: 03.221.839/0001-48****Processo Fiscal : 305/2018****Sócios: VILMAR PATERNO e TONY FELLIPE PATERNO**

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou

b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:	
Base de Cálculo	28.024,90
Imposto a Recolher	840,75
Atualização Monetária	1,84
Juros de Mora	45,63
Multa p/ infração	421,29
Total Geral	1.309,51

**DESCRIÇÃO DOS FATOS:**

1)Período Notificado: 12/2017; 01/2018, 02/2018, 04/2018 a 07/2018.

2)Documentos examinados:Notas Fiscais emitidas (Notablu).

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1)Presta serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item: 11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

3.2)Em 30/08/2018 emitida a Intimação Fiscal nº 176/2018 ao contribuinte para apresentação dos comprovantes de pagamento do ISSQN em aberto no Notablu, referente a Prestação de Serviços executada. Enviada a referida Intimação ao endereço cadastral do contribuinte, sito à rua João Pessoa, nº 590 – Centro; porém, a referida Intimação retornou à Prefeitura com a informação "Mudou-se".

3.2.1)Não obtendo êxito em localizar o contribuinte, emitiu-se a Notificação dos valores de ISSQN em aberto no Notablu, enviando a Notificação para publicação em edital no Boletim Oficial do Município de Blumenau, conforme Art. 153, III, LC 632/2007.

3.3)Deixou de recolher o ISSQN devido, referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

4)A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

4.1)Soma dos valores dos serviços prestados, conforme lançamentos Notas Fiscais no Notablu.

**5)CÁLCULO DO VALOR A PAGAR:**

5.1)Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 3 % conforme Art. 276 da LC 632/2007.

a)Atualização monetária:

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013.

- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014.

- A partir de 2016 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10820/2015.

- A partir de 2017 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11146/2016.

- A partir de 2018 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11580/2017.

b)Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.2)Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6)Observações:

6.1)Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2)Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3)Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4)Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

6.5)A presente Notificação não inibe a fiscalização referente ao mesmo período.

Patrícia Dias

Auditora Fiscal Tributária  
Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO  
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 292/2018 – ORSEG VIGILÂNCIA ELETRÔNICA LTDA

Ano 2017	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Dezembro	3.153,23	94,60	-	94,60	96,43	1,84	8,68	105,11
Total	3.153,23	94,60	-	94,60	96,43	1,84	8,68	105,11

Ano 2018	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	3.153,23	94,60	-	94,60	94,60	-	7,57	102,16
Fevereiro	4.977,24	149,32	-	149,32	149,32	-	10,45	159,77
Abril	6.696,48	200,89	-	200,89	200,89	-	10,04	210,94
Maior	2.842,62	85,28	-	85,28	85,28	-	3,41	88,69
Junho	3.853,86	115,62	-	115,62	115,62	-	3,47	119,08
Julho	3.348,24	100,45	-	100,45	100,45	-	2,01	102,46
Total	24.871,67	746,15	-	746,15	746,15	-	36,95	783,10

Patrícia Dias  
Auditora Fiscal Tributária  
Matrícula nº 21554-6

## RESOLUÇÃO CMDCA Nº 45/2018

Publicação Nº 1775146

### RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 45/2018

APROVA COMPLEMENTAÇÃO DE DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA PARA CUSTEIO DO PROJETO DETECÇÃO DE TALENTOS, QUALIDADE DE VIDA E QUALIFICAÇÃO NO PARADESPORTO, APRESENTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base na Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações no Regimento Interno, a Deliberação da Plenária ordinária do CMDCA realizada em 16 de outubro de 2018,

#### CONSIDERANDO:

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;
- a Resolução CMDCA nº 31 de 28 de setembro de 2017 que estabelece prazo e procedimentos para seleção de projetos de organizações governamentais a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, que tenham como objetivo ações voltadas à política dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências;
- o Ofício 288/2018 do Gabinete da Secretaria Municipal de Educação-SEMED, que solicita a complementação de valor para possibilitar que dois participantes possam realizar capacitação prevista no Projeto, considerando custeio de passagens aéreas e diárias, nos períodos de 22/10 à 26/10/2018 e de 03/12 à 14/12/2018.
- a necessidade de complementação do valor total aprovado na Resolução CMDCA nº 31/2017, devido o valor aprovado anteriormente não suprir a despesa prevista no Projeto;

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a complementação de despesa para execução do Projeto Detecção de Talentos, Qualidade de Vida e Qualificação no Paradesporto, apresentado pela Secretaria Municipal de Educação- SEMED, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, para viabilizar a participação de dois profissionais em capacitação específica, que se realizará

em Brasília/DF nos períodos de 22/10 à 26/10/2018 e de 03/12 à 14/12/2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 16 de outubro de 2018.

Givanildo Trindade  
Coordenador Geral do Conselho Municipal  
dos Direitos da Criança e do Adolescente

## RESOLUÇÃO Nº 46/2018

Publicação Nº 1775148

### RESOLUÇÃO Nº. 46/2018

APROVA O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2018, COM A FINALIDADE DA FORMAÇÃO DE BANCO DE PROJETOS, COMPOSTO POR PROPOSTAS DE TRABALHO APRESENTADAS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE TENHAM POR OBJETO A EXECUÇÃO DE PROJETOS QUE VERSAM QUANTO À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A SEREM FINANCIADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA) DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº. 411, de 01 de agosto de 2003, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº. 7.556 de 24 de novembro de 2003 e em Plenária realizada no dia 16 de outubro de 2018, conforme Ata nº. 12/2018.

Considerando:

- a Lei 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
- as Leis Federais 13.019/2014 e 13.204/2015, o Decreto Federal 8.726/2016 e o Decreto Municipal 11.235/2017, que regem sobre o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil em regime de mútua cooperação;
- a Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
- a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;
- Ofício nº. 158/2018 do Gabinete da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, que traz esclarecimentos referentes à elaboração do Edital de Chamamento Público nº. 001/2018, que tem como finalidade a formação de banco de projetos, composto por propostas de trabalho apresentadas pelas organizações da sociedade civil que tenham por objeto a execução de projetos que versam quanto à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a serem financiados pelo fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente (FMDCA) de Blumenau.
- Ofício nº.160/2018 do Gabinete da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, que apresenta o Edital de Chamamento Público nº. 001/2018, que tem como finalidade a formação de banco de projetos, composto por propostas de trabalho apresentadas pelas organizações da sociedade civil que tenham por objeto a execução de projetos que versam quanto à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a serem financiados pelo fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente (FMDCA) de Blumenau, já com a devida revisão e com parecer jurídico proveniente da Procuradoria Geral do Município - PROGEM.
- o diagnóstico denominado “Levantamento de Indicadores Sociais, de Saúde, de Educação, Habitação, Conselho Tutelar e Segurança Pública da Política da Criança e do Adolescente – Ano 2015” realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social;
- as propostas aprovadas na I Conferência Municipal Conjunta de Direitos Humanos realizada no ano de 2015.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Edital de Chamamento Público nº. 001/2018, com a finalidade da formação de banco de projetos, composto por propostas de trabalho apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil que tenham por objeto a execução de projetos que versam quanto à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a serem financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) de Blumenau.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 16 de outubro de 2018.

GIVANILDO TRINDADE  
Coordenador Geral do Conselho Municipal  
dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

**EXTRATO Nº 601/2018 - FURB**

Publicação Nº 1775152

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 601/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

TESOURO DISTRIBUIDORA LTDA

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de cal hidratada, adesivo estrutural e concreto para manutenções de diversos campi da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 398/2018 e Ata de Registro de Preços nº 277/2018 firmado em 25 de outubro de 2018.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	936	2000	Galão	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafão plástico retornável, com tampa de pressão e lacre, contendo 20 litros. Produto em conformidade com a legislação em vigor. O vasilhame disponibilizado deverá ter validade mínima de 6 (seis) meses, contados a partir da data de entrega, verificável no fundo do mesmo.	BLUMENAU	6,55	13.109,40
2	826	2004	Garrafa	Água mineral, natural sem gás, acondicionada em garrafa plástica, com tampa e lacre, contendo 500 ml. Produto em conformidade com a legislação em vigor.	TIMBU	0,80	1.619,43
3	928	1536	Copo	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em copo plástico, lacrado, com tampa aluminizada, contendo 200 ml. Produto em conformidade com a legislação em vigor.	BLUMENAU	0,38	597,50
4	16524	600	Garrafa	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafa plástica, com tampa e lacre, contendo 1.500 ml. Produto em conformidade com a legislação em vigor.	TIMBU	1,58	951,78
5	21748	20	Galão	Garrafão vazio em material plástico para acondicionamento de água mineral de 20 litros. Produto em conformidade com a legislação em vigor.	SANDRIPLAST	11,07	221,48
Preço Global (em reais, por extenso)				16.499,59			
Preço Global (em R\$)				Dezesseis mil quatrocentos e novena e nove reais e cinquenta e nove centavos			

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do(s) produto(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A(s) Ata(s) de Registro de Preços que será(ão) assinada(s) em decorrência desta licitação terá(ão) vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 25/10/2018 ou a partir de sua assinatura se esta ocorrer em momento posterior.

DATA: 16/10/2018

**EXTRATO Nº 616/2018 - FURB**

Publicação Nº 1775155

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 616/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

MM Comércio de Equipamentos LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos para o laboratório do Curso de Engenharia Mecânica e outros da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 400/2018 e Contrato nº 266/2018 firmado em 08 de outubro de 2018.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço unitário de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
12	12648	1	Peça	Serra tico-tico potência 710W (mínimo) 220V / Velocidade variável (interruptor) de 800 a 3100 gpm, comprimento do golpe 20mm / Ajuste de ângulo de corte até 45º e avanço pendular em 4 posições. Garantia mínima: 12 (doze) meses.	600,00	600,00
13	38552	1	Peça	Soprador térmico com controle de temperatura digital; potência de 2000W; equipamento de uso profissional; vazão/fluxo de ar de 250 a 500 l/min; temperatura de 80°C a 650°C; alimentação 220V-60Hz. Garantia mínima: 12 (doze) meses.	450,00	450,00
21	37689	3	Peça	Mesa de bancada com uma gaveta, prateleira e tampo em madeira de pinus; capacidades: gaveta (25kg), prateleira (100kg), tampa (400kg), total (500kg); tamanho aproximado: 860x1930x885mm (AxLxP). Garantia mínima: 12 (doze) meses.	1.700,00	5.100,00
23	37691	2	Peça	Armário de aço para ferramentas; com 4 prateleiras e duas portas; fechamento com chave; medidas aproximadas 630x230x1000mm (LxPxA). Estrutura e portas em chapa de aço, ganchos e suportes fixos para ferramentas, com 02 Prateleiras fixas, 02 Portas, Fechamento com chave, Cantos arredondados, Pintura epóxi. Garantia mínima: 12 (doze) meses.	1.450,00	1.450,00
Preço Total dos Itens (em reais, por extensão)						

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após o efetivo fornecimento (com descarga) dos materiais/equipamentos, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência contada a partir da data de sua assinatura, limitada ao término do exercício financeiro, na forma disposta no caput do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

DATA: 03/10/2018

## EXTRATO Nº 617/2018 - FURB

Publicação Nº 1775158

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 617/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Tayu Química EIRELLI EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de produtos saneantes e utensílios de limpeza para Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 392/2018 e Ata de Registro de Preços nº 273/2018 firmado em 15 de outubro de 2018.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote: 03							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição do Item	Valor Unitário do item (em R\$)	Valor Total do item (em R\$)



1	27446	100	BB	Chef	Detergente amoniacado concentrado biodegradável para limpeza pesada, desengordurante e para limpeza de pisos. pH 9,0 a 11,0. Composição mínima: Hidróxido de amônio ou amoníaco, aromatizante, sabão de ácidos graxos, tripolifosfato de sódio ou ácido fosfórico, tensoativo aniônico, conservantes, solubilizantes, corante e água / porcentagem de componentes ativos: 13,0% mínimo / possuir na sua composição agente anti-redepositante, para impedir que gordura e sujeira depositam-se na superfície limpa / para sujidade LEVE, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 40 partes de água / para sujidade MÉDIA, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 30 partes de água / Embalagem de 5 litros. Obs.: O produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto.	42,90	4.290,00
Valor Total do Lote (em R\$)					4.290,00		
Valor Total do Lote por extenso (em R\$)					Quatro mil, duzentos e noventa reais		

## Lote: 04

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição do Item	Valor Unitário do item (em R\$)	Valor Total do item (em R\$)
1	700	120	BB	Brillia	Detergente neutro concentrado biodegradável com alto nível de espuma / embalagem de 5 litros / pH: 6,5 à 8,0 / composição mínima: tensoativos não iônicos, amido de coco, agentes umectantes, água e conservantes / porcentagem de componentes ativos: 12,0% mínimo / possuir na sua composição agente anti-redepositante, para impedir que gordura e sujeira depositam-se na superfície limpa / para sujidade LEVE, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 20 partes de água / para sujidade MÉDIA, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 10 partes de água / obs.: o produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto.	42,70	5.124,00
Valor Total do Lote (em R\$)					5.124,00		
Valor Total do Lote por extenso (em R\$)					Cinco mil, cento e vinte e quatro reais		

## Lote: 05

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição do Item	Valor Unitário do item (em R\$)	Valor Total do item (em R\$)
------	-------------	-------	------	-----------------------------------	-------------------	---------------------------------	------------------------------



1	655	150	BB	Colmax	Desinfetante concentrado biodegradável aroma floral / nível de espuma médio/baixo / pH 5,5 à 7,0 / composição mínima: cloreto de alquil dimetil benzil amônio (cloreto de benzoalcônio), corante, aromatizante, conservante, algicida, bactericida, germicida, tensoativo aniônico e água / porcentagem de componentes ativos: 5,5% mínimo / para sujidade LEVE, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 20 partes de água / para LIMPEZA CONSERVAÇÃO, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 50 partes de água / embalagem de 5 litros / obs.: o produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto.	27,80	4.170,00
Valor Total do Lote (em R\$)					4.170,00		
Valor Total do Lote por extenso (em R\$)					Quatro mil, cento e setenta reais		

## Lote: 07

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição do Item	Valor Unitário do item (em R\$)	Valor Total do item (em R\$)
1	28056	200	BB	Lider Azul	Detergente dodecilbenzeno desengordurante concentrado biodegradável com nível de espuma controlada (limpa carteira) / embalagem de 5 litros / pH: 9,5 à 11,0 / princípio ativo: dodecilbenzeno sulfonato de sódio / composição mínima: alcalinizantes, quelante, tensoativo aniônico tensoativo não iônico, sequestrante e essência / para sujidade LEVE, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 200 partes de água / para sujidade MÉDIA, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 40 partes de água. Referência Líder Azul/Útil Química ou qualidade superior. Obs.: o produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto.	61,45	12.290,00
Valor Total do Lote (em R\$)					12.290,00		
Valor Total do Lote por extenso (em R\$)					Doze mil, duzentos e noventa reais		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais/produtos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.  
DATA: 15/10/2018

**PORTARIA Nº 6821/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1775171

PORTARIA N.º 6821/2018

RETIFICA A PORTARIA N.º 5768/2017 QUE CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LEONIR ALBA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO a determinação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, constante do Relatório Técnico de Instrução nº DAP

– 5370/2018, em razão da divergência no percentual pago a título de adicional por tempo de serviço, resolve

RETIFICAR,

a Portaria n.º 5768/2017, de 23 de fevereiro de 2017, que concedeu aposentadoria por invalidez a LEONIR ALBA, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando para R\$ 14.952,76 (Quatorze mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos), os proventos mensais, a contar de 2 de março de 2017.

Blumenau, 05 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 6822/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1775179

PORTARIA N.º 6822/2018

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À MARIA ANGELA COSTA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, e 4º, e 18, inciso I, alínea "c", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA ANGELA COSTA, cônjuge de WERNER MEYER, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, era lotado na Secretaria de Municipal de Obras e Serviços Urbanos, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 17 de setembro de 2018, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 4.351,36 (Quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo nº 09441/10/2018.

Blumenau, 05 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 6823/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1775182

PORTARIA Nº 6823/2018

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO ISSBLU Nº 01/2015 PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007,

LUIS FERNANDO KONKEWICZ STRAMARI, para exercer o cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, Categoria 5, do Grupo Ocupacional Funcional, Carga horária de 40 (quarenta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A.

Blumenau, 5 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6824/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1775185

PORTARIA N.º 6824/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISTELA SCHLICKMANN ROETGER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARISTELA SCHLICKMANN ROETGER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00179/17-9, em 22/02/2018, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, nos períodos de 12/11/1996 a 31/12/1996, 02/01/1997 a 30/06/1997, 01/07/1997 a 27/12/1997, e 29/12/1997 a 26/06/1998, totalizando 588 (quinhentos e oitenta e oito) dias, correspondente a 1 (um) ano, 7 (sete) meses, e 13 (treze) dias, conforme Processo n.º 09442/10/2018.

Blumenau, 5 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6825/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1775187

PORTARIA N.º 6825/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCIONE AGENOR VIEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ALCIONE AGENOR VIEIRA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021060.1.00140/18-3, em 13/07/2018, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Malharia Proesi Ltda.	01/03/1982 a 18/04/1984
Maju Têxtil Ltda.	24/09/1984 a 20/08/1986
Prefeitura Municipal de Blumenau	12/05/1987 a 21/02/1994

Totaliza o tempo de 3945 (três mil, novecentos e quarenta e cinco) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 9 (nove) meses, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo n.º 09474/10/2018.

Blumenau, 05 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6826/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1775189

PORTARIA N.º 6826/2018

ALTERA O VALOR DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ CONCEDIDA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA REGINA MUELLER CESÁRIO PEREIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO a inclusão de novos períodos de contribuição, por meio da Portaria N.º 6820/2018, resolve

ALTERAR

o valor dos proventos da aposentadoria por invalidez concedida pela Portaria N.º 2598/2011, de 1 de abril de 2011, alterada pela Portaria N.º 6787/2018, de 17 de setembro de 2018, à MARIA REGINA MUELLER CESÁRIO PEREIRA, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Psicólogo, elevando seus proventos proporcionais e mensais para R\$ 3.239,42 (Três mil, duzentos e trinta e nove reais e quarenta e dois centavos), a contar de 03 de outubro de 2018.

Blumenau, 8 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 6827/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1775194

PORTARIA N.º 6827/2018

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OSNI ANTONIO DOS SANTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso VII, anexo VII, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 39, inciso V, § 3º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 5.º, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

OSNI ANTONIO DOS SANTOS, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Saneamento, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.696,90 (Quatro mil, seiscentos e noventa e seis reais e noventa centavos), a partir de 15 de outubro de 2018, conforme Processo n.º 9411/10/2018.

Blumenau, 08 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 6828/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1775199

PORTARIA N.º 6828/2018

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HARALD TEICHRIEB.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso VII, anexo VII, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

HARALD TEICHRIEB, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.310,14 (Dois mil, trezentos e dez reais e catorze centavos), a partir de 15 de outubro de 2018, conforme Processo n.º 09444/10/2018.

Blumenau, 08 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 6829/2018 - ISSBLU**

Publicação Nº 1775203

PORTARIA N.º 6829/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NILTON SCHAFER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de NILTON SCHAFER, servidor público municipal, ocupante do cargo de Auxiliar em Assuntos de Informática, lotado na FURB Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão Nº 052/18, de 31/07/2018, expedida pelo Ministério da Defesa – Exército Brasileiro – 23º Batalhão de Infantaria, no período de 25/05/1984 a 21/06/1985, totalizando 392 (trezentos e noventa e dois) dias, correspondente a 1 (um) ano, e 27 (vinte e sete) dias, conforme Processo nº.03005/12/2015.

Blumenau, 9 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

**TP 03/2018**

Publicação Nº 1773449

Bom Jardim da Serra/SC.

Processo 61/2018

TOMADA DE PREÇOS 03/2018

FORMA DE JULGAMENTO: menor preço

REGIME DE EXECUÇÃO: empreitada por preço unitário

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de terraplenagem, drenagem, obras de arte correntes, sinalização viária e pavimentação asfáltica, da Rodovia BJ-050, com construção de obra de arte especial (ponte sobre o Rio Capivaras), estaca 456+2,710 à estaca 468+16,640, conforme planilhas e projetos. O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais, juntamente com a presidente da comissão permanente de licitações participa à todos os interessados que abrirá as propostas dia 01/11/2018 às 09horas conforme Edital, disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, que poderão ser retiradas no site [www.bomjardimdaserra.sc.gov.br](http://www.bomjardimdaserra.sc.gov.br) , sem custo ou diretamente no setor de licitações e contratos desta municipalidade.

Bom Jardim da Serra, 15 de outubro de 2018.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 1.121/2018

Publicação Nº 1774272

Lei Municipal Nº 1.121/2018, de 16 de outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE A BAIXA DE BENS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, autorizado a baixar, os seguintes bens móveis inservíveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, conforme segue:

Nº	Patrimônio	Lotação	Valor
325	ARMARIO EM FORMICA CINZA COM 2 PORTAS COM CHAVE E PUXADOR EM PLASTICO PRETO	COMPRAS	R\$ 93,80
362	LONGARINA EM FERRO COM 3 ASSENTOS ESTOFADO EM TECIDO PRETO	DEPTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	R\$ 107,20
366	LONGARINA EM FERRO PRETO E 3 ASSENTOS ESTOFADOS EM TECIDO	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL	R\$ 67,00
382	ARMARIO ESTANTE EM FORMICA CINZA COM 2 PORTAS COM CHAVE E PUXADOR EM PLASTICO PRETO 2 PRATELEIRAS FRENTE ABERTA	ESCOLA MUNICIPAL PROFº ALBANO BORRE	R\$ 107,20
397	GAVETEIRO 02 GAVETAS CINZA	ARQUIVO MORTO	R\$ 67,09
466	BALCAO PIA EM FORMICA BRANCA 3 PORTAS 2 GAVETAS TAMPO EM LOUÇA COM 1 CUBA	POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 201,00
467	ARMARIO AEREO EM FORMICA COM 3 PORTAS	POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 67,00
473	CADEIRA GIRATORIA EM FERRO E ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO CREME COM ENCOSTO DE BRAÇO	SALA DOS GUARDAS	R\$ 53,60
528	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA	JARDIM DE INF. CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 9,60
550	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA	JARDIM DE INF. CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 9,60
560	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 9,60
585	MESA EM FERRO E FORMICA VERDE REDONDA	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 93,80
588	MESA EM FERRO E FORMICA VERDE REDONDA	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 93,80
593	MESA EM FERRO E FORMICA VERDE REDONDA	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 93,80
616	BALCAO EM MADEIRA CREME 1 PORTA E 1 GAVETA	POSTO MUN. DE SAÚDE	R\$ 53,60
618	NOBREAK WINPARTS POWER GUARD ENERMAX	ESCOLA MUN. PROFº ALBANO BORRE	R\$ 74,80
686	MAQUINA DE ESCREVER ELETRICA OLIVETTI ET PERSONAL 510-II	ARQUIVO MORTO	R\$ 60,20
762	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA	ESCOLA MUN. PROFº ALBANO BORRE	R\$ 13,40
853	AR CONDICIONADO ELECTROLUX CICLO REVERSO 7.500	POSTO MUN. DE SAÚDE	R\$ 335,00
933	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO ESTOFADO EM TECIDO AZUL	ESCOLA MUN. PROFº ALBANO BORRE	R\$ 26,80
981	BALCAO EM MADEIRA COM 2 PORTAS 2 GAVETAS E PUXADOR EM PLASTICO	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 47,12
1009	MESA PARA ESCRITORIO EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA COM PORTA TECLADO E PORTA CPU	DMER	R\$ 80,40
1016	BALCAO EM FORMICA BRANCA 2 PORTAS COM CHAVE E PUXADOR EM PLASTICO PRETO	POSTO MUN. DE SAÚDE	R\$ 60,08
1043	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA	ESCOLA MUNICIPAL PROFº ALBANO BORRE	R\$ 13,40
1115	SUPORTE EM FERRO PRETO PARA TELEVISOR E DVD	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 47,12
1116	SUPORTE EM FERRO PRETO PARA TELEVISOR E DVD	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 47,12
1166	MAQUINA DE ESCREVER ELETRICA OLIVETTI PRAXIS 204	TESOURARIA	R\$ 268,00
1285	MACA BALCAO GINECOLOGICA EM MDF BRANCO ESTOFADO EM COURVIN PRETO	POSTO DE SAÚDE	R\$ 549,40



1288	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ALBANO BORRE	R\$ 13,40
1333	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA	ESCOLA MUN. PROFº ALBANO BORRE	R\$ 13,40
1495	MESINHA AUXILIAR EM FERRO E FORMICA 3 PRATELEIRAS COM RODINHAS	POSTO MUN. DE SAÚDE	R\$ 73,92
1530	CADEIRA GIRATORIA EM FERRO E ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO PRETO	POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 60,08
1547	AR CONDICIONADO CONSUL CICLO REVERSO 7500	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 107,20
1624	TELEVISOR PHILCO 29 POLEGADAS	POSTO MUN. DE SAÚDE	R\$ 201,00
1715	CIRCULADOR DE AR AIR 30 MALLORY	BIBLIOTECA MUNICIPAL	R\$ 67,00
1738	MESA PARA ESCRITORIO EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA COM 3 GAVETAS	POSTO MUN. DE SAÚDE	R\$ 80,40
1856	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA	ESCOLA MUN. PROFº ALBANO BORRE	R\$ 13,40
1863	MESA EM FERRO E FORMICA VERDE REDONDA	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 93,80
1866	MESA EM FERRO E FORMICA VERDE REDONDA	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 93,80
1867	MESA EM FERRO E FORMICA VERDE REDONDA	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 93,80
1968	IMPRESSORA HP PHOTOSMART 7150	ARQUIVO MORTO	R\$ 85,00
2060	MESA PARA COMPUTADOR EM MDF BRANCO 1 GAVETA PORTA TECLADO RETRATIL E 2 PRATELEIRAS	SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 80,40
2068	MAQUINA DE LAVAR ROUPA VANGUARD CEMITE	COZINHA	R\$ 107,20
2121	ROUPEIRO EM FORMICA COM 4 PORTAS 2 GAVETAS E PUXADOR EM PLASTICO	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 107,20
2122	ROUPEIRO EM FORMICA COM 4 PORTAS 2 GAVETAS E PUXADOR EM PLASTICO	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 107,20
2125	ARMARIO EM MDF BRANCO COM 2 PORTAS E PUXADOR EM PLASTICO CINZA ALTO HENN	ESCOLA MUNICIPAL PROFº ALBANO BORRE	R\$ 80,40
2467	BEBEDOURO DE COLUNA MASTERFRIO EM INOX COM 2 SAIDAS DE PRESSAO	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES	R\$ 402,00
2482	CLIMATIZADOR DE AR KOMEKO 24.000 BTUS	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ALBANO BORRE	R\$ 1.407,00
2594	FURADEIRA GSB 16RE PROFISSIONAL BOSCH	DIMER	R\$ 154,32
2721	MONITOR POSITIVO TFT LCD 15 POLEGADAS PO15T105S	ESCOLA MUN. PROF ALBANO BORRE	R\$ 71,40
2724	MONITOR POSITIVO TFT LCD 15 POLEGADAS PO15T105S	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ALBANO BORRE	R\$ 71,40
2771	FORNO ELETRICO MAGICAL ITC	ESCOLA MUNICIPAL PROFº ALBANO BORRE	R\$ 201,00
2773	BALCAO EM MDF BRANCO E MARROM COM 5 GAVETAS E PUXADOR EM PLASTICO CROMADO	ESCOLA MUN. PROFº ALBANO BORRE	R\$ 100,72
2861	VENTILADOR DE TETO	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 60,08
2943	ROUPEIRO EM FORMICA COM 4 PORTAS 2 GAVETAS E PUXADOR EM PLASTICO	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO	R\$ 107,20
3000	MAQUINA DE LAVAR ROUPAS POP TANQUE MUELLER	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ALBANO BORRE	R\$ 107,20
3098	ROTEADOR D-LINK DIR 600	CRAS	R\$ 20,28
3100	ROTEADOR WIRELESS TP-LINK 54M TL-WR340GD	CRAS	R\$ 20,40
3215	BALCAO EM MADEIRA COM 2 PORTAS E 1 GAVETA	POSTO MUN. DE SAÚDE	R\$ 60,08
3245	CAMA HOSPITALAR EM FERRO BRANCO COM RODINHAS E GRADE LATERAL	POSTO MUN. DE SAÚDE	R\$ 234,72
3283	APARELHO DE FAX PANASONIC KX FT501	POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 301,00
3362	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP OFFICEJET J3600	POLICIA MILITAR	R\$ 88,40
3400	MAKITA 3601 BOSCH	SETOR DE URBANISMO	R\$ 649,68
3404	ARMARIO EM FORMICA 2 PORTAS COM CHAVE	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL	R\$ 67,00
5937	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA	CRAS	R\$10,72
		TOTAL	R\$ 8.363,73

Art. 2º. Fica igualmente autorizado ao Executivo Municipal proceder a baixa dos referidos bens móveis do Patrimônio Público Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
16 de outubro de 2018.  
RONALDO LUIZ SENGER  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 934.10.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANE E. R. ROVARIS

Publicação Nº 1774534

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 934/18 de 10.10.18  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 08 de outubro de 2018, a funcionária Eliane Eleusa Rosar Rovaris, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
10 de outubro de 2018.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

### 936.10.18 - P. PONTO FACULTATIVO

Publicação Nº 1774538

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 936/18 de 11.10.18

Ponto Facultativo

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI:

#### RESOLVE:

Declarar Ponto Facultativo aos Funcionários e Secretários Municipais, no dia 01 de novembro de 2018 (quinta-feira), por considerar inexpressivo para as atividades internas e externas das repartições públicas municipais.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de outubro de 2018.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

# Botuvera

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 128/2018

Publicação Nº 1774543

PORTARIA Nº 128/2018

“Nomeia Servidor Para o Cargo de Assistente de Esporte e Cultura para o Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, VII, X, XV da Lei Orgânica Municipal;

Resolve:

Art. 1º- Nomear a Sr.ª AMANDA CAROLINE REZINI, brasileira, para o cargo de ASSISTENTE DE ESPORTE E CULTURA, a partir de 16/10/2018.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 16 de Outubro de 2018.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 33 2018 SRP

Publicação Nº 1775069

PROCESSO ADMINISTRATIVO 45/2018  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 33/2018 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 31/10/2018, estará selecionando a melhor proposta para Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras. Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 15 de outubro de 2018.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2018

Publicação Nº 1775078

LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2018

“Altera dispositivo da Lei Complementar nº 075/2009 de 24/06/2009”.

Nildo Melmestet, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica suprimido o item II, do art. 104 da Lei Complementar nº 075/2009 de 24/06/2009, passando o mesmo a seguinte redação:

Art. 104 – Quando necessário se fizer a ampliação do perímetro urbano de Braço do Trombudo/SC, após a aprovação desta lei o poder público deverá respeitar o que segue:

I – Ter prévia aprovação pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT.

II – Suprimido.

III – Apresentar mapa cadastral das áreas que sofrerão ampliação.

IV – Prever a ampliação do sistema viário e zoneamento urbano juntamente com a ampliação do Perímetro Urbano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 02 de outubro de 2018.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 23 2017

Publicação N° 1750243

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 17/2017

Número do Registro de Preços: 17/2017		Data do Registro: 17/08/2017		Válido até: 17/08/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra mecânica para máquinas, caminhões, tratores, implementos agrícolas, veículos de passeio e utilitários na Secretaria Municipal de obras e setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de serviço de mão de obra mecânica para máquinas, caminhões, tratores, implementos agrícolas, veículos de passeio e utilitários da Secretaria Municipal de obras e setor de agricultura. (20277)	HORA	VERNER KRENZLIN (6065)	KRENZLIN	0	55,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017

Número do Registro de Preços: 17/2017		Data do Registro: 17/08/2017		Válido até: 17/08/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra mecânica para máquinas, caminhões, tratores, implementos agrícolas, veículos de passeio e utilitários na Secretaria Municipal de obras e setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017  
PROCESSO Nº 30/2017  
(6065) - VERNER KRENZLIN

Braço do Trombudo, 17 de Agosto de 2017.



# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 2319-2018

Publicação Nº 1775256

PORTARIA Nº 2.319/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando também os Termo de Convênio 04/2017 celebrado entre a Câmara de Vereadores de Brusque e o Município de Brusque;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a cessão de ADIR JOSÉ DE OLIVEIRA, matrícula nº 851981, ocupante do cargo efetivo, de AGENTE DE OBRAS, lotado na Secretaria de Obras, para prestar serviços na Câmara Municipal de Vereadores de Brusque, conforme estabelecido no convênio nº 04/2017.

Parágrafo Primeiro: A cessão se dá de 08/10/2018 até 31/12/2018, podendo ser prorrogado mediante prévia comunicação das partes.

Parágrafo Segundo: A cessão se dá em substituição ao Servidor JOELSON PEREIRA SANTOS JUNIOR, conforme da Portaria Nº 2259/2018.

Parágrafo Terceiro: O controle e cumprimento da carga horária ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/10/2018/2018, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora DE Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 166-2018-ERRATA-SAMAE

Publicação Nº 1775257

#### ERRATA

Em razão de equívoco contido na Portaria n. 166/2018, publicada em 17 de julho de 2018, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC faz-se retificação da referida Portaria, de acordo com o que segue:

#### 1. Onde se lê:

“Art. 1º Conceder Licença de 05 (cinco) dias ao servidor PAULO HENRIQUE FLORES, matrícula 21008-00, ocupante do cargo de Agente de Obras, (...).”

#### 2. Leia-se:

“Art. 1º Conceder Licença de 05 (cinco) dias ao servidor PAULO HENRIQUE FLORES, matrícula 21008-00, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção, (...).”

#### 3. As demais informações constantes na Portaria supramencionada permanecem inalteradas.

Brusque, 15 de outubro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

### PORTARIA Nº 213-2018-SAMAE

Publicação Nº 1775258

PORTARIA Nº 213/2018

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 016/2018, emitido em 08/10/2018 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e vertical para o servidor Ivan da Silva Lotin, ocupante do cargo de Servente de Serviços Gerais, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GO-01A passando para o padrão de vencimento 3GO-02B por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2018.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 10 de outubro 2018.

ROBERTO BOLOGNINI

DIRETOR PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 215-2018-SAMAE**

Publicação Nº 1775259

**PORTARIA Nº 215/2018**

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 131, inciso I, e art. 473, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Decreto-Lei Nº 5.452 de 1º de maio de 1943:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença de 03 (três) dias ao servidor SIMEÃO BRAGA DE SOUZA matrícula 49441-00, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, em virtude de Casamento Civil, Certidão de Casamento Civil, matrícula: 108928 01 55 2018 2 00063 178 0014892 72, de 28 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a 01/10/2018.

Brusque, 11 de outubro de 2018.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 216-2018-SAMAE**

Publicação Nº 1775260

**PORTARIA Nº 216/2018**

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, da Lei nº 2.174/97 com suas posteriores alterações e:

Considerando que o Poder Executivo Municipal, promoveu Concurso Público para provimento de vagas na Administração Geral do Município, incluindo-se nesse, vagas para o atendimento das atividades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE);

Considerando que o SAMAE é uma autarquia municipal, sendo responsável pelo serviço essencial de captação, tratamento e fornecimento de água potável aos munícipes, não podendo ter suas atividades comprometidas ou paralisadas;

Considerando que as necessárias vagas não preenchidas pelo Concurso Público necessitaram ser completadas através do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 001/2018, homologado em 03/10/2018;

**RESOLVE**

Art. 1.º Admitir pelo período de 15/10/2018 à 14/10/2019, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 001/2018, conforme classificação:

Em 1º lugar, para o cargo de Agente de ETA: EDUARDO GONÇALVES CORREIA DOS SANTOS;

Art. 2º Esta Portaria, entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar 15/10/2018, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 15 de outubro de 2018.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 16-2018- CMAS**

Publicação Nº 1775261

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a aprovação do repasse de recurso próprio para as instituições Lar Sagrada Família e Lar Menino Deus.

A Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 11 de outubro de 2018, no uso das competências e atribuições;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 56, de 02 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Brusque – CMAS;

RESOLVE:

Art.1º – Aprovar o repasse de recursos próprios para as instituições Lar Sagrada Família para aquisição de um veículo e Lar Menino Deus para aquisição de um veículo e uma moto.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de publicação, com efeitos a contar da data de 11 de outubro de 2018.

FABIANA DEMÉTRIO

Presidente do Conselho Municipal  
de Assistência Social – CMAS

**RESOLUÇÃO Nº 17-2018- CMAS**

Publicação Nº 1775262

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a aprovação da manutenção das inscrições das entidades.

A Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 11 de outubro de 2018, no uso das competências e atribuições;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 56, de 02 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Brusque – CMAS;

RESOLVE:

Art.1º – Aprovar manutenção das inscrições das seguintes entidades:

- Lar Menino Deus;
- Lar Sagrada Família;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;
- Centro de Integração Empresa Escola de Santa Catarina – CIEE/SC.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de publicação, com efeitos a contar da data de 11 de outubro de 2018.

FABIANA DEMÉTRIO

Presidente do Conselho Municipal  
de Assistência Social – CMAS

# Caçador

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2018**

Publicação Nº 1775269

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2018  
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - LEI COMPLEMENTAR 123/2006

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2018

TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERECIDO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (HORA) – POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELETRÔNICOS COM APLICAÇÃO DE PEÇAS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 30/10/2018 às 14h.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 30/10/2018 às 14h30min. Maiores Informações poderão ser obtidas pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito na Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor. O edital completo encontra-se disponível no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br), no ícone transparência – licitações.

Caçador, 16 de outubro de 2018.

SAULO SPEROTTO  
PREFEIRO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 186/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2018**

Publicação Nº 1775073

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 186/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 121/2018-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS METÁLICOS E FERRAGENS, DESIGNADOS E SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/10/2018 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 29/10/2018 às 14h30min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 16 de outubro de 2018.

SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE SUSPENSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2018 - PREGÃO Nº 114/2018**

Publicação Nº 1775237

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

CNPJ: 83.074.302/0001-31  
AV. SANTA CATARINA, 195  
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO Nº 114/2018

O Município de Caçador/SC torna pública a Suspensão do Processo Licitatório nº 176/2018, na modalidade de Pregão nº 114/2018,



REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM VARRIÇÃO MANUAL DE-SIGNADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE CAÇADOR-SC, para adequações no edital.

Maiores Informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br), telefone: (049) 3666.2433 ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador/SC, 16 de outubro de 2018.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 29.710

Publicação Nº 1775295

PORTARIA Nº 29.710, de 10 outubro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 221, 230 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo para apurar denúncia encaminhada pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, através de Relatório Circunstanciado com descrição dos fatos e documentos que o instrui, o qual trata de denúncia encaminhada pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, onde o Servidor Público Municipal J.G.V., concursado no cargo de Professor de Educação Física, teria deixado de elaborar/formalizar o Termo de Compromisso de Caçador junto ao site da FESPORTE, uma vez que é através desse procedimento que se indicam os dados da cidade para que a mesma possa participar do evento, e posteriormente fazer inscrição para a participação de atletas em cada modalidade do PARAJASC. Como o servidor teria deixado de formalizar o Termo de Compromisso, posteriormente não foi possível efetuar a inscrição para participação de atletas em modalidades Paradesportivas, para concorrer pelo Município de Caçador-SC, no evento que se realizará no Município de Jaraguá do Sul no mês de Outubro de 2018. Notícia o Relatório Circunstanciado que o citado Servidor Municipal é o responsável por todas as inscrições do Município de Caçador em eventos da FESPORTE, e é o único que possui a senha de acesso ao sistema de cadastramento da FESPORTE para realizar o procedimento de preenchimento de Termo de Compromisso / Inscrição dos atletas. O servidor J.G.V. trabalha junto ao Município de Caçador há anos, sempre exercendo o encargo de efetivar o Termo de Compromisso, e posterior inscrição dos atletas de Caçador junto à FESPORTE. A denúncia encontra-se instruída com Ata Notarial Cartorária de conversas entre o Servidor J.G.V., e o Secretário de Cultura, Esporte e Turismo, Enemir Corozzola, via aplicativo "Whatsapp", onde o Servidor J.G.V. declara não ter feito o Termo de Compromisso do Município de Caçador/SC para participação no PARAJASC dos para-atletas da cidade de Caçador. O Relatório Circunstanciado foi encaminhado através do Protocolo nº. 15.138/2018.

Parágrafo Único. A Comissão Processante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, averiguando se efetivamente ocorreram irregularidades, sob que circunstâncias, se o servidor J.G.V. cometeu infração administrativa conforme denúncia, inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do processo, com possível infração ao disposto nos arts. 185, inciso II, III, V e art. 186, incisos IX e XIII da Lei Complementar nº 56/2004, podendo ser aplicadas quaisquer das penalidades previstas no art. 197 da Lei Complementar nº. 56/2004, em conformidade com a infração apurada, inclusive a demissão, prevista no art. 197 e art. 199, inciso III, IV e art. 209 e 210 da Lei Complementar nº. 56/2004.

Art. 2º. DESIGNAR com base no art. 233 da Lei Complementar nº. 56/2004 os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARIA BARBOSA NUNES DE OLIVEIRA, concursada no cargo de Professora, Coordenadora da Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, com formação em terceiro grau Licenciatura em Educação Artística e Bacharelado em Direito, MICHELLE DE SOUZA SANTOS, concursada no cargo de Professora de Educação Infantil, com formação de terceiro grau em Pedagogia e Pós Graduada em Psicopedagogia, lotada junto à Secretaria da Administração, e EDIMAR SCAMBARA, concursado no cargo de Assistente Administrativo, lotado junto à Secretaria de Administração, com formação de terceiro grau em Ciências Contábeis para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Processo Administrativo nº. 07/2018, secretariados por Jéssica Menel, Secretária Executiva de Assessoria.

Art. 3º. Fixar gratificação aos membros temporários do Processo Administrativo nº. 07/2018, Michelle de Souza Santos e Edimar Scambara, pela execução/colaboração nos trabalhos além de suas atribuições de seus cargos de concurso e pela responsabilidade da função a ser desempenhada, com fulcro no art. 178, inciso V da Lei Complementar nº. 56/2004, sendo o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) ao final do processo.

Art. 4º. Os membros da Comissão exercerão a função concomitantemente com o desempenho de suas funções normais, com prioridade de desempenho sobre estas.

Art. 5º. A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar do recebimento da portaria pela Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 236 da Lei Complementar nº. 056/2004.

Art. 6º. Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, devendo todos os setores e repartições públicas atenderem com prioridade as solicitações da Comissão Processante.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto– PREFEITO MUNICIPAL.

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2018**

Publicação Nº 1775059

### **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO DE LICITAÇÃO 185/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 120/2018 PREFEITURA DE CAÇADOR

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de abertura de portas, instalação de fechaduras, troca de segredo e aquisição de cópias de chaves, fechaduras e cadeados, destinados à Prefeitura, Secretarias, Autarquias e Fundos do Município de Caçador-SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 26/10/2018 às 16hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 26/10/2018 às 16hrs30min.

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor, e o Edital completo no site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) no ícone TRANSPARÊNCIA – LICITAÇÕES.

Caçador, 16 de outubro de 2018.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

**Caibi****PREFEITURA****DECRETO 191/2018**

Publicação Nº 1774949

DECRETO Nº. 191/2018 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2520/2017, de 13 de dezembro de 2017, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.039,00 (dez mil e trinta e nove reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2018, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

**QUADRO I****ÓRGÃO 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO****UNIDADE 03 – FUNDOMUNICIPAL DOS IDOSOS****082410006.1.006 – AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS – FUNDO IDOSO****4.4.90 – Investimentos – Aplicações Diretas****(181) Fonte: 1000 Recursos Ordinários ..... R\$ 10.039,00**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2018 da fonte de recurso 1000 Ordinários no valor de R\$ 10.039,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 15 de outubro de 2018.

**ELÓI JOSÉ LÍBANO**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

**DIRLEI LEMES DE ALMEIDA**

Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 192/2018**

Publicação Nº 1775364

DECRETO Nº 192/2018 de 17 de Outubro de 2018.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Comissão Permanente de Licitação do objeto do Chamamento Público 003/2017, Processo Licitatório Nº 099/2017, Inexigibilidade Nº 010/2017 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELOI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Nº 8.883/94.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitações, nomeado pelo Decreto Nº 231/2017 de 21/12/2017, sobre o Chamamento Público Nº 003/2017, Processo Licitatório Nº 099/2017, Inexigibilidade Nº 010/2017 que tem por objeto CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS, para realização de exames laboratoriais, ao preço da tabela SUS.

Art. 2º. Fica homologado o objeto deste Chamamento Público em favor do proponente:

EMPRESA	CNPJ
FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA EPP	14.439.041/0003-55

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 17 de Outubro de 2018.

**Elói José Libano**

Prefeito Municipal



Publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

Dirlei Lemes de Almeida  
Secretário de Administração e Planejamento

## DECRETO Nº 193/2018

Publicação Nº 1775377

DECRETO Nº 193/2018, de 17 de Outubro de 2018.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 233/2017 do objeto do Processo Licitatório de Nº 083/2018 na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 056/2018 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira CASSIANE PIGNAT BEILKE designada pelo Decreto Nº 233/2017, sobre o Processo Licitatório Nº 083/2018, na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 056/2018 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAIBI – SC.

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor dos proponentes abaixo relacionados, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponentes	Item	Unid.	Qtd	Descrição	Marca	Vlr. Unit. R\$	Vlr. Total Item R\$
CAIBI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	2	Und	80	Bocal de Porcelana, reforçado, rosca tipo E40 padrão celesc	G20	7,68	614,40
CAIBI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	7	M	500	Fio selecionado de cobre flexível, isolado em PVC, 70°, 450/750V, 2,5mm– Padrão celesc	Rcm	1,19	595,00
CAIBI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	8	M	300	Fio selecionado de cobre flexível, isolado em PVC, 200°, 450/750V, 2,5mm– Padrão celesc	Rcm	2,70	810,00
CAIBI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	15	Und	500	Relé fotocélula eletromagnético, corpo e tampa em polietileno com radiações UV, contato de encaixe em latão estranhado, tensão nominal 220 Vca de 50 a 60HZ, 1000/1800VA, termico com retardo, liga a 3A5 LUX, desliga até 80 LUX - Padrão Celesc	Exatron	16,95	8.475,00
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	1	Und	100	Bocal de Porcelana, reforçado, rosca tipo E27 padrão celesc	G 20	3,89	389,00
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	3	Und	200	Conector Cunha de Alumínio padrão celesc	Joarp	5,00	1.000,00
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	4	Und	200	Conector Cunha Ramal de Cobre Estanhado padrão celesc.	Joarp	5,00	1.000,00
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	6	Und	200	Conector cunha de cobre estanhado padrão celesc.	Joarp	5,00	1.000,00
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	11	Und	600	Lâmpada vapor sódio em alta pressão 70W, base E-27, fluxo luminoso: 6000 IM ou maior – Padrão celesc]	Ourolux	17,99	10.794,00
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	14	Und	300	Reator externo, baixa perda, para lâmpada vapor de sódio 70W, 220V, 60Hz, fator de potencia 0,92 min), com ignitor temorario, galvanizado a fogo, conforme norma MBR 13593 e Celesc	Luxfort	43,50	13.050,00
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	18	Und	30	Braço para poste de iluminação pública D25X 1500mm, com curva galvanizado a fogo - padrão Celesc	Luxfort	70,00	2.100,00

CENTRO OESTE COMERCIO E INSTALACAO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	5	Und	200	Conector Piercing padrão celesc	Intelli	6,50	1.300,00
CENTRO OESTE COMERCIO E INSTALACAO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	9	Und	350	Lâmpada vapor sódio em alta pressão 150W, base E-40, fluxo luminoso: 17000 IM ou maior- Padrão celesc	Ourolux	26,80	9.380,00
CENTRO OESTE COMERCIO E INSTALACAO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	10	Und	250	Lâmpada vapor sódio em alta pressão 250W, base E-40, fluxo luminoso: 31000 IM ou maior – Padrão celesc	Ourolux	30,00	7.500,00
CENTRO OESTE COMERCIO E INSTALACAO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	12	Und	200	Reator externo, baixa perda, para lâmpada vapor de sodio 150W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 min), com ignitor temporário, galvanizado a fogo, conforme norma MBR 13593 e Celesc	Sama reatores	50,00	10.000,00
CENTRO OESTE COMERCIO E INSTALACAO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	13	Und	100	Reator externo, baixa perda, para lâmpada vapor de sodio 250W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (min), com ignitor temporário, galvanizado a fogo conforme norma MBR 13593 e Celesc	Sama reatores	63,00	6.300,00
CENTRO OESTE COMERCIO E INSTALACAO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	16	Und	500	Suporte rele fotocélula 220 10A a 15A – Padrão celesc	Exatron	6,50	3.250,00
CENTRO OESTE COMERCIO E INSTALACAO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	17	Und	100	Fita isolante de 20 mts – padrão Celesc	Enerbras	3,60	360,00
CENTRO OESTE COMERCIO E INSTALACAO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	19	Und	30	Luminária Fechada Integrada de uso externo em iluminação pública 150W . Corpo em liga de alumínio injetado, Suporte em porcelana E27, Fixação em braços tipo BR2 e BR3, indicadas para lâmpadas vapor metálica e vapor de sódio, Fixação em braço através de parafusos sextavados, Condutores de saída do suporte devem ter isolamento resistente, no mínimo de 200Cº e 750V, Refletor confeccionado em alumínio.Padrão Celesc.	Almirante	95,00	2.850,00
CENTRO OESTE COMERCIO E INSTALACAO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	20	Und	40	Parafusos de cabeça quadrada 250 mm completo padrão celesc.	Romagnole	7,00	280,00

## Totais dos proponentes vencedores

Nomes dos Fornecedores	Valor total da proposta
CAIBI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	10.494,40
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	29.333,00
CENTRO OESTE COMERCIO E INSTALACAO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	41.220,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 17 de Outubro de 2018.

Elói José Libano  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

Dirlei Lemes de Almeida  
Secretário de Administração e Planejamento

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 037/2018 - PMC

Publicação Nº 1775270

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 037/2018 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 096/2018 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ASFALTO USINADO A QUENTE, PARA SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS PAVIMENTADAS COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA APLICAÇÃO A FRIO EM OPERAÇÃO TAPA BURACOS, EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 16/10/2018  
1ª Publicação.

### PREGÃO PRESENCIAL 071/2018 - PMC

Publicação Nº 1775209

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 071/2018 – PMC - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS UTILIZADAS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PARA MANUTENÇÃO NOS PARQUES, ACADEMIAS, ESCOLAS E DEMAIS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 30 (Trinta) de Outubro de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 16 de Outubro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 62/2018

Publicação Nº 1770779

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 62/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: RUDINEI MALINOVSKI, no Cargo Público e na Função de Engenheiro Civil, portador do CPF/MF nº 058.802.519-42, residente domiciliado na Rua Jorge Weiss, nº 276, Bairro Dona Francisca, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no inciso VII do artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Contratação em caráter Temporário devido à necessidade deste profissional atual nos serviços da "Iluminação Pública", para acompanhamento dos trabalhos de fiscalização, inventário de materiais, bem como para a elaboração de novos projetos e acompanhamento de obras para melhoria, ampliação e eficiência da iluminação pública.

Esta Administração Municipal ao longo dos anos vem economizando recursos provenientes do COSIP, recursos estes que se pretende investir em melhoria, ampliação e eficiência no serviço de iluminação pública, sendo esta necessidade entendida como temporária, conforme ofício expedido pela Secretaria Municipal de Administração nº 13/SECAD/2018.

PRAZO: Início: 17 de outubro de 2018;

Término: 17 de outubro de 2019.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese à contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 3.788,95 (três mil setecentos e oitenta e oito reais, noventa e cinco centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do §13 do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 17 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	RUDINEI MALINOVSKI Contratado
--	----------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**CONVOCAÇÃO Nº 227/2018**

Publicação Nº 1774342

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018  
CONVOCAÇÃO Nº 227/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. PRICILA BRANCO KRZESINSKI, inscrita no CPF/MF sob nº 112.998.389-79 aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº 01/2018, para o Cargo Público de PROFESSOR II na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 19 de outubro de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 16 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

**CONVOCAÇÃO Nº 228/2018**

Publicação Nº 1774345

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018  
CONVOCAÇÃO Nº 228/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK, inscrita no CPF/MF sob nº 004.320.039-75 aprovada em 27º lugar no Processo Seletivo nº 01/2018, para o Cargo Público de PROFESSOR I na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 19 de outubro de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 16 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 11.532 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1774298

DECRETO Nº 11.532 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.754 de 16 de outubro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339032.00.519 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 123.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339032.00.519 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 46.000,00

	TOTAL	R\$ 169.000,00
--	-------	----------------

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 162.905,09
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319004.00.519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 6.094,91
	TOTAL	R\$ 169.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 11.533 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1774525

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.533 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso I do artigo 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 12.326,35 (doze mil, trezentos e vinte e seis reais e trinta e cinco centavos), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil, Militar e Radiopatrulha.	
300000.00.0153 -	Despesas Correntes	
330000.00.0153 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0153 -	Aplicação Direta	
339039.00.0153 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 12.326,35

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 16 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito**DECRETO Nº 11.534 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1774528

DECRETO Nº 11.534 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso II do artigo 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 8.300,00 (oito mil trezentos reais), nos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.300,00
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer em Famílias	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339031.00.0896 -	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras.	R\$ 1.000,00
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.0766 -	Despesas Correntes	
330000.00.0766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0766 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0766 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
	Total	R\$ 8.300,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339031.00.0896 -	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	R\$ 1.000,00
400000.00.0896 -	Despesas de Capital	
440000.00.0896 -	Investimentos	
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
449051.00.0896 -	Obras e Instalações	R\$ 1.300,00
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer em Famílias	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	



339036.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.0766 -	Despesas Correntes	
330000.00.0766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
	Total	R\$ 8.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 11.535 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1774531

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.535 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Assistência Social	
400000.00.0955 -	Despesas de Capital	
440000.00.0955 -	Investimentos	
449000.00.0955 -	Aplicações Diretas	
449052.00.0955 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Assistência Social	
300000.00.0955 -	Despesas Correntes	
330000.00.0955 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0955 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0955 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 11.536 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775216

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.536 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do art. 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 e suas alterações; DECRETA:

Art. 1º Contratar, o Sr. RUDINEI MALINOVSKI, ao Cargo Público e na Função de Engenheiro Civil, Registro no Sistema sob o nº 955845, Categoria Funcional Atividades de Nível Superior, com provimento de Caráter Temporário, Regime Jurídico Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Parágrafo único. A Contratação de que trata o caput deste artigo, realização de serviços da "Iluminação pública", para acompanhamento dos trabalhos de fiscalização, inventário de materiais, bem como para a elaboração de novos projetos e acompanhamento de obras para melhoria, ampliação e eficiência da Iluminação Pública no território do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/02, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 3.788,95 (três mil setecentos e oitenta e oito reais, noventa e cinco centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 17 de outubro de 2018 a 17 de outubro de 2019.

Art. 3º A presente contratação, dá-se em razão da classificação do Sr. RUDINEI MALINOVSKI, aprovado em 3º lugar no Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal nº 9.058 de 16 de junho de 2015 e prorrogado seu prazo de validade pelo Decreto Municipal nº 10.550 de 14 de junho de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2018

Publicação Nº 1770780

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 63/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: RUDINEI MALINOVSKI, no Cargo Público e na Função de Engenheiro Civil, portador do CPF/MF nº 058.802.519-42, residente domiciliado na Rua Jorge Weiss, nº 276, Bairro Dona Francisca, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no inciso VII do artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Contratação em caráter Temporário devido à necessidade deste profissional atual nos serviços da "Iluminação Pública", para acompanhamento dos trabalhos de fiscalização, inventário de materiais, bem como para a elaboração de novos projetos e acompanhamento de obras para melhoria, ampliação e eficiência da iluminação pública.

Esta Administração Municipal ao longo dos anos vem economizando recursos provenientes do COSIP, recursos estes que se pretende investir em melhoria, ampliação e eficiência no serviço de iluminação pública, sendo esta necessidade entendida como temporária, conforme ofício expedido pela Secretaria Municipal de Administração nº 13/SECAD/2018.

PRAZO: Início: 17 de outubro de 2018;  
Término: 17 de outubro de 2019.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese à contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 3.788,95 (três mil setecentos e oitenta e oito reais, noventa e cinco centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do §13 do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	RUDINEI MALINOVSKI Contratado
--	----------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

## LEI Nº 4.754 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1774296

LEI Nº 4.754 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339032.00.519 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 123.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339032.00.519 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 46.000,00
	TOTAL	R\$ 169.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do

## Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 162.905,09
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319004.00.519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 6.094,91
	TOTAL	R\$ 169.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## PORTARIA Nº 15.974 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775297

### GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.974 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESPE REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Homologar o resultado da Avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESPE, em data de 14 de fevereiro de 2017, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal CARLA ANDRÉA VEIGA, matrícula funcional nº 000685, registro no sistema sob nº 955125, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 01/CAESPE/2017, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 17 de fevereiro de 2017 sob nº 8287.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de outubro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.975 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1775298

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.975 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE PROGRESSÕES DE DESEMPENHO E POR CAPACITAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 332, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressões Funcionais ao Servidor Público Municipal EDSON AUGUSTO DE JESUS, matrícula funcional nº 000735, registro no sistema sob nº 955255, no Cargo Público e exercendo a Função de Motorista da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

§1º Conceder Progressão Horizontal pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 31, Referência "A" para o Nível 3 Sub-Nível 31 Referência "B" no valor de R\$ 1.305,18 (um mil, trezentos e cinco reais, dezoito centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 03 de junho de 2018.

§2º Conceder Progressão Horizontal por Capacitação, passando do Nível 1 Sub-Nível 31, Referência "B" para Nível 3 Sub-Nível 31 Referência "C" no valor de R\$ 1.344,35 (um mil, trezentos e quarenta e quatro reais, trinta e cinco centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 03 de junho de 2018.

Art. 2º Na folha de pagamento do mês de outubro de 2018, será pago o valor de R\$ R\$ 274,80 (duzentos e setenta e quatro reais, oitenta e quatro centavos), correspondente ao valor das Progressões concedidas a partir do dia 03 de junho de 2018, já descontado o valor de R\$ 33,96 (trinta e três reais e noventa e seis centavos), referente contribuição do Servidor Público ao IPRECAL. O valor de R\$ 67,93 (sessenta e sete reais e noventa e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

16 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA 01/2018**

Publicação Nº 1775300

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2018

"DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA DAR CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NO PÁRAGRAFO ÚNICO, DO ART. 377 DO REGIMENTO INTERNO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos Municípios que:

CONSIDERANDO, que esta Câmara Municipal deverá cumprir o quanto determina o Parágrafo Único do Art. 377 do Regimento Interno desta Casa Legislativa;

CONSIDERANDO, que a LRF determina a participação popular e realização de Audiências Públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, Lei de Diretrizes Orçamentária e Orçamento;

RESOLVE:

Art.1º Fica marcada para o dia 22 (vinte e dois) do mês de Outubro do corrente ano, Audiência Pública da Lei Diretrizes Orçamentárias – LDO – para o exercício de 2019, do Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º A Audiência que trata o caput deste artigo será realizada no Plenário Ladislau Laska da Câmara Municipal, sito na Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 640 – Centro neste Município, às 17:00 hs.

§ 2º Ficam convidadas todas as autoridades deste Município, bem como todos os Municípios, para dar ciência do quanto determinado no

Inciso I do Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre/SC., 15 de outubro de 2018.

JOSNEI ROGÉRIO CCHALOUPECK

Presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre

# Campos Novos

## PREFEITURA

### DECRETO 8127/18 SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Publicação Nº 1775207

DECRETO Nº 8.127/18 de 16/10/2018.

#### SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Gilmar Marco Pereira, Prefeito em exercício, do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371/17 DE 21/09/2017 (Plano Plurianual), Lei nº 4.346/17 DE 14/07/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.405/17 de 22/12/2017 (Lei Orçamentária Anual),

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do município o valor de R\$ 746.000,00 (Setecentos e quarenta e seis mil reais) no projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 –FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01–FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.052– obras, reformas e ampliação de Unidades Básicas de Saúde.

Elementos de despesa: 64- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0033.00105–Aplicações Diretas ..... R\$ 746.000,00

Art.2º - Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do provável excesso de arrecadação, Recursos de Convênio União/Saúde Proposta nº 08595.0420001/18-003 autorizada aguardando empenho de R\$ 746.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 16 de outubro de 2018.

Gilmar Marco Pereira

Prefeito Municipal e.e

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 24/2018

Publicação Nº 1775317

Portaria Nº 24/2018

NOMEIA A SENHORA THAIS ANGÉLICA MOREIRA CORDEIRO PARA O CARGO TEMPORÁRIO DE ASSESSOR ESPECIAL ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora THAIS ANGÉLICA MOREIRA CORDEIRO, brasileira, casada, inscrita sob RG nº 4.877.703 - SSP/SC e CPF nº 058.149.079-75, para o cargo temporário de Assessor Especial Administrativo da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, conforme Contrato CMV Nº. 09/2018, anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 01 de Outubro de 2018.

José Adelar Carpes

Presidente da Mesa



**PORTARIA Nº 25/2018**

Publicação Nº 1775318

Portaria Nº 25/2018

EXONERA O SENHOR DIOGO THACIANO ALMEIDA DA COSTA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o senhor DIOGO THACIANO ALMEIDA DA COSTA, brasileiro, solteiro, inscrito sob RG nº 4.274.482 - SSP/SC e CPF nº 069.371.569-36, do cargo em Comissão de Assessor Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 11 de Outubro de 2018.

José Adelar Carpes
--------------------

Presidente da Mesa
--------------------

**PORTARIA Nº 26/2018**

Publicação Nº 1775319

Portaria Nº 26/2018

NOMEIA O SENHOR ALEXSANDRO PUCCI CEREGATTI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor ALEXSANDRO PUCCI CEREGATTI, brasileiro, casado, inscrita sob RG nº 3.152.186 - SSP/SC e CPF nº 005.166.079-28, para o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Outubro de 2018.

José Adelar Carpes
--------------------

Presidente da Mesa
--------------------

## BALANCETE MÊS SETEMBRO/2018

Publicação Nº 1775316

Betha Sistemas  
Exercício de 2018  
Setembro  
Página: 1/11

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	1.483.151,74D	339.865,89	212.284,73	1.610.732,90D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	1.050.236,20D	339.865,89	208.415,27	1.161.696,82D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	981.719,93D	339.302,55	207.851,93	1.113.170,55D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	981.719,93D	339.302,55	207.851,93	1.113.170,55D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	981.719,93D	339.302,55	207.851,93	1.113.170,55D
1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	981.719,93D	339.302,55	207.851,93	1.113.170,55D
1.1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	981.719,93D	339.302,55	207.851,93	1.113.170,55D
1.1.1.1.1.1.1.1			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	981.719,93D	339.302,55	207.851,93	1.113.170,55D
1.1.1.1.1.1.1.1.1	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	981.719,93D	339.302,55	207.851,93	1.113.170,55D
1.1.3			DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	24.682,94D	563,34	563,34	24.682,94D
1.1.3.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	24.682,94D	499,92	499,92	24.682,94D
1.1.3.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	24.682,94D	499,92	499,92	24.682,94D
1.1.3.1.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	24.682,94D	0,00	0,00	24.682,94D
1.1.3.1.1.01.02 (42145)	P	P	13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	24.682,94D	0,00	0,00	24.682,94D
1.1.3.1.1.02 (42150)	P	P	SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	499,92	499,92	0,00
1.1.3.8			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	63,42	63,42	0,00
1.1.3.8.1			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	63,42	63,42	0,00
1.1.3.8.1.08			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	0,00	63,42	63,42	0,00
1.1.3.8.1.08.00.01			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	0,00	63,42	63,42	0,00
1.1.3.8.1.08.00.01.00.000001 (47940)	P	F	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	63,42	63,42	0,00
1.1.5			ESTOQUES	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6			ALMOXARIFADO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1			ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03			MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03.00.01 (42388)	P	P	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.9			VARIÁVEIS PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	41.788,25D	0,00	0,00	41.788,25D
1.1.9.1			PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR	8.701,55D	0,00	0,00	8.701,55D
1.1.9.1.1 (42411)	P	P	PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	8.701,55D	0,00	0,00	8.701,55D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	33.086,70D	0,00	0,00	33.086,70D
1.1.9.3.1 (42415)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	33.086,70D	0,00	0,00	33.086,70D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	432.915,54D	0,00	3.889,46	429.046,08D
1.2.3			IMOBILIZADO	432.915,54D	0,00	3.889,46	429.046,08D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	311.089,52D	0,00	0,00	311.089,52D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	311.089,52D	0,00	0,00	311.089,52D
1.2.3.1.1.01			MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	39.130,63D	0,00	0,00	39.130,63D
1.2.3.1.1.01.02 (42865)	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2.050,00D	0,00	0,00	2.050,00D
1.2.3.1.1.01.99			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	37.080,63D	0,00	0,00	37.080,63D
1.2.3.1.1.01.99.01 (42865)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	37.080,63D	0,00	0,00	37.080,63D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	72.318,10D	0,00	0,00	72.318,10D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	72.318,10D	0,00	0,00	72.318,10D
1.2.3.1.1.02.01.01 (42888)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	72.318,10D	0,00	0,00	72.318,10D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	81.387,59D	0,00	0,00	81.387,59D
1.2.3.1.1.03.01 (42882)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	2.805,69D	0,00	0,00	2.805,69D
1.2.3.1.1.03.02 (42883)	P	P	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	6.089,90D	0,00	0,00	6.089,90D
1.2.3.1.1.03.03 (42884)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	72.492,00D	0,00	0,00	72.492,00D
1.2.3.1.1.04			MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	20.443,20D	0,00	0,00	20.443,20D

Betha Sistemas  
Exercício de 2018  
Setembro  
Página: 2/11

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.2.3.1.1.04.05 (42901)	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	20.443,20D	0,00	0,00	20.443,20D
1.2.3.1.1.05			VEÍCULOS	83.000,00D	0,00	0,00	83.000,00D
1.2.3.1.1.05.03 (42907)	P	P	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	83.000,00D	0,00	0,00	83.000,00D
1.2.3.1.1.99			DEMAIS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99			OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99.01 (42928)	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.2			BENS MÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.07 (42997)	P	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	87.346,58C	0,00	3.869,46	91.216,04C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOL	87.346,58C	0,00	3.869,46	91.216,04C
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	87.346,58C	0,00	3.869,46	91.216,04C
1.2.3.8.1.01.05 (43013)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	18.295,86C	0,00	1.383,33	19.678,99C
1.2.3.8.1.01.99 (43019)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	69.050,92C	0,00	2.486,13	71.537,05C

Betha Sistemas  
Exercício de 2018  
Setembro  
Página: 3/11

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balanço de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	625.613,71C	246.883,33	264.993,09	643.723,47C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	175.393,72C	246.883,33	264.993,09	193.503,48C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PA	174.974,02C	182.401,84	200.387,43	192.959,61C
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	174.974,02C	125.413,83	143.399,42	192.959,61C
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	174.974,02C	125.413,83	143.399,42	192.959,61C
2.1.1.1.1.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	174.974,02C	125.413,83	143.399,42	192.959,61C
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	174.974,02C	123.173,66	123.173,66	0,00
2.1.1.1.1.01.02			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	99.986,78C	960,08	12.203,50	111.230,20C
2.1.1.1.1.01.02.00.000001 (43094)	P	P	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	99.986,78C	960,08	12.203,50	111.230,20C
2.1.1.1.1.01.03			FÉRIAS	74.987,24C	1.280,09	8.022,26	81.729,41C
2.1.1.1.1.01.03.00.000001 (43096)	P	P	FÉRIAS	74.987,24C	1.280,09	8.022,26	81.729,41C
2.1.1.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	32.504,02	32.504,02	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	32.504,02	32.504,02	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	32.504,02	32.504,02	0,00
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	24.483,99	24.483,99	0,00
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	24.483,99	24.483,99	0,00
2.1.1.4.3.01			INSS A PAGAR	0,00	24.483,99	24.483,99	0,00
2.1.1.4.3.01.01			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	24.483,99	24.483,99	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	26.845,21	26.845,21	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	26.845,21	26.845,21	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	26.845,21	26.845,21	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	26.845,21	26.845,21	0,00
2.1.8			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	26.845,21	26.845,21	0,00
2.1.8.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	419,70C	37.636,28	37.760,45	543,87C
2.1.8.8.1			VALORES RESTITUIVEIS	419,70C	37.636,28	37.760,45	543,87C
2.1.8.8.1.01			VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	419,70C	36.667,06	36.791,23	543,87C
2.1.8.8.1.01.08 (43538)	P	F	CONSIGNAÇÕES	0,00	9.571,49	9.571,49	0,00
2.1.8.8.1.01.04			INSS	0,00	15.142,73	15.142,73	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00.03 (47959)	P	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	15.142,73	15.142,73	0,00
2.1.8.8.1.01.08 (43544)	P	F	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	419,70C	0,00	124,17	543,87C
2.1.8.8.1.01.99			OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	11.952,84	11.952,84	0,00
2.1.8.8.1.01.99.01 (47963)	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	5.798,06	5.798,06	0,00
2.1.8.8.1.01.99.02 (47964)	P	F	TIM - CELULARES	0,00	117,08	117,08	0,00
2.1.8.8.1.01.99.05 (47967)	P	F	SCOOP CREDITAMPPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	5.047,41	5.047,41	0,00
2.1.8.8.1.01.99.07 (48092)	P	F	AGEMED	0,00	460,26	460,26	0,00
2.1.8.8.1.01.99.08 (50738)	P	F	SINDCAMPOS	0,00	530,03	530,03	0,00
2.1.8.8.1.04			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	969,22	969,22	0,00
2.1.8.8.1.04.03 (43566)	P	F	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0,00	969,22	969,22	0,00
2.3			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	450.219,99C	0,00	0,00	450.219,99C
2.3.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.7			RESULTADOS ACUMULADOS	73.840,49C	0,00	0,00	73.840,49C
2.3.7.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	73.840,49C	0,00	0,00	73.840,49C
2.3.7.1.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	6.792.203,96D	0,00	0,00	6.792.203,96D

Betha Sistemas  
Exercício de 2018  
Setembro  
Página: 4/11

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.3.7.1.1.02 (44121)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.792.203,96D	0,00	0,00	6.792.203,96D
2.3.7.1.2			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	7.784.437,77C	0,00	0,00	7.784.437,77C
2.3.7.1.2.02 (44126)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.784.437,77C	0,00	0,00	7.784.437,77C
2.3.7.1.3			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	918.393,32D	0,00	0,00	918.393,32D
2.3.7.1.3.02 (44131)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	918.393,32D	0,00	0,00	918.393,32D

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
 Balanço de Verificação - 2018

Betha Sistemas  
 Exercício de 2018  
 Setembro  
 Página: 5/11

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.849.891,97D	229.181,98	0,00	2.078.873,95D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	1.263.821,74D	165.963,29	0,00	1.429.585,03D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.074.176,69D	141.479,30	0,00	1.215.655,99D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	916.373,53D	121.253,54	0,00	1.037.627,07D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	916.373,53D	121.253,54	0,00	1.037.627,07D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	914.582,81D	121.253,54	0,00	1.035.836,15D
3.1.1.1.1.01.01	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	914.582,81D	121.253,54	0,00	1.035.836,15D
3.1.1.1.1.02			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	1.790,92D	0,00	0,00	1.790,92D
3.1.1.1.1.02.03	P		SERVÇOS EXTRAORDINÁRIOS	1.790,92D	0,00	0,00	1.790,92D
3.1.1.2			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	157.803,16D	20.225,76	0,00	178.028,92D
3.1.1.2.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	157.803,16D	20.225,76	0,00	178.028,92D
3.1.1.2.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	157.803,16D	20.225,76	0,00	178.028,92D
3.1.1.2.1.01.21	P		FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	54.707,71D	8.022,26	0,00	62.729,97D
3.1.1.2.1.01.22	P		13. SALÁRIO	103.095,45D	12.203,50	0,00	115.298,95D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	189.445,05D	24.483,99	0,00	213.929,04D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	189.445,05D	24.483,99	0,00	213.929,04D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	189.445,05D	24.483,99	0,00	213.929,04D
3.1.2.2.3.01	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	189.445,05D	24.483,99	0,00	213.929,04D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	257.487,05D	32.504,02	0,00	289.991,07D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	257.487,05D	32.504,02	0,00	289.991,07D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	257.487,05D	32.504,02	0,00	289.991,07D
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	257.487,05D	32.504,02	0,00	289.991,07D
3.2.1.1.1.01			PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	257.487,05D	32.504,02	0,00	289.991,07D
3.2.1.1.1.01.99	P		OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	257.487,05D	32.504,02	0,00	289.991,07D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	328.583,18D	30.714,67	0,00	359.297,85D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	61.081,43D	4.534,75	0,00	65.616,18D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	61.081,43D	4.534,75	0,00	65.616,18D
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	61.081,43D	4.534,75	0,00	65.616,18D
3.3.1.1.1.01	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	4.591,08D	861,95	0,00	5.453,03D
3.3.1.1.1.15	P		MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	1.756,10D	0,00	0,00	1.756,10D
3.3.1.1.1.16	P		MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.781,80D	128,60	0,00	3.910,40D
3.3.1.1.1.17	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.449,00D	0,00	0,00	1.449,00D
3.3.1.1.1.21	P		MATERIAL DE COXA E COZINHA	8.037,89D	1.082,16	0,00	9.120,05D
3.3.1.1.1.22	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	9.074,08D	776,24	0,00	9.850,32D
3.3.1.1.1.23	P		UNIFORMES, TECIDOS E AVALIAMENTOS	600,00D	0,00	0,00	600,00D
3.3.1.1.1.24	P		MATERIAL P/ MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	3.001,75D	0,00	0,00	3.001,75D
3.3.1.1.1.26	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	998,70D	259,50	0,00	1.258,20D
3.3.1.1.1.39	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	5.089,50D	0,00	0,00	5.089,50D
3.3.1.1.1.48	P		BENS IMÓVEIS NÃO ATIVÁVEIS	6.855,59D	0,00	0,00	6.855,59D
3.3.1.1.1.49	P		BILHETES DE PASSAGEM	3.665,12D	0,00	0,00	3.665,12D
3.3.1.1.1.50	P		BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	1.320,00D	0,00	0,00	1.320,00D
3.3.1.1.1.99	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	10.860,82D	1.426,30	0,00	12.287,12D
3.3.2			SERVIÇOS	237.516,09D	22.310,46	0,00	259.826,55D
3.3.2.1			DIÁRIAS	70.160,00D	0,00	0,00	70.160,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	70.160,00D	0,00	0,00	70.160,00D
3.3.2.1.1.01			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	70.160,00D	0,00	0,00	70.160,00D
3.3.2.1.1.01.01	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	70.160,00D	0,00	0,00	70.160,00D

Betha Sistemas  
Exercício de 2018  
Setembro  
Página: 6/11

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balanco de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.2.2			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	5.176,89D	499,92	0,00	5.676,81D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	5.176,89D	499,92	0,00	5.676,81D
3.3.2.2.1.05 (44592)	P		SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	58,90D	0,00	0,00	58,90D
3.3.2.2.1.99 (44632)	P		OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	5.117,99D	499,92	0,00	5.617,91D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	162.179,20D	21.810,54	0,00	183.989,74D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	162.179,20D	21.810,54	0,00	183.989,74D
3.3.2.3.1.04 (44638)	P		COMUNICAÇÃO	1.800,00D	0,00	0,00	1.800,00D
3.3.2.3.1.05 (44639)	P		PUBLICIDADE	15.800,00D	4.200,00	0,00	20.000,00D
3.3.2.3.1.06 (44640)	P		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	690,00D	0,00	0,00	690,00D
3.3.2.3.1.08 (44642)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	14.196,50D	1.982,21	0,00	16.178,71D
3.3.2.3.1.10 (44644)	P		LOCAÇÕES	14.316,05D	1.807,53	0,00	16.123,58D
3.3.2.3.1.11 (44645)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9.863,13D	2.320,61	0,00	11.983,74D
3.3.2.3.1.30 (44664)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	17.377,00D	580,00	0,00	17.957,00D
3.3.2.3.1.31 (44665)	P		SERVIÇO MÉDICO - HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS	148,90D	0,00	0,00	148,90D
3.3.2.3.1.99 (44687)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	88.187,62D	10.920,19	0,00	99.107,81D
3.3.3			DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	29.985,66D	3.869,46	0,00	33.855,12D
3.3.3.1			DEPRECIAÇÃO	29.985,66D	3.869,46	0,00	33.855,12D
3.3.3.1.1			DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	29.985,66D	3.869,46	0,00	33.855,12D
3.3.3.1.1.01			DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO	29.985,66D	3.869,46	0,00	33.855,12D
3.3.3.1.1.01.01 (44910)	P		DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	29.985,66D	3.869,46	0,00	33.855,12D



Betha Sistemas  
Exercício de 2018  
Setembro  
Página: 7/11

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL ALIMENTATIVA	2.707.230,00C	0,00	338.653,38	3.045.883,38C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.706.666,64C	0,00	338.333,33	3.044.999,97C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.706.666,64C	0,00	338.333,33	3.044.999,97C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.706.666,64C	0,00	338.333,33	3.044.999,97C
4.5.1.1.2 (45892)	P		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	2.706.666,64C	0,00	338.333,33	3.044.999,97C
4.9			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ALIMENTATIVAS	563,36C	0,00	320,05	883,41C
4.9.7			REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	563,36C	0,00	320,05	883,41C
4.9.7.1			REVERSÃO DE PROVISÕES	563,36C	0,00	320,05	883,41C
4.9.7.1.1			REVERSÃO DE PROVISÕES – CONSOLIDAÇÃO	563,36C	0,00	320,05	883,41C
4.9.7.1.1.99 (46133)	P		REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES	563,36C	0,00	320,05	883,41C

Betha Sistemas  
Exercício de 2018  
Setembro  
Página: 8/11

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.060.000,00D	0,00	0,00	4.060.000,00D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	4.060.000,00D	0,00	0,00	4.060.000,00D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	4.060.000,00D	0,00	0,00	4.060.000,00D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.060.000,00D	0,00	0,00	4.060.000,00D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	4.060.000,00D	0,00	0,00	4.060.000,00D
5.2.2.1.1.01 (46205)		O	CREDITO INICIAL	4.060.000,00D	0,00	0,00	4.060.000,00D

Betha Sistemas  
Exercício de 2018  
Setembro  
Página: 9/11

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.060.000,00C	617.540,76	617.540,76	4.060.000,00C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	4.060.000,00C	617.540,76	617.540,76	4.060.000,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	4.060.000,00C	617.540,76	617.540,76	4.060.000,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	4.060.000,00C	617.540,76	617.540,76	4.060.000,00C
6.2.2.1.1 (46261)	O		CRÉDITO DISPONÍVEL	2.306.333,59C	201.606,88	0,00	2.104.726,71C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	1.753.666,41C	415.933,88	617.540,76	1.955.273,29C
6.2.2.1.3.01 (46267)	O		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	28.300,00C	207.006,88	201.606,88	22.900,00C
6.2.2.1.3.02 (46268)	O		CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	0,00	1.920,12	1.920,12	0,00
6.2.2.1.3.03 (46269)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	207.006,88	207.006,88	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	1.725.366,41C	0,00	207.006,88	1.932.373,29C

Betha Sistemas  
Exercício de 2018  
Setembro  
Página: 10/11

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	2.783.304,49D	339.802,47	0,00	3.123.106,96D
7.1			ATOS POTENCIAIS	68.290,01D	0,00	0,00	68.290,01D
7.1.2			ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	68.290,01D	0,00	0,00	68.290,01D
7.1.2.3			OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	68.290,01D	0,00	0,00	68.290,01D
7.1.2.3.1			OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	68.290,01D	0,00	0,00	68.290,01D
7.1.2.3.1.04			CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	68.290,01D	0,00	0,00	68.290,01D
7.1.2.3.1.04.00000005 (60720)	C		BETHA SISTEMAS LTDA.	33.490,01D	0,00	0,00	33.490,01D
7.1.2.3.1.04.00000007 (60789)	C		SIMPATIA FM LTDA.	14.400,00D	0,00	0,00	14.400,00D
7.1.2.3.1.04.00000008 (60792)	C		RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA	14.400,00D	0,00	0,00	14.400,00D
7.1.2.3.1.04.00000009 (60797)	C		EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO SUL LTDA - ME	6.000,00D	0,00	0,00	6.000,00D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.711.243,49D	339.302,55	0,00	3.050.546,04D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	2.711.243,49D	339.302,55	0,00	3.050.546,04D
7.2.1.1 (46412)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	2.711.243,49D	339.302,55	0,00	3.050.546,04D
7.9			OUTROS CONTROLES	3.770,99D	499,92	0,00	4.270,91D
7.9.1			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	3.770,99D	499,92	0,00	4.270,91D
7.9.1.2			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	3.770,99D	499,92	0,00	4.270,91D
7.9.1.2.1 (46453)	C		CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	3.770,99D	499,92	0,00	4.270,91D

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
 Balanço de Verificação - 2018

Betha Sistemas  
 Exercício de 2018  
 Setembro  
 Página: 11/11

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	2.783.304,49C	659.129,57	998.932,04	3.123.106,96C
8.1			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	68.290,01C	2.807,53	2.807,53	68.290,01C
8.1.2			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	68.290,01C	2.807,53	2.807,53	68.290,01C
8.1.2.3			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	68.290,01C	2.807,53	2.807,53	68.290,01C
8.1.2.3.1			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	68.290,01C	2.807,53	2.807,53	68.290,01C
8.1.2.3.1.04			CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	68.290,01C	2.807,53	2.807,53	68.290,01C
8.1.2.3.1.04.01			A EXECUTAR	52.473,96C	2.807,53	0,00	49.666,43C
8.1.2.3.1.04.01.00.0000005 (50721)	C		BETHA SISTEMAS LTDA.	19.173,96C	1.807,53	0,00	17.366,43C
8.1.2.3.1.04.01.00.0000007 (50790)	C		SIMPATIA FM LTDA.	14.400,00C	0,00	0,00	14.400,00C
8.1.2.3.1.04.01.00.0000008 (50793)	C		RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA	14.400,00C	0,00	0,00	14.400,00C
8.1.2.3.1.04.01.00.0000009 (50798)	C		EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO SUL LTDA - ME	4.500,00C	1.000,00	0,00	3.500,00C
8.1.2.3.1.04.02			EXECUTADOS	15.816,05C	0,00	2.807,53	18.623,58C
8.1.2.3.1.04.02.00.0000005 (50722)	C		BETHA SISTEMAS LTDA.	14.316,05C	0,00	1.807,53	16.123,58C
8.1.2.3.1.04.02.00.0000009 (50799)	C		EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO SUL LTDA - ME	1.500,00C	0,00	1.000,00	2.500,00C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.711.243,49C	655.322,20	994.624,75	3.050.546,04C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	2.711.243,49C	655.322,20	994.624,75	3.050.546,04C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	2.711.243,49C	655.322,20	994.624,75	3.050.546,04C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	953.000,23C	203.672,16	340.398,61	1.089.726,68C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	953.000,23C	203.608,74	340.335,19	1.089.726,68C
8.2.1.1.1.02 (46732)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - CRÉDITOS	0,00	63,42	63,42	0,00
8.2.1.1.1.02 (46732)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	28.300,00C	207.006,88	201.606,88	22.900,00C
8.2.1.1.1.02 (46733)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	419,70C	244.643,16	244.767,33	543,87C
8.2.1.1.1.3			COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	207.006,88	207.006,88	0,00
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕESRETEENÇÕES	419,70C	37.636,28	37.760,45	543,87C
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	1.729.523,56C	0,00	207.851,93	1.937.375,49C
8.2.1.1.4 (46738)	C		OUTROS CONTROLES	3.770,99C	999,84	1.499,76	4.270,91C
8.9			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	3.770,99C	999,84	1.499,76	4.270,91C
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTUL	3.770,99C	999,84	1.499,76	4.270,91C
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE ADANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	3.770,99C	999,84	1.499,76	4.270,91C
8.9.1.2.1			ADANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	0,00	499,92	499,92	0,00
8.9.1.2.1.01			ADANTAMENTOS A APROVAR	0,00	499,92	499,92	0,00
8.9.1.2.1.02 (46828)	C		ADANTAMENTOS APROVADOS	3.770,99C	0,00	499,92	4.270,91C
8.9.1.2.1.03 (46829)	C		TOTAL:	0,00	2.432.404,00	2.432.404,00	0,00C

CAMPOS NOVOS, 09/10/2018

JOSE ADELAR CARPES  
 PRESIDENTE

JOELMA F. FAE  
 CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 256/2018

Publicação Nº 1774344

DECRETO Nº. 256/2018

#### APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008, Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Lei Municipal nº 6.217 de 21/05/2018, Lei Complementar nº 047 de 20/12/2013, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 19.588,16 m<sup>2</sup> (dezenove mil quinhentos e oitenta e oito metros e dezesseis decímetros quadrados) procedidos por PAULO CÉSAR DA GAMA, situado na Rua Melvin Jones, nº 33, Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 40.577, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 24, com área de 588,69 m<sup>2</sup>, lote nº 33, com área de 601,83 m<sup>2</sup>, lote nº 26, com área de 1.634,12 m<sup>2</sup>, lote nº 27, com área de 300,00 m<sup>2</sup>, lote nº 28, com área de 300,00 m<sup>2</sup>, lote nº 29, com área de 300,00 m<sup>2</sup>, lote nº 30, com área de 14.868,63 m<sup>2</sup>, sendo área de 3.950,18 m<sup>2</sup> de A.P.P (Área de Preservação Permanente), lote nº 31, com área de 300,65 m<sup>2</sup>, lote nº 32, com área de 279,82 m<sup>2</sup>, todos pertencente à quadra nº 011, conforme requerimento protocolado sob nº. 5726/2018.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de outubro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

RAFAEL ROTTILI ROEDER

Secretário Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/10/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº 257/2018

Publicação Nº 1774346

DECRETO Nº. 257/2018

#### "RATIFICAR"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 594,50 m<sup>2</sup> (Quinhentos e noventa e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por GILBERTO SEBASTIÃO GARRETT situado na Rua Derby Fontana, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 28.770, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 25 com área de 200,00 m<sup>2</sup> e lote nº 02 com área de 394,50 m<sup>2</sup>, ambos pertencentes à quadra nº 001, conforme requerimento protocolado sob nº. 2010/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 08 de outubro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

RAFAEL ROTTILI ROEDER

Secretário Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/10/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº 258/2018

Publicação Nº 1774348

DECRETO Nº. 258/2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.149 de 20/12/2017 - LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 6.640,20 (seis mil, seiscentos e quarenta reais e vinte centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esporte e Lazer

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esporte e Lazer

Função 27: Desporto e Lazer

Subfunção 812: Desporto Comunitário

Programa 16: Esporte como Qualidade de Vida

Proj./Ativ. 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....6.640,20

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º deste decreto, fica anulado no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 (Lei nº. 6.148/2017) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2018 (Lei nº. 6.149/2017) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 6.640,20 (seis mil, seiscentos e quarenta reais e vinte centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esporte e Lazer

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esporte e Lazer

Função 27: Desporto e Lazer

Subfunção 812: Desporto Comunitário

Programa 16: Esporte como Qualidade de Vida

Proj./Ativ. 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....5.640,20

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

II)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esporte e Lazer

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esporte e Lazer

Função 27: Desporto e Lazer

Subfunção 812: Desporto Comunitário

Programa 16: Esporte como Qualidade de Vida

Proj./Ativ. 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos ..... 1.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).



Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 08 de outubro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/10/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº PMC 11/2018**

Publicação Nº 1774765

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 135/2018, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 11/2018, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAR SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA A REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS DA CIDADE DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL.

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de outubro do ano de 2018, às 08h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 812/2018, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP, representada pela Sra. Jayne Machado Rocha, MAJESTADE GUIMARÃES LTDA, representada pelo Sr. Gilson Luiz Guimarães, SUSAN HATSCHBACH GRAUPMANN, representada pelo Sr. Bruno Henrique Gaudencio Costa, PREVENTI ENGENHARIA CONTRA INCENDIO LTDA, representada pela Sra. Mairy Walter Tramontin e BHS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ME, BARROS ENGENHARIA LTDA ME, MACRO ARQUITETURA LTDA, RAPHAELA SACAVEM ENGENHARIA LTDA ME, A.F DOS SANTOS SERVIÇOS ME sem representantes presentes. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação das empresas participantes, as quais foram analisadas e rubricadas pela Comissão de Licitação e representantes presentes. O CNPJ das empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que as empresas participantes não constam como inidôneas no referido Portal. As empresas ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP, MACRO ARQUITETURA LTDA, SUSAN HATSCHBACH GRAUPMANN, PREVENTI ENGENHARIA CONTRA INCENDIO LTDA, BARROS ENGENHARIA LTDA ME, A.F DOS SANTOS SERVIÇOS ME, BHS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ME, MAJESTADE GUIMARÃES LTDA e RAPHAELA SACAVEM ENGENHARIA LTDA ME apresentaram documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participam com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP, MACRO ARQUITETURA LTDA, SUSAN HATSCHBACH GRAUPMANN, BARROS ENGENHARIA LTDA ME, A.F DOS SANTOS SERVIÇOS ME, BHS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA e ME MAJESTADE GUIMARÃES LTDA, HABILITADAS no certame. Aberta a palavra aos participantes, a representante da empresa ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP, apontou as seguintes divergências: O endereço do contrato social da empresa PREVENTI ENGENHARIA CONTRA INCENDIO LTDA está divergente da certidão de pessoa jurídica do CREA, ainda da mesma empresa a certidão negativa de falência e concordata foi emitida na comarca de Canoinhas, desatendendo a exigência de número 7.7.4.2 do edital. Referente a empresa RAPHAELA SACAVEM ENGENHARIA LTDA ME, a representante mencionou que certidão negativa de falência e concordata está vencida. A representante ainda solicitou para constar em ATA que a empresa BARROS ENGENHARIA LTDA ME, apresentou balanço patrimonial sem assinatura do sócio administrador em uma das Folhas. Solicitou também para que fosse constado em ATA que a empresa MACRO ARQUITETURA LTDA, que o acervo da empresa está com a razão social divergente. Por fim, solicitou para constar em ATA que empresa A.F DOS SANTOS SERVIÇOS ME, protocolou três envelopes sendo que foi aberto somente o que tem a data de protocolo mais recente, sendo este datado de 11/10/2018. A comissão de licitação declarou inabilitadas as empresas PREVENTI ENGENHARIA CONTRA INCENDIO LTDA, por desatender o item 7.7.4.2 do edital e por ter invalidado a certidão de inscrição da licitante perante o CREA, desatendendo o item 7.7.3 alínea C; e inabilitada a empresa RAPHAELA SACAVEM ENGENHARIA LTDA ME, por apresentar certidão negativa de falência e concordata vencida. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento dos documentos de habilitação. Caso não haja interposição de recursos no prazo estipulado nesta ata, as propostas das empresas habilitadas serão abertas pela Comissão de Licitação, na sala de licitações desta Prefeitura, às 10h00min do dia 25/10/2018. Caso haja interposição de recursos no prazo estipulado nesta ata, as propostas somente serão abertas após o julgamento dos recursos interpostos. O envelope maior contendo os envelopes das propostas de preço das empresas participantes ficará acondicionado no cofre da Prefeitura. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva  
Presidente Secretário Membro Membro

ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA  
Jayne Machado Rocha

EPP MAJESTADE GUIMARÃES LTDA  
Gilson Luiz Guimarães

SUSAN HATSCHBACH GRAUPMANN PREVENTI  
Bruno Henrique Gaudencio Costa Mairy

ENGENHARIA CONTRA INCENDIO LTDA  
Walter Tramontin

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 1-13/2018**

Publicação Nº 1774747

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 1-13/2018

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º FMAS 10/2018

Tomada de Preço n.º FMAS 03/2018

Data do termo: 09/10/2018.

Contratada: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.403.261/0001-88.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL II (CRAS II), SITUADO NA RUA SAULO DE CARVALHO, Nº 626, BAIRRO SOSSEGO, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO AO EDITAL.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.074.257/0001-04.

Do prazo de execução: passa a ser até 09/12/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 1-16/2018**

Publicação Nº 1774749

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 1-16/2018

TERMO DE ACRESCIMO DE VALOR

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º FMAS 14/2018

Tomada de Preço n.º FMAS 04/2018

Data do termo: 01/10/2018.

Contratada: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 052797110001-60.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), SITUADO NA RUA FREI MENANDRO KAMPS, Nº 879, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO AO EDITAL.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.074.257/0001-04.

Do valor ACRESCIDO: R\$ 8.409,63 (oito mil quatrocentos e nove reais e sessenta e três centavos).

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-112/2018**

Publicação Nº 1774750

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º PMC 112/2018

TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º PMC 153/2018

Pregão Presencial n.º PMC 113/2018

Data de assinatura do Termo: 05/10/2018.

Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO CUBO DO EIXO TRASEIRO DA RETRO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND B95B Nº 123, ANO 2010, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Contratada: CHAPEMAQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 07.869.457/0001-86.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80.

Do valor acrescido: R\$ 1.650,10 (mil seiscentos e cinquenta reais e dez centavos).

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 15-214/2015**

Publicação Nº 1775072

EXTRATO DO 15º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º PMC 214/2015

TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º PMC 234/2015

Pregão Presencial n.º PMC 145/2015

Data de assinatura do Termo: 09/10/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRIVADA ATRAVÉS DE

MONITORAMENTO DE ALARME NAS ESCOLAS, CEI's, PREDIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I, COM CONTRATAÇÃO DE SEGURO, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO, VEÍCULO AUTOMOTOR TÁTICO-MÓVEL E CENTRO DE OPERAÇÕES.

Contratada: INVIOVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 14689898000161.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80.

Do valor: R\$ 297,00 (duzentos e noventa e sete reais), valor mensal de R\$ 99,00, referente ao serviço de monitoramento eletrônico na UADAF.

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-25/2018**

Publicação Nº 1774752

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º PMC 25/2018

TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º PMC 19/2018

Pregão Presencial nº PMC 10/2018

Data de assinatura do Termo: 11/10/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LASER COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS, EXCETO PAPEL, DESTINADAS A UTILIZAÇÃO PELAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

Contratada: I9 – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 07.569.095/0001-08.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80.

Do valor acrescido: R\$ 479,00 (quatrocentos e setenta e nove reais).

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-69/2018**

Publicação Nº 1775051

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º PMC 69/2018

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR

TERMO DE RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º PMC 88/2018

Tomada de Preço n.º PMC 05/2018

Data de assinatura do Termo: 05/10/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA LAURO MULLER, NESTA CIDADE DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA..

Contratada: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.279.711/0001-60.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80.

Do valor SUPRIMIDO: R\$ 1.128,20 (mil cento e vinte e oito reais e vinte centavos).

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 4-69/2018**

Publicação Nº 1775053

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º PMC 69/2018

TERMO DE ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR

TERMO DE RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º PMC 88/2018

Tomada de Preço n.º PMC 05/2018

Data de assinatura do Termo: 05/10/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA LAURO MULLER, NESTA CIDADE DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA..

Contratada: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.279.711/0001-60.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80.

Do valor ACRESCIDO: R\$ 263,23 (duzentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos).

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 6-62/2018**

Publicação Nº 1775055

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º PMC 62/2018

TERMO DE RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º PMC 97/2018

Tomada de Preço n.º PMC 06/2018

Data de assinatura do Termo: 05/10/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LANDI AMA NEPPEL, ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SEVERO DE ANDRADE E ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO AO EDITAL A QUE ESTE CONTRATO SE VINCULA..

Contratada: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP.

Onde lia-se (...) caixa de passagem 30x30x40 com tampa de dreno brita R\$ 1.833,48; Leia-se Caixa de passagem 30x30x40 com tampa e dreno brita R\$ 759,69.

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 7-62/2018**

Publicação Nº 1775056

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º PMC 62/2018

TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º PMC 97/2018

Tomada de Preço n.º PMC 06/2018

Data de assinatura do Termo: 05/10/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LANDI AMA NEPPEL, ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SEVERO DE ANDRADE E ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO AO EDITAL A QUE ESTE CONTRATO SE VINCULA..

Contratada: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, CNPJ 83.102.384/0001-80.

Do valor acrescido: R\$ 600,54 (seiscentos reais e cinquenta e quatro centavos).

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 19/2018**

Publicação Nº 1774745

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 19/2018

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº PMC 96/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 76/2018

Data do termo: 01/10/2018.

Contratada: ANINSETO DEDETIZADORA LTDA – ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 07961465/0001-58.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LIMPEZA DE 01 CAIXA DE ÁGUA, DE 500 LITROS, NO ABRIGO INSTITUCIONAL SANTA CLARA.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ nº 11.455.005/0001-25.

Valor do contrato: R\$ 50,00 (cinquenta reais), referente a limpeza de 01 (uma) caixa de água, de 500L.

Vigência: 01/10/2018 a 30/10/2018.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 47/2018**

Publicação Nº 1774733

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 47/2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 42/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº FMS 33/2018

Data de assinatura do contrato: 09/10/2018.

Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 09 (NOVE) APARELHOS DETECTORES FETAIS, DE MESA, DIGITAIS, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS

DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Contratada: COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA, inscrito no CNPJ nº 95.433.397/0001-11.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, inscrita no CNPJ: 11.206.680/0001-10.

Valor do contrato: R\$ 5.609,97 (cinco mil seiscentos e nove reais e noventa e sete centavos).

Da vigência contratual: 09/10/2018 até 09/11/2018.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 48/2018**

Publicação Nº 1774741

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 48/2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 42/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº FMS 33/2018

Data de assinatura do contrato: 09/10/2018.

Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 09 (NOVE) OXÍMETROS DE PULSO, PORTÁTEIS, PARA USO ADULTO E PEDIÁTRICO, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrito no CNPJ nº 00.802.0002/0001-02.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, inscrita no CNPJ: 11.206.680/0001-10.

Valor do contrato: R\$ 900,00 (novecentos reais).

Da vigência contratual: 09/10/2018 até 09/11/2018.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 49/2018**

Publicação Nº 1774743

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 49/2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 170/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 125/2018

Data de assinatura do contrato: 09/10/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO À VEÍCULOS DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 61074175000138.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, inscrita no CNPJ: 11.206.680/0001-10.

Valor do contrato: R\$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo).

Da vigência contratual: 09/10/2018 até 09/10/2019.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 05/2018**

Publicação Nº 1774727

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 05/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 129/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 90/2017

Data de assinatura: 29/08/2018.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ n. 79.283.065/0001-41.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE LIMPEZA DE PRÉDIO PÚBLICO CUJA ÁREA CORRESPONDE A 646 M², DESTINADO AO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS.

Valor do Contrato: R\$ 4.189,50 (quatro mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Vigência: 29/08/2018 até 30/09/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito



**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 07/2018**

Publicação N° 1774730

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 07/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° PMC 170/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° PMC 125/2018

Data de assinatura: 09/10/2018.

Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 61074175000138.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO AO USO DO 9º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Valor do Contrato: R\$ 5.999,99 (cinco mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Vigência: 09/10/2018 até 08/10/2019.

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNSAE 01/2018**

Publicação N° 1774726

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNSAE 01/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° FUNSAE 01/2018

TOMADA DE PREÇO N° 01/2018

Data de assinatura: 04/10/2018.

Contratada: AMPLA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO – LTDA EPP.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISAR O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, PARA OS CAPÍTULOS DE ÁGUA, ESGOTO, RESÍDUOS SÓLIDOS E DRENAGEM PLUVIAL E ELABORAR O PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS – SC, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I..

Valor do Contrato: R\$ 58.840,00 (cinquenta e oito mil oitocentos e quarenta reais).

Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Vigência: 04/10/2018 até 31/05/2019.

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 113/2018**

Publicação N° 1774641

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 113/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° PMC 10/2018

CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO N° PMC 02/2018

Data de assinatura do termo: 02/10/2018.

Contratada: KUCHLER E KOHLER LTDA ME, inscrita no CNPJ n. 24.576.341/0001-78.

Objeto Contratado: CONCESSÃO DE IMÓVEL DE USO GRATUITO.

Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Da vigência contratual: 02/10/2018 até 01/10/2028.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 114/2018**

Publicação N° 1774644

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 114/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° PMC 157/2018

PREGÃO ELETRÔNICO N° PMC 115/2018

Data de assinatura do termo: 02/10/2018.

Contratada: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ n. 09.053.748/0001-27.

Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 07 LIQUIDIFICADORES SEMI-INDUSTRIAIS, CAPACIDADE MINIMA 02 LITROS, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Do valor: R\$ 2.535,54 (dois mil quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), Valor unitário de R\$ 362,22 (trezentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos).

Da vigência contratual: 02/10/2018 até 10/11/2018.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 115/2018**

Publicação Nº 1774652

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 115/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 157/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMC 115/2018

Data de assinatura do termo: 02/10/2018.

Contratada: TECNOLAR LTDA - ME, inscrita no CNPJ n. 12.464.652/0001-66.

Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 03 SECADORAS DE ROUPAS 10KG, MODELO PRÓINFÂNCIA, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Do valor: R\$ 4.689,00 (quatro mil seiscentos e oitenta e nove reais). Valor unitário de R\$ 1.563,00 (mil quinhentos e sessenta e três reais).

Da vigência contratual: 02/10/2018 até 10/11/2018.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 116/2018**

Publicação Nº 1774654

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 116/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 125/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 94/2018

Data de assinatura do termo: 04/10/2018.

Contratada: TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 23161589000105.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO PARCELADA DE 200 HORAS DE SERVIÇO DE RETROESCAVADEIRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Do valor: R\$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais) referente a 200 horas de Retroescavadeira, sendo valor unitário de R\$ 104,50 (cento e quatro reais e cinquenta centavos).

Da vigência contratual: 04/10/2018 até 31/12/2018.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 117/2018**

Publicação Nº 1774655

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 117/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. PMC 126/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 95/2018

Data de assinatura do termo: 04/10/2018.

Contratada: VILSON JOSÉ PEREIRA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 15.053.191/0001-27.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DE TELHADO COM REVISÃO DO MADEIRAMENTO, SENDO 30M² TELHADO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LANDI AMA NEPPEL E 30M² NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE; SUBSTITUIÇÃO DE 6,77 M² DE RUFOS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE.

Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Do valor: R\$ 1.476,73 (mil quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos).



Da vigência contratual: 04/10/2018 até 30/10/2018.  
A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)  
Gilberto dos Passos  
Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 118/2018**

Publicação N° 1774657

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 118/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. PMC 126/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° PMC 95/2018

Data de assinatura do termo: 04/10/2018.

Contratada: VILSON JOSÉ PEREIRA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 15.053.191/0001-27.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DE 11,54M² DE RUFOS E DE 100M² DE SUBSTITUIÇÃO DE TELHA-DO COM MADEIRAMENTO, NA ESCOLA BASICA MUNICIPAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Do valor: R\$ 2.469,67 (dois mil quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos), sendo: - R\$ 379,67 (trezentos e setenta e nove reais e sessenta e sete centavos) referente a substituição de 11,54 m² de rufos;

- R\$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais) referente a substituição de 100m² de telhado, com revisão.

Da vigência contratual: 04/10/2018 até 30/10/2018.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 119/2018**

Publicação N° 1774723

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 119/2018

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° PMC 138/2018

TOMADA DE PREÇOS N. PMC 13/2018

Data de assinatura do termo: 09/10/2018.

Contratada: BRAND ARQUITETURA & ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28037840000148.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAR PROJETO BÁSICO E FLUXO DE CAIXA RELATIVOS A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL A QUE ESTE CONTRATO SE VINCULA.

Contratante: Prefeitura de Canoinhas, inscrita no CNPJ Sob n.º 83.102.384/0001-80.

Do valor: R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil oitocentos reais).

Da vigência contratual: 09/10/2018 até 30/12/2018.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

Gilberto dos Passos

Prefeito

# Capão Alto

## PREFEITURA

### **PREGÃO ELETRÔNICO 036/2018 - REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS ZERO KM, PARA AS FROTAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO SC.**

Publicação Nº 1774360

#### PROCESSO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE Pregão Eletrônico Nº 036/2018

#### 1. Preâmbulo

1.1, TITO PEREIRA FREITAS PREFEITO MUNICIPAL de Capão Alto, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônico do tipo MENOR PREÇO, Julgamento Por item cujo processamento se dará nos termos da Lei Federal n.º 10.520/ 2002 e da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666/1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

#### 2 – LOCAL, DATA E HORA

2.1. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 18/10/2018 até às 09:30 horas do dia 01/11/2018.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09:35 horas do dia 01/11/2018.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 01/11/2018.

REFERÊNCIA DE TEMPO: (Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).

LOCAL: -www.bll.org.br- - "Acesso Identificado"

2.2 – Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

#### 3- OBJETO

3.1 – Registro de Preços - Aquisição de Veículos Novos zero km, para as frotas da Secretaria de Educação, do fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Capão Alto SC., conforme relação e características dos itens constantes em anexo neste edital.

#### 4 – PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar do presente Pregão Eletrônico as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constante deste Edital, e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.bll.org.br .

4.2 – Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3 – Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspensas, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4.4 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.4.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.2 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.4.3 - Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/1993;

4.4.4 - Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

4.4.5 - Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.4.6 - Entidades das quais participem, seja a que título for, dirigentes ou servidores do Município;

4.5 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, As empresas que cumprirem os requisitos legais para tanto, devem identificar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte no momento do seu cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões – BLL.

#### 5- REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1- Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

5.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de serviços.

5.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de cadastramento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema.

5.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.7 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou por meio de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

5.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas datas e horários limites estabelecidos.

5.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida por meio da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

## 6 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 – A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca (apenas uma por produto), valor unitário e valor total de cada item, e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.3 deste Edital.

6.1.1 – A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.2 – O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.3 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico.

6.4 – Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos, que não correspondam às especificações contidas no ANEXO “1” deste Edital, serão desconsiderados.

6.5 – Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) Preço unitário para o item em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

b) Especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante as exigências do Edital;

c) Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, mão de obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação;

d) Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

6.6 – Poderão ser admitidos pelo pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

6.7 – Será desclassificada a proposta que apresentar PRAZO DE ENTREGA diferente ao estipulado neste edital.

## 07. DO ENVIO DA PROPOSTA, FORMULAÇÃO DOS LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

07.1 - O encaminhamento da proposta de preços será feito exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados datas e horários limites estabelecidos. Fica a critério do pregoeiro(a) a autorização para correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances, observadas as regras do sistema.

07.2 - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

07.3 - A proposta deverá atender a todas as exigências deste edital e não poderá ter prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias.

07.4 - A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

07.4.1 - Não será aceita proposta com valores superiores ao máximo fixado no edital, o descumprimento desta determinação implica desclassificação do licitante.

07.4.2 - As características do objeto licitado, conforme anexo deste edital, devem ser especificadas na proposta encaminhada por meio do sistema eletrônico, o não atendimento das exigências implica desclassificação do certame.

07.5 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

07.6 - Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

07.7 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

07.8 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

07.9 - No caso de desconexão do pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. Quando possível, o pregoeiro(a) retornará a atuar no certame, sem prejuízo dos atos realizados durante sua desconexão.

07.9.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, por meio de correio eletrônico (e-mail) divulgando data e hora da reabertura DA SESSÃO;

07.10 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico (fechamento randômico), findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

07.10.1 - Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

07.11 - Antes de anunciar o vencedor, o pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido melhor valor, após decidirá sobre a sua aceitação.

07.12 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

07.13 - A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original relativa à habilitação, dentro das condições dispostas neste edital.

07.13.1 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação, dentro do prazo estabelecido no item 08.1, acarretará nas sanções previstas neste edital, podendo o pregoeiro(a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

07.14 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Também nessa etapa o pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido melhor preço.

07.15 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

07.16 - Constatando o atendimento às exigências fixadas no edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

07.17 - O sistema aplicará os critérios para o desempate em favor das microempresas e empresas de pequeno porte, após o desempate, poderá o pregoeiro(a) ainda negociar um preço melhor.

## 08. DA HABILITAÇÃO

08.1 - Os documentos relativos à habilitação deverão ser enviados via e-mail do pregoeiro(a) [licitacoes@capaoalto.sc.gov.br](mailto:licitacoes@capaoalto.sc.gov.br) até 2 (duas) horas após o término do certame ou, ainda, poderão ser anexados na plataforma caso o licitante habilite o upload dos mesmos.

08.1.1 - Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual, juntamente com a proposta de preços corrigida, para a Prefeitura Municipal de Capão Alto - SC, CEP: 88.548-000, nº500, centro, Sede da Prefeitura - Departamento de Licitações.

08.1.2 - Sob pena de desclassificação, a proposta atualizada deverá estar de acordo com a proposta eletrônica e ser preenchida em papel timbrado, ou devidamente identificado com dados básicos da empresa, constando o valor e demais informações exigidas neste edital, datada e assinada por quem de direito e escrita em português. O(s) valor(es) deverão ser expressos em REAL, com apenas 02 (duas) casas após a vírgula (R\$0,00).

### 08.2 - Quanto à Habilitação Jurídica:

08.2.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, bem como última alteração; no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis ou simples, acompanhada de prova da investidura ou nomeação da administração em exercício.

08.2.2 - Decreto de autorização, devidamente arquivado, para sociedade estrangeira já em funcionamento no Brasil.

08.2.3 - Registro empresarial, no caso de empresa individual.

### 08.3 - Quanto à Regularidade Fiscal:

08.3.1 - prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);

08.3.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

### 08.3.3 - prova de regularidade com as fazendas:

08.3.3.1 - Federal mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;

08.3.3.2 - Estadual mediante a apresentação de certidão de regularidade fiscal e a certidão negativa de dívida ativa de tributos estaduais da sede da empresa (ou certidão conjunta quando forem unificadas);

08.3.3.3 - Municipal mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva Secretaria de Fazenda da sede da empresa, e prova de regularidade com a Fazenda Municipal, referente a tributos mobiliários e imobiliários da sede ou domicílio do licitante;

08.3.4 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT (Lei nº 12.440/2011);

08.3.5 - prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF);

08.3.6 - Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em vigor.

As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias úteis.

08.4 - Serão aceitas as Certidões acima em original ou obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as a verificações, caso

necessário. No caso de divergência entre os dados constantes da certidão apresentada e os dados constantes da verificação, prevalecerá a última.

#### 08.5 - Quanto à Capacidade Técnica:

08.5.1 - As declarações apresentadas pelas licitantes classificadas deverão estar assinadas por representante legal da empresa, comprovadas por meio do contrato social e/ou procuração devidamente autenticada em cartório e anexada à documentação.

08.5.2 - Declaração sob penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Lei 10.097/00).

08.5.3 - declaração de treinamento, caso haja previsão nas características técnicas do objeto.

08.5.4 - declaração de fornecimento.

08.5.5 - O não envio, o envio indevido ou a falta de qualquer dos documentos acarretará desclassificação ou inabilitação. Nesse caso, obedida a ordem de classificação, prazo e demais exigência do edital, será convocada a próxima classificada.

08.5.6 - Considerar-se-á como válido por 90 (noventa) dias os documentos que não possuírem outra referência quanto a esse prazo.

08.5.7 - Considerar-se-á desclassificada e/ou inabilitada a licitante que:

08.5.7.1 - Seja declarada inidônea e/ou suspensa em qualquer esfera de Governo;

08.5.7.2 Estiver cumprindo penalidade de suspensão temporária ou outra penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal;

08.5.7.3 Tiver decretada sua falência, concordata, dissolução ou liquidação;

08.5.7.4 Não atender as exigências quanto à habilitação, devidas neste Edital.

08.5.7.5 Apresentar as propostas em desacordo com o estabelecido no Edital, em especial, com valores superiores ao estimado.

08.5.7.6 Deixar de atender a alguma exigência deste Edital, ou apresentar declaração ou documentação que não atenda aos requisitos legais.

08.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas nesse Edital.

#### 09. DOS RECURSOS

09.1 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

09.2 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro(a) poderá fazê-lo, por meio do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

09.3 A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso.

09.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

09.5 Os recursos contra decisões do pregoeiro(a) terão efeito suspensivo.

09.6 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

09.7 Os recursos deverão ser anexados no sistema em campo próprio ou enviados em duas vias para a prefeitura. Uma via original deverá ser encaminhada para a Prefeitura Municipal de Capão Alto – SC, rua João Vieira de Oliveira, nº500, centro, CEP: 88.548-000, Sede da Prefeitura - Departamento de Licitação. Esta via deverá estar em papel timbrado com o nome da empresa, as razões do recurso e assinatura do representante legal para que possa ser anexada no processo.

09.7.1 Junto com o documento original, deverá ser enviada, também, uma cópia para o e-mail do pregoeiro(a) [licitacoes@capaoalto.sc.gov.br](mailto:licitacoes@capaoalto.sc.gov.br), para que seja possível a publicação no sítio eletrônico das razões do recurso interposto e a respectiva decisão

#### 10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do da administração pública do Município de Capão Alto – SC, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, homologará o procedimento licitatório.

#### 11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1 Após a adjudicação e homologação do resultado do certame licitatório, a proponente vencedora será convocada para assinar o termo de Contrato de Fornecimento, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação.

11.1.1 O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceito pela Administração.

11.2 É facultado ao Município, quando o convocado não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, ou ainda, recusar-se injustificadamente a assinar o termo de contrato, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação.

#### 12 – IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 – As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

12.1.1 – Caberá ao pregoeiro, encaminhar a autoridade competente que decidirá sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

12.1.2 – Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

#### 13. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1 A proponente contratada ficará obrigada a garantir a qualidade do objeto fornecido contra defeitos, pelo período de 36 (trinta e seis)



meses, fornecendo os respectivos termos e/ou declaração dessa garantia. Ainda, caso haja previsão nas características técnicas do objeto, deverá oferecer treinamento para operação do mesmo.

13.2 Durante o prazo de garantia – 36 (trinta e seis) meses –, caso não seja possível a solução do problema no próprio local onde se encontre o equipamento e havendo a necessidade de traslado para dissolução do problema, fica sob responsabilidade da contratada todo ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem e outros que por ventura se fizerem necessários à perfeita solução do problema.

#### 14. DAS INFRAÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002, o licitante que: 1

14.1.1 não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

14.1.2 apresentar documentação falsa;

14.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

14.1.4 ensejar o retardamento na entrega do objeto;

14.1.5 não manter a proposta;

14.1.6 cometer fraude fiscal;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo.

14.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

#### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.1 O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas na lei ou neste edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.1.1 A proponente vencedora convocada, dentro do prazo de validade da sua proposta, que se recusar injustificadamente a assinar o contrato de fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

15.1.2 Suspensão do direito de participar em licitações/contratos junto ao Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando, por culpa da proponente, deixar de entregar o objeto contratado, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento do objeto, fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal ou ocorrer a rescisão administrativa.

15.1.3 Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratual nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento das obrigações. A multa incidirá a cada novo período de atraso em relação à data e prazo prevista para o fornecimento.

15.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando por ação, omissão ou negligência a proponente infringir qualquer das demais obrigações contratuais.

15.1.5 Declaração de inidoneidade, por prazo a ser estabelecido pelo Município, em conformidade com a gravidade da infração cometida pela proponente, observando-se o disposto no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei Federal n.º 9.784/1999.

15.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

#### 16 - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

##### 16.1 Fracionada

16.2 O fornecimento do objeto do presente processo licitatório deverá ser feita ao todo, ou em partes, conforme necessidade da administração do Município de Capão Alto cito: sede da Prefeitura Municipal de Capão Alto, rua João Vieira de Oliveira, nº 500, Centro, município de Capão Alto / SC

16.3 Os Veículos serão entregues de acordo com a necessidade da administração pública mediante "Autorização de Fornecimento", assinada pelo responsável em até 15(quinze) dias corridos da emissão da "Autorização de Fornecimento".

#### 17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 - O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será efetuado à contratada em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos produtos nas quantidades requeridas na "autorização de fornecimento" e aceitação da Nota Fiscal, ou se for o caso, após liberação do repasse caso seja proveniente de convênio, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

17.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

17.3 - O pagamento será efetuado conforme descrito no item 17.1, mediante apresentação da Nota Fiscal, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e União.

17.4 - Dar-se-á o prazo de cinco dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivação do processo de pagamento.

17.5 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

17.6 - As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas do orçamento do exercício vigente.

17.6.1 – Os recursos poderão ser da esfera municipal, estadual e federal.

#### 18 – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – É facultado ao pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer

ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

18.2 – A critério da Administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da lei n. 8.666/93.

18.3 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste pregão, sujeitando-se, o licitante, às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei n. 8.666/93.

18.4 – Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio.

18.5 – Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.6 – O município de Capão Alto, através da autoridade competente, reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

18.7 - Quando for o caso, os produtos entregues, poderão ter no máximo 25% do seu prazo total de validade expirado.

18.8 - A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste edital e seus anexos.

18.9 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.10 - A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

18.11 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.12 – O Contrato oriundo desse Processo Licitatório, terá sua execução administrada e fiscalizada por um representante do Município de Capão Alto, especialmente designado.

18.13 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação nos meios de publicação, sítio do município [www.capaoalto.sc.gov.br](http://www.capaoalto.sc.gov.br), no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina em suas edições diárias [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e no sítio [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) de eventuais alterações no presente edital.

#### 19 - DOS ANEXOS DO EDITAL

19.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

a) Anexo "1" – RELAÇÃO DE ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

b) Anexo "2" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE; e

c) Anexo "3" - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

d) Anexo "4" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO A HABILITAÇÃO.

e) Anexo "5" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO ADMINISTRATIVO O PREFEITO, O VICE-PREFEITO, OS VEREADORES E OS SERVIDORES PÚBLICOS

Capão Alto, SC, 15 de Outubro de 2018

TITO PEREIRA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº036/2018

#### ANEXO "1"

##### RELAÇÃO DE ITENS LICITAÇÃO

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário máximo (R\$)	Valor total máximo (R\$)
------	------------------	-----------------	-----------------	--------------------------------	--------------------------------



1	Veículo popular automóvel, tipo hatch, novo, zero quilômetro, ano de fabricação: 2018 ou superior, modelo 2018 ou superior, motor potência: 1.4, potência mínima 75CV. Requisitos mínimos: fabricação nacional, popular para 5 (cinco) pessoas, incluindo o motorista, 4 (quatro) portas laterais, motor potência: 1.4, potência mínima 75CV ou superior, cor sólida branco, direção hidráulica/elétrica original de fábrica, câmbio mecânico manual com 5 marchas, injeção eletrônica, sistema de freios ABS nas quadros rodas originais de fábrica, lavador e limpador frontal e traseiro, desembaçador de vidros traseiro, espelhos retrovisores com controle manual interno, revestimento dos bancos em tecido, cintos de segurança traseiros laterais de 03 (três) pontos, para-choques na cor do veículo, ar-condicionado original de fábrica, com controle manual ou automático, travas e vidros elétricos originais de fábrica, no mínimo, nas portas frontais; sistema de chave antifurto original de fábrica, pneus aro 14 ou superior, estepe com as mesmas dimensões, tapetes de borracha para o interior e em carpete para o porta-malas, para-sol biarticulado, apoios de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros com regulagem de altura, airbag duplo frontal originais de fábrica, bicomcombustível (flex - gasolina e etanol), capacidade do tanque igual ou superior a 48 litros, assistência técnica com distância máxima de 50km do município, garantia de fábrica de no mínimo 03 (três) anos, 12 (doze) meses de seguro total facultativo e demais equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do CONTRAN. A contratada deverá entregar os veículos quites com as documentações seguintes: IPVA (obs.: Veículo Oficial- isento de IPVA); Placa; Seguros Obrigatório; Vistoria e lacre; CRLV pronto para uso.	UN	4	54.023,33	216.093,32
2	Veículo popular automóvel, tipo sedan, zero quilômetro, ano de fabricação: 2018 ou superior, modelo 2018 ou superior, motor potência: 1.4, potência mínima 80CV ou superior. Requisitos mínimos: fabricação nacional, popular para 5 (cinco) pessoas, incluindo o motorista, 4 (quatro) portas laterais, motor potência: 1.4, potência mínima 80CV ou superior, cor sólida branco, direção hidráulica/elétrica original de fábrica, câmbio mecânico manual com 5 marchas, injeção eletrônica, sistema de freios ABS nas quadros rodas originais de fábrica, lavador e limpador frontal e traseiro, desembaçador de vidros traseiro, espelhos retrovisores com controle manual interno, revestimento dos bancos em tecido, cintos de segurança traseiros laterais de 03 (três) pontos, para-choques na cor do veículo, ar-condicionado original de fábrica, com controle manual ou automático, travas e vidros elétricos originais de fábrica, no mínimo, nas portas frontais; sistema de chave antifurto original de fábrica, pneus aro 14 ou superior, estepe com as mesmas dimensões, tapetes de borracha para o interior e em carpete para o portamalas, para-sol biarticulado, apoios de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros com regulagem de altura, airbag duplo frontal originais de fábrica, bicomcombustível (flex - gasolina e etanol), capacidade do tanque igual ou superior a 48 litros, assistência técnica com distância máxima de 50km do município, garantia de fábrica de no mínimo 03 (três) anos, 12 (doze) meses de seguro total facultativo e demais equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do CONTRAN. A contratada deverá entregar os veículos quites com as documentações seguintes: IPVA (obs.: Veículo Oficial- isento de IPVA); Placa; Seguros Obrigatório; Vistoria e lacre; CRLV pronto para uso.	UN	2	53.283,00	106.566,00
Total Geral					322.659,32

## ANEXO "2"

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social: .....

Endereço: .....

Cidade/Estado: .....

CNPJ: .....

## DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico Nº 036/2018

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

ANEXO "03"

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU  
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA  
(apresentar em papel timbrado indicando CNPJ da empresa)  
Ref. : Edital de Pregão nº 036/2018

O signatário da presente, o senhor (inserir o nome completo), representante legalmente constituído da proponente (inserir o nome da proponente), declara sob as penas da Lei, que a mesma está estabelecida sob o regime legal de (microempresa, empresa de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada), conforme conceito legal e fiscal de nosso ordenamento pátrio, podendo usufruir os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 201\_\_\_\_.

(nome, RG e assinatura do responsável legal)

ANEXO "04"

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de Pregão Eletrônico nº 036/2018, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO "5"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO ADMINISTRATIVO O PREFEITO, O VICE-PREFEITO, OS VEREADORES E OS SERVIDORES PÚBLICOS

(Nome da Empresa), CNPJ N \_\_\_\_\_ sediada na Rua \_\_\_\_\_, n \_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Presencial nº \_\_\_\_\_, DECLARA, que não possui em seu quadro administrativo o Prefeito, o vice-prefeito, os vereadores e os servidores Públicos na Administração Municipal de Capão Alto, tanto no poder legislativo quanto no poder executivo (inciso III, do Art. 9º da Lei 8666/93).

Local e data

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa

PREGÃO Nº 036/2018

ANEXO "V"

MINUTA DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 036/2018

TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº .....

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO - SC Pessoa Jurídica de direito Público interno, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 01.599.409/0001-39, com sede à Rua João Vieira de Oliveira, 500, centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por seu titular o Senhor TITO PEREIRA FREITAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado, nesta cidade e Município de Capão Alto, inscrito no CPF/CIC sob o nº \_\_\_\_\_, e a Empresa \_\_\_\_\_, com nome de fantasia denominada de \_\_\_\_\_, Empresa de Direito Privado, Inscrita no C.N.P.J. sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Cidade e Município de \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato

pelo seu sócio gerente o Senhor ....., portador da carteira de identidade nº ....., CPF sob o nº ..... e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Licitatório - Pregão Presencial nº 036/2018 que se regerá nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, atendida as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** Registro de Preços - Aquisição de Veículos Novos zero km, para as frotas da Secretaria de Educação, do fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Capão Alto SC. conforme processo licitatório nº 036/2018.

**Parágrafo Único:** Integram e completam o presente Termo de Contrato para todos os fins e direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA VIGÊNCIA –** O valor pela aquisição do objeto do presente contrato é de R\$ ..... ( ..... ) cujo valor será pago pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, em até o 30 dias da entrega mediante nota fiscal.

#### **I – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Para a efetuação do pagamento deverá a CONTRATADA:

- 1 – Apresentar a nota fiscal devidamente aceita.
- 2 - Constar na nota fiscal o número do contrato;
- 3 - Emitir nota fiscal ou cupom fiscal no momento da entrega do material para acompanhar a 1ª via da requisição de compra.
- 4 – Atender o disposto no artigo 71, combinado com o artigo 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993, através da atualização permanente do cadastro municipal de fornecedores.

**Parágrafo único.** O não cumprimento de um dos itens constante do presente inciso acima acarretará o sobrestamento do(s) pagamento(s), até que sejam solucionadas as pendências apontadas.

#### **II – DO REAJUSTE**

Não haverá reajuste

#### **III – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência até o término do fornecimento dos materiais ou até 31 de dezembro de 2018, valendo o primeiro a se verificar.

**Parágrafo único:** Poderão ser aditadas as quantidades, de forma global ou em partes, dos bens objeto do presente contrato, observando-se o disposto no Artigo 65 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA –** Os recursos financeiros para o pagamento do objeto do presente Contrato será oriunda de recursos próprios do orçamento vigente, conforme determinado no edital de licitações de qual este contrato é resultante.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE –** Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**I – A CONTRATADA,** obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo a qual, como todos os documentos da Licitação e especificados pelo CONTRATANTE, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

**II – A contratada** obriga-se a entregar o objeto do presente nas condições previstas no edital do processo licitatório, conforme condições de Prazo, Forma de Recebimento e Local de entrega do Objeto do Edital nº 036/2018, e também respeitando a legislação vigente.

#### **8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE:**

**8.1** A Prefeitura Municipal de Capão Alto efetuará o pagamento do objeto do presente Edital em até 30 dias do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal.

**8.2** A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s), da Lei Orçamentária vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES –** Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, as seguintes penalidades:

- e) Advertência
- f) Suspensão ao direito de licitar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.
- g) Declaração de idoneidade, com fulcro no Capítulo IV, seção II, da Lei nº 8666/93 e Lei 10.520/2002. e,
- h) Multa

I - A penalidade de advertência será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou que venham a causar dano ao CONTRATANTE ou a terceiros.

II - As multas serão as seguintes:

- a) Até 10% (DEZ por cento), sobre o valor da fatura, por inobservância de quaisquer das responsabilidades arroladas na Cláusula quarta, deste instrumento.
- b) Até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do contrato, no caso de desistência de Fornecimento.

III - A penalidade de suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas nos seguintes casos:

- a) fizer declaração falsa;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato, injustificadamente;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) fornecer produtos em desconformidade com o especificado;
- h) não substituir, no prazo estipulado, os produtos recusados pelo Contratante.
- i) descumprir prazos e condições previstas neste instrumento.

IV – a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública será aplicado nos casos em que o CONTRATANTE, após análise dos fatos, constatar que a contratada praticou falta grave.

§ 1º A cobrança da multa prevista no inciso II, alínea “a”, será descontada quando da apresentação da nota fiscal e, a prevista na alínea “b”, por intermédio de notificação de cobrança sendo a CONTRATADA obrigada a fazer o recolhimento aos cofres públicos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de cobrança judicial.

§ 2º A punição definida no inciso III será por até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurar os motivos de sua punição.

§ 3º A punição definida no inciso IV será por até 2 (dois) anos, ou enquanto perdurar os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

§ 4º As penalidades poderão ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e art. 7º, da Lei n. 10.520/02.

§ 5º Na aplicação dessas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º Além das penalidades acima citadas a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO** – O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguinte da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão Administrativa prevista no Artigo 77 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

**CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO** – A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente passará a fazer parte integrante.

**CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL** – O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS** – Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venha a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO** – Este Contrato esta vinculado ao Certame Licitatório citado ao preâmbulo deste e a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS** – Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores vigentes, recorrendo-se a analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 3 (três) vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Capão Alto-SC, .....de ..... de 2.01\_\_\_\_.

Prefeitura Municipal Capão Alto

.....  
Prefeito Municipal  
Contratante

.....  
Contratada  
TESTEMUNHAS

Nome;  
CPF:

Nome;  
CPF:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) MICRO-ÔNIBUS ZERO KM PARA ATENDER A DEMANDA DO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPÃO ALTO SC**

Publicação Nº 1774775

PROCESSO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇOS  
EDITAL DE Pregão Eletrônico Nº 037/2018

**1. Preâmbulo**

1.1, TITO PEREIRA FREITAS PREFEITO MUNICIPAL de Capão Alto, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônico do tipo menor preço, Julgamento Por item cujo processamento se dará nos termos da Lei Federal n.º 10.520/ 2002 e da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666/1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**2 – LOCAL, DATA E HORA**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 18/10/2018 às 09:30 horas do dia 06/11/2018 .

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:35 às 09:59 horas do dia 06/11/2018.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 06/11/2018.

REFERÊNCIA DE TEMPO: (Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).

LOCAL: -www.bll.org.br- “Acesso Identificado”

2.2 – Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**3- OBJETO**

3.1 – Registro de Preços para Aquisição de 02(Dois) Micro-ônibus zero Km para atender a demanda do transporte de alunos da Rede Municipal de Educação de Capão Alto SC, conforme relação e características dos itens constantes em anexo neste edital.

**4 – PARTICIPAÇÃO**

4.1 – Poderão participar do presente Pregão Eletrônico as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constante deste Edital, e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.bll.org.br .

4.2 – Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3 – Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspensas, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4.4 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.4.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

- 4.4.2 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.4.3 - Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/1993;
- 4.4.4 - Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.4.5 - Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.4.6 - Entidades das quais participem, seja a que título for, dirigentes ou servidores do Município;

4.5 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, As empresas que cumprirem os requisitos legais para tanto, devem identificar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte no momento do seu cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões – BLL.

## 5- REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1- Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

5.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de serviços.

5.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de cadastramento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema.

5.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.7 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou por meio de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

5.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas datas e horários limites estabelecidos.

5.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida por meio da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

## 6 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 – A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca (apenas uma por produto), valor unitário e valor total de cada item, e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.3 deste Edital.

6.1.1 – A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.2 – O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.3 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico.

6.4 – Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos, que não correspondam às especificações contidas no ANEXO “1” deste Edital, serão desconsiderados.

6.5 – Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) Preço unitário para o item em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

b) Especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante as exigências do Edital;

c) Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, mão de obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação;

d) Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

6.6 – Poderão ser admitidos pelo pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

6.7 – Será desclassificada a proposta que apresentar PRAZO DE ENTREGA diferente ao estipulado neste edital.

## 07. DO ENVIO DA PROPOSTA, FORMULAÇÃO DOS LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



07.1 - O encaminhamento da proposta de preços será feito exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados datas e horários limites estabelecidos. Fica a critério do pregoeiro(a) a autorização para correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances, observadas as regras do sistema.

07.2 - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

07.3 - A proposta deverá atender a todas as exigências deste edital e não poderá ter prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias.

07.4 - A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

07.4.1 - Não será aceita proposta com valores superiores ao máximo fixado no edital, o descumprimento desta determinação implica desclassificação do licitante.

07.4.2 - As características do objeto licitado, conforme anexo deste edital, devem ser especificadas na proposta encaminhada por meio do sistema eletrônico, o não atendimento das exigências implica desclassificação do certame.

07.5 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

07.6 - Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

07.7 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

07.8 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

07.9 - No caso de desconexão do pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. Quando possível, o pregoeiro(a) retornará a atuar no certame, sem prejuízo dos atos realizados durante sua desconexão.

07.9.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, por meio de correio eletrônico (e-mail) divulgando data e hora da reabertura DA SESSÃO;

07.10 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico (fechamento randômico), findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

07.10.1 - Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

07.11 - Antes de anunciar o vencedor, o pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido melhor valor, após decidirá sobre a sua aceitação.

07.12 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

07.13 - A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original relativa à habilitação, dentro das condições dispostas neste edital.

07.13.1 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação, dentro do prazo estabelecido no item 08.1, acarretará nas sanções previstas neste edital, podendo o pregoeiro(a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

07.14 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Também nessa etapa o pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido melhor preço.

07.15 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

07.16 - Constatando o atendimento às exigências fixadas no edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

07.17 - O sistema aplicará os critérios para o desempate em favor das microempresas e empresas de pequeno porte, após o desempate, poderá o pregoeiro(a) ainda negociar um preço melhor.

## 08. DA HABILITAÇÃO

08.1 - Os documentos relativos à habilitação deverão ser enviados via e-mail do pregoeiro(a) [licitacoes@capaoalto.sc.gov.br](mailto:licitacoes@capaoalto.sc.gov.br) até 2 (duas) horas após o término do certame ou, ainda, poderão ser anexados na plataforma caso o licitante habilite o upload dos mesmos.

08.1.1 - Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual, juntamente com a proposta de preços corrigida, para a Prefeitura Municipal de Capão Alto - SC, CEP: 88.548-000, nº500, centro, Sede da Prefeitura - Departamento de Licitações.

08.1.2 - Sob pena de desclassificação, a proposta atualizada deverá estar de acordo com a proposta eletrônica e ser preenchida em papel timbrado, ou devidamente identificado com dados básicos da empresa, constando o valor e demais informações exigidas neste edital, datada e assinada por quem de direito e escrita em português. O(s) valor(es) deverão ser expressos em REAL, com apenas 02 (duas) casas após a vírgula (R\$0,00).

08.2 - Quanto à Habilitação Jurídica:

08.2.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, bem como última alteração; no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis ou simples, acompanhada de prova da investidura ou nomeação da administração em exercício.

08.2.2 - Decreto de autorização, devidamente arquivado, para sociedade estrangeira já em funcionamento no Brasil.

08.2.3 - Registro empresarial, no caso de empresa individual.



**08.3 - Quanto à Regularidade Fiscal:**

08.3.1 - prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);

08.3.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

**08.3.3 - prova de regularidade com as fazendas:**

08.3.3.1 - Federal mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;

08.3.3.2 - Estadual mediante a apresentação de certidão de regularidade fiscal e a certidão negativa de dívida ativa de tributos estaduais da sede da empresa (ou certidão conjunta quando forem unificadas);

08.3.3.3 - Municipal mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva Secretaria de Fazenda da sede da empresa, e prova de regularidade com a Fazenda Municipal, referente a tributos mobiliários e imobiliários da sede ou domicílio do licitante;

08.3.4 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT (Lei nº 12.440/2011);

08.3.5 - prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF);

08.3.6 - Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em vigor.

As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias úteis.

08.4 - Serão aceitas as Certidões acima em original ou obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as a verificações, caso necessário. No caso de divergência entre os dados constantes da certidão apresentada e os dados constantes da verificação, prevalecerá a última.

**08.5 - Quanto à Capacidade Técnica:**

08.5.1 - As declarações apresentadas pelas licitantes classificadas deverão estar assinadas por representante legal da empresa, comprovadas por meio do contrato social e/ou procuração devidamente autenticada em cartório e anexada à documentação.

08.5.2 - Declaração sob penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Lei 10.097/00).

08.5.3 - declaração de treinamento, caso haja previsão nas características técnicas do objeto.

08.5.4 - declaração de fornecimento.

08.5.5 - O não envio, o envio indevido ou a falta de qualquer dos documentos acarretará desclassificação ou inabilitação. Nesse caso, obedecida a ordem de classificação, prazo e demais exigência do edital, será convocada a próxima classificada.

08.5.6 - Considerar-se-á como válido por 90 (noventa) dias os documentos que não possuírem outra referência quanto a esse prazo.

08.5.7 - Considerar-se-á desclassificada e/ou inabilitada a licitante que:

08.5.7.1 - Seja declarada inidônea e/ou suspensa em qualquer esfera de Governo;

08.5.7.2 Estiver cumprindo penalidade de suspensão temporária ou outra penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal;

08.5.7.3 Tiver decretada sua falência, concordata, dissolução ou liquidação;

08.5.7.4 Não atender as exigências quanto à habilitação, devidas neste Edital.

08.5.7.5 Apresentar as propostas em desacordo com o estabelecido no Edital, em especial, com valores superiores ao estimado.

08.5.7.6 Deixar de atender a alguma exigência deste Edital, ou apresentar declaração ou documentação que não atenda aos requisitos legais.

08.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas nesse Edital.

**09. DOS RECURSOS**

09.1 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

09.2 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro(a) poderá fazê-lo, por meio do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

09.3 A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso.

09.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

09.5 Os recursos contra decisões do pregoeiro(a) terão efeito suspensivo.

09.6 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

09.7 Os recursos deverão ser anexados no sistema em campo próprio ou enviados em duas vias para a prefeitura. Uma via original deverá ser encaminhada para a Prefeitura Municipal de Capão Alto – SC, rua João Vieira de Oliveira, nº500, centro, CEP: 88.548-000, Sede da Prefeitura - Departamento de Licitação. Esta via deverá estar em papel timbrado com o nome da empresa, as razões do recurso e assinatura do representante legal para que possa ser anexada no processo.

09.7.1 Junto com o documento original, deverá ser enviada, também, uma cópia para o e-mail do pregoeiro(a) [licitacoes@capaoalto.sc.gov.br](mailto:licitacoes@capaoalto.sc.gov.br), para que seja possível a publicação no sítio eletrônico das razões do recurso interposto e a respectiva decisão

**10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do da administração pública do Município de Capão Alto – SC, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, homologará o procedimento licitatório.

**11. DO TERMO DE CONTRATO**

11.1 Após a adjudicação e homologação do resultado do certame licitatório, a proponente vencedora será convocada para assinar o termo de Contrato de Fornecimento, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação.

11.1.1 O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceito pela Administração.

11.2 É facultado ao Município, quando o convocado não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, ou ainda, recusar-se injustificadamente a assinar o termo de contrato, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação.

## 12 – IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 – As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

12.1.1 – Caberá ao pregoeiro, encaminhar a autoridade competente que decidirá sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

12.1.2 – Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## 13. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1 A proponente contratada ficará obrigada a garantir a qualidade do objeto fornecido contra defeitos, pelo período de 12 (doze) meses, fornecendo os respectivos termos e/ou declaração dessa garantia. Ainda, caso haja previsão nas características técnicas do objeto, deverá oferecer treinamento para operação do mesmo.

13.2 Durante o prazo de garantia – 12 (doze) meses –, caso não seja possível a solução do problema no próprio local onde se encontre o equipamento e havendo a necessidade de traslado para dissolução do problema, fica sob responsabilidade da contratada todo ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem e outros que por ventura se fizerem necessários à perfeita solução do problema.

## 14. DAS INFRAÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002, o licitante que: 1

14.1.1 não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

14.1.2 apresentar documentação falsa;

14.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

14.1.4 ensejar o retardamento na entrega do objeto;

14.1.5 não manter a proposta;

14.1.6 cometer fraude fiscal;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo.

14.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.1 O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas na lei ou neste edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.1.1 A proponente vencedora convocada, dentro do prazo de validade da sua proposta, que se recusar injustificadamente a assinar o contrato de fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

15.1.2 Suspensão do direito de participar em licitações/contratos junto ao Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando, por culpa da proponente, deixar de entregar o objeto contratado, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento do objeto, fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal ou ocorrer a rescisão administrativa.

15.1.3 Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratual nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento das obrigações. A multa incidirá a cada novo período de atraso em relação à data e prazo prevista para o fornecimento.

15.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando por ação, omissão ou negligência a proponente infringir qualquer das demais obrigações contratuais.

15.1.5 Declaração de inidoneidade, por prazo a ser estabelecido pelo Município, em conformidade com a gravidade da infração cometida pela proponente, observando-se o disposto no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei Federal n.º 9.784/1999.

15.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## 16 - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

### 16.1 Fracionada

16.2 O fornecimento do objeto do presente processo licitatório deverá ser feita ao todo, ou em partes, conforme necessidade da administração do Município de Capão Alto cito: sede da Prefeitura Municipal de Capão Alto, rua João Vieira de Oliveira, nº 500, Centro, município de Capão Alto / SC

16.3 Os Veículos serão entregues de acordo com a necessidade da administração pública mediante "Autorização de Fornecimento", assinada pelo responsável em até 15(quinze) dias corridos da emissão da "Autorização de Fornecimento".

**17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1 - O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será efetuado à contratada em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos produtos nas quantidades requeridas na "autorização de fornecimento" e aceitação da Nota Fiscal, ou se for o caso, após liberação do repasse caso seja proveniente de convênio, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

17.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

17.3 - O pagamento será efetuado conforme descrito no item 17.1, mediante apresentação da Nota Fiscal, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e União.

17.4 - Dar-se-á o prazo de cinco dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivação do processo de pagamento.

17.5 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

17.6 - A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício vigente e terá a seguinte classificação orçamentária:

**CONFORME LEI ORÇAMENTÁRIA VIGENTE.**

17.6.1 - Os recursos poderão ser da esfera municipal, estadual e federal.

**18 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 - É facultado ao pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

18.2 - A critério da Administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da lei n. 8.666/93.

18.3 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste pregão, sujeitando-se, o licitante, às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei n. 8.666/93.

18.4 - Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio.

18.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.6 - O município de Capão Alto, através da autoridade competente, reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

18.7 - Quando for o caso, os produtos entregues, poderão ter no máximo 25% do seu prazo total de validade expirado.

18.8 - A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste edital e seus anexos.

18.9 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.10 - A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

18.11 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.12 - O Contrato oriundo desse Processo Licitatório, terá sua execução administrada e fiscalizada por um representante do Município de Capão Alto, especialmente designado.

18.13 - É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação nos meios de publicação, sítio do município [www.capaoalto.sc.gov.br](http://www.capaoalto.sc.gov.br), no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina em suas edições diárias [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e no sítio [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) de eventuais alterações no presente edital.

18.4 - Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir questões oriundas do presente edital

**19 - DOS ANEXOS DO EDITAL**

19.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

a) Anexo "1" - RELAÇÃO DE ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

b) Anexo "2" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE; e

c) Anexo "3" - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

d) Anexo "4" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO A HABILITAÇÃO.

e) Anexo "5" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO ADMINISTRATIVO O PREFEITO, O VICE-PREFEITO, OS VEREADORES E OS SERVIDORES PÚBLICOS

Capão Alto, SC, 16 de Outubro de 2018  
TITO PEREIRA FREITAS  
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº037/2018

ANEXO "1"

**RELAÇÃO DE ITENS LICITAÇÃO  
COM SEUS REQUISITOS MÍNIMOS**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário MÁXIMO (R\$)	Valor total MÁXIMO (R\$)
1	Micrô ônibus zero km, ano 2018/2019. Requisitos mínimos: Procedência nacional, peso bruto total mínimo de 8.500kg motor no mínimo de 3.8 a diesel,turbo aftercooler, mínimo de 4 cilindros e 3.760 cilindradas, potência mínima de 152 cv, comprimento total de no mínimo 6.500 mm, altura interna de no mínimo 1900 mm, pneus radiais sem câmara direção hidráulica, suspensão elevada suspensão dianteira e traseira por molas semi elípticas, câmbio mecânico com no mínimo 5 marchas e uma ré, capacidade mínima para 29 passageiros sentados, mais 1 auxiliar e mais 1, para o motorista poltronas fixas em courvin com medidas mínimas de 1000 x 800 mm corredor central com piso edegraus antiderrapantes e laváveis, sistemade iluminação de salão porta tipo dobradiças com acionamento, pneumático saídas de emergência no teto e laterais, tacógrafo, capacidade tecnica eixo traseiro 5400 kg, cintos dde segurança em todas as poltronas, bbanco do motorista hidráulico, câmara de marcha ré, faixa escolar nas laterais do veículo, computador de bordo diferencial bloqueante, para-brisa verde, vidros laterais fumes e móveis, freios dianteiros e traseiros a tambor assistido a ar e auxiliando por abs e demais equipamentos de segurança exigidos pela legislacao vigente e assistência técnica autorizada de chassi e carroceria em no mínimo 170 km de distância da sede da prefeitura até a sede da oficina autorizada. garantia de 12 meses.	UN	2	226.833,33	453.666,66
Total Geral máximo					453.666,66

**ANEXO "2"**
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Razão Social: .....  
Endereço: .....  
Cidade/Estado: .....  
CNPJ: .....

**DECLARAÇÃO**

Ref.: Pregão Eletrônico Nº 037/2018

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

**ANEXO "03"**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU  
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**  
(apresentar em papel timbrado indicando CNPJ da empresa)  
Ref. : Edital de Pregão nº 037/2018

O signatário da presente, o senhor (inserir o nome completo), representante legalmente constituído da proponente (inserir o nome da proponente) , declara sob as penas da Lei, que a mesma está estabelecida sob o regime legal de (microempresa, empresa de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada), conforme conceito legal e fiscal de nosso ordenamento pátrio, podendo usufruir os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 201\_\_\_\_.

(nome, RG e assinatura do responsável legal)

## ANEXO "04"

## DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de Pregão Eletrônico nº 037/2018, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

## ANEXO "5"

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO ADMINISTRATIVO O PREFEITO, O VICE-PREFEITO, OS VEREADORES E OS SERVIDORES PÚBLICOS

(Nome da Empresa), CNPJ N \_\_\_\_\_ sediada na Rua \_\_\_\_\_, n \_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Presencial nº \_\_\_\_\_, DECLARA, que não possui em seu quadro administrativo o Prefeito, o vice-prefeito, os vereadores e os servidores Públicos na Administração Municipal de Capão Alto, tanto no poder legislativo quanto no poder executivo (inciso III, do Art. 9º da Lei 8666/93).

Local e data

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa

PREGÃO Nº 037/2018

## ANEXO "V"

## MINUTA DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 037/2018

## TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº .....

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO - SC Pessoa Jurídica de direito Público interno, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 01.599.409/0001-39, com sede à Rua João Vieira de Oliveira, 500, centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por seu titular o Senhor TITO PEREIRA FREITAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado, nesta cidade e Município de Capão Alto, inscrito no CPF/CIC sob o nº \_\_\_\_\_, e a Empresa \_\_\_\_\_, com nome de fantasia denominada de \_\_\_\_\_, Empresa de Direito Privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Cidade e Município de \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio gerente o Senhor \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, CPF sob o nº \_\_\_\_\_ e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Licitatório - Pregão Presencial nº 037/2018 que se regerá nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, atendida as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** Registro de Preços para Aquisição de 02(Dois) Micro-ônibus zero Km para atender a demanda do transporte de alunos da Rede Municipal de Educação de Capão Alto SC conforme processo licitatório nº 037/2018.

**Parágrafo Único:** Integram e completam o presente Termo de Contrato para todos os fins e direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA VIGÊNCIA –** O valor pela aquisição do objeto do presente contrato é de R\$ ..... ( ..... ) cujo valor será pago pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, em até o 30 dias da entrega mediante nota fiscal.

**I – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Para a efetuação do pagamento deverá a CONTRATADA:



1 – Apresentar a nota fiscal devidamente aceita.

2 - Constar na nota fiscal o número do contrato;

3 - Emitir nota fiscal ou cupom fiscal no momento da entrega do material para acompanhar a 1ª via da requisição de compra.

4 – Atender o disposto no artigo 71, combinado com o artigo 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993, através da atualização permanente do cadastro municipal de fornecedores.

Parágrafo único. O não cumprimento de um dos itens constante do presente inciso acima acarretará o sobrestamento do(s) pagamento(s), até que sejam solucionadas as pendências apontadas.

## II – DO REAJUSTE

Não haverá reajuste

## III – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência até o término do fornecimento dos materiais ou até 31 de dezembro de 2018, valendo o primeiro a se verificar.

Parágrafo único: Poderão ser aditadas as quantidades, de forma global ou em partes, dos bens objeto do presente contrato, observando-se o disposto no Artigo 65 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – Os recursos financeiros para o pagamento do objeto do presente Contrato será oriunda de recursos próprios do orçamento vigente, conforme determinado no edital de licitações de qual este contrato é resultante.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE** – Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.

## CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

I – A CONTRATADA, obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo a qual, como todos os documentos da Licitação e especificados pelo CONTRATANTE, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

II – A contratada obriga-se a entregar o objeto do presente nas condições previstas no edital do processo licitatório, conforme condições de Prazo, Forma de Recebimento e Local de entrega do Objeto do Edital n.º037/2018, e também respeitando a legislação vigente.

## 8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE:

8.1 A Prefeitura Municipal de Capão Alto efetuará o pagamento do objeto do presente Edital em até 30 dias do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal.

8.2 A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s), da Lei Orçamentária vigente:

## CONFORME LEI ORÇAMENTÁRIA VIGENTE

**CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES** – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, as seguintes penalidades:

e) Advertência

f) Suspensão ao direito de licitar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

g) Declaração de idoneidade, com fulcro no Capítulo IV, seção II, da Lei nº 8666/93 e Lei 10.520/2002. e,

h) Multa

I - A penalidade de advertência será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou que venham a causar dano ao CONTRATANTE ou a terceiros.

II - As multas serão as seguintes:

a) Até 10% (DEZ por cento), sobre o valor da fatura, por inobservância de quaisquer das responsabilidades arroladas na Cláusula quarta, deste instrumento.

b) Até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do contrato, no caso de desistência de Fornecimento.

III - A penalidade de suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas nos seguintes casos:

a) fizer declaração falsa;

- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) não manter a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato, injustificadamente;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) fornecer produtos em desconformidade com o especificado;
- h) não substituir, no prazo estipulado, os produtos recusados pelo Contratante.
- i) descumprir prazos e condições previstas neste instrumento.

IV – a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública será aplicado nos casos em que o CONTRATANTE, após análise dos fatos, constatar que a contratada praticou falta grave.

§ 1º A cobrança da multa prevista no inciso II, alínea “a”, será descontada quando da apresentação da nota fiscal e, a prevista na alínea “b”, por intermédio de notificação de cobrança sendo a CONTRATADA obrigada a fazer o recolhimento aos cofres públicos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de cobrança judicial.

§ 2º A punição definida no inciso III será por até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurar os motivos de sua punição.

§ 3º A punição definida no inciso IV será por até 2 (dois) anos, ou enquanto perdurar os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

§ 4º As penalidades poderão ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e art. 7º, da Lei n. 10.520/02.

§ 5º Na aplicação dessas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º Além das penalidades acima citadas a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO – O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguinte da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão Administrativa prevista no Artigo 77 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO – A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente passará a fazer parte integrante.

CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS – Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venha a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO – Este Contrato esta vinculado ao Certame Licitatório citado ao preâmbulo deste e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS – Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores vigentes, recorrendo-se a analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 3 (três) vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Capão Alto-SC, .....de ..... de 2.01\_\_\_\_.

Prefeitura Municipal Capão Alto  
Prefeito Municipal  
Contratante

.....  
Contratada  
TESTEMUNHAS

Nome;  
CPF:

Nome;  
CPF:



# Capinzal

## PREFEITURA

### PMC CONTRATO 0294/2018

Publicação Nº 1774232

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0294/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: POGGERE INDUSTRIA E CONSTRUÇOES LTDA

Valor ..... : 527.079,26 (quinhentos e vinte e sete mil e setenta e nove reais e vinte e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 16/10/2018 Término: 16/05/2019

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0008/2018 Processo\_Licitatório....: 0142 / 2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para conclusão das obras civis da sede do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM - Meio Oeste, nos termos constantes nos memoriais descritivos e projetos anexos com recursos já repassados pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA através do TC/PAC 0328/2007 e próprios.

Capinzal, 16 de Outubro de 2018

### PMC CONTRATO 0299/2018

Publicação Nº 1774289

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0299/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: NAPALHA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

Valor ..... : 150.000,00 (cento e cinquenta mil e reais)

Vigência ..... : Início: 16/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 0093/2018 Processo\_Licitatório....: 0164 / 2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Aquisição de um Trator Agrícola de Pneus novo, para uso da Secretaria de Agricultura. Com Recursos Próprios e Federal

Capinzal, 16 de Outubro de 2018

### PMC TERMO ADITIVO 004/2018 C06

Publicação Nº 1774233

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

#### EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA 004/2018 C06 - Contrato Nº: 0006/2018 M

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: AUTO POSTO CHALEIRA PRETA LTDA - EPP

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 08/10/2018 Término: 10/01/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0120/2017 Processo\_Licitatório.....: 0182 / 2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é a revisão de valores, visando o equilíbrio econômico financeiro, nos termos da lei 8.666/93, considerando a porcentagem de variação dos preços dos produtos, alterando o valor do Item do Contrato da seguinte forma: Óleo Diesel S10: R\$ 3, 4975.

Salientando que o Presente Termo Aditivo contempla o Município, o Fundo Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Assistência Social.

## RESOLUÇÃO 008/2018 - CMAS

Publicação Nº 1774602

RESOLUÇÃO Nº 008/ 2018.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho do município de Capinzal, referente ao Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade, para o exercício de 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal – CMAS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 187/2015, tendo em vista a deliberação do Conselho, em Reunião Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2018; e

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 2004, que dispõe sobre objetivos, diretrizes, princípios e usuários para a implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, por meio da execução dos serviços e programas no âmbito da Proteção Social;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do SUAS- NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social, aprovada pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que em seu art. 23 entende por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei;

CONSIDERANDO a Resolução CEAS 13/2018 que aprova critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina- FEAS/SC, para cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial de média complexidade no exercício de 2018.

CONSIDERANDO que o Plano de Trabalho trata do aceite ao Cofinanciamento, bem como define a aplicação do recurso e as responsabilidades a serem cumpridas pelo Gestor municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Deliberar pela aprovação do Plano de Trabalho do Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade, para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, exercício de 2018;

Art. 2º. O recurso advindo do Cofinanciamento Estadual para a Proteção Social Básica será aplicado 100% para custeio, no valor de R\$ 27.777,78;

Art. 3º. O recurso advindo do Cofinanciamento Estadual para Proteção Social Especial de Média Complexidade será aplicado 70% para custeio e 30% para investimento, totalizando o valor de R\$ 41.666,67;

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 16 de outubro de 2018.

Miriam Golin Fagundes

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

## SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/42/2018

Publicação Nº 1775339

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/42/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0346/2018

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de nobreak.

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 29 de outubro de 2018.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 17 de outubro de 2018.

Francieli da Rosa  
Pregoeira

### **PORTARIA N º 68/2018/SIMAE-CAO**

Publicação Nº 1774977

PORTARIA N º 068/2018/SIMAE-CAO, de 15 de outubro de 2018.

Concede férias ao Servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

#### **RESOLVE:**

Conceder férias ao servidor Aldecir José de Souza, ocupante do cargo de Agente Administrativo I, padrão 03.12 nível 01 ref. A, referente, período aquisitivo de 14.08.2017 a 13.08.2018, com período de fruição de 01 a 30 de novembro de 2018.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO  
Diretor

# Catanduvas

## PREFEITURA

### DECRETO 2.443/2018

Publicação Nº 1775213

DECRETO Nº 2.443, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

“ALTERA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE CATANDUVAS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto na Lei nº 2.360, de 9 de maio de 2012;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam alterados os membros e a diretoria do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE CATANDUVAS/SC, ficando alterados os artigos 1º e 2º do Decreto nº 2.256/2017, de 24 de abril de 2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE CATANDUVAS/SC, conforme previsto no artigo 5º da Lei nº 2.360, de 9 de maio de 2012:

#### I. REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS DO MUNICÍPIO:

1) Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: LEANDRO GUERRA

Suplente: RONALDO ADRIANO LUVISON

2) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

Titular: LUCIANE HACK

Suplente: ANA PAULA FERNANDES

3) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

Titular: GENICE TEREZINHA RODRIGUES

Suplente: JANETE COUTO DE OLIVEIRA

4) Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Titular: GILDO SALVADEGO

Suplente: VALDIR PISSOLI

5) Secretaria de Assistência Social:

Titular: INDIANARA SÍLVIA LAZAROTTO

Suplente: ROSANE DE OLIVEIRA

6) Diretoria de Habitação:

Titular: DÉBORA DE ANDRADE

Suplente: FRANCIELE PATRÍCIA DOS SANTOS

#### II. REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

1) Representantes dos Usuários da Assistência Social:

Titular: PLACEDES MINATTI DAL PUBEL

Titular: IZAÍRA PLAUTH STEFFENS

Suplente: TEREZINHA ZEIMMIAZAK

Suplente: FERNANDA COSTA DA SILVA

2) Representantes de Entidades e Organizações da Assistência Social:

II.1. PATRONATO ANJO DA GUARDA

Titular: MARILETE CHILANTTI

Suplente: CRISTIANE APARECIDA FERREIRA

II.2. APAE

Titular: ELIANE WEBER

Suplente: JOSIANE BRUN

3) Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor:

Titular: MAFALDA M. V. MARTINS

Titular: PATRICIA DRI MORAIS

Suplente: GISLAINE DA SILVA

Suplente: ROSA APARECIDA FABRIS

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Catanduvas/SC:

I. PRESIDENTE: LEANDRO GUERRA

II. VICE-PRESIDENTE: MAFALDA M. V. MARTINS

III. PRIMEIRA SECRETÁRIA: PATRICIA DRI MARTINS

IV. SEGUNDA SECRETÁRIA: INDIANARA SÍLVIA LAZAROTTO

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas, 11 de outubro de 2018.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas

## **RESOLUÇÃO 07/2018 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1775267

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS – RESOLUÇÃO 07/2018

APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO DE 2017 DOS RECURSOS FEDERAIS PARA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Municipal nº 2360, de 09 de maio de 2012, que cria o novo Conselho de assistência Social bem como o Fundo Municipal de Assistência Social de Catanduvas/SC, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 15 de outubro de 2018, registrada na Ata Nº 162, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO :

- a Lei nº 8.742/93, lei Orgânica da assistência Social, de 07 de dezembro de 1993, que apresenta como diretriz e descentralização político-administrativo para os Estados e do Distrito Federal e os Municípios, e do comando único das ações de cada esfera de governo;

- a análise e aprovação da Prestação de contas dos Recursos Federais com a apresentação do Demonstrativo Financeiro referente ao ano de 2017 em Assembleia Geral do Conselho Municipal de assistência Social, datada em 15 de outubro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas dos recursos Federais, apresentado através do Demonstrativo de Gestão SUAS referentes ao ano de 2017 IGD-SUAS e Demonstrativo para Co-financiamento do Governo Federal, Sistema Único de Assistência Social IGD-PBF em Assembleia Geral do Conselho Municipal de Assistência Social, de 15 de outubro de 2018, para a execução dos Programas do Sistema Único da Assistência Social do município de Catanduvas/SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 15 de outubro de 2018.

Leandro Guerra

Presidente do Conselho municipal de Assistência Social

## **RESOLUÇÃO 08/2018 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1775268

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC

RESOLUÇÃO Nº 08/2018

Dispõe sobre o Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e de proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Municipal de Assistência social (FMAS) de Catanduvas/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 15 de outubro de 2018, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 2360, de 09 de maio de 2012, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Catanduvas/SC – CMAS, e:

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor total de R\$ 27.777,78 e, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média complexidade, no valor total de R\$ 41.666,67 a serem transferido para o FMAS referente ao ano de 2018 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 15 de outubro de 2018  
Leandro Guerra  
Presidente do CMAS de Catanduvas/SC

## CÂMARA MUNICIPAL

### TERCEIRO TERMO SUPRESSIVO E ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0004/2018

Publicação Nº 1774660

TERCEIRO TERMO  
SUPRESSIVO E ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0004/2018

A Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na RUA SEVERIANO GUERREIRO, s/n, nesta cidade de CATANDUVAS, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 73.240.236/0001-79, neste ato representado pela Senhora MONALISA RUARO, inscrito no CPF sob o nº 715.745.499-87, e,

#### CONTRATADA:

A empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.234.560/0001-85, com sede à Rua Marechal Deodoro nº 625, Bairro Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Herval D'Oeste - SC, representada neste ato pelo senhor JUNIOR DE MATTOS, inscrito no CPF sob o nº 040.937.649-30, doravante simplesmente designada contratada.

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 18 de junho de 2018.

CONSIDERANDO a requisição de supressão apresentado em 05 de outubro de 2018, com as devidas planilhas orçamentárias e a justificativa em relação a supressão das portas de madeiras (item 6.1supressão- 6.1.1/6.1.2), Eletrodutos e acessórios (item 15.3-supressão- 15.3.2/15.3.3/15.3.4/15.3.5/15.3.6), Eletrocalhas (item 15.5 supressão-15.5.1/15.5.2/15.5.3) ;

CONSIDERANDO a requisição de aditamento das portas de madeiras (item 6- aditivo-6.1.1/6.1.2), Janela de vidro temperado (item 6.4-supressão 6.4.1), Sistema de cobertura (item 7 –aditivo-7.3/7.7), eletrodutos e acessórios(item 15.3 aditivo-15.3.1) e iluminação e tomadas (item 15.6 .2–aditivo);

CONSIDERANDO o requerimento e parecer técnico da engenheira fiscal Karina Antonello na qual detalha a necessidade de supressão e do aditivo no valor de R\$ 5.687,34 (Cinco mil seiscentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos), par a continuação dos serviços e para o bom funcionamento da edificação.

#### RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Suprimir os seguintes itens:

6.1.1- Porta (80 x210 cm) naval em eucatex, com painel de miolo celular 35 cmm em cores variadas , perfis de alumínio, inclusive ferragens e maçaneta simples.

6.1.2 – Porta de correr (80 x210 cm)naval em Eucatex, com painel de miolo celular 35 mm em cores variadas, perfis de aço galvanizado preto, inclusive ferragens e maçanete.

15.3- Eletrodutos e acessórios

15.3.2- Eletroduto PVC rígido ¾ , cor branco gelo, instalação aparente,

15.3.3- Curva 90° PVC rígido ¾, cor branco gelo, instalação aparente;

15.3.4- Luva para Eletroduto PVC rígido3/4

15.3.5- Abraçadeira PVC ¾ , cor branco gelo;

15.3.6- Condulente PVC rígido ¾ , 4 X 2, cor branco gelo, 5 furo, com adaptador para tubulação, instalação aparente.

#### 15.5 – ELETROCALHAS

15.5.1 – Eletrocalha lisa 150 x 50 mm, acabamento zincado eletrolítico, chapa 14, com tampa, com conexões, derivações e parafusos;

15.5.2- Suprote fabricado para acomodação de eletrocalhas acima do forro- Mão Francesa;

15.5.3- Bucha/Aroela para derivação de eletroduto em eletrocalha;

Valor Total – R\$ 15.135,55 (Quinze mil cento e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - Aditivar qualitativamente e ou quantitativamente os seguintes itens:

6.1- PORTAS DE MADEIRAS

6.1.1- Porta (85 x 210 cm) pronta

6.1.2- Porta (90 x120 cm) pronta

6.4-Jane de correr em vidro temperado 8 mm incolor( janela TI\)

7 – SISTEMA DE COBERTURA

7.3 – Calha em chapa de aço galvanizado nº24 desenvolvimento de 60 cm;

7.7- Fabricação e instalação de estrutura pontaletada de madeira não aparelhada para telhados com até 2 água e para telha ondulada de fibrocimento, metálica, plástica ou termoacústica, incluso transporte vertical.

15.3.1- Eletroduto PVC flexível corrugado reforçado, 0 ¾ , inclusive conexões

15.6.20 – Fita luminosa led 1.200 Lumens

Valor total do aditivo R\$ 20.822,89(Vinte mil reais oitocentos e vinte e dois reais e oitenta e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – Os itens suprimidos somam a quantia de R\$ 15.135,55 e os itens aditivados somam R\$ 20.822,89, considerando que os valores suprimidos foram inferiores aos aditivados se faz necessária o aditivo de valores contratuais que corresponde ao valor de R\$ 5.687,34 (Cinco mil e seiscentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, I, alínea “a”, § 1º, da Lei Federal nº 8.666 /1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor , na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas (SC), 15 de outubro de 2018.

MONALISA RUARO JUNIOR DE MATTOS  
CÂMARA MUN. DE VEREADORES CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA

Visto Jurídico:

MÔNIA KITIANE TONIAL - OAB/SC 38.589  
Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Vereadores

TESTEMUNHAS

Testemunha: Testemunha:

Nome: Nome:

CPF: CPF:



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 056/2018 PCS

Publicação Nº 1774961

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: ARI BRIGHENTI.

Contrato nº: 056/2018 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE CASCALHO PARA O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 16/10/2018.

Vigência: 31/12/2018.

Valor do Contrato: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

**309.2018**

Publicação N° 1774881

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 309/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar N° 007, de 23.12.99, Lei Complementar N°. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N° 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a pedido, MARCOS AURÉLIO JASPER, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria n° 143, de 03.03.2017, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de outubro de 2018.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

**PORTARIA N° 308/2018**

Publicação N° 1774596

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 308/2018

NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO que o parágrafo 3º do art. 40, a Lei Federal n° 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), estabelece que "A lei que institui o Plano Diretor deve ser revista, pelo menos, a cada 10 (dez) anos", quando se dará profunda revisão na lei, para adaptá-la à contínua e dinâmica realidade municipal;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar que instituiu o Plano Diretor Participativo do Município foi sancionada em 08.12.2008;

CONSIDERANDO ainda o Termo de Cooperação Técnica assinado entre o Município e a AMAVI, tendo por objeto final a revisão do Plano Diretor Municipal;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o art. 70, Inciso II, alínea c, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo nominados, para integrar a Comissão responsável pela elaboração e acompanhamento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor do Município:

- I – Diego Fernando Chiquio;
- II – Jaison Inácio;
- III – Neusa Francisco Luckmann;
- IV – Germano Schuhmacher Muller;
- V – Márcio Bittencourt.

Parágrafo Único: Fica a cargo do servidor indicado no Inciso I a coordenação dos trabalhos da presente Comissão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de outubro de 2018.  
Marli Goretti Kammers  
Prefeita Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### CONVITE AUDIÊNCIA LOA 2019 E ALTERAÇÕES PPA 2018-2021 E LDO 2019

Publicação Nº 1775289

#### CONVITE

O Prefeito de Chapecó-SC, no uso de suas atribuições legais, convida o Ministério Público, membros da Câmara de Vereadores, bem como os representantes das Entidades da Sociedade Civil organizada e os cidadãos chapecoenses para a Audiência Pública, destinada a apresentar os projetos, programas e ações previstos no projeto da Lei Orçamentária Anual para 2019, bem como, das alterações no Plano Plurianual 2018/2021 e Lei de diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019 em cumprimento ao que determina a Lei Complementar n.º 101/00.

Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal

End.: Av. Getulio Vargas, 957S

Dia: 29/10/2018

Horário: 14h

Chapecó, 15 de outubro de 2018.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito de Chapecó

### EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 – RESULTADO PRELIMINAR

Publicação Nº 1775292

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura de Chapecó

#### EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 – RESULTADO PRELIMINAR

A Comissão Municipal de Seleção e Julgamento do Edital de Chamamento Público nº 001/2018, constituída e nomeada pelo Decreto nº 35.883 de 22 de agosto de 2018, divulga Resultado Preliminar do processo de seleção, com o seguinte resultado:

#### CLASSIFICADOS:

Ordem	Título do Projeto	Organização	Pontuação
1º	Tecnologias assistivas como ferramenta de inclusão social para crianças e adolescentes com deficiência e com altas habilidades/superdotação	Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick- CAPP	47,5
2º	Circulando informação: ações articuladas de educação sexual e prevenção de gravidez e das DSTs e do vírus HIV na adolescência.	Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS e Defesa dos Direitos Humanos e Sociais - GAPA	46,5
3º	Abuse do Diálogo	JCI Chapecó	46,5
4º	Aprendizado complementar, eu fortalecido	Verde Vida – Programa Oficina Educativa	46,5
5º	Cinoterapia para crianças e adolescentes com deficiência visual	Associação dos deficientes visuais do Oeste de Santa Catarina – ADEVOSC	45,0
6º	Qualificação para iniciantes na Confeitaria e Panificação	Programa Viver – Ações Sociais	44,5
7º	Projeto Golfinho 2019	Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Chapecó	40,0
8º	Sorriso para a Vida – resignificando a infância e adolescência	Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE	35,5

#### NÃO CLASSIFICADOS:

Nº	Organização	Motivo da desclassificação
1	Serviço nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	Não atendimento do Item 3.2 do Edital de Chamamento Público 001/2018
2	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC	Não atendimento do Item 3.2 do Edital de Chamamento Público 001/2018
3	Associação dos Amigos do CASE - AACAS	Não atendimento do Item 3.2 do Edital de Chamamento Público 001/2018
4	Associação Ivanio Taekwondo	Não atendimento do Item 3.2 do Edital de Chamamento Público 001/2018
5	Conselho Comunitário dos Bairros SAIC e Jardim Itália	Descumprimento relativo ao Item 4.2 – letra “f”
6	Hospital UNIMED Chapecó	Descumprimento referente ao Item 6.5.5 – letras b e c.

Chapecó, 17 de outubro de 2018.

**EDITAL SEDUC Nº 017.2018 - (REMOÇÃO A PEDIDO.PERMUTA OFICIAL)**

Publicação Nº 1775280

**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****EDITAL SEDUC Nº 017/2018**

*Dispõe sobre os Processos de Remoção a pedido e por  
Permuta dos membros do Magistério Público Municipal.*

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 79, parágrafo único, inciso IV da Lei Orgânica do Município e artigo 37, §1º, incisos II e III da Lei Complementar n. 130/2001, **FAZ SABER** aos membros do Magistério Público Municipal de Chapecó que serão abertas as Inscrições para os **Processos de Remoção a pedido e por Permuta**.

**I - DAS INSCRIÇÕES:**

**1.1** As Inscrições para a Remoção a pedido, na forma do disposto no artigo 37 da Lei Complementar n. 130/2001, observarão o disposto no presente Edital, implicando, desde logo, conhecimento e tácita aceitação de seus termos e condições.

**1.2** O Quadro de Vagas para remoção a pedido, por área de atuação, com carga horária e locais de exercício, será apresentado no **dia de início do prazo de inscrição (05 de novembro de 2018)**, no mural da Secretaria de Educação, situada na Rua Jonas Rauhen, 53 E - Centro, Chapecó - SC.

**1.3** Os Membros do Magistério Público Municipal interessados na Remoção a pedido deverão efetuar sua inscrição no dia **05 de novembro de 2018**, no horário das **13:00h às 19:00h**, na Secretaria de Educação, pessoalmente ou mediante procurador devidamente constituído (procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida).

**1.4** Para se inscrever os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do Decreto de Nomeação no Cargo de Provimento Efetivo;
- Fotocópia da última Portaria de Exercício;
- Fotocópia do Certificado e/ou Diploma da nova habilitação (quando houver);
- Fotocópia do Decreto que concedeu Adicional de Titulação (quando for o caso);
- Atestado do Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó expresso em anos, meses e dias até **30 de setembro de 2018**.

**1.4.1** Os documentos acima relacionados (alíneas “a”, “b”, “d” e “e”) deverão ser providenciados com antecedência pelo candidato. Caso seja necessário providenciá-los junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, o candidato deverá protocolar requerimento impreterivelmente até o dia **01 de novembro de 2018**, conforme modelo em anexo (**Anexo I**).

**1.4.1.1** O protocolo a que se refere o item 1.4.1 poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou por seu procurador devidamente constituído (procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida), respeitados os demais critérios editalícios.

**II - DA OPÇÃO E DISPUTA DAS VAGAS**

**2.1** O candidato, a partir do Quadro de Vagas, poderá indicar até 03 (três) opções para sua Remoção a pedido.

**2.2** Cada vaga oferecida será preenchida pelo candidato que, de forma eliminatória, apresentar:

- Maior habilitação na área de atuação;

- b) Maior Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó expresso em anos, meses e dias até **30 de setembro de 2018**;
- c) No caso de empate, sorteio na presença dos candidatos inscritos nas vagas a ser realizado nas dependências da Secretaria de Educação do Município, situada na Rua Jonas Rauen, 53 E, Centro, Chapecó-SC, às **17:00h**, no dia **07 de novembro de 2018**.

**2.3** Cada vaga será disputada pelos candidatos com a primeira opção. Não havendo candidatos com a primeira opção na vaga, disputarão os candidatos com segunda opção e não havendo candidatos com a segunda opção, disputarão a vaga os candidatos com terceira opção.

**2.4** Para a Remoção a pedido, que será em **caráter definitivo**, observar-se-ão a área de atuação, a compatibilidade de horários, distância e transporte entre os locais de trabalho, sendo permitida apenas uma remoção para cada servidor.

**2.4.1** Considerando-se o disposto no presente Edital, em especial itens 2.4 e 4.1, fica vedado ao candidato participar deste processo mediante remoção a pedido (item 1.1 e seguintes) e remoção por permuta (item 4.1 e subitens), devendo optar tão somente por uma das referidas modalidades.

**2.5 O resultado** da Remoção a pedido será apresentado no mural da Secretaria de Educação, situada na Rua Jonas Rauen, 53 E - Centro, Chapecó-SC, no dia **08 de novembro de 2018 a partir das 17:00h**, não sendo permitido ao candidato desistir ou recusar a vaga/lotação conquistada, observados os termos editalícios e legais cabíveis.

### III - DA LOTAÇÃO

**3.1** O exercício na nova Escola Básica ou Centro de Educação Infantil Municipal dar-se-á a partir do dia **01 de fevereiro de 2019**, permitida a atuação em função de Direção, Coordenação e Assessoramento, cedências e outros afastamentos legais autorizados pelo Chefe do Poder Executivo.

### IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

**4.1** A remoção na modalidade de **Permuta** entre Membros do Magistério independe de inscrição e poderá ser realizada por meio do encaminhamento, à Secretaria de Educação, de pedido conjunto entre os servidores interessados no dia **05 de novembro de 2018 das 13:00h às 19:00h**, desde que observada a compatibilidade de área de atuação e carga horária, sendo permitida apenas uma permuta para cada servidor, a qual será em **caráter definitivo**, observado o disposto em subitens 2.4 e 2.4.1 deste Edital.

**4.1.1** O protocolo do pedido conjunto de remoção na modalidade de Permuta poderá ser realizado pelos próprios servidores interessados, individual ou conjuntamente, desde que o requerimento esteja devidamente subscrito por ambos, ou mediante procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida.

**4.1.2** O **resultado** da remoção na modalidade de **Permuta** será apresentado no mural da Secretaria de Educação, situada na Rua Jonas Rauen, 53-E, Centro, Chapecó-SC, no dia **08 de novembro de 2018, a partir das 17:00h**, por ocasião da divulgação do resultado da Remoção a pedido, não sendo permitido ao candidato desistir ou recusar a vaga/lotação conquistada, observados os termos editalícios e legais cabíveis.

**4.2** Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, de acordo com a legislação vigente.

**4.3** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário de Educação do Município de Chapecó,  
Estado de Santa Catarina, em 17 de outubro de 2018.

SANDRA MARIA GALERA  
Secretária de Educação



**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**EDITAL SEDUC Nº 017/2018**

**ANEXO I**

**REQUERIMENTO**

\_\_\_\_\_(Nome do Professor), Código  
Funcional \_\_\_\_\_, ocupante do cargo de provimento efetivo  
de \_\_\_\_\_, nos termos do item 1.4 e  
subitens 1.4.1 e 1.4.1.1 do **EDITAL SEDUC Nº 017/2018**, com observância do prazo-limite relativo à presente  
solicitação 01 **de novembro de 2018**, vem requerer os **documentos abaixo assinalados** para fins de  
inscrição no respectivo processo de **Remoção a pedido/Permuta**:

- ( ) Fotocópia do Decreto de Nomeação no Cargo de Provimento Efetivo;
- ( ) Fotocópia da última Portaria de Exercício;
- ( ) Fotocópia do Decreto que concedeu Adicional de Titulação (quando for o caso);
- ( ) Atestado do Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó expresso em anos, meses e  
dias até **30 de setembro de 2018**.

Chapecó/SC, \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Professor

**EDITAL SEDUC Nº 018.2018 - ADICIONAL POR TITULAÇÃO**

Publicação Nº 1775283

**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****EDITAL SEDUC Nº 018/2018**

*Dispõe sobre a Concessão de Adicional de Titulação com mudança na área de atuação aos membros do Magistério Público Municipal de Chapecó.*

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 79, parágrafo único, inciso IV da Lei Orgânica do Município e artigo 31 da Lei Complementar 132/2001, **FAZ SABER** aos membros do Magistério Público Municipal de Chapecó que serão abertas as inscrições para o **Adicional de Titulação com Mudança na Área de Atuação**.

**I - DAS INSCRIÇÕES**

**1.1** Serão abertas as inscrições para a concessão do Adicional de Titulação com mudança na área de atuação, conforme estabelece o Art. 31, § 3º da Lei Complementar n. 132/2001.

**1.2** O Quadro de Vagas para o Adicional de Titulação com mudança na área de atuação será publicado no dia **13 de novembro de 2018** a partir das **17horas** no mural da Secretaria de Educação, situada na Rua Jonas Rauen, 53 E - Centro, nesta cidade de Chapecó – SC.

**1.3** Os membros do Magistério Público Municipal interessados no Adicional de Titulação com mudança na área de atuação deverão efetuar sua inscrição no dia **14 de novembro de 2018**, no horário das **13:00h às 19:00h**, na sede da Secretaria de Educação, pessoalmente ou mediante procurador devidamente constituído (procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida), implicando, desde logo, conhecimento e tácita aceitação dos termos e condições previstos no presente Edital.

**1.3.1** Para as inscrições, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Decreto de Nomeação no cargo de provimento Efetivo;
- b) Fotocópia da última Portaria de Exercício;
- c) Fotocópia autenticada do Certificado e/ou Diploma da nova área de atuação;
- d) Fotocópia do Decreto que concedeu Adicional de Titulação (quando for o caso);
- e) Atestado de Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó, expresso em anos, meses e dias, computado até **30 de setembro de 2018**.

**1.3.2** Os documentos acima relacionados (alíneas “a”, “b”, “d” e “e”) deverão ser providenciados com antecedência pelo candidato. Caso seja necessário providenciá-los junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, o candidato deverá protocolar requerimento impreterivelmente até o dia **01 de novembro de 2018**, conforme modelo em anexo (**Anexo I**).



**1.3.2.1** O requerimento a que se refere o item 1.3.2 poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou por seu procurador devidamente constituído (procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida).

**1.4** Somente poderá inscrever-se no Adicional de Titulação com mudança na área de atuação o servidor do Magistério que já tenha cumprido o Estágio Probatório, consoante art. 31, *caput*, da Lei Complementar n. 132/2001.

## **II - DA OPÇÃO E DISPUTA DAS VAGAS**

**2.1** O candidato, a partir do Quadro de Vagas, poderá inscrever-se em até 03 (três) vagas, definindo a ordem de opção.

**2.2** Cada vaga será disputada pelos candidatos inscritos com a primeira opção na vaga; não havendo candidatos com a primeira opção na vaga, disputarão os candidatos com segunda opção e não havendo candidatos com a segunda opção, disputarão a vaga os candidatos com terceira opção.

**2.3** Cada vaga oferecida será preenchida pelo candidato que, de forma eliminatória, apresentar:

- a) Maior nível de habilitação na área de atuação da vaga;
- b) Maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó, expresso em anos, meses e dias, computado até **30 de setembro de 2018**;
- c) No caso de empate, sorteio com a presença dos candidatos envolvidos a ser realizado nas dependências da Secretaria de Educação do Município, situada na Rua Jonas Rauen, 53 E, Centro, Chapecó – SC, das **13:30h**, no dia **21 de novembro de 2018**.

**2.4** O **resultado** da concessão do Adicional de Titulação com mudança na área de atuação será apresentado no mural da Secretaria de Educação **a partir das 16:00h do dia 21 de novembro de 2018**.

## **III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**3.1** Somente será beneficiado com o respectivo Adicional de Titulação com mudança na área de atuação o membro do Magistério que obtiver vaga para o total da sua carga horária efetiva, ressalvada a opção da redução da carga horária efetiva, na proporção das vagas disponíveis.

**3.2** O exercício na nova área de atuação dar-se-á a partir do dia **01 de fevereiro de 2019**.

**3.3** É vedada a acumulação de adicionais de titulação.

**3.4** Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, de acordo com a legislação vigente.

**3.5** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário de Educação do Município de Chapecó,  
Estado de Santa Catarina, em 17 de outubro de 2018.

SANDRA MARIA GALERA  
Secretário de Educação



**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**EDITAL SEDUC Nº 018/2018**

**ANEXO I**

**REQUERIMENTO**

\_\_\_\_\_(No  
me do Professor), Código Funcional\_\_\_\_\_, ocupante do cargo de provimento  
efetivo de\_\_\_\_\_, nos termos dos  
subitens 1.3.1, 1.3.2 e 1.3.2.1 do **EDITAL SEDUC Nº 018/2018**, com observância do prazo-limite  
relativo à presente solicitação (**01 de outubro de 2018**), vem requerer os **documentos abaixo  
assinalados** para fins de inscrição no respectivo processo de **Adicional de Titulação com Mudança  
na Área de Atuação**:

- ( ) Fotocópia do Decreto de Nomeação no Cargo de Provimento Efetivo;
- ( ) Fotocópia da última Portaria de Exercício;
- ( ) Fotocópia do Decreto que concedeu Adicional de Titulação (quando for o caso);
- ( ) Atestado de Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó expresso em anos, meses e dias, computado até **30 de setembro de 2018**.

Chapecó/SC, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Professor

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEDUC Nº 001.2018 (AMPLIAÇÃO CARGA HORÁRIA OFICIAL)**

Publicação Nº 1775287

**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****INSTRUÇÃO NORMATIVA SEDUC Nº 001/2018**

*Dispõe sobre a **Ampliação de Carga Horária Efetiva** dos servidores do Magistério Público Municipal.*

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo, em especial, com o artigo 29 da Lei Complementar 132/2001 e demais disposições legais correlatas,

**RESOLVE:**

Orientar as Escolas Básicas e Centros de Educação Infantil Municipais sobre Ampliação de Carga Horária Efetiva dos Professores da Rede Municipal, nos termos abaixo declinados.

**1.** Os professores interessados em ampliar sua carga horária deverão dirigir-se ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, no dia **08 de novembro de 2018**, no horário das **13:00h às 19:00h**, munidos de cópia do documento comprobatório da **habilitação em sua área de atuação** (Diploma de Graduação ou Certificado/Diploma da Pós-Graduação) e do **Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó**.

**1.1.** O documento comprobatório do Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó deverá ser providenciado junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação com antecedência, mediante protocolo de requerimento, **impreterivelmente até o dia 01 de novembro de 2018**, conforme modelo em anexo (**Anexo II**).

**1.1.1** Os procedimentos previstos em item 1 e subitem 1.1 poderão ser realizados pelo próprio professor interessado ou mediante procurador devidamente constituído (procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida), respeitados os demais critérios estabelecidos em lei e nessa Instrução Normativa.

**2.** O Formulário constante em **Anexo I** será preenchido por responsável do Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação e assinado pelo candidato ou respectivo procurador, em conformidade com a documentação por ele apresentada (item 1), implicando, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação quanto às condições e aos termos do processo previsto nesta Instrução Normativa.

**3.** A Secretaria de Educação processará a classificação dos candidatos observando os seguintes critérios:

- a) Maior nível de habilitação na área de atuação;
- b) Maior Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó expresso em anos, meses e dias (computado até **30 de setembro de 2018**).

**4.** O **resultado** da classificação será publicado no mural da Secretaria de Educação às **13:30h do dia 13 de novembro de 2018**.

5. De acordo com a classificação, os candidatos poderão ser chamados para assumir as vagas disponíveis até o limite de 40 (quarenta) horas, conforme disponibilidade de vagas.
6. No caso de empate de classificação, será realizado sorteio na presença dos candidatos envolvidos, nas dependências da Secretaria de Educação do Município, situada na Rua Jonas Rauen, 53 E, Centro, Chapecó – SC, no dia **13 de novembro de 2018**, nos horários estabelecidos em item 7 da presente Instrução Normativa.
7. **A chamada** para escolha de vagas dar-se-á no dia **13 de novembro de 2018**, para todas as disciplinas e áreas de atuação, observada a disponibilidade de vagas, conforme cronograma a seguir:
- a) Das 14:00h às 15:00h – Disciplinas do Ensino Fundamental – 6ª a 9ª série;
  - b) Das 15:00h às 15:30h – 1ª a 5ª série do Ensino Fundamental;
  - c) Das 15:30h às 16:00h – Educação Infantil;
  - d) Das 16:00h às 17:00h – Educação Especial.
- 7.1 Será permitida a escolha de vagas por meio de procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida.
8. A Secretaria de Educação publicará o Quadro de Vagas no dia da escolha (**13 de novembro de 2018**).
9. O servidor do magistério que ampliar sua carga horária em vaga real, poderá permanecer atuando na mesma vaga, pelo período de 03(três) anos, sendo que, se a vaga continuar existindo após este período, o servidor poderá ampliar definitivamente sua Carga Horária Efetiva nesta vaga, sempre condicionada ao interesse público municipal e ocorrendo todos os requisitos estabelecidos no caput do art. 29, LC 132.2001.
10. O professor afastado por Perícia Médica, em readaptação de função, somente poderá ampliar sua carga horária quando obtiver alta e apresentar Laudo Médico expedido pela Medicina do Trabalho do Município atestando sua aptidão para retornar às atividades de docência em sala de aula.
11. O candidato que ampliar sua Carga Horária Efetiva, se assim convocado, poderá atuar no órgão central da Secretaria de Educação, bem como exercer outras funções de confiança como Direção, Secretaria de escola, Coordenação e Assessoramento.
12. O exercício e a remuneração da respectiva Ampliação de Carga Horária Efetiva dar-se-ão a partir do dia **01 de fevereiro de 2019**.
13. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, de acordo com a legislação vigente.
14. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, sendo afixada no mural da Secretaria de Educação.
15. Revogam-se as disposições em contrário.

Chapecó (SC), 17 de outubro de 2018.

**SANDRA MARIA GALERA**  
Secretário de Educação



**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEDUC Nº 001/2018**

**ANEXO II**

**REQUERIMENTO**

\_\_\_\_\_(Nome do Professor),  
Código Funcional\_\_\_\_\_, ocupante do cargo de provimento efetivo  
de\_\_\_\_\_, nos termos do item  
1 e subitens da Instrução Normativa SEDUC Nº 001/2018, com observância do prazo-limite relativo à  
presente solicitação (**01 de novembro de 2018**), vem requerer **Atestado de Tempo de Serviço no  
Magistério Público Municipal de Chapecó** expresso em anos, meses e dias (computado até **30 de  
setembro de 2018**) para fins de inscrição no respectivo processo de **Ampliação de Carga Horária  
Efetiva**.

Chapecó-SC, aos \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Professor



**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**ANEXO I – INSTRUÇÃO NORMATIVA SEDUC Nº 001/2018**  
**INSCRIÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA EFETIVA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL**

[illegible]

**CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL  
SETOR DE RH**

**TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO 2 - EDITAL 001-2018**

Publicação Nº 1775293



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

**Edital n.º 001/2018**  
**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO Nº 2**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, comunica a retificação do item 1.7.1 do Edital nº 001/2018-** Processo Seletivo Público destinado à contratação em caráter temporário de Professores visando ao preenchimento de vagas existentes no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2019, alterando o **horário de funcionamento** do Posto de Atendimento 2, conforme abaixo:

Posto de Atendimento 2

**CASA DO PROFESSOR – CHAPECÓ**

Rua Oswaldo Cruz, nº 1556 - E  
São Cristóvão - Chapecó SC

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das **9h30 min. às 19h.**

Horário do último dia de inscrições: das **09h30 min. às 16h.**

Chapecó, 17 de outubro de 2018.

---

Luciano José Buligon  
Prefeito Municipal



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 475/18

Publicação Nº 1775343

DECRETO SAF/Nº. 475/18, de 16 de outubro de 2018.

FAZ CESSAR OS EFEITOS DO DECRETO SAF/N. 421/18, DE 16 DE AGOSTO DE 2018, QUE DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

FAZER CESSAR

os efeitos do Decreto SAF/N. 421/18, de 16 de agosto de 2018, que designa a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, do Município de Cocal do Sul, a partir de 16 de outubro de 2018.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de outubro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 476/18

Publicação Nº 1775350

DECRETO SAF/Nº. 476/18, de 16 de outubro de 2018.

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

DESIGNAR

DOMINGOS GILNEI KOSSMANN SOARES(Presidente), GIANE CARVALHO CARNIATO(Secretária) e WILLIAM DAJORI DOS SANTOS (Membro), para comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, do Município de Cocal do Sul, a partir de 16 de outubro de 2018.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de outubro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

### PORTARIA N. 22/18

Publicação Nº 1774773

PORTARIA N. 22/18, de 16 de outubro de 2018.

PROCESSO DE SINDICANCIA N. 02/18, de 20 de agosto de 2018.

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, no uso de suas atribuições resolve, com lastro no art. 101, da Lei Complementar 06, de 14 de Outubro de 2003,

Prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar por mais 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de outubro de 2018.

DOMINGOS GILNEI KOSSMANN SOARES

Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e  
Processo Administrativo

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

---

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL**

---

**EXTRATO DE CONTRATO 45/2018**

Publicação Nº 1774866

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 45/2018 – 2º ADITIVO AO CONTRATO 07/2018

DATA: 03/OUTUBRO/2018

CONTRATADO: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

OBJETO: FORNECIMENTO DE 5.005,97 LITROS DE GASOLINA COMUM E 4.448,65 LITROS DE ÓLEO DIESEL COMUM, PARA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTA AUTARQUIA.

VALOR: O PREÇO DO LITRO DA GASOLINA COMUM, ESTABELECIDO NA CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO ADITADO, A PARTIR DE 03/10/2018 TEM UM REAJUSTE DE 6,69% E PASSA A SER DE R\$ 4,47 (QUATRO REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS) AO LITRO E O PREÇO DO LITRO DO ÓLEO DIESEL COMUM TAMBÉM TERÁ UM REAJUSTE DE 10,48% E PASSA A SER DE R\$ 3,48 (TRÊS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS) AO LITRO.

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 28 DE MARÇO DE 2019

DATA: 16/OUTUBRO/2018

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 133/2018 PMC

Publicação Nº 1774800

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC  
ADENDO 01 AO EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 133/2018 PMC  
AQUISIÇÃO DE BENS

O Município de Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição e instalação de equipamentos semafóricos de controle de tráfego de veículos e pedestres, para implantação de sistema de centralização semafórica com equipamentos que ofereçam novas tecnologias para atuação dos semáforos nos cruzamentos centrais do município, obedecendo ao que prevê a legislação de trânsito CTB - Código Brasileiro de Trânsito, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, sofreu alterações, sendo que o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, ficam remarcados para o dia 07 de novembro de 2018, às 10h00min, sendo que a abertura da licitação será no dia 07 de novembro de 2018, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 16 de outubro de 2018.

DANIEL FAGANELLO  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### ANÁLISE E JULGAMENTO

Publicação Nº 1774822

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017  
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

#### ANÁLISE E JULGAMENTO

Aos onze dias do mês de outubro de 2018, a Comissão de Credenciamento, designada pelo Decreto nº 380/2017, de 3 de abril de 2017, reuniu-se para efetuar a análise e julgamento da documentação apresentada pela Sociedade Educacional Leonardo Da Vinci S/S LTDA., objetivando a formalização entre as partes as condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Dá análise, observou-se que a Instituição atendeu ao disposto no Edital de Credenciamento nº 1/2017, especificamente os itens 3.11 e 3.12. Dessa forma, JULGAMOS a Sociedade Educacional Leonardo Da Vinci S/S. LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 01.894.432/0001-56, APTA a celebrar Termo de Convênio com o Município de Concórdia, com o fim específico de formalizar entre as partes condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Publique-se, na forma da Lei, cientifique-se a Entidade, e encaminhe-se o Termo de Convênio para assinatura do Senhor Prefeito Municipal.

Concórdia, SC, 11 de outubro de 2018.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Presidente

TABARA PASQUALOTTO  
Membro

GRACIELA SANDRIN  
Membro

Publique-se:  
- no mural interno do Centro Administrativo;  
- no mural da Câmara de Vereadores;  
- no Diário Oficial Eletrônico do Município;  
11.10.2018.

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2018 – PMC**

Publicação Nº 1774808

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2018 – PMC  
Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para atender os serviços prestados pelo Fundo Municipal de Assistência Social, escolas e cmeis do Município para o ano de 2019, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 06/11/2018.

Abertura: dia 06/11/2018 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 16 de outubro de 2018.

NEURI COMIN  
Secretário Municipal de Educação

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2018 – PMC**

Publicação Nº 1774813

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2018 – PMC  
Contratação de Serviços

Objeto: contratação de empresa para executar o serviço de transporte de idosos de suas comunidades/bairros até o Centro de Eventos, nos dias 06 e 08 de novembro, para participação no Encontro de Idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 29/10/2018.

Abertura: dia 29/10/2018 as 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 16 de outubro de 2018.

DENISE JUSTI LOPES  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2018 – PMC**

Publicação Nº 1774816

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2018 – PMC

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais diversos para o Encontro de Idosos e para delegação da FMEC participar na OLESC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 29/10/2018.

Abertura: dia 29/10/2018 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

3441-2167.

Concórdia, SC, 16 de outubro de 2018.

DENISE JUSTI LOPES

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

## **COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA - PREGÃO PRESENCIAL 89/2018 PMC**

Publicação Nº 1775125

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL 89/2018 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização, organização, sanitários visando ao atendimento das necessidades da Administração Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

### **COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna público que na data de 16 de outubro de 2018, o recurso interposto pela licitante ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA foi julgado IMPROCEDENTE.

Tendo em vista a desclassificação da proposta da empresa SALETE KAPP & CIA LTDA EPP, convoca-se a segundo colocada, empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, para no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados desta veiculação, apresentar proposta readequada conforme item 5.1 do edital. Estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações", os pareceres. Concórdia, SC, 16 de outubro de 2018.

JACIELE TOCHETTO

Pregoeira

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO 030/2018**

Publicação Nº 1774508

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 030/2018

CHAMADA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, CONVOCA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, o candidato aprovado no Concurso Público para o provimento de vaga no nível inicial de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionado:

Nº CPF	Nome	Cargo
448.346.839-15	HENRI LUIS BIESUS	MOTORISTA

O candidato acima relacionado deverá, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munido de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 15.7 do Edital 1/2018.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará no reposicionamento para o final da lista de classificados, sendo chamado o candidato imediatamente seguinte, conforme item supracitado. O reposicionamento não garante o chamamento da vaga.

Concórdia, 16 de outubro de 2018.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 031/2018**

Publicação Nº 1774511

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 031/2018

CHAMADA DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, CONVOCA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, o candidato aprovado no Processo Seletivo Público para o provimento de vaga temporária do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionado:

Nº CPF	Nome	Cargo
070.305.469-46	GABRIELA SPESSATTO	MÉDICO COMUNITÁRIO

O candidato acima relacionado deverá, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munido de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 8.6 do Edital de Processo Seletivo 2/2018.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará no reposicionamento para o final da lista de classificados, sendo chamado o candidato imediatamente seguinte, conforme item supracitado. O reposicionamento não garante o chamamento da vaga.

Concórdia, 16 de outubro de 2018.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 8/2018 – FMC**

Publicação Nº 1774805

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 8/2018

Objeto: Edital de Credenciamento de interessados para comercialização de comidas e bebidas do tipo "Food Trucks", durante a Feira do Livro de Concórdia 2018, que será realizada no Município de Concórdia do dia 08 a 11 de novembro de 2018, na Rua Leonel Mosele (Rua Coberta), Centro, Concórdia, SC.

Credenciamento: De 17 até 31 de outubro de 2018.

Informações complementares: Quaisquer dúvidas que pairarem sobre esse Edital poderão ser esclarecidas junto à Fundação Municipal de Cultura, localizada na Rua Abramo Eberle nº 322, Concórdia SC, ou através dos telefones nº (49) 3444 7781, 3442 3930 ou 3442 3248, em horário de expediente das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriado ou e-mail cultura@concordia.sc.gov.br ou culturaadministrativo@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 16 de setembro de 2018.

JÚLIO GOMES

Diretor-Superintendente da FMC

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2018 – FMEC**

Publicação Nº 1774820

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 8/2018 – FMEC

O Gestor da Fundação Municipal de Esportes, torna público que ratificou o ato da Senhora Jaira Zampieron, Chefe de Departamento, que declarou dispensável a licitação, nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 16/10/2018, para a Fornecimento de Refeições para Dirigentes da FMEC e Atletas das modalidades de Futsal Masculino, Handebol Masculino e Feminino, que participarão da Etapa Seletiva -18 OLESC (Olimpíada Estudantil Catarinense). A ser realizado na cidade de Seara de 17 a 21 de outubro de 2018.; a favor de RESTAURANTE E CHURRASCARIA J.A. LTDA - ME no valor total de R\$ 2.640,00 (dois mil e seiscentos e quarenta).

GIL ARTIFON

Gestor da Fundação Municipal de Esportes

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE SORTEIO DE DESEMPATE - TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2018 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

Publicação Nº 1774818

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2018-PMC

Objeto: Contratação de serviços de engenharia para elaboração de projetos executivos para obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, terraplanagem, contenções e sinalização viária em diversas vias do Município de Concórdia, de acordo com o Memorial Descritivo/Termo De Referência constante no Anexo "D" do Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE SORTEIO DE DESEMPATE**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: Efetuar o sorteio de desempate referente à fase de classificação do processo supracitado, entre as empresas classificadas em primeiro lugar, quais sejam GEOSSET - SIVIERO, ENGENHARIA, TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA e GEOVIAS ENGENHARIA LTDA. Ressalva-se que as licitantes foram formalmente convocadas para participar da presente sessão, através da publicação no DOM/SC edição número 2654 do dia 15 de outubro 2018. Acompanhou a presente sessão a Senhora CRISTIANE PERIN, servidora pública deste Município, lotada na Auditoria Geral. Após o sorteio, obteve-se o seguinte resultado: A licitante GEOVIAS ENGENHARIA LTDA ficou em primeiro lugar e a licitante GEOSSET - SIVIERO, ENGENHARIA, TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA ficou em segundo lugar. Ressalva-se que a empresa GEOVIAS ENGENHARIA LTDA deverá demonstrar a viabilidade de sua proposta através de documentação que comprove que os valores são compatíveis com a execução do objeto contratado. Deverá ser apresentada tal documentação no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após encerrada a presente sessão, ou seja, até dia 18 de outubro, às 17 horas. Reforça-se que em havendo a comprovação da viabilidade da proposta, será condicionado para assinatura do contrato prestação de garantia adicional conforme dispõe o §2º, do artigo 48, da Lei Federal 8.666/93, no valor de R\$ 34.101,41 (trinta e quatro mil, cento e um reais e quarenta e um centavos), a qual poderá ser efetuada de acordo com as modalidades previstas no §1 do artigo 56, da lei 8.666/93. O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, através do site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação.

Concórdia, SC, 11 de outubro de 2018.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente da CPL



# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DECRETO 8239/2018

Publicação Nº 1774322

DECRETO Nº. 8.239, 26 De Setembro De 2018

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 17/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sra. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 17/2018 – Pregão Presencial Nº. 10/2018, do Fundo Municipal de Saúde, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: CLINICA DE ESPECIALIDADES KANNENBERG S/S LTDA, com o item Nº 3, no valor de R\$ 65.800,00 (sessenta e cinco mil e oitocentos reais); CLINICA MEDICA SPIES MD LTDA, com o item Nº 1, no valor de R\$ 65.800,00 (sessenta e cinco mil e oitocentos reais); UNIQUE CLINICA INTEGRADA LTDA, com o item Nº 2, no valor de R\$ 70.500,00 (setenta mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Setembro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO 8240/2018

Publicação Nº 1774323

DECRETO Nº 8.240, 26 De Setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR DOTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.222/2017.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 11.01 – Secretaria De Desenvolvimento Econômico.

Unidade: 11.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Função: 23 – Comércio e Serviços.

Subfunção: 692 – Comercialização.

Programa: 0031 – Desenvolvimento Econômico.

Ação: 2.047 – Festividades do Município.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.00000– Superávit do Exercício Anterior R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, conforme decreto nº. 8.012/2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de setembro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

## DECRETO 8241/2018

Publicação Nº 1774324

DECRETO Nº. 8.241, 26 De Setembro De 2018

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 116/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2018, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sra. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 116/2018 – Pregão Presencial Nº. 66/2018, do município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: ELIAS OLIVEIRA DOS SANTOS 04556213908, com o Lote Nº 1, itens Nºs: 1, 2 e 3, no valor de R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Setembro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO 8242/2018

Publicação Nº 1774325

DECRETO Nº. 8.242, 26 De Setembro De 2018

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei 2.265/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Médica aos servidores municipais de Coronel Freitas, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores Municipais de Coronel Freitas.

Unidade: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores Municipais de Coronel Freitas.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Programa: 0030 – Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores Municipais de Coronel Freitas.

Ação: 2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores Municipais de Coronel Freitas.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 190.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, conforme Decreto Nº 8.012/2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Setembro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

## **DECRETO 8243/2018**

Publicação Nº 1774326

DECRETO Nº 8.243, 26 De Setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR DOTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.222/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.082 – Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.00002– Superávit do Exercício Anterior R\$ 51.600,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, conforme decreto nº. 8.012/2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de setembro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

## **DECRETO 8244/2018**

Publicação Nº 1774327

DECRETO Nº 8.244, 26 De Setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR DOTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.222/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.  
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.  
Função: 15 – Urbanismo.  
Subfunção: 451 – Infra - Estrutura Urbana.  
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.  
Ação: 1.091– Ampliação e Reforma da Garagem Municipal.  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.00000– Superávit do Exercício Anterior R\$ 6.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, conforme decreto nº. 8.012/2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de setembro de 2018.  
Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon  
Secretária de Administração e Finanças

## DECRETO 8245/2018

Publicação Nº 1774328

DECRETO Nº. 8245 De 26 De Setembro De 2018.  
DECRETA ESTADO DE EMERGÊNCIA ADMINISTRATIVA NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e especialmente,

Considerando que a Educação é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um país, mas também de cada indivíduo ;

Considerando que o município oferece transporte escolar e o deve fazê-lo com segurança;

Considerando que o município possui apenas 03 veículos Ônibus escolar e que os mesmos encontram-se em manutenção por não terem condições de trafegar;

Considerando que foi realizado um processo licitatório para conserto dos veículos;

Considerando que a população que os alunos dependem do transporte escolar para chegarem ate a escola;

Considerando que a educação é um serviço essencial;

Considerando que a realização de licitação, qualquer que seja a modalidade, demanda tempo para o preparo, confecção e publicação de editais, abertura das propostas e julgamento, e abertura de prazos para eventuais recursos e homologação;

Considerando que a administração tem como princípio basilar a continuidade do serviço público, e uma eventual paralisação, fatalmente acarretará em violação aos dispositivos constitucionais e legais aplicáveis à espécie;

Considerando o que dispõe o inciso IV, do art.24 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/1993, e ainda, a Instrução Normativa expedida do Tribunal de Contas dos Municípios nº 013/12 de 7 de novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada Emergência Administrativa, na área da Educação do Município de Coronel Freitas/SC.

Art. 2º. Está autorizado o setor competente a contratar a serviço de transporte escolar para normalizar o atendimento aos alunos que necessitam de transporte, através de dispensa de licitação, até que se realize o procedimento licitatório para conserto dos ônibus escolares pertencentes a frota do município.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Setembro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon  
Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO 8246/2018

Publicação Nº 1774329

DECRETO Nº. 8.246, 01 De Outubro De 2018

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 16/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2018, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sra. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 16/2018 – Pregão Presencial Nº. 9/2018, do Fundo Municipal de Saúde, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: AR FIOREZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 4.230,00 (quatro mil e duzentos e trinta reais); DIMERIOS MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA, com os itens Nºs: 4 e 5 no valor de R\$ 27.960,00 (vinte e sete mil e novecentos e sessenta reais); NUTRIR – NUTRIÇÃO ENTERAL E SUPLEMENTAÇÃO LTDA – ME, com o item Nº 7, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais); ODONTOESTE LTDA – ME, com o item Nº 2, no valor de R\$ 15.540,00 (quinze mil e quinhentos e quarenta reais); SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, com os itens Nºs: 6, 8 e 9 no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais); VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, com o item Nº 3, no valor de R\$ 23.580,00 (vinte e três mil e quinhentos e oitenta reais);

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Outubro de 2018.  
Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon  
Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO 8247/2018

Publicação Nº 1774330

DECRETO Nº. 8.247, 04 De Outubro De 2018

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 123/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2018, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sra. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 123/2018 – Pregão Presencial Nº. 71/2018, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: LUCENY MARIA BAGGIO CORTINA, com os itens Nºs: 1 a 7, no valor de R\$ 606.800,00 (seiscentos e seis mil e oitocentos reais);

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Outubro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon  
Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO 8248/2018

Publicação Nº 1774331

DECRETO Nº. 8.248, 04 De Outubro De 2018  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 95/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sra. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 95/2018 – Pregão Presencial Nº. 50/2018, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: WILLIAN PABLO LAMPERTI, com o Lote Nº 1, item Nº: 1, no valor de R\$ 6.426,00 (seis mil e quatrocentos e vinte e seis reais); com o Lote Nº 2, itens Nºs: 2, 3 e 4 no valor de R\$ 154.168,00 (cento e cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e oito reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Outubro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon  
Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO 8249/2018

Publicação Nº 1774332

DECRETO Nº. 8.249, 09 De Outubro De 2018  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 112/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2018, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sra. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 112/2018 – Pregão Presencial Nº. 63/2018, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: HL DISTRIBUIDORA DE FERRAMENTAS LTDA, com o Lote Nº 1, item Nºs: 1, 2, 3, 5 a 10 no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais); ALVINA RUPPENTHAL EIRELI, com o Lote Nº 2, itens Nºs: 11, 12 e 13 no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais); JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA – ME, com o Lote Nº 3, itens Nºs: 4, 14 a 17, no valor de R\$ 13.599,60 (treze mil, quinhentos e noventa e nove reais e sessenta centavos); com o Lote Nº 5, itens Nºs: 18, 19 e 27, no valor de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais); QUIMICASOL LTDA EPP, com o Lote Nº 4, itens Nºs: 20 a 26, no valor de R\$ 35.799,45 (trinta e cinco mil, setecentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos);

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Outubro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO 8250/2018

Publicação Nº 1774333

DECRETO Nº. 8.250, 09 De Outubro De 2018

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 118/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2018, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sra. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 118/2018 – Pregão Presencial Nº. 68/2018, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: SILVIA MARIA ASSOLINI - ME, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 995,00 (novecentos e noventa e cinco reais); TOPE BRASIL LTDA - ME, com os itens Nºs: 2 e 3 no valor de R\$ 1.623,00 (um mil e seiscentos e vinte e três reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Outubro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

## DECRETO 8251/2018

Publicação Nº 1774334

DECRETO Nº 8.251, 09 De Outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR DOTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.222/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Subfunção: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.088 – Transferências a Consórcios Públicos, Subvenções, Contribuições e Auxílios.

Elemento: 3.3.71.00.00.00.00.00.03.00000– Superávit do Exercício Anterior R\$ 12.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, conforme decreto nº. 8.012/2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Outubro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

## DECRETO 8252/2018

Publicação Nº 1774336

DECRETO Nº 8.252, 09 De Outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR DOTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.222/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo do Municipal de Saúde.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.00002– Superávit do Exercício Anterior R\$ 30.000,00.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.00002– Superávit do Exercício Anterior R\$ 20.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, conforme decreto nº. 8.012/2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Outubro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

## DECRETO 8253/2018

Publicação Nº 1774337

DECRETO Nº. 8.253, 11 De Outubro De 2018

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 124/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2018, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sra. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 124/2018 – Pregão Presencial Nº. 72/2018, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: DLG LIVRARIA E BAZAR LTDA - ME, com os itens Nºs: 3, 5, 6 e 7 no valor de R\$ 7.351,50 (sete mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos); ROBERTO MISTURA - ME, com os itens Nºs: 1, 2 e 4 no valor de R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Outubro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

## LEI 2265/2018

Publicação Nº 1774320

LEI MUNICIPAL Nº 2.265, 26 DE SETEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz Saber- Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do Fundo Municipal de assistência Médica aos servidores municipais de Coronel Freitas, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores Municipais de Coronel Freitas.

Unidade: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores Municipais de Coronel Freitas.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Programa: 0030 – Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores Municipais de Coronel Freitas.

Ação: 2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores Municipais de Coronel Freitas.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 190.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, conforme Decreto Nº 8.012/2018.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Setembro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 163/2018

Publicação Nº 1774469

DECRETO Nº 163, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

ESTABILIZA SERVIDORA APROVADA EM ESTAGIO PROBATORIO PARA O SERVIÇO PÚBLICO.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Relatório Conclusivo de Avaliação de Estágio Probatório realizado por comissão específica indicando que foi atingida a pontuação mínima exigida;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabilizada no serviço Público Municipal, em virtude de aprovação no Estágio Probatório, a Sra. Rafaela Picchi Moreira, ocupante do cargo de Servente, neste Município de Coronel Martins, sob o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o período de estágio probatório, não gera direito à estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da administração, ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto, correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Efeitos Retroativos a partir de 27/03/2018

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 16 de Outubro de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

### DECRETO Nº 164/2018

Publicação Nº 1774474

DECRETO Nº 164, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

ESTABILIZA SERVIDORA APROVADA EM ESTAGIO PROBATORIO PARA O SERVIÇO PÚBLICO.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Relatório Conclusivo de Avaliação de Estágio Probatório realizado por comissão específica indicando que foi atingida a pontuação mínima exigida;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabilizada no serviço Público Municipal, em virtude de aprovação no Estágio Probatório, a Sra. Luciana Peruzzo Basi, ocupante do cargo de Servente, neste Município de Coronel Martins, sob o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o período de estágio probatório, não gera direito à estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da administração, ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto, correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Efeitos Retroativos a partir de 13/04/2018

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 16 de Outubro de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

## DECRETO Nº 165/2018

Publicação Nº 1774477

DECRETO Nº 165, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
ESTABILIZA SERVIDOR APROVADO EM ESTAGIO PROBATORIO PARA O SERVIÇO PÚBLICO.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Relatório Conclusivo de Avaliação de Estágio Probatório realizado por comissão específica indicando que foi atingida a pontuação mínima exigida;

### DECRETA:

Art. 1º Fica estabilizado no serviço Público Municipal, em virtude de aprovação no Estágio Probatório, o Sr. Paulo Roberto da Silva, ocupante do cargo de Motorista, neste Município de Coronel Martins, sob o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o período de estágio probatório, não gera direito à estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da administração, ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto, correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Efeitos Retroativos a partir de 04/05/2018

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 16 de Outubro de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

## DECRETO Nº 166/2018

Publicação Nº 1774483

DECRETO Nº 166, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
ESTABILIZA SERVIDOR APROVADO EM ESTAGIO PROBATORIO PARA O SERVIÇO PÚBLICO.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Relatório Conclusivo de Avaliação de Estágio Probatório realizado por comissão específica indicando que foi atingida a pontuação mínima exigida;

### DECRETA:

Art. 1º Fica estabilizado no serviço Público Municipal, em virtude de aprovação no Estágio Probatório, o Sr. Luiz Felipe Damaceno Tavares, ocupante do cargo de Médico Veterinário, neste Município de Coronel Martins, sob o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o período de estágio probatório, não gera direito à estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da administração, ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto, correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Efeitos Retroativos a partir de 15/06/2018

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 16 de Outubro de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

## DECRETO Nº 167/2018

Publicação Nº 1774485

DECRETO Nº. 167 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no art. 26, da Lei Complementar Municipal n. 034/2013 que estabelece sobre o adicional por tempo de serviço, concedido a cada ano de serviço público efetivo;

Considerando que os servidores farão jus ao adicional a partir do mês seguinte ao que completarem o anuênio;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido adicional por tempo de serviço aos servidores públicos efetivos abaixo relacionados, equivalente à conquista de 1% (um por cento) incidente sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Nome	Data de Admissão	Nível anterior	Nível atual
Edenilce Pagnoncelli Chittó	02/09/1996	9%	10%
Claudimar Antonio Mores	01/09/2003	3%	4%
Veldecir de Souza	01/09/2009	3%	4%
Volnei Bottega	01/09/2009	5%	6%
Raquel Sbabo Fabris	15/09/2014	0	1%

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 16 de Outubro de 2018.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

GIUVANI SCHUSTER  
Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças

# Corupá

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 4955/18 DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076, 077 E 078/18.**

Publicação Nº 1775338

PORTARIA Nº 4955/18

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076, 077 E 078/18.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução das Atas de Registro de Preços nº 076, 077 e 078/18, o senhor DORILDO LEITHOLDT, matrícula funcional nº 1552201, ocupante do cargo de Chefe Divisão de Serviços Públicos, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o Registro de Preços para aquisições parceladas de tintas e acessórios de pintura para uso de todas as Secretarias do Município de Corupá.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 18 de setembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de outubro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **PORTARIA Nº 4956/18 DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079, 080, 081 E 082/18.**

Publicação Nº 1775341

PORTARIA Nº 4956/18

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079, 080, 081 E 082/18.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução das Atas de Registro de Preços nº 079, 080, 081 e 082/18, o senhor CLAUDIO SIDNEI DE SIQUEIRA, matrícula funcional nº 1546801, ocupante do cargo de Diretor de Defesa Civil, Lotado no Gabinete do Prefeito, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS / MATERIAIS PARA USO DA DEFESA CIVIL – AUXÍLIO EM CATÁSTROFES.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de setembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de outubro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 4957/18 DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083 E 084/18.**

Publicação Nº 1775342

PORTARIA Nº 4957/18

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083 e 084/18.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução das Atas de Registro de Preços nº 083 e 084/18, o senhor WALDIR KRISANSKI JUNIOR, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto desta ata de registro de preço visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE CAFÉ, AÇÚCAR, ADOÇANTE, FILTROS, ÁGUA MINERAL E CHÁ, PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC.

Art. 2º - Atribui o servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 24 de setembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de outubro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

**PORTARIA Nº 4958/18 DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085 E 086/18.**

Publicação Nº 1775345

PORTARIA Nº 4958/18

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085 E 086/18.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução das Atas de Registro de Preços nº 085 e 086/18, o senhor DORILDO LEITHOLDT, matrícula funcional nº 1552201, ocupante do cargo de Chefe Divisão de Serviços Públicos, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura,



cujo objeto do contrato visa o Registro de Preços para aquisição parcelada de madeiras para construção de pontes, reforma e manutenção, para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Corupá/SC.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 25 de setembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de outubro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## **PORTARIA Nº 4959/18 DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 043/18.**

Publicação Nº 1775351

PORTARIA Nº 4959/18

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 043/18.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 043/18, o senhor ELISIO WEDDERHOFF, matrícula funcional nº 248405, ocupante do cargo de ASSESSOR DE EDUCAÇÃO, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa o fornecimento do Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Plataforma Virtual de Aprendizagem com conteúdos educacionais; Assessoramento dos resultados educacionais municipais, do qual a CONTRATADA é detentora exclusiva, em todo território nacional, dos direitos de publicação, comercialização e distribuição..

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 27 de setembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de outubro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

**PORTARIA Nº 4960/18 DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2018.**

Publicação Nº 1775354

PORTARIA Nº 4960/18

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução da Ata de Registro de Preços nº 087/2018, a senhora WALDILEIA LIGIA SCHULTZ KLITZKE, matrícula funcional nº 623101, ocupante do cargo de Farmacêutica, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a REGISTRO PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS POR MAIOR DESCONTO PERCENTUAL, DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA E DEMANDA JUDICIAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de outubro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

**PORTARIA Nº 4961/18 DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 044/18.**

Publicação Nº 1775355

PORTARIA Nº 4961/18

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 044/18.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 044/18, o senhor GUILHERME GERMANO BERNER, matrícula funcional nº 1552601, ocupante do cargo de Diretor de Planejamento e Engenharia, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA PARA AMPLIAÇÃO DE 32 M² E REFORMA DO SETOR DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de outubro de 2018.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

**PORTARIA Nº 4962/18 DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/18.**

Publicação Nº 1775356

PORTARIA Nº 4962/18

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/18.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução da Ata de Registro de Preços nº 088/18, a senhora BÁRBARA PROCHASKA LEMOS, matrícula funcional nº 1553102, ocupante do cargo de Gerente Divisão de Frota, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto da Ata de Registro de Preço visa o REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS (TIPO PASSEIO), ZERO KM, PARA RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA ORGANIZAÇÃO POLICIAL MILITAR DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

Art. 2º - Atribui a servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado a responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
15 de outubro de 2018.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2018

Publicação Nº 1774593

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 130/2018

Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E A EMPRESA T &amp; R SECCHI MECÂNICA LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE SOLDA PARA CONserto DA TAMPA DA CAÇAMBA, SUSPENSÃO E CHASSI DO CAMINHÃO FORD CARGO 2629, PLACA MLV 3295, USADO NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE/SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

Processo Licitatório: nº 1501//2018

Modalidade: Dispensa por Limite nº 1421/2018

Valor Total: R\$ 4.498,90.

Data: 15/10/2018 a 31/12/2018.

Jairo Rivelino Ebeling– Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2018

Publicação Nº 1774953

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 131/2018.

Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAR UM PROGRAMA DE CONSULTORIA MUNICIPAL NA ÁREA DE APICULTURA, COM DURAÇÃO DE 450 HORAS, DESTINADO A EMPRESÁRIOS, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, MICROEMPRESÁRIOS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E PRODUTORES RURAIS LIGADOS A ATIVIDADE, VISANDO DINAMIZAR A ECONOMIA, CONTRIBUINDO COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ.

Processo Licitatório: nº 1502//2018

Modalidade: Dispensa por Justificativa nº 1422/2018

Valor: R\$ 27.000,00.

Data: 15/10/2018 a 31/12/2019.

Jairo Rivelino Ebeling– Prefeito Municipal.

### PORTARIA 456

Publicação Nº 1774447

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 0456, de 10 de Outubro de 2018.

EXONERA POLIANA PATRICIA KITTEL DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 039/2010 e 52/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 11 de outubro de 2018, POLIANA PATRICIA KITTEL do Cargo Comissionado de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS, com lotação na Secretaria de Administração e Finanças, contratada pela portaria 003/17.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de Outubro de 2018.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

### PORTARIA 457

Publicação Nº 1774450

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 0457, de 10 de Outubro de 2018.

EXONERA SEDENIR CESAR KIPPER DO CARGO DIRETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO SERVIÇOS E TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 52/2015

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA, a partir de 11 de Outubro de 2018, SEDENIR CESAR KIPPER do Cargo de DIRETOR DE INDUSTRIA E COMERCIO, SERVIÇOS E TURISMO com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, nomeada pela portaria 328/17

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de Outubro de 2018.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

## PORTARIA 458

Publicação Nº 1774451

### EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 0458, de 15 de Outubro de 2018.

NOMEIA POLIANA PATRICIA KITTEL GRUNITZKY DO CARGO DIRETOR DE INDÚSTRIA COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 52/2015

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 15 de outubro de 2018, POLIANA PATRICIA KITTEL GRUNITZKY do Cargo de DIRETOR DE INDUSTRIA E COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, com carga horária integral percebendo 8,0 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) constante nos Anexos III e IV, do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº 58/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de outubro de 2018.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

## PORTARIA 459

Publicação Nº 1774453

### EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 0459, de 15 de outubro de 2018.

NOMEIA SEDENIR CESAR KIPPER PARA O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 039/2010 e 52/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 15 de Outubro de 2018, SEDENIR CESAR KIPPER, para o Cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, com carga horária integral e vencimentos constantes nos anexos III e IV da Lei Complementar 52/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de Outubro de 2018.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

# Cunhataí

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 157/2018

Publicação Nº 1775033

PORTARIA Nº 157/2018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre concessão de adicional de tempo de serviço aos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais no que lhe confere o artigo 77, IX, combinado com o artigo 100, II, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 74 da Lei Complementar nº. 002/2007 e L.C 003/2017, e Considerando que o Estatuto dos Servidores Municipais de Cunhataí (LC 002/2007) prevê que o adicional por tempo de serviço é concedido ao servidor estável, a cada 5 anos de exercício no serviço público do Município, e, sua alíquota é de 5%; (cinco por cento) do vencimento do seu cargo efetivo;

Considerando que para aplicar os índices corretos é necessário a verificação das leis anteriores 012/97 a qual previa o adicional de 6% (seis por cento) a cada triênio de efetivo serviço no Município, bem como, apresentava o estágio probatório em vinte e quatro meses (art. 21 e art. 81);

Considerando ainda que, deve ser observado a Lei 0265/2002, para fins de cômputo e aplicação do percentual correto aos servidores, uma vez que este prevê o estágio probatório em 3 (três anos), e ainda aplica o adicional de 3% a cada 6 (seis) anos de efetivo serviço no Município de Cunhataí;

Considerando que muitos servidores possuem um valor desatualizado de aplicação do adicional;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a partir de 16 de outubro de 2018, aos servidores públicos municipais relacionados abaixo com os seguintes percentuais

NOME	CARGO	ADMISSÃO	PERCENTUAL
CLAUCIA K. WAKEN	AUX. ADMINISTRATIVO	02/02/1998	12,3%
LEO A. KLAUCK	MOTORISTA	02/02/1998	12,3%
VILSON J.SAUSEN	PROFESSOR	02/02/1998	3%
MARLI T. BORGHARDT	PROFESSORA	02/02/1998	3%
CLAUDIR WAGNER	PEDREIRO	01/02/2001	5%
ELIANE L. LAUX	PROFESSORA	10/02/2003	3,16%
IONE WEBER	PROFESSORA	10/02/2003	3,16%

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do mês de competência 10/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 16 de outubro de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIARA CRISTINA SCHNEIDER

Coordenadora De Gestão em Administração e Planejamento

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2018

Publicação Nº 1775304

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2018

O Fundo de Cultura de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE NATAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 29/10/2018, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 29/10/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos. Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 16 de Outubro de 2018.

Kleberson Luciano Lima

Presidente Fundo

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2018

Publicação Nº 1775028

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA AS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 29/10/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 30/10/2018, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 11 de Outubro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 208/2018

Publicação Nº 1775210

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 208/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 29/10/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 29/10/2018, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 15 de Outubro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal



# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5843/2018

Publicação Nº 1774551

DECRETO Nº 5843/2018

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 01-B DA QUADRA Nº 82, COM ÁREA DE 1.881,00 M<sup>2</sup> E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o desmembramento do seguinte Lote Urbano que especifica:

I – Lote Urbano nº 01-B da Quadra nº. 82, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 16.390, de propriedade de Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 01-B da Quadra nº 82, nesta cidade, com área de 1.881,00m<sup>2</sup> (um mil oitocentos e oitenta e um metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 01-B (um - B) da Quadra nº. 82, com área de 891,00 m<sup>2</sup> (oitocentos e noventa e um metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 02, medindo 27,00 metros;

SUL: Com a Rua Saldanha da Gama, medindo 27,00 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 01-C e 01-E, medindo 21,00 e 12,00 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 01-A, medindo 33,00 metros.

b) Lote Urbano nº. 01-C (um - C) da Quadra nº. 82, com área de 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 01-E, medindo 15,00 metros;

SUL: Com a Rua Saldanha da Gama, medindo 15,00 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 01-D, medindo 21,00 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 01-B, medindo 21,00 metros.

c) Lote Urbano nº. 01-D (um - D) da Quadra nº. 82, com área de 315,00 m<sup>2</sup> (trezentos e quinze metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 01-E, medindo 15,00 metros;

SUL: Com a Rua Saldanha da Gama, medindo 15,00 metros;

LESTE: Com a Rua Borges de Medeiros, medindo 21,00 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 01-B, medindo 21,00 metros.

d) Lote Urbano nº. 01-E (um - E) da Quadra nº. 82, com área de 360,00 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 02, medindo 30,00 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 01-C e 01-D, medindo 30,00 metros;

LESTE: Com a Rua Borges de Medeiros, medindo 12,00 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 01-B, medindo 12,00 metros.

Art. 3º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2018.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

JOELSO VICENTE DOMINGUES DE LIMA

Secretário Municipal

**DECRETO Nº 5844/2018**

Publicação Nº 1774553

DECRETO Nº 5844/2018

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 331 DA GLEBA Nº 05, COM ÁREA DE 1.958,00 M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o desmembramento do seguinte Lote Urbano que especifica:

I – Lote Urbano nº 331 da Gleba nº. 05, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 7.567, de propriedade de Flavio Francisco Meneghel e Sandra Aparecida Valencio Duarte Meneghel.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 331 da Gleba nº 05, nesta cidade, com área de 1.958,00m² (um mil novecentos e cinquenta e oito metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 331 (trezentos e trinta e um) da Gleba nº. 05, com área de 466,42 m² (quatrocentos e sessenta e seis metros com quarenta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 319, medindo 24,94 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 331-A, medindo 25,86 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 331-B, medindo 18,54 metros;

OESTE: Com a Rua Mario Claudio Turra, medindo 18,20 metros.

b) Lote Urbano nº. 331-A (trezentos e trinta e um-A) da Gleba nº. 05, com área de 483,00 m² (quatrocentos e oitenta e três metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 331, medindo 25,86 metros;

SUL: Com a Rua Reinhdo Schragle, medindo 26,78 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 331-B, medindo 18,51 metros;

OESTE: Com a Rua Mario Claudio Turra, medindo 18,21 metros.

c) Lote Urbano nº. 331-B (trezentos e trinta e um-B) da Gleba nº. 05, com área de 502,08 m² (quinhentos e dois metros com oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 319, medindo 13,50 metros;

SUL: Com a Rua Reinhdo Schragle, medindo 13,50 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 331-C, medindo 37,37 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 331-A, medindo 18,51 metros e com o Lote Urbano nº 331, medindo 18,54 metros.

d) Lote Urbano nº. 331-C (trezentos e trinta e um-C) da Gleba nº. 05, com área de 506,50 m² (quinhentos e seis metros com cinquenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 319, medindo 13,50 metros;

SUL: Com a Rua Reinhdo Schragle, medindo 13,50 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 333, medindo 37,70 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 331-B, medindo 37,37 metros.

Art. 3º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário e o Decreto nº 5840/2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2018.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

JOELSO VICENTE DOMINGUES DE LIMA

Secretário Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL 105/2018 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 25/2018 - PMDC**

Publicação Nº 1775348

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 105/2018  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 105/2018**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2018**

No dia 16 do mês de Outubro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.026.773/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA SANTOS DUMONT 413, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 105/2018, Processo Licitatório nº. 105/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de CBUQ - Asfalto Usinado à quente para aplicação a frio embalado em sacas de 25 kg, conforme especificações e detalhes constantes no anexo I deste edital. PROCESSO REALIZADO PELO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO REGIONAL (CONDER) NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2018, CONFORME PREGAO 14/2018 E ATA DE REGISTRO DE PREÇO 9/2018. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12328	BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI	20.053.056/0001-11		

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de CBUQ - Asfalto Usinado à quente para aplicação a frio embalado em sacas de 25 kg, conforme especificações e detalhes constantes no anexo I deste edital. PROCESSO REALIZADO PELO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO REGIONAL (CONDER) NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2018, CONFORME PREGAO 14/2018 E ATA DE REGISTRO DE PREÇO 9/2018.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12328 - BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CBUQ - Asfalto Usinado à quente para aplicação a frio embalado em sacas de 25 kg, com Laudo de laboratório acreditado pelo INMETRO, contendo CAP 50/70, com temperatura aproximada de 120°C, preparada com agregados pétreos, estocável por até 24 meses, sempre dosado por aditivo com composto químico exclusivo retardador de cura, garantida em qualquer temperatura ou situação climatológica. (Obs.: Entregue nos municípios)	SC	BRASIL SUL /	250,000	25,0000	6.250,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 2/7

**Processo Nº.: 105/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 105/2018**

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 105/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 105/2018

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 4/7

**Processo Nº.: 105/2018****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 105/2018****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 105/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 105/2018

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 105/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 105/2018

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 105/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 105/2018

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 16 de Outubro de 2018.

\_\_\_\_\_  
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI

CNPJ: 20.053.056/0001-11 \_\_\_\_\_

**PREGÃO PRESENCIAL 105/2018 - HOMOLOGAÇÃO - PMDC**

Publicação Nº 1775358

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/18  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/18  
HOMOLOGAÇÃO: 16/10/18  
CONTRATADO: BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO  
CERQUEIRA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição  
de CBUQ - Asfalto Usinado à quente para aplicação a frio embalado  
em sacas de 25 kg, conforme especificações e detalhamentos  
constante no anexo I deste edital. PROCESSO REALIZADO PELO  
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
(CONDER) NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2018, CONFORME  
PREGAO 14/2018 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9/2018.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta  
reais)  
DATA: 17/10/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----

# Ermo

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DA 34ª (TRIGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERMO REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO.

Publicação Nº 1774410

ATA DA 34ª (TRIGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERMO REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO. Ao primeiro (1º) dia do mês de outubro de dois mil e dezoito (2018) se reuniram nesta cidade, na sede do Poder Legislativo do Município de Ermo, sob o comando do Presidente, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) às 19h15 m, presentes os vereadores: DANIEL BORGES (MDB), LUCIANO DOMINGOS (PTB), ELENIR B. DE OLIVEIRA (PSD), DEOCLÉSIO DA SILVA (MDB), JOACIR JOSÉ NETO (PP), ROQUE FABIANO BRISTOT (PSD), CLAUDIONOR DE SOUZA (PSDB) e LOURIVAL DE VARGAS MACHADO (PTB), quando se reuniram os vereadores para realização desta trigésima quarta (34ª) sessão de caráter ordinário de 2018, relativa, a segunda (2ª) Sessão Legislativa, da sexta (6ª) Legislatura da Câmara Municipal de Ermo, para tratar dos assuntos constantes na pauta de trabalho desta Sessão Ordinária. O senhor Presidente, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: Inicialmente quero cumprimentar aos colegas vereadores e a todas as pessoas presentes no auditório desta casa. Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: Havendo quórum regimental e invocando a proteção de DEUS declaro aberta a 34ª sessão de caráter ordinário da Câmara Municipal de Ermo, hoje 1º de outubro de 2018. Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB), disse: em ato contínuo, neste momento passamos a leitura do Expediente desta sessão. A) DOS RECEBIDOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO: nada consta para ser lido. B) DOS APRESENTADOS PELOS SENHORES VEREADORES: nada consta para ser lido. C) DOS ORIUNDOS DE DIVERSOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES: nada consta para ser lido. Como nada tem no EXPEDIENTE para DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO, neste momento passamos ao GRANDE EXPEDIENTE, no qual é concedida a palavra livre aos vereadores inscritos para fazer uso da palavra na Tribuna. Como não temos inscritos para uso da tribuna, neste momento passamos a ORDEM DO DIA. Nada tem na ORDEM DO DIA PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Neste momento o senhor Presidente abre espaço para considerações dos senhores vereadores. Vereador Joacir fala parabenizando a todos os participantes do campeonato municipal de futebol de campo e seu campeão. Vereador Roque Fabiano também fala parabenizando todos os participantes. Em seguida faz algumas considerações sobre a arbitragem do jogo final, realizada pelo senhor Ramon Abel. Solicita ao senhor Presidente que obtenha informações junto ao departamento de esportes do município sobre as condições de sua contratação. Vereador Luciano fala em seguida também questionando atitudes do arbitro Ramon. Parabeniza em especial o diretor de esportes, senhor Fernando Lopes Cardoso, Em seguida o senhor Presidente, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) dá a sessão por encerrada e convoca os senhores vereadores para a sessão ordinária do dia 08 DE SETEMBRO (segunda-feira), às 19h, quando se reunirão para discussão e votação dos assuntos constantes na pauta dos trabalhos.

Plenário Abelardo Canella, em 1º de outubro de 2018.

JOSÉ FÁVARO ROQUE FABIANO BRISTOT

Presidente Vice-Presidente

JOACIR JOSÉ NETO DEOCLÉSIO DA SILVA

1º Secretário 2º Secretário

CLAUDIONOR DE SOUZA DANIEL BORGES

ELENIR B. DE OLIVEIRA LOURIVAL DE V. MACHADO

LUCIANO DOMINGOS

\*A gravação na íntegra, desta sessão, encontra-se na secretaria.

### ATA DA 35ª (TRIGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERMO REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO.

Publicação Nº 1774412

ATA DA 35ª (TRIGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERMO REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO. Aos oito (08) dias do mês de outubro de dois mil e dezoito (2018) se reuniram nesta cidade, na sede do Poder Legislativo do Município de Ermo, sob o comando do Presidente, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) às 19h15 m, presentes os vereadores: DANIEL BORGES (MDB), LUCIANO DOMINGOS (PTB), ELENIR B. DE OLIVEIRA (PSD), DEOCLÉSIO DA SILVA (MDB), JOACIR JOSÉ NETO (PP), ROQUE FABIANO BRISTOT (PSD), CLAUDIONOR DE SOUZA (PSDB) e LOURIVAL DE VARGAS MACHADO (PTB), quando se reuniram os vereadores para realização desta trigésima quinta (35ª) sessão de caráter ordinário de 2018, relativa, a segunda (2ª) Sessão Legislativa, da sexta (6ª) Legislatura da Câmara Municipal de Ermo, para tratar dos assuntos constantes na pauta de trabalho desta Sessão Ordinária. O senhor Presidente, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: Inicialmente quero cumprimentar aos colegas vereadores e a todas as pessoas presentes no auditório desta casa. Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB) disse: Havendo quórum regimental e invocando a proteção de DEUS declaro aberta a 35ª sessão de caráter ordinário da Câmara Municipal de Ermo, hoje 08 de outubro de 2018. Neste momento, o senhor Presidente passa a palavra ao secretário da educação, senhor Maicon S. Emerim. No uso da palavra o senhor Maicon apresenta durante alguns minutos fatos e números referentes a atuação de seu departamento municipal de esporte, em relação ao campeonato municipal de futebol de campo de 2018, assim como sobre a participação de atletas do município em outros campeonatos regionais da modalidade futsal e suas categorias. Durante alguns minutos acontece explicações e questionamentos por parte dos vereadores ao secretário. Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB), disse: As atas das sessões ordinárias dos dias 17 e 24 de setembro, os senhores receberam cópia para

analisar. Alguma retificação por parte dos senhores?? Não havendo retificação por parte dos senhores, ficam as atas acima mencionadas, aprovadas por todos os vereadores presentes a esta sessão. Em seguida o senhor Presidente o, vereador JOSÉ FÁVARO (MDB), disse: em ato contínuo, neste momento passamos a leitura do Expediente desta sessão. A) DOS RECEBIDOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO: MENSAGEM Nº 026/2018 encaminhando PROJETO DE LEI PE Nº 007/2018 ele que autoriza o chefe do Poder Executivo de Ermo a contratar plano de saúde com cobertura ambulatorial e hospitalar para os servidores públicos municipais e dá outras providências. para este projeto o Executivo pede regime de urgência. B) DOS APRESENTADOS PELOS SENHORES VEREADORES: nada consta para ser lido. C) DOS ORIUNDOS DE DIVERSOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES: nada consta para ser lido. Como nada tem no EXPEDIENTE para DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO, neste momento passamos ao GRANDE EXPEDIENTE, no qual é concedida a palavra livre aos vereadores inscritos para fazer uso da palavra na Tribuna. Como não temos inscritos para uso da tribuna, neste momento passamos a ORDEM DO DIA. Nada tem na ORDEM DO DIA PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Neste momento passo a palavra ao presidente da comissão de legislação, para convocação com o objetivo de analisar e emitir parecer ao PROJETO DE LEI PE Nº 007/2018 que deu entrada na casa hoje. Lembro aos senhores, que para este projeto o Executivo pede regime de urgência. Neste momento o vereador Daniel, presidente da comissão de legislação, convoca demais membros para reunião dia 15 de outubro às 18h30min para análise e missão de parecer ao PE nº 007/2018. Em seguida o senhor Presidente dá a sessão por encerrada e convoca os senhores vereadores para a sessão ordinária do dia 15 DE SETEMBRO (segunda-feira), às 19h, quando se reunirão para discussão e votação dos assuntos constantes na pauta dos trabalhos.

Plenário Abelardo Canella, em 08 de outubro de 2018.

JOSÉ FÁVARO ROQUE FABIANO BRISTOT

Presidente Vice-Presidente

JOACIR JOSÉ NETO DEOCLÉSIO DA SILVA

1º Secretário 2º Secretário

CLAUDIONOR DE SOUZA DANIEL BORGES

ELENIR B. DE OLIVEIRA LOURIVAL DE V. MACHADO

LUCIANO DOMINGOS

\*A gravação na íntegra, desta sessão encontra-se na secretaria.

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### LEI Nº 689/2018

Publicação Nº 1774238

LEI Nº. 689/2018

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Nos termos da Constituição Federal, art. 165, § 2º, Lei nº 4320/64 e Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2019, orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e atende às determinações impostas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo Único – As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da administração direta e indireta.

Art. 2º - A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, observando-se os seguintes objetivos estratégicos:

- I – Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
- II – Promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;
- III – Reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e arrecadação;
- IV – Assistência à criança e ao adolescente
- V – Melhoria da infraestrutura urbana.

#### CAPÍTULO II METAS E PRIORIDADES

Art. 3º - As metas-fim da Administração Pública Municipal de Flor do Sertão-SC para o exercício de 2019, constantes do anexo I, que integram esta Lei, também estão estabelecidas por programas constantes do Plano Plurianual – PPA relativo ao período 2018/2021.

#### CAPÍTULO III DAS METAS FISCAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS

Art. 4º - As metas de resultados fiscais do Município de Flor do Sertão (SC) para o exercício de 2019 são aquelas apresentadas no demonstrativo de Metas Fiscais, integrantes desta Lei, desdobradas em:

- Demonstrativo I – Metas Anuais
- Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III – Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

§ Único – Os demonstrativos I e III são expressos em valores correntes e constantes, caso ocorra mudanças no cenário macroeconômico do país, seus valores poderão ser alterados, conforme decreto do executivo.

Art. 5º - Integra esta Lei o anexo denominado Anexo de Riscos Fiscais (anexo II), onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo caso venha a se concretizar.

§ 1º - Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

#### CAPÍTULO IV DAS ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2019

Art. 6º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2019, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, desde que façam parte do plano Plurianual correspondente ao período de 2018/2021 e Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019.

Art. 7º – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (Art. 45 da LRF).

Parágrafo Único - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico-financeiro pactuados em vigência.

Art. 8º - Para fins do disposto no art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101, consideram-se irrelevantes as despesas realizadas anualmente, alterado valores pelo decreto 9412/2018, até o valor de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), no caso de aquisição de bens ou prestação de serviços, e de até R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 9º - Quando da execução de programas de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que especificamente autorizadas em lei municipal, onde fiquem definidos os deveres e obrigações de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

Art. 10º - Os Orçamentos para o exercício de 2019 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos (Arts. 1º, § 1º, 4º, I, "a" e 48 da LRF);

Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras em que estiverem vinculados, e essas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas.

§ 1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 13 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 14- Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

V - de concessão de subvenções ou auxílios à entidades privadas; e

VI - de despesas com diárias, serviço extraordinário e de publicidade.

Art. 15 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Parágrafo 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

Parágrafo 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 16 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (Art. 62 da LRF).

Art. 17 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 18 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da Constituição Federal)

Art. 19 - Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2019 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (Art. 4º, I, "e" da LRF).



Art. 20 – O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado de forma consolidada, em conformidade com as diretrizes fixadas nesta lei, com o art. 165, §§ 5º, 6º, 7º e 8º, da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, assim como a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e atualizações posteriores.

§ 1º - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I – O orçamento fiscal, e

II – O orçamento da seguridade social.

§ 2º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupos de despesa e modalidade de aplicação, nos termos da Portaria Interministerial nº 163 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 21 - Para efeito do art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000, o Orçamento Municipal conterá, necessariamente, dotação orçamentária destinada à Reserva de Contingência, para atender ao Anexo de Riscos Fiscais a qual será de, no mínimo de 0,08% (zero virgula zero oito por cento) da receita líquida estimada para 2019.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS COM PESSOAL

Art. 22 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observando os limites e as regras da LRF (Artigo 169, parágrafo 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo único – No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos adicionalmente, os limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.

Art. 23 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da LRF (Art. 22, § único, V da LRF).

Art. 24 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (Art. 19 e 20 da LRF):

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras.

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (Art. 14 da LRF).

Art. 26– Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14, § 3º, da LRF).

Art. 27 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período de despesas de valor equivalente. (Art. 14, § 2º, da LRF).

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 28 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2018.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º - Se a Lei Orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 29 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 30 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração

direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 31– Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão - SC,  
aos 16 dias do mês de Outubro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário da Administração

## PORTARIA Nº 232/2018

Publicação Nº 1774943

	PORTARIA Nº 232/2018
	DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido a readaptação funcional a servidora Giane Rossatto Marinho da Silva, do cargo de professora, para auxiliar na Secretaria de Educação, em virtude de limitação em sua capacidade física conforme laudo de perícia médica oficial.

Art. 2º - A servidora atuará na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimento do cargo de origem conforme previsto na legislação vigente.

Art. 3º - A servidora deverá apresentar anualmente, laudos médicos que atestem o estado de saúde.

Parágrafo único. O não cumprimento do previsto no caput deste artigo resultará no imediato retorno as atividades do cargo de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 16 dias do mês de Outubro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS  
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

## PORTARIA Nº 233/2018

Publicação Nº 1774944

	PORTARIA Nº 233/2018
	CONTRATA PROFESSORA SUBSTITUTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a professora LAURA MARIA ROGOSKI em caráter temporário, no cargo de Professora com Licenciatura Específica - ACT, em virtude da readaptação funcional da professora titular Giane Rossatto Marinho da Silva. Data da contratação de 16/10/2018 até 31/12/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 16 dias do mês de Outubro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS  
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 234/2018**

Publicação Nº 1775352

	PORTARIA Nº 234/2018
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal SINANDRO JOSÉ DE BARBA, ocupante do cargo de Agente de Administração exercendo a função de Agente de Controle Interno lotado no Gabinete do Prefeito no período de 17/10/2018 a 31/10/2018, conforme Decreto nº 002/2017 relativo ao período aquisitivo 07/16 a 07/17.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 17 dias do mês de Outubro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS  
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4576/2018

Publicação Nº 1774285

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4576, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Complementar n.º 017 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar N.º 019 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores e posteriores e ainda conforme Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedido ADICIONAL DE INSALUBRIDADE de Grau Máximo a Servidora Pública Municipal ANDRÉIA LÚCIA DOCCIATI VIEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, no valor de 40% sobre o vencimento base do município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 16 de outubro de 2018.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

# Forquilha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 133/PMF/2018;

Publicação Nº 1774542

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 133/PMF/2018;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a aquisição de material didático de língua inglesa, a fim de atender as necessidades educativas dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, bem como dos professores que atuam com essa etapa escolar no Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 31 de outubro de 2018 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 16 de outubro de 2018.

TAINARA SILVEIRA REDIVO  
Pregoeira Substituta

### DECRETO Nº 213, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775361

DECRETO Nº 213, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE PREMIAÇÃO ÀS EQUIPES VENCEDORAS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL DE 2018 PROMOVIDO PELO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA COMO INCENTIVO À PRÁTICA DO ESPORTE AMADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº 502, de 15 de março de 1999,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedida premiação em dinheiro às equipes participantes do CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL DE 2018, nos termos do Regulamento da Competição e da Lei nº 502, de 15 de março de 1999, como incentivo à prática do esporte amador, conforme segue abaixo:

- a) para a 1ª colocada, a premiação de R\$ 800,0 (oitocentos reais), concedida à equipe PARÁ CLUB, sob responsabilidade de Rafael Nogueira de Oliveira, CPF nº 740.511.562-49;
- b) para a 2ª colocada, a premiação de R\$ 500,00 (quinhentos reais), concedida à equipe KANYA, sob responsabilidade de Ismael Herlon Michels, CPF nº 079.033.589-10;
- c) para a 3ª colocada, a premiação de R\$ 300,00 (trezentos reais), concedida à equipe SURREAL, sob responsabilidade de Renato Campos Natalino, CPF nº 069.602.479-93;

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 05 de outubro de 2018.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 05 de outubro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 214, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774555

DECRETO Nº 214, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

CONFERE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL PARA FINS DE FOMENTO TURÍSTICO, SOCIAL E CULTURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO os princípios constitucionais que regem a administração pública, notadamente o da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, da Publicidade e Eficiência;

CONSIDERANDO as prerrogativas contidas no artigo 51, inciso XI da Lei Orgânica Municipal, que autoriza o Prefeito Municipal a outorgar permissão de uso em caráter precário;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 6º, artigo 215 e artigo 216-A, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que cabe ao Município promover e incentivar o turismo local, promovendo meios sadios de lazer com fins sociais aos menos favorecidos, integrando-os com as atividades Culturais,

CONSIDERANDO que o circo é um equipamento cujas atrações propiciam entretenimento saudável, voltado à diversão para um grande número de pessoas, sejam crianças, adolescentes e adultos, bem ainda a necessidade de se realizar eventos acessíveis a todos, conforme preceitua o art. 227 da CF/88;

CONSIDERANDO que o Circo Rakmer ofereceu 100 (cem) ingressos para alunos do Sistema de Ensino Municipal em contrapartida pelo uso do espaço público, além da gratuidade do ingresso para as crianças atendidas pelo CRAS e aos alunos da APAE;

CONSIDERANDO que é interesse do Poder Público municipal franquear uma opção de lazer, entretenimento e diversão à comunidade local;

DECRETA:

Art. 1º Fica conferida à pessoa jurídica RAKMER PROPAGANDA E MERCHANDISING LTDA. ME (CIRCO RAKMER), inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.682.043/0001-43, para a apresentação de espetáculos circenses e culturais, a permissão de uso, a título precário e pelo período de 26 de outubro de 2018 à 05 de novembro de 2018, do próprio público municipal localizado na Avenida Professor Eurico Back, em frente ao Parque do Centenário, matrícula nº 12.626, conforme disposições que constarão de Termo próprio.

Art. 2º O Termo a que se refere o artigo 1º, deste Decreto, designará o bem, especificando-o convenientemente, bem como tratará das condições e obrigações do PERMISSIONÁRIO, e fixará o prazo da permissão.

Art. 3º A fiscalização e acompanhamento da presente permissão de uso para fomento da Cultura e Turismo será realizada pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, devendo o PERMISSIONÁRIO providenciar as exigências legais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de outubro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 211, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774597

DECRETO Nº. 211, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA, POR CONCURSO, GABRIELA MARTINS FERNANDES, PARA EXERCER O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de substituir a servidora Vanessa Luz da Silva que solicitou exoneração;

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga Técnico em Enfermagem;

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, GABRIELA MARTINS FERNANDES para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, classificada em 21º lugar, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A servidora nomeada terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a documentação para a posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de outubro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 216, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1775362

DECRETO Nº. 216, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.227, de 09 de março de 2017, de acordo com o que consta do Processo de Sindicância nº 003/2018 e,

CONSIDERANDO que o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância, instituída pelo Decreto nº 188, de 29 de agosto de 2018, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, concluiu que a servidora FRANCIELLE CASAGRANDE DE MIRANDA, matrícula 4.476, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, infringiu os incisos I, II, III, IV e IX do art. 169 e inciso IV do art. 170, todos da Lei nº 2.227/17, que por sua natureza poderão ocasionar pena de advertência, conforme dispõe o inciso I do artigo 177, também da Lei nº 2.227/17 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Forquilha),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação às irregularidades apontadas no Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 188, de 29 de agosto de 2018, configurada como possível infração aos incisos I, II, III, IV e IX do art. 169 e inciso IV do art. 170, todos da Lei nº 2.227/17, que por sua natureza poderão ocasionar pena de advertência, conforme dispõe o inciso I do artigo 177, também da Lei nº 2.227/17 atribuídos a servidora Francielle Casagrande de Miranda, matrícula 4.476, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem. Parágrafo único. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será integrada pelos seguintes membros:

I – Daniele Berti Dalmolim, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 3.179;

II – Silvana Goulart Padoin, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2.439;

III – Fabiane Venson, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, matrícula nº 2.722.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o(a) servidor(a) encarregado(a) de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Forquilha/SC, 16 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado 16 de outubro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

## EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 01/2018

Publicação Nº 1774697

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 01/2018

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA / SC, em cumprimento a Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade – convida a população para a realização da 9ª Audiência Pública do processo de alteração do Plano Diretor Municipal de Forquilha, com o objetivo de garantir a participação da população e associações representativas de comunidades, onde serão apresentados os resultados das reuniões entre os conselheiros do CDMF.

DATA: 08 de novembro de 2018

HORÁRIO: 19:00 horas

LOCAL: AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES

ENDEREÇO: Rua Sigisfredo Back – Centro (Próximo à Prefeitura Municipal)

Forquilha / SC

Forquilha / SC, 16 de outubro de 2018.

LEANDRO ARNS BACK

Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Forquilha

Informações: contato com Eng. LEANDRO ARNS BACK

SETOR DE PLANO DIRETOR

Endereço: Avenida 25 de Julho, 3400 – Centro – Forquilha (SC)

Tel.: (48) 3463.8100

Site: [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

E-mail: [planodiretor@forquilha.sc.gov.br](mailto:planodiretor@forquilha.sc.gov.br)

## EXTRATO DE CONTRATO PMF 101/2018

Publicação Nº 1774680

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 102/2018

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TGR MATERIAL E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME

OBJETO – O presente contrato tem como objetivo a contratação de empresa especializada para execução do muro e recomposição do alambrado, fechamento das varadas com grade da Sede Esportiva do Bairro Vila Franca, localizado na Rua Nereu Belolli em Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

VALOR – R\$ 16.548,41 (dezesesseis mil quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos).

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é de 1885 (hum mil oitocentos e oitenta e cinco) dias corridos (prazo de execução + prazo de garantia de 05 anos) contados a partir da data de sua assinatura. Prazo: 25/11/2023.

DOTAÇÃO – 0803.1007.4490 (164).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Compra Direta nº. 886/2018.

DATA DA ASSINATURA – 27 de setembro de 2018.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 15/2018**

Publicação Nº 1774694

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 15/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 29/2018  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – DS REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E PREPARO DE DOCUMENTOS EIRELI

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na elaboração de projetos complementares e orçamento de edificações públicas do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de prestação de serviços objeto do Contrato nº. 29/FMS/2018 passando de 17/08/2018 para 16/10/2018 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 14/01/2019.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 15 de agosto de 2018.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 17/2018**

Publicação Nº 1774690

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 17/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 78/2017  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ROMANO COMÉRCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

DO OBJETO – Fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, durante o exercício de 2018, de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR – Os valores unitários deste contrato sofrerão reajuste nas seguintes condições:

A) Óleo diesel comum (S500): passando de R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) para o valor de R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos) por litro;

B) Óleo diesel S10: passando de R\$ 3,19 (três reais e dezenove centavos) para o valor de R\$ 3,33 (três reais e dezenove centavos) por litro. Desta forma, perfaz-se o aumento do saldo contratual em R\$ 2.610,00 (dois mil seiscentos e dez reais) para o exercício de 2018.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 02 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 62/2018**

Publicação Nº 1774688

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 62/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 62/2018  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – DS REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E PREPARO DE DOCUMENTOS EIRELI

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na elaboração de projetos complementares e orçamento de edificações públicas do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – Fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de prestação de serviços objeto do Contrato nº. 62/PMF/2018 passando de 02/10/2018 para 01/11/2018 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 30/01/2019.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 02 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 63/2018**

Publicação Nº 1774684

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 63/2018  
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 120/2017  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ROMANO COMÉRCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

DO OBJETO – Fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do município de Forquilha, durante o exercício de 2018, de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR – Os valores unitários deste contrato sofrerão reajuste nas seguintes condições:

A) Óleo diesel comum (S500): passando de R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) para o valor de R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos) por litro;

B) Óleo diesel S10: passando de R\$ 3,19 (três reais e dezenove centavos) para o valor de R\$ 3,33 (três reais e trinta e três centavos) por litro.

Desta forma, perfaz-se o aumento do saldo contratual em R\$ 6.560,00 (seis mil quinhentos e sessenta reais) para o exercício de 2018.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 02 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 64/2018**

Publicação Nº 1774682

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 64/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 10/2018  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP.

DO OBJETO – Prestação de serviços de pavimentação asfáltica da Rua Bento da Silva Martins (extensão de 541,714 metros – Trecho Rodovia SC 108) localizada no Bairro Santa Ana, Município de Forquilha/SC, conforme Contrato de Repasse 828524/2016, Processo 1029445-27/2016 firmado entre o Município de Forquilha e o Ministério das Cidades, por meio da Caixa Econômica Federal, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de prestação de serviços objeto do Contrato nº. 10/PMF/2018 passando de 06/10/2018 para 05/12/2018 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 04/12/2023.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 04 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Decreto nº 234 - 2018

Publicação Nº 1774890

DECRETO Nº 234, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2018 no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

09.00 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
26.782.0015.2.047 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0216 (133)	R\$	25.000,00
TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41728014100 – Cota-parte da CIDE	R\$	25.000,00
TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento e Inovação

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PAL 0233-2018 GIGA1 COM. EIRELI ME

Publicação Nº 1775014

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0233/2018 – PMF  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0128/2018  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0100/2018  
OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO ERGONÔMICOS

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa GIGA1 COM. EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Anita Garibaldi, 452, Bairro Santo Antônio na cidade de Fraiburgo/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.374.872/0001-08, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. Amarildo Antônio Kuster a tomar ciência acerca da Notificação constante

dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da Notificação foi encaminhado via correspondência eletrônica. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

Eventual manifestação deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: contratos@fraiburgo.sc.gov.br.

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 16 de outubro de 2018.  
Roalves Jorge Polese  
Pregoeiro

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO -PAL 0183-2018 - AP OESTE -DECISÃO

Publicação Nº 1775141

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO

Referente ao  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0183/2018 – PMF  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0099/2018  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0075/2018  
OBJETO – de uma unidade, multiplicada pelas quantidades expressas na estimativa de consumo abaixo, para aquisição futura de gêneros alimentícios para fornecimento de alimentação aos alunos das Unidades Escolares da rede pública Municipal de Fraiburgo – SC, visando cumprir as diretrizes da Resolução nº 26 de 17/06/2013 do FNDE, assim como a Lei nº11947/2009 e Lei nº12982/2014 que trata do direito dos estudantes com diabetes, alergia alimentar, intolerância à lactose ou outra necessidade alimentar específica a cardápio especial de alimentação escolar.  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0144/2018 (AT18PMF144)

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa, AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua do Comércio s/nº, centro, na cidade de Planalto Alegre/SC (89.882-000), inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, neste ato representada pela sócia administradora, Sra. Renata Raquel Ahlf dos Santos a tomar ciência acerca da Decisão constante dos autos do Processo em epígrafe. O inteiro teor da Decisão foi encaminhado via correspondência eletrônica para o e-mail cadastrado nos autos. Será franqueada vista dos autos caso entenda necessário

O prazo para apresentação de recurso, nos termos do art. 109 da lei nº 8.666/93 é de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via

postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br), desde que recebido no prazo estipulado.

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 16 de Outubro de 2018.

Dagmar Weber  
Fiscal de Contratos

## Lei nº 2422 - 2018

Publicação Nº 1775230

LEI Nº 2422, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO DE QUE TRATA A LEI MUNICIPAL Nº 1848/2005 À EMPRESA FRUTILE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Fraiburgo, através da Chefe do Poder Executivo, a conceder incentivo econômico à empresa FRUTILE Indústria e Comércio de Alimentos Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Suíça nº 151, bairro das Nações, na cidade de Fraiburgo-SC, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 22.468.811/0001-54, substanciando no pagamento de aluguéis pelo período máximo de 06 (seis) meses.  
Parágrafo único. O valor dos aluguéis, nos termos da avaliação constante no Processo Administrativo nº 2443/2018, será de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais.

Art. 2º. Compete à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com base nas obrigações assumidas pela empresa, fiscalizar o cumprimento das metas a serem atingidas no período de concessão do benefício, bem como, quanto ao cumprimento das demais exigências previstas na Lei Municipal nº 1848/2005.

Art. 3º. A contratação dos aluguéis deverá ser precedida do competente processo regido pela Lei Federal nº 8.666/93, sendo que as despesas com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

## Portaria nº 22382018

Publicação Nº 1774975

PORTARIA Nº 2238, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 589/2018, da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LARISSA SOUZA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 111.777.639-58, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

## Portaria nº 22392018

Publicação Nº 1774978

PORTARIA Nº 2239, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 596/2018, da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais o servidor efetivo André Luis Paes Juliani, que se encontra em Auxílio Doença;

Considerando a necessidade dos serviços de Odontólogo, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GIANA ROBERTA FURTADO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 004.916.819-33, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

## Portaria nº 22402018

Publicação Nº 1774980

PORTARIA Nº 2240, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;



Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 594/2018 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Motorista, para atender excepcional interesse público para dirigir veículos, atuando no transporte de passageiros;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROBERTO RUCHEL, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 064.657.959-22, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 22412018**

Publicação Nº 1774982

PORTARIA Nº 2241, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 595/2018 da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Motorista, para atender excepcional interesse público para dirigir veículos, atuando no transporte de passageiros;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de VALMIR RIBEIRO, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF sob o n.º 868.906.899-68, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 22422018**

Publicação Nº 1774983

PORTARIA Nº 2242, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais

e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 598/2018 da Secretaria de Saúde;

Considerando que foram convocados todos os classificados em concurso público e que não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI DA FONSECA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 024.953.759-10, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 22432018**

Publicação Nº 1774984

PORTARIA Nº 2243, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 593/2018 da Secretaria de Saúde;

Considerando que foram convocados todos os classificados em Concurso Público e que não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de NOELI DE ANGÉLICA RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 781.774.999-04, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 22442018**

Publicação Nº 1774985

PORTARIA Nº 2244, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
Dispõe sobre a prorrogação do prazo de cessão de Servidor Público

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 96 da Lei Complementar nº 109, de 03 de Março de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar prazo de cessão da servidora PRICILA DAL MAGRO CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 010.112.449-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, para exercício de suas funções junto ao Cartório da 77ª Zona Eleitoral, no período de 04 de abril de 2018 até 17 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de abril de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 22452018**

Publicação Nº 1774988

PORTARIA Nº 2245, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar MICHELLE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.258.169-92, nomeada no cargo de provimento efetivo de ARQUITETA, matrícula nº 8701, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente dos contratos administrativos nºs CT18PMF126 e CT18PMF127, Processo Administrativo Licitatório nº 0222/2018 - PMF, Pregão Presencial nº 0119/2018, cujo objeto é o fornecimento de materiais e serviços para execução da ETAPA 1 de urbanização e infraestrutura de praça do Parque Central de Fraiburgo, situado na Quadra 6, Lote 2, entre as Avenidas Paraná e Rio Grande do Sul, Bairro Centro, em Fraiburgo/SC, conforme projetos, memoriais descritivos e quantitativos (anexos ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**RECURSOS FEDERAIS 16.10.2018**

Publicação Nº 1774829

**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
04/10/2018	Fundo Nacional de Saúde - FNS	PAB	78.221,00
11/10/2018	Fundo Nacional de Saúde – FNS	MAC	135.505,21
11/10/2018	Fundo Nacional de Saúde – FNS	SAMU	21.919,00
15/10/2018	Fundo Nacional de Saúde - FNS	Vig. Em Saúde	2.500,00
15/10/2018	Fundo Nacional de Saúde – FNS	Vig. Em Saúde	50,70
15/10/2018	Fundo Nacional de Saúde – FNS	Vig. Em Saúde	8.283,25



15/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	6.500,00
15/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	6.500,00
15/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	6.500,00
15/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	6.500,00
15/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	2.200,00
15/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	2.200,00
15/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	2.200,00
15/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	2.200,00
15/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso de Transição de Média Complexidade - PTMC	1.735,16
15/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso de Transição de Média Complexidade - PTMC	1.735,16
15/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso de Transição de Média Complexidade - PTMC	1.735,16
15/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso de Transição de Média Complexidade - PTMC	1.735,16
16/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso de Alta Complexidade I	5.000,00
16/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso de Alta Complexidade I	5.000,00
16/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso de Alta Complexidade I	5.000,00
16/10/2018	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Piso de Alta Complexidade I	5.000,00
16/10/2018	Fundo Nacional de Saúde - FNS	PAB – Farmácia Básica	16.958,08
16/10/2018	Fundo Nacional de Saúde – FNS	PACS	51.714,00
16/10/2018	Fundo Nacional de Saúde – FNS	Acadêmia De Saúde	3.000,00
16/10/2018	Fundo Nacional de Saúde – FNS	PAB Variável	127.540,55
16/10/2018	Fundo Nacional de Saúde – FNS	Saúde Bucal	7.500,00
16/10/2018	Fundo Nacional de Saúde – FNS	Vig. Em Saúde	963,30

Secretaria de Finanças

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 1008/2018 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FREI ROGÉRIO (SC).

Publicação Nº 1774636

DECRETO Nº. 1008/2018, 15 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FREI ROGÉRIO (SC).

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art. 5º, inciso II da Lei nº 890/2017 de 28/11/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	02	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Unidade	01	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Proj./Ativ.	2.003	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	
	02	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Órgão	03	Secretaria de Administração e Finanças	
Unidade	01	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.004	Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras	
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	
	11	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Unidade	01	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.005	Manutenção do Conselho Tutelar	
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	
	24	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
Órgão	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes.	
Unidade	01	Departamento de Educação	
Proj./Ativ.	2.014	Manutenção da Educação Infantil	
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00.1101	Aplicações Diretas	
	54	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Órgão	04	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	
Unidade	01	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	2.019	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	
	105	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Órgão:	12	Fundo M. da Saúde	
Unidade:	01	Fundo M. da Saúde	
Proj./Ativ.	2.034	Manutenção das Atividades da Saúde	
10	3.3.90.00.00.00.00.00.1102	Aplicações Diretas	R\$ 72.000,00
Unidade:	01	Fundo M. da Saúde	
Proj./Ativ.	2.035	Manutenção do Bloco de Atenção Básica	
16	3.3.90.00.00.00.00.00.1138	Aplicações Diretas	R\$ 18.000,00
Órgão	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes.	
Unidade	01	Departamento de Educação	
Proj./Ativ.	2.014	Manutenção da Educação Infantil	
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00.1119	Aplicações Diretas	
	38	Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Total			R\$ 280.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão	02	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
-------	----	--------------------------------------	--



Unidade	01	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Proj./Ativ.	2.003	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	
	1	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Órgão	03	Secretaria de Administração e Finanças	
Unidade	01	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.004	Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras	
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	
	9	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Unidade	01	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.004	Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras	
Elemento	3.3.93.00.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	
	12	Aplicações Diretas	R\$ 23.000,00
Unidade	01	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.004	Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras	
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	
	8	Aplicações Diretas	R\$ 52.000,00
Unidade	01	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.005	Manutenção do Conselho Tutelar	
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	
	24	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
Órgão	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes.	
Unidade	01	Departamento de Educação	
Proj./Ativ.	2.014	Manutenção da Educação Infantil	
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.1101	Aplicações Diretas	
	52	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Órgão	04	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	
Unidade	01	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	2.019	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	
	103	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Órgão:	12	Fundo M. da Saúde	
Unidade:	01	Fundo M. da Saúde	
Proj./Ativ.	2.034	Manutenção das Atividades da Saúde	
8	3.1.90.00.00.00.00.1102	Aplicações Diretas	R\$ 72.000,00
Unidade:	01		
Fundo M. da Saúde			
Proj./Ativ.	2.035	Manutenção do Bloco de Atenção Básica	
17	4.4.90.00.00.00.00.1138	Aplicações Diretas	R\$ 18.000,00
Órgão	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes.	
Unidade	01	Departamento de Educação	
Proj./Ativ.	2.014	Manutenção da Educação Infantil	
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.1118	Aplicações Diretas	
	36	Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Total			R\$ 280.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 15 de outubro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº. 1009/2018 ABRE CRÉDITO E CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

Publicação Nº 1774792

DECRETO Nº. 1009/2018, 16 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO E CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art. 5º inciso I, da Lei nº 890/2017 de 28/11/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esporte.	VALOR R\$
Unidade:	01	Departamento de Educação	
Proj./Ativ.	2.009	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
37	3.3.90.00.00.00.00.0.1101	Aplicações Diretas	R\$ 75.000,00
	TOTAL		R\$ 75.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o excesso de arrecadação na Receita 1.7.1.8.01.4.1.00.00.00 Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1% Julho no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para as dotações do orçamento corrente:

Art. 3º - Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 16 de outubro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### EDITAL CMDCA 003\_2018 - INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Publicação N° 1774290

Edital CMDCA nº 001/2018  
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, homologa as inscrições do Edital CMDCA nº 001/2018, conforme abaixo:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF
001	ALANA RICHARDO ROSA	066.589.869-08
002	JOCE ANE DE FÁTIMA MENDES	010.095.649-19
003	FABIANE PACHECO	012.447.269-90
004	IARA CARLYNE GUSTHMANN	102.620.799-17

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Galvão, SC, 15 de outubro de 2018.

Lidimara Cunico Cenci  
Presidente CMDCA

### EXTRATO ABERTURA TÉCNICA E PREÇO 068/2018

Publicação N° 1774995

#### EXTRATO DE EDITAL ABERTURA DOS ENVELOPES TÉCNICA E PREÇO

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará fazendo a abertura dos envelopes da TÉCNICA E PREÇO referente ao PROCESSO LICITATÓRIO nº 068/2018, Edital de TOMADA DE PREÇO nº 005/2018, tipo TECNICA E PREÇO às 09h:00min. do dia 23 de outubro de 2018, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ENTIDADE ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE EDITAL PARA A EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA OS QUADROS TEMPORARIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO - SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111, e-mail: licitacao@galvao.sc.gov.br ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br.

Galvão - SC, 16 de outubro de 2018.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO DL020/2018

Publicação Nº 1775123

#### AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº: 092/2018; DL nº: 020/2018; Contratado: RUBENS SASAKI; CPF: 019.409.429-42; Objeto: Locação de uma sala comercial com área de 35,64m², situada na Rua 30 de dezembro, 356 - bairro Centro, de propriedade do senhor Rubens Sasaki, para uso do setor de Imprensa; Valor Total: R\$ 6.720,00 (seis mil e setecentos e vinte reais). Data da Homologação: 05/09/2018.

Garopaba - SC, 16 de outubro de 2018.

### CONVOCAÇÃO 059/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 1774837

#### CONVOCAÇÃO 059/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

ANA CAROLINA FERNANDES FLORES GRUSCHINSKE

Candidato(a): 267085

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO

Classificação: 18º LUGAR

Garopaba, 16 de outubro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AGENTE ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 18º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 1205/2018.

Publicação Nº 1775224

PORTARIA N.º 1205, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE DESTITUIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 1.533/2011 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. DESTITUIR, nos termos do art. 36, Capítulo XV, da Lei Municipal n.º 1.533/2011, CLÁUDIA CRISTINA DE OLIVEIRA, CPF n.º 054.588.029-77, das funções de Conselheira Tutelar em 16/10/2018.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 36, inciso III, da Lei n.º 1533/2011.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 16/10/2018, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 17/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### PORTARIA N.º 1211/2018.

Publicação Nº 1775222

PORTARIA N.º 1211, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal n.º 1000/2005 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) BRUNA D'ANDREA DE ANDRADES, matrícula n.º 6948, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Assistência Social, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 15/10/2018.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/10/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 17/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1213/2018.**

Publicação Nº 1775220

PORTARIA N.º 1213, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA O ARTIGO 2º DA PORTARIA Nº 1198, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ALTERAR o Artigo 2º da Portaria nº 1198/2018, a partir de 11/10/2018, que constitui a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, designada através da portaria nº. 1198/2018, passando a ser composta por: RONALDO GABRIEL TEIXEIRA, NEREIDA MONTEIRO e ALICE VERECHUKI GARCIA RIBEIRO DA SILVA para, sob a presidência do primeiro, conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 11/10/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 17/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



# Garuva

## PREFEITURA

### ERRATA EDITAL PMG Nº 056/2018

Publicação Nº 1775030

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### ERRATA

Processo Licitatório PMG nº 056/2018 - Tomada de Preços  
Tipo de julgamento: Menor Preço global

Objeto: Contratação de empresa especializada para Gestão do Parque de Iluminação Pública do Município de Garuva, conforme memorial descritivo.

No item 4.6.5 alínea 'd' do edital, leia-se:

" d) Cadastro na Concessionária CELESC S.A. (para assinatura do contrato)

Comprovação de que a empresa licitante possua autorização para trabalhar na rede da Concessionária de Energia Elétrica - Celesc Distribuição SA. Tal comprovação deverá ser feita através da apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC ou Homologação Técnica de Empreiteiras – HTE, ambos expedidos pela Celesc autorizando a intervenção na execução dos serviços relativos à Iluminação Pública.

Obs.: Tal exigência tem fundamento nos requisitos do Art. 37, § 3º, inciso I da Resolução Normativa Nº 414/10 da ANEEL, que determina que as empresas terceirizadas devam possuir prévia qualificação, sendo o cadastro ou a homologação, necessários para tal análise. A Celesc Distribuição SA faz os registros das empresas prestadoras de serviços e as autorizam a intervirem no seu sistema elétrico. Como o objeto envolve a ampliação do sistema de iluminação pública, está se exigindo o cadastro junto a CELESC para construção de rede de distribuição aérea, sem o qual, a empresa a ser contratada não poderá executá-la. Os serviços de georreferenciamento e cadastramento de rede estão sendo exigidos em razão de que os dados levantados nestes serviços serão encaminhados à Concessionária para atualização cadastral do parque de iluminação pública, uma vez que esta irá utilizar-se destes dados para seu próprio cadastro. ESTA COMPROVAÇÃO DEVERÁ SER FEITA ATÉ A ASSINATURA DO CONTRATO, SOB PENA DE NÃO PODER EXECUTÁ-LO."

A data de abertura permanece inalterada. O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

Garuva, 16 de outubro de 2018.  
Rodrigo Adrianly David  
Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2018

Publicação Nº 1773590

#### MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Tomada de Preços nº 22/2018

OBJETO: urbanismo e drenagem da Escola Olímpio Moretto. ENTREGA ENVELOPES: até às 09 horas do dia 08/11/2018. ABERTURA: dia 08/11/2018 às 09h30min. Edital no Depto. de Compras, R: São Pedro, 128, Centro, Gaspar/SC, ou site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br) Gaspar, 16/10/2018. Zilma Mônica Sansão Benevenuti – Secretária de Educação

### DECRETO Nº 8.374, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774616

DECRETO Nº 8.374, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Gaspar, de acordo com a Lei Complementar nº 91, de 19 de julho de 2018, abaixo mencionados, com a seguinte composição:

ÁREA GOVERNAMENTAL	
MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
CELSON DE OLIVEIRA Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo	DÉLGIO RONCÁGLIO Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo
CARLOS ROBERTO PEREIRA Secretaria Municipal de Saúde	WILLYAN KAYSER DA ROSA Secretaria Municipal de Saúde
ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI Secretaria Municipal de Educação	NEIDA BEDUSCHI Secretaria Municipal de Educação
ALEXANDRE GEVAERD Secretaria de Planejamento Territorial	ANDRÉ PASQUAL WALTRICK Secretaria de Agricultura e Aquicultura
PAULO NORBERTO KOERICH Polícia Civil	PEDRO CARLOS MACHADO JÚNIOR Polícia Militar

#### ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL

##### REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
FRANCIELE CRISTINE CORDEIRO Rotary Club de Gaspar	EDUARDO JOAQUIM DE MENDONÇA Lions Clube de Gaspar
BERNADETE ISENSEE Rede Feminina de Combate ao Câncer	JOCENIRA WALTRICK Conferência Vicentina de Gaspar
ANA PAULA KUCZMYNDA DA SILVEIRA IFSC	SIMONE CRISTINA DALBOSCO UNIASSSELVI

JOSE CARLOS SPENGLER Associação de Moradores do Bairro Macuco	PAULIJACKSON PESSOA DE MOURA Igreja Matriz São Pedro Apostolo
RENATO NICOLETTI Ação e Fraternidade Gasparense	DOUGLAS DE OLIVEIRA WALTRICK Fórum das Entidades
REPRESENTANTES DO SETOR PRODUTIVO	
MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
FRANCISCO HOSTINS JUNIOR Sindilhojas	LUIZ HAMILTON KRAUSS CDL
NELSON ALEXANDRE BORNHAUSEN ACIG	FILIPPE JOSE COSTA AMPE
JOSÉ ALTINO COMPER SINTEX	DIETER CLAUS PFUETZENREITER SIMMEB
MÁRIO CELSO DEMMER SESCON	ERICA BOENG WARMLING SITRUG
MERI TEREZINHA ZIBETTI OAB	OFÉLIA MARIA CAMPIGOTTO AQUIPAR

Art. 2º Fica nomeado como Presidente, o Prefeito Kleber Edson Wan-Dall.

Parágrafo único. Na sua ausência ou impedimento, a Presidência será exercida pelo Vice-Prefeito, Luis Carlos Spengler Filho, e/ou o Chefe de Gabinete, Pedro Inácio Bornhausen.

Art. 3º Fica nomeado como 1º Vice Presidente, o conselheiro Nelson Alexandre Bornhausen, e como 2º Vice Presidente, a conselheira Simone Cristina Dalbosco.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 25 de setembro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 8.393, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774899

DECRETO Nº 8.393, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPENSA O SERVIDOR RUAN FELIPE HOFFMANN DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica dispensado, a partir de 1º de outubro de 2018, o servidor efetivo RUAN FELIPE HOFFMANN, inscrito no CPF sob o nº 103.357.319-10, do exercício de função gratificada de Encarregado, nível III, da Secretaria Municipal de Educação, designado pelo Decreto nº 7.639, de 23 de agosto de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de outubro de 2018.

Gaspar, 04 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 8.394, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774898

DECRETO Nº 8.394, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.  
DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, a partir de 1º de outubro de 2018, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, o servidor efetivo CHARLES VOLNEI ZABEL, inscrita no CPF sob o nº 966.188.179-00, para o exercício de função gratificada de Encarregado, nível III, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de outubro de 2018.

Gaspar, 04 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 8.396, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774615

DECRETO Nº 8.396, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e com fundamento nos artigos 41, inciso I e artigo 42, da Lei Municipal nº 1.305/91, e no artigo 15 da Lei Municipal 1.358/92,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional Vertical aos servidores públicos abaixo designados, ocupantes do cargo efetivo de Professor DOC III para o nível DOC IV:

I. ANNA CLAUDIA FISTAROL, inscrita no CPF sob o nº 061.771.819-96;

II. CARLOS EDUARDO GREYTER, inscrito no CPF sob o nº 021.302.379-24;

III. ELOISA MARIA CRESPI CARDOZO, inscrita no CPF sob o nº 963.665.599-53;

IV. SHEILA BORGERT DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 026.364.019-11;

V. SABRINA TEREZINHA BAILER ALLEGRI, inscrita no CPF sob o nº 054.618.069-88;

VI. PATRICIA APARECIDA LAMIN, inscrita no CPF sob o nº 056.050.359-83;

VII. SYLVANA BRUNO, inscrita no CPF sob o nº 027.632.449-80;

VIII. RUTE BERNARDES CORREA, inscrita no CPF sob o nº 785.775.439-00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de outubro de 2018.

Gaspar, 05 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 8.397, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774611

DECRETO Nº 8.397, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.  
DESIGNA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada, a partir de 1º de outubro de 2018, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, a servidora efetiva CRISTIANE COSTA PAMPLONA, inscrita no CPF sob o nº 871.005.509-63, para o exercício de função gratificada de Encarregada de Atendimento, nível III, da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de outubro de 2018.

Gaspar, 05 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 8.406, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774614

DECRETO Nº 8.406, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.  
EXONERA, A PEDIDO, JULIO CESAR OLIVEIRA DE MATOS DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR GERAL DE SERVIÇOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 09 de outubro de 2018, o servidor JULIO CESAR OLIVEIRA DE MATOS, inscrito no CPF sob o nº 346.624.518-41, do cargo em comissão de Coordenadora Geral de Serviços, da Secretaria de Saúde, ref. 50, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 8.063, de 10 de abril de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 09 de outubro de 2018.

Gaspar, 09 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 8.412, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774612

DECRETO Nº 8.412, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.  
NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE GASPAR - CMDU.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em substituição, os membros abaixo identificados, para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Gaspar - CMDU:

REPRESENTATIVIDADE	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo	Samara Hammes Suplente	Delgio Roncaglio Suplente
Secretaria de Assistência Social	Ernesto Hostins Titular	Santiago Martin Navia Titular

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto e nomeados pelo Decreto nº 7.528, de 16 de junho de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 8.414, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774418

DECRETO Nº 8.414, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ESTUDOS DA GRADE CURRICULAR E HORA ATIVIDADE DOS PROFESSORES MUNICIPAIS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Meta 17 do Plano Municipal de Educação (Lei nº 3.650, de 10 de julho de 2015),

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Estudos da Grade Curricular e Hora Atividade dos Professores Municipais, composta dos seguintes membros:

NOME	REPRESENTANTE/INSTITUIÇÃO
Cristiane Luciano Côrrea	Diretor Ensino/SEMED
Josiane Bernz Siqueira	Encarregada Anos Finais/SEMED
Kátia Silene Spengler Zen	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas
Kelli Cristine Silva Santos	Diretor Anos Finais/Escola Zenaide S. Costa/Sindicato
Raquel Bernardes Côrrea	Encarregada Educação Infantil/COMED
Rosângela Santos Beloto	Diretora CDI Sônia Gioconda
Roseméri Moser Melato	Encarregada Anos Iniciais/SEMED
Rozangela Aparecida Alves Elias	Diretor Anos Iniciais/Escola Belchior
Renato da Costa Brambilla Marquetti	Diretor Administrativo
Sirlei Silva de Jesus Miranda	Diretor Anos Finais/Escola Dolores Krauss
Greice Carolina Tomson	Auxiliar de Direção
Zilma Mônica Sansão Benevenuto	Secretária de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

### EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 87/2017

Publicação Nº 1775000

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 87/2017  
OBJETO: Aditivo de acréscimo de 01 Relógio Ponto CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: MARLISE FELIPPE - ME (07.944.327/0001-60). Valor total R\$ 1.032,00 (mil e trinta e dois reais).

Gaspar/SC, 16 de outubro de 2018.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 63/2018

Publicação Nº 1774807

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 258/2018

Inexigibilidade de Licitação nº 63/2018

OBJETO: A contratação de empresa para construção de três casas pré moldadas no Loteamento Margem Esquerda, com o emprego do Sistema Construtivo Modular Fischer NCM 9406.00.92. CONTRATADO: CONSTRUTORA WDD LTDA (07.256.305/0001-08). Valor total julgado R\$ 246.938,40 (duzentos e quarenta e seis mil novecentos e trinta e oito reais e quarenta centavos). BASE LEGAL: Art. 25, I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 15 de outubro de 2018.

Rafael Araujo de Freitas

Coordenador de Proteção e Defesa Civil

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 68/2018

Publicação Nº 1775043

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 287/2018

Inexigibilidade de Licitação nº 68/2018

OBJETO: A contratação de Viação Verde Vale, com o fito de adquirir vale transportes. CONTRATADO: VIAÇÃO VERDE VALE LTDA (83.131.995/0001-57). Valor total julgado R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais). BASE LEGAL: Art. 25, I, da Lei 8.666/93. Gaspar (SC), 16 de outubro de 2018.

FELIPE JULIANO BRAZ

Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa

### LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774901

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018.

ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 5 DE MARÇO DE 2002.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o inciso V ao artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 5, de 5 de março de 2002:

“V - o exercício das atribuições referentes aos órgãos municipais executivos de trânsito e rodoviário, estabelecidas no Decreto Federal nº 96.044, de 18 de maio de 1988, e nas Resoluções da Agência



Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; (NR)“

Art. 2º Fica acrescido o artigo 4º-A na Lei Complementar Municipal nº 5/2002:

“Art. 4º-A. Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações de Produtos Perigosos - JARI, de que trata o artigo 43, § 3º, do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, aprovado pelo Decreto Federal nº 96.044, de 18 de maio de 1988, composta por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, e que funcionará junto à Diretoria de Trânsito, na forma a ser estabelecida em regimento próprio, aprovado por ato do Chefe do Poder do Executivo. (NR)

§1º Caberá ao Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, estabelecer a composição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações de Produtos Perigosos – JARI. (NR)

§2º O exercício de função junto ao órgão previsto neste artigo será considerado de relevante interesse público e remunerado, nos termos do artigo 6º, desta Lei Complementar. (NR)

§3º Os recursos provenientes das multas de produtos perigosos deverão ser depositados em conta específica.(NR)

§4º Caberá a Superintendência da Defesa Civil coordenar e gerenciar as operações de fiscalização de produtos perigosos. (NR)

§5º Serão destinados ao Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC, 50% (cinquenta por cento) dos recursos líquidos, compreendido como aquele após o desconto referente ao pagamento dos membros da JARI, tarifas bancárias e demais despesas administrativas, provenientes das multas de produtos perigosos. (NR)“

Art. 3º Fica acrescentado o art. 4º-B na Lei Complementar Municipal nº 5/2002, com a seguinte redação:

Art. 4º-B As pautas das sessões de julgamento da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI e da Junta Administrativa de Recursos de Infrações de Produtos Perigosos – JARI serão divulgadas no site oficial do Município de Gaspar com antecedência de quarenta e oito horas da data da realização da sessão e as atas das sessões serão divulgadas em até quarenta e oito horas após a realização destas. (NR)

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento Municipal vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 1º de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 96, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774902

LEI COMPLEMENTAR Nº 96, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018.  
ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 66, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o

sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o § 7º no Art. 6º da Lei Complementar nº 66, de 30 de novembro de 2015, com a seguinte redação:

§ 7º Ficam isentos de pagamento do valor de contrapartida financeira prevista neste artigo, os templos de qualquer culto, bem como as entidades sem fins lucrativos, as organizações de sociedade civil de interesse público, os clubes esportivos e recreativos que sejam declarados de utilidade pública mediante legislação municipal, estadual ou federal, desde que o imóvel esteja comprovadamente na propriedade ou posse destas e sejam usados para a prática e finalidade a que se propõe.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 1º de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 98, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774904

LEI COMPLEMENTAR Nº 98, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 2 DE AGOSTO DE 2017.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o cargo de Diretor Técnico em Saúde, na Lei Complementar nº 80, de 2 de agosto de 2017, no quadro de cargos em comissão da Secretaria de Saúde conforme tabela abaixo:

### **ANEXO I**

Quadro de cargos em comissão da Administração Direta  
VII – SECRETARIA DE SAÚDE

Cargo	Nível	REF	C/H	Vagas	Valor	Formação
Diretor Técnico em Saúde	CC	75	20h ou 10h*	1	R\$ 6.918,73	Inscrito no CRM
*Possibilidade de redução da carga horária com o pagamento proporcional do salário previsto.						

Art. 2º Ficam criadas as atribuições do cargo de Diretor Técnico em Saúde, elencadas no Anexo III da Lei Complementar nº 80, de 2 de agosto de 2017, sendo acrescentada a seguinte redação:

### **ANEXO III**

Atribuições dos Cargos de Provimento em Comissão da Administração Direta

São atribuições do Diretor Técnico em Saúde:

I - zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor;

II - assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando o melhor desempenho do Corpo Clínico e demais profissionais de saúde em benefício da população usuária da instituição;

III - assegurar o pleno e autônomo funcionamento das Comissões

de Ética Médica;

IV - cientificar ao Secretário de Saúde das irregularidades que se relacionem com a boa ordem, asseio e disciplina dos profissionais de saúde;

V - executar e fazer executar a orientação dada pela instituição em matéria administrativa;

VI - representar a instituição em suas relações com as autoridades sanitárias e outras, quando exigirem a legislação em vigor;

VII - manter perfeito relacionamento com os membros do Corpo Clínico da instituição;

VIII - supervisionar a execução das atividades de assistência médica da instituição;

IX - Atuar, excepcionalmente, de forma a assegurar a execução das atividades de assistência médica.

Art. 3º Fica alterado o art. 18 da Lei Complementar nº 80, de 2 de agosto de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. São unidades administrativas diretamente subordinadas à Secretaria de Saúde:

I - Diretoria Técnica em Saúde;

II - Médico Regulador;

III - Superintendência de Saúde;

IV - Diretoria-Geral de Controle Avaliação, Regulação e Auditoria;

V - Diretoria-Geral de Assistência Farmacêutica;

VI - Diretoria-Geral Administrativa:

a) Diretoria de Logística;

b) Coordenadoria-Geral de Serviços;

VII - Diretoria-Geral de Vigilância em Saúde:

a) Coordenadoria-Geral de Serviço de Atendimento Especializado - SAE;

VIII - Diretoria-Geral de Atenção em Saúde Especial e Programas Estratégicos:

a) Coordenadoria-Geral de Saúde Mental;

b) Ouvidoria de Conduta em Saúde.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 10 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito

## LEI Nº 3.921, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774900

LEI Nº 3.921, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.769, DE 29 DE MAIO DE 2017. O Prefeito Municipal, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 3.769, de 29 de maio de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, dos legítimos proprietários, José Joarez Mondini, inscrito no CPF sob o nº 629.126.239-87 e Graziela Spengler Mondini, inscrita no CPF sob o nº 863.037.329-68, sem encargos, um imóvel localizado no Bairro Coloninha, Gaspar, Santa Catarina, matriculado sob o nº 20.335, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno situado no Município de Gaspar, na Rua Helmuth Muller, contendo a área de 144,52m², iniciando no ponto P04, localizado na intersecção da linha da frente com a linha lateral esquerda, deste segue com azimuth de 48°27'16" e distância de 14,50m com o lado ímpar da Rua Helmuth Muller até o ponto OPP, deste segue com azimuth de 138°48'41" e distancia de 23,50 confrontando com a Rua "E", até o ponto P01, deste segue com azimuth 228°27'08" e distância de 5,34m, confrontando com o leito da Rua "E", até o ponto P02, deste segue com azimuth de 318°27'08" e distancia de 14,50m, confrontando com a Parcela 01 à ser desmembrada, até o ponto P03, deste segue com uma curva de concordância de ângulo central em 89°59'43", raio de 9,00m e distância de 14,14m, até o ponto P04. Terreno este sem benfeitorias.

Art. 2º Ficam alterados os incisos I e II do artigo 2º da Lei nº 3.769/2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

I - um terreno situado no Município de Gaspar, na Rua Helmuth Muller, contendo a área de 221,38m², iniciando no ponto P01, localizado na intersecção da linha da frente com a linha lateral esquerda, deste segue com azimuth de 48°33'06" e distância de 17,673m com o lado ímpar da Rua Helmuth Muller, até o ponto P23, deste segue com uma curva de concordância de ângulo central em 90°00'02", raio de 9,00m e distância de 12,71m, confrontando com a área remanescente a ser desmembrada, até o ponto P22, deste segue com azimuth de 138°33'04" e distância de 14,50m, confrontando com a área remanescente a ser desmembrada, até o ponto P21, deste segue com azimuth de 228°33'04" e distância de 8,662m confrontando com o leito da Rua "E", até o ponto P02, deste segue com azimuth de 318°27'36" e distância de 23,50m confrontando com o leito da Rua "E", até o ponto P01. Terreno este sem benfeitorias, distando a partir da lateral direita em 280,64m com a intersecção entre as Ruas Helmuth Muller e Rua Paulo Evaldo Gaertner.

II - um terreno situado no Município de Gaspar, na Rua Helmuth Muller, contendo a área de 0,63m², iniciando no ponto P05, localizado na intersecção da linha da frente com a linha lateral esquerda, deste segue com azimuth de 48°27'08" e distância de 15,35m com o lado ímpar da Rua Helmuth Muller, até o ponto OPP, deste segue com azimuth de 138°46'41" e distância de 0,08m confrontando com Giancarlo Mondini M – 20.332, até o ponto P06, deste segue com azimuth de 228°52'23" e distância de 15,35m, confrontando com a Parcela 01 a ser desmembrada, até o ponto P05. Terreno este sem benfeitorias, distando a partir da lateral direita em 150,05m com a intersecção entre as Ruas Helmuth Muller e Rua Paulo Evaldo Gaertner.

Art. 3º Fica alterado o artigo 3º da Lei nº 3.769/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, dos legítimos proprietários, José Joarez Mondini, inscrito no CPF sob o nº 629.126.239-87 e Graziela Spengler Mondini, inscrita no CPF sob o nº 863.037.329-68, sem encargos, um imóvel localizado no Bairro Coloninha, Gaspar, Santa Catarina, matriculado sob o nº 26.860, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno situado no Município de Gaspar, no lado ímpar à Rua Helmuth Muller no Bairro Coloninha, contendo a área de 172,46m<sup>2</sup>, iniciando no ponto OPP, localizado na intersecção das linhas da frente com a linha lateral direita, com coordenadas X=3043,8647 e Y=-10227,3031, seguindo com azimute 228°03'09" e distância 147,94m chega-se ao vértice P07 com coordenadas X=2933,8331 e Y=-10326,1939, deste com uma curva de concordância de ângulo central de 27°15'58", raio de 10,00 e distância 4,76m chega-se ao vértice P06 com coordenadas X=2931,1685 e Y=-10330,0826, deste segue com uma curva de concordância com ângulo interno de 27°15'58", raio de 8,00 e distância 3,81m chega-se ao vértice P05 com coordenadas

X=2929,0368 e Y=-10333,1936, deste segue com azimute de 228°03'09" e distância 7,36m chega-se ao vértice P04 com coordenadas X=2923,5600 e Y=-10338,1159, confrontando com área remanescente, deste com azimute de 314°33'54" e distância 3,98m chega-se ao vértice P01 com coordenadas X=2920,7220 e Y=-10335,3208, confrontando com Fundo de Arrendamento Residencial - Far "Residencial Milano" (M-19.311), deste com azimute de 48°44'37" e distância 163,806m chega-se ao vértice OPP, ponto origem deste memorial, confrontando com o lado ímpar da rua Helmuth Muller. Terreno este sem benfeitorias, distando a partir do lado direito em 466,634m com a intersecção entre as ruas Helmuth Muller e Paulo Evaldo Gaertner.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 10 de outubro de 2018.  
Kleber Edson Wan Dall  
Prefeito

## LEI Nº 3.922, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774620

LEI Nº 3.922, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

CRIA E ACRESCENTA VAGAS AOS CARGOS EFETIVOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam acrescidas as vagas dos cargos efetivos da Administração Direta da Secretaria Municipal De Saúde, do Anexo IV, da Lei nº 1.357, de 28 de maio de 1992 – Plano de Cargos e Carreira, conforme segue:

Cargo	Nível	REF	C/H	Vagas Existentes	Vagas Criadas	Total de Vagas
Enfermeiro	ATS	56	40	16	04	20
Técnico em Enfermagem	ATM	38	40	42	08	50
Assistente Social	ATS	51	40	01	01	02
Fisioterapeuta	ATS	51	30	04	02	06
Psicólogo	ATS	51	40	09	01	10
Dentista Cirurgião	ATS	89	40	05	05	10
Médico Clínico Geral	ATS	100	40	15	05	20
Médico Ginecologista	ATS	83	20	01	01	02
Médico Ginecologista	ATS	59	10	03	01	04
Médico Ortopedista	ATS	83	20	02	02	04
Médico Otorrinolaringologista	ATS	59	10	02	02	04
Médico Cardiologista	ATS	83	20	01	01	02
Médico Urologista	ATS	59	10	02	01	03
Médico Endocrinologista	ATS	59	10	02	01	03
Escriturário	ASE II	28	40	13	02	15

Art. 2º Ficam criadas as vagas do cargo efetivo da Administração Direta da Secretaria Municipal De Saúde, do Anexo IV, da Lei nº 1.357, de 28 de maio de 1992 – Plano de Cargos e Carreira, conforme segue:

Cargo	Nível	REF	C/H	Vagas
Assistente Administrativo	ATS	45	40	2

Art. 3º Ficam alteradas as Leis números 1.357/1992; 1.471/1993; 2.434/2003; 2.772/2006; 3.420/2012; 3.508/2013; 3.626/2014; 3.634/2015; 3.645/2015; 3.649/2015; 3.783/2017; e nº 3.805/2017.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 11 de outubro de 2018.  
Kleber Edson Wan Dall  
Prefeito



**LEI Nº 3.924, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774623

LEI Nº 3.924, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR, O MÊS DE AGOSTO COMO "AGOSTO LARANJA".

O Prefeito Municipal, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Gaspar, o mês de agosto como "Agosto Laranja", dedicado à realização de ações voltadas à conscientização e prevenção às deficiências e tendo por objetivo alertar e conscientizar a população da importância e necessidade da prevenção de deficiências.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 11 de outubro de 2018.  
Kleber Edson Wan Dall  
Prefeito

**PORTARIA Nº 5.643, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774789

PORTARIA Nº 5.643, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 02/2017, INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 5.227, DE 23 DE MAIO DE 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos do Procedimento Administrativo nº 02/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o arquivamento do Procedimento Administrativo nº 02/2017, instaurado pela Portaria nº 5.227, de 23 de maio de 2017, para apurar a responsabilidade da empregada pública S.E., matrícula 6653, Agente Comunitário de Saúde, em consonância com o Relatório Final da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, no qual concluiu que sem materialidade e autoria devidamente comprovadas através de robustas e irrefutáveis provas, fica comprometida qualquer penalização à empregada pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.646, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774895

PORTARIA Nº 5.646, de 09 DE OUTUBRO de 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, SEM REMUNERAÇÃO, À SERVIDORA DAURIA FACHINI DA SILVA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 92, inciso VII, e artigo 109, da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DAURIA FACHINI DA SILVA, inscrita

no CPF sob o nº 041.002.039-77, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica de Enfermagem, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, licença para tratar de interesse particular, sem remuneração, pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir de 08 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 08 de outubro de 2018.

Gaspar, 09 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.647, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774897

PORTARIA Nº 5.647, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 5.551, DE 26 DE JULHO DE 2018, DESIGNADA PARA APURAR RESPONSABILIDADE DE EMPRESA NA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL Nº 1054/2016, ORIUNDA DA DISPENSA Nº 46/2016, LANÇADA PELO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GASPAR – SC.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor EZEQUIEL PIRES LIMA, para compor a Comissão instituída pela Portaria nº 5.551, de 26 de julho de 2018, designada para apurar a responsabilidade de empresa na Contratação Emergencial nº 1054/2016, oriunda da Dispensa nº 46/2016, em substituição à servidora Bárbara Cechetto.

Art. 2º Os demais membros não mencionados nesta Portaria, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.648, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774896

PORTARIA Nº 5.648, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 5.400, DE 07 DE MARÇO DE 2018, DESIGNADA PARA APURAR RESPONSABILIDADE DE EMPRESA POR INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO Nº SAF 37/2014.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora DANIELA BARKHOFEN, para compor a Comissão instituída pela Portaria nº 5.400, de 07 de março de 2018, designada para apurar a responsabilidade de empresa por inexecução parcial do Contrato Nº SAF 37/2014, em substituição à servidora Bárbara Cechetto.

Art. 2º Os demais membros não mencionados nesta Portaria, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de outubro de 2018.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

---

**SAMAE - GASPAR**

---

**EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N°  
29/2018 - SAMAE**

Publicação N° 1774854

SAMAE - GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO N° 2 AO CONTRATO N° 29/2018

Tomada de Preços nº.: 03/2018. Objeto: prorrogação do prazo de execução (até 02/11/2018) e acréscimo (R\$ 49.110,28) ao contrato p/construção de um reservatório apoiado em concreto armado junto à ETA V. Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. (08.628.996/0001-96). Gaspar, 02/10/2018 – JOSÉ HILÁRIO MELATO | Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### DECRETO 102 - 2018 - REVOGA DECRETO 018 E 086 / 2018

Publicação Nº 1775310

Decreto nº 102/2018

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 174 da Lei Complementar nº 1085 de 01 de Abril de 2016,

Resolve:

1º Revogar o Decreto nº 018 de 12 de Março de 2018 que dispensou os servidores PEDRO MANOEL SIQUEIRA FILHO e SERGIO ADGAR ANDERSON do Registro do Ponto.

2º Revogar o Decreto nº 086 de 21 de Agosto de 2018 que dispensou a servidora SAMARA MARIZA COELHO do Registro do Ponto.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 16 de Outubro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 028-2017 - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 47/2016 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA-ME, REFERENTE À TOMADA DE PREÇO N. 48/2017, PROCESSO Nº 48/2017.

Publicação Nº 1775024

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 028/2017

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 47/2016 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA-ME, REFERENTE À TOMADA DE PREÇO N. 48/2017, PROCESSO Nº 48/2017.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA-ME, estabelecida à Rua Nadja Carone Goedert, 27, Sala 911, bairro Pagani, Palhoça/SC, CEP 88.132-150, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 23.155389/0001-40, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio Sr. Veríssimo Pedro da Silva Junior, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 3571646 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 023.112.079-62, resolvem, de comum acordo, PRORROGAR O CONTRATO ORIGINAL EM MAIS 120 (CENTO E VINTE) DIAS, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA DO CAPITÃO, AREIAS DO MEIO, MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, respeitando o estabelecido no art. 57, parágrafo 1º da Lei nº. 8666/93, nos termos que se seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato por mais 120 (cento e vinte) dias, já autorizadas pelo Setor de Planejamento a partir da data de 21/10/2018, findando o prazo do contrato na data de 21/02/2019.

### CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável a prorrogação deste contrato, pela necessidade de aguardar a liberação de novo acesso da empreiteira que fará um loteamento na localidade (loteamento Nova Governador) onde encontra-se a obra, assim impossibilitando o andamento regular dos trabalhos, logo, o Setor de Planejamento do Município de Governador Celso Ramos, órgão fiscalizador, verificou a real necessidade de prorrogar o contrato, para perfeita conclusão da obra.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 1o Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(...)

Observados estes pressupostos, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo fosse realizado pelas partes.

2.2. Faz-se assim, necessária a prorrogação do período de execução deste contrato em mais 120 (cento e vinte) dias, uma vez que a empresa contratada solicitou este prazo para o término da obra já que demandará um período maior.

Governador Celso Ramos/SC, 16 de outubro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS	FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA-ME
Prefeito Municipal	
Contratante	Contratada

### EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 026/2017 - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 26/2017 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA-ME, REFERENTE À TOMADA DE PREÇO N. 043/2017, PROCESSO Nº 043/2017.

Publicação Nº 1775023

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 26/2017

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 26/2017 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA-ME, REFERENTE À TOMADA DE PREÇO N. 043/2017, PROCESSO Nº 043/2017.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º

82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA-ME, estabelecida à Rua Nadja Carone Goedert, 27, Sala 911, bairro Pagani, Palhoça/SC, CEP 88.132-150, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 23.155389/0001-40, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio Sr. Veríssimo Pedro da Silva Junior, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 3571646 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 023.112.079-62, resolvem, de comum acordo, PRORROGAR O PRAZO POR MAIS 90 (NOVENTA VINTE) DIAS, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DA BAIXADINHA, NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, respeitando o estabelecido no art. 65, inciso II, alínea "b" e art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº. 8666/93, e a Cláusula Sétima do Contrato nos termos que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato por mais 90 (noventa) dias, já autorizadas pelo Setor de Planejamento a partir da data de 25/10/2018, findando o prazo do contrato na data de 25/01/2019.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável o aditamento de prazo, em face do aguarado da definição de aditivo de itens que não constavam no projeto inicial, tais como; material de 3º categoria e muro de contenção.

Neste tocante, há artigo específico na lei que rege as licitações e contratos administrativos protegendo este tipo de alteração contratual, qual seja o art. 65, inciso I alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93, in verbis:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;"

Cite-se, ainda, Adilson Abreu Dalari, que consigna a seguinte exegese:

"Em síntese, o contrato administrativo celebrado em decorrência de uma licitação está por ela condicionado, mas tem vida própria. Ele pode ser alterado, sim, por razões de interesse público, até o ponto em que esse vínculo ou esse condicionamento não se rompa". ( cf. Limites à alterabilidade do contrato de obra pública, RDA n. 201, p. 61).

Observados estes pressupostos, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo fosse realizado pelas partes. Em anexo segue autorização assinada pelo engenheiro habilitado do quadro da Prefeitura referente a alteração contratual.

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 16 de outubro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS	FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA-ME
Prefeito Municipal	
Contratante	Contratada

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO 21/2018 - AVALIAÇÃO ESTAGIO PROBATÓRIO

Publicação N° 1775266

DECRETO N.021/2018, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018.

"HOMOLOGA AVALIAÇÕES DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADAS PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO CONSTITUÍDA PELA PORTARIA 344/2017, DE 24 DE JULHO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará,

#### DECRETA

Artigo 1º. Ficam homologadas as Avaliações de Servidores em Estágio Probatório, realizadas pela Comissão Municipal de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, constituída pela Portaria 344/2017, de 24 de julho de 2017.

Artigo 2º. As avaliações de que trata o caput do artigo 1º referem-se aos Servidores:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE:	21/08/2018
Adeise Bussolo Rohling	Jilcelia Candido
Alexandra Lima	Joeci Martins
Andreia Oenning Morgan	Joelson Slvador das Silva
Angela Maria Meuer Muller Bertier	Karolini Monteiro Da Correggio
Beatriz Beza Rosa Matuchaki	Maiara Possenti Dal Santo
Cristiano Carrer Ferrareis	Marisa Oenning
Cristiano Costa Camacho	Mauro Jose de Andrades
Daiane Schlickmann Kulkamp	Mileide Ponciano Warneski
Edesio Dacoregio Albino	Mileide Wesling Rech da Silva
Eliel de Oliveira Bonoti	Milene Marques da Corejo
Eronice Bittencourt Blasius	Patricia Ceolin Sebold
Fabio Beltrame Sombrio	Priscila Maria da Silva
Fabio Schmitz Blasius'	Rodrigo Salvalagio Boger
Fernanda Alberton Pinto	Ronaldo Andre da Silva
Flavia Raquel Pereira	Rosiane Gil Steinback
Francellwika Catharine Goms de Azevedo	Sergio da Rosa Scheper
Franciele da Rosa Heidemann	Silvano Leandro Branco
Giberto Gonçalves Costa	Tereza Alberton Depicoli de Souza
Helio Antonio Morgan	Thais Sirlei Schmoeller Soethe
Janete Ramos Bento	Valdete Alexandre Serafim

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 26 de setembro de 2018.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria e no Diário Oficial dos Municípios.

DIONE HEINZEN

Secretária Municipal de Administração e Fazenda



# Gravatal

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO PROC Nº 53/2018

Publicação Nº 1774683

MUNICIPIO DE GRAVATAL. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/18. PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/18. O Prefeito Municipal de Gravatal, Sr. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, Lei Federal Nº 8666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações e 10.520/2002, realização de protocolo dos envelopes até dia 26 de outubro as 13:00hs e abertura dos envelopes dia 29 de outubro de 2018, às 09:00hs, objeto "CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP E MEI PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE PADARIA E CONFEITARIA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL." Realizada a conferência das empresas participantes que protocolaram seus envelopes, o pregoeiro e sua equipe de apoio verificarão se existe o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme Inciso II Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, caso não houver, a presente licitação será declarada como deserta, sendo lançada novamente aviso de licitação possibilitando ampla concorrência. Mais informações e retirada de Edital disponíveis na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121, Centro, (048) 3648-8022, E-mail licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site da Transparência [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-001/con\\_licitacoes.faces](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-001/con_licitacoes.faces) Gravatal, 16 de outubro de 2018. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA Prefeito Municipal.

### AVISO LICITAÇÃO PROC Nº 54/2018

Publicação Nº 1774685

MUNICIPIO DE GRAVATAL. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/18. PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/18. O Prefeito Municipal de Gravatal, Sr. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, Lei Federal Nº 8666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações e 10.520/2002, abertura dia 30 de outubro de 2018, às 09:00hs, objeto "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO ARTÍSTICA URBANA VISANDO ATENDER O EVENTO NATAL NAS ÁGUAS 2018, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO." Mais informações e retirada de Edital disponíveis na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121, Centro, (048) 3648-8022, E-mail licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site da Transparência [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-001/con\\_licitacoes.faces](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-001/con_licitacoes.faces) Gravatal, 16 de outubro de 2018. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA Prefeito Municipal.

### RESOLUÇÃO CMI 02/2018 (APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO)

Publicação Nº 1774400

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMAS  
Gravatal – SC

RESOLUÇÃO Nº 02 de 16 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso – CMI 2018.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI de Gravatal - SC, no uso de suas atribuições legais, na data de 09 de outubro de 2018, em reunião ordinária.

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 91 de 17 de janeiro de 2006, Lei Complementar Nº 209 de 27 de julho de 2018, Lei Complementar Nº 210 de 27 de agosto de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovação por unanimidade do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso - CMI, em reunião ordinária no dia 09 de outubro de 2018 registrado em ATA nº 04/2018 do mesmo conselho.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Gravatal (SC), 16 de outubro de 2018.

Adelicia Schmitt Daufemback

Presidente do Conselho Municipal do Idoso - CMI

**Conselho Municipal do Idoso de Gravatal/SC**  
**2018**

# **REGIMENTO INTERNO**







PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

Secretaria de Assistência Social e Habitação

Conselho Municipal do Idoso

## REGIMENTO INTERNO

O Conselho Municipal do Idoso (CMI), por deliberação de seus membros, altera o seu regimento interno, na forma do dispositivo da Lei Municipal nº 091 de 17 de janeiro de 2006, Lei Complementar 209 de 27 de julho de 2018 e Lei Complementar 210 de 27 de agosto 2018, consoante as seguintes disposições:

### CAPITULO I

#### DA NATUREZA

**Artigo 1º** - O presente regimento define, explicita e regulamenta as atividades, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal do Idoso (CMI).

**Artigo 2º** - O Conselho Municipal do Idoso, é órgão permanente, consultivo de assessoramento e supervisor da política de atendimento ao idoso do Município, tendo composição paritária entre governo e sociedade civil, e ainda, vinculado à Secretaria de Assistência Social e Habitação.

**Artigo 3º** - Considera-se idoso, para efeito desta lei, a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

## **CAPITULO II**

### **DAS FINALIDADES**

**Artigo 4°** - Compete ao Conselho Municipal do Idoso, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – Formular diretrizes e promover em todos os níveis da Administração Pública Direta ou Indireta, atividades de proteção e assistência que o Município deve prestar aos idosos, na forma da lei Orgânica do Município

II – Desenvolver e estimular estudos, debates, pesquisas e campanhas, objetivando prestigiar e valorizar os idosos;

III – Propor medidas que visem a garantir ou ampliar direitos dos idosos, eliminando toda e qualquer disposição discriminatória;

IV – Fiscalizar e adotar providências para o cumprimento integral da Legislação Federal, Estadual e Municipal, favorável aos direitos dos idosos, especialmente a efetiva aplicação de seu estatuto, introduzido pela Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003;

V – Receber sugestões oriundas da sociedade e opinar sobre denúncias que lhe sejam encaminhadas, no âmbito de suas atribuições, dando ciência das mesmas aos órgãos competentes do Poder Público;

VI – Elaborar a Política Municipal do Idoso e opinar em todas as decisões do governo que, direta ou indiretamente, estejam ligadas às questões dos idosos;

VII – Fixar normas para o cadastramento e inscrição nos termos do artigo 48, 49 e 50 da Lei Federal 10.741 (Estatuto do Idoso) das entidades governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos, de atendimento ao Idoso, mantendo devidamente arquivada no CMI, toda a documentação e banco de dados pertinentes a esse cadastro e inscrição;

VIII- Realizar a interlocução entre o Poder Público e a Sociedade Civil, na busca de soluções compartilhadas, nos assuntos que se referem ao idoso.

## **CAPITULO III**

### **DA COMPOSIÇÃO**

**Artigo 5°** - O Conselho Municipal do Idoso é paritário e composto por 8 (oito) membros, sendo:

I – Quatro membros titulares com os respectivos suplentes, representantes da Sociedade Civil, indicados pelos seguimentos representativos:

- a) Um representante de grupos ou movimentos da terceira idade devidamente legalizada;

- b) Um representante de credo religioso;
- c) Um representante de idosos do município;
- d) Um representante do Benefício de Prestação Continuada – BPC do Idoso;

II – Quatro conselheiros titulares com os respectivos suplentes representantes do seguimento governamental, indicados pelos seguintes órgãos

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
- d) Secretaria Municipal de Educação, Inovação, Cultura, Esporte e Lazer.

§1º - A designação dos membros do conselho, compreenderá a dos respectivos suplentes.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS ATRIBUIÇÕES**

**Artigo 6º** - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução apenas por uma vez e por igual período, mediante novo processo de escolha.

**Artigo 7º** - As funções de Membro do Conselho não serão remuneradas nem geram qualquer vínculo empregatício com Municipalidade sendo, porém, consideradas como serviço público relevante e o seu exercício é prioritário.

**Artigo 8º** - Na primeira reunião após a data que foram eleitos, os Membros do Conselho escolherão, entre si, um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

**Artigo 9º** - As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

**Artigo 10** - Compete ao Presidente:

- I – Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
- II – Submeter à apreciação, discussão e deliberação os assuntos da pauta, com os demais conselheiros;
- III – Assinar as atas e resoluções do CMI;

IV – Encaminhar para execução as decisões do Conselho;

V – Representar o Conselho Municipal do Idoso toda vez que o cargo o exigir;

VI – Garantir as dinâmicas das reuniões;

VIII – Solicitar recursos financeiros e humanos junto ao poder público, para a realização das atividades do conselho;

IX – Fixar em conjunto com os conselheiros, calendários de reuniões ordinárias e extraordinárias.

**Artigo 11 - Compete ao Vice-Presidente:**

I- Substituir o Presidente em seus impedimentos e no caso de vacância;

II- Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;

III- Exercer as atribuições que lhe forem conferidas em plenário.

**Artigo 12 - Compete ao Primeiro Secretário:**

I – Elaborar a pauta da reunião de acordo com o Presidente, enviando-as com antecedência aos conselheiros;

II - Lavrar e subscrever, juntamente com os demais membros as atas das reuniões;

III – Organizar, escriturar e manter sob guarda no arquivo os livros do Conselho;

V – Assessorar sempre que for necessário o Presidente do Conselho Municipal do Idoso;

VI - Representar o Conselho, nas ausências do Presidente e Vice-Presidente;

VII - Auxiliar o Presidente na apuração dos escrutínios realizados pelo Conselho.

**Artigo 13 – compete ao segundo secretário:**

I – Substituir o secretário geral em seus impedimentos ou em caso de vacância;

II – Auxiliar o secretário no cumprimento de suas atribuições;

III - Exercer as atribuições que lhe forem conferidas em plenário.

**Artigo 14 - Compete aos membros do Conselho:**

I – Comparecer nas reuniões assinando o livro de presença, justificando as faltas por escrito quando ocorrerem;

II – Discutir e votar assuntos debatidos na reunião;

III – Requerer inclusão na pauta da reunião, dos assuntos que deseja discutir;

IV – Integrar as comissões para as quais for designado;

V – Votar e ser votado para cargos do conselho;

VI - Participar de eventos públicos representando o Conselho, emitindo opiniões ou conceitos em nome deste, somente quando expressamente autorizado;

VII – Os Conselheiros serão credenciados com identificação específica;

VIII - Cumprir este Regimento Interno;

IX - Participar dos eventos de capacitação e aperfeiçoamento, multiplicando junto aos demais membros, os conhecimentos adquiridos, para sua aplicação prática.

**Artigo 15** - Perderá o mandato o conselheiro que se ausentar injustificadamente a duas sessões consecutivas ou a três alternadas, no mesmo mandato, devendo nesse caso, ser notificado o interessado, assegurando-lhe o pleno direito de defesa, no prazo de 05 (cinco) dias do recebimento da notificação.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros poderão apresentar justificativa das faltas, por escrito, à apreciação do Conselho, comunicando de imediato à Presidência.

Parágrafo Segundo - Perderá o mandato, o Conselheiro que se desligar do serviço público municipal local, ou ainda, deixe de representar entidade do município.

Parágrafo Terceiro - A perda do mandato também poderá decorrer de condenação por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Parágrafo Quarto - Em todos os casos, a perda do mandato será declarada em reunião do CMI.

**Artigo 16** - Para todos os casos de perda de mandato, o Presidente deverá convocar o respectivo suplente.

Parágrafo Primeiro - Na impossibilidade desse suplente assumir, temos:

a) Área governamental: Nova indicação governamental, levada ao conhecimento do Presidente do Conselho, mediante comunicação formal.

b) Sociedade Civil: Nova indicação da entidade representada, por comunicação formal ao Presidente do Conselho.

**Artigo 17** - O Conselho Municipal do Idoso contará com suporte técnico-administrativo, utilizando-se de instalações, recursos materiais e financeiros, da estrutura da Secretaria de Assistência e Habitação.

**Artigo 18** - O Conselho Municipal do Idoso poderá convidar qualquer outra entidade, Segmentos da Sociedade ou Profissionais ligados direta ou indiretamente aos interesses da Comunidade Idosa, que atuarão no Conselho, em caráter opinativo, sem direito a voto nas deliberações finais.

**Artigo 19** - Quando estiverem presentes na reunião titular e suplente, somente serão válidos os votos de titular, e na ausência do titular prevalecem os votos do suplente.

## **CAPITULO V**

### **DO FUNCIONAMENTO**

**Artigo 20** - O Conselho Municipal do Idoso se reunirá extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por um terço do colegiado, e as reuniões ordinárias ocorrerão bimestralmente.

**Artigo 21** - Cada reunião será de acordo com a pauta.

**Artigo 22** - As matérias votadas levarão sempre o aval do Presidente.

## **CAPITULO VI**

### **DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS**

**Artigo 23** - O processo de escolha dos novos membros do CMI será aberto pelo seu Presidente, em até 60 (sessenta) dias anteriores ao término do seu mandato, por meio de publicação de Resolução dispondo sobre o processo de escolha.

**Artigo 24** - O resultado da escolha será lavrado em ata na qual constarão os representantes da sociedade civil indicados, bem como os nomes das suas respectivas entidades.

Parágrafo Único - Após a formação do novo CMI, deverá mediante decreto e publicado no Diário Oficial do Município.

**Artigo 25** - Para que não haja descontinuidade nos trabalhos do CMI, permanecerão nos seus cargos, os antigos conselheiros, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Vice-Presidente e Presidente, até a posse dos novos membros.

## CAPITULO VII

### DO FUNDO DO IDOSO

**Artigo 26** – O fundo municipal do Idoso – FMI fica vinculado diretamente à Secretaria de Assistência Social e Habitação conforme a Lei complementar Nº 210 de 27 de agosto de 2018, tendo sua destinação liberada através de projeto, programas e atividades pelo conselho.

Parágrafo Único – os projetos, programas e atividades também poderão serem desenvolvidas por entidades do município, desde que as mesmas estejam regularizadas, cadastradas no conselho mediante apresentação e aprovação do projeto ao conselho que seja desenvolvido diretamente ao idoso do município.

**Artigo 27** – Toda a movimentação dos recursos será via conta bancária específica, com apresentação de balancetes e demonstrativo de receitas e despesas que deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e aprovadas pelo conselho.

**Artigo 28** – Caberá ao Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, gerir o fundo, sob aprovação do conselho e constante em altas.

Parágrafo Único – Cabe ao gestor, encaminhar a aplicação dos recursos bem como apresentar demonstrativo combateis e movimentação financeira.

## CAPITULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 29** - O presente Regimento Interno poderá ser alterado somente através de proposta escrita de um terço dos membros e com antecedência de quinze dias, colocando em votação; a proposta será aprovada pelo mínimo de dois terços do colegiado.

**Artigo 30** - Os casos omissos neste regimento, serão resolvidos em reunião ordinária ou extraordinária pela maioria absoluta dos conselheiros.



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATOS CONTRATOS 126 E 127.2018.DOCX

Publicação Nº 1774937

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 126/2018  
Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
Contratada.: CRISTOPHER GONÇALVES DA ROSA  
Valor ..... : 72.500,00 (setenta e dois mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 16/10/2018 Término: 15/10/2028  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2018  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONCESSÃO DE USO COM ÔNUS DE LOTE DE TERRA NA ÁREA INDUSTRIAL, ANTONIO NEGRI, NESTE MUNICÍPIO COM ÁREA DE 698,40M², P/ EMPRESA OU PESSOA FÍSICA, INCENTIVO NOS TERMOS DA LEI 3130/2018 E QUE TENHA INTERESSE EM IMPLANTAR OU AMPLIAR EMPRESA NO RAMO DE SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA .

Contrato Nº.: 127/2018  
Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
Contratada.: RENAN BESUTTI  
Valor ..... : 67.728,00 (sessenta e sete mil setecentos e vinte e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 16/10/2018 Término: 15/10/2028  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2018  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONCESSÃO DE USO COM ÔNUS DE LOTE DE TERRA NA ÁREA INDUSTRIAL, ANTONIO NEGRI, NESTE MUNICÍPIO COM ÁREA 664 M², PARA EMPRESA OU PESSOA FÍSICA, INCENTIVOS TERMOS DA LEI 3119/2018 E QUE TENHA INTERESSE A IMPLANTAR OU AMPLIAR EMPRESA NO RAMO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DE EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS AGRÍCOLAS E AUTOMOTORES.

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 127.2018.DOCX

Publicação Nº 1774933

CONCORRÊNCIA Nº 6/2018  
PROCESSO Nº 127/2018 HOMOLOGAÇÃO: 16/10/2018  
CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
OBJETO: CONCESSÃO DE USO COM ÔNUS DE LOTES DE TERRA NA ÁREA INDUSTRIAL, ANTONIO NEGRI, NESTE MUNICÍPIO COM ÁREA DE 698,40M², e 664M², P/ EMPRESAS OU PESSOA FÍSICA, INCENTIVO NOS TERMOS DA LEI 3130/2018 E 3.119/2018 E QUE TENHA INTERESSE EM IMPLANTAR OU AMPLIAR EMPRESA NO RAMO DE SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA E EMPRESA NO RAMO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA ELÉTRICA DE EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS AGRÍCOLAS E AUTOMOTORES..

CONCESSIONÁRIO: CRISTOPHER GONÇALVES DA ROSA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 00,00 ()  
CONCESSIONÁRIO: RENAN BESUTTI  
VALOR DA DESPESA: R\$ 00,00 ()  
=====

### MINUTA EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 06.18 REQUALIFICAÇÃO GINÁSIO DE ESPORTES GENÉSIO PASINATTO.DOC

Publicação Nº 1774865

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC, EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº06/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 143/18, Edital de Tomada de Preço Nº 06/18, Objeto: contratação de empresa para executar a Requalificação do Ginásio de Esportes Genésio Pasinato com área de 1.419,57m²; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 05/11/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 05/11/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 15 de outubro de 2018.

Vandecir Dorigon,  
Prefeito Municipal em Exercício

# Guaramirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2018 – FMS

Publicação Nº 1775115

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2018 – FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2018 – FMS

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Aquisição de fraldas geriátricas e infantis para a Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: BRIOJARAGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.706.629/0001-87, Inscrição Estadual nº 253.629.985, com sede na Rua Emma Ziemann, nº 31, bairro Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: 264016 - BRIOJARAGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA EPP

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2	30000	UN	Fralda geriátrica descartável, tamanho M, com indicação de uso para cinturas com circunferência entre 70 e 120 cm e peso entre 40 e 70 kg, sendo de modelo anatômico. Composição: Fibra longa de alta resistência e absorção, antialérgico, não tecido, com camada de polpa de celulose super absorvente, com absorção completa de líquidos transformando rapidamente em gel, isolando a umidade e o contato com a pele do usuário, polímero termoplástico atóxico, polietileno de alta densidade extrusado e hidrofóbico, barreiras laterais hidrofóbicas, impedindo passagem de líquidos e sólidos, polipropileno com fibra hidrofóbica, elastano de alta contração, alongamento e resistência com três fios elásticos nas laterais, manta com canaletas difusoras para distribuição de líquidos, com indicador de umidade com mudança de coloração, faixa de polipropileno e fitas adesivas para fixação reposicionáveis com sistema abre e fecha. Validade mínima de dois anos a contar da data de entrega. A embalagem deve ser plástico e resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidades de fraldas, tamanho e peso, dados do fabricante: Razão Social, CNPJ, endereço e responsável técnico. A empresa deverá apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa junto à ANVISA) para comercialização de cosméticos.	1,8100	54.300,00
4	3000	UN	Fralda geriátrica descartável, tamanho G, MARCA BIGFRAL. Marca especificada conforme determinação judicial. Cintura de 115 a 150 cm, peso de 70 a 90 kg, modelo anatômico. Composição: Fibra longa de alta resistência e absorção, não tecido super absorvente, polímero termoplástico atóxico, polietileno de alta densidade extrusado e hidrofóbico, barreiras laterais hidrofóbicas, impedindo passagem de líquidos e sólidos, polipropileno com fibra hidrofóbica, elastano de alta contração, alongamento e resistência com três fios elásticos nas laterais, manta com canaletas difusoras para distribuição de líquidos, com indicador de umidade antialérgico com mudança de coloração, faixa de polipropileno e fitas adesivas para fixação reposicionáveis com sistema abre e fecha. Validade mínima de dois anos a contar da data de entrega. A embalagem deve ser plástico e resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidades de fraldas, tamanho e peso, dados do fabricante: Razão Social, CNPJ, endereço e responsável técnico. A empresa deverá apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa junto à ANVISA) para comercialização de cosméticos.	3,5200	10.560,00

5	15000	UN	Fralda geriátrica descartável, tamanho XG, com indicação de uso para cinturas com circunferência entre 110 e 165 cm e peso acima de 90 kg, sendo de modelo anatômico. Composição: Fibra longa de alta resistência e absorção, antialérgico, não tecido super absorvente, com absorção completa de líquidos transformando rapidamente em gel, isolando a umidade e o contato com a pele do usuário, polímero termoplástico atóxico, polietileno de alta densidade extrusado e hidrofóbico, barreiras laterais hidrofóbicas, impedindo passagem de líquidos e sólidos, polipropileno com fibra hidrofóbica, elastano de alta contração, alongamento e resistência com três fios elásticos nas laterais, manta com canaletas difusoras para distribuição de líquidos, com indicador de umidade com mudança de coloração, faixa de polipropileno e fitas adesivas para fixação reposicionáveis com sistema abre e fecha. Validade mínima de dois anos a contar da data de entrega. A embalagem deve ser plástico e resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidades de fraldas, tamanho e peso, dados do fabricante: Razão Social, CNPJ, endereço e responsável técnico. A empresa deverá apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa junto à ANVISA) para comercialização de cosméticos.	3,1400	47.100,00
7	1800	UN	Fralda geriátrica descartável, tamanho XG, MARCA CONFORT BIOFRAL. Marca especificada conforme determinação judicial. Cintura de 110 a 165 cm, peso acima de 90 kg, modelo anatômico. Composição: Fibra longa de alta resistência e absorção, não tecido super absorvente, polímero termoplástico atóxico, polietileno de alta densidade extrusado e hidrofóbico, barreiras laterais hidrofóbicas, impedindo passagem de líquidos e sólidos, polipropileno SIM com fibra hidrofóbica, elastano de alta contração, alongamento e resistência com três fios elásticos nas laterais, manta com canaletas difusoras para distribuição de líquidos, com indicador de umidade antialérgico com mudança de coloração, faixa de polipropileno e fitas adesivas para fixação reposicionáveis com sistema abre e fecha. Validade mínima de dois anos a contar da data de entrega. A embalagem deve ser plástico e resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidades de fraldas, tamanho e peso, dados do fabricante: Razão Social, CNPJ, endereço e responsável técnico. A empresa deverá apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa junto à ANVISA) para comercialização de cosméticos.	2,5000	4.500,00
Total				R\$116.460,00	

Vigência: Início: 09/10/2018 Término: 08/10/2019.

Guaramirim (SC), 16 de outubro de 2018.

OSVALDO DEVEGILI

Prefeito Municipal em exercício

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2018 – FMS

Publicação Nº 1775120

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2018 – FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2018 – FMS

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Aquisição de fraldas geriátricas e infantis para a Secretaria Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: COMERCIAL MULTVILLE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.220.022/0001-43, Inscrição Estadual nº 255.975.015, com sede na Rua JOAO ADOLFO MULLER, nº 53, sala 2, bairro COSTA E SILVA, município de Joinville, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: 345245 - COMERCIAL MULTVILLE LTDA ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	7000	UN	Fralda geriátrica descartável, tamanho P, com indicação de uso para cinturas com circunferência entre 40 e 80 cm e peso entre 20 a 50 kg, sendo de modelo anatômico. Composição: Fibra longa de alta resistência e absorção, antialérgico, não tecido, com camada de polpa de celulose super absorvente, com absorção completa de líquidos transformando rapidamente em gel, isolando a umidade e o contato com a pele do usuário, polímero termoplástico atóxico, polietileno de alta densidade extrusado e hidrofóbico, barreiras laterais hidrofóbicas, impedindo passagem de líquidos e sólidos, polipropileno com fibra hidrofóbica, elastano de alta contração, alongamento e resistência com três fios elásticos nas laterais, manta com canaletas difusoras para distribuição de líquidos, com indicador de umidade com mudança de coloração, faixa de polipropileno e fitas adesivas para fixação reposicionáveis com sistema abre e fecha. Validade mínima de dois anos a contar da data de entrega. A embalagem deve ser plástico e resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidades de fraldas, tamanho e peso, dados do fabricante: Razão Social, CNPJ, endereço e responsável técnico. A empresa deverá apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa junto à ANVISA) para comercialização de cosméticos.	1,6200	11.340,00
3	20000	UN	Fralda geriátrica descartável, tamanho G, com indicação de uso para cinturas com circunferência entre 80 e 150 cm e peso entre 70 e 90 kg, sendo de modelo anatômico. Composição: Fibra longa de alta resistência e absorção, antialérgico, não tecido super absorvente, com absorção completa de líquidos transformando rapidamente em gel, isolando a umidade e o contato com a pele do usuário, polímero termoplástico atóxico, polietileno de alta densidade extrusado e hidrofóbico, barreiras laterais hidrofóbicas, impedindo passagem de líquidos e sólidos, polipropileno com fibra hidrofóbica, elastano de alta contração, alongamento e resistência com três fios elásticos nas laterais, manta com canaletas difusoras para distribuição de líquidos, com indicador de umidade com mudança de coloração, faixa de polipropileno e fitas adesivas para fixação reposicionáveis com sistema abre e fecha. Validade mínima de dois anos a contar da data de entrega. A embalagem deve ser plástico e resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidades de fraldas, tamanho e peso, dados do fabricante: Razão Social, CNPJ, endereço e responsável técnico. A empresa deverá apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa junto à ANVISA) para comercialização de cosméticos.	2,1400	42.800,00
6	8000	UN	Fralda geriátrica descartável, tamanho XG, MARCA BIGFRAL. Marca especificada conforme determinação judicial. Cintura de 120 a 165 cm, peso acima de 90 kg, modelo anatômico. Composição: Fibra longa de alta resistência e absorção, não tecido super absorvente, polímero termoplástico atóxico, polietileno de alta densidade extrusado e hidrofóbico, barreiras laterais hidrofóbicas, impedindo passagem de líquidos e sólidos, polipropileno SIM com fibra hidrofóbica, elastano de alta contração, alongamento e resistência com três fios elásticos nas laterais, manta com canaletas difusoras para distribuição de líquidos, com indicador de umidade antialérgico com mudança de coloração, faixa de polipropileno e fitas adesivas para fixação reposicionáveis com sistema abre e fecha. Validade mínima de dois anos a contar da data de entrega. A embalagem deve ser plástico e resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidades de fraldas, tamanho e peso, dados do fabricante: Razão Social, CNPJ, endereço e responsável técnico. A empresa deverá apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa junto à ANVISA) para comercialização de cosméticos.	3,9800	31.840,00
8	4000	UN	Fralda infantil descartável, tamanho M, com indicação de uso para crianças com peso entre 5 a 9 kg. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímero super absorvente, com absorção completa de líquidos transformando rapidamente em gel, formato anatômico, barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivo termoplástico, faixa de polipropileno e fitas adesivas para fixação com sistema de abre e fecha. Com antivazamento nas bordas. Validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. A embalagem deve ser plástico e resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidades de fraldas, tamanho e peso, dados do fabricante: Razão Social, CNPJ, endereço e responsável técnico. A empresa deverá apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa junto à ANVISA) para comercialização de cosméticos.	0,7700	3.080,00
Total				R\$89.060,00	

Vigência: Início: 09/10/2018 Término: 08/10/2019.

Guaramirim (SC), 16 de outubro de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2018 – PMG**

Publicação Nº 1774347

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2018 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2018 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Aquisição de pedra rachão, granulação 5" à 6", de rocha sã, para a Secretaria de Infraestrutura de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: L. T. WONSIEWSKI & CIA LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.159.720/0001-55, com sede na Rua Victor Bramorski, nº 207, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: 71765 - L. T. WONSIEWSKI & CIA LTDA - EPP					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	2500	M3	PEDRA RACHÃO COM GRANULAÇÃO MÉDIA DE 5" À 6", PROVENIENTE DE ROCHA SÃ , COM SERVIÇOS DE CARREGAMENTO E TRANSPORTE	34,5000	86.250,00
2	7500	M3	PEDRA RACHÃO COM GRANULAÇÃO MÉDIA DE 5" À 6", PROVENIENTE DE ROCHA SÃ , COM SERVIÇOS DE CARREGAMENTO E TRANSPORTE	34,5000	258.750,00
Total				R\$345.000,00	

Vigência: Início: 09/10/2018 Término: 08/10/2019.

Guaramirim (SC), 16 de outubro de 2018.

OSVALDO DEVEGILI

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 141/2018**

Publicação Nº 1774761

LEI COMPLEMENTAR Nº. 141/2018

Altera a Lei Complementar nº. 07/2001, que dispõe sobre o plano de cargos e salários dos servidores públicos do Município de Guaramirim e, a Lei Complementar nº. 16/2007, que dispõe sobre processo seletivo público e a criação de emprego público no âmbito da Administração Pública Municipal.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Cria no Anexo II (Níveis de Vencimentos para os Cargos), da Lei Complementar nº. 07/2001, os seguintes níveis:

Nível	Vencimento Mensal
045 – Aux. H. Bucal	1.739,05
047 – Aux. Enfermagem	1.990,81
051 – Atend. Cons. Dent. PSF	2.383,07
052 – Tec. Enf. PSF	2.473,70
052 – Tec. Enfermagem	2.473,70

Art. 2º. Altera o nível de vencimentos dos cargos abaixo relacionados, constantes no Anexo III (Quadro Permanente), da Lei Complementar nº. 07/2001:

**OAG - ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Código	Cargo	Nível de Vencimentos
20010	Técnico de Enfermagem	052 – Tec. Enfermagem

**TSA - TRANSPORTE E SERVIÇOS AUXILIARES**

Código	Cargo	Nível de Vencimentos
40200	Auxiliar de Higiene Bucal	045 – Aux. H. Bucal
40220	Auxiliar de Enfermagem	047 – Aux. Enfermagem

Art. 3º. Altera o nível de vencimentos dos cargos abaixo relacionados, constantes no art. 9º, da Lei Complementar nº. 16/2007:

Art. 9º. ....

Código	Cargo	Nível de Vencimentos
20141	Técnico de Enfermagem PSF	052 – Tec. Enf. PSF
20142	Atendente de Consultório Dentário PSF	051 – Atend. Cons. Dent. PSF

Art. 4º. Aplica-se aos cargos de “técnico em enfermagem” e “auxiliar de enfermagem”, do Hospital Municipal Santo Antônio, as alterações propostas por esta lei.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de setembro de 2018.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

**152/2018**

Publicação Nº 1774231

DECRETO Nº 152/2018  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.564/17 de 17 de novembro de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 35.526,00 (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2018, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

Unidade 07- Encargos Gerais:

Atividade: 0407.04.122.0007.2.029

3.3.90.00-00.00.3084 Aplicações Diretas ..... R\$ 35.526,00

Soma ..... R\$ 35.526,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido o Superávit Financeiro do Exercício de 2017, referente aos recursos de rendimentos do Convênio Ministério do Turismo o valor de R\$ 35.526,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 16 de outubro de 2018.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

### EXTRATO DE CONTRATO - PREF 68 E 69/2018 / FMS CC 03/2018

Publicação Nº 1774545

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2018  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2018 – INEXIGIBILIDADE Nº.  
032018  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: HOSPITAL REGIONAL DE PALMITOS  
OBJETO: Credenciamento para realização de exames de Densitometria Óssea para o Fundo Municipal de Saúde.  
VALOR: TABELA SUS  
VIGENCIA: Um ano  
Guarujá do Sul, SC, 15 de outubro de 2018.  
Volnei Luis Gossler,

Secretaria Municipal de Saúde.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 68/2018  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 61/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº.  
43/2018  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
CONTRATADO: LM MATERAIS ELETRICOS LTDA EPP  
OBJETO: Aquisição de material e serviço para iluminação e decoração para as Festividades Natalinas 2018 no município de Guarujá do Sul.  
VALOR: R\$ 65.286,06  
VIGENCIA: 31/01/2019  
Guarujá do Sul, SC, 16 de outubro de 2018.  
Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 69/2018  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº.  
44/2018  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
CONTRATADO: NAJASOM FOTO E SOM LTDA ME  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DECORAÇÃO/PASSARELA/ ILUMINAÇÃO/EFEITOS/TECNICO DE SOM/ TELÕES/ CAMARIM/ MESAS/ PREMIAÇÃO/ REBAIXAMENTO/ CLIP/FILMAGEM/ FOTOGRAFIA/ BOOK- MIMO/ ASSESSORIA/ ALUGUEL DE VESTIDOS DE GALA PARA DOZE CANDIDATAS, QUANDO DA ESCOLHA DAS SOBERANAS GUARUJÁ DO SUL NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2018 NO CTG ACONCHEGO GAUCHO.  
VALOR: R\$ 24.250,00  
VIGENCIA: 31/12/2018

Guarujá do Sul, SC, 16 de outubro de 2018.  
Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal



# Guatambú

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONCURSO PÚBLICO 01/2018 - INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

Publicação Nº 1774872

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

EDITAL Nº 002/2018

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU - SC, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do seu Representante legal, o Presidente Sr. Olivo Dallastra, no uso de suas atribuições legais, torna público as inscrições deferidas e indeferidas relativamente ao CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018, conforme anexo I deste Edital (disponível em [https://static.fecam.net.br/uploads/1703/arquivos/1337686\\_Concurso\\_Publico\\_012018\\_\\_anexo\\_edital\\_inscricoes\\_deferidas\\_e\\_indeferidas.pdf](https://static.fecam.net.br/uploads/1703/arquivos/1337686_Concurso_Publico_012018__anexo_edital_inscricoes_deferidas_e_indeferidas.pdf)), no site da Câmara de Vereadores [www.camaraguatambu.sc.gov.br](http://www.camaraguatambu.sc.gov.br) e no site [www.epbazi.com.br](http://www.epbazi.com.br)

Não houve inscrições de Portadores de Necessidades Especiais nem de condições especiais para realização de Provas.

Comunica ainda aos candidatos que se sentirem prejudicados quanto a divulgação deste Edital e seu Anexo, os mesmos poderão interpor recurso na forma do Edital de Abertura.

Guatambu - SC, 15 de outubro de 2018.

OLIVO DALLASTRA

Presidente

Rua Ângelo Corá S/Nº - Centro – Guatambu - SC

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ATA SESSÃO PÚBLICA Nº 002 TP 006/2018

Publicação Nº 1775372

Processo Licitatório nº 070/2018  
Tomada de Preços nº 006/2018  
Ata Sessão Pública nº 002/2018

Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e dezoito as quatorze horas, nas dependências do Gabinete do senhor Prefeito Municipal, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo decreto número 3.846/2018 juntamente com os membros da Comissão Técnica, nomeada pelo decreto número 3.913/2018 para o ato de abertura dos envelopes de propostas referente ao Processo Licitatório nº 070/2018 na modalidade de Tomada de Preços nº 006/2018 destinada a Contratação de empresa especializada para a realização, em regime de empreitada por preço unitário, de recapeamento em CBUQ e CAUQ, sinalização vertical e horizontal em sete ruas do perímetro urbano do Município de Herval d' Oeste, com fornecimento de material e mão de obra. Decorreu o prazo legal para interposição de recursos sem manifestação das partes. Foram convocados todos os licitantes para esta sessão pública, através de notificação a qual foi enviada para o endereço de correio eletrônico das licitantes, publicação no site do município e publicação no DOM/SC Diário Oficial dos Municípios. Presentes a sessão os representantes das seguintes licitantes:

Kaeng Infraestrutura Eireli	Bruna Prando Oligini CPF Nº 009.942.109-73
Setep Construções S/A	Bruno Stephani CPF Nº 016.770.829-50

Antes da abertura dos envelopes de propostas foram cientificados os licitantes dos quais estão habilitados ao tratamento diferenciado dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte são:

Nome	CNPJ	Enquadramento
Viapavi Obras e Serviços Ltda. ME.	27.303.137/0001-71	Microempresa
CTT Construções e Pavimentações Ltda. EPP.	11.049.030/0001-09	Empresa Pequeno Porte
Kaeng Infraestrutura Eireli	22.798.043/0001-05	Empresa Pequeno Porte
Santasul Pavimentação e Obras Ltda.	23.227.162/0001-62	Empresa Pequeno Porte

Ato continuo foram abertos os envelopes de propostas sendo rubricados pelos presentes e efetuada a classificação para posterior conferência detalhada, ficando assim classificadas:

Classif.	Licitante	Valor Global em R\$
1º	CTT Construções e Pavimentações Ltda. EPP.	1.636.623,12
2º	Viapavi Obras e Serviços Ltda. ME	1.768.270,13
3º	Kaeng Infraestrutura Eireli	1.799.380,14
4º	Setep Construções S/A	1.838.745,10
5º	Santasul Pavimentação e Obras Ltda.	1.965.220,17
6º	Terramax Construções e Obras Ltda.	1.996.095,80

A Comissão efetuou a conferencia detalhada de todos os itens da composição da planilha de preços sendo verificados e aceitos como corretos, sendo declarada vencedora do certame a licitante CTT Construções e Pavimentações Ltda. EPP com o valor global de, um milhão seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte e três reais e doze centavos, em virtude de quatro licitantes não estarem representadas na sessão, em conformidade com o artigo 109 alínea "b" da Lei 8.666/93 abre-se prazo para possíveis interposições de recursos quanto às propostas de 05 (cinco) dias úteis. Decorridos os prazos legais sem o oferecimento de recurso o processo será remetido ao senhor prefeito municipal para que a seu juízo homologue o resultado apresentado. Em havendo recursos o processo seguirá os tramites legais até a sua homologação. Em prosseguimento aos trabalhos, foi solicitado se gostariam de constar algo em ata dada a negativa dos presentes foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão, representantes legais, e por mim \_\_\_\_\_ Rubens Antonio Correia, que secretariei a sessão.

Lucas Wilian da Silva Segundo  
Presidente

Luciane Dondoni Gazoni  
Membro

Michel Alberti  
Equipe Técnica

Odair Trevisol  
Equipe Técnica

Bruna Prando Oligini  
Kaeng Infraestrutura Eireli

Bruno Stephani  
Setep Construções S/A

**EDITAL Nº 031/2018/SMECE**

Publicação Nº 1775376

**EDITAL Nº 031/2018/SMECE**

Estabelece normas para Chamada Pública de professor destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011, baixa este Edital e torna público as normas para contratação de Professores na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme a necessidade e conveniências do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados e/ou a inexistência de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital nº 004/2017/SMECE, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de ensino.

**I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. A comissão, nomeada por Decreto Municipal n. 3.805/2018, deverá realizar a Chamada Pública das vagas remanescentes do Processo Seletivo referente ao Edital nº 004/2017/HO, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.

1.2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Setor Administrativo, Rua Nereu Ramos 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação e tempo de serviço no magistério, para escolha das vagas disponíveis, no dia 18 de outubro de 2018, às 08 horas.

1.2.1. O horário será seguido rigorosamente, não sendo permitida a participação de candidatos que chegarem após as 08 horas.

1.3. O tempo de serviço no magistério deverá ser expresso em anos, meses e dias. Será desconsiderado o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida neste edital.

1.3.1. O tempo de serviço já computado para fins de aposentadoria não será computado neste certame.

1.3.2. O atestado de tempo de serviço que apresentar datas/períodos concomitantes em redes de ensino distintas será computado apenas uma vez.

**II – DOS CARGOS, VAGAS, DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E UNIDADES ESCOLARES**

Vagas	Unidade Escolar	Cargo/ Disciplina	Turno	Carga Horária	Vínculo/ Período
01	EBM Estação Luzerna/CME Pequeno Príncipe	Música	Matutino/Vespertino	30h	Pelo período que perdurar o afastamento do Professor Tiago Costa as Silva, limitado ao término do ano letivo.

**III – DA HABILITAÇÃO**

3.1. A Comissão da Chamada Pública, a Secretaria de Educação e o Setor de Recursos Humanos, no mesmo ato, procederá a Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis.

Cargo/ Disciplina:	HABILITADOS	NÃO-HABILITADOS
Professor de Música	a) Diploma de Pós-Graduação em Música, com registro no órgão competente; b) Diploma de Licenciatura Plena em Música, com registro no órgão competente; c) Diploma de Licenciatura em Artes, com Certificado de curso(s) de formação continuada em Música totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente; d) Diploma de Licenciatura na área da Educação, com Certificado de curso(s) de formação continuada em Música totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente.	a) ser estudante da área de Música, Artes ou nas demais Licenciaturas na área de Educação, a partir da 5ª fase, acrescido de Certificado de curso(s) de formação continuada em Música totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente.

3.2. Os candidatos deverão apresentar os documentos originais, com cópias, as quais serão conferidas no local. A Secretaria de Educação não fará cópia de documentos (Habilitação, RG e Tempo de Serviço).

**IV – DA CLASSIFICAÇÃO**

4.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será dada preferência ao que possuir maior habilitação, obedecendo os critérios: 1º) Professores Habilitados e 2º) Professores Não-Habilitados

4.2. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, e persistindo a igualdade, precederá o candidato com maior idade.

4.3. Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, persistindo a igualdade precederá o candidato com maior idade.

4.4. Em não havendo candidatos não-habilitados de acordo com os critérios descritos no item III, será analisada pela Comissão Responsável

pela Chamada Pública a documentação dos demais candidatos presentes ao certame, sendo admitido aquele que possuir a qualificação mais adequada ao cargo/função pretendido.

4.5. Ficará impedido de participar de Chamada Pública no decorrer do ano o candidato que, tendo sido contratado por meio de Processo Seletivo ou de Chamada Pública anterior, venha a desistir da vaga, solicitando distrato no decorrer do prazo de vigência do contrato.

4.6. O professor ACT não poderá reduzir a carga horária da respectiva vaga enquanto perdurar o contrato

#### V – DA REMUNERAÇÃO

CH	Habilitado com Graduação	Habilitado com Magistério e Não-Habilitado
40h	R\$ 2.217,93 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.	R\$ 2.197,89 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.

#### VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O servidor admitido em caráter temporário que não entregar toda a documentação exigida para as suas funções no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da chamada pública, será automaticamente excluído da chamada, perdendo o direito à vaga.

6.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 16 de outubro de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

**Ibiam****PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - 051 - AUTO MECANICA RPM LTDA**

Publicação Nº 1775050

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 051/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0108/2018

PREGÃO PRESENCIAL N. 058/2018

SRP Nº 037/2018

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. IVANIR ZANIN, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.351/2005, Decreto Municipal n. 3081/2018, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 058/2018, Processo Licitatório 0108/2018, SRP 037/2018, RESOLVE: registrar os preços da empresa AUTO MECANICA RPM LTDA inscrita no CNPJ 30.002.923/0001-43, situada a Rua Santa Efigênia, 1105, Campos Novos – SC – CEP: 89620-000, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO – Pregão Presencial, para Registrar Preços visando futuras aquisições com pedidos parcelados para aquisição de Peças para máquinas/veículos de propriedade do Município para o período de doze meses.

1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas nos itens deste edital, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

1.3 As peças deverão ter garantia mínima de 1 (um) ano por defeitos de fabricação, devendo estas serem de primeira linha.

1.4 A licitante deverá consignar na nota fiscal todas as peças, bem como a respectiva marca.

1.5 O prazo máximo para entrega das peças será de 10 dias, após o envio da Autorização de Fornecimento.

1.6 Todas as peças deverão ser novas, de primeiro uso e de primeira linha.

**CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA**

Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para prestar os serviços, conforme AF. Para cada dia de atraso na prestação dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta, de recursos próprios do Município de Ibiam.

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro em vigor, conforme segue:

Reduzido	Projeto Atividade	Destinação	Complemento do Detalhamento
11	2018	MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE	33903039000000
08	2018	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	33903039000000
170	2009	MANUT. DAS ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903039000000
63	2013	MANUTENÇÃO SEC. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS.	33903039000000
82	2015	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO	33903039000000
107	2021	CONSELHO TUTELAR	33903039000000
106	2020	ASSIST. SOCIAL	33903039000000
165	2003	MANUT. GABINETE	33903039000000

**CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento, referente será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 3081/2018. Para ambos os casos, o pagamento será efetuado, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE**

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

**CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA**

O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura.

Início: 16/10/2018

Término: 16/10/2019

**CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I – Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II – Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO**

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 058/2018, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES**

I – À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:



Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais. E demais sanções, conforme previsto no edital e ata de registro de preços, parte integrante deste processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos Secretários Municipais, conforme portaria 185/2011 e 152/2018 nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;
- III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VII. a dissolução da empresa;
- VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV – A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 058/2018, Processo Licitatório nº 0108/2018, SRP: 037/2018, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente. A administração providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, constados da data de assinatura do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL



Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN	AUTO MECANICA RPM LTDA
Prefeito Municipal	CNPJ: 30.002.923/0001-43
CONTRATANTE	CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Rosinei Ceron	Carmelita Chiesa Tragancin
CPF – 004.918.899-25	CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

### CONTRATO ADMINISTRATIVO - 018 - DL - AUTO MECANICA GERAL

Publicação Nº 1774547

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 018/2018

Termo de Contrato, REFERENTE REVISAO DO VEICULO DA SAUDE SPIN PLACA QHM0725 - REALIZADA NA CONCESSIONÁRIA PARA NÃO HAVER RISCO DE PERDER A GARANTIA DO VEICULO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa AUTO MECANICA GERAL LTDA, autorizado através do Processo nº 018/2018, Dispensa de Licitação nº 006/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM - FMS

CNPJ: 11.250.761/0001-18

Endereço: Rua Henrique Bennertz, 164

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: AUTO MECANICA GERAL LTDA

CNPJ: 86.548.054/0001-01

Endereço: AV. 20 de julho, 817 – centro – Videira - SC CEP: 89560-000

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE REVISAO DO VEICULO DA SAUDE SPIN PLACA QHM0725 - REALIZADA NA CONCESSIONÁRIA PARA NÃO HAVER RISCO DE PERDER A GARANTIA DO VEICULO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material e prestação de serviço no valor TOTAL de R\$ 2.270,62 (dois mil, duzentos e setenta reais e sessenta e dois centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material e finalizada a prestação de serviço, conforme Decreto Municipal 3081/2018.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 11

Unidade Orçamentária: 2039 – SECRETARIA DE SAÚDE

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ O FINAL DA GARANTIA.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 24 de agosto de 2018.

MUNICÍPIO DE IBIAM

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

AUTO MECANICA GERAL LTDA

TESTEMUNHAS:

Rosinei Ceron

CPF – 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi

Advogado – OAB/SC 32.184

**CONTRATO ADMINISTRATIVO - 020 - DL - MARTINI E FRANCISCATTO**

Publicação Nº 1774550

**CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 020/2018**

Termo de Contrato, REFERENTE COLOCAÇÃO DE SUMIDOURO JUNTO AS FOSSAS SÉPTICAS, PONTOS DE TOMADAS PARA LIGAÇÃO DO AR CONDICIONADO CONFORME NECESSIDADE PARA LIBERAÇÃO DO ALVARÁ SANITÁRIO PARA INSTALAÇÃO DE SALAS COMO FARMÁCIA, VACINA E OUTRAS QUE NECESSITAM DO AR CONDICIONADO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA, autorizado através do Processo nº 019/2018, Dispensa de Licitação nº 007/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM - FMS

CNPJ: 11.250.761/0001-18

Endereço: Rua Henrique Bennertz, 164

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 23.108.271/0001-60

Endereço: Rua Dolores Duran, 393

Blumenau - SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente REFERENTE COLOCAÇÃO DE SUMIDOURO JUNTO AS FOSSAS SÉPTICAS, PONTOS DE TOMADAS PARA LIGAÇÃO DO AR CONDICIONADO CONFORME NECESSIDADE PARA LIBERAÇÃO DO ALVARÁ SANITÁRIO PARA INSTALAÇÃO DE SALAS COMO FARMÁCIA, VACINA E OUTRAS QUE NECESSITAM DO AR CONDICIONADO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material e prestação de serviço no valor TOTAL de R\$ 6.220,29 (seis mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte e nove centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material e finalizada a prestação de serviço, conforme Decreto Municipal 3081/2018.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 11

Unidade Orçamentária: 2039 – SECRETARIA DE SAÚDE

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ O FINAL DA GARANTIA.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

4.1. - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

**4.8. PENALIDADES**

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
  - Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
  - Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
  - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
  - Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.
- Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiã - SC, 08 de maio de 2018.

MUNICÍPIO DE IBIAM

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA

TESTEMUNHAS:

Rosinei Ceron

CPF – 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi

Advogado – OAB/SC 32.184

### CONTRATO ADMINISTRATIVO - 021 - DL - ESQUADRIAS ABERFERRO

Publicação Nº 1774552

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 021/2018

Termo de Contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE UMA PORTA DE ENTRADA E RECOLOCAR DIVISÓRIAS PARA A ANTIGA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, VISTO QUE, NESTE PRÉDIO, INSTALARAM-SE VÁRIOS ÓRGÃOS E NECESSITA DE OUTRA PORTA PARA ENTRADA E RECOLOCAÇÃO DAS DIVISÓRIAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ESQUADRIAS ABERFERRO LTDA ME, autorizado através do Processo nº 023/2018, Dispensa de Licitação nº 008/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM - FMS

CNPJ: 11.250.761/0001-18

Endereço: Rua Henrique Bennertz, 164

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: ESQUADRIAS ABERFERRO LTDA ME

CNPJ: 04.489.065/0001-01

Endereço: RUA MARIA RITA G. DE OLIVEIRA, 132 – CENTRO – IBIAM - SC CEP: 89652-000

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO DE UMA PORTA DE ENTRADA E RECOLOCAR DIVISÓRIAS PARA A ANTIGA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, VISTO QUE, NESTE PRÉDIO, INSTALARAM-SE VÁRIOS ÓRGÃOS E NECESSITA DE OUTRA PORTA PARA ENTRADA E RECOLOCAÇÃO DAS DIVISÓRIAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

- 2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material e prestação de serviço no valor TOTAL de R\$ 1.352,00 (um mil, trezentos e cinquenta e dois reais).
- 2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material e finalizada a prestação de serviço, conforme Decreto Municipal 3081/2018.
- 2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 11

Unidade Orçamentária: 2039 – SECRETARIA DE SAÚDE

- 2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ O FINAL DA GARANTIA.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

- 4.1. - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.
- 4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.
- 4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:
- 4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:
- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
  - b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
  - c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
  - d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
  - e) a dissolução da empresa;
  - f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
  - g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
  - h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- 4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- 4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

**4.8. PENALIDADES**

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
  - Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
  - Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
  - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
  - Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.
- Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.



**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- 5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.
- 5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.
- 5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 15 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE IBIAM

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

ESQUADRIAS ABERFERRO LTDA ME

TESTEMUNHAS:

Rosinei Ceron

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF – 004.918.899-25

CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi

Advogado – OAB/SC 32.184

**CONTRATO ADMINISTRATIVO - 022 - KELLY CAROLINE ANDRADE - RETIFICADO**

Publicação Nº 1774562

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 022/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2018

PREGÃO PRESENCIAL No 009/2018

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. IVANIR ZANIN, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, KELLY CAROLINE ANDRADE, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 31.443.008/0001-56, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 020/2018 e Pregão Presencial nº 009/2018, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 009/2018, homologado em 28 de setembro de 2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a visando a aquisição de equipamentos de uso permanente para a Sala de Odontologia da Unidade Básica de Saúde, conforme descrito abaixo:

Item	Unid.	Qtidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	mensal	03	Contratação de serviços de enfermagem a serem prestadas junto a Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiam – pelo período de 8(oito) horas diárias por profissional devidamente habilitado “Enfermeiro”.	R\$ 5.080,00	R\$ 15.240,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 – A (o) CONTRATADA (A) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço Global de R\$ 15.240,00 (quinze mil, duzentos e quarenta reais), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Atividade: Manutenção das Atividades Saúde

Reduzido: 08 – complemento: 31903401000000.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA CARGA HORÁRIA**

A carga horária do credenciado será de 08 horas semanais, correspondendo a 40 horas semanais.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

10.1. O (s) pagamento (s) devido (s) à(s) contratada(s) serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: e compras@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 3081/2018. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável.

10.2 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei

N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico /financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

#### CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até o final da garantia.

Início: 01/10/2018

Término: 31/12/2018

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Atuar na Unidade de Saúde obedecendo à escala de serviço predeterminada;

7.2 Comparecer ao seu local de trabalho conforme escala de serviço predeterminada e cumprir sua carga horária, atuando ética e dignamente;

7.2.1 Cumprir com pontualidade seus horários de chegada ao local de trabalho, com o mínimo de quinze minutos de antecedência;

6.1.2 Tratar com respeito e coleguismo todos os demais colegas de trabalho;

7.2.3 Utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários;

6.1.3 Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;

7.2.4 Ser fiel aos interesses do serviço público evitando denegri-los ou conspirar contra os mesmos;

7.2.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei nº. 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 Pagar os serviços prestados nas formas e condições ajustadas neste instrumento;

8.2. Informar previamente o (a) CONTRATADO (A) sobre toda e qualquer anormalidade do sistema de saúde que possa influir no atendimento de pacientes;

8.3 Zelar para que os serviços ora contratados sejam executados com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes e o estabelecido neste contrato, sem que, com isso, interfira na relação profissional- paciente, bem como na conduta diagnóstica e/ou na proposta terapêutica adotadas pelo (a) CONTRATADO (A), desde que consentâneos com a ética e o saber científico preconizado na atualidade;

8.4 Zelar para que o (a) CONTRATADO (A) atenda o beneficiário do sistema de saúde dentro das normas impostas pelo exercício da profissão.

#### CLÁUSULA NONA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 009/2018, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

II Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/maquina Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

I – Advertência escrita;

II – Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

III – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, senhora Maria Ivete Gomes de Oliveira, secretária municipal, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011 do Orçamento do exercício financeiro de 2018.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO



I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

Entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da empresa;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e  
A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 009/2018, Processo Licitatório nº 020/2018, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais

vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

O contrato administrativo firmado na forma deste credenciamento não gerará vínculo empregatício.

CENTRO ADMINISTRATIVO, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN	KELLY CAROLINE ANDRADE
Prefeito Municipal	CNPJ: 31.443.008/0001-56
CONTRATANTE	CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Rosinei Ceron	Carmelita Chiesa Tragancin
CPF – 004.918.899-25	CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

### CONTRATO ADMINISTRATIVO - 023 - DL - MASTER RETIFICA

Publicação Nº 1774570

#### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 023/2018

Termo de Contrato, REFERENTE PEÇAS E MAO DE OBRA PARA O VEICULO SPIN PLACA QHM0725 EM CARATER DE URGÊNCIA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MASTER RETIFICA DE MOTORES LTDA ME, autorizado através do Processo nº 024/2018, Dispensa de Licitação nº 009/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM - FMS

CNPJ: 11.250.761/0001-18

Endereço: Rua Henrique Bennertz, 164

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: MASTER RETIFICA DE MOTORES LTDA ME

CNPJ: 15.460.747/0001-08

Endereço: Rua Avelino Volpato, 608 – Bairro JD Cidade Alta – Compl. Barracão – Joaçaba - SC

CEP: 89600-000

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE PEÇAS E MAO DE OBRA PARA O VEICULO SPIN PLACA QHM0725 EM CARATER DE URGÊNCIA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material e prestação de serviço no valor TOTAL de R\$ 1.485,00 (um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material e finalizada a prestação de serviço, conforme Decreto Municipal 3081/2018.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 11

Unidade Orçamentária: 2039 – SECRETARIA DE SAÚDE

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ O FINAL DA GARANTIA.

Início: 15/10/2018

Término: 31/12/2018.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 15 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE IBIAM

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

MASTER RETIFICA DE MOTORES LTDA ME

TESTEMUNHAS:

Rosinei Ceron

CPF – 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi

Advogado – OAB/SC 32.184

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 091 - DL - JV**

Publicação Nº 1774574

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 091/2018

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS, MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO, PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E POSTERIOR LIBERAÇÃO DOS ALVARÁS DE BOMBEIROS PARA OS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IBIAM, e a empresa JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES LTDA, autorizado através do Processo nº 0110/2018, Dispensa de Licitação nº. 042/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES LTDA

CNPJ: 01.276.119/0001-54

Endereço: Rua Coronel Farrapo, 1331, sala B2, Campos Novos - SC

CEP: 89620-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do REFERENTE AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS, MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO, PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E POSTERIOR LIBERAÇÃO DOS ALVARÁS DE BOMBEIROS PARA OS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 3.307,92 (três mil, trezentos e sete reais e noventa e dois centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 82

Unidade Orçamentária: Manutenção das Atividades da Educação.

Reduzido 35

Unidade Orçamentária: Manutenção das Atividades da Agricultura.

Reduzido 63

Unidade Orçamentária: Manutenção das Atividades Infraestrutura, transportes e obras.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3081/2018, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL e garantia dos itens.

INÍCIO: 26/09/2018.

TÉRMINO: 31/12/2018.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como

as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiom - SC, 26 de setembro de 2018.

MUNICÍPIO DE IBIAM  
IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES LTDA  
CNPJ: 01.276.119/0001-54

Testemunhas:

Luciane R. Baseggio  
CPF – 049.256.219-98

Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 092 - DL - JJS**

Publicação Nº 1774577

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 092/2018

Termo de Contrato, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA, e a empresa JSS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA ME autorizado através do Processo nº 0111/2018, Dispensa de Licitação nº. 043/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: JSS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA ME

CNPJ: 19.468.645/0001-81

Endereço: Rua ALTE TAMANDARE 538 SALA 06 – CENTRO – SÃO MIGUEL DO OESTE - SC

CEP: 89900-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 128

Unidade Orçamentária: Manutenção das Atividades do FIA.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3081/2018, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL e garantia dos itens.

INICIO: 15/10/2018.

TÉRMINO: 31/12/2018.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e



h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 15 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE IBIAM

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

JSS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA ME

Testemunhas:

Luciane R. Baseggio

CPF – 049.256.219-98

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi

Advogado – OAB/SC 32.184

### PORTARIA 273 - FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES

Publicação Nº 1774604

PORTARIA Nº 273 DE 26 DE SETEMBRO DE 2018.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 056/2018 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 056/2018, modalidade Pregão Presencial – Registro de Preços, cujo objeto visa a aquisição de Filtros e Óleos Lubrificantes para as Secretarias Municipais, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrito no CNPJ 80.954.555/0001-01, totalizando o registro de preço no valor de R\$ 33.366,80;



II – FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA, inscrito no CNPJ 01.031.105/0001-70, totalizando o registro de preço no valor de R\$ 4.458,80;

III – COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP, inscrito no CNPJ 93.437.770/0001-87, totalizando o registro de preço no valor de R\$ 12.675,72;

IV – LUBRE MAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrito no CNPJ 22.259.826/0001-02, totalizando o registro de preço no valor de R\$ 26.327,90;

V – JULIO SILVESTRI FILHO, inscrito no CNPJ 15.608.150/0001-50, totalizando o registro de preços no valor de 5.555,00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 26 DE SETEMBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

## PORTARIA 280 - ENFERMAGEM

Publicação Nº 1774608

PORTARIA Nº 280, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 009/2018 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 009/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a terceirização de serviços de enfermagem para prestação de serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa: KELLY CAROLINE ANDRADE, inscrito no CNPJ: 31.443.008/0001-56, pelo valor mensal de R\$ 5.080,00 (cinco mil e oitenta reais);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE SETEMBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

## PORTARIA 283 - PEÇAS

Publicação Nº 1775054

PORTARIA Nº 283 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 058/2018 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 058/2018, modalidade Pregão Presencial – Registro de Preços, cujo objeto visa a aquisição de Peças para máquinas e veículos de propriedade do Município, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – SOMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrito no CNPJ 26.190.200/0001-48, totalizando o registro de preço no valor de R\$ 60.849,60 (sessenta mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos);

II – AUTO MECANICA RPM LTDA, inscrito no CNPJ 30.002.923/0001-43, totalizando o registro de preço no valor de R\$ 35.540,80 (trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

## **PORTARIA 283 - PEÇAS**

Publicação Nº 1774840

PORTARIA Nº 283 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 058/2018 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 058/2018, modalidade Pregão Presencial – Registro de Preços, cujo objeto visa a aquisição de Peças para máquinas e veículos de propriedade do Município, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – SOMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrito no CNPJ 26.190.200/0001-48, totalizando o registro de preço no valor de R\$ 60.849,60 (sessenta mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos);

II – AUTO MECANICA RPM LTDA, inscrito no CNPJ 30.002.923/0001-43, totalizando o registro de preço no valor de R\$ 35.540,80 (trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

## **PORTARIA Nº 281/2018**

Publicação Nº 1775365

PORTARIA Nº 281, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

“DESIGNA SERVIDOR SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 36, da lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor ALCINDO PEROSA, brasileiro, casado, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal da Administração e da Fazenda, para substituir a servidor MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo comissionado de Secretária Municipal da Saúde e Secretária Municipal da Assistência Social, que se encontra em Férias concedida pela Portaria nº 277, de 28 de setembro de 2018 (de 09.10.2018 a 18.10.2018).

§ 1º. O servidor assinará todos os atos administrativos.

§ 2º. O substituto continuará percebendo os vencimentos relativos ao seu cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 285/2018**

Publicação Nº 1775368

PORTARIA Nº 285, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

"DESIGNA COORDENADOR PARA ACOMPANHAR PROJETO – PROGRAMA INTERNET PARA TODOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Termo de Adesão ao Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC;

Considerando que o Município deverá indicar um coordenador que será responsável pelo acompanhamento do projeto – Programa Internet para Todos;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar o servidor ROGEL TAIBA, brasileiro, casado, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes, como Coordenador.

§ 1º. O servidor será responsável pelo acompanhamento do projeto na Administração Municipal.

§ 2º. O Servidor continuará percebendo os vencimentos relativos ao seu cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 15 DE OUTUBRO DE 2018.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**RETIFICAÇÃO CONTRATO ENFERMEIRA - 01**

Publicação Nº 1774564

RETIFICAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 022/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N. 020/2018 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2018

Retificação ao Contrato Administrativo 022/2018 Processo Licitatório N. 020/2018 – FMS e Pregão Presencial 009/2018, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM - SC, e KELLY CAROLINE ANDRADE, inscrita no CNPJ 31.443.008/0001-56,

Onde se lê:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a visando a aquisição de equipamentos de uso permanente para a Sala de Odontologia da Unidade Básica de Saúde, conforme descrito abaixo:

Leia-se:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a terceirização de serviços de Enfermagem para prestação de serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde de Ibiã, conforme descrito abaixo:

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Centro Administrativo de Ibiã, SC – 02 de outubro de 2018.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

# Ibirama

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 4.270, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018 - ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, MEDIANTE REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA**

Publicação Nº 1774343

DECRETO nº 4.270, de 04 de outubro de 2018.

“ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, MEDIANTE REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentos no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.313 de 12 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Programa de Trabalho do orçamento, no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) anulando parcialmente o Elemento do Projeto Atividade a saber:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal da Saúde

01380200 – PMAQ

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

TOTAL ..... R\$ 60.000,00

Art. 2º Por conta do recurso a que se refere o artigo 1º, fica suplementado o Elemento do Projeto Atividade a saber:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal da Saúde

01380200 – PMAQ

344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

TOTAL ..... R\$ 60.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 04 de outubro de 2018.

JUCÉLIO JOSÉ DE ANDRADE

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

### **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 96/2018**

Publicação Nº 1774592

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 96/2018

Objeto: Aquisição de aparelhos condicionadores de ar novos destinados para as instalações de diversas escolas deste município, na forma da Lei 10.520/2002. Abertura: 29 de outubro de 2018, as 09:15 h – Portal de Compras Públicas na internet – [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Recebimento das propostas: Até 09:00 h do mesmo dia 29/10/18, no portal. Informações: (47) 3357 8523 - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br), [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) ou na Prefeitura Municipal, no horário comercial. Ibirama, 15 de outubro de 2018.

Adriano Poffo – Prefeito municipal

**Imarui****PREFEITURA****DECRETO Nº. 060, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1774375

DECRETO Nº. 060, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA O DECRETO Nº 032, DE 02 DE JULHO DE 2018, QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 61, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Imaruí e em conformidade com a Lei nº 1.914, de 22 de dezembro de 2015, com redação dada pela 2.046, de 08 de outubro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 032, de 02 de julho 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

II - Representantes do Gabinete do Prefeito:

a) Titular: Sylvester Vieira Rochadel da Silva;

b) Suplente: Tchalles Corrêa Lino.

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 15 de outubro de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMI Nº 020/2018**

Publicação Nº 1774699

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI Nº 020/2018

Pregão Presencial PMI Nº 029/2018. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Material Hidráulico e Elétrico para o município de Imaruí/SC. Órgão gerenciador: Prefeitura Municipal de Imaruí, CNPJ 82.538.851/0001-57. Data do Registro de preço: 15/10/2018. Validade da ata: 12 meses após assinatura.

Razão Social: LIVIA RODRIGUES VICENTIN – ME 11.924.161/0001-98:

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
02	ADESIVO Adesivo de contato, extraforte, possui alta aderência em diferentes materiais, resistente a água, embalagem com 30g.	UND	85	Krona	4,90	416,50
03	ADESIVO Adesivo para tubos e conexões em PVC, com pincel, embalagem com 175g.	UND	60	Krona	7,50	450,00
06	CABO FLEXÍVEL 1,5MM Fio flexível 1,5mm, antichama, para instalação elétrica, rolo com 100 metros, com selo do INMETRO. Cores: azul/preto/vermelho.	RL	27	Corfio	77,90	2.103,30
09	CABO FLEXÍVEL 6,0MM Fio flexível 6,0mm, antichama, para instalação elétrica, rolo com 100m, com selo do INMETRO. Cores: preto/azul.	RL	28	Corfio	339,00	9.492,00
10	CABO FLEXÍVEL 10,0MM Fio flexível 10,0mm, antichama, para instalação elétrica, rolo com 100 metros, com selo do INMETRO. Cores: preto/azul/vermelho/verde.	RL	36	Corfio	500,00	18.000,00
14	CAIXA Caixa de descarga suspensa, para a alimentação de água de vaso sanitário, material PVC, completa com bóia e puxador, capacidade 9 litros, cor branca.	UND	100	Alumasa	19,50	1.950,00

17	CAIXA DE PAREDE Caixa de parede, de fonte para disjuntor, tipo embutir para 24 disjuntores, material PVC.	UND	24	Taf	48,90	1.173,60
18	CAP Cap em PVC, para esgoto, bitola de 100mm.	UND	90	Plastilit	2,90	261,00
24	CONJUNTO Conjunto embutir, 01 interruptor simples, com placa fabricada em ABS, cor branca, para parede de alvenaria, acompanha parafusos.	UND	80	Tramontina	3,49	279,20
25	CONJUNTO Conjunto embutir, 02 interruptores simples, com placa fabricada em ABS, cor branca, para parede de alvenaria, acompanha parafusos.	UND	80	Tramontina	6,50	520,00
28	CONJUNTO Conjunto embutir, 02 interruptores simples + 01 tomada (02P+T), universal, com placa fabricada em ABS, cor branca, para parede de alvenaria, acompanha parafusos.	UND	90	Tramontina	11,70	1.053,00
32	CONJUNTO Conjunto externo, 01 interruptor + 01 tomada (02P+T), universal, com placa e caixa, cor branca, acompanha parafusos.	UND	80	Tramontina	7,00	560,00
36	CURVA LONGA 50 Curva de PVC para esgoto, de 50mm, 45° ou 90°.	UND	100	Plastilit	3,78	378,00
38	CURVA LONGA 100 Curva de PVC para esgoto, de 100mm, 45° ou 90°.	UND	100	Plastilit	6,93	693,00
41	DISJUNTOR 100A Para rede trifásica.	UND	35	Lorenzetti	100,00	3.500,00
47	JOELHO 50MM Joelho 90°, soldável, conexão utilizada para executar união entre tubos e/ou conexões formando curvatura ou desvio de 90°, bitola de 50mm.	UND	195	Plaslit	1,90	370,50
50	JOELHO 150MM Joelho 90°, para esgoto, bitola de 150mm.	UND	195	Plaslit	11,95	2.330,25
53	LÂMPADA LED 16W Bulbo Led, luz branca, potência 16W, tensão bivolt.	UND	150	Tashibra	15,50	2.325,00
55	LÂMPADA FLUORESCENTE 20W Formato U, tensão 220v, potência 20W.	UND	150	Tashibra	11,50	1.725,00
60	LUMINÁRIA Luminária plástica de emergência com 30 LEDS, de alta durabilidade.	UND	135	Tashibra	11,40	1.539,00
61	LUVA 25MM Luva de correr, soldável, em PVC, bitola de 25mm.	UND	75	Plastilit	4,40	330,00
64	LUVA 75MM Luva de correr, soldável, em PVC, bitola de 75mm.	UND	75	Plastilit	11,90	892,50
67	PIA INOX Pia inox, cuba no centro, dimensões mínimas: 1,20x0,55m, concretada, s/válvula.	UND	18	Tramontina	70,00	1.260,00
69	TE 100X100 Conexão em PVC, para esgoto, bitola de 100mm.	UND	125	Plastilit	6,50	812,50
70	TOMADA REDE DE DADOS Tomada de embutir para rede de dados, RJ45, cor branca, para parede de alvenaria.	UND	65	Tramontina	8,90	578,50
72	TOMADA TELEFONE Tomada de embutir para telefone, RJ11, com placa, cor branca, para parede de alvenaria.	UND	65	Tramontina	9,90	643,50
75	TORNEIRA Torneira cromada, bica móvel, 1/2" ou 3/4", para pia de cozinha.	UND	55	Vicua	28,00	1.540,00
78	TUBO Tubo para água fria, soldável, em PVC, utilizados na condução de água potável, bitola de 25mm, barra com 6 metros.	UND	89	Plastilit	9,90	881,10
79	TUBO Tubo para água fria, soldável, em PVC, utilizados na condução de água potável, bitola de 40mm, barra com 6 metros.	UND	89	Plastilit	29,00	2.581,00
82	TUBO Tubo para água fria, soldável, em PVC, utilizados na condução de água potável, bitola de 110mm, barra com 6 metros.	UND	89	Plastilit	119,90	10.671,10
85	TUBO Tubo para esgoto, em PVC, bitola de 75mm, barra com 6 metros.	UND	89	Plastilit	34,85	3.101,65
87	TUBO Tubo para esgoto, em PVC, bitola de 150mm, barra com 6 metros.	UND	89	Plastilit	100,00	8.900,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 81.311,20 (oitenta e um mil trezentos e onze reais e vinte centavos).

Razão Social: RAFAEL DO NASCIMENTO – ME – CNPJ 13.131.994/0001-27:

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
01	ADESIVO Adesivo de contato para tubos e conexões em PVC, embalagem com 870ml/730g.	UND	60	Krona	36,50	2.190,00
05	ASSENTO SANITÁRIO Assento sanitário, cor branco, material polipropileno, tipo convencional.	UND	62	Alumasa	12,00	744,00
07	CABO FLEXÍVEL 2,5MM Fio flexível 2,5mm, antichama, para instalação elétrica, rolo com 100 metros, com selo do INMETRO. Cores: preto/azul.	RL	22	Corfio	120,00	2.640,00
12	CABO PARALELO 2,5MM Fio paralelo 2,5mm, rolo com 100m, com selo do INMETRO.	RL	34	Corfio	199,00	6.766,00
13	CABO PP 2X2,5MM Fio cabo PP 2x2,5mm, rolo com 100m, com selo do INMETRO.	RL	15	Corfio	290,00	4.350,00
15	CAIXA D' ÁGUA 1000L Caixa d'água, material polietileno alta densidade, capacidade 1000 litros, para acondicionamento de água potável, tubulação entrada/saída, certificação do INMETRO, na cor azul.	UND	15	Baskof	240,00	3.600,00
19	CAP Cap em PVC, para esgoto, bitola de 150mm.	UND	90	Tubosan	16,00	1.440,00
21	CAP SOLDÁVEL Cap soldável, em PVC, utilizado para executar a vedação de extremidades de tubos, deixando-os como espera, permitindo dessa forma a utilização e a circulação de água no restante do sistema, bitola de 40mm.	UND	80	Tubosan	1,50	120,00
23	COLUNA Coluna para lavatório, cor branco, material louça, dimensões mínimas AxL: 60cmx20cm.	UND	60	Ikasa	49,50	2.970,00
27	CONJUNTO Conjunto embutir, 01 interruptor simples + 01 tomada (02P+T), universal, com placa fabricada em ABS, cor branca, para parede de alvenaria, acompanha parafusos.	UND	90	Tramontina	9,50	855,00
31	CONJUNTO Conjunto externo, 01 tomada (02P+T), universal, com placa e caixa, cor branca, acompanha parafusos.	UND	80	Ilumi	4,88	390,40
33	CURVA CURTA 50 Curva de PVC para esgoto, de 50mm, 45º ou 90º.	UND	100	Tubosan	3,96	396,00
35	CURVA CURTA 100 Curva de PVC para esgoto, de 100mm, 45º ou 90º.	UND	100	Tubosan	6,10	610,00
39	DISJUNTOR 15A Para rede monofásica.	UND	35	Soprano	7,80	273,00
44	FIO PARA TELEFONE Fio para telefone CCI, 1 par.	MT	600	Corfio	1,18	708,00
49	JOELHO 100MM Joelho 90º, para esgoto, bitola de 100mm.	UND	195	Tubosan	2,60	507,00
51	LÂMPADA LED 9W Bulbo Led, luz branca, potência 9W, tensão bivolt.	UND	150	Avante	10,80	1.620,00
58	LAVATÓRIO Lavatório para coluna, cor branco, material cerâmica, com 01 furo para aplicar torneira, formato oval, dimensões mínimas AxLxP: 17,5x47x42,5cm.	UND	60	Ikasa	59,00	3.540,00
62	LUA 40MM Luva de correr, soldável, em PVC, bitola de 40mm.	UND	75	Tubosan	7,00	525,00
65	LUA 100MM Luva de correr, soldável, em PVC, bitola de 100mm.	UND	75	Tubosan	8,96	672,00
76	TORNEIRA Torneira cromada, bica móvel, ½, para banheiro.	UND	55	Herc	27,90	1.534,50
80	TUBO Tubo para água fria, soldável, em PVC, utilizados na condução de água potável, bitola de 50mm, barra com 6 metros.	UND	89	Tubosan	35,00	3.115,00
84	TUBO Tubo para esgoto, em PVC, bitola de 50mm, barra com 6 metros.	UND	89	Tubosan	23,00	2.047,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 41.612,90 (quarenta e um mil seiscentos e doze reais e noventa centavos).



Razão Social: JUNIOR VALCI BORGES – ME – CNPJ 13.894.010/0001-60:

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
04	ADESIVO Adesivo para PVC, bisnaga com 75g.	UND	60	Firmex	3,50	210,00
08	CABO FLEXÍVEL 4,0MM Fio flexível 4,0mm, antichama, para instalação elétrica, rolo com 100m, com selo do INMETRO. Cores: preto/azul.	RL	30	Corfio	193,00	5.790,00
11	CABO PARALELO 1,5MM Fio paralelo 1,5mm, rolo com 100m, com selo do INMETRO.	RL	34	Corfio	138,00	4.692,00
16	CAIXA D' ÁGUA 2000L Caixa d'água, material polietileno alta densidade, capacidade 2000 litros, para acondicionamento de água potável, tubulação entrada/saída, certificação do INMETRO, na cor azul.	UND	15	Arcon	657,00	9.855,00
26	CONJUNTO Conjunto embutir, 03 interruptores simples, com placa fabricada em ABS, cor branca, para parede de alvenaria, acompanha parafusos.	UND	80	Mectronic	9,60	768,00
30	CONJUNTO Conjunto embutir, 02 tomada (02P+T), universal, com placa fabricada em ABS, cor branca, para parede de alvenaria, acompanha parafusos.	UND	80	Mectronic	8,40	672,00
34	CURVA CURTA 75 Curva de PVC para esgoto, de 75mm, 45° ou 90°.	UND	100	Plastubo	4,98	498,00
37	CURVA LONGA 75 Curva de PVC para esgoto, de 75mm, 45° ou 90°.	UND	100	Plastubo	5,46	546,00
40	DISJUNTOR 40A Para rede trifásica.	UND	35	Weg	43,50	1.522,50
46	JOELHO 40MM Joelho 90°, soldável, conexão utilizada para executar união entre tubos e/ou conexões formando curvatura ou desvio de 90°, bitola de 40mm.	UND	195	Plastubo	1,64	319,80
48	JOELHO 75MM Joelho 90°, soldável, conexão utilizada para executar união entre tubos e/ou conexões formando curvatura ou desvio de 90°, bitola de 75mm.	UND	195	Plastubo	6,99	1.363,05
52	LÂMPADA LED 12W Bulbo Led, luz branca, potência 12W, tensão bivolt.	UND	150	Galaxy	12,50	1.875,00
59	LUMINÁRIA Luminária em alumínio completa, cor branca, com 02 fluorescente tubular, potência 02x40W, reator eletrônico de alta durabilidade, tensão bivolt, com proteção nas pontas e com aletas em toda área livre, com fundo reflexivo. Dimensões mínimas: comprimento 1545mm, largura 115mm, altura 60mm.	UND	75	Galaxy	39,60	2.970,00
63	LUVA 50MM Luva de correr, soldável, em PVC, bitola de 50mm.	UND	75	Plastubo	9,89	741,75
66	MICTÓRIO Mictório, cor branco, material de louça, formato oval, com artefatos de fixação e instalação, com sifão, dimensões mínimas A x L x C: 56,5x34,5x31,5cm.	UND	40	Fiori	219,00	8.760,00
73	TOMADA TELEFONE Tomada externa (sobrepôr) para telefone, RJ11, cor branca.	UND	65	Mectronic	10,99	714,35
77	TUBO Tubo para água fria, soldável, em PVC, utilizados na condução de água potável, bitola de 20mm, barra com 6 metros.	UND	89	Plastubo	8,90	792,10
81	TUBO Tubo para água fria, soldável, em PVC, utilizados na condução de água potável, bitola de 60mm, barra com 6 metros.	UND	89	Plastubo	61,90	5.509,10
83	TUBO Tubo para esgoto, em PVC, bitola de 40mm, barra com 6 metros.	UND	89	Plastubo	14,90	1.326,10

Valor Total do Fornecedor: R\$ 48.924,75 (quarenta e oito mil novecentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos).Razão Social: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI – CNPJ 13.894.010/0001-60:

Item	Especificação	Ref.	Qtde.	Marca	Preço UN	Preço Total
------	---------------	------	-------	-------	----------	-------------

20	CAP SOLDÁVEL Cap soldável, em PVC, utilizado para executar a vedação de extremidades de tubos, deixando-os como espera, permitindo dessa forma a utilização e a circulação de água no restante do sistema, bitola de 25mm.	UND	80	Krona	0,60	48,00
22	CHUVEIRO Chuveiro elétrico, corpo plástico, 3 opções de temperatura, tensão 220V (5500W).	UND	36	Sintex	32,90	1.184,40
29	CONJUNTO Conjunto embutir, 01 tomada (02P+T), universal, com placa fabricada em ABS, cor branca, para parede de alvenaria, acompanha parafusos.	UND	80	Polar	4,90	392,00
42	FITA ISOLANTE Fita isolante adesiva 19mm, cor preta, flexível e de fácil manuseio, rolo com 20 metros.	RL	85	Mister	3,90	331,50
43	FITA VEDA ROSCA Fita veda rosca, utilizada para vedar juntas rosqueáveis (PVC, CPVC ou metal), para instalações de água fria ou quente, dimensões mínimas: 18mmx25mm.	RL	85	Pulvitec	2,95	250,75
45	JOELHO 25MM Joelho 90°, soldável, conexão utilizada para executar união entre tubos e/ou conexões formando curvatura ou desvio de 90°, bitola de 25mm.	UND	195	Krona	0,40	78,00
54	LÂMPADA FLUORESCENTE 15W Formato U, tensão 220v, potência 15W.	UND	150	Taxibra	9,90	1.485,00
56	LÂMPADA TUBULAR 20W Fluorescente, formato tubular, potência 20W.	UND	165	Maplex	5,90	973,50
57	LÂMPADA TUBULAR 40W Fluorescente, formato tubular, potência 40W.	UND	165	Maplex	5,90	973,50
68	TE 100X50 Conexão em PVC, para esgoto, bitola de 50mm.	UND	105	Krona	6,50	682,50
71	TOMADA REDE DE DADOS Tomada externa (sobrepôr) para rede de dados, RJ45, cor branca.	UND	65	Polar	6,00	390,00
74	TORNEIRA Torneira cromada, fabricada em metal, 1/2" ou 3/4", com bico alto (30cm de bancada) para lavatório.	UND	65	Real	28,00	1.820,00
86	TUBO Tubo para esgoto, em PVC, bitola de 100mm, barra com 6 metros.	UND	89	Plastubo	38,00	3.382,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 11.991,15 (onze mil novecentos e noventa e um reais e quinze centavos).

Total Geral da Ata de Registro de Preços: R\$ 183.840,00 (cento e oitenta e três mil oitocentos e quarenta reais). Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2018 – FMAS

Publicação Nº 1774678

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2018 – FMAS

Pregão Presencial PMI Nº 019/2018. Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Imaruí. CNPJ do Contratado: 04.572.854/0001-01. Contratado: Dat Informática Ltda ME. Objeto: Locação e manutenção de máquinas copiadores e impressoras, com fornecimento de suprimentos e peças. Fundamentação legal: Lei nº. 8.666/93 e Lei nº. 10.520/06. Dotação (Proj. Atv.: 2.038 – Cod. Res.: 186), (Proj. Atv.: 2.200 – Cod. Res.: 2). Vigência: 13/07/2019. Valor total: R\$ 4.800,00. Data de assinatura: 13/07/2018. Signatário pelo Fundo: Ana Cláudia Soares dos Santos, pela contratada: Valter Pedro Innocenti.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2018 – FMS

Publicação Nº 1774675

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2018 – FMS

Pregão Presencial PMI Nº 019/2018. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí. CNPJ do Contratado: 04.572.854/0001-01. Contratado: Dat Informática Ltda ME. Objeto: Locação e manutenção de máquinas copiadores e impressoras, com fornecimento de suprimentos e peças.. Fundamentação legal: Lei nº. 8.666/93 e Lei nº. 10.520/06. Dotação (Proj. Atv.: 2.101 – Cod. Res.: 66). Vigência: 13/07/2019. Valor total: R\$ 11.640,00. Data de assinatura: 13/07/2018. Signatário pelo Fundo: Mayara Faust, pela contratada: Valter Pedro Innocenti.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2018 – PMI

Publicação Nº 1774674

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2018 – PMI

Pregão Presencial PMI Nº 019/2018. Contratante: MUNICÍPIO DE IMARUÍ. CNPJ do Contratado: 04.572.854/0001-01. Contratado: Dat Informática Ltda ME. Objeto: Locação e manutenção de máquinas copiadores e impressoras, com fornecimento de suprimentos e peças.. Fundamentação legal: Lei nº. 8.666/93 e Lei nº. 10.520/06. Dotação (Proj. Atv.: 2.008 – Cod. Res.: 02), (Proj. Atv.: 2.011 – Cod. Res.: 33), (Proj. Atv.: 2.014 – Cod. Res.: 63), (Proj. Atv.: 2.017 – Cod. Res.: 76), (Proj. Atv.: 2.018 – Cod. Res.: 83). Vigência: 13/07/2019. Valor total: R\$ 140.760,00. Data de assinatura: 13/07/2018. Signatário pelo Município: Rui José Candemil Júnior, pela contratada: Valter Pedro Innocenti.

# Imbituba

## PREFEITURA

**ATA Nº 234/2018 PP Nº 06/2018**

Publicação Nº 1775305

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 234/2018  
DO PP Nº 06/2018  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CONDICIONADORES DE AR, PEÇAS E MANUTENÇÃO NOS EXISTENTES, PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA/SC  
EMPRESA: REFRIMOTOR CLIMATIZAÇÃO LTDA ME  
VALOR TOTAL: R\$ 7.050,00  
VIGÊNCIA: será de 12 meses  
Imbituba, 24 de agosto de 2018.  
GUILHERME VIRÍSSIMO DA SERRA COSTA  
COMANDANTE DO DA 2º/8º BBM

**ATA Nº 287/2018 PP Nº 46/2018**

Publicação Nº 1775188

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 287/2018  
DO PP Nº 46/2018  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OUTORGA CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE MATERIA-LEINSTALAÇÃO DE TELAS GALVANIZADAS, PARA UTILIZAÇÃO NO ISOLAMENTO DE QUADRAS ESPORTIVAS PÚBLICAS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.  
EMPRESA: METALLO DISTRIBUIDORA EIRELI  
VALOR TOTAL: R\$ 27.000,00  
VIGÊNCIA: Será de 12 meses  
Imbituba, 11 de outubro de 2018.  
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

**ATA Nº 288/2018 PP Nº 46/2018**

Publicação Nº 1775176

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 288/2018  
DO PP Nº 46/2018  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OUTORGA CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE MATERIA-LEINSTALAÇÃO DE TELAS GALVANIZADAS, PARA UTILIZAÇÃO NO ISOLAMENTO DE QUADRAS ESPORTIVAS PÚBLICAS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.  
EMPRESA: SAVE ENGENHARIA E SOLUÇÕES EM OBRAS TERRA-PLANAGEM  
VALOR TOTAL: R\$ 5.800,00  
VIGÊNCIA: Será de 12 meses  
Imbituba, 11 de outubro de 2018.  
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

**CONTRATO 2018/05 -A/01 PROC 07/2018 PMI SEDUCE**

Publicação Nº 1775070

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2018/05 – A/00  
Contratada: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANAIS DA REGIÃO DOS LAGOS SUL CATARINENSE - COOPERLAGOS  
CNPJ: 10.202.167/0001-99  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. COM ENRREGA PARCELADA EM CRO-NOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC.  
Valor total: R\$ 3.986,40  
Fundamento: Processo nº 07/2018 Chamada Pública nº 01/2018  
Imbituba, 03 de outubro de 2018.

Cristiane Tokarski Espezim  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte  
Contratante

COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANAIS DA REGIÃO DOS LAGOS SUL CATARINENSE - COOPERLAGOS  
Representante legal  
Contratada

**CONTRATO 2018/47 -A/00 PROC 97/2018 PMI SEDUCE**

Publicação Nº 1775137

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2018/47 – A/00  
Contratada: ALESSANDRA APARECIDA DOS SANTOS 04788699069  
CNPJ: 29.560.313/0001-86  
Objeto: PRODUÇÃO TEATRAL E ASSESSORIA DE PRODUÇÃO PARA CRIAÇÃO DO I FESTIVAL ESTUDANTIL MUNICIPAL A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (SEDUCE).  
Prazo: 12 meses Valor total: R\$ 7.999,00  
Fundamento: Processo nº 97/2018 Dispensa nº 13/2018  
Imbituba, 10 de outubro de 2018.

Cristiane Tokarski Espezim  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte  
Contratante

ALESSANDRA APARECIDA DOS SANTOS 04788699069  
Representante legal  
Contratada

**EDITAL SEAD Nº 096/2018**

Publicação Nº 1774885

EDITAL SEAD Nº 096/2018

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2016.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 001/2016, divulgado através do Edital nº 001/2016, de 17 de outubro de 2016, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2016, de 03 de Janeiro de 2017, que homologou os resultados do referido Processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite da vaga e contratação, o candidato ao final relacionado (Anexo I deste Edital), aprovado no Processo Seletivo Público nº 001/2016, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 17 de Outubro a 19 de Novembro de 2018, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de outubro de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 096/2018

Anexo I

CANDIDATO CONVOCADO

Técnico em Higiene Dental

Kiany de Medeiros

**EDITAL SEAD Nº 097/2018**

Publicação Nº 1774886

EDITAL SEAD Nº 097/2018

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2016.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº08/2016,

divulgado através do Edital nº 008/2016, de 17 de outubro de 2016, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2016, de 03 de Janeiro de 2017, que homologou os resultados do referido Processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2016, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 17 de Outubro a 19 de Novembro de 2018, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do Processo Seletivo Simplificado, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de outubro de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 097/2018

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico em Enfermagem

Linda Ines Dihl Malta

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 101/2018  
PREGÃO 62/2018 (SEDUCE)**

Publicação Nº 1775306

PREFEITURA M. DE IMBITUBA

PMI / SEDUCE

PROCESSO Nº 101/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2018

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 31 de outubro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, Registro de Preço do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, LOUÇAS E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL,



ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 17 de outubro de 2018

Cristiane Tokarski Espezim

Secretária da SEDUCE

## **EXTRATO PROC 17 2018 PREGÃO 14 2018 LEITES ESPECIAIS SEMUSA**

Publicação Nº 1774413

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEMUSA

PROCESSO Nº 17/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 30 de outubro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível AQUISIÇÃO DE FÓRMULA PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL (LEITES ESPECIAIS) PARA CUMPRIMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 17 de outubro de 2018

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal da SEMUSA

## **EXTRATO PUBLICAÇÃO PROCESSO 100 2018 PREGÃO 61 2018 BANHEIROS QUÍMICOS**

Publicação Nº 1775309

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PMI - SEDETUR

PROCESSO Nº 100/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2018

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEDETUR – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 30 de outubro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS QUE SERÃO UTILIZADOS DURANTE OS EVENTOS PROMOVIDOS E APOIADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DURANTE A TEMPORADA DE VERÃO 2019, QUE SERÃO INSTALADOS NAS PRAIAS DO MUNICÍPIO”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 17 de outubro de 2018

Carina Genovez Ferreira Silvestre

Secretária da SEDETUR

## **HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 11/2018**

Publicação Nº 1774762

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 11/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, conforme Lei nº 1.144/1991 e Lei Complementar nº 4.644/2015, e ainda, por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 11/2018. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 09 de outubro de 2018.

Rosenvaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 4.954, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1775313

LEI Nº 4.954, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Determina que os veículos de transportes públicos coletivo de passageiros das linhas regulares do Município de Imbituba realizem desembarque de usuários fora dos pontos previamente determinados e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica determinado aos veículos de transporte público coletivo de passageiros das linhas regulares do Município de Imbituba realizarem desembarque de usuários idosos, mulheres e pessoas com deficiência fora dos pontos fixos existentes ou a existir.

§ 1º Esta obrigatoriedade se dará entre as 20 horas e as 06 horas.

§ 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que preencher os requisitos previstos na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, bem como pessoa idosa aquela que preencher os requisitos previstos na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Art. 2º A parada para desembarque será realizada quando solicitada pelos usuários acima descritos, se atendidas as condições de segurança no trânsito a serem avaliadas pelo condutor do transporte coletivo, devendo este, efetuar a parada em segurança, o mais próximo possível do local solicitado pelo usuário.

Parágrafo único. A recusa por parte do condutor do transporte coletivo em realizar a parada atendendo à solicitação do usuário prevista na presente Lei, implica em multa de 10 (dez) UFM (Unidade Fiscal do Município) a ser aplicada à concessionária prestadora do serviço público de transporte regular ou a qualquer outra empresa prestadora do serviço público de transporte.

Art. 3º Esta Lei deverá ser afixada pela própria concessionária/empresa no interior de todos os veículos do transporte público coletivo de passageiros, em local próximo à porta de desembarque.

Parágrafo único. A não afixação prevista neste artigo implica em multa de 05 (cinco) UFM (Unidade Fiscal do Município) por veículo/dia.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, no que couber.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de outubro de 2018.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini  
Assessor de Gabinete

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 641/2018

Publicação Nº 1774888

PORTARIA PMI/SEAD Nº 641, de 16 de outubro de 2018.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006 e Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando a decisão judicial proferida nos Autos Trabalhistas nº 0000257-76.2016.5.12.0043, e todo o disposto no Processo Administrativo nº 24.042/2018, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. VALMÍCIO MIGUEL, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o nº 578.441.609-00, admitido em 24 de junho de 1998, contrato nº 554, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	02.01.2019 a 01.04.2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de outubro de 2018.  
Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 642/2018

Publicação Nº 1774924

PORTARIA PMI/SEAD Nº 642, de 16 de outubro de 2018.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. RAFAEL GONÇALVES, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o nº 030.589.659-82, admitido em 16 de julho de 2002, contrato nº 1699, referente

ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	01.10.2018 a 29.12.2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de outubro de 2018.  
Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 643/2018

Publicação Nº 1774940

PORTARIA PMI/SEAD Nº 643, de 16 de outubro de 2018.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. RAQUEL DELFINO, Odontóloga, inscrita no CPF sob o nº 714.526.569-91, admitida em 01 de julho de 1994, contrato nº 460, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	18.10.2018 a 15.01.2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de outubro de 2018.  
Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 141/2018

Publicação Nº 1774803

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 141, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.  
Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e revogação da PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 134, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de

2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 24.402/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Nova Horizonte, s/nº, Mirim, Imbituba-SC, em frente ao Cemitério Municipal, à Sra. KÁTIA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 019.974.229-48, e com inscrição no CNPJ sob o nº 31.665.217/0001-44, domiciliada na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa, s/nº, Nova Brasília, Imbituba-SC, para a atividade/comércio de flores e velas, nos dias 26/10/2018 a 02/11/2018, durante os períodos matutino e vespertino.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Fica revogada a PORTARIA PMI/SEAD/DDP nº 134, de 08 de outubro de 2018.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de outubro de 2018.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ERALDO BITTENCOURT MOTA  
Gerente de Patrimônio

**PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 142/2018**

Publicação Nº 1774812

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 142, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018. Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 24.720/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Praia do Rosa, s/nº, Ibiraquera, Imbituba-SC, ao Sr. ANTÔNIO GONÇALVES JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 037.377.319-69, domiciliado na Rodovia SC 434, s/nº, Araçatuba, Imbituba-SC, para a atividade/comércio de bebidas e lanches, nos dias 02, 03 e 04/11/2018, nos períodos matutino e vespertino.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período determinado, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de outubro de 2018.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ERALDO BITTENCOURT MOTA  
Gerente de Patrimônio



**PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 143/2018**

Publicação Nº 1774841

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 143, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.  
Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,  
Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;  
Considerando as informações no Processo nº 24.637/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Av. Dr. João Rinsa, s/nº, Centro, Imbituba-SC, (esquina) em frente a loja de tintas, a Sra. JAQUELINE DA SILVA DOBRANDIN, inscrita no CPF sob o nº 035.683.399-27, domiciliada na Av. Barreto, s/nº, Vila Nova Alvorada, Imbituba-SC, para a atividade/comércio de artesanatos, no período de segunda-feira a sexta-feira (das 13h às 18h) e aos sábados (das 08h às 12h).

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesse restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de outubro de 2018.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ERALDO BITTENCOURT MOTA

Gerente de Patrimônio

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 594/18

Publicação Nº 1774569

. DECRETO Nº 594/18

. De 16 de outubro de 2018

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.598/18.

DECRETA,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 1.650.535,00 (HUM MILÃO E SEISCENTOS E CINQUENTA MIL E QUINHENTOS E TRINTA E CINCO REAIS) das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
02.005 - Gabinete do Prefeito	
0027.0813.0002.2072 - Manutenção do Parque Municipal Jorge Hardt - Ribeirão das Pedras	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.1201 - Aquisição de Equipamentos - Informática Pedagógica	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	275,00
01190000 - FUNDEB - Outras Despesas	260,00
0012.0361.0005.1202 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Ensino Fundamental	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - FUNDEB - Outras Despesas	20.000,00
0012.0361.0005.1204 - Construção e Ampliação de Edificações - Ensino Fundamental	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	100.000,00
01190000 - FUNDEB - Outras Despesas	100.000,00
0012.0361.0005.2202 - Manutenção do Programa - Informática Pedagógica	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	20.000,00
0012.0361.0005.2205 - Manutenção da Edificações e Valorização do Magistério - Ensino Fundamental	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	200.000,00
01190000 - FUNDEB - Outras Despesas	400.000,00
0012.0365.0005.1222 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Educação Infantil	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - FUNDEB - Outras Despesas	60.000,00

0012.0365.0005.1224 - Construção e Ampliação de Edificações - Educação Infantil	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01360000 - Salário-Educação	50.000,00
0012.0365.0005.2225 - Manutenção da Edificações e Valorização do Magistério - Educação Infantil	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	600.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL as seguintes dotações:

Dotação	Valor
02.005 - Gabinete do Prefeito	
0023.0695.0002.1072 - Realização de Festas e Eventos	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2205 - Manutenção da Edificações e Valorização do Magistério - Ensino Fundamental	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01360000 - Salário-Educação	25.000,00
0012.0365.0005.1224 - Construção e Ampliação de Edificações - Educação Infantil	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	200.000,00
0012.0365.0005.2221 - Manutenção do RH - Folha de Pagamento - Educação Infantil	
3319000000000000 - Aplicações Diretas	
01180000 - FUNDEB - Folha	580.260,00
3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	
01010000 - Educação	20.275,00
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	700.000,00
0012.0365.0005.2225 - Manutenção da Edificações e Valorização do Magistério - Educação Infantil	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01360000 - Salário-Educação	25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de outubro de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

**DECRETO Nº 596/18**

Publicação Nº 1775032

. DECRETO Nº 596/18

. De 16 de outubro de 2018

Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento de 2018 no Fundo Municipal de Saúde de Indaial, provenientes de Excesso de Arrecadação.

Andre Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5511 de 20 de dezembro de 2017.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 434.635,42(Quatrocentos e trinta e quatro reais, seiscentos e trinta e cinco centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Crédito Adicional		
Dotação	Vínculo	Valor
30.003.0010.0301.0030.1460.3449000000000 AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS	01335418	180.000,00
30.004.0010.0302.0030.2471.3449000000000 MANUTENÇÃO E AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	01335438	190.000,00
30.004.0010.0302.0030.2472.3339000000000 CONVENIOS/CONTR.SERV. ESPECIAIS DE SAÚDE	01381715	64.635,42
Total do Lote		434.635,42

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de outubro de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

**LEI Nº 5598/2018**

Publicação Nº 1774567

LEI Nº 5598

. de 16 de outubro de 2018

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICIPIO DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 1.650.535,00 (HUM MILÃO E SEISCENTOS E CINQUENTA MIL E QUINHENTOS E TRINTA E CINCO REAIS) das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
02.005 - Gabinete do Prefeito	

0027.0813.0002.2072 - Manutenção do Parque Municipal Jorge Hardt - Ribeirão das Pedras	
333900000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.1201 - Aquisição de Equipamentos - Informática Pedagógica	
344900000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	275,00
01190000 - FUNDEB - Outras Despesas	260,00
0012.0361.0005.1202 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Ensino Fundamental	
344900000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - FUNDEB - Outras Despesas	20.000,00
0012.0361.0005.1204 - Construção e Ampliação de Edificações - Ensino Fundamental	
344900000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	100.000,00
01190000 - FUNDEB - Outras Despesas	100.000,00
0012.0361.0005.2202 - Manutenção do Programa - Informática Pedagógica	
333900000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	20.000,00
0012.0361.0005.2205 - Manutenção da Edificações e Valorização do Magistério - Ensino Fundamental	
333900000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	200.000,00
01190000 - FUNDEB - Outras Despesas	400.000,00
0012.0365.0005.1222 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Educação Infantil	
344900000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - FUNDEB - Outras Despesas	60.000,00
0012.0365.0005.1224 - Construção e Ampliação de Edificações - Educação Infantil	
344900000000000 - Aplicações Diretas	
01360000 - Salário-Educação	50.000,00
0012.0365.0005.2225 - Manutenção da Edificações e Valorização do Magistério - Educação Infantil	
333900000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	600.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL as seguintes dotações:

Dotação	Valor
02.005 - Gabinete do Prefeito	
0023.0695.0002.1072 - Realização de Festas e Eventos	
333900000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2205 - Manutenção da Edificações e Valorização do Magistério - Ensino Fundamental	
333900000000000 - Aplicações Diretas	
01360000 - Salário-Educação	25.000,00

0012.0365.0005.1224 - Construção e Ampliação de Edificações - Educação Infantil	
344900000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	200.000,00
0012.0365.0005.2221 - Manutenção do RH - Folha de Pagamento - Educação Infantil	
331900000000000 - Aplicações Diretas	
01180000 - FUNDEB – Folha	580.260,00
331910000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	
01010000 - Educação	20.275,00
333900000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 - Educação	700.000,00
0012.0365.0005.2225 - Manutenção da Edificações e Valorização do Magistério - Educação Infantil	
333900000000000 - Aplicações Diretas	
01360000 - Salário-Educação	25.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de outubro de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França  
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura  
Chefe de Gabinete

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 010/2018

Publicação Nº 1774515

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 010/2018

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE IPORÃ DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. ALEXANDRE ENGEL RUSCHEINSKY, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 013 de 08 de setembro de 1997 e suas alterações, Lei Municipal nº 0683/98 e suas alterações TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público destinado para admissão, de servidores para o quadro da administração direta do município, vinculado ao Regime Jurídico Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O presente Edital do Concurso Público é disciplinado pelo art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 013 de 08 de setembro de 1997 e suas alterações, Lei Municipal nº 0683/98 e suas alterações e demais legislação vigente.

1.2. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público do Município de Iporã do Oeste - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Iporã do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br).

1.3. O prazo de validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vaga	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Artes	01	10h/sem*	R\$ 613,84	Portador de certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva
Professor de Geografia	01	10h/sem*	R\$ 613,84	Portador de certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva
Professor de Inglês	01	10h/sem*	R\$ 613,84	Portador de certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva
Professor de Português	CR*	10h/sem*	R\$ 613,84	Portador de certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva
Professor de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental	CR*	10h/sem*	R\$ 613,84	Portador de certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva
Farmacêutico	01	20h/sem	R\$ 2.766,86	Portador de Diploma de Farmacêutico, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva
Médico Veterinário	01	40h/sem	R\$ 3.338,12	Portador de Diploma de Médico Veterinário, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva
Bibliotecário	CR**	40h/sem	R\$ 2.167,10	Portador de Diploma de Bibliotecário, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva
Nutricionista	CR**	20/40h/sem	R\$ 2.766,86	Curso Superior em Nutrição e inscrição no órgão fiscalizador.	Objetiva
Odontólogo	CR**	20/40h/sem	R\$ 6.070,93	Curso Superior em Odontologia e inscrição no órgão fiscalizador.	Objetiva
Técnica em Enfermagem	CR**	40h/sem	R\$ 1.574,46	Certificado de Conclusão de Ensino Médio, acrescido de curso técnico em Enfermagem, com inscrição no COREM.	Objetiva
Auxiliar de Serviços Gerais (Serviços braçais) ***	CR**	40h/sem	R\$ 871,15****	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva

\*A presente carga horária poderá ser alterada para 20, 30 ou 40h semanais de acordo com a necessidade da Municipalidade.

\*\*CR: Cadastro de Reserva.

\*\*\*A presente vaga, destina-se para realização de serviços braçais.

\*\*\*\*Nos termos da Constituição Federal, nenhum vencimento será menor que salário mínimo nacional, razão pela qual o valor do vencimento será complementado até o valor equivalente ao salário mínimo nacional.

Obs.:

- Os vencimentos acima mencionados para os cargos de Médico Veterinário, Bibliotecário, Nutricionista, Técnica em Enfermagem, Odontólogo, Auxiliar de Serviços Gerais, referem-se a 40 horas semanais.

- Os vencimentos acima mencionados para os cargos de Professor de Artes, Professor de Geografia, Professor de Inglês, Professor de Português, Professor de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental referem-se a 10 horas semanais.

- Os vencimentos acima mencionado para o cargo de Farmacêutico, refere-se a 20 horas semanais.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Concurso Público poderão ser efetuadas pela Internet ou Presencial – on-line, no período das 08 horas do dia 16/10/2018 às 23h59min do dia 14/11/2018.

2.2. Imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 16/11/2018.

## 3. DA PROVA

3.1. A prova objetiva será aplicada no dia 01/12/2018, nas dependências do CIEF - Centro Integrado de Ensino Fundamental, sito na Rua José Scalabrin, nº 172, no município de Iporã do Oeste/SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br)

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08 horas.

3.3. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. A prova objetiva terá início às 09h00min e término às 12h00min.

## 4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A integral do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br)

Iporã do Oeste/SC, 15 de outubro de 2018.

ALEXANDRE ENGEL RUSCHEINSKY

Prefeito Municipal em Exercício



# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 14-2018-BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL- HOSP. SÃO CAMILO/FMS

Publicação Nº 1774891

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 14/2018

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2016, Processo de Licitação nº 4/2016, homologado em 20 de abril de 2016.

Objeto: SEGUNDO TEMA ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM /SC E A BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL-HOSPITAL SÃO CAMILO, VISANDO A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO E CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE SAÚDE.

Assinatura: 03/10/2018 Vigência: 01/05/2018 À 30/04/2019

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

Contratado: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL- HOSP. SÃO CAMILO, situada na RUA BENTO GONÇALVES 445, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.506.030/0012-54.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 93-NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA-ME/PM

Publicação Nº 1774835

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 93/2018

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2018, Processo de Licitação nº 69/2018, homologado em 08 de agosto de 2018.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 81/2018, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA NEIVALDO ZAMPRONIO e CIA LTDA-ME.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 25/09/2018 Vigência: 12/11/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: NEIVALDO ZAMPRONIO e CIA LTDA-ME, situada na TRAVESSA DAS LAGOAS Nº 80, BAIRRO: NATUREZA, CIDADE DE CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.926.473/0001-78.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 94-CRI-COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA/PM

Publicação Nº 1774839

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 94/2018

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2/2017, Processo de Licitação nº 52/2017, homologado em 31 de agosto de 2017.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 66/2017, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CRI-COLETA, RECICLAGEM E INSINERA. LIXO LTDA.

Valor: R\$ 44.085,08 (Quarenta e Quatro Mil e Oitenta e Cinco Reais e Oito Centavos)

Assinatura: 25/09/2018 Vigência: 25/09/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CRI-COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA., situada na RODOVIA SC 465, KM 14, BAIRRO RURAL, CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.239.339/0001-45.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 95-ROSANI ZAMPROGNA-MI/PM

Publicação Nº 1774842

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 95/2018

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017, Processo de Licitação nº 76/2017, homologado em 29 de novembro de 2017.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 95/2018, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA ROSANI ZAMPROGNA-MI.

Valor: R\$ 2.500,00 (Dois Mil Quinhentos Reais)

Assinatura: 27/09/2018 Vigência: 31/12/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ROSANI ZAMPROGNA-MI, situada na RUA DA AMIZADE Nº 214, BAIRRO: CENTRO, CIDADE DE LINDÓIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.566.214/0001-34.



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 96-BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP/PM**

Publicação Nº 1774844

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 96/2018

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2018, Processo de Licitação nº 55/2018, homologado em 02 de julho de 2018.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 61/2018, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP.

Valor: R\$ 12.654,74 (Doze Mil Seiscentos e Quarenta e Quatro Reais e Setenta e Quatro Centavos)

Assinatura: 11/10/2018 Vigência: 31/12/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, situada na LINHA DOS COQUEIROS, BR 153 - KM 94, BAIRRO INTERIOR, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.157.133/0001-46.

**PORTARIA Nº. 490/2018 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1774868

NOMEIA COMISSÃO PARA ANÁLISE DE AMOSTRAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO 016/2018 E PREGÃO PRESENCIAL 09/2018.

HILDO CARLOS SABADIN, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

NOMEIA,

Lizandra Slongo Canton, Jean Berton e Cleonice Perozin Sonntag, para comporem a Comissão para análises de amostras odontológicas, conforme processo licitatório nº. 016/2018 e Pregão Presencial 09/2018.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16 de Outubro de 2018.

Ipumirim, 16 de Outubro de 2018.

HILDO CARLOS SABADIN  
Prefeito em Exercício.**PORTARIA Nº. 488/2018 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774492

AFASTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO, LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA FINS DE ESTUDO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HILDO CARLOS SABADIN, Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

A F A S T A

SUSIMAR INES PERETTI matrícula 683, com domicílio na cidade de Ipumirim – SC, carteira de identidade nº. 3.572.331-9 e CPF sob o nº. 022.091.269-67, no cargo efetivo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, sem remuneração, conforme artigo 138 da Lei Complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, para o período de 15 de Outubro de 2018 a 13 de Outubro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de Outubro de 2018.

Ipumirim - SC, 15 de Outubro de 2018.

HILDO CARLOS SABADIN  
Prefeito Em Exercício**PORTARIA Nº. 489/2018 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774857

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a contratação em função de substituição a Susimar Peretti em licença sem remuneração para estudo.

CONTRATA

OBERDAN MOSCON, sob a Matrícula 2927-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4235441 e do CPF 069.278.479-95, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Orides Rovani, para o período de 16/10/2018 a 18/12/2018. em substituição a Susimar Peretti em licença sem remuneração para estudo

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 16/10/2018.

Ipumirim - SC, 16 de outubro de 2018.

Hildo Carlos Sabadin  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº.487/2018 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774478

AFASTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO POR AUXÍLIO DOENÇA.

HILDO CARLOS SABADIN, Prefeito em exercício de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e das outras Providências.

AFASTA POR AUXÍLIO DOENÇA.

ENEZIO LUIZ FACCIN, sob a Matrícula 854-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.133.576 e do CPF 625.679.869-20, no cargo Efetivo de Operador de Retro Escavadeira e Escavadeira Hidráulica, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria Municipal de Saúde, afastamento por Auxílio doença, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de Outubro de 2018.

Ipumirim – SC, 15 de Outubro de 2018.

HILDO CARLOS SABADIN  
Prefeito em Exercício.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 86/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2018/PM**

Publicação Nº 1774303

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2018  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 86/2018

HILDO CARLOS SABADIN - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 29/10/2018, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 29/10/2018. Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada, para prestação dos serviços de Manutenção da Iluminação Pública no Município de Ipumirim, através de mão de obra especializada e fornecimento de materiais elétricos, de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações da CELESC, obedecendo o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 16/10/2018  
HILDO CARLOS SABADIN  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

# Iraceminha

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 214/2018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774191

PORTARIA Nº 214/2018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990, o que determina a Lei Complementar nº 085/2018 de 19 de Junho de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

#### RESOLVE:

Art.1º - CONTRATAR em Caráter Temporário (ACT), A Sra, ODETE SANTIAGO DE OLIVEIRA, para atuar como AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 horas semanais e com vencimentos constantes no Plano de Cargos e Salários anexo à Lei Complementar Municipal 085/2018 de 19 de Junho de 2018 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais, A PARTIR DE DESTA DATA, em virtude da licença tratamento de saúde da Sra MARIA ROSA BAIERLE FERRI, funcionária efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40hs, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 16 de Outubro de 2018.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

# Irani

## PREFEITURA

### DECRETO N. 143, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775128

DECRETO Nº 143 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Irani,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil do município de Irani, os seguintes membros:

- I – Gerson Calza
- II – Rosimeri Fatima Spazini
- III - Gilson Moreira Leite
- IV – Marcelo Pegoraro
- V – Claudete Deitos
- VI – Dilce Salete Zenaro
- VII - Wilson Zamarki
- VIII – Valmor Antunes
- IX – Flavio De Mello
- X - Deleon Perez Mendes
- XI – Alessandro Zamarki
- XII – Amilton das Neves
- XIII - Sandro Alves Pereira
- XIV - Adi Marcos Galeassi
- XV – Edson Trombetta

Parágrafo Único – Fica nomeado como Presidente do COMDEC o Sr. Gerson Calza e o Senhor Sandro Alves Pereira como Diretor Técnico e Operacional.

Art. 2º – Os trabalhos desenvolvidos pela coordenadoria serão prestados de forma colaborativa em caráter relevante, não tendo direito à remuneração ou vantagem salarial aos nomeados.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Irani/SC, 15 de outubro de 2018.

Marcelo Pegoraro  
Prefeito em Exercício

Publicado e Registrado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão em 15/10/2018.

### DECRETO N. 145, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775133

DECRETO Nº 145, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE PERMISSÃO PARA SUBSTITUIR VEÍCULO EM PONTO DE TÁXI

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e as conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica permitido ao Sr. ROBSON LUIZ ROSA DA SILVA, brasileiro, portador do CPF n.º 069.626.809-45, residente e domiciliado na Rua Angelo Zampieri, nº 84, Alto Irani, cidade Irani/SC, explorar o serviço de transporte individual de passageiros, como veículo táxi, no Ponto nº 10, localizado na Av. Governador Ivo Silveira, nº 885, com o veículo a seguir:

ESPÉCIE TIPO: AUTOMÓVEL  
MARCA/MODELO: VW/VIRTUS  
ANO/MODELO: 2018/2019  
COR: VERMELHA  
CHASSI N.º: 9BWDL5BZ1KP551636  
RENAVAM N.º: 169602  
PLACAS: QJF-7598

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Irani/SC, 15 de outubro de 2018.

Marcelo Pegoraro  
Prefeito em exercício

Registrado e Publicado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão em 15/10/2018.

# Irati

## PREFEITURA

### **PREGÃO Nº 041/2018-MULTIENTIDADE - AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA CONserto KOMBI PLACAS MEO-3842 E CORSA CLASSIC PLACAS QHG-4988**

Publicação Nº 1775327

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 075/2018

Processo Licitatório Nº 075/2018

Edital: Pregão Presencial Nº 041/2018

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS KOMBI PLACAS MEO-3842, ANO E MODELO 2004, COD. PAT. Nº 1302, DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC E CORSA CLASSIC PLACAS QHG-4988, ANO 2015 E MODELO 2016, CÓD. PAT. Nº 1292, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI/SC.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 30/10/2018

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 30/10/2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br), ou através de do e-mail: [irati@irati.sc.gov.br](mailto:irati@irati.sc.gov.br)

Irati – SC, 17 de outubro de 2018.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

MARCOS HENRIQUE KEHL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

# Irineópolis

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 10/2018

Publicação Nº 1774764

#### CONVÊNIO N.º 010/2018

“CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO/SC.”

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, através do Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob nº 455.173.049-15, RG nº 827.405, doravante denominado CONVENIADO, e de outro lado, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, no CNPJ nº 83.102.541/0001-58, com sede a Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, Porto União, Santa Catarina, na cidade de Porto União, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Senhor Eliseu Mibach, brasileiro, CPF nº 501.086.709-53, doravante denominado CONVENIENTE, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, e devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 1.905/2016, de 14 de julho de 2016, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente Convênio tem como objetivo estabelecer o compartilhamento financeiro para auxiliar na manutenção dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes do Município de Porto União.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Município de Irineópolis repassará ao Município de Porto União a importância de R\$ 4.770,00 (quatro mil setecentos e setenta reais) mensalmente, depositados em conta específica do Município de Porto União.

Parágrafo Primeiro: As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta seguinte dotação orçamentária, até a data de 31/12/2018:

#### 02 – PODER EXECUTIVO

##### 10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

##### 2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social

##### 3.3.50.00.00.00.00.0100 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Parágrafo Segundo: Para o Exercício de 2019, as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta seguinte dotação orçamentária:

#### 05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 2.069 – Manutenção de Programas de Assistência Social

##### 3.3.50.00.00.00.00.0222 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DaS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIA

##### I – PREFEITURA DE IRINEÓPOLIS:

- Efetivar os depósitos dos valores devidos de acordo com a cláusula segunda e seus parágrafos deste Convênio.
- Realizar o acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos, prestando auxílio fornecendo uniformes escolares, material escolar, vestuário, fraldas, exames e consultas médicas que não estejam contempladas pelo SUS na rede de atenção básica.

c) Manter equipe técnica no Município para acompanhamento das famílias das crianças e adolescentes acolhidos, elaborando relatórios e informativos referente aos processos de acompanhamento, bem como o acompanhamento das famílias após o desacolhimento das crianças e adolescentes mediante a elaboração e envio de relatórios informativos pelo período de 06 (seis) meses.

d) Promover o acompanhamento das famílias em visitas sistemáticas no Serviço de Acolhimento para preservar, fortalecer e/ou reconstruir vínculos com vistas ao retorno das crianças e adolescentes ao convívio familiar e comunitário.

e) Viabilizar segunda via de documentos das crianças e adolescentes do Município, bem como transferência escolar e medicação com receitaário.

f) Encaminhar, mensalmente, equipe técnica para o acompanhamento dos serviços de acolhimento e realização de reuniões no sentido de aprimorar o serviço.

#### II – ABRIGO DE PORTO UNIÃO:

A) Receber infantes e adolescentes encaminhados pelo Município, Poder Judiciário e Conselho Tutelar, respeitando-se o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente sobre abrigo;

B) Dispor de vagas, para atendimento e assistência dos infantes e adolescentes;

C) Receber os casos emergenciais e, após imediata avaliação do órgão encaminhador, buscar alternativa de solução para os mesmos;

D) Garantir aos infantes e adolescentes abrigados, o atendimento às suas necessidades básicas, dentre elas: alimentação, vestuário, educação, saúde, lazer e afeto, bem como orientação social e psicológica de acordo com a disposição dos técnicos do Município;

E) Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

F) Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

G) Encaminhar ao CONVENIADO, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do seu recebimento, mediante apresentação de cópia documentação da aplicação dos mesmos, sob pena de não liberação das próximas parcelas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá atender as Instruções Normativas IN TC-14 e 15/2012, sendo os documentos que deverão compor o processo de Prestação de Contas:

- Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
- Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas: nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas e duplicatas, dentre outros.
- Extratos bancários da conta corrente vinculada, a qual deverá ser utilizada somente para este fim, com a movimentação completa do período inclusive demonstrando que o extrato encontra-se “zerado”.
- Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou as cópias dos cheques utilizados para o pagamento das despesas;



- Guia de recolhimento de saldo não utilizado, quando o caso;
- Cópia do certificado de propriedade veicular, no caso de aquisição ou conserto de veículos;

Parágrafo único - A prestação de contas a que a CONVENIENTE está obrigada a realizar observará as seguintes condições:

- I) Deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data do repasse de cada parcela pelo Município, mediante a apresentação de cópia documental das despesas realizadas em função dos recursos recebidos;
- II) As eventuais parcelas repassadas no mês de Novembro de cada ano deverão ter a prestação de contas realizada até o dia 10 (dez) do mês de Dezembro;
- III) A não prestação de contas dentro dos prazos fixados nesta cláusula implicará na perda do direito ao recebimento da parcela subsequente, sendo que as demais vincendas somente serão liberadas após o recebimento da prestação em atraso;
- IV) O atraso de 02 (duas) prestações de contas, consecutivas ou não, implicará na rescisão motivada do Convênio, por parte do Município, independentemente de notificação ao Conveniente;
- V) A não observância na correta aplicação dos recursos recebidos, implicará na rescisão do Convênio e na consequente devolução dos valores aplicados incorretamente.

#### CLÁUSULA quinta - DO INADIMPLEMENTO

O presente Convênio poderá ser denunciado através de comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de inadimplemento de qualquer cláusula, sujeitando-se a parte inadimplente ao pagamento de valores devidos, corrigidos até a data da denúncia, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários, podendo, entretanto ser resolvida mediante acordo a qualquer tempo.

#### CLÁUSULA SEXTA- DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato deste convênio será feita sob a responsabilidade da CONVENIADO, sendo que ambas as partes conveniadas deverão dar ciência às Câmaras de Vereadores respectivas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA- Da vigência e da prorrogação

O prazo de vigência do presente Convênio será de 1º de Setembro de 2018 até 1º de Setembro de 2019, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município de Irineópolis, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA – Do foro

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Porto União (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Convênio que não puderem ser resolvidas pelas partes e seus órgãos competentes.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis(SC), 1º de Setembro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal de Irineópolis/ SC	ELISEU MIBACH Prefeito Municipal de Porto União/SC

Testemunhas:

Nome: Patrícia Fabiane Fronczak CPF: 037.425.669-11	Nome: Wianey de C. de O. G. T. dos Santos CPF: 811.060.769-15
--	--

## PORTARIA Nº 336/2018

Publicação Nº 1774314

PORTARIA Nº. 336/2018.

DISPENSA SERVIDORA POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - Dispensar por encerramento de contrato, a contar da data de 01/10/2018, a servidora KEITTY SUZÉLEN IVAS, das atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), para a qual foi admitida através da Portaria nº 294/2018 de 04/09/2018.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/10/2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 10 de outubro de 2018.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 339/2018

Publicação Nº 1774990

PORTARIA Nº 339/2018.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR sob o regime de trabalho Estatutário, CLAUDIA CASTAGNARO, nascida em 30/10/1980, portadora do CPF nº 026.789.179-24, RG. nº 8.285.678-1 SESP/PR, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), no nível 1, referência A, Grupo GA, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com lotação inicial na Secretaria Municipal da Educação, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2018, homologado em 03/07/2018.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de outubro de 2018.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 340/2018

Publicação Nº 1775052

PORTARIA Nº 340/2018.

DETERMINA A REINSTITUIÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições do



art. 7º, § 5º da Lei nº 1315/2007 de 27/07/2007,

**RESOLVE :**

Art. 1º. Determinar a reinstauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar as disposições contidas na Lei nº 01/97 de 30/12/1997, com relação à insuficiência de desempenho de atividades, insubordinação e demais fatos relatados na Portaria nº 225/2009 (anexa) do ex servidor DJONAT STEFEN.

Art. 2º. O presente processo será reinstaurado em virtude de sentença judicial transitada em julgado em 01 de setembro de 2009 nos autos nº 0301417-17.2017.8.24.0052.

Art. 3º. Fica constituída a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2018 e designadas as servidoras JULIANA NOGARA DO CARMO, Código 2155, ocupante do cargo efetivo de Secretária Escolar; MARCELA ADELEVA CIARINI, código 2005, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos e GÉSSICA GRESCHENCHEN código nº 2294, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativa, todos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, com a finalidade de apuração, análise e julgamento dos fatos acima descritos.

Parágrafo único. Fica designada como Relatora a servidora Marcela Adeleva Ciarini e como Secretária da Comissão, a servidora Gécica Greschechen.

Art. 4º. A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos a contar da publicação desta Portaria.

Art. 5º - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, sendo que, ao final, se for o caso, deverá opinar pela aplicação das penalidades e sanções legais cabíveis.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 16 de Outubro de 2018.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

## Itá

## PREFEITURA

**ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2018, PP Nº 040/2018**

Publicação Nº 1774948

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 053/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2018 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e dezoito às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 005 de 10 de janeiro de 2018, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silviane Carla Mertins e Jocias Andre Kurmann, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº 053/2018, Pregão Presencial nº 040/2018, objetivando a aquisição de óleos lubrificantes, graxa e querosene para manutenção dos veículos e maquinários da frota municipal. Apresentaram envelopes de Proposta de Preços e Documentação as empresas: COMERCIAL INCERTI LTDA, ORIGINAL OIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA e LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA, neste ato, representadas pelos Senhores(as): Franciele Pezenatto, Lucas Fernando Klipp e Valter Clovis Osowski; os representantes cumpriram com os requisitos do edital para a fase de credenciamento. A empresa LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA comprovou a condição de empresa de pequeno porte. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que as empresas atenderam à disposição da Lei. Aberto os envelopes de propostas de preços, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrados no sistema COMPRAS. Aberto os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrado os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA, se sagrou vencedora nos itens 01, 03, 06, 07, 09, 10 e 13 do edital com o valor total de R\$ 94.850,00 (noventa e quatro mil oitocentos e cinquenta reais); e a empresa: ORIGINAL OIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA, se sagrou vencedora no item 12 do edital com o valor

total de R\$ 11.010,00 (onze mil e dez reais). a empresa: COMERCIAL INCERTI LTDA, se sagrou vencedora nos itens 04, 05 e 11 do edital com o valor total de R\$ 19.103,50 (dezenove mil cento e três reais e cinquenta centavos). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura dos envelopes de documentação das licitantes vencedoras do certame; Os envelopes foram abertos, os documentos neles contidos foram rubricados pelos licitantes presentes pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; da análise da documentação, restou em HABILITAR as empresas vencedoras, por cumprir os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima os Participantes do certame a colocar na nota fiscal o número do processo e o número da Ata de Registro de Preços, e a manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação; Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e entregue pessoalmente aos licitantes presentes.

Delso Minski  
Pregoeiro

Silviane Carla Mertins  
Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann  
Equipe de apoio

COMERCIAL INCERTI LTDA  
Licitante

ORIGINAL OIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA  
Licitante

LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA  
Licitante

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 025/2018, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018. "DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA LEVANTAMENTO E POSTERIOR ANÁLISE CONCLUSIVA DE BENS NÃO ENCONTRADOS E EXTRAVIADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Publicação Nº 1774199

PORTARIA Nº 025/2018, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.  
"DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA LEVANTAMENTO E POSTERIOR ANÁLISE CONCLUSIVA DE BENS NÃO ENCONTRADOS E EXTRAVIADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARIO GABRIEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 45 da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica designa Comissão Especial para levantamento e análise conclusiva de bens pertencentes ao patrimônio deste Município que por ventura foram extraviados ou não encontrados.

Art. 2º Ficam designados, para integrar a referida comissão, os

seguintes servidores:

Presidente: Cristina Casarotto Orlando  
Membro: Silvana Colossi  
Membro: Idacir Angelo Finger

Parágrafo único. Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do presente decreto.

Art. 3º Para a realização dos trabalhos a comissão poderá requerer assessoria técnica e jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 5º São revogadas as disposições em contrário.

Itá, SC em 09 de outubro de 2018.  
MARIO GABRIEL  
Presidente

Registrado e Publicado no Mural Público

SILVANA COLOSSI  
Assistente Administrativo

SILVANA COLOSSI  
Assistente Administrativo

**PORTARIA Nº 026/2018 CONCEDE PROGRESSÃO  
POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDORA SILVANA  
COLOSSI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1775035

PORTARIA Nº 026/2018  
Concede Progressão por tempo de serviço A SERVIDORA SILVANA  
COLOSSI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARIO GABRIEL, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Complementar nº 119/2015;

**RESOLVE:**

Artigo 1º Fica concedido o adicional de tempo de serviço de 2% (dois por cento) sob o vencimento do cargo, correspondente ao período aquisitivo de setembro de 2015 a setembro de 2018, à servidora estável SILVANA COLOSSI, matrícula 19, conforme art. 26, § 2º da LC 119 de 22 de setembro de 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo que seus efeitos retroagem a 01 de setembro de 2018.

Itá, SC, 16 de outubro de 2018.

MÁRIO GABRIEL

Presidente da Câmara de Vereadores de Itá-SC

Registrado e Publicado no Mural Público

SILVANA COLOSSI  
Assistente Administrativo

**PORTARIA Nº 027/2018 CONCEDE PROGRESSÃO  
POR MÉRITO A SERVIDORA SILVANA COLOSSI E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1775039

PORTARIA Nº 027/2018  
Concede Progressão por Mérito A SERVIDORA SILVANA COLOSSI E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARIO GABRIEL, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Complementar nº 119/2015, regulamentada pela Resolução nº002/2018;

Considerando o parecer da Comissão nomeada através da Portaria nº024/2018,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Fica concedido o adicional de Progressão por Mérito de 2% (dois por cento) sob o vencimento do cargo, correspondente ao período aquisitivo de setembro de 2015 a setembro de 2018, à servidora estável SILVANA COLOSSI, matrícula 19, conforme art. 29, § 4º da LC 124 de 27 de outubro de 2015, a contar retroativo a 01 de outubro de 2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itá, SC, 16 de outubro de 2018.

MÁRIO GABRIEL

Presidente da Câmara de Vereadores de Itá-SC

Registrado e Publicado no Mural Público

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2018

Publicação Nº 1775067

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 15/2018

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis

CONTRATADA: Centro de Integração de Estudantes – Estágios CIN

OBJETO: Inclusão de Estagiários Ensino Médio - valor de R\$ 15.744,00; acréscimo de Estagiário Ensino Superior – Valor de R\$ 13.596,00, totalizando R\$ 29.340,00.

Itaiópolis, 08/10/2018 Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

CONTRATADA: Terranálises Laboratório de Análises Ambientais Ltda. ME

OBJETO: fica acrescido o valor de R\$ 945,00.

Itaiópolis, 05/10/2018 Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2018

Publicação Nº 1775063

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 49/2018

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Centro de Integração de Estudantes – Estágios CIN

OBJETO: fica aditado o valor de R\$ 37.212,00.

Itaiópolis, 08/10/2018 Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

### 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2016

Publicação Nº 1775090

Nº ADITIVO: 8º

Nº CONTRATO: 100/2016

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Cetarb Comércio de Minérios Ltda. ME

OBJETO: fica prorrogado o Contrato até 30/11/2018, a contar de 29/09/2018.

Itaiópolis, 27/09/2018 Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

### 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 95/2016

Publicação Nº 1775079

Nº ADITIVO: 8º

Nº CONTRATO: 95/2016

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Construtora G.J.J Ltda. EPP

OBJETO: fica prorrogado o Contrato até 30/11/2018, a contar de 29/09/2018.

Itaiópolis, 27/09/2018 Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2018

Publicação Nº 1775062

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 58/2018

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### AVISO DE CREDENCIAMENTO 02/2018

Publicação Nº 1774767

CREDENCIAMENTO nº 02/2018 - Objeto: Credenciamento de laboratórios para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas aos usuários do sistema único de saúde – SUS do Município de Itaiópolis, de acordo com os valores constantes na tabela unificada de procedimentos SUS do Ministério da Saúde. Entrega da Documentação: A partir do dia 18 de outubro 2018 até 19 de novembro de 2018; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Setor de Licitação, Av. Getúlio Vargas, 308 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 47 3652 2211. Itaiópolis, 16/10/2018. Felipe Tavares, Secretário Municipal da Saúde.

# Itapema

## PREFEITURA

### **ERRATA Nº1 PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.108.2018 REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE AREIA E BARRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA.**

Publicação Nº 1774921

Processo nº 173 / 2018  
Pregão Presencial nº. 04.108.2018

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de areia e barro para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.108.2018.

#### **ERRATA Nº1**

Em virtude de esclarecimento encaminhado por empresa interessada em participar do referido certame, constatou-se que, em algumas cláusulas, o número do pregão está com numerações diferentes, diante disto, informamos que:

Onde se lê  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.100.2018

Leia-se  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.108.2018

A data e hora de entrega dos envelopes e abertura do Pregão Presencial 04.108.2018 permanecem inalteradas.

Itapema, 16 de outubro de 2018  
RONALDO PAULINO  
Secretário Municipal de Administração

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 208, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1774917

DECRETO Nº 208, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.179, de 16 de outubro de 2018;

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde na seguinte dotação orçamentária:

90.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0101.2122 – Manutenção das Atividades da Atenção Básica

33.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

10.301.0101.2123 – Manutenção do Programa Farmácia Básica

33.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

10.302.0101.2124 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

31.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

33.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 233.900,00

10.302.0101.2125 – Manutenção do Consórcio Público - AMEOSC

33.71.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 16.100,00

330.304.0101.2127 – Manutenção da Vigilância Sanitária

31.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

90.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0101.2121 – Manutenção da Secretaria da Saúde

33.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

10.301.0101.2122 – Manutenção das Atividades da Atenção Básica

31.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 400.000,00

10.304.0101.2127 – Manutenção da Vigilância Sanitária

33.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 16 de outubro de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretaria de Administração.

### LEI MUNICIPAL Nº 3.179, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1774912

LEI MUNICIPAL Nº 3.179, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde na seguinte dotação orçamentária:

90.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0101.2122 – Manutenção das Atividades da Atenção Básica

33.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

10.301.0101.2123 – Manutenção do Programa Farmácia Básica

33.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

10.302.0101.2124 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

31.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

33.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 233.900,00

10.302.0101.2125 – Manutenção do Consórcio Público - AMEOSC

33.71.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 16.100,00

330.304.0101.2127 – Manutenção da Vigilância Sanitária

31.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

90.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0101.2121 – Manutenção da Secretaria da Saúde

33.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

10.301.0101.2122 – Manutenção das Atividades da Atenção Básica

31.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 400.000,00

10.304.0101.2127 – Manutenção da Vigilância Sanitária

33.90.00.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 16 de outubro de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretaria de Administração.

## QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 185/2018

Publicação Nº 1774876

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/1

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 185/2018      Licitação: 185/2018 - PR Fornecedor: 146862 - CHOPERIA CHOPP CHAPLIN LTDA - ME      Data da Homologação: 24/09/2018									
1	01-14-02504	REFEIÇÃO COM O SEGUINTE CARDÁPIO MÍNIMO: SALADAS: ALFACE, TOMATE COM CEBOLA, CHUCRUITE, MAIONESE DE BETERRABA, COMIDAS: MANDIOCA, ARROZ, PAO E CUCA. CHURRASCO SERVIDO NA MESA, COM AS SEGUINTE CARNES: SPRITZWURST, GALETO, GADO E SUINA, ASSADAS EM FORNO E NO ESPETO.		UND	1.500,000	0,0000	25,6500	38.475,00	Venceu
Total do Fornecedor					1.500,000			38.475,00	

Itapiranga, 1 de Outubro de 2018.



# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA: 002/2018 - CMI.

Publicação Nº 1774952

Ata: 002/2018,  
Reunião: COMISSÃO ORGANIZADORA FÓRUM E CONFERÊNCIA MUNICIPAL,  
Data: 15/10/2018,  
Horário: 09h00  
Local: SCFV

Aos quinze dias do mês de outubro de 2018, no SCFV, situado na avenida das Nações Unidas, 340, Itapoá - Centro, às 14h06 reuniu-se a Comissão Organizadora. A Comissão solicitou a apresentação dos documentos/inscrições disponíveis na Secretaria Executiva referenciados ao Edital CMI 002/2018 publicado em 01/10/2018. A Secretaria Forneceu o conjunto de documentos referenciados como se segue: Grupo de Entidades, Associações, Sindicatos, Credo Religioso: LAR DE IDOSOS REVIVER, ASSOCIAÇÃO MARIA ISABEL, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES BALNEÁRIO RAINHA E ADJACENTES – AMBRA, ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ESPORTIVA, RECREATIVA E ASSISTENCIAL DOS MORADORES DA GLEBA UM – ACERAMGI, CAPELA SANTA ISABEL totalizando cinco (05) inscrições. Para o Grupo de Usuários ou Movimentos de Idosos, a S.E. apresentou as seguintes inscrições: AMOROSAS, UNIDADE DE SAÚDE BARRA DO SAÍ, DANÇA SÊNIOR DO SCFV,, GRUPO DE MULHERES VIVENDO ARTES, GINASTICA LABORAL RAINHA/SANTA ISABEL, YOGA DO SCFV, totalizando seis (06) grupos. Em continuidade os documentos foram analisados pela Comissão de Organização e todos achados conformes. Publique-se mediante Resolução com as inscrições homologadas. Publique-se nos Editais previstos. Nada mais havendo a ser tratado, encerra-se a reunião às 14h55. Assinam a presente:

Carlos Antônio Zehnder (ACERAMGI)

James Adriano M. Schimitz (Rosamar)

Juliane Schuster (SMAS)

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO MÉDICO 20 HORAS Nº 042/2018

Publicação Nº 1774847

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO MÉDICO CLÍNICO GERAL 20HS Nº 042/2018

Fixa data e estabelece as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais Médicos, para atuar nas Unidades Básicas de Saúde

SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 2º da Lei Complementar Municipal Nº 016/2007 de 03 de dezembro de 2007, torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais Médicos, para atuar nas Unidades Básicas de Saúde, com carga horária de 20 horas semanais, em Caráter Temporário, para complementação do quadro de médicos da Secretaria de Saúde.

#### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar 01 candidato, mais cadastro reserva, para serem contratados em caráter temporário, para o cargo de Médico Clínico Geral,

conforme as condições previstas no Artigo 2º da Lei Complementar Municipal Nº 016/2007.

1.2. Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 155/2003, anexo VI;

1.3. As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho custeado pelo próprio candidato; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Saúde;

1.4. Retribuição Mensal para habilitado: R\$ 4.939,88 (quatro mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos), para 20 horas semanais;

1.5. O contratado fará jus:

a) Ao vale transporte municipal para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade por meio de comprovante de residência e não utilize veículo próprio;

b) Ao auxílio alimentação no valor de R\$ 426,76 (quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e seis centavos reais);

c) À férias e 13º salários proporcionais;

d) Insalubridade no valor de R\$ 233,56 (duzentos e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos)

1.6. A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e Leis Municipais nº 155/2003 e 044/2014;

1.7. Os contratados, durante a prestação de serviço temporária, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

#### 2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1. As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

Data: 22 e 23 de outubro de 2018;

Local: Secretaria Municipal de Saúde, sito à Rua Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte, município de Itapoá/SC, das 13h00 às 18h00.

#### 3. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

3.1. Para realização da inscrição serão necessários cópia dos documentos abaixo especificados, entregues em ENVELOPE IDENTIFICADO, LACRADO, contendo todos os documentos solicitados na ordem descrita abaixo:

3.2. Documentos Obrigatórios:

a. Cédula de identidade e CPF;

b. Diploma do Curso de Graduação;

c. Título de eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral – emitida pelo site do TRE [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br)

d. Comprovante de residência

**3.3 - Documentos Opcionais:**

- a. Certificados dos cursos de aperfeiçoamento ou especialização na área médica;
- b. Atestado de Tempo de Serviço na área médica, através de Carteira de Trabalho, ou declarações de prefeituras

3.4. A falta de qualquer das informações citadas no item 3.2, implicará na nulidade da inscrição;

3.5. Os cursos de especialização serão computados como horas de curso, independente do ano de conclusão;

3.6. Não serão computados os Cursos de aperfeiçoamento anteriores ao ano de 2014 e nem com carga horária inferior a 20 horas;

3.7. O atestado de tempo de serviço deverá constar obrigatoriamente o período trabalhado, expresso em início e término da portaria ou do contrato administrativo, citando dia, mês e ano do início e dia mês e ano do término de cada portaria ou contrato;

3.7.1 - A falta de qualquer informação relacionada no item 3.7 implicará na desconsideração do documento apresentado para contagem de tempo de serviço;

**4. CLASSIFICAÇÃO:**

4.1. A Classificação acontecerá de acordo com a somatória de pontos obtidos no cômputo dos títulos apresentados;

4.2. A contagem dos pontos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Não será considerada fração para pontuação de tempo de serviço ou curso;
- b) Para cada mês de tempo de serviço computar-se-á 02(dois) pontos;
- c) Para cada 20 (vinte) horas de curso de aperfeiçoamento frequentado na área computar-se-á 01 (um) ponto;

**5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

5.1. Para os classificados:

- a) Maior tempo de experiência;
- b) Maior número de horas de curso;
- c) Maior idade.

**6. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO**

6.1. A listagem classificatória será publicada no site da prefeitura [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) e será afixada no mural da Prefeitura no dia 25 de outubro de 2018, a partir das 14h00.

**7. DA RECONSIDERAÇÃO (Recursos)**

7.1. A contar da publicação da classificação, o candidato terá 01 (um) dia útil, para solicitar reconsideração, junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura de Itapoá, Rua Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte, município de Itapoá, das 13h00 às 18h00.

7.2. A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data da inscrição, não sendo aceita a inclusão de nova documentação;

7.3. No dia 30 de outubro de 2018, às 14h00, será publicada a classificação final com as reconsiderações, se houverem.

**8. DAS VAGAS EM GERAL**

8.1. Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- 8.1.1- Não responderem à Convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de cinco dias úteis;
- 8.1.2- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria de Saúde;
- 8.1.3- Não aceitarem a vaga oferecida;

8.1.4- Desistirem da vaga;

8.1.5- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

8.2. Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano e não havendo candidato classificado no processo seletivo a admissão ocorrerá por novo edital publicado pela Secretaria de Saúde;

**09 . DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

9.1. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão de Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde.

9.2. O candidato deverá revisar a documentação e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após o envio, responsável pela mesma;

9.3. O candidato que, no ato da inscrição ou admissão, prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes;

9.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo da Secretaria de Saúde.

9.5. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, com validade de 02 (dois) anos.

Itapoá, 16 de outubro de 2018.

Sandra Regina Medeiros da Silva  
Secretária de Saúde

Marciane Rech  
Enfermeira III

Joseane Maria Soares de Lima  
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz  
Agente Administrativo II

**PORTARIA Nº 3730/2018**

Publicação Nº 1775058

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 3.730/2018

Data: 16 DE OUTUBRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 011/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:

· Afastamento por motivo de atestado médico

Resolve:

Art.1º Substituir membro da comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº. 011/2017, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, que passará a seguinte composição de servidores:

CRISTINA BASTOS PEQUENO ..... Presidente  
ROSANA MARIA DE LIMA BRAUER ..... Secretária  
LUCIANA HUBL NARDO ..... Membro

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 16 DE OUTUBRO DE 2018

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA  
Secretária de Administração

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

**PORTARIA Nº 3731/2018**

Publicação Nº 1775061

PORTARIA MUNICIPAL nº. 3.731/2018  
Data: 16 DE OUTUBRO DE 2018  
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD Nº 013/2018,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:  
· Processo de Sindicância Investigatória nº. 014/2018.

Resolve:

Art.1º Tornar público a instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº014/2018, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, para apurar possíveis irregularidades cometidas pela servidora R.A.B. matrícula nº.607762, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

--	--

CRISTINA BASTOS PEQUENO .....Presidente  
HELOIZA HELENA MOREIRA ..... Secretária  
VALERIO PACHECO ..... Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar fatos relatados nos autos do PSI nº. 014/2018 apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 16 DE OUTUBRO DE 2018  
JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA  
Secretária de Administração

CONFERIDO E PUBLICADO:

**RESOLUÇÃO 005/2018 - CMI.**

Publicação Nº 1774956

RESOLUÇÃO DO CMI 005/2018

Dispõe sobre a homologação das inscrições relativas ao Edital CMI 002.2018.

O Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Itapoá, no uso de suas atribuições legais conferidas pelas Leis Municipais 342 de 15 de julho de 2011 alterada pela 566 de 29 de abril de 2015 e a LM 500 de 18 de dezembro de 201, considerando a reunião da Comissão Organizadora do Fórum e Conferência Municipal da Pessoa Idosa ocorrida em 16/10/2018.

Resolve:

Dar publicidade às inscrições homologadas pela Comissão Organizadora, sendo:

**INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS:**

	Entidades, Sindicatos, Associações, Credo Religioso	Grupos de Usuários
01	LAR DE IDOSOS REVIVER	AMOROSAS
02	ASSOCIAÇÃO MARIA ISABEL	UNIDADE DE SAÚDE BARRA DO SAÍ
03	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES BALNEÁRIO RAINHA E ADJACENTES – AMBRA	DANÇA SÊNIOR DO SCFV
04	ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ESPORTIVA, RECREATIVA E ASSISTENCIAL DOS MORADORES DA GLEBA UM – ACE-RAMGI	YOGA DO SCFV
05	CAPELA SANTA ISABEL,	GRUPO DE MULHERES VIVENDO ARTES
06	-	GINASTICA LABORAL RAINHA/SANTA ISABEL

Itapoá, 16 de outubro de 2018.

Carlos A. Zehnder  
Presidente do CMI.

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 006/2018 EDITAL 35/2018**

Publicação Nº 1774480

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 006/2018

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 035/2018 – Luiza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado a comparecer na Secretaria de Educação no dia 17/10/2018, para distribuição para professor que atuará nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
06	40	4º e 5º Ano	Thaís Longhi Adão	22/10/2018	20/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 035/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 16 de outubro de 2018.

Luiza Montalvão de Oliveira Bongalhardo  
Secretária de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 025/2018 EDITAL 31/2017**

Publicação Nº 1774548

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 025/2018**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 31/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretária de Educação no dia 17/10/2018, para distribuição de aula, que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
40	40h	Professor Aux. De Turma	Keila dos Santos Mazetti	20/10/2018	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 16 de outubro de 2018

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 026/2018 EDITAL 31/2017**

Publicação Nº 1774658

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 026/2018**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 31/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretária de Educação no dia 17/10/2018, para distribuição de aula, que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
41	40h	Professor Aux. De Turma	Naysa Correa Ledoux	20/10/2018	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 16 de outubro de 2018.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 027/2018 EDITAL 31/2017**

Publicação Nº 1774784

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 027/2018**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 31/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretária de Educação no dia 17/10/2018, para distribuição de aula, que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
42	40h	Professor Aux. De Turma	Cleniane Deodoro Leite Amaral	20/10/2018	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 16 de outubro de 2018

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2018 - EDITAL 013/2018 - ODONTÓLOGO**

Publicação Nº 1774851

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/2018

ODONTÓLOGO

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata MARIAMA GENTIL MUSSO-LIN para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (original e cópia).

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Diploma;
- Registro no CRO/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Itapoá, 16 de outubro de 2018.

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

## **TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2017**

Publicação Nº 1774791

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2017

PROCESSO Nº 123/2017

O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste ato representado pelo Secretário de Planejamento e Urbanismo, o Sr. RAFAEL VIDA ALMEIDA, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 035.434.709-81 e CI.RG nº 47894245-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua João Horácio Vieira, nº 3979, Bairro Itapoá, neste Município, considerando que:

I. O Município de Itapoá lançou em 16/10/17 o Edital de Chamamento Público nº 05/2017, Inexigibilidade de Licitação nº 04/2017, Processo Licitatório nº 123/2017 para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA O EXERCÍCIO DOS SERVIÇOS DE REBOQUE, REMOÇÃO, DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS APREENHIDOS OU RECOLHIDOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO ÀS NORMAS DE TRÂNSITO OU ENVOLVIDOS EM ILÍCITOS PENAS NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC;

II. Os serviços de reboque, remoção, depósito e guarda de veículos são de suma importância ao Município, havendo suporte à Polícia Militar/SC e Polícia Civil e aos cidadãos Itapoenses, visto que usufruirão de um pátio na cidade, arcando com valores justos para sua liberação;

III. Sua interrupção comprometeria diretamente o planejamento operacional da Polícia Militar/SC e Polícia Civil em Itapoá/SC, principalmente



quanto a garantia de segurança pública, fluidez do trânsito, atendimento ao cidadão, ordenamento do trânsito e do enfrentamento ao crime;

IV. Segundo ponderado pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo, a prorrogação do respectivo edital de Chamamento Público demonstra-se como opção mais vantajosa, tendo em vista o prazo necessário para preparar um novo processo sendo que as condições e preços permanecem as mesmas, tendo em vista o preço fixo previsto em Lei Municipal nº 714/2017 por Unidade Padrão Municipal – UPM;

V. Por tratar-se de serviços de natureza contínua, dada a permanência da necessidade pública a ser satisfeita, é admitida sua prorrogação, conforme estabelece o art. 57, II da Lei n.º 8.666/1993 "Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: ... II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;"

VI. O Edital de Chamamento Público nº 05/2017 - Processo nº 123/2017, item 18. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO, subitem 18.1 estabelece: "A vigência do presente CREDENCIAMENTO será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos ao art. 57, inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações. Os termos de contratos decorrentes do presente credenciamento terão seu prazo de vigência condicionado ao vencimento do credenciamento."

RESOLVE prorrogar a vigência do Edital de Chamamento Público nº 05/2017 - Inexigibilidade de Licitação nº 04/2017 - Processo Licitatório nº 123/2017, em 12 (doze) meses contados a partir do dia 16/10/2018, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Edital de Chamamento Público nº 05/2017 - Inexigibilidade de Licitação nº 04/2017 - Processo Licitatório nº 123/2018 e todos os demais atos e procedimentos a ele vinculados.

Itapoá, 16 de outubro de 2018.  
ANGELA MARIA PUERARI  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

RAFAEL VIDA ALMEIDA  
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

## CÂMARA MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 74/2018 - DESIGNA MEMBROS PARA INTEGRAREM A "COMISSÃO ESPECIAL PARA TRATAR DA FISCALIZAÇÃO DO ANDAMENTO DAS OBRAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ", INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 06/2018**

Publicação Nº 1774736

PORTARIA Nº. 74, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

DESIGNA MEMBROS PARA INTEGRAREM A "COMISSÃO ESPECIAL PARA TRATAR DA FISCALIZAÇÃO DO ANDAMENTO DAS OBRAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ", INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº. 06/2018.

José Antonio Stoklosa, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, considerando a instituição da "Comissão Especial para tratar da fiscalização e melhorias do Transporte Coletivo Municipal", instituída através da Resolução nº. 05/2018,

#### RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para integrarem a "Comissão Especial tratar da fiscalização do andamento das obras da Secretaria de Educação de Itapoá", e cumprirem os fins estabelecidos na Resolução nº. 06/2018, os(a) senhores(a) vereadores(a) deste Poder Legislativo:

1. Thomaz William P. Sohn (PSD) – Membro;
2. Janayna Gomes Silvino (PR) – Membro;
3. Geraldo Rene B. Weber (PSDB) – Membro;
4. Ezequiel de Andrade (PR) – Suplente; e,
5. José Maria Caldeira (MDB) – Suplente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.  
Câmara Municipal de Itapoá, 15 de outubro de 2018.  
JOSÉ ANTONIO STOKLOSA  
Presidente  
[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

# Ituporanga

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 987, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774358

PORTARIA Nº 987, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município e conferida pelo art. 140, inciso II da Lei complementar nº 020/2008, RESOLVE;

Art. 1º Conceder licença gestação à servidora PRISCILA BATISTA KUSTER ocupante do cargo de TÉCNICA EM ATIVIDADES DE SAÚDE, na Secretaria de SAÚDE, no período de 08/10/2018 a 04/02/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de outubro de 2018.

Ituporanga, SC, 15 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

JOSÉ CARLOS DE FARIAS

Secretário da Saúde

### PORTARIA Nº 988, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774359

PORTARIA Nº 988, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com as Leis nº 1.839/00 e Lei Complementar nº 020/2008, e tendo em vista um equívoco no arquivo da exoneração na pasta funcional, sem a portaria no período devido, RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a servidora CÁTIA STALLOCH SCHAFFER, ocupante do Cargo em Comissão de Secretária de Unidade Escolar II, com 40 horas semanais, no CEI – Luciane Haverroth, na Secretaria da Educação, de acordo com o que dispõe o anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 15 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

### PORTARIA Nº 989, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774362

PORTARIA Nº 989, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com as Leis nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, bem como Decreto nº 708, de 24 de novembro de 2009, RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR a licença gestação da servidora TATIANA SCHURHAUS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO na Secretaria da Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, concedida pela Portaria nº 707/2018, pelo prazo de sessenta (60) dias, no período de 30/10/2018 a 28/12/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor em 30 de outubro de 2018.

Ituporanga, SC, 15 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

JOSÉ CARLOS DE FARIAS

Secretário da Saúde

### PORTARIA Nº 990, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774363

PORTARIA Nº 990, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de acordo com o Requerimento nº 3323/2018, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora MAIARA MARIZETE DOMINGOS ORSI MORELATTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO na Secretaria da Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 15 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

JOSÉ CARLOS DE FARIAS

Secretário da Saúde



**PORTARIA Nº 991, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774365

PORTARIA Nº 991, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de acordo com o Requerimento nº 3362/2018, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora MARIANA BELING DE CARVALHO, ocupante do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE UNIDADE ESCOLAR na Secretaria da Educação, com desempenho da função no CE. Pedro Júlio Muller, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de outubro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 15 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO  
Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 992, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774366

PORTARIA Nº 992, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de acordo com o Requerimento nº 3615/2018, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora GISLAINI ALVES, admitida em caráter temporário no cargo de SERVENTE na Secretaria da Educação, com desempenho da função no CEI. Cecília Thiesen, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de outubro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 15 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO  
Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 993, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1774369

PORTARIA Nº 993, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei nº 1.839/2000 e Contrato nº 101/2018, RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário ALEXANDRA FRANZ no cargo de PROFESSORA I na Secretaria da Educação, com desempenho da função no CEI Irma Kempner de Farias, no período de 17/09/2018 a 21/12/2018, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de setembro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 15 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO  
Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE  
Secretária da Educação

**PORTARIA Nº 994, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774370

PORTARIA Nº 994, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o atestado médico em anexo, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora MÁRCIA DE JESUS, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE na Secretaria da Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 27/09/2018 a 26/12/2018, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de setembro de 2018.

Ituporanga, SC, 15 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO  
Secretária de Administração

JOSÉ CARLOS DE FARIAS  
Secretário da Saúde

**PORTARIA Nº 995, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774371

PORTARIA Nº 995, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o atestado médico em anexo, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora SIRLEIA LUCIA BEIRÃO, ocupante do cargo de SERVENTE na Secretaria da Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 09/10/2018 a 06/01/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de outubro de 2018.

Ituporanga, SC, 15 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

JOSÉ CARLOS DE FARIAS

Secretário da Saúde

**PORTARIA Nº 996, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774372

PORTARIA Nº 996, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com os Incisos VII e IX do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor DORLY GABRIEL KIRST, ocupante do Cargo de provimento Efetivo de FARMACÊUTICO na Secretaria de Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, a gozar férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 08/10/2018 a 06/11/2018, referentes ao período aquisitivo de 03/07/2017 a 02/07/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 08 de outubro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 15 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

JOSÉ CARLOS DE FARIAS

Secretário da Saúde

**PORTARIA Nº 997, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774374

PORTARIA Nº 997, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com Requerimento nº 3428/2018 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão e o gozo da Licença Prêmio à servidora NEIVA DA SILVA BUENO PINHEIRO, ocupante de cargo de SERVENTE na Secretaria da Educação, pelo período de 30 (TRINTA) dias de 08/10/2018 a 06/11/2018, referente o período aquisitivo de 05/03/2010 a 05/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de outubro de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 15 de outubro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

ROSÂNGELA APARECIDA FRANÇA WIESE

Secretária da Educação

# Jaborá

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 202/2018

Publicação Nº 1774774

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Fundo Municipal De Saúde De Jaborá.

Fundamento Legal: Aplicam-se ao presente Contrato de Programa as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA e Lei Municipal n. 700/2018.

Contrato Administrativo nº: 202/2018.

Objeto: O contrato de programa tem por objeto o desenvolvimento do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, através da realização de licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

Vigência: O presente contrato de programa entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará por prazo indeterminado.

Contratantes: Fundo Municipal De Saúde De Jaborá

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32.

Jaborá, SC, 16 de outubro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 203/2018

Publicação Nº 1774776

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Município de Jaborá.

Fundamento Legal: Aplicam-se ao presente Contrato de Programa as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA e Lei Municipal n. 700/2018.

Contrato Administrativo nº: 203/2018.

Objeto: O contrato de programa tem por objeto o desenvolvimento do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, através da realização de licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

Vigência: O presente contrato de programa entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará por prazo indeterminado.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32.

Jaborá, SC, 16 de outubro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### 1º TA AO CONTRATO 29/2018

Publicação Nº 1774903

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 29/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Contratado: Adejaime Valentin Casagrande.

Objeto/Valor: Constitui objeto do presente instrumento, aditivo ao Contrato nº 29/2018. O valor total estimado previsto na Cláusula Quarta do Contrato original de R\$ 4.502,30 (Quatro mil quinhentos e dois reais e trinta centavos), fica acrescido o valor de R\$ 1.093,60 (Um mil noventa e três reais sessenta centavos).

Prazo de vigência: A vigência deste instrumento inicia em 16/10/2018 e se estende até 31/12/2018.

### 1º TA AO CONTRATO 34/2018

Publicação Nº 1774905

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Contratado: Antonio Francisco dos Santos.

Objeto/Valor: Constitui objeto do presente instrumento, aditivo ao Contrato nº 34/2018. O valor total estimado previsto na Cláusula Quarta do Contrato original de R\$ 4.731,84 (Quatro mil setecentos e trinta e um reais e oitenta e quatro centavos), fica acrescido o valor de R\$ 1.180,10 (Um mil cento e oitenta reais e sessenta centavos).

Prazo de vigência: A vigência deste instrumento inicia em 16/10/2018 e se estende até 31/12/2018.

### 1º TA AO CONTRATO 36/2018

Publicação Nº 1774906

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 36/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Contratado: Lauri Lourenço Padilha.

Objeto/Valor: Constitui objeto do presente instrumento, aditivo ao Contrato nº 36/2018. O valor total estimado previsto na Cláusula Quarta do Contrato original de R\$ 3.743,07 (Três mil setecentos e quarenta e três reais e sete centavos), fica acrescido o valor de R\$ 813,60 (Oitocentos e treze reais e sessenta centavos).

Prazo de vigência: A vigência deste instrumento inicia em 16/10/2018 e se estende até 31/12/2018.

### 1º TA AO CONTRATO 39/2018

Publicação Nº 1774907

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 39/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Contratado: Jaci Beteli Morokowski.

Objeto/Valor: Constitui objeto do presente instrumento, aditivo ao Contrato nº 39/2018. O valor total estimado previsto na Cláusula Quarta do Contrato original de R\$ 4.587,62 (Quatro mil quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos), fica acrescido o valor de R\$ 1.145,00 (Um mil cento e quarenta e cinco reais).

Prazo de vigência: A vigência deste instrumento inicia em 16/10/2018 e se estende até 31/12/2018.

### 1º TA AO CONTRATO 40/2018

Publicação Nº 1774908

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 40/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Contratado: Mariane Peruchi Paulino.

Objeto/Valor: Constitui objeto do presente instrumento, aditivo ao Contrato nº 40/2018. O valor total estimado previsto na Cláusula Quarta do Contrato original de R\$ 5.140,93 (Cinco mil cento e quarenta reais e noventa e três centavos), fica acrescido o valor de R\$ 1.028,44 (Um mil vinte e oito reais e seis centavos).

Prazo de vigência: A vigência deste instrumento inicia em 16/10/2018 e se estende até 31/12/2018.

### 1º TA AO CONTRATO 42/2018

Publicação Nº 1774910

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 42/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Contratado: Silvano Francisco dos Santos.

Objeto/Valor: Constitui objeto do presente instrumento, aditivo ao Contrato nº 42/2018. O valor total estimado previsto na Cláusula Quarta do Contrato original de R\$ 4.656,87 (Quatro mil seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e sete centavos), fica acrescido o valor de R\$ 1.162,06 (Um mil cento e sessenta e dois reais e seis centavos).

Prazo de vigência: A vigência deste instrumento inicia em 16/10/2018 e se estende até 31/12/2018.

**1º TA AO CONTRATO 44/2018**

Publicação Nº 1774918

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 44/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Contratado: Libero Francisco.

Objeto/Valor: Constitui objeto do presente instrumento, aditivo ao Contrato nº 44/2018. O valor total estimado previsto na Cláusula Quarta do Contrato original de R\$ 5.178,53 (Cinco mil cento e setenta e oito reais e cinquenta e três centavos), fica acrescido o valor de R\$ 1.266,00 (Um mil duzentos e sessenta e seis reais).

Prazo de vigência: A vigência deste instrumento inicia em 16/10/2018 e se estende até 31/12/2018.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2018 FMAS**

Publicação Nº 1774390

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado  
Fundo Municipal de Assistência Social

Termo de Contrato nº 11/2018

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado

Contratado: AIR Soluções em Pesquisa e Tecnologia Eireli ME

Objeto: Prestação de serviço de organização, planejamento e realização do Processo Seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário, com a elaboração, impressão e aplicação de provas para os cargos do quadro de pessoal do Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado/SC.

Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Vigência: de 05/10/2018 a 31/12/2018

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2018**

Publicação Nº 1774386

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 123/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Contratada: AIR Soluções em Pesquisa e Tecnologia Eireli ME.

Objeto: Prestação de serviço de organização, planejamento e realização do Processo Seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário, com a elaboração, impressão e aplicação de provas para os cargos do quadro de pessoal nas diversas Secretarias do Município de Jacinto Machado/SC.

Valor: R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais).

Vigência: de 05/10/2018 a 31/12/2018.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2018 FMS**

Publicação Nº 1774387

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado  
Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 26/2018

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

Contratado: AIR Soluções em Pesquisa e Tecnologia Eireli ME.

Objeto: Prestação de serviço de organização, planejamento e realização do Processo Seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário, com a elaboração, impressão e aplicação de provas para os cargos do quadro de pessoal do Fundo Municipal de

Saúde do município de Jacinto Machado/SC.

Valor: R\$ 6.950,00 (seis mil, novecentos e cinquenta reais).

Vigência: de 05/10/2018 a 31/12/2018

**RESOLUÇÃO Nº 01**

Publicação Nº 1774210

RESOLUÇÃO nº 01 de 11 de setembro de 2018

Convoca a XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado/SC, institui a Comissão Organizadora e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, de acordo com o disposto no artigo 15, incisos IV e X da Lei Municipal nº 775 de 01 de abril de 2015;

Considerando a Resolução nº 202, de 21 de Novembro de 2017 do CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, que dispõe sobre a convocação da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Resolução Conanda nº 207, de Março de 2018 que Altera a Resolução nº 202, de 21 de novembro de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que convoca a XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando o Ofício Circular/CEDCA nº 051/2018 de 04 de junho de 2018 que contém Orientações para a realização da XIª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Santa Catarina;

Considerando a Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 11 de setembro de 2018;

Resolve:

Art. 1º - Convocar a XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Jacinto Machado, Santa Catarina.

Art. 2º - A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á no dia 25 de Outubro de 2018, das 13h00min às 17h00min, no Centro de Convivência do Idoso, sito a Rua Oscar de Oliveira Lopes, S/Nº - Bela Vista - Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como tema geral "Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências" e contemplando dos seguintes Eixos Temáticos:

Eixo I: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social;

Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes;

Eixo III: Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes;

Eixo IV: Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes;

Eixo V: Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Criança e Adolescentes.

Art. 4º - Fica instituída a Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jacinto Machado/SC com os seguintes representantes:



Representantes não governamentais do CMDCA

- Zélia Aguiar
- Valdir Barbosa

Representantes Governamentais:

- Juliane Furlaneto
- Valdinei Pascoali

Representantes dos Adolescentes:

- Rute dos Santos Votri
- Evelin Damineli Pereira
- Valmir Américo Júnior

Art. 5º - Compete a Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Propor e submeter ao Plenário da Conferência, regimento, instrumentos normativos e legais para a realização da Conferência;
- II - Decidir em primeira instância sobre as ocorrências das Conferências Livres de Criança e Adolescentes e Conferência Municipal;
- III - Orientar sobre o funcionamento e procedimento para a realização das Conferências Livres e Conferência Municipal;
- IV - Promover diligências necessárias à participação dos Delegados para participarem das Conferências Regionais;
- V - Registrar e sistematizar as propostas de trabalho da Comissão submetendo ao Plenário da Conferência;
- VI - Exercer outras atividades correlatas.

Art. 6º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a adoção das providências necessárias ao cumprimento do objeto desta Resolução e divulgar as normas e diretrizes da participação de delegados em todas as etapas da Conferência.

Art. 7º - Compete ao Poder Executivo Municipal dispor recursos financeiros para a realização da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Jacinto Machado/SC.

Art. 8º - Serão participantes da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme documento Orientador do CONANDA 2018:

- I - Crianças e adolescentes, considerando-se a diversidade: étnica, étnico-racial, religiosa territorial (urbano e rural), orientação sexual, com deficiência, indígenas, povos da floresta e das águas, quilombolas, ciganos, em situação de rua, em cumprimento de medida socioeducativa, em acolhimento institucional, e com referentes adultos encarcerados;
- II - Conselheiros (as) dos direitos da criança e do adolescente, garantindo a paridade; Conselheiros/as tutelares;
- III - Representantes de Conselhos Setoriais, a partir de sua atuação na área da criança e do adolescente;
- IV - Representantes de órgãos públicos com políticas de atendimento de crianças e adolescentes;
- V - Representantes de instituições privadas de promoção, proteção, defesa e controle social de direitos de crianças e adolescentes;
- VI - Representantes dos Fóruns dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII - Representantes de Universidades, desde que vinculados aos núcleos de extensão, estudos e pesquisas sobre os direitos de crianças e adolescentes;
- VIII - Representantes do Sistema de Justiça (Juizes (as) da Infância e Juventude, Promotores(as) de Justiça da Infância e Juventude, Defensores(as) Público ou dativo da Infância que atue na Vara da Juventude da Defensoria Pública, técnicos que integram a equipe multidisciplinar do núcleo ou coordenação dos Tribunais ou órgãos do MP);
- IX - Representantes da segurança pública (Delegacia Especializada de Atendimento Crianças e Adolescentes, de Proteção ou Apuração

de Ato Infracional; Polícia Militar e Polícia Civil); representantes do Poder Legislativo municipal, estadual/Distrito Federal e Federal; X - Profissionais das políticas setoriais básicas (educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, cultura, trabalho e emprego).

Art. 9º - Serão eleitos delegados na XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os seguintes segmentos de delegados titulares prevendo outros 4 (quatro) suplentes, a saber:

- 1 conselheiro (a) de direito governamental;
- 1 conselheiro (a) de direito não governamental;
- 1 adolescente (observar o Anexo II do Documento Orientador do CONANDA); e
- 1 representante de Conselheiros (as) Tutelares, Movimentos Sociais, Sistema de Justiça ou Rede de Atendimento.

§ 1º - Dos Delegados Natos

Os Conselheiros do CMDCA de Jacinto Machado, titulares e suplentes são delegados natos à XI Conferência Municipal, com direito à voz e voto.

§ 2º - Da inscrição dos demais delegados

Serão delegados da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, exceto os delegados natos, os representantes dos segmentos previstos neste artigo, desde que inscritos das 13h00min às 14h00min do dia 25 de outubro de 2018 no local de realização desta Conferência.

Art. 10º - Do Regimento Interno

A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, contará com um Regimento Interno, cuja proposta preliminar deverá ser elaborada pela Comissão Organizadora e aprovado no início da Conferência pelo plenário, contendo objetivo, tema, local, data, horário, metodologia, responsáveis pela realização, participantes.

Art. 11 - O relatório final da XI Conferência Municipal deverá ser elaborado e encaminhado para a Comissão Organizadora Estadual da XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente até 30 dias após a sua realização.

Art. 12 - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado (SC), 11 de setembro de 2018.

REGINAL PATEL

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2018

Publicação Nº 1775277

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2018

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, com início às nove horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 183/2018, que tem por objeto a aquisição de MATERIAIS CORTANTES (lâminas, canto de lâminas, unhas, dentes e suporte) ao longo de 12 (doze) meses, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 11.334/2017. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
BT COMERCIAL EIRELI EPP	Sem representação	.X.X.X.X.
GHM SERVIÇOS E PEÇAS EIRELI EPP	Rubens Manfred Biavath	296.325.959-04
JULIO SILVESTRI FILHO ME	Vânio Nunes	192.126.900-68
TRATOR PEÇAS COM DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA	Vilmar Foryta	381.409.349-68

Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes e após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital, foram classificadas as demais propostas apresentadas, por estarem em conformidade com o exigido no edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance) com os valores registrados no Anexo I desta ata. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP com previsão de participação de grandes empresas. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com os seguintes preços finais para os itens:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
01	GHM SERVIÇOS EIRELI EPP	120	UN	Lâmina concava 13 furos (patrola) largura de 8" e espessura de 3/4" – furo 5/8" - dureza entre 400 a 550hb com tratamento térmico.	496,50
02	GHM SERVIÇOS EIRELI EPP	30	UN	Lâmina concava 13 furos (patrola) largura de 8" e espessura de 3/4" – furo 3/4" – dureza entre 400 a 550hb com tratamento térmico.	496,50
03	JULIO SILVESTRI FILHO ME	40	UN	Lâmina concava 15 furos (patrola) largura de 8" e espessura de 3/4" – furo 5/8" - dureza entre 400 a 550hb com tratamento térmico.	498,00
04	GHM SERVIÇOS EIRELI EPP	200	UN	Unha de concha p/escavadeira pc200 – dureza mínima 400hb com tratamento térmico.	53,00
05	GHM SERVIÇOS EIRELI EPP	60	UN	Suporte 20y70-14520 p/escavadeira hidráulica pc200 - dureza mínima 400hb com tratamento térmico.	105,00
06	TRATOR PEÇAS LTDA EPP	27	UN	Dente fundido e157559 (carregadeira case w20) com furo de 1" – dureza mínima 400hb com tratamento térmico	147,50
07	GHM SERVIÇOS EIRELI EPP	18	UN	Laminas da concha dianteira p/retroescavadeira randon rd406 – 12 furos - furo de 3/4" – dureza mínima de 400hb com tratamento térmico.	590,00
08	JULIO SILVESTRI FILHO ME	20	UN	Dente de manganês 9w-2451 do escarificador do trator de esteira d-8 – dureza mínima de 400hb com tratamento térmico.	246,00
09	TRATOR PEÇAS LTDA EPP	42	UN	Dente 21-2303 furo 5/8 p/carregadeira michigan 55c – dureza mínima 400hb com tratamento térmico.	146,00
10	JULIO SILVESTRI FILHO ME	100	UN	Dente 21-1200 da concha traseira de retroescavadeira case 58o super h – dureza mínima 400hb com tratamento térmico	39,00

Os valores iniciais das propostas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela HABILITAÇÃO das mesmas, visto terem atendido as exigências do edital. Dando prosseguimento foram adjudicados os itens as empresas vencedoras. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 16 de outubro de 2018.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Rubens Manfred Biavath	
Vânio Nunes	
Vilmar Foryta	



**CMJ - RESOLUÇÃO Nº 04/2018**

Publicação Nº 1774505

**RESOLUÇÃO nº 04/2018/CMJ**

Dispõe sobre a Reorganização da Lei Municipal nº4.129/2005 que cria o Conselho Municipal da Juventude e dá outras providências, alterada pela Lei Municipal nº 5.439/2009 e Lei Municipal nº 6.819/2014.

O Conselho Municipal da Juventude (CMJ), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 4.125/2005, alterada em seus dispositivos pela Lei Municipal 5.437/2009, alterada em seus dispositivos pela Lei Municipal 6.819/2014, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 10 de outubro de 2018 e;

Considerando a Lei nº 16.865 de 12 de janeiro de 2006, que Instituiu o Conselho Estadual da Juventude (Conjuve – SC) e estabelece outras providências;

Considerando a necessidade de adequações da Lei Municipal nº4.129/2005 que cria o Conselho Municipal da Juventude, alterada pela Lei Municipal nº 5.439/2009 e Lei Municipal nº 6.819/2014, conforme proposta a seguir:

**LEI Nº \_\_\_\_\_**

Dispõe sobre a Reorganização do Conselho Municipal da Juventude – CMJ e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DA NATUREZA E FINALIDADE**

Art. 1º Fica organizado o Conselho Municipal da Juventude – CMJ, instância deliberativa do sistema descentralizado da Política Nacional da Juventude no município de Jaraguá do Sul, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal da Juventude – CMJ, é órgão deliberativo e fiscalizador, vinculado ao Poder Executivo Municipal.

**CAPÍTULO II****DA COMPETÊNCIA**

Art.2º Ao Conselho Municipal de Juventude - CMJ, compete:

- I- propor estratégias de acompanhamento e avaliação da política nacional da juventude;
- II- apoiar a estrutura do Gabinete do Prefeito na articulação com outros órgãos da administração pública e de entidades afins;
- III- promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação juvenil, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas;
- IV- apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude;
- V- articular a interlocução entre os conselhos nacional e estadual da juventude e outros conselhos setoriais para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas de juventude;
- IV- fomentar o intercâmbio entre organizações juvenis municipais, estaduais nacionais e internacionais;
- VII - fiscalizar as ações, as atividades e os projetos voltados à população jovem, no município de Jaraguá do Sul.

**CAPÍTULO III****DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO****SEÇÃO I****DA COMPOSIÇÃO**

Art. 3º O Conselho municipal da Juventude – CMJ, será formado por no mínimo 6 (seis) representantes governamentais e 6 (seis) representantes da sociedade civil.

**I - do Executivo Municipal:**

a) Os representantes governamentais serão indicados pelo chefe do poder executivo municipal dentre os servidores das secretarias, fundações e autarquias com políticas afins com o público-alvo Juventude.

**II - da Sociedade Civil:**

a) As vagas destinadas à Sociedade Civil devem ser distribuídas entre a Sociedade Civil Organizada, dentre os seguintes segmentos:

b) representantes das Instituições de Ensino Médio e Profissionalizante;

c) representantes das Instituições de Ensino Superior;

d) representantes dos Estudantes de Ensino Médio e Profissionalizante;

e) representantes dos Estudantes de Ensino Superior;

f) representantes dos Movimentos Religiosos;

g) representantes dos Profissionais Liberais;

h) representantes das Entidades de promoção, atendimento, defesa e garantia de direitos;

i) representantes do Núcleo dos Jovens Empreendedores da ACIJS - Associação Empresarial de Jaraguá do Sul;

j) representantes dos Clubes de Serviços;

k) representantes dos grupos de Associações Étnicas.

Art. 4º A mesa diretora será eleita entre os seus membros, em reunião plenária, com quorum de maioria simples, com a alternância entre representantes governamentais e da sociedade civil na presidência e vice presidência em cada mandato, sendo permitida uma única recondução.

Art. 5º Quando houver vacância no cargo de presidente, não poderá o vice presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre sociedade civil e governo, cabendo uma nova eleição para finalizar o mandato.

**SEÇÃO II****DO MANDATO**

Art. 6º Os conselheiros Titulares e Suplentes terão mandato de 2(dois) anos, permitida a recondução por iguais períodos.

Art. 7º O mandato de uma gestão do CMJ será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez pelo mesmo período.

Parágrafo único: os representantes titular e suplente deverão pertencer à mesma entidade.

Art. 8º Os Representantes Governamentais, bem como os da Sociedade Civil poderão ser substituídos a qualquer tempo pelos seus órgãos ou entidades de representação, mediante comunicação

escrita dirigida à Presidência do CMJ por representante legal e entregue à Secretaria-Executiva do Conselho.

§ O conselheiro que faltar a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) alternadas no ano, deverá ser substituído pela sua representação.

Art. 9º Os Conselheiros Titulares e respectivos Suplentes serão nomeados pelo Prefeito.

### SEÇÃO III

#### DO FÓRUM DE ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 10º A eleição das organizações representativas da Sociedade Civil interessadas em integrar o Conselho far-se-á mediante Assembleia específica denominada "Fórum Próprio de Eleição da Sociedade Civil para Compor o CMJ de Jaraguá do Sul", obedecendo aos princípios gerais de escolha dispostos em Regimento Interno especialmente elaborado para esta finalidade.

### SEÇÃO IV

#### DO DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO E DA PERDA DE MANDATO

Art. 11 A função de membro do Conselho Municipal de Juventude - CMJ não é remunerada, tem caráter público relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando a ausência a qualquer outros serviços, quando determinado pelo comparecimento às Assembleias Gerais, às Comissões Temáticas, aos Grupos de Trabalho, à Diligências ou a qualquer chamamento da mesa diretora.

§ 1º O Conselheiro responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular da função, aplicando-se ao mesmo, naquilo que couber, o disposto na legislação do servidor municipal.

### SEÇÃO V

#### DO FUNCIONAMENTO

Art. 12 O Conselho Municipal de Juventude – CMJ, tem autonomia de se auto convocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno e suas reuniões devem ser abertas ao público.

§ 1º O Regimento Interno do Conselho Municipal da Juventude - CMJ, complementar a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei, devendo ser submetido à Assembleia Geral e posteriormente, ao Chefe do Poder Executivo para homologação, mediante Decreto.

§ 2º Qualquer alteração posterior no Regimento Interno dependerá da deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal da Juventude - CMJ e homologação, pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 13 As decisões do Conselho Municipal da Juventude – CMJ, serão aprovadas por metade mais 01 (um) dos Conselheiros Titulares ou no exercício da titularidade, salvo os casos previstos nesta Lei e no Regimento Interno, que requeiram quorum qualificado.

Art. 14 Poderão ser convidados por meio de documento oficial, a participar das reuniões do Conselho, bem como das Comissões Temáticas, conforme necessidade, como colaboradores e a título gratuito, pessoas, representantes de outras entidades/segmentos, de notório saber, sem direito a voto, com o objetivo de promover estudos e contribuir na elaboração de pareceres acerca de temas específicos.

### SEÇÃO VI

#### DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 15 Cabe à Administração Municipal fornecer os recursos humanos, espaço físico e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal da Juventude -CMJ, devendo para tanto, instituir dotação orçamentária específica.

§ 1º A dotação a que se refere o caput deste artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal da Juventude, inclusive para as despesas com a capacitação dos Conselheiros e da Secretaria-Executiva.

§ 2º O Conselho Municipal da Juventude -CMJ, deverá contar obrigatoriamente, com 01 (um) Secretário(a)-Executivo(a), com habilitação em nível superior, devendo este, pertencer ao Quadro de Servidores Efetivos da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

### SEÇÃO VII

#### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 16 O Conselho Municipal da Juventude terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral (Plenária);

II - Mesa Diretora;

III - Comissões Temáticas;

IV – Secretaria-Executiva.

§ 1º A Assembleia Geral (Plenária) é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal da Juventude - CMJ

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal da Juventude – CMJ, é composta pelos seguintes cargos:

I - Presidente;

II – Vice-Presidente;

III - Secretário(a) de Mesa.

### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.17 Será emitida Portaria a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse.

Art. 18. As despesas oriundas da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento corrente, suplementadas se necessário.”

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições contrárias.

Jaraguá do Sul, , 2018

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito do Município der Jaraguá do Sul.

### RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a Proposta de Minuta de Lei Municipal que Dispõe sobre a Reorganização do Conselho Municipal da Juventude – CMJ e dá outras providências.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CATHIUSSA DE COL RAMOS FURLAN

Presidente do Conselho Municipal da Juventude – CMJ.

**CMJ - RESOLUÇÃO Nº 05/2018**

Publicação Nº 1774507

RESOLUÇÃO nº 05/2018/CMJ

Dispõe sobre a alteração de comissões do CMJ.

O Conselho Municipal da Juventude (CMJ), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 4.125/2005, alterada em seus dispositivos pela Lei Municipal 5.437/2009, alterada em seus dispositivos pela Lei Municipal 6.819/2014, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 10 de outubro de 2018 e;

Considerando a Lei Municipal 4.129/2005, art.7º "O Conselho Municipal da Juventude – CMJ terá a seguinte organização: [ ... II Grupos de Trabalho e Comissões...];

**RESOLVE:**

Art. 1º – Alterar a composição das comissões de Legislação e Normas e Comissão de Planejamento do Conselho Municipal da Juventude, conforme segue:

Comissão de Legislação e Normas	
Conselheiro	Representação
Dinalberto de Lucca Moreira	Governamental
Fernanda Andressa Simão	Não Governamental
Jeniffer Jizsi Stephani	Governamental
Nykaella Mayara Rosa	Não Governamental

Comissão de Planejamento	
Conselheiro	Representação
Cathiusa de Col Ramos Furlan	Governamental
Claudemar Costa Müller	Não Governamental
Leonardo Kunde	Governamental
Marcos Paulo Oliari	Não Governamental

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CATHIUSSA DE COL RAMOS FURLAN

Presidente do Conselho Municipal da Juventude – CMJ.

**COGEM - PORTARIA Nº 212/2018**

Publicação Nº 1774509

PORTARIANº 212/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 125/2018/2ª CPPAD, de 03/10/2018, da Segunda Comissão de Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 03/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 014/2018, instaurado pela Portaria Nº 223/2018, de 06/04/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 213/2018**

Publicação Nº 1774510

PORTARIANº 213/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 130/2018/2ªCPPAD, de 05/10/2018, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE :**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 09/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 040/2017, instaurado pela Portaria nº 1218/2017, de 08/12/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 214/2018**

Publicação Nº 1774513

PORTARIANº 214/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 133/2018/2ª CPPAD, de 09/10/2018, da Segunda Comissão de Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 12/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 003/2018, instaurado pela Portaria Nº 030/2018, de 14/02/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.  
VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 215/2018**

Publicação Nº 1774514

PORTARIANº 215/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 135/2018/2ª CPPAD, de 10/10/2018, da Segunda Comissão de Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 14/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 019/2018, instaurado pela Portaria Nº 270/2018, de 17/04/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 216/2018**

Publicação Nº 1774516

PORTARIANº 216/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 116/2018/4CPAD, de 05/10/2018, da Quarta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 08/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 022/2018, instaurado pela Portaria Nº 355/2018, de 11/05/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 217/2018**

Publicação Nº 1774517

PORTARIANº 217/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 115/2018/4CPAD, de 05/10/2018, da Quarta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 08/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 030/2018, instaurado pela Portaria Nº 500/2018, de 10/07/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 218/2018**

Publicação Nº 1774518

PORTARIANº 218/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 191/2018/3ªCPAD, de 09/10/2018, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE :**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 29/09/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 019/2016, instaurado pela Portaria Nº 799/2016, de 16/09/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/09/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município



**COGEM - PORTARIA Nº 219/2018**

Publicação Nº 1774519

PORTARIANº 219/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 190/2018/3ªCPAD, de 09/10/2018, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 08/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 031/2018, instaurado pela Portaria Nº 509/2018, de 10/07/2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 220/2018**

Publicação Nº 1774520

PORTARIANº 220/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 189/2018/3ª CPPAD, de 09/09/2018, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 06/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 026/2018, instaurado pela Portaria Nº 423/2018, de 08/06/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 221/2018**

Publicação Nº 1774521

PORTARIANº 221/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 188/2018/3ª CPPAD, de 09/10/2018, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 12/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 012/2018, instaurado pela Portaria Nº 0172/2018, de 16/03/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 222/2018**

Publicação Nº 1774522

PORTARIANº 222/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 187/2018/3ª CPPAD, de 09/10/2018, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 08/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 010/2018, instaurado pela Portaria Nº 0143/2018, de 12/03/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 223/2018**

Publicação Nº 1774523

PORTARIANº 223/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 186/2018/3ª CPPAD, de 09/10/2018, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 13/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 006/2018, instaurado pela Portaria Nº 033/2018, de 15/02/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 224/2018**

Publicação Nº 1774524

PORTARIANº 224/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 185/2018/3ª CPPAD, de 09/10/2018, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 12/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 002/2018, instaurado pela Portaria Nº 0024/2018, de 14/02/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 225/2018**

Publicação Nº 1774526

PORTARIANº 225/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 184/2018/3ª CPPAD, de 09/10/2018, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 03/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 038/2017, instaurado pela Portaria Nº 1201/2017, de 04/12/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 226/2018**

Publicação Nº 1774529

PORTARIANº 226/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 010/2018, de 04/10/2018, da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 08/09/2018, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 001/2018, instaurado pela Portaria Nº 141/2018, de 12/03/2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/09/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 227/2018**

Publicação Nº 1774530

PORTARIANº 227/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 102/2018/CEPAD, de 02/10/2018, da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 02/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 036/2017, instaurado pela Portaria Nº 1197/2017, de 04/12/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**COGEM - PORTARIA Nº 228/2018**

Publicação Nº 1774532

PORTARIANº 228/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 028/2018, de 09/10/2018, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 08/10/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 006/2018, instaurado pela Portaria Nº 499/2018, de 10/07/2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**COMTUR- RESOLUÇÃO Nº 003/2018**

Publicação Nº 1774502

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – Comtur  
LEI Nº 6.906/2014

**RESOLUÇÃO Nº 003/2018/Comtur**

Dispõe sobre o Reconhecimento da Feira Sabor Rural da Agricultura Familiar de Jaraguá do Sul como evento comercial de especial interesse.

A Presidente do Conselho Municipal de Turismo – Comtur, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.906/2014 e em conformidade com a deliberação realizada na Sessão Plenária Ordinária do dia 13 de setembro do corrente ano, e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 12.018/2018 de 02/05/2018, Art. 1º § 1º inciso II – “caracteriza-se como evento comercial de especial interesse, qualquer acontecimento de especial interesse, como: espetáculos e eventos culturais, artísticos ou religiosos, congressos, convenções, exposições industriais ou comerciais e de negócios, competições, eventos esportivos, exposição de automotores, além de outros, considerados de interesse turístico, assim certificados e reconhecidos pelo Conselho Municipal de Turismo”;

CONSIDERANDO o Ofício nº 174/2018 emitido pela Secretaria Municipal Rural e Abastecimento de Jaraguá do Sul, solicitando o reconhecimento da Feira Sabor Rural da Agricultura Familiar de Jaraguá do Sul como evento comercial de especial interesse, CONSIDERANDO o parecer da Comissão Planejamento e Análise Técnica Nº 001/2018 que foi aprovado em Plenária Ordinária no dia 11 de Outubro de 2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Reconhecer a Feira Sabor Rural da Agricultura Familiar de Jaraguá do Sul como evento comercial de especial interesse.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de Outubro de 2018.

Cintia Buzian  
Presidente do Comtur

**CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2016 - ANGELITA**

Publicação Nº 1774417

Convocação de Processo Seletivo 002/2016.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria(s) Angelita Martins May, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 002/2016 Cargo de Psicólogo – 40H.



**CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2016 - MARGARETE**

Publicação Nº 1774414

Convocação de Processo Seletivo 002/2016.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria(s) Margarete Voelz, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 002/2016 Cargo de Auxiliar em Saúde Bucal – 40H.

**DECRETO Nº 12.373/2018**

Publicação Nº 1774613

D E C R E T O Nº 12.373/2018

Declara de Utilidade Pública Área de INGRID MEIER JUNGTON, MARLISE JUNGTON ZELLMER e GERSON ZELLMER.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 328/2018/Semplu, de 25 de setembro de 2018, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de prolongamento de via pública (Rua 572 - José do Patrocínio);

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 123,90m2, sem benfeitorias, proveniente da MI Nº 39.944, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 6.854, situada às Ruas 05 - Prefeito José Bauer e 572 - José do Patrocínio, bairro Rau, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de INGRID MEIER JUNGTON, MARLISE JUNGTON ZELLMER e GERSON ZELLMER.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à implantação de prolongamento de via pública (Rua 572 - José do Patrocínio).

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 12.374/2018**

Publicação Nº 1774617

D E C R E T O Nº 12.374/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designadas as servidoras públicas municipais MARIA DE LOURDES BORDIN, matrícula 8123; ANDREIA MATIAS DA ROSA SILVEIRA, matrícula 8199; e MARILENE GIESE, matrícula 11135, para comporem a Comissão que, sob a presidência da primeira, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 191/2018, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de serventia, visando o atendimento das necessidades do Município, conforme o quantitativo estimado e descrições das atividades a serem desenvolvidas, constantes dos Anexos II, III e IV, partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 12.375/2018**

Publicação Nº 1774618

D E C R E T O Nº 12.375/2018

Designa Fiscais de Serviços.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais MARIA DE LOURDES BORDIN, matrícula 8123; e NEWTON GILBERTO SALOMAN, matrícula 81903, como FISCAIS DOS SERVIÇOS decorrentes da Concorrência Nº 191/2018, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de serventia, visando o atendimento das necessidades do Município.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 12.376/2018**

Publicação Nº 1774619

D E C R E T O Nº 12.376/2018

Regulamenta a Cota de Contribuição Facultativa (CCF) do 14º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos IX, XII, XXXIV e XLII, alínea "a", do artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Nº 7.704/2018, de 16 de julho de 2018, que "Cria a Cota de Contribuição Facultativa (CCF) do 14º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR e dá outras providências";

**DECRETA :**

Art.1º As contribuições facultativas de Cota de Contribuição Facultativa (CCF), estabelecida pela Lei Municipal Nº 7.704/2018, de 16/07/2018, reger-se-á por este Decreto e pelas disposições contidas no Convênio de Radiopatrulha Nº 091/2014, celebrado entre o Município de Jaraguá do Sul e o Estado de Santa Catarina através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art.2º Poderão ser contribuintes as pessoas físicas e jurídicas residentes / instaladas no Município de Jaraguá do Sul.

§1º A contribuição das pessoas jurídicas poderá ocorrer por intermédio do Documento de Contribuição Facultativa (DCF), na fatura de água e esgoto do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae) ou por depósito na própria Conta Corrente da PMSC/Convênio de Radiopatrulha.

§2º A contribuição das pessoas físicas poderá ocorrer por intermédio da fatura de água e esgoto do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae) ou por depósito na própria Conta Corrente da PMSC/Convênio de Radiopatrulha.

Art.3º O Documento de Contribuição Facultativa (DCF) será emitido pelo 14º Batalhão de Polícia Militar, com identificação específica da Lei Municipal Nº 7.704/2018, de 16/07/2018, com a devida identificação do contribuinte.

§1º O Documento de Contribuição Facultativa (DCF) será emitido a todas as pessoas jurídicas cadastradas junto ao cadastro da Prefeitura de Jaraguá do Sul.

§2º Competirá ao 14º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina providenciar os ajustes necessários a fim de atender as requisições dos contribuintes como alteração de valores, data de vencimento ou cancelamento do Documento de Contribuição Facultativa (DCF).

§3º O Documento de Contribuição Facultativa (DCF) terá sua data de vencimento em 31 de julho, anualmente.

§4º A critério do contribuinte e por solicitação do mesmo, a data poderá ser alterada conforme sua necessidade.

Art.4º A arrecadação por intermédio da fatura de água e esgoto junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae) dar-se-á através de Convênio celebrado entre o 14º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae).

Art.5º Ficam estabelecidos os seguintes valores para contribuição por intermédio da fatura de água e esgoto junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae):

I - pessoa jurídica: R\$ 10,00 (Dez reais); R\$ 25,00 (Vinte e cinco reais); R\$ 50,00 (Cinquenta reais); R\$ 100,00 (Cem reais); R\$ 200,00 (Duzentos reais); R\$ 500,00 (Quinhentos reais); ou outro valor a ser definido pelo contribuinte quando de sua adesão;

II - pessoa física: R\$ 3,00 (Três reais); R\$ 5,00 (Cinco reais); R\$ 7,00 (Sete reais); R\$ 10,00 (Dez reais); R\$ 15,00 (Quinze reais); R\$ 20,00 (Vinte reais); ou outro valor a ser definido pelo contribuinte quando de sua adesão.

Art.6º Por se constituir numa contribuição facultativa, a Cota de Contribuição Facultativa (CCF) não gerará efeitos para fins de lançamento em dívida no caso de não pagamento por parte das pessoas jurídicas.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 12.377/2018**

Publicação Nº 1774621

**D E C R E T O Nº 12.377/2018**

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.770/2018, de 15 de outubro de 2018,

**DECRETA :**

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03512.120 - Investimentos em Equipamentos de Informática, Mobiliários e Equipamentos Diversos

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.03.741 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03512.133 - Aquisição Vagas em Centro Educação Infantil Particular

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.167 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 12.378/2018**

Publicação Nº 1774622

**D E C R E T O Nº 12.378/2018**

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017,

**DECRETA :**

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 199.763,34 (Cento e noventa e nove mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop); e da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.452.04512.305 - Manutenção de Vias/Passagens

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

09.01.243 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 33.523,12

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.15.452.04102.261 - Manutenção da Sinalização Viária

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
33.02.789 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 166.240,22  
TOTAL R\$ 199.763,34

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados Cide, no valor de R\$ 33.523,12 (Trinta e três mil, quinhentos e vinte e três reais e doze centavos); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2017, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados Convênio Multas Trânsito-Renainf, no valor de R\$ 166.240,22 (Cento e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta reais e vinte e dois centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 12.379/2018

Publicação Nº 1774624

### D E C R E T O Nº 12.379/2018

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.748/2018, de 18/09/2018, Mediante Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017, e no inciso VI, do

artigo 167, da Constituição Federal,  
DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 43.480,00 (Quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra), a saber:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. RURAL E ABASTECIMENTO

12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. RURAL E ABASTECIMENTO

12.01.20.122.05001.400 - Aquisição de Caminhões, Máquinas, Equipamentos Agrícolas e Veículos Auxiliares

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

12.01.854 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 43.480,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação total da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra), a saber:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. RURAL E ABASTECIMENTO

12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. RURAL E ABASTECIMENTO

12.01.20.122.05001.400 - Aquisição de Caminhões, Máquinas, Equipamentos Agrícolas e Veículos Auxiliares

4.4.00 - INVESTIMENTOS

12.01.699 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 43.480,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 062/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 1774499

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 062/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos termos dos artigos 230 e 231 da Lei 1182/88, CIENTIFICA os contribuintes abaixo identificados acerca das notificações emitidas:

Notificado	CPF/CNPJ	Notificação Preliminar	Medidas Determinadas	Prazo
Kislene Ropelatto	036.487.829-08	23265/2018	Construir a Calçada no imóvel de cadastro nº: 36659	60 dias
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	83.883.710/0001-34	25168/2018	Construir a calçada no imóvel de cadastro nº: 23028	60 dias

Consideram-se notificados o(s) contribuinte(s) acima listados no prazo de 60 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, incorrerá o (s) notificado (s) nas penas do Art. 123 do Código Tributário Municipal e/ou do Art. 8º da Lei Ordinária 470/73, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO Nº 01/ 2018

Publicação Nº 1775265

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO Nº 01/ 2018 CHAMADA PÚBLICA

O Prefeito do Município de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais em conjunto a Comissão Central Organizadora da 30ª Schützenfest, torna pública a abertura do Edital de Credenciamento para os Veículos de Comunicação – Pessoa Jurídica, que a partir desta quarta-feira (17) inicia o período de credenciamento para cobertura da 30ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2018, a realizar-se no período de 08 de 18 de Novembro de 2018, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. O processo se estende até o dia 24 de outubro, às 10 horas.

PERÍODO E LOCAL DE CREDENCIAMENTO: O período de credenciamento estará aberto a partir do dia 17 de outubro de 2018, encerrando-se no dia 23 de outubro de 2018, no horário das 8h às 11h e das 13h30min às 16h na Diretoria de Comunicação e Jornalismo da Prefeitura

de Jaraguá do Sul, situada à rua Walter Marquardt, 111 – Barra do Rio Molha.

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidas na Diretoria de Comunicação e Jornalismo da Prefeitura de Jaraguá do Sul pelos telefones ou 2106-8094, 8199 de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h30min às 16h ou através dos e-mails: id81884@jaraguadosul.sc.gov.br ou id9501@jaraguadosul.sc.gov.br com Giovane ou Karla.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do presente Edital e seus anexos, poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura de Jaraguá do Sul, clicando no menu: "licitações",

Jaraguá do Sul (SC), 16 de outubro de 2018.

Alcides João Pavanello

Presidente da CCO da 30ª Schützenfest

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2018**

Publicação Nº 1775276

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2018

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de TUBOS E PALANQUES DE CONCRETO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal nº 6.291/2011, 7.543/2017 e Decreto 8.440/2012.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em atendimento a LC 147/2014, os itens deste edital se enquadram na participação exclusiva para ME/EPP, sendo permitido as G.E. formularem proposta para todos os itens, que somente serão consideradas em caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de ME/EPP.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 01 de novembro de 2018, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 235.468,00 (duzentos e trinta e cinco mil quatrocentos e sessenta e oito reais)..

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 21 de setembro de 2018.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

DANIEL PEACH

Gestor do Froagro

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 185/2018**

Publicação Nº 1775278

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL 185/2018

SECRETARIA DE URBANISMO/POLÍCIA MILITAR

TIPO: menor preço por ITEM

OBJETO: O presente edital consiste na aquisição de veículos novos, zero quilômetro, em conformidade com as normas do CONTRAN, destinados para uso do 14ª Batalhão de Polícia Militar, de acordo com as especificações e quantidades descritas no item I do edital e minuta de contrato.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.



DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 06 de novembro de 2018, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Orçamento máximo para aquisição: R\$ 84.969,00 (oitenta e quatro mil novecentos e sessenta e nove reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 21 de setembro de 2018.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2018 - COMUNICADO DE SUSPENSÃO**

Publicação Nº 1774446

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

TIPO: menor preço por ITEM

### **COMUNICADO DE SUSPENSÃO**

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação por Pregão Presencial acima, que em função de pedido de esclarecimento realizado por empresa interessada no certame, o mesmo encontra-se SUSPENSO, para análise e revisão do Edital.

Ressaltamos que a nova data para entrega, credenciamento e abertura dos envelopes, será informada e republicada posteriormente.

Sem mais para o momento,

Jaraguá do Sul (SC), 11 de outubro de 2018.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

## **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2018**

Publicação Nº 1774586

### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2018**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: SÓLIDOS IND. E COM. DE PRÉ FABRICADOS EM CONCRETO EIRELI EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de ARTEFATOS DE CONCRETO (lajotas, paver e meio fio) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção de ruas pavimentadas com lajotas e/ou tijolinhos de concreto e calçadas, de responsabilidade do Município, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 130/2018, segundo as conveniências da administração direta.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas no Setor de Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal, sito a Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA: As empresas vencedoras dos itens, quando da entrega de cada quantidade solicitada pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos deverão apresentar DECLARAÇÃO contendo a data de fabricação dos produtos solicitados.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Leocir Vanderlei Safanelli

Argos José Burgardt

Secretario Municipal da Administração

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2018**

Publicação Nº 1774587

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2018**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/218-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE S/A

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), segundo as conveniências da administração direta.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, estão previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fac símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

DATA DA ASSINATURA: 12/09/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Dalton Fernando Fischer e Allan Marcelo Pierin

Argos José Burgardt

Secretario Municipal da Administração

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2018**

Publicação Nº 1774588

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2018**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: WAGNER JOSIAS DE CARVALHO 05919068990

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS DE PINTURA, TINTAS, SOLVENTES, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos prédios públicos municipais, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
03	240	UN	DILUENTE TIPO THINNER 2750 - (35178) Solvente para diluição e limpeza. Incolor. Indicado para diluição de esmaltes sintéticos metálicos, industriais, automotivos, primers sintéticos, primers nitrocelulose e resina acrílica. Atender Norma ABNT NBR 14725-2:2009 versão corrigida 2:2010. Embalado em lata de aço com lacre com 5 litros. Prazo de validade mínimo de 12 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	43,83
07	216	UN	MULTIMASSA FLEXÍVEL PARA FISSURAS - (18465) Massa de preenchimento. Indicada para superfícies externas e internas de alvenaria, madeira, gesso e semelhantes. Aceita qualquer tipo de acabamento base água ou base solvente. Não retrai. Não racha. Alto poder de enchimento. Secagem rápida. Pote 1kg. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	18,24
12	200	BL	TINTA ACRÍLICA FOSCA PREMIUM 18 L - (97609) Cores escuras. Misturada. Aplicação em massa corrida, massa acrílica, reboco, blocos de concreto, gesso, fibrocimento, concreto e repintura. Alta resistência a intempéries. Interior e exterior. Sem cheiro. Aditivo antirrespingo. Rendimento até 380m²/demão/18l. Atender Norma ABNT NBR 15079:2011 e 11702:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	213,90
18	6	LT	TINTA ACRÍLICA PISO FOSCO PREMIUM 18 L - VERDE - (97614) Novacor Piso 81 - Verde. Rendimento até 350m²/demão/18l. Atender Norma ABNT NBR 15079:2011 e 11702:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	154,90
22	25	BL	TINTA STAIN TRANSPARENTE 18 L - (26182) Acabamento acetinado. Interior e exterior. Aplicação em madeira. Com filtro solar. Hidrorrepelente. Ação fungicida e inseticida. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	94,90

60	162	UN	ROLO DE LÃ P/PINTURA 15cm COM CABO - (7617) Rolo para pintura em lã de carneiro. Anti gota. Com suporte em aço galvanizado e terminais de plástico. Embalado individualmente.	5,54
64	275	UN	ROLO DE LÃ 18cm - (11565) Rolo para pintura em lã de carneiro. Superfícies semirrugosas. Comprimento da lã 19mm. Embalado individualmente.	7,12
69	186	UN	SUPORTE P/ROLO DE PINTURA - (22893) Suporte para rolo de pintura de 23cm sem gaiola, em aço galvanizado, com terminais de plástico. Diâmetro do arame 5,5mm.	3,49
72	5	LT	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO PREMIUM 18 L - CORES ESCURAS - (97674) Misturada. Aplicação em massa corrida, massa acrílica, reboco, blocos de concreto, gesso, fibrocimento, concreto e repintura. Alta resistência à intempéries. Interior e exterior. Sem cheiro. Aditivo antirrespingo. Rendimento até 380m²/demão/18l. Atender Norma ABNT NBR 15079:2011 e 11702:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	279,90

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria de Administração que após fará o encaminhamento da mesma as devidas Secretarias solicitantes.

**Prazo de entrega:** Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme a necessidade do Município respeitando a vigência da Ata do Registro de Preços, devendo a cada pedido realizado, a entrega acontecer com prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

**Local para entregas:** Os produtos solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central Secretaria Municipal da Administração, pelo acesso: Rua Isidoro Pedri,120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul/SC.

**DATA DA ASSINATURA:** 12/09/2018.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Argos José Burgardt e Sebastião Reginaldo de Souza

Argos José Burgardt

Secretario Municipal da Administração

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2018

Publicação Nº 1774589

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2018

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2018

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

**CONTRATADA:** LILI CASA E CONSTRUÇÃO EIRELI

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS DE PINTURA, TINTAS, SOLVENTES, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos prédios públicos municipais, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
01	608	SC	CAL P/PINTURA COM FIXADOR - (25030) Saco com 8kg. Prazo de validade mínimo de 2 (dois) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	7,50
04	194	UN	DILUENTE TIPO THINNER 2900 - (35179) Solvente para diluição e limpeza. Incolor. Indicado para diluição de produtos a base de nitrocelulose. Boa resistência ao branqueamento. Atender Norma ABNT NBR 14725-2:2009 versão corrigida 2:2010. Embalado em lata de aço com lacre com 5 litros. Prazo de validade mínimo de 12 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	49,50
23	90	UN	TINTA SPRAY - (14058) Uso geral. Acabamento fosco. Cores diversas. Aerossol. Composição básica: Resina hidrocarbônica, metil etil cetona, xilol, gás propelente propano e butano. Produto isento de chumbo e benzeno. Conteúdo mínimo 400ml. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	12,35
27	8	UN	VERNIZ EM SPRAY - ACABAMENTO BRILHANTE (97617) Uso geral. Acabamento brilhante. Aerossol. Composição básica: Resina hidrocarbônica, metil etil cetona, xilol, gás propelente propano e butano. Produto isento de chumbo e benzeno. Conteúdo mínimo 400ml. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	13,00
29	5	UN	BANDEJA PLÁSTICA PARA PINTURA - (97618) Para uso profissional. Confeccionada em material plástico de alta resistência, reforçado. Com friso. Para rolos de 23cm. Com capacidade para 3,6 litros. Dimensão: 46,7cm(C)x 32,4cm (L) x 9,4cm (A).	3,77



30	70	UN	BROXA COM CABO PLÁSTICO RETANGULAR - (97619) Brocha com cabo plástico. Tamanho retangular 15x5,6cm. Monofilamento bicolor. Indicada para pinturas com cal e limpeza em geral. Fios com 5,6 a 6,5cm de comprimento.	3,00
34	82	UN	DESEMPENADEIRA DE AÇO - (13571) Desempenadeira lisa em aço temperado. Cabo plástico. Haste de fixação aberta. Cantos vivos. Comprimento 260mm. Largura 120mm.	7,40
35	151	UN	ESPÁTULA DE AÇO - (20834) Espátula em aço polido. Cabo plástico. Largura 80mm.	2,90
36	230	UN	FITA CREPE DE PAPEL BRANCA 18mm X 50m - (7567) Papel crepado saturado coberto c/adeseivo a base de borrachas e resinas sintéticas. Cor branca. Boa adesão em superfícies irregulares. Não deixa resíduo na superfície. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	2,90
47	16	UN	PINCEL 1.1/2" - (7611) Uso profissional. Cerdas pretas. Indicado para tinta esmaltes sintéticos, vernizes, óleos e zarcão. Fios com aproximadamente 45mm de comprimento. Embalado individualmente.	2,85
48	10	UN	PINCEL 1. 1/2" (TRINCHA) - (97623) Uso profissional. Cerdas brancas. Indicado para verniz e resina sintética. Fios com aproximadamente 45mm de comprimento. Embalado individualmente.	2,70
49	16	UN	PINCEL 2" - (7612) Uso profissional. Cerdas pretas. Indicado para tinta esmaltes sintéticos, vernizes, óleos e zarcão. Fios com aproximadamente 45mm de comprimento. Embalado individualmente.	3,70
50	12	UN	PINCEL 2" (TRINCHA) - CERDAS BRANCAS - (97624) Uso profissional. Indicado para verniz e resina sintética. Fios com aproximadamente 45mm de comprimento. Embalado individualmente.	3,50
51	16	UN	PINCEL 2" (TRINCHA) - CERDAS GRIS - (97625) Uso profissional. Cerdas gris. Indicado para tinta acrílica a base de água, látex e PVA. Fios com aproximadamente 45mm de comprimento. Embalado individualmente.	3,75
52	71	UN	PINCEL 2.1/2" - (7613) Uso profissional. Cerdas pretas. Indicado para tinta esmaltes sintéticos, vernizes, óleos e zarcão. Fios com aproximadamente 45mm de comprimento. Embalado individualmente.	4,45
53	26	UN	PINCEL 2.1/2" (TRINCHA) - CERDAS BRANCAS - (97626) Uso profissional. Cerdas brancas. Indicado para verniz e resina sintética. Fios com aproximadamente 45mm de comprimento. Embalado individualmente.	4,40
54	41	UN	PINCEL 2.1/2" (TRINCHA) - CERDAS GRIS - (97627) Uso profissional. Cerdas gris. Indicado para tinta acrílica a base de água, látex e PVA. Fios com aproximadamente 45mm de comprimento. Embalado individualmente.	4,40
55	159	UN	PINCEL 2.1/2" USO PROFISSIONAL - (97671) Uso profissional. Indicado para tinta acrílica. Fios com aproximadamente 45mm de comprimento. Embalado individualmente.	5,49
56	15	UN	PINCEL 3" - (7614) Uso profissional. Indicado para tinta acrílica. Fios com aproximadamente 45mm de comprimento. Embalado individualmente.	7,99
59	179	UN	ROLO DE LÃ P/PINTURA 9cm COM CABO - (7619) Rolo para pintura em lã de carneiro. Superfícies semirrugosas. Comprimento da lã 19mm. Com suporte em aço galvanizado e terminais de plástico. Embalado individualmente.	4,00
63	10	UN	ROLO DE LÃ P/PINTURA ANTI GOTA - (10592) Rolo para pintura em lã de carneiro. Largura 15cm. Anti gota. Embalado individualmente.	6,45
67	22	UN	ROLO P/PINTURA - (14142) Rolo para pintura em lã sintética. Largura 23cm. Superfícies lisas. Comprimento da lã 9mm. Indicado para tinta látex. Embalado individualmente. Antirrespingo.	6,10
68	18	UN	ROLO P/PINTURA 23cm EM LÃ DE CARNEIRO - (97630) Rolo para pintura em lã de carneiro. Indicado par tintas látex (PVA), acrílica, óleo e esmalte. Superfícies semirrugosas. Altura de lã 19mm. Embalado individualmente.	18,00

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria de Administração que após fará o encaminhamento da mesma as devidas Secretarias solicitantes.

**Prazo de entrega:** Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme a necessidade do Município respeitando a vigência da Ata do Registro de Preços, devendo a cada pedido realizado, a entrega acontecer com prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

**Local para entregas:** Os produtos solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central Secretaria Municipal da Administração, pelo acesso: Rua Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul/SC.

**DATA DA ASSINATURA:** 12/09/2018.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Argos José Burgardt e Magaly Natália Caregnato

Argos José Burgardt  
Secretário Municipal da Administração

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2018

Publicação Nº 1774599

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS DE PINTURA, TINTAS, SOLVENTES, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos prédios públicos municipais, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
05	40	GL	SOLVENTE 5 L - (13147) Aguarrás. Diluente indicado para esmaltes sintéticos, tintas a óleo e vernizes. Base de petróleo. Atender Norma ABNT NBR 11702:2010. Embalado em lata de aço com lacre com 5 litros. Prazo de validade mínimo de 12 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	36,69
06	166	GL	MASSA CORRIDA 3,6 L - (27253) PVA. Interior. Massa niveladora cremosa, pronta para uso. Alto poder de enchimento, elevada consistência, ótima aderência, secagem rápida e baixo odor. Atender Norma ABNT NBR 15348:2006. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	14,89
08	6	GL	RESINA ACRÍLICA 3,6 L - (97608) Premium. Brilhante. Impermeabilizante. Base de água. Cor cerâmica telha. Alta durabilidade. Interior e exterior. Baixo odor. Rendimento até 45m²/demão/gl. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	49,90
10	310	BL	TINTA ACRÍLICA C/18 L - (13152) Premium. Acabamento fosco. Cores de catálogo. Aplicação em massa corrida, massa acrílica, reboco, blocos de concreto, gesso, fibrocimento, concreto e repintura. Alta resistência a intempéries. Interior e exterior. Sem cheiro. Aditivo antirrespingo. Rendimento até 380m²/demão/18l. Atender Norma ABNT NBR 15079:2011 e 11702:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	179,00
11	245	BL	TINTA ACRÍLICA FOSCA 18 L - (27197) Premium. Acabamento fosco. Cores claras. Misturada. Aplicação em massa corrida, massa acrílica, reboco, blocos de concreto, gesso, fibrocimento, concreto e repintura. Alta resistência a intempéries. Interior e exterior. Sem cheiro. Aditivo antirrespingo. Rendimento até 380m²/demão/18l. Atender Norma ABNT NBR 15079:2011 e 11702:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	176,30
13	120	LT	TINTA ACRÍLICA ACETINADO FOSCO PREMIUM 18 L - (97610) Cores de catálogo. Aplicação em massa corrida, massa acrílica, reboco, blocos de concreto, gesso, fibrocimento, concreto e repintura. Alta resistência a intempéries. Interior e exterior. Sem cheiro. Rendimento até 330m²/demão/18l. Atender Norma ABNT NBR 15079:2011 e 11702:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	214,80
14	129	LT	TINTA ACRÍLICA ACETINADO FOSCO PREMIUM 18 L - CORES CLARAS - (97611) Cores claras. Misturada. Aplicação em massa corrida, massa acrílica, reboco, blocos de concreto, gesso, fibrocimento, concreto e repintura. Alta resistência a intempéries. Interior e exterior. Sem cheiro. Rendimento até 330m²/demão/18l. Atender Norma ABNT NBR 15079:2011 e 11702:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	214,80
15	120	LT	TINTA ACRÍLICA ACETINADO FOSCO PREMIUM 18 L - CORES ESCURAS - (97612) Cores escuras. Misturada. Aplicação em massa corrida, massa acrílica, reboco, blocos de concreto, gesso, fibrocimento, concreto e repintura. Alta resistência a intempéries. Interior e exterior. Sem cheiro. Rendimento até 330m²/demão/18l. Atender Norma ABNT NBR 15079:2011 e 11702:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	214,80
16	158	LT	TINTA ACRÍLICA P/PISO 18 L - (13154) Premium. Acabamento fosco. Novacor Piso 43 - Concreto. Rendimento até 350m²/demão/18l. Atender Norma ABNT NBR 15079:2011 e 11702:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	155,00

17	65	LT	TINTA ACRÍLICA PISO FOSCO PREMIUM 18 L - MARROM - (97613) Novacor Piso 67 - Marrom. Rendimento até 350m²/demão/18l. Atender Norma ABNT NBR 15079:2011 e 11702:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	155,00
19	270	GL	TINTA ESMALTE SINTÉTICO 3,6 L - (11231) Premium. Alto brilho. Cores de catálogo. A base de água. Interior e exterior. Aplicação em madeira e metais. Alta resistência a intempéries. Rendimento até 76m²/demão/gl. Atender Norma ABNT NBR 15079:2011 e 11702:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	59,50
21	112	GL	TINTA FUNDO 3,6 L - (7685) Tinta fundo branca. Acabamento fosco. Interior e exterior. Aplicação em superfícies galvanizadas ou zincadas. Rendimento mínimo 50m²/demão/gl. Prazo de validade mínimo de 12 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	25,90
25	41	GL	VERNIZ 3,6 L - (26180) Premium. Imbuia. Interior e exterior. Aplicação em madeira. Repelente a água. Proteção contra sol e umidade. Camada flexível resistente a trincas e à descasca. Rendimento até 65m²/demão/gl. Atender Norma ABNT NBR 11702:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 24 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	54,50
26	5	GL	VERNIZ MARÍTIMO 3,6 L - (97616) Premium. Interior e exterior. Aplicação em madeira. Base de resina poliuretânica. Rendimento de 35 a 45m²/demão/gl. Atender Norma ABNT NBR 11702:2010. Prazo de validade mínimo de 24 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	57,65
70	5	LT	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO PREMIUM 18 L - CORES CATALOGO - (97672) Aplicação em massa corrida, massa acrílica, reboco, blocos de concreto, gesso, fibrocimento, concreto e repintura. Alta resistência à intempéries. Interior e exterior. Sem cheiro. Aditivo antirrespingo. Rendimento até 380m²/demão/18l. Atender Norma ABNT NBR 15079:2011 e 11702:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	227,90
71	30	LT	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO PREMIUM 18 L - CORES CLARAS - (97673) Misturada. Aplicação em massa corrida, massa acrílica, reboco, blocos de concreto, gesso, fibrocimento, concreto e repintura. Alta resistência à intempéries. Interior e exterior. Sem cheiro. Aditivo antirrespingo. Rendimento até 380m²/demão/18l. Atender Norma ABNT NBR 15079:2011 e 11702:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Prazo de validade mínimo de 18 (meses) a partir da data de entrega pelo fornecedor.	248,90

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria de Administração que após fará o encaminhamento da mesma as devidas Secretarias solicitantes.

**Prazo de entrega:** Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme a necessidade do Município respeitando a vigência da Ata do Registro de Preços, devendo a cada pedido realizado, a entrega acontecer com prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

**Local para entregas:** Os produtos solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central Secretaria Municipal da Administração, pelo acesso: Rua Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul/SC.

**DATA DA ASSINATURA:** 12/09/2018.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Argos José Burgardt e Martinho José Lehnert

Argos José Burgardt  
Secretario Municipal da Administração

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2018

Publicação Nº 1774600

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2018

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2018

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

**CONTRATADA:** PREMIX CONCRETO LTDA

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de CONCRETO USINADO FCK 30 MPA com brita 0 e 1 (bombeado e convencional) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para concretagem em cabeceiras de pontes, subidas íngremes de ruas não pavimentadas, fabricação e colocação de galerias de concreto para manutenção ou ampliação de rede de drenagem pluvial, calçadas e áreas internas e externas (incluindo corredores, calçadas e acessos) em cemitérios, de responsabilidades do município, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 163/2018, segundo as conveniências da administração direta.

**VALOR:** O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Valor unitário por item R\$
01	2.000	M³	Concreto usinado FCK 30 MPA (bombeado) com brita 0 e 1.	263,00
02	2.000	M³	Concreto usinado FCK 30 MPA (convencional) com brita 0 e 1.	251,00

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas diretamente nos locais determinados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, dentro do perímetro urbano ou rural do município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 17/09/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt e Jayce Adriano Santos

Argos José Burgardt  
Secretario Municipal da Administração

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2018

Publicação Nº 1774601

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/218-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), segundo as conveniências da administração direta.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, estão previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fac símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

DATA DA ASSINATURA: 21/09/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Dalton Fernando Fischer e Allan Marcelo Pierin

Argos José Burgardt  
Secretario Municipal da Administração

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2018

Publicação Nº 1774603

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/218-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: MAYCON WILL EIRELI EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), segundo as conveniências da administração direta.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, estão previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**PAGAMENTO:** Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

**PRAZO DE ENTREGA:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fac símile e/ou e-mail.

**LOCAL DE ENTREGA:** As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

**DATA DA ASSINATURA:** 21/09/2018.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Argos José Burgardt, Dalton Fernando Fischer e Priscila Filippini Martini

Argos José Burgardt  
Secretario Municipal da Administração

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2018

Publicação Nº 1774605

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 172/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: POSTO AGRICOPEL LTDA

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço, o fornecimento de combustíveis ( gasolina comum) ao logo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital, segundo as conveniências da administração direta.

**DO VALOR:** O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do produto	Valor unitário por litro (R\$)
03	216.000 Disputa Ampla	Litros	Gasolina comum	4,06
04	24.000 10% do item 03	Litros	Gasolina comum	4,06

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

**PAGAMENTOS:** **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 10(dez) dias úteis após entrega das notas fiscais, mediante certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05(cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria. As notas fiscais deverão ser entregues quinzenalmente na Gestão/fiscalização para a realização de conferência e posterior pagamento, considerando sempre dois períodos, do dia 1º (primeiro) ao dia 15 (quinze) de cada mês e do dia 16 (dezesesseis) ao último dia de cada mês.

**PRAZO DE ATENDIMENTO:** O CONTRATANTE encaminhará seus veículos oficiais até o posto de abastecimento, dentro do horário e dias de funcionamento da empresa vencedora do certame, o qual não poderá ser inferior ao intervalo de horário das 7 (sete) às 20 (vinte) horas de segunda a sexta feira.

**DATA DA ASSINATURA:** 02/10/2018.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Argos José Burgardt, Dalton Fernando Fischer e Carla Regina Treis

Argos José Burgardt  
Secretario Municipal da Administração

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do FMS

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2018

Publicação Nº 1774606

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 172/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: POSTO ALVORADA LTDA

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço, o fornecimento de combustíveis (óleo diesel S10) ao logo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital, segundo as conveniências da administração direta.

**DO VALOR:** O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do produto	Valor unitário por litro (R\$)
01	432.000 Disputa Ampla	Litros	Óleo diesel S10	3,33



02	48.000 10% do item 01	Litros	Óleo diesel S10	3,33
----	--------------------------	--------	-----------------	------

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

**PAGAMENTOS: PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 10(dez) dias úteis após entrega das notas fiscais, mediante certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05(cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria. As notas fiscais deverão ser entregues quinzenalmente na Gestão/fiscalização para a realização de conferência e posterior pagamento, considerando sempre dois períodos, do dia 1º (primeiro) ao dia 15 (quinze) de cada mês e do dia 16 (dezesesseis) ao último dia de cada mês.

**PRAZO DE ATENDIMENTO:** O CONTRATANTE encaminhará seus veículos oficiais até o posto de abastecimento, dentro do horário e dias de funcionamento da empresa vencedora do certame, o qual não poderá ser inferior ao intervalo de horário das 7 (sete) às 20 (vinte) horas de segunda a sexta feira.

**DATA DA ASSINATURA:** 02/10/2018.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Argos José Burgardt, Dalton Fernando Fischer e Rafael Sockenski Teixeira

Argos José Burgardt

Secretario Municipal da Administração

Dalton Fernando Fischer

Gestor do FMS

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 353/2018

Publicação Nº 1774607

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 353/2018

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2018.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**CONTRATADA:** CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP

**OBJETO:** O presente instrumento consiste na contratação de serviços de locação de pavilhão com fornecimento dos materiais, equipamentos, estruturas e serviços técnicos necessários para a instalação/montagem, bem como assistência técnica durante a realização da "30ª Schützenfest – Edição 2018".

**DO VALOR:** O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor conforme discriminado no item 1.1 da cláusula primeira deste contrato.

**DO PRAZO PARA INSTALAÇÃO/ E DESMONTAGEM:** deverão seguir RIGOROSAMENTE os prazos abaixo definidos:

**PARA OS ITEM 06:**

Período para instalação: a partir das 7h30min do dia 22/10/2018 até as 17h do dia 01/11/2018.

Período de desmontagem: das 13h do dia 20/11/2018 até as 17h do dia 23/11/2018.

**LOCAL DA INSTALAÇÃO:** No Parque Municipal de Eventos de Jaraguá do Sul, na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha, no município de Jaraguá do Sul.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução total dos serviços e a finalização do evento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº. 209, de 20/05/99;

**DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:** Os recursos orçamentários correrão por conta das dotações previstas no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

**DATA DA ASSINATURA:** 13/09/2018.

**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

**SIGNATÁRIOS:** Argos José Burgardt e Eduardo Laércio Moreira

Argos José Burgardt

Secretario Municipal da Administração

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL SOCIAL Nº 4002/98

Publicação Nº 1774455

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

DIRETORIA DE HABITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL SOCIAL Nº 4002/98  
TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL SOCIAL Nº 4002/98 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS, E A SRA. NELI DE SOUZA E O SR. AGENOR JOSÉ DUARTE DE SOUZA.

DOS COMPRADORES – em face do processo de nº 28682/2017, levando em conta Parecer Jurídico, Parecer Social, auto de nº 036.11.005736-3 e o fato do imóvel já estar quitado. Tendo em vista que a Sra. SANTALINA BORGES MEURER não agiu de má-fé utilizando o nome da irmã falecida Sra. NELI DE SOUZA. Passa a valer como partes compradoras o Sr. AGENOR JOSÉ DUARTE DE SOUZA e a Sra. SANTALINA BORGES MEURER. DATA DA ASSINATURA: 10/10/2018. FORO: Comarca de Jaraguá do Sul. SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Agenor José Duarte de Souza e Santalina Borges

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
DIRETORIA DE HABITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE OCUPAÇÃO PROVISÓRIA – 55.070/2014.

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE OCUPAÇÃO PROVISÓRIA Nº 55.070/2014 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS, E A SRA. MARISA CAMPESTRINI BIBLIO E O SR. VALDEREZ ALCIONE CONTE BIBLIO.

OBJETO: rescisão do Termo de Ocupação Provisória – 55.070/2014, firmado entre as partes, com eficácia a partir de 5 dias a contar a data desta publicação no Jornal do Município, em apreço ao princípio do contraditório e ampla defesa, haja vista o descumprimento das cláusulas contratuais por parte do OCUPANTE. FUNDAMENTO: artigo 78, inciso I e VI, da Lei Federal nº 8.666/93. DATA DA ASSINATURA: 10/10/2018. SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli - Prefeito Municipal, Luis Fernando Almeida – Diretor de Habitação.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

## **ISSEM - PORTARIA Nº 709/2018**

Publicação Nº 1774457

PORTARIA Nº 709/2018-ISSEM

De 08.10.2018.

Cancelamento de aposentadoria decorrente de Decisão Judicial

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018, de 20.09.2018, e suas alterações; motivado pela Decisão Judicial proferida no processo nº 036.09.011535-0,

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, a partir de 11.10.2018, o Benefício de Aposentadoria da Sra. VALERIA MARIA ZAPELLA, regulamentado pela Portaria nº 04/98 de 12.01.1998, expedida pela Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Portarias nºs 04/98 de 12.01.1998; 795/2009 de 11.05.2009 e 092/2010 de 22.02.2010.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

## **ISSEM - PORTARIA Nº 710/2018**

Publicação Nº 1774458

PORTARIA Nº 710/2018 – ISSEM

De 08.10.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. JEAN BENO SCHREINER LUCHT, lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 18.08.2018 a 04.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18.08.2018.



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**ISSEM - PORTARIA Nº 711/2018**

Publicação Nº 1774459

PORTARIA Nº 711/2018 – ISSEM  
De 08.10.2018.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. REGIANE JUNGTON, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 1º.10.2018 a 30.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**ISSEM - PORTARIA Nº 712/2018**

Publicação Nº 1774460

PORTARIA Nº 712/2018 – ISSEM  
De 08.10.2018.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. THALITA LEITE COBALCHINI, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 1º.10.2018 a 04.11.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**ISSEM - PORTARIA Nº 713/2018**

Publicação Nº 1774461

PORTARIA Nº 713/2018 – ISSEM  
De 08.10.2018.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SANDRA GOMES DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 1º.10.2018 a 09.11.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**ISSEM - PORTARIA Nº 714/2018**

Publicação Nº 1774462

PORTARIA Nº 714/2018 – ISSEM  
De 08.10.2018.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ARY ANTONIO SOARES, lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 02.10.2018 a 08.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**ISSEM - PORTARIA Nº 715/2018**

Publicação Nº 1774463

PORTARIA Nº 715/2018 – ISSEM  
De 08.10.2018.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. CLAUDIA MARA GOMES, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 02.10.2018 a 08.11.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**ISSEM - PORTARIA Nº 716/2018**

Publicação Nº 1774464

PORTARIA Nº 716/2018 – ISSEM  
De 08.10.2018.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ILZA RAMOS RODRIGUES DA LUZ, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 04.10.2018 a 05.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

## ISSEM - PORTARIA Nº 717/2018

Publicação Nº 1774465

PORTARIA Nº 717/2018-ISSEM  
De 09.10.2018  
Concede Benefício de Pensão por Morte

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 40, § 7º Inc. II e § 8º da Constituição Federal de 1988 e Art. 35, Inc. I, e Artigos 56 à 58, todos da Lei Complementar nº 33/2003 e ainda tendo em vista o contido no processo de Pensão por Morte nº 1.132,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE, em caráter vitalício ao Sr. AFONSO CARLOS QUENTAL DE MOURA, inscrito no CPF sob nº 793.897.757-87 e em caráter temporário à SRA. SOPHIA KASMIRSKI DE MOURA, inscrita no CPF sob nº 105.416.189-54, respectivamente companheiro e filha da Ex-Servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Sra. FABIANE KASMIRSKI, inscrita no CPF sob nº 576.050.689-72, falecida na data de 18.08.2018.

Art. 2º As Cotas do benefício de pensão por morte devida aos beneficiários corresponderá a 50% (cinquenta por cento) para o cônjuge e 50% (cinquenta por cento) para a filha, cuja base de cálculo dos proventos do benefício corresponderá a integralidade da remuneração do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental- Licenciatura Plena, Referência Salarial: Classe 07, Letra "F", carga horária de 200 (duzentas) horas mensais; aplicado o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente do Fundo Municipal de Previdência Social - FMPS, à conta do Issem, nos termos do art. 45, II, "a" da Lei Complementar Municipal nº 33/2003.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data do falecimento da servidora, ou seja: 18.08.2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Ademar Possamai  
Diretor-Presidente do Issem  
Portaria nº 002/2017

## ISSEM - PORTARIA Nº 718/2018

Publicação Nº 1774466

PORTARIA Nº 718/2018-ISSEM  
De 09.10.2018.  
Concede Aposentadoria Voluntária por Implemento de Idade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018 de 20.09.2018; e em conformidade com o Art. 40, § 1º Inciso III "b" da Constituição Federal c/c Art. 85 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1088-A,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IMPLEMENTO DE IDADE a Sra. MIRIAM HELENA VALMORBIDA HONORATO, inscrita no CPF sob nº 295.339.109-68, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Coordenador Pedagógico - Referência Salarial: Classe 7, Letra "B", triênios equivalentes a 6% (seis por cento), carga horária de 200 (duzentas) horas mensais, matriculada sob nº 10440, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição na ordem de 69,40% (sessenta e nove vírgula quarenta por cento) sobre o resultado da média aritmética simples.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "d", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 22.10.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.  
Jaraguá do Sul, 09 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do Issem  
Portaria nº 002/2017

**ISSEM - PORTARIA Nº 719/2018**

Publicação Nº 1774467

PORTARIA Nº 719/2018 – ISSEM  
De 09.10.2018.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. TALITA DA SILVA JOLY, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.09.2018 a 09.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20.09.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**ISSEM - PORTARIA Nº 720/2018**

Publicação Nº 1774471

PORTARIA Nº 720/2018 – ISSEM  
De 09.10.2018.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA SALETE ANDRÉ PEREIRA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 30.09.2018 a 29.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30.09.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**ISSEM - PORTARIA Nº 721/2018**

Publicação Nº 1774473

PORTARIA Nº 721/2018 – ISSEM  
De 09.10.2018.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ALESSANDRA CRISTHINA ESCOPELLI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 1º.10.2018 a 29.12.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de outubro de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **ISSEM - PORTARIA Nº 722/2018**

Publicação Nº 1774476

PORTARIA Nº 722/2018 – ISSEM

De 09.10.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. FLAVIA REGINA KEISER, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 04.10.2018 a 15.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de outubro de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **ISSEM - PORTARIA Nº 723/2018**

Publicação Nº 1774479

PORTARIA Nº 723/2018 – ISSEM

De 09.10.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ROZANE TEREZINHA LAURENTINO BRUNING, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.10.2018 a 04.11.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de outubro de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **ISSEM - PORTARIA Nº 724/2018**

Publicação Nº 1774481

PORTARIA Nº 724/2018-ISSEM

De 11.10.2018.

Concede Aposentadoria Voluntária por Implemento de Idade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018 de 20.09.2018; e em conformidade com o Art. 40, § 1º Inciso III “b” da Constituição Federal c/c Art. 85 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1103,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IMPLEMENTO DE IDADE ao Sr. ANTONIO LESCOWITZ FILHO, inscrito no CPF sob nº 384.111.809-72, servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, Referência Salarial: Classe 5, Letra "F", triênios equivalentes a 54% (cinquenta e quatro por cento), carga horária de 200 (duzentas) horas mensais, matriculado sob nº 8042-0, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição na ordem de 95,88% (noventa e cinco vírgula oitenta e oito por cento) sobre o resultado da média aritmética simples.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I "d", da Lei Complementar Municipal nº 217/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 24.10.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do Issem  
Portaria nº 002/2017

### **ISSEM - PORTARIA Nº 725/2018**

Publicação Nº 1774484

PORTARIA Nº 725/2018-ISSEM  
De 11.10.2018.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018 de 20.09.2018; e em conformidade com o Art. 40, § 1º Inciso III "a" da Constituição Federal c/c Art. 84 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1083, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Sra. CRISTEL DOROTEA MEIER DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 352.399.649-04, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Licenciatura Plena, Referência Salarial: Classe 7, Letra "C", triênios equivalentes a 24% (vinte e quatro por cento), carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas mensais, matriculada sob nº 8926, com proventos integrais sobre o resultado da media aritmética simples.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I "c", da Lei Complementar Municipal nº 217/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 24.10.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do Issem  
Portaria nº 002/2017

### **ISSEM - PORTARIA Nº 726/2018**

Publicação Nº 1774491

PORTARIA Nº 726/2018 – ISSEM  
De 11.10.2018.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. FRANCINE CUSTODIO PAES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.10.2018 a 17.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.



Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**ISSEM - PORTARIA Nº 727/2018**

Publicação Nº 1774493

PORTARIA Nº 727/2018 – ISSEM  
De 11.10.2018.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARLY REGINA BEHLING TOMAZ, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.10.2018 a 03.12.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**ISSEM - PORTARIA Nº 728/2018**

Publicação Nº 1774494

PORTARIA Nº 728/2018 – ISSEM  
De 11.10.2018.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ELZA MARIA SIEMS, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 06.10.2018 a 21.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**ISSEM - PORTARIA Nº 729/2018**

Publicação Nº 1774495

PORTARIA Nº 729/2018 – ISSEM  
De 11.10.2018.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA ELIZA PEITRUKA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 06.10.2018 a 05.11.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **ISSEM - PORTARIA Nº 730/2018**

Publicação Nº 1774496

PORTARIA Nº 730/2018 – ISSEM

De 11.10.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIANGELA DERETTI, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 10.10.2018 a 11.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **ISSEM - PORTARIA Nº 731/2018**

Publicação Nº 1774497

PORTARIA Nº 731/2018 – ISSEM

De 11.10.2018.

Concede Licença Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 140, da Lei Complementar nº 154/2014 de 03.11.2014,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. NADIA HERMANN ROZZA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 1º.10.2018 a 28.01.2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º.10.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**ISSEM - RESOLUÇÃO Nº 020/2018**

Publicação Nº 1775271

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**RESOLUÇÃO Nº 020/2018/CA/ISSEM**

“Dispõe sobre reversão financeira e contábil, no valor de R\$ 1.131.318,89 (um milhão, cento e trinta e um mil, trezentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos) oriundos de reservas constituídas com sobras do custeio de exercícios anteriores das despesas administrativas, para pagamento de benefícios previdenciários vinculados ao Fundo Financeiro do Issem”.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária realizada no dia 15 de outubro de 2018, e

CONSIDERANDO que a Comissão de Finanças e Orçamento e a Comissão de Legislação e Justiça do Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de outubro de 2018, na sala de reuniões dos Conselhos do ISSEM e apreciou o objeto acima citado.

CONSIDERANDO a análise dos documentos anexados ao Ofício 1593/2018/Issem, solicitando a manifestação deste Conselho, para a reversão financeira e contábil, no valor de 1.131.318,89 (um milhão, cento e trinta e um mil, trezentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos), oriundos de reservas constituídas com sobras do custeio de exercícios anteriores das despesas administrativas, para pagamento de benefícios previdenciários vinculados ao Fundo Financeiro.

CONSIDERANDO que a demonstração financeira do cálculo atuarial, informada na data 31 de dezembro de 2017, de R\$ 2.797.326,61 (dois milhões, setecentos e noventa e sete mil, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e um centavos) conforme Parecer emitido pela empresa Acta Assessoria e Consultoria Técnica Atuarial, em 19 de julho de 2018, ratifica que não foi contabilizada na projeção de pagamento de benefícios do plano previdenciário, portanto sua reversão em nada prejudicará o resultado atuarial deste plano.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 158 de 2014, em seu artigo 6º e 7º orienta que “o RPPS poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração”, não especificando a possibilidade de não fazer essa reserva;

CONSIDERANDO a possibilidade de que o Issem não tenha necessidade de constituir reserva com as sobras de custeio da taxa de administração;

CONSIDERANDO os Pareceres nº 02/2016/CFO/CLJ/CA/ISSEM/JS e nº 11/2017/CFO/CLJ/CA/ISSEM/JS e nº 04/2018/CFO/CA/ISSEM/JS, favoráveis à Reversão Financeira e Contábil;

CONSIDERANDO o Parecer nº 489/2018 do procurador autárquico dr. Rafael Kist que destaca o entendimento favorável à reversão do auditor fiscal da Receita Federal do Brasil e o parecer jurídico da Secretaria de Políticas de Previdência Social pelo mesmo entendimento.

CONSIDERANDO o Parecer Nº 02/2018/CFO/CLJ/CA/ISSEM/JS favorável à Reversão Financeira e Contábil.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a reversão financeira e contábil, no valor de 1.131.318,89 (um milhão, cento e trinta e um mil, trezentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos), oriundos das reservas constituídas com as sobras do custeio da taxa de administração, para pagamento de benefícios previdenciários do Fundo Financeiro/Issem;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do Conselho de Administração do Issem

**ISSEM - RESOLUÇÃO Nº 021/2018**

Publicação Nº 1775272

**RESOLUÇÃO Nº 021/2018/CA/Issem**

Dispõe sobre o Recurso da Segurada Lucimar Demarchi.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de outubro de 2018, e

CONSIDERANDO o Parecer Nº 01/2018/CLJ/CA/ISSEM/JS;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Indeferir o recurso da Segurada Lucimar Demarchi nos termos da análise.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.  
Sidnei Marcelo Lopes  
Presidente do Conselho de Administração do Issem

## ISSEM - RESOLUÇÃO Nº 022/2018

Publicação Nº 1775274

RESOLUÇÃO Nº 022/2018/CA/Issem

Dispõe sobre o Rol de Coberturas do Issem-Saúde, com suas respectivas co-participações, carências e limites de fruição.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 17 de setembro de 2018, e

CONSIDERANDO que a Comissão de Legislação e Justiça realizou a análise dos documentos apresentados anexos ao ofício 1505/2018/Issem;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 217/2018 que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO a explanação realizada pelo Superintendente de Assistência e Saúde em plenária do dia 18 de junho de 2018;

CONSIDERANDO que as adequações visam ampliar e ajustar os serviços ofertados aos associados;

CONSIDERANDO o Parecer Nº 03/2018/CLJ/CA/Issem/JS

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Rol de Coberturas do Issem-Saúde, com suas respectivas co-participações, carências e limites de fruição.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor no dia 21 de dezembro de 2018.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.  
Sidnei Marcelo Lopes  
Presidente do Conselho de Administração do Issem

## LEI Nº 7.770/2018

Publicação Nº 1774625

LEI Nº 7.770/2018

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03512.120 - Investimentos em Equipamentos de

Informática, Mobiliários e Equipamentos Diversos

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.03.741 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03512.133 - Aquisição Vagas em Centro Educação

Infantil Particular

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.167 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 826/2018**

Publicação Nº 1774628

PORTARIANº 826/2018

Designa Conselheiros do Conselho Municipal de Turismo (Comtur).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 002/2018/Comtur, de 20/09/2018, do Conselho Municipal de Turismo (Comtur);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 011/2018/Comtur/JS, de 24/09/2018, do Conselho Municipal de Turismo (Comtur);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 04/04/2018, ADRIANO LUIZ ROIK, como conselheiro titular; e SIMONE MAAS DIAS, como conselheira suplente, para representarem a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, na qualidade de Representantes do Governo, no Conselho Municipal de Turismo (Comtur).

Art.2º O mandato encerrar-se-á em 10/11/2018.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/04/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 827/2018**

Publicação Nº 1774629

PORTARIANº 827/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 120/2012, de 23 de março de 2012; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 0027198/2018;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, a partir de 15/10/2018, de 10 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho do servidor público municipal HILTON IRAN RUTHES, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO ESPECIALISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 828/2018**

Publicação Nº 1774630

PORTARIANº 828/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 617/2018/Semed, de 11/10/2018, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 1º/10/2018, a Portaria Nº 175/2017, de 15/02/2017, que designou o servidor público municipal LUIDI RYMSZA para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Administração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 829/2018**

Publicação Nº 1774631

PORTARIANº 829/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, 199/2017, de 26/07/2017, 205/2017, de 07/12/2017, e 208/2017, de 15/12/2017,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, no período de 15/10/2018 a 24/10/2018, KATIUSCIA MARINA OTTO CANI WOLTER, matrícula 8282, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para exercer, interinamente, o cargo de provimento em comissão de CHEFE ADMINISTRATIVA DE ATOS LEGISLATIVOS, da Gerência de Atos Legislativos, da Diretoria de Decisões Administrativas, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município, em razão de férias da titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 830/2018**

Publicação Nº 1774632

PORTARIANº 830/2018

Designa Perito em Engenharia Civil no Processo Administrativo Geral Nº 005/2018.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 787/2018/Cogem, de 20/08/2018, da Controladoria-Geral do Município;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 358/2018/Semplu, de 11/10/2018, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Geral Nº 005/2018;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR o servidor público municipal ANDRÉ PICININI, matrícula 10935, ocupante do cargo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer a função de PERITO EM ENGENHARIA CIVIL no Processo Administrativo Geral Nº 005/2018 instaurado pela Portaria Nº 407/2018, de 29/05/2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 831/2018**

Publicação Nº 1774633

PORTARIANº 831/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no Decreto Municipal Nº 10.598/2015, de 27 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO o parecer favorável da Junta Médica Oficial designada pela Portaria Nº 266/2016, de 19/04/2016, alterada pela Portaria Nº 419/2018, de 06/06/2018;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 329/2018/Semad/DGP/GAS, de 05/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, no período de 22/10/2018 a 05/11/2018, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal CLEONIS ROSÁLIA TOMASELLI, matrícula 80161, ocupante do cargo efetivo de ESTATÍSTICA, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/10/2018.



REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## PORTARIA Nº 832/2018

Publicação Nº 1774635

PORTARIANº 832/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no Decreto Municipal Nº 10.598/2015, de 27 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO o parecer favorável da Junta Médica Oficial designada pela Portaria Nº 266/2016, de 19/04/2016, alterada pela Portaria Nº 419/2018, de 06/06/2018;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 331/2018/Semad/DGP/GAS, de 09/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, no período de 11/10/2018 a 10/10/2019, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal CLARINHA APARECIDA TEIXEIRA, matrícula 9469, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## PORTARIA Nº 833/2018

Publicação Nº 1774637

PORTARIANº 833/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 333/2018/Semad/DGP/GAS, de 11/10/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 09/10/2018 a 11/10/2018, à servidora pública municipal ROSELI LURDES DO NASCIMENTO, matrícula 10585, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Unidade Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/10/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## SAMAE - EXTRATOS DE CONTRATOS

Publicação Nº 1775275

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 281/2018

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2018

Processo: Pregão 176/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Prestadora de Serviços em Alvenaria H&G Ltda. EPP; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAMINHÃO HIDRÁULICO TIPO MUNCK PARA MANUTENÇÕES EM REDES E RAMAIS DE ÁGUA E ESGOTO; Acréscimo: Com fundamento no artigo 65 inciso I, alínea "b", c/c §1º, da Lei Federal 8.666/93 e no Memorando 963/2018/Samae, ficam acrescidas ao item 01 – Serviço de Caminhão Hidráulico Tipo Munck 4 toneladas, da tabela prevista no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, mais 258 (duzentos e cinquenta e oito) horas e; ficam acrescidas ao item 02 – Serviço de Caminhão Hidráulico Tipo Munck 10 toneladas, da tabela prevista no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, mais 300 (trezentas) horas.; O presente acréscimo totaliza o valor de R\$ 57.510,00 (cinquenta e sete mil, quinhentos e dez reais), correspondendo a 23,378% (vinte e três inteiros e trezentos e setenta e oito milésimos percentuais) em relação ao contrato original; Em consequência ao acréscimo firmado, o valor atualizado do contrato passa a ser de R\$ 303.510,00 (trezentos e três mil, quinhentos e dez reais); O presente aditivo é firmado com base na justificativa do Fiscal do contrato, constante no Memorando nº 963/2018,

e com fundamento legal no artigo 65 inciso I, alínea "b", c/c §1º, da Lei Federal 8.666/93 e item 7.4 da Cláusula 7ª do contrato original. Item orçamentário: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Complemento do elemento	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.4.402.17.122	Manutenção Patrimonial – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	3.3.90.39.99	18	Arrecadados pelo SAMAE
25.03.4.402.17.122	Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	3.3.90.39.99	86	Arrecadados pelo SAMAE

Data da assinatura: 05/10/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Hemerson Hanemann

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente – Samae

#### EXTRATO DO CONTRATO 282/2018

Processo: Pregão 71/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Netzsch do Brasil Ind. e Com. Ltda.; Objeto: Rotores e estatores; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 15.703,06 (quinze mil, setecentos e três reais e seis centavos); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o fornecimento do material; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2018, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.03.4.402.17.122	Manutenção Patrimonial – Samae	3.3.90. – Aplicações Diretas	43	Próprios

Data da assinatura: 11/10/2018; Prazo de Fornecimento: Até 14/11/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Osvaldo Lameiro Ferreira Junior.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

#### EXTRATO DO CONTRATO 283/2018

Processo: Pregão 116/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Direta Telecomunicações Ltda.; Objeto: Prestação de serviço de locação de equipamentos de radiocomunicação fixos, móveis, portáteis e repetidoras com tecnologia digital, incluindo legalização do sistema, instalação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 192.932,00 (cento e noventa e dois mil, novecentos e trinta e dois reais); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da Nota Fiscal.; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2018, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.4.406.3.3.90	Manutenção das atividades técnicas e operacionais – Divisão Água	3.3.90 - Aplicações Diretas	94	Próprios

Data da assinatura: 11/10/2018; Prazo de Fornecimento: Até 31/12/2018, podendo ser prorrogado na formada lei; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Carlos Joffre do Amaral Netto, Melissa Ribeiro do Amaral e Roberto Rogério do Amaral.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

#### EXTRATO DO CONTRATO 284/2018

Processo: Tomada de Preços 128/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: J Tech Soluções em Informática Ltda.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SOFTWARES INTEGRADOS DE GESTÃO COMERCIAL DE SANEAMENTO, QUE ATENDA AS UNIDADES DO COMERCIAL, ATENDIMENTO, FATURAMENTO, ARRECADAÇÃO, OBRAS E OPERAÇÕES; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 191.600,00 (cento e noventa e um mil e seiscentos reais); O pagamento para o item 01 implantação e conversão do sistema se dará 10 (dez) dias após término da implantação, mediante apresentação da Nota Fiscal e Certificação de que o serviço atendeu às exigências do Edital. O pagamento para o item 02 locação, manutenção e suporte técnico será mensal 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal e Certificação de que os serviços atenderam as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2018, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.01.4.425.17.122	Pagamento de despesas fixas - Samae	3.3.90.- Aplicações Diretas	10	Próprios

Data da assinatura: 11/10/2018; Prazo de Fornecimento: Até 31/12/2018, podendo ser prorrogado na forma da lei; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Régis Jean Daniel Hahn.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - Samae

**EXTRATO DO CONTRATO 285/2018**

Processo: Pregão 129/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: BAT Soluções em Eletricidade Ltda.; Objeto: Fornecimento de Material Elétrico; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 12.319,50 (doze mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta centavos); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o fornecimento do material; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2018, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.4.402.3.3.90	Manutenção patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	18	Próprios

Data da assinatura: 11/10/2018; Prazo de Fornecimento: Até 30/10/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro, Alexandre Bordignon Lopes e Thiago Medeiros Pires.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - Samae

**EXTRATO DO CONTRATO 286/2018**

Processo: Pregão 129/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Comercial Vitória Ltda.; Objeto: Fornecimento de Material Elétrico; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 10.140,50 (dez mil, cento e quarenta reais e cinquenta centavos); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o fornecimento do material; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2018, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.4.402.3.3.90	Manutenção patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	18	Próprios

Data da assinatura: 11/10/2018; Prazo de Fornecimento: Até 30/10/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Verônica Solange Rigo Scheer.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - Samae

**EXTRATO DO CONTRATO 287/2018**

Processo: Pregão 129/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: K & P Construtora Ltda.; Objeto: Fornecimento de Material Elétrico; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 5.390,00 (cinco mil, trezentos e noventa reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o fornecimento do material; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2018, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.4.402.3.3.90	Manutenção patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	18	Próprios

Data da assinatura: 11/10/2018; Prazo de Fornecimento: Até 30/10/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Murilo Alves.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - Samae

**EXTRATO DO CONTRATO 288/2018**

Processo: Pregão 129/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Lili Casa e Construção Eireli EPP; Objeto: Fornecimento de Material Elétrico; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 1.955,00 (um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o fornecimento do material; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2018, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.4.402.3.3.90	Manutenção patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	18	Próprios

Data da assinatura: 11/10/2018; Prazo de Fornecimento: Até 30/10/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Magaly Natalia Caregnato.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - Samae

**EXTRATO DO CONTRATO 290/2018**

Processo: Pregão 131/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: BMI Prosper Eireli EPP; Objeto: Sacos para Coleta Seletiva de Lixo Reciclável; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após cada entrega e certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o fornecimento do material; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2018, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.04.17.512.1401.4.405.3.3.90	Manutenção das Atividades Técnicas e Operacionais - Resíduos Sólidos	3.3.90 - Aplicações Diretas	71	Recursos Próprios

Data da assinatura: 15/10/2018; Prazo de Fornecimento: 50% até 26/10/2018 e 50% até 05/11/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Bruna Dalcanale Corona.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 291/2018****1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2018**

Processo: Pregão 64/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Projesan Saneamento Ambiental Ltda.; Objeto: PRODUTOS QUÍMICOS; Acréscimo: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 103.950 (cento e três mil e novecentos e cinquenta) quilogramas ao item 01 – Cloreto Férrico, da tabela prevista no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original; O presente acréscimo totaliza o valor de R\$ 119.542,50 (cento e dezenove mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), correspondendo a 23,08% (vinte e três inteiros e oito centésimos percentuais) em relação ao contrato original. Fundamento Legal: O presente aditivo é firmado com base na justificativa do Gestor do contrato, constante no Memorando nº 972/2018, e com fundamento legal no artigo 65 inciso I, alínea “b”, c/c §1º, da Lei Federal 8.666/93 e item 7.3 da Cláusula 7ª do contrato original; Item orçamentário: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Complemento do elemento	Dotação Orçamentária	Recursos
25.03.4.406.17.512	Manutenção das Atividades Técnicas e Operacionais – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	3.3.90.30.11	59	Arrecadados pelo SAMAE

Data da assinatura: 15/10/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e João Eduardo Vieira

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

**SEMED - PORTARIA Nº 1791/2018**

Publicação Nº 1774422

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 17912018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, CRISTINA HOLZINGER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 03/09/2018 até 20/12/2018, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Max Schubert	20

Jaraguá do Sul, 30 de agosto de 2018  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1792/2018**

Publicação Nº 1774423

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1792/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, EMANUELLE GONÇALVES CUSTODIO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, a partir de 03/09/2018 até 20/12/2018, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEB Machado de Assis	33	7	40

Jaraguá do Sul, 30 de agosto de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1793/2018**

Publicação Nº 1774424

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1793/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1285/2018, de 09.07.2018, que admitiu, MARIA ANGELA SCHROEDER, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 03.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1794/2018**

Publicação Nº 1774426

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1794/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1159/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, MARIA CICERA LOPES DO NASCIMENTO, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação



**SEMED - PORTARIA Nº 1795/2018**

Publicação Nº 1774430

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1795/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 969/2018, de 30.05.2018, que prorrogou a portaria de, MARIA DE LOURDES RODRIGUES DE MIRANDA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de INGLÊS, nos períodos de 04.08.2018 até 03.09.2018 e 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1796/2018**

Publicação Nº 1774431

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1796/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1274/2018, de 29.06.2018, que admitiu, MARIA DO CARMO RODRIGUES DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1797/2018**

Publicação Nº 1774432

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1797/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1204/2018, de 26.06.2018, que prorrogou a portaria de, MARIA DO SOCORRO CHAVES MARTINS, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1798/2018**

Publicação Nº 1774433

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1798/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1150/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, MARIA ELIANE PEREIRA DE SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 30.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1799/2018**

Publicação Nº 1774434

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1799/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1141/2018, de 13.06.2018, que admitiu, MARIA IZAURA SEECHIS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1800/2018**

Publicação Nº 1774435

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1800/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1306/2018, de 30.07.2018, que admitiu, MARIA JANETEDA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, no período de 03.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação



**SEMED - PORTARIA Nº 1801/2018**

Publicação Nº 1774436

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1801/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1284/2018, de 06.07.2018, que admitiu, MARIA MIZIA DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como AUXILIAR DE SALA, no período 03.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1802/2018**

Publicação Nº 1774437

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1802/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1177/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, MARIELE AGOSTINHO SCHULTZ, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1803/2018**

Publicação Nº 1774438

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1803/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1304/2018, de 30.07.2018, que admitiu, MARISETE SILVANIA FRANZNER, para em Caráter Temporário atuar como AUXILIAR DE SALA, no período 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1804/2018**

Publicação Nº 1774439

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1804/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1160/2017, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, MARISTELA DOS ANJOS BENTO, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1805/2018**

Publicação Nº 1774440

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1805/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1161/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, MARLIZE VICENZI, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1806/2018**

Publicação Nº 1774441

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1806/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1169/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, MICHELE APARECIDA MACENO MARCOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1807/2018**

Publicação Nº 1774442

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1807/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 993/2018, de 30.05.2018, que prorrogou a portaria de, MILTON ROBERTO ALVES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de HISTÓRIA, nos períodos de 04.08.2018 até 03.09.2018 e 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1808/2018**

Publicação Nº 1774443

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1808/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1233/2018, de 27.06.2018, que admitiu, MONICA APARECID SANTIAGO NUNES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 1809/2018**

Publicação Nº 1774444

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 1809/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1142/2018, de 13.06.2018, que admitiu, NILCEA DO ROCIO FLORIANO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA N° 1810/2018**

Publicação N° 1774445

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA N° 1810/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 102/2010, de 12 de novembro de 2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital N° 004/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA N° 1235/2018, de 27.06.2018, que admitiu, PAULO SERGIO PRAXEDES DO MONTE ARAÚJO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Libras, no período de 04.09.2017 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

# Joaçaba

## PREFEITURA

**01/2018 PMJ TA 10**

Publicação Nº 1774859

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018/PMJ/10 – TA 01

Aos 08 (oito) dias do mês de outubro do ano de 2018, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, representada neste ato pela Secretária, MARILENA ZANOELLO DETONI, como órgão gerenciador e o GABINETE DO PREFEITO, como órgão participante, e a empresa COMERCIAL DE FRUTAS E VERDURAS E TRANSP. HORN LTDA, estabelecida na RUA ORLANDO GANZ, 1009, no Município de CUTITIBANOS, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.785.781/0001-65, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato por FERNANDO LUIZ HORN, portador do documento de identidade nº 4502978, inscrito no CPF/MF sob o nº 068.903.489-07, residente e domiciliado em Curitiba, SC, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 01/2018/PMJ/10, firmada em 02/01/2018, originada do Processo de Licitação nº 91/2017/PMJ - Pregão Presencial nº 59/2017/PMJ, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

Em conformidade com o disposto no inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93, este instrumento tem por objeto alterar o preço dos itens 7 e 8 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
7	Banana Tipo Caturra	kg	BONACOL SI	1,05	2,29
8	Batatinha Lavada	kg	PETRY	1,38	2,18

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 01/2018/PMJ/10.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, 08 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
MARILENA ZANOELLO DETONI - Secretária

COMERCIAL DE FRUTAS VERDURAS E TRANSPORTES HORN LTDA  
FERNANDO LUIZ HORN

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

## ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DE PARECER TÉCNICO

Publicação Nº 1774790

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DE PARECER TÉCNICO AUTÔNOMO DOS PROJETOS APRESENTADOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 0001/2017 E EDITAL DE AUTORIZAÇÃO Nº 0001/2017.

Às 13:30 horas do dia dezoito de setembro de dois mil e dezoito (19/09/2018), no Gabinete da Coordenadoria de Planejamento do Município de Joaçaba, na sede da Prefeitura Municipal, sita à Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba, Santa Catarina, deu-se início a reunião de análise e discussão do parecer técnico autônomo entregue pela equipe técnica contratada através do CIMCATARINA, composta pelos Srs. Túlio Domingos Farina, engenheiro eletricista, CREA-SC S1 158707-5; Israel Monteiro, atuário e Elói Rönna, diretor executivo, referente à análise das propostas apresentadas pelas empresas Tellus Mater Brasil Ltda e Consórcio Sadenco Sul-Americana de Engenharia e Comércio Ltda/Quantum Engenharia Ltda. Fizeram-se presentes à sessão os membros nomeados pelo Decreto nº 5345 de 26 de fevereiro de 2018: Jorge Luiz Dresch, Secretário de Gestão Administrativa e Financeira; João Carlos Toledo Sampaio, Coordenador de Planejamento; Michel

Carlesso Ávila, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação e Vilson Sartori, Secretário de Infraestrutura e Agricultura. Iniciada a reunião, João Sampaio solicitou aos membros presentes que emitissem suas opiniões quanto ao parecer apresentado pelo CIMCATARINA previamente entregue a cada um em envelope lacrado. Após as considerações de cada membro, esta comissão decidiu, por unanimidade, que ambos os projetos apresentados são desfavoráveis, em aspectos diferentes, ao município, optando-se pela não utilização de nenhum dos dois projetos por essa administração. Sendo assim, encerra-se o Edital de Chamamento Público Procedimento de Manifestação de Interesse Nº 0001/2017 e Edital de Autorização Nº 0001/2017. Nada mais havendo, eu, Ligia Adriane Darold da Silva redigi a presente ata que segue assinada pelos presentes.

## **EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2018**

Publicação Nº 1775285

Edital nº 001/2018

ABRE INSCRIÇÕES PARA CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE VAGAS ATUAIS E FUTURAS DE CARGOS DO QUADRO EFETIVO DO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC (LEI COMPLEMENTAR Nº 211/2011 E SUAS ALTERAÇÕES), DEFINE SUAS NORMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, Senhor Dioclesio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal/88, Lei Complementar nº 211, de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 76, de 11 de dezembro de 2003 e demais legislação aplicável, autorizando por meio do Processo Licitatório nº 117/2018/PMJ, Dispensa nº 22/2018/PMJ, Contrato Administrativo nº 85/2018/PMJ, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontram abertas, no período de 16 de outubro de 2018 ao dia 14 de novembro de 2018, as inscrições do Concurso Público destinado ao provimento de vagas atuais e futuras de cargos do quadro efetivo do Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba/SC (Lei Complementar nº 211/2011 e suas alterações), conforme adiante se identifica, o qual se regerá pelas disposições da legislação aplicável e de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 Este Concurso Público é executado pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – Funoesc, sob sua organização e controle.

1.2 O Concurso Público aferirá os conhecimentos, a capacitação e as habilidades dos candidatos por intermédio de:

a) Provas escritas de questões objetivas, aplicada a todos os candidatos regularmente inscritos e cuja inscrição tenha sido homologada, de acordo com as peculiaridades e especificidades de cada cargo em seleção. A prova escrita será composta por 5 (cinco) questões de matemática, 5 (cinco) questões de língua portuguesa, 5 (cinco) questões de legislação (Lei Orgânica do Município de Joaçaba, Estatuto dos Servidores e Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba) e por 15 (quinze) questões de conhecimento específico, todas objetivas, no formato de múltipla escolha (A a D), das quais somente 01 (uma) deverá ser assinalada, observado o enunciado da questão.

b) Avaliação de Títulos dos candidatos às vagas dos cargos de Atendente de Farmácia, Motorista Socorrista SAMU, Técnico de Enfermagem SAMU, Advogado, Agente da Dengue, Assistente Social, Auxiliar de Saúde Bucal, Cirurgião Dentista, Contador, Enfermeiro, Farmacêutico, Farmacêutico/Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Cardiologista, Médico Dermatologista, Médico Ginecologista, Médico Infectologista, Médico Pediatra, Médico Pneumologista, Médico Psiquiatra, Médico Urologista, Nutricionista, Profissional de Educação Física, Psicólogo, Técnico em Administração, Técnico de Enfermagem, Técnico em Laboratório, Terapeuta Ocupacional, Terapeuta Oriental, Cuidador, Fiscal de Obras e Posturas, Técnico em Topografia e Engenheiro Agrimensor.

c) Prova Prática, para os cargos de Motorista Socorrista SAMU e Motorista, cuja tarefa será especificada pelo Avaliador no momento de aplicação da prova.

1.3 As inscrições, conforme se disciplina neste Edital, serão efetuadas somente pela internet, em sistema on-line, no link: <https://educare.unoesc.edu.br/inscricao/2539>

1.4 Os editais, avisos, divulgação de outras informações e as publicações oficiais, referentes a este Concurso Público, dar-se-ão pela publicação nos termos da legislação municipal vigente e na internet, por intermédio dos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br), [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

### **CAPÍTULO II**

#### **DOS CARGOS, DAS VAGAS E DAS HABILITAÇÕES**

2.1 Este Concurso Público destina-se à seleção de candidatos para o provimento de vagas atuais e futuras de cargos do quadro efetivo do Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba/SC (Lei Complementar nº 211/2011 e suas alterações), conforme interesse e necessidade, nos cargos que adiante se identifica, no decorrer do período de validade do Concurso Público. O quadro abaixo define os cargos, as vagas, a habilitação mínima para a posse, a carga horária semanal, os respectivos vencimentos e a taxa de inscrição:



CARGO	VAGAS	REQUISITOS	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	VENCIMENTOS	PROVAS	TAXA DE INSCRIÇÃO
Atendente de Farmácia	2	Ensino Médio Completo, curso de atendente/balconista ou técnico em farmácia com carga horária mínima de 240 horas /aula, em instituição reconhecida pelo MEC.	40h	R\$ 1.393,84	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 100,00
Motorista Socorrista SAMU	CR	Ensino Médio Completo. Experiência mínima comprovada de dois anos de trabalho como motorista. Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito) tendo a Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D". Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva. Estar uniformizado em todo o período de trabalho no SAMU. Cumprir escala de serviço previamente estabelecida. Fica autorizada a disponibilização de outros servidores para atender as necessidades do programa.	180h mensais em regime de escala	R\$ 1.372,06	Prova objetiva + Prática + Títulos	R\$ 100,00
Técnico de Enfermagem SAMU	CR	Ensino Médio Completo. Certificado de conclusão de curso de técnico de enfermagem (ensino regular). Registro do órgão responsável – COREN-SC. Fica autorizada a disponibilização de outros servidores para atender as necessidades do programa.	180h mensais em regime de escala	R\$ 1.620,48	Prova Objetiva + Títulos	R\$ 100,00
Advogado	1	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	35h	R\$ 4.814,88	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Agente da Dengue	1 + CR	Ensino Médio completo (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 241/2013)	40h	R\$ 1.524,51	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 100,00
Assistente Social	1 + CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	40h	R\$ 3.983,61	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Aux. Saúde Bucal	CR	Ensino Médio completo e Curso de Auxiliar em Saúde Bucal e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	40h	R\$ 1.393,84	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 100,00
Aux. Serv. Internos	1 + CR	No ato da nomeação 4ª série do ensino fundamental e no término do estágio probatório, comprovante de conclusão de ensino fundamental.	40h	R\$ 1.029,23	Prova Objetiva	R\$ 50,00
Cirurgião Dentista	3 + CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	40h	R\$ 5.081,65	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Contador	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	35h	R\$ 4.814,88	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00

Enfermeiro	1 + CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	40h	R\$ 3.774,94	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Farmacêutico	1 + CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	35h	R\$ 4.065,33	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Farmacêutico/ Bioquímico	1 + CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	35h	R\$ 4.065,33	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Fisioterapeuta	1	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	40h	R\$ 2.628,00	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Fonoaudiólogo	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	35h	R\$ 2.299,47	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Médico	4 + CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	40h	R\$ 16.537,55	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Médico Cardiologista	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	10h	R\$ 5.263,62	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Médico Dermatologista	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	10h	R\$ 5.263,62	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Médico Ginecologista	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	20h	R\$ 10.505,12	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Médico Infectologista	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	20h	R\$ 10.505,12	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Médico Pediatra	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	15h	R\$ 9.848,55	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Médico Pneumologista	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	10h	R\$ 5.263,62	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Médico Psiquiatra	1 + CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	20h	R\$ 10.505,12	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Médico Urologista	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	10h	R\$ 5.263,12	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Motorista	1 + CR	Ensino Fundamental completo e Carteira Nacional de Habilitação categoria "D".	40h	R\$ 1.524,51	Prova Objetiva + Prática	R\$ 50,00
Nutricionista	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	35h	R\$ 2.299,47	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00

Profissional de Educação Física	CR	Curso superior em Educação Física, bacharelado ou bacharelado/licenciatura, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 235/2013).	40h	R\$ 2.353,58	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Psicólogo	2 + CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	35h	R\$ 2.299,47	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Técnico em Administração	7 + CR	Ensino Médio completo.	35h	R\$ 1.575,46	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 100,00
Técnico em Enfermagem	CR	Ensino Médio completo e curso Técnico em Enfermagem e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	40h	R\$ 1.800,53	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 100,00
Técnico Em Laboratório	1	Ensino Médio completo e curso técnico profissionalizante na área, com habilitação legal para o exercício da profissão.	35h	R\$ 1.575,46	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 100,00
Terapeuta Ocupacional	1	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	35h	R\$ 2.299,47	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Terapeuta Oriental	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	35h	R\$ 2.312,14	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Cuidador	1 + CR	Ensino fundamental completo e curso de cuidador com duração de no mínimo 100 (cem) horas de duração. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 235/2013)	35h	R\$ 1.524,51	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 50,00
Fiscal de Obras e Posturas	1 + CR	Ensino Superior Completo em Engenharia Civil ou Arquitetura.	35h	R\$ 3.303,09	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00
Técnico em Topografia	1 + CR	Ensino Médio completo e curso profissionalizante na área com habilitação legal para o exercício da profissão.	35h	R\$ 1.651,53	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 100,00
Engenheiro Agrimensor	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	35h	R\$ 3.303,09	Prova Objetiva+ Títulos	R\$ 120,00

\* CR: Cadastro de Reserva

2.2 O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo devendo orientar-se pela tabela constante no item 2.1 deste Edital. Na hipótese do candidato se inscrever em mais do que um cargo e efetuar o pagamento das respectivas taxas de inscrição considerar-se-á válida apenas a última inscrição, não lhe cabendo ressarcimento quanto aos valores das inscrições anteriores.

2.3 Os candidatos aprovados e classificados no CONCURSO PÚBLICO serão convocados, observada estritamente a ordem de classificação nos cargos, para a realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos, realização de exames médicos e apresentação de documentos, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração Municipal.

2.4 O Prefeito Municipal nomeou uma Comissão Especial para a Coordenação e Acompanhamento deste CONCURSO PÚBLICO, por meio da Portaria nº 3301, de 16 de outubro de 2018.

2.5 As etapas deste CONCURSO PÚBLICO serão realizadas preferencialmente na cidade de Joaçaba/SC, data e local a serem determinados conforme Cronograma do Anexo II.

2.6 O local de exercício dos candidatos nomeados será designado pelo Município de Joaçaba/SC.

2.7 A homologação do resultado final deste CONCURSO PÚBLICO poderá ocorrer por cargos, separadamente, ou pelo conjunto de cargos disponibilizados neste Edital, a critério da Administração.

2.8 Para todos os fins deste CONCURSO PÚBLICO será considerado o horário oficial de Brasília/DF.

### CAPÍTULO III DAS INSCRIÇÕES

3.1 A inscrição do candidato implica o conhecimento das presentes disposições e a tácita aceitação das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do certame acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.1.1 As inscrições devem ser realizadas no site [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br), das 14h do dia 16 de outubro de 2018 às 21h do dia 14 de novembro de 2018, conforme orientações constantes no ANEXO I.

3.1.2 Para se inscrever, o candidato deverá, no período das inscrições:

a) estar ciente de todas as informações sobre este CONCURSO PÚBLICO disponíveis na página da Funoesc ([www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br)) e acessar o link para inscrição correlato ao certame <https://educare.unoesc.edu.br/inscricao/2539>

b) cadastrar-se no período entre as 14h do dia 16 de outubro de 2018 às 21h do dia 14 de novembro de 2018, por meio do link específico disponível na página citada;

c) optar pelo cargo que deseja concorrer;

d) imprimir o boleto bancário que deverá ser pago, em qualquer banco, impreterivelmente, até o último dia de inscrição para o concurso público. O pagamento após a data de término do prazo de inscrição implica o CANCELAMENTO da inscrição. ATENÇÃO: O banco confirmará o pagamento do boleto à Funoesc, e a inscrição via internet somente será efetivada após a confirmação do pagamento feito por meio do boleto bancário.

3.1.3 Para efetuar a inscrição é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

3.1.3.1 Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do certame o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.1.4 O boleto bancário poderá ser reimpresso até o dia da data do término das inscrições; a cada reimpressão do boleto constará a mesma data de vencimento, podendo sua quitação ser realizada por meio de qualquer agência bancária e seus correspondentes.

3.1.5 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias e/ou lotéricas na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o envio da documentação prevista neste Edital (quando for o caso) ou o pagamento do boleto de inscrição para o 1º dia útil que antecede o feriado ou evento. No caso de pagamento do boleto, o candidato poderá, ainda, realizá-lo por outro meio alternativo válido (pagamento do título em caixa eletrônico, Internet Banking, etc.), devendo ser respeitado o prazo limite determinado neste Edital.

3.1.6 Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para este CONCURSO PÚBLICO.

3.1.7 A não integralização dos procedimentos de inscrição implica sua insubsistência.

3.1.8 Não serão aceitos e nem considerados pagamentos feitos por comprovantes encaminhados por fac-símile (fax) e/ou depósito por envelope para operação futura. Também não serão aceitos e considerados pagamento extemporâneos (fora do período próprio, conforme antes determinado), ou feito por qualquer meio não regrado neste Edital.

3.1.9 A Administração Municipal de Joaçaba/SC e a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina não se responsabilizam por solicitações de inscrição (pela internet) não recebidas por qualquer motivo de ordem técnica em computadores, falhas de conexão e de comunicação, congestionamento de linhas de conexão e de transmissão, bem como outros fatores de qualquer ordem que impossibilitem a realização da inscrição com a correta transferência de dados.

3.1.10 Efetivada a inscrição, não será permitida alteração da opção do cargo apontada na inscrição.

3.1.11 O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas na inscrição. O candidato que não satisfizer todas as condições estabelecidas neste Edital será eliminado.

3.1.12 O candidato que prestar qualquer declaração ou apresentar qualquer documento falsos, inexatos ou, ainda, que não atenda a todas as condições estabelecidas neste Edital terá sua inscrição cancelada e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado nas provas e etapas deste certame e ainda que o fato seja constatado posteriormente.

3.1.13 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

3.1.14 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição somente será devolvido em caso de anulação ou cancelamento do CONCURSO PÚBLICO.

3.1.15 Após a homologação da inscrição, não será aceita, em hipótese alguma, solicitação de alteração dos dados contidos na inscrição.

3.1.16 Não haverá isenção total ou parcial do pagamento da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que preencherem os requisitos da Lei Estadual nº. 10.567/97 (Doador de Sangue) e Lei Municipal 4097/11.

3.1.16.1 O pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição deverá ser dirigido à Comissão Especial para a Coordenação e Acompanhamento deste CONCURSO PÚBLICO, junto ao Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado na Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, setor de Protocolo, térreo, em envelope identificando o concurso público, aos cuidados de "Concursos Públicos", conforme calendário constante no Cronograma (Anexo II), com os seguintes documentos:

3.1.16.1.1 cópia da carteira de Doador de Sangue e/ou comprovação dessa condição, mediante declaração expedida pela entidade coletora oficial, e que comprove a doação voluntária de no mínimo duas vezes ao ano, durante o período de 2 (dois) anos anteriores ao término das inscrições do certame;

3.1.16.2 O candidato deve se inscrever regularmente por meio do link <https://educare.unoesc.edu.br/inscricao/2539>, optar pelo cargo para o qual pretende concorrer à vaga, e gerar o boleto de inscrição, o qual será cancelado pela Funesesc em caso de deferimento do pedido de isenção;

3.1.16.3 Entregar, compreendida aqui a entrega pessoal, por meio de terceira pessoa, ou por intermédio dos Correios (com AR) observado o item 3.1.16.4, no Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado na Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, setor de Protocolo, térreo, aos cuidados de "Concursos Públicos", os documentos de que trata o item "3.1.16.1", até a data limite estabelecido no Cronograma do Anexo II;

3.1.16.4 Se o candidato optar pela entrega via correio, deverá observar que a entrega pelos Correios à Funesesc deverá ocorrer até 31/10/2018 – considera-se aqui a data de recebimento pela Funesesc e não a data de envio/postagem;

3.1.16.5 A análise preliminar dos pedidos de isenção será divulgada nos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br) e [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) até a data indicada no cronograma deste Edital (Anexo II), não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, havendo possibilidade de interposição de recurso, nos termos do item "3.1.18" deste Edital.

3.1.16.6 A divulgação definitiva dos pedidos de isenção se dará na data de 09/11/2018. O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido poderá participar do concurso público efetuando o pagamento do boleto gerado quando da realização da inscrição.

3.1.17 Os requerimentos de isenção realizados após o prazo estipulado no cronograma deste Edital serão desconsiderados e terão a solicitação de isenção automaticamente indeferida.

3.1.18 Fica assegurado o direito de recurso aos candidatos com o pedido de isenção indeferido, no prazo de 2 (dois) dias contados da divulgação do resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição. Os recursos deverão ser protocolados no Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado na Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, setor de Protocolo, térreo, aos cuidados de "Concursos Públicos", em requerimento próprio disponibilizado no Anexo IV, ou enviar o Anexo IV devidamente preenchido para o e-mail [concursopublico.jba@unoesc.edu.br](mailto:concursopublico.jba@unoesc.edu.br), neste caso, considerado interposto o recurso quando da confirmação de leitura pela Funesesc, a qual deverá se dar dentro do prazo de recurso estabelecido no Cronograma do Anexo II, considerado como prazo final às 17h do último dia previsto para interposição do recurso correspondente, não se responsabilizando a Funesesc por e-mails não entregues, não confirmada a leitura ou qualquer outro erro que impossibilite o recebimento do recurso via e-mail.

3.1.19 O candidato que tiver a isenção deferida, mas que tenha realizado outra inscrição paga, terá sua isenção cancelada.

3.1.20 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de taxa via fax ou correio eletrônico.

3.1.21 O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de isenção.

3.1.22 Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso para inscrição ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

3.1.23 Não serão deferidas inscrições via fax e/ou via e-mail.

3.1.24 As informações prestadas no requerimento de inscrição e/ou isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Funesesc do direito de excluir do CONCURSO PÚBLICO aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos, sem prejuízo das sanções legais cabíveis e remessa às autoridades competentes.

3.1.25 O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, como aqueles relativos à CPF, notas e desempenho nas provas, entre outros, considerando-se que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao CONCURSO PÚBLICO. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido, ficando, também, cientes os candidatos de que, possivelmente, tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores por meio dos mecanismos de busca atualmente existentes.

3.1.26 A Funesesc disponibilizará nos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br) e [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) a lista das inscrições deferidas e indeferidas (se



houver), conforme cronograma constante no Anexo II, para conhecimento do ato e motivos do indeferimento para interposição dos recursos, no prazo legal.

3.1.27 A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a DESISTÊNCIA do candidato e sua consequente ELIMINAÇÃO deste CONCURSO PÚBLICO.

3.1.28 O candidato inscrito deverá atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital, será automaticamente considerada não efetivada pela organizadora, não assistindo nenhum direito ao interessado.

#### Seção I

Das Inscrições de Candidatos na Condição de Portadores de Necessidades Especiais e Candidato que Necessitar de Condição Especial

3.2 O candidato, pessoa com deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial e/ou de tempo adicional para realização das provas, deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários e, ainda, entregar, até o dia 31 de outubro de 2018, impreterivelmente, para a Coordenação dos Concursos Públicos e Processos Seletivos da Funoesc – localizado na Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, Centro Administrativo, setor de Protocolo, térreo, aos cuidados de “Concursos Públicos” – laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida.

3.2.1 Portadores de doença infectocontagiosa que não tiverem comunicado à Funoesc, por inexistir a doença na data limite referida, deverão fazê-lo via correio eletrônico [concursopublico.jba@unoesc.edu.br](mailto:concursopublico.jba@unoesc.edu.br), tão logo a condição seja diagnosticada. Os candidatos nessa situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.

3.2.2 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, atendido o item “3.2” mediante envio de requerimento próprio e do respectivo comprovante da condição de lactante, deverá levar no dia da prova, somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

3.2.3 Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata em razão do tempo despendido com a amamentação.

3.2.4 A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.2.5 As pessoas com deficiência, assim entendido aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/1999 e suas alterações, têm assegurado o direito de inscrição no presente CONCURSO PÚBLICO, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram.

3.2.5.1 Do total de vagas existentes e que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do CONCURSO PÚBLICO, até 5% (cinco por cento) ficarão reservadas aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, desde que apresentem laudo médico (documento original ou cópia autenticada em cartório) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência.

3.2.6 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência deverá marcar a opção no link de inscrição e entregar o laudo médico até o dia 31 de outubro de 2018, impreterivelmente, para a Coordenação dos Concursos Públicos e Processos Seletivos da Funoesc – localizado na Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba/SC, CEP 89.600-000, Centro Administrativo, setor de Protocolo, térreo, aos cuidados de “Concursos Públicos”. O fato de o candidato se inscrever como pessoa com deficiência e enviar laudo médico não configura participação automática na concorrência para as vagas reservadas, devendo o laudo passar por uma análise da organizadora e, no caso de indeferimento, passará o candidato a concorrer somente às vagas de ampla concorrência.

3.2.7 Conforme o §2º do art. 37, do Decreto Federal nº. 3.298/1999, caso a aplicação do percentual de que trata o item “3.2.5.1” resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

3.2.8 O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência poderá requerer atendimento especial para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no art. 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal nº. 3.298/1999.

3.2.9 A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato. Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora adicional a candidatos nessa situação. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A Funoesc não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo à organizadora. O laudo médico (original ou cópia autenticada) terá validade somente para este certame e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

3.2.10 O candidato que não solicitar condição especial na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação; a solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.

3.2.11 A relação definitiva dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada nos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br) e [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), no dia 19 de novembro de 2018.



3.2.12 O candidato que, no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, se aprovado no CONCURSO PÚBLICO, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos na condição de pessoa com deficiência por cargo.

3.2.13 O candidato que porventura declarar indevidamente, quando do preenchimento do requerimento de inscrição via internet, ser pessoa com deficiência deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nessa condição, entrar em contato com a organizadora por meio do e-mail [concursopublico.jba@unoesc.edu.br](mailto:concursopublico.jba@unoesc.edu.br) ou, ainda, protocolo no endereço constante do subitem 3.2.6 deste Edital, para a correção da informação, por se tratar apenas de erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição.

3.2.14 Os candidatos que se declararem pessoas com deficiência, por ocasião da convocação para ingresso no cargo, deverão submeter-se à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal de Joaçaba/SC, que verificará sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo, nos termos do art. 43, do Decreto Federal nº. 3.298/1999.

3.2.15 A perícia médica terá decisão terminativa sobre a qualificação e aptidão do candidato, observada a compatibilidade da deficiência da qual é portador com as atribuições do cargo.

3.2.16 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de laudo médico que ateste a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), conforme especificado no Decreto Federal nº. 3.298/1999 e suas alterações, bem como a provável causa da deficiência.

3.2.17 A não observância do disposto no subitem 3.2.16, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos em tais condições.

3.2.18 O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste CONCURSO PÚBLICO, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.2.19 O candidato convocado, porém não enquadrado como pessoa com deficiência, caso seja aprovado nas etapas anteriores do CONCURSO PÚBLICO, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

3.2.20 O candidato na condição de pessoa com deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo de atuação será eliminado do CONCURSO PÚBLICO.

3.2.21 Se, quando da convocação, não existirem candidatos na condição de pessoa com deficiência aprovados, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo.

## Seção II

Das Vedações em participar neste Concurso Público

3.3 É vedada a participação neste Concurso Público:

3.3.1 De familiares (cônjuge, pais, filhos, tios, irmãos, sobrinhos, cunhados) até terceiro grau, em linha reta ou colateral, dos elaboradores das provas.

3.3.2 De membros da Comissão do Concurso Público, especialmente constituída, e seus membros designados para o acompanhamento da execução de todas as fases e procedimentos deste certame.

## Seção III

Da Homologação das Inscrições

3.4 A Funoesc disponibilizará nos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br) e [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) a lista das inscrições deferidas e indeferidas (se houver), conforme cronograma constante no Anexo II, para conhecimento do ato e motivos do indeferimento para interposição dos recursos, no prazo legal constante no Cronograma do Anexo II.

3.4.1 Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas terão prazo de 02 (dois) dias para recorrer das decisões adotadas nesta fase do Concurso Público, nos termos do Capítulo VI, deste Edital.

3.4.2 Os recursos interpostos por candidatos, contestando decisões inerentes à homologação das inscrições, deverão ser protocolados junto a Coordenação dos Concursos Públicos e Processos Seletivos da Funoesc – localizado na Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba/SC, 89.600-000, Centro Administrativo, setor de Protocolo, térreo, aos cuidados de "Concursos Públicos", em requerimento próprio, constante no Anexo IV-A, ou por meio do e-mail [concursopublico.jba@unoesc.edu.br](mailto:concursopublico.jba@unoesc.edu.br), neste caso, considerado interposto o recurso quando da confirmação de leitura pela Funoesc, a qual deverá se dar dentro do prazo de recurso estabelecido no Cronograma do Anexo II, considerado como prazo final às 17h do último dia para interposição do recurso correspondente, não se responsabilizando a Funoesc por e-mails não entregues, não confirmada a leitura ou qualquer outro erro que impossibilite o recebimento do recurso via e-mail.

3.4.3 Eventuais erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento deverão ser comunicados no dia e na sala de realização das provas objetivas para correção de dados cadastrais.

3.4.4 A confirmação de inscrição NÃO será enviada ao endereço informado pelo candidato no ato da inscrição. São de responsabilidade exclusiva do candidato, a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

#### CAPÍTULO IV DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

##### Seção I Das Modalidades de Avaliação

4.1 Este Concurso Público avaliará os candidatos às vagas dos cargos contemplados neste Edital, por intermédio de:

4.1.1 Prova Escrita, à qual serão submetidos todos os candidatos com inscrição homologada, que terá caráter classificatório e eliminatório, nos termos do que se disciplina na Seção II deste Capítulo.

4.1.2 Avaliação de Títulos, à qual serão submetidos os candidatos às vagas dos cargos de Atendente de Farmácia, Motorista Socorrista SAMU, Técnico de Enfermagem SAMU, Advogado, Agente da Dengue, Assistente Social, Auxiliar de Saúde Bucal, Cirurgião Dentista, Contador, Enfermeiro, Farmacêutico, Farmacêutico/Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Cardiologista, Médico Dermatologista, Médico Ginecologista, Médico Infectologista, Médico Pediatra, Médico Pneumologista, Médico Psiquiatra, Médico Urologista, Nutricionista, Profissional de Educação Física, Psicólogo, Técnico em Administração, Técnico de Enfermagem, Técnico em Laboratório, Terapeuta Ocupacional, Terapeuta Oriental, Cuidador, Fiscal de Obras e Posturas, Técnico em Topografia e Engenheiro Agrimensor, nos termos estabelecidos na Seção IV deste Capítulo.

4.1.3 Prova Prática, à qual serão submetidos os candidatos às vagas dos cargos de Motorista Socorrista SAMU e Motorista, nos termos estabelecidos na Seção V deste Capítulo.

##### Seção II Das Provas Escritas

4.2 As provas escritas terão caráter classificatório e eliminatório.

4.3 As provas escritas serão aplicadas a todos os candidatos às vagas dos cargos deste Concurso Público, no dia 02 de dezembro de 2018, com início às 09h00min e com 3 (três) horas de duração, observadas as disposições do item "4.8", deste Edital.

4.4 Serão aplicadas provas objetivas de múltipla escolha, de caráter classificatório e eliminatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo III deste Edital, com 30 (trinta) questões para todos os cargos, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas: 05 (cinco) questões de matemática, 05 (cinco) questões língua portuguesa, 05 (cinco) questões Legislação referente a Lei Orgânica do Município de Joaçaba, Estatuto dos Servidores e Plano de Cargos e Vencimentos e 15 (quinze) questões de conhecimento específico, todas objetivas, no formato de múltipla escolha (A a D), das quais somente 01 (uma) deverá ser assinalada, observado o enunciado da questão.

4.5 O caderno de prova identificará, pela impressão original, o cargo ao qual se destina e conterá orientações objetivas aos candidatos, além das questões, em ordem numérica crescente, com divisão clara e acentuada para cada parte e para cada disciplina da prova.

4.6 As questões da prova escrita serão respondidas em cartão resposta fornecidos aos candidatos simultaneamente com o caderno de prova. Os candidatos utilizar-se-ão para nele indicar suas respostas, exclusivamente, de uma caneta esferográfica de material transparente com escrita na cor azul ou preta.

4.7 À prova escrita será atribuída nota de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), utilizando-se 02 (dois) decimais após a vírgula. Cada questão específica, as quais correspondem a quinze questões, vale 0,40 (zero vírgula quarenta) décimos. As demais questões, as quais correspondem às outras quinze, valem 0,26 (zero vírgula vinte e seis) décimos cada. As questões que valem 0,26 (zero vírgula vinte e seis) décimos cada, na hipótese de o candidato acertá-las integralmente, terá sua nota arredondada para 4,0 (quatro pontos inteiros) e, posteriormente, somar-se-á à nota do número de acertos das questões específicas.

4.7.1 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no Cartão de Respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão por erro do candidato.

4.7.2 Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

4.7.3 Serão de inteira responsabilidade do candidato, os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão de Respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o Cartão de Respostas, como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

4.7.4 Não será permitido que as marcações no Cartão de Respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal da Funoesc devidamente treinado.

4.7.5 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar o seu Cartão de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

4.8 Os locais de realização das provas escritas, para os quais deverão se dirigir os candidatos serão divulgados no dia 26 de novembro de 2018, nos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br) e [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br). São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.

4.8.1 O candidato não poderá alegar desconhecimento dos horários ou dos locais de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, será considerado como desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste CONCURSO PÚBLICO.

4.8.2 Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes ao cadastro do candidato deverão ser corrigidos SOMENTE no dia das provas escritas.

4.8.3 O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante em seu cadastro ou apresentar qualquer observação relevante, poderá fazê-lo no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

4.8.4 O Caderno de provas contém as informações pertinentes ao CONCURSO PÚBLICO, devendo o candidato ler atentamente as instruções, inclusive, quanto à continuidade do certame.

4.8.4.1 Ao terminar a conferência do Caderno de provas, caso esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu se encontra devidamente identificado no Caderno de provas.

4.8.4.2 No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação; é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

4.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 01 (uma) hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa e documento de identidade original com foto.

4.9.1 Será admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos com inscrições homologadas afixada na entrada do local de aplicação.

4.9.2 Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas apenas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de aplicação se o candidato estiver de posse do protocolo de inscrição, atestando que ele deveria estar devidamente relacionado naquele local.

4.9.2.1 A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela Funoesc com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.

4.9.2.2 Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

4.10 No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, não sendo admitidos quaisquer candidatos retardatários. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador do certame, assim como de dois membros da comissão, testemunhas do fato.

4.10.1 Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de dois candidatos que, com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os Cadernos de Provas, Cartões de Respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, que será assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

4.11 Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade com foto, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala. Poderá haver, inclusive, coleta da impressão digital do polegar direito dos candidatos.

4.12 Caso o candidato esteja impedido fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência constante na Lista de Presença da respectiva sala.

4.13 Os candidatos que por algum motivo se recusarem a permitir a coleta de sua impressão digital, deverão declarar e assumir a responsabilidade por essa decisão. A recusa ao atendimento desse procedimento acarretará a ELIMINAÇÃO do candidato, sendo lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos demais candidatos presentes na sala de provas, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador do certame.

4.14 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

4.15 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, tenham valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (modelo com foto).

4.15.1 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, sendo, ainda, submetido à identificação especial.

4.15.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

4.15.3 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

4.15.4 Candidato que esteja portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.

4.15.5 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original com foto, na forma definida no subitem 4.15 ou não apresentar o boletim de ocorrência conforme especificações do subitem 4.15.1 deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do CONCURSO PÚBLICO.

4.15.6 O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato e sua assinatura.

4.15.7 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

4.15.8 Os candidatos deverão colocar seus objetos pessoais de natureza eletrônica, inclusive celular, que deverá estar desligado, no saco plástico porta-objetos disponibilizado pela fiscalização e guardá-lo embaixo de sua carteira, sob pena de serem eliminados do presente CONCURSO PÚBLICO caso não procedam dessa maneira.

4.16 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, smartphone, mp3, mp4, receptor, gravador, calculadora, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade da Funoesc sobre tais equipamentos.

4.16.1 No caso de o candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do processo de seleção. Para evitar qualquer situação nesse sentido, o candidato deverá evitar portar, no ingresso ao local de provas, quaisquer equipamentos anteriormente relacionados.

4.16.2 Não será permitida, também, ao candidato, a utilização de telefone celular ao final das provas, enquanto estiver dentro da unidade de aplicação destas.

4.16.3 Para a segurança de todos os envolvidos no certame, é recomendável que os candidatos não portem arma de fogo no dia de realização das provas. Caso, contudo, se verifique essa situação, o candidato será encaminhado à Coordenação, à qual deverá entregar a arma para guarda devidamente identificada, devendo desmuniar a arma, reservando as munições na embalagem não reutilizável fornecida pelos fiscais, a qual deverá permanecer lacrada durante todo o período da prova.

4.17 Não será permitida, durante a realização da prova escrita, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia com a apresentação de atestado médico) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.).

4.18 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala deverão sair juntos.

4.19 Não haverá segunda chamada para as provas escritas. Será excluído do CONCURSO PÚBLICO o candidato que faltar à prova escrita ou chegar após o horário estabelecido.

4.19.1 Não haverá na sala de provas marcador de tempo individual.

4.19.2 O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o rascunho do cartão resposta a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início de sua realização, devendo, neste caso, obrigatoriamente, entregar o Caderno de Provas ao fiscal de aplicação. Após o tempo decorrido de 120 (cento e vinte) minutos de realização da prova o candidato poderá levar consigo o caderno de prova.

4.19.3 Todos os candidatos, ao terminarem a prova, deverão, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Cartão de Respostas que será utilizado para a correção de sua prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do

certame.

4.20 Terá suas provas anuladas, também, e será automaticamente ELIMINADO do CONCURSO PÚBLICO, o candidato que durante a realização de qualquer uma das provas:

- a) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
- b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer questões/itens das provas;
- c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
- d) utilizar-se de régua de cálculo, livros, calculadoras e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, gravador, receptor e/ou pagers, e/ou que se comunicar com outro candidato;
- e) faltar com respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes e/ou outros candidatos;
- f) fazer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital;
- g) descumprir as instruções contidas no Caderno de Provas e no Cartão de Respostas;
- h) recusar-se a entregar o Cartão de Respostas ao término do tempo destinado à sua realização;
- i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o Cartão de Respostas;
- j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 4.13, caso se recuse a coletar sua impressão digital;
- k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado.

4.20.1 Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e, caso seja constatado que não houve intenção de burlar o Edital, o candidato será mantido no certame.

4.20.2 Visando a garantia da isonomia e lisura do certame seletivo em tela, no dia de realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas.

4.20.3 Ao término da prova, o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso aos sanitários.

4.21 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do CONCURSO PÚBLICO, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

4.21.1 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas escritas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

4.21.2 Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.

4.22 São de responsabilidade exclusiva do candidato, a identificação correta do local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.

4.22.1 O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação, especificando os horários e locais de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

### Seção III

#### Do Caráter Classificatório e Eliminatório da Prova Objetiva

4.23 A prova escrita tem caráter classificatório e eliminatório para todos os candidatos às vagas dos cargos contemplados neste Concurso Público. Somente terão seus títulos avaliados e/ou prestarão a prova prática, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5 (cinco) na prova objetiva.

### Seção IV

#### Da Avaliação de Títulos

4.24 A avaliação de títulos tem caráter apenas classificatório, e se submeterão a essa etapa os candidatos aos cargos de Atendente de Farmácia, Motorista Socorrista SAMU, Técnico de Enfermagem SAMU, Advogado, Agente da Dengue, Assistente Social, Auxiliar de Saúde Bucal, Cirurgião Dentista, Contador, Enfermeiro, Farmacêutico, Farmacêutico/Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Cardiologista, Médico Dermatologista, Médico Ginecologista, Médico Infectologista, Médico Pediatra, Médico Pneumologista, Médico Psiquiatra, Médico Urologista, Nutricionista, Profissional de Educação Física, Psicólogo, Técnico em Administração, Técnico de Enfermagem, Técnico em Laboratório, Terapeuta Ocupacional, Terapeuta Oriental, Cuidador, Fiscal de Obras e Posturas, Técnico em Topografia e Engenheiro Agrimensor.

4.24.1 Para participar da avaliação de títulos os candidatos às vagas dos cargos referidos no item anterior deverão entregar até o último dia do prazo previsto para realização da inscrição no presente certame, no Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado na Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, setor de Protocolo, térreo, em envelope lacrado com identificação do candidato, do cargo e do concurso público de Joaçaba/SC, cópias autenticadas em cartório dos documentos necessários à avaliação de títulos, conforme se disciplina nesta seção.



4.25 A autenticidade dos documentos entregues são de inteira responsabilidade do candidato, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal, bem como a não consideração para fins de pontuação neste certame.

4.26 Somente serão considerados os documentos (diplomas, certificados, atestados) que atestem a conclusão do curso até o período destinado à entrega de documentos.

4.27 À Avaliação de Títulos, serão submetidos os candidatos às vagas dos cargos de Atendente de Farmácia, Motorista Socorrista SAMU, Técnico de Enfermagem SAMU, Advogado, Agente da Dengue, Assistente Social, Auxiliar de Saúde Bucal, Cirurgião Dentista, Contador, Enfermeiro, Farmacêutico, Farmacêutico/Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Cardiologista, Médico Dermatologista, Médico Ginecologista, Médico Infectologista, Médico Pediatra, Médico Pneumologista, Médico Psiquiatra, Médico Urologista, Nutricionista, Profissional de Educação Física, Psicólogo, Técnico em Administração, Técnico de Enfermagem, Técnico em Laboratório, Terapeuta Ocupacional, Terapeuta Oriental, Cuidador, Fiscal de Obras e Posturas, Técnico em Topografia e Engenheiro Agrimensor, sendo atribuídas notas de 0 (zero) a 05 (cinco).

4.28 Os títulos considerados neste CONCURSO PÚBLICO, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

ESPECIFICAÇÃO PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Curso de Doutorado na área de atuação, com registro em órgão competente, condicionado à comprovação da graduação na mesma área.	2,50 (dois vírgula cinco) pontos
b) Curso de Mestrado na área de atuação, com registro em órgão competente, condicionado à comprovação da graduação na mesma área.	1,50 (um vírgula cinco) pontos
c) Curso de Pós-graduação na área específica, com registro em órgão competente, condicionado à comprovação da graduação na mesma área.	1,00 (um) ponto

ESPECIFICAÇÃO PARA OS CARGOS NÍVEL MÉDIO E FUNDAMENTAL	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Curso de Doutorado e/ou Mestrado, com registro em órgão competente.	1,50 (um vírgula cinco) pontos
b) Curso de Pós-graduação.	1,50 (um vírgula cinco) pontos
c) Curso de Graduação.	1,00 (um) ponto
d) Cursos de Aperfeiçoamento/Técnicos em áreas correspondente ao cargo.	1,00 (um) ponto

4.29 Para receber a pontuação relativa aos títulos relacionados no quadro de títulos, serão aceitos somente os certificados/declarações em que conste a carga horária.

4.29.1 Os diplomas expedidos por instituição estrangeira deverão estar revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

4.29.2 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado para fim de avaliação e pontuação na fase de títulos, quando traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

4.29.3 Para os Cursos de Aperfeiçoamento/Técnicos em áreas correspondente ao cargo serão considerados certificados que atestem a conclusão nas áreas afins ao cargo realizados na forma presencial não se computando pontos para cursos virtuais/online e com a discriminação da respectiva carga horária total do curso.

4.30 Para receber a pontuação relativa aos títulos de doutorado, mestrado e pós-graduação, lato sensu, serão aceitos somente os diplomas e/ou certificados com registro em órgão competente em que conste a carga horária. Nos documentos que comprovarem a realização de especialização, deverá constar que o curso foi realizado de acordo com a Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE), ou, ainda, do Conselho Estadual de Educação (CEE). É de inteira responsabilidade do candidato o envio autenticado em cartório da frente e do verso dos títulos para validação de pontos. Documentos sem frente, sem verso, sem autenticação em cartório, ou que estiverem ilegíveis serão desconsiderados.

4.31 Para pós-graduação e Graduação, além do certificado do curso (frente e verso), serão consideradas declarações e atestados que informem a conclusão do curso e que o certificado está em processo de confecção.

4.32 A nota da avaliação de títulos será somada à da prova escrita objetiva e à prova prática, conforme o caso, para apuração da nota final do candidato.

4.33 A não apresentação dos títulos na forma, no prazo e no local estipulado no Edital, importará na atribuição de nota 0 (zero) ao candidato na fase de avaliação de títulos.

4.34 O resultado da avaliação de títulos será divulgado após o julgamento dos eventuais recursos interpostos em face do resultado das provas escritas. A divulgação do resultado da avaliação de títulos se dará nos sites: [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br), [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).



Seção V  
Da Prova Prática

4.35 As provas práticas têm caráter classificatório e serão aplicadas somente aos candidatos dos cargos de Motorista Socorrista SAMU e Motorista que tenham obtido nota igual ou superior a 5,0 (cinco) na prova objetiva, e serão avaliados:

- a) Postura corporal durante execução da tarefa.
- b) Correto manuseio das ferramentas e equipamentos de ofício.
- c) Disciplina, persistência e capacidade de concentração durante a execução da tarefa.
- d) Qualidade da execução da tarefa.
- e) Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo para o qual se inscreveu.

4.35.1 A Banca Examinadora disporá de uma lista de itens a serem observados e cumpridos pelo candidato no acesso e uso do equipamento ou execução do serviço, os quais se classificarão em faltas eliminatórias, graves, médias e leves, além do percurso/atividade a ser cumprida. O cumprimento de todos os itens e o não cometimento de nenhuma falta importa em nota 10 (dez). Cada item não cumprido, cumprido de forma incompleta e/ou incorreta e/ou o cometimento de falta deduz até 1,0 (um) ponto do candidato, observada a gradação das faltas, ou o elimina. Da mesma forma que as questões da prova objetiva os itens são sigilosos e de conhecimento apenas da Banca Examinadora. O objetivo dos itens é aferir o disposto nas alíneas "a" a "e" do item "4.35".

4.36 Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos horários, data e local a serem determinados pela organizadora, conforme Cronograma do Anexo II, e sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

4.37 Os candidatos aos cargos descritos realizarão prova prática na área de conhecimento em que atuarão, a fim de comprovar seu domínio sobre as tarefas determinadas pelo examinador técnico na área.

4.38 Todos os candidatos com inscrições deferidas para os cargos assinalados no item 4.35 e que tenham obtido nota igual ou superior a 5 (cinco) na prova objetiva serão convocados para esta fase e deverão comparecer no local indicado para realização da prova 01 (uma) hora antes do horário fixado para seu início:

a) munidos de documento de identidade, Carteira de Motorista dentro do prazo de validade categoria mínima "D" e, para o cargo de Motorista Socorrista SAMU será também necessária a apresentação de: (I) comprovante da Habilitação profissional como motorista de veículos de emergência ou observação na CNH "CETVE", de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito), e (II) Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva; do contrário, não poderão efetuar a referida prova;

b) trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

4.39 Não haverá tratamento diferenciado a nenhum candidato, sejam quais forem as circunstâncias alegadas, como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, indisposições, câibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e/ou orgânica do candidato, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela Funoesc (turno matutino ou vespertino), o qual será realizado de forma aleatória.

4.40 Será eliminado do CONCURSO PÚBLICO, nesta fase, o candidato que:

- a) retirar-se do recinto da prova durante sua realização sem a devida autorização ou não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a lista de chamada;
- b) não apresentar a documentação exigida;
- c) não obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento dos pontos da prova prática;
- d) faltar com respeito para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes e/ou candidatos;
- e) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentando usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova;
- f) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- g) colocar em risco a segurança própria, dos aplicadores, examinandos e/ou terceiros.

4.41 A Funoesc reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas, alterar as datas e locais das provas práticas. Ocorrendo qualquer alteração, será publicado um comunicado nos sites da [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br) e [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

4.42 A prova prática será realizada perante os membros integrantes da Comissão Especial para a Coordenação e Acompanhamento deste CONCURSO PÚBLICO; o candidato será acompanhado do examinador no transcorrer de toda a prova.

4.43 Veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser usados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Joaçaba/SC, no estado em que se encontrarem.

4.44 Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará a desclassificação do candidato.

4.45 Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador, outro candidato e/ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado da prova prática.

4.46 Terminado o prazo, o candidato interromperá a execução do trabalho determinado, mesmo que não o tenha concluído, sendo avaliadas as etapas que cumpriu.

4.47 Concluída a prova, o candidato assinará o termo de realização da prova prática, que atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, do que não poderá arguir posteriormente.

4.48 Para a prova prática, será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez).

4.49 Os resultados das provas práticas serão divulgados no site da Funoesc ou da Prefeitura Municipal, de acordo com o prazo estabelecido no Anexo II, não sendo possível o conhecimento de seu resultado via telefone, fax ou e-mail.

## CAPÍTULO V DA APURAÇÃO DA NOTA FINAL

5.1 A nota final e, por conseguinte, o resultado deste Concurso Público, será:

5.1.1 A nota da prova escrita para os candidatos às vagas do cargo de Auxiliar de Serviços Internos.

5.1.2 A nota da prova escrita somada à nota da avaliação de títulos, para os candidatos à vaga dos cargos de Atendente de Farmácia, Motorista Socorrista SAMU, Técnico de Enfermagem SAMU, Advogado, Agente da Dengue, Assistente Social, Auxiliar de Saúde Bucal, Cirurgião Dentista, Contador, Enfermeiro, Farmacêutico, Farmacêutico/Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Cardiologista, Médico Dermatologista, Médico Ginecologista, Médico Infectologista, Médico Pediatra, Médico Pneumologista, Médico Psiquiatra, Médico Urologista, Nutricionista, Profissional de Educação Física, Psicólogo, Técnico em Administração, Técnico de Enfermagem, Técnico em Laboratório, Terapeuta Ocupacional, Terapeuta Oriental, Cuidador, Fiscal de Obras e Posturas, Técnico em Topografia e Engenheiro Agrimensor.

5.1.3 A nota da prova escrita multiplicado por 0,5 (zero vírgula cinco) somada à nota da prova prática, sendo que a nota da prova prática é também multiplicado por 0,5 (zero vírgula cinco), para os candidatos do cargo de Motorista.

5.1.4 A nota da prova escrita multiplicado por 0,5 (zero vírgula cinco), somada à nota da avaliação de títulos e somada à prova prática, sendo que a nota da prova prática é também multiplicado por 0,5 (zero vírgula cinco), para os candidatos à vaga do cargo de Motorista Socorrista SAMU.

5.2 A nota final será a soma da nota da prova escrita e da prova prática e/ou prova de títulos, calculada através da seguinte fórmula:

5.2.1 Para o cargo de Auxiliar de Serviços Internos:

$$NF = ((NQE \times 0,40) + (NQG \times 0,26))$$

Onde:  
NF = Nota final.  
NQE = Número de acertos de questões específicas.  
NQG = Número de acertos de questões gerais (Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais/Legislação).

5.2.2 Para os cargos de Atendente de Farmácia, Motorista Socorrista SAMU, Técnico de Enfermagem SAMU, Advogado, Agente da Dengue, Assistente Social, Auxiliar de Saúde Bucal, Cirurgião Dentista, Contador, Enfermeiro, Farmacêutico, Farmacêutico/Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Cardiologista, Médico Dermatologista, Médico Ginecologista, Médico Infectologista, Médico Pediatra, Médico Pneumologista, Médico Psiquiatra, Médico Urologista, Nutricionista, Profissional de Educação Física, Psicólogo, Técnico em Administração, Técnico de Enfermagem, Técnico em Laboratório, Terapeuta Ocupacional, Terapeuta Oriental, Cuidador, Fiscal de Obras e Posturas, Técnico em Topografia e Engenheiro Agrimensor:

$$NF = (NPO + NT)$$

Onde:  
NF = Nota final.  
NPO = Nota da prova objetiva.  
NT = Nota da prova de avaliação de títulos.

5.2.3 Para o cargo de Motorista:

$$NF = ((NPO \times 0,5) + (NP \times 0,5))$$

Onde:  
NF = Nota final.  
NPO = Nota da prova objetiva.  
NP = Nota da prova prática.

5.2.4 Para o cargo de Motorista Socorrista SAMU:

$$NF = (NPO \times 0,5) + NT + (NP \times 0,5)$$

Onde:

NF = Nota final.

NPO = Nota da prova objetiva.

NT = Nota da prova de avaliação de títulos.

NP = Nota da prova prática.

## CAPÍTULO VI DA APROVAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 A nota final corresponderá à nota da prova escrita, ou à soma da nota da prova escrita com a nota da avaliação de títulos, ou à nota da prova escrita com a soma da prova prática, ou à nota da prova escrita com a soma da nota da prova prática e com a nota da avaliação de títulos, conforme o caso, e nos termos estabelecidos no Capítulo V, constando no Edital que publicar o Resultado e a Classificação Final.

6.1.1 Será aprovado e classificado o candidato que atingir média final igual ou superior a 5,00 (cinco inteiros).

6.2 A classificação dos candidatos obedecerá à ordem decrescente das notas finais, em cada um dos cargos deste Concurso Público.

6.2.1 Havendo candidatos inscritos na condição de portadores de necessidades especiais, estes figurarão, no Edital que publicar o resultado final e a classificação, em listagem geral e em listagem separada observada as disposições do item anterior.

6.3 Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos na soma de todas as etapas, serão fatores de desempate os seguintes critérios:

- a) maior pontuação na prova objetiva de Conhecimentos Específicos;
- b) maior pontuação na prova objetiva de Português;
- c) maior pontuação na prova objetiva de Matemática;
- d) maior pontuação na prova objetiva de Legislação;
- e) maior idade; e
- f) sorteio público.

6.3.1 Os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos terão a idade como primeiro critério de desempate, hipótese em que terá preferência o mais idoso. Caso persista o empate, deverá ser observado o critério estabelecido no item 6.3.

6.4 O Edital com as listagens dos classificados será divulgado através dos sites: [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br), [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

6.5 Os candidatos que se sentirem prejudicados com o resultado das provas escritas, da avaliação de títulos ou com a prova prática ou com o resultado final e classificação, poderão interpor recursos, observados os prazos, formalidades e procedimentos previstos no Capítulo VII, a seguir.

6.6 A publicação dos resultados far-se-á por Edital específico para cada uma das modalidades de avaliação e para o resultado e classificação final, contendo:

6.6.1 Quadros individualizados para cada cargo desta seleção.

6.6.2 Quadros separados, no caso de ocorrência de candidatos inscritos na condição de portadores de necessidades especiais, sendo um com todos os candidatos e outro exclusivo aos portadores de necessidades especiais, classificados.

## CAPÍTULO VII DOS RECURSOS

7.1 Caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias, contados da data da publicação do respectivo Edital, em requerimento próprio (Anexo IV), mediante pedido protocolado no Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado na Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, setor de Protocolo, térreo, aos cuidados de "Concursos Públicos", ou por meio do e-mail [concursopublico.jba@unoesc.edu.br](mailto:concursopublico.jba@unoesc.edu.br), neste caso, considerado interposto o recurso quando da confirmação de leitura pela Funoesc, a qual deverá se dar dentro do prazo de recurso estabelecido no Cronograma do Anexo II, considerado como prazo final às 18h do último dia para interposição do recurso correspondente, não se responsabilizando a Funoesc por e-mails não entregues, não confirmada a leitura ou qualquer outro erro que impossibilite o recebimento do recurso via e-mail:

7.1.1 Do deferimento ou indeferimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição;

7.1.2 Do deferimento ou indeferimento da inscrição;

7.1.3 Das questões e gabarito da prova escrita;

7.1.4 Do resultado da avaliação de títulos e do resultado da prova prática;

7.1.5 Do resultado final e respectiva classificação.

7.2 O recurso deverá ser individual, por questão ou resultado, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores, etc. e, ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

7.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

7.4 Serão rejeitados, também, liminarmente os recursos enviados fora do prazo, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E, ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fac-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

7.5 A decisão da Banca Examinadora homologada pelo chefe do Poder Executivo Municipal, será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

7.6 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

7.7 O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

7.8 Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.9 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.10 A publicação do resultado final e homologação do CONCURSO PÚBLICO, findados todos os recursos, será disponibilizada nos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br) e [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br).

7.11 Os recursos obedecerão, minimamente, aos modelos que constam dos ANEXOS IV-A, ANEXO IV-B, ANEXO IV-C, ANEXO IV-D e ANEXO IV-E, deste Edital.

## CAPÍTULO VIII DA HOMOLOGAÇÃO

8.1 Findos os trabalhos atribuídos à fundação contratada para a coordenação e execução de todas as fases do Concurso Público, publicados os resultados e a respectiva classificação, transcorrido o prazo para a interposição de recursos, julgados e resolvidos os interpostos, o resultado será submetido à homologação do Prefeito Municipal, que após fazê-lo, publicará o resultado definitivo através de ato próprio e adequado.

## CAPÍTULO IX DA ESCOLHA E DO PROVIMENTO DAS VAGAS

9.1 Os candidatos classificados serão informados sobre a escolha e provimento das vagas em Edital próprio a ser publicado por afixação no Mural Público no átrio da Prefeitura Municipal de Joaçaba/SC e na internet, nos sites: [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

9.2 O provimento das vagas dos cargos deste Concurso Público obedecerá estritamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados ou classificados, em cada um dos cargos desta seleção, observada a presença de candidatos na condição de Portadores de Necessidades Especiais.

9.3 A convocação, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, dos aprovados e dos classificados, se for o caso, contratados, e aptos à posse, é estabelecida segundo as efetivas necessidades, interesse e conveniência da Administração Municipal, observado o prazo de validade do Concurso Público, a efetiva ordem de classificação e a existência de classificados na condição de Portadores de Necessidades Especiais.

9.4 A posse dos candidatos nomeados e convocados fica sujeita ao atendimento das disposições da Lei Complementar municipal nº 76, de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar municipal nº 211, de 05 de dezembro de 2011, e suas alterações e:

9.4.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº. 70.436, de 18 de abril de 1972, Constituição Federal, § 1º do art. 12, de 05 de outubro de 1988, e Emenda Constitucional nº. 19, de 04 de junho de 1998, art. 3º).

9.4.2 Ter na data da nomeação, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos.

9.4.3 Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do Serviço Militar.

9.4.4 Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

9.4.5 Possuir aptidão física e mental.

9.4.6 Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da nomeação.

9.4.7 Comprovação de inexistência de condenação por crimes:

9.4.7.1. Cometido em função do serviço público, contra qualquer pessoa;

9.4.7.2. Cometido, fora do serviço público, contra qualquer pessoa;

9.4.7.3. Referente ao uso ou tráfico de entorpecentes;

9.4.7.4. Contra o patrimônio;

9.4.7.5. Contra a fé pública; e

9.4.7.6. De qualquer natureza, contra o erário público.

9.4.8 Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

9.4.9 Não registrar antecedentes criminais ou civis incompatíveis com o exercício da função.

9.5 A não apresentação dos documentos antes listados até a data marcada para a posse ou contratação implicará na exclusão do Concurso Público do candidato aprovado e convocado, exceto, se houver solicitação justificada para reclassificação, caso em que o candidato irá para o final da lista dos classificados.

9.6 O candidato nomeado que não tomar posse no prazo estabelecido, se já nomeado, será sumariamente exonerado e eliminado da relação dos aprovados ou classificados.

#### CAPÍTULO X DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

10.1 Os candidatos habilitados e classificados neste Concurso Público serão admitidos sob o regime jurídico estatutário, nos termos da legislação municipal própria, e serão filiados ao Regime Próprio de Previdência Social.

#### CAPÍTULO XI DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 Qualquer cidadão é parte legítima para, tempestiva, motivada e justificadamente propor a impugnação deste Edital.

11.2 A petição que impugnar este Edital deverá se dar por meio de protocolo, em requerimento próprio, junto Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado à Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, setor de Protocolo, térreo, aos cuidados de "Concursos Públicos", no prazo de 02 (dois) dias úteis da publicação, ou por meio do e-mail concurso-publico.jba@unoesc.edu.br, neste caso, considerado interposto o recurso quando da confirmação de leitura pela Funoesc, a qual deverá se dar dentro do prazo de recurso estabelecido acima, considerado como prazo final às 18h do último dia para interposição do recurso correspondente, não se responsabilizando a Funoesc por e-mails não entregues, não confirmada a leitura ou qualquer outro erro que impossibilite o recebimento do recurso via e-mail.

11.3 Na petição deverá constar a(s) razão(ões) da impugnação, acompanhada(s) de justificativa(s), sendo imprescindível a fundamentação legal. Ausentes estas condições o requerimento não será conhecido.

11.4 Os pedidos de impugnação serão resolvidos imediatamente e o resultado publicado no mural público da Prefeitura Municipal e na internet, nos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br) e [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br).

#### CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 O prazo de validade deste Concurso Público é de dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa, interesse e conveniência da Administração Municipal.

12.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento das instruções e normas aqui estabelecidas. Decorrido o prazo estabelecido para a impugnação do Edital, conforme Capítulo anterior, resta caracterizada por parte de quem vier a se inscrever, a aceitação tácita das condições do Concurso Público, tais como se acham dispostas neste Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.

12.3 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades nos documentos apresentados, mesmo que verificadas a posteriori ou a qualquer tempo, em especial por ocasião da nomeação ou da posse, acarretarão na nulidade da inscrição com todas suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

12.4 O candidato deverá manter o endereço atualizado enquanto perdurar a validade do Concurso Público. Na convocação, para posse, caso o candidato aprovado ou classificado não seja encontrado no endereço informado, será convocado por edital, com prazo máximo de

48 (quarenta e oito) horas, publicado no site: [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

12.5 A aprovação no Concurso Público não assegura ao candidato o direito à contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido considerando as efetivas necessidades administrativas da Administração Municipal, sempre observada a ordem de classificação, em cada um dos cargos em seleção e o prazo de validade deste concurso.

12.5.1 A classificação final do concurso destina-se prioritariamente para provimento de cargos efetivos.

12.6 Não haverá novo Concurso Público para os cargos desta seleção até que todos os aprovados sejam convocados, até o limite temporal estabelecido para a sua validade, exceto se antes houver Concurso Público homologado, para o provimento de vagas dos mesmos cargos.

12.7 É de inteira responsabilidade dos candidatos o acompanhamento dos editais, comunicados e demais publicações referentes a este Concurso Público, através do Mural Público da Prefeitura Municipal, da imprensa, se desejar, da Administração Municipal, ou pela internet através dos sites anunciados neste Edital. Os resultados de cada uma das fases serão publicados através de Editais que receberão numeração específica.

12.8 Os candidatos que recusarem o provimento de vagas deste Concurso Público ou manifestarem sua desistência por escrito serão excluídos do cadastro dos aprovados ou classificados. O candidato impossibilitado ou desinteressado na posse, após regular convocação, poderá solicitar a reclassificação, indo então ao final da lista dos classificados em cada um dos cargos em seleção.

12.9 Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, a qualquer tempo, a Administração Municipal ou a fundação contratada para a operacionalização deste Concurso Público poderá anular a inscrição, prova ou admissão do candidato, desde que sejam verificadas falsidades de declaração ou irregularidades insanáveis na prova.

12.10 A Administração Municipal de Joaçaba/SC e a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina se eximem de qualquer compromisso quanto ao transporte, à alimentação e à estadia dos candidatos quando da realização da prova escrita ou de qualquer outro ato decorrente desse Concurso Público.

12.11 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Concurso Público, serão resolvidos, conjuntamente, em fase administrativa, pela fundação contratada e pela Administração Municipal (pela Comissão especialmente designada para a coordenação deste Concurso Público), obedecidas às formas previstas e aplicáveis à matéria.

12.12 São anexos deste edital:

- a) ANEXO I – Orientações para Inscrição
- b) ANEXO II – Cronograma do Concurso Público
- c) ANEXO III – Conteúdo Programático mínimo para a Prova Escrita
- d) ANEXO IV-A, IV-B, IV-C, IV-D e IV-E - Formulários para a Interposição de Recursos.
- f) ANEXO V – Atribuições.
- g) ANEXO VI – Formulário de atestado médico para pessoas com deficiência.

12.13 Informações adicionais podem ser obtidas na Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de Joaçaba, (49) 3551-2173 ou 3551-2265, no horário das 08h às 11h00min, e na internet, nos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br) e [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) ou no seguinte endereço eletrônico: [concursopublico.jba@unoesc.edu.br](mailto:concursopublico.jba@unoesc.edu.br)

12.14 Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir toda e qualquer questão inerente a este Concurso Público, que não encontre solução na área administrativa.

Joaçaba/SC, em 16 de outubro de 2018.

Dioclesio Ragnini

Prefeito

ANEXO I

ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

• Para acesso ao link de inscrições pelo sistema da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoescc), o candidato deve acessar os endereços, a sua escolha:

CONCURSO PÚBLICO:

<https://educare.unoesc.edu.br/inscricao/2539>

• O candidato que já tenha efetuado algum cadastro na instituição Funoescc e possua código e senha de acesso (alunos, ex-alunos, professores e funcionários) deve inseri-los no primeiro quadrante.

• Candidato que não possui cadastro na Funoescc deve preencher o segundo quadrante Ainda não tenho conta, e informar os dados obrigatórios (documentos, endereço, telefones, e-mail, etc.) para o preenchimento da ficha de inscrição.

• Se tiver esquecido sua senha, informe seu código e clique em "esqueceu senha?". Informe os dados solicitados e cadastre uma nova senha, que será enviada por e-mail.



- No módulo Selecionar Atividades, o candidato deve selecionar o cargo desejado e clicar em adicionar. Note-se que o candidato pode optar por apenas 1 (um) cargo.
- Para que a efetivação da inscrição seja confirmada e homologada, é necessário que o candidato, na sequência, imprima o boleto bancário para pagamento e recolha o valor correspondente em qualquer banco. Não serão aceitos recolhimentos, transferências e por agendamento. O recolhimento do boleto deverá ser feito até o vencimento e respeitando, para tanto, o horário da rede bancária, considerando-se para tal o horário de Brasília, DF, sob pena de a inscrição não ser processada e recebida.
- OBSERVAÇÃO: Os candidatos que tiverem dificuldades de acesso ao portal da Funoesc devem entrar em contato com o setor de Extensão da Funoesc Joaçaba por meio do telefone (49) 3551-2173 ou 3551-2265, no horário das 08h às 11h00min.

## ANEXO II

### CRONOGRAMA

#### ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

	Prazo Previsto
Publicação do Edital	16/10/2018
Período de Inscrições via internet	16/10/2018 a 14/11/2018
Prazo para solicitação da isenção da taxa de inscrição	16/10/2018 a 31/10/2018
Divulgação da análise preliminar dos pedidos de isenção	05/11/2018
Prazo para interposição de recurso contra análise preliminar dos pedidos de isenção	06/11/2018 a 07/11/2018
Divulgação definitiva dos pedidos de isenção	09/11/2018
Prazo para solicitação de condições especiais para realização das provas objetivas	16/10/2018 a 31/10/2018
Prazo para entrega de títulos	16/10/2018 a 14/11/2018
Prazo para entrega de laudo médico para pessoas com deficiência	16/10/2018 a 31/10/2018
Divulgação da relação dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas e da relação dos candidatos que irão concorrer na condição de pessoa com deficiência	19/11/2018
Prazo de recebimento dos recursos quanto às inscrições deferidas ou indeferidas e da relação dos candidatos que irão concorrer na condição de pessoa com deficiência	20/11/2018 a 21/11/2018
Divulgação da relação dos candidatos com inscrições deferidas e da relação dos candidatos que irão concorrer na condição de pessoa com deficiência após recursos	23/11/2018
Divulgação dos critérios de avaliação, locais e horário das provas objetivas	26/11/2018
Realização das provas objetivas	02/12/2018 às 9h
Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva	02/12/2018 às 17h
Prazo de recursos quanto aos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva	03/12/2018 e 04/12/2018
Divulgação dos gabaritos oficiais definitivos da prova objetiva	06/12/2018
Divulgação e resultado oficial preliminar da prova objetiva	06/12/2018
Divulgação dos critérios de avaliação, locais e horário da prova prática	10/12/2018
Realização das provas práticas	16/12/2018
Divulgação do resultado oficial das provas práticas e avaliação de títulos	17/12/2018
Prazo de recebimento dos recursos quanto ao resultado oficial preliminar da prova prática e análise de títulos	18/12/2018 e 19/12/2018
Divulgação do resultado oficial definitivo das provas prática e avaliação de títulos após recurso	21/12/2018
Divulgação e publicação do resultado oficial da classificação final oficial preliminar do concurso público	21/02/2016
Prazo de recebimento dos recursos quanto ao resultado da classificação final oficial preliminar do concurso público	26/12/2018 a 27/12/2018
Divulgação e publicação do resultado final e homologação do concurso público	28/12/2018

## ANEXO III

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS

Conteúdos programáticos de Português, Matemática, Legislação e Conhecimentos Específicos para os cargos de Auxiliar de Serviços Inter-nos, Cuidador e Motorista (Fundamental)

#### Português

Ortografia (emprego das letras: h, ch, x, e, i, o, u, g, j, s, ss, c, ç, sc, sç, xc, z); acentuação gráfica e separação silábica; pontuação; concordância nominal e concordância verbal; classes de palavras (Advérbio, Substantivo, Adjetivo, Verbo, Preposição, Conjunção e Numeral) pronomes (pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, indefinidos, interrogativos); homônimos, parônimos, sinônimos, antônimos, polissemia; emprego de sinais de pontuação; termos da oração.

#### Matemática

Operações fundamentais: Ideia associadas à adição; Ideia associadas à subtração; Ideia associadas à multiplicação; Ideia associadas à divisão; Resolver problemas; A forma fracionária dos números Racionais; A forma decimal dos números Racionais; Medidas de grandezas: Comprimento, superfície, volume, capacidade e massa; áreas das figuras geométricas planas.

#### Legislação

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC. LEI COMPLEMENTAR Nº 211 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011 (PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS PARA OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO). LEI COMPLEMENTAR Nº 76 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003

**(ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA).****Conhecimentos Específicos para o Cargo de Auxiliar de Serviços Internos**

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo. Boas maneiras. Higiene e segurança de trabalho. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Noções de primeiros socorros. Conservação do mobiliário. Telefones de emergência. Saneamento básico. Manuseio de produtos químicos. Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas. Limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos, pias, pisos, móveis e utensílios. Uso e cuidado com matérias de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo. Uso de equipamentos de proteção individual (EPIs). Conhecimento em alimentação (preparo de alimentos e servir merenda). Trabalho de cozinha: preparo de café, lanches e refeições em geral. Guarda e conservação de alimentos. Controle de estoque de material de limpeza e de cozinha. Relatório de pedidos de materiais de consumo, limpeza e gêneros alimentícios. Higiene pessoal, ambiental e de materiais de consumo. Noções básicas de limpeza de prédios públicos.

**Conhecimentos Específicos para o Cargo de Cuidador**

Estatuto da criança e do adolescente. Sistema Único de Assistência Social. Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes. Estatuto do Idoso. Primeiros socorros. Cuidados com escabiose e pediculose, cuidados com higiene e conforto, cuidados com armazenamento e administração de medicamentos. Sinais e sintomas de violência física, sexual e mental. Cuidados com desidratação. Cuidados com alimentação. Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

**Conhecimentos Específicos para o Cargo de Motorista**

Legislação de trânsito: código de trânsito brasileiro, regulamentos e normas do CONTRAN, administração de trânsito, circulação de veículos, sinalização horizontal e vertical, registro e licenciamento de veículos, da educação, deveres e proibições, infrações, penalidade e recursos. Mecânica dos veículos: inspeção e cuidados com o veículo, conhecimento básico sobre máquinas e equipamentos (verificações diárias, motor, painel de controle, combustível, água, fluidos e lubrificantes, sistema elétrico, freios, pneus). Direção Defensiva. Condução em vias rurais, urbanas e autoestradas. Transporte de: cargas, pessoas, equipamentos, urgência e emergência. Acessibilidade em transporte de pessoas. Primeiros Socorros. Cidadania. Proteção ao meio ambiente. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Ética profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Comunicação e relações públicas.

Conteúdos programáticos de Português, Matemática, Legislação e Conhecimentos Específicos para os cargos de Atendente de Farmácia, Motorista Socorrista SAMU, Técnico em Enfermagem SAMU, Agente da Dengue, Auxiliar de Saúde Bucal, Técnico em Administração, Técnico em Enfermagem, Técnico em Laboratório e Técnico em Topografia (Médio)

**Português**

Ortografia (emprego das letras: h, ch, x, e, i, o, u, g, j, s, ss, c, ç, sc, sç, xc, z); classes de palavras; flexões do substantivo (gênero, número e grau); frase, oração, período; homônimos, parônimos, sinônimos, antônimos, polissemia; emprego que, quê, porque e porquê; regência verbal e nominal; emprego do sinal da crase; sintaxe de concordância: nominal e verbal; o processo de coordenação e subordinação (emprego e ideias expressas pelos conectivos); classes gramaticais; elementos da textualidade: coesão, coerência, clareza (ambiguidade e redundância).

**Matemática**

Conjuntos numéricos; Funções, Função do 1º e 2º grau, Função Exponencial e Logarítmica; Progressões Aritméticas e Geométricas; Álgebra linear: Matrizes, Determinantes, e Sistemas lineares; Probabilidade; Estatística e matemática financeira; Geometria plana e espacial.

**Legislação**

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC. LEI COMPLEMENTAR Nº 211 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011 (PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS PARA OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO). LEI COMPLEMENTAR Nº 76 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA).

**Conhecimentos específicos para o Cargo de Atendente de Farmácia**

Organização e funcionamento de farmácias e drogarias. Sistemas de controle informatizado na recepção, organização, controle de estoque, armazenamento, movimentação de medicamentos e demais produtos comercializados em farmácias e drogarias. Farmácias e Drogarias como estabelecimento de prestação de serviços em saúde. Noções de funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), nas atividades relacionadas a dispensação de medicamentos, atendimento de receituário nas suas diversas categorias, sob a supervisão do farmacêutico. Técnicas de atendimento ao cliente, voltadas para a dispensação de medicamentos, vendas de produtos correlatos, produtos de higiene e limpeza, perfumaria e cosméticos. Noções de trabalho em equipe. Conhecimento das relações de trabalho pautadas na ética e no sigilo profissional, na confiabilidade e no respeito às diferenças individuais. Atitude cooperativa, comprometida e pró-ativa. Noções de farmacologia e dos principais grupos farmacológicos e suas diversas nomenclaturas, efeitos adversos, interações, contra-indicações e demais riscos relacionados ao uso de medicamentos. Diferenciar medicamentos e prescrições de uso hospitalar. Noções sobre medicamentos manipulados. Distinguir as formas usuais de apresentação dos diversos produtos comercializados em farmácia e suas unidades básicas de medidas. Conhecimento na sua total amplitude da responsabilidade técnica do farmacêutico e o compromisso ético e de respeito a vida, de todos os envolvidos e membros da equipe, que atuam sob a sua supervisão. Noções de primeiros socorros e de biossegurança.

**Conhecimentos específicos para o Cargo de Motorista Socorrista SAMU**

Legislação e Sinalização de Trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Código Internacional Q de radiocomunicação. Proteção ao Meio Ambiente. Conhecimentos sobre condução, manutenção e conservação de veículos; Lei nº 9.503 de 23/09/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

**Conhecimentos específicos para o Cargo de Técnico em Enfermagem SAMU**

Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; SUS - Princípios, diretrizes e normatização

(Leis 8.080 e 8.142/ 90). Diretrizes operacionais do pacto pela Saúde; NOB-SUS/96 Norma Operacional Básica do SUS; Fundamentos da enfermagem - técnicas básicas; Princípios gerais de biossegurança. Política Nacional de atenção às Urgências/Rede de atenção às Urgências. Primeiros Socorros; Ética profissional. Sinais Vitais. Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração); Limpeza, desinfecção e esterilização de material; Cuidados de enfermagem em emergências cardiovasculares, respiratórias, metabólicas, ginecológicas e obstétricas, psiquiátricas, pediátricas. Cuidados de enfermagem no trauma: ABCDE do trauma, politrauma, trauma raquimedular, traumatismo torácico, trauma abdominal, queimaduras, controle de hemorragias, ferimentos abertos e fechados, afogamentos. Cinemática e epidemiologia do trauma. Prevenção do trauma. Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### Conhecimentos específicos para o Cargo de Agente da Dengue

SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Diretrizes operacionais do pacto pela Saúde. Orientação em ambientes de trabalho e saúde do trabalhador; Controle de vetores. Processo saúde-doença: influência das condições de vida: educação, cultura, lazer, emprego, moradia, saneamento e segurança; o papel da família. Meios de Transmissão de Doenças: medidas preventivas e de controle. Endemias e Dengue: Definição, Histórico; Aspectos Biológicos do Vetor: Transmissão, Ciclo de Vida; Biologia do Vetor: Ovo, Larva, Pupa e Habitat; Medidas de Controle: Mecânico e Químico, Área de Risco. Visitas Domiciliares, Educação Ambiental, Saúde Pública e Saneamento Básico, Avaliação de Risco Ambiental e Sanitário; Vigilância Epidemiológica. Mecanismo de Transmissão, patologia, medidas preventivas e controle de zoonoses - dengue, febre amarela, teníase, cisticercose, leptospirose, raiva, toxoplasmose, leishmaniose, (visceral e cutânea), febre tifoide, difteria, cólera, febre maculosa, hantavirose, doença de chagas, malária. Reservatórios e animais peçonhentos. Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### Conhecimentos específicos para o Cargo de Auxiliar de Saúde Bucal

SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Diretrizes operacionais do pacto pela Saúde. Higiene dentária. Técnicas auxiliares de odontologia. Preparação do paciente. Instrumentação. Manipulação de materiais e equipamentos. Preparo e isolamento do campo preparatório. Conservação e manutenção dos equipamentos. Noções básicas de controle de infecções: microrganismos, infecções cruzadas, assepsia e antisepsia. Desinfecção e esterilização. Noções de anatomia oral e dentária. Clínica ampliada, projeto terapêutico e trabalho em equipe. Odontologia preventiva. Equipamentos e Instrumentos odontológicos. Noções gerais sobre o dente. Materiais restauradores. Noções de primeiros socorros. Placa Bacteriana – métodos e controle. Anotações gerais e agenda. Lei nº 11.350/2006; Portaria nº 1.886/1997; Educação em saúde em odontologia; Processo de erupção dos dentes; Registro odontológico; Patologias odontológicas que são problemas de saúde pública, e modos de prevenção; Biossegurança em odontologia; Instrumental odontológico; Legislação. Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### Conhecimentos específicos para o Cargo de Técnico em Administração

Constituição Federal de 1988: Poder Constituinte. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade das leis e atos normativos: Sistemas difuso e concentrado. Princípios Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos poderes. Defesa do Estado e instituições democráticas. Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Disposições constitucionais gerais e transitórias. Emendas constitucionais. Lei de Responsabilidade Fiscal. Noções básicas de Direito Administrativo: Administração Pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos e Atos da Administração. Princípios da Administração Pública. Contratos Administrativos. Licitação. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Improbidade Administrativa. Bens públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Controle da Administração. Direitos políticos: a) conceito e abrangência; b) sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular; c) sistemas eleitorais; d) inelegibilidades. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Princípios Orçamentários. Noções básicas do Sistema Tributário Nacional, conforme Constituição Federal de 1988. Legislação brasileira de Arquivologia; Política Nacional de arquivos públicos e privados. Noções básicas nos serviços gerais de Secretaria: preparar, preencher e tratar documentos; preparar relatórios, formulários e planilhas; executar rotinas de apoio na área de recursos humanos. Noções básicas de administração geral, contabilidade, finanças. Redação e correspondências oficiais: qualidades de linguagem, formas de tratamento e documentos (ata, ofício, edital, memorando, circular, requerimento e relatório). Relações interpessoais. Ética no trabalho.

#### Conhecimentos específicos para o Cargo de Técnico em Enfermagem

Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Diretrizes operacionais do pacto pela Saúde; NOB-SUS/96 Norma Operacional Básica do SUS; Fundamentos da enfermagem - técnicas básicas; Princípios gerais de biossegurança. Sinais Vitais. Biossegurança; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração); Limpeza, desinfecção e esterilização de material; Trabalho em equipe; Educação em Saúde: conceitos básicos; Noções de rotinas administrativas ambulatoriais; Assistência de urgência e emergência ambulatorial; Enfermagem materno-infantil, enfermagem em Saúde Pública. Vigilância epidemiológica e Sanitária; Assistência Integral à Saúde da Criança, do Adolescente, da Mulher, do Adulto e do Idoso; Noções de administração aplicada ao Técnico de enfermagem; Imunizações; Política de Atenção Básica. Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis; Assistência de enfermagem em doenças crônicas degenerativas: diabetes e hipertensão; Planejamento familiar; Pré-natal, parto e puerpério; Climatério. Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

#### Conhecimentos específicos para o Cargo de Técnico em Laboratório

Fundamentos: identificação dos diversos equipamentos de um laboratório, sua utilização e conservação: balanças, estufas, microscópio, vidraria; 2 Identificação dos métodos mais utilizados na esterilização e desinfecção em laboratório: autoclavação, esterilização em estufa, soluções desinfetantes; 3 Preparação de meios de cultura, soluções, reagentes e corantes; 4 Manuseio e esterilização de material contaminado; 5 Métodos de prevenção e assistência à acidentes de trabalho; 6 Ética em laboratório de análises clínicas; 7 Técnicas de lavagem de material em laboratório de análises clínicas; 8 Noções de anatomia humana para identificação de locais de coleta de amostras para análise; 9 Biologia: técnicas bioquímicas indicadas no diagnóstico de diversas patologias humanas; 10 Hematologia: execução de técnicas de preparo de corantes, de manuseio correto de aparelhos e materiais, para fins de diagnóstico hematológico; 11 Imunologia: técnicas sorológicas e de imunofluorescência com ênfase no diagnóstico imunológico das doenças humanas; 12 Microbiologia: microbiologia clínica, coleta, transporte e armazenamento de materiais, aplicação e execução de técnicas bacteriológicas para o diagnóstico das doenças infecciosas, utilização

correta de aparelhos e materiais; 13 Parasitologia: conhecimentos teórico e prático de parasitologia aplicada às técnicas de identificação de protozoários, helmintos, hematozoários envolvidos em doenças humanas; 14 Biossegurança. 15 Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde; 16 Uroanalise: coleta e preparo de exames de urina.

#### Conhecimentos específicos para o Cargo de Técnico em Topografia

Noções de segurança do trabalho para atividades relacionadas com a execução do serviço de técnico em topografia. Noções de geometria analítica, trigonometria e noções de escala. Unidades de medida (comprimento, superfície e medidas angulares). Tipos de carta topográfica: noções. Planimetria, noções de ângulos azimutais e de declinação magnética, de rumos, métodos, noções de coordenadas cartesianas e arbitrarias, cálculos de poligonais através de ângulos internos, rumos ou azimutes, processo aos ângulos internos ou externos de uma poligonal em azimute ou rumos. Medidas de ângulos e distâncias entre pontos inacessíveis, fechamento de poligonal. Locação de curvas: métodos e aplicações. Altimetria: nivelamento e contranivelamento. Métodos: geométrico, trigonométrico e taqueométrico. Curvas de nível: método de obtenção: irradiação taqueométrica, seções transversais e aerofotogrametria. Interpretação de desenhos e plantas. Instrumentos Topográficos: teodolito, nível, estação-total, distanciômetro, planímetro, receptores GPS, Vante, RTK. Execução de levantamentos planimétricos, altimétricos e planialtimétricos na topografia de precisão. Georeferenciamento de imóveis rurais e urbano.

Conteúdos programáticos de Português, Matemática, Legislação e Conhecimentos Específicos para os cargos de Advogado, Assistente Social, Cirurgião Dentista, Contador, Enfermeiro, Farmacêutico, Farmacêutico/Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Cardiologista, Médico Dermatologista, Médico Ginecologista, Médico Infectologista, Médico Pediatra, Médico Pneumologista, Médico Psiquiatra, Médico Urologista, Nutricionista, Profissional de Educação Física, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Terapeuta Oriental, Fiscal de Obras e Posturas e Engenheiro Agrimensor (Superior)

#### Português

Ortografia (emprego das letras: h, ch, x, e, i, o, u, g, j, s, sc, sç, xc, z); emprego de sinais de pontuação; acentuação gráfica e separação silábica; regência verbal e nominal; emprego do sinal da crase; emprego que, quê, porque e porquê; colocação pronominal; o processo de coordenação e subordinação (emprego de conjunções); sintaxe de concordância: nominal e verbal; elementos da textualidade: coesão, coerência, clareza (ambiguidade e redundância).

#### Matemática

Álgebra linear; Matrizes, Determinantes, e Sistemas lineares; Probabilidade; Estatística e matemática financeira; Derivadas e Integrais indefinidas e definidas.

#### Legislação

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC. LEI COMPLEMENTAR Nº 211 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011 (PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS PARA OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO). LEI COMPLEMENTAR Nº 76 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA).

#### Conhecimentos específicos para o Cargo de Advogado

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: Lei Orgânica Municipal de Joaçaba. Lei Complementar Municipal de Joaçaba 76/2003 e suas alterações. Lei Complementar Municipal de Joaçaba 211/2011 e suas alterações. Lei Complementar Municipal de Joaçaba 31/1997 e suas alterações. Lei Complementar Municipal de Joaçaba 135/2007 e suas alterações. Lei Complementar Municipal de Joaçaba 134/2007 e suas alterações. Lei Complementar Municipal de Joaçaba 307/2005 e suas alterações. Lei Complementar Municipal de Joaçaba 137/2007 e suas alterações. DIREITO CONSTITUCIONAL: Poder Constituinte. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade das leis e atos normativos: Sistemas difuso e concentrado. Princípios Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos poderes. Defesa do Estado e instituições democráticas. Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Disposições constitucionais gerais e transitórias. Emendas constitucionais. Lei de Responsabilidade Fiscal. DIREITO ADMINISTRATIVO: Direito Administrativo. Fontes do Direito Administrativo. Interpretação do Direito Administrativo. Sistemas Administrativos. Administração Pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos e Atos da Administração. Princípios da Administração Pública. Contratos Administrativos. Licitação. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Improbidade Administrativa. Bens públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Controle da Administração. DIREITO CIVIL: Direito Civil. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Bens. Fatos jurídicos. Atos jurídicos. Negócio jurídico. Prescrição e decadência. Prova. Direito das Obrigações. Contratos em geral. Contratos em espécie. Responsabilidade civil. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Processo de Conhecimento. Atos Processuais. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Processo e Procedimento. Processo nos Tribunais. Recursos. Processo de Execução. Tutelas Provisórias. Procedimentos Especiais. Ação Rescisória. Mandado de Segurança. Execução Fiscal. DIREITO DO TRABALHO: Direitos Constitucionais dos trabalhadores. Normas gerais e específicas de tutela do trabalho: Segurança e medicina do trabalho. Contrato de trabalho. Consolidação das Leis Trabalhistas. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Justiça do Trabalho. Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Processo judiciário do trabalho. Processo em Geral. Dissídios Individuais. Dissídios Coletivos. Execução. Recursos. Legislação. DIREITO PENAL: Imputabilidade Penal. Concurso de Pessoas. Penas. Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a Administração Pública. Crimes contra a Fé Pública. Legislação. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Inquérito Policial. Ação Penal e Ação Civil. Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da Justiça. Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Citações e intimações. Sentença. Processos em espécie. Nulidades e recursos em geral. Execução. Legislação. DIREITO TRIBUTÁRIO: Sistema Tributário Nacional. Normas Gerais do Direito Tributário. Sistema Tributário Municipal. Código Tributário Nacional. Legislação.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Assistente Social

Serviço Social e formação profissional; A dimensão política da prática profissional; Desafios do Serviço Social na contemporaneidade; Atuação do Serviço Social nas políticas sociais; Planejamento; Serviço Social e interdisciplinaridade; Ética Profissional; O projeto ético-político-profissional do Serviço Social; A Ética aplicada à ação profissional nas políticas sociais; Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS- Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social; Sistema Único de Assistência Social; Política Nacional de Assistência Social – PNAS; Norma Operacional Básica – NOB/



SUAS/ 2005; Lei Federal nº. 8069, de 13 de junho de 1990; Estatuto da Criança e do Adolescente.

Conhecimento específico para o Cargo de Cirurgião Dentista

Ética em Odontologia. Biossegurança. Epidemiologia das doenças bucais no Brasil. Índices epidemiológicos específicos em saúde bucal. Saúde Pública: organização dos Serviços de Saúde no Brasil - SUS: legislação, princípios, diretrizes, estrutura e características. Indicadores de saúde, sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Biogênese das dentições. Diagnóstico e plano de tratamento: anamnese, exame físico, índices de higiene bucal, radiologia, semiologia bucal, exames complementares. Materiais restauradores: amálgama, resinas compostas, sistemas adesivos, cimentos de ionômero de vidro. Materiais protetores do complexo dentino-pulpar. Métodos preventivos: educação em saúde, tratamento restaurador atraumático, adequação do meio, selantes, restaurações preventivas, uso de fluoretos em Odontologia. Cariologia: características clínicas das lesões de cárie, prevenção, tratamento, prevalência e incidência, microrganismos cariogênicos, diagnóstico da atividade de cárie. Inter-relação dentística – periodontia. Controle químico e mecânico do biofilme dentário. Periodontia: gengivite e periodontite – diagnóstico, prevenção e tratamento não cirúrgico. Cirurgia Oral menor: exodontias, ulcetomia e ulotomia, frenectomia. Odontopediatria: promoção de saúde bucal em bebês e crianças, educação em saúde, cariologia, uso de fluoretos e outros métodos preventivos (selantes, ART), materiais dentários em Odontopediatria, radiologia em Odontopediatria (técnicas Randall, Mankopf, bite-wing, Clark). Urgências em Odontologia: traumatismos na dentição decídua e permanente; urgências endodônticas e periodontais. Atendimento de pacientes com necessidades especiais. Farmacologia e terapêutica em Odontologia: analgésicos, anti-inflamatórios, antimicrobianos, sedativos, interações medicamentosas. Anestesiologia: indicações e contra-indicações dos anestésicos locais em Odontologia, técnicas de anestésias, doses.

Conhecimento específico para o Cargo de Contador

Orçamento e Contabilidade Pública; Constituição Federal de 1988; Lei Federal nº 4.320/1964 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; Normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relacionadas à Orçamento e Contabilidade Pública; Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Noções Básicas sobre Direito Tributário; Lei Federal nº 8.666/1993 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; Lei Federal nº 10.520/2002 - Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns; Legislação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

Conhecimento específico para o Cargo de Enfermeiro

Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Diretrizes operacionais do pacto pela Saúde; Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família; Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, soros homólogos e heterólogos, Composição, conservação, rede de frio, indicação e contra-indicação, doses e vias de administração. Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração); esterilização de materiais; Consulta de enfermagem; Sistematização da Assistência de enfermagem; método SOAP (Subjetivo, Objetivo, Avaliação e Plano) no Processo de Enfermagem; procedimentos de enfermagem. Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas. Assistência integral à Saúde do Adolescente; Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino; Planejamento familiar; Pré-natal, parto e puerpério; Climatério; Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônicas Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso; Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia; Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis □ DST; AIDS; Epidemiologia: Doenças de Notificação Compulsória; Indicadores de saúde; Legislação; Patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase. Educação em Saúde. Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Conhecimento específico para o Cargo de Farmacêutico

Manipulação e dispensação, dentro das diretrizes de Boas Práticas de Manipulação em Farmácias, de preparações farmacêuticas magistrais, oficiais e homeopáticas. Manuseio, movimentação, registros em sistemas de controle sanitário (SNGPC) de medicamentos controlados pela Portaria 344/1998, além do seu adequado armazenamento e controle de estoque. Regulamentação para o comércio de produtos de higiene e limpeza, correlatos e cosméticos. Diretrizes legais que controlam a aquisição, controle na dispensação e de estoques, de medicamentos sob controle especial pertencentes a Portaria 344/1998 e RDC 20/2011, esta última, no que se refere a antimicrobianos. Intercambialidade de medicamentos, lei de genéricos (Lei 9.787/1999) e intercambialidade de similares em sistemas público (RDC 53/2007 e RDC 17/2007) e privado (RDC 58/2014). Sistemas de dispensação e controle de medicamentos distribuídos no Sistema Único de Saúde (SUS). Assistência e Atenção Farmacêutica, promoção, prevenção e recuperação da saúde, em farmácias e drogarias, assim como o acompanhamento farmacoterapêutico, avaliação dos riscos e formas de administração, efeitos adversos, interações medicamentosas, entre outros, e demais atividades inerentes as atribuições do farmacêutico regulamentadas pelas normas legais vigentes, nos sistemas público e privado. As diferentes atribuições do farmacêutico e sua atuação nas equipes multiprofissionais (multidisciplinares) de saúde, na decisão sobre seleção de terapias, aquisições de medicamentos, produtos correlatos, domissanitizantes, entre outros, de interesse à saúde, além da atenção ao paciente. Legislações que regulamentam a profissão farmacêutica, o comércio e a manipulação de medicamentos alopáticos e homeopáticos, produtos de higiene e limpeza, cosméticos e correlatos, além das ações de fiscalização sanitária de produtos para a saúde, no âmbito de farmácias e drogarias. Procedimentos Operacionais Padrões (POPs), Registros, Manuais de Boas Práticas entre outros documentos, que fazem parte das Boas Práticas de Manipulação em farmácias, e dispensação, em drogarias, farmácia clínica e farmácia hospitalar. Boas Práticas na Prestação de Serviços Farmacêuticos e Legislações que Regulamentam tais atividades, em especial, RDC 44/2009, RDC 357/2001 e Resoluções 585/2013 e 586/2013, no que se refere as atribuições clínicas do farmacêutico e a prestação de serviços desta natureza. Dispensação de medicamentos e o aviamento de receitas e notificações, conforme normas legais, em especial a Portaria 344/1998, RDC 20/2011 e RDC 58/2007. Lei Orgânica da Saúde 8.080/1990 (SUS). Controle/Garantia da Qualidade e elaboração de laudos e pareceres técnicos, manuais de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais (POPs) em exames laboratoriais, desde a coleta de material e até a entrega do laudo final, de análises clínicas e toxicológicas. Controle /Garantia da Qualidade e elaboração de laudos e pareceres técnicos, manuais de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais (POPs) no controle de águas, desde a coleta de material e até a entrega do laudo final, tanto para consumo

humano, quanto para reservatórios como piscinas, praias e balneários, redes de tratamento de esgoto doméstico, entre outros. Assessoria na elaboração de área física e infra-estrutura para laboratórios de análises clínicas, farmácias magistrais, homeopáticas e drogarias, atendendo as normas sanitárias vigentes. Responsabilidade do farmacêutico no controle de gerenciamento de resíduos, de riscos químicos, físicos e biológicos, além dos cuidados nos aspectos da biossegurança e meio ambiente. Código de ética da Profissão Farmacêutica.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Farmacêutico/Bioquímico

Biossegurança no Laboratório Clínico; Gerenciamento de Resíduos; Projeto Físico do Laboratório Clínico; Legislação Sanitário na área do Laboratório Clínico; Prevenção de Riscos e Acidentes; Controle da Qualidade; Conceitos, Procedimentos e Interpretação de Resultados em Parasitologia Clínica; Conceitos, Procedimentos e Interpretação de Resultados em Imunologia Clínica; Conceitos, Procedimentos e Interpretação de Resultados em Hematologia; Conceitos, Procedimentos e Interpretação de Resultados em Microbiologia Clínica; Conceitos Procedimentos e Resultados em Bioquímica - Clínica Uroanálise.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Fisioterapeuta

Sistema Único de Saúde (SUS): Lei Federal 8.080/90 e 8.142/90. Política Nacional de Atenção Básica (Portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011). Pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão (Portaria n. 399/GM, de 22/02/2006, e Portaria n. 699/GM, de 30/03/2006). Núcleos de apoio à saúde da família (Portaria n. 154, de 24/01/2008, e suas alterações). Leis e Resoluções do COFFITO. Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações. Prevenção em saúde pública. Atuação preventiva em fisioterapia. Fisioterapia preventiva em saúde no ambiente de trabalho e do trabalhador. Atenção básica à saúde. Fisioterapia na atenção básica. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Anatomia, fisiologia e fisiopatologia dos sistemas: musculoesquelético, neurológico, respiratório, cardiovascular e uroginecológico. Recursos terapêuticos manuais. Recursos eletroterapêuticos. Cinesioterapia. Próteses e órteses. Avaliação cinesiológica funcional ou fisioterapêutica. Avaliação e tratamento dos distúrbios neurológicos do sistema nervoso central e sistema nervoso periférico. Fisioterapia neurofuncional: desenvolvimento neuropsicomotor normal e anormal na paralisia cerebral. Estimulação psicomotora precoce. Avaliação e tratamento fisioterapêutico de disfunções neurológicas adquiridas e/ou degenerativas. Avaliação e tratamento fisioterapêutico do paciente portador de doença reumática. Introdução ao estudo do envelhecimento e da velhice. Políticas públicas de atenção ao idoso. Aspectos biológicos do envelhecimento: considerações sobre anatomia e fisiologia do envelhecimento. Fisioterapia aplicada aos idosos portadores de disfunções. Avaliação e tratamento fisioterapêutico dos distúrbios ortopédicos e traumatológicos. Provas de função muscular. Avaliação e tratamento fisioterapêutico dos distúrbios do sistema cardiovascular e respiratório. Fisiologia do Esporte. Fisioterapia aplicada em: ortopedia, neurologia, pneumologia, cardiologia, uroginecologia. Reabilitação do paciente amputado. Reabilitação das pacientes mastectomizadas.

#### Conhecimentos específicos para o Cargo de Fonoaudiólogo

Aspectos teóricos e anatomofisiológicos das Ciências Fonoaudiológicas. Promoção de saúde, prevenção de doenças/distúrbios/agravs e comorbidades, diagnóstico, classificações e tratamentos de doenças/distúrbios/síndromes em fonoaudiologia. Distúrbios e alterações da linguagem oral e escrita, fala, voz, audição, fluência, motricidade orofacial, equilíbrio corporal e deglutição. Processamento auditivo central. Atuação fonoaudiológica nas áreas materno-infantil, saúde coletiva e em geriatria. Políticas públicas de saúde.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Médico

Programas de Saúde Pública; Educação em Saúde; Doenças Crônicas Não Transmissíveis; Infecções Sexualmente Transmissíveis; Saúde da Mulher; Saúde da Criança; Saúde do Idoso.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Médico Cardiologista

Promoção da Saúde; Determinação social de doenças; Descentralização; Regionalização; Integralidade; Universalidade; Equidade; Participação e Controle Social; Planejamento Estratégico e Programação em Saúde; Campo da Saúde Coletiva; Informação em Saúde (importância e utilização); Modelos assistenciais no Sistema Único de Saúde - SUS (formas organizativas e diretrizes operacionais). Legislação Básica do Sistema Único de Saúde (Constituição Federal/1988 Seção II - Da Saúde, Lei Federal n. 8.080 de 19/09/1990, Lei Federal n. 8.142 de 26/12/1990, NOB/96 e NOAS 01 e 02); Princípios e Diretrizes do SUS; Funcionamento e organização do sistema de saúde no Brasil; Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção da Saúde; Política Nacional de Humanização; Sistema de Planejamento do SUS (princípios, funcionamento e instrumentos básicos); Aspectos político-co-organizativos da Saúde da População Negra, dos Povos Indígenas, da Criança e do Adolescente, do Idoso e da Mulher no SUS. Sistema Único de Saúde - SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS. Métodos diagnósticos aplicados à cardiologia; Modalidades terapêuticas aplicadas à cardiologia; Prevenção e reabilitação cardiopulmonar e metabólica. Doenças do aparelho cardiovascular.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Médico Dermatologista

Estrutura, fisiologia e imunopatologia cutânea. Erupções Eczematosas, Eritemato Púrpuricas e eritematoescamosas. Dermatoses alérgicas. Erupções Pápulo-Pruriginosas e Erupções Vésiculo-Bolhosas. Distúrbio Atróficos e Escleróticos. Afecções Ulcerosas. Acne e Erupções Acneiformes, tricose, Hidrose, Onicomioses, Discromias, Dermatoses auto-imunes, Afecções Vasculares. Dermatoviroses, Dermatoses de origem bacteriana, Dermatoses de origem fúngicas. Dermatoses causadas por protozoários. Doenças sexualmente transmissíveis. Afecções vasculares, Afecções metabólicas. Erupção por Drogas e Toxinas. Fotodermatoses e Radiodermite. Afecções Psicogênicas e Psicossomáticas. Oncologia dermatológica. Doenças de Lábios e de Cavidade Oral. Dermatoses por agentes químicos e físicos. Granulomas não infecciosos. Nevos, tumores benignos e cistos. Distúrbios dos anexos (glândulas, pelos e unhas) Afecções das mucosas e semimucosas. Terapêutica medicamentosa, química e física. Cirurgia dermatológica. Dermatoscopia. Ética médica.

#### Conhecimentos específicos para o Cargo de Médico Ginecologista

Planejamento Estratégico e Programação em Saúde; Objetivos da Saúde Pública; Campo da Saúde Coletiva; Modelos assistenciais no Sistema Único de Saúde - SUS (formas organizativas e diretrizes operacionais). Legislação Básica do Sistema Único de Saúde (Constituição Federal/1988 Seção II - Da Saúde, Lei Federal n. 8.080 de 19/09/1990, Lei Federal n. 8.142 de 26/12/1990, e alterações); Princípios e Diretrizes do SUS; Funcionamento e organização do sistema de saúde no Brasil; Sistema de Planejamento do SUS (princípios, funcionamento e instrumentos básicos); Aspectos político-organizativos da Saúde da População Negra, dos Povos Indígenas, da Criança e do Adolescente, do Idoso e da Mulher no SUS. Sistema Único de Saúde - SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social;



Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS. Anatomia clínica e cirúrgico do aparelho reprodutor feminino. Fisiologia do ciclo menstrual; disfunções menstruais; anomalias congênitas e intersexo; distúrbios do desenvolvimento puberal; climatério; vulvovagites e cervicites; doença inflamatória pélvica aguda e crônica. Doenças sexualmente transmissíveis. Abdômen agudo em ginecologia. Endometriose. Distopias genitais. Distúrbios urogenitais. Patologias benignas e malignas da mama; patologias benignas e malignas da vulva; vagina útero ovário. Interpretação de exames citológicos e diagnósticos da lesão precursora do câncer cérvico uterino. Noções de rastreamento; estadiamento e tratamento do câncer da mama. Esterilidade conjugal; planejamento familiar. Ética em ginecologia e obstetrícia. Anatomia e fisiologia da gestação. Diagnóstico de gravidez e determinação da idade gestacional. Assistência pré-natal na gestação normal e avaliação de alto risco obstétrico. Diagnóstico de malformações fetais; aborto, gravidez ectópica, mola hidatiforme, corioncarinoma: diagnóstico, fisiopatologia e tratamento; transmissões de infecções maternas fetais. Doenças hipertensivas na gestação. Pré-eclâmpsia; diagnóstico, manejo e tratamento. Diabetes mellitus da gestação. Cardiopatias. Doenças renais e outras condições clínicas na gestação. HIV/AIDS na gestação; prevenção da transmissão vertical. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Médico Infectologista

Uso racional de antimicrobianos. Epidemiologia: vigilância epidemiológica. Investigação epidemiológica (casos e epidemias). Sistema de Informação em Saúde. Imunização: calendário vacinal. Imunobiológicos especiais. Eventos adversos pós-vacinal. Meningites. Pneumonias. Febre Purpúrica Brasileira. Síndrome da Imunodeficiência Adquirida: infecções oportunistas. Tumores associados. Infecções virais: Hepatites virais. Mononucleose infecciosa. Citomegalovirose. Influenza. Parotidite infecciosa. Raiva. Poliomielite. Hantavirose. Herpes vírus. Infecções bacterianas: Tuberculose. Leptospirose. Tétano. Cólera. Coqueluche. Difteria. Hanseníase. Febre tifoide. Enterobacterioses. Infecções fúngicas: micoses superficiais. Candidíase. Paracoccidioidomicose. Histoplasmose. Criptococose. Infecções por protozoários: amebíase, giardíase. Toxoplasmose. Doença de Chagas. Parasitoses intestinais. Doenças exantemáticas: sarampo, varicela, rubéola e escarlatina. Doenças Sexualmente Transmissíveis: sífilis, gonorréia, cancro mole. Linfogranuloma venéreo. Condiloma acuminado. Doenças tropicais: malária, calazar, esquistossomose. Arboviroses: dengue e febre amarela. Leishmaniose tegumentar americana. Ectoparasitoses: escabiose, pediculose. Miíase. Acidentes por animais peçonhentos. Atestado Médico. Código de Ética Médica.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Médico Pediatra

Promoção da Saúde; Determinação social de doenças; Descentralização; Regionalização; Integralidade; Universalidade; Equidade; Participação e Controle Social; Planejamento Estratégico e Programação em Saúde; Campo da Saúde Coletiva; Informação em Saúde (importância e utilização); Modelos assistenciais no Sistema Único de Saúde - SUS (formas organizativas e diretrizes operacionais). Legislação Básica do Sistema Único de Saúde (Constituição Federal/1988 Seção II - Da Saúde, Lei Federal n. 8.080 de 19/09/1990, Lei Federal n. 8.142 de 26/12/1990, NOB/96 e NOAS 01 e 02); Princípios e Diretrizes do SUS; Funcionamento e organização do sistema de saúde no Brasil; Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção da Saúde; Política Nacional de Humanização; Sistema de Planejamento do SUS (princípios, funcionamento e instrumentos básicos); Aspectos político-organizativos da Saúde da População Negra, dos Povos Indígenas, da Criança e do Adolescente, do Idoso e da Mulher no SUS. Sistema Único de Saúde-SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS. Condições de saúde da criança. Organização da atenção à criança na rede básica de saúde. Alimentação da criança. Nutrição e seus desvios. Programa de Imunização. Crescimento e Desenvolvimento. Desnutrição Protéico-Calórica. Anemias na Infância. Diarreia Aguda e Crônica na Criança. Cardiopatia na criança. Doenças respiratórias na criança. Doenças do trato genital-urinário na criança. Doenças auto-imunes e colagenoses na criança. Doenças Infecto-contagiosas mais frequentes na criança. Parasitoses intestinais. Dermatoses mais frequentes na criança. Convulsões na criança. Principais problemas ortopédicos na criança. Diagnóstico diferencial e procedimentos frente aos sinais e sintomas mais frequentes na criança. Patologias cirúrgicas mais frequentes na criança. Doenças Reumáticas. Doenças Alérgicas na Infância. Cetoadicose Diabética. Acidentes na Infância: Prevenção e Tratamento. Abordagem da Criança Poli-traumatizada. Ressuscitação Cardiopulmonar. Mortalidade na Infância. Distúrbios Metabólicos. Emergências Cirúrgicas na Infância. Preenchimento da declaração de óbito. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Médico Pneumologista

Promoção da Saúde; Determinação social de doenças; Descentralização; Regionalização; Integralidade; Universalidade; Equidade; Participação e Controle Social; Planejamento Estratégico e Programação em Saúde; Campo da Saúde Coletiva; Informação em Saúde (importância e utilização); Modelos assistenciais no Sistema Único de Saúde - SUS (formas organizativas e diretrizes operacionais). Legislação Básica do Sistema Único de Saúde (Constituição Federal/1988 Seção II - Da Saúde, Lei Federal n. 8.080 de 19/09/1990, Lei Federal n. 8.142 de 26/12/1990, NOB/96 e NOAS 01 e 02); Princípios e Diretrizes do SUS; Funcionamento e organização do sistema de saúde no Brasil; Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção da Saúde; Política Nacional de Humanização; Sistema de Planejamento do SUS (princípios, funcionamento e instrumentos básicos); Aspectos político-organizativos da Saúde da População Negra, dos Povos Indígenas, da Criança e do Adolescente, do Idoso e da Mulher no SUS. Sistema Único de Saúde-SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS. Anomalias da caixa torácica. Asma brônquica. Câncer de pulmão. Distúrbios respiratórios do sono. Doença pulmonar obstrutiva crônica. Doenças pleurais: derrames pleurais e pneumotórax. Doenças pulmonares intersticiais difusas. Emergências respiratórias. Fisiopatologia respiratória. Hipertensão arterial pulmonar e cor pulmonale. Infecções respiratórias bacterianas e virais. Insuficiência respiratória. Malformações congênitas pulmonares. Métodos diagnósticos em Pneumologia. Micobacterioses. Micoses pulmonares. Tumores Carcinóides; Condroadenoma, Carcinoma Adenoidocístico Pneumopatias por imunodeficiências. Pneumopatias na infância: fibrose cística e infecções de repetição. Pneumopatias supurativas: bronquiectasias e abscesso de pulmão. Poluição e doenças ocupacionais pulmonares. Sarcoidose e outras doenças granulomatosas. Síndromes pulmonares eosinofílicas. Tabagismo. Transplante pulmonar. Trauma torácico. Tromboembolismo venoso. Vasculites pulmonares. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Médico Psiquiatra

Anamnese e exame físico. Aspectos éticos e legais. Avaliação: psiquiátrica e neurológica. Bases neurobiológicas dos transtornos mentais. Bases psicodinâmicas do comportamento humano. Consultoria e ligação. Disforia de gênero. Disfunções sexuais. Emergências psiquiátricas. Psicofarmacologia. Psicoterapias. Psiquiatria forense e aspectos clínicos. Psiquiatria da infância e adolescência. Saúde mental comunitária. Sexualidade: normal e patológica. Transtorno bipolar e transtornos relacionados. Transtorno de sintomas somáticos e transtornos

relacionados. Transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos relacionados. Transtornos alimentares. Transtornos da eliminação. Transtornos da personalidade. Transtornos de ansiedade. Transtornos depressivos. Transtornos disruptivos, do controle de impulsos e da conduta. Transtornos dissociativos. Transtornos do espectro da esquizofrenia e outros transtornos psicóticos. Transtornos do neurodesenvolvimento. Transtornos do sono-vigília. Transtornos neurocognitivos. Transtornos parafilicos. Transtornos relacionados a substâncias e transtornos aditivos. Transtornos relacionados a trauma e estressores.

#### Conhecimentos específicos para o Cargo de Médico Urologista

Embriologia, Anatomia e Fisiologia dos rins e das vias urinárias; Meios diagnósticos em urologia (radiologia, ultrasonografia, cintilografia, ressonância magnética); Anomalias congênitas do trato genitourinário; Infecções do trato genitourinário; Infecções urinárias. Doenças sexualmente transmissíveis; Litíase urinária; Traumatismos dos órgãos urogenitais; Hiperplasia nodular da próstata; Tumores prostáticos; Tumores penianos; Tumores testiculares; Tumores vesicais; Tumores renais; Tumores da pelve renal e do ureter; Uropediatria; Infertilidade masculina; Tumores malignos do rim. Tumores malignos da bexiga. Bexiga neurogênica; Refluxo Vésico-Ureteral; Transplantes renais; Patologias renovasculares; Exames complementares básicos em cirurgia, Incontinência urinária. Escroto agudo (Torção testicular/Orquiepididimite), Fimose, parafimose, Priapismo. Deficiência Erétil. Urolitíase. Saúde Pública: Noções Gerais de Epidemiologia; Noções Gerais de Vigilância Epidemiológica; Imunização; Estatísticas Vitais em Indicadores de Saúde; Saneamento Básico e Meio Ambiente; Todo conteúdo programático das Disciplinas Básicas da Especialidade (Currículo Básico). SUS: princípios e diretrizes. Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Programa de Saúde da Família. Ética. Identificação de situações de risco individual/familiar/coletivo. Código de Ética Médica.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Nutricionista

Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Portaria nº. 710 de 10/06/1999. Portaria nº. 2715 de 17/11/2011. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN - Decreto nº 7.272/2010. Programas de Alimentação e Nutrição na Atenção Básica de Saúde. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Resolução nº. 26 de 17 de junho de 2013.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Profissional de Educação Física

Conceito contemporâneo de saúde. Epidemiologia da atividade física. Qualidade de vida relacionada à saúde e ao exercício físico. Avaliação em saúde e exercício físico. Prescrição de exercício para a saúde e qualidade de vida de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais. Exercício físico como prevenção de doenças hipocinéticas. Exercício físico e estresse. Educação Física nos Serviços de Saúde. Exercícios na saúde e na doença. Fisiologia do exercício. A atividade física nos serviços psicossociais. Esportes como meio de inserção social na comunidade desde a infância até a velhice. Métodos e técnicas da Educação Física e Esportes. Métodos e técnicas do ensino da Dança. Métodos e técnicas para aplicação de aulas de hidroginástica. Organização de eventos e competições esportivas. Didática específica da Educação Física. Atividades de Lazer e Recreação: organização, conceito e finalidades.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Psicólogo

Avaliação Psicológica: Fundamentos da medida psicológica. Instrumentos de avaliação: critérios de seleção, avaliação e interpretação dos resultados e elaboração de documentos conforme a resolução do Conselho Federal de Psicologia. Psicologia do desenvolvimento normal e patológico: desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo da criança, adolescente e adulto. Psicodiagnóstico. Psicopatologia. Psicossomática. Psicopatologia do trabalho. Teorias e Técnicas Psicoterápicas. Teorias da Personalidade. Emergências Psiquiátricas. Psicoterapia de Grupo e Intervenção Psicossocial. Ética Profissional e Resoluções do CFP. Atendimento emergência.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Terapeuta Ocupacional

Conteúdos básicos das ciências biológicas: anatomia humana, bioquímica, morfologia, anatomia e fisiologia humana. Sistema músculo esquelético. Noções de patologias. Bases da neurologia, ortopedia e traumatologia, reumatologia, psicopatologia, saúde coletiva, saúde do trabalhador, pediatria. Distúrbios de percepção e distúrbios de coordenação. Atuação da Terapia Ocupacional nos diferentes níveis de atenção à saúde pública. Neurociência e Terapia ocupacional. Ortopedia e traumatologia aplicada à Terapia Ocupacional. Neurologia aplicada à terapia ocupacional. Prática da Terapia Ocupacional. Legislação relacionada a regulamentação da profissão. Conselhos Regionais e Federais. Direitos Humanos. Código de ética. Fundamentos da Terapia Ocupacional. Terapia Ocupacional Social: bases e conceitos fundamentais. História e desenvolvimento da Terapia Ocupacional Social no Brasil. Objetos e campos de atuação. Política e serviços de Assistência Social no Brasil. Tendências contemporâneas em Terapia Ocupacional. Terapia Ocupacional no Campo Social. Terapia Ocupacional em Saúde do Trabalhador. Terapia Ocupacional e saúde Mental. Terapia Ocupacional e Reabilitação Física: abordagens terapêuticas neuromotoras e ortopédicas. Terapia Ocupacional no contexto hospitalar. Terapia Ocupacional aplicada à gerontologia e geriatria. Políticas de saúde e Modelos Assistenciais em Saúde. Avaliação em Terapia Ocupacional. Reforma Psiquiátrica e Política Nacional de Saúde Mental: princípios, diretrizes, normativas e legislação. Princípios da atenção e recomendações da OMS para a formulação de políticas públicas de saúde mental. Terapia ocupacional na reabilitação cognitiva. Atividades e recursos terapêuticos. Tecnologias assistivas. Terapia Ocupacional na área da infância e adolescência com deficiência intelectual e distúrbios globais de desenvolvimento: princípios e diretrizes da assistência à infância e adolescente com deficiência intelectual e distúrbios globais de desenvolvimento e serviços de assistência no contexto das políticas públicas nacionais da pessoa com deficiência. Propostas de intervenções terapêuticas na terapia ocupacional para inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência intelectual ou distúrbios globais de desenvolvimento. Inclusão escolar de crianças com comprometimento intelectual e/ou afetivo e ações da terapia ocupacional. Terapia ocupacional e saúde da pessoa com deficiência: reabilitação e recursos tecnológicos (ajudas técnicas, tecnologia assistiva, tecnologias de apoio e tecnologias de assistência): a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Planejamento e organização de serviços de atenção a pessoa com deficiência no SUS. Terapia Ocupacional em contextos hospitalares: práticas hospitalares em terapia ocupacional: retrospectiva histórica, constituição do campo e domínios de pesquisa e prática. A integralidade do cuidado no hospital e sua interlocução com a rede de serviços sociais e de saúde. Política Nacional de Humanização: diretrizes e estratégias. Sistema Único de Saúde (SUS) e as ações de prevenção de deficiência e incapacidades, de tratamento e de reabilitação de pessoas com deficiência como apoio/suporte às famílias e serviços. Terapia Ocupacional em geriatria e gerontologia: conceitos básicos. Transição demográfica e epidemiológica. Promoção da saúde para idosos. Terapia Ocupacional, pessoas com deficiência e cooperativismo: deficiência e estigma. Instituições de assistência e deficiência. Cooperativismo social e economia solidária. Cooperativismo e inclusão social. Ergonomia.

#### Conhecimentos específicos para o Cargo de Terapeuta Oriental

Morfologia humana. Sistema nervoso: Princípios Gerais e Fisiologia Sensorial, Mecanismos Comportamentais e motivacionais do cérebro. Aparelho locomotor. Saúde coletiva. Estilo de vida, saúde e meio ambiente. Integração biopsíquica e psicopatologia. Nutrição e dietas naturais. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC/SUS: atitude de ampliação de acesso. Conhecimentos biomédicos de saúde. Promoção da saúde coletiva e individual. Principais doenças contemporâneas. Antropologia e cultura brasileira. Filosofia oriental e ocidental comparada. Morfologia dos meridianos da acupuntura. Técnicas e resultados massoterápicos. Conhecimentos inerentes à avaliação e procedimentos terapêuticos da Medicina Tradicional Chinesa. Meridianos Fitoterapia, terapia floral e aromaterapia. Reflexologia. Ventosaterapia. Acupuntura. Auriculoterapia. Técnicas de estímulo nos pontos koryo sooju chim acupuntura coreana, Tai chi chuan, chi gong terapia. Massoterapia ocidental, oriental e práticas corporais.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Fiscal de Obras e Posturas

Plano Diretor, Código de Postura, Código de Edificações e Lei Orgânica do Município de Joaçaba. Águas pluviais (controle, sistema e destinação). Sistema de coleta e tratamento de dejetos urbanos. Sistema de tratamento e distribuição de água potável. Instalações elétricas. Edificações (canteiro de obra, equipamentos, plantas, locação e obra, infraestrutura, fechamento, estrutura, revestimento, esquadrias, cobertura). Leitura e interpretação de projetos. Planejamento. Análise de projetos. Fiscalização pública. Código de trânsito brasileiro. Normas de segurança no trabalho. Ética e cidadania. Conhecimento em pacote Office e plataforma CAD. Conhecimento em licitações públicas. Conhecimento em orçamentação. Vistoria, Perícias e laudos. Mobilidade urbana e acessibilidade.

#### Conhecimento específico para o Cargo de Engenheiro Agrimensor

Noções de segurança do trabalho para atividades relacionadas com a execução do serviço de técnico em agrimensura. Conceitos: plano topográfico, aplicações da topografia. Unidades de medida: angular, linear e superficial. Escalas: conversões. Orientações. Coordenadas topográficas. Medição angular: métodos e erros. Medição linear: métodos e erros. Levantamento planimétrico: irradiação, poligonização e interseção. Levantamento altimétrico: nivelamento, geométrico e trigonométrico. Levantamento planialtimétrico. Representação do relevo: curvas de nível, perfil topográfico. Cálculo de área. Cálculo de volume. Sistema de posicionamento GPS: principais métodos e erros. Instrumentos topográficos: teodolito, nível, estação total, distanciômetro, planímetro, receptores GPS, GPS geodésico, Vant, RTK. Definições de rumo, azimute e ângulo interno. Uso da bússola. Levantamentos expeditos (trena e baliza). Erros e tolerâncias. Desenho de plantas. Noções sobre a utilização de instrumentos baseados em tecnologia de posicionamento global por satélites-GPS. Geoprocessamento. Aerofotogrametria. Sensoriamento remoto. Geográfica para cadastro (SIG): formação da base cadastral; implantação de SIG para cadastro. Principais aplicações em SIG para Cadastro. Medição Padronização do desenho e normas técnicas vigentes: tipos, formatos, dimensões e dobraduras de papel; linhas utilizadas em desenho técnico. Representação de materiais, elementos produtivos, equipamentos, mobiliário. Desenho de: planta de situação, planta baixa; escadas e rampas (tipos, elementos, cálculo, desenho). Vocabulário técnico: significado dos termos usados em agrimensura e topografia. Projetos geométricos de vias. Serviços de terraplanagem. Planejamento de projetos de irrigação e drenagem agrícolas. Construção de estradas de rodagem destinadas a fins agrícolas. Laudos, pareceres e relatórios realizados de perícias e avaliações. Conhecimentos aprofundados em AUTOCAD e outros software relacionados. Inspeção de trabalhos topográficos. Orientações interior e exterior. Imagens de Satélite. Operação de Estação Total, GPS topográfico e Geodésico. Lei 10.267/01. Decreto 4449/02. Lei 10.931/04. Normas da ABNT (NBR 13.113). Legislação Federal Urbanística: Lei nº 10.257 (Estatuto das Cidades), Lei 6766/79 e suas alterações (Lei Federal de Parcelamento do Solo). Legislação municipal urbanística e plano diretor. Agrimensura Legal. Noções de Informática. Elaboração de orçamentação. Conduta de ética profissional. Urbanização: Cadastro Técnico e Planejamento Urbano, Cadastro urbano, Cadastro multifinalitário, Zoneamento e setorização. Noções de obras e projetos viários. Traçado de cidades. Parcelamento do solo urbano..

#### ANEXO IV-A

##### MODELO DE RECURSO EM FACE DO DEFERIMENTO/INDEFERIMENTO ISENÇÃO TAXA DE INSCRIÇÃO E/OU DA HOMOLOGAÇÃO OU NÃO HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC
Recurso em Face Do Deferimento/Indeferimento da Isenção da Taxa de Inscrição e/ou da Homologação ou não Homologação de Inscrição
Nome do Candidato:
Cargo:
Documento de Identidade nº
Razões que fundamentam e justificam o recurso:
Data: ____ de _____ de 2018.
Assinatura do(a) recorrente

#### ANEXO IV-B

##### MODELO DE RECURSO EM FACE DA PROVA ESCRITA, SUAS QUESTÕES OU DOS GABARITOS

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC
Recurso em Face de Questões da Prova Escrita ou do Gabarito

( ) Prova escrita/Questão	( ) Gabarito
ÁREA/DISCIPLINA E CARGO:	
Nº. DA QUESTÃO:	
Razões que fundamentam e justificam o recurso:	
Data: ____ de ____ de 2018.	
Assinatura do(a) recorrente	
Obs.: para cada questão contraditada da prova escrita apresentar um recurso, nos termos deste modelo.	

## ANEXO IV-C

## MODELO DE RECURSO EM FACE DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018
MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC
Recurso em Face da Avaliação de Títulos
Nome:
Cargo:
Documento de Identidade nº
Razões que fundamentam e justificam o recurso:
Data: ____ de ____ de 2018.
Assinatura do(a) recorrente

## ANEXO IV-D

## MODELO DE RECURSO, EM FACE DA PROVA PRÁTICA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018
MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC
Recurso em Face da Prova Prática
Nome:
Cargo:
Documento de Identidade nº
Razões que fundamentam e justificam o recurso:
Data: ____ de ____ de 2018.
Assinatura do(a) recorrente

## ANEXO V-E

MODELO DE RECURSO EM FACE DO RESULTADO DA PROVA  
ESCRITA (revisão), DO RESULTADO FINAL OU DA CLASSIFICAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018		
MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC		
Recurso em Face do Resultado da Prova Escrita (Revisão), do Resultado Final ou da Classificação		
( ) Do Resultado da Prova Escrita	( ) Do Resultado Final	( ) Da Classificação
Identificação do Candidato:		
Nome:	Inscrição Nº:	
Cargo:		
Razões que fundamentam e justificam o recurso:		



Data: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do(a) recorrente

**ANEXO V**  
**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****Atendente de Farmácia**

Atender ao público prestando informações a respeito de liberação e entrega de medicamentos; Efetuar entrega de medicamentos sob supervisão de farmacêutico; Abrir ficha de atendimento preencher os dados do usuário e lançando informações referente a entrega de medicamentos e outros materiais da farmácia em meio físico ou informatizado; Efetuar a separação e entrega de medicamentos e materiais da farmácia aos usuários; Emitir expedientes relativos ao encaminhamento de usuários do SUS; Realizar conferência de estoques e anotações em fichas e sistemas de estoques e dispensação de medicamentos; Comunicar o farmacêutico quando o estoque atingir seu nível mínimo; Auxiliar na digitação e controle de medicamentos;

Relatar as necessidades de compra quando estoque atingir sua quantidade mínima de demanda, bem como, as validades próximas ao vencimento; Zelar pelos equipamentos, assim como, pela ordem e limpeza do setor; Executar outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas pelo superior imediato; Participar de programas de educação continuada; Efetuar outras atividades correlatas ao atendimento relativo à farmácia e de atendimento ao público em geral. Atuar na Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF, realizando a conferência, separação e distribuição dos medicamentos que entram e que saem da CAF, sob supervisão do farmacêutico. Cumprir normas, procedimentos regulamentados instituídos; Desempenhar tarefas afins. REQUISITOS PARA O CARGO: Ensino Médio Completo, curso de atendente/balconista ou técnico em farmácia com carga horária mínima de 240 horas/aula, em instituição reconhecida pelo MEC.

**Motorista Socorrista SAMU**

Profissional de nível básico, habilitado a conduzir veículos de urgência padronizados pelo código sanitário e pela portaria Ministerial MS 2048/GM de 5 de novembro de 2002, como ambulância, obedecendo aos padrões de capacitação e atuação previstos nesta Portaria. Requisitos Gerais: disposição pessoal para a atividade; equilíbrio emocional e autocontrole e disposição para cumprir ações orientadas; Obrigações do motorista-socorrista: 1. Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes; 2. Conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo; 3. Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações; 4. Conhecer a malha viária local; 5. Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local; 6. Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida; 7. Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas; 8. Realizar medidas reanimação cardiopulmonar básica; 9. Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde; 10. Comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto; item a) a substituição do plantão deverá se fazer na base; em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o motorista-socorrista poderá solicitar a substituição no local do atendimento; item b) as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante autorização previa pela coordenação e frente justificativa plausível. item c) no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente. 11. cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência; 12. tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo; 13. utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso; 14. manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação continuada e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel; 15. Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas; 16. Participar das reuniões convocadas pela direção, coordenação; 17. Participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado pela direção técnica; 18. Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos; 19. Acatar as deliberações da direção técnica; 20. Acatar e seguir cronograma de atividades previamente estabelecidas pela coordenação; REQUISITOS PARA O CARGO: Ensino Médio Completo; Experiência mínima comprovada de dois anos de trabalho como motorista; Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito) tendo a Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D". Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva. Estar uniformizado em todo o período de trabalho no SAMU. Cumprir escala de serviço estabelecida na forma 12/36.

**Técnico de Enfermagem SAMU**

Profissional com Ensino Médio completo e curso regular de Técnico de Enfermagem, titular do certificado ou diploma de Técnico de Enfermagem, devidamente registrado no Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição. Exerce atividades auxiliares, de nível técnico, sendo habilitado para o atendimento Pré-Hospitalar Móvel, integrando sua equipe, conforme os termos deste Regulamento. Além da intervenção conservadora no atendimento do paciente, é habilitado a realizar procedimentos a ele delegados, e nos atendimentos estará, sob a orientação do Médico Regulador do SAMU, dentro do âmbito de sua qualificação profissional. Competências/Atribuições: prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes submetidos ao atendimento da USB e durante os atendimentos de urgência seguir a orientação do Médico Regulador do SAMU, dentro do âmbito de sua qualificação profissional; participar de programas de treinamento e aprimoramento profissional especialmente em urgências/emergências; realizar manobras de extração manual de vítimas. Requisitos Gerais: disposição pessoal para a atividade; equilíbrio emocional e autocontrole; disposição para cumprir ações orientadas; Obrigações do técnico de enfermagem: 1. Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como da cabine posterior da ambulância; 2. Conhecer integralmente a todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis na ambulância e realizar manutenção básica dos mesmos; 3. Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações; 4. Conhecer a estrutura de saúde local; 5. Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local; 6. Proceder os gestos básicos de suporte à vida; 7. Proceder imobilizações e transporte de vítimas; 8. Realizar medidas reanimação cardiopulmonar básica; 9. Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade; 10. Comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto; item a) a substituição do plantão deverá se fazer na base; em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o técnico de enfermagem

poderá solicitar a substituição no local do atendimento; item b) as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante autorização previa da coordenação e frente justificativa plausível, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas; item c) no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente.

11. cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência; 12. tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo; 13. utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso; 14. manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação continuada e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel; 15. Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas; 16. Participar das reuniões convocadas pela direção e coordenação; 17. Participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado pela direção técnica; 18. Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos; 19. Acatar as deliberações da direção técnica; 20. Acatar e seguir cronograma de atividades previamente estabelecidas pela coordenação; Condições específicas: Estar uniformizado em todo o período de trabalho no SAMU; Cumprir escala de serviço estabelecida na forma 12/36; REQUISITOS PARA O CARGO: Ensino Médio Completo Certificado de conclusão de curso de técnico de enfermagem (ensino regular); Registro do órgão responsável - COREN-SC.

#### Advogado

Defender direitos e interesses do Município, representando-o em juízo ou fora dele, nas ações em que este for autor, réu, ou interessado, acompanhando o andamento de processos, praticando os atos necessários para garantir seu trâmite legal, prestando assistência jurídica, propondo ou contestando ações, solicitando providências, avaliando provas documentais e orais, contribuindo na elaboração de projetos de lei, analisando legislação para atualização e implementação, apresentando recursos, comparecendo a audiências e outros atos, dentro dos princípios éticos. Prestar assessoria jurídica extrajudicialmente, mediando questões, contribuindo na elaboração de projetos de lei, proferindo palestras, prestando serviços de peritagem, arbitrando interesses de partes, formalizando parecer técnico jurídico, firmando acordos, realizando audiências administrativas, participando de negociações coletivas. Adequar os fatos à legislação aplicável, estudando a matéria jurídica e de outra natureza e consultando códigos, leis, jurisprudência, doutrina e outros documentos. Obter os elementos necessários à defesa ou acusação, complementando ou apurando as informações levantadas, bem como tomando outras medidas como preparar a defesa ou acusação e arrolar e correlacionar fatos, aplicando o procedimento adequado para apresentá-los em juízo, entre outros. Redigir e elaborar documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal, constitucional e outras, bem como atos administrativos, convênios, termos administrativos, projetos de lei, entre outros. Efetuar a cobrança da dívida ativa, judicial ou extrajudicialmente, bem como coordenar e participar de comissões de inquéritos e sindicâncias. Assistir a Prefeitura, Autarquia ou Fundação, na negociação de contratos, convênios, e acordos com outras entidades públicas ou privadas, bem como avaliar os procedimentos referentes aos diversos tipos de convênios e contratos firmados, examinando toda a documentação e os aspectos legais concernentes à transação. Representar, quando designado, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado. Supervisionar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares do município. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins.

#### Agente da Dengue

Vigiar para detectar focos. Destruir e evitar a formação de criadouros. Contribuir para evitar a reprodução de focos e orientar a comunidade com ações educativas. Realizar a eliminação de criadouros tendo como método de primeira escolha o controle mecânico (remoção, destruição, vedação, etc.). Para descobrimento de focos, pesquisa larvária em imóveis para levantamento de índice onde há infestação ou com a presença de aedes aegypti. Executar tratamento focal e perifocal como medida complementar ao controle mecânico, aplicando inseticidas autorizados, conforme orientação técnica. Utilizar corretamente os equipamentos de proteção individual indicados para cada situação. Repassar ao supervisor da área os problemas de maior grau de complexidade, não solucionados. Manter atualizado o cadastro de imóveis e pontos estratégicos de sua área de trabalho. Registrar as informações referentes às atividades executadas nos formulários específicos. Deixar seu itinerário de trabalho junto à coordenação do programa.

#### Assistente Social

Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS, SUS e Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Legislação Municipal visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população. Elaborar e/ou executar os programas e projetos de geração de renda, bem como orientar os usuários quanto a importância da qualificação e reinserção ao mundo do trabalho. Proporcionar através da intervenção profissional, junto aos usuários e suas famílias a discussão do projeto de vida destes, visando a busca de alternativas que venham construir a autonomia dos mesmos. Buscar pela solução de problemas identificados pelo estudo da realidade social, desenvolvendo ações educativas e sócios educativas nas unidades de saúde, educação e assistência social, bem como elaborar pareceres, perícias, relatórios e registros das atividades desenvolvidas. Assessorar, monitorar e avaliar projetos, programas, serviços e benefícios sócio-assistenciais, bem como da rede prestadora de serviços, projetos e programas sócio-assistenciais inscritas, registradas, conveniadas ou parceiras. Colaborar com a efetividade da aplicação dos direitos dos cidadãos e das políticas sociais, por meio da promoção social junto a entidades da comunidade e Conselhos Municipais, através de reuniões - ordinárias e/ou extraordinárias, comissões, orientações, campanhas, palestras, levantamento sócio-familiar, visitas domiciliares e outros. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Articular informações, juntamente com



profissionais de outras áreas, a fim de levantar subsídios para a elaboração de diretrizes, atos e programas de ação social referentes a diversos segmentos de atuação, sejam eles econômicos, profissionais, de orientação, reabilitação, acidentados e outros. Implementar e alimentar os sistemas de informação das políticas públicas. Contribuir na elaboração orçamentária do repasse de recursos dos Fundos Municipais, Nacionais e Filantrópicos para entidades cadastradas nos programas de políticas sociais, bem como, prestando orientação técnica e operacional quanto à elaboração e execução de serviços, programas e projetos no âmbito das políticas públicas. Atender a população em casos de emergência e calamidade, in loco ou em abrigos, auxiliando na elaboração de planos de assistência a defesa civil. Possibilitar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário o entendimento global das aplicações e execuções de programas, projetos e serviços, por meio de elaboração de relatórios e pareceres sociais. Fazer visitas domiciliares aos servidores afastados, quando necessário, emitindo parecer, bem como elaborar relatório social nos processos de doença em pessoa da família. Atender periodicamente e apresentar parecer social dos servidores em gozo do auxílio doença. Atender o servidor readaptado/reabilitado pelos médicos peritos, encaminhando relatório ao Diretor Presidente do Instituto para providências. Participar na melhoria e aperfeiçoamento das equipes profissionais e multiprofissionais, subsidiando decisões e ações, bem como do planejamento e avaliação das mesmas. Colaborar com a formação e/ou aprimoramento de outros profissionais, orientando estágios e participando de programas de treinamento em serviço. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. Ministrando treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor. Abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes; participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades; reconhecer a questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS); atuar em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais; realizar leitura crítica da realidade com capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos(as) trabalhadores(as) em defesa de seus direitos; formular e construir coletivamente com os(as) trabalhadores(as) estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos; identificar as demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social; intervir coletivamente junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular; intervir com vistas a inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos(a) usuários(as); possuir uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa capaz de produzir, intersectorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos(as) cidadãos(ãs); ter dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos(as) diversos(as) atores(atriz) e sujeitos da política; realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população que subsidiem a formulação dos planos de Assistência Social; formular e executar os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da Assistência Social; elaborar, executar e avaliar os planos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social, buscando interlocução com as diversas áreas e políticas públicas, com especial destaque para as políticas de Seguridade Social; formular e defender a constituição de orçamento público necessário à implementação do plano de Assistência Social; favorecer a participação dos(as) usuários(as) e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público e plano de Assistência Social; planejar, organizar e administrar o acompanhamento dos recursos orçamentários nos benefícios e serviços socioassistenciais nos Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); realizar estudos sistemáticos com a equipe dos CRAS e CREAS, na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações, o que supõe assegurar espaços de reunião e reflexão no âmbito das equipes multiprofissionais; estimular a organização coletiva e orientar(as) os usuários(as) e trabalhadores(as) da política de Assistência Social a constituir entidades representativas; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social; realizar estudos sócio-econômicos para identificação de demandas e necessidades sociais; organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos nos CRAS /CREAS; exercer funções de direção e/ou coordenação nos CRAS, CREAS e Secretarias de Assistência Social; realizar estudo e estabelecer cadastro atualizado de entidades e rede de atendimentos públicos e privados; participar nos Conselhos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social na condição de conselheiro(a); prestar assessoria aos conselhos; atuar no Conselho Municipal de Assistência Social na condição de secretário(a) executivo(a); organizar e coordenar seminários e eventos para debater e formular estratégias coletivas para materialização da política de Assistência Social; participar na organização, coordenação e realização de conferências municipais, estaduais e nacional de Assistência Social e afins; supervisionar direta e sistematicamente os(as) estagiários(as) de Serviço Social; acionar o sistema de garantia de direitos, com vistas a mediar o seu acesso pelo(a)s usuário(a)s; assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual integrando a equipe dos(as) trabalhadores(as) no âmbito da política de Assistência Social contribuindo para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sócio-político; construir trabalho profissional interdisciplinar com vistas a realização permanente de reuniões de planejamento e debates conjuntos a fim de estabelecer as articularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho; elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para assistentes sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes aos serviços sociais; implementar e alimentar os sistemas de informação das políticas públicas; estar em constante atualização sobre assuntos pertinentes à sua atuação profissional; fazer levantamentos sócio-econômicos com vistas a planejamento habitacional nas comunidades; planejar, executar e avaliar os projetos de trabalho social com usuários da política de habitação; fazer diagnóstico de impacto social dos projetos de habitação; assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas; participar na elaboração e execução dos Planos de Habitação de Interesse Social; divulgar aos usuários e facilitar o acesso às informações sobre a Política de Habitação de Interesse Social.

**Auxiliar de Saúde Bucal**

Efetuar testes de sensibilidade, aplicando substâncias alérgicas e fazendo leituras das reações, para obter subsídios aos diagnósticos. Adaptar o paciente ao ambiente e aos métodos terapêuticos que lhes são aplicados, realizando entrevistas de admissão, visitas diárias e orientando-o para reduzir sua sensação de insegurança e sofrimento e obter a sua colaboração no tratamento. Auxiliar em rotinas administrativas do serviço de odontologia. Levar aos serviços de diagnóstico e tratamento, o material e os pedidos de exames complementares e tratamentos. Receber e conferir os prontuários do setor competente e distribuí-los nos consultórios. Agendar consultas, tratamentos e exames, chamar e encaminhar pacientes. Organizar e executar atividades de higiene bucal. Processar filme radiográfico. Preparar o paciente para o atendimento.

Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares. Manipular materiais de uso odontológico. Selecionar moldeiras. Preparar modelos em gesso. Registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal. Executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho. Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal. Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos. Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários;

· Realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal. Adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Médio completo e Curso de Auxiliar em Saúde Bucal e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

**Auxiliar de Serviços Internos**

Fazer os serviços de faxina em geral. Remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos. Limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios. Limpar, arrumar e desinfetar banheiros e toaletes. Auxiliar na arrumação e troca de roupa de cama. Lavar e encerar assoalhos. Lavar e passar vestuários, roupas de cama e mesa. Coletar lixo dos depósitos colocando-os em recipientes adequados. Lavar vidros, espelhos, persianas. Varrer pátios. Fazer café e similares, servindo-os. Abrir e fechar portas, janelas e outras vias de acesso. Operar elevadores. Preparar e servir alimentos. Executar tarefas de limpeza do ambiente, móveis e utensílios. Limpar e preparar cereais, vegetais, carnes de variadas espécies para cozimento. Auxiliar no preparo de dietas especiais e normais. Preparar refeições rápidas. Preparar e servir merendas. Proceder à limpeza de utensílios, aparelhos e equipamentos. Auxiliar no controle do estoque de material e gêneros alimentícios. Manter a higiene em locais de trabalho. Guardar e conservar os alimentos em vasilhames e locais apropriados. Fazer o serviço de limpeza em geral. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: No ato da nomeação 4ª série do ensino fundamental e no término do estágio probatório, comprovante de conclusão de ensino fundamental.

**Cirurgião Dentista**

Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adscrita. Realizar os procedimentos clínicos definidos na Tabela Unificada do Sistema Único de Saúde - SUS. Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adscrita. Encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento. Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências. Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais. Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados. Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência. Executar as ações de assistência integral, aliado a atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local. Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal. Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas.

Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal.

Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo Auxiliar de Consultório Odontológico. Tratar as afecções da boca, usando procedimentos clínicos e/ou cirúrgicos para a conservação dos dentes e gengivas. Aconselhar aos pacientes os cuidados de higiene, para orientá-los na proteção dos dentes e gengivas. Examinar os dentes e a cavidade bucal, utilizando aparelhos ou por via direta, para verificar a presença de cáries e outras afecções, determinando-lhes a extensão e a profundidade. Extrair raízes e dentes, utilizando boticões e outros instrumentos especiais para prevenir infecções normais. Participar de campanhas de saúde comunitária de caráter preventivo. Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

**Contador**

Coordenar todas as atividades de controle e contabilização de custos, trabalhos de seleção e análise dos comprovantes como registros de mão-de-obra, registros de produção, inventário de estoque, extraindo os dados necessários para realizar os cálculos dos custos unitários das diferentes operações ou dos diferentes produtos, procedendo de acordo com as técnicas requeridas para apresentar os resultados obtidos. Traçar o plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração, para possibilitar o controle contábil e orçamentário, o controle dos trabalhos de análise e conciliação de contas e a orientação quanto à classificação e avaliação de despesas, analisando a natureza das mesmas para apropriar custos de bens e serviços. Preparar balanços e balancetes contábeis, visando assegurar que os balancetes mensais e o balanço final reflitam corretamente a realidade econômico-financeira da Prefeitura Municipal de Joaçaba, bem como fazer estudos e análises sobre os números dos balanços, visando fornecer subsídios para decisões que possam minimizar a carga tributária e visualizar a situação econômica e patrimonial da mesma. Planejar e preparar relatórios contábeis, dentro dos prazos previstos e obedecendo aos princípios e procedimentos contábeis preestabelecidos, visando fornecer subsídios para o processo decisório e cumprimento da legislação. Prestar apoio e orientar as atividades da área fiscal, verificando todos os registros e classificações contábeis nos livros fiscais, referentes aos impostos e tributos recolhidos, compras e vendas, e outros dados, de modo a demonstrar as operações, as classificações contábeis em conformidade com a legislação fiscal e normas contábeis vigentes. Coordenar e orientar as demais Secretarias da Prefeitura Municipal de Joaçaba, quanto à classificação contábil ou no que se refere a aspectos fiscais de documentos a serem emitidos ou escriturados, assegurando a correta classificação e lançamento de todos os documentos contábeis, e sua conformidade com os padrões e legislação fiscal e tributária. Apurar mensalmente o imposto de renda devido, visando o correto pagamento e o cumprimento das obrigações fiscais acessórias, elaborando a Declaração Anual do Imposto de Renda, incluindo a escrituração dos livros pertinentes ao cumprimento da legislação específica. Efetuar cálculos da contribuição social, de correção de juros e multas de impostos em atraso, de financiamentos e de correção monetária e depreciação do Ativo, visando obter o valor financeiro. Preparar os lançamentos contábeis dos

fatos e atos administrativos, visando a elaboração do balanço patrimonial. Atender à fiscalização municipal, estadual e federal, prestando os esclarecimentos e fornecendo os documentos solicitados. Coordenar a elaboração de inventário de estoques do almoxarifado, procedendo a ajustes necessários para correspondência físico/contábil, bem como manter controles e coordenar a realização dos inventários dos bens patrimoniais, conferindo e ajustando os saldos das respectivas contas, de acordo com as normas contábeis e da Prefeitura Municipal de Joaçaba. Pesquisar e estudar toda a legislação fiscal-tributária, dando a orientação necessária a todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Joaçaba, responsáveis por emissão, registro ou trâmite de documentos fiscais, visando prevenir incorreções e prejuízos à mesma, bem como a conformidade às exigências legais. Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade. Manter os Conselhos Administrativo e Fiscal, bem como a Diretoria Executiva informados sobre a situação contábil e financeira do Instituto, Fundação, Autarquia ou Secretaria na qual atua. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins.

#### Enfermeiro

Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as Disposições legais da profissão. Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a Unidade de Saúde - US.

· Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso. No nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária. Realizar ações de saúde em todos os ambientes, na US e, quando necessário, no domicílio. Realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica e Secundária de acordo com os protocolos e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde. Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva. Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, entre outros que forem necessários. Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções. Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidos pela instituição, possibilitando a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva. Executar tarefas complementares ao tratamento médico especializado. Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos. Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde. Participar das atividades de vigilância epidemiológica. Fazer notificação de doenças transmissíveis. Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e comunidade, de acordo com os programas estabelecidos pela instituição. Participar do planejamento e prestar assistência em situação de emergência e de calamidade pública. Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Farmacêutico

Desempenhar funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas. Fiscalização profissional sanitárias. Participar da elaboração e ou fazer cumprir normas e disposições gerais relativas ao armazenamento, controle de estoque e distribuição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa. Participar de discussões técnicas para seleção e aquisição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa. Elaborar manuais de procedimentos, manuais técnicos, formulários e lista de medicamentos, buscando normatizar e operacionalizar o funcionamento da assistência farmacêutica, criando padrões técnicos e sanitários de acordo com a legislação. Gerir racionalmente recursos materiais e humanos, de forma a dar garantia de qualidade aos serviços prestados na área de medicamentos. Atender os receituários médicos, observando a legalidade da receita, avaliando a compatibilidade física e química, bem como averiguando a dose, via de administração, duração do tratamento e dose cumulativa dos medicamentos prescritos. Informar de forma clara e compreensiva, sobre o modo correto de administração dos medicamentos, alertando sobre reações adversas e interações medicamentosas com alimentos e/ou produtos ingeridos concomitantemente. Atuar na promoção da educação dos profissionais de saúde e de pacientes. Atuar como fonte de informação sobre medicamentos aos outros profissionais de saúde. Participar de equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração, execução e avaliação de programas de saúde pública. Executar funções como: reconstituição de medicamentos, preparo de misturas intravenosas e nutrição parenteral, fracionamento de doses, produção de medicamentos, e outras atividades passíveis de serem realizadas e atribuições do farmacêutico. Atuar junto a central de esterilização na orientação de processos de desinfecção e esterilização de materiais. Atuar em farmácia clínica. Participar como membro de comissões de sua competência como: comissão de farmácia e terapêutica, padronização de medicamentos, comissão de controle de infecção hospitalar, licitações e pareceres técnicos. Atuar no controle de qualidade de águas de consumo humano, residuárias e controle de operações de estação de tratamento de águas e esgotos domésticos e industriais de piscinas, praias e balneários, desde a coleta de amostras, análises físico químicas e microbiológicas, até emissão e assinatura de laudos e pareceres técnicos. Executar e ou supervisionar análises físico-químicos, sensoriais, microscópicas, toxicológicas, microbiológicas, fitoquímicas, ensaios biológicos e outras, fazendo uso de metodologias e equipamentos necessários. Atuar em farmácia homeopática, desde que devidamente habilitado. Programar, supervisionar, inspecionar, bem como responder tecnicamente pela realização de exames laboratoriais, controle de qualidade de insumos de natureza biológica, química e física, emitindo laudos, pareceres e diagnósticos. Fazer pesquisas quantitativas e qualitativas em amostras de materiais, dos exames requisitados. Coordenar, executar e supervisionar atividade específicas do laboratório de análises clínicas, desde a coleta do material para análise, até entrega do laudo final ao cliente. Executar e/ou supervisionar análises hematológicas, sorológicas, bacteriológicas, parasitológicas, coprológicas e outras, utilizando-se de aparelhos e técnicas específicas. Assumir responsabilidades pelos laudos dos exames realizados no laboratório, assinando-os, oferecendo assim maior credibilidade e segurança ao requisitante. Orientar a distribuição de atividades para a equipe auxiliar, além de supervisionar a utilização e manipulação corretas dos materiais e equipamentos, observando cuidados relativos à higiene e segurança, garantindo qualidade do serviço. Assessorar a elaboração de projetos de



construção e montagem de áreas específicas.

Prever, prover e controlar materiais e equipamentos, emitindo opinião técnica em sua aquisição. Participar da equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração de programas de saúde pública. Participar em comissões técnicas e auditorias, com fins diversos, emitindo laudos e pareceres de sua competência. Participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde. Coordenar, executar e supervisionar atividades específicas do laboratório de análises clínicas, desde a coleta do material para análise até a entrega do laudo final do cliente. Executar e/ou supervisionar análises hematológicas, urinárias, dosagens hormonais e bioquímicas, toxicológicas, citopatológicas e outras, fazendo uso de metodologias e equipamentos necessários. Zelar pela sua segurança e de terceiros, orientado a distribuição de atividades para a equipe auxiliar, além de supervisionar a utilização e manipulação correta dos materiais e equipamentos, observando cuidados à higiene e biossegurança. Zelar pela segurança, conservação e manutenção de materiais, equipamentos e do seu ambiente de trabalho. Assessorar a elaboração de projetos de construção e montagem de áreas específicas. Especificar, prever, solicitar e controlar materiais, insumos e equipamentos, emitindo parecer técnico em sua aquisição. Elaborar manuais de procedimentos, manuais técnicos e formulários, buscando normatizar e operacionalizar o funcionamento dos laboratórios, criando e/ou observando padrões técnicos e sanitários de acordo com a legislação. Coordenar, executar e supervisionar atividades específicas do laboratório de água e alimentos, desde a coleta do material para análise até a entrega do laudo final do cliente. Executar e/ou supervisionar análises bromatológicas, físico-químicas, sensoriais, microscópicas, toxicológicas, microbiológicas e outros, fazendo uso de metodologias e equipamentos necessários. Assumir responsabilidades pelos laudos dos exames realizados no laboratório, assinando-os. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Farmacêutico Bioquímico

Desempenhar funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas. Fiscalização profissional sanitárias. Participar da elaboração e ou fazer cumprir normas e disposições gerais relativas ao armazenamento, controle de estoque e distribuição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa. Participar de discussões técnicas para seleção e aquisição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa. Elaborar manuais de procedimentos, manuais técnicos, formulários e lista de medicamentos, buscando normatizar e operacionalizar o funcionamento da assistência farmacêutica, criando padrões técnicos e sanitários de acordo com a legislação. Gerir racionalmente recursos materiais e humanos, de forma a dar garantia de qualidade aos serviços prestados na área de medicamentos. Atender os receituários médicos, observando a legalidade da receita, avaliando a compatibilidade física e química, bem como averiguando a dose, via de administração, duração do tratamento e dose cumulativa dos medicamentos prescritos. Informar de forma clara e compreensiva, sobre o modo correto de administração dos medicamentos, alertando sobre reações adversas e interações medicamentosas com alimentos e/ou produtos ingeridos concomitantemente. Atuar na promoção da educação dos profissionais de saúde e de pacientes. Atuar como fonte de informação sobre medicamentos aos outros profissionais de saúde. Participar de equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração, execução e avaliação de programas de saúde pública. Executar funções como: reconstituição de medicamentos, preparo de misturas intravenosas e nutrição parenteral, fracionamento de doses, produção de medicamentos, e outras atividades passíveis de serem realizadas e atribuições do farmacêutico. Atuar junto a central de esterilização na orientação de processos de desinfecção e esterilização de materiais. Atuar em farmácia clínica. Participar como membro de comissões de sua competência como: comissão de farmácia e terapêutica, padronização de medicamentos, comissão de controle de infecção hospitalar, licitações e pareceres técnicos. Atuar no controle de qualidade de águas de consumo humano, residuais e controle de operações de estação de tratamento de águas e esgotos domésticos e industriais de piscinas, praias e balneários, desde a coleta de amostras, análises físico químicas e microbiológicas, até emissão e assinatura de laudos e pareceres técnicos. Executar e ou supervisionar análises físico-químicas, sensoriais, microscópicas, toxicológicas, microbiológicas, fitoquímicas, ensaios biológicos e outras, fazendo uso de metodologias e equipamentos necessários. Atuar em farmácia homeopática, desde que devidamente habilitado. Programar, supervisionar, inspecionar, bem como responder tecnicamente pela realização de exames laboratoriais, controle de qualidade de insumos de natureza biológica, química e física, emitindo laudos, pareceres e diagnósticos. Fazer pesquisas quantitativas e qualitativas em amostras de materiais, dos exames requisitados. Coordenar, executar e supervisionar atividade específicas do laboratório de análises clínicas, desde a coleta do material para análise, até entrega do laudo final ao cliente. Executar e/ou supervisionar análises hematológicas, sorológicas, bacteriológicas, parasitológicas, coprológicas e outras, utilizando-se de aparelhos e técnicas específicas. Assumir responsabilidades pelos laudos dos exames realizados no laboratório, assinando-os, oferecendo assim maior credibilidade e segurança ao requisitante. Orientar a distribuição de atividades para a equipe auxiliar, além de supervisionar a utilização e manipulação corretas dos materiais e equipamentos, observando cuidados relativos à higiene e segurança, garantindo qualidade do serviço. Assessorar a elaboração de projetos de construção e montagem de áreas específicas.

Prever, prover e controlar materiais e equipamentos, emitindo opinião técnica em sua aquisição. Participar da equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração de programas de saúde pública. Participar em comissões técnicas e auditorias, com fins diversos, emitindo laudos e pareceres de sua competência. Participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde. Coordenar, executar e supervisionar atividades específicas do laboratório de análises clínicas, desde a coleta do material para análise até a entrega do laudo final do cliente. Executar e/ou supervisionar análises hematológicas, urinárias, dosagens hormonais e bioquímicas, toxicológicas, citopatológicas e outras, fazendo uso de metodologias e equipamentos necessários. Zelar pela sua segurança e de terceiros, orientado a distribuição de atividades para a equipe auxiliar, além de supervisionar a utilização e manipulação correta dos materiais e equipamentos, observando cuidados à higiene e biossegurança. Zelar pela segurança, conservação e manutenção de materiais, equipamentos e do seu ambiente de trabalho. Assessorar a elaboração de projetos de construção e montagem de áreas específicas. Especificar, prever, solicitar e controlar materiais, insumos e equipamentos, emitindo parecer técnico em sua aquisição. Coordenar, executar e supervisionar atividades específicas do laboratório de água e alimentos, desde a coleta do material para análise até a entrega do laudo final do cliente. Executar e/ou supervisionar análises bromatológicas, físico-químicas, sensoriais, microscópicas, toxicológicas, microbiológicas e outros, fazendo uso de metodologias e equipamentos necessários. Assumir responsabilidades pelos laudos dos exames realizados no laboratório, assinando-os. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Fisioterapeuta

Planejar, organizar e executar serviços gerais e específicos de fisioterapia. Avaliar a elegibilidade do lesionado para ser submetido ao tratamento proposto. Fazer testes musculares, goniometria, perimetria, pesquisa de reflexos normais e patológicos, provas de esforço e

sobrecarga para identificar a incapacidade do paciente. Elaborar plano de tratamento, orientando a família e o paciente no acompanhamento domiciliar. Realizar atendimentos individuais e coletivos. Orientar, treinar o manuseio de aparelho e supervisionar na execução do plano de tratamento. Reavaliar o paciente para conotar recuperação, fazendo a integração médico/paciente através de sugestões, alterações na conduta de tratamento e encaminhamento para alta definitiva. Fazer estudos de caso junto à equipe técnica para definir melhor atuação para integração do indivíduo na sociedade. Promover cursos internos de atualização para técnicos e agentes. Assessorar autoridades superiores em assuntos de fisioterapia, preparando informes, documentos, laudos e pareceres. Promover a autonomia dos pacientes. Preparar/capacitar familiares e/ou cuidadores de pacientes acamados. Participar da política de promoção à saúde. Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Fonoaudiólogo

Avaliar as deficiências do paciente, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, impedanciometria, gravação e outras técnicas próprias, para estabelecer o plano terapêutico ou de treinamento. Encaminhar o paciente ao especialista, orientando e fornecendo-lhe indicações necessárias.

Emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou à praticabilidade de reabilitação fonoaudiológica, elaborando relatórios para complementar o diagnóstico. Programar, desenvolver e orientar o treinamento de voz, fala, expressão do pensamento verbalizado, compreensão do pensamento verbalizado, orientando e fazendo demonstrações de respiração funcional, impostação de voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras, para reeducar e/ou reabilitar o paciente. Opinar quanto à possibilidade fonatória e auditiva do paciente, fazendo exames e empregando técnicas de avaliação específicas, para possibilitar a seleção profissional ou escolar. Participar de equipes multiprofissionais para identificação de distúrbios de linguagem em suas formas de expressão e audição. Participar e/ou elaborar projetos de pesquisa sobre assuntos ligados à fonoaudiologia. Fornecer dados estatísticos e apresentar relatório de suas atividades. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência. Realizar atendimentos individuais e coletivos. Participar da política de promoção à saúde. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Médico

Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita. Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso. Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde e, quando necessário, no domicílio. Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção da atenção Básica, definidas nas normas e diretrizes da estratégia de saúde coletiva vigente no país. Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva. Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental entre outros que se fizerem necessários. Promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente seja mais saudável. Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências. Executar ações básicas de vigilância epidemiológica e sanitária em sua área de abrangência, participando da elaboração dos relatórios mensais a serem produzidos pela unidade de saúde. Estar comprometido com a pessoa inserida no seu contexto biopsicossocial, cuja atenção não deve estar restrita a problemas de saúde rigorosamente definidos. Seu compromisso deve envolver, também, ações com indivíduos saudáveis, abordando aspectos de promoção, prevenção e educação para saúde. Valorizar a relação médico-paciente e médico-família como parte de um processo terapêutico de confiança. Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na US de origem, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência. Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais, indicar internação hospitalar quando necessário. Solicitar exames complementares de acordo com os protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde. Fazer prescrições de medicamentos de acordo com a política municipal de Assistência Farmacêutica. Verificar e atestar óbito. Acatar seu remanejamento para qualquer unidade da rede municipal, atendendo necessidade ou posicionamento estratégico de readequação. Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva à comunidade. Analisar e interpretar resultados de exames de raio-x, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais, para confirmar e informar o diagnóstico. Prescrever medicamentos, indicando dosagem e a respectiva via de administração. Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento e evolução da doença. Emitir atestados de saúde e aptidão física e mental, de óbito, para atender determinações legais, atender emergências clínicas, cirúrgicas e traumáticas. Atender convocação da Secretaria Municipal de Saúde para participar de curso, treinamento e atividades afins que estejam ligas à sua área de atuação, participar de campanhas de saúde comunitária de caráter preventivo. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Médico Cardiologista

São atribuições do médico cardiologista, além daquelas já descritas para a função de médico clínico geral: executar atividades inerentes à especialidade de cardiologia, abrangendo todos os componentes do sistema cardiovascular. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Médico Dermatologista

São atribuições do médico dermatologista, além daquelas já descritas para a função de médico clínico geral: executar atividades de estudo, avaliação e tratamento da pele e seus anexos (unhas, cabelo, glândulas sebáceas e sudoríparas), abrangendo a clínica, a cirurgia dermatológica, a cosmiatria, a micologia e a patologia, atendo-se, além da prevenção e tratamento de doenças da pele, com a estética e conservação da integridade desse órgão. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Médico Ginecologista

São atribuições do médico ginecologista, além daquelas já descritas para a função de médico clínico geral: executar atividades inerentes à promoção, proteção e recuperação da saúde da mulher, compreendendo as doenças dos órgãos genitais internos e externos, abrangendo os setores de Colposcopia, Laparoscopia e Histeroscopia. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins.

**REQUISITOS PARA CARGO:** Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Médico Infectologista

São atribuições do médico infectologista, além daquelas já descritas para a função de médico clínico geral: executar atividades de estudo e tratamento das doenças infecciosas e parasitárias, causadas por vírus, bactérias, fungos, protozoários ou outros microorganismos. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. **REQUISITOS PARA CARGO:** Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Médico Pediatra

São atribuições do médico pediatra, além daquelas já descritas para a função de médico clínico geral: dar assistência à criança e ao adolescente, nos aspectos curativos e preventivos, este abrangendo ações em relação a imunizações (vacinas), aleitamento materno, prevenção de acidentes, além do acompanhamento e das orientações necessárias a um crescimento e desenvolvimento saudáveis. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. **REQUISITOS PARA CARGO:** Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Médico Pneumologista

São atribuições do médico pneumologista, além daquelas já descritas para a função de médico clínico geral: tratamento das doenças pulmonares e respiratórias, incluindo as intervenções de cirurgia torácica. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. **REQUISITOS PARA CARGO:** Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Médico Psiquiatra

São atribuições do médico psiquiatra, além daquelas já descritas para a função de médico clínico geral: executar atividades de estudo, prevenção e tratamento dos modos psíquicos de adoecer ou da perda involuntária da faculdade normativa. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. **REQUISITOS PARA CARGO:** Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Médico Urologista

São atribuições do médico urologista, além daquelas já descritas para a função de médico clínico geral: executar atividades relativas ao tratamento e prevenção das doenças do aparelho urinário e de doenças do aparelho genital masculino. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. **REQUISITOS PARA CARGO:** Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Motorista

Dirigir veículos, zelando pela segurança de passageiros, valores e/ou cargas, conduzindo-os até local de destino, respeitando as regras de trânsito, bem como adotando medidas cabíveis na solução e prevenção de qualquer incidente. Auxiliar no embarque e/ou desembarque de passageiros, manuseando instrumentos e equipamentos, quando necessário, bem como abastecer o veículo com mercadorias e/ou outros materiais. Vistoriar o veículo e realizar pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança do veículo. Evitar acidentes, controlando e auxiliando na carga e descarga de mercadorias, orientando o seu acondicionamento no veículo, bem como garantir a correta entrega de mercadorias, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga e conferindo as mesmas com documentos de recebimento ou entrega. Prestar socorro mecânico e/ou guinchar veículos, quando necessário, bem como operar comandos e/ou mecanismos do veículo, possibilitando a execução da tarefa necessária. Preencher diariamente o mapa de controle individual de veículos, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Recolher os veículos à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente; Auxiliar médicos e enfermeiros na assistência a pacientes, conduzindo caixas de medicamentos, tubos de oxigênio, macas etc. Auxiliar Portadores de Necessidades Especiais, idosos, pessoas doentes, no embarque e desembarque do veículo, bem como acomodação de cadeiras de rodas, muletas e outros. Operar rádio transceptor; proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada. Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo. Obedecer, na íntegra, a legislação de trânsito vigente. Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda. Estar comprometido com o zelo e bem-estar de seu ambiente de trabalho, inclusive em eventuais períodos de ociosidade. Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato. Executar outras tarefas afins. **REQUISITOS PARA CARGO:** Ensino Fundamental completo e Carteira Nacional de Habilitação categoria "D".

#### Nutricionista

No âmbito de atuação na Secretaria de Educação: Planejar e elaborar cardápios, baseando-se nas técnicas de preparação dos alimentos atendendo às exigências do MEC; Acompanhar o trabalho dos funcionários que atuam na merenda escolar, supervisionando o preparo, distribuição de refeições, validade dos produtos; recebimento dos gêneros alimentícios e seu armazenamento, verificando o cumprimento do cardápio elaborado; Articular junto à equipe pedagógica atividades de educação alimentar; Orientar o cumprimento das exigências do programa de Alimentação Escolar, juntamente com o Conselho de Alimentação Escolar, auxiliando na fiscalização; Realizar atividades educativas junto à comunidade escolar; Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas, observando e analisando o ambiente interno, orientando e supervisionando os funcionários e providenciando medidas adequadas para solucionar os problemas pertinentes, para oferecer alimentação saudável e elaborar projetos e/ou formas de aproveitamento das sobras de alimento; Avaliar alunos portadores de patologias e encaminhar dieta adequada para atendimento de suas necessidades; Realizar palestras em nutrição, bem como assessoria e consultoria quando necessário e elaborar capacitações para os profissionais atuantes nesta área, orientando sobre a estocagem, manipulação e controle



de estoques; No âmbito de atuação na Secretaria de Saúde: Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Nutrição, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população. Implementar hábitos alimentares saudáveis, aconselhando e instruindo a população, sugerindo refeições balanceadas, com base na observação de aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de introdução gradativa de produtos naturais mais nutritivos e econômicos, relacionando a patologia com a deficiência nutricional, procedente ao planejamento e elaboração de cardápios e dietas. Adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções elaboradas pelos profissionais da equipe técnica da Secretaria de Saúde referentes à sua área de atuação, fornecendo subsídios para o planejamento e execução das Políticas de Saúde. No âmbito de atuação geral: Preparar o processo de compras conforme cardápios com base no número de refeições a serem servidas e estoque; Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Capacitar os profissionais atuantes na área para a execução nas receitas indicadas no cardápio; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função. Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas. Articular informações, juntamente com profissionais de outras áreas e instituições, públicas ou privadas, preparando informes, atestados, laudos, pareceres e demais documentos, a fim de possibilitar o entendimento global das ações referentes à sua atribuição técnica. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Profissional de Educação Física

Desenvolver atividades inerentes à profissão, participando dos projetos e programas desenvolvidos por secretaria municipal, realizando controle de participação, planejamento e relatórios das atividades; Promover a prática da ginástica e outros exercícios físicos e de jogos em geral com: crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, portadores de necessidades especiais, grupos de famílias, usuários dos serviços e programas municipais, desenvolvendo atividades desportivas e de lazer, orientando a execução das mesmas e a importância de uma alimentação saudável, para possibilitar o desenvolvimento harmônico do corpo e a manutenção de boas condições físicas e mentais; Instruir os usuários sobre os exercícios e jogos programados, inclusive sobre a utilização de aparelhos, fazendo demonstrações e acompanhando a execução pelos usuários, para assegurar o máximo aproveitamento e benefícios advindos desses exercícios; Ministras aulas de hidroginástica, e dança nos locais onde forem oferecidas; Participar de competições esportivas, acompanhando e orientando os atletas, principalmente nos jogos da terceira idade e nas demais competições que os usuários da assistência possam participar; Participar da organização e realização de eventos; Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA O CARGO: Curso superior em Educação Física, bacharelado ou bacharelado/licenciatura, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Psicólogo

Desenvolver serviços relacionados à problemática pessoal, educacional e organizacional e a estudos clínicos individuais e coletivos. Elaborar e aplicar métodos e técnicas de pesquisa das características psicológicas dos indivíduos. Organizar e aplicar métodos e técnicas de recrutamento e seleção de pessoal e de orientação profissional, bem como a avaliação desses processos para controle de sua validade. Realizar estudos e aplicações práticas no campo da educação e saúde. Realizar atendimentos individuais e coletivos. Elaborar projetos terapêuticos de acordo com a política de saúde mental municipal. Trabalhar em equipes multiprofissionais. Participar, dentro de sua especialidade, de equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos. Prestar assessoria e consultoria técnica em assunto de natureza psicológica. Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades. Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS, SUAS, Estatuto da Criança e do Adolescente, Conselhos Profissionais de Psicologia e Legislação Municipal, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população. Possibilitar a compreensão do comportamento humano, individual ou em grupo, aplicando os conhecimentos teóricos e técnicos da psicologia, com o objetivo de identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social, vinculando-as também a condições políticas, históricas e culturais. Buscar a diminuição do sofrimento psíquico, em usuários que precisam de atendimento psicológico, bem como em seus familiares e grupos sociais em que está vinculado, realizando diagnósticos psicológicos, psicoterapia e atendimentos emergenciais. Auxiliar na plena atenção prestada aos usuários, integrando à equipe multiprofissional das instituições em geral, para elaboração e execução de programas de prevenção, assistência, apoio, educação e outros. Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões, acompanhando usuários e seus familiares durante o processo de tratamento psicológico, bem como acompanhar o desenvolvimento e a evolução de intervenções realizadas. Buscar o aperfeiçoamento organizacional e psicológico das equipes multiprofissionais, promovendo estudos nas diversas unidades do Município, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas. Promover a qualidade, a valorização e a democratização do sistema educacional, participando da elaboração de planos e políticas, auxiliando na elaboração de procedimentos educacionais diferenciados, analisando características de indivíduos portadores de necessidades especiais, bem como prestando orientação psicológica aos educadores e educandos no processo ensino-aprendizagem. Proporcionar o desenvolvimento dos recursos humanos, utilizando princípios e métodos da psicologia, coordenando e executando projetos, como processos de recrutamento e seleção, integração de novos funcionários, bem como realizando a análise ocupacional dos cargos, propondo melhorias das condições ambientais, relacionais, materiais e outros. Colaborar para a ampliação da visão da realidade psico-social à qual os usuários estão inseridos, por meio do acompanhamento técnico, através de visitas a hospitais, escolas, domicílios e outros, sempre que necessário. Elaborar, adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções referentes à sua área de atuação, juntamente com os profissionais da equipe técnica da Secretaria, Fundação ou Autarquia em que está lotado, fornecendo subsídios para o planejamento e execução das Políticas de Saúde Mental, Social, do Trabalhador e outros. Proporcionar a disseminação do conhecimento, coordenando e desenvolvendo pesquisas experimentais, teóricas e clínicas, palestras, grupos educacionais, entre outros. Articular informações, juntamente com profissionais de outras áreas e instituições como Ministério Público e Poder Judiciário, preparando informes, atestados, laudos, pareceres e demais documentos, a fim de possibilitar o entendimento global das ações referentes à sua atribuição técnica. Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas. Colaborar com a formação e aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios e participando de programas de treinamento em serviço. Contribuir, com os conhecimentos de sua área de atuação coordenando grupos de

estudos, assessorando escolas, ambulatorios, consultorios, hospitais e outros. Avaliar e acompanhar os servidores afastados, elaborando parecer psicológico, encaminhando-os aos médicos peritos. Avaliar os servidores através de visitas domiciliares, quando necessário e/ou solicitado pelos médicos peritos, conforme a análise dos casos. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Emitir diagnóstico através da avaliação dos usuários da assistência social usando para tanto recursos técnicos e metodológicos apropriados, prestando atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento a outros serviços e especialidades; participar, dentro de sua especialidade, de equipes multiprofissionais, na elaboração, análise e implantação de programas e projetos, objetivando integrar as ações desenvolvidas; planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades dos usuários; executar atendimento psicossocial por meio de intervenções individual, familiar, grupal e comunitária; prestar atendimento especializado à indivíduos e famílias com seus direitos violados, com ou sem rompimento de vínculos; desenvolver ações de acolhida, entrevistas, orientações, referenciamento e contra-referenciamento, visitas e entrevistas domiciliares, articulações institucionais, proteção pró-ativa, atividades socioeducativas e de convívio, e facilitação de grupos; desenvolver modalidades interventivas coerentes com os objetivos do trabalho social previstos na política de assistência social; desenvolver o trabalho social articulado aos demais trabalhos da rede de proteção social, tendo em vista os direitos a serem assegurados ou resgatados e a completude da atenção em rede; elaborar e aplicar métodos e técnicas de pesquisa na área da psicologia social e comunitária; prestar assessoria e consultoria técnica, emitindo parecer dentro da perspectiva de sua área de atuação; fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres que lhe forem pertinentes; cumprir o código de ética profissional; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho; participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços; participar efetivamente da política de assistência social do município, através dos programas implantados pela Secretaria de Assistência Social; desempenhar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Técnico em Administração

Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários. Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão. Minutar contratos em geral. Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas. Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências verificadas nos registros em geral. Colaborar na redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências ou normas do órgão. Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral. Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão. Realizar registros em geral. Secretariar autoridades de hierarquia superior, digitando e redigindo expedientes relacionados as suas atividades. Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos. Sugerir métodos e processo de trabalho para simplificação, recebimento, classificação registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processo e papéis em geral. Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de planos de ação. Acompanhar ou participar da elaboração de anteprojetos de leis e decretos. Realizar estudos e pesquisas sobre atribuições de cargos, a fim de possibilitar sua classificação e retribuição, a organização de novos quadros de serviços, novos sistemas de ascensão, progressão e avaliação de cargos. Participar na elaboração de projetos ou planos de organização dos serviços, inclusive para a aplicação de processamento eletrônico. Estudar e propor normas para administração de material. Manter atualizado o cadastro de contribuintes do município. Zelar pelo cumprimento do código tributário municipal e legislação complementar. Efetuar o lançamento da receita orçamentária. Expedir documentos de lançamento de receita. Processar os documentos de controle da receita orçamentária. Propor medidas visando alteração da legislação tributária. Participar na atualização da planta genérica de valores. Operar aparelhos de processamento de dados. Conferir relatórios de controle da receita. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Médio completo.

#### Técnico em Enfermagem

Lavar, acondicionar e esterilizar material, segundo técnicas adequadas. Administrar sangue e plasma, controlar pressão venosa. Monitorar e aplicar respiradores artificiais. Prestar cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal ao pacientes. Aplicar gastroterapia, instilações, lavagens estomacais e vesicais e outros tratamentos, valendo-se dos seus conhecimentos técnicos para proporcionar o maior grau possível de bem-estar físico, mental e social aos pacientes. Efetuar testes de sensibilidade, aplicando substâncias alérgicas e fazendo leituras das reações, para obter subsídios aos diagnósticos. Fazer curativos, imunizações, imobilizações especiais e ministrar medicamentos e tratamentos de emergência. Adaptar o paciente ao ambiente hospitalar e aos métodos terapêuticos que lhes são aplicados, realizando entrevistas de admissão, visitas diárias e orientando-o para reduzir sua sensação de insegurança e sofrimento e obter a sua colaboração no tratamento. Prestar cuidados no post-mortem como enfeixamentos e tamponamentos, utilizando algodão, gaze e outros materiais para evitar a eliminação de secreções e melhorar a aparência do cadáver. Realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às família de risco, conforme planejamento da US. No nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária. Realizar busca ativa de casos, como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico bem como de gestantes e crianças para imunização. Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da US, garantindo o controle de infecção. Realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes da US e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Médio completo e curso Técnico em Enfermagem e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

#### Técnico em Laboratório

Realizar coletas de material para exames laboratoriais diversos, observando as requisições médicas e utilização de materiais e instrumentais adequados. Proceder a execução e análise de exames laboratoriais de natureza simples, tais como: lâminas e cortes histológicos, semeadura e isolamento de germes. Executar análise de exames laboratoriais, tratando as amostras através da utilização de aparelhos, reagentes e outros que vêm em auxílio da obtenção de diagnósticos clínicos. Prestar auxílio em análises de amostras de escarro, urina, sangue e secreções entre outras, utilizando seus conhecimentos e obedecendo orientações de seu superior, a fim de obter resultados mais rapidamente. Proceder o registro e arquivar cópias de resultados de exames. Observar técnicas específicas para preparo de material e instrumental para esterilização, além da desinfecção de ambientes e equipamentos usados no laboratório. Controlar entrada, saída e estoque de materiais

em seu local de trabalho. Usar equipamentos de proteção individual, providenciando a substituição sempre que houver algum dano. Zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho. Respeitar o código de ética profissional. Participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde. Realizar testes e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Médio completo e curso técnico profissionalizante na área, com habilitação legal para o exercício da profissão.

#### Terapeuta Ocupacional

Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais. Promover a saúde e integração social dos usuários, através da avaliação das habilidades funcionais do indivíduo, elaborando, planejando e executando atividades terapêuticas, individuais e/ou grupais, que objetivem o desenvolvimento e reabilitação de usuários acometidos por algum distúrbio de ordem física e/ou psíquica. Estudar os fenômenos fisiológicos, psicológicos e sociais relacionados ao envelhecimento do ser humano. Desenvolvimento Infantil e Saúde Física do Adulto, exercer atividades em unidades de saúde, centros de convivência, ambulatórios, hospital-dia, instituições gerais especializadas, creches, centros de reabilitação, domicílios e outros. Realizar supervisão coordenação, programação ou execução especializada em grau de maior complexidade. Realizar trabalhos relativos a utilização de métodos e técnicas terapêuticas e recreacionais, para a reabilitação física mental do indivíduo, elaborar diagnóstico e conduzir tratamento em unidades de atendimento apropriado. Atuar em extrema colaboração com os demais profissionais, além de realizar outras atividades inerentes ao cargo. Estudar casos e contribuir na sua área de atuação, preventiva e corretivamente, participando de equipes multidisciplinares. Contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos, participando das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar. Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas. Realizar o acompanhamento técnico, através de visitas a pacientes do sistema público em hospitais, escolas, domicílios, sempre que necessário, bem como promover adaptações estruturais nestes ambientes. Adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções elaboradas pelos profissionais da equipe técnica da Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado referente à sua área de atuação, fornecendo subsídios para o planejamento e execução das Políticas de Saúde. Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, sempre que solicitado. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

#### Terapeuta Oriental

Acupuntura, auriculoterapia (micro-sistema), massoterapia nas especialidades, técnicas de estímulo nos pontos koryo sooju chim acupuntura coreana, sintomatologia, fitoterapia oriental, meridianos extraordinários, meridianos principais, órgãos e vísceras, onda energética e trajetos, moxaterapia, ventosa terapia; Tai chi chuan, chi gong terapia, Do In e Shi At Shu; Zan Fu (teoria dos órgãos e vísceras). Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins.

#### Cuidador

Acolher e tratar efetivamente os usuários das instituições de abrigamento, sejam elas crianças, adolescentes, portadores de necessidades especiais e/ou idosos; Fornecer materiais de higiene pessoal, artigos de cama, banho e roupas; Notar a existência de marcas e hematomas, bem como escabiose e piolho, os quais deverão ser comunicados ao chefe imediato; Promover os cuidados básicos de saúde, higiene e alimentação aos usuários; Acompanhar a alimentação dos usuários observando a aceitação adequada da dieta; Acompanhar e prestar atenção ao desenvolvimento afetivo e psicomotor; Informar aos residentes sobre a dinâmica do abrigo; Manter sigilo do trabalho prestado relativo aos casos específicos dos abrigados, bem como de seus encaminhamentos; Organizar os materiais utilizados nas atividades diárias dos residentes; solicitar a chefia imediata à compra de material didático, de higiene, vestuário e outros necessários; Organizar o ambiente de modo a facilitar o bem andamento dos trabalhos e o bem estar de todos; Observar os horários de plantão, devendo comunicar com antecedência possível faltas e trocas; Propiciar na medida do possível a participação dos usuários nas atividades cotidianas, orientando e supervisionando de modo a evitar risco pessoal; Observar as recomendações médicas e os horários para ministrar as medicações conforme prescrição; Comunicar a chefia imediata qualquer alteração na condição de saúde dos abrigados; Acompanhar a realização das atividades primando pela limpeza, cuidados e organização de todas as dependências; Auxiliar na organização das mochilas e sacolas para a ida as instituições educacionais ou projetos; Organizar juntamente com os usuários os guarda-roupas e camas e demais dependências da instituição; Coordenar o funcionamento da cozinha, após a saída da cozinha; Intervir nas situações de conflito interno, buscando resolvê-los pacificamente; Repassar a chefia imediata fatos relevantes sobre o cotidiano da instituição relativos aos conflitos internos, condutas, comportamentos e estrutura funcional; Comunicar a chefia imediata às manutenções necessárias observadas, relativas à instituição; Participar, sempre que possível, das reuniões mensais da equipe de trabalho e das demais atividades do abrigo quando solicitado; Controlar os horários de despertar e de dormir dos abrigados de acordo com normas estabelecidas; Auxiliar no momento das refeições, preparando alimentação bem como organizando as casas nos finais de semana, feriados, à noite e em momentos excepcionais onde os auxiliares de serviços gerais não se fizerem presentes; Participar das atividades promovidas pela instituição como passeios, treinamentos, aperfeiçoamento e cursos de capacitações; Zelar pelo uso de utensílios, equipamentos e da estrutura física da instituição; Seguir as orientações da equipe técnica quando ao encaminhamento dos casos e organização dos horários de visitas de famílias ou voluntários; Cumprir o disposto do Regimento Interno da instituição; Executar outras tarefas a fins. REQUISITOS PARA O CARGO: Ensino fundamental completo e curso de cuidador com duração de no mínimo 100 (cem) horas de duração.

#### Fiscal de Obras e Posturas

Fiscalizar as determinações estabelecidas pela legislação urbanística, em especial as do Plano Diretor e as do Código de Posturas, observando e fazendo observar notadamente a ocupação ou não, a utilização ou não dos logradouros públicos, o cumprimento das obrigações assumidas pelos particulares frente ao Município, o controle das águas pluviais, o sistema de eliminação de dejetos, o funcionamento do comércio, da indústria e dos prestadores de serviço. Verificar e informar as situações constatadas durante o atendimento de reclamações da população, solicitações e processos administrativos e judiciais em que seja necessária a verificação in loco. Atualizar dados em planilha, bem como apresentar o andamento das fiscalizações ao respectivo responsável, com o intuito de mantê-lo informado quanto as atividades diárias.

· Preparar relatórios acerca dos serviços executados, alimentando informações sobre as fiscalizações, a fim de acompanhar, controlar, bem como prestar contas com o superior imediato. Emitir notificações e embargos, objetivando retirar ocupantes de terrenos públicos e adequar

a construção de casas aos padrões definidos na legislação em vigor. Dirigir veículo automotor, de modo a facilitar seu deslocamento nas fiscalizações e acompanhamentos, de modo a executar suas rotinas diárias. Participar de processos judiciais, defendendo o município através de informações e documentos levantados previamente. Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda. Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins.

#### Técnico em Topografia

Transportar e proceder a instalação, guarda, conservação e operação do instrumental topográfico. Abrir picadas e cavar piquetes, estacas pinos e marcos. Efetuar medições à trena de elementos naturais e artificiais, identificando-os. Implantar e verificar alinhamento por meio de balizas. Prumar a mira; montar o guarda sol e executar a instalação de sinais de tráfego na via pública. Proceder à limpeza dos instrumentos utilizados. Executar outras tarefas afins. REQUISITOS PARA CARGO: Ensino Médio completo e curso profissionalizante na área com habilitação legal para o exercício da profissão

#### Engenheiro Agrimensor

Realizar supervisão, coordenação e orientação técnica. Fazer estudos, planejamentos, projetos e especificações. Fazer estudo de viabilidade técnico-econômica. Prestar assistência, assessoria e consultoria. Realizar a direção de obra e serviço técnico. Realizar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico. Elaborar orçamento. Realizar a padronização, mensuração e controle de qualidade. Ser responsável pela execução de obra e serviço técnico. Realizar a fiscalização de obra e serviço técnico. Realizar a condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção. Executar a instalação, montagem e reparo. Realizar a operação e manutenção de equipamento e instalação. Fazer a execução de desenho técnico. Determinar o tamanho, a forma e a caracterização de um território. Medir todos os aspectos necessários para a definição do contorno do terreno. Posicionar e monitorar as características físicas do terreno. Definir as características e condições do trabalho a ser realizado, segundo dados do terreno. Utilizar o aprimoramento e testes de sensores e de instrumentos próprios à agrimensura.

· Utilizar análise e interpretação de dados de radares e satélites para pesquisas. Realizar a definição espacial de posições limites de territórios públicos ou privados e de fronteiras. Realizar projeto, estabelecimento e monitoramento de sistemas de informação geográfica. Efetuar a administração, controle, acompanhamento e monitoramento de obras e construções, utilizando dados das pesquisas realizadas com os dados do terreno. Elaborar a definição legal de um território imobiliário. Emissão de laudos e pareceres na área afim. Executar outras tarefas afins.

#### ANEXO VI

#### MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

##### ATESTADO

Atesto para os devidos de direito que o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_ é portador(a) da deficiência \_\_\_\_\_, código internacional da doença (CID) \_\_\_\_\_, sendo compatível a deficiência apresentada pelo(a) paciente com as atribuições do cargo de \_\_\_\_\_ disponibilizado no CONCURSO PÚBLICO \_\_\_\_\_, conforme Edital do CONCURSO PÚBLICO.

Data: \_\_\_\_\_.

Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença do(a) candidato(a) e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

#### PORTARIA N.º 3.290

Publicação Nº 1775135

PORTARIA Nº 3.290 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

##### RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JULIE SOARES ANTUNES durante o período de 10 de outubro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificada no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, para atuar no Centro de Educação Infantil Tempo de Aprender e Centro de Educação Infantil Rita Maria Costenaro Petry, em função da quantia de estagiárias previstas para o ano de 2018 ser insuficientes para a quantidade de salas existentes na educação infantil do município.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.



JOAÇABA(SC), 10 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de pessoal

### **PORTARIA N.º 3.291**

Publicação Nº 1775145

PORTARIA Nº 3.291 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

“PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 22 de outubro de 2019, do(a) Servidor(a) GIANPAULO RIBEIRO, das funções de Técnico em Manutenção Equipamento de Informática, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria de Administração e Gestão Financeira, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017 e em virtude de sua aprovação em 1º lugar no edital de Teste Seletivo nº 004/2017 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, conforme memorando 251/2018 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de outubro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 10 de outubro de 2018

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 3.292**

Publicação Nº 1775150

PORTARIA Nº 3.292 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA a(o) Servidor(o) JORGE CAMILO GAVASSO, Motorista, em função de implementar o direito de acordo com o art. 35, da Lei Complementar nº 99 de 24 de junho de 2005 e alterações, requerido através do processo protocolado nº 4816/2018 de 04 de outubro de 2018 junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 20 de março de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 11 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.293**

Publicação Nº 1775156

PORTARIA Nº 3.293 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

"CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA a(o) Servidor(o) HELIA APARECIDA DE LIMA HARO, Professor Pós Graduação Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), em função de implementar o direito de acordo com o art. 35, da Lei Complementar nº 99 de 24 de junho de 2005 e alterações, requerido através do processo protocolado n.º 4726/2018 de 28 de setembro de 2018 junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de maio de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 11 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.294**

Publicação Nº 1775159

PORTARIA Nº 3.294 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 14 de outubro de 2018, do(a) Sr.(a) DAIANE VIEIRA, Psicóloga, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e alterações, e em virtude de sua aprovação em 4º lugar no edital de Teste Seletivo nº 013/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, em atendimento do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF).

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de outubro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 15 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.295**

Publicação Nº 1775162

PORTARIA Nº 3.295 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;



Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CRISTINA ALVES PADILHA BERNARDINI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 87/2018 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, referente ao período de 06 de janeiro de 2016 a 05 de janeiro de 2017 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 15 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 3.296

Publicação Nº 1775167

PORTARIA Nº 3.296 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) SIMONE APARECIDA MOSLINGER STEFANES BELLAN durante o período de 15 de outubro de 2018 a 14 de outubro de 2019, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, Lei n.º 343/2017 e em virtude de sua aprovação em 20º lugar no edital de Teste Seletivo nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, em virtude do afastamento médico da servidora Marcia Aparecida Hildebrando de Cordova, conforme memorando 249/2018 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 15 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 3.297

Publicação Nº 1775174

PORTARIA Nº 3.297 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIEGE DE BRITO PINHEIRO CHIESA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 677/2018 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 15 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 3.298**

Publicação Nº 1775178

PORTARIA Nº 3.298 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) RAQUEL APARECIDA DIAS, Técnica de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 677/2018 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 15 de fevereiro de 2017 a 14 de fevereiro de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 15 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 3.299**

Publicação Nº 1775180

PORTARIA Nº 3.299 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ANDREIZA HILDA KARCH PEREIRA, Enfermeiro, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 677/2018 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 20 de maio de 2017 a 19 de maio de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 15 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.300**

Publicação Nº 1775193

PORTARIA Nº 3.300 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) DAIANE VIEIRA durante o período de 15 de outubro de 2018 a 14 de outubro de 2019, para exercer as funções de Psicóloga, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, Lei n.º 343/2017 e em virtude de sua aprovação em 04º lugar no edital de Teste Seletivo nº 005/2017/FMS, em virtude da demanda existente para suprir a Estratégia de Saúde da Família e até a realização de concurso público, conforme memorando 674/2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 15 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.301**

Publicação Nº 1775197

PORTARIA Nº 3.301 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO 001/2018"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR os servidores abaixo indicados, para compor a Comissão Especial para acompanhar o processo de concurso público n.º 005/2018 da Administração Municipal, para contratação de pessoal em caráter efetivo.

Membros:

Angela Signori – representante da Secretaria Municipal de Saúde

Eliane Aparecida Ceron Vier – representante da Secretaria Municipal de Saúde

Jorge Luiz Dresch – representante da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira

Nayara de Oliveira – representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Mariana Zopeletto – representante da Secretaria Municipal de Saúde

Valmor João Reisdorfer – representante da Secretaria Municipal de Saúde

Vilson Sartori – representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 16 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3.302**

Publicação Nº 1775201

PORTARIA Nº 3.302 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NINA ROSA BELLO, Professor Nível II (pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 1263/2018, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de outubro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 16 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****ERRATA CONTRATO JHL 0126/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1774187

ERRATA:

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA – SANTA CATARINA

Na publicação do SIMAE, de 16 de outubro de 2018, DOM/SC, Edição nº 2654 pág. 658

Resumo Contrato JHL 0126/2018

Onde lê-se:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PVC PARA IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA DE ÁGUA E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA AV. CAETANO NATAL BRANCO, EM JOAÇABA/SC, DE PROPRIEDADE DO SIMAE

Leia-se:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PVC PARA MUDANÇA E IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA DE ÁGUA TRATADA DO SISTEMA EAT – RAP 010

**ATA CONCORRÊNCIA 0003/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1774814

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 3/2018 - CC</b>
<b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Rua</b> Tiradentes, 123 <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 45/2018 <b>Processo de Licitação:</b> 45/2018 <b>Data do Processo:</b> 16/05/2018
	Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 2/2018 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) DO SIMAE E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DESÁGUE DO LODO GERADO NA ETA.

Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e dezoito (16/10/2018), às nove horas, nas dependências do Simae, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, designada pela designada pela Portaria n.º JHL-0429/2017, de 15/12/2017, do Sr. Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente do Simae, sob a Presidência de João Carlos Ungericht, estando presentes os membros Graciela Pratto e Alessandra Marcon Zanchetta; Willian Sartor Sganzerla e André Luiz Sauer, Engenheiros do Simae, que auxiliarão na análise técnica da proposta, para a abertura e julgamento dos envelopes proposta de preços da Concorrência JHL /2018 - Licitação 0045/2018, destinada à contratação de empresa de engenharia especializada para ampliação da Estação de Tratamento de Água (ETA) do Simae, com a manutenção da unidade de tratamento de água atual em funcionamento, e implantação do sistema de deságue do lodo gerado na ETA, compreendendo a execução da obra civil, fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, instalações e pré-operação. Foi credenciado o Sr. Fernando Martins de Souza, representante da empresa Construtora Elevação Ltda. Abertos os trabalhos, foi apresentado o envelope que se achava aquartelado da empresa proponente habilitada: Construtora Elevação Ltda. Em prosseguimento o Senhor Presidente autorizou a abertura do envelope "proposta de preços" para análise. Da análise e exame da proposta, à vista das exigências constantes do Edital, a Comissão deliberou: 1) Classificar em PRIMEIRO LUGAR a empresa Construtora Elevação Ltda, com o valor global de R\$ 14.210.951,90 (quatorze milhões, duzentos e dez mil, novecentos e cinquenta e um reais e noventa centavos). O critério para a classificação da proposta foi o menor preço global, após verificada a sua compatibilidade com o preço máximo estabelecido no edital. Em cumprimento ao que prevê a legislação, fica aberto prazo recursal de cinco dias úteis para manifestação da empresa. Em nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão e eu, Alessandra Marcon Zanchetta lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

Joaçaba, 16 de Outubro de 2018

**COMISSÃO:**

João Carlos Ungericht - ..... - Presidente da Comissão de Licitação  
Graciela Pratto - ..... - Vogal  
Alessandra Marcon Zanchetta - ..... - Vogal

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Fernando Martins de Souza - ..... - Representante

# Laguna

## PREFEITURA

### ERRATA Nº. 003/2018

Publicação Nº 1775325

ERRATA Nº. 003, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

O PREFEITO DE LAGUNA, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica, informa que a presente serve para RETIFICAR a publicação do Art. 1º, da Lei Complementar nº. 379/2018 e do Art. 18, da Lei Complementar nº. 387/2018, em virtude dos mesmos terem sido sancionados, sem as devidas emendas aprovadas.

Ante o exposto, RETIFICA-SE:

A redação do art. 1º. da Lei Complementar nº. 379/2018, de 18 de julho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O §4º do artigo 3º, da Lei Complementar nº. 217/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

§4º As vagas abertas em processo seletivo, que tenha se encerrado sem nenhum classificado, e as vagas abertas em função da concessão de licenças, afastamentos, férias ou situações similares aos titulares dos cargos públicos ou aos servidores contratados em caráter temporário, poderão ser supridas, mediante a contratação temporária de excepcional interesse público, através de CHAMADA PÚBLICA, conforme Edital próprio, dispensando-se o processo seletivo, pelo período de até 120 (cento e vinte) dias e realizando-se novo processo seletivo para períodos de contratação superiores a 120 (cento e vinte) dias.

A redação do art. 18, da Lei Complementar nº. 387/2018, de 14 de setembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 18. Havendo incremento da receita no Programa de REFIS-Laguna, apurado em comparação aos últimos 05 (cinco) anos, fica o Poder Executivo obrigado a conceder bônus - empenho aos servidores que integram a Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, na forma e condições definidas em Lei Complementar específica.

Parágrafo único. O Poder Executivo terá o prazo de 30 (trinta) dias para regulamentar o bônus previsto no caput, sob pena de pagamento de uma gratificação correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento.

Art. 3º Esta Errata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC e a republicação dos textos legais alterados, revogadas as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil  
Prefeito

### LEI COMPLEMENTAR Nº. 379/2018 - REPUBLICADA

Publicação Nº 1775324

Lei complementar Nº. 379, de 18 DE JULHO DE 2018.

ALTERA O ART. 3º, §4º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 217/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Laguna aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O §4º do artigo 3º, da Lei Complementar nº. 217/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

§4º As vagas abertas em processo seletivo, que tenha se encerrado sem nenhum classificado, e as vagas abertas em função da concessão de licenças, afastamentos, férias ou situações similares aos titulares dos cargos públicos ou aos servidores contratados em caráter temporário, poderão ser supridas, mediante a contratação temporária de excepcional interesse público, através de CHAMADA PÚBLICA, conforme Edital próprio, dispensando-se o processo seletivo, pelo período de até 120 (cento e vinte) dias e realizando-se novo processo seletivo para períodos de contratação superiores a 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil  
Prefeito



**LEI COMPLEMENTAR Nº. 387/2018 - REPUBLICADA**

Publicação Nº 1775326

Lei complementar Nº. 387, de 14 DE SETEMBRO DE 2018.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS - REFIS, NO MUNICÍPIO DE LAGUNA – SANTA CATARINA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Laguna aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica estabelecido no âmbito da Secretária Municipal da Fazenda, Administração e Serviços Públicos o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais - REFIS, destinado a promover a quitação de débitos tributários e não tributários, inscritos ou não inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não ajuizados, referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Contribuições de Melhoria, Taxas e Multas pelo não cumprimento da legislação municipal, notas de lançamento, de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, com exigibilidade suspensa ou não, atendidos os requisitos da Lei nº 1.895 de 16 de dezembro de 2016 e Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, de forma a não afetar as metas de resultados fiscais previstas.

Parágrafo único. O REFIS abrange todos os créditos constituídos até 31 de dezembro de 2017 descritos no caput, incluindo-se no Programa de Recuperação, os débitos fiscais oriundos das Autarquias e Fundações Públicas Municipais.

Art. 2º Os créditos tributários vencidos até 31 de dezembro de 2017, consolidados, poderão ser objeto de pagamento à vista ou parcelamento nas seguintes condições:

I - remição de 99% (noventa e nove por cento) a ser realizado em relação ao valor dos juros e multas que incidirem sobre o valor principal, para pagamento à vista;

II - remição de 90% (noventa por cento) a ser realizado em relação ao valor dos juros e multas que incidirem sobre o valor principal, para pagamento em parcelas de até 06 (seis) parcelas;

III - remição de 80% (oitenta por cento) a ser realizado em relação ao valor dos juros e multas que incidirem sobre o valor principal, para pagamento em parcelas de 07 (sete) a 12 (doze) parcelas;

IV - remição de 70% (setenta por cento) a ser realizado em relação ao valor dos juros e multas que incidirem sobre o valor principal, para pagamento em parcelas de 13 (treze) a 18 (dezoito) parcelas.

Parágrafo único. Tratando-se de débito cujas parcelas mensais superar o valor de 20.000 mil UFRMs, é permitido ao contribuinte, mediante requerimento administrativo e parecer jurídico e contábil, solicitar o parcelamento em até 24 (vinte e quatro) vezes.

Art. 3º O REFIS alcança todos créditos decorrentes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Contribuições de Melhoria, Taxas e Multas pelo não cumprimento da legislação municipal, notas de lançamento, definitivamente constituídos até 31 de dezembro de 2017, ou em fase de lançamento, inclusive o:

I - ajuizado ou não;

II - não constituído, desde que confessado espontaneamente;

III - decorrente de aplicação de multa ou pena pecuniária; e

IV - constituído por meio de ação fiscal.

Parágrafo único. Somente os contribuintes que estiverem regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário e Imobiliário do Município e quando for o caso, pessoa jurídica que estiver regular com a entrega da Declaração de Informações Econômicas e Financeiras - DIEF, junto a Fazenda Estadual, poderão fazer jus aos benefícios do REFIS.

Art. 4º A inclusão no REFIS importa na renúncia do contribuinte do direito sobre créditos da Fazenda Municipal, ajuizados ou não, inscritos em dívida ativa, em que se alicerça a ação judicial ou o pleito administrativo, reputando-se como corretos os lançamentos realizados pela Fazenda Municipal e objeto do parcelamento.

Art. 5º Não poderá se beneficiar do REFIS, o contribuinte que for reincidente no descumprimento de programas fiscais anteriores, salvo em caso de adimplemento de todos os débitos apurados junto à Fazenda Municipal na vigência do programa, mediante termo de confissão de dívida, na forma da Lei.

Parágrafo único. Não haverá aplicação de multa por infração sobre os débitos ainda não lançados, declarados espontaneamente, por ocasião da adesão.

Art. 6º A opção pelo REFIS, considera-se formalizada com o pagamento da primeira parcela do crédito consolidado ou a formalização do Termo de Acordo e Confissão de Parcelamento do Crédito Tributário.

Art. 7º Sobre o valor confessado e parcelado, devidamente atualizado na forma da legislação tributária municipal, incidirá juros à base de 1 % (um por cento) ao mês.

Art. 8º Nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoas físicas e a R\$ 200,00 (duzentos reais) para pessoas jurídicas.

Art. 9º O pagamento da primeira parcela será exigido no primeiro dia útil após a assinatura do termo de confissão e parcelamento, e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente.

Art. 10. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas e, a elas acrescidas juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, além do acréscimo de multa contratual de 2% (dois por cento) incidente sobre o débito atualizado.

Art. 11. A adesão ao REFIS sujeita o contribuinte a aceitação plena de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável, irretratável e irrenunciável da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos, obrigando herdeiros e ou sucessores e importa:

I - desistência expressa e irrevogável de quaisquer ações judiciais, embargos à execução e recursos relativos aos débitos incluídos no Programa, obrigando-se o contribuinte ao pagamento dos ônus legais;

II - na expressa renúncia a impugnações ou recursos administrativos relativos aos débitos incluídos no Programa.

Parágrafo único. A adesão ao REFIS sujeita, ainda, o contribuinte:

I - ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

II - ao pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior a data da opção;

III - a regularização das obrigações tributárias referentes ao exercício de 2017; e

IV - ao fornecimento obrigatório, dentro do prazo regulamentar, do comprovante de entrega da Declaração de Informações Econômicas e Financeiras - DIEF, junto a Fazenda Estadual, quando solicitado pela Fiscalização Municipal.

Art. 12. O crédito tributário recuperado, somente é liquidado:

I - em moeda corrente;

II - em cheque, após a regular compensação bancária; e

III - compensação, a critério da Administração, na forma estabelecida pelo art. 91 da Lei Complementar nº 105, de 19 de dezembro de 2003. Parágrafo único. É permitida a utilização dos créditos da Fazenda Pública do sujeito passivo optante do REFIS, como forma de pagamento parcial ou integral da verba indenizatória proveniente de eventual desapropriação que ocorrer em imóvel pertencente ao contribuinte devedor.

Art. 13. O contribuinte será excluído do REFIS, diante da ocorrência das seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do contribuinte optante; e

III - inadimplência, por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos relativamente a qualquer espécie de débito abrangido pelo REFIS, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a data de opção.

§1º A exclusão do contribuinte do REFIS implicará a exigibilidade imediata da totalidade do débito tributário, confessado e não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação vigente a época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, e inscrição automática do débito em dívida ativa e consequente cobrança judicial.

§2º Em caso de inadimplemento, o Município poderá optar pela cobrança bancária do débito, valendo o respectivo boleto de cobrança como instrumento de protesto a ser providenciado pela instituição bancária responsável ou pelo próprio Município, junto ao Tabelionato de Notas e Protestos.

Art. 14. Fica a Procuradoria-Geral do Município de Laguna autorizada a extinguir o crédito tributário, em Juízo, nos casos da ocorrência das hipóteses previstas no art. 173 e 174 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 15. Os benefícios dos incentivos fiscais de que trata esta Lei fica demonstrado no seu anexo único.

Art. 16. As situações pretéritas relacionadas com parcelamentos de créditos tributários em geral que careçam de decisão para suas definições, serão resolvidas sob a égide desta Lei no que couber.

Art. 17. Os benefícios decorrentes da presente Lei são válidos por (04) meses, contados da sua publicação.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo Municipal somente poderá prorrogar os efeitos da presente Lei, por igual período ou inferior, com autorização da Câmara Municipal.

Art. 18. Havendo incremento da receita no Programa de REFIS-Laguna, apurado em comparação aos últimos 05 (cinco) anos, fica o Poder Executivo obrigado a conceder bônus - empenho aos servidores que integram a Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, na forma e condições definidas em Lei Complementar específica.

Parágrafo único. O Poder Executivo terá o prazo de 30 (trinta) dias para regulamentar o bônus previsto no caput, sob pena de pagamento de uma gratificação correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito

## ANEXO ÚNICO

### 1-DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DE RENUNCIA DE RECEITA LRF. ARTIGO. 4º § 2, V.

Evento	2016	2017	2018*
1 – Valor do Estoque de Créditos Registrados em Dívida Ativa	R\$ 173.947.173,28	R\$ 176.826.520,81	R\$ 181.366.357,74
2 – Valor arrecadado de Dívida Tributária	(-) R\$ 2.447.886,21	(-) R\$ 3.094.834,90	(-) R\$ 6.846.016,79
Total	R\$ 171.499.287,07	R\$ 173.731.685,91	R\$ 174.520.340,95

\*Julho/2018

### 2- PREMISSAS E METODOLOGIA DE CÁLCULO

#### EVENTO 1

O Município de Laguna tem registrado em Dívida Ativa até 31/12/2017, o montante de R\$ 184.210.214,02 (Cento e Oitenta e Quatro Milhões, Duzentos e Dez Mil, Duzentos e Catorze Reais, Dois Centavos).

O valor inscrito para o exercício de 2017 soma R\$ 15.900.194,06(Quinze Milhões, Novecentos Mil, Cento e Noventa e Quatro Reais, Seis Centavos).

#### EVENTO 2

Levantamentos efetuados nos últimos dois exercícios, indicam que apenas cerca de 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) do valor total dos créditos, entram nos cofres públicos. Com a extensão do benefício de redução da multa e dos juros de mora da do valor devido pelos contribuintes, a situação tende a mudar.

### 3- METODOLOGIA E CÁLCULO

Valor da Dívida Ativa Registrada em 31/12/2017 .....	R\$ 184.210.214,02
Previsão de arrecadação para 2018 .....	R\$ 38.979.266,66
Previsão de 1% Renúncia de Receita .....	R\$ 1.842.102,14
Previsão de Arrecadação Líquida em 2018 .....	R\$ 37.137.164,52

4- DEMONSTRATIVO QUE A RENÚNCIA DE RECEITA FOI CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA RECEITA E, QUE PORTANTO, NÃO AFETARÁ AS METAS DE RESULTADOS FISCAIS PREVISTOS, SENDO QUE OS AJUSTES NECESSÁRIOS NOS ANEXOS DO PPA 2018-2021 E DA LDO,

ESTÃO PREVISTOS NO ART. 15, DA LEI Nº. 1872 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

ESPECIFICAÇÃO	ESTIMADA 2018
IPU, TAXAS DO CARNÊS E DEMAIS CRÉDITOS PREVISTOS EM LEI	R\$ 38.979.266,66

## PORTARIA SEDUC Nº 02/2018 COMISSÃO

Publicação Nº 1775149

PORTARIA SEDUC Nº 02 /2018

Designa Comissão de Alteração de Atribuição de Exercício (Remoção) e Alteração de carga horária e a Comissão de Adicional de Curso de aperfeiçoamento profissional dos servidores do magistério público municipal.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, no uso de suas atribuições, em conformidade com a lei, Complementar nº 138 de 12 junho de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras Jamille Miltão de Souza, Janaina Preve Costa, Luciane da Silva Mattos, Maria Ivone Koerich Fernandes e Sueli Mendonça, para sob a coordenação da primeira, comporem a Comissão de Alteração de Atribuição de Exercício(remoção) e Alteração de Carga Horária e a Comissão de Adicional de Curso de Aperfeiçoamento profissional dos servidores do magistério público municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 15 de outubro de 2018.

Karmensita Almeida da Rocha Cardoso  
Secretaria de Educação e Esportes

## PREGÃO 31/2018-PML

Publicação Nº 1774763

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO 31/2018-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR GLOBAL, para a contratação de empresa especializada em serviços de COBERTURA AEROFOGRAMÉTRICA, RESTITUIÇÃO, PERFILAMENTO A LASER E GERAÇÃO DE ORTOFOTOS, a serem executados no Município, no dia 30 de outubro de 2018 às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br), ou solicitação ao e-mail [pmlcompras88@gmail.com](mailto:pmlcompras88@gmail.com), telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 16 de outubro de 2018.

Samantha Claudino Sampaio - Pregoeira

## PREGÃO 32/2018-PML

Publicação Nº 1774795

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO 32/2018-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para a contratação de empresa fornecedora de hortifruti, pousas e derivados de frutas, para a alimentação escolar e programas do Município, no dia 31 de outubro de 2018 às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br), ou solicitação ao e-mail [pmlcompras88@gmail.com](mailto:pmlcompras88@gmail.com), telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 16 de outubro de 2018.

Samantha Claudino Sampaio - Pregoeira

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 059/2018 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018 DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 054/2017, CRIA CARGO EM COMISSÃO DE CONTADOR GERAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1774704



#### ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE



**Lei Complementar nº 059/2018**  
**De 16 de Outubro de 2018**

**“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 054/2017, CRIA CARGO EM COMISSÃO DE CONTADOR GERAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**NOELI JOSÉ DAL MAGRO**, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal **FAZ SABER** a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Fica criado o Cargo Comissionado de Contador Geral e o nível CC-11, Código 06.21 nos termos da Lei Complementar Municipal n. 054/2017 de 18/12/2017, conforme anexo I desta lei:

Parágrafo Único - Em virtude da criação do cargo e nível salarial especificado no caput desde artigo, o anexo II da Lei Complementar Municipal n. 054/2017 de 18/12/2017, passará a vigorar com as respectivas alterações.

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC, em 16 de Outubro de 2018.

**NOELI JOSÉ DAL MAGRO**  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler  
Servidora Designada



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE



### QUADRO DE VAGAS E TABELA DE VENCIMENTOS/SUBSÍDIOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO COMISSONADO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO

CÓD	CARGO	DESCRIÇÃO DO CARGO	NÍVEL	N.º DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
06.21	Contador Geral	Organiza e dirige os trabalhos inerentes à contabilidade da Prefeitura, planejando, supervisionando, orientando sua execução e participando dos mesmos, de acordo com as exigências legais e administrativas, para apurar os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle. Planeja o sistema de registros e operações às necessidades administrativas e às exigências legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário; supervisiona os trabalhos de contabilização de documentos, analisando-os e orientando seu procedimento, para assegurar a observância do plano de contas adotado; inspeciona regularmente a escrituração dos livros comerciais e fiscais, verificando se os registros efetuados correspondem aos documentos que lhes deram origem, para fazer cumprir as exigências legais e administrativas; controla e participa dos trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos apresentados, localizando e emendando os possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis; procede e orienta a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos de bens e serviços; supervisiona os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis, utensílios e instalações, ou participa desses trabalhos, adotando os índices indicados em cada caso, para assegurar a aplicação correta das disposições legais pertinentes; organiza e assina balancetes, balanços e demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira da Prefeitura; prepara a declaração de imposto de renda da Prefeitura, segundo a legislação que rege a matéria, para apurar o valor do tributo devido; elabora relatórios sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da Prefeitura, apresentando dados estatísticos e pareceres técnicos, para fornecer os elementos contábeis necessários ao relatório da diretoria; assessora a direção em problemas financeiros, contábeis, administrativos e orçamentários, dando pareceres à luz das ciências e das práticas contábeis, afim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação nos referidos setores. Pode realizar trabalhos de auditoria contábil. Pode realizar perícias e verificações judiciais ou extrajudiciais. Planeja sistema de registros e operações, atendendo as necessidades administrativas e as exigências legais. Supervisiona os trabalhos de contabilização de documentos, analisando-os e orientando seu processamento. Inspecciona regularmente a escrituração dos livros comerciais e fiscais, verificando registros efetuados e documentos que deram origem. Controla e participa dos trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo saldos, localizando e emendando possíveis erros. Orienta a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos de bens e serviços. Supervisiona os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis, utensílios e instalações. Organiza e assina balancetes, balanços e demonstrativo de contas, aplicando as normas contábeis para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira do órgão. Elaborar relatórios sobre a situação patrimonial, econômica e financeira do órgão, apresentando dados estatísticos e pareceres técnicos. Executa outras tarefas correlatas às descritas.	CC-11	01	Dedicação Integral	R\$6.800,00

Rua Vitória, 503 – Centro – Fone/Fax (49) 3355-0012 – [prefeitura@lajeadogrande.sc.gov.br](mailto:prefeitura@lajeadogrande.sc.gov.br)

CNPJ/MF nº 95.993.077/0001-16 – CEP 89.828-000 – Lajeado Grande – Santa Catarina



**LEI Nº 743/2018 DE 26 DE SETEMBRO DE 2018 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1774703

Lei nº 743/2018

De 26 de Setembro de 2018

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2019, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais; e
- VII - das disposições gerais.

**CAPÍTULO I****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.
- III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.
- IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- III - Resumo Geral da Despesa;
- IV - Programa de Trabalho;
- V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;
- VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;
- VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;
- IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;



X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;  
XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com Fundos Centralizados e Fundos Descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);
- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (centralizado);
- Fundo Municipal do Idoso (centralizado);
- Fundo Municipal de Habitação (centralizado);
- Fundo Agropecuário Municipal (centralizado);

Art. 6º - A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2015 a 2017, fixada para 2018 e projetada para 2019 a 2021;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2017 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2019 a 2021;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2015 a 2017;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2019;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2015 a 2017, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2019 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2019, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar a definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2019 a 10% (dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2019.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.  
§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2019, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:  
I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;  
II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;  
III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2019, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios 2017/2018 e funcionamento regular exercício de 2019, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2019, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2019, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentados estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2018, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2019.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2018, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC,  
em 26 de Setembro de 2018.  
NOELI JOSÉ DAL MAGRO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler  
Servidora Designada

## **PORTARIA Nº 163/2018 DE 09/10/2018 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TALES JOSE LUNARDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1774701

PORTARIA n. 163/2018

DE 09/10/2018

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TALES JOSE LUNARDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,  
CONSIDERANDO atestado médico

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal TALES JOSE LUNARDI por 45 dias a partir de 02/10/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 09 de outubro 2018.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler

Servidora Designada

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2018 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2018

Publicação Nº 1774802

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 52/2018 - Pregão Presencial nº 24/2018 – Registro de Preços nº 16/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de limpeza e destinação final de resíduos de fossa séptica, bem como hidro jateamento, para atendimento às necessidades do Município, conforme descrição no Anexo I do Edital. Data de Homologação: 11 de Outubro de 2018 - LICITANTE HOMOLOGADA: - WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA - ME - CNPJ: 00.553.801/0001-84, com o valor total de R\$ 122.990,00 (cento e vinte e dois mil, novecentos e noventa reais). Lebon Régis, 11 de outubro de 2018. Douglas Fernando de Mello – Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO Nº007/2018

Publicação Nº 1774368

Lebon Régis, 12 de Setembro de 2018.

#### RESOLUÇÃO Nº007/2018

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Lebon Régis, com base em suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990 e Lei Municipal Nº 618 de 17 de dezembro de 1991, em reunião ordinária ocorrida no auditório municipal Pedro Inhaia, as 14:00 horas do dia 12 de Setembro de 2018,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a repactuação de recursos da Programação Pactuada Integrada (PPI).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anderson Marques

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do CMS Nº 006/2018 nos termos da Lei 618 de 17 de dezembro de 1991.

### RESOLUÇÃO Nº008/2018

Publicação Nº 1774361

Lebon Régis, 12 de Setembro de 2018.

#### RESOLUÇÃO Nº008/2018

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Lebon Régis, com base em suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990 e Lei Municipal Nº 618 de 17 de dezembro de 1991, em reunião ordinária ocorrida no auditório municipal Pedro Inhaia, as 14:00 horas do dia 12 de Setembro de 2018,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a utilização de recursos da Vigilância Sanitária para credenciamento de empresas para realizar castração cirúrgica de felinos e caninos da população de baixa renda devidamente triados pela Secretaria de Assistência Social do município.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anderson Marques

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do CMS Nº 006/2018 nos termos da Lei 618 de 17 de dezembro de 1991.



# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Publicação Nº 1775147

**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018****EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, no uso de suas atribuições que são conferidas pela legislação em vigor, através da CONSCAM Assessoria e Consultoria, após a conclusão dos trabalhos relativos ao certame em tela e cumprimento de todas as etapas previstas, prazos recursais e demais exigências constantes do Edital de Abertura, **TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 para os cargos de Agente de Obras, Agente de Serviços Gerais, Agente Operacional, Analista Administrativo, Assistente Administrativo, Auxiliar de Cirurgião Dentista (não houve aprovados), Auxiliar de Educação, Auxiliar de Manutenção, Contador, Enfermeiro de ESF, Fisioterapeuta, Mecânico (não houve aprovados), Médico de ESF, Motorista, Nutricionista, Operador de Máquina I, Operador de Máquina II, Professor (Educação Infantil), Professor (Ensino Fundamental – séries iniciais), Professor (Língua Estrangeira Inglês), Psicólogo e Técnico de TI** com publicação, nesta data, da Homologação da Lista de Classificação Final no Jornal "O Jornal", no Diário Oficial dos Municípios, no Mural da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul e nos sites [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br) e [www.conscamweb.com.br](http://www.conscamweb.com.br). De acordo com o Edital de Abertura das Inscrições, o Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Lindóia do Sul, 17 de outubro de 2018.

Genir Loli  
Prefeito Municipal

49 3446.1177  
Rua Tamandaré, 98 - Centro  
89735-000 - Lindóia do Sul - SC  
LINDOIADOSUL.SC.GOV.BR

**HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO 01/2018**

Publicação Nº 1775139

**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018****EDITAL DE DIVULGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, no uso de suas atribuições que são conferidas pela legislação em vigor, através da CONSCAM Assessoria e Consultoria, DIVULGA a HOMOLOGAÇÃO da Classificação Final do Concurso Público nº 001/2018.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Lindóia do Sul, 17 de outubro de 2018.

Genir Loli  
Prefeito Municipal

49 3446.1177  
Rua Tamandaré, 98 - Centro  
89735-000 - Lindóia do Sul - SC  
LINDOIA.DOSUL.SC.GOV.BR



## Lista de Classificação (Deficientes)

Cargo Assistente Administrativo

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0113777	CARLOS JOSE DE LA CRUZ JR	355214829	24/07/1984	80,000	0,000	0,000	80,000
Qtd. Candidatos:		1						

Total Candidatos: 1



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente de Obras

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0104034	SILVONEI GONÇALVES	43348840	15/07/1981	66,667	0,000	100,000	166,667
2º	0111574	ANTONIO MACHADO DE LIMA	408714	21/06/1969	66,667	0,000	90,000	156,667
3º	0110754	ANTONIO SPRICIGO	15596346	09/09/1966	50,000	0,000	100,000	150,000
4º	0105834	VINICIUS GABRIELLI	5893085	22/09/1996	50,000	0,000	80,000	130,000
Qtd. Candidatos:		4						



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente de Serviços Gerais

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0104672	ZENILDE DE OLIVEIRA VENANCIO	2325243	29/01/1975	46,667	0,000	100,000	146,667
2º	0103507	DIRLEI SILVESTRI SANGALETI	4732917	21/07/1980	46,667	0,000	100,000	146,667
3º	0103619	PAULO JAIR PEREIRA	26940000	18/02/1971	50,000	0,000	80,000	130,000
4º	0113770	MARIA RADAELLI DE OLIVIVEIRA	5.78.96.48	27/01/1991	40,000	0,000	90,000	130,000
5º	0103273	CATIA VON DENTZ GALINA	4.450.940-5	15/10/1982	33,333	0,000	90,000	123,333
6º	0111364	BENURES MARIA GABRIELLI	2199991	21/03/1958	30,000	0,000	90,000	120,000
7º	0109097	SERENITA BEDENDO	3.304.932	04/11/1976	30,000	0,000	85,000	115,000
8º	0113762	LUCIANA GONSALVES DA ROSA	5198859	28/08/1985	33,333	0,000	80,000	113,333

Qtd. Candidatos: 8





## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Agente Operacional

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0109057	MARCELO DE ALMEIDA	6334714	03/08/1999	66,667	0,000	100,000	166,667
2º	0107503	ANDERSON DALBELLO	4.034.982	19/07/1988	60,000	0,000	100,000	160,000
3º	0106129	DOMINGOS AMADORI	2326178	27/03/1966	53,333	0,000	100,000	153,333
4º	0109902	EVERALDO ALBERTON	2.694.367	14/08/2012	53,333	0,000	95,000	148,333
5º	0103672	ALDENIR GALINA	1876672	08/05/1965	36,667	0,000	100,000	136,667
6º	0103504	NEUCIR SANGALETTI	2.138.979	11/05/1968	23,333	0,000	100,000	123,333

Qtd. Candidatos: 6



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Analista Administrativo

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0110042	TATIANE LONGO	3743770	19/03/1984	72,500	0,000	0,000	72,500
2º	0111158	DIANA COMIN	5097137	01/09/1994	70,000	0,000	0,000	70,000
3º	0113714	MARINÊS FREISLEBEN	3931654	11/05/1986	65,000	0,000	0,000	65,000
4º	0113712	DAILENE ZARA PETERS	3931643	01/08/1986	65,000	0,000	0,000	65,000
5º	0107295	GUILHERME ANTÔNIO DA SILVA	4756376	10/03/1993	65,000	0,000	0,000	65,000
6º	0111981	GEOVAN GASPAROTTO	1876596	04/07/1973	57,500	0,000	0,000	57,500
7º	0103914	JANETE TEREZINHA DE ARAUJO	3857126	03/05/1980	57,500	0,000	0,000	57,500
8º	0105306	FERNANDO SENA TOMBINI	5211138	28/06/1989	57,500	0,000	0,000	57,500
9º	0112599	JOSEMAR TECCHIO	4034800	18/03/1989	55,000	0,000	0,000	55,000
10º	0109287	JORDANA PRISCILA ARTMANN	5336635	21/01/1992	55,000	0,000	0,000	55,000
11º	0113721	LUCIVANE DALL AGNOL	5831266	08/07/1987	52,500	0,000	0,000	52,500
12º	0109974	STELA PADILHA	4542023	10/06/1989	52,500	0,000	0,000	52,500
13º	0109244	DIEGO PARIZOTTO	5.398.663	23/02/1991	52,500	0,000	0,000	52,500
14º	0103963	NAILA BELLINI PERETTI	4619404	22/03/1993	52,500	0,000	0,000	52,500
15º	0102748	VALDECIR PAULO HILGER	3189607	14/05/1978	50,000	0,000	0,000	50,000
16º	0113752	JUCIANE SEGNETTO	3942948	03/06/1987	50,000	0,000	0,000	50,000
17º	0110164	ROGERIO WUICIK	5398897	09/09/1991	50,000	0,000	0,000	50,000

Qtd. Candidatos: 17



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Assistente Administrativo

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0113777	CARLOS JOSE DE LA CRUZ JR	355214829	24/07/1984	80,000	0,000	0,000	80,000
2º	0102328	KELVIN LUIZ BRUNETTO	6781272	28/09/2000	70,000	0,000	0,000	70,000
3º	0104381	JOSIEL CARLOS ARTMANN	5975067	11/01/1999	65,000	0,000	0,000	65,000
4º	0103712	TATIANE MENDES MICHELON	7.645.541	24/03/1989	60,000	0,000	0,000	60,000
5º	0113138	LIGIA LIBERA VENTURIN	6216092	24/09/1998	60,000	0,000	0,000	60,000
6º	0105199	FRANCIELE LOCATELLI	5336213	07/12/1992	57,500	0,000	0,000	57,500
7º	0103575	MARCIA CAPELLARI	3958619	15/05/1985	52,500	0,000	0,000	52,500
8º	0103798	RENAN FELIPE DE OLIVEIRA	6216637	15/07/1991	52,500	0,000	0,000	52,500
9º	0112828	BRUNA FIORENTIN	3,931.820	11/03/1988	50,000	0,000	0,000	50,000
10º	0110223	KATIA SOMARIVA	5565009	08/03/1994	50,000	0,000	0,000	50,000

Qtd. Candidatos: 10



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Auxiliar de Educação

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0103775	ANDIARA PESCADOR	5336668-9	10/02/1994	67,500	0,000	0,000	67,500
2º	0111157	NORMA SALETE POLETTO	1147915/9	03/09/1958	65,000	0,000	0,000	65,000
3º	0108522	DIANA PAULA PERUZIN PELLIZZARO	3910683	20/07/1987	62,500	0,000	0,000	62,500
4º	0108445	FRANCIELI KITTEL	4.997.777-6	27/09/1991	60,000	0,000	0,000	60,000
5º	0113744	LUANA CLEMENTE LUIZ GERHARDT	5421770	05/11/1987	57,500	0,000	0,000	57,500
6º	0103419	ADRIANA ANDREIS	5056497	09/06/1994	57,500	0,000	0,000	57,500
7º	0113732	MAIARA BARBIERI	5.565.105	26/07/1994	57,500	0,000	0,000	57,500
8º	0113328	JOSEVANIA TENORIO SOUTO	9.467.984	05/12/1970	55,000	0,000	0,000	55,000
9º	0103458	LUANA APARECIDA CALVI	5896615	21/07/1997	55,000	0,000	0,000	55,000
10º	0103494	KARINE DA SILVA PEREIRA	7.182.009	17/04/2000	55,000	0,000	0,000	55,000
11º	0110997	JOSIANE BALDISSARELLI	40092291	21/03/1985	52,500	0,000	0,000	52,500
12º	0104021	ERIELIS BELTRAME	5975780	14/12/1996	52,500	0,000	0,000	52,500
13º	0103807	TALIA URBANO	6.216677	28/08/1998	52,500	0,000	0,000	52,500
14º	0106161	ALANA PECINI BUSSOLARO	6606460	27/07/1999	52,500	0,000	0,000	52,500
15º	0110616	ANDREIA CASON	3.931.091	15/10/1980	50,000	0,000	0,000	50,000
16º	0104116	VANDERLEIA URBANO	5563410	13/04/1990	50,000	0,000	0,000	50,000
17º	0104035	IVANESSA DE LIMA GONÇALVES	6334713	03/02/1992	50,000	0,000	0,000	50,000
18º	0110136	GILVANA SPRICIGO	5336217	11/04/1992	50,000	0,000	0,000	50,000
19º	0108932	EDIANE RODEM BELTRAME	5336573	31/03/1993	50,000	0,000	0,000	50,000
20º	0108322	ELUANA CINTIA ROSSETTO	5705143	01/12/1995	50,000	0,000	0,000	50,000
21º	0110768	TATIANE COSTA	5.893.132	14/08/1996	50,000	0,000	0,000	50,000
22º	0112375	INGRID REGINA ROSSETTO	5.893.076	23/08/1996	50,000	0,000	0,000	50,000

Qtd. Candidatos: 22



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo      Auxiliar de Manutenção

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0105591	ANDERSON LUIZ DE BARCHFELD	5030456	06/01/1989	40,000	0,000	85,000	125,000
Qtd. Candidatos:		1						



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Contador								
Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0111389	LEONARDO JUNIOR CAVALLIER	4.997.417	11/12/1989	70,000	0,000	0,000	70,000
2º	0113710	FELIPE BRUM SEGANFREDO	4450507	15/04/1991	62,500	0,000	0,000	62,500
3º	0110625	ANA PAULA GÜNTHER GUESSER	6125783	15/02/1993	62,500	0,000	0,000	62,500
4º	0103036	SUSANE DEVENS	47328681	07/10/1986	57,500	0,000	0,000	57,500
5º	0104225	LEANDRO LUIS GUSATTO	4450829	29/01/1989	57,500	0,000	0,000	57,500
6º	0102455	DEISE MARA GUSATTO	5.398.541	02/05/1994	57,500	0,000	0,000	57,500
7º	0106126	DIEGO FRARE	39104206	10/07/1986	55,000	0,000	0,000	55,000
8º	0104229	ANA CLÁUDIA DECONTO	5611579	23/12/1995	50,000	0,000	0,000	50,000
Qtd. Candidatos:		8						





## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Enfermeiro de ESF

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0113771	RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA FRANCESCHINA	4615707	27/10/1991	67,500	0,000	0,000	67,500
2º	0103020	BÁRBARA BERGAMO	1108955145	10/06/1996	65,000	0,000	0,000	65,000
3º	0103618	VICENTE LUCAS MORAES MACHADO	6111454564	09/03/1990	62,500	0,000	0,000	62,500
4º	0112649	DANIELLE ARAUJO DANTAS	002357292	31/03/1992	60,000	0,000	0,000	60,000
5º	0103637	MARISA SCHOULTEN FRANZEN	21306435	10/01/1974	55,000	0,000	0,000	55,000
6º	0109370	FABIANE FORCELINI TRENTA	4879816	25/02/1986	55,000	0,000	0,000	55,000
7º	0112595	CAMILLA PAULA OLCHOVI FAVARETTO	3935442	16/02/1990	55,000	0,000	0,000	55,000
8º	0112014	LILIANE LANHI	5212154	24/11/1992	55,000	0,000	0,000	55,000
9º	0113113	MARIA ELISA CABRAL BREDÁ	5957155	08/11/1995	55,000	0,000	0,000	55,000
10º	0112170	ALINE TECHIO	4034453	28/01/1986	52,500	0,000	0,000	52,500
11º	0104075	CAROLINE SIMIONATO	5657125	01/02/1989	52,500	0,000	0,000	52,500
12º	0102464	ANILDE LUIZA EISENHARDT	26958058	21/06/1971	50,000	0,000	0,000	50,000
13º	0109178	DAIANE SCHUCK	5893589	09/04/1994	50,000	0,000	0,000	50,000
14º	0110484	DÉBORA TENCYZNA	13406020-4	18/02/1996	50,000	0,000	0,000	50,000

Qtd. Candidatos: 14



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo      Fisioterapeuta

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0108706	JANAINA MOLOZZI ROSSI	3.614.134	10/02/1979	67,500	0,000	0,000	67,500
2º	0113750	MARCOS ANDRÉ FONTANA VASSELAI	31860249	18/01/1985	50,000	0,000	0,000	50,000

Qtd. Candidatos:      2



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Médico de ESF

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0102605	RAYANA WASTNER PEREIRA	69448216	02/12/1992	77,500	0,000	0,000	77,500
2º	0113763	HUDSON PERES DORIGÃO BELISÁRIO DE SOUZA	69063039	21/09/1978	70,000	0,000	0,000	70,000
3º	0109893	TALISON HENRIQUE SANDER	5238243	24/03/1992	70,000	0,000	0,000	70,000
4º	0111231	CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH	3211708	19/08/1976	65,000	0,000	0,000	65,000
5º	0102604	PATRICIA WASTNER	31923220	06/10/1965	60,000	0,000	0,000	60,000
6º	0113747	JEAN ALEXSANDRO MENDES	61829105	22/01/1975	57,500	0,000	0,000	57,500

Qtd. Candidatos: 6



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Motorista								
Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0103601	RUDINEI GALON	3187630	07/11/1978	75,000	0,000	80,000	155,000
2º	0105300	GIRLEI PIMENTEL BISSOLOTTI	4584513	02/09/1989	72,500	0,000	80,000	152,500
3º	0113492	ADILSON MORETTO	1876440	19/03/1970	67,500	0,000	80,000	147,500
4º	0113761	SANDRO RESTELATTO	3180840	03/07/1975	67,500	0,000	80,000	147,500
5º	0113727	LUIZ GILBERTO DE ALCANTARA FERNANDES	3146861	09/06/1977	67,500	0,000	80,000	147,500
6º	0108527	RENATO PELLIZZARO	39227030	03/11/1983	75,000	0,000	70,000	145,000
7º	0111632	ALESSANDRA CADORE	5975936	09/09/1993	67,500	0,000	60,000	127,500
8º	0113708	IVONILSO VENANCIO	1876767	10/03/1973	50,000	0,000	70,000	120,000
9º	0105277	MICHELI APARECIDA RENOSTRO	5565469	09/11/1987	45,000	0,000	50,000	95,000

Qtd. Candidatos: 9



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo		Nutricionista						
Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0111557	JULIANA CANTON	4450317	19/11/1990	67,500	0,000	0,000	67,500
2º	0113701	LUANA MARCELE MUNARETTO	4319969	24/11/1987	65,000	0,000	0,000	65,000
Qtd. Candidatos:		2						



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Operador de Máquina I

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0103206	GUSTAVO HENRIQUE ROSSETTO	6.334.653	02/08/1999	75,000	0,000	85,000	160,000
2º	0103277	ALDIR GALINA	1876750	08/05/1965	52,500	0,000	100,000	152,500
3º	0111582	JOSÉ CARLOS SPRICIGO	14/R-1.878.424	03/10/1965	32,500	0,000	100,000	132,500
4º	0104883	EDERLEI DIECO DA SILVA	461911	24/01/1981	62,500	0,000	65,000	127,500
5º	0104795	ARTUR AMARAL MENDES	6747449	31/12/1976	50,000	0,000	70,000	120,000
6º	0104263	LUCAS ANDRE SIEBENEICHLER	6608966	06/07/1996	45,000	0,000	75,000	120,000

Qtd. Candidatos: 6





## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Operador de Máquina II

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0105279	FELIPE CANEVER	5336160	25/06/1992	65,000	0,000	95,000	160,000
2º	0113543	VALDECIR CAPELARI	3958610	01/10/1979	52,500	0,000	100,000	152,500
3º	0102366	PABLO BUZANELLO	39582361	08/08/1984	50,000	0,000	75,000	125,000

Qtd. Candidatos: 3



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Professor (Educação Infantil)

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0110593	FRANCIELE HENGEN BENINI	4.731.092	20/09/1989	52,500	0,000	0,000	52,500
Qtd. Candidatos:		1						



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Professor (Ensino Fundamental séries iniciais)

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0102527	PATRICK DE CHANTEAU RODRIGUES	3182630	02/04/1977	67,500	0,000	0,000	67,500
2º	0102963	CANDICE VENANCIO	5097219	15/12/1992	55,000	2,000	0,000	57,000

Qtd. Candidatos: 2



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Professor (Língua Estrangeira Inglês)

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0113764	JOSY CRISTINA ALVES BEIJO PERES	75683332	31/03/1981	72,500	0,000	0,000	72,500
Qtd. Candidatos:		1						



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Psicólogo

Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0102324	MAYLISE BRUNETTO	5239630	16/11/1994	75,000	0,000	0,000	75,000
2º	0102789	MARIELI CAMILA DA SILVA	5565021	10/03/1994	62,500	0,000	0,000	62,500
3º	0113693	ALEXSSANDRA CARPE SILVEIRA	5565264	16/06/1988	57,500	0,000	0,000	57,500
4º	0103439	LEANDRO ZANON	2076926	06/11/1973	55,000	0,000	0,000	55,000
5º	0113745	EDINARA BARBARA BERTÉ	51292262	29/10/1992	52,500	0,000	0,000	52,500
6º	0102952	CHEILA CRISTINA PECINI PRESOTTO	5565743	08/03/1995	52,500	0,000	0,000	52,500
7º	0103757	MARCIELA POLETTO	3572402	03/01/1980	50,000	0,000	0,000	50,000

Qtd. Candidatos: 7



## Lista de Classificação (Geral)

Cargo Técnico de TI								
Coloc.	Nº Inscrição	Nome	RG	Nasc.	Objetiva	Títulos	Prática	Nota final
1º	0113765	CASSIANO MARTINAZZO	1877847	13/02/1978	70,000	0,000	0,000	70,000
2º	0103844	GIANPAULO RIBEIRO	3427224	29/10/1974	67,500	0,000	0,000	67,500
3º	0103269	JEAN PABULO PITUCCO	5705470	19/08/1992	65,000	0,000	0,000	65,000
4º	0113737	FERNANDO DE MORAES SILVA	17166055	15/02/1989	62,500	0,000	0,000	62,500
5º	0113272	CASSIO ZANELLA	5896559	07/07/1996	60,000	0,000	0,000	60,000
6º	0112618	CLAUDIMAR BENELLI	5611383	23/04/1994	57,500	0,000	0,000	57,500
7º	0113743	MÁRIO ALONSO GERHARDT	3922735	13/11/1981	52,500	0,000	0,000	52,500
8º	0108650	MONICA TELES DOS SANTOS REGERT	4525874	14/04/1984	52,500	0,000	0,000	52,500
9º	0112407	FELIPE DE ANDRADE ALVES	001990511	16/09/1986	52,500	0,000	0,000	52,500
10º	0104227	FILIPE JOSÉ COLASSO	4885345	25/07/1991	52,500	0,000	0,000	52,500
11º	0110519	ELIZA APARECIDA MARQUES	5705512	12/06/1993	50,000	0,000	0,000	50,000
12º	0103491	JUNIOR PAULO KADES DA SILVA	5565763	25/05/1996	50,000	0,000	0,000	50,000
Qtd. Candidatos:		12						

---

Total Candidatos: 141



# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2654

Publicação Nº 1774913

DECRETO Nº 2654 de 16 de outubro de 2018.

“DISPÕE SOBRE O USO CORPORATIVO DO WHATSAPP NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento na comunicação interna da Prefeitura Municipal de Luzerna(SC);

CONSIDERANDO que há necessidade de regulamentar a gestão e utilização do canal de comunicação da Administração com os servidores, definindo de forma abrangente as diretrizes, posturas e valores que deverão orientar o trabalho de relacionamento entre estes;

CONSIDERANDO a necessidade de transmissão e compartilhamento de informações relevantes e estratégicas para os servidores;

CONSIDERANDO que o principal objetivo da comunicação interna é manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos da Administração Municipal;

CONSIDERANDO que o relacionamento entre os profissionais da Administração Municipal deve ser transparente, constante, empático e simples;

CONSIDERANDO que por meio da comunicação interna, os profissionais são estimulados a desenvolver relacionamentos interpessoais e o espírito de cooperação, reduzindo as distâncias entre os setores e, com isso, os servidores podem interagir mais e trabalhar com sintonia, contribuindo, assim, para um clima mais leve, respeitoso e produtivo;

CONSIDERANDO a obrigação de que cada funcionário possa entender melhor seu papel dentro da Administração, sua importância e o impacto que seu trabalho gera na comunidade;

CONSIDERANDO a viabilidade de um canal em que os colaboradores possam deixar suas propostas de melhorias para muitos dos processos internos; e

CONSIDERANDO a utilização da comunicação interna como ferramenta para reconhecimento público e recompensa de esforços e dos bons resultados de um funcionário ou uma equipe e divulgação dos comportamentos exemplares na Administração Municipal;

#### RESOLVE:

Art.1º- Instituir o uso corporativo do whatsapp no âmbito da Prefeitura Municipal de Luzerna em grupo(s) composto(s) por servidores públicos e gestores da Administração Municipal como meio de comunicação oficial unicamente com a intenção de manter todos os membros a par do que está acontecendo na Administração Municipal e disseminar com eficácia informações técnicas, profissionais, institucionais, de interesse da Municipalidade e dos membros, visando o crescimento profissional e institucional.

Art.2º- Instituir as regras de utilização corporativa do whatsapp como pilares e a base do relacionamento entre os seus membros.

§1º - As regras definem a forma e a conduta que as mensagens devem ter buscando manter exclusivamente o foco técnico desta comunidade e o interesse público da Administração.

§2º - As mensagens enviadas pelo grupo devem ser relevantes para todo o grupo.

§3º- As mensagens que não estiverem enquadradas nas regras do grupo serão deletadas pelos moderadores sem a prévia ou posterior explicação a quem quer que seja.

§4º- Os moderadores buscarão manter a qualidade, o foco técnico e o interesse público das mensagens, estimulando a cada dia mensagens que fortaleçam a difusão da informação que impulsionem os profissionais ligados à Prefeitura de Luzerna.

Art.3º- Definir a Assessoria de Comunicação e Chefe de Gabinete como moderadores do(s) Grupo(s).

Art.4º- Compete aos moderadores:

I. Gerenciar e publicar conteúdos dinâmicos no grupo de WhatsApp;

II. Produzir e enviar releases com informações sobre a Administração Municipal;

III. Enviar comunicados e/ou mensagens para os membros do(s) grupo(s) em horário de funcionamento da Prefeitura de segunda a sexta-feira, exceto comunicados urgentes ou cuja divulgação tempestiva seja considerada importante pela Administração Pública.

IV. Ao tomarem ciência de denúncia, nos termos do §4º do art. 6º, IMEDIATAMENTE comunicar o fato às autoridades competentes, para a tomada das providências cabíveis.

Art.5º- Consideram-se membros, para os fins desse Decreto equiparados a servidores, os quais serão convidados a integrar o(s) grupo(s):

a) Servidores em geral;

b) Estagiários;

c) Prestadores de serviços à Prefeitura de Luzerna.

I. A participação no(s) grupo(s) é livre e espontânea, porém, esta é a forma de relacionamento, disseminação de mensagens corporativas,

informações da Administração Pública ao servidor e realização de atividades com o público interno da Prefeitura, não podendo este alegar desconhecimento do que for informado no(s) grupo(s) por dele(s) não participar;

II. Caso qualquer membro não queira mais fazer parte do(s) grupo(s), é facultada a opção sendo que o mesmo poderá livremente sair do(s) grupo(s);

III. As comunicações de cunho individual e de interesse pessoal do servidor serão realizadas pessoalmente, por e-mail e ou telefone.

Art.6º - Compete aos membros do(s) grupo(s):

I. Informar seu número de telefone com instalação de whatsapp e atualizar sempre que houver alteração;

II. Integrar-se ao(s) grupo(s);

III. Permanecer no(s) grupo(s) em que for inserido para inteirar-se das comunicações institucionais e gerais.

IV. Denunciar aos moderadores toda e qualquer mensagem que, sabidamente, seja criminosa, faltosa, enganosa ou que gere qualquer distúrbio ou dano civil ou criminal, a quem quer que seja.

Art.7º - As regras de utilização corporativa do whatsapp, em razão do interesse público do mesmo, consubstanciam-se em:

I. Evitar trocar mensagens ou ligar fora do horário de trabalho, respeitando principalmente finais de semana, com exceção de algumas demandas específicas e muito pontuais relevantes e/ou de urgência;

II. Aguardar a resposta (se alguém visualizou uma mensagem não significa que naquele momento ela está disponível para responder).

III. Cuidar com as interpretações equivocadas (em mensagens de texto, não é possível saber o tom de uma palavra).

IV. Não enviar emoticons, vídeos, fotos, piadas, palavrões, termos pejorativos, material contendo sexo, nudez, sugestão ou apelo erótico, ofensas, trollagem, perseguição pessoal ou desrespeito a membros do grupo;

V. Não repassar "correntes", brincadeiras, pegadinhas ou jogos de qualquer natureza;

VI. Não abordar assuntos polêmicos, tais como: política, futebol e religião nem qualquer forma de discriminação ou preconceito social, racial, étnico ou sexual;

VII. Evitar enviar áudios;

VIII. Conversar apenas sobre os assuntos do grupo;

IX. Responder estritamente aquilo que foi perguntado;

X. Não trazer fatos estranhos aos objetivos específicos do grupo;

XI. Abster-se de cumprimentar as pessoas por ocasiões sociais, isso inclui, por exemplo, aniversários, casamentos, nascimentos, condolências, promoções, etc.

XII. Não colocar comentários expressando indignação com fatos e discussões;

XIII. Não enviar links de vídeos, de clippings de notícias ou de blogs, a menos que sejam estritamente de interesse coletivo e pauta natural do grupo;

XIV. Evitar mensagens em caixa alta (texto escrito em letras maiúsculas),

XV. Não disseminar boatos ou fake news sem a devida checagem dos fatos;

XVI. Não fazer apologia a drogas, violência ou atos ilícitos, incluindo pirataria de softwares;

XVII. Não enviar links para páginas com golpes (phishing) ou malwares (vírus) e nem publicidade de terceiros;

Art.8º - Serão removidas todas as mensagens contendo:

I. Enfoque político, religioso, assistencialista ou que expressem qualquer tipo de preconceito de raça, origem, religião, opção sexual, etc.

II. Palavras de baixo calão, ofensivas ou preconceituosas, de cunho político, religioso ou que dissimulem qualquer tipo de atitude ou ação contrária ou diferente dos objetivos do(s) grupo(s) ou da ética profissional;

III. Conteúdo que provoque polêmicas ou discussão incabida ou que manifeste insatisfações pessoais unidirecionalmente;

IV. Ofensas e calúnias, boatos, fake news e outras informações que não se enquadrem no escopo profissional do (s) grupo(s);

V. Mensagens que ofendam, agridam ou utilizem adjetivos negativos aos colegas.

Art.9º - Serão removidos do(s) grupo(s), sem prévio aviso, membros que:

I. Insistirem em enviar mensagens que estejam em desacordo com as normas do(s) grupo(s) ou que tenham atitudes que firam os bons costumes e a ética profissional de forma contundente;

II. Sabidamente praticarem qualquer crime ou atitude que venha a infringir o código as leis ou denegrir a imagem de qualquer entidade ou de pessoas;

III. Cometerem atitudes antiéticas, como: captação de mensagens dos membros para criação de spam ou para propagandas em outros grupos, enviar arquivos anexos maliciosos ou que provoquem revolta pública devido ao conteúdo malicioso e sem foco nos propósitos do (s) grupo(s);

IV. Promoverem, repetidamente, protestos e/ou alvoroço que provoquem distúrbios ou atritos difamatórios, políticos ou em assuntos que não tragam o crescimento profissional e cultural dos membros.

Parágrafo Único - Além de removido do grupo, será denunciado às autoridades competentes, o membro que:

I. Distribuir arquivos maliciosos ou vírus;

II. Praticar, tentar praticar, promover ou estimular, através do grupo, qualquer crime punível por lei.

Art.10- A Administração Municipal de Luzerna não assume qualquer responsabilidade por mensagens que não tenham sido removidas e que, despercebidamente, transmitam informações criminosas ou que em seu conteúdo implícito ou explícito resulte em qualquer ação civil ou criminal, por parte do remetente da mensagem.

§1º- É de inteira responsabilidade do autor da mensagem assumir toda responsabilidade o ônus da prova e/ou defesa que justifique a mensagem enviada.

§2º - Como qualquer meio/mídia de comunicação, a Administração Municipal de Luzerna, se reserva apenas ao direito de veicular a informação enviada, sem que para isto tenha que analisar sua veracidade ou realizar juízo sobre a mesma.

Art.11 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 119 de 13 de agosto de 2018.

Luzerna(SC), 16 de outubro de 2018.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**DECRETO 2655**

Publicação Nº 1775238

DECRETO Nº 2655 de 16 de outubro de 2018.

**"REMANEJA DOTAÇÕES"**

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º da Lei nº 1.547 de 14 de novembro de 2017,

**DECRETA:**

Art.1º- Ficam remanejadas as dotações abaixo:

**I - Recurso 021 - Rádio Patrulha**

Movimento	Órgão. Uni	Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor
Anulação	04.010	2.450	3	90	R\$ 3.000,00
Suplementação	04.010	2.450	4	90	R\$ 3.000,00

**II - Recurso 000 - Recursos ordinários**

Movimento	Órgão. Uni	Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor
Anulação	07.002	2.730	1	90	R\$ 3.000,00
Suplementação	07.002	2.730	3	90	R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de outubro de 2018.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**INSTRUÇÃO NORMATIVA 007/2018 - CONTROLE INTERNO**

Publicação Nº 1774875

**Instrução Normativa nº 007/2018**

"DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS ACERCA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR NO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

A Controladora Interna do Município de Luzerna-SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 34 de 30 de dezembro de 2003, artigo 7º parágrafo 2º que "Dispõe sobre a instituição, no Município de Luzerna (SC), do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, nos termos dos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal, art. 113, II da Constituição do Estado de Santa Catarina, os arts.s 41, 47 e 48 da Lei Orgânica do Município de Luzerna(SC) e dá outras providências" e considerando a Lei Federal nº 11.788/2008, elabora a presente Instrução Normativa orientadora dos procedimentos necessários para contratação e supervisão dos estágios dos estudantes e RESOLVE:

Art.1º- O estágio de estudantes de nível médio, técnico e superior que poderá ser obrigatório ou não obrigatório deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso em que o aluno se encontra matriculado.

§1º- Estágio obrigatório é aquele em que o aluno precisa obrigatoriamente cumprir uma carga horária estipulada no projeto pedagógico do curso e cujo cumprimento é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Além disso, é necessário o acompanhamento de um profissional da mesma área de formação na empresa e registro das atividades realizadas, além da realização de horas supervisionadas por um professor do curso de graduação do estudante.

§2º- Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo aluno, não precisa de cumprimento mínimo de carga horária e supervisão por um professor, porém também precisa estar ligado ao curso de graduação e cumprir atividades estipuladas por ele.

Art.2º - O estágio obrigatório somente será realizado sem ônus para o Município.

Parágrafo Único - A solicitação de estágio obrigatório na área da Educação deve ser realizada diretamente junto à Diretoria da Escola Municipal e é destinado somente a estudantes residentes no Município de Luzerna.

Art.3º - A realização do estágio, obrigatório ou não obrigatório observará, dentre outros, os seguintes requisitos:

I. Matrícula e frequência regular do estudante;

II. Celebração do Termo de Compromisso do Estágio entre a Instituição de Ensino, a Prefeitura Municipal, o Agente de Integração e o Estagiário;

III. Compatibilidade das atividades desenvolvidas no estágio e aquelas definidas no Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e no Plano de Atividade do Estágio (PAE).

Art.4º- Será designado um Supervisor de Estágio, com formação na área de conhecimento onde será desenvolvido o estágio para orientar e supervisionar o estagiário no desenvolvimento de suas atividades.

§1º - O Supervisor de Estágio, prioritariamente, será o chefe imediato no setor em que o estagiário estiver desenvolvendo suas atividades. Caso não seja possível a Administração Pública designará outro servidor qualificado para supervisionar o estágio.

§2º - O Supervisor de Estágio é responsável pelo acompanhamento do estagiário, observar sua conduta no ambiente de trabalho e o cumprimento dos compromissos assumidos no Termo de Compromisso de Estágio.

Art.5º- O agente de integração é responsável em verificar trimestralmente com as instituições de ensino a frequência regular dos estagiários e comunicar qualquer irregularidade ao Setor de Desenvolvimento Humano.

Art. 6º - O controle de frequência dos estagiários se dará, preferencialmente, através de folha ponto.

Art.7º - Caberá ao Agente de Integração, a contratação em favor do estagiário de seguro de vida.

Parágrafo Único - Em caso de estágio obrigatório a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o caput deste artigo será assumida pela Instituição de Ensino.

Art.8º- O repasse do auxílio transporte será realizado pelo Município diretamente ao estagiário mediante comprovação no recibo de pagamento do estagiário.

Art.9º - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, um período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares, recebendo proporcionalmente os dias de recesso, no caso de o estágio ter duração inferior a (1) um ano, bem como, será reduzida a jornada de trabalho pela metade durante o período das provas escolares, cujo calendário será fornecido antecipadamente pela Instituição de Ensino.

Art.10 - A carga horária diária do estagiário será de 04 horas para estudantes de nível médio, 06 horas para estudantes de nível técnico e 06 horas para estudantes de nível superior, observado o horário de funcionamento do setor em que as atividades de estágio serão desenvolvidas.

Parágrafo Único - É vedada a realização de carga horária diária superior à prevista no caput deste artigo, sendo proibida a compensação de horários.

Art.11- A seleção do estagiário pelo Município de Luzerna seguirá os seguintes procedimentos:

I. Os Setores devem encaminhar um memorando, conforme Anexo I, para o Setor de Desenvolvimento Humano comunicando a necessidade de contratação, qual carga horária diária e quem será o Supervisor de Estágio.

II. O processo de divulgação da vaga junto ao Agente de Integração e o recebimento dos currículos será realizado pelo Setor de Desenvolvimento Humano, que os encaminhará para o Setor solicitante do estagiário agendar diretamente as entrevistas com os candidatos.

III. Após a escolha do estagiário pelo Setor solicitante o candidato será encaminhado ao Setor de Desenvolvimento Humano para sua contratação munido da documentação necessária à contratação, sendo ela: cadastro de pessoas físicas - CPF, carteira de identidade, comprovante de matrícula, atestado de frequência, conta bancária em banco indicado pela Administração Pública (caso o estagiário não possua conta o Setor de Desenvolvimento Humano intermediará a abertura de uma conta para a bolsa-auxílio).

IV. Caso o Setor já tenha definição de qual estagiário ocupará a vaga, o mesmo deve ser encaminhado ao Setor de Desenvolvimento Humano munido da documentação necessária a contratação, sendo ela: cadastro de pessoas físicas - CPF, carteira de identidade, comprovante de matrícula, atestado de frequência, conta bancária em banco indicado pela Administração Pública (caso o estagiário não possua conta o Setor de Desenvolvimento Humano intermediará a abertura de uma conta para a bolsa-auxílio).

V. Após a realização dos procedimentos acima o Setor de Desenvolvimento Humano encaminhará a solicitação de contratação do estudante como estagiário ao Agente de Integração que elaborará o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e o Plano de Atividades de Estágio (PAE), encaminhando-os para o Setor de Desenvolvimento Humano em até 15 dias.

VI. Somente de posse do TCE e do PAE o Setor de Desenvolvimento Humano cadastrará o estagiário no sistema gerador das folhas de pagamento e autorizará o início da realização do estágio. Exceção a este procedimento é o caso dos estagiários da área da educação que realizam suas atividades em sala de aula, os quais podem iniciar a realização do estágio no dia seguinte ao encaminhamento da documentação no Setor de Desenvolvimento Humano.

§1º- Primeiro deve ser providenciado o TCE e, somente após a assinatura do mesmo, o aluno poderá iniciar o estágio.

§2º- Nenhum pagamento à estagiário poderá ser realizado antes de autorizado o início do estágio, não podendo ser efetuado pagamento retroativo, ou seja, caso o estagiário inicie suas atividades antes de autorizado pelo Setor de Desenvolvimento Humano ele não poderá receber estes dias pela Administração Municipal e o pagamento ficará sob a responsabilidade de quem autorizou a contratação antes da tramitação ser concluída.

Art. 12 - Ocorrerá o desligamento do estudante estagiário:

I. Automaticamente, ao término do período de estágio, sendo o prazo máximo de 02 (dois) anos;

II. Por solicitação do Supervisor de Estágio, que deverá comunicar o Setor de Desenvolvimento Humano no dia da decisão do desligamento;

III. Por solicitação do estagiário, que deverá comunicar a Administração Pública com uma antecedência mínima de 05 dias úteis.

Parágrafo Único - O supervisor de Estágio ou o chefe imediato do estagiário deverá comunicar imediatamente ao Setor de Desenvolvimento Humano sobre o desligamento do estagiário nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo sob pena de lhe ser imputada a cobrança do valor correspondente aos dias pagos indevidamente pela Administração Pública pelo desconhecimento do desligamento do estagiário.

Art.13 - A realização do estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza e será regida pelo Termo de Compromisso de Estágio.

Art.14 - Ausências eventuais do estagiário, devidamente justificadas, poderão ser objeto de entendimento entre as partes (poderão ou não gerar desconto). Ausências constantes, no entanto, poderão gerar a iniciativa da parte concedente para a rescisão antecipada do contrato.

Art.15 - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data da sua publicação revogando-se os dispositivos da IN 003/2018 do Controle Interno.

Luzerna(SC), 16 de outubro de 2018.

Vanusca Silva  
Controle Interno  
ANEXO I

Informações necessárias para encaminhamento de estudantes  
VAGA DE ESTÁGIO.

Perfil do Estudante:

Curso: Ensino Médio ( ) Técnico ( X ) Superior ( ) Educação Especial ( )

Fase/Ano:

Área de Atuação:  
Endereço:

Requisitos Adicionais:

Características Comportamentais:

Data de Início: Data de Término:

Horário do estágio:

Haverá estágio Sábados: Sim ( ) Não ( ) - Caso haja qual o horário:

Carga horária semanal total: .... horas semanais

Valor da Bolsa Auxílio mensal: R\$ ...

A empresa fornecerá Vale Transporte: Sim ( ) \_\_\_\_\_ Não ( )

Equipamentos ou softwares disponíveis para o estagiário:

Atividades que serão desenvolvidas pelo estagiário na empresa:

(ATENÇÃO: descrever com precisão ao menos 5 atividades/rotinas que o estagiário realizará, e que devem necessariamente ser condizentes ao curso que ele está frequentando, seja médio, técnico ou superior).

DADOS DO SUPERVISOR DO ESTAGIÁRIO:

Nome completo:

Cargo:

Fone:

Data de Nascimento:

Formação:

Tempo de Experiência:

CPF:

RG:

E-mail do supervisor:

Registro no Conselho:

Numero de Registro:

Data da Entrevista:

Horário:

Local:

Pessoa para contato:

## PORTARIA 145/2018

Publicação Nº 1774367

PORTARIA Nº 145/18 de 15 de outubro de 2018.

“DESIGNAR A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 01 PARA CONSTITUIR PROCESSO DE SINDICÂNCIA.”

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, Secretário de Saúde e Assistência Social, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2505 de 19 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 124 e 125 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º- Designar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar nº 01, nomeada pela Portaria nº 147/17 de 19 de dezembro de 2017, para constituir o Processo de Sindicância composta pelos membros abaixo relacionados, destinada, no prazo de 30 (trinta), a apurar os fatos de que trata o Processo nº 008/2018 decorrente da Notícia de Fato de nº 01.2018.00023443-2 do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e eventuais responsabilidades administrativas bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos:

Comissão Permanente nº 01:

- a) Kátia Iolanda Deuerling
- b) Paula Büttner
- c) Ana Cláudia Miotto

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de outubro de 2018.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI  
Secretário de Saúde e Assistência Social

## TERMO DE CANCELAMENTO CONTRATO Nº PML 109.17

Publicação Nº 1774754

TERMO DE CANCELAMENTO  
CONTRATO PML Nº 109/2017  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 059/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017

Aos 15 (quinze) dia do mês de outubro do ano de 2018, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC e neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, denominado CONTRATANTE, e a empresa NOELI FERREIRA ALBUQUERQUE - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Vila Mazeto, s/n, no Município de Treze Tílias (SC), CEP: 89.650-000, inscrita no CNPJ sob o nº 23.826.267/0001-38, neste ato representado por JAISON FERREIRA, brasileiro, casado, jardineiro, portador da cédula de identidade nº 5464622 e inscrito no CPF/MF sob o nº 067.674.959-30, denominada CONTRATADA, RESOLVEM, com supedâneo no art. 79, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Cancelamento a Ata de Registro de Preços PML nº 109/2017, nos termos que segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO CANCELAMENTO

O presente Termo tem por objeto, por acordo das partes, cancelar o Contrato referido no preâmbulo deste termo aditivo, sendo que a CONTRATADA exercerá suas atividades até 15 de outubro de 2018, com base no disposto na Cláusula 7, da supramencionado Contrato.

### CLÁUSULA SEGUNDA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Cancelamento com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo



signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de outubro de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito

CONTRATANTE

NOELI FERREIRA ALBUQUERQUE - ME,

JAISON FERREIRA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

## TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 163.17

Publicação Nº 1774849

TERMO DE CANCELAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 163/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2017

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de outubro do ano de 2018, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, por intermédio da SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, representada neste ato por seu Secretário, Sr. JULIANO SCHNEIDER, denominado CONTRATANTE, e a empresa SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 1707, sala 01, Bairro Santo Antônio em Herval D' Oeste/SC, CEP 89610-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.237.301/0001-48, representada por seu representante legal SIDNEI RAMELLA, brasileiro, maior, motorista, portador da cédula de identidade nº 3.511.967SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 022.461.729-00, denominado FORNECEDOR 1, RESOLVEM, com supedâneo no art. 79, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Cancelamento da Ata de Registro de Preços PML nº 163/2017, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO CANCELAMENTO

O presente Termo tem por objeto, por acordo das partes, cancelar a Ata referida no preâmbulo deste termo aditivo, sendo que a FORNECEDOR exercerá suas atividades até 31 de outubro de 2018, com base no disposto na Cláusula 7, da supramencionada Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Cancelamento com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 16 de outubro de 2018.

JULIANO SCHNEIDER

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO

CONTRATANTE

SIDNEI RAMELLA

SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES ME

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO Nº 002/18**

Publicação Nº 1774271

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

"APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC".

RODRIGO SOUSA, Presidente da Câmara municipal de Luzerna/SC, dentro de suas atribuições descritas no Artigo 17, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com os Artigos 283 e ss., e 159, inciso II, ambos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna, faz saber que esta Casa aprovou e a Mesa da Câmara promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas e Balanço Geral da Receita e da Despesa da Prefeitura Municipal de Luzerna/SC, relativos ao Exercício de 2017.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Luzerna/SC, 08 de outubro de 2018.

Rodrigo Sousa

Presidente da Câmara de Vereadores

Alexander Rover

Vice-Presidente

Luiz Carlos Gonçalves

Primeiro Secretário

Ana Cleusa Dalla Lana

Segunda Secretária

**RESOLUÇÃO Nº 003**

Publicação Nº 1774259

RESOLUÇÃO

Nº 003/2018, de 08 de outubro de 2018.

"ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO I E ACRESCE O INCISO V AO ART. 214-A, BEM COMO ACRESCE O ARTIGO 117-A AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODRIGO SOUSA, Presidente da Câmara de Vereadores de Luzerna, SC, dentro de suas atribuições descritas no artigo 17, inciso III, da Lei Orgânica do Município e artigo 158 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Fica alterado o inciso I e acrescido o inciso V ao Artigo 214-A ao Regimento Interno da Câmara de Vereadores, o qual terá a seguinte redação:

"Art. 24-A - Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos:

I - Em razão de doença, comprovada por meio de Atestado Médico oficial, comprovante de atendimento em Unidade de Saúde ou Pronto Atendimento, ou comprovada internação hospitalar, bem como acompanhando genitores idosos (Lei Federal nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso – art. 16) ou filhos menores (Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – art. 12);

II - Em virtude de casamento (licença gala) ou falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica (licença nojo), contando-se os dias subsequentes à licença, na forma do art. 473 da CLT;

III - Serviço obrigatório por lei;

IV - Integrando comissão de representação;

V - Representando o Município de Luzerna, SC, devendo o Vereador apresentar Declaração do Prefeito Municipal ou de Secretário que justifique a necessidade do comparecimento do Vereador naquele evento".

Art. 2º. Fica acrescido o art. 117-A ao Regimento Interno da Câmara de Vereadores, o qual terá a seguinte redação:

"Art. 117-A – A pauta dos trabalhos da Câmara de Vereadores de Luzerna será concluída até Sexta-feira, às 17h00min, sendo que as proposições legislativas propostas após estes horários apenas serão incluídos na pauta da Sessão Ordinária ou Extraordinária seguinte".

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data da Publicação.

Luzerna (SC), 08 de outubro de 2018.  
RODRIGO SOUSA  
Presidente da Câmara de Vereadores

# Macieira

## PREFEITURA

### lei 939

Publicação Nº 1774781

LEI Nº939, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.  
Abre Credito Suplementar alterando a lei 893/2017

ESTHER BARICHELLO TASCA, Prefeito do Município Macieira/SC, faz saber que Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:  
LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente.

01.00 Câmara Municipal  
01.01 Câmara Municipal  
20.01 Manut. das Atividades Legislativas  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

01.00 Câmara Municipal  
01.01 Câmara Municipal  
20.01 Manut. das Atividades Legislativas  
44.90 Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

Art. 2º Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

01.00 Câmara Municipal  
01.01 Câmara Municipal  
20.02 Subsídios dos Vereadores  
31.90 Aplicações Diretas  
R\$ 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de outubro de 2018.  
ESTHER BARICHELLO TASCA  
Prefeita Municipal em Exercício

### leis 938

Publicação Nº 1774353

LEI N.938 de 09 de outubro de 2018

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Prefeito do Município de MACIEIRA - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2019, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais; e
- VII - das disposições gerais.

#### CAPÍTULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);

- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (descentralizado);

- Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Macieira (descentralizado).

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterà:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2015 a 2017, fixada para 2018 e projetada para 2019 a 2021;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2017 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2019 a 2021;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2015 a 2017;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2019;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2015 a 2018, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

## CAPÍTULO III

### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2019 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2019, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais

que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2019 a 10%(Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2019.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2019, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevisos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2019, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios 2017/2018 e funcionamento regular exercício de 2019, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2018, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício,



constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2019, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2018, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2019.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de lei de autoria do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2018, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

Macieira (SC) em 09 de outubro de 2018.

Esther Barichello Tasca

Prefeita Municipal em Exercício

## portaria 3997

Publicação Nº 1774278

PORTARIA N.º 3997/2018

“Admite, os Servidores que Especifica”

ESTHER BARICHELO TASCA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

Considerando, edital de teste seletivo 003/2017;

Considerando, aprovação do servidor no teste seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, Sra DIZANIRA CRUZ DE OLIVEIRA DOS SANTOS, no cargo de Serviços Gerais 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 16/10/2018, até 30/12/2018.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 16 de outubro de 2018.

ESTHER BARICHELO TASCA

Prefeito Municipal em Exercício

## portaria 3998

Publicação Nº 1774310

PORTARIA N.º 3998/2018

Conceder Conversão e Gozo de  
Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art 92, da Lei Complementar nº 68/13 (Estatuto dos Servidores Públicos).

Considerando que a funcionária abaixo discriminado é indispensável para a condução dos trabalhos da gestão administrativa da Prefeitura;  
e

Considerando o interesse da administração;

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER GOZO DE 10 DIAS E CONVERSÃO DE 10 DIAS DE FÉRIAS, para a Servidora Pública Municipal, Juliana Sonda, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Programas de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde, para gozo de 22/10/18 a 31/10/18, e pagamento da conversão no mês 10/2018.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 16 de outubro de 2018.

ESTHER BARICHELO TASCA

Prefeita Municipal em Exercício

## **portaria 3999**

Publicação Nº 1774766

PORTARIA N.º 3999/2018

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

O Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Eliane Bertotto, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde, até 26/12/2018, conforme perícia médica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 16 de outubro de 2018.

ESTHER BARICHELO TASCA

Prefeita Municipal em Exercício

# Mafra

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 48/2018

Publicação Nº 1775169

PORTARIA Nº 48/2018, de 15 de outubro de 2018.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA.

O Vereador Adilson Sabatke, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e, no Regimento Interno,

Considerando a conclusão da Comissão Sindicante, constante nas fls. nºs 149 a 164 dos autos da Sindicância instaurada pela Portaria nº 41/2018, e de acordo com a decisão proferida na fl. nº 164 dos mesmos autos,

#### RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR O ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria nº 41, de 10 de setembro de 2018, que teve por finalidade averiguar a possível irregularidade na situação funcional do servidor Álvaro Schafacheck, inclusive no que se refere à eventual devolução de valores recebidos indevidamente pelo servidor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 15 de outubro de 2018.

VER. ADILSON SABATKE

Presidente

# Major Vieira

## PREFEITURA

### LEI Nº 2431/2018\_ DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774759

LEI Nº 2431/2018 de 09 de Outubro de 2018.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI, Prefeito Municipal de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

ART. 1o. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Major Vieira – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.180.000,00 ( Um milhão, cento e oitenta mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	02.00	GOVERNO MUNICIPAL	
Unidade Orçamentária	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0009 2.002		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	20.000,00
ÓRGÃO	03.00	SEC DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Unidade Orçamentária	03.01	SEC DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
04.122.0009 2.003		MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0100.2.005		MANUTENÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	10.000,00
12.361.0100.2.006		MANUTENÇÃO E DESENVOLV. ENSINO FUNDAMENTAL	
Dotação	3.1.90.00.0516	Aplicações Diretas	250.000,00
Dotação	3.1.90.00.0517	Aplicações Diretas	150.000,00
Dotação	3.3.90.00.0517	Aplicações Diretas	50.000,00
12.361.0100.2.009		MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	
Dotação	3.3.90.00.0501	Aplicações Diretas	30.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
25.752.0101.1.007		PAVIMENTAÇÕES, E RECUPERAÇÕES DE RUAS E ESTRADAS	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	250.000,00
25.752.0101.2.017		Manut. da Secretaria Munic. De Viação e Obras Públicas.	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	30.000,00
25.752.0101.2.018		Manut. De Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Boeiros	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	200.000,00
25.752.0101.2.019		MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
Dotação	3.3.90.00.0503	Aplicações Diretas	60.000,00
ÓRGÃO	10.00	SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL	
ÓRGÃO	09.00	SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA, FOMENT. AGROPEC E MEIO AMBIENTE	
Unidade Orçamentária	09.01	SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA, FOMENT. AGROPEC E MEIO AMBIENTE	
20.606.0004.1.015		Manut. Sec. Municipal de Agric. Fomento Agropec e Meio Ambiente	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL GERAL			1.180.000,00

ART. 2o Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 1.180.000,00 (Um milhão, cento e oitenta mil reais), da seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SEC DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Unidade Orçamentária	03.01	SEC DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
04.122.0009 0.001		Sentenças Judiciais e Trabalhistas	
Dotação	3.1.90.00.0500	Aplicações Diretas	30.000,00
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	30.000,00
Dotação	4.4.90.00.0500	Aplicações Diretas	10.000,00
04.122.0009 0.002		Amortização e Encargos da Dívida Fundada	
Dotação	3.2.90.00.0500	Aplicações Diretas	100.000,00
04.122.0009 0.004		Precatórios	
Dotação	3.1.90.00.0500	Aplicações Diretas	60.000,00
ÓRGÃO	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0100.1.001		CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DE ESCOLAS	
Dotação	3.3.90.00.0505	Aplicações Diretas	10.000,00
12.361.0100.1.002		CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DE CEIs	
Dotação	4.4.90.00.0521	Aplicações Diretas	16.000,00
12.361.0100.1.003		AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	
Dotação	4.4.90.00.0519	Aplicações Diretas	50.000,00
12.361.0100.1.004		AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS P/ TRANSPORTE ESCOLAR	
Dotação	4.4.90.00.0521	Aplicações Diretas	25.000,00
12.361.0100.1005		REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES (RIO NOVO)	
Dotação	3.3.90.00.0515	Aplicações Diretas	49.000,00
12.361.0100.2.005		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12.361.0100.2.006		MANUT E DESENVOLV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Dotação	4.4.90.00.0505	Aplicações Diretas	30.000,00
Dotação	4.4.90.00.0509	Aplicações Diretas	9.000,00
Dotação	4.4.90.00.0517	Aplicações Diretas	50.000,00
Dotação	4.4.90.00.0501	Aplicações Diretas	15.000,00
12.361.0100.2.008		MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Dotação	3.3.90.00.0505	Aplicações Diretas	50.000,00
12.361.0100.2.009		MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	
Dotação	4.4.90.00.0509	Aplicações Diretas	25.000,00
Dotação	4.4.90.00.0501	Aplicações Diretas	20.000,00
12.361.0100.2.012			
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS			
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	80.000,00
07.00		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.01		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
25.752.0101.1.007		PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RUAS E ESTRADAS	
Dotação	4.4.90.00.0523	Aplicações Diretas	156.000,00
Dotação	4.4.90.00.0518	Aplicações Diretas	50.000,00
Dotação	4.4.90.00.0522	Aplicações Diretas	25.000,00
25.752.0101.2.016		Manutenção e Segurança do Trânsito	
Dotação	3.3.90.00.0512	Aplicações Diretas	60.000,00
Dotação	4.4.90.00.0513	Aplicações Diretas	30.000,00
Dotação	4.4.90.00.0514	Aplicações Diretas	50.000,00
Dotação	4.4.90.00.0500	Aplicações Diretas	5.000,00
Dotação	4.4.90.00.0512	Aplicações Diretas	5.000,00
15.452.0006.2.020		AÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO	
Dotação	4.4.90.00.0563	Aplicações Diretas	5.000,00
23.695.0006.2049		AQUISIÇÃO DE BRITADOR	
Dotação	4.4.90.00.0274	Aplicações Diretas	25.000,00
Dotação	4.4.90.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO	09.00	SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA, FOMENT. AGRO-PEC E MEIO AMBIENTE	
Unidade Orçamentária	09.01	SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA, FOMENT. AGRO-PEC E MEIO AMBIENTE	
20.606.0004.1.015		AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA ISNTAL. DO PARQUE IND E EXPOS AGROPEC.	
4.5.90.00.0522		Aplicações Diretas	60.000,00
TOTAL GERAL			1.180.000,00

ART. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, 09 de Outubro de 2018



ORILDO ANTONIO SEVERGNINI  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios no dia 17/10/2018 e Site [www.majorvieira.sc.gov.br](http://www.majorvieira.sc.gov.br) em 16/08/2018

**DECRETO Nº 1795/2018\_ DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774755

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA  
TRAVESSA OTACILIO F. DE SOUZA 210  
CNPJ: 83 102 392/0001-27

DECRETO Nº 1795/2018 de 02 de Outubro de 2018.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI, Prefeito Municipal de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhes foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Major Vieira e autorização contida na Lei Municipal nº 2429/18 de 02 de Outubro de 2018; DECRETA:

ART. 1o. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Major Vieira – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária	14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0008.1.012		Aquisição de Ambulância e/ou Veículo do Transporte de Passageiros	
Dotação	4.4.90.00.0716	Aplicações Diretas	250.000,00
10.301.0008.2.024		AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA	
Dotação	3.3.90.00.0705	Aplicações Diretas	200.000,00
10.302.0008.2.027		AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Dotação	4.4.90.00.0502	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL			550.000,00

ART. 2o. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a Suplementar o valor de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), por conta de Recursos oriundos de Emendas Parlamentares, com Repasses de Transferência Fundo a Fundo, conforme Demonstrativo em anexo.

ART. 3o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, 02 de Outubro de 2018  
ORILDO ANTONIO SEVERGNINI  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios no dia 17/10/2018 e Site [www.majorvieira.sc.gov.br](http://www.majorvieira.sc.gov.br) em 16/10/2018

**DECRETO Nº 1796/2018\_ DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774756

DECRETO Nº 1796/2018 de 09 de Outubro de 2018.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI, Prefeito Municipal de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhes foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Major Vieira e autorização contida na Lei Municipal nº 2431/18 de 09 de Outubro de 2018;

DECRETA:

ART. 1o. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Major Vieira – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.180.000,00 ( Um milhão, cento e oitenta mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	02.00	GOVERNO MUNICIPAL	
Unidade Orçamentária	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0009 2.002		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	20.000,00

ÓRGÃO	03.00	SEC DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Unidade Orçamentária	03.01	SEC DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
04.122.0009 2.003		MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0100.2.005		MANUTENÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	10.000,00
12.361.0100.2.006		MANUTENÇÃO E DESENVOLV. ENSINO FUNDAMENTAL	
Dotação	3.1.90.00.0516	Aplicações Diretas	250.000,00
Dotação	3.1.90.00.0517	Aplicações Diretas	150.000,00
Dotação	3.3.90.00.0517	Aplicações Diretas	50.000,00
12.361.0100.2.009		MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	
Dotação	3.3.90.00.0501	Aplicações Diretas	30.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
25.752.0101.1.007		PAVIMENTAÇÕES, E RECUPERAÇÕES DE RUAS E ESTRADAS	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	250.000,00
25.752.0101.2.017		Manut. da Secretaria Munic. De Viação e Obras Públicas.	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	30.000,00
25.752.0101.2.018		Manut. De Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Boeiros	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	200.000,00
25.752.0101.2.019		MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
Dotação	3.3.90.00.0503	Aplicações Diretas	60.000,00
ÓRGÃO	10.00	SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL	
ÓRGÃO	09.00	SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA, FOMENT. AGROPEC E MEIO AMBIENTE	
Unidade Orçamentária	09.01	SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA, FOMENT. AGROPEC E MEIO AMBIENTE	
20.606.0004.1.015		Manut. Sec. Municipal de Agric. Fomento Agropec e Meio Ambiente	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL GERAL			1.180.000,00

ART. 2o Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 1.180.000,00 (Um milhão, cento e oitenta mil reais), da seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SEC DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Unidade Orçamentária	03.01	SEC DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
04.122.0009 0.001		Sentenças Judiciais e Trabalhistas	
Dotação	3.1.90.00.0500	Aplicações Diretas	30.000,00
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	30.000,00
Dotação	4.4.90.00.0500	Aplicações Diretas	10.000,00
04.122.0009 0.002		Amortização e Encargos da Dívida Fundada	
Dotação	3.2.90.00.0500	Aplicações Diretas	100.000,00
04.122.0009 0.004		Precatórios	
Dotação	3.1.90.00.0500	Aplicações Diretas	60.000,00
ÓRGÃO	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0100.1.001		CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DE ESCOLAS	
Dotação	3.3.90.00.0505	Aplicações Diretas	10.000,00
12.361.0100.1.002		CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DE CEIs	
Dotação	4.4.90.00.0521	Aplicações Diretas	16.000,00
12.361.0100.1.003		AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	
Dotação	4.4.90.00.0519	Aplicações Diretas	50.000,00
12.361.0100.1.004		AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS P/ TRANSPORTE ESCOLAR	
Dotação	4.4.90.00.0521	Aplicações Diretas	25.000,00
12.361.0100.1005		REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES (RIO NOVO)	
Dotação	3.3.90.00.0515	Aplicações Diretas	49.000,00
12.361.0100.2.005		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12.361.0100.2.006		MANUT E DESENVOLV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	

Dotação	4.4.90.00.0505	Aplicações Diretas	30.000,00
Dotação	4.4.90.00.0509	Aplicações Diretas	9.000,00
Dotação	4.4.90.00.0517	Aplicações Diretas	50.000,00
Dotação	4.4.90.00.0501	Aplicações Diretas	15.000,00
12.361.0100.2.008		MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Dotação	3.3.90.00.0505	Aplicações Diretas	50.000,00
12.361.0100.2.009		MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	
Dotação	4.4.90.00.0509	Aplicações Diretas	25.000,00
Dotação	4.4.90.00.0501	Aplicações Diretas	20.000,00
12.361.0100.2.012			
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS			
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	80.000,00
07.00		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.01		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
25.752.0101.1.007		PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RUAS E ESTRADAS	
Dotação	4.4.90.00.0523	Aplicações Diretas	156.000,00
Dotação	4.4.90.00.0518	Aplicações Diretas	50.000,00
Dotação	4.4.90.00.0522	Aplicações Diretas	25.000,00
25.752.0101.2.016		Manutenção e Segurança do Trânsito	
Dotação	3.3.90.00.0512	Aplicações Diretas	60.000,00
Dotação	4.4.90.00.0513	Aplicações Diretas	30.000,00
Dotação	4.4.90.00.0514	Aplicações Diretas	50.000,00
Dotação	4.4.90.00.0500	Aplicações Diretas	5.000,00
Dotação	4.4.90.00.0512	Aplicações Diretas	5.000,00
15.452.0006.2.020		AÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO	
Dotação	4.4.90.00.0563	Aplicações Diretas	5.000,00
23.695.0006.2049		AQUISIÇÃO DE BRITADOR	
Dotação	4.4.90.00.0274	Aplicações Diretas	25.000,00
Dotação	4.4.90.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO	09.00	SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA, FOMENT. AGROPEC E MEIO AMBIENTE	
Unidade Orçamentária	09.01	SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA, FOMENT. AGROPEC E MEIO AMBIENTE	
20.606.0004.1.015		AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA INSTAL. DO PARQUE IND E EXPOS AGROPEC.	
4.5.90.00.0522		Aplicações Diretas	60.000,00
TOTAL GERAL			1.180.000,00

ART. 30. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, 09 de Outubro de 2018  
 ORILDO ANTONIO SEVERGNINI  
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios no dia 17/10/2018 e Site [www.majorvieira.sc.gov.br](http://www.majorvieira.sc.gov.br) em 16/08/2018

## EDITAL SMECD Nº 002 / 2018

Publicação Nº 1774815

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO CNPJ/ MF: 83.102.392/0001-27
--

## EDITAL SMECD Nº 002 / 2018

### INSCRIÇÕES PARA VAGAS NA CRECHE MUNICIPAL ESTEPHANIA SJABELSKI

O Prefeito Municipal de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público o processo de inscrições para vagas na Unidade de Educação Infantil (Creche Municipal Estephania Sjabelski), na rede Municipal de Ensino, para o ano letivo/2019, com base na Resolução do Conselho Municipal de Educação e Decreto Municipal, na Lei Complementar 32 de 13 de setembro de 2011 e lei 72 de 19 de dezembro de 2017, do Sistema Municipal de Ensino.

### 1 - APRESENTAÇÃO

1.1 A Educação Infantil, primeira etapa da educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

## 2 – INSCRIÇÕES

2.1 Local: Unidade de Educação Infantil – Creche Municipal Estephania Sjabelski.  
Período de matrícula e inscrição para novas vagas: 19 a 27 de novembro de 2018  
Horário: 8h:30 as 11h:30 – 13h:30 às 16h:00

## 3- DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA NOVAS INSCRIÇÕES:

3.1 No ato da inscrição para novas vagas, deverão apresentar em original e fotocópia, os seguintes documentos:

I - Certidão de Nascimento e Carteira de Identidade da criança;

II - Cartão de Vacina da criança atualizado ou a justificativa médica;

III - Comprovante de Rendimentos dos membros da família, conforme anexo I;

IV - Comprovante de recebimento de Benefícios de Programas Sociais;

V - Comprovante de residência dos pais ou responsáveis legais, atualizado até três meses anteriores a inscrição, tais como fatura de água, energia elétrica, contrato de aluguel e/ou declaração do agente de saúde, (declaração modelo anexo II);

VI – Pais ou responsáveis deverão apresentar no ato da matrícula documentos pessoais;

VII - Apresentação de declaração de guarda, para as crianças que convivem com responsáveis legais, emitida pelo Juizado da Infância e Juventude.

3.2- Quando a criança não possuir certidão de nascimento e/ou cartão de vacina, a matrícula e a classificação não serão inviabilizadas. No entanto, o Gestor(a) da Unidade de Educação Infantil deverá comunicar os órgãos competentes para a emissão destes documentos.

3.3 É de responsabilidade da Unidade de Educação Infantil a entrega do comprovante de inscrições aos pais ou responsáveis legais, no ato da mesma (Anexo III).

## 4 - DA CLASSIFICAÇÃO

4.1- A Relação das crianças selecionadas será disponibilizada na primeira semana de dezembro, bem como a Lista de Espera ,por ordem de classificação.

## 5 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS.

5.1 – Em hipótese alguma, admitir-se-ão inscrições realizadas por terceiros, sem estarem munidos de procuração com poderes específicos para o ato, com firma reconhecida “por verdadeira”, em cartório, a qual ficará anexada à ficha de inscrição.

5.2- Os critérios para o ingresso na Unidade de Educação Infantil (Creche) estão dispostos no Decreto Municipal e Resolução do Conselho Municipal de Educação.

5.3 – As informações constantes nas declarações das famílias e /ou responsáveis serão de inteira responsabilidade dos signatários, e, caso sejam inverídicas, os responsáveis responderão em conformidade com a legislação vigente.

5.4 – A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela divulgação nos meios de comunicação, do processo de inscrição.

5.5 – Casos omissos serão analisados e resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação com parecer do Conselho Municipal de Educação.

5.6 – Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, 16 de outubro de 2018.

ORILDO ANTÔNIO SEVERGININI

Prefeito Municipal.

## LEI MUNICIPAL N. 2430 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774883

LEI MUNICIPAL N. 2430 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA CESSÃO DE IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS PARA AS ENTIDADES QUE RELACIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte

### LEI

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a transferir as máquinas e implementos agrícolas de Cessão de Uso de Bem Móvel que entre si fizeram o Estado de Santa Catarina por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca –SAR/Fundo de Desenvolvimento Rural – FRD e a Prefeitura Municipal de Major Vieira, que ora cede em favor das respectivas Associações.

I – Associação de Agricultores Unidos Para Sempre (RIO CLARO E PAIOL VELHO), inscrita no CNPJ sob o nº. 11.315.328/0001-13, com sede na Localidade de Rio Claro:

a) 01 (uma) carreta basculante marca IAC nº de série 2257, FDR 406;

- b) 01(uma) ensiladeira marca Nogueira, modelo COL DE NEW PECUS PO, Série BCBG – 024952, FDR 1570;  
c) 01 (uma) calcareadeira marca IAC 2500ton., nº série 2081, FDR 317;  
d) 01 (um) arado AIVECA, quadro reforçado com 1,50m modelo Sul Brasil;

II- Associação de Agricultores O sucesso do Futuro (Sede, Palmital, Rio Bonito, Pulador e Salto Canoinhas), inscrita no CNPJ sob o nº. 11.576.064/0001-51, com sede em Major Vieira:

- a) 01 (uma) grade aradora 16 discos Marca KLR, Nº de série 15/1222, FDR 1194;  
b) 01(uma) plantadeira de arrasto 5(cinco) linhas marca GIHAL, modelo2500AM, nº de série 3410/2015, FDR 1280;  
c) 01(um) arado AIVECA, quadro reforçado com 1,50m, modelo Sul Brasil;  
d) 01(um) subsolador marca FOLMAQ 5 hastes e com disco de corte, modelo AS DEBF, série 115.

Art. 2º - A presente cessão de uso do bem público municipal de que trata o artigo 1º, destinar-se-á ao uso exclusivo das respectivas Associações do Município de Major Vieira, acima elencadas.

Art. 3º - A cessão de uso do bem público municipal nos termos da presente lei, será de até prazo de 05 (cinco) anos, conforme aditivo de Termo de Cessão de Uso de Bem móvel que entre fizeram o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca-SAR/Fundo de Desenvolvimento Rural-FDR e a Prefeitura Municipal de Major Vieira podendo ser este prorrogado por intermédio de termo aditivo.

Art. 4º - As condições em que se operará a Cessão de Uso do bem público municipal são as constantes da minuta do Termo de Cessão em anexo, a qual passa a fazer parte integrante e inseparável da presente Lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente lei, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2019.

Major Vieira (SC), 15 de outubro de 2018.  
ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI  
Prefeito do Município de Major Vieira – SC.

REGISTRADA E PUBLICADA NO DOM-DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS- EM 15.10.2018 E SITE WWW.MAJORVIEIRA.SC.GOV.BR EM 15.10.2018

CRISTIANE RODRIGUES SIEMS  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## **LEI MUNICIPAL N.º 2425 DE 06 DE SETEMBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774880

LEI MUNICIPAL N.º 2425 DE 06 DE SETEMBRO DE 2018.

ALTERA ALÍNEA “A”, DO INCISO II, DO ARTIGO 1º, DA LEI MUNICIPAL 2.415 DE 17 DE JULHO DE 2018.

O Prefeito do Município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente:

LEI

Art.1º A alínea “a” do inciso II, do artigo 1º da Lei Municipal 2415, passará a vigorar com a seguinte redação:

II – Associação de Agricultores Nova Esperança, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.553.256/0001-42, com sede na Localidade de Rio Novo:  
a) 01 (uma) plantadeira de arrasto 4 (quatro) linhas, marca MAX, modelo PCR 2227, série 988, FDR 1874.  
(...)

Art. 2º - Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Municipal 2415 de 17 de julho de 2018.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente lei, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Major Vieira (SC), 06 de setembro 2018.  
ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI  
Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 2423 DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774878

LEI MUNICIPAL Nº 2423 DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL N. 2409 DE 20 DE JUNHO DE 2018.

O Prefeito do Município de Major Vieira/SC, ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente

LEI

Art.1º O Art. 4º da Lei Municipal n. 2409 de 20 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A beneficiada deverá dar início as obras e serviços necessários à expansão de suas instalações no prazo máximo de até 02 (dois) anos, contados da publicação desta lei e a concluir no prazo máximo de até 02 (dois) anos e 05 (cinco) meses.”

Art. 2º. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira (SC), 03 de setembro de 2018.

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI

Prefeito do Município de Major Vieira (SC)

**LEI Nº2429/2018\_ DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774758

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA

TRAVESSA OTACILIO F. DE SOUZA 210

CNPJ: 83 102 392/0001-27

LEI Nº2429/2018 de 02 de Outubro de 2018.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI, Prefeito Municipal de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

ART. 1o. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Major Vieira – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária	14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0008.1.012		Aquisição de Ambulância e/ou Veículo do Transporte de Passageiros	
Dotação	4.4.90.00.0716	Aplicações Diretas	250.000,00
10.301.0008.2.024		AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA	
Dotação	3.3.90.00.0705	Aplicações Diretas	200.000,00
10.302.0008.2.027		AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Dotação	4.4.90.00.0502	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL			550.000,00

ART. 2o. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a Suplementar o valor de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), por conta de Recursos oriundos de Emendas Parlamentares, com Repasses de Transferência Fundo a Fundo, conforme Demonstrativo em anexo.

ART. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, 02 de Outubro de 2018

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios no dia 17/10/2018 e Site [www.majorvieira.sc.gov.br](http://www.majorvieira.sc.gov.br) em 17/10/2018



# Maracajá

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 61/2018

Publicação Nº 1774799

LEI COMPLEMENTAR Nº 61, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 53, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016, e dá outras providências.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Acrescenta o art. 241-A, à Lei Complementar nº 53, de 23 de novembro de 2016, que terá a seguinte redação:

Art. 241-A. As obras iniciadas ou concluídas até 23 de novembro de 2016, que se encontrem em desacordo com as disposições do Plano Diretor do Município, Código de Obras ou outra lei municipal, poderão ser regularizadas desde que localizadas em área regular, bem como não possuam impedimentos quanto ao Código Civil, nem venham comprometer a segurança, o sossego e a saúde, do proprietário ou da vizinhança.

§ 1º Considera-se iniciada, a obra que esteja com sua fundação pronta até a data prevista no caput do presente artigo.

§ 2º Serão admitidos como meio de prova do início ou conclusão da obra, os registros constantes no cadastro imobiliário do Município, bem como outras provas a serem produzidas em processo administrativo próprio.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 15 de outubro de 2018.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a Presente Lei Complementar na Secretaria Municipal de Administração, em 15 de outubro de 2018.

Marluci Freitas Bitencourt VITALI

Secretária de Administração

### LEI COMPLEMENTAR Nº 62/2018

Publicação Nº 1774801

LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 04, DE 27 DE dezembro DE 2002, e dá outras providências.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera o inciso VI do artigo 267 da Lei Complementar nº 04, de 27 de dezembro de 2002, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 267. (...)

VI – os imóveis localizados dentro da zona urbana, sem qualquer característica ou infraestrutura urbana (exemplo, loteamento ou parcelamento do solo), ou seja, que possuam características rurais e que sejam comprovadamente utilizados em exploração extrativa ou vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial;

(...)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 15 de outubro de 2018.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a Presente Lei Complementar na Secretaria Municipal de Administração, em 15 de outubro de 2018.

Marluci Freitas Bitencourt VITALI  
Secretária de Administração

## **LEI Nº 1137/2018**

Publicação Nº 1774804

LEI Nº 1137, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

REVOGA A LEI Nº 1108, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e fica sancionada a presente lei.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1108, de 13 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 15 de Outubro de 2018.

ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 15 de Outubro de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT vitali  
Secretária de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 669/2018

Publicação Nº 1774266

DECRETO Nº 669, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social,

Que o Abrigo Institucional é serviço essencial, principalmente para crianças em medidas de proteção,

Que está sendo preparado novo Processo Seletivo para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 16 de outubro de 2018 a 30 de janeiro de 2019, da servidora JOCELI STURM, brasileira, inscrita no CPF sob nº 861.645.709-72, ocupante do cargo de Monitor Social – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de outubro de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### Decreto nº 671/2018

Publicação Nº 1774786

DECRETO Nº 671, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Nomeia Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo - Edital nº 001/2017 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo - Edital nº 001/2017, com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento do referido certame, a ser realizado pelo Município de Maravilha/SC, a qual será composta pelos membros a seguir:

I - Presidente: Raquel Rollwagem;

II - Membro: Neiva Carnele;

III - Suplente: Karina Vendrame.

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de outubro de 2018.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

## **Decreto nº 672/2018**

Publicação Nº 1775119

DECRETO Nº 672, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal CRISTIANE PANZENHAGEN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de outubro de 2018.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

## **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018**

Publicação Nº 1775130

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, ROSIMAR MALDANER, no uso de suas atribuições TORNA PÚBLICA A ABERTURA DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO, para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva, em caráter temporário, dos quadros de pessoal da Administração e da Educação da Prefeitura Municipal de Maravilha, a seguir relacionados, o qual reger-se-á pelas instruções e normas deste Edital e demais normas atinentes.

### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva dos quadros de pessoal da Administração Pública Municipal de Maravilha, mediante as condições estabelecidas neste Edital, legislação municipal e demais regras pertinentes.

1.2 O Processo Seletivo será regido pelo presente Edital, seus anexos, programas e eventuais retificações, organizadas e executadas sob a responsabilidade da FUNOESC – Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina de São Miguel do Oeste.

1.3. É de responsabilidade do candidato o conhecimento da legislação mencionada no item 2.3 e outras determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo/emprego por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

1.5. O Processo Seletivo será regido por este Edital, supervisionado por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada pela Administração Municipal e executado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc de São Miguel do Oeste.

1.6. Os documentos exigidos pelas normas do presente edital, requerimentos e recursos administrativos, deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições editalícias de acordo com o que estiver disposto no presente Edital.

1.7. A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo dar-se-á pela publicação de editais no mural público municipal e site oficial da Prefeitura de Maravilha (SC) ([www.maravilha.sc.gov.br](http://www.maravilha.sc.gov.br)).

1.8. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 1 ano, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.8.1 Havendo necessidade de prorrogação do Processo Seletivo os contratos poderão ser prorrogados por igual período.

1.9. Cadastro de Reserva é a relação dos candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecidas pelo presente Edital.

1.9.1. Os candidatos que compuserem o cadastro de reserva somente serão nomeados durante o prazo de validade do presente Processo Seletivo.

1.10. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros; no caso de ser português, comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do art. 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital;

d) Possuir o nível de escolaridade e habilitação legal para o exercício da profissão e exigida para o cargo.

e) Estar em dia com a qualificação cadastral para o E-social, o qual poderá ser verificado no portal [esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral](http://esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral) (Consulta qualificação on line).

1.11. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.12. Os candidatos aprovados quando da contratação, serão lotados, a critério da Administração, em qualquer dos Órgãos da Prefeitura Municipal de Maravilha.

1.13. O Processo Seletivo será realizado em duas etapas a saber:

a) Prova Objetiva/Escrita de caráter eliminatório e classificatório conforme disposições previstas neste edital, para todos os cargos.

b) Prova de títulos para os cargos de nível superior, de caráter classificatório;

## 2. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E VENCIMENTO

2.1. O cargo, o número de vagas, o salário base, as exigências de escolaridade e outras dos cargos objeto deste Processo Seletivo são descritos na tabela abaixo:

ENSINO FUNDAMENTAL							
Cargo	Vagas Ampla Concorrência	Vagas PNE	Total de Vagas	C. H. Semanal	Habilitação	Vencimento Inicial (R\$)	Tipo de Prova
Agente de Manutenção e Conservação	CR	-	CR	40	4ª Série Completa	1.052,43	Objetiva
Auxiliar de Serviços Gerais Alta Complexidade	02 + CR	01	03 + CR	40	4ª Série Completa	1.056,48	Objetiva
Motorista de Veículos Leves	CR	-	CR	40	4ª Série Completa mais carteira nacional de habilitação	1.257,98	Objetiva
Motorista de Veículos Pesados	CR	-	CR	40	4ª Série Completa mais carteira nacional de habilitação	1.364,95	Objetiva
Operador de Máquinas	CR	-	CR	40	4ª Série Completa mais carteira nacional de habilitação	1.633,84	Objetiva

ENSINO MÉDIO							
Cargo	Vagas Ampla Concorrência	Vagas PNE	Total de Vagas	C. H. Semanal	Habilitação	Vencimento Inicial (R\$)	Tipo de Prova
Agente Administrativo	CR	-	CR	40	2º Grau Completo	1.180,92	Objetiva
Motorista de Transportes Coletivos	CR	-	CR	40	Ensino médio completo, habilitação "D" e curso de Transportes Coletivos e Escolar	1.364,95	Objetiva
Professor de Música e Canto	01	-	01	20	Ensino Médio Completo com curso na área específica com certificado	995,10	Objetiva
Técnico em Contabilidade	CR	-	CR	40	2º Grau Completo mais específico na área	1.716,58	Objetiva
Técnico em Enfermagem	CR	-	CR	40	2º Grau Completo mais específico na área	1.716,58	Objetiva

Técnico em Saúde Bucal	01	-	01	40	Ensino Médio Completo mais Técnico em Saúde Bucal e Registro no Conselho Competente	1.716,58	Objetiva
<b>ENSINO SUPERIOR</b>							
Cargo	Vagas Ampla Concorrência	Vagas PNE	Total de Vagas	C. H. Semanal	Habilitação	Vencimento Inicial (R\$)	Tipo de Prova
Advogado CREAS	01	-	01	20	Superior Completo em Direito e registro no conselho competente	2.465,63	Objetiva Títulos
Assistente Social	03 + CR	-	03 + CR	40	Superior Completo em Serviço Social e registro no conselho competente CRESS	3.973,50	Objetiva Títulos
Enfermeira – Saúde da Família	CR	-	CR	40	Superior completo em Enfermagem e registro no conselho profissional competente	4.324,40	Objetiva Títulos
Médico - Saúde da Família	CR	-	CR	40	Superior em Medicina mais registro no conselho competente	16.576,14	Objetiva Títulos
Médico Ginecologista	CR	-	CR	40	Superior Específico mais registro no conselho competente	16.576,14	Objetiva Títulos
Médico Pediatra	CR	-	CR	20	3º Grau completo Específico, mais registro no conselho profissional competente.	8.288,07	Objetiva Títulos
Monitor Social Alta Complexidade	03 + CR	-	03 + CR	40	Superior completo em Serviço Social, Psicologia ou Pedagogia e registro no conselho profissional competente quando	1.904,72	Objetiva Títulos
Pedagogo	01	-	01	20	Superior Completo na área de Pedagogia	1.421,60	Objetiva Títulos
Professor de Educação Física (Ação Social)	01	-	01	40	Superior Completo a área de Educação Física	2.637,93	Objetiva Títulos
Psicólogo	02 + CR	-	02 + CR	40	Superior Completo em Psicologia e registro no conselho competente CRP	4.359,74	Objetiva Títulos
Psicólogo	CR	-	CR	20	Superior Completo em Psicologia e registro no conselho competente CRP	2.179,87	Objetiva Títulos
Psicólogo (Saúde)	CR	-	CR	40	Superior Completo em Psicologia e registro no conselho competente CRP	4.359,74	Objetiva Títulos
<b>QUADRO MAGISTÉRIO</b>							
Cargo	Vagas Ampla Concorrência	Vagas PNE	Total de Vagas	C. H. Semanal	Habilitação	Vencimento Inicial (R\$)	Tipo de Prova
Professor Anos Iniciais	CR	-	CR	10, 20, 30 ou 40	Licenciatura plena em Pedagogia ou cursando	2.465,22*	Objetiva Títulos
Professor de Artes	CR	-	CR	10, 20, 30 ou 40	Licenciatura plena em Artes ou cursando	2.465,22*	Objetiva Títulos
Professor de Ciências	CR	-	CR	10, 20, 30 ou 40	Licenciatura plena em Ciências ou Ciências Biológicas ou cursando	2.465,22*	Objetiva Títulos
Professor de Educação Especial	CR	-	CR	10, 20, 30 ou 40	Licenciatura plena em Educação Especial ou Pedagogia Educação Especial ou cursando.	2.465,22*	Objetiva Títulos
Professor de Educação Física	04 + CR	-	04 + CR	10, 20, 30 ou 40	Licenciatura plena em Educação Física ou cursando.	2.465,22*	Objetiva Títulos
Professor de Educação Infantil	04 + CR	01	05 + CR	10, 20, 30 ou 40	Licenciatura plena em Pedagogia ou cursando.	2.465,22*	Objetiva Títulos
Professor de Geografia	01 + CR	-	01 + CR	10, 20, 30 ou 40	Licenciatura plena em Geografia ou cursando	2.465,22*	Objetiva Títulos
Professor de História	01 + CR	-	01 + CR	10, 20, 30 ou 40	Licenciatura plena em História ou cursando	2.465,22*	Objetiva Títulos
Professor de Inglês	01 + CR	-	01 + CR	10, 20, 30 ou 40	Licenciatura plena em Letras Inglês ou cursando	2.465,22*	Objetiva Títulos
Professor de Língua Portuguesa	CR	-	CR	10, 20, 30 ou 40	Licenciatura plena em Letras Português ou cursando.	2.465,22*	Objetiva Títulos
Professor de Matemática	CR	-	CR	10, 20, 30 ou 40	Licenciatura plena em Matemática ou cursando.	2.465,22*	Objetiva Títulos



\* Piso do Magistério para 40h/semanais.

2.2 As vagas do Magistério de que trata o presente Edital serão as remanescentes dos processos de remoção e alteração de carga horária, e as que surgirem no início e/ou no decorrer do ano letivo (vagas vinculadas, transitórias ou excedentes).

2.3 O quadro de vagas inicial será exposto antes da data de escolha, conforme previsto no cronograma deste Edital, em mural da Secretaria Municipal de Educação do Município e será também divulgado no site do Município, onde constarem as publicações relativas a este Processo Seletivo.

2.4 A carga horária das vagas informadas para os cargos do Magistério poderá ser de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais conforme o número de aulas disponibilizado na abertura da vaga, porém o professor poderá escolher vagas até o limite de 40 horas semanais.

a) Não será aceita redução de carga horária no decorrer do ano letivo, nem ampliação.

b) O professor que escolheu uma vaga de 20h poderá escolher outra vaga de igual carga horária, havendo compatibilidade de horários.

2.5. Caso o candidato aprovado, para a função de professor, esteja cursando o ensino superior (Licenciatura), será contratado como professor não-habilitado, ou seja, receberá o valor correspondente a 10h/semanais, 20h/semanais, 30h/semanais e 40h/semanais proporcional ao Piso Nacional do Magistério, e não haverá alteração do contrato de trabalho durante o ano letivo.

2.5.1. A remuneração será proporcional à carga horária, estabelecida por meio da Lei Complementar 050 de 11/07/2012 e suas alterações, sendo que o piso do Magistério é de R\$ 2.465,22.

2.6. A escolha de vagas dos candidatos que estejam cursando o ensino superior somente ocorrerá após a chamada dos candidatos que tenham concluído o ensino superior, classificados e interessados na vaga.

2.6.1. No momento da inscrição, os candidatos aos cargos do magistério deverão informar se concluíram ou não o curso de graduação, o que os classificará como habilitados ou não.

2.6.2. No dia da escolha de aulas, os candidatos classificados como habilitados deverão obrigatoriamente apresentar o diploma de conclusão do curso de graduação respectivo ao cargo escolhido e os não habilitados deverão comprovar que estão cursando curso conforme descrição do quadro do item 2.1 deste Edital.

2.7. Após a primeira chamada, observada a classificação, os candidatos que não comparecerem, não aceitarem ou os que não escolherem vaga, não perderão seu lugar na lista de classificação.

2.8. As atribuições dos cargos são as constantes do Anexo I deste Edital, conforme Leis Municipais.

2.9. Os candidatos aprovados e nomeados estarão sujeitos ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar n. 002/2003 e suas alterações; Estatuto do Magistério, Lei Complementar n. 042/2011; Plano de Cargos do Magistério Municipal, Lei Complementar n. 043/2011 e 050/2012, e Lei de Contratação Temporária, Lei 3.694/2013.

### 3. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei nº 7.853/1989 e Decreto nº 3.298/99, às pessoas portadoras de necessidade especiais são reservados 5% (cinco por cento) das vagas existentes, das que vierem a surgir ou daquelas criadas no prazo de validade e forem destinadas ao provimento de candidato aprovado neste processo seletivo, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores.

3.1.1. Os candidatos que concorrerem às vagas destinadas aos portadores de deficiência integrarão lista especial de classificação e também a lista de classificação geral.

3.1.2. A convocação dos candidatos aprovados e classificados para vagas reservadas será feita de forma alternativa com os demais candidatos aprovados e classificados na listagem geral, sendo a primeira convocação para o candidato da listagem geral, a segunda para o portador de deficiência e assim sucessivamente até o limite das vagas ofertadas (cinco por cento das vagas).

3.1.3. Relativamente à criação de novas vagas durante o prazo de validade do Processo Seletivo, será convocado para contratação 1 (um) candidato inscrito, aprovado e classificado para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, a cada 19 (dezenove) contratações da listagem geral, obedecendo ao disposto no item 3.1. deste Edital.

3.2. Para concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência, o candidato deverá:

a) Assinalar o campo destinado aos portadores de deficiência no formulário de inscrição on line disponível no site [www.maravilha.sc.gov.br](http://www.maravilha.sc.gov.br);

b) Preencher o requerimento contido no Anexo III do presente edital;

c) Anexar Laudo Médico (original ou cópia autenticada), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, cuja data de expedição não seja superior a 90 dias a contar de data de publicação do presente edital.

3.2.1. Os documentos acima descritos deverão ser entregues, até o dia 19/11/2018, no setor de protocolo da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc, situada à rua Dr. Orlando Valério Zawadski, 710 em Maravilha/SC - CEP 89.874-000, no horário das 14h às 17h e das 19h30min às 22h, ou poderão ser encaminhados via correios para o endereço Universidade do Oeste de Santa Catarina, Rua Oiapoc, nº 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste/SC, CEP 89900-000, aos cuidados da DIPPEGE.

3.3. A não-observância ao disposto no item anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.4. O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá informar qual a condição especial no Formulário de Inscrição on line.

3.4.1. Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no Mural Público Municipal e site oficial da Prefeitura Municipal de Maravilha no dia 23/11/2018.

3.4.2. Os candidatos que tiverem seus pedidos de condições especiais indeferidos poderão encaminhar recurso no prazo previsto no cronograma do Item do presente Edital, via formulário on-line, na área do candidato com a estrita observância ao disposto no Item 9 do presente Edital.

3.5. Os portadores de deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, local, horário de prova e à nota mínima exigida.

3.6. Não haverá prova em braile; o candidato com deficiência visual deverá requerer prova ampliada ou um fiscal leitor.

3.7. Os candidatos portadores de deficiência não estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição, salvo no caso previsto no item 5.1 do presente Edital.

3.8. O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.9. Respeitada a ordem classificatória, os candidatos portadores de deficiência aprovados neste Processo Seletivo, por ocasião da admissão, serão submetidos à Avaliação Médica pelo Município de Maravilha - SC, o qual avaliará a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo e a deficiência de que o candidato é portador, emitindo laudo de parecer, nos termos deste Edital, que terá decisão terminativa sobre:

- a) qualificação do candidato como deficiente ou não;
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

3.10. Será eliminado da lista de vagas reservadas o candidato cuja deficiência não seja constatada ou se mostre incompatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral, caso em que se convocará o candidato imediatamente seguinte, de mesma condição, com a estrita observância da ordem classificatória.

3.11. Serão consideradas deficiências somente aquelas conceituadas na medicina especializada que se enquadrarem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

3.12. Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão realizadas no período de 16/10/2018 a 19/11/2018 por meio de preenchimento de formulário via internet, publicado no site oficial do Município de Maravilha - SC, [www.maravilha.sc.gov.br](http://www.maravilha.sc.gov.br)

4.2. O candidato poderá inscrever-se para um único cargo, com exceção dos cargos de Professor Anos Iniciais, Professor de Educação Especial e Professor Educação Infantil, que poderão inscrever-se para outro cargo desde que observados os horários de realização das provas (HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS DEVERÃO SER DIFERENTES, PARA CADA UM DOS CARGOS ESCOLHIDOS).

4.2.1. A inscrição em mais de um cargo, implica desde já, o conhecimento por parte do candidato, de que deverá realizar o pagamento do boleto/inscrição para cada um dos cargos para os quais se inscreveu, o que pode significar pagar até três inscrições.

4.2.2. Quando do processamento das inscrições, se for verificada a existência de mais de uma inscrição para o mesmo cargo, por um mesmo candidato, será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, sendo esta identificada pela data do requerimento, sendo automaticamente canceladas as demais inscrições, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago em duplicidade.

4.3. Para inscrever-se o candidato deverá:

- a) Acessar o site da Prefeitura Municipal de Maravilha;
- b) Ler atentamente o Edital de Processo Seletivo;
- c) Preencher o Formulário de Inscrição on line e gerar o boleto de pagamento;
- d) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição na rede bancária até a data de 19/11/2018.

4.3.1. Para os candidatos que não possuírem acesso à rede mundial de computadores, será disponibilizado, no horário de atendimento da Biblioteca Pública Municipal de Maravilha, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h um computador e um técnico ou servidor para auxiliar no processo de inscrição. O servidor ou técnico apenas auxiliarão o candidato no processo de inscrição, sendo a responsabilidade sobre a inscrição no certame única e exclusivamente do candidato.

4.4. Os candidatos que desejarem se inscrever como doadores de sangue ou de medula deverão realizar suas inscrições, bem como entregar todos os documentos exigidos para a respectiva isenção, conforme item 5.2 do presente edital, até o dia 24/10/2018.

4.5. O candidato deverá manter cópia do comprovante de inscrição em seu poder e, em caso de perda do comprovante de inscrição, o candidato deverá entrar em contato com a Unoesc São Miguel do Oeste pelo e-mail [concursos.smo@unoesc.edu.br](mailto:concursos.smo@unoesc.edu.br).

4.6. A taxa de inscrição será paga exclusivamente por meio de boleto bancário gerado pelo sistema de inscrição, não sendo aceito depósitos em conta e transferências bancárias.

4.6.1. Em caso de perda ou extravio da guia o candidato deverá acessar no espaço do candidato no site de inscrição do Processo Seletivo, uma segunda via do boleto.

4.7. A Unoesc e o Município de Maravilha - SC, não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica ou por não observância, por parte dos candidatos, ao disposto neste edital.

4.8. Somente serão acatadas as inscrições após o pagamento da taxa de inscrição.

4.8.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem elementos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.9. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, fax, ou por qualquer outra via que não as previstas neste edital.

4.10. O valor da taxa de inscrição será de:

Nível de Escolaridade	Valor (R\$)
Alfabetizado/Ensino Fundamental	80,00
Ensino Médio	100,00
Ensino Superior	120,00

4.11. O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, fraudes e/ou omissões, bem como pela apresentação de documentos fora dos prazos e critérios estabelecidos por este Edital.

4.12. As inscrições serão homologadas preliminarmente até a data de 23/11/2018, sendo divulgadas no Mural Público Municipal e site oficial do Município de Maravilha - SC.

4.13. Os candidatos que não tiverem suas inscrições homologadas poderão encaminhar recurso conforme formulário on line disponível na área do candidato no site da Prefeitura Municipal de Maravilha, com a estrita observância ao disposto no Item 8 do presente Edital e conforme cronograma de datas estabelecido no Item 12.

4.13.1. A publicação da homologação definitiva das inscrições, após apreciação dos recursos interpostos será realizada até a data de 30/11/2018.

4.13.2. Os candidatos cujo nome não conste na homologação preliminar de inscritos, e desde que tenham efetuado o pagamento do boleto, deverão obrigatoriamente interpor recurso anexando o comprovante de inscrição e o de pagamento. A não interposição de recurso nesta fase do processo seletivo implicará ao candidato a não realização da prova no dia de sua aplicação, ainda que apresente comprovante de pagamento e de inscrição no dia da realização da prova escrita.

4.14. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso de cancelamento do certame ou reabertura de processo de inscrição, casos em que será estabelecido um prazo para solicitação do valor da inscrição.

4.15. Os candidatos que necessitem de condições especiais para a realização da prova deverão assinalar esta condição no Formulário de Inscrição, em campo específico para esta finalidade, devendo obrigatoriamente informar qual a condição especial de que necessitam.

4.15.1. A candidata que tiver necessidade de amamentar, além de assinalar a condição prevista no item anterior, deverá levar acompanhante maior de 18 anos, o qual permanecerá em sala reservada para essa finalidade. O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal de realização da prova.

4.15.1.1. O acompanhante será submetido às mesmas restrições que os candidatos que estiverem prestando provas para o Processo Seletivo e durante o período em que a lactante estiver amamentando, o acompanhante deverá retirar-se do local e aguardar.

4.15.2. Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no Mural Público Municipal e site oficial do Município de Maravilha (SC), até o dia 23/11/2018.

4.15.3. Os candidatos que tiverem seus pedidos de condições especiais indeferidos poderão encaminhar recurso via formulário on line na área do candidato no site da Prefeitura Municipal, no prazo de 26 e 27/11/2018, com a estrita observância ao disposto no Item 8 do presente Edital.

4.16. O ensalamento dos candidatos será divulgado até a data de 04/12/2018.

4.17. Estão impedidos de participar deste Processo Seletivo os membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo, os funcionários da Unoesc e servidores da Prefeitura Municipal de Maravilha diretamente relacionados com a atividade de execução deste certame, bem como aqueles que mantiverem qualquer grau de parentesco, em linha reta ou colateral, até o nível de segundo grau.

4.17.1. Constatada, em qualquer fase do Processo Seletivo, inscrição de pessoas que trata o item anterior, esta será indeferida e o candidato será eliminado do certame.

## 5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, salvo no caso de candidato doador de sangue ou de medula óssea, nos termos da Lei Estadual nº 10.567, de 7 de novembro de 1997 e suas alterações.

5.2. Os candidatos doadores de sangue ou de medula óssea deverão realizar sua inscrição para o Processo Seletivo até o dia 24/10/2018, procedendo da seguinte forma:

- Realizar sua inscrição conforme previsão do Item 4 e marcar esta condição no formulário de inscrição;
- Preencher o Anexo IV do presente Edital;
- Anexar o comprovante das doações (fotocópia autenticada ou original);
- Providenciar fotocópia simples do comprovante de inscrição.

5.2.1. O Anexo IV devidamente preenchido, acompanhado do comprovante de doação, bem como de cópia do comprovante de inscrição, deverá ser entregue, até o dia 24/10/2018, no setor de protocolo da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc, situada à rua Dr.

Orlando Valério Zawadski, 710 em Maravilha/SC - CEP 89.874-000, no horário das 14h às 17h e das 19h30min às 22h, ou poderão ser encaminhados via correios para o endereço Universidade do Oeste de Santa Catarina, Rua Oiapoc, nº 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste/SC, CEP 89900-000, aos cuidados da DIPPEGE.

5.2.2. O comprovante de doação exigido deverá ser fornecido por entidade coletora oficial ou credenciada e discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações pelo interessado, não podendo ser inferior a 03 doações anuais, considerando-se os 12 meses que antecederam a abertura/publicação do presente Edital, independentemente das datas de publicações de suas retificações, no caso de doadores de sangue.

5.2.3. No caso de doador de medula óssea, será necessária e entrega de cópia simples de documento comprobatório da condição de doador de medula óssea, em papel timbrado, com data, assinatura e carimbo da entidade coletora, expedido por entidade coletora oficial ou credenciada. O candidato de outra unidade da federação, além de apresentar a declaração acima referida, deverá apresentar declaração e/ou certidão que comprove o credenciamento da entidade coletora ou associativa como órgão oficial do estado de origem.

5.2.4. Equipara-se a doador de sangue e doador de medula óssea a pessoa que integra a Associação de Doadores e contribui, comprovadamente, para estimular, de forma direta ou indireta, a doação.

5.3. O resultado da homologação das isenções da taxa de inscrição será divulgado até a data de 30/10/2018.

5.3.1. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos seguirão todas as etapas do certame da mesma forma que os demais candidatos, estando unicamente isentos do pagamento da taxa de inscrição.

5.3.2. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia 19/11/2018, sob pena de indeferimento da inscrição.

5.4. Não haverá recurso do indeferimento de isenção da taxa de inscrição para candidatos doadores de sangue.

## 6. DAS PROVAS

### 6.1. DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

6.1.1. A prova escrita/objetiva será realizada na data provável de 09/12/2018, na Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc, situada à rua Dr. Orlando Valério Zawadski, 710 em Maravilha/SC - CEP 89.874-000.

6.1.2. Para todos os cargos, exceto para os cargos de Professor Anos Iniciais e Professor Educação Especial, a prova será aplicada no horário das 9h às 11h.

6.1.3. Para o cargo de Professor Anos Iniciais, a prova será aplicada no horário das 14h às 16h.

6.1.4. Para o cargo de Professor Educação Especial, a prova será aplicada no horário das 17h às 19h.

6.1.2. A prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório, conterà 20 (vinte) questões do tipo múltipla escolha. As questões serão subdivididas em quatro alternativas A, B, C e D, das quais somente uma deverá ser assinalada como correta.

6.1.2.1. A prova escrita terá peso 8(oito) para os cargos de Nível Superior, em que há prova de títulos. 6.1.2.2. Para os demais cargos, a prova escrita terá peso 10.

6.1.3. A prova escrita é obrigatória para todos os candidatos e será composta de questões objetivas, cujo grau de dificuldade seja compatível com o nível de escolaridade mínima exigida para cada cargo, de acordo com o conteúdo programático constante no Anexo II do presente Edital, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

Cargos	Área de Conhecimento	Número de Questões	Valor por Questão	Total de Pontos
Todos	Língua Portuguesa	05	0,5	2,5
	Matemática	02	0,5	1,0
	Conhecimentos Gerais	03	0,5	1,5
	Conhecimentos Específicos do Cargo	10	0,5	5,0
TOTAL				10,0

6.1.4. O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 1 (uma) hora de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a ata.

6.1.5. O acesso às salas de provas será fechado no horário de início das provas e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário, ficando, automaticamente, excluído do certame. É de responsabilidade exclusiva do candidato localizar sua sala, conferir seu material e documentação e estar na sala de provas até o horário previsto para o início das mesmas.

6.1.6. A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado serão de inteira responsabilidade do candidato.

6.1.7. Somente será admitido à sala de provas o candidato:

a) cujo nome conste na lista de homologação final das inscrições;

b) que se apresentar no local de provas até o horário estabelecido para o início das provas;

c) que estiver portando documento identificação original, não se aceitando cópias, mesmo autenticadas, ou protocolos.

6.1.7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

6.1.7.2. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

6.1.7.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por

motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

6.1.7.4. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

6.1.7.5. A não apresentação de documento de identificação, nos termos do presente edital, impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

6.1.8. O candidato deverá levar consigo o material de uso pessoal para realização da prova, sendo este obrigatoriamente caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

6.1.9. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova e a Unoesc, poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital nos cartões resposta, de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

6.1.10. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

6.1.11. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

6.1.12. O não comparecimento ao local de realização das provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo Seletivo.

6.1.13. Durante a realização das Provas é vedado:

- a) consultar livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou equipamentos eletrônicos;
- b) a comunicação entre os candidatos;
- c) ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;
- d) a ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulos e/ou etiquetas;
- e) entregar a prova e o cartão resposta antes de decorrida 1 (uma) hora do seu início.
- f) o uso de relógio de qualquer tipo e aparelhos telefônicos, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, bonés, chapéus e porte de qualquer tipo de arma.
- g) o uso de lápis, borrachas, lapiseiras, clips, ou qualquer outro material que não seja a caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente.
- h) portar aparelho telefônico, tablet ou computadores incluindo seus acessórios. O candidato que portar qualquer destes equipamentos ou qualquer dos previstos na alínea f deverá obrigatoriamente entregá-lo ao fiscal, desligado e preferencialmente com a bateria removida. Se o candidato permanecer com qualquer dos equipamentos mencionados, e o mesmo emitir qualquer som ou bip, o candidato será automaticamente eliminado do certame.

6.1.14. Motivarão a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo, aos comunicados, às instruções ao candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.1.15. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal ou portando qualquer dos itens proibidos previstos no item 6.1.13;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 1 (uma) hora do início das provas;
- g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o autorizado pela Unoesc no dia da aplicação das provas;
- h) ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;
- i) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- j) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- k) não devolver integralmente o material recebido;
- l) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- m) estiver fazendo uso ou portando qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone incluindo seus acessórios ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- n) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6.1.16. Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados e acondicionados em local indicado pelos fiscais no momento da realização prova, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6.1.17. Os pertences pessoais dos candidatos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

6.1.18. A Unoesc e o Município de Maravilha (SC) não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos



eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

6.1.19. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova ou no decorrer da mesma, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de Questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;
- c) estabelecer, prazo para compensação do tempo usado para regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

6.1.20. Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e o candidato será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.1.21. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

6.1.22. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

6.1.23. Os cadernos de provas não serão disponibilizados aos candidatos e serão posteriormente publicados no site oficial do Município de Maravilha (SC) [www.maravilha.sc.gov.br](http://www.maravilha.sc.gov.br)

6.1.24. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas somente poderão retirar-se do local simultaneamente, após assinarem o verso de todos os cartões resposta de sua sala, a ata e o lacre do envelope onde serão acondicionados os cartões resposta. Este processo será acompanhado por uma das pessoas que estiverem na coordenação do certame. Caso o candidato recuse-se a permanecer no local até a finalização deste processo, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.1.25. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

6.1.26. Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas esferográficas de tinta azul ou preta fabricada em material transparente, cartão respostas, documento de identificação e água acondicionada em embalagem transparente sem rótulo ou etiqueta.

6.1.27. Ao candidato aconselha-se que no dia da realização da prova, leve consigo o comprovante de pagamento e de inscrição para possíveis conferências. Porém, é indispensável a apresentação de documento de identificação com foto.

## 6.2. DA PROVA DE TÍTULOS

6.2.1. A prova de títulos, de caráter classificatório, é destinada aos candidatos inscritos nos cargos de Nível Superior.

6.2.1.1. A prova de títulos terá peso 2,0 (Dois).

6.2.1.2. São compreendidos como títulos, apenas os certificados ou diplomas de cursos de Pós-graduação, a saber, em nível de especialização, mestrado ou doutorado.

6.2.1.3. Outros documentos não serão considerados.

6.2.2. Somente terão computados os pontos relativos à prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 3 (três) pontos na prova escrita.

6.2.3. Os títulos, acompanhados do Anexo V do presente edital preenchido, deverão ser entregues no setor de protocolo da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc,, situada à rua Dr. Orlando Valério Zawadski, 710 em Maravilha/SC - CEP 89.874-000, no horário das 14h às 17h e das 19h30min às 22h, ou poderão ser encaminhados via correios para o endereço Universidade do Oeste de Santa Catarina, Rua Oiapoc, nº 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste/SC, CEP 89900-000, aos cuidados da DIPPE, até a data de 19/11/2018.

6.2.4. A entrega dos títulos é de inteira responsabilidade do candidato e não haverá conferência dos mesmos no ato da entrega.

6.2.5. Os comprovantes dos títulos não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias desses títulos. Por esse motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais.

6.2.6. Os documentos que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, ainda que entregues, não serão considerados.

6.2.7. Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

6.2.8. Serão considerados como títulos, para os cargos de Professor:

Títulos	Pontuação
Certificado de Pós-graduação, em nível de Especialização.	4
Diploma de Mestrado	7
Diploma de Doutorado	10

6.2.9. Os títulos previstos no item anterior somente serão pontuados uma única vez e não serão pontuados cumulativamente.



6.2.10. Os títulos previstos no item 6.2.8. deverão ser da área de atuação do cargo para o qual o candidato se inscreveu.

6.2.11. A habilitação mínima exigida para o cargo não pontuará como título.

6.2.12. A pontuação dos títulos não ultrapassará 10 pontos.

6.2.13. O candidato que não entregar o título no prazo, no horário e no local estipulados no presente edital receberá nota 0 (zero).

6.2.14. A escolha do título a ser encaminhado é de inteira responsabilidade do candidato. À Comissão Avaliadora cabe apenas avaliar o título relacionado e encaminhado pelo candidato.

6.2.15. Não será realizada a conferência dos títulos entregues pelo candidato, sendo de sua inteira responsabilidade a conferência e a entrega dos títulos na forma prevista pelo presente edital. A Comissão avaliadora fará a análise dos títulos entregues pelo candidato, devendo o candidato entregar em duas vias o Anexo V do presente edital, sendo que uma das vias servirá de protocolo pela entrega dos mesmos. Os títulos deverão ser entregues na forma descrita no presente Edital.

6.2.16. Uma vez protocolados os títulos, conforme disposição do edital, não será mais permitido aos candidatos a entrega de documentos adicionais, a substituição de documentos ou novo protocolo de títulos. Não serão aceitos documentos protocolados fora dos prazos estabelecidos neste edital.

6.2.17. É responsabilidade do candidato a entrega dos documentos da Prova de Títulos conforme normas previstas neste Edital.

6.2.18. Para fins de análise e cômputo da respectiva pontuação, nos termos do quadro constante no item 6.3.8. os candidatos deverão observar as seguintes opções, conforme o caso:

6.2.18.1. Para a comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de doutorado ou de mestrado será aceito APENAS DIPLOMA, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

6.2.18.2. Para curso de doutorado ou de mestrado ou de graduação concluído no exterior será aceito APENAS O DIPLOMA, desde que revalidado por instituição de ensino superior no Brasil e traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

6.2.19. Para comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de especialização será ACEITO APENAS CERTIFICADO, com carga horária mínima de 360 horas, em que conste que o curso atende às normas da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou está de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE), ou ainda que está de acordo com as normas do Conselho Estadual de Educação (CEE).

6.2.19.1. Caso o certificado não ateste que o curso atende às normas estipuladas no item anterior, a instituição responsável pela organização e realização do curso deverá emitir uma declaração atestando que o curso atendeu as normas citadas no item anterior.

6.2.19.2. O documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

6.2.20. NÃO SERÃO ACEITOS QUAISQUER OUTROS DOCUMENTOS, QUE NÃO DIPLOMAS OU CERTIFICADOS, PARA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS, CONFORME DESCRIÇÃO DO PRESENTE EDITAL.

6.2.21. Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei, e devem estar acompanhados de tradução oficial se redigidos em língua estrangeira.

6.2.22. Entregue a relação dos títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação. Do mesmo modo, não se admitirá os títulos enviados após o prazo previsto em item 6.2.3. deste Edital.

6.2.23. Somente serão considerados como títulos, os diplomas que sejam expedidos por instituição de ensino credenciada pelo MEC.

6.2.24. Para efeito de pontuação será considerado o título obtido até a data do último dia de inscrição para o certame.

6.2.25. O CANDIDATO QUE POSSUIR ALTERAÇÃO DE NOME (CASAMENTO, DIVÓRCIO, ETC) DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE ANEXAR CÓPIA DO DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA ALTERAÇÃO. O CANDIDATO QUE NÃO COMPROVAR A ALTERAÇÃO DE NOME COM APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO LEGAL, E CUJO TÍTULO ESTIVER COM NOME DIFERENTE DA INSCRIÇÃO NÃO TERÁ O MESMO PONTUADO E NÃO PODERÁ POSTERIORMENTE ARGUIR DESCONHECIMENTO DE TAL SITUAÇÃO E EM CASO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR DISCORDAR DA PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS E A MESMA SE DER POR ESTE MOTIVO (ALTERAÇÃO DO NOME) NÃO TERÁ O RECURSO AVALIADO E O MESMO SERÁ INDEFERIDO.

6.2.26. Na Classificação Preliminar será feita a apresentação da pontuação da prova de títulos dos candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 3 (três) na prova objetiva/escrita. A discordância quanto a pontuação da prova de títulos deverá ser arguida no prazo para interposição de recursos quanto a classificação preliminar.

6.2.27. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será eliminado do Processo Seletivo.

## 7. DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

7.1. Nas Provas Escritas o candidato deverá assinalar as respostas no CARTÃO RESPOSTA, que será o único documento válido para a correção da prova.

7.2. O preenchimento do CARTÃO RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas no Caderno de Questões.

7.3. Não será fornecido em nenhuma hipótese novo cartão resposta por erro do candidato.

7.4. Não serão substituídos os cartões respostas por erro do candidato.

7.5. O candidato deverá assinar seu cartão-resposta no local indicado. Não serão corrigidos os cartões-respostas que não estiverem assinados.

7.6. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato.

7.7. Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova objetiva:

- a) Cuja(s) resposta(s) no cartão resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Processo Seletivo;
- b) Quando a(s) resposta(s) no cartão resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada ao cartão resposta;
- d) Que não estiver(em) assinalada(s) no cartão resposta;
- e) Cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de preta ou azul, ou com lápis, ou ainda, com marcação diferente da indicada.

7.8. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

7.9. Será permitido aos candidatos copiar suas respostas do cartão resposta, em formulário próprio, a ser indicado pelo fiscal de sala.

7.10. O Gabarito Preliminar da prova escrita será divulgado até a data de 10/12/2018, no Mural Público Municipal e site oficial do Município de Maravilha (SC) [www.maravilha.sc.gov.br](http://www.maravilha.sc.gov.br). Nesta mesma data, também serão publicadas no site oficial do Município de Maravilha, as provas objetivas.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. É assegurado aos candidatos a interposição de recursos nos seguintes casos:

- a) Quanto ao indeferimento das inscrições ou das condições especiais para realização de provas, na homologação preliminar;
- b) Quanto às questões da prova objetiva e gabarito preliminar;
- c) Quanto à Classificação Preliminar do Processo Seletivo.

8.2. A interposição dos recursos acima delineados deverá ocorrer mediante preenchimento do Formulário de Recurso on line, disponível na área do candidato, no site da Prefeitura Municipal de Maravilha (SC), devendo:

- a) Obedecer aos prazos editais, previstos no Item 12 deste Edital.
- b) Ser obrigatoriamente individual, fazendo-se constar nome completo do candidato, número da inscrição ou de ordem e cargo para o qual se inscreveu;
- c) Os recursos contra questões da prova escrita deverão ser apresentados, com fundamentação clara e ampla, comprovando-se as alegações mediante citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, entre outros, juntando cópia dos comprovantes.
- d) O candidato deverá interpor um recurso por questão que julgar improcedente.
- e) Os prazos de recurso devem ser observados pelo candidato, sendo de sua exclusiva responsabilidade interpor o recurso cabível para cada fase do certame. A não interposição de recursos nos prazos previstos pelo edital e nas fases previstas para o certame ensejarão ao candidato consequências, sendo passível, inclusive, a eliminação do certame.

8.2.1. Os recursos que forem interpostos sem fundamentação, ou ainda que apenas versem sobre suposições, sem que haja provas para tal, não serão apreciados. Ainda, os recursos deverão ser interpostos em defesa pessoal, recursos que versarem sobre situações de outros candidatos, não serão analisados.

8.3. Caso da análise dos recursos interpostos decorra a anulação de questões da prova escrita objetiva, estas serão consideradas como corretas para todos os candidatos que realizaram a prova.

8.3.1. Se da análise dos recursos resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com o novo gabarito.

8.4. Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como aqueles que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

8.5. Não serão aceitos recursos encaminhados por meio que não seja o previsto neste Edital, bem como sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

8.6. As respostas aos recursos serão encaminhadas, via sistema de inscrições para os candidatos que os interpuseram.

## 9. DA CLASSIFICAÇÃO

9.1. A atribuição da nota da prova escrita objetiva será computada conforme fórmula abaixo:

$$NPO = (NALP \times 0,5) + (NAM \times 0,5) + (NACG \times 0,5) + (NACE \times 0,5)$$

NPO= Nota Prova Objetiva

NALP= Número de acertos Língua Portuguesa

NAM= Número de acertos Matemática

NACG= Número de acertos Conhecimentos Gerais

NACE= Número de acertos Conhecimentos Específicos

9.1.1. Os candidatos que não obtiverem nota igual ou superior a 3 (três) pontos na prova objetiva, serão desclassificados do processo seletivo. Os candidatos que zerarem na prova específica, serão automaticamente eliminados do certame.

9.2. A atribuição da nota final será dada de acordo com a fórmula abaixo, para os cargos de Nível Superior:

$NF = (NPO \times 8) + (PPT \times 2,0)/10$

NF= Nota final

8= Peso prova escrita/objetiva

PPT= Pontuação Prova de Títulos

2,0= Peso prova de títulos

9.2.1. A atribuição da nota final, para os demais cargos, será dada de acordo com a fórmula abaixo:

$NF = (NPO \times 10)/10$

NF= Nota final

10= Peso prova escrita/objetiva

9.2.3. A pontuação máxima por candidato não será superior a 10 (dez) pontos.

9.3. Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- Possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;
- Possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;
- Possuir maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
- O candidato de maior idade;
- Sorteio.

9.4. A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente de notas obtidas.

## 10. DA INVESTIDURA E NOMEAÇÃO

10.1. A contratação é de competência da Prefeitura Municipal, segundo interesse e conveniência da Administração Municipal.

10.2. O provimento das vagas obedecerá rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos e a contratação de dará sob o regime estatutário, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos da legislação vigente.

10.3. Para ser investido no cargo o candidato deverá atender às seguintes exigências:

- ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º, artigo 12, da Constituição Federal;
- encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;
- ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da admissão;
- não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitado em julgado em qualquer esfera governamental;
- não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20 bem como receba benefício proveniente de regime próprio da previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público;
- não estar em exercício de cargo público, de acordo com previsto no inciso XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20.
- comprovar os requisitos (escolaridade, formação, habilitação, etc.), exigidos para o exercício do cargo na data da posse.
- ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada através dos exames médicos.
- apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador, bem como a certidão de quitação de suas obrigações perante o referido órgão.

10.4. A não apresentação dos documentos no prazo estabelecido no estatuto do servidor, bem como quaisquer dos requisitos de que trata o presente Edital e/ou a prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na exclusão do candidato do Processo Seletivo.

10.4.1. A inexistência das informações ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente à nomeação, ocasionarão a exoneração do candidato.

10.5. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura de Maravilha (SC).

## 11. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

11.1. Fica delegada competência à FUNOESC - Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de São Miguel do Oeste/SC, para:

- Preparar resultado da homologação das inscrições;

- b) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva;
- c) Apreçar os recursos previstos no Item 8 deste Edital;
- d) Apresentar o relatório final, com a classificação dos candidatos;
- e) Prestar, juntamente com o Município de Maravilha (SC), informações sobre o Processo Seletivo.

## 12. CRONOGRAMA

12.1. O Processo Seletivo seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

Atividades	Período
Publicação do Edital	16/10/2018
Prazo para impugnação do Edital	16 a 19/10/2018
Período de inscrições	16/10 a 19/11/2018
Último dia para pagamento do boleto bancário	19/11/2018
Período de inscrições para candidatos doadores de sangue e de medula (Isenção de pagamento da taxa de inscrição) e entrega de documentos conforme item 5.2 e 5.2.1 do Edital.	16/10 a 24/10/2018
Homologação das isenções da taxa de inscrição	30/10/2018
Prazo final para protocolo do requerimento e do laudo médico dos candidatos que optarem por vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais e para solicitar condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.	19/11/2018
Prazo final para entrega dos títulos para os cargos de Professor	19/11/2018
Homologação preliminar das inscrições e do deferimento de condições especiais para os candidatos portadores de necessidades especiais	23/11/2018
Período para interposição de recursos contra a homologação preliminar e quanto ao indeferimento de condições especiais para os candidatos portadores de necessidades especiais	26 e 27/11/2018
Homologação final das inscrições	30/11/2018
Divulgação do local das provas e do ensalamento dos candidatos	04/12/2018
Aplicação das provas escritas	09/12/2018
Divulgação do gabarito preliminar e das provas escritas	10/12/2018
Prazo para interposição de recurso contra o gabarito preliminar e questões das provas escritas	11 e 12/12/2018
Divulgação do gabarito final das provas escritas	20/12/2018
Divulgação da classificação preliminar	16/01/2019
Prazo para interposição de recurso contra classificação preliminar e pontuação da prova de títulos	17 e 18/01/2019
Divulgação da classificação final	23/01/2019
Homologação do Processo Seletivo	25/01/2019

## 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As publicações sobre Processo Seletivo serão feitas por Edital e veiculadas na imprensa.

13.2. Para os cargos de professor, importa saber que:

- a) O candidato selecionado que no momento da escolha não se fizer presente ou não aceitar a(s) vaga(s) oferecida(s), não perderá seu lugar na lista de classificação.
- b) Quando da contratação o professor estará ciente que a desistência da vaga implica em ser excluído DE TODO processo seletivo. As desistências devem ser realizadas por meio de documento escrito.
- c) As vagas da Secretaria Municipal de Educação serão divulgadas no site oficial do Município com 24h de antecedência.
- d) O candidato que já tiver um cargo público como inativo poderá escolher aulas até que o somatório da carga horária semanal atinja o limite total de 60(sessenta) horas (inativo + ativo = 60 horas).

e) As vagas de Professor de Educação Especial, após esgotados os classificados habilitados e não-habilitados, serão ofertadas aos classificados de Professor de Anos Iniciais ou Professor de Educação Infantil, conforme a área da vaga em questão, sem passar por chamada pública, sendo esses considerados não-habilitados de acordo com a Lei.

13.3. Aquele que sentir-se prejudicado por qualquer das disposições feitas neste Edital poderá pedir a sua impugnação mediante órgão competente, no prazo estabelecido no Item 12.

13.4. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Maravilha (SC).

13.5. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela FUNOESC - Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina de São Miguel do Oeste/SC, pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo e pelo Município de Maravilha (SC).

13.6. Fazem parte deste Edital:

- a) Anexo I – Atribuições dos cargos;
- b) Anexo II – Conteúdo Programático;
- c) Anexo III – Formulário de Requerimento de Vaga para Candidatos Portadores de Necessidades Especiais;
- d) Anexo IV – Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição.

## e) Anexo V - Formulário de Entrega de Títulos.

## 13.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha/SC, em 16 de outubro de 2018.

Rosimar Maldaner

Prefeita Municipal de Maravilha/SC

ANEXO I

## ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ENSINO FUNDAMENTAL	
CARGO	ATRIBUIÇÕES
Agente de Manutenção e Conservação	Ser responsável pela lavagem e lubrificação de máquinas e veículos e serviços de borracharia em geral; Executar serviços gerais de ferraria; Executar serviços de calçamento com pedras irregulares; Executar trabalhos de solda; Executar serviços gerais de instalações hidráulicas e sanitárias, em prédios, parques e outros; Executar serviços de desmontagem, reparo e ajustamento de aparelhos de comunicação; Executar serviços de eletricidade em geral; Montar, desmontar e instalar motores a aparelhos elétricos diversos; Executar pequenos consertos necessários à manutenção dos bens e instalações, providenciando sua execução; Executar serviços simples de carpintaria, encanador, pedreiro e eletricista; Fazer manutenção preventiva sob orientação da chefia; Fazer a conservação geral de praças, parques, cemitérios e hortos florestais; Executar serviços operacionais em aparelhos e equipamentos de topografia; Executar serviços operacionais de ar comprimido.
Auxiliar de Serviços Gerais Alta Complexidade	Prestar atendimento a crianças e adolescentes em situação de abandono e risco social, encaminhados pelo Conselho Tutelar, Poder Judiciário e demais órgãos competentes; limpar e arrumar as dependências e instalações da instituição, a fim de mantê-lo em condições de asseio requeridas; lavar e limpar cômodos, pátios, pisos, carpetes, terraços e demais dependências; lavar roupas e utensílios das crianças e do adolescente abrigados; recolher o lixo da unidade, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações definidas; percorrer as dependências do estabelecimento, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos; preparar e servir café, chá e alimentos aos abrigados; lavar copos, xícaras e cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha; verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso; manter arrumado o material sob sua guarda; comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada; comunicar a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios; cumprir e faz cumprir o regulamento, regimento, instruções, ordens e rotinas de serviço do estabelecimento; remover, transportar e arrumar móveis, máquinas e materiais diversos; guardar e arranjar objetos, bem como transportar pequenos objetos; transmitir recados; buscar e entregar materiais de consumo; executar, outras tarefas relativas ao cargo.
Motorista de Veículos Leves e Pesados	Dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos; Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidade ou avarias com viatura sob sua responsabilidade; Proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; Proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; Tratar os passageiros com respeito e urbanidade; Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo; Executar outras tarefas afins.
Operador de Máquinas	Providenciar a lavagem, abastecimento e lubrificação da máquina; Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, patrôas, tratores pês, carregadeiras e similares; Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade; Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; Proceder o mapeamento dos serviços executados; Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; Executar outras tarefas afins.

NÍVEL MÉDIO	
CARGO	ATRIBUIÇÕES
Agente Administrativo	Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais; Prestar auxílio à toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação; Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral; Controlar e arquivar publicações oficiais; Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade; Proceder controle de provimento e vacância de cargos; Estudar e propor a base de vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações; Atender usuários da biblioteca; Executar serviços de expedição de documentos como: identificação, serviço militar, carteira de trabalho, Incra, Ipesc, INSS; Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor; Receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas; Executar outras tarefas correlatas às descrições acima.



Motorista de Transportes Coletivos	Dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos; Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidade ou avarias com viatura sob sua responsabilidade; Proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; Proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; Tratar os passageiros com respeito e urbanidade; Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo; Executar outras tarefas afins.
Professor de Musica e Canto	Atuar no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Desenvolver aulas de canto e de violão para os grupos sociais dos programas socioeducativos.
Técnico em Contabilidade	Promover a execução orçamentária dos órgãos da estrutura administrativa e dos registros contábeis da receita e da despesa; Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão; Participar na elaboração de propostas orçamentárias; Classificar a receita; Emitir empenhos de pessoas, ordens bancárias e cheques; Relacionar notas de empenho, subempenhos e estorno emitidos no mês, com as somatórias para fechar com a despesa orçamentária; Efetuar balanço e balancete; Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo; Registrar todos os bens e valores existentes nos órgãos públicos; Controlar os serviços orçamentários e bancários, inclusive a alteração orçamentária; Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes; Elaborar registros da execução orçamentária; Elaborar mapas e demonstrativos com elementos retirados do razão, de toda a movimentação financeira e contábil do órgão; Manter atualizadas as fichas de despesas e arquivo de registro contábeis; Conferir boletins de caixa; Elaborar guias de recolhimento, ordens de pagamentos e rescisão de contrato de trabalho; Controlar a execução orçamentária; Relacionar restos a pagar; Reparar recursos financeiros; Relacionar e classificar a despesa e os empenhos por itens orçamentários; Elaborar demonstrativo da despesa de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título; Analisar os balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação; Coordenar e controlar as prestações de contas de responsáveis por valores de dinheiro; Fiscalizar, controlar e codificar as entradas e saídas de materiais permanentes do almoxarifado, em como os bens adquiridos ou baixados para doação, permuta ou transferência; Inventariar anualmente, o material e os bens móveis pertencentes ao órgão; Expedir, termos de responsabilidade referente a bens móveis e imóveis de caráter permanente; Organizar e manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis do órgão; Controlar os valores arrecadados, bem como conferir, diariamente extratos contábeis; Zelar pelo compromisso financeiro no âmbito da Administração Municipal; Controlar os recursos extra-orçamentários provenientes de convênios; Desempenhar outras tarefas semelhantes; Assinar balanços e balancetes na ausência do contador. Desempenhar outras tarefas semelhantes.
Técnico em Enfermagem	Realizar atendimentos ambulatoriais; Participar de programas de Saúde Pública; Realizar as demais tarefas atinentes à função.
Técnico em Saúde Bucal	Desenvolver programas educativos e de saúde bucal; participar na realização de levantamentos epidemiológicos; orientar os pacientes ou grupos de pacientes sobre saúde; fazer demonstração de técnicas de escovação; orientar e promover a prevenção da carie dental através de aplicação de flúor e outros métodos e produtos; executar a remoção de indutos, placas e cálculos dentários; supervisionar o trabalho dos auxiliares de consultório odontológico; participar no treinamento dos auxiliares de consultório dentário; instrumentar o odontólogo junto à cadeira operatória; realizar profilaxia bucal; inserir, condensar, esculpir e dar polimento em substâncias restauradoras; proceder à limpeza e anti-sepsia do campo operatório antes e após atos cirúrgicos; remover suturas; preparar materiais de forramento e restauradores; cuidar da manutenção e conservação do equipamento odontológico; executar revelação de placa bacteriana; fazer controle de material permanente e de consumo das clínicas odontológicas; realizar visitas domiciliares na comunidade quando solicitado; proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos contaminados; realizar a previsão de instrumental e material odontológico de acordo com a agenda de trabalho; fazer instrução de técnica de escovação e uso de fio dental na sala de espera e comunidade; fazer o controle de material permanente e de consumo da unidade; desempenhar outras atividades correlatas.

NÍVEL SUPERIOR	
CARGO	ATRIBUIÇÕES
Advogado CREAS	Desenvolver atividades inerentes à formação e à responsabilidade da profissão de Advogado; Atendimento jurídico individual e em grupos de usuários e suas famílias, inclusive com orientação jurídico social em casos de ameaças, ou violações de direitos individuais e coletivos; Deslocamento juntamente com a equipe técnica do serviço especializado, dentro da área referenciada; Acolhida e escuta individual, voltada para a identificação, de necessidades de indivíduos, e famílias; Realizar palestras a grupos e programas socioeducativos.
Assistente Social	Desenvolver atividades inerentes à formação e à responsabilidade da profissão de Assistente Social; Desempenhar ações de busca ativa para busca e abordagem em vias públicas em locais identificados, pela incidência de situações de risco, ou violações de direitos; Encaminhamento de violação de direitos, vitimizações e agressões inclusive crianças e adolescentes; Acolhida e escuta individual, voltada para a identificação, de necessidades de indivíduos, e famílias; Encaminhamento para rede sócio assistencial e de serviços especializados, garantindo análises e atendimento, de reaquisições e órgãos do poder judiciário e dos conselhos tutelares; Produção de matérias e educativos, como suporte aos serviços; Realização e articulações com conselhos tutelares, ministérios público e com toda rede de garantia de direitos; Abordagem nas ruas, dos grupos vulneráveis; População de rua, famílias, crianças e adolescente entre outros; Realização de visitas domiciliares; Atendimento social individual e em grupos de usuários e suas famílias, inclusive com orientação jurídico social em casos de ameaças, ou violações de direitos individuais e coletivos; Monitoramento da presença de trabalho infantil, e das diversas formas de negligência, abuso e exploração, mediante abordagem em vias públicas e locais identificados pela existência de situações de risco.



Enfermeira – Saúde da Família	Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde; Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela instituição; Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem; Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na instituição; Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem; Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais; Prestar assessoria quando solicitado; Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas; Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada; Participar do planejamento e prestar assistência em situação de emergência e calamidade pública, quando solicitado; Elaborar e executar uma política de formação de recursos humanos de enfermagem de acordo com a necessidade da instituição; Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida; Fazer notificação de doenças transmissíveis; Participar das atividades de vigilância epidemiológica; Dar assistência de enfermagem no atendimento as necessidades básicas do indivíduo, família e a comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela instituição. Desempenhar outras tarefas afins.
Médico - Saúde da Família	Executar atividades inerentes à promoção, proteção e recuperação da saúde; efetuar os atos médicos para os quais esteja capacitado; prescrever, orientar e supervisionar a terapêutica indicada, acompanhando a evolução e usando o sistema de referência e contra referência; interpretar resultados de exames solicitados; participar de equipe multidisciplinar; manter sempre atualizadas as anotações do prontuário do paciente; prescrever a terapia medicamentosa; emitir laudos e pareceres; atender determinações legais, emitindo atestados, conforme a necessidade em cada caso; participar e colaborar no planejamento e execução de programas de saúde; participar do programa de saúde da família; orientar equipe técnica assistencial; participar em ações de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador; zelar por sua própria segurança e de terceiros; zelar pela preservação e conservação de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho; participar efetivamente da política de saúde do Município; efetuar atendimento nos serviços próprios do Município e no domicílio de pacientes; respeitar o código de ética médica; contribuir para a valorização do Sistema Único de Saúde; e, desempenhar outras tarefas afins.
Médico Ginecologista	Especialidade no tratamento de problemas femininos; Realizar atendimento ambulatorial; Participar dos programas de atendimento à população atingidas por calamidade pública; Integrar-se com execução dos trabalhos de vacinação e saneamento; Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis das comunidades e sugerir medidas destinadas a solução dos problemas levantados; Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva; Participar das atividades de apoio médico sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde; Emitir laudos e pareceres, quando solicitado; Participar de eventos que visem, seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição; Fornecer dados estatísticos de suas atividades; Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior; Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local; Prestar à clientela assistência médica especializada, através de diagnóstico tratamento e prevenção de moléstias; educação sanitária; Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade; Desempenhar outras tarefas afins.
Médico Pediatra	Atribuições: especialidade em tratamento de crianças; Realizar atendimento ambulatorial; Participar dos programas de atendimento à população atingidas por calamidade pública; Integrar-se com execução dos trabalhos de vacinação e saneamento; Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis das comunidades e sugerir medidas destinadas a solução dos problemas levantados; Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva; Participar das atividades de apoio médico sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde; Emitir laudos e pareceres, quando solicitado; Participar de eventos que visem, seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição; Fornecer dados estatísticos de suas atividades; Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior; Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local; Prestar à clientela assistência médica especializada, através de diagnóstico tratamento e prevenção de moléstias; educação sanitária; Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade; Desempenhar outras tarefas afins.
Monitor Social Alta Complexidade	Prestar atendimento a crianças e adolescentes em situação de abandono e risco social, encaminhados pelo Conselho Tutelar, Poder Judiciário e demais órgãos competentes, organizar e fiscalizar atividades de rotina, monitorar atividades e horários do abrigo; orientar e auxiliar na alimentação, higiene pessoal, bem como desenvolver atividades voltadas à preservação da limpeza e higiene do ambiente de convívio; acompanhar e orientar crianças e adolescentes em tarefas escolares; acompanhar as crianças, adolescentes em deslocamentos para atendimento nas áreas da saúde, lazer, educação e comparecimentos solicitados pelo Poder Judiciário; acompanhar e proporcionar atividades sócio educativas, recreativas, laborais, artísticas e culturais; auxiliares nas visitas às famílias e instituições; manter registros e ocorrências de pessoas atendidas; elaborar relatórios; efetuar controle de estoque de materiais; auxiliar nas atividades lúdico educativas junto às crianças de casa de abrigo ou similares; executar e auxiliar em atividades de higiene corporal e bucal, troca de fraldas e outras tarefas correlatas; executar atividades de preparo de alimentação, como mamadeira, papinha, lanche, merenda e outras atividades correlatas; servir as refeições preparadas, de conformidade com as normas e procedimentos previamente definidos; zelar pelo bem-estar e segurança das pessoas sob sua responsabilidade; manter atento aos cuidados que o trabalhador requer, observando as necessidades físicas e emocionais dos acolhidos e orientar os serviços de organização e arrumação dos leitos, nestes incluídos os guarda-roupas, armários, sala de atividades lúdico pedagógicas e despensa; recepcionar e acolher crianças, adolescentes recém chegados ao abrigo e integrá-los ao grupo: preencher fichas de cadastro e livros de ocorrências; ministrar medicamentos de acordo com a prescrição médica; incentivar a participação e frequência de todos os atendidos nas atividades que estão sendo desenvolvidas; denunciar à pessoa ou órgão competente qualquer suspeita de violência, maus tratos ou exploração contra criança, adolescente; ministrar atividades recreativas de acordo com grau de dificuldade que possa ser superado pelos participantes; incentivar, acompanhar e promover jogos, gincanas e demais atividades recreativas; manter-se atualizado em sua área de atuação e participar de cursos de capacitação oferecidos pela Administração; participar de eventos, reuniões e demais encontros de trabalho, sempre que convidado e convocado; manter sigilo profissional e os princípios da ética nos relacionamentos com as pessoas abrigadas; participar administrativamente de atividades de organização social e comunitária; executar outras atividades afins.

Professor de Educação Física (Ação Social)	Atuar no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Desenvolver atividades esportivas e recreativas para os grupos sociais dos programas socioeducativos.
Psicólogo 20 e 40h	Desenvolver atividades inerentes à formação e à responsabilidade da profissão de Psicólogo; Desempenhar ações de busca ativa para busca e abordagem em vias públicas em locais identificados, pela incidência de situações de risco, ou violações de direitos; Encaminhamento de violação de direitos, vitimizações e agressões inclusive crianças e adolescentes; Acolhida e escuta individual, voltada para a identificação, de necessidades de indivíduos, e famílias; Encaminhamento para rede sócio assistencial e de serviços especializados, garantindo análises e atendimento, de reaquisições e órgãos do poder judiciário e dos conselhos tutelares; Produção de matérias e educativos, como suporte aos serviços; Realização e articulações com conselhos tutelares, ministérios público e com toda rede de garantia de direitos; Abordagem nas ruas, dos grupos vulneráveis: população de rua, famílias, crianças e adolescente entre outros; Realização de visitas domiciliares; Atendimento psicológico individual e em grupos de usuários e suas famílias, inclusive com orientação jurídico social em casos de ameaças, ou violações de direitos individuais e coletivos; Monitoramento da presença de trabalho infantil, e das diversas formas de negligência, abuso e exploração, mediante abordagem em vias públicas e locais identificados pela existência de situações de risco. Desenvolver atividades inerentes à formação e a responsabilidade da profissão de Psicólogo; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; Programas Socioeducativos, e grupos locais. Realização de encaminhamentos para serviços setoriais. Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; Realização de visitas domiciliares;
Psicólogo (Saúde)	Emitir diagnóstico, psicológico e social, através da avaliação da clientela alvo, usando para tanto recursos técnicos e metodológicos apropriados, prestando atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento para outros especialidades; participar da equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, objetivando integrar as ações desenvolvidas; planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as estratégias de intervenção psicossocial através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizados; atuar em pesquisa de psicologia, em relação à saúde, trabalho e educação. Entre outros aspectos; participar em ações de assessoria, prestando consultoria e emitindo parecer dentro da perspectiva de sua área de atuação; participar do programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos; atuar junto aos recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhamento, treinamento e reciclando servidores, zelar por sua segurança e de terceiros, bem como a preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho; participar efetivamente da política de saúde do município, através de programas implantados pela secretaria municipal de saúde.
Professor e Pedagogo	Cumprir com o que estabelece o artigo 13 da lei 9.394/96; Possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas; Demonstrar profissionalismo e comprometimento; Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento; Seguir as diretrizes educacionais do Estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se em integrar a ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; Ministras aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e o projeto político-pedagógico da Unidade Escolar; Executar o trabalho diário, de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem; Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e com a legislação vigente; Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficácia da ação educativa; Manter com os colegas o espírito de colaboração; Promover recuperações preventivas e paralelas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme a exigência dos diagnósticos de avaliação; Comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras e outras promoções convocadas pela direção da escola ou pela secretaria municipal de educação; Cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar; Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com dignidade; Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais; Encaminhar aos serviços competentes os casos de indisciplina ocorridos, após sua própria advertência; Acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, comunicando ocorrências à direção e ao serviço de orientação educacional; e Executar as normas estabelecidas no regime escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação vigente.

## ANEXO II

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## CONTEUDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

## Língua Portuguesa

Compreensão de textos – O verbo – Estrutura do período, da oração e da frase – Ortografia, acentuação e pontuação – Denotação e conotação – Fonologia – Classes Gramaticais – Formação de Palavras.

## Matemática

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Juros Simples.

## Conhecimentos Gerais

Fundamentos históricos e geográficos do município de Maravilha, do Estado de Santa Catarina, do Brasil e do mundo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais,

desenvolvimento sustentável, problemas ambientais. Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro. Aspectos culturais, artísticos, históricos e geográficos do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Maravilha. Reportagens e análises publicados nos jornais edições impressas ou digitais, Diário Catarinense, Notícias do Dia, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo e revistas Veja, Época e Isto é, publicadas de 16 de outubro de 2016 a 10 de novembro de 2018.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL

CARGO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Agente de Manutenção e Conservação	Faxina, limpeza, arrumação e higiene em geral. Produtos, materiais, ferramentas e equipamentos de trabalho. Coleta seletiva, separação e destinação correta do lixo. Ferramentas, utensílios e técnicas empregadas na varrição e limpeza de salas, pátios, ruas, cozinhas e áreas de alimentação. Ferramentas, utensílios e técnicas empregadas em pequenos reparos de alvenaria, carpintaria, hidráulica e eletricidade. Noções de mecânica para pequenos reparos de máquinas e motores. Noções de relações interpessoais. Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público.
Auxiliar de Serviços Gerais Alta Complexidade	Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para os trabalhos de limpeza e conservação (internos e externos) EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Riscos na utilização de elétrica. Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo. Equipamentos para a segurança e higiene. Limpeza dos diferentes espaços. Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; limpeza de ralos. Noções de relações interpessoais. Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público.
Motorista de Veículos Leves e Pesados	Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e suas atualizações por leis. Sistema nacional de trânsito. Regras gerais para circulação e conduta. Sobre os pedestres e condutores de veículos não motorizados. Conhecimentos sobre a educação para o trânsito. Sinalização de trânsito. Veículos, registro e licenciamento de veículos. Da habilitação. Infrações administrativas e penais (crimes de trânsito). Penalidades, medidas administrativas e o processo administrativo. Anexos I e II do CTB. Resoluções do CONTRAN. Decretos. Mecânica Básica de Veículo. Sistemas do veículo. Motores, conhecimentos elementares do funcionamento, arrefecimento e lubrificação de motores. Transmissão. Comandos e instrumentos do painel. Freios: regulagem e revisão. Sistema elétrico e eletrônico de veículos. Sistema de direção e pneus. Verificação periódica do sistema de arrefecimento e troca de óleo. Segurança no trânsito. Direção defensiva e gerenciamento de riscos. Comportamento defensivo para evitar acidentes. Distância de segurança e atitudes para evitar colisões. Domínio de habilidades para superar condições adversas. Noções de Primeiros Socorros no Trânsito. Noções de cidadania, ética e convívio social. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho.
Operador de Máquinas	Segurança no Trânsito: Direção Defensiva e Gerenciamento de riscos. Cargas Perigosas. Condições adversas. Noções de Primeiros Socorros no Trânsito. Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e suas atualizações pelas novas leis sancionadas que o modificaram. Anexos I e II do CTB. Decretos. Resoluções do CONTRAN. Sinalização de Trânsito. Noções básicas de mecânica de veículos. Equipamentos obrigatórios. Manutenção e reparos no veículo. Avarias nos sistemas (funcionamento, arrefecimento, freios, combustão, eletricidade, etc.). Manutenção periódica. Verificações diárias. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Instrumentos, controle e comandos. Procedimento de operações. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

#### CONTEUDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

##### Língua Portuguesa

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

##### Matemática

Proposições, valor-verdade, negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas. Equivalências lógicas. Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados. Diagramas lógicos, tabelas e gráficos. Conjuntos e suas operações. Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações. Representação na reta. Unidades de medida: distância, massa e tempo. Representação de pontos no plano cartesiano. Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau. Porcentagem e proporcionalidade direta e inversa. Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica. Juros. Geometria básica: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área. Semelhança e relações métricas no triângulo retângulo. Medidas de comprimento, área, volume. Princípios de contagem e noção de probabilidade.

##### Conhecimentos Gerais

Fundamentos históricos e geográficos do município de Maravilha, do Estado de Santa Catarina, do Brasil e do mundo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas ambientais. Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro. Aspectos culturais, artísticos, históricos e geográficos do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Maravilha. Lei orgânica do

município de Maravilha. Reportagens e análises publicados nos jornais edições impressas ou digitais, Diário Catarinense, Notícias do Dia, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo e revistas Veja, Época e Isto é, publicadas de 16 de outubro de 2016 a 10 de novembro de 2018.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

CARGO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Agente Administrativo	Lei Federal 4320/64 e Legislação complementar. Código Tributário Nacional e Municipal. Constituição Federal. Lei Federal 8666/93 e suas alterações. Lei nº 10.520/02(pregão). Lei Complementar 101/00(Lei de Responsabilidade Fiscal). Direito Administrativo. Noções de Informática. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20. Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Poderes Legislativo e Executivo Municipal - Constituição Federal Art. 6º a 11.
Motorista de Transportes Coletivos	Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e suas atualizações por leis. Sistema nacional de trânsito. Regras gerais para circulação e conduta. Sobre os pedestres e condutores de veículos não motorizados. Conhecimentos sobre a educação para o trânsito. Sinalização de trânsito. Veículos, registro e licenciamento de veículos. Da habilitação. Infrações administrativas e penais (crimes de trânsito). Penalidades, medidas administrativas e o processo administrativo. Legislação Específica sobre Transporte de Passageiros: Condução de veículos por motoristas profissionais. Lei nº 12.619/2012 (regulamenta a profissão de motorista). Anexos I e II do CTB. Resoluções do CONTRAN. Decretos. Mecânica Básica de Veículo. Sistemas do veículo. Motores, conhecimentos elementares do funcionamento, arrefecimento e lubrificação de motores. Transmissão. Comandos e instrumentos do painel. Freios: regulação e revisão. Sistema elétrico e eletrônico de veículos. Sistema de direção e pneus. Verificação periódica do sistema de arrefecimento e troca de óleo. Segurança no trânsito. Direção defensiva e gerenciamento de riscos. Comportamento defensivo para evitar acidentes. Distância de segurança e atitudes para evitar colisões. Domínio de habilidades para superar condições adversas. Noções de Primeiros Socorros no Trânsito. Noções de cidadania, ética e convívio social. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho.
Professor de Música e Canto	Artes musicais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; Músicos Brasileiros; Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN's, RECNEI.; História e Política Educacional; Técnicas Avaliativas; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas.
Técnico em Contabilidade	CONTABILIDADE GERAL: Campos de atuação da contabilidade, definição, objetivos e finalidades da contabilidade. Usuários da informação contábil. O ciclo contábil. Estrutura conceitual básica da contabilidade. Estática patrimonial (Balanço Patrimonial). Procedimentos contábeis básicos. Variações do patrimônio líquido. Aspectos fundamentais do ativo imobilizado. Aspectos legais e societários das demonstrações contábeis. CONTABILIDADE PÚBLICA: Lei do Orçamento - Disposições gerais. Contabilidade orçamentária e financeira. Contabilidade patrimonial e industrial. Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 04/05/2000. Importância dos princípios contábeis. Lei 4.320 de 17/03/1964. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nº 11.768 de 14/08/2008. Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 11.647 de 24/03/2008. Análises, indicadores e indicativos contábeis. Inventário. Balanços e demonstração das variações patrimoniais. Tomadas de contas e prestações de contas. Controle interno. Controle externo. ORÇAMENTO PÚBLICO: Sistema Tributário Nacional. Processo orçamentário. Orçamento na Constituição de 1988. Lei do Orçamento, Da proposta orçamentária, Da elaboração da Lei de Orçamento, Do Exercício Financeiro, Dos Créditos Adicionais, Da Execução do Orçamento. Conceitos orçamentários: Receita orçamentária e Despesa orçamentária. Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. Plano de contas da Administração Federal. Noções de Informática. CONTABILIDADE PÚBLICA: Conceitos gerais; Campo de aplicação. Regimes contábeis. Técnicas de registro e de lançamentos contábeis. Plano de Contas. Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Orçamento Público: Conceitos gerais; Processo de Planejamento. Ciclo Orçamentário. Orçamento por Programas. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração Contábil. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito; Classificação; estágios, escrituração contábil. Restos a Pagar: Conceitos; Sistemática; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dívida Pública: Conceitos; Sistemáticas; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Regime de Adiantamento: Conceito; Finalidades; Controle dos Adiantamentos. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas. Variações Patrimoniais. Variações Ativas e Passivas. Créditos Adicionais: Conceito; Classificação; Autorização e Abertura; Vigência; Indicação e Especificação de recursos. Controle Interno: Conceitos; Objetivos; Implantação do Sistema de Controle Interno e metodologias existentes. Prestação de Contas: Demonstrativos exigidos e seu preenchimento; Prazos. Licitações: Modalidades; Conceitos Gerais; Limites; Processos e Procedimentos Licitatórios. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 (Lei da Transparência).



Técnico em Enfermagem	Fundamentos de Enfermagem: Noções básicas de saúde e doença, ações de enfermagem com relação à aferição de sinais vitais, realização de curativo, cuidado com a higiene, conforto e segurança ao paciente, preparo do paciente para exames, organização da unidade do paciente, administração de medicamentos por via oral, venosa, intramuscular, sub cutânea, ocular, nasal, retal, otológica. Biossegurança. Enfermagem Médico-Cirúrgica: Assistência de enfermagem a pacientes portadores de afecção cardiovascular, respiratória, digestiva, endócrina, renal, neurológica e hematológica. Assistência de enfermagem ao paciente cirúrgico no pré, trans e pós-operatório. Prevenção e controle de infecção hospitalar. Assistência de enfermagem a pacientes em situação de urgência. Enfermagem Materno- Infantil: Assistência de enfermagem à mulher no ciclo vital (gestante, parturiente e puerpério), no parto normal e de risco e ao recém-nascido normal e de risco. Assistência à criança nas fases de lactente, pré-escolar, escolar e adolescente no seu desenvolvimento. Enfermagem em Saúde Pública: Noções de epidemiologia, cadeia epidemiológica, vigilância epidemiológica, indicadores de saúde, atenção primária em saúde. Assistência de enfermagem na prevenção e controle de doenças infecto-parasitárias, crônico-degenerativas e processo de reabilitação. Programa Nacional de Imunização. Programa de Assistência à Saúde da Mulher, Criança e do Trabalhador. Enfermagem em Saúde Mental: Integração da assistência de enfermagem às novas políticas públicas de atenção à saúde mental da criança e adultos.
Técnico em Saúde Bucal	Conhecimentos básicos das estruturas anatômicas da cabeça e pescoço, tecidos moles da cavidade bucal e demais componentes do aparelho estomatognático. Reconhecimento da dentição permanente e temporária através da representação gráfica e numérica. Características gerais e idade de irrupção dentária. Morfologia da dentição. Meios de proteção de infecção na prática odontológica. Meios de contaminação de hepatite, HIV, tuberculose, sífilis e herpes. Formação e colonização da placa bacteriana. Higiene bucal: importância, definição e técnicas. Uso de fluoretos como medicamento em suas variadas formas e toxicologia. Técnicas radiográficas intrabucais clássicas e suas variações. Técnicas de afiação do instrumental periodontal. Técnicas de isolamento do campo operatório. Técnicas de aplicação de materiais restauradores. Técnicas de testes de vitalidade pulpar. Conceitos de promoção de saúde. Elaboração e aplicação de programas educativos em saúde bucal. Conhecimento do funcionamento e manutenção do equipamento odontológico. Reconhecimento e aplicação dos instrumentos odontológicos. Constituição Federal. Legislação do SUS. Código de Ética. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

##### Língua Portuguesa

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos; padrões gerais de colocação pronominal no português; mecanismos de coesão textual. Ortografia. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo de crase. Pontuação. Estilística: figuras de linguagem. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo; variação linguística: norma culta.

##### Matemática

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação e Interpretação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Cálculos algébricos, produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas, simplificação de expressões algébricas; Equações, Inequações, sistemas polinomiais de 1º e 2º grau; Sequências e Progressões; Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares; Análise Combinatória; - Probabilidade; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Estudo de funções: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica e trigonométrica; Geometria Plana e Espacial, trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência e cônicas; Polinômios e equações polinomiais.

##### Conhecimentos Gerais

Fundamentos históricos e geográficos do município de Maravilha, do Estado de Santa Catarina, do Brasil e do mundo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas ambientais. Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro. Aspectos culturais, artísticos, históricos e geográficos do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Maravilha. Lei orgânica do município de Maravilha. Reportagens e análises publicados nos jornais edições impressas ou digitais, Diário Catarinense, Notícias do Dia, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo e revistas Veja, Época e Isto é, publicadas de 16 de outubro de 2016 a 10 de novembro de 2018.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Advogado CREAS	DIREITO CIVIL: Lei de Introdução ao Código Civil; Código Civil - Parte Geral: das pessoas naturais, das pessoas jurídicas, do domicílio civil, classificação de bens, fato jurídico "stricto sensu", ato jurídico, negócio jurídico, nulidade relativa e absoluta, atos ilícitos, prescrição e decadência; Código Civil - Parte Especial: das obrigações, modalidades e efeitos, obrigações decorrentes de atos ilícitos; dos contratos: disposições gerais; direito das coisas; posse e propriedade. DIREITO ADMINISTRATIVO: conceito de direito administrativo, fontes do direito administrativo, princípios do direito administrativo. Atos administrativos: conceito, requisitos, efeitos, legalidade, mérito, atributos, nulidade, extinção, revogação, classificação, espécies, exteriorização, responsabilidade patrimonial da Administração por atos administrativos; licitação, contratos administrativos, poder de polícia, serviço público, servidores públicos, cargo/empregos públicos. Lei Orgânica do Município de Içara. DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO: Relações de trabalho. Natureza jurídica. Caracterização. Sujeitos da relação de emprego: empregador, empregado, autônomos, avulsos, temporários. Sucessão de empregadores. Contrato de trabalho: definição. Diferenças entre contrato de trabalho e locação de serviços, empreitada, representação comercial, mandato, parceria. Espécies e efeitos. Alteração. Término. Remuneração. Conceito. Distinção entre remuneração e salário. Repouso. Férias. Sindicatos. Condições de registro e funcionamento. Atividades e prerrogativas. A Fazenda Pública perante a Justiça do Trabalho.
Assistente Social	A seguridade Social no contexto atual: gestão, financiamento e controle social. Cidadania: fundamentos teórico-históricos e desafios contemporâneos. Reforma do Estado: fundamentos, propostas e iniciativas governamentais de reforma administrativa. Mundo do trabalho: reestruturação produtiva e novas tecnologias de gerenciamento. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. Aspectos gerais das atividades cotidianas do Assistente Social: planejamento, execução, supervisão, assessoria e coordenação e avaliação de programas sociais. 7. Instituições: saberes, estratégias e práticas. Família: mudanças societárias contemporâneas e Serviço Social. Políticas públicas e organização da prestação dos serviços sociais. Investigação e sistematização no trabalho profissional do assistente social. Interdisciplinaridade e trabalho em equipe. Ética e Serviço Social.
Enfermeira – Saúde da Família	Ética, deontologia, bioética e legislação em enfermagem; noções de saúde coletiva e epidemiologia; nutrição e dietética em saúde; semiologia e semiotécnica em enfermagem; sistematização da assistência em enfermagem; processo de cuidar em enfermagem clínica em todo o ciclo vital (recém nascidos, criança, adolescente, adulto, mulher e idoso); Código de Ética do profissional de enfermagem, processo de cuidar em enfermagem cirúrgica em todo o ciclo vital (recém nascidos, criança, adolescente, adulto, mulher e idoso); processo de cuidar em enfermagem em doenças transmissíveis; processo de cuidar em enfermagem em emergências e urgências; processo de cuidar em enfermagem em saúde mental e psiquiatria; Enfermagem na assistência às doenças crônicas diabetes e hipertensão arterial. Dengue: prevenção e tratamento; administração e gerenciamento em saúde; saúde da família e atendimento domiciliar; biossegurança nas ações de enfermagem; enfermagem em centro de material e esterilização; programa nacional de imunização. Ética profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.
Médico - Saúde da Família	Exames complementares invasivos e não invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária, Emergências clínicas, Ética e legislação profissional, Psicologia médica, Farmacologia, Controle de infecções hospitalares; Sistema Único de Saúde (SUS), programa de Saúde da Família (PSF). Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico. Indicadores de saúde pública; Portaria nº 1886 de 18 de dezembro de 1997, que aprova as normas e diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família; Programa de Saúde da Família, noções de medicina comunitária, verminoses, noções de trabalho em equipe, noções de administração e planejamento público, cronograma de atendimento, territorialização, visitas médicas domiciliares, tuberculose e dermatologia. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento; Planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico. Serão consideradas as alterações da legislação até a data de publicação do edital.



Médico Ginecologista	<p>Generalidades: Relação Médico-paciente-família. Ética em Ginecologia e Obstetrícia. Noções de Psicologia Clínica aplicada à Medicina. Temas específicos de Ginecologia: Conhecimento do ciclo menstrual normal e suas alterações: menarca (precoce e tardia); ciclos irregulares; amenorreia; dismenorreia; TPM; climatério; menopausa; Puberdade precoce. Anticoncepção. Terapia de Reposição hormonal. Diagnóstico e conduta nas Infecções vaginais. Diagnóstico e conduta na algia pélvica. Esterilidade- Identificação e propedêutica elementar. Distopias genitais- identificação. Diagnóstico e conduta nas infecções urinárias. Diagnóstico e conduta nas doenças sexualmente transmissíveis. Exames preventivos de câncer de mama e colo. Diagnóstico e conduta nas afecções benignas do ovário. Diagnóstico e conduta nas afecções benignas da mama. Diagnóstico nas afecções malignas ginecológicas: mama/colo; endométrio/ovário. Noções das disfunções sexuais. Temas específicos de Obstetrícia: Diagnóstico clínico e laboratorial do estado de gravidez. Modificações gravídicas gerais e locais e suas implicações clínicas. Alterações emocionais da gestante. Crescimento e desenvolvimento fetal normal. Desvios do crescimento fetal - Crescimento Fetal Restrito - Macrossomia. Assistência pré-natal: aspectos clínicos; sintomas mais comuns; evolução da gestação normal - seguimento de consultas; exames primordiais de pré-natal. Identificação de risco obstétrico. Caracterização da hipertensão e seu manejo. Conduta em gestante Rh negativo. Diagnóstico e conduta no abortamento evitável e inevitável. Diagnóstico e conduta na placenta de inserção baixa. Diagnóstico e conduta na mola hidatiforme. Diagnóstico e conduta no abortamento habitual. Diagnóstico e conduta nas alterações de líquido amniótico. Diagnóstico e conduta na rotura prematura pré termo de membranas ovulares. Diagnóstico e conduta na gestação pós data e na prematuridade. Diagnóstico e conduta nas gestações múltiplas. Ginecopatias e gravidez. Rastreamento e diagnóstico do diabetes gestacional. Rastreamento e diagnóstico de anemia na gravidez. Doenças infecciosas na gestação: Rubéola, HIV, Lues, Toxoplasmose. Orientação para amamentação. Orientação sobre o preparo para o parto. Medicamentos na gravidez. Sistema Único de Saúde: Lei nº 8.080 de 19/09/90, Lei nº 8.142 de 28/12/90; Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB-SUS de 1996; Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS - NOAS-SUS de 2002. Política Nacional de Humanização. Pactos pela Vida em Defesa do SUS e de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, estabelece a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do SUS. Lei nº 8.142, de 28/12/90. Sistema de Planejamento do SUS. Política Nacional de Promoção de Saúde.</p>
Médico Pediatra	<p>Assistência ao recém-nascido de baixo peso. - Distúrbios metabólicos do recém-nascido. - Distúrbios respiratórios do recém-nascido. - Icterícia neonatal. - Infecções neonatais. - Lesões ao nascimento: asfixia neonatal, hemorragia intracraniana, luxações e fraturas. - Triagem neonatal: erros inatos do metabolismo. - Aleitamento materno. - Avaliação do crescimento e do desenvolvimento normais. - Imunizações. - Nutrição do lactente, da criança e do adolescente. - Prevenção de trauma. - Anemias. - Asma brônquica. - Constipação. - Convulsão. - Desidratação e terapia de reidratação oral. - Diarreias. - Distúrbios nutricionais. - Doenças infectocontagiosas. - Transplantes em pediatria: princípios básicos e doação de órgãos. Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais; Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96) e (NOAS/2001).</p>
Monitor Social Alta Complexidade	<p>LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742 de 07/12/1993); PNAS/2004 – Política Nacional de Assistência Social; NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009); SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo. Lei nº 8.069/1990 – ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes; Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil; Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua; Lei nº 11.240/2006 (Maria da Penha); Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso; Decreto nº 3.298/1999 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.</p>
Pedagogo	<p>Constituição Federal de 1988 - Artigos 205 a 214. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Ampliação do Ensino Fundamental. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Fundamentos da Educação; Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas. Relações socioeconômicas e políticas-culturais de educação. Educação e Direitos Humanos, Democracia e Cidadania. Inclusão educacional e respeito à diversidade. Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 10.639-2003 História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Plano Nacional de Educação. Planejamento Educacional. As concepções de educação e suas repercussões na organização do trabalho pedagógico. Avaliação educacional: concepções e práticas avaliativas na educação infantil e no ensino fundamental. Gestão democrática. Base Nacional Comum Curricular. Concepções de currículo. Função social da escola. Concepções de desenvolvimento e de aprendizagem. Princípios metodológicos – concepção de alfabetização e letramento. Instrumento de acompanhamento da aprendizagem do aluno. Tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem.</p>
Professor de Educação Física (Ação Social) e Professor de Educação Física	<p>Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. O Sistema nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). PNE Lei 13.005/2014. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica e Base Nacional Comum Curricular. História da Educação Física no Brasil; Metodologia para ensino da Educação Física; Cultura Corporal; Emprego da Terminologia aplicada a Educação Física; Fisiologia do Exercício – Abordagem Neuromuscular. Estrutura e Funções Pulmonares; O Sistema Cardiovascular; Capacidade Funcional do Sistema Cardiovascular; Músculo Esquelético (estrutura e função). Treinamento desportivo e atividades físicas.</p>

Psicólogo 20 e 40h e Psicólogo (Saúde)	Código de Ética Profissional do Psicólogo; Princípios e diretrizes do SUS; Humanização em serviços de saúde; Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; CREAS/SUAS Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; Resoluções do Conselho Federal de Psicologia; CRAS; Abordagens teóricas: cognitiva-comportamental, psicanálise, behaviorismo, gestalt-terapia, teoria sistêmica, humanista; Elaboração de documentos e registros psicológicos; psicopatologias. História da Psicologia; Métodos da Psicologia; Atenção, sensação, percepção, pensamento, memória, juízo, entre outros; O processo de aprendizagem segundo Piaget; Testes psicológicos; Transtornos de ansiedade, personalidade, humor, entre outros; Psicoterapia de grupo; Psicologia social e escolar; Saúde Mental; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; A Personalidade; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Sistema de RH: conceitos e objetivos, desenvolvimento organizacional; Recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; Seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; Testes de seleção: conceito e espécies; Treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento; Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho; Psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; Avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho. Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais; Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96) e (NOAS/2001).
Professor Anos Iniciais	Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. O Sistema nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). PNE Lei 13.005/2014. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica e Base Nacional Comum Curricular. Competências e habilidades. Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. As etapas do processo de alfabetização. Diversidade textual – Produção – Direitos de aprendizagem - Avaliação.
Professor de Artes	Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. O Sistema nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). PNE Lei 13.005/2014. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica e Base Nacional Comum Curricular. História e metodologia do ensino de Arte. A arte e a educação. O ensino da arte no currículo: legislação e prática. O conhecimento artístico como produção e fruição. Arte, linguagem e comunicação. Teoria e prática em arte na escola. Elementos básicos das linguagens artísticas. Diversidade das formas de arte e concepções estéticas da cultura regional, nacional e internacional. O currículo de arte no ensino fundamental. Folclore catarinense e nacional. Diversidade cultural no ensino de artes.
Professor de Ciências	Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. O Sistema nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). PNE Lei 13.005/2014. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica e Base Nacional Comum Curricular. Metodologia para o ensino de ciências. Seres vivos. Ecologia: Ecossistemas, Cadeia trófica, Fontes e fluxo de energia, Biosfera, Biomas, Poluição da água do ar e do solo, Destino de resíduos sólidos, Conservação. Desenvolvimento humano. Doenças sexualmente transmissíveis e métodos anticoncepcionais.
Professor de Educação Especial	Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. O Sistema nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). PNE Lei 13.005/2014. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica e Base Nacional Comum Curricular. Avaliação de aprendizagem. Didática e trabalho pedagógico. Fundamento de currículo. Perspectivas metodológicas. Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem. Interdisciplinaridade. Adequações curriculares. Alfabetização e letramento. Diversidade. Políticas públicas para a educação especial e educação inclusiva. Conceito de deficiências. Condutas típicas e altas habilidades. Tecnologias acessíveis.
Professor de Educação Infantil	Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. O Sistema nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). PNE Lei 13.005/2014. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica e Base Nacional Comum Curricular. Avaliação da aprendizagem. Didática e trabalho pedagógico. Fundamento de Currículo. Perspectivas metodológicas. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Fundamentos de currículo. Perspectivas metodológicas. Planejamento e gestão educacional. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social da educação infantil; Educar e cuidar; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis. Interação e Brincadeiras, Direitos de aprendizagem da Ed. Infantil (BNCC).

Professor de Geografia	Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. O Sistema nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). PNE Lei 13.005/2014. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica e Base Nacional Comum Curricular. Aspectos geográficos do Município de Pinhalzinho; Geografia de Santa Catarina; Geografia do Brasil; Geografia Mundial. Cartografia; Leitura de Paisagens; Relação Dinâmica entre Sociedade e Natureza; Meio Rural e Meio Urbano; Produção e Distribuição de Riquezas; População; Brasil – Diversidade Natural / Divisão Geoeconômica; Brasil – Diversidade Cultural segundo o IBGE; Brasil – Campos – Cidades. Espaços em transformação; Brasil – Regiões Geoeconômicas; Relações Econômicas do Brasil: Dinâmica Natural do Planeta Terra; Mundo Desenvolvido e Subdesenvolvido; A antiga e a Nova Ordem Mundial; A Globalização e os Avanços Tecnológicos e Científicos: Geopolítica – Conflitos Mundiais Contemporâneos. Temas Transversais.
Professor de História	Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. O Sistema nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). PNE Lei 13.005/2014. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica e Base Nacional Comum Curricular. A Pré-História. As sociedades da antiguidade. Formação e superação do sistema feudal. As Cruzadas. A baixa Idade Média. A expansão marítima e a colonização da América. Naufrágios, sacerdotes e desterrados: primeiros habitantes de Santa Catarina. Mercantilismo. Economia do Brasil Colônia. A Revolução cultural: Renascimento, Reforma Religiosa e Humanismo. A formação do Estado Moderno Europeu. Revolução Industrial. Iluminismo. Independência dos Estados Unidos. Revolução Francesa. Povoamento Vicentista do litoral catarinense. O processo de independência do Brasil. As lutas internas e externas do período monárquico brasileiro. Escravidão e resistência. Povoamento Açoriano. Imigração alemã, italiana e Página   23 *Alterado pelo 1º Termo Aditivo de Retificação polonesa em Santa Catarina. Os conflitos mundiais do século 20. O holocausto judeu. O mundo pós segunda guerra mundial.
Professor de Inglês	Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. O Sistema nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). PNE Lei 13.005/2014. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica e Base Nacional Comum Curricular. A importância do ensino de Língua Inglesa no Brasil. A história, objetivos e características das metodologias e abordagens de ensino de Língua Inglesa no Brasil. A língua como forma de interação. A língua numa perspectiva histórico cultural. Interdisciplinaridade. Recursos didático-pedagógicos. O ensino das quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever): o ensino da gramática. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Interpretação de textos. Temas Transversais. Importante: As questões e as alternativas de respostas poderão ser formuladas na Língua Inglesa.
Professor de Língua Portuguesa	Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. O Sistema nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). PNE Lei 13.005/2014. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica e Base Nacional Comum Curricular. A didática e a metodologia do ensino da Língua Portuguesa. Princípios de Linguística Geral. Concepções de linguagem. Variações linguísticas. Adequação textual: Informação X Argumentação. Coerência textual. Coesão textual. Leitura e Produção de textos. Tipologia textual. Gêneros do discurso. Concordância nominal / verbal. Regência nominal / verbal. Gramática e ensino da língua. Linguagem falada X linguagem escrita. Língua e interdisciplinaridade. Interpretação de textos. Temas Transversais.
Professor de Matemática	Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. O Sistema nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). PNE Lei 13.005/2014. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica e Base Nacional Comum Curricular. Concepções de Matemática; Educação Matemática; Tendências Pedagógicas do Ensino da Matemática no Brasil. A didática e a metodologia do ensino da Matemática. A história da Matemática. Razão e Proporção. Média aritmética e ponderada. Regra de três simples e composta, porcentagens e juros simples. Campos Numéricos: o sistema de numeração, números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais (identificação, propriedades e operações), números decimais, potência de 10, cálculo com radicais. Campos algébricos: expressões algébricas, polinômios, produtos notáveis, frações do 1º grau. Campos Geométricos: sistemas de medidas (comprimento, área, capacidades e massa). Ângulos: operações, ângulos complementares e suplementares opostos pelo vértice. Teorema de Tales. Teorema de Pitágoras. Trigonometria. Razões trigonométricas. Polígonos convexos (triângulos e quadriláteros). Relações métricas no triângulo. Relações métricas de um triângulo qualquer. Circunferência. Tratamento de informação.

## ANEXO III

## FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

## REQUERIMENTO

Vaga para PNE e /ou Condição especial para realização de provas

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Maravilha, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requero a Vossa Senhoria:

1 – ( ) Vaga para portadores de necessidades especiais.

CID nº: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_

Nestes termos.

Pede deferimento.

Maravilha (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Requerente

#### ANEXO IV

#### REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

O candidato acima qualificado vem pelo presente requerer seu enquadramento para isenção de taxa de inscrição, no amparo da Lei Estadual nº 10.567/97 e suas alterações, juntando os documentos exigidos pelo Edital de Processo Seletivo nº 001/2018, do Município de Maravilha (SC).

Maravilha (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Candidato

#### ANEXO V

#### FORMULÁRIO DE ENTREGA DE TÍTULOS

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_ candidato ao cargo de \_\_\_\_\_ venho protocolar os documentos abaixo listados, conforme preconização do Edital nº 001/2018:

Documento	Carga horária (Espaço reservado para a Comissão)	Pontuação (Espaço reservado para a Comissão)
Doutorado em		
Mestrado em		
Especialização em		

Maravilha (SC), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do candidato

#### EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO N. 120/2018

Publicação Nº 1774299

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Ata de Registro de Preços

Espécie: Ata de Registro de Preços n. 120/2018. Partes: Município de Maravilha – SC e Zoom Indústria e Comércio de Confecções Ltda Epp.

Objeto: Registro de preços para posterior aquisição de uniformes destinados as serventes e cozinheiras das escolas municipais do Município de Maravilha - SC. Vigência: 12 meses. Valor Global R\$ 6.358,60. Data de assinatura da Ata de Registro de Preços: 15/10/2018. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Juliano Lippert pela Contratada.

# Marema

## PREFEITURA

### CONTRATO N. 37/2018

Publicação Nº 1774335

#### MINUTA

Contrato n. 37/2018

Contratante: Município de Marema

Contratado: TRAVELERS SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ/MF 09.064.453/0001-56

Vinculação: Proc. Licitatório nº. 055/2018, Dispensa de Licitação nº. 10/2018

Objeto: contratação de empresa especializada em seguro predial

Valor Total: R\$ 6.132,35 (reais)

Prazo: 12 de setembro de 2019

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 13 de setembro de 2018

Adilson Barella

Contratante /Prefeito

### TERMO DE CREDENCIAMENTO 01/2018

Publicação Nº 1774250

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO 01/2018

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2018

“Objetivando o chamamento público para credenciamento de Interessados para Fornecimento de Cascalho para recuperação de estradas do Município de MAREMA”.

Pelo presente instrumento, de um lado, O MUNICÍPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. ADILSON BARELLA, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e do outro lado ALMIR SCHAPARINI, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado na Linha Despraiado, portador do CPF nº 385.129.809-82 denominado simplesmente CONTRATADA/CREDENCIADA, em decorrência, CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO

1.1 A CREDENCIADA compromete-se a fornecer Cascalho de parte de sua propriedade, conforme condições mencionadas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e pelas demais normas técnicas.

1.2 O valor estabelecido para o credenciamento será de R\$ 1,20(Um real e vinte centavos) por metro cúbico de cascalho extraído da propriedade credenciada.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 O presente pacto tem sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tem como prazo final o dia 05/09/2019.

#### CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

4.1 Os pagamentos somente serão realizados mediante

a) Relatório emitido pelo Responsável da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos.

#### CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.



5.1 Entregar o Cascalho durante o prazo de vigência do Credenciamento, mediante a disponibilidade de área para extração do mesmo;

5.2 Fica ao inteiro encargo do CREDENCIADO a recuperação ambiental do local da retirada do objeto, obrigando-se este a efetuar, dentre outros, plantios de espécie florestais, a fim de evitar erosão e demais danos ao ambiente;

5.3 permite o livre acesso de máquinas, equipamentos e veículos necessários aos trabalhos de retirada e transporte do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO

6.1 A CREDENCIANTE exercerá através de sua equipe técnica, um acompanhamento de retirada e manterá um relatório das retiradas de cascalho, ambos devem estar assinados pelo Responsável e pelo proprietário do imóvel do qual será extraído o cascalho.

#### CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES.

7.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei

8.666/93 e alterações:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

e) Pela recusa em entregar as sementes ora contratado, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8666/93 e alterações.

#### CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

9.1 Efetuar o pagamento à Credenciada, de acordo com a forma e prazos estabelecidos no edital e presente termo.

9.2 Fiscalizar o cumprimento da execução do objeto.

#### CLAUSULA DECIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

10.2 No caso de rescisão do contrato ou extinção do programa, a credenciante honrará com todos os juros dos contratos já efetivados.

10.3 Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objetivo deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem previa e expressa autorização da CREDENCIANTE.

10.4 Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na entrega do objeto.

10.5 Quando ficar evidenciada incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.

10.6 Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

10.7 Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

11.1 Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das dotações orçamentárias para o exercício.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

12.1 Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e na Lei 8666/93 e posteriores alterações.



**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 As partes elegem o Foro da comarca de Xaxim – SC, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados. Firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Marema-SC 06 de setembro 2018

Adilson Barella  
Prefeito Municipal  
Credenciante

Almir Schapardini  
Credenciado

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Luiz Antônio Cipriani  
Procurador - geral OAB/SC – 35698

**TERMO DE CREDENCIAMENTO 02/2018**

Publicação Nº 1774251

**TERMO DE CREDENCIAMENTO 02/2018**

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2018

**INEXIGIBILIDADE Nº 02/2018**

“Objetivando o chamamento público para credenciamento de Interessados para Fornecimento de Cascalho para recuperação de estradas do Município de MAREMA”.

Pelo presente instrumento, de um lado, O MUNICÍPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. ADILSON BARELLA, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e do outro lado JANDIRA CAMILA FERNANDES, brasileira, agricultora, residente e domiciliado na Linha Baliza, portador do CPF n.º 083.248.889-50 denominado simplesmente CONTRATADA/CREDENCIADA, em decorrência, CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLAÚSULA PRIMEIRA – OBJETIVO**

1.1 A CREDENCIADA compromete-se a fornecer Cascalho de parte de sua propriedade, conforme condições mencionadas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e pelas demais normas técnicas.

1.2 O valor estabelecido para o credenciamento será de R\$ 1,20(Um real e vinte centavos) por metro cúbico de cascalho extraído da propriedade credenciada.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1 O presente pacto tem sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tem como prazo final o dia 05/09/2019.

**CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 Os pagamentos somente serão realizados mediante

a) Relatório emitido pelo Responsável da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos.

**CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.**

5.1 Entregar o Cascalho durante o prazo de vigência do Credenciamento, mediante a disponibilidade de área para extração do mesmo;

5.2 Fica ao inteiro encargo do CREDENCIADO a recuperação ambiental do local da retirada do objeto, obrigando-se este a efetuar, dentre outros, plantios de espécie florestais, a fim de evitar erosão e demais danos ao ambiente;

5.3 permite o livre acesso de máquinas, equipamentos e veículos necessários aos trabalhos de retirada e transporte do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO

6.1 A CREDENCIANTE exercerá através de sua equipe técnica, um acompanhamento de retirada e manterá um relatório das retiradas de cascalho, ambos devem estar assinados pelo Responsável e pelo proprietário do imóvel do qual será extraído o cascalho.

#### CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES.

7.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei

8.666/93 e alterações:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

e) Pela recusa em entregar as sementes ora contratado, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8666/93 e alterações.

#### CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

9.1 Efetuar o pagamento à Credenciada, de acordo com a forma e prazos estabelecidos no edital e presente termo.

9.2 Fiscalizar o cumprimento da execução do objeto.

#### CLAUSULA DECIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

10.2 No caso de rescisão do contrato ou extinção do programa, a credenciante honrará com todos os juros dos contratos já efetivados.

10.3 Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objetivo deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem previa e expressa autorização da CREDENCIANTE.

10.4 Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na entrega do objeto.

10.5 Quando ficar evidenciada incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.

10.6 Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

10.7 Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

11.1 Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das dotações orçamentárias para o exercício.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

12.1 Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e na Lei 8666/93 e posteriores alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem o Foro da comarca de Xaxim – SC, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados. Firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo,

por si e seus sucessores.

Marema-SC 06 de setembro 2018

Adilson Barella  
Prefeito Municipal  
Credenciante

Jandira Camilo Fernandes  
Credenciado

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Luiz Antônio Cipriani  
Procurador - geral OAB/SC – 35698

## **TERMO DE CREDENCIAMENTO 03/2018**

Publicação Nº 1774253

TERMO DE CREDENCIAMENTO 03/2018

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2018

“Objetivando o chamamento público para credenciamento de Interessados para Fornecimento de Cascalho para recuperação de estradas do Município de MAREMA”.

Pelo presente instrumento, de um lado, O MUNICÍPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. ADILSON BARELLA, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e do outro lado VALDECIR PAGANI, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado na Linha Carlos Gomes, portador do CPF n.º 669-823-599-72, denominado simplesmente CONTRATADA/CREDENCIADA, em decorrência, CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLAÚSULA PRIMEIRA – OBJETIVO**

1.1 A CREDENCIADA compromete-se a fornecer Cascalho de parte de sua propriedade, conforme condições mencionadas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e pelas demais normas técnicas.

1.2 O valor estabelecido para o credenciamento será de R\$ 1,20(Um real e vinte centavos) por metro cúbico de cascalho extraído da propriedade credenciada.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1 O presente pacto tem sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tem como prazo final o dia 05/09/2019.

### **CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 Os pagamentos somente serão realizados mediante

a) Relatório emitido pelo Responsável da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos.

### **CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.**

5.1 Entregar o Cascalho durante o prazo de vigência do Credenciamento, mediante a disponibilidade de área para extração do mesmo;

5.2 Fica ao inteiro encargo do CREDENCIADO a recuperação ambiental do local da retirada do objeto, obrigando-se este a efetuar, dentre outros, plantios de espécie florestais, a fim de evitar erosão e demais danos ao ambiente;

5.3 permite o livre acesso de máquinas, equipamentos e veículos necessários aos trabalhos de retirada e transporte do objeto.

### **CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO**

6.1 A CREDENCIANTE exercerá através de sua equipe técnica, um acompanhamento de retirada e manterá um relatório das retiradas de cascalho, ambos devem estar assinados pelo Responsável e pelo proprietário do imóvel do qual será extraído o cascalho.

**CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES.**

7.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES**

8.1 Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei

8.666/93 e alterações:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

e) Pela recusa em entregar as sementes ora contratado, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8666/93 e alterações.

**CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE**

9.1 Efetuar o pagamento à Credenciada, de acordo com a forma e prazos estabelecidos no edital e presente termo.

9.2 Fiscalizar o cumprimento da execução do objeto.

**CLAUSULA DECIMA – RESCISÃO CONTRATUAL**

10.1 Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

10.2 No caso de rescisão do contrato ou extinção do programa, a credenciante honrará com todos os juros dos contratos já efetivados.

10.3 Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objetivo deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem previa e expressa autorização da CREDENCIANTE.

10.4 Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na entrega do objeto.

10.5 Quando ficar evidenciada incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.

10.6 Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

10.7 Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

11.1 Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das dotações orçamentárias para o exercício.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS**

12.1 Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e na Lei 8666/93 e posteriores alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 As partes elegem o Foro da comarca de Xaxim – SC, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados. Firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Marema-SC 06 de setembro 2018

Adilson Barella  
Prefeito Municipal  
Credenciante

VALDECIR PAGANI  
Credenciado

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Luiz Antônio Cipriani  
Procurador - geral OAB/SC – 35698

## **TERMO DE CREDENCIAMENTO 04/2018**

Publicação Nº 1774254

TERMO DE CREDENCIAMENTO 04/2018

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2018

“Objetivando o chamamento público para credenciamento de Interessados para Fornecimento de Cascalho para recuperação de estradas do Município de MAREMA”.

Pelo presente instrumento, de um lado, O MUNICÍPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. ADILSON BARELLA, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e do outro lado GILBERTO FRANCISCO ZANCHET, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado na Linha 13 de maio, portador do CPF n.º 000.251.319-66, denominado simplesmente CONTRATADA/CREDENCIADA, em decorrência, CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO**

1.1 A CREDENCIADA compromete-se a fornecer Cascalho de parte de sua propriedade, conforme condições mencionadas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e pelas demais normas técnicas.

1.2 O valor estabelecido para o credenciamento será de R\$ 1,20(Um real e vinte centavos) por metro cúbico de cascalho extraído da propriedade credenciada.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1 O presente pacto tem sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tem como prazo final o dia 05/09/2019.

### **CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 Os pagamentos somente serão realizados mediante

a) Relatório emitido pelo Responsável da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos.

### **CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.**

5.1 Entregar o Cascalho durante o prazo de vigência do Credenciamento, mediante a disponibilidade de área para extração do mesmo;

5.2 Fica ao inteiro encargo do CREDENCIADO a recuperação ambiental do local da retirada do objeto, obrigando-se este a efetuar, dentre outros, plantios de espécie florestais, a fim de evitar erosão e demais danos ao ambiente;

5.3 permite o livre acesso de máquinas, equipamentos e veículos necessários aos trabalhos de retirada e transporte do objeto.

### **CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO**

6.1 A CREDENCIANTE exercerá através de sua equipe técnica, um acompanhamento de retirada e manterá um relatório das retiradas de cascalho, ambos devem estar assinados pelo Responsável e pelo proprietário do imóvel do qual será extraído o cascalho.

### **CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES.**

7.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES**

8.1 Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei

8.666/93 e alterações:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

e) Pela recusa em entregar as sementes ora contratado, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE**

9.1 Efetuar o pagamento à Credenciada, de acordo com a forma e prazos estabelecidos no edital e presente termo.

9.2 Fiscalizar o cumprimento da execução do objeto.

**CLAUSULA DECIMA – RESCISÃO CONTRATUAL**

10.1 Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

10.2 No caso de rescisão do contrato ou extinção do programa, a credenciante honrará com todos os juros dos contratos já efetivados.

10.3 Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objetivo deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem previa e expressa autorização da CREDENCIANTE.

10.4 Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na entrega do objeto.

10.5 Quando ficar evidenciada incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.

10.6 Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

10.7 Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

11.1 Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das dotações orçamentárias para o exercício.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS**

12.1 Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e na Lei 8666/93 e posteriores alterações.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 As partes elegem o Foro da comarca de Xaxim – SC, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados. Firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Marema-SC 06 de setembro 2018

Adilson Barella  
Prefeito Municipal  
Credenciante

Gilberto Francisco Zanchet  
Credenciado

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Luiz Antônio Cipriani  
Procurador - geral OAB/SC – 35698



**TERMO DE CREDENCIAMENTO 05/2018**

Publicação Nº 1774256

TERMO DE CREDENCIAMENTO 05/2018

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2018

“Objetivando o chamamento público para credenciamento de Interessados para Fornecimento de Cascalho para recuperação de estradas do Município de MAREMA”.

Pelo presente instrumento, de um lado, O MUNICÍPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. ADILSON BARELLA, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e do outro lado VALDOMIRO GARBIM, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado na Linha Barra do Golfo, portador do CPF n.º 665.831.369-53, denominado simplesmente CONTRATADA/CREDENCIADA, em decorrência, CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO**

1.1 A CREDENCIADA compromete-se a fornecer Cascalho de parte de sua propriedade, conforme condições mencionadas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e pelas demais normas técnicas.

1.2 O valor estabelecido para o credenciamento será de R\$ 1,20(Um real e vinte centavos) por metro cúbico de cascalho extraído da propriedade credenciada.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1 O presente pacto tem sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tem como prazo final o dia 05/09/2019.

**CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 Os pagamentos somente serão realizados mediante

a) Relatório emitido pelo Responsável da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos.

**CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.**

5.1 Entregar o Cascalho durante o prazo de vigência do Credenciamento, mediante a disponibilidade de área para extração do mesmo;

5.2 Fica ao inteiro encargo do CREDENCIADO a recuperação ambiental do local da retirada do objeto, obrigando-se este a efetuar, dentre outros, plantios de espécie florestais, a fim de evitar erosão e demais danos ao ambiente;

5.3 permite o livre acesso de máquinas, equipamentos e veículos necessários aos trabalhos de retirada e transporte do objeto.

**CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO**

6.1 A CREDENCIANTE exercerá através de sua equipe técnica, um acompanhamento de retirada e manterá um relatório das retiradas de cascalho, ambos devem estar assinados pelo Responsável e pelo proprietário do imóvel do qual será extraído o cascalho.

**CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES.**

7.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES**

8.1 Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei

8.666/93 e alterações:

a) Advertência;

- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.
- e) Pela recusa em entregar as sementes ora contratado, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8666/93 e alterações.

#### CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

9.1 Efetuar o pagamento à Credenciada, de acordo com a forma e prazos estabelecidos no edital e presente termo.

9.2 Fiscalizar o cumprimento da execução do objeto.

#### CLAUSULA DECIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

10.2 No caso de rescisão do contrato ou extinção do programa, a credenciante honrará com todos os juros dos contratos já efetivados.

10.3 Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objetivo deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem previa e expressa autorização da CREDENCIANTE.

10.4 Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na entrega do objeto.

10.5 Quando ficar evidenciada incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.

10.6 Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

10.7 Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

11.1 Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das dotações orçamentárias para o exercício.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

12.1 Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e na Lei 8666/93 e posteriores alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem o Foro da comarca de Xaxim – SC, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados. Firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Marema-SC 06 de setembro 2018

Adilson Barella  
Prefeito Municipal  
Credenciante

Valdomiro Garbim  
Credenciado

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Luiz Antônio Cipriani  
Procurador - geral OAB/SC – 35698

#### **TERMO DE CREDENCIAMENTO 06/2018**

Publicação Nº 1774261

TERMO DE CREDENCIAMENTO 06/2018

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2018

## INEXIGIBILIDADE Nº 02/2018

“Objetivando o chamamento público para credenciamento de Interessados para Fornecimento de Cascalho para recuperação de estradas do Município de MAREMA”.

Pelo presente instrumento, de um lado, O MUNICÍPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. ADILSON BARELLA, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e do outro lado DELIRES MARIA ZANCANARO, brasileira, agricultora, residente e domiciliado na Linha Baliza, portador do CPF n.º 659.411.109-44, denominado simplesmente CONTRATADA/CREDENCIADA, em decorrência, CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO

1.1 A CREDENCIADA compromete-se a fornecer Cascalho de parte de sua propriedade, conforme condições mencionadas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e pelas demais normas técnicas.

1.2 O valor estabelecido para o credenciamento será de R\$ 1,20(Um real e vinte centavos) por metro cúbico de cascalho extraído da propriedade credenciada.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017.

## CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 O presente pacto tem sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tem como prazo final o dia 05/09/2019.

## CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

4.1 Os pagamentos somente serão realizados mediante

a) Relatório emitido pelo Responsável da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos.

## CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.

5.1 Entregar o Cascalho durante o prazo de vigência do Credenciamento, mediante a disponibilidade de área para extração do mesmo;

5.2 Fica ao inteiro encargo do CREDENCIADO a recuperação ambiental do local da retirada do objeto, obrigando-se este a efetuar, dentre outros, plantios de espécie florestais, a fim de evitar erosão e demais danos ao ambiente;

5.3 permite o livre acesso de máquinas, equipamentos e veículos necessários aos trabalhos de retirada e transporte do objeto.

## CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO

6.1 A CREDENCIANTE exercerá através de sua equipe técnica, um acompanhamento de retirada e manterá um relatório das retiradas de cascalho, ambos devem estar assinados pelo Responsável e pelo proprietário do imóvel do qual será extraído o cascalho.

## CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES.

7.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei

8.666/93 e alterações:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

e) Pela recusa em entregar as sementes ora contratado, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8666/93 e alterações.

#### CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

9.1 Efetuar o pagamento à Credenciada, de acordo com a forma e prazos estabelecidos no edital e presente termo.

9.2 Fiscalizar o cumprimento da execução do objeto.

#### CLAUSULA DECIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

10.2 No caso de rescisão do contrato ou extinção do programa, a credenciante honrará com todos os juros dos contratos já efetivados.

10.3 Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objetivo deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem previa e expressa autorização da CREDENCIANTE.

10.4 Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na entrega do objeto.

10.5 Quando ficar evidenciada incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.

10.6 Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

10.7 Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

11.1 Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das dotações orçamentárias para o exercício.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

12.1 Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e na Lei 8666/93 e posteriores alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem o Foro da comarca de Xaxim – SC, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados. Firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Marema-SC 06 de setembro 2018

Adilson Barella  
Prefeito Municipal  
Credenciante

Delires Maria Zancanaro  
Credenciado

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Luiz Antônio Cipriani  
Procurador - geral OAB/SC – 35698

### TERMO DE CREDENCIAMENTO FMS 01/2018

Publicação Nº 1774243

TERMO DE CREDENCIAMENTO FMS 01/2018

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO FMS Nº 01/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO FMS Nº 14/2018

INEXIGIBILIDADE FMS Nº 02/2018

“Credenciar entidades prestadoras de serviços de Assistência à Saúde, para atender a demanda do município de Marema/SC, na área oftalmológica, Subtipo – Ótica, para fornecimento de óculos de Grau de acordo com a prescrição de médico Oftalmologista”

Pelo presente instrumento, de um lado, O MUNICÍPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. ADILSON BARELLA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.900.561/0001-28, neste ato representado pela Sra. JAQUELINI MORO, Secretária de Saúde, doravante denominado simplesmente doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e do outro lado KA FER & KA FER LTDA - ME, pessoa jurídica de direito inscrito no CNPJ Nº 75.816.926/0001-59, sediada na AV Plínio Arlindo de Nes, 1045, Centro de Xaxim - SC, denominado simplesmente CONTRATADA/CREDENCIADA, em decorrência, CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO FMS 01/2017 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO

1.1 A CREDENCIADA deverá disponibilizar os óculos imediatamente após o recebimento da ordem de fornecimento pelo CREDENCIANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, diretamente ao usuário portador da autorização.

1.2 Pelo fornecimento dos materiais objetos deste Edital de Credenciamento, o MUNICÍPIO pagará a Credenciada à quantia de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), valor unitário.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO FMS 01/2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 O presente pacto tem sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tem como prazo final o dia 12/09/2019.

#### CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

4.1 Os pagamentos somente serão realizados mediante

a) O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade, mediante a apresentação da nota fiscal que deverá conter todas as especificações do objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável.

#### CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.

5.1 Atender plenamente todas as solicitações da Secretaria Municipal Saúde;

5.2 Permitir a fiscalização do objeto pela Secretaria Municipal de Saúde, cumprir com todas as obrigações de natureza fiscais ou para fiscais que incidam ou venham incidir direta ou indiretamente no objeto;

5.3 Manter-se durante todo o período do contrato nas mesmas condições exigidas para habilitação e qualificação ao credenciamento;

#### CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO

6.1 O CONTRATANTE designa como Gestor e Fiscal deste Edital a servidora Sra. Jaqueline Moro, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização das entregas, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

As exigências e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

#### CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES.

7.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei

8.666/93 e alterações:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

e) Pela recusa em entregar as sementes ora contratado, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8666/93 e alterações.

#### CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

9.1 Efetuar o pagamento à Credenciada, de acordo com a forma e prazos estabelecidos no edital e presente termo.

9.2 Fiscalizar o cumprimento da execução do objeto.

#### CLAUSULA DECIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

10.2 No caso de rescisão do contrato ou extinção do programa, a credenciante honrará com todos os contratos já efetivados.

10.3 Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objetivo deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem previa e expressa autorização da CREDENCIANTE.

10.4 Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na entrega do objeto.

10.5 Quando ficar evidenciada incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.

10.6 Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

10.7 Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

11.1 Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das dotações orçamentárias para o exercício ou seja: FMS (11) 33.90.39.05.00.00.00.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

12.1 Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e na Lei 8666/93 e posteriores alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem o Foro da comarca de Xaxim – SC, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados. Firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Marema-SC 06 de setembro 2018

Adilson Barella  
Prefeito Municipal  
Credenciante

Jaqueline Moro  
Gestor Fiscal

Kafer & Kafer Ltda – Me  
Credenciada

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Luiz Antônio Cipriani  
Procurador - geral OAB/SC – 35698

#### **TERMO DE CREDENCIAMENTO FMS 02/2018**

Publicação Nº 1774245

TERMO DE CREDENCIAMENTO FMS 02/2018

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO FMS Nº 01/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO FMS Nº 14/2018

INEXIGIBILIDADE FMS Nº 02/2018



“Credenciar entidades prestadoras de serviços de Assistência à Saúde, para atender a demanda do município de Marema/SC, na área oftalmológica, Subtipo – Ótica, para fornecimento de óculos de Grau de acordo com a prescrição de médico Oftalmologista”

Pelo presente instrumento, de um lado, O MUNICÍPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. ADILSON BARELLA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.900.561/0001-28, neste ato representado pela Sra. JAQUELINI MORO, Secretária de Saúde, doravante denominado simplesmente doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e do outro lado TONI JOALHEIRO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito inscrito no CNPJ Nº 77.893.840/0001-55, sediada na Rua Rui Barbosa, 44, Centro de Xaxim - SC, denominado simplesmente CONTRATADA/CREDENCIADA, em decorrência, CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO FMS 01/2017 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO

1.1 A CREDENCIADA deverá disponibilizar os óculos imediatamente após o recebimento da ordem de fornecimento pelo CREDENCIANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, diretamente ao usuário portador da autorização.

1.2 Pelo fornecimento dos materiais objetos deste Edital de Credenciamento, o MUNICÍPIO pagará a Credenciada à quantia de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), valor unitário.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO FMS 01/2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 O presente pacto tem sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tem como prazo final o dia 12/09/2019.

#### CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

4.1 Os pagamentos somente serão realizados mediante

a) O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade, mediante a apresentação da nota fiscal que deverá conter todas as especificações do objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável.

#### CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.

5.1 Atender plenamente todas as solicitações da Secretaria Municipal Saúde;

5.2 Permitir a fiscalização do objeto pela Secretaria Municipal de Saúde, cumprir com todas as obrigações de natureza fiscais ou para fiscais que incidam ou venham incidir direta ou indiretamente no objeto;

5.3 Manter-se durante todo o período do contrato nas mesmas condições exigidas para habilitação e qualificação ao credenciamento;

#### CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO

6.1 O CONTRATANTE designa como Gestor e Fiscal deste Edital a servidora Sra. Jaqueline Moro, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização das entregas, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

As exigências e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

#### CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES.

7.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei

8.666/93 e alterações:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

e) Pela recusa em entregar as sementes ora contratado, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

9.1 Efetuar o pagamento à Credenciada, de acordo com a forma e prazos estabelecidos no edital e presente termo.

9.2 Fiscalizar o cumprimento da execução do objeto.

#### CLAUSULA DECIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

10.2 No caso de rescisão do contrato ou extinção do programa, a credenciante honrará com todos os contratos já efetivados.

10.3 Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objetivo deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem previa e expressa autorização da CREDENCIANTE.

10.4 Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na entrega do objeto.

10.5 Quando ficar evidenciada incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.

10.6 Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

10.7 Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

11.1 Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das dotações orçamentárias para o exercício ou seja: FMS (11) 33.90.39.05.00.00.00.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

12.1 Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e na Lei 8666/93 e posteriores alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem o Foro da comarca de Xaxim – SC, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados. Firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Marema-SC 13 de setembro 2018

Adilson Barella  
Prefeito Municipal  
Credenciante

Jaqueline Moro  
Gestor Fiscal

Toni Joalheiro LTDA - ME  
Credenciada

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Luiz Antônio Cipriani  
Procurador - geral OAB/SC – 35698

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO FMS 03/2018

Publicação Nº 1774248

TERMO DE CREDENCIAMENTO FMS 03/2018

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO FMS Nº 01/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO FMS Nº 14/2018

**INEXIGIBILIDADE FMS Nº 02/2018**

“Credenciar entidades prestadoras de serviços de Assistência à Saúde, para atender a demanda do município de Marema/SC, na área oftalmológica, Subtipo – Ótica, para fornecimento de óculos de Grau de acordo com a prescrição de médico Oftalmologista”

Pelo presente instrumento, de um lado, O MUNICÍPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. ADILSON BARELLA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.900.561/0001-28, neste ato representado pela Sra. JAQUELINI MORO, Secretária de Saúde, doravante denominado simplesmente doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e do outro lado OPTICA TOMAZELI LTDA, pessoa jurídica de direito inscrito no CNPJ Nº 14.958.767/0001-32, sediada na Rua rui Barbosa, 44, Centro de Xaxim - SC , denominado simplesmente CONTRATADA/CREDENCIADA, em decorrência, CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO FMS 01/2017 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO**

1.1 A CREDENCIADA deverá disponibilizar os óculos imediatamente após o recebimento da ordem de fornecimento pelo CREDENCIANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, diretamente ao usuário portador da autorização.

1.2 Pelo fornecimento dos materiais objetos deste Edital de Credenciamento, o MUNICÍPIO pagará a Credenciada à quantia de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), valor unitário.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO FMS 01/2017.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1 O presente pacto tem sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tem como prazo final o dia 12/09/2019.

**CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 Os pagamentos somente serão realizados mediante

a) O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade, mediante a apresentação da nota fiscal que deverá conter todas as especificações do objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável.

**CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.**

5.1 Atender plenamente todas as solicitações da Secretaria Municipal Saúde;

5.2 Permitir a fiscalização do objeto pela Secretaria Municipal de Saúde, cumprir com todas as obrigações de natureza fiscais ou para fiscais que incidam ou venham incidir direta ou indiretamente no objeto;

5.3 Manter-se durante todo o período do contrato nas mesmas condições exigidas para habilitação e qualificação ao credenciamento;

**CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO**

6.1 O CONTRATANTE designa como Gestor e Fiscal deste Edital a servidora Sra. Jaqueline Moro, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização das entregas, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

As exigências e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

**CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES.**

7.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES**

8.1 Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei

8.666/93 e alterações:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

e) Pela recusa em entregar as sementes ora contratado, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8666/93 e alterações.

#### CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

9.1 Efetuar o pagamento à Credenciada, de acordo com a forma e prazos estabelecidos no edital e presente termo.

9.2 Fiscalizar o cumprimento da execução do objeto.

#### CLAUSULA DECIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

10.2 No caso de rescisão do contrato ou extinção do programa, a credenciante honrará com todos os contratos já efetivados.

10.3 Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objetivo deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem previa e expressa autorização da CREDENCIANTE.

10.4 Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na entrega do objeto.

10.5 Quando ficar evidenciada incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.

10.6 Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

10.7 Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

11.1 Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das dotações orçamentárias para o exercício ou seja: FMS (11) 33.90.39.05.00.00.00.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

12.1 Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 01/2017, e na Lei 8666/93 e posteriores alterações.

#### CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem o Foro da comarca de Xaxim – SC, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados. Firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Marema-SC 13 de setembro 2018

Adilson Barella  
Prefeito Municipal  
Credenciante

Jaqueline Moro  
Gestor Fiscal

Optica Tomazeli LTDA  
Credenciada

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Luiz Antônio Cipriani  
Procurador - geral OAB/SC – 35698

# Massaranduba

## PREFEITURA

### CONTRATO ADITIVO 19.2015 AD 07 - UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Publicação Nº 1774237

SÉTIMO TERMO DE ADITAMENTO (19/7) AO CONTRATO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL (UNIFLEX ESTADUAL CO-PARTICIPAÇÃO 50%) Nº 19/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

Pelo presente contrato, que entre si celebram a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Otto Boehm, número 478, bairro Centro, município de Joinville, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 76.590.884/0001-43, neste ato representada pelo SR. ALBERTO GUGELMIN NETO, inscrito no CPF sob o nº 774.008.449-20, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Federal 8.666/93, as partes de comum acordo tem justas as seguintes cláusulas contratuais.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prorrogação da contratação de plano de saúde coletivo empresarial através de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de assistência médica de natureza clínica, cirúrgica, hospitalar e ambulatorial e ainda outros serviços auxiliares de diagnósticos e de terapia para atendimento dos agentes públicos municipais ativos e seus dependentes, incluindo os exercentes de cargos eletivos, em comissão e os contratados temporariamente, bem como os inativos vinculados ao regime próprio de previdência social – RPPS, em conformidade ao edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

2.1. O contrato vigorará por 30 (trinta) dias a partir de sua assinatura. Neste ínterim, não haverá aplicação de reajuste anual, porém, permanecem os reajustes de faixa-etária e sinistralidade previstos no contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93, admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, tem-se a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

3.2. A assinatura do presente termo de aditamento está amparada no § 1º, incisos I e IV, do art. 57 da Lei Federal 8.666/93. As demais cláusulas do CONTRATO Nº 19/2015 permanecem inalteradas.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 03 de outubro de 2018.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)	UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ARMINDO SESAR TASSI	ALBERTO GUGELMIN NETO
CONTRATANTE	CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI	ELTRIDA FRITZKE VOELZ
CPF: 452.293.509-97	CPF: 489.697.029-20

### RETIFICAÇÃO DO CONTRATO 04.2018 - ASSOCIACAO ADMINISTRADORA DO PROCESSO DE REDISTRIBUICAO E DIGITALIZACAO DE CANAIS DE TV E RTV

Publicação Nº 1774234

#### ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 04/2018

Acordo de Cooperação que entre si celebram a Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD) e a Prefeitura de Massaranduba (SC), visando à atuação coordenada desses entes no âmbito da política de implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD).

(i) ASSOCIAÇÃO ADMINISTRADORA DO PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE CANAIS DE TV E RTV ("EAD"), inscrita no CNPJ/MF nº 22.138.834/0001-09, com sede na Rua George Ohm, 230, 17º andar, Torre A, Cidade Monções, São Paulo, SP, neste ato representada por seu Diretor Geral, ANTÔNIO CARLOS MARTELLETO, brasileiro, divorciado, engenheiro eletrônico, inscrito no CPF/MF sob o nº 606.799.057-15, portador da cédula de identidade nº 28.663.797-2, e

(ii) PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.108-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Armindo Sesar Tassi, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 19/R-1589858, SSP/SP e do CPF nº 664.790.539-15, celebram o presente Acordo de Cooperação que observará a Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e o Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016, no que couber, tendo como justas e acordadas as cláusulas e condições seguintes:

#### DO OBJETO

Cláusula Primeira. O Acordo tem por objeto a conjugação de esforços das instituições signatárias, na intenção de promover ações coordenadas de informação, sensibilização e preparo da população de Massaranduba para o processo de transição ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), estabelecendo e disciplinando a responsabilidade de cada partícipe.

#### DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula Segunda. São obrigações da EAD, respeitadas as suas competências legais:

I – prover as informações solicitadas pela PREFEITURA DE MASSARANDUBA a respeito da execução das atividades previstas no Plano de Trabalho do Acordo, assim como outras relacionadas ao processo de transição ao SBTVD;

II – disponibilizar os materiais informativos e de divulgação para a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo;

III – promover o treinamento dos profissionais e colaboradores que atuarão nos projetos de divulgação e mobilização, conforme Plano de Trabalho deste Acordo;

IV – executar as atividades e projetos de divulgação e mobilização previstos no Plano de Trabalho deste Acordo; e

V – designar formalmente um ou mais profissionais responsáveis pelo acompanhamento e execução das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo.

Cláusula Terceira. São obrigações da Prefeitura de Massaranduba:

I – prover as informações necessárias para a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo;

II – permitir e apoiar o treinamento e a capacitação dos profissionais e colaboradores que atuarão nos projetos de divulgação e mobilização, conforme Plano de Trabalho deste Acordo;

III – colaborar nas ações de divulgação informações e distribuição de materiais informativos em espaços públicos, conforme Plano de Trabalho deste Acordo;

IV – colaborar no desenvolvimento de projetos pedagógicos nas escolas públicas, de modo a conscientizar alunos, pais e professores acerca da transição ao SBTVD, conforme Plano de Trabalho deste Acordo;

V – apoiar a aproximação das equipes da EAD junto às Secretarias Municipais, Administrações Regionais, Prefeituras comunitárias, Associações de Moradores, Sindicatos e afins, com vistas a facilitar a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo; e

VI – designar formalmente um ou mais profissionais responsáveis pelo acompanhamento e execução das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo.

#### DA EXECUÇÃO

Cláusula Quarta. A execução deste Acordo seguirá o previsto no Plano de Trabalho anexo.

Cláusula Quinta. Os profissionais formalmente designados para o acompanhamento e execução deste Acordo atuarão de forma conjunta, estabelecendo as prioridades conforme as reais possibilidades de execução, coordenando e avaliando os trabalhos.

Cláusula Sexta. A fiscalização deste Acordo será responsabilidade comum dos partícipes.

#### DOS RECURSOS

Cláusula Sétima. O Acordo não contempla transferência de recursos financeiros entre os partícipes, devendo cada um deles arcar com os custos necessários ao cumprimento de suas atribuições.

#### DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO

Cláusula Oitava. O Acordo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado em comum acordo entre os partícipes.

Cláusula Nona. Em caso de prorrogação, deve constar do Termo Aditivo o Plano de Trabalho a ser executado durante o período adicional.

Cláusula Décima. O Acordo poderá ser alterado durante a sua vigência, em comum acordo entre os partícipes, mediante a formalização de Termo Aditivo devidamente justificado, vedado o desvirtuamento da natureza do objeto pactuado.



**DA DENÚNCIA E RESCISÃO**

Cláusula Décima Primeira. Os partícipes poderão denunciar o Acordo, a qualquer tempo, de comum acordo ou unilateralmente, devendo, neste último caso, ser a denúncia formalizada, mediante comunicação com prova de recebimento e antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, conforme disposto no inciso XVI, do art. 42, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

**DA PUBLICIDADE**

Cláusula Décima Segunda. A PREFEITURA DE MASSARANDUBA deverá dar publicidade e promover a transparência das informações referentes à celebração e à execução do Acordo, por meio de divulgação no seu sítio eletrônico oficial.

Parágrafo primeiro. A EAD deverá divulgar na Internet e em locais visíveis de suas sedes sociais as informações referentes à celebração e à execução do Acordo, nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ/MF e descrição do objeto da parceria.

**DAS PENALIDADES**

Cláusula Décima Terceira. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

**DO FORO**

Cláusula Décima Quarta. O Foro para dirimir quaisquer litígios na execução do Acordo, que não possam ser compostos pela mediação, é o de São Paulo.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por estarem de acordo com as condições e cláusulas aqui estabelecidas, os signatários firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

São Paulo, 05 de setembro de 2018

EAD

Antonio Carlos Martelletto  
Diretor Geral

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI  
Prefeito

Testemunhas:

MARCELA MOREIRA DA SILVA PRAWUTZKI	CLEUNICE CONZATTI ULLER
CPF: 198.512.038-07	CPF: 988.652.269-00

**PLANO DE TRABALHO**

(ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO ADMINISTRADORA DO PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE CANAIS DE TV E RTV E A PREFEITURA DE MASSARANDUBA)

**1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Atuação conjunta para promover ações coordenadas de informação, sensibilização e preparo da população para o processo de transição ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital, minimizando, em especial, o impacto do desligamento da transmissão analógica da televisão, programado para ocorrer em 05 de dezembro de 2018.

**2. DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

B. Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de canais de TV e RTV (EAD)

C. Prefeitura de Massaranduba (SC)

C.1 – Secretaria de Assistência Social

C.2 – Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo

C.3 – Secretaria de Saúde

C.4 – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

**3. DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DE DESIGNAÇÃO DE PROFISSIONAIS E COLABORADORES**

Os profissionais e colaboradores responsáveis pelo acompanhamento e execução do presente Acordo de Cooperação, bem como aqueles que estarão envolvidos na execução das atividades de divulgação e mobilização previstas neste Plano de Trabalho devem ser indicados por cada partícipe dentro do prazo de 7 (sete) dias a contar da celebração do presente Acordo de Cooperação.

**4. DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DE PROVIMENTO DE INFORMAÇÕES**

Os pedidos de informação devem ser respondidos, preferencialmente, em até 7 (sete) dias. Caso a natureza e/ou a complexidade da matéria demandem um prazo maior, o partícipe requerido deve informar ao requisitante o tempo que será necessário.

**5. DAS ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO**

Estão previstas a realização das seguintes ações e projetos no âmbito deste Acordo de Cooperação:

Secretaria	Nome do Projeto	O que consiste	Data da Execução	Atribuições das partes
Desenvolvimento/ Assistência Social	Kit Digital Gratuito	Ativação dos Cras e Creas para orientações e atendimento a famílias de menor renda, cadastradas no CadÚnico. Distribuição de materiais sobre o desligamento e formação de servidores a fim de que estejam preparados para orientar a população do município.	Setembro a Dezembro de 2018	Seja Digital: envio constante de materiais, capacitação dos servidores, acompanhamento periódico dos atendimentos e; realização de ações conjuntas  Secretaria: designar um responsável para fazer a interlocução com a Seja Digital e, definir, conjuntamente, a melhor forma de orientação e atendimento a população nos CRAS, CREAS e demais espaço envolvidos da assistência social.
Desenvolvimento/ Assistência Social	Projeto TV Digital Para Todos: idosos e pessoas com deficiência	Identificar estratégias para levar informação sobre o desligamento, especialmente para idosos e pessoas com deficiência. Estabelecer parceria com os Centros de Convivência do Idoso para captar voluntários	Setembro a Dezembro de 2018	Seja Digital: envio constante de materiais, capacitação dos servidores que trabalham/atendem idosos e pessoas com deficiência e acompanhamento periódico dos atendimentos  Secretaria: designar um responsável para fazer a interlocução com equipe da Seja Digital com intuito de definir envolvidos e calendário de formações, além de comunicar os Centros de Convivência do Idoso sobre a chegada da Seja Digital
Secretaria de Educação	Projeto TV Digital Para Todos: crianças, jovens e suas famílias	Distribuir materiais sobre o desligamento e formar os servidores para darem orientação correta às famílias das crianças e jovens atendidos nas creches e escolas municipais	Setembro a Dezembro de 2018	Seja Digital: envio constante de materiais, capacitação dos servidores e acompanhamento periódico dos atendimentos  Secretaria: designar um responsável para fazer a interlocução com a equipe da Seja Digital e definir as escolas participantes, e calendário de capacitações, bem como comunicar às escolas que a distribuição de materiais irá acontecer
Secretaria de Saúde	Campanha Porta a Porta	Formação dos agentes comunitários de saúde para orientação da população atendida pela sua área/unidade	Setembro a Dezembro de 2018	Seja Digital: envio constante de materiais, capacitação dos agentes comunitários de saúde e acompanhamento periódico dos atendimentos  Secretaria: designar um responsável para fazer a interlocução e contribuir na organização das formações dos agentes de saúde

Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente	Projeto Seja Sustentável	Campanha de conscientização e oportunidades para destinação correta dos equipamentos eletrônicos em especial as TVs antigas	Setembro a Dezembro de 2018	Seja Digital: desenvolver conjuntamente ações para destinação adequada de resíduos eletro-eletrônicos  Secretaria: designar um responsável para tratar do tema e ajudar a pensar estratégias de atuação
Secretaria de Cultura	Apoio e Eventos	Ofertar oportunidades de intervenção e desenvolvimento de ações no calendário de eventos da cidade.	Setembro a Dezembro de 2018	Seja Digital: desenvolver conjuntamente ações, distribuição de materiais e atendimento gratuito à população  Secretaria: designar um responsável para fazer a interlocução com a Seja Digital e contribuir com as informações e definição das estratégias de atuação mais adequadas para o município
Secretaria de Esportes	Apoio e Eventos Esportivos	Ofertar oportunidades de intervenção e desenvolvimento de ações no calendário de eventos esportivos da cidade.	Setembro a Dezembro de 2018	Seja Digital: desenvolver conjuntamente ações, distribuição de materiais e atendimento gratuito à população  Secretaria: designar um responsável para fazer a interlocução com a Seja Digital e contribuir com as informações e definição das estratégias de atuação mais adequadas para o município

Toda comunicação envolvendo a distribuição de kits ou o desligamento do sinal analógico de TV deve ser feita em acordo com a Seja Digital.

#### 6. DA ALTERAÇÃO

Este Plano de Trabalho poderá ser revisto, em comum acordo entre os partícipes, mediante a formalização de Termo Aditivo devidamente justificado.

São Paulo, 05 de setembro de 2018

EAD  
Antonio Carlos Martelletto  
Diretor Geral

PREFEITURA DE MASSARANDUBA  
ARMINDO SESAR TASSI  
Prefeito

**Matos Costa****PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 34/2018**

Publicação Nº 1774239

EXTRATO CONTRATUAL Nº 34/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA - SC

CONTRATADA: PORTALMAQ COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E INDÚSTRIA LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.414.079/0001-04.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2018

VALOR R\$: 20.550,00 (vinte mil, quinhentos e cinquenta reais)

Vigência: INICIO: 10/10/2018 TÉRMINO: 31/12/2018

Dotação: (141) 4.4.90.00.00.00.00.1189 – Aplicações Diretas - Ampliação da Patrulha Agrícola

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRÍCOLA - PLANTADEIRA HIDRÁULICA COM 03 (TRÊS) LINHAS PARA PLANTIO DIRETO, COM DISCO DE CORTE E SULCADOR, DESTINADA PARA O MUNICÍPIO DE MATOS COSTA.

Matos Costa, 10 de outubro de 2018. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal

**PORTARIA 576/2018**

Publicação Nº 1774640

PORTARIA Nº 576/2018 – De 08 de Outubro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - AFASTAR a servidora FERNANDA APARECIDA BLEIXUVEHL, investida no cargo de provimento em carreira, do grupo ocupacional PROFISSIONAL, na categoria funcional de ENFERMEIRA, licença para tratamento de saúde a contar do dia 06/10/2018, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012 e com a Lei do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 08 de Outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA

Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL

Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 577/2018**

Publicação Nº 1774643

PORTARIA Nº 577/2018 – De 08 de Outubro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ARLETE TORREZAN, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de PROFISSIONAL na categoria funcional de ASSISTENTE SOCIAL, 55 (cinquenta e cinco) dias de Licença Prêmio Proporcional, referente ao período aquisitivo proporcional de 22.05.2006 a 26.06.2012, a serem gozados entre os dias 08.10.18 à 01.12.18, de conformidade com o insculpido no art. 241, § 1º, c/c art. 242 e art. 134, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 08 de Outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA  
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 578/2018

Publicação N° 1774646

PORTARIA N° 578/2018 – De 08 de Outubro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JOSE DANIEL SMEK, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE CONSTRUÇÃO CIVIL, 18 (dezoito) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 26.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 08.10.18 à 25.10.18, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 08 de Outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA  
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 579/2018

Publicação N° 1774648

PORTARIA N° 579/2018 – De 08 de Outubro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora SOLANGE DE FATIMA RODRIGUES DE SOUZA, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTÉRIO do grupo ocupacional do MAGISTÉRIO SEM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR SEM HABILITAÇÃO, 75 (setenta e cinco) dias de Licença Prêmio, relativas ao período aquisitivo de 02.03.2008 à 02.03.2013, a serem gozadas entre os dias 08.10.18 a 21.12.18, de conformidade com o insculpido no inciso VI, do art. 39, da Lei Complementar Municipal nº. 013/2007, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 08 de Outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA  
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 580/2018

Publicação Nº 1774653

PORTARIA Nº 580/2018 – De 08 de Outubro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora JOSIANE ROSALY BENDLIN MARIANO, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional TECNICO na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II, 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º23/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 08 de Outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA  
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 581/2018

Publicação Nº 1774656

PORTARIA Nº 581/2018 – De 10 de Outubro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado a Senhorita JAINE MACHADO, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional do TECNICO para a categoria funcional de AUXILIAR EDUCACIONAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de conformidade com o Processo Seletivo nº001/2017, ficando a mesma designada para desempenhar suas funções junto as Escolas Municipais da sede do Município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 10 de Outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA  
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09



**PORTARIA 582/2018**

Publicação Nº 1774659

PORTARIA Nº 582/2018 – De 10 de Outubro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora SALETE DE CASTILHGO, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS- AMUS, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 10.10.18 a 08.11.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 10 de Outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA  
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

# Modelo

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2376/2018

Publicação Nº 1774939

LEI COMPLEMENTAR Nº 2376/2018 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

REGULAMENTA A COTA DE PARTICIPAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-COSIP, RELATIVO AOS IMOVEIS NÃO EDIFICADOS, E DEMAIS DISPOSIÇÕES DAS LEIS MUNICIPAIS NºS 1522/2002 E 1549/2003, CONFORME ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais,

Em especial Considerando as Leis Municipais NºS 1522/2002 E 1549/2003,

FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei regulamenta a cobrança da COSIP – Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, instituída pela Lei Municipal nº 1522/2002, alterada pela Lei Municipal Complementar nº 1549/2003, estabelece condições para os imóveis não edificadas, para custeio das despesas com a energia elétrica consumida e com a operação, manutenção, eficientização e ampliação do serviço de iluminação pública.

Art. 2º - A contribuição incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse, a qualquer título, de imóveis situado no território do Município de Modelo SC, observadas as disposições desta lei.

Parágrafo Único – O valor da COSIP, será lançada mensalmente para os imóveis possuem ligação de energia elétrica e anualmente para os que não possuem.

Art. 3º- Sujeito passivo da COSIP é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel que seja beneficiário da iluminação pública, seja imóvel urbano, e esteja o imóvel utilizando energia elétrica, ou não, ou seja, edificado ou não, ou ainda, o usuário do chamado "mercado livre", que adquire a energia fora do sistema tradicional, situado no território do Município de Modelo SC.

§ 1º - É sujeito passivo solidário da COSIP, o locatário e comodatário de imóvel abrangido por esta Lei.

§ 2º - O Lançamento da contribuição poderá ser feito indicando como obrigado quaisquer dos sujeitos passivos solidários.

Art. 4º Os proprietários de imóveis urbanos sem ligação a rede de energia elétrica e de terrenos baldios urbanos, pagarão a cota da COSIP - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, através do lançamento realizado no carnê de IPTU.

Parágrafo Único - Excluem-se da participação da COSIP o Poder Público em relação aos prédios de seu próprio uso, autarquias municipais, institutos municipais e as entidades sem fins lucrativos, as demais órgãos elencados nas imunidades constitucionais e imóveis situados na Zona Rural e de Expansão Urbana, conforme Plano Diretor do Município de Modelo SC.

Art. 5º – O valor da COSIP sobre imóveis não edificadas, localizados nos setores, conforme Planta de Valores do Município de Modelo, sendo nos 1 e 2, fica estabelecido no valor de R\$ 99,00 (Noventa e nove reais) anual, e nos demais setores e áreas de chácaras e demais, inscritas no cadastro imobiliário do Município e situadas no perímetro urbano, na MEUM e MEUR, conforme Plano Diretor será de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais) anual, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2019.

Art. 6º - O Lançamento da cobrança da COSIP - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública de imóveis não edificadas e sem ligação de energia elétrica, será feita através do carnê do IPTU e seus valores atualizados e parcelados nas mesmas condições em que for parcelado o IPTU.

§ 1º- O montante devido e não pago da COSIP será inscrito em dívida ativa após a verificação da inadimplência, até 31 de dezembro de cada exercício, observadas as disposições legais.

§ 2º - Aos valores lançados e não pagos no vencimento, será aplicado os encargos de atualização, multas e juros, conforme previstos no Código Tributário Municipal

Art. 7º - As atualizações, reajuste da COSIP - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, de imóveis não edificadas e sem ligação de energia elétrica, será efetuada anualmente, nos índices oficiais aplicados aos demais tributos, através de Decreto até o limite do percentual apurado pelo índice oficial, nos doze meses anteriores ao lançamento e por Lei Municipal quando superior ao índice oficial estabelecido.

Art. 8º - - Constituem fato gerador da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP:

I – O Consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica mediante ligação regular de energia elétrica no território da Zona Urbana, estabelecida no Plano Diretor, do Município de Modelo SC;

II – A propriedade Imobiliária de imóvel urbano, não edificado, que não disponha de ligação regular de energia elétrica.

Art. 9º – Ficam isentos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, conforme disposto na Lei Municipal 1549/2003:

I – As classes de consumo rural.

Parágrafo Único – Excetua-se desta isenção, os imóveis edificadas e não edificadas, sendo chácaras e outros rurais, localizados no perímetro urbano, na MEUM e MEUR, conforme Plano Diretor do Município e inscritos no Cadastro Imobiliário do Município de Modelo SC, sendo os lançamentos efetuados conforme Art. 5º e demais disposições desta Lei.

Art. 10 - As concessionárias assumem responsabilidade tributária pelo correto lançamento, recolhimento e transferência da arrecadação da COSIP junto a seus consumidores.

Art. 11 - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado, através de Decreto Municipal, dispor sobre a regulamentação, a forma de operacionalização da cobrança e demais, observadas as disposições legais, para efetiva operacionalização e implantação desta Lei.

Art.12 - As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias, suplementadas se necessário.

Art.13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos com vigência a partir de 01 de janeiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo / SC,  
aos 18 de setembro de 2018  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

## **LEI MUNICIPAL Nº 2375/2018**

Publicação Nº 1774932

LEI MUNICIPAL Nº 2375/2018 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em atendimento ao § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000,

Ricardo Luiz Maldaner, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, Faz Saber, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

### **DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º - O Orçamento do Município de Modelo - SC, para o exercício de 2019, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração pública municipal extraída do plano

Plurianual vigente;

II – a estrutura e organização dos orçamentos fiscal e de seguridade;

III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições sobre operação de crédito e dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos sociais e políticas de recursos humanos;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII – as disposições gerais.

Parágrafo Único – Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, elaborados de acordo com a Portaria 637 de 18/10/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional STN, determinados pela Lei Complementar Federal 101/00.

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA 2019**

Art.2º As ações prioritárias e as respectivas metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2019 são as constantes do Anexo de Metas e Prioridades desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual vigente, e suas alterações, cujas dotações necessárias ao cumprimento das metas terão precedência no projeto e na lei orçamentária.

Art.3º Na elaboração da proposta orçamentária de 2019 e durante a sua execução, o Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita estimada, em virtude de reprogramação das receitas e despesas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art.4º Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019, constantes nos Anexos desta Lei ou nas alterações posteriores.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE**

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadas, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF 02/2012 e demais disposições vigentes.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º - Para efeito do disposto no artigo 16, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento ou em cada objetivo, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I, do artigo 24, da Lei Federal Nº 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, §3º, da LRF).

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2019, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos como Unidades Orçamentárias e/ou Fundos próprios, como da Saúde e Assistência Social, sendo estruturado de conformidade com a Estrutura Organizacional do Município e suas alterações, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa ser registrada na modalidade total no sistema integrado da administração municipal.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2019, evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificando com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG Nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta STN/SOFF Nº02/2012 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - demonstrativo da evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e origem - recursos de todas as fontes;

II - demonstrativo da evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas e grupos de natureza de despesa;

III - resumo das receitas orçamentárias, fiscal e de seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV - resumo das despesas orçamentárias, fiscal e de seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa;

V - demonstrativo da receita e despesa orçamentárias fiscal e de seguridade social, conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo 1, Adendo II, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI - demonstrativo de receita e despesas orçamentárias, fiscal e de seguridade social, conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo 2,

Adendo III, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VII - demonstrativo da natureza das despesas orçamentárias, fiscal e de seguridade social, segundo Poder e órgão, conforme modelo Anexo 2, Adendo

III, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VIII - programa de trabalho, conforme Anexo 6, Adendo V, da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85;

IX - programa de trabalho de Governo - demonstrativo de despesa por funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, conforme Anexo 7, Adendo VI, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

X - demonstrativo da despesa por funções, subfunções, programas, conforme o vínculo com os recursos, Anexo 8, Adendo VII, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

XI - demonstrativo da despesa por órgãos e funções, conforme Anexo 9, Adendo VIII, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

XII - demonstrativo de memória de cálculo da Receita Corrente Líquida; e

XIII - demonstrativo das fontes de recurso da Administração Direta e Indireta por entidade.

§ 1º - Os Fundos Municipais integrarão o Orçamento Geral do Município através de unidades orçamentárias dentro das respectivas Secretarias e/ou individualizados como Fundos próprios/Unidades Gestoras.

§ 2º - O Anexo VIII- Programa de Trabalho fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, e atualizações, e Portaria Conjunta STN/SOF 02/2012 e alterações, admitindo o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividades ou operações especiais, definindo por esta Lei como categoria de programação.

§ 3º - As fontes de recursos mesmo que gerenciais, identificadas na despesa do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias.

§ 4º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária atenderá o disposto no inciso I, do artigo 22, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§ 5º - Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços correntes da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 6º - O Executivo Municipal enviará à Câmara de Vereadores o projeto de lei orçamentária e dos créditos adicionais, quando for o caso, com sua despesa discriminada por categoria econômica, por grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, no mínimo.

§ 7º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. (Art. 5º, Inciso II, da LRF)

Art. 8º - O Orçamento dos Fundos Especiais, no que couber, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto nesta Lei.

Art. 9º. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, de conformidade com a Lei orgânica Municipal e Regimento interno, suas respectivas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos em lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

### CAPITULO III

### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

## Seção I Das Diretrizes Gerais

Art.10. A elaboração do projeto da lei orçamentária de 2019, a aprovação e a execução da respectiva Lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, o equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, observando-se o princípio da publicidade, inclusive divulgação em sítio eletrônico, e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos.

§1º Fica o Executivo Municipal autorizado a transformar os Fundos Municipais de Unidades Gestoras em Unidades Orçamentárias, em conformidade com orientações do Tribunal de Contas de Santa Catarina, da Controladoria Geral do Município e da Secretaria Municipal da Fazenda ou correlatas.

§2º As despesas poderão ser desdobradas em menor nível de programação, por elemento, buscando facilitar o controle e a execução orçamentária, caso a lei orçamentária anual não o faça.

§ 3º - Os Orçamentos para o exercício de 2019 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte de destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos (Arts. 1º, § 1º, 4º, I, "a" e 48 da LRF);

§ 4º Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central/dos Fundos próprios, e estas, por sua vez, vinculadas as Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas no orçamento da respectiva unidade/fundo.

§ 5º – Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados como ordenadores da despesa os presidentes dos conselhos municipais dos respectivos fundos ou servidores municipais, observadas as disposições legais de cada fundo.

§6º O Poder Legislativo poderá realizar audiências públicas durante a apreciação da Proposta Orçamentária de 2019, que contarão com a participação da comunidade em geral.

Art.11. O projeto de alteração da Lei Orçamentária poderá incluir, além das que estejam no Anexo de Prioridades desta Lei, outras ações e programas constantes do Plano Plurianual vigente, e suas alterações, ou que tenham sido objeto de leis específicas.

Art.12. O controle de custos será apurado através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e", da LRF)

Art.13. A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter dispositivo para regular a abertura de crédito adicional suplementar, bem como, autorização prévia para anulação e suplementação, nos termos dos artigos 7º, 43 e 66, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

Art.14. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, §5º, da LRF)

Art.15. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019, com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único, e 50, I, da LRF)

Art.16. A apuração do Excesso de Arrecadação de que trata o artigo 43, §3º, da Lei Federal Nº 4.320/64, será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único, e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC Federal Nº 101/2000.

Art.17. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no artigo 17. (Art. 8º, § único, e 50, I, da LRF)

Art. 18 - A compensação de que trata o artigo 17 § 2 da Lei Complementar n. 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no anexo I.12, observando o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 19 - Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 20 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF):

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, que ainda não comprometidos;

II – Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

III – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

IV – Dotação para combustíveis destinados a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

V- Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

VI - Eliminação de vantagens concedidas a servidores e redução e conforme os setores, até a eliminação das despesas com horas extras;

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 21 – As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2017, poderão ser expandidas em até 60%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2019, conforme demonstrado no Anexo I.5 desta Lei (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 22 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei (art. 4º § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 23 – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento das receitas e despesas em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras e Fundos, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do



exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

## Seção II

### Da Estimativa da Receita

Art. 24 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2019, constante do Anexo de metas fiscais desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Parágrafo único. A renúncia de receita superior ao montante estimado para o exercício de 2019 será acompanhada de medidas de compensação, nos termos no inciso II, do artigo 14, da Lei Complementar Federal Nº 101/00.

Art.25. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário poderão ser cancelados, ou dispensados o ajuizamento, mediante Lei específica, não se constituindo renúncia de receita para os efeitos do disposto no artigo 14, da Lei Complementar Federal Nº 101/2000. (Art. 14, §3º, da LRF)

Art.26. O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serão objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, se não estiverem previstos na LOA – Lei orçamentária Anual. (Art. 14, da LRF)

Art.27. Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, atendendo ao disposto no artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, da LRF)

Art.28. O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá promover programas de recuperação fiscal voltados ao incremento das receitas.

Art.29. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12, da LRF)

## Seção III

### Da programação da Despesa

Art. 30 – Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 17, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/1993, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 31 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Art. 32 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 33 – A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações.

§ 1º– A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da Constituição Federal)

§ 2º - O remanejamento orçamentário para os Fundos, através de anulação parcial ou total de dotações da Administração Direta, quando for de uma unidade gestora para outra serão realizados somente com autorização específica do Poder Legislativo.

§ 3º Os recursos de convênios e operações de créditos não previstos nos orçamentos da receita poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 4º Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receita e despesa.

Art. 34 – Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, incluído nas prioridades para o exercício de 2018. (Art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 35 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigos 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I “e” da LRF)

Parágrafo Único – Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, “e” da LRF).

Art. 36 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesas em categoria de programação ou elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação

Art.37. Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado especificada no Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do artigo 17, da Lei Complementar Federal Nº 101/00.

Art.38. Não serão programados novos projetos:

- I - por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;
- II - que não possuam viabilidade técnica, econômica e financeira;



III - sem antes ter assegurado recursos para a conservação do patrimônio público, na forma do artigo 45, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

Parágrafo único. No caso de projetos executados por força de operações de crédito, convênios, ajustes ou acordos, não haverá necessidade de redução ou anulação de outros projetos.

Art.39. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária, exceto em relação aos processos administrativos licitatórios na modalidade Pregão, para Registro de Preços.

Art.40. O Poder Legislativo terá como limite máximo da despesa para 2019 a proposta orçamentária encaminhada ao Poder Executivo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor decorrente da aplicação dos critérios estabelecidos no inciso II, artigo 29-A, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional Nº 58, de 23 de setembro de 2009.

Parágrafo único. O Executivo Municipal efetuará os repasses financeiros, observado o limite fixado nas cotas mensais, conforme o valor fixado da despesa e observância do ato de limitação de empenho.

#### Seção IV

Da autorização para transferência de recursos

Art. 41 – Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a transferência de recursos do Tesouro Municipal, as entidades privadas do Município de Modelo - SC, que sejam de caráter educativo, assistencial, social, de saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, comunitário e outras de interesse público. (Art. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

Art.42 O Município contribuirá na forma de legislação própria, para os fundos Municipais e os especiais.

Art.43 As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas nos prazos contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal. (Art. 70, Parágrafo único da Constituição Federal).

Art.44. Ficam autorizados os empenhamentos, liquidações e pagamentos das verbas destinadas às entidades sem fins lucrativos ou filantrópicas, contempladas com verbas orçamentárias específicas, a título de prestação de serviços, contribuições ou auxílios.

§1º A transferência de recursos à entidade privada dar-se-á após ser firmado o respectivo convênio, acordo, ajuste, termo simplificado de repasse ou instrumento congênere.

§2º Para efeito de habilitar-se à contemplação com verbas de subvenções, contribuições ou auxílios de capital, a entidade pleiteante deverá atender aos requisitos e as condições fixadas em Decreto do Poder Executivo.

§3º Não serão concedidos repasses financeiros à entidade:

I - que não tenha prestado contas, da aplicação de subvenção, contribuição ou auxílio de capital recebidos anteriormente;

II - considerada sem condições de funcionamento pelo Executivo Municipal;

III - que não atenda qualquer dos requisitos definidos pelo Executivo Municipal;

IV - deixar de comprovar o regular funcionamento na forma dos estatutos sociais;

§4º A prestação de contas das entidades contempladas com transferências de recursos financeiros deverá atender os prazos e as exigências regulamentares, mediante a comprovação do atendimento do interesse público a ser atendido com o repasse, sob pena de devolução dos recursos por desvio de finalidade.

§5º As entidades que receberem recursos do Tesouro Municipal deverão promover a devolução dos recursos não utilizados (saldo) ou utilizados em desconformidade com o objeto ou objetivo da transferência.

§6º Fica vedado o repasse de nova parcela às entidades que não prestarem contas dos valores recebidos do Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do recurso.

§7º Ficam vedados novos convênios ou prorrogação dos já existentes, às entidades que não tenham suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

§8º Para execução dos objetos previstos nas transferências de recursos públicos, poderá o Executivo Municipal exigir contrapartida financeira a ser efetivada pela entidade beneficiada.

Art.45. A transferência de recursos financeiros à entidade privada a título de contribuição corrente ou capital ocorrerá mediante autorização em Lei específica ou destinada à entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual.

§1º A alocação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições ou auxílio de capital, fica condicionada à autorização em Lei, prevista no artigo 12, §6º, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

§2º A transferência de recursos a título de contribuição corrente não autorizada em Lei específica dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual conterá justificativa de que a entidade selecionada é a que melhor atende aos critérios estabelecidos para a escolha.

Art.46. As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

#### Seção V

Da Autorização para Concessão de Premiações,

Benefícios de Caráter Social ou Promocional e Auxílios

Art.47. Fica autorizada a concessão de premiações, incentivos materiais e benefícios de caráter social, cultural, educacional ou promocional diretamente às pessoas físicas e às entidades sem fins lucrativos ou filantrópicas, voltados ao atingimento das finalidades institucionais dos órgãos e entidades que integram a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal.

Art.48. Em programas de natureza social de transferência direta de recursos financeiros as pessoas físicas, previamente autorizados em Lei específica, a Administração Municipal poderá autorizar os pagamentos aos beneficiários finais mediante mecanismo que permita a identificação, pelo banco, do beneficiário do pagamento.

Parágrafo único. A concessão de auxílios financeiros a necessitados deverá considerar a renda familiar, idade, estado de saúde, estado civil, número de dependentes ou outros critérios definidos em Lei específica ou Regulamento.

## Seção VI

### Dos Convênios para Captação de Recursos

Art.49. Os Órgãos do Executivo Municipal, através da Administração Direta ou Indireta, ficam autorizados a realizar convênios e similares, no âmbito de sua administração, com a União, os Estados, os Municípios e outras entidades oficiais ou mesmo privadas.

Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a devolução do saldo não utilizado e/ou utilizado em desconformidade com a finalidade da transferência de recursos públicos da União ou Estados.

Art.50 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com o Estado e União, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, para o recebimento e aplicação de recursos não retornáveis.

## Seção VII

### Do Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

Art.51. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62, da LRF).

Art.52. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 53 - A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, excetos quando a cessão de pessoal for feita ao Poder Judiciário, Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania, Entidade de Educação, Educação Especial, Entidades Filantrópicas e Corpo de Bombeiros Comunitários e Militares e devidamente autorizados através de lei municipal específica.

## Seção VIII

### Da Reserva de Contingência

Art.54. A Reserva de Contingência, observado o inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000, será constituída de recursos do Orçamento Fiscal em montante equivalente a, no mínimo 0,20% (zero virgula vinte por cento) e no máximo, 1% (hum por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício (Art. 5º,III da LRF) .

§1º Não será considerada, para os efeitos do caput, a reserva à conta de receitas vinculadas.

§2º A Reserva de Contingência será utilizada para fazer frente ao pagamento dos valores decorrentes de situações consignadas no Anexo desta Lei, a título de riscos fiscais, no atendimento de passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como para obtenção de resultado primário nos níveis do Anexo de Metas Fiscais e do Orçamento, de forma implícita (Art. 5º, III b da LRF).

§3º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo, observado o disposto no Anexo de Riscos Fiscais desta Lei.

§4º Não sendo a Reserva de Contingência suficiente para atender os Riscos Fiscais, caso se concretizem, serão utilizados recursos do "Superávit Financeiro" do exercício de 2018, ou de créditos adicionais, abertos por "Excesso de Arrecadação", exclusive os provenientes de recursos vinculados ou de convênios, e podendo ser encaminhado projeto de lei ao Legislativo para anulação de recursos alocados no Orçamento Fiscal.

§ 5º- A Reserva de Contingência da Unidade Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" – Ordinários do Orçamento fiscal.

## Seção IX

### Dos Créditos Adicionais

Art.55. Os projetos de leis relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§1º Cada projeto de lei e a respectiva Lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no artigo 41, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

§2º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, quando necessário, serão encaminhados à Câmara de Vereadores no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento, pelo Executivo Municipal.

## Seção X

### Do Cronograma Anual de Desembolso Mensal

Art.56 O Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos dos artigos 8º e 13, da Lei Complementar Federal Nº 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

§1º No caso do Poder Executivo, o ato referido no caput e os que o modificarem, conterão:

I - metas bimestrais para o resultado primário dos orçamentos fiscal e de seguridade social;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no artigo 13, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

§2º O desembolso dos recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo será efetuado até o dia 20 de cada mês, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 2º, da Emenda Constitucional Nº 25, de 14/02/00.

§3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terão como referencial o repasse previsto no artigo 168, da Constituição, na forma de duodécimos.

## Seção XI

### Da Limitação de Empenhos

Art.57. Na execução do Orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado

primário e recondução do montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, o Poder Executivo adotará o mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, observada a fonte de recursos, para as seguintes despesas:

I - materiais e serviços terceirizados, de forma que não prejudiquem o oferecimento dos serviços públicos;

II - investimentos programados, desde que não comprometidos;

III - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos.

Art.58. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo 9º, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante da limitação.

§1º O montante da limitação a ser procedida por cada órgão do Poder Executivo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingencial total.

§2º A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019, excluídas:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município;

II - demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o artigo 9º, §2º, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000;

III - atividades do Poder Legislativo constantes da Proposta Orçamentária de 2019.

§3º O Chefe do Poder Executivo publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão ou unidade administrativa terão como limite de movimentação e empenho.

Art.59. A liberação das dotações às unidades orçamentárias será efetuada pela Secretaria Municipal da Fazenda ou correlata, obedecendo ao comportamento da receita arrecadada pelo Município.

#### CAPITULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

##### Seção I

##### Diretrizes Gerais

Art.60. Obedecidos aos limites estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal Nºs 40 e 43, e alterações, o Município poderá realizar operações de créditos no exercício de 2019, destinadas a despesas de capital previstas ou inclusas no Orçamento.

Art.61 A verificação dos limites da dívida pública e as contratações de operações de créditos serão feitas em conformidade com o disposto na Portaria Nº 637/2012, da STN/MF.

Art. 62– A Lei Orçamentária de 2019, poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF. (Arts 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 63– A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 64 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 30 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei (Art. 31, § 1º, II da LRF).

Art.65. Poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito aprovadas por lei municipal ou em fase de estudo e aprovação por instituição financeira.

Art.66. A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber, à esfera Municipal, na Seção IV, do Capítulo VII, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 04/05/00.

##### Seção II

##### Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art.67. As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo da Secretaria Municipal da Fazenda ou correlata.

Art.68. A inclusão de dotações na Lei Orçamentária de 2018 destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, deve atentar ao disposto nos artigos 78 e 87, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

#### CAPITULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS DO MUNICIPIO COM PESSOAL, ENCARGOS SOCIAIS E POLITICA DE RECURSOS HUMANOS

Art.69. No exercício financeiro de 2019 as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos, alterações de planos de cargos e salários e ou carreira, e admissões para preenchimento de cargos.

§1º Fica autorizada a revisão geral e reajuste das remunerações, subsídios, proventos, aposentadorias e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo, Legislativo, das Autarquias e Fundações Públicas, cujo percentual será definido em lei específica.

§2º Os recursos para revisão geral e reajuste de pessoal poderão constar da Lei Orçamentária em categoria de programação específica, ou estarem contempladas nos programas no próprio Orçamento.

Art.70. Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no artigo 18, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, observado o disposto no artigo 69, desta Lei.

Art.71. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, §1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, os Poderes Municipais Executivo e Legislativo, mediante Lei autorizativa, poderão criar ou alterar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de plano de cargos e salários e ou carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título e autorizar concessões de quaisquer vantagens ou aumentos de remuneração, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo

discriminativo da Lei Orçamentária de 2019, cujos valores serão compatíveis com os limites e regras da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

§1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no Orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

§2º A verificação dos limites das despesas com pessoal poderá ser feita na forma estabelecida na Lei Complementar Federal Nº 101, de 04/05/00.

Art.72 . No exercício de 2019, observado o disposto no artigo 169, da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, considerados os cargos transformados, bem como aqueles criados de acordo com o artigo 64, desta Lei, ou se houver vacância;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art.73 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V, da LRF).

Art.74. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 19 e 20, da LRF):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - não provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

VI - no caso do inciso I, do §3º, do artigo 169, da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos;

VII - é facultada a redução temporária da jornada de trabalho, sem prejuízo da manutenção integral dos vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art.75. Os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, deverão cumprir o disposto nos artigos 16 e 17, da LRF.

Art.76. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, §1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art.77. O Executivo Municipal poderá firmar convênio com entidades/órgãos da Administração Municipal, Estadual e União, sobre a disponibilização de servidores municipais efetivos, em conformidade com o artigo 62, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.78. As políticas de recursos humanos da Administração Pública Municipal compreendem:

I - implantação do Plano de Cargos e Salários e ou Carreira e adequação da estrutura de cargos e funções de acordo com o modelo organizacional;

II - a ampliação, a integração, a articulação e a cooperação com os órgãos vinculados ao Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos, garantindo a eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública;

III - a orientação e monitoramento dos órgãos ou Unidades Administrativas;

IV - a valorização, a capacitação e a formação do profissional do serviço público, desenvolvendo o potencial humano, visando à modernização do Município;

V - a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

VI - aprimoramento e a atualização das técnicas e dos instrumentos de gestão e a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos;

VII - acompanhamento, a avaliação dos programas, planos, projetos e ações envolvendo os servidores numa gestão compartilhada, responsável e solidária;

VIII - a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 79 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF).

§ 1º - Fica o Poder Executivo igualmente autorizado em proceder as alterações tributárias, mediante Lei, no cumprimento de disposições constitucionais e adequações econômicas e financeiras, no atendimento ao interesse público.

§ 2º - Aplicam-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 80 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º, da LRF).

Art. 81 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação. (Art. 14, § 2º, da LRF), salvo quando já previsto no orçamento.

Art.82. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo único. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma



das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

Art.83. O Poder Executivo adotará as seguintes medidas voltadas ao aumento da arrecadação tributária:

I - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;

II - atualização do cadastro mobiliário e imobiliário fiscal;

III - readequação da legislação tributária municipal respeitando as disposições da legislação nacional de normas gerais, através da criação de novas taxas, alteração de critérios de base de cálculo ou alíquotas dos tributos municipais;

IV - outras medidas de combate à evasão e sonegação fiscal, através da modernização da fiscalização tributária.

#### CAPITULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 84- O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 31.12.2018.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 85 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 86 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 87- O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual, e ou, outros, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não, durante o exercício de 2019.

Art.88. O Poder Executivo demonstrará à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada Quadrimestre e 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício, avaliação do cumprimento das metas fiscais do quadrimestre e do exercício, bem como as justificações com indicação das medidas corretivas, se houveram. (Art. 9º, §4º, da LRF)

Art.89. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios, acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais com os governos Federal, Estadual e Municipal, através de seus Órgãos da Administração Direta ou Indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art.90. A movimentação financeira dos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundos, serão feitas, preferencialmente, por intermédio de instituições e agências financeiras que atuam como mandatários da União na execução e fiscalização dos seus respectivos acordos, convênios, ajustes ou instrumento congênere.

Art. 91 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Art. 92 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, aos 18 de setembro de 2018

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra

JANICE MARTINI MULLER

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO N° 086.2018 PMM

Publicação N° 1775225

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

EXTRATO DO CONTRATO N°. 086/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

CONTRATADA: ROSANGELA TOMAZI 04930899931

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de show artístico do conjunto Fritz 4, para realizar apresentação artística no dia 20 de outubro de 2018, fazendo parte da programação do Encontro de Grupos da Terceira Idade, no Parque de Exposições do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina. ORIGEM: Processo Licitatório n° 130/2018 – Inexigibilidade n° 014/2018. VALOR: R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais). VIGÊNCIA: A vigência do contrato é a partir de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2018. Mondaí – SC, 15 de Outubro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

### EXTRATO INEXIGIBILIDADE N° 014.2018 PMM

Publicação N° 1775218

MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO n° 130/2018

Inexigibilidade de Licitação n°. 014/2018

O Município de Mondaí – SC torna pública, a Inexigibilidade de Licitação, oriunda do Processo Administrativo n°. 130/2018 e, com fulcro no Art. 25, Inciso III, da Lei n°. 8.666/1993, conforme segue:

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de show artístico do conjunto Fritz 4, para realizar apresentação artística no dia 20 de outubro de 2018, fazendo parte da programação do Encontro de Grupos da Terceira Idade, no Parque de Exposições do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina. CONTRATADO: ROSANGELA TOMAZI, CNPJ sob n° 21.932.450/0001-92. VALOR: R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais). VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2018. Mondaí – SC, 15 de Outubro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal



# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 081/2018

Publicação Nº 1774454

DECRETO Nº 081/2018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

“NOMEIA PREGOEIRO E ALTERA COMISSÃO DE APOIO”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita, Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado Pregoeiro Oficial do município de Monte Carlo, Sr.

PAULO RICARDO BUYNO

Art. 2º - A comissão de apoio será composta por três membros:

1) Volnei Francisco de Oliveira

2) Beatriz Amazonas de Souza

3) Edir Salete de Souza

Art. 3º - A Comissão irá dispor de três suplentes, composta pelos seguintes membros:

1) Cristiane Weber Maziero

2) Aelton Gomes de Campos

3) Anderson Giovany de Barba

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 16 de outubro de 2018.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETTE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 082/2018

Publicação Nº 1774456

DECRETO Nº 82/2018 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

“ALTERA A CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica alterada a CPL – Comissão Permanente de Licitações, composta pelos seguintes membros:

1) Presidente: Géssica Caroline Cunem

2) Secretário: Edir Salete de Souza

3) Membro: Paulo Ricardo Buyno

Art. 2º - A Comissão irá dispor de três suplentes, composta pelos seguintes membros:

1) Beatriz Rezende Amazonas;

2) Gabriela R. Romanatto

3) Volnei Francisco de Oliveira

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 16 de outubro de 2018.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

## **PORTARIA 554/2018**

Publicação Nº 1774959

PORTARIA Nº 554/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR A LOTAÇÃO PROVISORIAMENTE, do (a) servidor (a) a baixo relacionado do quadro de Pessoal efetivo, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NOME	SECRETARIA	ALTERAR PARA:
MARIA CRISTINA DICK RIGO	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SANEAMENTO AMBIENTAL.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive financeiros na data a partir de 11 de outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de outubro de 2018.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## **PORTARIA 557/2018**

Publicação Nº 1774951

PORTARIA Nº 557/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. RETORNO do (a), servidor (a) ANDREIA CARLA DA SILVA BUYNO investido(a) no cargo de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ENSINO I, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; ao cargo EFETIVO de PROFESSOR I, nos termos da Lei Complementar 17/2006 de 06 de março de 2006 e a Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; com nível salarial "121-I-M" e jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- SUSPENDER a FUNÇÃO GRATIFICADA PARA DIRETOR DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO – FGDE I.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 11 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de Outubro de 2018.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## **PORTARIA 558/2018**

Publicação Nº 1774192

PORTARIA Nº 558/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) MARIA APARECIDA LANGARO RAISER DA CRUZ, investido (a) no cargo de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR SOCIAL do quadro de Pessoal com Provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, criado e aprovado pela Lei Complementar 049/2011 de 07 de outubro de 2011; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2º a presente exoneração encontra respaldo legal no art. 95 da Lei já supracitada; haja vista ser de livre nomeação e exoneração pelo prefeito os cargos de provimento em comissão e confiança.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 11 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 11 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## **PORTARIA 559/2018**

Publicação Nº 1774193

PORTARIA Nº 559/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) CARLA DENI VIATER, investido (a) no cargo de PROCURADORA ADJUNTA do quadro de Pessoal com Provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, criado e aprovado pela Lei Complementar 049/2011 de 07 de outubro de 2011; lotado(a) no GABINETE DO PREFEITO.

Art. 2º a presente exoneração encontra respaldo legal no art. 95 da Lei já supracitada; haja vista ser de livre nomeação e exoneração pelo prefeito os cargos de provimento em comissão e confiança.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 11 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 11 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## **PORTARIA 560/2018**

Publicação Nº 1774955

PORTARIA Nº 560/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) CAROLINA FLESCH, investido (a) no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, do quadro de Pessoal com Provimento TEMPORÁRIO, EMERGENCIAL E EXCEPCIONAL; criado e aprovado pela Lei Complementar 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 11 de Outubro de 2018 revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 11 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

**PORTARIA 561/2018**

Publicação Nº 1774194

## PORTARIA Nº 561/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

## RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) JOSEANE AVILA, investido (a) no cargo de ASSISTENTE DE SECRETARIA do quadro de Pessoal com Provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, criado e aprovado pela Lei Complementar 049/2011 de 07 de outubro de 2011; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Art. 2º a presente exoneração encontra respaldo legal no art. 95 da Lei já supracitada; haja vista ser de livre nomeação e exoneração pelo prefeito os cargos de provimento em comissão e confiança.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 11 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 11 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 563/2018**

Publicação Nº 1774195

## PORTARIA Nº 563/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

## RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) JOSIANE RICHTER DEMENTOVIS, investido (a) no cargo de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE do quadro de Pessoal com Provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, criado e aprovado pela Lei Complementar 049/2011 de 07 de outubro de 2011; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º a presente exoneração encontra respaldo legal no art. 95 da Lei já supracitada; haja vista ser de livre nomeação e exoneração pelo prefeito os cargos de provimento em comissão e confiança.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 11 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 11 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 564/2018**

Publicação Nº 1774196

## PORTARIA Nº 564/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

## RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) ROBERTO LEAL NUNES, investido (a) no cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE do quadro de Pessoal com Provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, criado e aprovado pela Lei Complementar 049/2011 de 07 de outubro de 2011; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º a presente exoneração encontra respaldo legal no art. 95 da Lei já supracitada; haja vista ser de livre nomeação e exoneração pelo prefeito os cargos de provimento em comissão e confiança.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 11 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 11 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## **PORTARIA 565/2018**

Publicação Nº 1774197

PORTARIA Nº 565/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) JANETE LUCIA D'AGOSTINI, investido (a) no cargo de SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE do quadro de Pessoal com Provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, criado e aprovado pela Lei Complementar 049/2011 de 07 de outubro de 2011; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º a presente exoneração encontra respaldo legal no art. 95 da Lei já supracitada; haja vista ser de livre nomeação e exoneração pelo prefeito os cargos de provimento em comissão e confiança.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 11 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 11 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## **PORTARIA 568/2018**

Publicação Nº 1774969

PORTARIA Nº 568/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) servidor(a) JOSIANE RICHTER DEMENTOVIS RG 4978011/SESP/SC, para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL do quadro de pessoal com provimento TEMPORÁRIO, EMERGENCIAL E EXCEPCIONAL, pelo prazo de 60(sessenta dias); nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia " 363-ASSISTENTE SOCIAL" e jornada de trabalho de 40 (quarenta horas) semanais.

Art. 2º- Justifica-se a presente contratação, pela desistência da 4ª candidata classificada na relação dos aprovados para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, do Processo Seletivo 01/2017, e pela necessidade de dispor de profissional na Secretaria Municipal de SAÚDE.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 15 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 15 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 569/2018**

Publicação Nº 1774957

## PORTARIA Nº 569/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

## RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR A LOTAÇÃO, do (a) servidor (a) LUCIMARA ALVES DOS REIS investido (a) no cargo de OPERADOR ADMINISTRATIVO, do quadro de pessoal com provimento EFETIVO, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; para a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º-Atribuir a Função de GESTORA DO CADASTRO ÚNICO a partir da data de 15/10/2018.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos retroagindo a partir da data de 01 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em, 15 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 570/2018**

Publicação Nº 1774198

## PORTARIA Nº 570/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

## RESOLVE:

Art. 1º- REVOGAR A COMUNICAÇÃO INTERNA DE PEDIDO DE CONTRATAÇÃO PARA O CARGO DE SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE E EXONERAR POR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) MARIA APARECIDA LANGARO RAISER DA CRUZ, investido (a) no cargo de SECRETÁRIA ADJUNTA DA SAÚDE do quadro de Pessoal com Provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, criado e aprovado pela Lei Complementar 049/2011 de 07 de outubro de 2011; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º- Justifica-se a presente exoneração do cargo pelo pedido de Demissão do servidor, protocolado sob o nº 633/18 de 15/10/2018.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 15 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 15 de Outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 571/2018**

Publicação Nº 1774958

## PORTARIA Nº 571/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

## RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR A LOTAÇÃO, do (a) servidor (a) LEILA REGINA PIRES DE SOUZA investido (a) no cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal com provimento EFETIVO, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; para a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. Destituir da Função de GESTORA DO CADASTRO ÚNICO a partir da data de 15/10/2018.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos retroagindo a partir da data de 01 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrario.



Registre-se, Publique-se em, 15 de Outubro de 2018.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## **PORTARIA 572/2018**

Publicação Nº 1774962

PORTARIA Nº 572/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

### **RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, o servidor JOÃO ANTONIO DA LUZ RG. 938813/SESP SC, DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SANEAMENTO AMBIENTAL com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 049/2011 de 07 de Outubro de 2011, com nível salarial "DAS IV" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º a presente nomeação encontra respaldo legal no art. 95, da Lei já supracitada, haja vista ser de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito os cargos de provimento em comissão e confiança, como é o caso em tela, onde o referido servidor nomeado executará atividade de Diretor de Departamento de Água e Esgoto junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 02 de maio de 2018, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 02 de maio de 2018.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## **PORTARIA 573/2018**

Publicação Nº 1774963

PORTARIA Nº 573/2018

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

### **RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, o servidor ROBERTO LEAL NUNES RG. 4978011/SESP SC, DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 049/2011 de 07 de Outubro de 2011, com nível salarial "DAS IV" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º a presente nomeação encontra respaldo legal no art. 95, da Lei já supracitada, haja vista ser de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito os cargos de provimento em comissão e confiança, como é o caso em tela, onde o referido servidor nomeado executará atividade de Diretor de Departamento de Saúde junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 15 de outubro de 2018, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 15 de outubro de 2018.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## **PORTARIA 573/2018**

Publicação Nº 1774965

PORTARIA Nº 573/2018

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

### **RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, o servidor ROBERTO LEAL NUNES RG. 4978011/SESP SC, DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE lotado na SECRETARIA

MUNICIPAL DE SAÚDE com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 049/2011 de 07 de Outubro de 2011, com nível salarial "DAS IV" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º a presente nomeação encontra respaldo legal no art. 95, da Lei já supracitada, haja vista ser de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito os cargos de provimento em comissão e confiança, como é o caso em tela, onde o referido servidor nomeado executará atividade de Diretor de Departamento de Saúde junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 15 de outubro de 2018, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 15 de outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## **PORTARIA 574/2018**

Publicação Nº 1774972

PORTARIA Nº 574/2018

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o (a) servidor (a) MARILEI CORSO STRATMANN investido (a) no cargo de PROFESSOR I do quadro de pessoal com provimento EFETIVO, nos termos da Lei Complementar Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e da Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; passa a exercer a função de DIRETORA DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO I nos termos da Lei Complementar 49/2011 de 07 de outubro de 2011, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, com jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º- CONCEDER FGDE I nos termos da Lei 71/2014 de 21 de Julho de 2014.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 16 de Outubro de 2018, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em, 16 de outubro de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA II DA SESSÃO 148/2018 PMN

Publicação Nº 1775245

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 148/2018 PMN

AS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS DO DIA DEZESSEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, JOSEZITE DOS SANTOS, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA E PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO CENTO E QUARENTA E OITO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA PINTURA (TINTAS ACRÍLICAS, SELADOR, PINCÉIS, ROLOS, SOLVENTES ENTRE OUTROS), PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PRESENTES: BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA EIRELI, REPRESENTADA POR JOSÉ ARILTON GEMIM DE ALMEIDA; ELTON LUIZ MADEIRA, REPRESENTADA POR ELTON LUIZ MADEIRA; PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME, REPRESENTADA POR IZABEL CRISTINA MEURER DE SOUZA; SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, REPRESENTADA POR LEANDRO NUNES; PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI, REPRESENTADA POR IZANIR BILLIG. RETORNAMOS O CERTAME PARA APRESENTAÇÃO DAS ANÁLISES DOS FOLDERS E PROSPECTOS, QUE FORAM ANALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ONDE A EMPRESA PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI TEVE OS ITENS 20, 28 E 29 FORAM DESCLASSIFICADOS POR NÃO APRESENTAR FOLDER; ELTON LUIZ MADEIRA, TEVE OS ITENS 03, 04, 05, 06, 07, 08 E 09 DESCLASSIFICADOS POR APRESENTAR O CERTIFICADO ABRAFATI VENCIDO; BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA EIRELI TEVE OS ITENS 03, 04, 05, 06, 07 E 09 DESCLASSIFICADOS POR APRESENTAR O CERTIFICADO ABRAFATI VENCIDO; SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, TEVE OS ITENS 03, 04, 05, 06, 07, 08 E 09 DESCLASSIFICADOS POR APRESENTAR O CERTIFICADO ABRAFATI VENCIDO. A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME, SOLICITOU PARA CONSTAR EM ATA ONDE A EMPRESA SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, AO ANALISAR OS DOCUMENTOS DA PROPOSTA ENFORMOU QUE O CERTIFICADO DA ABRAFATI NÃO ERA ORIGINAL, E A IZABEL REPRESENTANTE DA PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME, INFORMOU QUE ERA SIM ORIGINAL E ASSIM FOI APROVADO PELA PREGOEIRA. INICIAMOS A ETAPA DE LANCE ONDE SAGRARAM-SE VENCEDORAS AS EMPRESAS:

BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA EIRELI SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS:

ITEM 1 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 48,80,  
ITEM 14 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 3,80,  
ITEM 15 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 4,90,  
ITEM 17 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 5,90,  
ITEM 20 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 5,50,  
ITEM 22 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 12,90,  
ITEM 25 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 11,80,  
ITEM 28 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 155,00,  
ITEM 29 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 179,00,  
ITEM 31 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 158,00,  
ITEM 33 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 139,00  
ITEM 35 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 147,00,  
ITEM 36 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 130,00 E  
ITEM 37 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 134,00;

PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS:

ITEM 02 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 14,00,  
ITEM 04 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 260,00,  
ITEM 06 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 255,00,  
ITEM 08 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 75,00,  
ITEM 09 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 75,00,  
ITEM 10 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 6,96,  
ITEM 13 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 5,90,  
ITEM 16 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 5,00,  
ITEM 18 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 10,00,  
ITEM 19 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 46,90,  
ITEM 23 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 9,50,  
ITEM 26 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 19,00,  
ITEM 34 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 119,00,  
ITEM 38 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1,35,  
ITEM 39 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1,35 E  
ITEM 40 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 1,35;

PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS:

ITEM 03 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 246,00,  
ITEM 05 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 254,90,  
ITEM 07 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 263,70 E  
ITEM 27 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 4,30;

SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS:

ITEM 11 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 58,90,  
ITEM 12 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 58,90,  
ITEM 21 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 10,90,  
ITEM 24 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 14,50,  
ITEM 30 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 168,00 E  
ITEM 32 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 164,00.

ONDE SEUS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOVERAM MANIFESTAÇÕES. FOI MENCIONADO INTENÇÃO DE RECURSO DA EMPRESA ELTON LUIZ MADEIRA, QUANTO A ABRAFATI NÃO ESTAVA ATUALIZADA NO SITE DA EMPRESA E QUE A PRÓPRIA EMPRESA INFORMOU QUE ESTAVA COM PROBLEMAS PARA EMISSÃO E QUE A PRÓPRIA EMPRESA INFORMAVA QUE A SITUAÇÃO SE ENCONTRAVA REGULAR, E QUE NESTA DATA AINDA CONSTA O MESMO PROBLEMA QUANDO A EMISSÃO DO CERTIFICADO ABRAFATI. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE [WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR](http://WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR), NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 10H E 35MIN. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

## **AVISO DE LICITAÇÃO -- CONCURSO 07/2018 FMC**

Publicação Nº 1775022

PREFEITURA DE NAVEGANTES – CONCURSO 07/2018 FMC

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Concurso visando seleção de espetáculos artísticos e contação de histórias para compor a programação dos equipamentos culturais de Navegantes, através da Fundação Municipal de Cultura de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 04/12/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 04/12/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Emílio Vieira – Prefeito.

## **AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 06/2018 FUMSCI**

Publicação Nº 1774941

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 06/2018 FUMSCI

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial visando a aquisição de 01 (um) quadriciclo 0 (zero) km, 01 (uma) carretinha, plotagem e sinalização para quadriciclo, para uso da 2ª Companhia do 7º Batalhão de Bombeiros Militar, através do Fundo Municipal de Segurança Contra Incêndio e Pânico de Navegantes – FUMSCI. Entrega/envelopes: 29/10/2018 até às 13h50. Abertura/envelopes: 29/10/2018 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

## **AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 08/2018 FMC**

Publicação Nº 1774954

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 08/2018 FMC

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de organização, divulgação e realização do evento VI FLIN - Festival Literário de Navegantes, através da Fundação Cultural do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 30/10/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 30/10/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

## **AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 41/2018 FMS**

Publicação Nº 1774889

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 41/2018 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa para a prestação de serviços de "oxigenoterapia" (com fornecimento de equipamentos, inclusive o cilindro, em regime de comodato) com manutenção, instalação e desinstalação dos equipamentos, para atender as necessidades do SAMU, Centros de Referência, atendimento domiciliar (pacientes acamados) e Unidades Básicas de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 29/10/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 29/10/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

**AVISO DE LICITAÇÃO -- TOMADA DE PREÇO 144/2018 PMN**

Publicação Nº 1774942

PREFEITURA DE NAVEGANTES – TOMADA DE PREÇO 144/2018 PMN

Comunicamos na forma da lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Tomada de preço visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos ambientais para estudo de impacto ambiental e elaboração de laudos na área do "Antigo Lixão" do município de Navegantes/SC, localizado na rodovia BR-470, tendo como coordenadas 26º 52'2.13" S e 48º 40'14.36", através da Secretaria Municipal de Saneamento Básico de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 05/11/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 05/11/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

**PORTARIA 3514 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO**

Publicação Nº 1774920

PORTARIA Nº 3514 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 168/2018 PMN da Tomada de Preço nº 87/2018 PMN cujo objeto: TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DA CRECHE LOCALIZADA NO BAIRRO PORTO ESCALVADOS (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Tomada de Preço nº 87/2018 PMN.

Fiscal: VANDERLEI CARDOSO -- (titular)

MARIA BENEDITA CORREA -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a partir de 02/08/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2018.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3532/2018 NOMEIA**

Publicação Nº 1774848

PORTARIA Nº 3532 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SUPERINTENDENTE DA FUMAN INTERINO o senhor MARCOS ANTONIO MULLER NETO, com a data de 15/10/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE OUTUBRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA LEGISLATIVA Nº 031-2018 - NOMEIA SERVIDOR**

Publicação Nº 1774260

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 031/2018

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, ALICIO JACOB RICOBOM FILHO no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeada a Senhora, DAYANE CRISTINA GOMES inscrita no CPF nº 028.169.069-30, para o cargo de Assessor de Gabinete desta casa, com a carga horária de 40:00 horas semanais.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 15 de outubro de 2018.

ALICIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

**RESOLUÇÃO Nº 06-2018 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 04-2018**

Publicação Nº 1774833

RESOLUÇÃO Nº 006/2018

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO 004/2017

A Câmara de Vereadores de Navegantes, Estado de Santa Catarina, com fundamento no artigo 32, inciso XI, do seu Regimento Interno, usando de suas atribuições institucionais, aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica revogada a Resolução nº 004/2017, de 06 de abril de 2017, da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, 01 de outubro de 2018.

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente

PAULO RODRIGO MELZI

Vice-presidente

JEFFERSON MACHADO MACARINI

1º Secretário

JOSÉ DOS SANTOS

2º Secretário



## Nova Erechim

## PREFEITURA

**DECRETO 209/2018 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1873- ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 1775005

DECRETO Nº 209 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1873- ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a movimentação de dotações orçamentárias, no Orçamento do Município de Nova Erechim, no valor de R\$ 442.000,00 (Quatrocentos e quarenta e dois mil reais), destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Subfunção	846	Outros Encargos Especiais	
Programa	0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Op. Especial	0001	AMORTIZAÇÃO ENCARGOS DA DÍVIDA	
Elemento	4.6.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 15.000,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Subfunção	846	Outros Encargos Especiais	
Programa	0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Op. Especial	0003	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 25.000,00
Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	03	Esportes	
Função	27	Desporto e Lazer	
Sub-função	812	Desporto Comunitário	
Programa	0008	ESPORTE É VIDA	
Atividade	2020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$35.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Subfunção	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Atividade	2028	MANUT. DOS SERVIÇOS PUBLICOS, TRANSPORTE E OBRAS	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$300.000,00
Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Atividade	2037	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$7.000,00
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00
Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2040	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$50.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	03	ADMINISTRAÇÃO	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Sub-função	122	Administração geral	
Programa	0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Atividade	2004	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$158.000,00
Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	02	Cultura	
Função	13	Cultura	
Sub-função	392	Difusão Cultural	
Programa	0007	CULTURA EM MOVIMENTO	
Projeto	1014	AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 5.000,00
Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	02	Cultura	
Função	13	Cultura	
Sub-função	392	Difusão Cultural	
Programa	0007	CULTURA EM MOVIMENTO	
Projeto	1029	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS - CULTURA	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 7.000,00
Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	03	Esportes	
Função	27	Desporto e Lazer	
Sub-função	812	Desporto Comunitário	
Programa	0008	ESPORTE É VIDA	
Projeto	1025	REFORMA DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$5.000,00
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$20.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	15	Urbanismo	
Subfunção	451	Infra-Estrutura Urbana	
Programa	0011	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
Projeto	1009	COBERTURA NA RUA 25 DE JUNHO EM FRENTE A CONCHA	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	15	Urbanismo	
Subfunção	451	Infra-Estrutura Urbana	
Programa	0011	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
Projeto	1021	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$25.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	15	Urbanismo	
Subfunção	452	Serviços Urbanos	
Programa	0011	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
Projeto	1036	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA NO MUNICÍPIO	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$100.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	19	Ciência e Tecnologia	
Subfunção	126	Tecnologia da Informação	
Programa	0011	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
Projeto	1037	INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$5.000,00

Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$5.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	15	Urbanismo	
Subfunção	244	Assistência Comunitária	
Programa	0011	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
Projeto	1046	CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Subfunção	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Projeto	1016	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS - TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$5.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Subfunção	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Atividade	2039	PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO DE USINA DE ASFALTO	
Elemento	3.1.71.00	Transf. A Consórcios Públicos D.R. 01.00	R\$5.000,00
Elemento	3.3.71.00	Transf. A Consórcios Públicos D.R. 01.00	R\$10.000,00
Elemento	3.3.93.00	Aplic. Direta Decorrente de Op. Entre Órg. D.R.01.00	R\$5.000,00
Elemento	4.4.71.00	Transf. A Consórcios Públicos D.R. 01.00	R\$10.000,00
Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Projeto	1028	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E VEÍCULOS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$17.000,00
Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Projeto	1048	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS - AGRICULTURA	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00
Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	18	Gestão Ambiental	
Subfunção	541	Preservação e Conservação Ambiental	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Atividade	2038	RECUPERAÇÃO E ADEQUAÇÃO AMBIENTAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00
Órgão	09	SECRET.MUNICIPAL DE TURISMO E DES. ECONÔM.	
Unidade	02	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Função	22	Indústria	
Sub-função	661	Promoção Industrial	
Programa	0005	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Projeto	1007	INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIAS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 5.000,00
Órgão	08	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Projeto	1031	CONSTRUÇÃO DO CRAS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R.01.00	R\$15.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 16 de outubro de 2018.  
NÉDIO ANTONIO CASSOL  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 206/2018 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1870- RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E AUTORIZA O EMPENHO E BAIXA NA CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO**

Publicação Nº 1774998

DECRETO Nº 206 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1870- RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E AUTORIZA O EMPENHO E BAIXA NA CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reconhecidos as despesas do Município com o Ministério das Cidades Operação nº0230731-91 PROGRAMA PRO MUNICIPIO 2007 NOVA ERECHIM, no valor de R\$1.852,92 (Um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos), recursos vinculados, referentes ao mês de maio do ano de 2009, ficando autorizado seu empenho e recolhesse a baixa na contabilidade do Município.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 16 de Outubro de 2018.  
NÉDIO ANTONIO CASSOL  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 207/2018 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1871- DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 1774999

DECRETO Nº 207 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1871- DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a movimentação de dotações orçamentárias, no Orçamento do Município de Nova Erechim, no valor de R\$ 92.000,00 (Noventa e dois mil reais), destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	365	Ensino Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Projeto	1010	AMPL. E REFORMA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAI0 DE SOL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.58	R\$92.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	

Projeto	1040	AMPLIAÇÃO E REF. DO ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.58	R\$30.000,00
Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2006	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.58	R\$2.000,00
Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2007	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.58	R\$60.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 16 de outubro de 2018.  
NÉDIO ANTONIO CASSOL  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 208/2018 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1872- ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, DO PERÍODO 2018/2021**

Publicação Nº 1775002

DECRETO Nº 208 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1872- ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, DO PERÍODO 2018/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem. DECRETA:

Art.1º - Os anexos I, II, III da Lei Municipal nº 1848/2017, que trata do Plano Plurianual para o quadriênio de 2018-2021, passam a vigorar com as ações, respectivas metas físicas e financeiras, na forma dos anexos I a III da presente Lei, sendo:

I – Anexo 01, que demonstra as Receitas previstas para o período de 2018-2021;

II – Anexo 02, que demonstra os Programas, ações, metas físicas e financeiras para o período de 2018-2021;

III – Anexo 03, que demonstra a Compatibilização das Fontes com a Destinação dos Recursos para o período de 2018-2021 – DR;

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta dos orçamentos vigentes de cada exercício financeiro.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 16 de outubro de 2018.  
NÉDIO ANTONIO CASSOL  
Prefeito Municipal

## **ERRATA 04/2018**

Publicação Nº 1775226

ERRATA Nº 004/2018

ERRATA Nº 004/2018 REFERENTE AO DECRETO Nº. 205, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

A presente Errata consiste na Alteração do teor do Decreto nº. 205, de 11 de outubro de 2018, a qual onde lê-se:

V – Extrato CNIS (Extrato de vínculos e contribuições à Previdência).

Leia-se:

Extrato CNIS (Extrato de vínculos e contribuições à Previdência), ou Declaração de Benefício – Consta/Nada Consta

Art. 1º Revogam-se as disposições em contrário.

## **LEI MUNICIPAL Nº. 1870/2018 RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E AUTORIZA O EMPENHO E BAIXA NA CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO**

Publicação Nº 1774992

DECRETO Nº 206 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1870- RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E AUTORIZA O EMPENHO E BAIXA NA CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reconhecidos as despesas do Município com o Ministério das Cidades Operação nº0230731-91 PROGRAMA PRO MUNICIPIO 2007 NOVA ERECHIM, no valor de R\$1.852,92 (Um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos), recursos vinculados, referentes ao mês de maio do ano de 2009, ficando autorizado seu empenho e recolhesse a baixa na contabilidade do Município.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 16 de Outubro de 2018.

NÉDIO ANTONIO CASSOL  
Prefeito Municipal

## **LEI MUNICIPAL Nº. 1871/2018 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 1774994

DECRETO Nº 207 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1871- DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a movimentação de dotações orçamentárias, no Orçamento do Município de Nova Erechim, no valor de R\$ 92.000,00 (Noventa e dois mil reais), destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	365	Ensino Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Projeto	1010	AMPL. E REFORMA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAI DE SOL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.58	R\$92.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Projeto	1040	AMPLIAÇÃO E REF. DO ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.58	R\$30.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
-------	----	--	--



Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2006	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.58	R\$2.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2007	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.58	R\$60.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 16 de outubro de 2018.  
NÉDIO ANTONIO CASSOL  
Prefeito Municipal

## **LEI MUNICIPAL Nº. 1872/2018 DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, DO PERÍODO 2018/2021**

Publicação Nº 1774996

DECRETO Nº 208 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1872- ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, DO PERÍODO 2018/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem.  
DECRETA:

Art.1º - Os anexos I, II, III da Lei Municipal nº 1848/2017, que trata do Plano Plurianual para o quadriênio de 2018-2021, passam a vigorar com as ações, respectivas metas físicas e financeiras, na forma dos anexos I a III da presente Lei, sendo:

I – Anexo 01, que demonstra as Receitas previstas para o período de 2018-2021;

II – Anexo 02, que demonstra os Programas, ações, metas físicas e financeiras para o período de 2018-2021;

III – Anexo 03, que demonstra a Compatibilização das Fontes com a Destinação dos Recursos para o período de 2018-2021 – DR;

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta dos orçamentos vigentes de cada exercício financeiro.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 16 de outubro de 2018.  
NÉDIO ANTONIO CASSOL  
Prefeito Municipal

## **LEI MUNICIPAL Nº. 1873/2018 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 1774997

DECRETO Nº 209 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1873- ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem.  
DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a movimentação de dotações orçamentárias, no Orçamento do Município de Nova Erechim, no valor de R\$ 442.000,00 (Quatrocentos e quarenta e dois mil reais), destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	03	SECREATARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Subfunção	846	Outros Encargos Especiais	
Programa	0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Op. Especial	0001	AMORTIZAÇÃO ENCARGOS DA DÍVIDA	
Elemento	4.6.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 15.000,00

Órgão	03	SECREATARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Subfunção	846	Outros Encargos Especiais	
Programa	0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Op. Especial	0003	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 25.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	03	Esportes	
Função	27	Desporto e Lazer	
Sub-função	812	Desporto Comunitário	
Programa	0008	ESPORTE É VIDA	
Atividade	2020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$35.000,00

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Subfunção	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Atividade	2028	MANUT. DOS SERVIÇOS PUBLICOS, TRANSPORTE E OBRAS	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$300.000,00

Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Atividade	2037	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$7.000,00
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2040	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$50.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	03	ADMINISTRAÇÃO	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Sub-função	122	Administração geral	
Programa	0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Atividade	2004	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$158.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	02	Cultura	
Função	13	Cultura	
Sub-função	392	Difusão Cultural	
Programa	0007	CULTURA EM MOVIMENTO	
Projeto	1014	AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	

Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 5.000,00
Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	02	Cultura	
Função	13	Cultura	
Sub-função	392	Difusão Cultural	
Programa	0007	CULTURA EM MOVIMENTO	
Projeto	1029	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS - CULTURA	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 7.000,00
Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	03	Esportes	
Função	27	Desporto e Lazer	
Sub-função	812	Desporto Comunitário	
Programa	0008	ESPORTE É VIDA	
Projeto	1025	REFORMA DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$5.000,00
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$20.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	15	Urbanismo	
Subfunção	451	Infra-Estrutura Urbana	
Programa	0011	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
Projeto	1009	COBERTURA NA RUA 25 DE JUNHO EM FRENTE A CONCHA	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	15	Urbanismo	
Subfunção	451	Infra-Estrutura Urbana	
Programa	0011	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
Projeto	1021	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$25.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	15	Urbanismo	
Subfunção	452	Serviços Urbanos	
Programa	0011	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
Projeto	1036	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA NO MUNICÍPIO	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$100.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	19	Ciência e Tecnologia	
Subfunção	126	Tecnologia da Informação	
Programa	0011	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
Projeto	1037	INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$5.000,00
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$5.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	15	Urbanismo	
Subfunção	244	Assistência Comunitária	
Programa	0011	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
Projeto	1046	CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Subfunção	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Projeto	1016	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS - TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$5.000,00

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Subfunção	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Atividade	2039	PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO DE USINA DE ASFALTO	
Elemento	3.1.71.00	Transf. A Consórcios Públicos D.R. 01.00	R\$5.000,00
Elemento	3.3.71.00	Transf. A Consórcios Públicos D.R. 01.00	R\$10.000,00
Elemento	3.3.93.00	Aplic. Direta Decorrente de Op. Entre Òrg. D.R.01.00	R\$5.000,00
Elemento	4.4.71.00	Transf. A Consórcios Públicos D.R. 01.00	R\$10.000,00

Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Projeto	1028	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E VEÍCULOS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$17.000,00

Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Projeto	1048	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS - AGRICULTURA	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00

Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	18	Gestão Ambiental	
Subfunção	541	Preservação e Conservação Ambiental	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Atividade	2038	RECUPERAÇÃO E ADEQUAÇÃO AMBIENTAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00

Órgão	09	SECRET.MUNICIPAL DE TURISMO E DES. ECONÔM.	
Unidade	02	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Função	22	Indústria	
Sub-função	661	Promoção Industrial	
Programa	0005	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Projeto	1007	INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIAS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 5.000,00

Órgão	08	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Projeto	1031	CONSTRUÇÃO DO CRAS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R.01.00	R\$15.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 16 de outubro de 2018.  
NÉDIO ANTONIO CASSOL  
Prefeito Municipal

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### DC 290-2018 CONTRATA SERVIDOR CONCURSO RAFAEL

Publicação Nº 1774716

DECRETO Nº 290/2018 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

"ADMITE SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017, Lei Complementar nº 002/2001 e suas alterações;

CONSIDERANDO: a necessidade de um(a) Médico Clínico Geral, para atender a demanda de pacientes na Secretaria Municipal de Saúde, e sua aprovação no Concurso Público nº 001/2017.

DECRETA:

Art. 1º - FICA nomeado para exercer as funções de Médico Clínico Geral (40) quarenta horas semanais, cargo Efetivo, o Sr. RAFAEL LUCHETTA, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo os vencimentos conforme Anexo I e IV da Lei Complementar nº 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 01 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA

Prefeito Municipal em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

### DC 291-2018 CONCEDE INSALUBRIDADE RAFAEL

Publicação Nº 1774717

	Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO de Nova Itaberaba Administrativo
--	---

DECRETO Nº 291/2018 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

"CONCEDE ADICIONAL INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017, Lei 1.204/2018 de 12 de Setembro de 2018.

CONSIDERANDO: que o servidor exerce funções consideradas insalubres e que lhe deram o direito de recebimento do adicional, conforme LTCAT.

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - FICA concedido o adicional de Insalubridade ao servidor RAFAEL LUCHETTA, Médico Clínico Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo nacional vigente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 01 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA

Prefeito Municipal em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

**DC 292-2018 REGULAMENTA GASTOS COM FEIRA DA BEZERRA**

Publicação Nº 1774718

DECRETO Nº 292/2018 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS VALORES A SEREM DESPENDIDOS PELO MUNICÍPIO PARA REALIZAÇÃO DA 3ª FEIRA MUNICIPAL DA BEZERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOAO ZARYCHTA, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal.

CONSIDERANDO: a disposição no artigo 3º da Lei 901/2011, o qual autoriza o chefe do Poder Executivo, fixar por decreto os valores a serem despendidos pelo Município para realização de Feiras da Bezerra, e que neste ano, no período de 16 a 18 de Novembro de 2018, se realizará a 3ª Feira da Bezerra, no âmbito municipal.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo de Nova Itaberaba autorizado a realizar despesas no valor de até 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) com a realização de 3ª AMOSTRA DE NOVILHAS LEITEIRAS E FEIRA AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA (Feira da Bezerra), para o ano de 2018.

Art. 2º - As despesas de que trata o Art. 1.º destinam-se a custear gastos com alimentação, transporte, exames, materiais em geral para instalações e acomodações dos animais, divulgação, palestras, locações de bens particulares, moveis e imóveis, contratação de mão de obra e aquisição de materiais, necessários para instalação da estrutura física da feira, bem como custear despesas com alimentação das pessoas envolvidas com a exposição e trabalhos da feira.

Art. 3º - As despesas correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento vigente, do exercício atual.

Art 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 02 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA

Prefeito Municipal em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**DC 295-2018 CREDITO SUPLEMENTAR SAUDE MAC**

Publicação Nº 1774719

DECRETO Nº. 295/2018 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOAO ZARYCHTA Prefeito Municipal em Exercício de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.171/2017, de 15 de dezembro de 2017.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Fundo Municipal de Saude de Nova Itaberaba no exercício 2018, no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), no Projeto Atividade 2.018 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública, na modalidade 3.3.90 e 3.3.93 - Aplicação Direta, na fonte 0.1.38 – Transferência Sistema Único de Saude SUS/União, conforme programação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA

Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saude SUS/União

Modalidade de Aplicação 3.3.93 – Aplicação Direta R\$ 13.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Detalhamento: 0061 – MAC

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito



mil reais), provenientes da anulação de dotação do Fundo Municipal de Saude de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 Saúde  
Sub-Função: 301 Atenção Básica  
Programa: 0013 MAIS SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA  
Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saude SUS/União  
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 11.000,00  
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 7.000,00  
Detalhamento: 0008 – PAB

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 02 DE OUTUBRO DE 2018.  
JOAO ZARYCHTA  
Prefeito Municipal em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário Mun. De Administração.

MAURO C. R. DOS SANTOS.  
Assessor Jurídico

#### **DC 296-2018 EXONERA SERV ACT JORYE**

Publicação Nº 1774720

DECRETO Nº 296/2018 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

"EXONERA SERVIDOR EM CONTRATO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017 e lei nº 540/2003.

CONSIDERANDO: O fim do contrato firmado com a Servidora;

DECRETA:

ART. 1º - Fica exonerada das funções de Nutricionista, 20 horas semanais, cargo ACT, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a servidora municipal JORYE LURDES MENDES DE MEDEIROS, admitida pelo Decreto nº 220/2016 e nº 266/2017.

ART. 2º - Este decreto entra em vigor na de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, em especial o Decreto nº 220/2016 e nº 266/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 02 DE OUTUBRO DE 2018.  
JOÃO ZARYCHTA  
Prefeito Municipal em exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretario Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

#### **DC 297-2018 CONTRATA PROFESSOR ACT ALINE**

Publicação Nº 1774721

DECRETO Nº 297/2018 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei complementar nº 1.151/2017 de 01 de Novembro de 2017 e suas alterações;

CONSIDERANDO: a falta de professores efetivos no quadro funcional e a necessidade de atendimento dos alunos matriculados na rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO: a sua aprovação no processo seletivo 008/2018;

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA nomeada para atender necessidade temporária, e exercer as funções de PROFESSORA DE ARTES (10) dez horas semanais, cargo ACT, ALINE SANTIN, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo os vencimentos previstos no Anexo IV da Lei Complementar nº 1.151/2017 de 01 de Novembro de 2017, pelo período de 03/10/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento pôr razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 03 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA

Prefeito Municipal em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**DC 299-2018 CONTRATA SERVIDOR CONCURSO MILENE**

Publicação Nº 1774722

DECRETO Nº 299/2018 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

"ADMITE SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017, Lei Complementar nº 002/2001 e suas alterações;

CONSIDERANDO: a necessidade de um(a) Nutricionista, para atuar no Programa NASF, junto a Secretaria Municipal de Saúde, e sua aprovação no Concurso Público nº 001/2017.

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA nomeada para exercer as funções de Nutricionista (20) vinte horas semanais, cargo Efetivo, a Srta. MILENE SAMARIS WALKER, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo os vencimentos conforme Anexo I e IV da Lei Complementar nº 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 09 DE OUTUBRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**DC 300-2018 EXONERA SERV ACT PAULA**

Publicação Nº 1774724

DECRETO Nº 300/2018 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

"EXONERA SERVIDOR EM CONTRATO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017 e lei nº 540/2003.

CONSIDERANDO: O fim do contrato firmado com a Servidora, devido ao retorno de licenças legalmente concedidas à servidora titular do cargo;

**DECRETA:**

ART. 1º - Fica exonerada das funções de Farmacêutica, 40 horas semanais, cargo ACT, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a servidora municipal PAULA FERNANDA BERNARDI, admitida pelo Decreto nº 128/2018.

ART. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 128/2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 09 DE OUTUBRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

### **DC 303-2018 NOMEIA CARGO COM JONAS**

Publicação Nº 1774725

DECRETO Nº 303/2018 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

“NOMEIA ASSESSOR DE IMPRENSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017.

CONSIDERANDO: que existe a necessidade de um Assessor de Imprensa para que efetue a divulgação de atos da Administração, realize programa de rádio e outras atividades pertinentes.

DECRETA:

ART. 1º - Fica nomeado para exercer as funções de Assessor de Imprensa, o Sr. JONAS BIANCHI, Cargo em Comissão, com gratificação, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, percebendo a remuneração prevista no anexo III da Lei Municipal nº 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017.

Art. 2º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento pôr razões de interesse público devidamente justificado.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 15 DE OUTUBRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Procurador Jurídico

### **PORTARIA- 126 FERIAS ALINE**

Publicação Nº 1774728

PORTARIA N.º 126/2018 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pela servidora.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares a servidora municipal ALINE BASSO SCHNEIDER, Enfermeira, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com período aquisitivo em 01/11/2016 a 31/10/2017 e período de gozo de 01/10/2018 a 31/10/2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA  
Prefeito Municipal em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

**PORTARIA- 127 FERIAS CLEDIA**

Publicação Nº 1774729

PORTARIA N.º 127/2018 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pela servidora.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares a servidora municipal CLEDIA MARA VIDOR FERRARINI, Agente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, com período aquisitivo em 03/05/2017 a 02/05/2018 e período de gozo de 29/10/2018 a 27/11/2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA  
Prefeito Municipal em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

**PORTARIA- 128 FERIAS ELIZANDRA**

Publicação Nº 1774731

PORTARIA N.º 128/2018 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pela servidora.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares a servidora municipal ELIZANDRA ANDRIN, Agente Comunitário de Saúde, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, com período aquisitivo em 01/11/2016 a 31/10/2017 e período de gozo de 01/10/2018 a 30/10/2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA  
Prefeito Municipal em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

**PORTARIA- 129 LICENCA PREMIO ELONI**

Publicação Nº 1774734

PORTARIA N.º 129/2018 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA PREMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 664/2006.

CONSIDERANDO: o direito de Licença Prêmio já adquirido e o requerimento apresentado pela servidora, solicitando a concessão;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Prêmio a servidora Pública Municipal ELONI ZAMBONI, Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, de acordo com a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei 664/2006, pelo período de 30 (trinta) dias, compreendidos entre os dias 01/10/2018 a 30/10/2018. Período aquisitivo 03/04/2012 a 02/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA

Prefeito Municipal em exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**PORTARIA- 130 LICENCA PREMIO OLIVAR**

Publicação Nº 1774735

PORTARIA N.º 130/2018 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA PREMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 664/2006.

CONSIDERANDO: o direito de Licença Prêmio já adquirido e o requerimento apresentado pelo servidor, solicitando a concessão;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor Público Municipal OLIVAR BASSO, Operador, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de acordo com a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei 664/2006, pelo período de 30 (trinta) dias, compreendidos entre os dias 01/10/2018 a 30/10/2018. Período aquisitivo 02/01/2012 a 01/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA

Prefeito Municipal em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**PORTARIA- 131 LICENCA PREMIO IRADIR**

Publicação Nº 1774738

PORTARIA N.º 131/2018 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA PREMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 664/2006.

CONSIDERANDO: o direito de Licença Prêmio já adquirido e o requerimento apresentado pelo servidor, solicitando a concessão;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor Público Municipal IRADIR TROMBETTA, Motorista, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de acordo com a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei 664/2006, pelo período de 30 (trinta) dias, compreendidos entre os dias 01/10/2018 a 30/10/2018. Período aquisitivo 15/05/2013 a 14/05/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA

Prefeito Municipal em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**PORTARIA- 132 LICENCA PREMIO SANDRA**

Publicação N° 1774740

PORTARIA N.º 132/2018 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA PREMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 664/2006.

CONSIDERANDO: o direito de Licença Prêmio já adquirido e o requerimento apresentado pela servidora, solicitando a concessão;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Prêmio a servidora Pública Municipal SANDRA MARIA CIVA, Professora, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, de acordo com a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei 664/2006, pelo período de 30 (trinta) dias, compreendidos entre os dias 01/10/2018 a 30/10/2018. Período aquisitivo 25/05/2011 a 24/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA

Prefeito Municipal em exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**PORTARIA- 133 LICENÇA PREMIO INDENIZADA ARIANE**

Publicação N° 1774742

PORTARIA N.º 133/2018 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

“AUTORIZA A CONVERSÃO DE LICENÇA PREMIO EM ABONO PECUNIARIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 664/2006;

CONSIDERANDO: O direito de licença Prêmio adquirido pela servidora;

CONSIDERANDO: O disposto no art. 76 da Lei nº 664/2006, mediante rescisão de contrato do servidor, será pago proporcionalmente os meses de licença com direito adquirido;

RESOLVE:

Art 1º - CONVERTER, período proporcional de Licença Premio em abono pecuniário a servidora municipal ARIANE DAL CHIAVON PARIZE, Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, com período aquisitivo de 09/07/2017 a 28/09/2018, conforme parágrafo Terceiro do Art. 76 da Lei 664/2006.

Art. 2º - E para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.



Art. 3º - Este Ato entra em vigor da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de Setembro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 01 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA

Prefeito Municipal em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

## **PORTARIA- 134 DESIGNA RESPONSÁVEL TÉCNICA PELA ODONTOLOGIA**

Publicação Nº 1774744

PORTARIA N.º 134/2018 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

"NOMEIA RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EQUIPE DE ODONTOLOGIA DA UNIDADE DE SAÚDE E NOVA ITABERABA E OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar;

CONSIDERANDO: Que há necessidade de nomear um Odontólogo para responder perante o CRO, como responsável pela equipe de odontologia da Unidade de Saúde de Nova Itaberaba.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a servidora Municipal ANA CAROLINA MASCARELLO VIEIRA, matrícula nº 474-0, Cargo Efetivo, lotada na Secretaria de Saúde, como responsável técnica pela Equipe de odontologia da Unidade de Saúde de Nova Itaberaba – SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 03 DE OUTUBRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA

Prefeito Municipal em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

## **PORTARIA- 135 TRANSFERE SERVIDOR DE SECRETARIA JORYE**

Publicação Nº 1774746

PORTARIA N.º 135/2018 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

"TRANSFERE SERVIDOR DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.054/2017 de 27 de Novembro de 2017;

CONSIDERANDO: a necessidade de remanejamento de servidores para atender a demanda de serviços nas Secretarias;

DECRETA:

Art. 1º - FICA transferida para exercer as funções de Nutricionista, 20 horas semanais, a Sra. JORYE LURDES MENDES DE MEDEIROS, Cargo Efetivo, passando sua lotação para a Secretaria de Educação Cultura e Esportes, percebendo os vencimentos conforme previsto na Lei Complementar nº 1.054/2017 de 27 de Novembro de 2017.

Art. 2º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento pôr razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA- 136 ADICIONAL DE TITULAÇÃO ROOZIVAL**

Publicação N° 1774748

PORTARIA N.º 136/2018 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017;

CONSIDERANDO: O requerimento apresentado pelo servidor, e o direito adquirido, de acordo com o previsto no Art. 13 da Lei Complementar n.º 1.154/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Adicional de Titulação ao Servidor Municipal Roozival Pereira da Silva Evangelista, Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, de acordo com o Artigo 13 da Lei Municipal n.º 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017, no percentual de 05% (cinco por cento).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 10 DE OUTUBRO DE 2018.  
MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secr. Munic. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 667/2018

Publicação Nº 1774383

PORTARIA Nº 667/2018  
Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 655/2018, que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal ADRIENNE PAULA DE FREITAS DOS SANTOS, matrícula nº 6658, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Escolar – nível IV, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Aguti e Padre José da Poian, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30(trinta) dias, até 06/11/2018, conforme resultado pericial, datado de 15/10/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de outubro de 2018.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 668/2018

Publicação Nº 1774679

PORTARIA Nº 668/2018  
Dispõe Sobre Credenciamento

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de conformidade com o art. 1º e §§, Lei nº 2.518/2013, de 17/12/2013,

#### RESOLVE:

CREDENCIAR, o Servidor Público Municipal GIOVANI VOLTOLINI, matrícula nº 7072, concursado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para dirigir veículo do Município em viagem a serviço da municipalidade, a partir de 16 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de outubro de 2018.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

### RESOLUÇÃO Nº 003/2018

Publicação Nº 1775373

RESOLUÇÃO Nº 003/2018

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Nova Trento.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 16 de Outubro de 2018, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS

e pelo cumprimento ao disposto no Art. 2º, inciso I, IV, V, VII e XIV da Lei Municipal nº 1445/95, de 13 de Dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Trento – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de 27.777,78 (vinte sete mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e oito centavos) referente ao ano de 2018, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 16 de Outubro de 2018

Samanta Lazzarotto Franzoi

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2018**

Publicação Nº 1774382

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 63/2018 - PR</b>
CNPJ: 82.925.025/0001-60 RUA SANTO INACIO 126 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 94/2018 Processo de Licitação: 94/2018 Data do Processo: 10/09/2018
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 94/2018  
b ) Licitação Nr.: 63/2018-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 16/10/2018  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, LOCAÇÃO DE SOFTWARE E SUPORTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLE INTERNO PARA O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

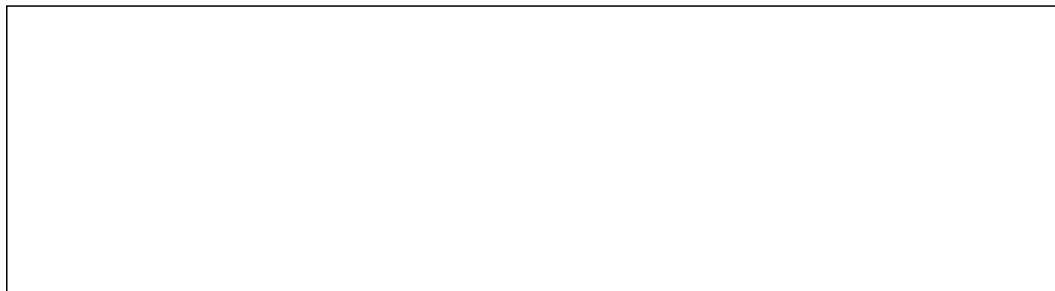
(em Reais R\$)

**LOTE: 1****FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA. (8993)**

1	LOCAÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARE - CONTROLE INTERNO - Marca: FAEE	MES	12,00	0,0000	600,00	7.200,00
2	IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE - CONTROLE INTERNO - Marca: FAEE	SERV	1,00	0,0000	1.000,00	1.000,00
3	SUPORTE TÉCNICO IN LOCO DE SOFTWARE - CONTROLE INTERNO - Marca: FAEE	KM	3.350,00	0,0000	1,00	3.350,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>11.550,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>11.550,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (14) Saldo: 1.000,00



**SAMAE - NOVA TRENT****CONTRATO Nº 00035/2018 MITRA METROPOLITANA DE FLORIANOPOLIS**

Publicação Nº 1774627

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE NOVA TRENT CNPJ: 95.785.267/0001-48  
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356  
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENT

OUTUBRO/2018

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO

Contrato: MITRA METROPOLITANA DE FLORIANOPOLIS  
CNPJ: 83.932.343/0001-11  
Modalidade: CD 281/2018  
Data Compra: 09/10/2018  
Número do Contrato: Nº 00035/2018  
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: O objeto do presente instrumento é a locação uma Torre localizada no terreno da propriedade da LOCADORA, localizado na Rua Santo Inácio, nº 170 - Morro da Cruz - Nova Trento/SC, bem como do espaço abaixo dos equipamentos das televisões, com a finalidade de instalação de antena pela LOCATÁRIA na referida torre.

Data da Assinatura: 09/10/2018  
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/10/2018  
Vigência: 15/10/2018 a 31/12/2018  
Dotação Orçamentária: 2.035.3.3.90.39.10.00.00.00  
Valor Total dos Lotes: 3.000,00 (Três mil reais)  
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

IVÃ ALESSANDRO FRANZOI  
DIRETOR DO SAMAE



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### DECRETO 2.480 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1774269

DECRETO Nº 2.480 de 16 de Outubro de 2018.

Abre crédito adicional SUPLEMENTAR por excesso de arrecadação e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Artigos 41- I, 42 e 43 – III, da Lei Federal Nº 4.320/64 e amparado pela Lei Municipal 561 de 27 de novembro de 2017.

CONSIDERANDO: A execução da construção de duas salas de aulas do pré-escolar.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 43.805,32 (Quarenta e três mil oitocentos e cinco reais e trinta e dois centavos) relativos a recursos vinculados assim consignados:

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01– DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto 1.001 – Manutenção e ampliação da rede física ensino fundamental

Elementos de Despesa – 4.4.90 – 01.0061 – Aplicações Diretas .....R\$ 43.805,32

TOTAL ..... R\$ 43.805,32

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 15 de Outubro de 2018

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 043/2018

Publicação Nº 1774357

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 10/10/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ENFARDADEIRA PARA FARDOS RETANGULARES, ANCINHO ENLEIRADOR E ESPALHADOR, SEGADEIRA DE DISCOS E DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO SÓLIDO COM CAPACIDADE MINIMA DE 7,5 TONELADAS, com recursos advindo do Contrato de repasse nº 873020/2018 SEAD/CAIXA– operação 1059232-74 com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar do Desenvolvimento Agrário e demais especificações constantes do edital e seus anexos

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 051/2018

Contratada...: IRMÃOS ZANELLA COMERCIAL AGRICOLA LTDA ME

Valor ..... : 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)

Contrato Nº.: 052/2018

Contratada...: ATUATI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA EP

Valor ..... : 72.700,00 (setenta e dois mil e setecentos reais)

Contrato Nº.: 053/2018

Contratada....: ALGOR METALURICA LTDA  
Valor ..... : 29.640,00 (vinte e nove mil, seiscentos e quarenta reais)

Contrato Nº.: 054/2018  
Contratada....: FINARDI INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS  
Valor ..... : 28.350,00 (vinte e oito mil, trezentos e cinquenta reais)

DATA: 10.10.2018 – Vandelei Sanagiotto – Prefeito Municipal

## EXTRATO DO PL PM Nº 049/18-TP Nº 009/18

Publicação Nº 1774268

### MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 049/2018-TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018 - Tipo: MENOR PREÇO POR GLOBAL - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE DUAS SALAS DE AULA, BANHEIROS E LACTÁRIO COM ÁREA TOTAL DE 141,08 M2, NA ESCOLA CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL NOVO HORIZONTE – CENHO, em regime de execução indireta de empreitada por preço global, conforme Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma, descritos nos Anexos III - VII, parte integrante deste edital. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min do dia 05/11/2018, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email: [licitacao@novohorizonte.sc.gov.br](mailto:licitacao@novohorizonte.sc.gov.br). Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie e Decreto nº 1.694/2009, de 20/10/2009, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 17 de Outubro de 2018. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

## PORTARIA 087 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775040

PORTARIA nº 087 de 16 de Outubro de 2018.

Dispõe sobre A EXONERAÇÃO de membro do Conselho Tutelar e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, no uso de suas atribuições legais e amparada pela Lei Municipal 199/98, alterada pela Lei Municipal 487/2013 e Lei Complementar 024/2003,

### RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Conselheira Tutelar suplente SUZANA COAN VIERO, matrícula 867/01, a partir do dia 18 de Outubro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 16 de Outubro de 2018.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

# Orleans

## PREFEITURA

### ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 111/2017-1 PREFEITURA

Publicação Nº 1775214

#### ADITIVO DE PRAZO

Aditivo Nº ..... : 111/2017-1 - Contrato Nº: 111/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: FUNDACAO EDUCACIONAL DE CRICIUMA - FUCRI

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 16/10/2018 Término: 31/07/2019

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2017

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO TERRITORIAL PARA MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO IMOBILIÁRIO, PLANEJAMENTO URBANO, PROJETOS E OBRAS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC.

Orleans, 16 de Outubro de 2018

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

### CHAMAMENTO

Publicação Nº 1775360

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, mediante o qual fica CONVOCADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2017, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2017 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
Márcio José Correia da Silva Lopes	Médico da Saúde da Família	40 h

Orleans, 17 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

### CHAMAMENTO

Publicação Nº 1774341

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, mediante o qual fica CONVOCADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2017, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2017 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
Charles Damian Preve	Médico da Saúde da Família	40 h

Orleans, 16 de outubro de 2018.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

**PROCESSO Nº 193/2018 PREFEITURA**

Publicação Nº 1775034

PROCESSO Nº 193/2018

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 100/2018

Tipo: Maior Lance

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, INCLUSIVE COOPERATIVAS DE CRÉDITO, PARA OPERAR OS SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, ESTATUTÁRIOS, E CONTRATADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DO PODER EXECUTIVO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 30/10/2018 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 31/10/2018, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 16 de Outubro de 2018.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.406, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775263

DECRETO Nº 2.406, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

CMDCA. Nomeia Membros para o Biênio 2018/2020 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Palhoça .

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

No uso das atribuições legais, torna público que com base na Lei Municipal nº 2.755, de 21 de dezembro de 2007, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros e seus respectivos suplentes, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça - CMDCA, Biênio 2018/2020:

I - Representação Governamental:

a) Secretaria Municipal de Saúde:

1. Titular: Elaine Schramm Serratine Ayres da Rocha;
2. Suplente: Samy Bechtolde Bett.

b) Secretaria Municipal de Educação:

1. Titular: Michele Patrícia Moreira;
2. Suplente: Edinalda Silveira de Souza Pires.

c) Fundação Municipal de Esporte e Cultura:

1. Titular: Aline Gomes;
2. Suplente: Ary Paulo Donatello Filho.

d) Secretaria Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura:

1. Titular: Adriana Morsolotto Cardoso;
2. Suplente: João Julio da Rosa Junior.

e) Secretaria Municipal de Assistência Social:

1. Titular: Jucélia Oliveira Schneider;
2. Suplente: Rafael Arns Stobbe.

f) Secretaria Municipal da Fazenda:

1. Titular: Adriana Izaebel da Silva;
2. Suplente: Cristiane Olga Martins.

II - Organização da Sociedade Civil - Titulares:

a) Fundação Fé e Alegria:

1. Titular: Renata Silva de Oliveira Ikeda;
2. Suplente: Vinícius Veiga Garcia Hamagushi.

b) APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Palhoça:

1. Titular: Leticia de Freitas Finger;
2. Suplente: Beatriz Eugênia Oliveira.

c) Associação João Paulo II:

1. Titular: Aline Janaina Moraes Gonçalves;
2. Suplente: Lilian Daniela Nascimento.

d) Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE:

1. Titular: Rodrigo Morfim;
2. Suplente: Francis Paula dos Santos Demori.

e) Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social - AEBAS:

1. Titular: Carini Alves de Souza;
2. Suplente: Vanessa Fabiane Aparecida da Cruz Landgraf.

f) Conselho Comunitário Aririú da Formiga:

1. Titular: Silnaide Stange;
2. Suplente: Manoel Bittencourt.

III - Organização da Sociedade Civil - Suplentes:

a) Associação Du Projetus Sociais:

1. Titular: Eliete Alano;
2. Suplente: Bárbara Antão Inácio Padilha;

b) Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração - RENAPSI:

1. Titular: Malu Alves Batista Mendes;
2. Suplente: Michele Cristhina Silva.

c) Conselho Comunitário Alto Aririú:

1. Titular: Laurita Maria da Silva dos Santos;
2. Suplente: Maiara Duarte.

d) Conselho Comunitário Jardim Eldorado:

1. Titular: Ana Paula Schutz Santana;
2. Suplente: Isaura Bet.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 15 de outubro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 2.407, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1775264

DECRETO Nº 2.407, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

COMISSÃO INTERSETORIAL. Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 2.159, de 27 de abril de 2017, que instituiu a Comissão Intersetorial do Bolsa Família.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 2.159, de 27 de abril de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Ficam nomeados os membros da comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família:

I - Luana Steimback - Presidente da Comissão;

II - Sara Dalla Lana - Secretaria Municipal de Saúde;

III - Heldinar Martins - Secretaria Municipal de Educação

IV - Adriana Fernanda Costa - Secretaria de Assistência Social" (N.R.)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 15 de outubro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal



**ERRATA Nº 001 EDITAL Nº 02/2018 – PONTO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO NÁUTICO (PN) TEMPORADA DE VERÃO 2018/2019**

Publicação Nº 1774915

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

**ERRATA Nº 001**

Edital nº 02/2018 – Ponto de Locação de Equipamento Náutico (PN)  
Temporada de Verão 2018/2019

O Município de Palhoça torna público que o Edital 02/2018 – Ponto de locação de Equipamento Náutico (PN) Temporada de Verão 2018/2019, sofreu alteração no item 6,0 – DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES VENCEDORES, passando a ter nova redação:

p) Deverão ser adquiridos 02 (duas) unidades de coletes personalizados, conforme modelo a ser definido pela Secretaria de Infraestrutura;

q) Deverá ser adquirido 01 (uma) unidade de crachá conforme modelo a ser definido pela Secretaria de Infraestrutura.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Fazenda, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net)

Palhoça, 15 de outubro de 2018.

Isnardo Luís Brant  
Secretário Municipal de Fazenda

**ERRATA Nº 002 EDITAL Nº 04/2018 – PONTO FIXO PARA ARTESÃO (PFA) TEMPORADA DE VERÃO 2018/2019**

Publicação Nº 1774911

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

**ERRATA Nº 002**

Edital nº 04/2018 – Ponto Fixo para Artesão (PFA)  
Temporada de Verão 2018/2019

O Município de Palhoça torna público que o Edital 04/2018 – Ponto Fixo Artesão (PFA) - Temporada de Verão 2018/2019 sofreu alteração no item 6,0 - DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES VENCEDORES , passando a ter nova redação:

i) Deverão ser adquiridos 02 (duas) unidades de coletes personalizados, conforme modelo a ser definido pela Secretaria de Infraestrutura;

j) Deverá ser adquirido 01 (uma) unidade de crachá conforme modelo a ser definido pela Secretaria de Infraestrutura.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Fazenda, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net)

Palhoça, 15 de outubro de 2018.

Isnardo Luís Brant  
Secretário Municipal de Fazenda

**PORTARIA 73**

Publicação Nº 1775204

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: [palhoca.atende.net](http://palhoca.atende.net)

PORTARIA N. 73/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando o Memorando n. 57.841/2018 da Secretaria Municipal de Saúde

#### RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Sindicância Administrativa para apurar responsabilidade pelos fatos, nos termos do art. 229 da Lei Complementar n 96, de 15 de dezembro de 2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Presidente da Sindicância que será integrada pelo membro a seguir:

A) EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES - mat. 129563 - Presidente

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar n, 96/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Parágrafo único. A não conclusão do prazo do Processo Administrativo Disciplinar não acarretará nulidade, salvo se comprovadamente demonstrado prejuízo ao servidor.

Palhoça - SC, em 10 de outubro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

---

### CÂMARA MUNICIPAL

---

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO 2º COLOCADO TP 01/2018

Publicação Nº 1775273

TERMO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 16/2018

Modalidade: Tomada de Preços n.º 01/2018

Tipo: Menor Preço Globo.

REF.: CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO 2º COLOCADO EM PROCESSO LICITATÓRIO, ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

Prezado Senhor,

Na forma do Art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, vimos CONVOCAR Vossa Senhoria para que manifeste interesse, como remanescente, na ordem de classificação, do processo licitatório decorrente da Tomada de Preços nº 01/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para serviço de reforma no prédio sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC, situado na Rua Joci José Martins, n.º 101, em Palhoça/SC, visando adequação da edificação junto à Avenida das Torres em virtude da notificação extrajudicial exarada pela Prefeitura Municipal de Palhoça e adequações de acessibilidade no interior e exterior da edificação da sede em atendimento ao Ofício nº 0304/2018/06PJ/PAL de acordo com as instruções contidas na norma NBR – 9050/2004 e suas atualizações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, em conformidade com a Lei Federal nº 10.098/2000, com fornecimento de materiais e mão de obra, o interesse em assumir as futuras obrigações decorrentes de rescisão contratual dos Termos de Contrato nº 021/2018.

Trata-se de assumir as obrigações do processo em epígrafe na qual Vossa Senhoria foi classificada em 2º (segundo) lugar, em consequência de rescisão contratual e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido, conforme determina e legislação em vigor.

O Termo de Contrato está disponível no Setor de Compras e Licitações na Rua Joci José Martins, nº 101, Bairro Passa Vinte, Palhoça/SC, e deverá ser assinado no prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da presente convocação.

Palhoça/SC, 16 de outubro de 2018.

Cristiane A. da Silva  
Presidente CPL

Joel Filipe Gaspar  
Presidente em exercício CMP

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2018**

Publicação Nº 1774826

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2018 –  
Pregão Presencial 08/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e  
a empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações  
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para  
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e  
para uso nos atendimentos da UPA, CEAP e para o Bem Estar  
Animal.

DATA: 09/04/2018 à 08/04/2019.

Nome da Empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 05.531.725/0001-20	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Dipirona sódica 500mg/2 ml injetável					
7	25000,00	AMP	FARMACE	R\$0,2900	R\$7.250,0000
Especificação: Fluconazol, 150mg, blister com 1 cápsula.					
11	200000,00	AMP	MEDQUIMICA	R\$0,3000	R\$60.000,0000
Valor Total (sessenta e sete mil e duzentos e cinquenta reais)					R\$67.250,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2018**

Publicação Nº 1774827

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2018 –  
Pregão Presencial 08/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e  
a empresa: MEDIC VET LTDA ME. OBJETO: Aquisição de  
medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas  
contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias  
Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos  
da UPA, CEAP e para o Bem Estar Animal.  
DATA: 09/04/2018 à 08/04/2019.

<b>Nome da Empresa: MEDIC VET LTDA ME</b>				<b>CNPJ: 20.637.873/0001-17</b>	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Acepromazina 0,2% injetável frasco c/ 20ml					
33	200,00	FRS	APROMAZIN 0,2% 20ML - SYNTEC	R\$28,0000	R\$5.600,0000
<b>Especificação:</b> Cloridrato de cetamina 10%, 50ml.					
34	600,00	FRS	Vencofarma - Ketalex	R\$98,0000	R\$58.800,0000
<b>Especificação:</b> Cloridrato de Xilazina 2%, 10 ml					
35	300,00	FRS	Vencofarma - Sedalex	R\$24,0000	R\$7.200,0000
<b>Especificação:</b> Enrofloxacin 10% com 50ml.					
36	200,00	FRS	FLOXICLIN 50ML - BIOFARM	R\$15,0000	R\$3.000,0000
<b>Especificação:</b> Enrofloxacin 2,5%, 20ml					
37	200,00	FRS	CHEMITRIL 2,5% 20ML - CHEMITEC	R\$10,0000	R\$2.000,0000
<b>Especificação:</b> Meloxicam 0,2%, 20ml					
38	200,00	FRS	Elo - Xicam - Chemitec	R\$65,0000	R\$13.000,0000
<b>Valor Total</b> (oitenta e nove mil e seiscentos reais)				<b>R\$89.600,00</b>	

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2018**

Publicação Nº 1774834

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2018 – Pregão Presencial 38/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO S/A - OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanente, para uso nos consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais para confecção de próteses dentárias e material para fonoaudiologia.

DATA: 16/10/2018 à 15/10/2019.

Nome da Empresa: OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO S/A				CNPJ: 83.802.215/0001-53	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Cadeira radiológica elétrica. Automática com movimentos de assento e encosto; Controle de Pedal; Apoio para Pés Rebatível; motor isento de óleo); Capacidade aprox. 135Kg. Cabeceira Multiarticulada; Braços Estofados.					
372	1,00	UN	Olsen/Oftalmo	R\$8.321,0000	R\$8.321,0000
<b>Especificação:</b> Consultório odontológico composto de: cadeira odontológica com base maciça em aço ou ferro fundido, com isolamento em pvc, dispensa fixação ao piso, totalmente automática com 4 movimentos individuais mais 4 movimentos automáticos sendo: volta-zero e três programações de trabalho; acionamentos dos movimentos da cadeira através de comando de pé integrado a base da cadeira. Estofamento injetado em poliuretano flexível, revestido com laminado de pvc sem costuras; encosto com cabeceira articulada, com regulagem de altura, permitindo inclinação do apoio da cabeça; apoio de braço de ambos os lados da cadeira.caixa de ligação incorporada a base da cadeira. Equipo odontológico em cart, com três terminais tipo borden, sendo: uma seringa tríplice com bico giratório e destacável para esterilização em autoclave, um para alta-rotação (ar) e um para micromotor-baixa-rotação (br), com acionamento do ar e br através de pedal progressivo; com bandeja auxiliar em aço inoxidável, sem bordas; mangueiras lisas em silicone, para fácil limpeza e desinfecção; regulagens individuais de ar e água. Reservatórios de água para alimentação das pontas em policarbonato transparente. Pedal progressivo de acionamento do equipo deve ser separado do pedal de comando da cadeira. Unidade auxiliar acoplada à cadeira, com estrutura de alta resistência; cuspeira com ralo, confeccionado em material de alta resistência, removível, possibilitando a limpeza; com um sugador e com possibilidade de instalação de um segundo sugador em sistema de alta potência. Refletor odontológico em material de alta resistência, com braço multiarticulado, pega-mão fixo e duplo; cabeçote com proteção e com movimentos de giro possuindo batente para evitar rompimento dos cabos elétricos; iluminação através de tecnologia led. 02 unidades de mocho odontológico à gás obrigatoriamente da mesma marca da cadeira com sistema de elevação do assento a gás, através de alavanca lateral que permite maior facilidade e rapidez no ajuste de posições. Encosto anatômico com ajuste de aproximação, proporcionando maior conforto ao profissional. Base com 5 rodízios, resistente, proporciona excelente estabilidade e fácil mobilidade. Estofamento em material rígido e resistente, com revestimento sem costura, densidade adequada e anti-deformante. Acabamento liso com cantos arredondados, altura regulável. Capacidade para suportar carga de 135 kg. .. Outras especificações: voltagem dos equipamentos elétricos: 220 volts; ambidestro; a pintura dos equipamentos deverá ser lisa e de alto brilho, com resistência à riscos e corrosão					
375	5,00	UN	Olsen/ Sprint T + Opcionais	R\$9.800,0000	R\$49.000,0000
<b>Valor Total (cinquenta e sete mil e trezentos e vinte e um reais)</b>					<b>R\$57.321,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2018**

Publicação Nº 1774836

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2018 – Pregão Presencial 38/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA EPP - OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanente, para uso nos consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais para confecção de próteses dentárias e material para fonoaudiologia.

DATA: 16/10/2018 à 15/10/2019.

Nome da Empresa: TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA EPP				CNPJ: 06.555.143/0001-46	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Abridor de boca odontopediátrico de borracha, caixa com 02 unidades.					
1	5,00	CX	IODONTOSUL IODONTOSUL	R\$5,1800	R\$25,9000
<b>Especificação:</b> Alavanca apical adulto reta, canelada, com ponta fina, em aço inox					
5	15,00	UN	LM LM	R\$17,1500	R\$257,2500
<b>Especificação:</b> Alavanca apical direita adulto, canelada, com ponta fina, em aço inox					
6	15,00	UN	LM LM	R\$17,1500	R\$257,2500
<b>Especificação:</b> Alavanca apical direita infantil, canelada, com ponta fina, em aço inox					
7	10,00	UN	LM LM	R\$16,3500	R\$163,5000
<b>Especificação:</b> Alavanca apical esquerda adulto, canelada, com ponta fina, em aço inox					
8	10,00	UN	LM LM	R\$17,1500	R\$171,5000
<b>Especificação:</b> Alavanca apical esquerda infantil, canelada, com ponta fina, em aço inox					
9	10,00	UN	LM LM	R\$16,2500	R\$162,5000
<b>Especificação:</b> Alavanca apical reta infantil, canelada, com ponta fina, em aço inox					
10	10,00	UN	LM LM	R\$16,2500	R\$162,5000
<b>Especificação:</b> Alavanca seldin 1L adulto, em aço inox					
11	10,00	UN	LM LM	R\$17,1500	R\$171,5000
<b>Especificação:</b> Alavanca seldin 1L infantil, em aço inox					
12	10,00	UN	LM LM	R\$16,2500	R\$162,5000
<b>Especificação:</b> Alavanca seldin 1R adulto, em aço inox					
13	10,00	UN	LM LM	R\$17,1500	R\$171,5000
<b>Especificação:</b> Alavanca seldin 1R infantil, em aço inox					
14	10,00	UN	LM LM	R\$17,1500	R\$171,5000
<b>Especificação:</b> Alavanca seldin reta nº2 adulto, em aço inox					
15	10,00	UN	LM LM	R\$17,1500	R\$171,5000
<b>Especificação:</b> Alavanca seldin reta nº2 infantil, em aço inox					
16	10,00	UN	LM LM	R\$17,1500	R\$171,5000
<b>Especificação:</b> Alveolotomo curvo, em aço inox					
17	15,00	UN	ABC ABC	R\$61,0000	R\$915,0000
<b>Especificação:</b> Alveolotomo reto, em aço inox					
18	15,00	PÇ	ABC ABC	R\$61,0000	R\$915,0000
<b>Especificação:</b> Aplicador de hidróxido de cálcio, duplo, inox, autoclavável.					
25	50,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$286,5000
<b>Especificação:</b> Avental descartável frontal manga longa, punho lastex, confeccionado em TNT, fabricada em 100% polipropileno (tecido não tecido), tiras de ajuste internas e externas para amarrar no dorso e na cintura, gramatura 30 gr, tamanho único.					
27	500,00	UN	ANADONA ANADONA	R\$1,6200	R\$810,0000
<b>Especificação:</b> Broca de alta rotação 3080					
41	100,00	UN	FAVA FAVA	R\$1,7200	R\$172,0000
<b>Especificação:</b> Broca de alta rotação 3082					
42	100,00	UN	FAVA FAVA	R\$1,7200	R\$172,0000
<b>Especificação:</b> Broca de alta rotação 3083					
43	100,00	UN	FAVA FAVA	R\$1,7200	R\$172,0000
<b>Especificação:</b> Broca zecrya 23mm, haste curta					
59	30,00	UN	MEDIN MEDIN	R\$28,4500	R\$853,5000
<b>Especificação:</b> Cabo de bisturi nº 3, em aço inox					
62	30,00	UN	LM LM	R\$6,6000	R\$198,0000
<b>Especificação:</b> Cabo de Bisturi nº4					



63	30,00	UN	LM LM	R\$6,6000	R\$198,0000
<b>Especificação:</b> Calcador de Paiva nº 01 em aço inox					
69	10,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$57,3000
<b>Especificação:</b> Calcador de Paiva nº 02 em aço inox					
70	10,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$57,3000
<b>Especificação:</b> Calcador de Paiva nº 03 em aço inox					
71	10,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$57,3000
<b>Especificação:</b> Calcador de Paiva nº 04 em aço inox					
72	10,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$57,3000
<b>Especificação:</b> Calcador ward nº 02 em aço inox					
73	10,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$57,3000
<b>Especificação:</b> Calcador ward nº 03 em aço inox					
74	10,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$57,3000
<b>Especificação:</b> Calcador ward nº 04 em aço inox					
75	10,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$57,3000
<b>Especificação:</b> Calcador ward nº 06 em aço inox					
76	10,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$57,3000
<b>Especificação:</b> Cariostatic Frasco com 10ml					
77	50,00	FRS	IODONTOSUL IODONTOSUL	R\$11,8700	R\$593,5000
<b>Especificação:</b> Cimento provisório, fechamento temporário de cavidades dentais em tratamentos restauradores e endodônticos, prevenindo contaminações, endurecimento químico, com coloração semelhante a do dente, normal, frs. c/ até 25 gr.					
83	30,00	FRS	CAITECH CAITECH	R\$7,4000	R\$222,0000
<b>Especificação:</b> Condensador de amalgama nº 1 em aço inox					
84	5,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$28,6500
<b>Especificação:</b> Condensador de amalgama nº 2 em aço inox					
85	5,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$28,6500
<b>Especificação:</b> Condensador de amalgama nº 21. em aço inox					
86	5,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$28,6500
<b>Especificação:</b> Condensador de amalgama nº 3 em aço inox					
87	5,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$28,6500
<b>Especificação:</b> Condensador de amalgama nº 4 em aço inox					
88	5,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$28,6500
<b>Especificação:</b> Condensador de amalgama nº 5 em aço inox					
89	5,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$28,6500
<b>Especificação:</b> Condensador de amalgama nº 6 em aço inox					
90	5,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$28,6500

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Cureta dupla de lucas nº 85. Ponta ativa fina e afiada, inox.					
105	10,00	UN	LM LM	R\$9,0000	R\$90,0000
<b>Especificação:</b> Cureta dupla de lucas nº 86. Ponta ativa fina e afiada, inox.					
106	10,00	UN	LM LM	R\$9,0000	R\$90,0000
<b>Especificação:</b> Cureta dupla de Lucas nº 87. Ponta ativa fina e afiada, inox.					
107	10,00	UN	LM LM	R\$5,7300	R\$57,3000
<b>Especificação:</b> Cureta para dentina nº 17. Ponta ativa fina e afiada, inox.					
108	50,00	UN	LM LM	R\$5,5000	R\$275,0000
<b>Especificação:</b> Cureta para dentina nº 5. Ponta ativa fina e afiada, inox.					
110	50,00	UN	LM LM	R\$5,5000	R\$275,0000
<b>Especificação:</b> Curetas cirúrgicas CRANE Kaplan nº 06, inox.					
111	3,00	UN	GOLGRAN GOLGRAN	R\$28,8000	R\$86,4000
<b>Especificação:</b> Edta trissódico, frasco 20 ml.					
119	20,00	UN	IODONTOSUL IODONTOSUL	R\$3,7300	R\$74,6000
<b>Especificação:</b> Espaçador digital nº. 01 (A), caixa com 04 unidades.					
123	10,00	CX	INJECTA INJECTA	R\$30,2900	R\$302,9000
<b>Especificação:</b> Espaçador digital nº. 02 (B), caixa com 04 unidades.					
124	10,00	CX	INJECTA INJECTA	R\$30,2900	R\$302,9000
<b>Especificação:</b> Espaçador digital nº. 03 (C), caixa com 04 unidades.					
125	10,00	CX	INJECTA INJECTA	R\$30,2900	R\$302,9000
<b>Especificação:</b> Espaçador digital nº. 04 (D), caixa com 04 unidades.					
126	10,00	CX	INJECTA INJECTA	R\$30,2900	R\$302,9000
<b>Especificação:</b> Espátula em inox nº 36					
127	60,00	UN	LM LM	R\$6,6000	R\$396,0000
<b>Especificação:</b> Espátula em inox nº 70					
128	50,00	UN	LM LM	R\$6,6000	R\$330,0000
<b>Especificação:</b> Espátula nº 31 de aço inox					
130	60,00	PÇ	LM LM	R\$6,6000	R\$396,0000
<b>Especificação:</b> Eucaliptol, líquido límpido, incolor ou amarelo pálido, de odor aromático, canforáceo, característico de e sabor picante. Praticamente insolúvel na água, miscível com o álcool, clorofórmio, sulfeto de carbono, ácido acético glacial, óleos vegetais e essências, frasco com 10mL.					
134	20,00	FRS	BIODINAMICA BIODINAMICA	R\$6,7000	R\$134,0000
<b>Especificação:</b> Fita matriz em aço, nº. 0,5 -0,05 mm x 5 mm mm.					
148	100,00	UN	PREVEN PREVEN	R\$1,0000	R\$100,0000
<b>Especificação:</b> Gengivótomos de Orban 1/2, em aço inox					
174	20,00	UN	LM LM	R\$10,5300	R\$210,6000
<b>Especificação:</b> Hidróxido de cálcio em pó, frasco com 10g					
176	20,00	FRS	BIODINAMICA BIODINAMICA	R\$3,5000	R\$70,0000
<b>Especificação:</b> Lâmina para bisturi nº. 13, cx com 100 unidades.					
182	30,00	CX	SOLIDOR SOLIDOR	R\$26,4900	R\$794,7000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo file numero 40, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
189	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo file numero 40, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
190	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo file numero 40, 31 mm, caixa com 06 unidades.					
191	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 15 c/ 21mm, caixa com 06 unidades.					
192	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 15 c/ 25mm, caixa com 06 unidades.					
193	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 15 c/ 31mm, caixa com 06 unidades.					
194	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 20 c/ 21mm, caixa com 06 unidades.					
195	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 20 c/ 25mm, caixa com 06 unidades.					
196	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 20 c/ 31mm, caixa com 06 unidades.					
197	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 25 c/ 21mm, caixa com 06 unidades.					
198	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 25 c/ 25mm, caixa com 06 unidades.					
199	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 25 c/ 31mm, caixa com 06 unidades.					
200	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 30 c/ 21mm, caixa com 06 unidades.					

201	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 30 c/ 25mm, caixa com 06 unidades.					
202	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 30 c/ 31mm, caixa com 06 unidades.					
203	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 35 c/ 21mm, caixa com 06 unidades.					
204	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 35 c/ 25mm, caixa com 06 unidades.					
205	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo-file numero 35 c/ 31mm, caixa com 06 unidades.					
206	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 45, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
207	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 45, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
208	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 45, 31 mm, caixa com 06 unidades.					
209	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 50, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
210	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 50, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
211	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 50, 31 mm, caixa com 06 unidades.					
212	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 55, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
213	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 55, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
214	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 55, 31 mm, caixa com 06 unidades.					
215	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 60, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
216	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 60, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
217	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 60, 31 mm, caixa com 06 unidades.					
218	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 70, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
219	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 70, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
220	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 70, 31 mm, caixa com 06 unidades.					
221	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 80, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
222	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 80, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
223	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero 80, 31 mm, caixa com 06 unidades.					
224	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K file numero terceira série, 90-140, 31 mm, caixa com 06 unidades.					
225	10,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$134,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K-File nº 06, com 21 mm, caixa com 06 unidades.					
226	30,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$402,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K-File nº 06, com 25 mm, caixa com 06 unidades.					
227	40,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$536,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K-File nº 06, com 31 mm, caixa com 06 unidades.					
228	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K-File nº 08, com 21 mm, caixa com 06 unidades.					
229	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K-File nº 08, com 25 mm, caixa com 06 unidades.					
230	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K-File nº 08, com 31 mm, caixa com 06 unidades.					
231	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K-File nº 10, com 21 mm, caixa com 06 unidades.					
232	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K-File nº 10, com 25 mm, caixa com 06 unidades.					
233	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo K-File nº 10, com 31 mm, caixa com 06 unidades.					
234	20,00	CX	LOHCUS LOHCUS	R\$13,4000	R\$268,0000
<b>Especificação:</b> Pedra pomes em pó, frasco com 100g					
248	50,00	FRS	IODONTOSUL IODONTOSUL	R\$4,6700	R\$233,5000
<b>Especificação:</b> Pinça clínica odontopediátrica em aço inoxidável.					
250	15,00	UN	LM LM	R\$6,1900	R\$92,8500
<b>Especificação:</b> Placa de vidro, tamanho aprox. de 15 x 7,5cm, 20 mm espessura, para manipulação de materiais odontológicos.					
254	20,00	UN	IODONTOSUL IODONTOSUL	R\$12,0000	R\$240,0000
<b>Especificação:</b> Porta-matriz TOFFLEMIRE em aço inox, adulto					
279	15,00	UN	LM LM	R\$18,4000	R\$276,0000
<b>Especificação:</b> Seringa carpule p/ tubete odontológico de 1,8ml, com refluxo. Em aço inoxidável.					
301	100,00	UN	LM LM	R\$22,8000	R\$2.280,0000
<b>Especificação:</b> Solução bucal de gluconato de clorexidina 0,12%, frasco com 1 Litro					
303	100,00	Litro	IODONTOSUL IODONTOSUL	R\$14,5300	R\$1.453,0000
<b>Especificação:</b> Taça de borracha pequena para profilaxia, CA.					
310	500,00	UN	PREVEN PREVEN	R\$0,9600	R\$480,0000

<b>Especificação:</b> Verniz com fluor para aplicação tópica 5% de fluoreto de sódio, frasco com 10 ml de verniz e frasco de 10 ml de solvente.					
319	50,00	FRS	FGM FGM	R\$13,4500	R\$672,5000
<b>Especificação:</b> Espátula n° 07, para cera					
335	10,00	UN	LM LM	R\$6,6000	R\$66,0000
<b>Especificação:</b> Lamparina tipo Hanau;					
348	3,00	UN	KONNEN KONNEN	R\$21,0000	R\$63,0000
<b>Valor Total</b> (trinta e sete mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa centavos)					<b>R\$37.326,90</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2018**

Publicação Nº 1774853

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2018 – Pregão

Presencial 38/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SILMES

COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP - OBJETO:

Aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanente, para uso nos consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais para confecção de próteses dentárias e material para fonoaudiologia.

DATA: 16/10/2018 à 15/10/2019.

Nome da Empresa: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS				CNPJ: 04.989.294/0001-87	
EIRELI - EPP					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Hipoclorito de sódio 1%, altamente bactericida, frasco com 1 litro.					
177	100,00	FRS	ASFER ASFER	R\$4,6200	R\$462,0000
Especificação: Lençol de borracha, caixa com 26 unidades					
184	50,00	CX	MADEITEX MADEITEX	R\$17,5800	R\$879,0000
Especificação: Resina composta por nanopartículas. Tubo com 4 gr. Cor A2 esmalte.					
283	100,00	UN	FGM FGM	R\$64,0000	R\$6.400,0000
Especificação: Resina composta por nanopartículas. Ttubo com 4 gr. Cor A3 esmalte.					
284	100,00	UN	FGM FGM	R\$64,0000	R\$6.400,0000
Especificação: Resina composta por nanopartículas.Tubo com 4 gr. Cor A1 esmalte.					
287	100,00	UN	FGM FGM	R\$64,0000	R\$6.400,0000
Especificação: Resina composta por nanopartículas. Tubo com 4 gr. Cor A2 dentina.					
288	100,00	UN	FGM FGM	R\$64,0000	R\$6.400,0000
Especificação: Resina composta por nanopartículas. Tubo com 4 gr. Cor A3 dentina.					
289	100,00	UN	FGM FGM	R\$64,0000	R\$6.400,0000
Especificação: Resina composta por nanopartículas. Tubo com 4 gr. Cor B1 esmalte.					
290	100,00	UN	FGM FGM	R\$64,0000	R\$6.400,0000
Especificação: Resina composta por nanopartículas. Tubo com 4 gr. Cor A1 dentina.					
296	100,00	UN	FGM FGM	R\$64,0000	R\$6.400,0000
Especificação: Sonda exploradora nº 5					
305	100,00	UN	LM LM	R\$5,1000	R\$510,0000
Especificação: Tira de lixa para polimento e acabamento dental, com abrasivo a base de óxido de alumínio e costado em poliéster, medindo 2,5mm, caixa com 50 unidades.					
317	100,00	FRS	TDV TDV	R\$26,1000	R\$2.610,0000
Especificação: Gesso pedra tipo III amarelo para moldagem de confecção de prótese dentária. Pacote com 1 kg					
340	300,00	PCT	ASFER ASFER	R\$5,9300	R\$1.779,0000
Especificação: Mandril para tiras de lixa					
351	10,00	UN	PREVEN PREVEN	R\$2,8500	R\$28,5000
Especificação: Elástico Ortodôntico 3/16, em silicone, embalagem com 1000 unidades.					
361	1,00	PCT	ORTHOMETRIC ORTHOMETRIC	R\$6,2500	R\$6,2500
Valor Total(cinquenta e um mil, setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)				R\$51.074,75	



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2018**

Publicação Nº 1774855

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2018 – Pregão Presencial 38/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DENTARIA E DIST.HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA - OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanente, para uso nos consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais para confecção de próteses dentárias e material para fonoaudiologia.  
 DATA: 16/10/2018 à 15/10/2019.

<b>Nome da Empresa: DENTARIA E DIST.HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA</b>				<b>CNPJ: 91.083.212/0001-35</b>	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Broca em tungstênio para peça reta, formato de pêra.					
56	10,00	UN	KG SORENSEN FORMATO PERA	R\$71,0000	R\$710,0000
<b>Especificação:</b> Broca Zecrya 28 mm, haste longa					
60	30,00	UN	MEDIN ZECRYA 28MM	R\$26,5000	R\$795,0000
<b>Especificação:</b> Broqueiro Júnior, redondo,acrilico com tampa					
61	20,00	UN	JON JUNIOR REDONDO	R\$21,0000	R\$420,0000
<b>Especificação:</b> Cimento cirúrgico líquido, frasco com 20 ml					
79	50,00	FRS	IODONTOSUL 20ML	R\$13,7500	R\$687,5000
<b>Especificação:</b> Cimento cirúrgico pó, frasco com 50 grs.					
80	50,00	FRS	IODONTOSUL 50GRS	R\$13,0300	R\$651,5000
<b>Especificação:</b> Condensador de Guta percha Mac Spadden em aço inoxidável, número 40 de 25mm. Caixa com 4 unidades.					
91	5,00	CX	MK DENT 40 25MM	R\$81,0000	R\$405,0000
<b>Especificação:</b> Lima para osso, pequena. Em aço inoxidável.					
187	20,00	UN	LM LIMAPARA OSSO	R\$37,0000	R\$740,0000
<b>Especificação:</b> Pasta maisto, pote plástico com 10 gramas.					
245	100,00	POTE	IODONTOSUL 10GR	R\$18,9000	R\$1.890,0000
<b>Especificação:</b> Pasta profilática sabor tuti-fruti, com 30 ml.					
246	200,00	UN	VIGODENT/HERJOS TUTTIFRUTTI	R\$7,3500	R\$1.470,0000
<b>Especificação:</b> Articulador semi-ajustável com arco facial					
321	2,00	UN	BIOART A7PLUS	R\$855,0000	R\$1.710,0000
<b>Valor Total</b> (nove mil e quatrocentos e setenta e nove reais)					<b>R\$9.479,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2018**

Publicação Nº 1774856

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2018 – Pregão  
Presencial 38/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED  
MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - OBJETO: Aquisição de materiais  
odontológicos, consumo e permanente, para uso nos consultórios odontológicos  
das Unidades da rede municipal de Saúde e CEO - Centro de Especialidades  
Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais para confecção de  
próteses dentárias e material para fonoaudiologia.  
DATA: 16/10/2018 à 15/10/2019.

Nome da Empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 00.802.002/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Óculos de proteção, com lente incolor de policarbonato, para proteção dos olhos contra partículas volantes, produtos químicos e fluidos corpóreos e contra raios UVA/UVB. Lentes com tratamento antiembaçante nos lados interno e externo. Ponte nasal de policarbonato injetada na mesma peça da lente, com escudo lateral de policarbonato, ângulo das lentes ajustável e com cordão de segurança. Embalados individualmente em saco plástico. Produto registrado no Ministério da Saúde.					
240	15,00	UN	DANNY DANNY DA14500 INCOLOR	R\$3,1900	R\$47,8500
<b>Valor Total</b> (quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos)					<b>R\$47,85</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2018**

Publicação Nº 1774858

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2018 – Pregão Presencial 38/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DENTAL CREMER - OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanente, para uso nos consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais para confecção de próteses dentárias e material para fonoaudiologia.

DATA: 16/10/2018 à 15/10/2019.

Nome da Empresa: DENTAL CREMER				CNPJ: 14.190.675/0002-36	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Adesivo dentinário monocomponente (primer e adesivo num só frasco, frasco de 6 gr com rendimento de até 280 gotas. Composição: BisGMA, HEMA Diuretano, copolímetro de ácido polialcenoico, canforoquinona, água, etanol e glicerol a 1.3 dimetacrilato 10% em peso de monopartículas de sílica (5 nanômetros), solvente a base de álcool e água.					
3	100,00	FRS	3M SINGLEBOND	R\$67,4000	R\$6.740,0000
<b>Especificação:</b> Afastador de retalho, em aço inox, medindo aproximadamente 14cm (tipo minnesota)					
4	10,00	UN	GOLGRAN	R\$6,9300	R\$69,3000
<b>Especificação:</b> Anestésico articaina 4% com vasoconstritor 1:100.000. Tubete de cristal c/1,8 ml e êmbolo siliconizado. Cada mL com 40mg de cloridrato de Articaina, 10 microgramas de epinefrina pura (adrenalina), isento de metilparabeno. Tubetes envoltos por adesivo de segurança e armazenados em blisters lacrados com 10 unidades cada. Caixa com 50 unidades.					
19	100,00	CX	DFL Articaine 100	R\$105,0000	R\$10.500,0000
<b>Especificação:</b> Anestésico cloridrato de prilocaína a 3% com vasoconstritor Felipressina. Tubete de cristal c/1,8 ml e êmbolo siliconizado. Cada mL com 30mg de cloridrato de prilocaína, 0,03 U.I. de Felipressina, isento de metilparabeno. Tubetes envoltos por adesivo de segurança e armazenados em blisters lacrados com 10 unidades cada. Caixa com 50 unidades					
20	100,00	CX	DFL PRILONEST	R\$85,0000	R\$8.500,0000
<b>Especificação:</b> Anestésico injetável mepivacaína 3% sem vaso constritor. Tubete de cristal c/1,8 ml e êmbolo siliconizado. Cada mL com 30mg de cloridrato de mepivacaína, isento de metilparabeno. Tubetes envoltos por adesivo de segurança e armazenados em blisters lacrados com 10 unidades cada. Caixa com 50 unidades.					
24	100,00	CX	DFL MEPIV 3%	R\$89,0000	R\$8.900,0000
<b>Especificação:</b> Arco para dique de borracha em nylon					
26	20,00	UN	MAQUIRA	R\$6,7400	R\$134,8000
<b>Especificação:</b> Bandeja de aço inox, sem tampa, tamanho 22x12x1,5cm					
30	20,00	UN	FAVA	R\$18,8100	R\$376,2000
<b>Especificação:</b> Barreira gengival fotopolimerizável. Seringa de 2g. Com pontas descartáveis. Composição:HEMA, monômeros de uretano dimetacrilato, carga inerte, pigmentos e fotoiniciadores.					
31	20,00	UN	MAXDAM/MAQUIRA	R\$12,0000	R\$240,0000
<b>Especificação:</b> Bobina tubular para esterilização medindo 25cmX100m, confeccionada de um lado em papel cirurgico com porosidade controlada em gramatura mínima de 60G/m2 e o outro com filme plástico com camada de polietileno, obrigatoriamente ser permeável ao vapor e ao ar, impermeável a microorganismos, resistente ao calor, com indicador de esterilização, ter transparência para visualização do material.					
34	240,00	BB	HOSPFLEX	R\$89,0000	R\$21.360,0000
<b>Especificação:</b> Broca lentulo de 25-40, 25mm, caixa com 04 unidades					
58	20,00	CX	WILCOS	R\$37,0000	R\$740,0000
<b>Especificação:</b> Cone de guta percha principal nº 30, caixa com 120 unidade.					
92	40,00	CX	MK-Life	R\$18,0000	R\$720,0000
<b>Especificação:</b> Cone de guta percha principal nº 35, caixa com 120 unidade.					
93	40,00	CX	MK-Life	R\$18,0000	R\$720,0000
<b>Especificação:</b> Cone de guta percha principal nº 40, caixa com 120 unidade.					
94	40,00	CX	MK-Life	R\$8,0000	R\$320,0000
<b>Especificação:</b> Cone de guta percha principal nº 45, caixa com 120 unidade.					
95	40,00	CX	MK-Life	R\$18,0000	R\$720,0000
<b>Especificação:</b> Cone de guta percha principal nº 50, caixa com 120 unidade.					
96	40,00	CX	MK-Life	R\$18,0000	R\$720,0000
<b>Especificação:</b> Cone de guta percha principal nº 55, caixa com 120 unidade.					
97	40,00	CX	MK-Life	R\$18,0000	R\$720,0000
<b>Especificação:</b> Cone de guta percha principal nº 60, caixa com 120 unidade.					
98	25,00	CX	MK-Life	R\$18,0000	R\$450,0000
<b>Especificação:</b> Cone de guta percha principal nº 70, caixa com 120 unidade.					
99	40,00	CX	MK-Life	R\$18,0000	R\$720,0000

<b>Especificação:</b> Cone de guta percha principal nº 80, caixa com 120 unidade.					
100	40,00	CX	MK-Life	R\$18,0000	R\$720,0000
<b>Especificação:</b> Corrente p/ guardanapo, com 25cm(mínimo) em metal					
101	40,00	UN	MAQUIRA	R\$5,3900	R\$215,6000
<b>Especificação:</b> Curetas Goldmann Fox nº 02, inox.					
113	5,00	UN	GOLGRAN	R\$33,5500	R\$167,7500
<b>Especificação:</b> Cursores de silicone 1 mm, pacote com 100 unidades					
116	20,00	PCT	MK-Life	R\$13,3700	R\$267,4000
<b>Especificação:</b> Esponja hemostática de colágeno liofilizado embalado individualmente em caixa com 10 unidades					
133	50,00	CX	MAQUIRA HEMOSPON	R\$22,5000	R\$1.125,0000
<b>Especificação:</b> Filme periapical insight ip, velocidade rápida(f), uso adulto, caixa com 150 unidades.					
139	100,00	CX	CARESTREAM	R\$220,0000	R\$22.000,0000
<b>Especificação:</b> Flúor fosfato acidulado a 1,23%, gel, sabor tutti fruti, frasco com 200 ml.					
150	200,00	FRS	IODONTOSUL	R\$3,3800	R\$676,0000
<b>Especificação:</b> Ionômero de vidro para restauração, embalagem contendo frasco com 10 grs de pó e 08 ml de líquido, 01 concha dosadora, 01 bloco de papel para espatulação.					
178	800,00	EMB	FGM/MAXXION	R\$12,8000	R\$10.240,0000
<b>Especificação:</b> Lima tipo flexo file 1ª série, 31mm, 15-40, caixa com 6 limas					
188	50,00	UN	SYBROENDO/KERR	R\$15,6000	R\$780,0000
<b>Especificação:</b> Mascara odontológica descartável atóxica, hipo alérgica, filtro antibacteriano, com elástico, dupla, cor branca, caixa com 50 unidades.					
236	500,00	CX	DESCARPACK	R\$4,7000	R\$2.350,0000
<b>Especificação:</b> Óleo lubrificante para canetas de alta rotação e baixa rotação, bactericida e fungicida para prevenir oxidação não contendo clorofluorcarbono com 200 ml. Embalagem pressurizada.					
241	50,00	UN	MAQUIRA	R\$13,8000	R\$690,0000
<b>Especificação:</b> Pedra de amolar instrumentos odontológicos					
247	10,00	UN	JON	R\$22,7200	R\$227,2000
<b>Especificação:</b> Pincel aplicador c/ dobra em 2 pontos fino, caixa com 100 unidades.					
252	100,00	CX	CAVIBRUSH FGM	R\$6,0000	R\$600,0000
<b>Especificação:</b> Pincel aplicador com dobra em 2 pontos médio, caixa com 100 unidades.					
253	300,00	CX	CAVIBRUSH FGM	R\$6,0000	R\$1.800,0000
<b>Especificação:</b> Porta agulha c/ 14cm, em aço inox					
275	10,00	UN	GOLGRAN	R\$21,9800	R\$219,8000
<b>Especificação:</b> Porta agulha c/ 17cm, em aço inox					
276	10,00	UN	GOLGRAN	R\$28,0000	R\$280,0000
<b>Especificação:</b> Revelador de placa bacteriana em pastilha, caixa com 20 blister com 06 unidades cada.					
298	100,00	CX	EVIPLAC/BIODINAMICA	R\$15,4600	R\$1.546,0000
<b>Especificação:</b> Roletes de algodão, produzido com fibras naturais, 100% puro algodão hidrófilo, levemente gomado, possuir grande poder de absorção e maciez, sendo perfeito para o uso em tratamento dentário. Pacote com 100 unidades.					
299	2000,00	PCT	CREMER	R\$1,2500	R\$2.500,0000
<b>Especificação:</b> Sugador cirúrgico odontológico, descartável, atóxico, esterilizado, embalados individualmente, caixa com 20 unidades.					
308	500,00	CX	MAQUIRA	R\$16,7500	R\$8.375,0000
<b>Especificação:</b> Tesoura cirúrgica Goldmann Fox nº16, reta, serrilhada, em aço inox					
311	20,00	UN	GOLGRAN	R\$26,3700	R\$527,4000
<b>Especificação:</b> Tesoura Cirurgica Goldmann Fox nº16, curva, serrilhada, em aço inox					
312	10,00	UN	GOLGRAN	R\$26,3700	R\$263,7000
<b>Especificação:</b> Fio retrator gengival 250 cm, feito 100% de algodão entrelaçado.					
338	100,00	UN	BIODINAMICA	R\$11,9000	R\$1.190,0000

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Godiva bastão. Caixa com 15 bastões.					
341	150,00	CX	LYSANDA	R\$21,3600	R\$3.204,0000
<b>Especificação:</b> Aparelho de Raio-X de coluna móvel para uso odontológico intra-oral com base em 04 rodízios; intensidade da corrente tubo emissor de mínimo de 08 amp; com potência de 70 kvp, com regulador de tensão que permita estabilização da alimentação; voltagem do tubo emissor em kvp; cilindro direcional longo com revestimento em película de chumbo de 0,5 mm; dupla colimação; filtro de alumínio equivalente a 2,5mm; isolamento termoeletrico por imersão do cabeçote em óleo; controle remoto com cabo espiralado; seleção de exposição de tempo de 0,1 a 2,5 segundos; bip sonoro conjugado a emissão dos raios-x; braço articulado; câmara expansora de óleo; foco de emissão de 0,8 x 0,8 mm; temporizador digital microcontrolado, rodízios reforçados e freio transversal. 220 volts					
363	1,00	UN	XDENT 70 KVP	R\$4.590,0000	R\$4.590,0000
<b>Especificação:</b> Aparelho vibrador para gesso. Vibração regulável; Carenagem injetada em ABS; Bivolt; Garantia 18 meses.					
365	2,00	UN	ESSENCE DENTAL GOLD LINE	R\$210,6000	R\$421,2000
<b>Especificação:</b> Avental de chumbo infantil, equivalência de chumbo aprox. 0,50PB, com fecho em velcro na nuca, com protetor de tireóide, tam. aprox. 60x46cm					
369	2,00	UN	N-MARTINS N-MARTINS	R\$423,0000	R\$846,0000
<b>Especificação:</b> Compressor de ar odontológico horizontal, isento de óleo, reservatório com capacidade para mínima 30 litros, deslocamento de ar mínimo 170L/min., um motor, no mínimo de potência do motor 1 HP ou mais, com dois pistões cada motor, reservatório redondo tipo botijão. Procedência nacional, voltagem 220. Nível máximo de ruído: 62 dB, filtro na saída. Filtro de ar e regulador de pressão de saída do ar. Registro para drenagem da umidade condensada no reservatório de fácil acesso. Ventoinha de refrigeração nos motores. Válvula de segurança. Despressurização dos cabeçotes. Válvula de alívio (solenóide). Mangueiras dos motores metálica e flexível. Dispositivo de alívio do excesso de pressão. Dois manômetros: um para verificar a pressão interna do reservatório e outro para a pressão de saída de ar. Pressostato com chave geral liga/desliga. Rele térmico (protetor de sobrecarga de tensão).					
373	5,00	UN	SCHUSTER S45 S45 GII	R\$2.529,2500	R\$12.646,2500
<b>Especificação:</b> Destilador de água, capacidade mínima de 4litros, produção de 1000 a 1200 ml/hora, potência mínima de 750 W, voltagem 220v					
376	10,00	UN	CRISTOFOLI / CRISTOF CRISTOFOLI	R\$690,0000	R\$6.900,0000
<b>Especificação:</b> Seladora : para completar o processo de esterilização, propiciando uma selagem hermética. O corpo deve ser constituído em aço inox garantindo maior durabilidade e resistência, e ser de bancada. Potência 570/460W. Deve possuir suporte para papel grau cirúrgico com regulagens para diferentes tamanhos de rolos abrangendo até 300mm de área, por 10mm de selagem. Possuir ajuste de temperatura de selagem, permitindo selagem segura e rápida. Deve possuir resistências isoladas, inibindo o risco de queimar o papel grau cirúrgico. Possuir braço de selagem com trava e fechamento mediante alavanca manual com trava. Indicador luminoso - ON/OFF, trazendo maior segurança para quem está manuseado o equipamento. Possuir apoio anterior removível e chave de apoio frontal desmontável, tornando o produto compacto e facilitando o transporte. Trilho de corte duplo.					
381	25,00	UN	GNATUS BIOPACK	R\$978,7500	R\$24.468,7500
<b>Valor Total</b>				<b>R\$172.487,35</b>	
<b>(cento e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos)</b>					

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2018**

Publicação Nº 1774860

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2018 – Pregão Presencial 38/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA - OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanente, para uso nos consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais para confecção de próteses dentárias e material para fonoaudiologia.  
DATA: 16/10/2018 à 15/10/2019.

Nome da Empresa: DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA				CNPJ: 01.735.549/0001-97	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 02, para peça reta.					
37	30,00	UN	JOTA quimidrol	R\$4,5500	R\$136,5000
<b>Especificação:</b> Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 04, para peça reta.					
38	30,00	UN	JOTA quimidrol	R\$4,5500	R\$136,5000
<b>Especificação:</b> Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 06, para peça reta.					
39	30,00	UN	JOTA quimidrol	R\$4,5500	R\$136,5000
<b>Especificação:</b> Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 08, para peça reta.					
40	30,00	UN	JOTA quimidrol	R\$4,5500	R\$136,5000
<b>Especificação:</b> Cureta para dentina nº 18. Ponta ativa fina e afiada, inox.					
109	50,00	UN	PRATA prata	R\$5,5000	R\$275,0000
<b>Especificação:</b> Espátula em inox para resina nº. 01					
129	50,00	UN	PRATA prata	R\$7,6500	R\$382,5000
<b>Valor Total</b> (um mil, duzentos e três reais e cinquenta centavos)					<b>R\$1.203,50</b>



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2018**

Publicação Nº 1774861

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2018 – Pregão Presencial 38/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI - ME - OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanente, para uso nos consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais para confecção de próteses dentárias e material para fonoaudiologia.

DATA: 16/10/2018 à 15/10/2019.

Nome da Empresa: DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI - ME CNPJ: 21.504.525/0001-34					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Anestésico em gel topico com aminobenzoato de etila em base hidrossolúvel sabor tuti fruti/ morango, frasco com 12 gr.					
21	200,00	FRS	BENZOTOP - DFL	R\$6,0000	R\$1.200,0000
<b>Especificação:</b> Anestésico injetável lidocaína a 2% com vaso constritor epinefrina 1:100.000. Tubete de cristal c/1,8 ml e êmbolo siliconizado. Cada mL com 20mg de cloridrato de lidocaína, 10 microgramas de epinefrina pura (Adrenalina), isento de metilparabeno. Tubetes envoltos por adesivo de segurança e armazenados em blisters lacrados com 10 unidades cada. Caixa com 50 unidades.					
22	300,00	CX	ALPHACAINE - DFL	R\$58,5000	R\$17.550,0000
<b>Especificação:</b> Anestésico injetável mepivacaína 2% com vaso constritor 1:100.000. Tubete de cristal c/1,8 ml e êmbolo siliconizado. Cada mL com 20mg de cloridrato de mepivacaína e 10 microgramas de epinefrina pura (adrenalina), isento de metilparabeno. Tubetes envoltos por adesivo de segurança e armazenados em blisters lacrados com 10 unidades cada. Caixa com 50 unidades.					
23	200,00	CX	MEPIADRE - DFL	R\$89,0000	R\$17.800,0000
<b>Especificação:</b> Bicarbonato de sódio em pó extra fino. Sachê de 40g.					
32	500,00	UN	AIRON/MAQUIRA	R\$1,7000	R\$850,0000
<b>Especificação:</b> Broca carbide 329					
35	100,00	UN	KAVO	R\$4,0300	R\$403,0000
<b>Especificação:</b> Broca carbide 330					
36	100,00	UN	KAVO	R\$4,0000	R\$400,0000
<b>Especificação:</b> Broca de baixa rotação nº. 01					
49	150,00	UN	MAILLEFER/DENTSPLY	R\$2,9000	R\$435,0000
<b>Especificação:</b> Broca de baixa rotação nº. 02					
50	150,00	UN	MAILLEFER/DENTSPLY	R\$2,9000	R\$435,0000
<b>Especificação:</b> Broca de baixa rotação nº. 03					
51	150,00	UN	MAILLEFER/DENTSPLY	R\$2,9000	R\$435,0000
<b>Especificação:</b> Broca de baixa rotação nº. 04					
52	150,00	UN	MAILLEFER/DENTSPLY	R\$2,9000	R\$435,0000
<b>Especificação:</b> Broca de baixa rotação nº. 05					
53	150,00	UN	MAILLEFER/DENTSPLY	R\$2,9000	R\$435,0000
<b>Especificação:</b> Broca de baixa rotação nº. 06					
54	150,00	UN	MAILLEFER/DENTSPLY	R\$2,9000	R\$435,0000
<b>Especificação:</b> Broca de baixa rotação nº. 08					
55	100,00	UN	MAILLEFER/DENTSPLY	R\$2,9000	R\$290,0000
<b>Especificação:</b> Broca Endo Z					
57	10,00	UN	MICRODONT	R\$16,5000	R\$165,0000
<b>Especificação:</b> Caixa em aço inox para endodontia perfurado, para autoclave, com medidas aproximadas de 20 x 10 x 5 cm, com capacidade de 72 furos.					
64	25,00	UN	FAMI-TÁ	R\$54,0000	R\$1.350,0000
<b>Especificação:</b> Calçador 6335 para inserção de material restaurador nº2 em aço inox					
66	30,00	UN	GOLGRAN	R\$6,3000	R\$189,0000
<b>Especificação:</b> Calçador 6335 para inserção de material restaurador nº3 em aço inox					
67	30,00	UN	GOLGRAN	R\$6,3000	R\$189,0000
<b>Especificação:</b> Cartela para 02 RX odontológico periapical, pacote com 100 unidades.					
78	50,00	UN	DMS	R\$6,3000	R\$315,0000
<b>Especificação:</b> Cimento de ionômero de vidro condensável para técnica ART. Pó e líquido. De alta resistência a compressão, radiopaco, com flúor e fácil manipulação. Contendo pó, líquido, bloco de mistura. Apresentação: caixa com 12,5 gde pó cor Universal A3 e 8,5 ml de líquido, colher medidora e bloco de espatulação.					
81	50,00	KIT	VITRO MOLAR/DFL	R\$85,0000	R\$4.250,0000

<b>Especificação:</b> Cimento de ionômero de vidro fotoativado. Modificado por resina , com flúor. Kit com pó, líquido, primer.					
82	30,00	KIT	VITRO FILL LC/DFL	R\$120,0000	R\$3.600,0000
<b>Especificação:</b> Cunha cervical de madeira, anatômicas, sortidas, com 4 tamanhos diferentes codificados por cores, caixa com 100 unidades.					
102	100,00	CX	IODONTOSUL	R\$7,3100	R\$731,0000
<b>Especificação:</b> Curetas Goldmann Fox nº 01, inox.					
112	5,00	UN	GOLGRAN	R\$31,0000	R\$155,0000
<b>Especificação:</b> Curetas Goldmann Fox nº 03, inox.					
114	5,00	UN	GOLGRAN	R\$31,0000	R\$155,0000
<b>Especificação:</b> Disco de lixa para acabamento e polimento dental, com 19,05 mm de diâmetro, granulação grossa, média, fina e super fina, tipo SOF-LEX, caixa com 50 unidades.					
118	50,00	CX	TDV	R\$30,0000	R\$1.500,0000
<b>Especificação:</b> Escova dental adulto com aproximadamente 38 tufos, cerdas macias, cabeça arredondada, embalagem com 01 unidade.					
121	10000,00	UN	MEDFIO	R\$0,4500	R\$4.500,0000
<b>Especificação:</b> Escova dental infantil com 25 a 32 tufos, cerdas macias, cabeça arredondada, embaladas individualmente.					
122	10000,00	UN	FLOPPY/MEDFIO	R\$0,3800	R\$3.800,0000
<b>Especificação:</b> Extirpanervos 25 mm, cx com 10 unidades. Branco					
136	150,00	CX	MEDIN/MICHEL E KLYMUS	R\$20,0000	R\$3.000,0000
<b>Especificação:</b> Extirpanervos 25 mm, cx com 10 unidades. Sortidos					
137	150,00	CX	MEDIN/MICHEL E KLYMUS	R\$20,0000	R\$3.000,0000
<b>Especificação:</b> Filme periapical insight ip, velocidade rápida (f), uso infantil, caixa com 150 unidades.					
138	50,00	CX	CARESTREAM	R\$150,0000	R\$7.500,0000
<b>Especificação:</b> Fio de nylon 4-0, com agulha de ½ círculo e 2cm, caixa com 24 unidades.					
142	50,00	CX	TECHNEW	R\$24,0000	R\$1.200,0000
<b>Especificação:</b> Fio de seda para sutura 3-0 com agulha 1,7 cm, esteril, não absorvível, caixa com 24 unidades.					
145	400,00	CX	TECHNEW	R\$27,0000	R\$10.800,0000
<b>Especificação:</b> Fio de seda para sutura 4-0 com agulha 1,7 cm, esteril, não absorvível, caixa com 24 unidades.					
146	200,00	CX	TECHNEW	R\$27,0000	R\$5.400,0000
<b>Especificação:</b> Fio dental com 100m, embalagem individual					
147	10000,00	UN	MEDFIO	R\$1,2300	R\$12.300,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 01 - adulto					
151	15,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$735,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 01 - infantil					
152	20,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$980,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 101 - Infantil					
153	20,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$980,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 150 - adulto					
154	15,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$735,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 150 - infantil					
155	20,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$980,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 151 - adulto					
156	15,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$735,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 16 - adulto					
157	15,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$735,0000

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 16 - infantil					
158	20,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$980,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 17 - adulto					
159	15,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$735,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 17 infantil					
160	20,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$980,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 18D infantil					
161	20,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$980,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 18l - adulto					
162	15,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$735,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 18r - adulto					
163	15,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$735,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 21 infantil					
164	20,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$980,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 27 infantil					
165	20,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$980,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 46 - Infantil					
166	20,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$980,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 65 - adulto					
167	15,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$735,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 65 infantil					
168	20,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$980,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 68 - adulto					
169	15,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$735,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 69 - adulto					
170	15,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$735,0000
<b>Especificação:</b> Forceps inox nº 99c - adulto					
171	20,00	UN	GOLGRAN	R\$49,0000	R\$980,0000
<b>Especificação:</b> Kit educação em saúde bucal contendo: Macro Modelo Escovação Clássico com arcada superior, arcada inferior e articulador metálico flexível, que permite posicionar na oclusão tipo I, oclusão tipo II, oclusão tipo III e mordida cruzada. Ideal para treinamento de escovação dentária e uso de fio dental. Medidas: 8x8x10 cm. Macromodelo Evolução da Doença Periodontal vem com 3 modelos demonstrando a Gengiva hígida, Gengivite e Periodontite - Medidas: 08 x 11 x 08 cm. Macro Modelos Evolução da Cárie com 4 molares demonstrando dente Hígido, Cárie de esmalte, Cárie de dentina e Exposição Pulpar medindo 20 x 09 x 08 cm. Maleta para transporte.					
179	10,00	KIT	MEDFIO	R\$320,0000	R\$3.200,0000
<b>Especificação:</b> Liga para amálgama , com alto conteúdo de cobre, sem fase gama ii, em capsulas c/ 01 porção, cx com 50 unidades.					
185	20,00	CX	GS 80 T/SDI	R\$54,0000	R\$1.080,0000
<b>Especificação:</b> Liga para amálgama, com alto conteúdo de cobre, sem fase gama ii, em capsulas c/ 02 porção, caixa com 50 unidades.					
186	10,00	CX	GS80/SDI	R\$95,0000	R\$950,0000
<b>Especificação:</b> Pinça Allis 15 cm. Em aço inoxidável.					
249	10,00	UN	GOLGRAN	R\$25,0000	R\$250,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação cone invertido nº 1033, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
255	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 1011, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
256	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 1012, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
257	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 1013, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
258	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 1014, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
259	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 1014HL, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
260	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 1016, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
261	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 1016HL, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
262	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 1019, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas					

através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
263	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 1151, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
264	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 2082, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
265	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 2135f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
266	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 3070, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
267	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 3118, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
268	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 3118f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
269	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 3168, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
270	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 3168f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
271	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 3195, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
272	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Ponta diamantada de alta rotação nº 3195f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
273	100,00	UN	MICRODONT	R\$3,4000	R\$340,0000
<b>Especificação:</b> Pontas de borracha para acabamento tipo enhance (kit)					
274	50,00	UN	MICRODONT	R\$25,0000	R\$1.250,0000
<b>Especificação:</b> Selante fotopolimerizável cor matizado, kit com 5 seringas contendo 2g cada.					
300	40,00	KIT	MAX SEAL - MAQUIRA	R\$55,0000	R\$2.200,0000
<b>Especificação:</b> Spray refrigerante para teste de vitalidade dental, temperatura de -50°C, inodoro, atóxico e sem CFC, frasco 200 ml.					
306	50,00	FRS	ENDO ICE/ MAQUIRA	R\$22,0000	R\$1.100,0000

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Sugador endodontico descartável, pacote com 20 unidades.					
309	500,00	PCT	SS PLUS	R\$9,0000	R\$4.500,0000
<b>Especificação:</b> Alginato tipo II para impressões com clorexidina e mudança de cor identificando a presa total. Pacote com 410 gramas.					
320	300,00	PCT	AVAGEL - DENTSPLY	R\$10,0000	R\$3.000,0000
<b>Especificação:</b> Broca de tungstênio Maxicut					
322	10,00	UN	AMERICAN BURRS	R\$42,0000	R\$420,0000
<b>Especificação:</b> Broca de tungstênio Minicut					
323	10,00	UN	AMERICAN BURRS	R\$38,0000	R\$380,0000
<b>Especificação:</b> Kit de Pontas p/ para acabamento de amálgama (marrom, verde e azul)					
345	20,00	UN	MICRODONT	R\$20,9000	R\$418,0000
<b>Especificação:</b> Pasta de Óxido de Zinco e Eugenol para moldagem. Apresentação: bisnagas, uma contendo o catalisador e outra contendo pasta base.					
353	150,00	KIT	TECHNEW	R\$21,0000	R\$3.150,0000
<b>Especificação:</b> Aparelho fotopolimerizador sem fio com as seguintes características: luz fria (azul) gerada por led de alta potência (1200 mw/cm2); deverá dispor de três modos de programação de aplicação: contínuo, rampa e pulsado. ponteira de fotopolimerização confeccionada em fibra ótica orientada (sem fuga de luz), 100% coerente, autoclavável e com giro de 360°; comandos de programação na própria caneta; sistema stand by: desliga após minutos sem uso; não necessita de ventilação forçada; bivolt automático 90 à 240v.					
362	10,00	PÇ	EMITTER A FIT - SCHUSTER	R\$521,3100	R\$5.213,1000
<b>Especificação:</b> Contra-ângulo baixa rotação autoclavável, de formato anatômico, baixo peso e acoplável ao micromotor através de sistema intra, onde o torque e a rotação são transmitidos à broca por um conjunto de eixos e engrenagens com relação de transmissão 1:1, possuir corpo em alpaca, giro livre de 360o sobre o micromotor, tamanho reduzido da cabeça, fixação da broca com trava de aço temperada com sistema lateral de acoplamento, eixo principal para brocas normais de contra ângulo com tração por encaixe e canal para trava, eixo principal do suporte de brocas apoiado sobre rolamentos com esferas de aço.					
374	5,00	UN	KAVO	R\$340,0000	R\$1.700,0000
<b>Especificação:</b> Escovódromo portátil de 6 pias, 3 reservatórios para água utilizada, 3 reservatórios para água potável, com 6 placas com nome da instituição, com 6 espelhos					
377	3,00	UN	D-EXPRESS	R\$6.110,0000	R\$18.330,0000
<b>Especificação:</b> Micromotor de baixa rotação compacto e anatômico de alto torque com sistema de conexão dois furos, sistema intra de encaixe rápido que proporciona conexão das pontas com facilidade e segurança permitindo giro de 360o das peças acopladas, possuir anel giratório acoplado ao corpo que permite inversão de rotação e regulação de 3.000 à 18.000 rpm, com corpo de alpaca, baixo nível de ruído, consumo de ar 65 L/min, autoclavável e controle de rotação no pedal de acionamento.					
379	2,00	UN	KAVO	R\$370,0000	R\$740,0000
<b>Especificação:</b> Peça reta autoclavável, de formato anatômico, baixo peso e baixo ruído, acoplável ao micromotor de baixa rotação através de sistema intra, onde o torque e a rotação são transmitidos a broca por um conjunto de eixos e engrenagens com relação de transmissão 1:1, corpo em ALPACA.					
380	10,00	UN	KAVO	R\$280,0000	R\$2.800,0000
<b>Valor Total</b>				<b>(cento e oitenta mil, quatrocentos e setenta e três reais e dez centavos)</b>	
				<b>R\$180.473,10</b>	

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2018**

Publicação Nº 1774862

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2018 – Pregão  
Presencial 38/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SANIMED  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP -  
OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanente, para uso  
nos consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de Saúde e CEO  
- Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de  
materiais para confecção de próteses dentárias e material para fonoaudiologia.  
DATA: 16/10/2018 à 15/10/2019.

Nome da Empresa: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP				CNPJ: 24.537.945/0001-05	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Bandeja de aço com tampa - tamanho aproximado de 30x20x4 cm.					
29	20,00	CX	FAMI 30X20X4CM	R\$46,3100	R\$926,2000
<b>Especificação:</b> Fio de nylon 3-0, para sutura com agulha de ½ círculo e 2 cm, estéril, não absorvível, caixa com 24 unidades.					
140	50,00	CX	PROCARE 3-0 C/ AG 1/2 2CM	R\$24,5100	R\$1.225,5000
<b>Especificação:</b> Armário clínico para odontologia, dotado de 04 rodízios revestidos em poliuretano, três gavetas rasas e um gavetão (79x49x38cm), puxadores e tampo em poliestireno de alto impacto e bandeja em aço inox.					
366	10,00	UN	OLIMEDIC OLI 150	R\$738,7000	R\$7.387,0000
<b>Valor Total</b> (nove mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos)					<b>R\$9.538,70</b>



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2018**

Publicação Nº 1774830

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2018 – Pregão Presencial  
 11/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CELIA REGINA  
 WAMBOMMEL - ME. OBJETO: Aquisição de materiais de artesanatos, expediente,  
 escritório, aviamentos e pinturas, para serem utilizados pelos pacientes nas oficinas de  
 artesanatos dos CAPS I, CAPS II e CAPS AD e para suprir as necessidades dos  
 demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.  
 DATA: 13/04/2018 a 12/04/2019.

<b>Nome da Empresa: CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME</b>					
<b>CNPJ: 04.195.853/0001-87</b>					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Agenda diária permanente, com capa dura, medidas aprox. 13,8x20,0cm, miolo em papel branco off-set aprox. 56g/m²					
1	100,00	UN	Tilibra	R\$16,6300	R\$1.663,0000
<b>Especificação:</b> Agulha para costura a mão, ponta arredondada e o olho largo, tamanhos 24, pacote com 10 unidades.					
2	10,00	PCT	terfil	R\$3,4600	R\$34,6000
<b>Especificação:</b> Agulha para costura a mão, ponta arredondada e o olho largo, tamanhos 26, pacote com 10 unidades.					
3	10,00	PCT	terfil	R\$3,1500	R\$31,5000
<b>Especificação:</b> Agulha plástica para tricô nº 3, tamanho mínimo 35cm.					
4	6,00	PAR	terfil	R\$5,2500	R\$31,5000
<b>Especificação:</b> Agulha plástica para tricô nº 4,5, tamanho mínimo 35cm.					
5	6,00	PAR	terfil	R\$5,9000	R\$35,4000
<b>Especificação:</b> Agulha plástica para tricô nº 5, tamanho mínimo 35cm.					
6	6,00	PAR	terfil	R\$6,0000	R\$36,0000
<b>Especificação:</b> Agulha plástica para tricô nº 6, tamanho mínimo 35cm.					
7	6,00	PAR	terfil	R\$6,6600	R\$39,9600
<b>Especificação:</b> Agulha plástica para tricô nº 8, tamanho mínimo 35cm.					
8	6,00	PAR	terfil	R\$6,0700	R\$36,4200
<b>Especificação:</b> Agulha de crochê, tamanho 1,75 mm, niqueladas.					
9	6,00	UN	terfil	R\$2,3700	R\$14,2200
<b>Especificação:</b> Alfinete de segurança de roupa nº 2 aço niquelado, caixa com 100 unidades.					
10	4,00	CX	Jocar	R\$9,3900	R\$37,5600
<b>Especificação:</b> Barbante 8 fios, 100% algodão, rolo com 305 metros.					

11	12,00	RL	EUROROMA	R\$7,4000	R\$88,8000
<b>Especificação:</b> Caixa para correspondência articulada. Tipo tripla. Material: acrílico, transparente ou fumê, com suporte de ferro. Dimensões mínimas: comprimento 370mm, largura 225mm, altura 180mm.					
15	50,00	UN	Waleu	R\$42,5400	R\$2.127,0000
<b>Especificação:</b> Cordão de Sisal 2 mm, rolo com 100 metros.					
19	20,00	RL	terfil	R\$11,0400	R\$220,8000
<b>Especificação:</b> Etiqueta adesiva de preço, 12x25mm, tarja com moldura fina, rolo com aproximadamente 500 etiquetas.					
21	100,00	RL	PIMACO	R\$1,5000	R\$150,0000
<b>Especificação:</b> Etiqueta auto-adesivos, bobina medindo 062x15.000 mm (LxC), tubete: 1" (1 polegada), para impressora térmica Zebra GC420D					
22	300,00	BB	PIMACO	R\$6,5600	R\$1.968,0000
<b>Especificação:</b> Fita adesiva colorida medindo aprox. 48mmx45m. Cores variadas.					
23	120,00	UN	Adelbras	R\$6,4500	R\$774,0000
<b>Especificação:</b> Fita adesiva dupla face 18mmx30m					
24	50,00	UN	DELFIX	R\$6,1300	R\$306,5000
<b>Especificação:</b> Linha de pesponto, para costura em tecidos médio e grosso. 100 % polyéster, 30 metros cada todas de uma única cor, caixa com 10 unidades. Cores :Branca, preta, amarela, verde, maron, cinza, lilás,vermelho,azulclaro, azul escuro, rosa pink, caramelo, bege, vede claro e grafite.					
26	90,00	CX	terfil	R\$1,8700	R\$168,3000
<b>Especificação:</b> Linha para costura, 100 % algodão mercerizado, 914m. Cores: Branca, preta, amarela, marrom claro e escuro, cinza, lilás, vermelho, azul claro, azul escuro, rosa pink, caramelo, bege, verde claro e escuro, grafite, vinho, roxo, laranja, azul royal, areia e rosa bebê.					
27	50,00	UN	terfil	R\$8,6000	R\$430,0000
<b>Especificação:</b> Linha para crochê, 1.000m, 100% algodão mercerizado, cores: vermelho, vinho, azul claro e escuro, preto, branco, verde claro e escuro, lilás, roxo, laranja, marrom claro e escuro, verde claro e escuro, bege, azul royal, areia, rosa pink e rosa bebê.					
28	40,00	UN	terfil	R\$11,5700	R\$462,8000
<b>Especificação:</b> Manta acrílica, 100% poliéster, gramatura 100 g/m², espessura média, no mínimo 1,40 m largura					
30	20,00	M	terfil	R\$17,6300	R\$352,6000
<b>Especificação:</b> Pano branco 100% Algodão, para limpeza, medida aprox. 54 x 16 x 69cm. Pacote com 3 unidades.					
32	360,00	PCT	MARTINS	R\$3,5200	R\$1.267,2000
<b>Especificação:</b> Pincel nº 02 sintético para tecido, formato redondo.					
36	22,00	UN	Leo&Leo	R\$2,4700	R\$54,3400
<b>Especificação:</b> Pincel nº 04 sintético para tecido, formato redondo.					
37	22,00	UN	Leo&Leo	R\$2,7400	R\$60,2800
<b>Especificação:</b> Pincel nº 04, sintética especial para tecido, uso em tintas a base d' água, formato redondo.					

38	22,00	UN	Leo&Leo	R\$3,0000	R\$66,0000
<b>Especificação:</b> Pincel nº 06 sintético para tecido, formato chanfrado.					
39	22,00	UN	Leo&Leo	R\$2,6800	R\$58,9600
<b>Especificação:</b> Pincel nº 06 sintético para tecido, formato chato.					
40	22,00	UN	Leo&Leo	R\$2,6800	R\$58,9600
<b>Especificação:</b> Pincel nº 08 sintético para tecido, formato chanfrado.					
41	22,00	UN	Leo&Leo	R\$3,0600	R\$67,3200
<b>Especificação:</b> Pincel nº 08, sintética especial para tecido, uso em tintas a base d' água, formato redondo.					
42	22,00	UN	Leo&Leo	R\$3,3000	R\$72,6000
<b>Especificação:</b> Pincel nº 08, sintético para tecido, formato lingua de gato.					
43	22,00	UN	Leo&Leo	R\$4,1600	R\$91,5200
<b>Especificação:</b> Pincel nº 10 sintético para tecido, formato chato.					
44	22,00	UN	Leo&Leo	R\$3,1600	R\$69,5200
<b>Especificação:</b> Pincel nº 14 sintético para tecido, formato chato.					
45	22,00	UN	Leo&Leo	R\$4,1700	R\$91,7400
<b>Especificação:</b> Pincel nº 10, linha óleo/acrílico					
46	22,00	UN	Leo&Leo	R\$4,1900	R\$92,1800
<b>Especificação:</b> Plástico térmico para toalha de mesa, 1.40m larg, estampa floral.					
47	45,00	UN	casa dos retalhos	R\$26,5900	R\$1.196,5500
<b>Especificação:</b> Solvente Thinner, para limpeza de tintas, lata com no mínimo 900ml.					
49	10,00	LATA	raz	R\$12,3300	R\$123,3000
<b>Especificação:</b> Tecido Estampado para Patchwork, em 100% algodão, medindo no mínimo 0,50x1,40cm, várias estampas.					
50	40,00	PÇ	casa dos retalhos	R\$8,7700	R\$350,8000
<b>Especificação:</b> Tinta PVA acrílica a base de água, lata com 3,6 litros. Cor branca.					
54	5,00	LATA	RESICOLOR	R\$70,6400	R\$353,2000
<b>Especificação:</b> Papel contact auto adesivo, transparente, largura 45cm, rolo com 25 metros					
56	1,00	RL	VMP	R\$111,3600	R\$111,3600
<b>Especificação:</b> Língua de sogra, mini brinquedo, pacote com 50 unidades.					
57	8,00	PCT	ORION	R\$6,0400	R\$48,3200
<b>Especificação:</b> Papel Sulfite A4, diversas cores, 75gr, pacote com 100 folhas.					
62	25,00	PCT	senninha	R\$5,8300	R\$145,7500

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Caderno de desenho grande ( 48 folhas ) espiral, capa dura.					
63	16,00	UN	PANAMERICANA	R\$4,5900	R\$73,4400
<b>Especificação:</b> Pilhas alcalinas pequena AA, pacote com 04 unidades.					
66	300,00	PCT	ELGIN	R\$9,4500	R\$2.835,0000
<b>Especificação:</b> Pilha alcalina, 1,5 V, média (tipo C), acondicionadas em cartelas com 02 unidades.					
68	150,00	PCT	ELGIN	R\$7,1300	R\$1.069,5000
<b>Especificação:</b> Alfinete para patchwork, cabeça flor, aço, medindo aprox. 42mm x 10mm x 0,6mm. Caixa com 30 unidades.					
70	6,00	CX	Jocar	R\$3,5900	R\$21,5400
<b>Especificação:</b> Fibras siliconada extra-virgem para enchimentos de almofadas, enfeites, bichos de pelúcia, artesanato e travesseiros.					
71	40,00	KG	terfil	R\$19,9000	R\$796,0000
<b>Valor Total</b> (dezoito mil, cento e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)					<b>R\$18.184,34</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2018**

Publicação Nº 1774869

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2018 – Pregão Presencial 38/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AGUAMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES ODONTOLOGICOS - OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanente, para uso nos consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais para confecção de próteses dentárias e material para fonoaudiologia.  
 DATA: 16/10/2018 à 15/10/2019.

<b>Nome da Empresa: AGUAMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES ODONTOLOGICOS</b>				<b>CNPJ: 25.137.947/0001-70</b>	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Autoclave modelo horizontal de bancada para esterilização e secagem de material, com capacidade para 21 litros, com 03 bandejas, com no mínimo 18 sistemas de segurança. Confeccionada em aço lavável permitir uma boa circulação do vapor garantindo excelente qualidade na esterilização do material (curativo e odontológico), garantia mínima de 01 ano, voltagem 220 v					
367	10,00	UN	BS - DIGITALE DIGITALE 21	R\$3.195,0000	R\$31.950,0000
<b>Especificação:</b> Bisturi eletrônico odontológico. Que corta e coagula, com pedal, caneta autoclavável, cabos e 6 diferentes eletrodos. Potência mínima 40W. Voltagem 220V ou bivolt.					
370	2,00	UN	E-MAI BP 100	R\$2.250,0000	R\$4.500,0000
<b>Especificação:</b> Bomba de vácuo com tampa, com as seguintes especificações mínimas: Filtro coletor de detritos na entrada da sucção com abertura superior, protetor térmico intermitente, eixo central do motor em inox, gabinete em aço fosfatizado com pintura em poliuretano, comando de acionamento eletrônico. Motor (potência) 1 CV, vácuo máximo 640 mmHg25,06HG, rotação do motor (r.p.m) 3450-60Hz, capacidade para até 5 consultórios simultaneamente, tensão na placa de comento 24v, alimentação 220v ou bivolt.					
371	10,00	UN	DELTRAMED / D1' PP4N	R\$2.812,0000	R\$28.120,0000
<b>Valor Total</b> (sessenta e quatro mil e quinhentos e setenta reais)					<b>R\$64.570,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2018**

Publicação Nº 1774871

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2018 – Pregão Presencial 38/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanente, para uso nos consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais para confecção de próteses dentárias e material para fonoaudiologia.  
 DATA: 16/10/2018 à 15/10/2019.

Nome da Empresa: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 06.194.440/0001-03	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Ácido fosfórico a 37% em gel. Embalagem com 3 Seringas de 2,5mL e 3 ponteiros para aplicação.					
2	1500,00	KIT	BIODINAMICA	R\$3,2500	R\$4.875,0000
<b>Especificação:</b> Bicho de pelúcia com altura média de 40 cm, contendo macro arcada superior e inferior inquebrável, macro escova de 36 cm, fio dental e bolsa para transporte.					
33	10,00	UN	D' EXPRESS	R\$195,0000	R\$1.950,0000
<b>Especificação:</b> Broca de alta rotação carbide nº 1/2.					
44	150,00	UN	KAVO KERR	R\$3,5100	R\$526,5000
<b>Especificação:</b> Broca de alta rotação carbide nº 2.					
45	150,00	UN	KAVO KERR	R\$3,5100	R\$526,5000
<b>Especificação:</b> Broca de alta rotação carbide nº 4.					
46	150,00	UN	KAVO KERR	R\$3,5100	R\$526,5000
<b>Especificação:</b> Broca de alta rotação carbide nº 6.					
47	150,00	UN	KAVO KERR	R\$3,5100	R\$526,5000
<b>Especificação:</b> Broca de alta rotação carbide nº 8.					
48	150,00	UN	KAVO KERR	R\$3,5100	R\$526,5000
<b>Especificação:</b> Calçador 6335 p/ inserção de material restaurador nº 1 em aço inox					
65	30,00	UN	GOLGRAN	R\$7,0200	R\$210,6000
<b>Especificação:</b> Curativo alveolar com própolis, para tratamento de alveolites, frasco com 10gr.					
103	30,00	FRS	BIODINAMICA	R\$17,0000	R\$510,0000
<b>Especificação:</b> Curetas Goldmann Fox nº. 04, inox.					
115	5,00	UN	GOLGRAN	R\$33,3000	R\$166,5000
<b>Especificação:</b> Dedal de borracha					
117	20,00	UN	JON	R\$1,7200	R\$34,4000
<b>Especificação:</b> Escova de Robson, pequena, cerdas macias, cor branca.					
120	200,00	UN	PREVEN	R\$1,2000	R\$240,0000
<b>Especificação:</b> Eugenol líquido, frasco com 20ml					
135	100,00	FRS	BIODINAMICA	R\$9,6200	R\$962,0000
<b>Especificação:</b> Fio de nylon 3-0, para sutura com agulha de 3/8 circulo e 2 cm, estéril, não absorvível, caixa com 24 unidades. Marcas					
141	200,00	CX	PROCARE	R\$23,9000	R\$4.780,0000
<b>Especificação:</b> Fio de nylon 4-0, com agulha de 3/8 de circulo e 2cm, caixa com 24 unidades.					
143	200,00	CX	PROCARE	R\$24,0000	R\$4.800,0000
<b>Especificação:</b> Fio de nylon 5-0, com agulha, caixa com 24 unidades.					
144	50,00	CX	PROCARE	R\$23,9000	R\$1.195,0000
<b>Especificação:</b> Fita matriz em aço, nº. 0,5 -0,05 mm x 7 mm mm.					
149	100,00	UN	PREVEN	R\$1,1000	R\$110,0000
<b>Especificação:</b> Formocresol frasco com 10ml					
172	50,00	FRS	BIODINAMICA	R\$3,5000	R\$175,0000
<b>Especificação:</b> Lâmina para bisturi nº. 11, cx com 100 unidades.					
180	70,00	CX	SOLIDOR	R\$21,9000	R\$1.533,0000
<b>Especificação:</b> Lâmina para bisturi nº. 12, caixa com 100 unidades.					
181	50,00	CX	SOLIDOR	R\$21,9000	R\$1.095,0000
<b>Especificação:</b> Lâmina para bisturi nº. 15, cx com 100 unidades.					
183	70,00	CX	SOLIDOR	R\$21,9000	R\$1.533,0000
<b>Especificação:</b> Mandril para disco de lixa.					



235	40,00	UN	PREVEN	R\$2,2800	R\$91,2000
<b>Especificação:</b> Micro Cinzel para osso tipo Ochsenbein nº01					
237	10,00	UN	GOLGRAN	R\$39,3000	R\$393,0000
<b>Especificação:</b> Micro Cinzel para osso tipo Ochsenbein nº02					
238	10,00	UN	GOLGRAN	R\$39,3000	R\$393,0000
<b>Especificação:</b> Micro Cinzel para osso tipo Ochsenbein nº03					
239	10,00	UN	GOLGRAN	R\$39,3000	R\$393,0000
<b>Especificação:</b> Otosporin frasco com 10 ml					
242	30,00	FRS	FQM	R\$11,0500	R\$331,5000
<b>Especificação:</b> Óxido de zinco, em pó, 50g. Para obturação de canais radiculares.					
243	50,00	UN	MAQUIRA	R\$4,1500	R\$207,5000
<b>Especificação:</b> Papel p/ impressão oclusal, dupla face, com cores diferentes em cada face, livreto com 12 folhas, com comprimento de 10 cm e com espessura máxima de 0,02 mm 28 unid.					
244	100,00	UN	IODONTOSUL	R\$2,1500	R\$215,0000
<b>Especificação:</b> Pinça porta grampos de isolamento absoluto					
251	5,00	UN	GOLGRAN	R\$54,0000	R\$270,0000
<b>Especificação:</b> Porta algodão em aço inox, tam. 08x10 cm					
277	10,00	UN	FAVA	R\$42,5000	R\$425,0000
<b>Especificação:</b> Porta amalgama, em plástico. Esterilizável em autoclave					
278	5,00	UN	MAQUIRA	R\$8,9500	R\$44,7500
<b>Especificação:</b> Porta-matriz TOFFLEMIRE em aço inox, infantil					
280	15,00	UN	GOLGRAN	R\$22,3500	R\$335,2500
<b>Especificação:</b> Pote dappen (plástico)					
281	40,00	UN	PREVEN	R\$2,2000	R\$88,0000
<b>Especificação:</b> Régua milimetrada para endodontia alumínio					
282	10,00	UN	MAQUIRA	R\$10,1400	R\$101,4000
<b>Especificação:</b> Seringa luer, sem agulha, descartável, 10 ml					
302	5000,00	UN	SR	R\$0,2300	R\$1.150,0000
<b>Especificação:</b> Sugador cirúrgico - em aço inox					
307	50,00	UN	GOLGRAN	R\$16,7100	R\$835,5000
<b>Especificação:</b> Tesoura tipo iris curva, aproximadamente 12 cm, em aço inox					
313	25,00	UN	GOLGRAN	R\$13,7000	R\$342,5000
<b>Especificação:</b> Tesoura tipo iris reta, aproximadamente 11,5cm, em aço inox					
314	25,00	UN	GOLGRAN	R\$13,7000	R\$342,5000
<b>Especificação:</b> Ticresol formalina frasco c/ 10ml					
315	100,00	FRS	BIODINAMICA	R\$3,9800	R\$398,0000
<b>Especificação:</b> Tira de Lixa de Aço Abrasiva, 6mm, pacote com 12 unidades.					
316	200,00	PCT	PREVEN	R\$6,1100	R\$1.222,0000

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Tira de poliéster transparente, pacote fechado com 50 unidades					
318	400,00	PCT	QUIMIDROL	R\$0,9600	R\$384,0000
<b>Especificação:</b> Cera nº 7 para impressão oclusal. Caixa com 18 lâminas.					
324	150,00	UN	LYSANDA	R\$9,1000	R\$1.365,0000
<b>Especificação:</b> Cera tipo utilidade. Embalagem com 5 lâminas.					
325	150,00	UN	LYSANDA	R\$9,4000	R\$1.410,0000
<b>Especificação:</b> Discos de feltro pequenos para peça reta e peça de mão (de preferência impregnados), caixa com 24 unidades.					
331	10,00	CX	FGM DIAMOND FLEX	R\$25,7800	R\$257,8000
<b>Especificação:</b> Espátula metálica rígida para gesso					
334	3,00	UN	GOLGRAN	R\$15,3700	R\$46,1100
<b>Especificação:</b> Espátula nº24					
336	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,2000	R\$92,0000
<b>Especificação:</b> Gesso comum branco para moldagem de confecção de prótese dentária. Pacote com 1 kg					
339	100,00	UN	ASFER	R\$5,2000	R\$520,0000
<b>Especificação:</b> GRAL DE BORRACHA					
342	6,00	UN	MAQUIRA	R\$5,9000	R\$35,4000
<b>Especificação:</b> Grampo para isolamento absoluto nº 200					
343	10,00	UN	GOLGRAN	R\$10,5300	R\$105,3000
<b>Especificação:</b> Lamparina comum (vidro ou metálica).					
347	3,00	UN	KONNEN	R\$22,5000	R\$67,5000
<b>Especificação:</b> Medidores para alginato (para água e pó)					
352	2,00	UN	JELTRATE	R\$3,3800	R\$6,7600
<b>Especificação:</b> Pinça Miller					
354	5,00	UN	GOLGRAN	R\$25,0000	R\$125,0000
<b>Especificação:</b> Placa de vidro, tamanho aprox. 8cm X 15cm, de dupla textura (um lado liso e o outro asperizado), espessura de 10mm.					
358	5,00	UN	DAUFENBACH	R\$6,7500	R\$33,7500
<b>Especificação:</b> Aparelho de Ultra-Som Piezelétrico 28-32 KHz, multifunções e jato de bicarbonato com reservatório de líquidos (bomba peristáltica); bivolt 110-220 volts; com kit com no mínimo 3 insertos.					
364	10,00	UN	SCHUSTER JETLAXIS SONIC BP	R\$2.725,0000	R\$27.250,0000
<b>Valor Total</b>				<b>(sessenta e seis mil, setenta e nove reais e setenta e dois centavos)</b>	
				<b>R\$66.079,72</b>	

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2018**

Publicação Nº 1774873

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 122/2018 – Pregão Presencial  
38/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMEPI PRODUTOS  
COMERCIAIS EIRELI - ME - OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos,  
consumo e permanente, para uso nos nos consultórios odontológicos das Unidades da  
rede municipal de Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste  
Município, bem como aquisição de materiais para confecção de próteses dentárias e  
material para fonoaudiologia.  
DATA: 16/10/2018 à 15/10/2019.

Nome da Empresa: COMEPI PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME				CNPJ: 11.768.299/0001-45	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Gel dental com flúor com até 1500 PPM de flúor, embalagem com 90 gramas.					
173	10000,00	UN	ICE FRESCH	R\$1,8000	R\$18.000,0000
Valor Total(dezoito mil reais)					R\$18.000,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2018**

Publicação Nº 1774831

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2018 – Pregão Presencial  
 11/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SCHEYLLA DE  
 MENDONÇA - ME. OBJETO: Aquisição de materiais de artesanatos, expediente,  
 escritório, aviamentos e pinturas, para serem utilizados pelos pacientes nas oficinas de  
 artesanatos dos CAPS I, CAPS II e CAPS AD e para suprir as necessidades dos  
 demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.  
 DATA: 13/04/2018 a 12/04/2019.

**Nome da Empresa: SCHEYLLA DE MENDONÇA - ME****CNPJ: 15.049.999/0001-30**

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Bobina para senha eletrônica, de impressora térmica, medindo 57mmx40mx5mm.					
12	500,00	BB	REGISPEL	R\$3,1000	R\$1.550,0000
<b>Especificação:</b> Caixa em MDF redonda com tampa, medindo aprox. 25 x 8 cm					
13	20,00	UN	MDF Artesanato	R\$25,0000	R\$500,0000
<b>Especificação:</b> Caixa em MDF redonda com tampa, medindo aprox. 30 x 10 cm					
14	20,00	UN	MDF Artesanato	R\$28,0000	R\$560,0000
<b>Especificação:</b> Caixa plástica gaveteiro organizador em polipropileno, atóxico, empilhável, frente com vão para acesso aos produtos, espaço para cartão de identificação, encaixe traseiro para estante, reforço nas laterais. Medidas aproximadas: 12,0 x 16,0 x 25,0 cm(alt x larg x prof) ou referente ao nº. 5.					
16	100,00	UN	PLASTITALIA/ MOD. 05	R\$4,8000	R\$480,0000
<b>Especificação:</b> Caixa plástica gaveteiro organizador em polipropileno, atóxico, empilhável, frente com vão para acesso aos produtos, espaço para cartão de identificação, encaixe traseiro para estante, reforço nas laterais. Medidas aproximadas: 17,0x21,0x34,0 cm(alt x larg x prof) ou referente ao nº. 7.					
17	100,00	UN	PLASTITALIA / MOD. 07	R\$10,5000	R\$1.050,0000
<b>Especificação:</b> Caixa plástica gaveteiro organizador em polipropileno, atóxico, empilhável, frente com vão para acesso aos produtos, espaço para cartão de identificação, encaixe traseiro para estante, reforço nas laterais. Medidas aproximadas: 8,0 x 11,0 x 18,0 cm(alt x larg x prof) ou referente ao nº. 3.					
18	100,00	UN	PLASTITALIA/ MOD. 03	R\$2,5500	R\$255,0000
<b>Especificação:</b> Elástico Circular (dinheiro), nº. 18, em látex, EM LÁTEX, CAIXA PEQUENA COM com 28 unidades 25 GRAMAS					
20	100,00	CX	FULGOR	R\$1,2200	R\$122,0000
<b>Especificação:</b> Lápis técnico preto 6b, caixa com 12 unidades.					
25	12,00	CX	CIS 6B	R\$15,4000	R\$184,8000
<b>Especificação:</b> Lixa p/ Madeira 225 mm X 275 mm Gramatura 220					
29	50,00	UN	TIGRE	R\$1,0000	R\$50,0000
<b>Especificação:</b> Papel milimetrado, formato A3, mínimo 70gr/m², pacote ou bloco com 50 folhas					
33	10,00	Pcte/BL	FILIPAPER	R\$14,8000	R\$148,0000

<b>Especificação:</b> Papel milimetrado, formato A4, mínimo 63gr/m², pacote ou bloco com 50 folhas.					
34	10,00	Pcte/BL	FILIPAPER	R\$7,5000	R\$75,0000
<b>Especificação:</b> Prancheta de madeira ou MDF, com pegador de metal, tamanho ofício.					
48	150,00	UN	STALO	R\$2,7000	R\$405,0000
<b>Especificação:</b> Tecido tricoline liso, diversas cores, 100% algodão					
51	20,00	M	FABRIL MASCARENHAS	R\$18,0000	R\$360,0000
<b>Especificação:</b> Tesoura em aço inox, ponta reta, com no mínimo 18 cm e 07 polegadas, com cabo em polipropileno resistente.					
53	50,00	UN	V.M.P/ 19,5CM	R\$9,0000	R\$450,0000
<b>Especificação:</b> Tubo de Cola Universal - artesanato Adesivo Universal Artesanato Adesivo à base de resinas sintéticas em solventes orgânicos, transparente, 17g.					
55	100,00	UN	Tek Bond	R\$5,5000	R\$550,0000
<b>Especificação:</b> Lápis de cor grande, com 12 cores variadas, atóxico, ponta max resistente, pigmentos de ótima qualidade, cores mais vivas, Formato triangular ergonômico, produzido com madeira 100% reflorestada.					
58	20,00	CX	FABER CASTELL	R\$10,0000	R\$200,0000
<b>Especificação:</b> Caneta hidrocor ponta fina, corpo arredondado, composição: plástico abc, plástico, estojo com 12 cores.					
59	25,00	CX	Leo&Leo	R\$6,0000	R\$150,0000
<b>Especificação:</b> Giz de cera, caixa com 15 cores.					
60	16,00	CX	Delta	R\$2,5000	R\$40,0000
<b>Especificação:</b> Massa de modelar caixa com 12 cores não tóxica e antialérgico produto indicado para criança. Caixa com 180gr.					
61	16,00	CX	ACRILEX	R\$3,7000	R\$59,2000
<b>Especificação:</b> Kit normógrafo com 03 (três) réguas de Poliestireno, para desenhar letras e números. Contém 3 réguas de A-Z e 0 a 9. Réguas medindo aproximadamente , tamanho grande 250mm x 155mm, letra e número 30mm, tamanho médio 170mm x 110mm, letra e número 20mm e tamanho pequeno 105mm x 80mm, letra e número 13mm.					
64	16,00	KIT	Waleu	R\$4,3000	R\$68,8000
<b>Especificação:</b> E.V.A. medindo aprox. 600x400x2mm, sortidos. Pacote com 10 unidades.					
65	10,00	PCT	DUBFLEX	R\$13,8000	R\$138,0000
<b>Especificação:</b> Pilhas Alcalinas AAA, pacote com 04 unidades.					
67	300,00	PCT	ELGIN	R\$14,0000	R\$4.200,0000
<b>Especificação:</b> Quadro Branco, não magnético, medindo 90x120cm, moldura de alumínio, porta marcador e apagador. Acompanhar acessórios para fixação na parede					
69	3,00	UN	SOUZA	R\$120,0000	R\$360,0000
<b>Valor Total</b> (onze mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos)					<b>R\$11.955,80</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2018**

Publicação Nº 1774821

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2018 – Pregão Presencial  
24/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: EONIX SUPRIMENTOS  
E INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de tonner para impressora  
ultrassom da Marca/Modelo Kiocera Ecosys P5021, localizada na Unidade de Saúde  
Central.  
DATA: 06/07/2018 a 05/07/2019.

Nome da Empresa: EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME				CNPJ: 05.937.672/0001-41	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Tonner para impressora Ultrassom da Marca/Modelo Kiocera Ecosys P5021, cor Margenta.					
2	7,00	UN	Kiocera / TK - 5222	R\$298,4000	R\$2.088,8000
<b>Especificação:</b> Tonner para impressora Ultrassom da Marca/Modelo Kiocera Ecosys P5021, cor Azul.					
3	7,00	UN	Kiocera / TK - 5222	R\$298,4000	R\$2.088,8000
<b>Especificação:</b> Tonner para impressora Ultrassom da Marca/Modelo Kiocera Ecosys P5021, cor Amarelo.					
4	7,00	UN	Kiocera / TK - 5222	R\$298,4000	R\$2.088,8000
<b>Valor Total</b> (seis mil, duzentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos)					<b>R\$6.266,40</b>



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2018**

Publicação Nº 1774823

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2018 – Pregão Presencial  
24/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: INT SOLUÇÕES PARA  
RECICLAGEM LTDA-ME. OBJETO: Aquisição de tonner para impressora ultrassom  
da Marca/Modelo Kiocera Ecosys P5021, localizada na Unidade de Saúde Central.  
DATA: 06/07/2018 a 05/07/2019.

Nome da Empresa: INT SOLUÇÕES PARA RECICLAGEM LTDA -ME				CNPJ: 07.703.592/0001-57	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Tonner para impressora Ultrassom da Marca/Modelo Kiocera Ecosys P5021, cor Preta.					
1	100,00	UN	Kyocera TK 522 B	R\$229,5000	R\$22.950,0000
<b>Valor Total</b> (vinte e dois mil e novecentos e cinquenta reais)					<b>R\$22.950,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2018**

Publicação Nº 1774824

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2018 – Pregão  
Presencial 08/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS  
FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos  
para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de  
Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de  
Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, CEAP e para o Bem Estar  
Animal.  
DATA: 09/04/2018 à 08/04/2019.

<b>Nome da Empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA</b>				<b>CNPJ: 44.734.671/0001-51</b>	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Betaxolol, cloridrato, 0,5%, solução oftálmica, frasco com 5 ml (5mg/ml)					
3	30,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$9,0000	R\$270,0000
<b>Especificação:</b> Prednisona, 20 mg - acondicionado de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blíster fracionável.					
26	250000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,2040	R\$51.000,0000
<b>Especificação:</b> Prednisona, 5 mg - acondicionado de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blíster fracionável.					
27	200000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,0900	R\$18.000,0000
<b>Valor Total</b> (sessenta e nove mil e duzentos e setenta reais)					<b>R\$69.270,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2018**

Publicação Nº 1774825

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018 –  
Pregão Presencial 08/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e  
a empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de  
ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para  
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e  
para uso nos atendimentos da UPA, CEAP e para o Bem Estar  
Animal.  
DATA: 09/04/2018 à 08/04/2019.

Nome da Empresa: <b>ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA</b> CNPJ: <b>00.802.002/0001-02</b>					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Ivermectina 6mg, blíster com 2 comprimidos.					
17	20000,00	COMP	VITAMEDIC/VITAPAN	R\$0,2075	R\$4.150,0000
<b>Valor Total</b> (quatro mil e cento e cinquenta reais)					<b>R\$4.150,00</b>

# Palma Sola

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2018 - REGISTRO DE PREÇOS -

Publicação Nº 1774506

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 45/2018 - Registro de Preços.

Tipo: Menor Preço

Objeto: Contratação de empresa especializada para instalação de impermeabilização de telhado com manta asfáltica 3mm, a base de asfálticos modificados, com polímeros, estruturada com tecido de polipropileno e alumínio na camada superior. Acabamento inferior em polietileno, tipo I e II, compreendendo fornecimento de material, serviço de mão de obra de instalação e garantia por 10 anos.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada, Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº. 026 de 02/09/2002, e, Decreto Municipal nº 005 de 29/01/2018.

Entrega dos envelopes: Até às 08:30 hs do dia 30/10/2018.

Abertura dos envelopes: às 09:00 hs do dia 30/10/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e no site da Prefeitura.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 16 de outubro de 2018.

Marines Fatima Sansigolo

Pregoeira

# Papanduva

## PREFEITURA

### DECRETO N° 2802 - 2018 - NOMEIA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Publicação N° 1774235

DECRETO N° 2802, DE 14.09.2018.

NOMEIA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC.

Luiz Henrique Saliba, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, incisos VI e XXX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com Art. 10-L da Lei Complementar nº053, de 26 de fevereiro de 2014,

#### DECRETA

Art 1º. Ficam nomeados para comporem a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, os seguintes representantes:

I - Coordenadores da COMPDEC:

- Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal
- Girseliano Moreira da Silva – Secretário da Administração

II - Secretário da COMPDEC:

- Leriany Marquardt – Servidora Municipal

III - Conselho Técnico:

- Josemar Luiz Furtado – Engenheiro Civil
- Dobrandino Pacheco – Secretário de Infraestrutura
- Bernadete Wiliczinski – Secretário de Educação
- José Ratochinski Filho – Contador
- Mariza das Grassas Veiga de Sousa – Secretária de Assistência Social
- Cátia Taciana Thorstenberg – Secretária de Saúde

IV - Conselho Comunitário:

- Sargento Laércio Antonio Sphair - Representante do Corpo de Bombeiros Militar;
- Sargento Luis Cesar Meister - Representante da Polícia Militar;
- Alisson Saul Wunche - Representante do Lions;
- James Michel Cerniak e Altamir Glonek – Representantes da Câmara de Vereadores

V - Agente de Defesa Civil:

- José Osni Moreto – Servidor Municipal

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 14 de setembro de 2018.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Girseliano Moreira da Silva  
Secretário da Administração

# Paraíso

## PREFEITURA

**1485/2018**

Publicação Nº 1774935

LEI MUNICIPAL Nº 1485/2018

INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdecir Antônio Casagrande, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito deste município, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Parágrafo Único – Considera-se Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NF-E o documento emitido e armazenado eletronicamente por intermédio de sistema informatizado do Município, conforme definido em Decreto do Poder Executivo, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços de interesse fazendário em meio exclusivamente digital, com validade jurídica plena garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal da Fazenda antes da ocorrência do fato gerador.

Art. 2º – No prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente lei o Poder Executivo regulamentará mediante Decreto as normas relativas ao uso e emissão da NF-E em todos os aspectos pertinentes, fixando cronograma para inicialização do seu uso, podendo estipular prazos diversos em face da natureza dos serviços e das circunstâncias locais que envolvem o exercício da respectiva atividade econômica.

Parágrafo Primeiro – No prazo máximo de um ano a contar da publicação da regulamentação tratada no caput estará vedado o controle físico de notas fiscais no âmbito deste município, cabendo ao Poder Executivo adotar as providências necessárias ao cumprimento desta lei.

Parágrafo Segundo – Caso expressamente previsto em regulamento do Poder Executivo, os contribuintes não obrigados que optarem espontaneamente pela emissão da NF-E, nos termos de eventual regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo, ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei, ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - A lei entrará em vigor no dia da publicação.

Paraíso (SC), 04 de outubro 2018.  
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e  
Publicada na data supra.  
Paraíso-SC, 04 de outubro de 2018.

Servidor Responsável

**1486/2018**

Publicação Nº 1774936

lei MUNICIPAL Nº 1486/2018.

FIXA LARGURA NA RUA ALAIR SCHMITD ZANIN E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Valdecir Antônio Casagrande, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a fixar em 14,00 metros (quatorze metros), a largura da Rua Alair Schmitd Zanin no trecho entre a Rua dos Pinheiros e a Rua Alcides Zanin que confronta: norte com faixa remanescente da Rua Alair Schmitd Zanin, a leste com a Rua Alcides Zanin, ao sul com lotes urbanos nº 279-A, 279-B e 315 e a oeste com a Rua dos Pinheiros.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei, ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - A lei entrará em vigor no dia da publicação.

Paraíso (SC), 04 de outubro de 2018.  
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e  
Publicada na data supra.



Paraíso-SC, 04 de outubro de 2018.

Servidor responsável

**PR 22/2018 FMS**

Publicação Nº 1774585

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2018 FMS

O MUNICÍPIO DE PARAÍSO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 30 de Outubro de 2018, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DO GRUPO “B” (QUÍMICOS E MEDICAMENTOS), DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (49) 36270090, de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC,

[www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 16 de Outubro de 2018.

MARINES ECKERT

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ALINE A. BAROSKY WINGERT

SECRET. MUN. DE ADM, FAZ. E PLANEJAMENTO.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### ERRATA LEI Nº 1086 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1774867

Errata da lei 1086 de 08 de outubro de 2018.

Vimos por meio desta, diante de erro material constante na Lei 1086 de 08 de outubro de 2018, retificar a referida Lei.

Onde se lê JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas competências privativas conferidas pelo Artigo 53, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, apresenta a Câmara Municipal de Vereadores para estudo e aprovação o presente Projeto de Lei:, leia-se JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publique-se para que passe a vigor com a retificação supra.

LEI Nº 1086 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

“ALTERA A REDAÇÃO DO §1º, DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 513 DE 25 DE AGOSTO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

A Câmara Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais apresenta o presente Autógrafo de Lei:

Art. 1º - Fica modificado o §1º, do artigo 1º, da Lei 513 de 25 de agosto de 2005, passando a ter a seguinte redação:

“§1º - O limite máximo para contratações previstas nos incisos III e IV deste artigo, será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 16 de Outubro de 2018

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de outubro de 2018.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Passos Maia

## PREFEITURA

### CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO 0066/2018

Publicação Nº 1774216

#### AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC  
ANULAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N. 0066/2018  
ANULAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0020/2018

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, que fica cancelado o PROCESSO LICITATÓRIO N. 0066/2018 NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0020/2018.  
Objeto – Contratação de segurança para festival da canção Passosmaiene.

Passos Maia, 15 de outubro de 2018.  
LEOMAR ROBERO LISTONI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO N. 070/2018

Publicação Nº 1774768

DECRETO Nº 070, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069 de 13/07/1990, Lei Complementar Municipal n. 048/2015 e considerando a Ata 08/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizado no dia 08 de outubro de 2018:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica convocada ordinariamente a II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com o objetivo de mobilizar os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos - SGD, crianças, adolescentes e a sociedade para a construção de propostas voltadas para a afirmação do princípio da proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas públicas, fortalecendo as estratégias/ações de enfrentamento às violências e considerando a diversidade.

Art. 2º A II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á em Passos Maia/SC, no dia 08 de novembro de 2018 no Centro de Convivência do Idoso, com início às 13:00hs e encerramento às 17:00hs.

Art. 3º A II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como tema “Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências” e cinco eixos temáticos:

Eixo I: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social;

Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e adolescentes;

Eixo III: Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes;

Eixo IV: Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes;

Eixo V: Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Criança e Adolescente.

Art. 4º Instituir a Comissão Organizadora, coordenada por Grazielle Iracema Wilmsen, com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, definida pela Resolução 001/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a organização da II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Apoiará a organização da Conferência unidades vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social e Gabinete do Prefeito

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 15 de outubro de 2018.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos atos oficiais.

**DECRETO N. 071/2018**

Publicação Nº 1774769

DECRETO Nº 071, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA DA II CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - Convocar a II CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA dos municípios de Passos Maia - SC e Vargeão - SC, com o fim de avaliar os avanços na consolidação da Política Municipal de Atendimento ao Idoso, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos e ações;

§ 1º - A II CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, realizar-se-á em Passos Maia, Santa Catarina, no dia 06 de novembro de 2018, das 13:00hs as 17:00hs no Centro de Convivência do Idoso.

§ 2º - A II CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA terá como Tema Central: Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das políticas públicas. E como Eixos temáticos:

Eixo I- Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas Públicas. Subeixos: Saúde, Assistência Social, Previdência, Moradia, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer.

Eixo II- Educação: assegurando direitos e emancipação humana.

Eixo III- Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

Eixo IV- Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

Art. 2º - Instituir a Comissão Organizadora, coordenada por Vanessa Sppada e Jucenilse Strapazon, com composição paritária dos representantes Governamentais e Não-Governamentais, definida em Resolução Nº 002/2018 do Conselho Municipal do Idoso de Vargeão/SC, para a organização da II Conferência Intermunicipal dos direitos da pessoa idosa;

Parágrafo Único - Apoiar a Organização da Conferência representantes das Secretarias Municipais de Assistência Social, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e Gabinetes dos Prefeitos.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia/ SC, 16 de outubro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

**PORTARIA Nº 283, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774817

PORTARIA Nº 283, de 15 de outubro de 2018.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o Atestado Médico expedido pelo Dr. Cassio Daniel Kirchner Da Cruz – CRM 19930 – datado de 10 de outubro de 2018, entregue ao setor de Recursos Humanos em 16 de outubro de 2018, que sugere o afastamento da servidora de suas atividades laborais por um período de 07 dias para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora SARUE BRUNETTO, matrícula nº 10667, ocupante do Cargo de Provimento Temporário de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Símbolo PD/C-III, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esporte pelo período de 10/10/2018 a 16/10/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/10/2018.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 16 de outubro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**Paulo Lopes****PREFEITURA****296/2018**

Publicação Nº 1774212

PORTARIA Nº 296/2018

NILTO FETES RODRIGUES, Secretário de Finanças do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 e suas alterações e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017, e

Considerando a apresentação de Atestado Médico,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE a Cristiani Torres Rodrigues, nomeada pela Portaria nº 067/2006, matrícula nº 1048 ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo II, por um período de 180 dias, a partir de 08/10/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 16 de outubro de 2018.

Nilto Fetes Rodrigues  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 17 de outubro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**297/2018**

Publicação Nº 1774213

PORTARIA Nº 297/2018

ROBSON LUIZ BITTENCOURT LIBERATO, Secretário de Saúde do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017, e

Considerando a apresentação da certidão de óbito,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA POR FALECIMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA por oito dias, a partir de 11/10/2018 ao servidor Tiago Manoel Silvano ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 11357, em função do falecimento de seu Avô, Silvano José Silvano.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 16 de outubro de 2018.

Robson Luiz Bittencourt Liberato  
Secretário Municipal de Saúde

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 17 de outubro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração



**298/2018**

Publicação Nº 1774214

**PORTARIA Nº 298/2018**

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Complementar Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011 e suas alterações e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a partir de 16/10/2018, a servidora Elidiani Aparecida Moretto, nomeada pela Portaria nº 262/2018, Matrícula nº 11523, ocupante do Cargo de Provimento Temporário de Professora.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 017 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 16 de outubro de 2018.

Vanessa Pereira  
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 17 de outubro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**AVISO DE LICITAÇÃO - CC Nº 02/2018 - PL Nº 42/2018**

Publicação Nº 1775337

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº. 02/2018  
Processo Licitatório nº 42/2018

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo MELHOR OFERTA EM BENFEITÓRIAS, objetivando CONCESSÃO DE USO da quadra esportiva da Escola Reunida Avani da Silva Santos, conforme a Lei Municipal nº 1780/2018. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “DOCUMENTAÇÃO” e nº. 2 – “PROPOSTA” deverão ser apresentados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, centro, Paulo Lopes/SC, até as 09h55min do dia 19/11/2018. A sessão se dará a partir das 10h00min do dia 19/11/2018, no endereço acima especificado. O edital encontra-se a disposição dos interessados, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Paulo Lopes, 15 de outubro de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretária Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### 1ª ERRATA EDITAL PREGAO PRESENCIAL Nº 51/2018 - PMP

Publicação Nº 1774626



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

**1ª ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2018 - PMP  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2018 - PMP**

**Objeto:** Registro de Preços para futura aquisição de ar condicionado, mobiliário e eletroeletrônico, para as salas de aula e salas administrativas das unidades Escolares Municipais, Centros de Educação Infantil, EJA e Secretaria de Educação e Cultura do Município, conforme solicitação nº 1111/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência.

Atendendo solicitação da Secretaria de Educação, por meio do Memorando nº 4.276/2018, a presente errata tem a finalidade de **RETIFICAR** o item 2 do edital e a especificação dos itens do Anexo I do Edital, conforme descrição abaixo:

#### ONDE SE LÊ:

#### 2 - DAS AMOSTRAS

2.1 - Para o objeto da presente licitação não foi solicitada a apresentação de amostra.

#### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA/PROPOSTA DE PREÇOS ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVOS E FORNECIMENTO DO OBJETO

**Objeto: Registro de Preços** para futura aquisição de ar condicionado, mobiliário e eletroeletrônico, para as salas de aula e salas administrativas das unidades Escolares Municipais, Centros de Educação Infantil, EJA e Secretaria de Educação e Cultura do Município, conforme solicitação nº 1111/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência.

Item	Quant	Especificação	Marca	Valor Unit.	Valor
Total				Estimado	
Estimado					
1	1000 UN	Caminha Infantil Empilhável, dimensões mínimas: comprimento de 1250mm x largura de 560mm x altura de 120mm. Resistência de no mínimo 40 KG. Construção em polipropileno podendo ser a base lateral em alumínio, Tela "vazada", em tecido poliéster / PVC de Fácil lavagem. Com cor a definir. <u>Apresentar folder/prospecto do produto.</u> (01-01-022457)	_____	R\$ 250,00	R\$ 250.000,00
2	200 LT	Lote de móveis sala de aula contendo: 01 Armário aéreo em MDF branco 15mm com dimensões totais: (LxAxP) 2500x1000x400mm com 02 prateleiras internas e 6 portas de correr com puxador embutido integral em alumínio, fundos em Eucatex 3mm. Dimensões finais a verificar no local de instalação. Salas de aula.	_____	R\$ 2.576,66	R\$ 515.332,00

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

01 Mesa para professor - mesa de trabalho, tampo confeccionado em MDF, com espessura mínima de 25 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão BP na cor ovo. Com todos os bordos encabeçados com fita de poliestireno com espessura de 2.5 mm, colados a quente em sistema em adesivo hot melt a 220°, sob o tampo buchas em zamak cravadas sob o tampo para fixação das estruturas em rosca m6. Painel frontal estrutura confeccionado em MDF, com espessura mínima de 18 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão bp, sendo os bordos encabeçados em fita de poliestireno de espessura 0,45mm, colada com adesivo hot melt a 220°, fixado na base no sistema "rapid" através de pinos e buchas de pressão mini fix. Estruturas formadas por tubos, com a base superior em tubos de aço 30 x 20 x 1,2 mm, a base inferior em chapa de aço repuxada curva dispensando desta forma o uso de ponteiros de PVC, com espessura mínima de 1,5 mm, e a coluna de sustentação composta por um conjunto de chapas com 0,90 mm de espessura, compondo duas calhas de saque lateral, sendo a calha externa perfurada e a interna lisa; e 2 tubos redondos paralelos, na medida de 30 x 1,2 mm, resultando em uma largura final de 150 mm com dutos para passagem de fiação, sendo todo o conjunto submetido a um pré-tratamento por fosforização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosforização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 230° c na cor ovo. Acabamento com sapatas em nylon injetado com diâmetro de 25,4 mm, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso. Mesa medindo (LxAxP) 1500x740x600 mm. Com gaveteiro fixo com 2 gavetas, com corredeiras metálicas e roldanas de nylon, medindo (LxAxP) 350x313x448 mm. Com fechadura com 2 chaves e travamento simultâneo das gavetas.

---

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

01 Armário alto com 02 portas: formado por: 01 - tampo confeccionada em MDF, de 25mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, bordas que contornam o tampo em PVC de 2,0 mm de espessura, colada a quente pelo sistema hot-melt. Caixaria toda confeccionada em MDF, de 18mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema hot-melt. Sistema de fixação utilizando cavilhas, buchas plásticas e minifix. Com 3 prateleiras confeccionadas em MDF, de 18mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema hot-melt, apoiadas por meio de coluna plástica contendo tambor minifix no interior, para aperto de minifix fixado junto à lateral do armário e suporte prateleira em aço, com opção de 3 tipos de altura para cada prateleira. 02 portas confeccionadas em MDF, de 18mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema hot-melt. Dobradiças baixas de abertura da porta em 110°. Puxadores em poliestireno com entre furos de 128mm, com 2 dobras 90° totalizando altura de 25mm e largura total de 142mm e travamento da porta por uma única fechadura. Utiliza sapatas reguláveis fixadas na base por meio de bucha metálica. Com rodapé metálico em aço, formado por 4 tubos com seção de 20 x 20, soldados através de solda mig, contendo 4 sapatas niveladoras. Recebe banho de água e fósforo para aplicar acabamento com pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200°C, garantindo em laudo teste de névoa salina contra corrosão de 240horas. Dimensões: (LxAxP) 900x1600x500.

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

**Apresentar folder/Prospecto.**  
(01-01-023501)

3	100	UN	Armário guarda volume com chave armário tipo guarda-volumes com 4 portas e chaves. Estrutura em aço carbono com pintura eletrostática. Medidas mínimas: 35 x 185 x 45 (LxAxP).	R\$ 543,00	R\$ 54.300,00
---	-----	----	--	---------------	------------------

**Apresentar folder/Prospecto.**  
(01-01-022479)

4	200	UN	Cadeira giratória executivo c/ apoia braços. Com as seguintes características mínimas; assento e encosto: madeira do assento em compensado multilaminado com espessura de 12 mm moldado anatomicamente a quente. Estrutura do encosto injetado em polipropileno. Espuma injetada anatomicamente com densidade de 45 a 50 Kg/m3 com espessura de 45 mm no assento e 40 mm no encosto; encosto com contracapa em polipropileno injetado; revestimento em tecido polipropileno na cor azul; a fixação do assento e do encosto, à estrutura, é feita com parafusos sextavados, e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira, e a fixação das capas é feita por grampos e pelo próprio perfil de PVC; braços com corpo injetado em polipropileno copolímero e apoia-braços em poliuretano texturizado integral  skin, alma de aço sae 1020 com 8 posições de regulagem de altura com botão injetado em poliamida 6.0, totalizando 98 mm de curso, com fixação no assento com 2 furos oblongos, permitindo regulagem lateral por manípulo. Base: base giratória desmontável com aranha de 5 hastes de aço com pino do rodízio soldado na extremidade da haste em furos do tipo flangeado, evitando que se soltem, coberta por polaina injetada em polipropileno na cor preta, apoiada sobre 5 rodízios de giro duplo com 50 mm de diâmetro em nylon com capa. Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico, com rolamento axial de giro, esferas e arruelas de aço temperado de alta resistência, sistema de regulagem de altura com coluna a gás que amortece os impactos ao sentar, acionada por alavanca;	R\$ 520,00	R\$ 104.000,00
---	-----	----	---	---------------	-------------------

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

os pinos que suportam os rodízios são soldados na extremidade das hastes, evitando que se soltem; mecanismo flange de apoio da cadeira com "1. Suporte do encosto em tubo de aço industrial oblongo 20 x 48 mm, parede 1, 50 mm; os componentes metálicos possuem tratamento de superfície com fosfato de zinco, com acabamento em pintura epóxi na cor preta. Dimensões aproximadas: largura do assento: 460 mm; profundidade do assento: 420 mm; largura do encosto: 410 mm; altura do encosto: 350 mm; profundidade total da cadeira: 700 mm; altura total da cadeira: 820 - 1020 mm; largura total da cadeira: 700 mm. A empresa deverá apresentar junto a proposta comercial os seguintes laudos: certificado de análise ergonômica dos produtos, segundo a norma ABNT NR 17, emitida por ergonomista certificada pela Abergo (associação brasileira de ergonomia), autenticada em cartório; cópia do certificado Abergo do responsável pela análise ergonômica, autenticado em cartório; relatório de ensaio sobre corrosão e envelhecimento por exposição a névoa salina, emitido por laboratório, ref. A NBR 8094 e termo de garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação.

**Apresentar folder/prospecto do produto.** (01-01-022525)

5	200	UN	Fornecimento e instalação de Aparelho de Ar condicionado Split de 18.000 BTUs 220V, ciclo frio, composto de duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna), compressor rotativo, gás ecológico R410a, no mínimo duas velocidades de ventilação, baixo nível de ruído (silencioso), filtro bactericida, controle remoto sem fio, classificação A. Suporte de Instalação em material plástico/PVC. <b><u>Apresentar folder/Prospecto.</u></b> (01-01-023502)	R\$ 2.900,00	R\$ 580.000,00
6	200	UN	Fornecimento e instalação de Aparelho de Ar condicionado Split de 24.000 BTUs 220V, ciclo frio, composto de duas unidades	R\$ 3.953,33	R\$ 790.666,00

:: Página 5 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

			distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna), compressor rotativo, gás ecológico R410a, no mínimo duas velocidades de ventilação, baixo nível de ruído (silencioso), filtro bactericida, controle remoto sem fio, classificação A. Suporte de Instalação em material plástico/PVC. <b><u>Apresentar folder/Prospecto.</u></b> (01-01-023503)			
7	25	UN	Balança digital eletrônica 220V tipo piso, com pesagem mínima de 0 a 100kg, com informação em painel digital Estrutura da plataforma projetada em aço carbono, estrutura altamente resistente com perfil baixo e célula única, com pintura epóxi. (dimensões aproximadas de 45L x 16" x 42P CM) <b><u>Apresentar folder/Prospecto.</u></b> (01-01-023504)		R\$ 1.770,00	R\$ 44.250,00
8	30	UN	Filtro de água. Com torneira de saída de água. Com carvão ativado. Vazão (l/h) acima de 80 litros/hora. Acompanhados de 06 Refis de carvão ativado para filtro de água. Compatível com o modelo. <b><u>Apresentar folder/Prospecto.</u></b> (01-01-023505)		R\$ 613,30	R\$ 18.399,00
9	1	UN	Caixa Térmica revestida de polietileno com tampa preferencialmente com trava, capacidade de 48 Litros, formato quadrado/paralelepípedo com dimensões aprox. 38A x 62L x 37P CM. <b><u>Apresentar Folder/Prospecto.</u></b> (01-01-023506)		R\$ 345,00	R\$ 345,00
10	25	UN	Projektor, 3600 lumens, com lâmpada de mínimo 10.000 horas de duração, entradas, HDMI, USB, VGA, Saída de áudio, fonte de voltagem 110/220V, Acompanhado de: 1 suporte de teto e parafusos de fixação; 1 cabo de alimentação de 10 metros; 1 cabo hdmi de 10 metros <b><u>Apresentar folder/prospecto.</u></b> (01-01-023507)		R\$ 3.975,00	R\$ 99.375,00
11	25	UN	Tela De Projeção Móvel retrátil com tripé para vários ambientes, Estrutura Em Aço Carbono, Pintura Eletrostática Resistente A Riscos E Corrosões, Poste Central De Sustentação E Pé Com		R\$ 1.070,33	R\$ 26.758,25

:: Página 6 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina





**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Superfície Pintada De Alta Resistência, Assegurando Maior Qualidade E Durabilidade.

Dimensões mínimas

-Formato: 4:3 (Vídeo)

-Diagonal (Polegadas): 96,05

-Área De Projeção (Axb): 1963mm X 1467mm

-Área Total (Cxd): 2147mm X 1615mm

**Apresentar folder/prospecto.**  
(01-01-023508)

12	25	UN	Microfone sem fio Duplo com alta qualidade e sensibilidade, baixo ruído na transmissão e recepção. -Distância média de operação: de 60 a 100 metros. Apresentar folder/prospecto. O Kit Acompanha Dois Microfones De Mão Sem Fio, Duas Baterias De Lithium de mínimo 6 horas de duração, Uma Base Receptora De Sinal Uhf Onde, Também, Executa A Função De Recarregar As Baterias De Lithium E Um Case De Proteção Acompanha: 1x Receiver 2x Microfones De Mão 2x Baterias De Lithium 2x Adaptadores Para Pilhas Aa 1x Case Para Transporte 1x Fonte Alimentação bi volt. (01-01-023509)		R\$ 806,32	R\$ 20.158,00
13	2	UN	Kit Caixa de som 2 canais Ativa + Passiva com mínimo 200W RMS + 2 Tripés + Cabo p10 com 10 metros. Entrada USB com regulagens individuais, entrada de microfone, mínimo 2 entradas p10, controle de volume, controle de médios, graves e agudos, Fonte de alimentação 220V. <b><u>Apresentar folder/prospecto.</u></b> (01-01-023510)		R\$ 2.176,66	R\$ 4.353,32

(Valores R\$

Total  
Geral: 2.507.936,57

**LEIA-SE:**

**2 - DAS AMOSTRAS**

2.1 - É imprescindível que o licitante melhor classificado submeta à Comissão de Avaliação da Secretaria Municipal da Educação, 01(uma) amostra do **item 12** após a realização do processo licitatório, a fim de que a Comissão venha verificar se o produto está de acordo com as especificações técnicas exigidas. Após avaliação será emitido relatório de aprovação que será parte integrante do Processo e a **amostra devolvida a empresa.**

:: Página 7 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

2.2 - As amostras dos itens deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis, no seguinte endereço: Rua José João Batista, nº 115, Fone/Fax: 3345-2388, CEP – 88385-000 - Penha/SC, email: [seduc@penha.sc.gov.br](mailto:seduc@penha.sc.gov.br).

2.3 - O produto deverá estar embalado em invólucros fechado e rotulado com a especificação do item apresentado e a identificação da proponente.

2.4 – Caso a licitante melhor colocada para determinado item não apresentar a amostra, ou vier a ter sua amostra reprovada pela Comissão Julgadora, a mesma será desclassificada para o item. Será convocada a próxima licitante de acordo com a classificação do certame onde deverá apresentar a referida amostra num prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sendo que as convocações serão publicadas no site oficial do Município no campo do referido Edital;

2.5 – A licitante que não apresentar amostra no período estabelecido por este edital poderá ser enquadrada no artigo 7º da lei 10520/02.

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA/PROPOSTA DE PREÇOS ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVOS E FORNECIMENTO DO OBJETO

**Objeto: Registro de Preços** para futura aquisição de ar condicionado, mobiliário e eletroeletrônico, para as salas de aula e salas administrativas das unidades Escolares Municipais, Centros de Educação Infantil, EJA e Secretaria de Educação e Cultura do Município, conforme solicitação nº 1111/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência.

Item Total	Quant	Especificação	Marca	Valor Unit. Estimado	Valor
Estimado					
1	1000 UN	Caminha Infantil Empilhável, dimensões mínimas: comprimento de 1250mm x largura de 560mm x altura de 120mm. Resistência de no mínimo 40 KG. Construção em polipropileno podendo ser a base lateral em alumínio, Tela "vazada", em tecido poliéster / PVC de Fácil lavagem. Com cor a definir. <u>Apresentar folder/prospecto do produto.</u> (01-01-022457)		R\$ 250,00	R\$ 250.000,00
2	200 LT	Lote de móveis sala de aula contendo: 01 Armário aéreo em MDF branco 15mm com dimensões totais: (LxAxP) 2500x1000x400mm com 02 prateleiras internas e 6 portas de correr com puxador embutido integral em alumínio, fundos em Eucatex 3mm. Dimensões finais a verificar no local de instalação. Salas de aula. 01 Mesa para professor - mesa de cionado em MDF, com espessura		R\$ 2.576,66	R\$ 515.332,00

:: Página 8 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

mínima de 25 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão BP na cor ovo. Com todos os bordos encabeçados com fita de poliestireno com espessura de 2.5 mm, colados a quente em sistema em adesivo hot melt a 220°, sob o tampo buchas em zamak cravadas sob o tampo para fixação das estruturas em rosca m6. Painel frontal estrutura confeccionado em MDF, com espessura mínima de 18 mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão bp, sendo os bordos encabeçados em fita de poliestireno de espessura 0,45mm, colada com adesivo hot melt a 220°, fixado na base no sistema "rapid" através de pinos e buchas de pressão mini fix. Estruturas formadas por tubos, com a base superior em tubos de aço 30 x 20 x 1,2 mm, a base inferior em chapa de aço repuxada curva dispensando desta forma o uso de ponteiros de PVC, com espessura mínima de 1,5 mm, e a coluna de sustentação composta por um conjunto de chapas com 0,90 mm de espessura, compondo duas calhas de saque lateral, sendo a calha externa perfurada e a interna lisa; e 2 tubos redondos paralelos, na medida de 30 x 1,2 mm, resultando em uma largura final de 150 mm com dutos para passagem de fiação, sendo todo o conjunto submetido a um pré-tratamento por fosforização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosforização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 230° c na cor ovo. Acabamento com sapatas em nylon injetado com diâmetro de 25,4 mm, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso. Mesa medindo (LxAxP) 1500x740x600 mm. Com gaveteiro fixo com 2 gavetas, com corrediças metálicas e roldanas de nylon, medindo (LxAxP) 350x313x448 mm. Com fechadura com 2 chaves e travamento simultâneo das gavetas.

01 Armário alto com 02 portas:  
formado por: 01 - tampo

---

:: Página 9 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

confeccionada em MDF, de 25mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, bordas que contornam o tampo em PVC de 2,0 mm de espessura, colada a quente pelo sistema hot-melt. Caixaria toda confeccionada em MDF, de 18mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema hot-melt. Sistema de fixação utilizando cavilhas, buchas plásticas e minifix. Com 3 prateleiras confeccionadas em MDF, de 18mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema hot-melt, apoiadas por meio de coluna plástica contendo tambor minifix no interior, para aperto de minifix fixado junto à lateral do armário e suporte prateleira em aço, com opção de 3 tipos de altura para cada prateleira. 02 portas confeccionadas em MDF, de 18mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema hot-melt. Dobradiças baixas de abertura da porta em 110°. Puxadores em poliestireno com entre furos de 128mm, com 2 dobras 90° totalizando altura de 25mm e largura total de 142mm e travamento da porta por uma única fechadura. Utiliza sapatas reguláveis fixadas na base por meio de bucha metálica. Com rodapé metálico em aço, formado por 4 tubos com seção de 20 x 20, soldados através de solda mig, contendo 4 sapatas niveladoras. Recebe banho de água e fósforo para aplicar acabamento com pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200°C, garantindo em laudo teste de névoa salina contra corrosão de 240horas. Dimensões: (LxAxP) 900x1600x500.

**Apresentar folder/Prospecto.**  
(01-01-023501)

:: Página 10 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

3	100	UN	Armário guarda volume com chave armário tipo guarda-volumes com 4 portas e chaves. Estrutura em aço carbono com pintura eletrostática. Medidas mínimas: 35 x 185 x 45 (LxAxP). <b><u>Apresentar folder/Prospecto.</u></b> (01-01-022479)	R\$ 543,00	R\$ 54.300,00
5	200	UN	Fornecimento e instalação de Aparelho de Ar condicionado Split de 18.000 BTUs 220V, ciclo frio, composto de duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna), compressor rotativo, gás ecológico R410a, no mínimo duas velocidades de ventilação, baixo nível de ruído (silencioso), filtro bactericida, controle remoto sem fio, classificação A. Suporte de Instalação em material plástico/PVC. A média de infraestrutura por equipamento é de 2 metros lineares. <b><u>Apresentar folder/Prospecto.</u></b> (01-01-023502)	R\$ 2.900,00	R\$ 580.000,00
6	200	UN	Fornecimento e instalação de Aparelho de Ar condicionado Split de 24.000 BTUs 220V, ciclo frio, composto de duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna), compressor rotativo, gás ecológico R410a, no mínimo duas velocidades de ventilação, baixo nível de ruído (silencioso), filtro bactericida, controle remoto sem fio, classificação A. Suporte de Instalação em material plástico/PVC. A média de infraestrutura por equipamento é de 2 metros lineares. <b><u>Apresentar folder/Prospecto.</u></b> (01-01-023503)	R\$ 3.953,33	R\$ 790.666,00
7	25	UN	Balança digital eletrônica 220V tipo piso, com pesagem mínima de 0 a 100kg, com informação em painel digital Estrutura da plataforma projetada em aço carbono, estrutura altamente resistente com perfil baixo e célula única, com pintura epóxi. (dimensões aproximadas de 45L x 16" x 42P CM) <b><u>Apresentar folder/Prospecto.</u></b> (01-01-023504)	R\$ 1.770,00	R\$ 44.250,00
8	30	UN	Filtro de água. Com torneira de saída de água. Com carvão ativado. Vazão (l/h) acima de 80 litros/hora.	R\$ 613,30	R\$ 18.399,00

:: Página 11 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Acompanhados de 06 Refis de carvão ativado para filtro de água. Compatível com o modelo.  
**Apresentar folder/Prospecto.**  
(01-01-023505)

9	1	UN	Caixa Térmica revestida de polietileno com tampa preferencialmente com trava, capacidade de 48 Litros, formato quadrado/paralelepípedo com dimensões aprox. 38A x 62L x 37P CM. <b><u>Apresentar Folder/Prospecto.</u></b> (01-01-023506)	_____	R\$ 345,00	R\$ 345,00
10	25	UN	Projektor, 3600 lumens, com lâmpada de mínimo 10.000 horas de duração, entradas, HDMI, USB, VGA, Saída de áudio, fonte de voltagem 110/220V, Acompanhado de: 1 suporte de teto e parafusos de fixação; 1 cabo de alimentação de 10 metros; 1 cabo hdmi de 10 metros <b><u>Apresentar folder/prospecto.</u></b> (01-01-023507)	_____	R\$ 3.975,00	R\$ 99.375,00
11	25	UN	Tela De Projeção Móvel retrátil com tripé para vários ambientes, Estrutura Em Aço Carbono, Pintura Eletrostática Resistente A Riscos E Corrosões, Poste Central De Sustentação E Pé Com Superfície Pintada De Alta Resistência, Assegurando Maior Qualidade E Durabilidade. Dimensões mínimas -Formato: 4:3 (Vídeo) -Diagonal (Polegadas): 96,05 -Área De Projeção (Axb): 1963mm X 1467mm -Área Total (Cxd): 2147mm X 1615mm <b><u>Apresentar folder/prospecto.</u></b> (01-01-023508)	_____	R\$ 1.070,33	R\$ 26.758,25
12	25	UN	Microfone sem fio Duplo com alta qualidade e sensibilidade, baixo ruído na transmissão e recepção. -Distância média de operação: de 60 a 100 metros. Apresentar folder/prospecto. O Kit Acompanha Dois Microfones De Mão Sem Fio, Duas Baterias De Lithium de mínimo 6 horas de duração, Uma Base Receptora De Sinal Uhf Onde, Também, Executa A Função De Recarregar As Baterias De Lithium E Um Case De Proteção Acompanha: 1x Receiver	_____	R\$ 806,32	R\$ 20.158,00

:: Página 12 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

2x Microfones De Mão  
2x Baterias De Lithium  
2x Adaptadores Para Pilhas Aa  
1x Case Para Transporte  
1x Fonte Alimentação bi volt.  
Apresentar Amostra. (01-01-023509)

13	2	UN	Kit Caixa de som 2 canais Ativa + Passiva com mínimo 200W RMS + 2 Tripés + Cabo p10 com 10 metros. Entrada USB com regulagens individuais, entrada de microfone, mínimo 2 entradas p10, controle de volume, controle de médios, graves e agudos, Fonte de alimentação 220V. <u>Apresentar folder/prospecto.</u> (01-01-023510)	R\$	R\$
				2.176,66	4.353,32

(Valores R\$

**Total** 2.403.936,57  
**Geral:**

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E ENTREGA DE ENVELOPES:**

Data/Hora: **29/10/2018 às 14:00 horas.**

Endereço: Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 180, Bairro Centro, Penha/SC – Sala do Empreendedor

Penha/SC, 16 de outubro de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO  
Secretário de Administração

LEANDRO DE LIMA BORBA  
Pregoeiro Oficial

:: Página 13 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**2ª CHAMADA - CONVOCAÇÃO SERVENTE MERENDEIRA 156º VIVIANE ANDRESSA DAVID**

Publicação Nº 1774449

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2ª CHAMADA**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 19/10/2018, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2017.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

1156º. 120 VIVIANE ANDRESSA DAVID

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 16 de outubro de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário da Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2018.

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) ( ) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,  
Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2018.

**ERRATA - 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2018- CONCIDADE – CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA**

Publicação N° 1774218

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
CONCIDADE – CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA  
ERRATA

O Senhor Prefeito e o Senhor Secretário do Conselho Municipal da Cidade de Penha - Concidade, no uso de suas atribuições de acordo com a Lei municipal nº 2201/08, Lei municipal nº 2244/08 e artigo 259 parágrafo único, Lei Complementar municipal nº 02/07 e do Estatuto das cidades, CONVOCAM a população em geral para a 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2018 que acontecerá no dia 25/10/2018 às 19:00h Nas dependências da Sala do Empreendedor, localizada na Nilo Anastácio Vieira, Bairro Centro, Penha, Santa Catarina.

Pauta:

- Apresentação do Relatório de Impacto de Vizinhança ,

Penha, 15 de outubro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal  
Maurílio Pedro Leite  
Secretário do Concidade

**PORTARIA N° 1525/2018**

Publicação N° 1775234

PORTARIA N.º 1525/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 89/2018 FMS, onde era contratada a Sra. JANE AYARDES MAYRINK, na função de Enfermeira, a contar de 16/10/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1089/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA N° 1526/2018**

Publicação N° 1775235

PORTARIA N.º 1526/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR para compor a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, para averiguação dos fatos apresentados referente a manutenção da Não Aprovação da Prestação de Contas Final do Plano de Implementação/ Convênio 46958.000487/2010-01 - SIAFI 299.886, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1516/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 1527/2018**

Publicação Nº 1775236

PORTARIA N.º 1527/2018

Institui Comissão Especial para o julgamento e classificação dos candidatos à vaga de comércio ambulante e eventual no Município de Penha, durante a temporada de verão 2018 – 2019.

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, tendo em vista o disposto no Edital Nº 01, de 04 de outubro de 2018, que disciplina o Comércio Ambulante do Município durante a Temporada de Verão 2018-2019, RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída Comissão Especial destinada a analisar, julgar e classificar os candidatos à vaga de ponto para explorar atividade ambulante ou eventual nas praias do Município, durante a temporada de verão 2018/2019, na forma do Edital nº 01/2018.

Art. 2º A Comissão Especial do Comércio Ambulante, instituída na forma do art. 1º é composta dos seguintes integrantes:

I – Diego Luis Matiello (Secretaria de Planejamento);

II – Leandro Lima de Borba (Secretaria da Fazenda e/ou designado);

III – Edevilson do Nascimento (Secretaria da Saúde – Vigilância Sanitária)

IV – Luciana Fonseca Amaro (Secretaria de Planejamento)

V – Ana Paula Rodrigues Gonçalves (Secretaria de Planejamento)

VI – Eduardo Lourival Francisco (Secretaria de Planejamento)

Parágrafo único - A Comissão Especial será presidida pelo representante da Secretaria do Planejamento (inciso I).

Art. 3º À Comissão Especial do Comércio Ambulante, dentre outras atribuições inerentes à função, compete:

I – receber e atuar os processos e analisar a documentação apresentada para a inscrição, eliminando os candidatos que não atendem às disposições do Edital;

II – atribuir pontuação através das informações e documentos apresentados no processo de inscrição;

III – classificar os candidatos inscritos pela ordem da pontuação alcançada, até o preenchimento das vagas previstas nos anexos I e II, do Edital;

IV – autorizar, o funcionamento das atividades descritas no objeto 1.2, do Edital, cujo controle de vagas está a cargo da Secretaria de Planejamento;

V - emitir os alvarás de licença que serão assinados por autoridade administrativa competente, para o funcionamento do Comércio Ambulante na temporada 2018/2019, aos candidatos classificados na forma do Edital;

VI – receber, analisar e instruir os recursos interpostos contra o resultado da classificação, subsidiando o Secretário de Planejamento com os elementos necessários para o Julgamento da lide;

VII – Outras atribuições inerentes à função, necessárias ao bom desempenho do serviço.

Art. 4º O funcionamento da Comissão dar-se-á conforme diretrizes estabelecidas em comum acordo e reportadas pela sua presidência a todos os membros.

Art. 5º A Comissão elaborará e, por sua presidência, encaminhará, no primeiro dia útil após o julgamento, relatório detalhado do resultado do julgamento, ao Secretário de Planejamento o qual providenciará respectiva e imediata homologação do resultado, para as providências previstas no Edital.

Art. 6º As Secretarias da Fazenda, da Saúde, do Turismo e a Procuradoria Geral do Município, prestarão o apoio necessário ao regular desenvolvimento das atividades da Comissão Especial de Julgamento do Comércio Ambulante instituída por esta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

**REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2018 - PMP**

Publicação Nº 1774947

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2018 - PMP

Objeto: Fornecimento de container tipo escritório suíte, que será anexado ao quartel do Bombeiro Militar do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 2293/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 09/10/2018 às 10:30h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 24 de setembro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 070/2018

Publicação Nº 1774267

DECRETO Nº. 070, de 16 de Outubro de 2018.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PETROLÂNDIA.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VII, Artigo 85, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Será facultativo o "Ponto" no dia 16 de Novembro de 2018, nas repartições Públicas Municipais de Petrolândia.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 16 de Outubro de 2018.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 004-2018 - FMEC - SISTEMAS MUNICIPAIS DE ESPORTE E CULTURA

Publicação Nº 1774338

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA

DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2018 - FMEC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E METODOLOGIAS PARA IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ESPORTE E CULTURA, BEM COMO PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL DA FMEC DE PINHALZINHO SC, para atender diversas modalidades em Competições realizadas no Município, conforme especificações constantes do Anexo "A" do Edital Convocatório.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 26/10/2018

Abertura: dia 26/10/2018, às 08:45

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhalzinho.atende.net](http://www.pinhalzinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 16 de outubro de 2018.

Darci Fiorini

Presidente da Fundação



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 115/2018

Publicação Nº 1774991

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 115/2018  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 05/11/2018 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2018, que visa à contratação de fornecimento de gêneros alimentícios destinados à preparação de lanches para a noite natalina.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 05/11/2018, até às 08:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 116/2018

Publicação Nº 1774976

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 116/2018  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 01/11/2018 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2018, que visa à aquisição de brinquedos para serem entregues às crianças em idade de 0 a 10 anos, moradoras do município de Pinheiro Preto, durante as Festividades Natalinas de 2018.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 01/11/2018, até às 08:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 465/2018

Publicação Nº 1774504

PORTARIA Nº 465, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO 004/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e considerando o Processo Seletivo nº 004/2018

RESOLVE:

Art 1º - Fica instituída a Comissão Especial Do Processo Seletivo nº 004/2018, nomeando para compô-la os seguintes servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo:

I – Ana Laine Grahl, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de agente financeiro;

II – Roseli Baldissera Mazutti, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo professora;

III – Vera Luci de Oliveira Zanella, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo professora;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 16 de outubro de 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

# Piratuba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

Publicação Nº 1774909

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O Prefeito Municipal torna público que ratificou o ato do Senhor Carlos Alberto Maltauro, Supervisor de Compras, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para contratação da Empresa ECUS-TOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME, para utilização do sistema Portal de Compras Públicas sem custo para o Município, com vigência de 60 meses.

Piratuba, SC, 17 de outubro de 2018.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2018

Publicação Nº 1774914

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2018

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de caixa para uso como lixeiras tipo "contêiner" e suporte metálico para lixeiras, conforme especificações constantes no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 08/11/2018.

Abertura: às 08h30 do dia 08/11/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 15 de outubro de 2018.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

**DECRETO 4853/2018**

Publicação Nº 1775321

*Estado de Santa Catarina***FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS****DECRETO Nº 4853, DE 1 DE OUTUBRO DE 2018**

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, PROVENIENTE DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 805/2017, etc;

**DECRETA:**

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 79.043,69 (setenta e nove mil, quarenta e três reais e sessenta e nove centavos), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2 - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional proveniente do provável excesso de arrecadação são oriundos das fontes constantes do Anexo I.

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 1 de outubro de 2018

JUARES BET  
PREFEITO MUNICIPAL



**Data Lançamento: 01/10/2018**  
**Código da Suplementação: 13**

Orçamento da Despesa em Arrecadação					
Lote	Tipo Ref.	Crédito Adicional Dotação	Vínculo	Valor	Tipo Ref.
1	Suplemen142tar	06.003.0010.0301.0008.2026.	01381064	14.043,69Excesso	
1	Suplemen138tar	06.003.0010.0301.0008.2026.	01381064	65.000,00Anulação: Superávit: Convênio:	
			Total do Lote	79.043,69	
			Total	79.043,69	
<b>Total Geral</b>					
				79.043,69Transposição Incremento:	0,00Convênio:
				0,00Op. de Crédito:	0,00Reserva de Contingência:
<b>Resumo por Vínculos</b>					
Vínculo	Anulação	Superávlt	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento
01381064	0,00	0,00	79.043,69	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	79.043,69	0,00	0,00
				Transp. Decremento	Convênio
					0,00
					0,00

JUARES BET  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 4854/2018**

Publicação Nº 1775322



*Estado de Santa Catarina*  
**MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE**

**DECRETO Nº 4854, DE 1 DE OUTUBRO DE 2018**

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO  
ADICIONAL SUPLEMENTAR, REDUÇÃO DE  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 805/2017, etc;

**DECRETA:**

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2 - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1 serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, nas dotações constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 1 de outubro de 2018

JUARES BET  
PREFEITO MUNICIPAL



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE**

Entidade: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Lei: 805/2017 Decreto: 4854/2018

Data Lei: 30/10/2017

Data Decreto: 01/10/2018

Data Lançamento: 01/10/2018  
 Código da Suplementação: 19

Lote		Tipo		Ref.		Crédito Adicional		Valor		Vínculo		Origem de Recursos		Valor	
1		Suplemen		92		07.003.0020.0606.0003.2018.		50.000,00		01001000		Dotação/Receita		50.000,00	
		tar													



**DECRETO 4855/2018**

Publicação Nº 1775323



*Estado de Santa Catarina*  
**MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE**

**DECRETO Nº 4855, DE 1 DE OUTUBRO DE 2018**

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO  
ADICIONAL SUPLEMENTAR, PROVENIENTE DE  
PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 805/2017, etc;

**DECRETA:**

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2 - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional proveniente do provável excesso de arrecadação são oriundos das fontes constantes do Anexo I.

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 1 de outubro de 2018

JUARES BET  
PREFEITO MUNICIPAL



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE**

Entidade: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Lei: 805/2017

Decreto: 4855/2018

Data Lançamento: 01/10/2018  
Código da Suplementação: 20

Data Decreto: 01/10/2018

Lote				Crédito Adicional				Origem de Recursos			
Lote	Tipo	Ref.		Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplemen	03.001.0006.0422.0011.2023.	tar		01101054	2.700,00	Excesso			01101054	2.700,00
							Excesso			01121056	4.500,00
							Excesso			01111055	4.000,00
							Excesso				4.000,00
							Excesso				11.200,00
2	Suplemen	03.001.0006.0422.0011.2023.	tar		01121056	4.500,00	Anulação:			Total	
							Supervit:				
							Convênio:				
							Convênio:				
3	Suplemen	03.001.0006.0422.0011.2023.	tar		01111055	4.000,00					

# Pomerode

## PREFEITURA

### 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 037 / 2018 - PRAZO

Publicação Nº 1774582

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 037 / 2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 011 / 2018

Processo Administrativo n.º 066 / 2018.

Inexigibilidade de Licitação nº011/2018- Credenciamento

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE 1.411,64M² (UM MIL, QUATROCENTOS E ONZE METROS E SESSENTA E QUATRO CENTÍMETROS QUADRADOS) DA RUA PAULINA BLANK, BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DO SISTEMA DE MUTIRÃO, CONFORME LEI MUNICIPAL N.º 2.504/2012 E CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO N.º 004/2018

Prazo – 30 dias – Prazo Final: 22/10/2018

Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, contratante; Mauricio Vogelsanger, Paviplan Pavimentação Ltda, contratada.

Pomerode / SC, 16 de Outubro 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

### 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 048/2018-PRAZO

Publicação Nº 1774584

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 048 / 2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 010 / 2018

Processo Administrativo n.º 065 / 2018.

Inexigibilidade de Licitação nº010/2018- Credenciamento

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA DE 2.153,28M² (DOIS MIL, CENTO E CINQUENTA E TRÊS METROS E VINTE E OITO CENTÍMETROS QUADRADOS) DA RUA LORENZ BLANK, BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DO SISTEMA DE MUTIRÃO, CONFORME LEI MUNICIPAL N.º 2.504/2012 E CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO N.º 004/2018

Prazo – 30 dias – Prazo Final: 22/10/2018

Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, contratante; Mauricio Vogelsanger, Paviplan Pavimentação Ltda, contratada.

Pomerode / SC, 16 de Outubro 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

### DECRETO MUNICIPAL Nº 3.515/18 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1774541

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.515/18  
DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

FIXA PREÇO PÚBLICO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DA PATRULHA MECANIZADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º, IV e art. 74, inciso I, alínea "i", "l" e "n" da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º O preço público de serviços prestados pelo Município de Pomerode, por intermédio do setor de Patrulha Mecanizada, fica estabelecido conforme valores constantes do Anexo I do presente Decreto.

§ 1º Para utilização dos serviços públicos, será considerado a cobrança mínima de ½ (meia) hora.

§ 2º O serviço público descrito no item 2.2 do Anexo I será devido somente nos feriados e aos finais de semana.

Art. 2º O valor correspondente ao serviço público deverá ser quitado em até 30 (trinta) dias após sua execução sob pena de incidência dos acréscimos legais.

Art. 3º Havendo inadimplência superior a 60 (sessenta) dias, o valor devido será inscrito em dívida ativa, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Quando em situação de inadimplência, o devedor não poderá solicitar os serviços públicos constantes do presente Decreto.

Art. 4º O serviço público mencionado no presente Decreto será previamente analisado pelos técnicos do setor de Patrulha Mecanizada, devendo respeitar a legislação local, principalmente as questões ambientais.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal n.º 3.244/17.

Pomerode (SC), 05 de outubro de 2018.

ERCIO KRIEK

Prefeito Município

#### ANEXO

I

1. PATRULHA MECANIZADA AGRÍCOLA			
ITEM	EQUIPAMENTO/MÁQUINA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO ½ HORA (UFM)
1.1	Roçadeira	roçar e aparar campos de cultivo	8,00
1.2	Arado	lavar campos de cultivo; revolver a terra; descompactar o solo	8,00
1.3	Enxada Rotativa	preparar a terra para cultivo	8,00
1.4	Plantadeira / Semeadeira	plantar mecanicamente partes vegetativas ou sementes	9,00
1.5	Ensiladeira	cortar e repicar produtos cultivados	9,00
1.6	Colheitadeira	colher lavouras	9,00
1.7	Distribuidor de Adubo	distribuir adubo orgânico nos campos	9,00
1.8	Subsolador	descompactar o solo	9,00
1.9	Roçadeira (terreno baldio)	roçar terreno baldio	22,00
1.10	Debulhador	separar o cereal de sabugos, folhas, palhas e afins	9,00
1.11	Demais implementos	-	9,00
2. OUTROS EQUIPAMENTOS			
ITEM	EQUIPAMENTO/MÁQUINA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO ½ HORA (UFM)
2.1	Retroescavadeira I	transportes de materiais, tais como, cascalho, terra e entulho; abertura de valetas, valos e afins;	13,00
2.2	Retroescavadeira II	abertura de valetas para depósito de animais mortos ou materiais inservíveis	9,00
2.3	Trator Esteira	abertura de caminhos e estradas internas; deslocamento de materiais, tais como, cascalho, terra e entulho	16,00
2.4	Escavadeira Hidráulica	abertura de valetas, valos e afins; abertura de caminhos e estradas internas; não realizáveis através retroescavadeira ou de trator esteira	22,00

#### PORTARIA 24.447

Publicação Nº 1774224

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 24.447**

AFASTA A SERVIDORA FABIANA SCHUBERT, EM FACE DA CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA.

O Secretário de Saúde de Pomerode, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 184, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio Doença a servidora FABIANA SCHUBERT, ocupante do cargo de Técnico em Higiene Bucal, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no PSF Ribeirão Clara, da Secretaria de Saúde, no período de 26 de setembro de 2018 a 07 de novembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de outubro de 2018.

MARCOS BONMANN  
Secretaria de Saúde

**PORTARIA 24.459**

Publicação Nº 1774227

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.459  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA UTA TRIBESS.

O Secretário de Saúde de Pomerode, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora UTA TRIBESS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no PSF Alwin Klotz, da Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15.05.11 a 15.05.14, a partir de 08 de outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de outubro de 2018.

MARCOS BONMANN  
Secretaria de Saúde

**PREGÃO PRESENCIAL Nº050 / 2018**

Publicação Nº 1775371

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 050 / 2018

Processo Administrativo n.º 093 / 2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 30/10/2018.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 30/10/2018.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode / SC, 17 de Outubro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### DECRETO- 1798/2018- DOTAÇÃO

Publicação Nº 1775006

DECRETO Nº. 1798/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1107/17 de 06/12/2017, Art. 5º Inciso III, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), a saber:

04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.2701.2.021 MANUTENCAO DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS

3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – aplicações diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para cobertura das Suplementações acima mencionadas, ficam utilizados recursos do superávit financeiro apurados no balanço do exercício anterior por fonte e destinação de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 17 de Outubro de 2018.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado o presente decreto aos dezessete dias do mês de Outubro de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

### DECRETO- 1799/2018 - DOTAÇÃO

Publicação Nº 1775008

DECRETO Nº. 1799/2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1107/17 de 06/12/2017, Art. 5º Inciso III, e pelo Art. 81, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas, no montante de R\$ 25.000,00 (Vinte Cinco Mil Reais), a saber:

06- SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

06.01 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

22.661.2201.1.071 – PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA E COMERCIO

3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Outras Despesas Correntes R\$ 25.000,00

Art. 2º - Para cobertura das Suplementações acima mencionadas, ficam utilizados recursos do superávit financeiro apurados no balanço do exercício anterior por fonte e destinação de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 17 de Outubro de 2018.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado o presente decreto aos dezessete dias do mês de Outubro de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.



Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

**EXTRATO PP 50/2018**

Publicação Nº 1774572

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2018  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 143/2018 de 20 de Julho de 2018, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 30/10/2018, às 10:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS NÃO PROFISSIONAIS DE FUTSAL.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm - site [www.pmpn.sc.gov.br](http://www.pmpn.sc.gov.br) ou através do e-mail: [licitacoes@pmpn.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmpn.sc.gov.br)

Ponte Alta do Norte - SC, 16/10/2018.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA-202/2018 - PROGRESSÃO**

Publicação Nº 1775011

PORTARIA Nº 202/2018

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido aos servidores citados a progressão POR DESEMPENHO, repassado no mês de Outubro/2018, conforme boletim de avaliação feito pela comissão responsável, confirmando o cumprimento das formalidades legais para tal efeito, segue abaixo a nominativa dos mesmos:

PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

Nome	Matricula	Cargo	Nível Anterior	Nível Atual
CLARICE DE FATIMA FURTADO	688	Zelador	Ref.1	Ref. 2
MARIA APARECIDA FRANÇA	683	Professora	Nível I Ref.1	Nível I Ref. 2
KARIANE DA SILVA NAGEL	676	Professora	Nível I Ref. 1	Nível I Ref. 2
ROBISON FRANÇA DO PRADO	671	Motorista	Ref. 1	Ref. 2
SANDRA APARECIDA DA SILVA	521	Zelador	Ref. 1	Ref. 2
TAINA MARIA PEREIRA	661	Motorista	Ref. 1	Ref.2

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 17 de Outubro de 2018.  
Roberto Molin de Almeida  
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria aos dezessete dias do mês de Outubro de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 628/2018

Publicação Nº 1774222

DECRETO Nº 628/2018, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO o requerimento de pedido de exoneração da servidora;

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora ANA PAULA BIASI, matrícula 6403, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 629/2018

Publicação Nº 1774223

DECRETO Nº 629/2018 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. ANDREIA CORDEIRO, ocupante do cargo SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, com 40:00 horas semanais, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 29/02/2017 a 19/02/2018, para serem gozadas de 29/10/2018 a 12/11/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 630/2018

Publicação Nº 1774225

DECRETO Nº 630/2018, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. IZAIR ROQUE TELES VIEIRA, ocupante do cargo de OPERADOR DE TRATOR AGRICOLA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras, por um período de 51 dias, sendo 06 dias referente ao período aquisitivo de

01/10/2016 a 30/09/2017 interrompidas através do Decreto 874/2017, 15 dias referente ao período aquisitivo de 01/10/2016 a 30/09/2017 e 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/10/2017 a 30/09/2018, para serem gozadas de 03/10/2018 a 22/11/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 631/2018

Publicação Nº 1774226

DECRETO Nº 631/2018 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARIZA LOPES PIMENTEL, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 90 dias, a contar do dia 03 de outubro de 2018.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE OUTUBRO DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 632/2018

Publicação Nº 1774228

DECRETO Nº 632/2018 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MALGARETE INEZ SANTIN ARCARI, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 10 dias, a contar do dia 01 de outubro de 2018.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE OUTUBRO DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 633/2018**

Publicação Nº 1774229

DECRETO Nº 633/2018 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. LORECI APARECIDA NISSEL CARVALHO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 15 dias, a contar do dia 25 de setembro de 2018.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE OUTUBRO DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 634/2018**

Publicação Nº 1774230

DECRETO Nº 634/2018 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. Srª. MORGANA TONELLO, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico, a contar do dia 28 de setembro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE OUTUBRO DE 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

registrada e publicada em data supra, na forma da Lei.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 024/2018 - FMS

Publicação Nº 1774753

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço nº 024/2018 – FMS

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de móveis, para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 13:30 horas do dia 30/10/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:00 horas do dia 30/10/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB, End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 227 ou pelo e-mail [administracao@portobelo.sc.gov.br](mailto:administracao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 16 de Outubro de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### EDITAL 001/2018 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1774732

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE  
PROGRESSÃO POR FORMAÇÃO CONTINUADA  
DECRETO Nº 295 de 28/09/17 EDITAL Nº 001/2018

A Comissão Responsável pelo Processo de Progressão por Formação Continuada e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, ABRE AS INSCRIÇÕES e dispõe sobre normas para O PROCESSO DE PROGRESSÃO POR FORMAÇÃO CONTINUADA para o corpo Docente e Pedagógico do Município de Porto União.

#### I – DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO:

As inscrições deverão ser feitas, no período compreendido entre os dias 22 a 26 de outubro do corrente ano, no horário das 8hs às 12hs e das 13h30min às 17h30min, na Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

#### II - DOS PROFISSIONAIS A POSTULAR A PROGRESSÃO:

Todos os professores pedagogos e professores docentes que se enquadrarem na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, poderão postular o acesso.

#### III – DOS TÍTULOS:

A – O membro do magistério que irá candidatar-se ao processo, deverá apresentar requerimento na Secretaria, anexando fotocópia dos Cursos de Formação Continuada, com os originais para certificação, no ato da inscrição.

B – Para a progressão por formação continuada, o professor deverá comprovar a participação em cursos com carga horária mínima de 08 (oito) horas, totalizando 180 (cento e oitenta) horas, realizadas no período aquisitivo que dará direito a uma nova referência na tabela de vencimentos.

C – Só serão validados cursos realizados até 31 de dezembro do ano anterior ao da efetivação da progressão, e realizados nos últimos 05 (cinco) anos a progressão, de acordo com o art. 24, §1º e art. 25, da Lei 3.885, de 22 de junho de 2011.

#### IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A – O profissional só poderá postular acesso à próxima, após permanecer, no mínimo por 03 (três) anos em cada uma das referências, conforme prevê o Art. 22, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

B- Após o encerramento das inscrições, a Comissão terá 48 (quarenta e oito) horas, para analisar os certificados, e divulgar a Classificação final, que será publicado no Diário Oficial do Município, afixados na sede da Secretaria Municipal da Educação e Núcleos Educacionais.

C – A comissão avaliará se os cursos de aperfeiçoamento correspondem a área de educação, podendo indeferir-los, se o conteúdo não se relacionar as suas funções.

D – A Comissão consultará junto as pastas funcionais da Chefia de Recursos Humanos, se o profissional já não postulou a promoção nos últimos 03 (três) anos, bem como, se os títulos já não foram utilizados anteriormente para o mesmo fim.

E – O docente ou pedagogo que sentir-se prejudicado com o resultado, desde que haja argumentos cabíveis, deverá manifestar-se por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de divulgação do resultado. A comissão deverá analisar o pedido e apresentar resposta em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

F – Esgotado o prazo, serão homologados os resultados da Progressão por Formação Continuada, que terá seus efeitos a partir de janeiro do ano seguinte.

G – A Comissão enviará o resultado para o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, dando-lhe ciência dos atos.

#### V – DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pela realização da progressão de promoção por titulação.

Porto União (SC), em 16 de outubro de 2018.

ALDAIR WENGERKIEWICZ MUNCINELLI  
Secretária Municipal da Educação



# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **PROCESSO 154 2018 - MANUTENÇÃO VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS E PESADOS (PEÇAS E MÃO DE OBRA)**

Publicação Nº 1774874

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº154/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº122/2018

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto até as 09:00 Horas do dia 07.11.2018, para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS, ORIGINAIS E OUTRAS PARA VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, ÔNIBUS/MICROÔNIBUS, PESADOS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, MOLEJO, BOMBAS INJETORAS E BOMBAS HIDRAULICAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 16 de Outubro de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

### **PROCESSO 155 2018 - UNIFORME ESCOLAR**

Publicação Nº 1775016

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº155/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, a partir das 09 horas do dia 09/11/2018, de objeto: Registro de preço para uniformes escolares para a Rede Municipal de Ensino. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou e-mail:[licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, 16 de outubro de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

### CONTRATO 108/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1774610

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ESCOLAR ON LINE PARA OS ALUNOS DA ESCOLA E.B.M LEONARDO PEDRO THOMAZ E A ESCOLA PRES TANCREDO DE ALMEIDA NEVES.

CONTRATADA: EDUCA GENESIS LTDA EPP

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ESCOLAR ON LINE PARA OS ALUNOS DA ESCOLA E.B.M LEONARDO PEDRO THOMAZ E A ESCOLA PRES TANCREDO DE ALMEIDA NEVES.

DO VALOR: 2.992,50

DA VIGENCIA: 10/10/2018 à 31/12/2018.

Praia Grande, 10 de Outubro de 2018.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 157/2018

Publicação Nº 1774540

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 157/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ESPORTE CLUBE PALMEIRAS
OBJETO:	O objeto do presente termo é a concessão de utilização do Centro Comunitário de Linha dos Frigo, localizada em Linha dos Frigo, interior, no Município de Presidente Castello Branco/SC, sendo que serão utilizados pelo Concessionário a totalidade da edificação, ou seja, todas as dependências do imóvel, internas e externas.
VALOR:	À CONCESSIONÁRIA pagará mensalmente a assunção das adequações decorrentes de tarifas de água, energia elétrica e manutenção da edificação e terreno que ocupa a quadra de "Futebol Sete".
FISCAL DO CONTRATO	Fica nomeado pela portaria Nº P/0353/2018 de 08 de outubro de 2018 o servidor municipal Sr. Adriano Pozzo Broetto, para fiscalização do contrato
VIGÊNCIA:	05 anos à partir da data do contrato

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 158/2018

Publicação Nº 1774557

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 158/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	JEAN PYER VIVIAN EIRELI EPP
OBJETO:	O objeto do presente processo licitatório consiste na aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, conforme o Contrato de Repasse OGU nº 872504/2018, oriundo do Programa de Fomento ao Setor Agropecuário referente a Proposta Nº 035151/2018 apresentada no SICONV
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos equipamentos é de R\$ 26.378,00 (Vinte e seis mil, trezentos e setenta e oito reais), valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela aquisição dos equipamentos.
FISCAL DO CONTRATO	Fica nomeado pela portaria Nº P/0359/2018 de 15 de outubro de 2018 o servidor municipal Sr. Neucir José Giacomini, para fiscalização do contrato
VIGÊNCIA:	31/12/2018

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 159/2018

Publicação Nº 1774559

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 159/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MARCIO MARCELO ZIMMERMANN E CIA LTDA-EPP
OBJETO:	O objeto do presente processo licitatório consiste na aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, conforme o Contrato de Repasse OGU nº 872504/2018, oriundo do Programa de Fomento ao Setor Agropecuário referente a Proposta Nº 035151/2018 apresentada no SICONV
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos equipamentos é de R\$ 12.299,00 (doze mil, duzentos e noventa e nove reais), valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela aquisição dos equipamentos.
FISCAL DO CONTRATO	Fica nomeado pela portaria Nº P/0359/2018 de 15 de outubro de 2018 o servidor municipal Sr. Neucir José Giacomini, para fiscalização do contrato
VIGÊNCIA:	31/12/2018

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 160/2018**

Publicação Nº 1774566

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 160/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	KOHLER IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA EPP
OBJETO:	O objeto do presente processo licitatório consiste na aquisição de máquinas e implementos agrícolas novos, conforme o Contrato de Repasse OGU nº 872504/2018, oriundo do Programa de Fomento ao Setor Agropecuário referente a Proposta Nº 035151/2018 apresentada no SICONV
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos equipamentos é de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela aquisição dos equipamentos.
FISCAL DO CONTRATO	Fica nomeado pela portaria Nº P/0359/2018 de 15 de outubro de 2018 o servidor municipal Sr. Neucir José Giacomini, para fiscalização do contrato
VIGÊNCIA:	31/12/2018

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2018**

Publicação Nº 1774381

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NR. 13/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BTM COMÉRCIO DE BRINDES LTDA
OBJETO:	O objeto do presente processo licitatório é a contratação de empresa especializada para aquisição de uniforme de trabalho para os funcionários públicos da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Presidente Castello Branco/SC..
VALOR:	O MUNICÍPIO pagará ao CONTRATADO, a importância de R\$ 9.103,20 (nove mil, cento e três reais e vinte centavos), pela prestação aquisição dos uniformes.
FUNDAMENTO:	Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
DATA:	04/10/2018
HOMOLOGAÇÃO:	15/10/2018

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº 50/2018.CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS, GENUINAS E OUTRAS PARA VEICULOS LEVES, VANS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MAQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL E SEUS FUNDOS MUNICIPAIS,**

Publicação Nº 1774705

EDITAL Pregão Presencial Nº50/2018 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs  
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

#### 1. PREÂMBULO

1.1 O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 312/2018 de 08/08/2018 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 50/2018, do tipo maior desconto, Por Lote, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

1.2. O Credenciamento, o que possibilita direito de manifestação das empresas participantes, será realizado às 09h00min do dia 29 de outubro de 2018, na qual serão entregues os envelopes contendo a "Proposta de Preços" e os "Documentos de Habilitação" definidos no objeto deste Edital e seus Anexos.

1.3. O local de credenciamento e abertura da sessão pública será na sala de reuniões do Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal, na Praça Leão Dehon, nº 50, Bairro Centro – Presidente Nereu – SC.

#### DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é o OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS, GENUINAS E OUTRAS PARA VEICULOS LEVES, VANS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MAQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL E SEUS FUNDOS MUNICIPAIS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO, do tipo "maior percentual de desconto por lote", equivalente ao menor preço, nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.2. Entende-se por frota todos os veículos do Município de Presidente Nereu distribuído por categorias, quais sejam: veículos de passeio (LEVES), vans, caminhões, ônibus, micro-ônibus, máquinas pesadas e tratores, conforme descrição no Termo de Referência em anexo.

2.3. Subentende-se por "peças originais", produto utilizado com homologação da montadora para a linha de montagem, determinando que este produto seja inteiramente novo, sem que tenha passado por nenhum processo de reciclagem ou recondicionamento nem manufatura, com a marca da montadora registrada e embalada na caixa original com identificação da montadora.

2.4. Os valores dos descontos ofertados pelas licitantes deverão ser calculados com base nos preços constantes no tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA® ou outro similar a ser aceito pelo município de Presidente Nereu.

2.5. Os licitantes deverão obrigatoriamente dispor da tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou outro similar, conforme determinação do município de Presidente Nereu, para identificação imediata da peça a ser fornecida e dos serviços a serem realizados, e verificação do preço sugerido pela montadora.

2.6. No caso em que a peça e/ou serviço solicitada não estiver com seu cadastro e valor referenciado na tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou outra similar, a empresa deverá se sujeitar a média de valores de mercado, apresentados pela Secretaria solicitante aplicando o mesmo percentual de desconto ofertado.

2.7. Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor da peça registrada na tabela de preços sugerida pelas montadoras, o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peça e/ou serviço e o valor final individualizado de cada peça e/ou serviço.

2.7. Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor da peça registrada na tabela de preços sugerida pelas montadoras.

2.8. Os licitantes que não possuírem os equipamentos mínimos e infraestrutura de trabalho instalados no município de Presidente Nereu, para o bom desenvolvimento dos serviços a serem contratados, deverão obrigatoriamente fazer a retirada e entrega dos veículos no município, em local indicado pelo setor de compras do município.

### 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão Presencial.

3.2. Poderão participar desta licitação, as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes na elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

3.3. Comproven possuir os documentos de habilitação requeridos no Capítulo da "DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO".

3.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

b) Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

c) Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição; e,

d) Estrangeiras que não funcionem no País;

#### DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Que deverão vir fora dos envelopes Proposta de Preços e Habilitação a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, Contrato social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, ou carta de credenciamento Anexo VII da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhados do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

Para a carta de credenciamento é necessário ter reconhecido assinatura quando se tratar de credenciamento de representante da empresa para tal poderes, e não quando se tratar de sócio majoritário ou dono da empresa.

c) DECLARAÇÃO de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo no Anexo V ao Edital.

4.2. DECLARAÇÃO de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo no Anexo V ao Edital, somente para as Micro-empresas ou Empresas de Pequeno Porte que porventura estiverem com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

4.3 No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO em um dos dois regimes, caso a mesma queira se utilizar e se beneficiar do tratamento diferenciado na presente licitação, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Modelo Anexo VIII.

4.5 COPIA DEVIDAMENTE AUTENTICA DOS DOCUMENTOS DE IDENTIDADE E CPF OU CARTEIRA DE MOTORISTA.

A autenticação poderá ser feita por fé pública por funcionário do setor de Licitações.

4.6 A ausência de representante da empresa licitante ou a falta dos poderes do representante presente para formulação de propostas e/ou oferta de novos preços, impedirá a empresa de participar dos lances verbais. Ficando registrado o preço constante na proposta escrita.

4.7 O representante legal e/ou procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.8 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.9 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, poderá importar a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

#### DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

a) Data: 29/10/2018

b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).

c) prefeitura municipal de Presidente Nereu sala de licitações

d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00:00 horas.

e) Abertura do processo: 29/10/2018 às 09:15:00 horas.

5.2. Declarada aberta à sessão pelo (a) Pregoeiro (a), o (s) representante (s) da (s) Empresa (s) licitante (s) entregará (ão) os envelopes contendo a (s) proposta (s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento a admissão de novos licitantes.

5.3. O envelope da Proposta de Preços deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC  
PREGÃO No 50/2018  
RAZÃO SOCIAL E No DO CNPJ DO LICITANTE

5.4. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC  
PREGÃO No 50/2017  
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE

5.5. Inicialmente, será aberto o ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS - e, após, o ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

#### DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1 As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexo, que dele fazem parte integrante.
- 6.2 A proposta deverá ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.
- 6.3 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
- a) Nome, endereço, telefone, fax, e-mail;
  - b) CNPJ e inscrição estadual;
  - c) Número do Pregão Presencial;
  - d) Uma única cotação, com valor total por lote, em % (percentuais), expressos em algarismos e por extenso.
  - e) Prazo de validade não inferior a 60 dias a contar da data de abertura deste Pregão.
  - f) Não serão aceitas propostas para os lotes, com valores de itens zerados, ficando assim o licitante desclassificado para tal lote.
- 6.4 Após apresentação e aceitação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 6.5 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 6.6 Não será admitida cotação inferior ou superior à quantidade prevista neste Edital.
- 6.7 A Proposta Comercial apresentada em desacordo com este Edital ou o preenchimento incorreto dos itens necessários para o julgamento implicará na desclassificação.

#### 7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS (Artigo 4o, VIII, IX, X, XI, XII, XV, XVI, XVII e XXIII da Lei no 10.520/02)

- 7.1. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).
- 7.2. Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo (a) Pregoeiro (a);
- 7.3. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de julgamento "maior desconto percentual por lote", observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital.
- 7.3.1. O percentual inicial mínimo da proposta será de 10% (dez por cento).
- 7.4. Lido os preços, o (a) Pregoeiro (a) relacionará todas as propostas, por percentual e em ordem decrescente.
- 7.5. O Pregoeiro(a) classificará o autor da proposta de MAIOR PERCENTUAL de desconto oferecido, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos inferiores em até 10% (dez por cento), da melhor proposta, para participarem dos lances verbais;
- 7.5.1. O Pregoeiro efetuará a classificação das propostas levando em consideração o maior desconto ofertado.
- 7.5.2. O maior percentual de desconto ofertado será aplicado, quando da contratação, sobre o fornecimento de peças original conforme valores constantes da tabela e ornamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou similar.
- 7.5.3. Para peças originais e outras peças, será obedecida a seguinte regra:

Peças Originais	DPO	DPO %
Peças Genuínas	DPG	DPO x 2
Outras Peças	DOP	DPO x 3

sendo:

DPO = desconto ofertado para peças originais  
DPG = desconto para peças genuínas  
DOP = desconto para outras peças



7.5.3.1. Peças original (mecânica, elétrica ou acessório): Considera-se: peça original – aquela peça, nova e de primeiro uso, distribuída pela montadora do veículo, com garantia desta;

7.5.3.2. Peças genuína (mecânica, elétrica ou acessório): aquela peça, nova e de primeiro uso, da mesma marca utilizada pela montadora, porém distribuída pelo próprio fabricante e garantida por este;

7.5.3.3. Outras peças (mecânica, elétrica ou acessório): aquelas que não se enquadrem como genuína ou original (subentendem-se as paralelas, de 1ª linha) que apresentem garantia de 06(seis) meses;

7.5.4. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do Lote respectivo que concorreu, que será efetuado PELO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO.

7.5.5. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital, que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, que consignarem descontos excessivos ou manifestamente inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

7.6. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, o (a) Pregoeiro (a) classificará as 03 (três) melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam seus percentuais ofertados na proposta escrita, desde que estejam acima do valor mínimo pré-estabelecido neste edital;

7.7. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de menor percentual e os demais, em ordem crescente de valor;

7.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

7.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 12 deste Edital;

7.10. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

7.11. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

7.12. Sendo aceitável a proposta de MAIOR PERCENTUAL, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

7.13. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

7.14. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

7.15. Nas situações previstas nos subitens 7.10, 7.11 e 7.14, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

7.16. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a) e os licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar à assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

7.17. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas, sendo verificada a ocorrência de empate técnico, através dos termos do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, para a etapa de lances, considerando-se para as selecionadas o último lance ofertado.

7.17.1 Entende-se por empate técnico aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.17.2 Para efeito do disposto no subitem 9.6.1 acima, ocorrendo o empate técnico, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que poderá ser adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.6.1 acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.6.1 acima, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

## 8. DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

8.1 A documentação poderá ser apresentada em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião.

8.2 As MICROEMPRESAS e EMPRESAS de PEQUENO PORTE, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal do item acima, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93 e art. 7º da Lei nº. 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇO a ser firmado, ou revogar a licitação.

8.3 O registro cadastral da Prefeitura de Presidente Nereu, não substitui os documentos, devendo ser apresentados por todos os licitantes.

8.4 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ, com o endereço respectivo, ou seja, se a licitante for a Matriz, todos os documentos deverão estar em nome da Matriz; ou se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo:

8.6 Serão dispensados da Filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da Matriz.

8.7 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos, ou;

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.8 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.9 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e, não sendo apresentados os documentos originais para a verificação, a licitante poderá ser inabilitada.

8.10 Poderá o Pregoeiro declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive estabelecer um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para a solução.

8.11 Constatada através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente INABILITADO e prosseguirá a sessão.

8.12 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.13 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8.14 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.15 Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

8.16 O município de Presidente Nereu/SC poderá utilizar os sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para comprovação da regularidade do licitante.

8.17 O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos preferencialmente em ordem a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

### 8.18 REGULARIDADE FISCAL:

8.18.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, por meio da apresentação do seguinte:

8.18.2 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 003 de 22/11/2005.

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação do seguinte:

8.18.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR) e Lei nº 12.440 de 07 de Julho de 2011.

Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação do seguinte:

8.18.4 Certidão Negativa de Débitos Estaduais emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado ou documento equivalente que comprove a regularidade.

Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio da apresentação do seguinte:

8.18.5 Certidão Negativa de Tributos municipais, emitida pela Prefeitura da sede da licitante;

8.18.6 Certidão Negativa de Débito (CND) FGTS, Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços – FGTS pelo CNPJ ou pelo CEI.

## 8.19 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.19.1 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, Conforme disposto no anexo IV.

8.19.2 Declaração de atendimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz. Conforme disposto no Anexo VI.

## 8.20 – QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA

8.20.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

a) A Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, em data não superior a 90 (noventa) dias da data marcada para abertura da licitação.

8.21 – Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

8.21 - Não havendo empresa classificada como vencedora do certame apresentado à documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, observada as mesmas condições propostas pela vencedora do certame.

8.21 - A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e depois de examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

## 9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital.

9.2. Caberá (ao) Pregoeiro (a) decidir sobre a petição no prazo de 24h00min (vinte e quatro horas).

9.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.4. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, bem como a legislação vigente.

9.5. Quem impedir perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da lei 8.666/93.

## 10. DOS RECURSOS

(Artigo 4º, XVIII, XIX, XX e XXI da Lei no 10.520/2002.

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

10.3. O recurso contra decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

10.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

10.6. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu/Setor de Licitação.

10.7. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

## 11. DA VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

11.1. O fornecimento dos produtos será fracionado, de acordo com a necessidade de cada Secretaria, para o período de doze meses, devendo ser entregue em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, devidamente autorizada pelo Secretário da Pasta Competente.

11.2. O ato de recebimento do item licitado, não importa em sua aceitação. A critério do(a) Secretário(a) da Pasta, as peças e/ou serviço serão submetidas à verificação por servidor competente. Cabe ao fornecedor a troca, dentro de 05 (cinco) dias úteis, de itens, que vierem a ser recusados por não se enquadrarem nas especificações estipuladas ou apresentar defeitos de fabricação ou dano em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação, podendo o fornecedor sofrer sanções previstas em lei 8666/93 e 10.520/02, a respeito da entrega de materiais em desconformidade ao exigido no edital, sobre quebra de cláusula contratual.

11.3. A Administração Pública poderá se recusar a receber os itens do objeto licitado, caso estes estejam em desacordo com a proposta oferecida no momento do Certame, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário.

11.4. Os itens licitados terão que estar dentro das normas de legislação vigente de qualidade técnica;

11.5. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

11.6. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura;

11.7. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de Presidente Nereu e seus Fundos Municipais;

11.8. A responsabilidade pela alimentação correta dos sistemas, fica a cargo da contratada, isentando o município de quaisquer funções, seja orçamento, execução ou outros no sistemas obrigatórios de uso.

## 12 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10º (décimo) dia após a entrega dos itens e emissão da referida nota fiscal.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

12.3. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será sustado, até que a adjudicatória tome as medidas saneadoras necessárias.

12.4. O pagamento fica condicionado às condições de habilitação no que diz respeito à regularidade fiscal do item 8.2.2 das alíneas “a” à, “g”, cujas certidões deverão ser mantidas em dia pela adjudicatária/contratada.

## 13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos previstos em Orçamento Municipal e serão informados quando da utilização da Ata de Registro de Preços.

13.2. O preço global para aquisição das peças e/ou serviço objeto deste Pregão foi estimado em Valor Total Previsto: R\$ R\$ 1.596,730 (um milhão quinhentos e noventa e seis mil setecentos e trinta Reais), para o período de doze meses.

13.3. Os valores indicados no subitem 13.2 constituem-se em mera estimativa não se obrigando o Município de Presidente Nereu a utilizá-los integralmente.

## 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei no 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

14.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 02 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

14.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Municipalidade poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

14.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

14.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

14.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Presidente Nereu/SC, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

14.3.3. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

14.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

14.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo ainda proceder à cobrança judicial da multa.

14.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Presidente Nereu.

## 15. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (Artigo 14 da Lei 8666/93)

15.1. A frota pertencente ao Município de Presidente Nereu e seus Fundos Municipais compõe-se de veículos, divididos em categorias: veículos LEVES, Vans, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICROÔNIBUS MAQUINAS PESADAS E TRATORES, conforme termo de referência anexo

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 43, § 3º e Artigo 65, §1º da Lei 8.666/93)

16.1. É facultada ao (a) Pregoeiro (a) ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.2.1. A anulação do procedimento induz à do contrato.

16.2.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

16.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e ao Órgão não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será no primeiro dia útil posterior na mesma hora e local.

16.6. O pregoeiro poderá introduzir aditamentos, modificações ou revisões no presente Edital e seus anexos, até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para a entrega das propostas. Tais aditamentos, modificações ou revisões, serão publicados no site oficial do município no endereço [www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br) e encaminhadas através de e-mail ou fac-símile a todos os interessados que tenham adquirido o Edital desta licitação e encaminhado o recibo de retirada, e na hipótese de influírem substancialmente na elaboração das propostas, será dada divulgação pela mesma forma que se deu ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu.

16.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

16.9. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do PREGÃO, por escrito, ao (a) Pregoeiro (a), devendo ter sido protocolizada no Setor de Licitações da Prefeitura.

16.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



16.11. Os casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002 e da Lei 8.666/93.

16.12. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os anexos abaixo, cujo teor vincula totalmente os licitantes:

- a) I - Termo de Referência – Especificação Técnica;
- b) II – Tabela de Valores;
- c) III - Formulário Padrão de Propostas de Preços;
- d) IV - Declaração de Fato Superveniente;
- e) V - Declaração que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;
- f) VI - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição;
- g) VII - Carta de Credenciamento;
- h) VIII - Declaração para ME e EPP;
- i) IX – Declaração de possuir equipamentos mínimos;
- j) X - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Presidente Nereu – SC, 16 de outubro de 2018.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

#### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU  
PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO DE PRODUTOS  
PREGÃO Nº 50/2018 ABERTURA DIA 16 de outubro de 2018 – ÀS 09:15HS  
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS, GENUINAS E OUTRAS PARA VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MAQUINAS PESADOS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL E SEUS FUNDOS MUNICIPAIS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

A especificação será de acordo com as peças genuínas, conforme descrição constante do sistema da Tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou similar, conforme determinação do município de Presidente Nereu. A Secretaria solicitante definirá se a peça a ser adquirida será original, genuína ou outra e o cálculo do desconto para as originais ou outras será de acordo com a regra de cálculo constante do item 7.5.3 deste Edital.

O valor de cada peça, para fins de cálculo do desconto, será o constante da tabela Oficial do Tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou similar, conforme determinação do município de Presidente Nereu.

AS EMPRESAS DEVERÃO APRESENTAR EM SUA PROPOSTA O DESCONTO MINIMO DE 10% (DEZ POR CENTO).

#### RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

ITEM	VEICULOS LEVES			
	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX	2007/2008	MDV8184	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
02	FIAT/UNO MILLE WAY ECON.	2012/2013	MJC6103	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
03	GM/CORSA CLASSIC	2003/2004	MCN2136	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
04	GM/CORSA GL	1998/1998	LZM5351	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
05	VW - GOL 1.6	2014/2014	MLP6392	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06	FIAT DOBLO	2014/2015	QHE5937	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07	FIAT DOBLO	2014/2015	QHE5967	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08	VW - SPACE FOX TREND GII	2012/2013	MLA4188	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09	VW - GOL 1.6	2018	QIR 7811	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10	VW - SPACEFOX TREND GII	2012/2012	MJH8213	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
11	VW - GOL SPECIAL	2002/2003	MBN0425	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
12	QQ 1.0 LOOK	2017/2018	QIU2021	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL
13	CHEVROLET/CLASSIC LS	2013/2014	MLV1073	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL
14	GOL 1.0	2007/2208	MEE1987	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS
15	VW/ GOL 1.6	2009/2010	MFZ 1257	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
16	FIAT DOBLO 1.8	2006/2006	MAR 7893	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## VEICULOS VANS

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	FIAT DUCATO MC TCA MIC	2014/2014	OKE6195	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02	RENAULT MASTERAMB ROT	2010/2010	MIE0246	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03	PEGEOT BOXER	2017	QIJ 3136	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
04	VW /KOMBI ESCOLAR	2010/2011	MHZ 6041	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
05	PEUGEOT BOXER HDI TCA MC ESCOLAR	2010/2011	MJS 6589	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
06	PEUGEOT BOXER M 350 LH	2012/2013	QIJ3136	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
07	TOYOTA/BANDEIRANTES	1994/1994	LZW3355	SECRETARIA DE TRANS. OBRAS

## MICROÔNIBUS

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	MICRO ONIBUS VOLARE A5 ON ESCOLAR/AGRALE	2003/2003	MCT 6808	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02	IVECO MICRO ONIBUS CITYCLASS ESCOLAR 70C17	2012/2013	MKW 6756	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
03	IVECO MICRO ONIBUS CITYCLASS ESCOLAR 70C17	2012/2013	MKC 6295	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04	IVECO MICRO ONIBUS CITYCLASS ESCOLAR 70C17	2012/2013	MKC 6285	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## CAMINHÕES E ÔNIBUS

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	VW /16.180 CO 184CV ONIBUS ESCOLAR 49 LUGARES	1995/1995	ICT 1534	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02	FORD CARGO 2629	2014/2014	QHF6432	SECRETARIA DE OBRAS
03	CAM. M. BENZ BASCULANTE	2014/2014	MCU4923	SECRETARIA DE OBRAS
04	MERCEDES BENS	1987/1987	BXI0625	SECRETARIA DE OBRAS
05	FORD CARGO 2629	2014/2014	MMI5065	SECRETARIA DE OBRAS
06	FORD CARGO 2629	2014/204	MMI4995	SECRETARIA DE OBRAS
07	VOLVO/VM 260	2010/2010	MGU4387	SECRETARIA DE OBRAS

## MAQUINAS PESADAS

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	MATRICULA	LOTAÇÃO
01	RETROESCAVADEIRA-416E- NEW HOLLANDO	2010	40088-01	SECRETARIA DE OBRAS
02	MOTONIVELADORA-120K-CATERPILLER	2014	23493	SECRETARIA DE OBRAS
03	PÁ CARREGADEIRA- ZL 30H- XCMG	2010	6041-01	SECRETARIA DE OBRAS
04	ESCAVADEIRA HDRAULICA-PC 130-8- KOMATSU	2018	38555-01	SECRETARIA DE OBRAS
05	PÁ CARREGADEIRA- 422 ZX- JCB	2018	6041-01	SECRETARIA DE OBRAS
06	RETROESCAVADEIRA -3CX - JCB	2018	40088-01	SECRETARIA DE OBRAS
07	RETROESCAVADEIRA - LB90- NEW HOLLAND	2010	38555-01	FUNDO AGROPECUARIO
08	RETROESCAVADEIRA- RD 406 RANDON	2018	40088-01	FUNDO AGROPECUARIO

## TRATORES

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	MATRICULA	LOTAÇÃO
01	FORD 7630	2013	5789-01	FUNDO AGROPECUARIO
02	FORD 7630	2013	5789-01	FUNDO AGROPECUARIO
03	TL 65 NEW HOLLAND –MOTOR IVECO	2000	10910-01	FUNDO AGROPECUARIO
04	TT 4030 NEW HOLLAND-MOTOR IVECO	2017	10910-01	FUNDO AGROPECUARIO

• Os veículos indicados na relação de veículos, poderão sofrer alterações no decorrer do contrato, em virtude de novas aquisições, retirada de veículo da frota municipal, bem como outras situações, sempre ficando a critério do município a realização de alterações de acordo com a necessidade e interesse da municipalidade.

## LOTES

## LOTE Nº 01

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos LEVES. (AUTOMOVEIS)			Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	



69,33	1.000	R\$ 69.330,00
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 150.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 219.000,00

## LOTE Nº 02

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para VANS.		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
73,66	1.000	R\$ 73.660,00
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 100.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 173.660,00

## LOTE Nº 03

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para MICROÔNIBUS.		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
73,66	1.000	R\$ 73.660,00
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 200.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 273, 660,00

## LOTE Nº 04

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS MECÂNICAS E ACESSÓRIOS PARA (CAMINHÕES/ÔNIBUS)		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
81,00	1.000	R\$ 81.000,00
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 150.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 231.000,00

## LOTE Nº 05

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS MECÂNICAS E ACESSÓRIOS PARA MÁQUINAS PESADAS		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
106,66	1.000	R\$106.660,00
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 200.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 306.660,00

## LOTE Nº 06

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS MECÂNICAS E ACESSÓRIOS PARA TRATORES.		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
98,75	1.000	R\$ 98.750,00
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 150.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 248.750,00

## LOTE Nº 07

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS ELÉTRICAS PARA VEÍCULOS LEVES (AUTOMÓVEIS)		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
75,00	200	R\$ 15.000,00
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 20.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 35.000,00

## LOTE Nº 08

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS ELÉTRICAS PARA VANS		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
80,00	200	R\$ 16.000,00
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 10.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 26.000,00

## LOTE Nº 09

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS ELÉTRICAS PARA MICRO ÔNIBUS		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
80,00	200	R\$ 16.000,00
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 10.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 26.000,00

## LOTE Nº10

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS ELÉTRICAS PARA ÔNIBUS E CAMINHÕES.		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
80,00	200	R\$ 16.000,00
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 15.000,00

Valor estimado total sem desconto:	R\$ 31.000,00
------------------------------------	---------------

**LOTE Nº 11**

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PEÇAS ELÉTRICAS PARA MAQUINAS PESADAS E TRATORES		Mínimo de 10 % de Desconto.
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total
80,00	200	R\$ 16.000,00
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 10.000,00
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 26.000,00

Valor Total Previsto: R\$ 1.596.730,00 (um milhão quinhentos e noventa e seis mil setecentos e trinta Reais)

OBS.: As empresas licitantes além dos itens acima deverão disponibilizar de todas as ferramentas necessárias para o bom desempenho dos serviços de cada segmento.

**JUSTIFICATIVA**

Manter todos os veículos que compõem a frota municipal, em perfeito estado de conservação e funcionamento, garantindo assim melhor eficiência e segurança nos serviços prestados ao Município de Presidente Nereu.

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

1 - A detentora da Ata de Registro de Preços deverá apresentar à Unidade Requisitante, para aprovação, um orçamento das peças e/ou serviços solicitados, contendo o valor real (Tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou similar, conforme determinação do município de Presidente Nereu) e o valor com o desconto contratado de acordo com o tipo solicitado: original, genuína ou outra.

2 – Caso as peças fornecidas não corresponderem às exigências técnicas pertinentes, serão devolvidas para serem substituídas pela detentora da Ata, no prazo máximo de 48 horas, independente da aplicação das penalidades previstas em lei.

3 – Os serviços, objeto do contrato a ser celebrado, serão prestados pela licitante vencedora no período das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto os feriados, sábados e domingos.

4 – Admitir-se-á a subcontratação dos serviços, objeto do presente instrumento que, comprovadamente, a empresa não possa executar, desde que devidamente justificada e autorizada pelo órgão participante, Ficando desde já estabelecido, que as condições e obrigações se darão entre as partes contratantes, ou seja, a prestadora de serviços contratada ficará integralmente responsável pelos orçamentos, envio e recebimento dos veículos, guarda, segurança, e integridade física do bem contra danos materiais, sinistros, intempéries, independente de culpa ou dolo, que venham a atingir o patrimônio do estado de forma parcial ou total, bem como pela execução e perfeita entrega dos serviços, de suas garantias, como também, pelo faturamento, recebimento e quitação pelos serviços prestados/executados.

5 – A contratada, mesmo não sendo executora direta dos serviços prestados, respondera inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes quando da subcontratação. Obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da prestação dos serviços, objeto deste edital, constatado visualmente ou por perito técnico designado pelo órgão participante, correndo estes custos por conta da contratada. Quando da subcontratação, para o órgão participante efetuar o pagamento do serviço prestado, é obrigatório a apresentação da cópia da nota fiscal da empresa subcontratada.

6 – Todos os materiais que foram substituídos, mesmo que inaproveitáveis, deverão ser devolvidos pela prestadora em até 10 (dez) dias, para fins de auditoria, com a indicação clara e segura, através de acondicionamento resistente, etiquetagem ou pintura com tinta apropriada, constando a identificação do veículo ou equipamento, a solicitação de serviço autorizada com número do orçamento e da nota fiscal e a descrição das peças utilizadas.

7 – A licitante vencedora, na assinatura do contrato, deverá possuir:

- Instalado e em funcionamento, equipamento de informática para acesso ao sistema da TABELA DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA DE MERCADO para peças de automóveis, caminhões, ônibus, máquinas pesadas e tratores.
- Instalado e em funcionamento, equipamento de informática interligado a internet, para acesso ao sistema de manutenção de Veículos, sob a administração do município além de atender os requisitos exigidos pelo sistema, visando a comunicação entre a empresa, o órgão participante e o gerenciador.
- A prestadora de serviços deverá fornecer aos órgãos participantes, orçamento prévio para cada serviço, incluindo peças e o tempo estimado de mão de obra necessária, via sistema informatizado a ser acessado por intermédio de internet, sendo que o pedido de orçamento prévio, será encaminhado à prestadora de serviço pelo gestor da frota municipal, não sendo aprovado o orçamento dos serviços, o veículo será retirado pelo responsável do órgão participante, com todas as peças pertencentes ao mesmo, sem o pagamento de qualquer valor.

**9- DOS SERVIÇOS**

a) Realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva será realizada 24 (vinte e quatro) horas após solicitação da secretaria requisitantes, compreendendo serviços de mecânica em geral, balanceamento e geometria, suspensão, reposição de acessórios, vidraceiro, cambagem, troca de óleos e lubrificantes, substituição do filtro de óleo e aditivos para os veículos pertencentes a frota municipal.

b) Quaisquer serviços pertencentes a manutenção preventiva e corretiva, não elencados acima, deverão ser atendidos e estarem em

conformidade com as normas de exigências ABNT e NBR, órgão técnicos competentes, legislações correlacionadas, normas e padrões dos fabricantes, para prestação destes serviços.

c) Mecânica Geral: Consiste em serviços de mecânica em motor, caixa de cambio, carburação, injeção, velas, suspensão (consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças e outros), freios e outros não especificados anteriormente.

d) Elétrica: Consiste nos serviços de substituição ou conserto de partes elétricas do veículo (faróis, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisas e outros).

e) Hidráulica: Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (direção e outros).

f) Balanceamento e geometria: Consiste nos serviços de regulação do sistema de rodagem do veículo, conhecimentos de ferramental e equipamentos, diagnóstico. Noções de geometria, correção de alinhamento de roda, volante, caster e convergência, conferência de rodas traseiras, aferição de equipamento.

g) Instalação de acessórios: Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento ou segurança dos veículos.

h) Ar condicionado: Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo.

i) Vidraceiro: Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, borrachas dos vidros e polimento dos para brisas.

j) Cambagem: É o serviço que garante o equilíbrio dos pneus de acordo com as especificações do fabricante.

k) Óleos lubrificantes, filtros de óleo e aditivos: Consiste nos serviços de troca de óleo lubrificante, e/ou substituição do filtro de óleo e aditivos, quando necessários.

#### GARANTIA

O prazo de garantia das peças, sejam genuínas, originais ou outras é de 06 (seis) meses contra defeito(s) de fabricação, a contar da data de emissão da Nota Fiscal.

A detentora da Ata se responsabilizará pela reposição de qualquer peça/acessórios defeituoso, assim que confirmada pela fábrica a procedência da reclamação em 48 (quarenta e oito) horas.

#### DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Secretaria solicitante deverá indicar a dotação orçamentária através da Autorização de Fornecimento quando necessário, conforme quadro acima indicando o veículo, placas e Secretaria/Órgão pertencente.

#### PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega das peças será de 48 (quarenta e oito horas) horas, após aprovação do orçamento e da emissão da Autorização de Fornecimento no município.

#### PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10º (décimo) dia, após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada.

#### PRAZO DE VIGÊNCIA

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 06 (seis) meses.

Presidente Nereu – SC, 15 de outubro de 2018.

#### ANEXO II

##### TABELA DE VALORES

1.1. Os descontos para peças originais e outras peças, serão originários do desconto ofertado para peças genuínas, através da seguinte regra:

Peças Originais	DPO	DPG %
Peças Genuínas	DPG	DPO x 2
Outras Peças	DOP	DPO x 3

1.2. Percentual mínimo inicial deverá ser de 10%(dez por cento).

1.3. Peças original (mecânica, elétrica ou acessório): Considera-se: peça original – aquela peça homologada pela montadora, nova e de

primeiro uso, distribuída pela montadora do veículo, com garantia desta;

1.4. Peças genuínas (mecânica, elétrica ou acessório): aquela peça, nova e de primeiro uso, da mesma marca utilizada pela montadora, porém distribuída pelo próprio fabricante e garantida por este;

1.5. Outras peças (mecânica, elétrica ou acessório): aquelas que não se enquadrem como genuína ou original (subentendem-se as paralelas, de 1ª linha) que apresentem garantia de 06(seis) meses;

• Em situações especiais, levando em consideração que a frota do Município de Presidente Nereu – SC também é composta de alguns veículos já fora de fabricação e com dificuldades de se encontrar peças novas, ou ainda, que o custo da peça nova inviabilize o reparo do mesmo, serão aceitos, outros tipos de peça (paralelas), desde que não comprometa o uso e segurança do veículo, situação está que deverá ser analisada individualmente pelo responsável pela frota do MUNICÍPIO.

#### ANEXO III

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

#### MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

##### PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 50/2018

TIPO: "maior percentual de desconto por lote", equivalente ao menor preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS, GENUÍNAS E OUTRAS PARA VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MAQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL E SEUS FUNDOS MUNICIPAIS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Proponente .....

CNPJ: .....

Tel Fax: .....

E-mail: .....Tel. :( ..... ).....Celular: (....) ..... Endereço: .....

.....

Conta Corrente: ..... Agência: ..... Banco: .....

O valor do desconto abaixo ofertado será aplicado, no momento da contratação sobre os valores da Tabela e orçamentação eletrônica de mercado CILIA®, ou similar, das peças originais por peça e marca e/ou serviço e servirá como base para as demais, o percentual de desconto ofertado também incidirá sobre o valor da mão de obra prestada pelo licitante.

Os valores de cada Lote abaixo apresentados, são apenas valores de referência, não representando valor real a ser contratado.

#### LOTES

##### LOTE Nº 01

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos LEVES. (AUTOMOVEIS)		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
75,00	1.000	R\$ 75.000,00		
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 150.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 225.000,00		

##### LOTE Nº 02

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos VANS.		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
80,00	1.000	R\$ 80.000,00		
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 100.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 180.000,00		

##### LOTE Nº 03

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos MICROÔNIBUS.		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
80,00	1.000	R\$ 80.000,00		
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 200.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 280.000,00		

##### LOTE Nº 04

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos PESADOS . (CAMINHÕES/ÔNIBUS)		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
88,00	1.000	R\$ 88.000,00		
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 150.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 238.000,00		

## LOTE Nº 05

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Máquinas PESADAS		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
120,00	1.000	R\$120.000,00		
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 200.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 320.000,00		

## LOTE Nº 06

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para TRATORES.		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
120,00	1.000	R\$ 120.000,00		
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		R\$ 150.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 270.000,00		

## LOTE Nº 07

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos LEVES (AUTOMÓVEIS)		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
75,00	200	R\$ 15.000,00		
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 20.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 35.000,00		

## LOTE Nº 08

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos VANS		Mínimo de 10% de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
80,00	200	R\$ 16.000,00		
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 10.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 26.000,00		

## LOTE Nº 09

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos MICRO ÔNIBUS		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
80,00	200	R\$ 16.000,00		
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 10.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 26.000,00		

## LOTE Nº 10

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos ÔNIBUS E CAMINHÕES.		Mínimo de 10 % de Desconto.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
90,00	200	R\$ 18.000,00		
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 15.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 33.000,00		

## LOTE Nº 11

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para MAQUINAS PESADAS E TRATORES		Mínimo de 10 % de Desconto.		
---	--	-----------------------------	--	--

Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	Valor Total	Percentual de desconto (%)	Valor total com desconto (R\$)
90,00	200	R\$ 18.000,00		
Valor máximo estimado de peças elétricas		R\$ 10.000,00		
Valor estimado total sem desconto:		R\$ 28.000,00		

Valor Total Previsto: R\$ 1.596.730,00 (um milhão quinhentos e noventa e seis mil setecentos e trinta Reais)

#### RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

ITEM	VEICULOS LEVES			
	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX	2007/2008	MDV8184	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
02	FIAT/UNO MILLE WAY ECON.	2012/2013	MJC6103	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
03	GM/CORSA CLASSIC	2003/2004	MCN2136	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
04	GM/CORSA GL	1998/1998	LZM5351	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
05	VW - GOL 1.6	2014/2014	MLP6392	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06	FIAT DOBLO	2014/2015	QHE5937	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07	FIAT DOBLO	2014/2015	QHE5967	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08	VW - SPACE FOX TREND GII	2012/2013	MLA4188	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09	VW - GOL 1.6	2018	QIR 7811	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10	VW - SPACEFOX TREND GII	2012/2012	MJH8213	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
11	VW - GOL SPECIAL	2002/2003	MBN0425	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
12	QQ 1.0 LOOK	2017/2018	QIU2021	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL
13	CHEVROLET/CLASSIC LS	2013/2014	MLV1073	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL
14	GOL 1.0	2007/2208	MEE1987	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS
15	VW/ GOL 1.6	2009/2010	MFZ 1257	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
16	FIAT DOBLO 1.8	2006/2006	MAR 7893	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

VEICULOS VANS				
ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	FIAT DUCATO MC TCA MIC	2014/2014	OKE6195	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02	RENAULT MASTERAMB ROT	2010/2010	MIE0246	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03	PEGEOT BOXER	2017	QIJ 3136	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
04	VW /KOMBI ESCOLAR	2010/2011	MHZ 6041	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
05	PEUGEOT BOXER HDI TCA MC ESCOLAR	2010/2011	MJS 6589	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
06	PEUGEOT BOXER M 350 LH	2012/2013	QIJ3136	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
07	TOYOTA/BANDEIRANTES	1994/1994	LZW3355	SECRETARIA DE TRANS.OBRAS

MICROÔNIBUS				
ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	MICRO ONIBUS VOLARE A5 ON ESCOLAR/AGRALE	2003/2003	MCT 6808	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02	IVECO MICRO ONIBUS CITYCLASS ESCOLAR 70C17	2012/2013	MKW 6756	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
03	IVECO MICRO ONIBUS CITYCLASS ESCOLAR 70C17	2012/2013	MKC 6295	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04	IVECO MICRO ONIBUS CITYCLASS ESCOLAR 70C17	2012/2013	MKC 6285	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
05	VOLARE V8L ESCOLAR/ AGRALE	2010/2010	MHH 5016	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CAMINHÕES E ÔNIBUS				
ITEM	MARCA/MODELO	ANO	PLACAS	LOTAÇÃO
01	VW /16.180 CO 184CV ONIBUS ESCOLAR 49 LUGARES	1995/1995	ICT 1534	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02	FORD CARGO 2629	2014/2014	QHF6432	SECRETARIA DE OBRAS
03	CAM. M. BENZ BASCULANTE	2014/2014	MCU4923	SECRETARIA DE OBRAS
04	MERCEDES BENS	1987/1987	BXI0625	SECRETARIA DE OBRAS
05	FORD CARGO 2629	2014/2014	MMI5065	SECRETARIA DE OBRAS



06	FORD CARGO 2629	2014/204	MMI4995	SECRETARIA DE OBRAS
07	VOLVO/VM 260	2010/2010	MGU4387	SECRETARIA DE OBRAS

## MAQUINAS PESADAS

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	MATRICULA	LOTAÇÃO
01	RETROESCAVADEIRA-416E- NEW HOLLAND	2010	40088-01	SECRETARIA DE OBRAS
02	MOTONIVELADORA-120K-CATERPILLER	2014	23493	SECRETARIA DE OBRAS
03	PÁ CARREGADEIRA- ZL 30H- XCMG	2010	6041-01	SECRETARIA DE OBRAS
04	ESCAVADEIRA HDRAULICA-PC 130-8- KOMATSU	2018	38555-01	SECRETARIA DE OBRAS
05	PÁ CARREGADEIRA- 422 ZX- JCB	2018	6041-01	SECRETARIA DE OBRAS
06	RETROESCAVADEIRA -3CX - JCB	2018	40088-01	SECRETARIA DE OBRAS
07	RETROESCAVADEIRA - LB90- NEW HOLLAND	2010	38555-01	FUNDO AGROPECUARIO
08	RETROESCAVADEIRA- RD 406 RANDON	2018	40088-01	FUNDO AGROPECUARIO

## TRATORES

ITEM	MARCA/MODELO	ANO	MATRICULA	LOTAÇÃO
01	FORD 7630	2013	5789-01	FUNDO AGROPECUARIO
02	FORD 7630	2013	5789-01	FUNDO AGROPECUARIO
03	TL 65 NEW HOLLAND –MOTOR IVECO	2000	10910-01	FUNDO AGROPECUARIO
04	TT 4030 NEW HOLLAND-MOTOR IVECO	2017	10910-01	FUNDO AGROPECUARIO

Validade da Proposta:60 dias (não inferior a sessenta dias)

Essa proposta de preço contempla a integralidade das especificações constantes do Termo de Referência, Anexo "I" do Edital e que concorda e cumprirá todas as suas prescrições.

Os preços contidos nessa proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, produtos, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto licitado.

Prazo de entrega \_\_\_\_\_

Local e data

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

ANEXO IV  
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

A ..... (razão social da empresa), CNPJ ..... nº .....  
....., localizada à ....., declara, em conformidade com o art. 32, parágrafo 2º da Lei  
n.º 8.666/93, que não existem fatos supervenientes ao seu credenciamento na Prefeitura Municipal de Pouso Redondo que sejam impeditivos de sua habilitação para este pregão presencial n.º27/2018.

....., ..... de ..... de 2018.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)

ANEXO V  
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Declaração de cumprimento dos requisitos de Habilitação.

A ..... (razão social da empresa), CNPJ nº ..... localizada à .....  
declara, em conformidade com a Lei n.º 8.666/93, sob as penas da lei, que:

\* Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93;

\* Declaração de concordância com todos os termos contidos no presente edital;

\* Declara sob as penas do Art. 299 do código penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos produtos/serviços licitados para realizar as obras nos prazos e/ou condições previstas;

\* Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do poder executivo municipal, Estadual e Federal, exercendo funções técnicas, comerciais, de gerencia, administração ou tomada de decisões (inciso III, art 9º da Lei 8.666/93 e inciso X da Lei Complementar nº 04/90).

....., ..... de ..... de 2018.

Diretor ou Representante Legal



(As ME e EPP que porventura venham a apresentar alguma certidão requerida para habilitação no item 8.2.2 fora da validade e que solicitem as prerrogativas da Lei 123/2006, deverão enumerá-las nesta declaração).

ANEXO VI  
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

D E C L A R A Ç Ã O NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF/88.

Declaramos, em atendimento ao previsto no Pregão nº 50/2018, que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como de 014 (catorze) anos em qualquer trabalho.

....., ..... de ..... de 2018.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)

Obs.: Se o licitante possuir menores de 16 (dezesesseis) anos na condição de aprendiz deverá declarar expressamente.

MODELO VII  
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MINUTA DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

A  
Prefeitura Municipal de Pouso Redondo  
REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018

Indicamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, Órgão expedidor \_\_\_\_\_, como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, dar lances, prestar todos os esclarecimentos a nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

Local e data

Atenciosamente

Representante Legal da Empresa

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ expedida pela SSP/\_\_\_\_ e de CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins do disposto no Edital do Pregão Presencial nº 43/2017, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade) \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

nome e número da identidade e CPF do declarante  
(Representante Legal da empresa)

Contador  
(Profissional habilitado no CRC)

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante, e deverá ser apresentada fora dos envelopes de proposta de preços e habilitação, a qual deverá ser entregue ao Pregoeiro/Presidente da Comissão para que a empresa usufrua dos privilégios da Lei nº123/06 e Lei 147/2014.

ANEXO X

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº50 /2017

**PREGÃO: N° 50/2018 – REGISTRO DE PREÇOS**

VALIDADE: 01 ano contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da lei.

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua José Teodoro de Melo, nº36 neste município, inscrito no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, ..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º ..... com sede ..... Neste ato representado pelo Sr. .... residente e domiciliado em ..... inscrita no CPF sob N.º ..... de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS ORIGINAIS, GENUINAS E OUTRAS PARA VEICULOS LEVES, VANS, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MAQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL E SEUS FUNDOS MUNICIPAIS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO, das marcas constantes do Termo de Referência, para atender aos veículos que compõem a frota municipal e demais fundos municipais, nos termos e condições estabelecidas no Edital de Pregão nº 27/2018 e seus anexos, que passa a fazer parte vinculativa desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preço vencedora, conforme consta nos autos do processo licitatório.

Parágrafo Primeiro - Este instrumento não obriga o Município de Presidente Nereu com seus respectivos órgãos a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Parágrafo Segundo – O Município de Presidente Nereu, através da Secretaria solicitante, definirá através de análise dos orçamentos, se a peça e/ou serviço a ser adquirida será genuína, original ou outra, nas condições constantes do instrumento convocatório, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.**

A presente Ata terá validade de 01 ano, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, não excedendo, na sua totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria de Administração, através do seu responsável, no seu aspecto operacional e à PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO, nas questões legais.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.**

4.1 - Os descontos serão aplicados sobre cada peça e/ou serviço, por marca, conforme os preços informados na tabela de preços do Sistema CILIA®, ou similar, conforme determinação do município de Pouso Redondo, de acordo com o tipo: genuína, original ou outra, na conformidade dos itens do Edital, sendo os seguintes, por LOTE:

**LOTES****LOTE Nº 01**

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos LEVES. (AUTOMOVEIS)	
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada
	1.000
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres	
Valor estimado total sem desconto:	

**LOTE Nº 02**

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos VANS.	
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada
	1.000
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres	
Valor estimado total sem desconto:	

**LOTE Nº 03**

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos MICROÔNIBUS.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	1.000	
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		
Valor estimado total sem desconto:		

## LOTE Nº 04

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Veículos PESADOS . (CAMINHÕES/ÔNIBUS)		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	1.000	
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		
Valor estimado total sem desconto:		

## LOTE Nº 05

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para Máquinas PESADAS		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	1.000	
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		
Valor estimado total sem desconto:		

## LOTE Nº 06

Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para TRATORES.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	1.000	
Valor máximo estimado de peças mecânicas, acessórios e congêneres		
Valor estimado total sem desconto:		

## LOTE Nº 07

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos LEVES (AUTOMÓVEIS)		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	200	
Valor máximo estimado de peças elétricas		
Valor estimado total sem desconto:		

## LOTE Nº 08

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos VANS		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	200	
Valor máximo estimado de peças elétricas		
Valor estimado total sem desconto:		

## LOTE Nº 09

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos MICRO ÔNIBUS		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	200	
Valor máximo estimado de peças elétricas		
Valor estimado total sem desconto:		

## LOTE Nº 10

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para Veículos ÔNIBUS E CAMINHÕES.		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	200	
Valor máximo estimado de peças elétricas		
Valor estimado total sem desconto:		

## LOTE Nº 11

Serviços de Mão de Obra, Peças elétricas para MAQUINAS PESADAS E TRATORES		
Valor máximo hora de mão de obra	Quantidade máxima estimada	
	200	
Valor máximo estimado de peças elétricas		
Valor estimado total sem desconto:		

Valor Total: R\$ ,00 (xxxxx)

Parágrafo único: No caso em que a peça e/ou serviço solicitada não estiver com seu cadastro e valor referenciado na tabela CILIA®, ou

similar, conforme determinação do município de Presidente Nereu, a empresa deverá se sujeitar à média de valores de mercado, apresentados pela Secretaria solicitante, aplicando o mesmo percentual de desconto aqui registrado.

4.2. As especificações das peças e/ou serviços serão as mesmas constantes do Sistema CILIA®, ou similar.

4.3. Caberá à Secretaria solicitante definir se a peça a ser adquirida será genuína, original ou outra, de acordo com a necessidade a ser atendida.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(S) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

5.1 - Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado central da Prefeitura Municipal ou outro local indicado pelo solicitante, após o atendimento do parágrafo único abaixo.

Parágrafo Único - Os produtos contratados deverão ser entregues no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da solicitação oficial da Secretaria, sendo verificada a qualidade e procedência dos produtos, sob pena de não aceitação e não pagamento dos mesmos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1 - As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmarem contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através de AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, emitida pelo Setor competente, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a entregar o produto, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PROMITENTE FORNECEDOR

7.1 - São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município, de acordo com o especificado nesta Ata, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - não entregar produtos que estiverem em desacordo com a descrição da peça e/ou serviço contida no sistema AUDATEX®, CILIA®, ou similar, e com as especificações constantes deste instrumento.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Presidente Nereu, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Município, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Presidente Nereu, no tocante ao fornecimento do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto desta ata e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Município de Presidente Nereu qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Município de Presidente Nereu.

IX - indenizar terceiros e/ou ao Município de Presidente Nereu, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

X - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o Município de Presidente Nereu toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 02(dois) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

XI - Comprovar a procedência da peça na entrega da mesma, em prazo não superior à 24 (vinte e quatro) horas, quando solicitado.

XII - As peças e/ou serviços deverão passar por controle de qualidade e avaliação, cujo trabalho de avaliação ficará a cargo de um servidor da administração ou empresa contratada, sob pena de não pagamento e rescisão contratual.

XIII - Garantir qualidade das peças e/ou serviços, no mínimo de 06 (seis) meses ou 15.000,00 Km.

XIV - As peças originais serão peças com comprovação de homologação pelas montadoras, podendo ser exigida a qualquer tempo, inclusive pelos órgãos/entidades contratantes.

XV - As peças não genuínas ou originais (paralelas) deverão ser de primeira linha, com qualidade e procedência comprovada e garantia de no mínimo 06(seis) meses.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO PROMITENTE FORNECEDOR

8.1 - São responsabilidades do Promitente Fornecedor:

I. todo e qualquer dano que causar ao Município de Presidente Nereu, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município de Presidente Nereu;

II. toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Município de Presidente Nereu por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Município de Presidente Nereu, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à

contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - O Fornecedor autoriza o Município, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Município de Presidente Nereu o não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 - O Município Presidente Nereu obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais.

II. permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;

III. notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;

IV. promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

V. exigir do fornecedor sempre que se achar necessário, a comprovação de que as peças fornecidas, de primeira linha ou originais, possuem homologação da montadora;

VI. credenciar servidor para verificação da qualidade e procedência das peças e/ou serviços, através de termo próprio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO.

10.1 - O Município efetuará o pagamento, desde que haja confirmação oficial sobre a qualidade da peça entregue e serviços realizados, através de depósito bancário em nome da adjudicada, mediante a expedição de documento fiscal correspondente. Os produtos faturados e entregues, constando ainda, no verso da NF o atesto de servidor encarregado do receber o produto, serão pagos em até 30(trinta) dias.

Parágrafo Primeiro - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo - Para cada Autorização de Fornecimento (por secretaria), o Fornecedor deverá emitir uma nota fiscal/fatura.

Parágrafo Terceiro – O pagamento ficará ainda condicionado a regularidade fiscal, como apresentada no ato do certame.

Parágrafo Quarto - Constatada a situação de irregularidade, o fornecedor será comunicado por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Município de Presidente Nereu, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto - Nenhum pagamento isentará o fornecedor das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

11.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Presidente Nereu, solicitará ao Promitente Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

Parágrafo Terceiro - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Presidente Nereu convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto – Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Promitente Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços e no Edital;

b) quando o Promitente Fornecedor não atender a Autorização de Fornecimento no prazo estabelecido;

c) quando o Promitente Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Autorização de Fornecimento decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Município de Presidente Nereu ou pelo Promitente Fornecedor;

g) mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata e do Edital

h) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Promitente Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios e Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro – A solicitação do Promitente Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento do



Item.

Parágrafo Quinto. Caso o Município de Presidente Nereu o não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

13.1 - Correrão por conta exclusivas do promitente fornecedor:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 - Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência, por escrito;

II) multa, a ser aplicada pelo Município, e após a confirmação de 02 (duas) advertências, independente de ser motivo diferenciado, ficando suspenso o fornecimento até o recolhimento ao Município de Pouso Redondo;

III) cancelamento desta Ata de Registro de Preços após a aplicação de 02 (duas) multas ou quando a multa aplicada não houver sido recolhida em prazo superior a 10 (dez) dias, contados da emissão;

IV) suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 2(dois) anos;

V) declaração de inidoneidade.

Parágrafo Primeiro. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas, atrasos na entrega ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao erário.

Parágrafo Segundo – O fornecedor sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura/orçamento aprovado.

Parágrafo Terceiro. A contratada estará impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de até 02 (dois) anos, em caso de fraude ou qualquer tipo de crime, devidamente comprovado, atendidas as prerrogativas legais existentes.

Parágrafo Quarto. As multas previstas são aplicáveis simultaneamente às outras cominações previstas nesta Ata.

Parágrafo Quinto - A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será divulgado nos veículos oficiais de comunicação, podendo ser aplicada em casos de reincidência por descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao erário.

Parágrafo Sexto. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o promitente fornecedor descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Município;

b) se o fornecedor sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o fornecedor tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo sétimo. As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo oitavo. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do fornecedor.

Parágrafo nono - A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o fornecedor das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

15.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista nas contratações advindas desta ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. integram esta Ata, para fins de acompanhamento de execução, o Edital de Pregão nº 50/2018 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas por lote.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Presidente Nereu.

#### CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - As partes contratantes elegem o foro de Município de Rio do Sul - SC como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ata, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Presidente Nereu - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2018.

ISAMAR DE MELO DETENTORA DA ATA

Prefeito Municipal Representante Legal



**LEI 1577/2018**

Publicação Nº 1774498

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)**LEI Nº 1577/2018, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.****DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

**Lei:**

**Art. 1º** O Orçamento do Município de Presidente Nereu, para o exercício de 2019, será elaborado e executado observando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - As metas fiscais;

II - As prioridades e metas da Administração Municipal, extraídas do plano plurianual 2018/2021;

III - A estrutura e organização dos orçamentos;

IV - As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do município e suas alterações;

V - As disposições sobre a dívida pública municipal;

VI - As disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;

VII - As disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - Do sistema de Custos;

IX - As disposições gerais.

**Art. 2º** São partes integrantes dessa Lei:

I - LDO 01 - Demonstrativo das Receitas por Fontes de Recurso

II - LDO 02 - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320-64);

III - LDO 03 - Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320-64);

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

IV - LDO 04 - Programa de Trabalho de Governo por função (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320-64);

V - LDO 05 - Programa de Trabalho de Governo por órgão (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320-64);

VI - LDO 06 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320-64);

VII - LDO 07 - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320-64);

VIII - LDO 08 - demonstrativo de riscos fiscais e providências;

IX - LDO 09 - metas anuais;

X - LDO 10 - avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

XI - LDO 11 - metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

XII - LDO 12 - Evolução do patrimônio líquido;

XIII - LDO 13 - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

XIV - LDO 14 - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

XV - LDO 15 - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

**I - DAS METAS FISCAIS**

**Art. 3º** As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2019 e outras disposições de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos e nos Demonstrativos que integram a presente Lei.

**II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 4º** As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas e demonstradas nos anexos e demonstrativos que fazem parte desta Lei.

**Art. 5º** Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

despesa orçada à receita prevista, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

**III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 6º** O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes legislativo, Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com estrutura administrativa do Município.

§ 1º Caberá ao Setor de Contabilidade do Poder Executivo, estabelecer a codificação dos órgãos e unidades Município em Instrução Normativa.

§ 2º Em caso de alteração na estrutura administrativa durante o exercício de 2019 o orçamento deverá manter a estrutura inicialmente aprovada, salvo disposição expressa em contrário que indicará pormenorizada a forma como se dará o remanejamento de dotações orçamentárias.

**Art. 7º** Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando a conscientização dos objetivos pretendidos;

II - Ação - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade Orçamentária - o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendido estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Recurso Ordinária - aquele previsto para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - Recurso Vinculado - aquela que por força de legislação, normativa, convênio ou

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

similares, devam ser aplicadas em despesas específicas, ou ainda devem ter controle específico;

IX - Execução Física - a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X - Execução Orçamentária - o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI - Execução Financeira - o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estas com a classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos e metas físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2º A categoria de programação de que trata o art.167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

**Art. 8º** A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com o código de destinação de recursos e a Despesa de cada Unidade Gestora, desdobradas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, com a identificação do código de destinação de recursos, em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e Conjunta STN/SOF nº 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa;

II - Receitas por Categorias Econômicas;

III - Despesa por Categorias Econômicas;

IV - Programa Trabalho Governo por órgão;

V - Programa Trabalho Governo por função;

VI - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções conforme vínculo com os recursos;

VII - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

VIII - Despesas por fonte de recurso;

IX - Receita por fonte de recurso;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

X - Demonstrativo das despesas por órgãos e funções;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita;

XII - Demonstrativo da Evolução da Despesa;

XIII - Metas anuais;

XIV - Demonstrativo de riscos fiscais e providências;

XV - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

XVI - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

XVII - Evolução do patrimônio líquido;

XVIII - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

XIX - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

XX - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. (Redação acrescida pela Lei nº 1546/2017)

§ 4º O Poder Executivo poderá acrescentar outros anexos que julgar pertinente.

**Art. 9º** Acompanhará ainda, o Projeto de Lei Orçamentária:

I - Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2016 e 2017 e previsão para 2019, 2020 e 2021;

**Art. 10** O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e os recursos.

§ 1º Os Grupos de Natureza de Despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - Pessoal e encargos sociais (GND 1);

II - Juros e encargos da dívida (GND 2);

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

III - Outras despesas correntes (GND 3);

IV - Investimentos (GND 4);

V - Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas (GND 5); e

VI - Amortização da dívida (GND 6).

§ 2º A Reserva de Contingência, prevista no art. 13, será classificada no GND 9.

§ 3º A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - Diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos orçamentos;

II - Indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas; ou

III - Indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§ 4º A especificação da modalidade de que trata o § 3º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências à União (MA 20);

II - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30);

III - Transferências a Municípios (MA 40);

IV - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

V - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio (MA 71);

VI - Aplicações Diretas (MA 90);

VII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (93); e

VIII - A definir (MA 99);

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

§ 5º O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação "a definir" (MA 99).

§ 6º As demais MA seguirão o disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

§ 7º O Identificador de Uso (IU) seguirá a codificação do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

**Art. 11** A Reserva de Contingência do Município será constituída, exclusivamente, de recursos ordinários e os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos conforme o Anexo VIII, desta Lei.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2018, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 12** Os orçamentos para o exercício de 2019 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

**Art. 13** Os Orçamentos dos Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque suas Receitas as quais são vinculadas às despesas relacionadas aos seus objetivos, obedecendo às especificações definidas no art. 10º desta Lei.

§ 1º Para o exercício de 2019 serão segregados em Unidades Gestoras:

I - Câmara de Presidente Nereu;

II - Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu;

III - Fundo Municipal de Assistência Social de Presidente Nereu;

IV - Fundo Municipal Agropecuário de Presidente Nereu;

V - Fundo Municipal para Infância e Adolescência de Presidente Nereu;

VI - Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

§ 2º Os demais fundos municipais deverão ser consolidadas na Unidade Gestora Prefeitura;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

**Art. 14** Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 dias antes do prazo final para o encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

**Art. 15** Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da

Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

**Art. 16** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas despesas fixadas.

**Art. 17** Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

**Art. 18** Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo VIII, desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, e, também, se houver, do excesso de arrecadação do exercício de 2019 e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo remanejamento de dotações.

**Art. 19** Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

**Art. 20** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

**Art. 21** Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art.43, § 1º, inciso II e § 3º da Lei 4.320/64, se ocorrer, será apurado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares, por atos do poder executivo.

**Art. 22** A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2019, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

**Art. 23** A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades privadas sem fins lucrativos obedecerá ao regramento das Leis Federais 13.019/14 e 4.320/64, ou autorizadas em lei específica.

**Art. 24** A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades privadas com fins lucrativos obedecerá ao regramento das Leis Federais 13.019/14 e 4.320/64, ou autorizadas em lei específica.

**Art. 25** Para efeito do disposto no art.16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do art.24 da Lei 8.666/93.

**Art. 26** As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

**Art. 27** Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

**Art. 28** A transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa ou modalidade de aplicação para outro, dentro de cada ação, poderá ser feita por decretos do Poder Executivo e do Poder Legislativo até o limite total de despesas fixadas individualmente para cada ação.

Parágrafo único. Os valores transferidos por leis específicas aprovadas no decorrer do exercício, poderão ser novamente transferidos por decretos do Poder Executivo dentro de cada ação.

**Art. 29** A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019, a valores correntes.

**Art. 30** Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

**Art. 31** No decorrer da execução orçamentária de 2019, o Poder Executivo Municipal poderá abrir por decretos, créditos adicionais suplementares nos termos do art. 89, § 2º, da Lei Orgânica do Município, até o limite de 50%(cinquenta por cento) do total do orçamento da despesa orçamentária fixada, e criar novas classificações de despesas quanto a sua natureza, fontes de recursos e respectivos valores, utilizando os recursos, desde que não comprometidos:

I - Do excesso ou o provável excesso de arrecadação de cada uma das fontes de recursos, observada a tendência do exercício; e

II - Do superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada uma das fontes de recursos.

§ 1º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares e especiais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

§ 2º O ato que suplementar as dotações orçamentárias em decorrência do inciso I deste artigo, deverá atualizar a estimativa de receita em igual valor da suplementação.

**Art. 32** Os recursos oriundos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por atos do Poder Executivo.

**Art. 33** Os programas priorizados por esta lei, e contemplados na Lei Orçamentária para 2019, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara de Vereadores até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

**Art. 34** Fica estabelecido o Anexo XVI desta Lei para como modelo de dados orçamentários para os projetos de leis de alteração de orçamento.

**V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 35** A Lei Orçamentária para 2019 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito durante o exercício, observado a Lei Complementar nº 101/2000 e em conformidade com o que dispõe o Senado Federal, através de Resolução.

**VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 36** O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de orçamento.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

**Art. 37** Nos casos de necessidade temporária, devidamente justificada pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art.20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 38** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I - Eliminação das despesas com horas extras;

II - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III - Exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão e secretários Municipais;

IV - Eliminação de Vantagens concedidas aos servidores.

**VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 39** O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

**Art. 40** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art.14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 41** O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

**VIII - DO SISTEMA DE CUSTOS**

**Art. 42** A Lei Orçamentária Anual será executada de forma que permita o controle dos dispêndios financeiros, classificando as despesas por função, sub função, programa, grupo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

de natureza da despesa, modalidade de aplicação, elemento, detalhamento de elemento e fonte de recursos.

**Art. 43** O setor de Contabilidade do Município, dentro do possível e condições estruturais e de recursos humanos tomará medidas que permitam a criação de normas a fim de estabelecer os custos dos serviços públicos para:

I - Mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

II - Mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

III - Identificar o custo por atividade governamental e órgãos; e

IV - A tomada de decisões gerenciais.

Parágrafo único. A estrutura a ser criada deverá obedecer todas as Normas de Contabilidades Aplicadas ao Setor Público produzidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e Conselho Federal de Contabilidade.

**IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 44** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até 30 de outubro de 2018, conforme estabelecido no art. nº 02, inciso III, da Lei nº 972/2001, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2018.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 01/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

**Art. 45** Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

**Art. 46** Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por decretos do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 47** O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50, Centro - CEP 89184-000 - Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone / FAX - (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2019.

§ 1º. O Executivo Municipal fica autorizado a ceder servidor efetivo ao Cartório Eleitoral da Comarca cuja área de jurisdição esteja incluso, com o ônus para o Município.

**Art. 48** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu(SC), 15 de outubro de 2018.

**ISAMAR DE MELO**  
Prefeito de Presidente Nereu





# MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

METAS ANUAIS

Entidade(s): 39.83.242.379.380.12367

Ano de Referência: 2019

AMF – Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

AMF – Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)													RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2019				2020				2021				
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100	
Receita Total	20.345.500,00	20.345.500,00	0,007	0,00	20.852.865,00	20.852.865,00	0,007	0,00	21.478.450,95	21.478.450,95	0,000	0,00	
Receitas Primárias (I)	20.227.300,00	20.227.300,00	0,007	0,00	21.889.869,00	21.889.869,00	0,008	0,00	22.546.565,07	22.546.565,07	0,000	0,00	
Despesa Total	20.345.500,00	20.345.500,00	0,007	0,00	20.722.570,00	20.722.570,00	0,007	0,00	21.344.247,11	21.344.247,11	0,000	0,00	
Despesas Primárias (II)	20.175.500,00	20.175.500,00	0,007	0,00	20.547.470,00	20.547.470,00	0,007	0,00	21.163.894,11	21.163.894,11	0,000	0,00	
Resultado Primário (III) = (I-II)	51.800,00	51.800,00	0,000	0,00	1.342.399,00	1.342.399,00	0,000	0,00	1.382.670,96	1.382.670,96	0,000	0,00	
Resultado Nominal	(83.619,90)	(83.619,90)	0,000	0,00	(86.128,50)	(86.128,50)	0,000	0,00	(88.712,36)	(88.712,36)	0,000	0,00	
Dívida Pública Consolidada	946.055,00	946.055,00	0,000	0,00	974.436,65	974.436,65	0,000	0,00	1.003.669,75	1.003.669,75	0,000	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	(2.667.079,21)	(2.667.079,21)	-0,001	0,00	(2.747.091,59)	(2.747.091,59)	-0,001	0,00	(2.829.504,34)	(2.829.504,34)	0,000	0,00	
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU. Emissão: 15/10/2018, às 09:24:07.



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica  
Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
LDO: 2019 códigoPpa: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000	Receitas correntes			14.431.500,00
11000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria		424.000,00	
11100000000000	Impostos	348.500,00		
11200000000000	Taxas	75.500,00		
12000000000000	Contribuições		100.000,00	
12400000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	100.000,00		
13000000000000	Receita patrimonial		118.200,00	
13200000000000	Valores mobiliários	118.200,00		
16000000000000	Receita de serviços		80.000,00	
16900000000000	Outros serviços	80.000,00		
17000000000000	Transferências correntes		13.636.300,00	
17100000000000	Transferências da união e de suas entidades	8.725.200,00		
17200000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	3.786.100,00		
17500000000000	Transferências de outras instituições públicas	1.125.000,00		
19000000000000	Outras receitas correntes		73.000,00	
19200000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	10.000,00		
19900000000000	Demais receitas correntes	63.000,00		
20000000000000	Receitas de capital			7.985.000,00
22000000000000	Alienação de bens		160.000,00	
22100000000000	Alienação de bens móveis	160.000,00		
24000000000000	Transferências de capital		7.825.000,00	
24100000000000	Transferências da união e de suas entidades	4.515.000,00		
24200000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	3.310.000,00		
10000000000000	Receitas correntes			(2.071.000,00)
17000000000000	Transferências correntes		(2.071.000,00)	
17100000000000	Transferências da união e de suas entidades	(1.384.000,00)		
17200000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(687.000,00)		
<b>Total</b>				<b>20.345.500,00</b>



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
**Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica**  
Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			12.174.405,35
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		6.581.998,35	
31710000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	8.755,00		
31900000000000	Aplicações diretas	6.573.243,35		
32000000000000	Juros e encargos da dívida		20.000,00	
32900000000000	Aplicações diretas	20.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes		5.572.407,00	
33200000000000	Transferências a união	170.000,00		
33300000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	50,00		
33500000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	200.480,00		
33710000000000	Transferências a consórcios públicos	6.901,00		
33900000000000	Aplicações diretas	4.860.856,00		
33930000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	334.120,00		
40000000000000	Despesas de capital			8.160.794,65
44000000000000	Investimentos		8.010.794,65	
44300000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	50,00		
44710000000000	Transferências a consórcios públicos	721,00		
44900000000000	Aplicações diretas	8.010.023,65		
46000000000000	Amortização da dívida		150.000,00	
46900000000000	Aplicações diretas	150.000,00		
90000000000000	Reserva de contingência			10.300,00
99000000000000	Reserva de contingência		10.300,00	
99900000000000	Reserva de contingência	10.300,00		
<b>Total</b>				<b>20.345.500,00</b>



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo  
Ano: 2019  
Entidade: 39,83,242,379,380,12367

Pág 1 / 1

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
1	Legislativa	31	Acao Legislativa
4	Administração	122	Administracao Geral
		123	Administração Financeira
6	Segurança Pública	181	Policciamento
		182	Defesa Civil
8	Assistência Social	241	Assistência ao Idoso
		243	Assistência à Criança e ao Adolescente
		244	Assistência Comunitária
10	Saúde	301	Atenção Básica
		304	Vigilância Sanitária
		305	Vigilância Epidemiológica
12	Educação	306	Alimentação e Nutrição
		361	Ensino Fundamental
		365	Educação Infantil
		367	Educacao Especial
13	Cultura	392	Difusão Cultural
15	Urbanismo	451	Infra-Estrutura Urbana
20	Agricultura	606	Extensão Rural
23	Comércio e Serviços	334	Fomento ao Trabalho
		695	Turismo
24	Comunicações	722	Telecomunicações
26	Transporte	782	Transporte Rodoviário
27	Desporto e Lazer	812	Desporto Comunitário
28	Encargos Especiais	122	Administracao Geral
		843	Serviço da Dívida Interna
		845	Outras Transferências
99	Reserva de Contingência	999	Reserva de contingência

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 1 / 4

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

<b>01 - Camara de Vereadores</b>					
<b>001 - Camara de Vereadores</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	632.500,00	632.500,00
01.031	Acao Legislativa	0,00	0,00	632.500,00	632.500,00
01.031.1101	Processo Legislativo	0,00	0,00	632.500,00	632.500,00
01.031.1101.2001	Manutenção Geral da Câmara de Vereadores	0,00	0,00	632.500,00	632.500,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>632.500,00</b>	<b>632.500,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>632.500,00</b>	<b>632.500,00</b>
<b>02 - Depto de Gabinete e Secretaria Geral</b>					
<b>001 - Depto de Gabinete e Secretaria Geral</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	554.460,00	554.460,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	554.460,00	554.460,00
04.122.1201	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0,00	0,00	554.460,00	554.460,00
04.122.1201.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	554.460,00	554.460,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>554.460,00</b>	<b>554.460,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>554.460,00</b>	<b>554.460,00</b>
<b>03 - Depto de Administracao</b>					
<b>001 - Depto de Administracao</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	15.000,00	0,00	1.658.955,00	1.673.955,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.658.955,00	1.658.955,00
04.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	1.658.955,00	1.658.955,00
04.122.1301.2003	Manutenção das Atividades Administrativas	0,00	0,00	1.526.235,00	1.526.235,00
04.122.1301.2030	Manutenção do Conselho Tutelar Municipal	0,00	0,00	132.720,00	132.720,00
04.123	Administração Financeira	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
04.123.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
04.123.1301.0006	Pagamento de Precatórios	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
24	Comunicações	0,00	0,00	41.000,00	41.000,00
24.722	Telecomunicações	0,00	0,00	41.000,00	41.000,00
24.722.1303	COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SINAIS DE TV	0,00	0,00	41.000,00	41.000,00
24.722.1303.2004	Manutenção dos Serviços de Comunicação	0,00	0,00	41.000,00	41.000,00
28	Encargos Especiais	470.000,00	0,00	0,00	470.000,00
28.122	Administracao Geral	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00
28.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00
28.122.1301.0001	Pagamento de Inativos e Pensionistas	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
28.843.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
28.843.1301.0002	Amortização da Dívida e Encargos	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
28.845	Outras Transferências	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
28.845.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
28.845.1301.0003	PASEP	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>485.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.699.955,00</b>	<b>2.184.955,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>485.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.699.955,00</b>	<b>2.184.955,00</b>
<b>03 - Depto de Administracao e Finanças</b>					
<b>001 - Depto de Administracao e Finanças</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	0,00	47.200,00	47.200,00
06.181	Policiamento	0,00	0,00	47.200,00	47.200,00
06.181.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	47.200,00	47.200,00
06.181.1301.2039	Manutenção da Segurança Publica	0,00	0,00	47.200,00	47.200,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>47.200,00</b>	<b>47.200,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>47.200,00</b>	<b>47.200,00</b>
<b>05 - Depto de Educacao</b>					
<b>001 - Depto de Educacao</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação	0,00	1.973.061,65	3.847.956,35	5.821.018,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 2 / 4

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021

<b>05 - Depto de Educacao</b>					
<b>001 - Depto de Educacao</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	114.503,00	114.503,00
12.306.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	0,00	0,00	114.503,00	114.503,00
12.306.1501.2017	Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Fundam	0,00	0,00	56.023,00	56.023,00
12.306.1501.2034	Manutenção da merenda escolar - Infantil	0,00	0,00	58.480,00	58.480,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	1.741.200,00	3.227.758,35	4.968.958,35
12.361.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	0,00	1.741.200,00	3.227.758,35	4.968.958,35
12.361.1501.1001	Construção, Ampliação, Melhoria unidades escolares	0,00	836.200,00	0,00	836.200,00
12.361.1501.1008	Aquis. terreno e Construção espaços esportivos	0,00	905.000,00	0,00	905.000,00
12.361.1501.2010	Manutenção do Ensino Fundamental	0,00	0,00	1.237.258,35	1.237.258,35
12.361.1501.2018	Manutenção do Salário Educação	0,00	0,00	117.500,00	117.500,00
12.361.1501.2019	Transporte Escolar	0,00	0,00	1.852.100,00	1.852.100,00
12.361.1501.2041	APOIO A REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES e EVENTOS E	0,00	0,00	20.900,00	20.900,00
12.365	Educação Infantil	0,00	231.861,65	488.185,00	720.046,65
12.365.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	0,00	231.861,65	488.185,00	720.046,65
12.365.1501.1020	Reforma/ampliação Unid. Educação INFANTIL	0,00	231.861,65	0,00	231.861,65
12.365.1501.2020	Manutenção do Ensino Infantil	0,00	0,00	488.185,00	488.185,00
12.367	Educacao Especial	0,00	0,00	17.510,00	17.510,00
12.367.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	0,00	0,00	17.510,00	17.510,00
12.367.1501.2011	Manutenção do Programa de Educação Especial	0,00	0,00	17.510,00	17.510,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>1.973.061,65</b>	<b>3.847.956,35</b>	<b>5.821.018,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>1.973.061,65</b>	<b>3.847.956,35</b>	<b>5.821.018,00</b>
<b>06 - Depto de Cultura</b>					
<b>001 - Depto de Cultura</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura	0,00	102.000,00	241.950,00	343.950,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	102.000,00	241.950,00	343.950,00
13.392.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA	0,00	102.000,00	241.950,00	343.950,00
13.392.1503.1016	AQUIS TERRENO/CONSTRUÇÃO ARENA MULTIUSO	0,00	102.000,00	0,00	102.000,00
13.392.1503.2013	Apoio e Exploração da Cultura	0,00	0,00	116.350,00	116.350,00
13.392.1503.2033	Realização da Festa do Colono	0,00	0,00	70.600,00	70.600,00
13.392.1503.2036	Manutenção das Atividades do Coral Municipal	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
13.392.1503.2040	APOIO À FEIRAS, FESTIVIDADES, EVENTOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	35.000,00	35.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>102.000,00</b>	<b>241.950,00</b>	<b>343.950,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>102.000,00</b>	<b>241.950,00</b>	<b>343.950,00</b>
<b>07 - Depto de Esportes</b>					
<b>001 - Depto de Esportes</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer	0,00	688.300,00	236.390,00	924.690,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	688.300,00	236.390,00	924.690,00
27.812.1502	ESPORTE E LAZER	0,00	688.300,00	236.390,00	924.690,00
27.812.1502.1010	CONSTRUÇÃO DE AREAS DESTINADAS A PRATICA ES	0,00	688.300,00	0,00	688.300,00
27.812.1502.2012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	0,00	0,00	166.390,00	166.390,00
27.812.1502.2042	APOIO A REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS ESPORTIVO	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
27.812.1502.2043	APOIO A FORMAÇÃO DE ATLETAS	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>688.300,00</b>	<b>236.390,00</b>	<b>924.690,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>688.300,00</b>	<b>236.390,00</b>	<b>924.690,00</b>
<b>08 - Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos</b>					
<b>001 - Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	0,00	15.300,00	15.300,00
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	15.300,00	15.300,00
06.182.1801	ESTRADAS VICINAIS	0,00	0,00	15.300,00	15.300,00
06.182.1801.2032	Manutenção do Órgão de Defesa Civil Municipal	0,00	0,00	15.300,00	15.300,00
15	Urbanismo	0,00	757.060,00	118.560,00	875.620,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	757.060,00	118.560,00	875.620,00
15.451.1701	URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA	0,00	757.060,00	118.560,00	875.620,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 3 / 4

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021

**08 - Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos****001 - Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15.451.1701.1002	Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra Estru	0,00	707.060,00	0,00	707.060,00
15.451.1701.1018	Aqui.Terreno e estruturação Cemitério Municipal	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
15.451.1701.2021	Manutenção da Iluminação Pública	0,00	0,00	103.500,00	103.500,00
15.451.1701.2029	Manutenção da Casa Mortuaria e Cemitério Municipal	0,00	0,00	15.060,00	15.060,00
26	Transporte	0,00	1.025.000,00	1.591.302,80	2.616.302,80
26.782	Transporte Rodoviário	0,00	1.025.000,00	1.591.302,80	2.616.302,80
26.782.1801	ESTRADAS VICINAIS	0,00	1.025.000,00	1.591.302,80	2.616.302,80
26.782.1801.1013	Aquisição de Equipamentos, Máquinas, Veículos , impleme	0,00	655.000,00	0,00	655.000,00
26.782.1801.1019	Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões	0,00	370.000,00	0,00	370.000,00
26.782.1801.2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage	0,00	0,00	1.570.702,80	1.570.702,80
26.782.1801.2031	Manutenção dos Serviços Urbanos	0,00	0,00	20.600,00	20.600,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>1.782.060,00</b>	<b>1.725.162,80</b>	<b>3.507.222,80</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>1.782.060,00</b>	<b>1.725.162,80</b>	<b>3.507.222,80</b>

**09 - Fundo Munic. dos Dir. da Crianca e Adolescente****001 - Fundo Munic. dos Dir. da Crianca e Adolescente**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	0,00	6.695,00	6.695,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	6.695,00	6.695,00
08.243.1603	INFÂNCIA E JUVENTUDE	0,00	0,00	6.695,00	6.695,00
08.243.1603.2024	Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adoles	0,00	0,00	5.665,00	5.665,00
08.243.1603.2027	Manutenção e Execução de Ações de Medidas Socio Ed	0,00	0,00	1.030,00	1.030,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.695,00</b>	<b>6.695,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.695,00</b>	<b>6.695,00</b>

**10 - Fundo Municipal de Saude****001 - Fundo Municipal de Saude**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde	0,00	410.000,00	3.097.055,00	3.507.055,00
10.301	Atenção Básica	0,00	410.000,00	3.053.455,00	3.463.455,00
10.301.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO	0,00	410.000,00	3.053.455,00	3.463.455,00
10.301.1601.1014	Aquisição de Veículos, Equipamentos e mobiliários - Saúde	0,00	410.000,00	0,00	410.000,00
10.301.1601.2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00	2.588.455,00	2.588.455,00
10.301.1601.2025	Saneamento	0,00	0,00	465.000,00	465.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	28.600,00	28.600,00
10.304.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO	0,00	0,00	28.600,00	28.600,00
10.304.1601.2045	Ações em Vigilância Sanitaria	0,00	0,00	28.600,00	28.600,00





## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Pág 4 / 4

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: 39.83.242.379.380.12367  
LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021

<b>10 - Fundo Municipal de Saude</b>					
<b>001 - Fundo Municipal de Saude</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
10.305.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
10.305.1601.2046	Ações de Combate a Endemias	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>410.000,00</b>	<b>3.097.055,00</b>	<b>3.507.055,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>410.000,00</b>	<b>3.097.055,00</b>	<b>3.507.055,00</b>
<b>11 - Fundo Municipal Agropecuario</b>					
<b>001 - Fundo Municipal Agropecuario</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	Agricultura	0,00	286.180,00	608.474,20	894.654,20
20.606	Extensão Rural	0,00	286.180,00	608.474,20	894.654,20
20.606.1401	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	0,00	286.180,00	608.474,20	894.654,20
20.606.1401.1015	Aquisição de Equipamentos, Tratores, Máquinas e Ve	0,00	286.180,00	0,00	286.180,00
20.606.1401.2015	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	0,00	0,00	608.474,20	608.474,20
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>286.180,00</b>	<b>608.474,20</b>	<b>894.654,20</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>286.180,00</b>	<b>608.474,20</b>	<b>894.654,20</b>
<b>12 - Fundo Municipal de Assistencia Social</b>					
<b>001 - Fundo Municipal de Assistencia Social</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	639.300,00	801.500,00	1.440.800,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	639.300,00	801.500,00	1.440.800,00
08.244.1602	SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	639.300,00	775.500,00	1.414.800,00
08.244.1602.1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de	0,00	425.000,00	0,00	425.000,00
08.244.1602.1011	Aquisição de veículos, equipamentos e mobiliários para ges	0,00	214.300,00	0,00	214.300,00
08.244.1602.2006	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Socia	0,00	0,00	345.300,00	345.300,00
08.244.1602.2007	Gestão do CRAS	0,00	0,00	71.600,00	71.600,00
08.244.1602.2023	Manutenção dos Programas do FNAS e FEAS	0,00	0,00	293.730,00	293.730,00
08.244.1602.2026	Proteção Social Especial	0,00	0,00	26.000,00	26.000,00
08.244.1602.2038	REALIZAÇÃO DE EVENTOS, CAMPANHAS, FESTIVIDAD	0,00	0,00	38.870,00	38.870,00
08.244.1603	INFÂNCIA E JUVENTUDE	0,00	0,00	26.000,00	26.000,00
08.244.1603.2005	MANUTENÇÃO PROJETO UBUNTU	0,00	0,00	26.000,00	26.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>639.300,00</b>	<b>801.500,00</b>	<b>1.440.800,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>639.300,00</b>	<b>801.500,00</b>	<b>1.440.800,00</b>
<b>15 - Departamento Municipal de Turismo, Industria e Comercio</b>					
<b>001 - Departamento Municipal de Turismo, Industria e Comercio</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
23	Comércio e Serviços	0,00	205.000,00	265.000,00	470.000,00
23.334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
23.334.1901	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA E COME	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
23.334.1901.2044	Apoio ao crescimento da industria e comercio, geração de t	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
23.695	Turismo	0,00	205.000,00	250.000,00	455.000,00
23.695.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA	0,00	205.000,00	250.000,00	455.000,00
23.695.1503.1007	CONSTRUÇÃO PORTAL	0,00	205.000,00	0,00	205.000,00
23.695.1503.2014	Apoio ao Desenvolvimento do Turismo	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>205.000,00</b>	<b>265.000,00</b>	<b>470.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>205.000,00</b>	<b>265.000,00</b>	<b>470.000,00</b>
<b>99 - Reserva de Contingencia</b>					
<b>099 - Reserva de Contingência</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência	10.300,00	0,00	0,00	10.300,00
99.999	Reserva de contingência	10.300,00	0,00	0,00	10.300,00
99.999.1099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.300,00	0,00	0,00	10.300,00
99.999.1099.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.300,00	0,00	0,00	10.300,00
<b>Total Unidade</b>		<b>10.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.300,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>10.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.300,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>495.300,00</b>	<b>6.085.901,65</b>	<b>13.764.298,35</b>	<b>20.345.500,00</b>



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 3

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	632.500,00	632.500,00
01.031	Acao Legislativa	0,00	0,00	632.500,00	632.500,00
01.031.1101	Processo Legislativo	0,00	0,00	632.500,00	632.500,00
01.031.1101.2001	Manutenção Geral da Câmara de Vereadores	0,00	0,00	632.500,00	632.500,00
04	Administração	15.000,00	0,00	2.213.415,00	2.228.415,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	2.213.415,00	2.213.415,00
04.122.1201	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0,00	0,00	554.460,00	554.460,00
04.122.1201.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	554.460,00	554.460,00
04.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	1.658.955,00	1.658.955,00
04.122.1301.2003	Manutenção das Atividades Administrativas	0,00	0,00	1.526.235,00	1.526.235,00
04.122.1301.2030	Manutenção do Conselho Tutelar Municipal	0,00	0,00	132.720,00	132.720,00
04.123	Administração Financeira	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
04.123.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
04.123.1301.0006	Pagamento de Precatórios	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
06	Segurança Pública	0,00	0,00	62.500,00	62.500,00
06.181	Policimento	0,00	0,00	47.200,00	47.200,00
06.181.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	47.200,00	47.200,00
06.181.1301.2039	Manutenção da Segurança Publica	0,00	0,00	47.200,00	47.200,00
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	15.300,00	15.300,00
06.182.1801	ESTRADAS VICINAIS	0,00	0,00	15.300,00	15.300,00
06.182.1801.2032	Manutenção do Órgão de Defesa Civil Municipal	0,00	0,00	15.300,00	15.300,00
08	Assistência Social	0,00	639.300,00	808.195,00	1.447.495,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	6.695,00	6.695,00
08.243.1603	INFÂNCIA E JUVENTUDE	0,00	0,00	6.695,00	6.695,00
08.243.1603.2024	Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adoles	0,00	0,00	5.665,00	5.665,00
08.243.1603.2027	Manutenção e Execução de Ações de Medidas Socio Ed	0,00	0,00	1.030,00	1.030,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	639.300,00	801.500,00	1.440.800,00
08.244.1602	SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	639.300,00	775.500,00	1.414.800,00
08.244.1602.1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de	0,00	425.000,00	0,00	425.000,00
08.244.1602.1011	Aquisição de veículos, equipamentos e mobiliários para ges	0,00	214.300,00	0,00	214.300,00
08.244.1602.2006	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Socia	0,00	0,00	345.300,00	345.300,00
08.244.1602.2007	Gestão do CRAS	0,00	0,00	71.600,00	71.600,00
08.244.1602.2023	Manutenção dos Programas do FNAS e FEAS	0,00	0,00	293.730,00	293.730,00
08.244.1602.2026	Proteção Social Especial	0,00	0,00	26.000,00	26.000,00
08.244.1602.2038	REALIZAÇÃO DE EVENTOS, CAMPANHAS, FESTIVIDAD	0,00	0,00	38.870,00	38.870,00
08.244.1603	INFÂNCIA E JUVENTUDE	0,00	0,00	26.000,00	26.000,00
08.244.1603.2005	MANUTENÇÃO PROJETO UBUNTU	0,00	0,00	26.000,00	26.000,00
10	Saúde	0,00	410.000,00	3.097.055,00	3.507.055,00
10.301	Atenção Básica	0,00	410.000,00	3.053.455,00	3.463.455,00
10.301.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO	0,00	410.000,00	3.053.455,00	3.463.455,00
10.301.1601.1014	Aquisição de Veículos, Equipamentos e mobiliários - Saúde	0,00	410.000,00	0,00	410.000,00
10.301.1601.2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00	2.588.455,00	2.588.455,00
10.301.1601.2025	Saneamento	0,00	0,00	465.000,00	465.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	28.600,00	28.600,00
10.304.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO	0,00	0,00	28.600,00	28.600,00
10.304.1601.2045	Ações em Vigilancia Sanitaria	0,00	0,00	28.600,00	28.600,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
10.305.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
10.305.1601.2046	Ações de Combate a Endemias	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
12	Educação	0,00	1.973.061,65	3.847.956,35	5.821.018,00
12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	114.503,00	114.503,00
12.306.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	0,00	0,00	114.503,00	114.503,00
12.306.1501.2017	Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Fundam	0,00	0,00	56.023,00	56.023,00
12.306.1501.2034	Manutenção da merenda escolar - Infantil	0,00	0,00	58.480,00	58.480,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	1.741.200,00	3.227.758,35	4.968.958,35
12.361.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	0,00	1.741.200,00	3.227.758,35	4.968.958,35
12.361.1501.1001	Construção, Ampliação, Melhorias unidades escolares	0,00	836.200,00	0,00	836.200,00
12.361.1501.1008	Aquis. terreno e Construção espaços esportivos	0,00	905.000,00	0,00	905.000,00
12.361.1501.2010	Manutenção do Ensino Fundamental	0,00	0,00	1.237.258,35	1.237.258,35

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL681101-023-LCONHJ-277295814 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:36



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021

Pág 2 / 3

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12.361.1501.2018	Manutenção do Salário Educação	0,00	0,00	117.500,00	117.500,00
12.361.1501.2019	Transporte Escolar	0,00	0,00	1.852.100,00	1.852.100,00
12.361.1501.2041	APOIO A REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES e EVENTOS E	0,00	0,00	20.900,00	20.900,00
12.365	Educação Infantil	0,00	231.861,65	488.185,00	720.046,65
12.365.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	0,00	231.861,65	488.185,00	720.046,65
12.365.1501.1020	Reforma/ampliação Unid. Educação INFANTIL	0,00	231.861,65	0,00	231.861,65
12.365.1501.2020	Manutenção do Ensino Infantil	0,00	0,00	488.185,00	488.185,00
12.367	Educacao Especial	0,00	0,00	17.510,00	17.510,00
12.367.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	0,00	0,00	17.510,00	17.510,00
12.367.1501.2011	Manutenção do Programa de Educação Especial	0,00	0,00	17.510,00	17.510,00
13	Cultura	0,00	102.000,00	241.950,00	343.950,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	102.000,00	241.950,00	343.950,00
13.392.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA	0,00	102.000,00	241.950,00	343.950,00
13.392.1503.1016	AQUIS TERRENO/CONSTRUÇÃO ARENA MULTIUSO	0,00	102.000,00	0,00	102.000,00
13.392.1503.2013	Apoio e Exploração da Cultura	0,00	0,00	116.350,00	116.350,00
13.392.1503.2033	Realização da Festa do Colono	0,00	0,00	70.600,00	70.600,00
13.392.1503.2036	Manutenção das Atividades do Coral Municipal	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
13.392.1503.2040	APOIO À FEIRAS, FESTIVIDADES, EVENTOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	35.000,00	35.000,00
15	Urbanismo	0,00	757.060,00	118.560,00	875.620,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	757.060,00	118.560,00	875.620,00
15.451.1701	URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA	0,00	757.060,00	118.560,00	875.620,00
15.451.1701.1002	Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra Estru	0,00	707.060,00	0,00	707.060,00
15.451.1701.1018	Aqui. Terreno e estruturação Cemitério Municipal	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
15.451.1701.2021	Manutenção da Iluminação Pública	0,00	0,00	103.500,00	103.500,00
15.451.1701.2029	Manutenção da Casa Mortuaria e Cemitério Municipal	0,00	0,00	15.060,00	15.060,00
20	Agricultura	0,00	286.180,00	608.474,20	894.654,20
20.606	Extensão Rural	0,00	286.180,00	608.474,20	894.654,20
20.606.1401	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	0,00	286.180,00	608.474,20	894.654,20
20.606.1401.1015	Aquisição de Equipamentos, Tratores, Máquinas e Ve	0,00	286.180,00	0,00	286.180,00
20.606.1401.2015	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	0,00	0,00	608.474,20	608.474,20
23	Comércio e Serviços	0,00	205.000,00	265.000,00	470.000,00
23.334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
23.334.1901	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA E COME	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
23.334.1901.2044	Apoio ao crescimento da indústria e comercio, geração de t	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
23.695	Turismo	0,00	205.000,00	250.000,00	455.000,00
23.695.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA	0,00	205.000,00	250.000,00	455.000,00
23.695.1503.1007	CONSTRUÇÃO PORTAL	0,00	205.000,00	0,00	205.000,00
23.695.1503.2014	Apoio ao Desenvolvimento do Turismo	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
24	Comunicações	0,00	0,00	41.000,00	41.000,00
24.722	Telecomunicações	0,00	0,00	41.000,00	41.000,00
24.722.1303	COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SINAIS DE TV	0,00	0,00	41.000,00	41.000,00
24.722.1303.2004	Manutenção dos Serviços de Comunicação	0,00	0,00	41.000,00	41.000,00
26	Transporte	0,00	1.025.000,00	1.591.302,80	2.616.302,80
26.782	Transporte Rodoviário	0,00	1.025.000,00	1.591.302,80	2.616.302,80
26.782.1801	ESTRADAS VICINAIS	0,00	1.025.000,00	1.591.302,80	2.616.302,80
26.782.1801.1013	Aquisição de Equipamentos, Máquinas, Veículos , impleme	0,00	655.000,00	0,00	655.000,00
26.782.1801.1019	Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões	0,00	370.000,00	0,00	370.000,00
26.782.1801.2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage	0,00	0,00	1.570.702,80	1.570.702,80
26.782.1801.2031	Manutenção dos Serviços Urbanos	0,00	0,00	20.600,00	20.600,00
27	Desporto e Lazer	0,00	688.300,00	236.390,00	924.690,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	688.300,00	236.390,00	924.690,00
27.812.1502	ESPORTE E LAZER	0,00	688.300,00	236.390,00	924.690,00
27.812.1502.1010	CONSTRUÇÃO DE AREAS DESTINADAS A PRATICA ES	0,00	688.300,00	0,00	688.300,00
27.812.1502.2012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	0,00	0,00	166.390,00	166.390,00
27.812.1502.2042	APOIO A REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS ESPORTIVO	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
27.812.1502.2043	APOIO A FORMAÇÃO DE ATLETAS	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
28	Encargos Especiais	470.000,00	0,00	0,00	470.000,00
28.122	Administracao Geral	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00
28.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021

Pág 3 / 3

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
28.122.1301.0001	Pagamento de Inativos e Pensionistas	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
28.843.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
28.843.1301.0002	Amortização da Dívida e Encargos	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
28.845	Outras Transferências	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
28.845.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
28.845.1301.0003	PASEP	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
99	Reserva de Contingência	10.300,00	0,00	0,00	10.300,00
99.999	Reserva de contingência	10.300,00	0,00	0,00	10.300,00
99.999.1099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.300,00	0,00	0,00	10.300,00
99.999.1099.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.300,00	0,00	0,00	10.300,00
Total Geral		495.300,00	6.085.901,65	13.764.298,35	20.345.500,00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa  
Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 2

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	632.500,00	0,00	632.500,00
01.031	Acao Legislativa	632.500,00	0,00	632.500,00
01.031.1101	Processo Legislativo	632.500,00	0,00	632.500,00
04	Administração	2.208.415,00	20.000,00	2.228.415,00
04.122	Administracao Geral	2.193.415,00	20.000,00	2.213.415,00
04.122.1201	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	534.460,00	20.000,00	554.460,00
04.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.658.955,00	0,00	1.658.955,00
04.123	Administração Financeira	15.000,00	0,00	15.000,00
04.123.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	15.000,00	0,00	15.000,00
06	Segurança Pública	53.400,00	9.100,00	62.500,00
06.181	Policiamento	38.100,00	9.100,00	47.200,00
06.181.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	38.100,00	9.100,00	47.200,00
06.182	Defesa Civil	15.300,00	0,00	15.300,00
06.182.1801	ESTRADAS VICINAIS	15.300,00	0,00	15.300,00
08	Assistência Social	550.095,00	897.400,00	1.447.495,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	6.695,00	0,00	6.695,00
08.243.1603	INFÂNCIA E JUVENTUDE	6.695,00	0,00	6.695,00
08.244	Assistência Comunitária	543.400,00	897.400,00	1.440.800,00
08.244.1602	SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	517.400,00	897.400,00	1.414.800,00
08.244.1603	INFÂNCIA E JUVENTUDE	26.000,00	0,00	26.000,00
10	Saúde	0,00	3.507.055,00	3.507.055,00
10.301	Atenção Básica	0,00	3.463.455,00	3.463.455,00
10.301.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO	0,00	3.463.455,00	3.463.455,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	28.600,00	28.600,00
10.304.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO	0,00	28.600,00	28.600,00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa  
Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021

Pág 2 / 2

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	0,00	3.507.055,00	3.507.055,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	15.000,00	15.000,00
10.305.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO	0,00	15.000,00	15.000,00
12	Educação	100.013,00	5.721.005,00	5.821.018,00
12.306	Alimentação e Nutrição	82.503,00	32.000,00	114.503,00
12.306.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	82.503,00	32.000,00	114.503,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	4.968.958,35	4.968.958,35
12.361.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	0,00	4.968.958,35	4.968.958,35
12.365	Educação Infantil	0,00	720.046,65	720.046,65
12.365.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	0,00	720.046,65	720.046,65
12.367	Educacao Especial	17.510,00	0,00	17.510,00
12.367.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	17.510,00	0,00	17.510,00
13	Cultura	193.950,00	150.000,00	343.950,00
13.392	Difusão Cultural	193.950,00	150.000,00	343.950,00
13.392.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA	193.950,00	150.000,00	343.950,00
15	Urbanismo	72.120,00	803.500,00	875.620,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	72.120,00	803.500,00	875.620,00
15.451.1701	URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA	72.120,00	803.500,00	875.620,00
20	Agricultura	614.654,20	280.000,00	894.654,20
20.606	Extensão Rural	614.654,20	280.000,00	894.654,20
20.606.1401	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	614.654,20	280.000,00	894.654,20
23	Comércio e Serviços	120.000,00	350.000,00	470.000,00
23.334	Fomento ao Trabalho	15.000,00	0,00	15.000,00
23.334.1901	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA E COMERCIO	15.000,00	0,00	15.000,00
23.695	Turismo	105.000,00	350.000,00	455.000,00
23.695.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA	105.000,00	350.000,00	455.000,00
24	Comunicações	41.000,00	0,00	41.000,00
24.722	Telecomunicações	41.000,00	0,00	41.000,00
24.722.1303	COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SINAIS DE TV	41.000,00	0,00	41.000,00
26	Transporte	1.491.502,80	1.124.800,00	2.616.302,80
26.782	Transporte Rodoviário	1.491.502,80	1.124.800,00	2.616.302,80
26.782.1801	ESTRADAS VICINAIS	1.491.502,80	1.124.800,00	2.616.302,80
27	Desporto e Lazer	254.690,00	670.000,00	924.690,00
27.812	Desporto Comunitário	254.690,00	670.000,00	924.690,00
27.812.1502	ESPORTE E LAZER	254.690,00	670.000,00	924.690,00
28	Encargos Especiais	470.000,00	0,00	470.000,00
28.122	Administracao Geral	130.000,00	0,00	130.000,00
28.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	130.000,00	0,00	130.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	170.000,00	0,00	170.000,00
28.843.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	170.000,00	0,00	170.000,00
28.845	Outras Transferências	170.000,00	0,00	170.000,00
28.845.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	170.000,00	0,00	170.000,00
99	Reserva de Contingência	10.300,00	0,00	10.300,00
99.999	Reserva de contingência	10.300,00	0,00	10.300,00
99.999.1099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.300,00	0,00	10.300,00
<b>Total Geral</b>		<b>6.812.640,00</b>	<b>13.532.860,00</b>	<b>20.345.500,00</b>

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: 39.83.242.379.380.12367  
LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Legislativa	Administração	Segurança Pública	Assistência Social	Saúde	Educação
01 - Camara de Vereadores	632.500,00					
02 - Depto de Gabinete e Secretaria Geral		554.460,00				
03 - Depto de Administracao		1.673.955,00	47.200,00			
05 - Depto de Educacao						5.821.018,00
06 - Depto de Cultura						
07 - Depto de Esportes						
08 - Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos			15.300,00			
09 - Fundo Munic. dos Dir. da Crianca e Adolescente				6.695,00		
10 - Fundo Municipal de Saude					3.507.055,00	
11 - Fundo Municipal Agropecuario						
12 - Fundo Municipal de Assistencia Social				1.440.800,00		
15 - Departamento Municipal de Turismo, Industria e Comercio						
99 - Reserva de Contingencia						
<b>Total</b>	<b>632.500,00</b>	<b>2.228.415,00</b>	<b>62.500,00</b>	<b>1.447.495,00</b>	<b>3.507.055,00</b>	<b>5.821.018,00</b>



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento

Anexo IX - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 39.83.242.379.380.12367

LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021



Órgão	Cultura	Urbanismo	Agricultura	Comércio e Serviços	Comunicações	Transporte
01 - Câmara de Vereadores						
02 - Depto de Gabinete e Secretaria Geral						
03 - Depto de Administração					41.000,00	
05 - Depto de Educação						
06 - Depto de Cultura	343.950,00					
07 - Depto de Esportes						
08 - Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos		875.620,00				2.616.302,80
09 - Fundo Munic. dos Dir. da Criança e Adolescente						
10 - Fundo Municipal de Saúde						
11 - Fundo Municipal Agropecuario			894.654,20			
12 - Fundo Municipal de Assistencia Social						
15 - Departamento Municipal de Turismo, Industria e Comercio				470.000,00		
99 - Reserva de Contingencia						
<b>Total</b>	<b>343.950,00</b>	<b>875.620,00</b>	<b>894.654,20</b>	<b>470.000,00</b>	<b>41.000,00</b>	<b>2.616.302,80</b>

**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: 39.83.242.379.380.12367  
LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021



Órgão	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	Total
01 - Camara de Vereadores				632.500,00
02 - Depto de Gabinete e Secretaria Geral				554.460,00
03 - Depto de Administracao		470.000,00		2.232.155,00
05 - Depto de Educacao				5.821.018,00
06 - Depto de Cultura				343.950,00
07 - Depto de Esportes	924.690,00			924.690,00
08 - Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos				3.507.222,80
09 - Fundo Munic. dos Dir. da Crianca e Adolescente				6.695,00
10 - Fundo Municipal de Saude				3.507.055,00
11 - Fundo Municipal Agropecuario				894.654,20
12 - Fundo Municipal de Assistencia Social				1.440.800,00
15 - Departamento Municipal de Turismo, Industria e Comercio				470.000,00
99 - Reserva de Contingencia			10.300,00	10.300,00
<b>Total</b>	<b>924.690,00</b>	<b>470.000,00</b>	<b>10.300,00</b>	<b>20.345.500,00</b>

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2015	2016	2017	2018	2019
4100000000000000	Receitas correntes	11.554.843,53	13.130.666,58	13.361.484,17	13.394.800,00	14.431.500,00
4110000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	398.784,91	366.145,43	385.998,67	403.500,00	424.000,00
4111000000000000	Impostos	348.468,02	310.532,66	321.256,76	348.500,00	348.500,00
4111300000000000	Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza	118.347,82	109.092,12	126.290,47	122.000,00	122.000,00
4111302000000000	Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ - líquida de incentivos	118.138,41	108.927,34	124.588,33	0,00	0,00
4111302100000000	Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ - líquida de incentivos	118.138,41	108.927,34	124.588,33	0,00	0,00
4111302110000000	Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ - líquida de incentivos - principal	118.138,41	108.927,34	124.588,33	0,00	0,00
4111303000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte	209,41	164,78	1.702,14	122.000,00	122.000,00
4111303100000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho	0,00	0,00	0,00	122.000,00	122.000,00
4111303110000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal	0,00	0,00	0,00	122.000,00	122.000,00
4111303400000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos	209,41	164,78	1.702,14	0,00	0,00
4111303410000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	209,41	164,78	1.702,14	0,00	0,00
4111800000000000	Impostos específicos de estados/df/municípios	229.330,60	201.440,54	194.966,29	226.500,00	226.500,00
4111801000000000	Impostos sobre o patrimônio para estados/df/municípios	119.300,30	119.267,65	114.936,49	134.500,00	134.500,00
4111801100000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	59.785,48	72.801,38	91.215,60	89.000,00	89.000,00
4111801110000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	58.843,09	70.825,72	90.242,45	80.000,00	80.000,00
4111801120000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	195,08	208,18	407,05	500,00	500,00
4111801130000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	0,00	0,00	0,00	6.500,00	6.500,00
4111801140000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	747,31	1.767,48	566,10	2.000,00	2.000,00
4111801200000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	8.528,94	5.643,20	2.260,28	0,00	0,00
4111801230000000	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores	8.528,94	5.643,20	2.260,28	0,00	0,00
4111801400000000	Imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	50.985,88	40.823,07	21.460,61	45.500,00	45.500,00
4111801410000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	50.985,88	40.823,07	21.460,61	45.500,00	45.500,00
4111802000000000	Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços	110.030,30	82.172,89	80.029,80	92.000,00	92.000,00
4111802300000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza	110.030,30	82.172,89	80.029,80	92.000,00	92.000,00
4111802310000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	107.168,10	80.513,10	79.466,11	90.000,00	90.000,00
4111802320000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	65,74	352,89	563,69	500,00	500,00
4111802330000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa	2.746,90	1.237,61	0,00	1.500,00	1.500,00
4111802340000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - multas e juros	49,56	69,29	0,00	0,00	0,00
4111900000000000	Outros impostos	789,60	0,00	0,00	0,00	0,00
4111901000000000	Outros impostos	789,60	0,00	0,00	0,00	0,00
4111901100000000	Outros impostos	789,60	0,00	0,00	0,00	0,00
4111901140000000	Outros impostos - dívida ativa - multas e juros	789,60	0,00	0,00	0,00	0,00
4112000000000000	Taxas	50.316,89	55.612,77	64.741,91	55.000,00	75.500,00
4112100000000000	Taxas pelo exercício do poder de polícia	45.706,57	50.516,43	62.900,39	12.000,00	18.500,00
4112100000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização	45.706,57	50.516,43	62.900,39	12.000,00	18.500,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2015	2016	2017	2018	2019
411210110000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização	45.706,57	50.516,43	62.900,39	12.000,00	18.500,00
411210111000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	45.706,57	50.516,43	62.774,90	12.000,00	15.000,00
411210111010000	Taxa de Licença Func. de Estab, Comerciais, Industriais e Prest.Serviços - TLL (principal)	0,00	0,00	0,00	12.000,00	15.000,00
411210112000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
411210112010000	Taxa de Licença Func. de Estab, Comerciais, Industriais e Prest.Serviços - TLL (multas e juros)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
411210113000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	0,00	0,00	91,03	0,00	2.000,00
411210113010000	Taxa de Licença Func. de Estab, Comerciais, Industriais e Prest.Serviços - TLL (dívida ativa)	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
411210114000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa - multas e juros	0,00	0,00	34,46	0,00	500,00
411210114010000	Taxa de Licença Func. de Estab, Comerciais, Industriais e Prest.Serviços - TLL - dívida ativa [(multas e juros)	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
411220000000000	Taxas pela prestação de serviços	4.610,32	5.096,34	1.841,52	43.000,00	48.000,00
411220100000000	Taxas pela prestação de serviços	4.610,32	5.096,34	1.841,52	43.000,00	48.000,00
411220110000000	Taxas pela prestação de serviços - principal	4.610,32	5.096,34	1.841,52	43.000,00	48.000,00
411220111010000	Taxa de coleta de lixo (principal)	0,00	0,00	0,00	37.000,00	41.000,00
411220111020000	Taxas de Expediente (principal)	0,00	0,00	0,00	10.000,00	23.000,00
411220111030000	Taxa de bombeiros (principal)	0,00	0,00	0,00	27.000,00	3.000,00
411220112000000	Taxas pela prestação de serviços - multas e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
411220112010000	Taxa pela coleta lixo [(multas e juros)	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
411220112020000	Taxa de Expediente (multas e juros)	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
411220112030000	Taxa de bombeiros (multas e juros)	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
411220113000000	Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa	4.610,32	5.096,34	1.841,52	6.000,00	4.000,00
411220113010000	Taxa pela coleta de lixo (dívida ativa)	4.610,32	5.096,34	1.841,52	6.000,00	2.000,00
411220113020000	Taxa de expediente (dívida ativa)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
411220113030000	Taxa de bombeiros (dívida ativa)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
411220114000000	Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa - multas e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
411220114010000	Taxa pela coleta de lixo - dívida ativa (multas e juros)	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
411220114020000	Taxa de expediente - dívida ativa [(multas e juros)	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
411220114030000	taxa de bombeiros - dívida ativa (multas e juros)	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
411280000000000	Taxas - específicas de estados, df e municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
411280100000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
411280190000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
411280191000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras - principal	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
411280191010000	taxa alvará sanitário (principal)	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
411280192000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras - multas e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
411280192010000	Taxa Alvará Sanitário- multas e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJUDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2015	2016	2017	2018	2019
411280193000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras- dívida ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
411280193010000	Taxa de alvará sanitário- dívida ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
411280194000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras - dívida ativa - multas e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
411280194010000	Taxa de alvará sanitário (multas e juros)	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
412000000000000	Contribuições	86.223,58	87.817,59	93.341,73	100.000,00	100.000,00
412400000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	86.223,58	87.817,59	93.341,73	100.000,00	100.000,00
412400010000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	86.223,58	87.817,59	93.341,73	100.000,00	100.000,00
413000000000000	Receita patrimonial	57.888,78	73.869,92	82.717,59	87.700,00	118.200,00
413200000000000	Valores mobiliários	57.888,78	73.869,92	82.717,59	87.700,00	118.200,00
413210000000000	Juros e correções monetárias	57.888,78	73.869,92	82.717,59	87.700,00	118.200,00
413210010000000	Remuneração de depósitos bancários	57.888,78	73.869,92	82.717,59	87.700,00	118.200,00
413210011000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	57.888,78	73.869,92	82.717,59	87.700,00	118.200,00
413210011010000	Remuneração de depósitos bancários VINCULADOS	35.721,38	40.080,49	28.482,98	17.700,00	47.700,00
413210011010100	Remuneração de depósitos bancários VINCULADOS - Prefeitura	19.214,71	24.308,41	13.009,35	5.100,00	5.100,00
413210011010200	Remuneração de depósitos bancários VINCULADOS - Educação	4.701,86	5.050,96	4.650,06	5.000,00	35.000,00
413210011010300	Remuneração de depósitos bancários VINCULADOS - Saúde	8.601,27	7.598,02	8.055,25	7.600,00	7.600,00
413210011010400	Remuneração de depósitos bancários VINCULADOS - Assistência Social	3.203,54	3.123,10	2.768,32	0,00	0,00
413210011020000	Remuneração de depósitos bancários NÃO VINCULADOS	22.167,40	33.789,43	54.234,61	70.000,00	70.500,00
416000000000000	Receita de serviços	62.671,56	70.115,96	77.639,62	0,00	80.000,00
416000000000000	Outros serviços	62.671,56	70.115,96	77.639,62	0,00	80.000,00
416009900000000	Outros serviços	62.671,56	70.115,96	77.639,62	0,00	80.000,00
416009910000000	Outros serviços - principal	62.671,56	70.115,96	77.639,62	0,00	80.000,00
416009911000000	serviços preparação de terras (principal)	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
417000000000000	Transferências correntes	10.916.004,19	12.446.359,74	12.665.516,93	12.738.600,00	13.636.300,00
417100000000000	Transferências da união e de suas entidades	7.019.002,79	8.121.467,16	8.021.667,06	7.851.500,00	8.725.200,00
417180000000000	Transferências da união - específica e/m	7.019.002,79	8.121.467,16	8.021.667,06	7.851.500,00	8.725.200,00
417180100000000	Participação na receita da união	6.227.953,26	7.225.170,03	6.969.158,40	7.608.000,00	7.836.000,00
417180120000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	5.891.264,88	6.721.900,15	6.383.984,47	6.900.000,00	7.107.000,00
417180121000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	5.891.264,88	6.721.900,15	6.383.984,47	6.900.000,00	7.107.000,00
417180130000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro	328.054,16	496.066,85	283.778,41	400.000,00	412.000,00
417180131000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro - principal	328.054,16	496.066,85	283.778,41	400.000,00	412.000,00
417180140000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho	0,00	0,00	292.783,86	300.000,00	309.000,00
417180141000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho - principal	0,00	0,00	292.783,86	300.000,00	309.000,00
417180150000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	7.517,04	7.203,03	8.611,66	8.000,00	8.000,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJUDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO; 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2015	2016	2017	2018	2019
417180151000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	7.517,04	7.203,03	8.611,66	8.000,00	8.000,00
417180170000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	1.117,18	0,00	0,00	0,00	0,00
417180171000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	1.117,18	0,00	0,00	0,00	0,00
417180200000000	Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais	66.056,58	56.553,55	74.148,89	60.000,00	61.800,00
417180260000000	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep	66.056,58	56.553,55	74.148,89	60.000,00	61.800,00
417180261000000	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep - principal	66.056,58	56.553,55	74.148,89	60.000,00	61.800,00
417180300000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	436.059,78	456.551,66	631.623,46	0,00	494.500,00
417180310000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	436.059,78	456.551,66	631.623,46	0,00	395.500,00
417180320000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
417180330000000	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00
417180340000000	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
417180390000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
417180400000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	126.343,36	205.235,83	168.910,00	0,00	0,00
417180410000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	126.343,36	205.235,83	168.910,00	0,00	0,00
417180500000000	Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	142.319,50	153.039,23	158.359,68	171.500,00	171.500,00
417180510000000	Transferências do salário-educação	87.155,35	105.354,87	110.508,40	116.500,00	116.500,00
417180511000000	Transferências do salário-educação - principal	87.155,35	105.354,87	110.508,40	116.500,00	116.500,00
417180520000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa dinheiro direto na escola - pdde	7.750,00	1.620,00	720,00	3.000,00	3.000,00
417180521000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa dinheiro direto na escola - pdde - principal	7.750,00	1.620,00	720,00	3.000,00	3.000,00
417180530000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae	20.260,00	28.840,00	30.164,00	32.000,00	32.000,00
417180531000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal	20.260,00	28.840,00	30.164,00	32.000,00	32.000,00
417180531010000	Transferência Merenda Escolar - PNAE - Pré-Escolar	4.500,00	7.700,00	8.098,00	8.500,00	8.500,00
417180531020000	Transferência Merenda Escolar - PNAE - Creche	6.400,00	11.600,00	11.770,00	12.900,00	12.900,00
417180531030000	Transferência Merenda Escolar - PNAE - Fundamental	9.360,00	9.540,00	10.296,00	10.600,00	10.600,00
417180540000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate	19.923,66	17.224,36	16.967,28	20.000,00	20.000,00
417180541000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate - principal	19.923,66	17.224,36	16.967,28	20.000,00	20.000,00
417180590000000	Outras transferências diretas do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	7.230,49	0,00	0,00	0,00	0,00
417180591000000	Outras transferências diretas do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde - principal	7.230,49	0,00	0,00	0,00	0,00
417180600000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	11.384,39	10.506,76	11.221,08	12.000,00	12.000,00
417180610000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	11.384,39	10.506,76	11.221,08	12.000,00	12.000,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO; 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2015	2016	2017	2018	2019
417180611000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	11.384,39	10.506,76	11.221,08	12.000,00	12.000,00
417181000000000	Transferências de convênios da união e de suas entidades	0,00	2.125,28	659,92	0,00	0,00
417181020000000	Transferências de convênios da união destinadas a programas de educação	0,00	2.125,28	659,92	0,00	0,00
417181021000000	Transferências de convênios da união destinadas a programas de educação - principal	0,00	2.125,28	659,92	0,00	0,00
417181200000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	0,00	0,00	0,00	0,00	149.400,00
417181210000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	0,00	0,00	0,00	0,00	149.400,00
417181211000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas - principal	0,00	0,00	0,00	0,00	149.400,00
417189900000000	Outras transferências da união	8.885,92	12.284,82	7.585,63	0,00	0,00
417189910000000	Outras transferências da união	8.885,92	12.284,82	7.585,63	0,00	0,00
417189911000000	Outras transferências da união - principal	8.885,92	12.284,82	7.585,63	0,00	0,00
417200000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	3.139.853,83	3.316.092,21	3.618.070,33	3.762.100,00	3.786.100,00
417280000000000	Transferências dos estados - especifica e/m	3.139.853,83	3.316.092,21	3.618.070,33	3.762.100,00	3.786.100,00
417280100000000	Participação na receita dos estados	2.935.408,02	3.092.155,12	3.415.431,11	3.448.000,00	3.448.000,00
417280110000000	Cota-parte do ICMS	2.720.659,92	2.874.473,83	3.176.128,06	3.200.000,00	3.200.000,00
417280111000000	Cota-parte do ICMS - principal	2.720.659,92	2.874.473,83	3.176.128,06	3.200.000,00	3.200.000,00
417280120000000	Cota-parte do IPVA	169.433,98	164.998,87	178.480,13	185.000,00	185.000,00
417280121000000	Cota-parte do IPVA - principal	169.433,98	164.998,87	178.480,13	185.000,00	185.000,00
417280130000000	Cota-parte do IPI - municípios	42.205,05	41.083,82	44.482,27	50.000,00	50.000,00
417280131000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	42.205,05	41.083,82	44.482,27	50.000,00	50.000,00
417280140000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	3.109,07	11.598,60	16.340,65	13.000,00	13.000,00
417280141000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	3.109,07	11.598,60	16.340,65	13.000,00	13.000,00
417280300000000	Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo	66.383,81	67.851,00	42.772,00	102.600,00	102.600,00
417280310000000	Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo - principal	66.383,81	67.851,00	42.772,00	102.600,00	102.600,00
417280311000000	Transferências Estado Saúde - Farmácia Básica Estadual	6.751,66	12.201,00	6.972,00	10.000,00	10.000,00
417280311020000	Transferências Estado Saúde - Cofinanciamento	29.700,00	31.650,00	19.800,00	35.000,00	35.000,00
417280311030000	Transferências Estado Saúde - NASF Estadual	28.007,51	24.000,00	16.000,00	26.000,00	26.000,00
417280311040000	Atenção de Média e Alta Complexidade do Estado	1.734,30	0,00	0,00	31.600,00	31.600,00
417280311050000	TRANSFERENCIA DIABETES	190,34	0,00	0,00	0,00	0,00
417281000000000	Transferência de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	3.687,66	7.679,29	33.339,68	211.500,00	235.500,00
417281020000000	Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação	0,00	0,00	0,00	96.000,00	120.000,00
417281021000000	Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação - principal	0,00	0,00	0,00	96.000,00	120.000,00
417281021010000	Transferência Transporte Escolar do Estado	0,00	0,00	0,00	96.000,00	120.000,00
417281090000000	Outras transferências de convênio dos estados	3.687,66	7.679,29	33.339,68	115.500,00	115.500,00
417281091000000	Outras transferências de convênio dos estados - principal	3.687,66	7.679,29	33.339,68	115.500,00	115.500,00
417281091010000	Transferências Estado - SSP - Militar e Civil	3.687,66	7.679,29	13.939,68	7.500,00	7.500,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJUDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38





**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 6 / 16

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2015	2016	2017	2018	2019
417281091020000	Transferências do Estado Assistência Social	0,00	0,00	19.400,00	108.000,00	108.000,00
417289901000000	Outras transferências dos estados	134.374,34	148.406,80	126.527,54	0,00	0,00
417289911000000	Outras transferências dos estados - principal	134.374,34	148.406,80	126.527,54	0,00	0,00
417289911000000	Outras transferências dos estados - principal	134.374,34	148.406,80	126.527,54	0,00	0,00
417500000000000	Transferências de outras instituições públicas	757.147,57	1.008.800,37	1.025.779,54	1.125.000,00	1.125.000,00
417580000000000	Transferências de outras instituições públicas - específica e/m	757.147,57	1.008.800,37	1.025.779,54	1.125.000,00	1.125.000,00
417580100000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	757.147,57	1.008.800,37	1.025.779,54	1.125.000,00	1.125.000,00
417580110000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	757.147,57	1.008.800,37	1.025.779,54	1.125.000,00	1.125.000,00
417580111000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	757.147,57	1.008.800,37	1.025.779,54	1.125.000,00	1.125.000,00
419000000000000	Outras receitas correntes	33.270,51	86.357,94	56.269,63	65.000,00	73.000,00
419200000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	9.113,89	30.403,01	930,99	2.000,00	10.000,00
419220000000000	Restituições	9.113,89	1.457,67	930,99	2.000,00	0,00
419229900000000	Outras restituições	9.113,89	1.457,67	930,99	2.000,00	0,00
419229910000000	Outras restituições	9.113,89	1.457,67	930,99	2.000,00	0,00
419229911000000	Outras restituições - principal	9.113,89	1.457,67	930,99	2.000,00	0,00
419280000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos - específicas para estados/df/municipios	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
419280100000000	Indenizações - específicas para estados/df/municipios	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
419280110000000	Indenizações - específicas para estados/df/municipios	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
419280111000000	Indenizações - específicas para estados/df/municipios - principal	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
419280200000000	Restituições - específicas para estados/df/municipios	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
419280290000000	Outras restituições - específicas para estados/df/municipios - não especificadas anteriormente	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
419280291000000	Outras restituições - específicas para estados/df/municipios - não especificadas anteriormente	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
419900000000000	Demais receitas correntes	24.156,62	55.954,93	55.338,64	63.000,00	63.000,00
419909900000000	Outras receitas	24.156,62	55.954,93	55.338,64	63.000,00	63.000,00
419909910000000	Outras receitas - primárias	594,21	55.954,93	55.338,64	63.000,00	63.000,00
419909911000000	Outras receitas - primárias - principal	0,00	53.246,29	54.413,63	60.000,00	60.000,00
419909912000000	Outras receitas - primárias - multas e juros	594,21	218,83	334,62	0,00	0,00
419909914000000	Outras receitas - primárias - dívida ativa - multas e juros	0,00	2.489,81	590,39	3.000,00	3.000,00
419909914010000	Multas e Juros de Mora	0,00	2.489,81	586,41	0,00	0,00
419909914010100	Multas e Juros de Mora de Taxas	0,00	2.489,81	586,41	0,00	0,00
419909914020000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Taxas em Geral pelo Exercício de Poder de	0,00	0,00	3,98	3.000,00	3.000,00
420000000000000	Polícia	1.087.490,65	133.891,74	409.210,58	8.577.600,00	7.985.000,00
421000000000000	Receitas de capital	494.250,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
421000000000000	Operações de crédito	494.250,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2015	2016	2017	2018	2019
4211000000000000	Operações de crédito - mercado interno	494.250,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
4211900000000000	Outras operações de crédito - mercado interno	494.250,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
4211900100000000	Outras operações de crédito - mercado interno - principal	494.250,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
4211900110000000	Outras operações de crédito - mercado interno - principal	494.250,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
4220000000000000	Alienação de bens	30.000,00	0,00	81.800,00	172.900,00	160.000,00
4221000000000000	Alienação de bens móveis	30.000,00	0,00	81.800,00	172.900,00	160.000,00
4221300000000000	Alienação de bens móveis e semoventes	30.000,00	0,00	81.800,00	172.900,00	160.000,00
4221300100000000	Alienação de bens móveis e semoventes - principal	30.000,00	0,00	81.800,00	172.900,00	160.000,00
4221300110000000	Alienação de bens móveis e semoventes - principal	30.000,00	0,00	81.800,00	172.900,00	160.000,00
4240000000000000	Transferências de capital	563.240,65	133.891,74	327.410,58	7.404.700,00	7.825.000,00
4241000000000000	Transferências da união e de suas entidades	0,00	122.925,00	73.755,00	3.608.700,00	4.515.000,00
4241800000000000	Transferências da união	0,00	122.925,00	73.755,00	3.608.700,00	4.515.000,00
4241803000000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
4241803100000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
4241810000000000	Transferência de convênios da união e de suas entidades	0,00	122.925,00	73.755,00	3.608.700,00	4.065.000,00
4241810200000000	Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação	0,00	0,00	0,00	1.350.000,00	1.950.000,00
4241810210000000	Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação - principal	0,00	0,00	0,00	1.350.000,00	1.950.000,00
4241810500000000	Transferências de convênios da união destinadas a programas de saneamento básico	0,00	0,00	0,00	200.000,00	265.000,00
4241810510000000	Transferências de convênios da união destinadas a programas de saneamento básico - principal	0,00	0,00	0,00	200.000,00	265.000,00
4241810900000000	Outras transferências de convênios da união	0,00	122.925,00	73.755,00	2.058.700,00	1.850.000,00
4241810910000000	Outras transferências de convênios da união - principal	0,00	122.925,00	73.755,00	2.058.700,00	1.850.000,00
4241810910100000	Transferência de Convênios União - Fundo Agropecuário	0,00	0,00	0,00	158.700,00	150.000,00
4241810910300000	Transferência de Convênios União Outros - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	1.900.000,00	1.700.000,00
4241812000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - final	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
4241812100000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - final	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
4241812110000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - final	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
4241812110000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - final	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
4242000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	563.240,65	10.966,74	253.655,58	3.796.000,00	3.310.000,00
4242800000000000	Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades	563.240,65	10.966,74	253.655,58	3.796.000,00	3.310.000,00
4242810000000000	Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	550.203,82	0,00	250.000,00	3.796.000,00	3.310.000,00
4242810100000000	Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS - principal	0,00	0,00	0,00	200.000,00	150.000,00
4242810110000000	Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS - principal	0,00	0,00	0,00	200.000,00	150.000,00
4242810200000000	Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de educação	0,00	0,00	170.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00
4242810210000000	Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de educação - principal	0,00	0,00	170.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00
4242810500000000	Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de saneamento básico	0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
4242810510000000	Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de saneamento básico - principal	0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38

Pág 8 / 16

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada		Receita Prevista	
		2015	2016	2017	2018
4242810700000000	Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte	550.203,82	0,00	80.000,00	0,00
4242810710000000	Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte - principal	550.203,82	0,00	80.000,00	0,00
4242810900000000	Outras transferências de convênio dos estados	0,00	0,00	0,00	2.146.000,00
4242810910000000	Outras transferências de convênio dos estados - principal	0,00	0,00	0,00	2.146.000,00
4242810910100000	Transferência de Convênio Estado - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	440.000,00
4242810910200000	Transferência de Convênio Fundo Agropecuário	0,00	0,00	0,00	106.000,00
4242810910300000	Transferência de Convênios Estado - Outros	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00
4242899000000000	Outras transferências dos estados	13.036,83	10.966,74	3.655,58	0,00
4242899100000000	Outras transferências dos estados	13.036,83	10.966,74	3.655,58	0,00
9100000000000000	Receitas correntes	(1.769.505,16)	(1.966.013,60)	(1.982.707,75)	(2.071.000,00)
9110000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	(1.014,78)	(159,40)	(21.909,01)	0,00
9111000000000000	Impostos	(984,12)	0,00	(16.598,01)	0,00
9111800000000000	Impostos específicos de estados/df/municípios	(984,12)	0,00	(16.598,01)	0,00
9111801000000000	Impostos sobre o patrimônio para estados/df/municípios	(984,12)	0,00	(16.242,78)	0,00
9111801100000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	(984,12)	0,00	(16.242,78)	0,00
9111801400000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	0,00	0,00	(16.242,78)	0,00
9111801410000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	(984,12)	0,00	0,00	0,00
9111802000000000	Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços	(984,12)	0,00	0,00	0,00
9111802300000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza	0,00	0,00	(355,23)	0,00
9111802310000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	0,00	0,00	(355,23)	0,00
9111802320000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	0,00	0,00	(351,34)	0,00
9112000000000000	Taxas	0,00	0,00	(3,89)	0,00
9112200000000000	Taxas pela prestação de serviços	(30,66)	(159,40)	(5.311,00)	0,00
9112201000000000	Taxas pela prestação de serviços	(30,66)	(159,40)	(5.311,00)	0,00
9112201100000000	(r) Taxas pela prestação de serviços	(30,66)	(159,40)	(5.311,00)	0,00
9112201110000000	(r) Taxas pela prestação de serviços - principal	(30,66)	(159,40)	(5.311,00)	0,00
9112201110100000	(-) Taxa pela coleta de lixo	(30,66)	(159,40)	(5.311,00)	0,00
9160000000000000	Receita de serviços	0,00	(1.823,17)	(219,56)	0,00
9169000000000000	Outros serviços	0,00	(1.823,17)	(219,56)	0,00
9169090000000000	Outros serviços	0,00	(1.823,17)	(219,56)	0,00
9169090910000000	Outros serviços - principal	0,00	(1.823,17)	(219,56)	0,00
9169099110100000	(-) serviços preparação de terras (principal)	0,00	(1.823,17)	(219,56)	0,00
9170000000000000	Transferências correntes	(1.768.490,38)	(1.964.031,03)	(1.960.579,18)	(2.071.000,00)

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2015	2016	2017	2018	2019
9171000000000000	Transferências da união e de suas entidades	(1.182.032,87)	(1.347.921,52)	(1.280.762,90)	(1.384.000,00)	(1.384.000,00)
9171800000000000	Transferências da união - específica e/m	(1.182.032,87)	(1.347.921,52)	(1.280.762,90)	(1.384.000,00)	(1.384.000,00)
9171801000000000	Participação na receita da união	(1.179.756,00)	(1.345.820,19)	(1.278.518,78)	(1.381.600,00)	(1.381.600,00)
9171801200000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	(1.178.252,64)	(1.344.379,67)	(1.276.796,55)	(1.380.000,00)	(1.380.000,00)
9171801210000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	(1.178.252,64)	(1.344.379,67)	(1.276.796,55)	(1.380.000,00)	(1.380.000,00)
9171801500000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	(1.503,36)	(1.440,52)	(1.722,23)	(1.600,00)	(1.600,00)
9171801510000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	(1.503,36)	(1.440,52)	(1.722,23)	(1.600,00)	(1.600,00)
9171806000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	(2.276,87)	(2.101,33)	(2.244,12)	(2.400,00)	(2.400,00)
9171806100000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	(2.276,87)	(2.101,33)	(2.244,12)	(2.400,00)	(2.400,00)
9171806110000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	(2.276,87)	(2.101,33)	(2.244,12)	(2.400,00)	(2.400,00)
9172000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(586.457,51)	(616.109,51)	(679.816,28)	(687.000,00)	(687.000,00)
9172800000000000	Transferências dos estados - específica e/m	(586.457,51)	(616.109,51)	(679.816,28)	(687.000,00)	(687.000,00)
9172801000000000	Participação na receita dos estados	(586.457,51)	(616.109,51)	(679.816,28)	(687.000,00)	(687.000,00)
9172801100000000	Cota-parte do ICMS	(544.130,95)	(574.893,70)	(635.224,52)	(640.000,00)	(640.000,00)
9172801110000000	Cota-parte do ICMS - principal	(544.130,95)	(574.893,70)	(635.224,52)	(640.000,00)	(640.000,00)
9172801200000000	Cota-parte do IPVA	(33.886,04)	(32.999,01)	(35.695,26)	(37.000,00)	(37.000,00)
9172801210000000	Cota-parte do IPVA - principal	(33.886,04)	(32.999,01)	(35.695,26)	(37.000,00)	(37.000,00)
9172801300000000	Cota-parte do IPI - municípios	(8.440,52)	(8.216,80)	(8.896,50)	(10.000,00)	(10.000,00)
9172801310000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	(8.440,52)	(8.216,80)	(8.896,50)	(10.000,00)	(10.000,00)
-	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	0,00	0,00	9.778,38	1.196.000,00	0,00
<b>Total Receita</b>		10.872.829,02	11.298.544,72	11.797.765,38	21.097.400,00	20.345.500,00
Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2015	2016	2017	2018	2019
3300000000000000	Despesas correntes	9.487.124,69	10.039.222,24	11.109.225,85	12.016.850,00	12.174.405,35
3310000000000000	Pessoal e encargos sociais	5.521.116,99	5.722.022,52	6.124.541,27	6.305.200,00	6.581.998,35
3317100000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	0,00	5.940,00	4.694,94	8.500,00	8.755,00
3317110000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0,00	5.940,00	4.694,94	0,00	0,00
3317111000000000	Vencimentos e salários	0,00	5.940,00	4.694,94	0,00	0,00
3319000000000000	Aplicações diretas	5.521.116,99	5.716.082,52	6.119.846,33	6.296.700,00	6.573.243,35
3319001000000000	Aposentadorias e reformas	84.578,64	91.897,96	98.040,66	0,00	0,00
3319001990000000	Outras aposentadorias - pessoal civil	84.578,64	91.897,96	98.040,66	0,00	0,00
3319010000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	4.408.587,04	4.554.150,21	4.932.001,66	0,00	0,00
3319011000000000	Vencimentos e salários	3.154.687,49	3.213.687,64	3.467.687,05	0,00	0,00
3319011310000000	Gratificação por exercício de cargos	15.600,00	14.477,22	5.200,00	0,00	0,00
3319011330000000	Gratificação por exercício de funções	506.607,41	522.107,46	607.564,65	0,00	0,00
3319011330100000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNC-PREFE	434.103,36	439.529,22	440.422,62	0,00	0,00
3319011330200000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNC-SAUDE	10.849,40	11.309,60	100.963,52	0,00	0,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2015	2016	2017	2018	2019
331901133030000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNC-ASSIS	10.849,40	11.309,60	2.919,39	0,00	0,00
331901133040000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNC-INF.	10.849,40	11.309,60	2.919,39	0,00	0,00
331901133050000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNC-AGRO.	10.849,40	11.309,60	28.067,67	0,00	0,00
331901133060000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNC-CÂMARA	0,00	0,00	32.272,06	0,00	0,00
331901137000000	Gratificação por tempo de serviço	277.354,37	317.453,37	354.425,00	0,00	0,00
331901142000000	Férias indenizadas	7.113,54	25.964,29	9.450,26	0,00	0,00
331901143000000	13º salário	0,00	0,00	16.566,44	0,00	0,00
331901144000000	Férias - abono pecuniário	2.432,14	0,00	0,00	0,00	0,00
331901145000000	Férias - abono constitucional	97.532,11	104.953,02	90.129,32	0,00	0,00
331901300000000	Obrigações patronais	938.879,10	981.509,67	1.008.772,18	0,00	0,00
331901301000000	FGTS	8.098,26	8.987,10	9.554,23	0,00	0,00
331901302000000	Contribuições previdenciárias - INSS	930.780,84	972.522,57	988.398,79	0,00	0,00
331901303000000	Contribuição patronal - RPPS	0,00	0,00	10.819,16	0,00	0,00
331901600000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	89.072,21	88.524,68	58.217,89	0,00	0,00
331901601000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	82.583,46	80.202,51	42.840,14	0,00	0,00
331901640000000	Serviços extraordinários	6.488,75	8.322,17	15.377,75	0,00	0,00
331909200000000	Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	2.344,84	0,00	0,00
331909291000000	Sentenças judiciais	0,00	0,00	2.344,84	0,00	0,00
331909400000000	Indenizações e restituições trabalhista	0,00	0,00	20.469,10	0,00	0,00
331909407000000	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	0,00	0,00	20.469,10	0,00	0,00
332000000000000	Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	5.750,04	2.000,00	20.000,00
332900000000000	Aplicações diretas	0,00	0,00	5.750,04	2.000,00	20.000,00
332909200000000	Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	5.750,04	0,00	0,00
332909222000000	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	3.966.007,70	4.317.199,72	4.978.934,54	5.709.650,00	5.572.407,00
333000000000000	Outras despesas correntes	93.320,54	116.446,86	122.403,66	150.000,00	170.000,00
333200000000000	Transferências a união	93.320,54	116.446,86	122.403,66	0,00	0,00
333204700000000	Obrigações tributárias e contributivas	86.845,95	116.446,86	122.403,66	0,00	0,00
333204712000000	Contribuição para o PIS/PASEP	6.474,59	0,00	0,00	0,00	0,00
333204718000000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
333300000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	200,00	50,00
333500000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	112.179,16	150.594,33	150.587,75	156.000,00	200.480,00
333504100000000	Contribuições	105.579,16	136.594,33	150.587,75	0,00	0,00
333504102000000	Despesas de manutenção outras entidades de direito público	93.779,16	123.494,33	134.587,75	0,00	0,00
333504102000000	Despesas manutenção outras entidades direito privado	11.800,00	13.100,00	16.000,00	0,00	0,00
333504300000000	Subvenções sociais	6.600,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00
333504302000000	Transferências a instituições privadas de assistência social	6.600,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00
333710000000000	Transferências a consórcios públicos	633,39	660,00	1.104,53	6.700,00	6.901,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38

Pág 11 / 16

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2015	2016	2017	2018
3337130000000000	Material de consumo	0,00	660,00	1.104,53	0,00
3337130990000000	Outros materiais de consumo	0,00	660,00	1.104,53	0,00
3337139000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	633,39	0,00	0,00	0,00
3337139990000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	633,39	0,00	0,00	0,00
3339000000000000	Aplicações diretas	3.592.080,13	3.836.754,38	4.439.222,67	5.039.850,00
3339008000000000	Outros benefícios assistenciais	10.968,00	12.793,93	10.899,58	0,00
3339008010000000	Auxílio - funeral	10.968,00	12.793,93	9.549,58	0,00
3339008990000000	Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	1.350,00	0,00
3339014000000000	Diárias - civil	6.200,00	1.960,00	19.300,00	0,00
3339014140000000	Diárias no país - civil	6.200,00	1.960,00	19.300,00	0,00
3339030000000000	Material de consumo	1.365.146,86	1.723.289,42	2.080.613,72	0,00
3339030010000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos	461.207,87	560.581,12	690.535,14	0,00
3339030040000000	Gás engarrafado	8.865,50	10.919,50	13.170,40	0,00
3339030070000000	Gêneros de alimentação	166.668,12	194.223,23	167.433,55	0,00
3339030090000000	Material farmacológico	36.003,63	18.629,26	71.771,10	0,00
3339030100000000	Material odontológico	254,94	3.140,50	8.350,45	0,00
3339030110000000	Material químico	2.196,00	114,18	0,00	0,00
3339030140000000	Material educativo e esportivo	59.130,43	41.847,06	55.227,64	0,00
3339030150000000	Material para festividades e homenagens	5.216,49	3.069,76	7.617,30	0,00
3339030160000000	Material de expediente	20.648,99	20.528,93	27.282,72	0,00
3339030170000000	Material de processamento de dados	39.272,60	33.511,02	29.311,00	0,00
3339030180000000	Material e medicamentos uso veterinário	5.404,24	4.196,80	1.586,16	0,00
3339030190000000	Material de acondicionamento e embalagem	2.014,00	1.409,52	5.444,66	0,00
3339030200000000	Material de cama, mesa e banho	1.768,80	1.134,50	3.617,95	0,00
3339030210000000	Material de copa e cozinha	9.171,90	10.636,42	13.951,38	0,00
3339030220000000	Material limpeza e produtos de higienização	29.152,64	26.175,17	39.880,06	0,00
3339030230000000	Uniformes, tecidos e aviamentos	7.344,85	7.106,79	11.343,98	0,00
3339030240000000	Material para manutenção bens imóveis	27.458,40	48.704,47	86.957,24	0,00
3339030250000000	Material para manutenção de bens móveis	1.443,40	1.623,30	4.429,30	0,00
3339030260000000	Material elétrico e eletrônico	29.701,95	51.038,21	55.249,42	0,00
3339030280000000	Material de proteção e segurança	4.290,00	2.671,88	4.462,80	0,00
3339030290000000	Material para áudio, vídeo e foto	684,90	1.907,20	830,48	0,00
3339030300000000	Material para comunicações	3.131,47	2.393,70	2.642,90	0,00
3339030310000000	Sementes, mudas de plantas e insumos	1.360,50	1.357,10	5.781,20	0,00
3339030360000000	Material hospitalar	27.667,69	37.522,57	40.090,76	0,00
3339030370000000	Sobressalentes de armamento	0,00	1.375,00	0,00	0,00
3339030390000000	Material para manutenção de veículos	317.386,56	417.451,77	514.634,12	0,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2015	2016	2017	2018
3339030400000000	Material biológico	0,00	0,00	5.000,00	0,00
3339030410000000	Material para utilização em gráfica	0,00	36,00	0,00	0,00
3339030420000000	Ferramentas	1.657,22	2.387,40	5.194,71	0,00
3339030430000000	Material para reabilitação profissional	2.092,56	0,00	2.279,50	0,00
3339030440000000	Material de sinalização visual e afins	690,00	8.703,10	6.191,40	0,00
3339030500000000	Bandeiras, flâmulas e insígnias	480,00	0,00	0,00	0,00
3339030510000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo	83.051,09	199.423,14	194.482,52	0,00
3339030900000000	Outros materiais de consumo	9.730,12	9.470,82	5.863,88	0,00
3339031000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	1.866,70	0,00	8.056,10	0,00
3339031040000000	Premiações desportivas	1.747,70	0,00	8.056,10	0,00
3339031050000000	Ordens honoríficas	119,00	0,00	0,00	0,00
3339032000000000	Material de distribuição gratuita	118.171,81	105.935,13	139.254,58	0,00
3339032020000000	Medicamentos	55.899,36	45.706,02	78.653,80	0,00
3339032030000000	Gêneros alimentícios	47.647,31	41.211,14	26.609,04	0,00
3339032900000000	Outros materiais de distribuição gratuita	14.625,14	19.017,97	33.991,74	0,00
3339033000000000	Passagens e despesas com locomoção	248,58	538,87	633,29	0,00
3339033010000000	Passagens para o país	248,58	538,87	633,29	0,00
3339035000000000	Serviços de consultoria	30.225,00	5.850,00	42.987,06	0,00
3339035010000000	Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	30.225,00	5.850,00	35.987,06	0,00
3339035900000000	Outros serviços de consultoria	0,00	0,00	7.000,00	0,00
3339036000000000	Serviços técnicos profissionais	479.926,51	332.663,30	351.278,12	0,00
3339036010000000	Conferências, exposições e espetáculos	205.097,66	254.589,30	215.295,62	0,00
3339036130000000	Locação de imóveis	0,00	0,00	1.000,00	0,00
3339036150000000	Manutenção e conservação equipamentos	18.206,00	40.846,00	31.053,50	0,00
3339036180000000	Manutenção e conservação de bens imóveis	0,00	0,00	145,00	0,00
3339036220000000	Serviços de limpeza e conservação	2.202,50	531,00	64,20	0,00
3339036250000000	Serviços médicos e odontológicos	0,00	475,00	0,00	0,00
3339036300000000	Jeitons a conselheiros	210.295,00	8.470,00	59.315,00	0,00
3339036450000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	0,00	3.152,00	3.745,00	0,00
3339036900000000	Locação de mão-de-obra	44.125,35	24.600,00	40.659,80	0,00
3339037000000000	Manutenção e conservação bens imóveis	0,00	0,00	87,80	0,00
3339037040000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.414.560,42	1.492.080,47	1.680.758,46	0,00
3339039010000000	Assinatura de periódicos e anuidades	881,80	901,80	911,80	0,00
3339039050000000	Serviços técnicos profissionais	108.877,14	163.957,27	141.224,77	0,00
3339039080000000	Manutenção de software	26.157,84	105,00	0,00	0,00
3339039100000000	Locação de imóveis	21.812,66	9.750,00	22.638,00	0,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2015	2016	2017	2018	2019
333903911000000	Locação de softwares	106.130,65	151.068,07	172.387,77	0,00	0,00
333903912000000	Locação de máquinas e equipamentos	14.697,50	36.469,60	31.484,83	0,00	0,00
333903914000000	Locação bens móveis e outras naturezas intangíveis	0,00	0,00	8.649,25	0,00	0,00
333903915000000	Limpeza de veículos	3.766,50	6.876,00	16.560,80	0,00	0,00
333903916000000	Manutenção e conservação bens imóveis	54.759,29	62.819,81	60.781,96	0,00	0,00
333903917000000	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	3.168,00	3.872,00	6.487,03	0,00	0,00
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos	159.526,87	194.648,43	225.144,15	0,00	0,00
333903920000000	Manutenção e conservação de bens móveis e outras naturezas intangíveis	0,00	0,00	5.225,00	0,00	0,00
333903921000000	Manutenção e conservação de estradas e vias	784,00	16.188,00	27.950,00	0,00	0,00
333903922000000	Exposições, congressos e conferências	0,00	4.669,82	2.200,00	0,00	0,00
333903923000000	Festividades e homenagens	1.519,00	0,00	2.989,00	0,00	0,00
333903926000000	Serviços de transporte escolar	72.132,81	63.487,95	63.873,93	0,00	0,00
333903927000000	Locação de veículos para locomoção	305,20	0,00	2.598,50	0,00	0,00
333903928000000	Coleta de lixo e demais resíduos	75.136,31	80.240,12	100.979,51	0,00	0,00
333903940000000	Programa de alimentação do trabalhador	98,24	0,00	0,00	0,00	0,00
333903941000000	Fornecimento de alimentação	363,00	6.300,00	5.554,00	0,00	0,00
333903943000000	Serviços de energia elétrica	143.909,34	146.313,18	130.530,45	0,00	0,00
333903944000000	Serviços de água e esgoto	16.020,99	22.342,99	22.300,70	0,00	0,00
333903945000000	Serviços de gás	0,00	45,00	0,00	0,00	0,00
333903946000000	Serviços domésticos	0,00	0,00	180,00	0,00	0,00
333903947000000	Serviços de comunicação em geral	3.179,82	3.740,79	2.751,78	0,00	0,00
333903948000000	Serviços de seleção e treinamento	1.783,36	14.250,00	24.490,00	0,00	0,00
333903949000000	Produções jornalísticas	0,00	0,00	1.400,00	0,00	0,00
333903950000000	Serviços médico-hospitais, odontológicos e laboratoriais	207.281,57	189.569,55	237.727,41	0,00	0,00
333903951000000	Serviços de análises e pesquisas científicas	2.325,00	3.050,00	8.625,00	0,00	0,00
333903957000000	SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	150,00	550,00	1.292,00	0,00	0,00
333903958000000	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	61.100,08	87.953,14	78.200,96	0,00	0,00
333903959000000	Serviços de áudio, vídeo e foto	2.186,00	901,52	1.777,80	0,00	0,00
333903963000000	Serviços gráficos e editoriais	20.912,31	16.236,95	20.201,89	0,00	0,00
333903964000000	Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)	16.607,80	0,00	0,00	0,00	0,00
333903965000000	Serviços de apoio ao ensino	0,00	0,00	6.339,45	0,00	0,00
333903969000000	Seguros em geral	34.844,12	42.322,87	39.245,55	0,00	0,00
333903970000000	Confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas	0,00	1.221,00	180,00	0,00	0,00
333903974000000	Fretes e transportes de encomendas	0,00	0,00	2.300,00	0,00	0,00
333903975000000	Multas e infrações de trânsito	6.712,17	10.379,51	602,09	0,00	0,00
333903978000000	Limpeza e conservação	0,00	90,00	4.100,00	0,00	0,00
333903980000000	Hospedagens	161,95	0,00	1.014,00	0,00	0,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38

Pág 14 / 16

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2015	2016	2017	2018	2019
333903981000000	Serviços bancários	51.803,71	31.434,46	23.165,33	0,00	0,00
333903988000000	Serviços de publicidade e propaganda	2.875,00	3.600,00	7.640,00	0,00	0,00
333903990000000	Serviços de publicidade legal	17.141,72	16.833,29	16.891,96	0,00	0,00
333903995000000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	9.625,00	6.315,00	7.834,00	0,00	0,00
333903996000000	Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	46.090,90	44.890,11	75.510,94	0,00	0,00
333903997000000	DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO	33.264,11	8.485,22	12.061,66	0,00	0,00
333903999000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	86.488,66	40.202,02	56.755,19	0,00	0,00
333904600000000	Auxílio-alimentação	5.600,00	16.100,00	11.200,00	0,00	0,00
333904601000000	Auxílio-alimentação em pecúnia	5.600,00	16.100,00	11.200,00	0,00	0,00
333904700000000	Obrigações tributárias e contributivas	112.808,83	74.820,49	61.868,11	0,00	0,00
333904710000000	Taxas	16.336,19	15.781,82	15.647,25	0,00	0,00
333904712000000	Contribuição para o PIS/PASEP	90.552,84	54.432,34	46.220,86	0,00	0,00
333904718000000	Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros - pessoa física	1.917,00	0,00	461,65	0,00	0,00
333904800000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	1.917,00	0,00	461,65	0,00	0,00
333904801000000	Auxílio financeiro a pessoas físicas	9.243,95	12.802,71	11.311,62	0,00	0,00
333904900000000	Auxílio-transporte	9.243,95	12.802,71	11.311,62	0,00	0,00
333904901000000	Auxílio-transporte pago em pecúnia	21.998,12	46.924,01	13.651,87	0,00	0,00
333909100000000	Sentenças judiciais	0,00	0,00	12.350,35	0,00	0,00
333909101000000	Precatórios - ativo civil/sentenças judiciais	21.998,12	46.924,01	0,00	0,00	0,00
333909132000000	Outros precatórios relativos a despesas correntes	0,00	0,00	1.301,52	0,00	0,00
333909199000000	Outras sentenças judiciais	2.719,64	10.996,05	5.360,71	0,00	0,00
333909200000000	Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
333909241000000	Contribuições	0,00	0,00	3.360,71	0,00	0,00
333909291000000	Sentenças judiciais	2.656,17	10.996,05	0,00	0,00	0,00
333909293000000	Indenizações e restituições	63,47	0,00	0,00	0,00	0,00
333909299000000	Outras despesas de exercícios anteriores	10.478,71	0,00	0,00	0,00	0,00
333909300000000	Indenizações e restituições	4.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
333909305000000	Indenização de moradia	5.778,71	0,00	0,00	0,00	0,00
333909399000000	Diversas indenizações e restituições	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00
333909400000000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00
333909499000000	DIVERSAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
333930000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	167.794,48	212.744,15	265.615,93	356.900,00	334.120,00
333933000000000	Material de consumo	107.628,66	102.115,95	141.752,83	0,00	0,00
333933006000000	Alimentos para animais	0,00	789,60	455,00	0,00	0,00
333933009000000	Material farmacológico	107.628,66	101.326,35	141.297,83	0,00	0,00
333933900000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	60.165,82	110.628,20	123.863,10	0,00	0,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 15 / 16

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2015	2016	2017	2018
333933911000000	Locação de softwares	1.692,00	4.200,00	5.410,80	0,00
333933928000000	Coleta de lixo e demais resíduos	1.249,49	3.541,57	10.865,54	0,00
333933935000000	Serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial	45.394,06	85.948,40	97.506,76	0,00
333933990000000	Serviços de Publicidade Legal	3.540,00	0,00	0,00	0,00
333933999000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	8.290,27	16.938,23	10.080,00	0,00
340000000000000	Despesas de capital	868.618,02	695.326,46	859.850,50	8.160.794,65
344000000000000	Investimentos	799.173,57	528.659,78	693.183,82	8.010.794,65
344300000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	4.698,95	200,00
344305200000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (VER ANEXO IV)	0,00	0,00	4.698,95	0,00
344305214000000	ARMAMENTOS	0,00	0,00	4.698,95	0,00
344710000000000	Transferências a consórcios públicos	0,00	0,00	0,00	721,00
344900000000000	Aplicações diretas	799.173,57	528.659,78	688.484,87	8.971.650,00
344905100000000	Obras e instalações	133.047,07	480.668,89	199.803,73	0,00
344905198000000	Obras contratadas	133.047,07	480.668,89	199.803,73	0,00
344905200000000	Equipamentos e material permanente	641.450,21	47.749,47	460.340,26	0,00
344905206000000	Aparelhos e equipamentos de comunicação	130,00	0,00	0,00	0,00
344905208000000	Aparelhos, equip., utens. médico-odontológicos, laboratoriais e hospitalares	2.350,00	3.180,00	5.837,34	0,00
344905210000000	Aparelhos e equip. p/ esportes e diversão	0,00	0,00	248.800,00	0,00
344905212000000	Aparelhos e utensílios domésticos	4.138,00	6.642,00	7.390,03	0,00
344905218000000	Coleções e materiais bibliográficos	1.273,50	2.416,00	9.424,00	0,00
344905224000000	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	6.153,00	0,00	43.180,00	0,00
344905226000000	Instrumentos musicais e artísticos	0,00	4.671,00	0,00	0,00
344905232000000	Máquinas e equipamentos gráficos	0,00	673,41	0,00	0,00
344905233000000	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	3.818,00	0,00	23.078,09	0,00
344905234000000	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	2.769,60	1.280,72	15.492,00	0,00
344905235000000	Equipamentos de processamento de dados	9.300,00	8.975,00	22.106,00	0,00
344905236000000	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	13.180,62	1.627,00	2.640,80	0,00
344905238000000	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	5.267,49	779,75	0,00	0,00
344905240000000	Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	33.240,00	5.339,00	11.700,00	0,00
344905242000000	Mobiliário em geral	3.695,00	12.103,69	16.102,00	0,00
344905248000000	Veículos diversos	0,00	0,00	49.800,00	0,00
344905251000000	Peças não incorporáveis a imóveis	1.975,00	0,00	3.980,00	0,00
344905252000000	Veículos de tração mecânica	549.800,00	0,00	0,00	0,00
344905299000000	Outros equipamentos material permanente	4.360,00	61,90	810,00	0,00
344909200000000	Despesas de exercícios anteriores	24.676,29	241,42	21.664,82	0,00
344909293000000	Indenizações e restituições	18.365,46	241,42	21.664,82	0,00
344909299000000	Outras despesas de exercícios anteriores	6.310,83	0,00	0,00	0,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38

Pág 16 / 16

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 174 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2015	2016	2017	2018	2019
3449093000000000	Indenizações e restituições	0,00	0,00	6.676,06	0,00	0,00
3449093020000000	Restituições	0,00	0,00	6.676,06	0,00	0,00
3460000000000000	Amortização da dívida	69.444,45	166.666,68	166.666,68	98.000,00	150.000,00
3469000000000000	Aplicações diretas	69.444,45	166.666,68	166.666,68	98.000,00	150.000,00
3469092000000000	Despesas de exercícios anteriores	69.444,45	166.666,68	166.666,68	0,00	0,00
3469092710000000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	69.444,45	166.666,68	166.666,68	0,00	0,00
3900000000000000	Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00
3990000000000000	Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00
3999000000000000	Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.300,00
-	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	54.667,54	95.751,38	0,00	0,00	0,00
<b>Total Despesa</b>		10.410.410,25	10.830.300,08	11.969.076,35	21.097.400,00	20.345.500,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL841101-023-TJDXL-277295918 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:38



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Montante da Dívida - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
Entidade: 39.83.242.379.380.12367  
LDO: 2019

Valores - R\$	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>						
Dívida Mobiliária	258.138,87	97.222,23	918.500,00	946.055,00	974.436,65	1.003.669,75
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	258.138,87	97.222,23	918.500,00	946.055,00	974.436,65	1.003.669,75
Internos	258.138,87	97.222,23	918.500,00	946.055,00	974.436,65	1.003.669,75
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>						
Disponibilidade de Caixa	3.299.163,86	3.120.594,05	3.507.656,59	3.612.886,27	3.721.272,86	3.832.911,05
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.117.739,24	946.428,27	1.328.012,36	1.367.852,72	1.408.888,31	1.451.154,96
(-) Restos a Pagar Processados	1.117.739,24	946.428,27	1.559.247,85	1.606.025,28	1.654.206,04	1.703.832,22
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	231.235,49	238.172,56	245.317,73	252.677,26
	2.181.424,62	2.174.165,78	2.179.644,23	2.245.033,55	2.312.384,55	2.381.756,09
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	(3.041.024,99)	(3.023.371,82)	(2.589.156,59)	(2.666.831,27)	(2.746.836,21)	(2.829.241,30)
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	11.164.652,98	11.382.804,76	9.671.087,38	9.961.220,01	10.260.056,60	10.567.858,30
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	2,31	0,85	9,50	9,50	9,50	9,50
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - &lt;120 %&gt;</b>	13.397.593,58	13.659.365,71	11.605.304,86	11.953.464,01	12.312.067,92	12.681.429,96
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;108 %&gt;</b>	12.057.825,22	12.293.429,14	10.444.774,37	10.758.117,61	11.080.861,13	11.413.286,96
<b>PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>PASSIVO ATUARIAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Montante da Dívida - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
Entidade: 39.83.242.379.380.12367  
LDO: 2019

Especificação	Valores - R\$				
	2016	2017	2018	2019	2020
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	0,00	43.813,97	45.128,40	46.482,25
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	524.838,89	540.584,05	556.801,57
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Fonte: Sistema** Atende.Net - IPM

**Unidade Responsável:** MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

**Data Emissão:** 15/10/2018

**Hora Emissão:** 09:40



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Principais Despesas - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2019

**Pessoal e encargos sociais**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	5.997.225,00	0,00
2017	5.894.046,40	-1,72
2018	6.305.200,00	6,98
2019	6.581.998,35	4,39
2020	6.670.772,70	1,35
2021	6.870.895,88	3,00

**Juros e encargos da dívida**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	5.000,00	0,00
2017	2.000,00	-60,00
2018	2.000,00	0,00
2019	20.000,00	900,00
2020	20.600,00	3,00
2021	21.218,00	3,00

**Outras despesas correntes**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	3.858.725,00	0,00
2017	4.362.581,60	13,06
2018	5.709.650,00	30,88
2019	5.572.407,00	-2,40
2020	5.666.469,81	1,69
2021	5.836.463,91	3,00

**Investimentos**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	1.937.550,00	0,00
2017	3.023.125,00	56,03
2018	8.972.550,00	196,80
2019	8.010.794,65	-10,72
2020	8.199.618,49	2,36
2021	8.445.607,05	3,00

**Inversões financeiras**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	0,00	0,00
2017	0,00	0,00
2018	0,00	0,00
2019	0,00	0,00
2020	0,00	0,00
2021	0,00	0,00

**Amortização da dívida**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	165.000,00	0,00
2017	168.000,00	1,82
2018	98.000,00	-41,67
2019	150.000,00	53,06
2020	154.500,00	3,00
2021	159.135,00	3,00

**Reserva do RPPS**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	0,00	0,00
2017	0,00	0,00
2018	0,00	0,00
2019	0,00	0,00
2020	0,00	0,00
2021	0,00	0,00

**Reserva de contingência**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	15.000,00	0,00
2017	15.000,00	0,00
2018	10.000,00	-33,33
2019	10.300,00	3,00





**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Principais Despesas - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2019

2020	10.609,00	3,00
2021	10.927,27	3,00

**FONTE: Sistema** Atende.Net - IPM **Unidade Responsável:** MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU  
**Data Emissão:** 15/10/2018 **Hora Emissão:** 09:41



# MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

## AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Entidade(s): 39.83.242.379.380.12367

Ano de Referência: 2019

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	% RCL	Variação	R\$ 1,00
							Valor (c) = (b-a)	
Receita Total	13.495.463,40	0,007	0,00	11.045.412,33	0,006	0,00	(2.450.051,07)	(18,15)
Receitas Primárias (I)	13.754.863,40	0,007	0,00	22.602.358,09	0,012	0,00	8.847.494,69	64,32
Despesa Total	13.464.753,00	0,007	0,00	11.969.076,35	0,006	0,00	(1.495.676,65)	(11,11)
Despesas Primárias (II)	13.294.753,00	0,007	0,00	11.796.659,63	0,006	0,00	(1.498.093,37)	(11,27)
Resultado Primário (III) = (I-II)	460.110,40	0,000	0,00	10.805.698,46	0,006	0,00	10.345.588,06	2.248,50
Resultado Nominal	(66.666,68)	0,000	0,00	(438.523,59)	0,000	0,00	(371.856,91)	557,79
Dívida Pública Consolidada	91.472,19	0,000	0,00	147.027,75	0,000	0,00	55.555,56	60,73
Dívida Consolidada Líquida	(108.527,81)	0,000	0,00	(3.479.547,68)	-0,002	0,00	(3.371.019,87)	3.106,13

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU. Emissão: 15/10/2018, às 09:28:03.



**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Principais Fontes de Receita - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2019

## Impostos, taxas e contribuições de melhoria

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	329.430,00	0,00
2017	336.018,60	2,00
2018	428.500,00	27,52
2019	424.000,00	-1,05
2020	436.720,00	3,00
2021	449.821,60	3,00

## Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	6.630.000,00	0,00
2017	6.762.600,00	2,00
2018	6.900.000,00	2,03
2019	7.107.000,00	3,00
2020	7.320.210,00	3,00
2021	7.539.816,30	3,00

## Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	532.000,00	0,00
2017	547.000,00	2,82
2018	479.000,00	-12,43
2019	395.500,00	-17,43
2020	407.365,00	3,00
2021	419.585,95	3,00

## Cota-parte do ICMS

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	2.856.000,00	0,00
2017	2.913.120,00	2,00
2018	3.200.000,00	9,85
2019	3.200.000,00	0,00
2020	3.296.000,00	3,00
2021	3.394.880,00	3,00

## Outras receitas correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	37.500,00	0,00
2017	38.250,00	2,00
2018	65.500,00	71,24
2019	73.000,00	11,45
2020	75.190,00	3,00
2021	77.445,70	3,00

## Receitas de capital

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	2.133.000,00	0,00
2017	2.808.000,00	31,65
2018	8.982.600,00	219,89
2019	7.985.000,00	-11,11
2020	8.121.550,00	1,71
2021	8.365.196,50	3,00

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM **Unidade Responsável:** MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU

**Data Emissão:** 15/10/2018 **Hora Emissão:** 09:41



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Resultado Primário e Nominal - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
LDO: 2019

ACIMA DA LINHA							RS 1,00
RECEITAS PRIMÁRIAS							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
RECEITAS CORRENTES (I)	12.672.600,00	10.866.063,40	10.922.375,85	12.360.500,00	13.890.065,00	14.306.766,95	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	543.700,00	554.574,00	348.500,00	424.000,00	436.720,00	449.821,60	
IPTU	0,00	0,00	0,00	89.000,00	0,00	0,00	
ISS	0,00	0,00	0,00	92.000,00	0,00	0,00	
ITBI	0,00	0,00	0,00	45.500,00	0,00	0,00	
IRRF	0,00	0,00	0,00	122.000,00	0,00	0,00	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	543.700,00	554.574,00	348.500,00	75.500,00	436.720,00	449.821,60	
Contribuições	60.000,00	60.500,00	100.000,00	100.000,00	103.000,00	106.090,00	
Receta Patrimonial	36.500,00	36.600,00	87.700,00	118.200,00	121.746,00	125.398,38	
Aplicações Financeiras (II)	36.500,00	36.600,00	87.700,00	118.200,00	121.746,00	125.398,38	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências Correntes	11.980.900,00	10.160.329,40	10.240.675,85	11.565.300,00	13.071.009,00	13.463.139,27	
Cota-Parte do FPM	6.630.000,00	6.762.600,00	7.600.000,00	6.448.000,00	8.062.840,00	8.304.725,20	
Cota-Parte do ICMS	2.856.000,00	2.913.120,00	3.200.000,00	2.560.000,00	3.296.000,00	3.394.880,00	
Cota-Parte do IPVA	204.000,00	208.080,00	185.000,00	148.000,00	190.550,00	196.266,50	
Cota-Parte do ITR	5.000,00	5.100,00	8.000,00	6.400,00	8.240,00	8.487,20	
Transferências da LC 87/1996	10.000,00	10.200,00	12.000,00	9.600,00	12.360,00	12.730,80	
Transferências da LC 61/1989	45.900,00	46.818,00	50.000,00	40.000,00	51.500,00	53.045,00	
Transferências do FUNDEB	990.000,00	1.009.800,00	0,00	1.125.000,00	1.158.750,00	1.193.512,50	
Outras Transferências Correntes	1.240.000,00	(795.388,60)	(814.324,15)	1.228.300,00	290.769,00	299.492,07	
Demais Receitas Correntes	51.500,00	54.060,00	145.500,00	153.000,00	157.590,00	162.317,70	
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Correntes Restantes	51.500,00	54.060,00	145.500,00	153.000,00	157.590,00	162.317,70	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - III)	12.636.100,00	10.829.463,40	10.834.675,85	12.242.300,00	13.768.319,00	14.181.368,57	
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.903.000,00	2.925.400,00	8.982.600,00	7.985.000,00	8.121.550,00	8.365.196,50	
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens	80.000,00	130.000,00	172.900,00	160.000,00	123.600,00	127.308,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Alienações de Bens	80.000,00	130.000,00	172.900,00	160.000,00	123.600,00	127.308,00	
Transferências de Capital	1.823.000,00	2.795.400,00	7.809.700,00	7.825.000,00	7.997.950,00	8.237.888,50	
Convênios	0,00	0,00	0,00	7.375.000,00	0,00	0,00	
Outras Transferências de Capital	1.823.000,00	2.795.400,00	7.809.700,00	450.000,00	7.997.950,00	8.237.888,50	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Resultado Primário e Nominal - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
LDO: 2019

Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.903.000,00	2.925.400,00	7.982.600,00	7.982.600,00	7.985.000,00	8.121.550,00	8.365.196,50		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	14.539.100,00	13.754.863,40	18.817.275,85	20.227.300,00	21.889.869,00	22.546.565,07			

DESPESAS PRIMÁRIAS	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DESPESAS CORRENTES (XIII)	9.860.950,00	10.258.628,00	12.016.850,00	12.174.405,35	12.357.842,51	12.728.577,79
Pessoal e Encargos Sociais	5.997.225,00	5.894.046,40	6.305.200,00	6.581.998,35	6.670.772,70	6.870.895,88
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	5.000,00	2.000,00	2.000,00	20.000,00	20.600,00	21.218,00
Outras Despesas Correntes	3.858.725,00	4.362.581,60	5.709.650,00	5.572.407,00	5.666.469,81	5.836.463,91
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	9.855.950,00	10.256.628,00	12.014.850,00	12.154.405,35	12.337.242,51	12.707.359,79
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.102.550,00	3.191.125,00	9.070.550,00	8.160.794,65	8.354.118,49	8.604.742,05
Investimentos	1.937.550,00	3.023.125,00	8.972.550,00	8.010.794,65	8.199.618,49	8.445.607,05
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	165.000,00	168.000,00	98.000,00	150.000,00	154.500,00	159.135,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.937.550,00	3.023.125,00	8.972.550,00	8.010.794,65	8.199.618,49	8.445.607,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	15.000,00	15.000,00	10.000,00	10.300,00	10.609,00	10.927,27
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XXV + XXI + XXII)	11.808.500,00	13.294.753,00	20.997.400,00	20.175.500,00	20.547.470,00	21.163.894,11
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XII - XXIII)</b>	<b>2.730.600,00</b>	<b>460.110,40</b>	<b>(2.180.124,15)</b>	<b>51.800,00</b>	<b>1.342.399,00</b>	<b>1.382.670,96</b>

JUROS NOMINAIS	2016	2017	2018	2019	2020	2021
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)</b>	<b>2.730.600,00</b>	<b>460.110,40</b>	<b>(2.180.124,15)</b>	<b>51.800,00</b>	<b>1.342.399,00</b>	<b>1.382.670,96</b>



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Resultado Primário e Nominal - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
LDO: 2019

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		ABAIXO DA LINHA					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		258.138,87	91.472,19	155.555,36	946.055,00	974.436,65	1.003.669,75
DEDUÇÕES (XXIX)		300.000,00	200.000,00	3.836.917,76	3.613.134,21	3.721.528,24	3.833.174,09
Disponibilidade de Caixa		300.000,00	200.000,00	1.521.399,07	1.368.100,65	1.409.143,67	1.451.417,98
Disponibilidade de Caixa Bruta		300.000,00	200.000,00	1.656.983,91	1.571.971,39	1.619.130,53	1.667.704,45
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		0,00	0,00	135.584,84	203.870,74	209.986,86	216.286,47
Demaís Haveres Financeiros		0,00	0,00	2.315.518,69	2.245.033,56	2.312.384,57	2.381.756,11
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXX)		(41.861,13)	(108.527,81)	(3.681.362,40)	(2.667.079,21)	(2.747.091,59)	(2.829.504,34)
<b>RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXI - XXXI exercício anterior)</b>		<b>212.159,01</b>	<b>(66.666,68)</b>	<b>(3.572.834,59)</b>	<b>(77.681,92)</b>	<b>(80.012,38)</b>	<b>(82.412,75)</b>

AJUSTE METODOLÓGICO		2016	2017	2018	2019	2020	2021
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXX - XXX exercício anterior)		0,00	0,00	135.584,84	5.937,98	6.116,12	6.299,61
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXII - IX + XXXIV + XXXV)</b>		<b>212.159,01</b>	<b>(66.666,68)</b>	<b>(3.708.419,43)</b>	<b>(83.619,90)</b>	<b>(86.128,50)</b>	<b>(88.712,36)</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXXV - XXVI)</b>		<b>212.159,01</b>	<b>(66.666,68)</b>	<b>(3.708.419,43)</b>	<b>(83.619,90)</b>	<b>(86.128,50)</b>	<b>(88.712,36)</b>

INFORMAÇÕES ADICIONAIS		2016	2017	2018	2019	2020	2021
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU. Emissão: 15/10/2018, às 09:42:35.



**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
 Total das Despesas - Metodologia e Memória de Cálculo  
 Anexo de Metas Fiscais  
 Entidade: Consolidado  
 LDO: 2019

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	Previsão - R\$		
	2019	2020	2021
Despesas correntes (I)	12.174.405,35	12.357.842,51	12.728.577,79
Pessoal e encargos sociais	6.581.998,35	6.670.772,70	6.870.895,88
Juros e encargos da dívida	20.000,00	20.600,00	21.218,00
Outras despesas correntes	5.572.407,00	5.666.469,81	5.836.463,91
Despesas de capital (II)	8.160.794,65	8.354.118,49	8.604.742,05
Investimentos	8.010.794,65	8.199.618,49	8.445.607,05
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	150.000,00	154.500,00	159.135,00
Reserva de Contingência (III)	10.300,00	10.609,00	10.927,27
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00
Reserva de contingência	10.300,00	10.609,00	10.927,27
<b>Total (IV) = (I + II + III)</b>	<b>20.345.500,00</b>	<b>20.722.570,00</b>	<b>21.344.247,11</b>
<b>FONTE: Sistema</b> Atende.Net - IPM <b>Unidade Responsável:</b> MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU <b>Data Emissão:</b> 15/10/2018 <b>Hora Emissão:</b> 09:43			





**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
**Total das Receitas - Metodologia e Memória de Cálculo**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
 Entidade: Consolidado  
 LDO: 2019

Especificação	Previsão - R\$		
	2019	2020	2021
Receita Orçamentária	22.416.500,00	24.144.745,00	24.869.087,35
Receitas correntes	14.431.500,00	16.023.195,00	16.503.890,85
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	424.000,00	436.720,00	449.821,60
Impostos	348.500,00	358.955,00	369.723,65
Taxas	75.500,00	77.765,00	80.097,95
Contribuição de melhoria	0,00	0,00	0,00
Contribuições	100.000,00	103.000,00	106.090,00
Contribuições sociais	0,00	0,00	0,00
Contribuições econômicas	0,00	0,00	0,00
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	100.000,00	103.000,00	106.090,00
Receita patrimonial	118.200,00	121.746,00	125.398,38
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	0,00	0,00	0,00
Valores mobiliários	118.200,00	121.746,00	125.398,38
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permis	0,00	0,00	0,00
Exploração de recursos naturais	0,00	0,00	0,00
Exploração do patrimônio intangível	0,00	0,00	0,00
Cessão de direitos	0,00	0,00	0,00
Demais receitas patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	80.000,00	82.400,00	84.872,00
Serviços administrativos e comerciais gerais	0,00	0,00	0,00
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0,00	0,00	0,00
Serviços e atividades referentes à saúde	0,00	0,00	0,00
Serviços e atividades financeiras	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	80.000,00	82.400,00	84.872,00
Transferências correntes	13.636.300,00	15.204.139,00	15.660.263,17
Transferências da união e de suas entidades	8.725.200,00	8.986.956,00	9.256.564,68
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas en	3.786.100,00	3.899.683,00	4.016.673,49
Transferências dos municípios e de suas entidades	0,00	0,00	0,00
Transferências de instituições privadas	0,00	0,00	0,00
Transferências de outras instituições públicas	1.125.000,00	2.317.500,00	2.387.025,00
Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00
Transferências de pessoas físicas	0,00	0,00	0,00
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	73.000,00	75.190,00	77.445,70
Multas administrativas, contratuais e judiciais	0,00	0,00	0,00
Indenizações, restituições e ressarcimentos	10.000,00	10.300,00	10.609,00
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	0,00	0,00	0,00
Demais receitas correntes	63.000,00	64.890,00	66.836,70
Receitas de capital	7.985.000,00	8.121.550,00	8.365.196,50
Operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito - mercado interno	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito - mercado externo	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	160.000,00	123.600,00	127.308,00
Alienação de bens móveis	160.000,00	123.600,00	127.308,00
Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens intangíveis	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	7.825.000,00	7.997.950,00	8.237.888,50
Transferências da união e de suas entidades	4.515.000,00	4.537.150,00	4.673.264,50
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas en	3.310.000,00	3.460.800,00	3.564.624,00
Transferências dos municípios e de suas entidades	0,00	0,00	0,00
Transferências de instituições privadas	0,00	0,00	0,00
Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00
Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00



**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
**Total das Receitas - Metodologia e Memória de Cálculo**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
 Entidade: Consolidado  
 LDO: 2019

Especificação	Previsão - R\$		
	2019	2020	2021
Transferências de pessoas físicas	0,00	0,00	0,00
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00
Integralização de capital social	0,00	0,00	0,00
Resultado do banco central	0,00	0,00	0,00
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0,00	0,00	0,00
Resgate de títulos do tesouro	0,00	0,00	0,00
Demais receitas de capital	0,00	0,00	0,00
Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Contribuições sociais - intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Contribuições econômicas	0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00	0,00	0,00
Receitas imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de valores mobiliários	0,00	0,00	0,00
Receita de concessões e permissões	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00	0,00	0,00
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Multas juros de mora	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	0,00	0,00	0,00
Rec. decorrentes aportes periódicos p/ amortização déficit atu	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00	0,00	0,00
Outras receitas capital	0,00	0,00	0,00
Recursos arrecadados em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Deduções da receita	(2.071.000,00)	(2.133.130,00)	(2.197.123,90)
<b>Total</b>	<b>20.345.500,00</b>	<b>22.011.615,00</b>	<b>22.671.963,45</b>
<b>FONTE: Sistema</b> Atende.Net - IPM <b>Unidade Responsável:</b> MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU <b>Data Emissão:</b> 15/10/2018 <b>Hora Emissão:</b> 09:43:43			

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento

Anexo I - LDO das Metas e Prioridades

Entidade: 39.83.242.379.380.16687

LDO: 2019



<b>Órgão: 01 - Câmara de Vereadores</b> <b>Unidade: 001 - Câmara de Vereadores</b> <b>Programa: 1101 - Processo Legislativo</b> <b>Proj./Ativ.: 2001 - Manutenção Geral da Câmara de Vereadores</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2001	Manutenção Geral da Câmara de Vereadores	MESES	12,0000	0,00	632.500,00	632.500,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				0,00	632.500,00	632.500,00
<b>Total do Programa</b>				0,00	632.500,00	632.500,00
<b>Total da Unidade</b>				0,00	632.500,00	632.500,00
<b>Total do Órgão</b>				0,00	632.500,00	632.500,00
<b>Órgão: 02 - Depto de Gabinete e Secretaria Geral</b> <b>Unidade: 001 - Depto de Gabinete e Secretaria Geral</b> <b>Programa: 1201 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR</b> <b>Proj./Ativ.: 2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	MESES	12,0000	20.000,00	534.460,00	554.460,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				20.000,00	534.460,00	554.460,00
<b>Total do Programa</b>				20.000,00	534.460,00	554.460,00
<b>Total da Unidade</b>				20.000,00	534.460,00	554.460,00
<b>Total do Órgão</b>				20.000,00	534.460,00	554.460,00
<b>Órgão: 03 - Depto de Administracao</b> <b>Unidade: 001 - Depto de Administracao</b> <b>Programa: 1301 - ADMINISTRAÇÃO GERAL</b> <b>Proj./Ativ.: 0001 - Pagamento de Inativos e Pensionistas</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
0001	Pagamento de Inativos e Pensionistas	UNID	6,0000	0,00	130.000,00	130.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				0,00	130.000,00	130.000,00
<b>Proj./Ativ.: 0002 - Amortização da Dívida e Encargos</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
0002	Amortização da Dívida e Encargos	UNID	1,0000	0,00	170.000,00	170.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				0,00	170.000,00	170.000,00
<b>Proj./Ativ.: 0003 - PASEP</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
0003	PASEP	MESES	12,0000	0,00	170.000,00	170.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				0,00	170.000,00	170.000,00
<b>Proj./Ativ.: 0006 - Pagamento de Precatórios</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
0006	Pagamento de Precatórios	UNID	1,0000	0,00	15.000,00	15.000,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL871101-023-LEVIY-277296249 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:44

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento

Anexo I - LDO das Metas e Prioridades

Entidade: 39.83.242.379.380.16687

LDO: 2019



Órgão: 03 - Depto de Administracao						
Unidade: 001 - Depto de Administracao						
Programa: 1301 - ADMINISTRAÇÃO GERAL						
Proj./Ativ.: 0006 - Pagamento de Precatórios						
Total Projeto/Atividade:				0,00	15.000,00	15.000,00
Proj./Ativ.: 2003 - Manutenção das Atividades Administrativas						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2003	Manutenção das Atividades Administrativas	MESES	12,0000	0,00	1.526.235,00	1.526.235,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.526.235,00	1.526.235,00
Proj./Ativ.: 2030 - Manutenção do Conselho Tutelar Municipal						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2030	Manutenção do Conselho Tutelar Municipal	MESES	12,0000	0,00	132.720,00	132.720,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	132.720,00	132.720,00
Proj./Ativ.: 2039 - Manutenção da Segurança Publica						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2039	convênios de transito, radio patrulha Policial civil e militar e bombeiros	MESES	12,0000	9.100,00	38.100,00	47.200,00
Total Projeto/Atividade:				9.100,00	38.100,00	47.200,00
Total do Programa				9.100,00	2.182.055,00	2.191.155,00
Programa: 1303 - COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SINAIS DE TV						
Proj./Ativ.: 2004 - Manutenção dos Serviços de Comunicação						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2004	Manutenção dos Serviços de Comunicação	MESES	12,0000	0,00	41.000,00	41.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	41.000,00	41.000,00
Total do Programa				0,00	41.000,00	41.000,00
Total da Unidade				9.100,00	2.223.055,00	2.232.155,00
Total do Órgão				9.100,00	2.223.055,00	2.232.155,00
Órgão: 05 - Depto de Educacao						
Unidade: 001 - Depto de Educacao						
Programa: 1501 - CRIANÇA NA ESCOLA						
Proj./Ativ.: 1001 - Construção, Ampliação, Melhoria unidades escolares						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1001	Construção, Ampliação e Melhoria unidades escolares	UN	4,0000	836.200,00	0,00	836.200,00
Total Projeto/Atividade:				836.200,00	0,00	836.200,00
Proj./Ativ.: 1008 - Aquis. terreno e Construção espaços esportivos						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1008	Aquis. terreno e Construção espaços esportivos	UN	270,0000	905.000,00	0,00	905.000,00
Total Projeto/Atividade:				905.000,00	0,00	905.000,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL871101-023-LEVY-277296249 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:44

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade: 39.83.242.379.380.16687  
LDO: 2019



<b>Órgão: 05 - Depto de Educacao</b>						
<b>Unidade: 001 - Depto de Educacao</b>						
<b>Programa: 1501 - CRIANÇA NA ESCOLA</b>						
<b>Proj./Ativ.: 1020 - Reforma/ampliação Unid. Educação INFANTIL</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1020	?Melhoria no acesso à creche municipal, construção de entrada coberta ligando o portão ao acesso principal da creche. ?Reforma da creche, melhoria dos espaços internos da creche.	MESES	1,0000	231.861,65	0,00	231.861,65
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>231.861,65</b>	<b>0,00</b>	<b>231.861,65</b>
<b>Proj./Ativ.: 2010 - Manutenção do Ensino Fundamental</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2010	Manutenção do Ensino Fundamental	MESES	12,0000	1.237.258,35	0,00	1.237.258,35
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>1.237.258,35</b>	<b>0,00</b>	<b>1.237.258,35</b>
<b>Proj./Ativ.: 2011 - Manutenção do Programa de Educação Especial</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2011	Manutenção do Programa de Educação Especial	MESES	12,0000	0,00	17.510,00	17.510,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>17.510,00</b>	<b>17.510,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2017 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Fundam</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2017	Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Fundam	UN	150,0000	10.600,00	45.423,00	56.023,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>10.600,00</b>	<b>45.423,00</b>	<b>56.023,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2018 - Manutenção do Salário Educação</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2018	Manutenção do Salário Educação	UN	270,0000	117.500,00	0,00	117.500,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>117.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>117.500,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2019 - Transporte Escolar</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2019	Transporte Escolar	UN	300,0000	1.852.100,00	0,00	1.852.100,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>1.852.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.852.100,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2020 - Manutenção do Ensino Infantil</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2020	Manutenção do Ensino Infantil	MESES	12,0000	488.185,00	0,00	488.185,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>488.185,00</b>	<b>0,00</b>	<b>488.185,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2034 - Manutenção da merenda escolar - Infantil</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2034	Manutenção da merenda escolar - Infantil	UN	120,0000	21.400,00	37.080,00	58.480,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL871101-023-LEVY-277296249 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:44

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade: 39.83.242.379.380.16687  
LDO: 2019



<b>Órgão: 05 - Depto de Educacao</b> <b>Unidade: 001 - Depto de Educacao</b> <b>Programa: 1501 - CRIANÇA NA ESCOLA</b> <b>Proj./Ativ.: 2034 - Manutenção da merenda escolar - Infantil</b>					
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>21.400,00</b>	<b>58.480,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2041 - APOIO A REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES e EVENTOS ESCOLARES</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2041	APOIO A REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES e EVENTOS ESCOLARES, COMO : ?Pascoa ?Natal ?Festa junina ?Dia do Índio ?Dia da criança ?Dia da Independência ?Dia das mães ?Dia dos Pais ?Dia do Professor ?Olimpiadas Escolares	MESES	12.0000	20.900,00	20.900,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>5.721.005,00</b>	<b>5.821.018,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>5.721.005,00</b>	<b>5.821.018,00</b>
<b>Total do Órgão</b>				<b>100.013,00</b>	<b>5.821.018,00</b>
<b>Órgão: 06 - Depto de Cultura</b>					
<b>Unidade: 001 - Depto de Cultura</b>					
<b>Programa: 1503 - GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA</b>					
<b>Proj./Ativ.: 1016 - AQUIS TERRENO/CONSTRUÇÃO ARENA MULTIUSO</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
1016	AQUISIÇÃO DE TERRENO CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS CULTURA	UNID	1,0000	100.000,00	102.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>2.000,00</b>	<b>102.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2013 - Apoio e Exploração da Cultura</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2013	Apoio e Exploração da Cultura	MESES	12.0000	0,00	116.350,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>116.350,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2033 - Realização da Festa do Colono</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2033	Realização da Festa do Colono	UNID	1,0000	50.000,00	70.600,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>50.000,00</b>	<b>70.600,00</b>

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade: 39.83.242.379.380.16687  
LDO: 2019



<b>Órgão: 06 - Depto de Cultura</b>						
<b>Unidade: 001 - Depto de Cultura</b>						
<b>Programa: 1503 - GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA</b>						
<b>Proj./Ativ.: 2036 - Manutenção das Atividades do Coral Municipal</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2036	Manutenção das Atividades do Coral Municipal	UNID	35,0000	0,00	20.000,00	20.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2040 - APOIO À FEIRAS, FESTIVIDADES, EVENTOS E ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CULTURAIS E TRADICIONALISTAS</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2040	?Aula de dança gaúcha ?Aula de instrumentos musicais ?Aula pintura ?Aula dança (Grupo dança) ?tesgate fotográfico-registro histórico ?natal feliz (evento de natal) ?pascoa é na Praça de Nereu (evento pascoa)	UN	10,0000	0,00	35.000,00	35.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>35.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>150.000,00</b>	<b>193.950,00</b>	<b>343.950,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>150.000,00</b>	<b>193.950,00</b>	<b>343.950,00</b>
<b>Total do Órgão</b>				<b>150.000,00</b>	<b>193.950,00</b>	<b>343.950,00</b>
<b>Órgão: 07 - Depto de Esportes</b>						
<b>Unidade: 001 - Depto de Esportes</b>						
<b>Programa: 1502 - ESPORTE E LAZER</b>						
<b>Proj./Ativ.: 1010 - CONSTRUÇÃO DE AREAS DESTINADAS A PRÁTICA ESPORTIVA</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1010	CONSTRUÇÃO DE AREAS DESTINADAS A PRÁTICA ESPORTIVA	UNID	3,0000	670.000,00	18.300,00	688.300,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>670.000,00</b>	<b>18.300,00</b>	<b>688.300,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2012 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2012	Apoio ao Desporto Amador	MESES	12,0000	0,00	166.390,00	166.390,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>166.390,00</b>	<b>166.390,00</b>



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade: 39.83.242.379.380.16687  
LDO: 2019



<b>Órgão: 07 - Depto de Esportes</b> <b>Unidade: 001 - Depto de Esportes</b> <b>Programa: 1502 - ESPORTE E LAZER</b>					
<b>Proj./Ativ.: 2042 - APOIO A REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS ESPORTIVOS MUNICIPAIS/REGIONAIS</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
2042	APOIO A REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS ESPORTIVOS MUNICIPAIS, :	UN	10.0000	0,00	50.000,00
	?Campeonato municipal de vôlei de quadra e areia.				
	?Campeonato municipal de futebol de campo, sulção, quadra e areia				
	?Campeonato municipal esportivo entre famílias - Olimpíada familiar				
	?Campeonato de bocha				
	?Campeonato de dominó, canastra				
	?Jogos da melhor idade				
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2043 - APOIO A FORMAÇÃO DE ATLETAS</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
2043	APOIO AO DESPOSTO AMADOR, :	MESES	12.0000	0,00	20.000,00
	* Apoio escolinha de esportes.				
	?Apoio participação de atletas municipais na liga Riosulense				
	?Apoio a participação de atletas municipais em campeonatos regionais, estaduais e nacionais.				
	?Apoio a corrida da aventura				
	?Apoio ao desafio Márcio May				
	?Apoio ao enduro fim, etapa PRESIDENTE NEREU.				
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>670.000,00</b>	<b>924.690,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>670.000,00</b>	<b>924.690,00</b>
<b>Total do Órgão</b>				<b>670.000,00</b>	<b>924.690,00</b>
<b>Órgão: 08 - Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos</b> <b>Unidade: 001 - Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos</b> <b>Programa: 1701 - URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA</b> <b>Proj./Ativ.: 1002 - Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra Estru</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
1002	Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra Estru	M2	2000,0000	700.000,00	7.060,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>700.000,00</b>	<b>7.060,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>700.000,00</b>	<b>7.060,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>700.000,00</b>	<b>7.060,00</b>
<b>Total do Órgão</b>				<b>700.000,00</b>	<b>7.060,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1018 - Aquisição de terreno e estruturação Cemitério Municipal</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
1018	Aquisição de terreno e estruturação Cemitério Municipal	UNID	0,2500	0,00	50.000,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL871101-023-LEVY-27796249 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:44

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento

Anexo I - LDO das Metas e Prioridades

Entidade: 39.83.242.379.380.16687

LDO: 2019



<b>Órgão: 08 - Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos</b>					<b>Total Projeto/Atividade:</b>					<b>50.000,00</b>
<b>Unidade: 001 - Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos</b>										
<b>Programa: 1701 - URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA</b>										
<b>Proj./Ativ.: 1018 - Aqui.Terreno e estruturação Cemitério Municipal</b>										
<b>Proj./Ativ.: 2021 - Manutenção da Iluminação Pública</b>										
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>				
2021	Manutenção da Iluminação Pública	MESES	12.0000	103.500,00	0,00	103.500,00				
<b>Total Projeto/Atividade:</b>					<b>103.500,00</b>	<b>0,00</b>				
<b>Proj./Ativ.: 2029 - Manutenção da Casa Mortuária e Cemitério Municipal</b>										
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>				
2029	Manutenção da Casa Mortuária e Cemitério Municipal	MESES	12.0000	0,00	15.060,00	15.060,00				
<b>Total Projeto/Atividade:</b>					<b>0,00</b>	<b>15.060,00</b>				
<b>Total do Programa</b>					<b>803.500,00</b>	<b>72.120,00</b>				
<b>Programa: 1801 - ESTRADAS VICINAIS</b>										
<b>Proj./Ativ.: 1013 - Aquisição de Equipamentos, Máquinas, Veículos , implementos</b>										
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>				
1013	Aquisição de Equipamentos, Máquinas, Veículos , implementos	UN	3.0000	650.000,00	5.000,00	655.000,00				
<b>Total Projeto/Atividade:</b>					<b>650.000,00</b>	<b>5.000,00</b>				
<b>Proj./Ativ.: 1019 - Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões</b>										
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>				
1019	Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões	UN	8.0000	300.000,00	70.000,00	370.000,00				
<b>Total Projeto/Atividade:</b>					<b>300.000,00</b>	<b>70.000,00</b>				
<b>Proj./Ativ.: 2016 - Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage</b>										
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>				
2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage	MESES	12.0000	174.800,00	1.395.902,80	1.570.702,80				
<b>Total Projeto/Atividade:</b>					<b>174.800,00</b>	<b>1.395.902,80</b>				
<b>Proj./Ativ.: 2031 - Manutenção dos Serviços Urbanos</b>										
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>				
2031	Manutenção dos Serviços Urbanos	MESES	12.0000	0,00	20.600,00	20.600,00				
<b>Total Projeto/Atividade:</b>					<b>0,00</b>	<b>20.600,00</b>				
<b>Proj./Ativ.: 2032 - Manutenção do Órgão de Defesa Civil Municipal</b>										
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>				
2032	Manutenção do Órgão de Defesa Civil Municipal	MESES	12.0000	0,00	15.300,00	15.300,00				
<b>Total Projeto/Atividade:</b>					<b>0,00</b>	<b>15.300,00</b>				
<b>Total do Programa</b>					<b>1.124.800,00</b>	<b>1.506.802,80</b>				

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL871101-023-LEVIY-277296249 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:44

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento

Anexo I - LDO das Metas e Prioridades

Entidade: 39.83.242.379.380.16687

LDO: 2019



<b>Órgão: 08 - Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos</b>					
<b>Unidade: 001 - Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos</b>					
<b>Total da Unidade</b>				<b>1.928.300,00</b>	<b>3.507.222,80</b>
<b>Total do Órgão</b>				<b>1.928.300,00</b>	<b>3.507.222,80</b>
<b>Órgão: 09 - Fundo Munic. dos Dir. da Criança e Adolescente</b>					
<b>Unidade: 001 - Fundo Munic. dos Dir. da Criança e Adolescente</b>					
<b>Programa: 1603 - INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>					
<b>Proj./Ativ.: 2024 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adoles</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2024	Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adoles	MESES	12,0000	0,00	5.665,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>5.665,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2027 - Manutenção e Execução de Ações de Medidas Socio Ed</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2027	Manutenção e Execução de Ações de Medidas Socio Ed	MESES	12,0000	0,00	1.030,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>1.030,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>0,00</b>	<b>6.695,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>0,00</b>	<b>6.695,00</b>
<b>Total do Órgão</b>				<b>0,00</b>	<b>6.695,00</b>
<b>Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saude</b>					
<b>Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saude</b>					
<b>Programa: 1601 - ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO</b>					
<b>Proj./Ativ.: 1014 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e mobiliários - Saúde</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
1014	Aquisição de Veículos, Equipamentos e mobiliários - Saúde	UN	5,0000	410.000,00	410.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>410.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2022 - Manutenção do Fundo Municipal de Saude</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saude	MESES	12,0000	2.588.455,00	2.588.455,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>2.588.455,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2025 - Saneamento</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2025	Saneamento	MESES	12,0000	465.000,00	465.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>465.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2045 - Ações em Vigilancia Sanitaria</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2045	Ações em Vigilancia Sanitaria		0,0000	28.600,00	28.600,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL871101-023-LEVY-277296249 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:44

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade: 39.83.242.379.380.16687  
LDO: 2019



<b>Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saúde</b>					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde					
Programa: 1601 - ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DO CIDADÃO					
Proj./Ativ.: 2045 - Ações em Vigilância Sanitária					
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>28.600,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2046 - Ações de Combate a Endemias</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2046	Ações de Combate a Endemias		0,0000	15.000,00	15.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>3.507.055,00</b>	<b>3.507.055,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>3.507.055,00</b>	<b>3.507.055,00</b>
<b>Total do Órgão</b>				<b>3.507.055,00</b>	<b>3.507.055,00</b>
<b>Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Assistência Social					
Programa: 1602 - SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Proj./Ativ.: 1006 - Aquisição de terreno para habitação, construção de					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de	UNID	10,0000	420.000,00	425.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>420.000,00</b>	<b>425.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1011 - Aquisição de veículos, equipamentos e mobiliários para gestão, CRAS e SCFV</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
1011	?Aquisição de 02 veículos de passeio ?Aquisição de 01 veículo de 07 lugares ?Aquisição de equipamentos de informática ?Aquisição de Mobiliários ?Aquisição de eletrodomésticos ?Aquisição de aparelhos de áudio, vídeo e foto	UNID	5,0000	212.300,00	214.300,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>212.300,00</b>	<b>214.300,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2006 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2006	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	MESES	12,0000	0,00	345.300,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>345.300,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2007 - Gestão do CRAS</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2007	Proteção Social Básica manutenção do CRAS pagamento de pessoal do CRAS Aquisição de mobiliário CRAS	MESES	12,0000	20.000,00	71.600,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>20.000,00</b>	<b>71.600,00</b>

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL871101-023-LEVY-277296249 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 09:44

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade: 39.83.242.379.380.16687  
LDO: 2019



<b>Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social</b> <b>Unidade: 001 - Fundo Municipal de Assistência Social</b> <b>Programa: 1602 - SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b> <b>Proj./Ativ.: 2023 - Manutenção dos Programas do FNAS e FEAS</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2023	Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento	MESES	12,0000	236.650,00	57.080,00	293.730,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>236.650,00</b>	<b>57.080,00</b>	<b>293.730,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2026 - Proteção Social Especial</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2026	Proteção Social Especial	MESES	12,0000	0,00	26.000,00	26.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>26.000,00</b>	<b>26.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2038 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS, CAMPANHAS, FESTIVIDADES, E ATIVIDADES POLITIZADAS</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2038	?Realização Olimpíada Familiar ?Apoio a realização de festividades (Páscoa , Natal, Festa Junina, Dia do Índio, Dia da criança, Dia da Independência, Dia das mães, Dia dos Pais, Dia do Professor) com crianças do SCFV , idosos e famílias vulnerabilidades ?Casamento comunitário ?Apoio a campanhas de prevenção e conscientização ?Apoio a geração de trabalho e renda as famílias inseridas nos programas sociais	MESES	12,0000	8.450,00	30.420,00	38.870,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>8.450,00</b>	<b>30.420,00</b>	<b>38.870,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>897.400,00</b>	<b>517.400,00</b>	<b>1.414.800,00</b>

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade: 39.83.242.379.380.16687  
LDO: 2019



<b>Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>					
<b>Unidade: 001 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>					
<b>Programa: 1603 - INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>					
<b>Proj./Ativ.: 2005 - MANUTENÇÃO PROJETO UBUNTU</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2005	O projeto UBUNTU desenvolverá oficinas que visam o desenvolvimento de potencialidades e habilidades, das crianças e jovens nereuenses, no contra turno escolar, com idade entre 05 (cinco) a 17 (dezesete) anos. Dentre as ações que serão desenvolvidas no Projeto UBUNTU podemos destacar as atividades:	MESES	12,0000	0,00	26.000,00
	Sócio educativas				
	ludo pedagógicas				
	Boas Práticas				
	Culturais				
	Teatro				
	Atividades físicas e esportivas (atletismo, vôlei, futsal, handebol, ginástica geral)				
	Expressão Corporal				
	Capoeira				
	Musicalização através de instrumentos musicais				
	Dança				
	Inclusão Digital				
	Reciclagem				
	Passeios Ecológicos				
	Manejo de hortas				
	Artes em geral				
	Datas comemorativas				
	Recreação				
	Demais atividades que possibilitem o crescimento humano, motor, artístico, emocional e intelectual dos alunos matriculados no projeto.				
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>26.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>0,00</b>	<b>26.000,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>897.400,00</b>	<b>1.440.800,00</b>
<b>Total do Órgão</b>				<b>897.400,00</b>	<b>1.440.800,00</b>
<b>Órgão: 15 - Departamento Municipal de Turismo, Indústria e Comércio</b>					
<b>Unidade: 001 - Departamento Municipal de Turismo, Indústria e Comércio</b>					
<b>Programa: 1503 - GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA</b>					
<b>Proj./Ativ.: 1007 - CONSTRUÇÃO PORTAL</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
1007	CONSTRUÇÃO PORTAL		0,0000	200.000,00	205.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>200.000,00</b>	<b>205.000,00</b>

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade: 39.83.242.379.380.16687  
LDO: 2019



<b>Órgão: 15 - Departamento Municipal de Turismo, Indústria e Comércio</b> <b>Unidade: 001 - Departamento Municipal de Turismo, Indústria e Comércio</b> <b>Programa: 1503 - GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA</b> <b>Proj./Ativ.: 2014 - Apoio ao Desenvolvimento do Turismo</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2014	Apoio ao Desenvolvimento do Turismo		0,0000	150.000,00	100.000,00	250.000,00
			<b>Total Projeto/Atividade:</b>	<b>150.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>250.000,00</b>
			<b>Total do Programa</b>	<b>350.000,00</b>	<b>105.000,00</b>	<b>455.000,00</b>
<b>Programa: 1901 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO</b> <b>Proj./Ativ.: 2044 - Apoio ao crescimento da indústria e comércio, geração de trabalho e renda</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2044	Apoio ao crescimento da indústria e comércio, geração de trabalho e renda		0,0000	0,00	15.000,00	15.000,00
			<b>Total Projeto/Atividade:</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>
			<b>Total do Programa</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>
			<b>Total da Unidade</b>	<b>350.000,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>470.000,00</b>
			<b>Total do Órgão</b>	<b>350.000,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>470.000,00</b>
<b>Órgão: 99 - Reserva de Contingência</b> <b>Unidade: 099 - Reserva de Contingência</b> <b>Programa: 1099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b> <b>Proj./Ativ.: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	MESES	12,0000	0,00	10.300,00	10.300,00
			<b>Total Projeto/Atividade:</b>	<b>0,00</b>	<b>10.300,00</b>	<b>10.300,00</b>
			<b>Total do Programa</b>	<b>0,00</b>	<b>10.300,00</b>	<b>10.300,00</b>
			<b>Total da Unidade</b>	<b>0,00</b>	<b>10.300,00</b>	<b>10.300,00</b>
			<b>Total do Órgão</b>	<b>0,00</b>	<b>10.300,00</b>	<b>10.300,00</b>
			<b>Total Geral</b>	<b>13.252.860,00</b>	<b>6.197.985,80</b>	<b>19.450.845,80</b>

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU. Emissão: 15/10/2018, às 09:44:09.





**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
 Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
 Anexo de Riscos Fiscais  
 LDO: 2019

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Intempérie (Enchente, vendaval, granizo, geada, nevasca, estiagem)	R\$ 10.300,00	Abertura de crédito suplementar a partir do remanejamento da Reserva de Contingência. - para restabelecer os serviços essenciais o mais breve possível	R\$ 10.300,00
Surtos Epidêmicos	R\$ 0,00		
Decisões Judiciais (Ações trabalhistas e precatórios)	R\$ 0,00		
Indenização por rescisões contratuais ou de outra natureza	R\$ 0,00		
Perda de depósitos judiciais em favor do Estado questionados no Judiciário	R\$ 0,00		
Outros passivos contingentes (especificar)	R\$ 0,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 10.300,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 10.300,00</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Fatos do príncipe (Alterações na legislação vigente que acarretem aumento inesperados de despesas)	R\$ 0,00		
Redução de receitas por colapso econômico	R\$ 0,00		
Garantias concedidas não cumpridas, inclusive fundos de aval	R\$ 0,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 10.300,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 10.300,00</b>

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Data Emissão: 15/10/2018 Hora Emissão: 09:44

Nota Explicativa:



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
 Prestação de Contas  
 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida da LDO  
 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
 LDO: 2019 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019

Pág 1 / 1

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	14.431.500,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	424.000,00
IPTU	89.000,00
ISS	92.000,00
ITBI	45.500,00
IRRF	122.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	75.500,00
Contribuições	100.000,00
Receita Patrimonial	118.200,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	118.200,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	80.000,00
Transferências Correntes	13.636.300,00
Cota-Parte do FPM	7.828.000,00
Cota-Parte do ICMS	3.200.000,00
Cota-Parte do IPVA	185.000,00
Cota-Parte do ITR	8.000,00
Transferências da LC 87/1996	12.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00
Transferências do FUNDEB	1.125.000,00
Outras Transferências Correntes	1.278.300,00
Outras Receitas Correntes	73.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	2.071.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2.071.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	12.360.500,00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Planejamento e Orçamento  
Demonstrativo das Obras em Andamento e Custos com Conservação do  
Patrimônio - Obras da LDO  
LDO: 2019

Pág 1 / 1

Art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000.

Identificação dos Projetos	Data Início Execução	Valor Projeto	Previsto	Custos Conservação	Projetos em Execução	Novos Projetos
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA OBRA "NOVO CRAS" - AÇÃO 2007	01/01/2018	0,00	1 UN	3.000,00	0,00	0,00
construção, ampliação e melhoria de unidades escolares - AÇÃO 1001		836.200,00	3 UN	5.000,00	0,00	0,00
construção de espaços esportivos - AÇÃO 1008		905.000,00	1 UN	5.000,00	0,00	0,00
CONSTRUÇÃO DE AREAS DESTINADAS A PRATICA ESPORTIVA AÇÃO - 1010		688.300,00	1 UN	2.000,00	0,00	0,00
CONSTRUÇÃO DE ARENA MULTIUSO - AÇÃO 1016		102.000,00	1 UN	5.000,00	0,00	0,00
reforma ampliação de unidades de educação infantil - ação 1020		231.861,65	1 UN	5.000,00	0,00	0,00
CONSTRUÇÃO UNIDADES HABITACIONAIS - AÇÃO 1006		420.000,00	10 UN	5.000,00	0,00	0,00
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E PONTILHOES - AÇÃO 1019		370.000,00	10 UN	5.000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>		<b>3.553.361,65</b>		<b>35.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
 Prestação de Contas  
 Demonstrativo de Despesas com Educação - LDO  
 Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
 Atualizado: Não LDO: 2019 Período de Referência: Janeiro / 2019

Pág 1 / 2

RECEITAS DO ENSINO	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	
<b>1 - RECEITA DE IMPOSTOS</b>	348.500,00
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana ? IPTU	89.000,00
1.1.1 - IPTU	80.000,00
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	500,00
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	6.500,00
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.000,00
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos ? ITBI	45.500,00
1.2.1 - ITBI	45.500,00
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	92.000,00
1.3.1 - ISS	90.000,00
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	500,00
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	1.500,00
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte ? IRRF	122.000,00
1.4.1 - IRRF	122.000,00
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	0,00
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural ? ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00
1.5.1 - ITR	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00
<b>2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	11.283.000,00
2.1 - Cota-Parte FPM	7.828.000,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	7.107.000,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	721.000,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	3.200.000,00
2.3 - ICMS-Desoneração ? L.C. nº87/1996	12.000,00
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00
2.5 - Cota-Parte ITR	8.000,00
2.6 - Cota-Parte IPVA	185.000,00
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
<b>3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	11.631.500,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	
<b>4 - EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	320.046,65
4.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	84.400,00
4.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	235.646,65
<b>5 - ENSINO FUNDAMENTAL</b>	1.878.458,35
5.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.044.600,00
5.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	833.858,35
<b>6 - ENSINO MÉDIO</b>	0,00
<b>7 - ENSINO SUPERIOR</b>	0,00
<b>8 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR</b>	0,00
<b>9 - OUTRAS</b>	17.510,00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Prestação de Contas  
Demonstrativo de Despesas com Educação - LDO  
Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Atualizado: Não LDO: 2019 Período de Referência: Janeiro / 2019

Pág 2 / 2

RECEITAS DO ENSINO	
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (4 + 5 + 6 + 7 + 8 + 9)	2.216.015,00
CÁLCULO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
1 - 11 - Receitas destinadas ao FUNDEB	2.071.000,00
2 - 12 - Transferências de recursos do FUNDEB	1.125.000,00
3 - 13 - Total	3.196.000,00
4 - 4 - Despesas do MDE	2.198.505,00
4.1 - 14.1 - Despesas do FUNDEB	1.129.000,00
4.2 - 14.2 - Despesas com Outros Recursos de Impostos	1.069.505,00
5 - 15 (-) Deduções consideradas para o limite	(946.000,00)
6 - 16 (-) Deduções rendimentos para o limite	0,00
7 - 17 - Total das despesas para fins de limite	3.144.505,00
8 - 18 - Cálculo do índice de aplicação em educação	27.03%

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 1 / 1

## Prestação de Contas

## Demonstrativo de Despesas com Pessoal - LDO

Atualizado: Não LDO: 2019 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019

DESPESA COM PESSOAL	Valor
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.581.998,35
Pessoal Ativo	6.581.998,35
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF))	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II))	0,00
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.581.998,35
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a - III b)	6.581.998,35
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	12.360.500,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	53,25
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - (60%I)	7.416.300,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (57%)	7.045.485,00



# MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

## METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Entidade(s): 39.83.242.379.380,12367

Ano de Referência: 2019

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$ 1,00
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	14.575.600,00	13.495.463,40	(7,41)	19.904.975,85	47,49	20.345.500,00	2,21	20.852.865,00	2,49	21.478.450,95	3,00
Receitas Primárias (I)	14.539.100,00	13.754.863,40	(5,39)	18.817.275,85	36,80	20.227.300,00	7,49	21.889.869,00	8,22	22.546.565,07	3,00
Despesa Total	11.978.500,00	13.464.753,00	12,41	21.097.400,00	56,69	20.345.500,00	(3,56)	20.722.570,00	1,85	21.344.247,11	3,00
Despesas Primárias (II)	11.808.500,00	13.294.753,00	12,59	20.997.400,00	57,94	20.175.500,00	(3,91)	20.547.470,00	1,84	21.163.894,11	3,00
Resultado Primário (III) = (I-II)	2.730.600,00	460.110,40	(83,15)	(2.180.124,15)	(573,83)	51.800,00	(102,38)	1.342.399,00	2.491,50	1.382.670,96	3,00
Resultado Nominal	212.159,01	(66.666,68)	(131,42)	(3.708.419,43)	5.462,63	(83.619,90)	(97,75)	(86.128,50)	3,00	(88.712,36)	3,00
Dívida Pública Consolidada	258.138,87	91.472,19	(64,56)	155.555,36	70,06	946.055,00	508,18	974.436,65	3,00	1.003.669,75	3,00
Dívida Consolidada Líquida	(41.861,13)	(108.527,81)	159,26	(3.681.362,40)	3.292,09	(2.667.079,21)	(27,55)	(2.747.091,59)	3,00	(2.829.504,34)	3,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										R\$ 1,00
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	14.575.600,00	13.495.463,40	(7,41)	19.904.975,85	47,49	20.345.500,00	2,21	20.852.865,00	2,49	21.478.450,95	3,00
Receitas Primárias (I)	14.539.100,00	13.754.863,40	(5,39)	18.817.275,85	36,80	20.227.300,00	7,49	21.889.869,00	8,22	22.546.565,07	3,00
Despesa Total	11.978.500,00	13.464.753,00	12,41	21.097.400,00	56,69	20.345.500,00	(3,56)	20.722.570,00	1,85	21.344.247,11	3,00
Despesas Primárias (II)	11.808.500,00	13.294.753,00	12,59	20.997.400,00	57,94	20.175.500,00	(3,91)	20.547.470,00	1,84	21.163.894,11	3,00
Resultado Primário (III) = (I-II)	2.730.600,00	460.110,40	(83,15)	(2.180.124,15)	(573,83)	51.800,00	(102,38)	1.342.399,00	2.491,50	1.382.670,96	3,00
Resultado Nominal	212.159,01	(66.666,68)	(131,42)	(3.708.419,43)	5.462,63	(83.619,90)	(97,75)	(86.128,50)	3,00	(88.712,36)	3,00
Dívida Pública Consolidada	258.138,87	91.472,19	(64,56)	155.555,36	70,06	946.055,00	508,18	974.436,65	3,00	1.003.669,75	3,00
Dívida Consolidada Líquida	(41.861,13)	(108.527,81)	159,26	(3.681.362,40)	3.292,09	(2.667.079,21)	(27,55)	(2.747.091,59)	3,00	(2.829.504,34)	3,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU. Emissão: 15/10/2018, às 09:29:32.

Identificador: WPL115101-023-MFCVD-277295326 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

Pág 1 / 1





**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
Prestação de Contas  
Demonstrativo de Despesas com Saúde - LDO

Pág 1 / 1

Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
Atualizado: Não LDO: 2019 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019

RECEITAS	Orçado
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)</b>	10.910.500,00
Impostos	338.500,00
Multas, Juros de Mora e Dívida ativa dos Impostos	10.000,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.562.000,00
Da União	7.127.000,00
Do Estado	3.435.000,00
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)</b>	252.600,00
Da União para o Município	0,00
Do Estado para o Município	252.600,00
Demais Municípios para o Município	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)</b>	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	11.253.400,00
<b>(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB</b>	2.071.000,00
<b>TOTAL</b>	20.345.500,00
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Orçado
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	2.655.628,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.267.852,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00
Outras Despesas Correntes	1.387.776,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	851.427,00
Investimentos	851.427,00
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida	0,00
<b>TOTAL (IV)</b>	3.507.055,00
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Orçado
<b>DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)</b>	3.507.055,00
<b>(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS</b>	0,00
<b>(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE</b>	1.064.700,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.004.700,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00
Outros Recursos	60.000,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)</b>	2.442.355,00
<b>Previsão do % mínimo de aplicação em Saúde</b>	22,39
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Orçado
Atenção Básica	3.463.455,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
Vigilância Sanitária	28.600,00
Vigilância Epidemiológica	15.000,00
Alimentação e Nutrição	0,00
Outras Subfunções	0,00
<b>TOTAL</b>	3.507.055,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**Planejamento e Orçamento  
LDO - Transferências Financeiras  
LDO: 2019

Pág 1 / 1

Entidade	Valor Concedido	Valor Recebido
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRESIDENTE NEREU	0,00	632.500,00
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU	3.755.844,20	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU	0,00	543.400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU	0,00	1.938.595,00
FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA DE PRESIDENTE NEREU	0,00	6.695,00
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO DE PRESIDENTE NEREU	0,00	634.654,20
FUNDO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA PRESIDENTE NEREU SC	0,00	0,00
<b>Total das Transferências</b>	<b>3.755.844,20</b>	<b>3.755.844,20</b>

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade: Consolidado

LDO: 2019

Pág 1 / 13

**Programa: 1099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA****Objetivos:**

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**Diretrizes:** RESERVA DE CONTINGENCIA**Função:** 99 - Reserva de Contingência**Subfunção:** 999 - Reserva de contingência**Total Programa****10.300,00****Programa: 1101 - Processo Legislativo****Objetivos:**

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar. Manter o pagamento de profissionais, garantir a manutenção das atividades da camara, construir garagem para veiculos. Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.

**Diretrizes:** O Legislativo Municipal, composto de nove Vereadores, funciona no prédio da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, não paga aluguel, tem autonomia financeira e conta com o apoio de Quatro funcionários.

**Função:** 1 - Legislativa**Subfunção:** 31 - Acao Legislativa**Total Programa****632.500,00****Programa: 1201 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR****Objetivos:**

melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar os princípios da transparência dos atos da administração; ampliar e melhorar o planejamento das ações da administração através da elaboração de relatórios gerenciais de controle. Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar os princípios da transparência dos atos da administração; ampliar e melhorar o planejamento das ações da administração através da elaboração de relatórios gerenciais de controle. Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.

**Diretrizes:** Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e por sua assessoria de planejamento e assessoria jurídica. Esta estrutura envolve, além do Prefeito e Vice-Prefeito, mais os servidores que atuam no Gabinete do Prefeito.

**Função:** 4 - Administração**Subfunção:** 122 - Administracao Geral**Total Programa****554.460,00****Programa: 1301 - ADMINISTRAÇÃO GERAL**



## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade: Consolidado

LDO: 2019

Pág 2 / 13

### Objetivos:

Manter o controle dos atos e limites dos gastos de pessoal, ampliar o controle do patrimônio público e serviços oferecidos pela administração, ampliar e facilitar o acesso da população às informações da gestão pública, ampliar e controlar a arrecadação de tributos municipais para garantir a fonte de financiamento dos serviços de competência do município, produzir os relatórios gerenciais para buscar o controle dos limites estabelecidos pela legislação para o controle interno e alcançar as metas traçadas pela administração. Melhorar a arrecadação de tributos, o planejamento, controle interno da administração, a qualidade dos serviços prestados e ampliar os métodos de transparência, com vistas a alcançar as metas traçadas e buscar um bom relacionamento com a população.

Criar medidas inovadoras e estratégicas;

Reforçar a capacidade administrativa e de gestão municipal;

Reunir equipes e planejar atividades mensalmente;

Incentivar a utilização de consórcios Intermunicipais;

Criar mecanismos de integração com os municípios da região;

Criar programa de capacitação nos setores;

Promover o município Modelo em transparência pública;

Valorizar o funcionário público;

Trabalhar em rede com todas as secretarias;

Otimização dos espaços públicos;

Implementação do Plano Diretor Participativo.

Contribuir para a criação e formalização de microempresas e microempreendedores individuais no município;

Buscar parcerias com instituições representativas no setor produtivo para apoiar as empresas na implantação de programas de gestão ambiental;

Implantação da Sala do Empreendedor;

Dar continuidade na Promoção de políticas públicas que incentivam a comercialização no comércio local;

Fortalecer o Comitê Gestor para a efetivação de políticas públicas direcionadas aos empreendedores locais;

Continuar fomentando as compras públicas através de produtos locais;

Incentivar o desenvolvimento através de parcerias com instituições de ensino e pesquisa;

Fortalecer a rede de empreendedores locais;

Parcerias com instituições para busca de capacitações direcionadas aos empreendedores;

Políticas Públicas de valorização e apoio aos pequenos negócios;

Atualizar a lei que regulamenta o Selo de Inspeção Municipal - SIM a fim de facilitar a comercialização dos produtos de origem animal e vegetal;

Regulamentar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa;

Criar Núcleo Gestor comercial;

Criar mecanismos de fiscalização tributária; ? Incentivar a construção de Projetos Inovadores;

Estimular a Economia Criativa.

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar os princípios da transparência dos atos da administração; ampliar e melhorar o planejamento das ações da administração através da elaboração de relatórios gerenciais de controle. Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.

Manter o controle dos atos e limites dos gastos de pessoal, ampliar o controle do patrimônio público e serviços oferecidos pela administração, ampliar e facilitar o acesso da população às informações da gestão pública, ampliar e controlar a arrecadação de tributos municipais para garantir a fonte de financiamento dos serviços de competência do município, produzir os relatórios gerenciais para buscar o controle dos limites estabelecidos pela legislação para o controle interno e alcançar as metas traçadas pela administração. Melhorar a arrecadação de tributos, o planejamento, controle interno da administração, a qualidade dos serviços prestados e ampliar os métodos de transparência, com vistas a alcançar as metas traçadas e buscar um bom relacionamento com a população.

Criar medidas inovadoras e estratégicas;

Reforçar a capacidade administrativa e de gestão municipal;

Reunir equipes e planejar atividades mensalmente;

Incentivar a utilização de consórcios Intermunicipais;

Criar mecanismos de integração com os municípios da região;

Criar programa de capacitação nos setores;

Promover o município Modelo em transparência pública;

Valorizar o funcionário público;

Trabalhar em rede com todas as secretarias;

Otimização dos espaços públicos;

Implementação do Plano Diretor Participativo.

Contribuir para a criação e formalização de microempresas e microempreendedores individuais no município;

Buscar parcerias com instituições representativas no setor produtivo para apoiar as empresas na implantação de programas de gestão ambiental;

Implantação da Sala do Empreendedor;

Dar continuidade na Promoção de políticas públicas que incentivam a comercialização no comércio local;

Fortalecer o Comitê Gestor para a efetivação de políticas públicas direcionadas aos empreendedores locais;

Continuar fomentando as compras públicas através de produtos locais;

Incentivar o desenvolvimento através de parcerias com instituições de ensino e pesquisa;

Fortalecer a rede de empreendedores locais;

Parcerias com instituições para busca de capacitações direcionadas aos empreendedores;

Políticas Públicas de valorização e apoio aos pequenos negócios;

Atualizar a lei que regulamenta o Selo de Inspeção Municipal - SIM a fim de facilitar a comercialização dos produtos de origem animal e vegetal;

Regulamentar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa;

Criar Núcleo Gestor comercial;

Criar mecanismos de fiscalização tributária; ? Incentivar a construção de Projetos Inovadores;

Estimular a Economia Criativa.

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar os princípios da transparência dos atos da administração; ampliar e melhorar o planejamento das ações da administração através da elaboração de relatórios gerenciais de controle. Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.

**Diretrizes:** Este programa será executado pela gerência de recursos humanos, pela gerência do patrimônio público municipal, pela gerência do controle do cadastro e tributação, pela gerência de arrecadação e pagamentos, pela gerência de registros contábeis, pela gerência de controle dos processos licitatórios e contratos e pela gerência de serviços gerais, envolvendo os servidores lotados no Setor Administrativo. Reajustamento da remuneração dos servidores e ou revisão geral anual dos salários.

**Função:** 4 - Administração

**Função:** 4 - Administração

**Função:** 6 - Segurança Pública

**Subfunção:** 122 - Administracao Geral

**Subfunção:** 123 - Administração Financeira

**Subfunção:** 181 - Policiamento

**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade: Consolidado

LDO: 2019

Pág 3 / 13

<b>Função:</b> 28 - Encargos Especiais	<b>Subfunção:</b> 122 - Administracao Geral
<b>Função:</b> 28 - Encargos Especiais	<b>Subfunção:</b> 843 - Serviço da Dívida Interna
<b>Função:</b> 28 - Encargos Especiais	<b>Subfunção:</b> 845 - Outras Transferências
<b>Total Programa</b>	<b>2.191.155,00</b>
<b>Programa: 1303 - COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SINAIS DE TV</b>	
<b>Objetivos:</b> Proporcionar a população do município o acesso às informações e programação do Estado de Santa Catarina, através de seus telejornais. Bem como despesas com linha telefônica movel e fixa promovendo a comunicação do poder publico Proporcionar a população do município o acesso às informações e programação do Estado de Santa Catarina, através de seus telejornais. Bem como despesas com linha telefônica movel e fixa promovendo a comunicação do poder publico	
<b>Diretrizes:</b> O recebimento dos sinais de televisão são realizados por duas torres de transmissão, sendo que ambas transmitem sinais da TV BA e TV aberta.	
<b>Função:</b> 24 - Comunicações	<b>Subfunção:</b> 722 - Telecomunicações
<b>Total Programa</b>	<b>41.000,00</b>
<b>Programa: 1401 - ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL</b>	

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade: Consolidado

LDO: 2019

Pág 4 / 13

**Objetivos:**

Ampliar área de produção e a produtividade, elevar a rentabilidade e diversificar as fontes de renda, capitalizar o agricultor. Formar cooperativa para oferecer os serviços de implementos  
Desenvolver Programa de manejo e conservação do solo;  
Promover orientações técnicas aos agricultores;  
Renovar e garantir os convênios com governo do Estado - Epagri e Cidasc;  
Apoiar e fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR;  
Promover ações para o fortalecimento da agricultura orgânica;  
Utilizar as propriedades agrícolas para visitas educacionais;  
Buscar e intensificar cursos profissionalizantes para agricultores (EPAGRI, SENAR, SEBRAE e Sindicato dos Trabalhadores Rurais);  
Mobilizar os agricultores para participação de cursos;  
Buscar parcerias com APREMAVI e Associação do Meio Ambiente; ? Continuidade da Projeto Caravana Rural;  
Resgatar os princípios das microbacias;

Formar cooperativa para oferecer os serviços de implementos agrícolas;  
Desenvolver Programa de manejo e conservação do solo;  
Renovar e garantir os convênios com governo do Estado - Epagri e Cidasc;  
Apoiar e fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR;  
Promover ações para o fortalecimento da agricultura orgânica;  
Utilizar as propriedades agrícolas para visitas educacionais;  
Buscar e intensificar cursos profissionalizantes para agricultores (EPAGRI, SENAR, SEBRAE e Sindicato dos Trabalhadores Rurais);  
Mobilizar os agricultores para participação de cursos;  
Buscar parcerias com APREMAVI e Associação do Meio Ambiente; ? Continuidade da Projeto Caravana Rural;  
Criar condições e melhorias para escoação agrícola;  
Resgatar os princípios das microbacias;  
Incentivar cooperativas de beneficiamento de alimentos;  
Otimizar e ampliar o programa de distribuição de calcário;  
Instituir audiências públicas em todas as localidades a fim de buscar demandas direcionadas aos agricultores;  
Fomentar Programa do Credito Fundiário;  
Fomentar através de ações a permanência dos jovens na agricultura;  
Promover ações para proteção de nascentes;  
Ampliar e melhorar a Feira Municipal Agroecológica  
Apoio A Construção De Cisternas Nas Residências Rurais  
Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.

Ampliar área de produção e a produtividade, elevar a rentabilidade e diversificar as fontes de renda, capitalizar o agricultor. Formar cooperativa para oferecer os serviços de implementos  
Desenvolver Programa de manejo e conservação do solo;  
Promover orientações técnicas aos agricultores;  
Renovar e garantir os convênios com governo do Estado - Epagri e Cidasc;  
Apoiar e fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR;  
Promover ações para o fortalecimento da agricultura orgânica;  
Utilizar as propriedades agrícolas para visitas educacionais;  
Buscar e intensificar cursos profissionalizantes para agricultores (EPAGRI, SENAR, SEBRAE e Sindicato dos Trabalhadores Rurais);  
Mobilizar os agricultores para participação de cursos;  
Buscar parcerias com APREMAVI e Associação do Meio Ambiente; ? Continuidade da Projeto Caravana Rural;  
Resgatar os princípios das microbacias;

Formar cooperativa para oferecer os serviços de implementos agrícolas;  
Desenvolver Programa de manejo e conservação do solo;  
Renovar e garantir os convênios com governo do Estado - Epagri e Cidasc;  
Apoiar e fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR;  
Promover ações para o fortalecimento da agricultura orgânica;  
Utilizar as propriedades agrícolas para visitas educacionais;  
Buscar e intensificar cursos profissionalizantes para agricultores (EPAGRI, SENAR, SEBRAE e Sindicato dos Trabalhadores Rurais);  
Mobilizar os agricultores para participação de cursos;  
Buscar parcerias com APREMAVI e Associação do Meio Ambiente; ? Continuidade da Projeto Caravana Rural;  
Criar condições e melhorias para escoação agrícola;  
Resgatar os princípios das microbacias;  
Incentivar cooperativas de beneficiamento de alimentos;  
Otimizar e ampliar o programa de distribuição de calcário;  
Instituir audiências públicas em todas as localidades a fim de buscar demandas direcionadas aos agricultores;  
Fomentar Programa do Credito Fundiário;  
Fomentar através de ações a permanência dos jovens na agricultura;  
Promover ações para proteção de nascentes;  
Ampliar e melhorar a Feira Municipal Agroecológica  
Apoio A Construção De Cisternas Nas Residências Rurais  
Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.

**Diretrizes:** O município possui pequenas propriedades rurais, que dependem da agricultura de subsistência no cultivo de fumo, cebola, milho, feijão. Possui uma retroescavadeira , uma caçamba, Possui 03 tratores com diversos implementos agrícolas.

**Função:** 20 - Agricultura**Subfunção:** 606 - Extensão Rural**Total Programa****894.654,20****Programa:** 1501 - CRIANÇA NA ESCOLA



## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade: Consolidado

LDO: 2019

Pág 5 / 13

### Objetivos:

Incluir a distribuição gratuita de uniforme escolar completo.  
 Famílias integradas - Estimular a participação das famílias na educação das crianças de Presidente Nereu;  
 Assegurar o acesso à educação especializada aos educandos com necessidades educacionais especiais;  
 Criar estrutura administrativa própria na Escola Municipal Vereador Jaime Gili e creche Municipal;  
 Realizar estudo para integrar a Educação no Campo (turismo rural e meio ambiente) na grade curricular da Rede Municipal de Ensino;  
 Promover estudos no Plano Municipal de Educação de forma democrática, visando estratégias do futuro educacional de Presidente Nereu para os próximos dez anos garantindo o cumprimento e a supervisão;  
 Auxiliar na inserção ao mercado de trabalho;  
 Instituir o programa de distribuição gratuita anual de uniformes para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino;  
 Valorizar o magistério e garantir o cumprimento de horas/atividades para todos os professores;  
 Oferecer processo seletivo imediato quando necessário;  
 Construir uma quadra esportiva coberta na E.M. Vereador Jaime Gili, onde possam ser executados as ações esportivas da própria escola;  
 Garantir a merenda escolar de qualidade..  
 Ampliar e qualificar a frota de Transportes da Secretaria Municipal de Educação, garantindo a segurança e o conforto dos alunos;  
 Garantir e ampliar a oferta de merenda escolar da agricultura familiar;  
 Aplicar os recursos financeiros da educação;  
 Política de incentivo a promoção de parcerias com universidades para oportunizar o ensino superior;  
 Promover parcerias com o Ginásio Municipal de Esportes Geraldo Back e Clubes Esportivos para a realização de eventos esportivos e atividades físicas escolares;  
 Promover a melhoria da estrutura física e equipamentos informatizados das escolas e creche; ? Investir na formação continuada dos professores;  
 Reformulação do Plano de Carreira dos educadores da Rede Municipal de Ensino;  
 Dar ênfase em projetos pedagógicos de educação ambiental, trânsito, cidadania e empreendedorismo;  
 Investir no acervo de livros para as bibliotecas das escolas municipais;  
 Garantir a data base. Realização de concurso público para suprir vagas.

#### 1 . AMPLIAÇÃO, REFORMA E MELHORIA DAS UNIDADE ESCOLARES

Reforma e ampliação das unidades escolares Jaime Gili, Anita Knis,  
 Ampliação de espaços para abrigar salas de aulas na escola Vereador Jaime Gili  
 Reforma da secretaria de educação

#### 2 . AMPLIAÇÃO, REFORMA E MELHORIA DA CRECHE MUNICIPAL

Melhoria no acesso à creche municipal, construção de entrada coberta ligando o portão ao acesso principal da creche.

Reforma da creche, melhoria dos espaços internos da creche.

#### 3 . CONSTRUÇÃO DE UNIDADES EDUCACIONAIS E ESPORTIVAS

Construção de ESCOLA para ensino fundamental  
 Construção de Quadra poliesportiva coberta  
 Construção de sala para abrigar biblioteca municipal  
 Construção de 04 novas salas no CEI Vó Paulina  
 Construção de uma unidade de atendimento educacional especializado  
 Construção de refeitório na escola Vereador Jaime Gili  
 Construção de sala de informática

#### 4 . AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

Aquisição de 01 veículo adaptado para transporte de alunos com necessidades especiais  
 Aquisição de 05 ônibus  
 Aquisição de 02 carros de passeio para a Secretaria de Educação

#### 5 . AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO PARA UNIDADES ESCOLARES

Aquisição de equipamentos de informática  
 Aquisição de Mobiliários para sala de aulas e secretarias de educação,  
 Aquisição de eletrodomésticos para unidades escolares  
 Aquisição de aparelhos de áudio, vídeo e foto para unidades escolares e secretarias de educação.

#### 5 . APOIO A REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES e EVENTOS ESCOLARES

Pascoa  
 Natal  
 Festa junina  
 Dia do índio  
 Dia da criança  
 Dia das mães  
 Dia dos Pais  
 Olimpíadas Escolares





# MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade: Consolidado

LDO: 2019

Pág 6 / 13

## Objetivos:

Incluir a distribuição gratuita de uniforme escolar completo.  
 Famílias integradas - Estimular a participação das famílias na educação das crianças de Presidente Nereu;  
 Assegurar o acesso à educação especializada aos educandos com necessidades educacionais especiais;  
 Criar estrutura administrativa própria na Escola Municipal Vereador Jaime Gili e creche Municipal;  
 Realizar estudo para integrar a Educação no Campo (turismo rural e meio ambiente) na grade curricular da Rede Municipal de Ensino;  
 Promover estudos no Plano Municipal de Educação de forma democrática, visando estratégias do futuro educacional de Presidente Nereu para os próximos dez anos garantindo o cumprimento e a supervisão;  
 Auxiliar na inserção ao mercado de trabalho;  
 Instituir o programa de distribuição gratuita anual de uniformes para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino;  
 Valorizar o magistério e garantir o cumprimento de horas/atividades para todos os professores;  
 Oferecer processo seletivo imediato quando necessário;  
 Construir uma quadra esportiva coberta na E.M. Vereador Jaime Gili, onde possam ser executados as ações esportivas da própria escola;  
 Garantir a merenda escolar de qualidade..  
 Ampliar e qualificar a frota de Transportes da Secretaria Municipal de Educação, garantindo a segurança e o conforto dos alunos;  
 Garantir e ampliar a oferta de merenda escolar da agricultura familiar;  
 Aplicar os recursos financeiros da educação;  
 Política de incentivo a promoção de parcerias com universidades para oportunizar o ensino superior;  
 Promover parcerias com o Ginásio Municipal de Esportes Geraldo Back e Clubes Esportivos para a realização de eventos esportivos e atividades físicas escolares;  
 Promover a melhoria da estrutura física e equipamentos informatizados das escolas e creche; ? Investir na formação continuada dos professores;  
 Reformulação do Plano de Carreira dos educadores da Rede Municipal de Ensino;  
 Dar ênfase em projetos pedagógicos de educação ambiental, trânsito, cidadania e empreendedorismo;  
 Investir no acervo de livros para as bibliotecas das escolas municipais;  
 Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.

### 1 . AMPLIAÇÃO, REFORMA E MELHORIA DAS UNIDADE ESCOLARES

Reforma e ampliação das unidades escolares Jaime Gili, Anita Knis,  
 Ampliação de espaços para abrigar salas de aulas na escola Vereador Jaime Gili  
 Reforma da secretaria de educação

### 2 . AMPLIAÇÃO, REFORMA E MELHORIA DA CRECHE MUNICIPAL

Melhoria no acesso à creche municipal, construção de entrada coberta ligando o portão ao acesso principal da creche.  
 Reforma da creche, melhoria dos espaços internos da creche.

### 3 . CONSTRUÇÃO DE UNIDADES EDUCACIONAIS E ESPORTIVAS

Construção de ESCOLA para ensino fundamental  
 Construção de Quadra poliesportiva coberta  
 Construção de sala para abrigar biblioteca municipal  
 Construção de 04 novas salas no CEI Vó Paulina  
 Construção de uma unidade de atendimento educacional especializado  
 Construção de refeitório na escola Vereador Jaime Gili  
 Construção de sala de informática

### 4 . AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

Aquisição de 01 veículo adaptado para transporte de alunos com necessidades especiais  
 Aquisição de 05 ônibus  
 Aquisição de 02 carros de passeio para a Secretaria de Educação

### 5 . AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO PARA UNIDADES ESCOLARES

Aquisição de equipamentos de informática  
 Aquisição de Mobiliários para sala de aulas e secretarias de educação,  
 Aquisição de eletrodomésticos para unidades escolares  
 Aquisição de aparelhos de áudio, vídeo e foto para unidades escolares e secretarias de educação.

### 5 . APOIO A REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES e EVENTOS ESCOLARES

Pascoa  
 Natal  
 Festa junina  
 Dia do índio  
 Dia da criança  
 Dia das mães  
 Dia dos Pais  
 Olimpíadas Escolares

**Diretrizes:** Este programa será executado pelo Departamento de Educação. O município atualmente atende 260 alunos, com a seguinte estrutura: 23 professores, 09 merendeiras e 06 auxiliares de serviços gerais. Na educação infantil há 01 estabelecimento de ensino atendendo 120 crianças, no ensino Fundamental há 02 unidades escolares atendendo aproximadamente, 140 alunos. O transporte escolar diário atende 300 alunos, e é realizado por 11 veículos de transporte escolar.

**Função:** 12 - Educação

**Subfunção:** 306 - Alimentação e Nutrição

**Função:** 12 - Educação

**Subfunção:** 361 - Ensino Fundamental

**Função:** 12 - Educação

**Subfunção:** 365 - Educação Infantil

**Função:** 12 - Educação

**Subfunção:** 367 - Educacao Especial

**Total Programa**

**5.821.018,00**

**Programa: 1502 - ESPORTE E LAZER**

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade: Consolidado

LDO: 2019

Pág 7 / 13

**Objetivos:**

Estimular a prática esportiva, desenvolver o esporte competitivo e a integração entre comunidades e as equipes esportivas, descobrir novos talentos, afastar os jovens das ruas e das drogas. Promover a Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer. Treinar atletas, técnicos e profissionais da área esportiva visando à excelência no esporte.

**1 - APOIO A REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS ESPORTIVOS MUNICIPAIS**

Campeonato municipal de vôlei de quadra e areia.

Campeonato municipal de futebol de campo, suíço, quadra e areia

Campeonato municipal esportivo entre famílias - Olimpíada familiar

Campeonato de bocha

Campeonato de dominó, canastra

Jogos da melhor Idade

**2. APOIO AO DESPORTO AMADOR**

Apoio escolinha de esportes.

Apoio participação de atletas municipais na liga Riosulense

Apoio a participação de atletas municipais em campeonatos regionais, estaduais e nacionais.

Apoio a corrida da aventura

Apoio ao desafio Marcio May

Apoio ao enduro fim, etapa PRESIDENTE NEREU.

Garantir a data base. Realização de concurso público para suprir vagas

Estimular a prática esportiva, desenvolver o esporte competitivo e a integração entre comunidades e as equipes esportivas, descobrir novos talentos, afastar os jovens das ruas e das drogas. Promover a Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer. Treinar atletas, técnicos e profissionais da área esportiva visando à excelência no esporte.

**1 - APOIO A REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS ESPORTIVOS MUNICIPAIS**

Campeonato municipal de vôlei de quadra e areia.

Campeonato municipal de futebol de campo, suíço, quadra e areia

Campeonato municipal esportivo entre famílias - Olimpíada familiar

Campeonato de bocha

Campeonato de dominó, canastra

Jogos da melhor Idade

**2. APOIO AO DESPORTO AMADOR**

Apoio escolinha de esportes.

Apoio participação de atletas municipais na liga Riosulense

Apoio a participação de atletas municipais em campeonatos regionais, estaduais e nacionais.

Apoio a corrida da aventura

Apoio ao desafio Marcio May

Apoio ao enduro fim, etapa PRESIDENTE NEREU.

Garantir a data base. Realização de concurso público para suprir vagas

**Diretrizes:** O município possui um professor de Educação Física que desenvolve atividades com as crianças nas escolas municipais, possui vários campos de futebol em todos as comunidades do interior do município para atender uma população de 2.342 habitantes. Ausência de incentivos e estímulos a prática esportiva e ausência de infraestrutura ao desporto amador.

**Função:** 27 - Desporto e Lazer**Subfunção:** 812 - Desporto Comunitário**Total Programa****924.690,00****Programa: 1503 - GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA****Objetivos:**

Dar um novo rumo a cidade com geração de novos empregos e aumento e diversificação de renda. Viabilizar o acesso da sociedade à cultura. Inserir o município no cenário de Turismo Ecológico, através de cadastramento de locais de potencial e divulgação em nível regional e estadual.

Tornar a circulação pela cidade, mais fácil, através de uma sinalização vertical e horizontal através de símbolos universais. Divulgar as potencialidades turísticas do município. Conhecer novas técnicas e tendências do turismo e divulgar o município. Promover políticas públicas articuladas para a proteção do Patrimônio cultural e natural;

Promover ações de valorização e fortalecimento cultural;

Reativar e reestruturar a biblioteca municipal;

Reativar o Fundo Municipal de Cultura;

Buscar parcerias com instituições que desenvolvem ações culturais em todo o município;

Apoiar os talentos culturais e artísticos;

Construir espaço para Acervo Histórico da II Guerra Mundial;

Construir Centro Cultural;

Resgatar a identidade cultural das famílias;

Criar site da cultura para resgate e inserção de informações das famílias históricas do município;

Garantir a data base. Realização de concurso público para suprir vagas.

Dar um novo rumo a cidade com geração de novos empregos e aumento e diversificação de renda. Viabilizar o acesso da sociedade à cultura. Inserir o município no cenário de Turismo Ecológico, através de cadastramento de locais de potencial e divulgação em nível regional e estadual.

Tornar a circulação pela cidade, mais fácil, através de uma sinalização vertical e horizontal através de símbolos universais. Divulgar as potencialidades turísticas do município. Conhecer novas técnicas e tendências do turismo e divulgar o município. Promover políticas públicas articuladas para a proteção do Patrimônio cultural e natural;

Promover ações de valorização e fortalecimento cultural;

Reativar e reestruturar a biblioteca municipal;

Reativar o Fundo Municipal de Cultura;

Buscar parcerias com instituições que desenvolvem ações culturais em todo o município;

Apoiar os talentos culturais e artísticos;

Construir espaço para Acervo Histórico da II Guerra Mundial;

Construir Centro Cultural;

Resgatar a identidade cultural das famílias;

Criar site da cultura para resgate e inserção de informações das famílias históricas do município;

Garantir a data base. Realização de concurso público para suprir vagas.

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade: Consolidado

LDO: 2019

Pág 8 / 13

**Diretrizes:** Dar atenção maior ao registro que forma a memória do Município e compõem a história de Presidente Nereu. Promover o resgate e a conservação da memória e do patrimônio histórico, artístico e cultural equilibrando perspectiva turística e o enriquecimento cultural da população. Estimular a produção e a difusão da cultura de forma ampla, compatíveis com a nova dimensão que a cultura vem assumindo, seja como fonte de emprego, instrumento de desenvolvimento espiritual ou de coesão social. Gerir políticas públicas, buscando assegurar o amplo acesso às mais diversificadas ações culturais, e o direito de expressão e fruição, atuando na promoção de eventos artísticos e no apoio aos artistas, oferecendo uma programação de qualidade, sem discriminações culturais ou de classe. Investimentos em infra-estrutura, recuperando bibliotecas, casas históricas, manutenção do Museu, e criação do memorial aos Expedicionários. Implementar ações de Turismo ecológico. Preparar a comunidade, os profissionais e os empresários para a atuação voltada ao turismo. Sinalizar a cidade. Viabilizar as visitas de operadores de turismo da região e do Brasil. Participação de Congressos, Seminários e Feiras. Criação, implantação e manutenção do Centro de Informação ao Turista. Construção do Portal de entrada da Cidade. Estimular a produção e difusão artística e cultural, com ênfase na produção popular que não tem acesso ao mercado e à mídia.

**Função:** 13 - Cultura**Subfunção:** 392 - Difusão Cultural**Função:** 23 - Comércio e Serviços**Subfunção:** 695 - Turismo**Total Programa****798.950,00****Programa:** 1601 - ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade: Consolidado

LDO: 2019

Pág 9 / 13

**Objetivos:**

Melhorar as condições de saúde da população através da realização da medicina preventiva, através da realização de campanhas voltadas a saúde mental, a utilização de mecanismos de proteção no manuseio de agrotóxicos e produtos químicos em geral utilizados em lavouras, o incentivo a prática esportiva, atividades físicas, despoluir os córregos e rios, dar solução ao esgotamento sanitário. Oferecer pronto atendimento em saúde pública através das unidades básicas de saúde; Maximizar a oferta de serviço odontológico através das unidades básicas de saúde. Oferecer atendimento psicológico em unidades básicas de saúde; Oferecer atendimento integral e reabilitação de pacientes com limitação de movimentos, através de acompanhamento fisioterapêutico. Oferecer atendimento a pacientes com limitações auditivas e de fala. Oferecer proteção médica e instrução a mulheres grávidas; Oferecer proteção alimentar e acompanhamento médico a crianças até seis meses de vida, reduzindo a mortalidade infantil por carência alimentar. Realizar procedimentos nas áreas de: imunologia, bioquímica, hormônios, hematologia, microbiologia, urinálise e parasitologia. Manter funcionamento de sala para coleta de análises clínicas. Ampliar a oferta de consultas e exames especializados. Adequar espaço físico. Pleitear e fiscalizar o financiamento do Sistema Municipal de Saúde pelo somatório dos recursos das três esferas de governo, a partir dos patamares já determinados por lei, garantindo que o Município trabalhará com a perspectiva de investir, no mínimo, 15% de seu orçamento; Priorizar o atendimento à criança desde a concepção até a adolescência, em conformidade com os pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente; Aperfeiçoar/implantar novos programas básicos de saúde, contemplando: saúde do trabalhador, saúde da mulher, diabéticos, hipertensos, crianças, negros e idosos; Consolidar os mecanismos de controle social e participação popular através do Conselho Municipal de Saúde - órgão representativo da coletividade na deliberação das políticas públicas de saúde; Ampliar o atendimento às Doenças sexualmente Transmissíveis (DSTs), de forma continuada e permanente; Promover treinamentos específicos e constantes aos funcionários da rede de saúde, buscando o estabelecimento de metas, indicadores de avaliação e controle de qualidade; Implantar um programa de divulgação periódica das ações de saúde, através do Conselho Municipal de Saúde. Ampliar a oferta de consultas e exames especializados. Adequar espaço físico. Pleitear e fiscalizar o financiamento do Sistema Municipal de Saúde pelo somatório dos recursos das três esferas de governo, a partir dos patamares já determinados por lei, garantindo que o Município trabalhará com a perspectiva de investir, no mínimo, 15% de seu orçamento; Priorizar o atendimento à criança desde a concepção até a adolescência, em conformidade com os pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente; Aperfeiçoar/implantar novos programas básicos de saúde, contemplando: saúde do trabalhador, saúde da mulher, diabéticos, hipertensos, crianças, negros e idosos; Consolidar os mecanismos de controle social e participação popular através do Conselho Municipal de Saúde - órgão representativo da coletividade na deliberação das políticas públicas de saúde; Ampliar o atendimento às Doenças sexualmente Transmissíveis (DSTs), de forma continuada e permanente; Promover treinamentos específicos e constantes aos funcionários da rede de saúde, buscando o estabelecimento de metas, indicadores de avaliação e controle de qualidade; Implantar um programa de divulgação periódica das ações de saúde, através do Conselho Municipal de Saúde; Garantir a data base. Realização de concurso público para suprir vagas. Rever plano de cargos e salários; Espaço destinado aos motoristas; Reorganizar a recepção; Treinar as equipes de trabalho; Sistematizar o atendimento da equipe de saúde; Ofertar treinamento contínuo para melhorar a comunicação entre as equipes; Melhorias dos Programas de saúde; Estruturar as concessões existentes; Capacitar profissional efetivo (técnico) para formalização de programas da saúde; Atenção especial aos pacientes; Ações preventivas com os mais variados grupos; Dar continuidade ao Programa CIS-AMAVI; Atuação efetiva do Conselho Municipal de Saúde; Incentivar e estruturar o Programa PMAC na atenção básica e equipe de saúde; ? Adquirir novos veículos ambulâncias; Aquisição de academia da saúde; Reestruturar fisicamente a Secretaria Municipal de Saúde e Unidade Básica de Saúde Humanização da equipe



# MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade: Consolidado

LDO: 2019

Pág 10 / 13

## Objetivos:

Melhorar as condições de saúde da população através da realização da medicina preventiva, através da realização de campanhas voltadas a saúde mental, a utilização de mecanismos de proteção no manuseio de agrotóxicos e produtos químicos em geral utilizados em lavouras, o incentivo a prática esportiva, atividades físicas, despoluir os córregos e rios, dar solução ao esgotamento sanitário. Oferecer pronto atendimento em saúde pública através das unidades básicas de saúde; Maximizar a oferta de serviço odontológico através das unidades básicas de saúde. Oferecer atendimento psicológico em unidades básicas de saúde; Oferecer atendimento integral e reabilitação de pacientes com limitação de movimentos, através de acompanhamento fisioterapêutico. Oferecer atendimento a pacientes com limitações auditivas e de fala. Oferecer proteção médica e instrução a mulheres grávidas; Oferecer proteção alimentar e acompanhamento médico a crianças até seis meses de vida, reduzindo a mortalidade infantil por carência alimentar. Realizar procedimentos nas áreas de: imunologia, bioquímica, hormônios, hematologia, microbiologia, urinálise e parasitologia. Manter funcionamento de sala para coleta de análises clínicas. Ampliar a oferta de consultas e exames especializados. Adequar espaço físico. Pleitear e fiscalizar o financiamento do Sistema Municipal de Saúde pelo somatório dos recursos das três esferas de governo, a partir dos patamares já determinados por lei, garantindo que o Município trabalhará com a perspectiva de investir, no mínimo, 15% de seu orçamento; Priorizar o atendimento à criança desde a concepção até a adolescência, em conformidade com os pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente; Aperfeiçoar/implantar novos programas básicos de saúde, contemplando: saúde do trabalhador, saúde da mulher, diabéticos, hipertensos, crianças, negros e idosos; Consolidar os mecanismos de controle social e participação popular através do Conselho Municipal de Saúde - órgão representativo da coletividade na deliberação das políticas públicas de saúde; Ampliar o atendimento às Doenças sexualmente Transmissíveis (DSTs), de forma continuada e permanente; Promover treinamentos específicos e constantes aos funcionários da rede de saúde, buscando o estabelecimento de metas, indicadores de avaliação e controle de qualidade; Implantar um programa de divulgação periódica das ações de saúde, através do Conselho Municipal de Saúde. Ampliar a oferta de consultas e exames especializados. Adequar espaço físico. Pleitear e fiscalizar o financiamento do Sistema Municipal de Saúde pelo somatório dos recursos das três esferas de governo, a partir dos patamares já determinados por lei, garantindo que o Município trabalhará com a perspectiva de investir, no mínimo, 15% de seu orçamento; Priorizar o atendimento à criança desde a concepção até a adolescência, em conformidade com os pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente; Aperfeiçoar/implantar novos programas básicos de saúde, contemplando: saúde do trabalhador, saúde da mulher, diabéticos, hipertensos, crianças, negros e idosos; Consolidar os mecanismos de controle social e participação popular através do Conselho Municipal de Saúde - órgão representativo da coletividade na deliberação das políticas públicas de saúde; Ampliar o atendimento às Doenças sexualmente Transmissíveis (DSTs), de forma continuada e permanente; Promover treinamentos específicos e constantes aos funcionários da rede de saúde, buscando o estabelecimento de metas, indicadores de avaliação e controle de qualidade; Implantar um programa de divulgação periódica das ações de saúde, através do Conselho Municipal de Saúde; Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas. Rever plano de cargos e salários;

Espaço destinado aos motoristas;  
Reorganizar a recepção;  
Treinar as equipes de trabalho;  
Sistematizar o atendimento da equipe de saúde;  
Ofertar treinamento contínuo para melhorar a comunicação entre as equipes;  
Melhorias dos Programas de saúde;  
Estruturar as concessões existentes;  
Capacitar profissional efetivo (técnico) para formalização de programas da saúde;  
Atenção especial aos pacientes;  
Ações preventivas com os mais variados grupos;  
Dar continuidade ao Programa CIS-AMAVI;  
Atuação efetiva do Conselho Municipal de Saúde;  
Incentivar e estruturar o Programa PMAC na atenção básica e equipe de saúde;  
? Adquirir novos veículos ambulâncias;  
Aquisição de academia da saúde;  
Reestruturar fisicamente a Secretaria Municipal de Saúde e Unidade Básica de Saúde  
Humanização da equipe

**Diretrizes:** Ampliação, melhoria e reaparelhamento das unidades de saúde do município, aquisição de veículos para transporte de pacientes e ambulâncias equipadas, aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, contratação de profissionais especializados, realização da medicina preventiva com palestras nas escolas por médicos e dentistas, voltadas a higiene, preservação da água, vigilância sanitária e conscientização do povo em geral. Melhorar e ampliar o sistema de abastecimento de água. Viabilizar a aquisição do terreno que forma da Bacia Hidrográfica da captação de água do município, instalação de fossas e filtros anaeróbicos nas residências exigindo estes equipamentos para as novas construções, coleta domiciliar do lixo tóxico, aquisição de medicamentos com ampliação da farmácia básica, manutenção e ampliação da vigilância em saúde, realização de campanhas contra doenças, e ações de saneamento básico nas áreas urbana e rural, manutenção dos Programas PSF e PACS. Implantação de programas para distribuição de leite, atenção especial à gestantes, dependentes químicos, aderir ao programa de saúde mental, proporcionar atendimento psiquiátrico à crianças e adolescentes, aquisição de um ambulatório móvel, instalação raio-X reforma e ampliação das instalações de saúde. Controle e erradicação de endemias em conjunto com o Estado. Reorganizar e estruturar equipe para pronto atendimento em turnos e contra turnos diariamente a fim de garantir saúde aos municípios e evitar viagens excessivas e desnecessárias;

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Total Programa

3.507.055,00

Programa: 1602 - SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade: Consolidado

LDO: 2019

Pág 11 / 13

**Objetivos:**

Fortalecimento do SUAS - Sistema Único de Assistência Social;  
 Articular as políticas públicas municipais com foco na erradicação da pobreza no município;  
 Estabelecer articulação constante entre todas as políticas sociais da prefeitura para responder com efetividade a diversidade das necessidades;  
 Fortalecer os conselhos;  
 Formar grupos de trabalhos voluntários que venham de encontro com as políticas públicas municipais;  
 Fomentar os programas sociais necessários;  
 Participação da Terceira idade no Programa de Fortalecimento de vínculos da terceira idade;  
 Instalar o Projeto Centro de Convivência da Terceira Idade;  
 Incentivo e suporte ao Clube de mães;  
 Ações motivacionais e informativas com Grupo de Mulheres;  
 Políticas públicas para os vários segmentos da sociedade: Crianças, Jovens, Adultos, Idosos e Grupos de Apoio às situações de vulnerabilidade social;  
 Ações de Fortalecimento à Família;  
**APOIO A EVENTOS, CAMPANHAS, FESTIVIDADES E ATIVIDADES POLITIZADAS**  
 Realização Olimpíada Familiar Apoio a realização de festividades (Páscoa, Natal, Festa junina, Dia do Índio, Dia da criança, Dia da Independência, Dia das mães, Dia dos Pais, Dia do Professor) com crianças do SCFV, idosos e famílias vulnerabilidades, Casamento comunitário, Apoio a campanhas de prevenção e conscientização, Apoio a geração de trabalho e renda as famílias inseridas nos programas sociais  
**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA SECRETARIA, CRAS E SCFV**  
 Aquisição de 02 veículos de passeio, Aquisição de 01 veículo de 07 lugares, Aquisição de equipamentos de informática, Aquisição de Mobiliários, Aquisição de eletrodomésticos, Aquisição de aparelhos de áudio, vídeo e foto, Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.;

Fortalecimento do SUAS - Sistema Único de Assistência Social;  
 Articular as políticas públicas municipais com foco na erradicação da pobreza no município;  
 Estabelecer articulação constante entre todas as políticas sociais da prefeitura para responder com efetividade a diversidade das necessidades;  
 Fortalecer os conselhos;  
 Formar grupos de trabalhos voluntários que venham de encontro com as políticas públicas municipais;  
 Fomentar os programas sociais necessários;  
 Participação da Terceira idade no Programa de Fortalecimento de vínculos da terceira idade;  
 Instalar o Projeto Centro de Convivência da Terceira Idade;  
 Incentivo e suporte ao Clube de mães;  
 Ações motivacionais e informativas com Grupo de Mulheres;  
 Políticas públicas para os vários segmentos da sociedade: Crianças, Jovens, Adultos, Idosos e Grupos de Apoio às situações de vulnerabilidade social;  
 Ações de Fortalecimento à Família;  
**APOIO A EVENTOS, CAMPANHAS, FESTIVIDADES E ATIVIDADES POLITIZADAS**  
 Realização Olimpíada Familiar Apoio a realização de festividades (Páscoa, Natal, Festa junina, Dia do Índio, Dia da criança, Dia da Independência, Dia das mães, Dia dos Pais, Dia do Professor) com crianças do SCFV, idosos e famílias vulnerabilidades, Casamento comunitário, Apoio a campanhas de prevenção e conscientização, Apoio a geração de trabalho e renda as famílias inseridas nos programas sociais  
**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA SECRETARIA, CRAS E SCFV**  
 Aquisição de 02 veículos de passeio, Aquisição de 01 veículo de 07 lugares, Aquisição de equipamentos de informática, Aquisição de Mobiliários, Aquisição de eletrodomésticos, Aquisição de aparelhos de áudio, vídeo e foto, Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.;

**Diretrizes:** Fortalecimento do SUAS - Sistema Único de Assistência Social; articular as políticas públicas municipais com foco na erradicação da pobreza no município Manutenção do Fundo e do Conselho Municipal de Assistência Social e Benefícios Eventuais, Políticas públicas para os vários segmentos da sociedade: Crianças, Jovens, Adultos, Idosos e Grupos de Apoio às situações de vulnerabilidade social; Ações de Fortalecimento à Família;

**Função:** 8 - Assistência Social**Subfunção:** 244 - Assistência Comunitária**Total Programa****1.414.800,00****Programa:** 1603 - INFÂNCIA E JUVENTUDE**Objetivos:**

Crianças e Adolescentes em situação de risco com necessidades a serem assistidas de prevenção, proteção e intervenção.  
 Crianças e Adolescentes em situação de risco com necessidades a serem assistidas de prevenção, proteção e intervenção.

**Diretrizes:** Crianças e Adolescentes em situação de risco com necessidades a serem assistidas de prevenção, proteção e intervenção.

**Função:** 8 - Assistência Social**Subfunção:** 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente**Função:** 8 - Assistência Social**Subfunção:** 244 - Assistência Comunitária**Total Programa****32.695,00****Programa:** 1701 - URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA





# MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade: Consolidado

LDO: 2019

Pág 12 / 13

## Objetivos:

Oferecer mais segurança aos pedestres que transitam nas vias urbanas. Melhorar a qualidade de vida com implantação de programa de saneamento básico. Garantir a aplicação da legislação municipal quanto a urbanização e infra estrutura urbana. Dar a infra estrutura necessária a cidade de Presidente Nereu para alavancar o crescimento

Manter as estradas macadamizadas e patroladas por comunidade;

Manter parcerias com Defesa Civil;

Substituir as pontes de madeira por concreto;

Dar continuidade à coleta e transporte do lixo reciclável e não reciclável;

Realizar parcerias com DENIT para limpeza das calhas da SC 410;

Buscar parcerias com as comunidades para construção de pontos de ônibus cobertos;

Revitalização das vias urbanas (calçadas, faixas, asfalto, trevos);

Criar projeto de fomento ao embelezamento das propriedades urbanas e rurais - embelezamento da cidade;

Investir em infraestrutura urbana

Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.

Oferecer mais segurança aos pedestres que transitam nas vias urbanas. Melhorar a qualidade de vida com implantação de programa de saneamento básico. Garantir a aplicação da legislação municipal quanto a urbanização e infra estrutura urbana. Dar a infra estrutura necessária a cidade de Presidente Nereu para alavancar o crescimento

Manter as estradas macadamizadas e patroladas por comunidade;

Manter parcerias com Defesa Civil;

Substituir as pontes de madeira por concreto;

Dar continuidade à coleta e transporte do lixo reciclável e não reciclável;

Realizar parcerias com DENIT para limpeza das calhas da SC 410;

Buscar parcerias com as comunidades para construção de pontos de ônibus cobertos;

Revitalização das vias urbanas (calçadas, faixas, asfalto, trevos);

Criar projeto de fomento ao embelezamento das propriedades urbanas e rurais - embelezamento da cidade;

Investir em infraestrutura urbana

Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.

**Diretrizes:** O município de Presidente Nereu possui aproximadamente 90% de sua malha viaria com revestimento primario somente em saibro, sendo os 10% restante com pavimentação em paralelepípedo e capeamento asfáltico. Ausencia de parques públicos e areas de lazer. Municipio mantem contrato com o Consorcio do Lixo Aterro Serra São Miguel para destino final do dos residuos solidos. O Municipio reformulou toda sua legislação pertinente ao código de postura e plano diretor. O município de Presidente Nereu possui um Cemiterio público com necessidade urgente de Novo espaço físico. Grande quantidade de residência sem o saneamento básico adequado. O município possui 02 poços artesanais instalando nas localidades de Itaquá e Barra Rio Antinha reservatorios de agua. Há á perspectiva de construção da rede de abastecimento de agua no municipio. Empelezamento, paisagismo das vias, em especial do centro da cidade.

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

<b>Total Programa</b>	<b>875.620,00</b>
-----------------------	-------------------

## Programa: 1801 - ESTRADAS VICINAIS

### Objetivos:

Permitir o escoamento da produção a qualquer tempo. Proporcionar melhores condições de trafegabilidade e segurança aos transeuntes, bem como melhorar as condições do trafego nas vias públicas cortadas por arroios, córregos e águas pluviais em todo território municipal, através da implantação, construção, ampliação, conservação e manutenção das áreas destinadas a circulação de veículos e pessoa

Manter as estradas macadamizadas e patroladas por comunidade;

Substituir as pontes de madeira por concreto;

Dar continuidade à coleta e transporte do lixo reciclável e não reciclável;

Realizar parcerias com DENIT para limpeza das calhas da SC 410;

Buscar parcerias com as comunidades para construção de pontos de ônibus cobertos;

Revitalização das vias urbanas (calçadas, faixas, asfalto, trevos);

Contratar profissionais para atender os serviços de mecânica e elétrica;

Criar projeto de fomento ao embelezamento das propriedades urbanas e rurais - embelezamento da cidade;

Investir em infraestrutura urbana

Revitalizar a frota

Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.

Permitir o escoamento da produção a qualquer tempo. Proporcionar melhores condições de trafegabilidade e segurança aos transeuntes, bem como melhorar as condições do trafego nas vias públicas cortadas por arroios, córregos e águas pluviais em todo território municipal, através da implantação, construção, ampliação, conservação e manutenção das áreas destinadas a circulação de veículos e pessoa

Manter as estradas macadamizadas e patroladas por comunidade;

Substituir as pontes de madeira por concreto;

Dar continuidade à coleta e transporte do lixo reciclável e não reciclável;

Realizar parcerias com DENIT para limpeza das calhas da SC 410;

Buscar parcerias com as comunidades para construção de pontos de ônibus cobertos;

Revitalização das vias urbanas (calçadas, faixas, asfalto, trevos);

Contratar profissionais para atender os serviços de mecânica e elétrica;

Criar projeto de fomento ao embelezamento das propriedades urbanas e rurais - embelezamento da cidade;

Investir em infraestrutura urbana

Revitalizar a frota

Garantir a data base. Realização de concurso publico para suprir vagas.

**Diretrizes:** Calcula-se que o Presidente Nereu possua, aproximadamente, 300 quilômetros de estradas rurais. O município de Presidente Nereu possui lotado do departamento de transportes e obras 03 caçambas, 01 retroescavadeira, 01 motoniveladoras, 01 Pá-carregadeiras, 01 caminhão pipa, 01 Trator de rodas, um britador.

Função: 6 - Segurança Pública

Subfunção: 182 - Defesa Civil

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

<b>Total Programa</b>	<b>2.631.602,80</b>
-----------------------	---------------------

## Programa: 1901 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA E COMERCIO



**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade: Consolidado

LDO: 2019

Pág 13 / 13

**Objetivos:**

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA E COMERCIO

**Função:** 23 - Comércio e Serviços**Subfunção:** 334 - Fomento ao Trabalho

<b>Total Programa</b>	<b>15.000,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>20.345.500,00</b>



## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Pág 1 / 7

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2019

Conta	Valor
4000000000000000 - Receita Orçamentária	22.416.500,00
4100000000000000 - Receitas correntes	14.431.500,00
4110000000000000 - Impostos, taxas e contribuições de melhoria	424.000,00
4111000000000000 - Impostos	348.500,00
4111300000000000 - Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza	122.000,00
4111303000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte	122.000,00
4111303100000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho	122.000,00
4111303110000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal	122.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	68.320,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	32.940,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	20.740,00
4111800000000000 - Impostos específicos de estados/df municípios	226.500,00
4111801000000000 - Impostos sobre o patrimônio para estados/df/municípios	134.500,00
4111801100000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	89.000,00
4111801110000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	80.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	44.800,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	21.600,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	13.600,00
4111801120000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	500,00
01000000 - Recursos Ordinários	280,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	135,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	85,00
4111801130000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	6.500,00
01000000 - Recursos Ordinários	3.640,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	1.755,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	1.105,00
4111801140000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - multas e juros	2.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	1.120,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	540,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	340,00
4111801400000000 - Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	45.500,00
4111801410000000 - Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	45.500,00
01000000 - Recursos Ordinários	25.480,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	12.285,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	7.735,00
4111802000000000 - Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços	92.000,00
4111802300000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza	92.000,00
4111802310000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	90.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	50.400,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	24.300,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	15.300,00
4111802320000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	500,00
01000000 - Recursos Ordinários	280,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	135,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	85,00
4111802330000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa	1.500,00
01000000 - Recursos Ordinários	840,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	405,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	255,00
4112000000000000 - Taxas	75.500,00
4112100000000000 - Taxas pelo exercício do poder de polícia	18.500,00
4112101000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização	18.500,00
4112101100000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização	18.500,00
4112101110000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	15.000,00
4112101110100000 - Taxa de Licença Func. de Estab, Comerciais, Industriais e Prest.Serviços - TLL (principal)	15.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	15.000,00
4112101120000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros	1.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL811101-023-GOWUKJ-277299828 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 10:43

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 2 / 7

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2019

Conta	Valor
411210112010000 - Taxa de Licença Func. de Estab, Comerciais, Industriais e Prest.Serviços - TLL (multas e juros)	1.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
411210113000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	2.000,00
411210113010000 - Taxa de Licença Func. de Estab, Comerciais, Industriais e Prest.Serviços - TLL (divida ativa)	2.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	2.000,00
411210114000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa - multas e juros	500,00
411210114010000 - Taxa de Licença Func. de Estab, Comerciais, Industriais e Prest.Serviços - TLL - divida ativa  (multas e juros)	500,00
01000000 - Recursos Ordinários	500,00
411220000000000 - Taxas pela prestação de serviços	48.000,00
411220100000000 - Taxas pela prestação de serviços	48.000,00
411220110000000 - Taxas pela prestação de serviços	48.000,00
411220111000000 - Taxas pela prestação de serviços - principal	41.000,00
411220111010000 - Taxa de coleta de lixo (principal)	23.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	23.000,00
411220111020000 - Taxas de Expediente (principal)	3.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	3.000,00
411220111030000 - Taxa de bombeiros (principal)	15.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - BOMBEIROS	15.000,00
411220112000000 - Taxas pela prestação de serviços - multas e juros	1.500,00
411220112010000 - Taxa pela coleta lixo  (multas e juros)	500,00
01000000 - Recursos Ordinários	500,00
411220112020000 - Taxa de Expediente (multas e juros)	500,00
01000000 - Recursos Ordinários	500,00
411220112030000 - Taxa de bombeiros (multas e juros)	500,00
01000001 - Recursos Ordinários - BOMBEIROS	500,00
411220113000000 - Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa	4.000,00
411220113010000 - Taxa pela coleta de lixo (divida ativa)	2.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	2.000,00
411220113020000 - Taxa de expediente (divida ativa)	1.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
411220113030000 - Taxa de bombeiros (divida ativa)	1.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - BOMBEIROS	1.000,00
411220114000000 - Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa - multas e juros	1.500,00
411220114010000 - Taxa pela coleta de lixo - divida ativa (multas e juros)	500,00
01000000 - Recursos Ordinários	500,00
411220114020000 - Taxa de expediente - divida ativa  (multas e juros)	500,00
01000000 - Recursos Ordinários	500,00
411220114030000 - taxa de bombeiros - divida ativa (multas e juros)	500,00
01000001 - Recursos Ordinários - BOMBEIROS	500,00
411280000000000 - Taxas - específicas de estados, df e municípios	9.000,00
411280100000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização	9.000,00
411280190000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras	9.000,00
411280191000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras - principal	6.000,00
411280191010000 - taxa alvará sanitario (principal)	6.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	6.000,00
411280192000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras - multas e juros	500,00
411280192010000 - Taxa Alvará Sanitário- multas e juros	500,00
01000000 - Recursos Ordinários	500,00
411280193000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras- dívida ativa	2.000,00
411280193010000 - Taxa de alvará sanitário- divida ativa	2.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	2.000,00
411280194000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras - dívida ativa - multas e juros	500,00
411280194010000 - Taxa de alvará sanitário (multas e juros)	500,00
01000000 - Recursos Ordinários	500,00
412000000000000 - Contribuições	100.000,00
412400000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	100.000,00
412400010000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	100.000,00



## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Pág 3 / 7

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2019

Conta	Valor
412400011000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	100.000,00
01080000 - Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP	100.000,00
413000000000000 - Receita patrimonial	118.200,00
413200000000000 - Valores mobiliários	118.200,00
413210000000000 - Juros e correções monetárias	118.200,00
413210010000000 - Remuneração de depósitos bancários	118.200,00
413210011000000 - Remuneração de depósitos bancários - principal	118.200,00
413210011010000 - Remuneração de depósitos bancários VINCULADOS	47.700,00
413210011010100 - Remuneração de depósitos bancários VINCULADOS - Prefeitura	5.100,00
01080000 - Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP	3.500,00
01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	500,00
01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	500,00
01120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura	600,00
413210011010200 - Remuneração de depósitos bancários VINCULADOS - Educação	35.000,00
01180000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	4.000,00
01360000 - Salário Educação	1.000,00
01870000 - Alienação Bens Dest. Educação Básica	30.000,00
413210011010300 - Remuneração de depósitos bancários VINCULADOS - Saúde	7.600,00
01380100 - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	500,00
01380200 - Estratégia Saúde da Família - ESF	900,00
01380300 - Progr Saúde Bucal	500,00
01380400 - Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS	800,00
01380500 - Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed	500,00
01380600 - Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	1.000,00
01380700 - Atenção Media Alta Complexid - MAC Feder	600,00
01380800 - Vigilância em saúde	1.100,00
01380900 - Vigilância Sanitária	500,00
01381000 - Farmácia Básica - Federal	300,00
01670100 - Transf SUS/Estado - Cofinanciamento	200,00
01670200 - Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	700,00
413210011020000 - Remuneração de depósitos bancários NÃO VINCULADOS	70.500,00
01000000 - Recursos Ordinários	70.000,00
01000001 - Recursos Ordinários - BOMBEIROS	500,00
416000000000000 - Receita de serviços	80.000,00
416900000000000 - Outros serviços	80.000,00
416909900000000 - Outros serviços	80.000,00
416909910000000 - Outros serviços	80.000,00
416909911000000 - Outros serviços - principal	80.000,00
416909911010000 - serviços preparação de terras (principal)	80.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	80.000,00
417000000000000 - Transferências correntes	13.636.300,00
417100000000000 - Transferências da união e de suas entidades	8.725.200,00
417180000000000 - Transferências da união - específica e/m	8.725.200,00
417180100000000 - Participação na receita da união	7.836.000,00
417180120000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	7.107.000,00
417180121000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	7.107.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	3.979.920,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	1.918.890,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	1.208.190,00
417180130000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro	412.000,00
417180131000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro - principal	412.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	230.720,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	111.240,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	70.040,00
417180140000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho	309.000,00
417180141000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho - principal	309.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	173.040,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL811101-023-GOWUKJ-277299828 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

15/10/2018 10:43



## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Pág 4 / 7

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2019

Conta	Valor
417180141000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho - principal	309.000,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	83.430,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	52.530,00
417180150000000 - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	8.000,00
417180151000000 - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	8.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	4.480,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	2.160,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	1.360,00
417180200000000 - Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais	61.800,00
417180260000000 - Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep	61.800,00
417180261000000 - Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep - principal	61.800,00
01390100 - Fundo Especial do Petróleo	61.800,00
417180300000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	494.500,00
417180310000000 - Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	395.500,00
01380100 - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	63.500,00
01380200 - Estratégia Saúde da Família - ESF	61.000,00
01380300 - Progr Saúde Bucal	34.500,00
01380400 - Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS	94.000,00
01380500 - Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed	95.500,00
01380600 - Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	47.000,00
417180320000000 - Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	25.000,00
01380700 - Atenção Media Alta Complexid - MAC Feder	25.000,00
417180330000000 - Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	42.000,00
01380800 - Vigilancia em saude	12.000,00
01380900 - Vigilancia Sanitaria	15.000,00
01381200 - Agente de Combate Endemias	15.000,00
417180340000000 - Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	12.000,00
01381000 - Farmácia Básica - Federal	12.000,00
417180390000000 - Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	20.000,00
01380000 - Transf - SUS/União	20.000,00
417180500000000 - Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	171.500,00
417180510000000 - Transferências do salário-educação	116.500,00
417180511000000 - Transferências do salário-educação - principal	116.500,00
01360000 - Salário Educação	116.500,00
417180520000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao programa dinheiro direto na escola - pdde	3.000,00
417180521000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao programa dinheiro direto na escola - pdde - principal	3.000,00
01370100 - Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	3.000,00
417180530000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae	32.000,00
417180531000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal	32.000,00
417180531010000 - Transferência Merenda Escolar - PNAE - Pré-Escolar	8.500,00
01370300 - Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc	8.500,00
417180531020000 - Transferência Merenda Escolar - PNAE - Creche	12.900,00
01370400 - Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche	12.900,00
417180531030000 - Transferência Merenda Escolar - PNAE - Fundamental	10.600,00
01370200 - Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam	10.600,00
417180540000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate	20.000,00
417180541000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate - principal	20.000,00
01370500 - Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	20.000,00
417180600000000 - Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	12.000,00
417180610000000 - Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	12.000,00



## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Pág 5 / 7

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2019

Conta	Valor
417180611000000 - Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	12.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	6.720,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	3.240,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	2.040,00
417181200000000 - Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social fnas	149.400,00
417181210000000 - Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social fnas	149.400,00
417181211000000 - Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social fnas - principal	149.400,00
01350200 - Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vínc	59.400,00
01350300 - Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	18.000,00
01350500 - Transf.Sist.Único A.Social-SUAS- PAIF	72.000,00
417200000000000 - Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	3.786.100,00
417280000000000 - Transferências dos estados - específica e/m	3.786.100,00
417280100000000 - Participação na receita dos estados	3.448.000,00
417280110000000 - Cota-parte do ICMS	3.200.000,00
417280111000000 - Cota-parte do ICMS - principal	3.200.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	1.792.000,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	864.000,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	544.000,00
417280120000000 - Cota-parte do IPVA	185.000,00
417280121000000 - Cota-parte do IPVA - principal	185.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	103.600,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	49.950,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	31.450,00
417280130000000 - Cota-parte do IPI - municípios	50.000,00
417280131000000 - Cota-parte do IPI - municípios - principal	50.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	28.000,00
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	13.500,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	8.500,00
417280140000000 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	13.000,00
417280141000000 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	13.000,00
01070000 - Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE	13.000,00
417280300000000 - Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo	102.600,00
417280310000000 - Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo	102.600,00
417280311000000 - Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo - principal	102.600,00
417280311010000 - Transferências Estado Saúde - Farmácia Básica Estadual	10.000,00
01670400 - Farmácia Básica - Estadual	10.000,00
417280311020000 - Transferências Estado Saúde - Cofinanciamento	35.000,00
01670100 - Transf SUS/Estado - Cofinanciamento	35.000,00
417280311030000 - Transferências Estado Saúde - NASF Estadual	26.000,00
01670200 - Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	26.000,00
417280311040000 - Atenção de Média e Alta Complexidade do Estado	31.600,00
01670300 - Atenção Media Alta Complexid - MAC Estad	31.600,00
417281000000000 - Transferência de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	235.500,00
417281020000000 - Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação	120.000,00
417281021000000 - Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação - principal	120.000,00
417281021010000 - Transferência Transporte Escolar do Estado	120.000,00
01620200 - Transf Conv Estado Educ Transp Escolar	120.000,00
417281090000000 - Outras transferências de convênio dos estados	115.500,00
417281091000000 - Outras transferências de convênio dos estados - principal	115.500,00
417281091010000 - Transferências Estado - SSP - Militar e Civil	7.500,00
01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	2.437,50
01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	2.437,50
01120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura	2.625,00
417281091020000 - Transferências do Estado Assistência Social	108.000,00
01610000 - Transf.Convênio -Estado/Assist.Social	108.000,00
417500000000000 - Transferências de outras instituições públicas	1.125.000,00

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 6 / 7

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2019

Conta	Valor
417580000000000 - Transferências de outras instituições públicas - específica e/m	1.125.000,00
417580100000000 - Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	1.125.000,00
417580110000000 - Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	1.125.000,00
417580111000000 - Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB - principal	1.125.000,00
01180000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	787.500,00
01190000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	337.500,00
419000000000000 - Outras receitas correntes	73.000,00
419200000000000 - Indenizações, restituições e ressarcimentos	10.000,00
419280000000000 - Indenizações, restituições e ressarcimentos - específicas para estados/df/municípios	10.000,00
419280100000000 - Indenizações- específicas para estados/df/municípios	5.000,00
419280110000000 - Indenizações - específicas para estados/df/municípios	5.000,00
419280111000000 - Indenizações - específicas para estados/df/municípios - principal	5.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
419280200000000 - Restituições - específicas para estados/df/municípios	5.000,00
419280290000000 - Outras restituições - específicas para estados/df/municípios - não especificadas anteriormente	5.000,00
419280291000000 - Outras restituições - específicas para estados/df/municípios - não especificadas anteriormente - principal	5.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
419900000000000 - Demais receitas correntes	63.000,00
419909900000000 - Outras receitas	63.000,00
419909910000000 - Outras receitas - primárias	63.000,00
419909911000000 - Outras receitas - primárias - principal	60.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	60.000,00
419909914000000 - Outras receitas - primárias - dívida ativa - multas e juros	3.000,00
419909914020000 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Taxas em Geral pelo Exercício de Poder de Polícia	3.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	3.000,00
420000000000000 - Receitas de capital	7.985.000,00
422000000000000 - Alienação de bens	160.000,00
422100000000000 - Alienação de bens móveis	160.000,00
422130000000000 - Alienação de bens móveis e semoventes	160.000,00
422130010000000 - Alienação de bens móveis e semoventes	160.000,00
422130011000000 - Alienação de bens móveis e semoventes - principal	160.000,00
01880000 - Alienação Bens Dest. Programas Saúde	60.000,00
01890000 - Alienação Bens Dest.Outros Programas	100.000,00
424000000000000 - Transferências de capital	7.825.000,00
424100000000000 - Transferências da união e de suas entidades	4.515.000,00
424180000000000 - Transferências da união	4.515.000,00
424180300000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	250.000,00
424180310000000 - Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	250.000,00
01330100 - Transf.Convênios-União/Saúde	250.000,00
424181000000000 - Transferência de convênios da união e de suas entidades	4.065.000,00
424181020000000 - Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação	1.950.000,00
424181021000000 - Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação - principal	1.950.000,00
01320100 - Transf.Convênios-União/Educação	1.750.000,00
01320200 - Transf Conv Uni/Educ - CRECHE	200.000,00
424181050000000 - Transferências de convênios da união destinadas a programas de saneamento	265.000,00
424181051000000 - Transferências de convênios da união destinadas a programas de saneamento	265.000,00
01340100 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	265.000,00
424181090000000 - Outras transferências de convênios da união	1.850.000,00
424181091000000 - Outras transferências de convênios da união - principal	1.850.000,00
424181091010000 - Transferência de Convênios União - Fundo Agropecuário	150.000,00
01340100 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	150.000,00





## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Pág 7 / 7

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade: Consolidado  
Ano da LDO: 2019

Conta	Valor
424181091030000 - Transferência de Convênios União Outros - Prefeitura	1.700.000,00
01340100 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	1.700.000,00
424181200000000 - Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social fnas	200.000,00
424181210000000 - Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social fnas	200.000,00
424181211000000 - Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social fnas - principal	200.000,00
01310000 - Transf.Convênios-União/Assist.Social	200.000,00
424200000000000 - Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	3.310.000,00
424280000000000 - Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades	3.310.000,00
424281000000000 - Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	3.310.000,00
424281010000000 - Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS	150.000,00
424281011000000 - Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS - principal	150.000,00
01630100 - Transf.Convênio -Estado/Saúde	150.000,00
424281020000000 - Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de educação	1.250.000,00
424281021000000 - Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de educação - principal	1.250.000,00
01620100 - Transf.Convênio -Estado/Educação	1.250.000,00
424281050000000 - Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de saneamento básico	200.000,00
424281051000000 - Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de saneamento básico - principal	200.000,00
01640100 - Transf.Convênio -Estado/Outros	200.000,00
424281090000000 - Outras transferências de convênio dos estados	1.710.000,00
424281091000000 - Outras transferências de convênio dos estados - principal	1.710.000,00
424281091010000 - Transferência de Convênio Estado - Assistência Social	440.000,00
01610000 - Transf.Convênio -Estado/Assist.Social	440.000,00
424281091020000 - Transferência de Convênio Fundo Agropecuário	200.000,00
01640100 - Transf.Convênio -Estado/Outros	200.000,00
424281091030000 - Transferência de Convênios Estado - Outros	1.070.000,00
01640100 - Transf.Convênio -Estado/Outros	1.070.000,00
900000000000000 - Deduções da receita	(2.071.000,00)
910000000000000 - Receitas correntes	(2.071.000,00)
917000000000000 - Transferências correntes	(2.071.000,00)
917100000000000 - Transferências da união e de suas entidades	(1.384.000,00)
917180000000000 - Transferências da união - específica e/m	(1.384.000,00)
917180100000000 - Participação na receita da união	(1.381.600,00)
917180120000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	(1.380.000,00)
917180121000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	(1.380.000,00)
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	(1.380.000,00)
917180150000000 - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	(1.600,00)
917180151000000 - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	(1.600,00)
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	(1.600,00)
917180600000000 - Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	(2.400,00)
917180610000000 - Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	(2.400,00)
917180611000000 - Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	(2.400,00)
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	(2.400,00)
917200000000000 - Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(687.000,00)
917280000000000 - Transferências dos estados - específica e/m	(687.000,00)
917280100000000 - Participação na receita dos estados	(687.000,00)
917280110000000 - Cota-parte do ICMS	(640.000,00)
917280111000000 - Cota-parte do ICMS - principal	(640.000,00)
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	(640.000,00)
917280120000000 - Cota-parte do IPVA	(37.000,00)
917280121000000 - Cota-parte do IPVA - principal	(37.000,00)
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	(37.000,00)
917280130000000 - Cota-parte do IPI - municípios	(10.000,00)
917280131000000 - Cota-parte do IPI - municípios - principal	(10.000,00)
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	(10.000,00)
<b>Total:</b>	<b>20.364.000,00</b>

**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC**

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Entidade(s): 39,83,242,379,380,12367

Ano de Referência: 2019

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00 %</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00 %</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00 %</b>

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU. Emissão: 15/10/2018, às 09:30:02.



# MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

## ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Entidade(s): 39.83.242.379.380.12367

Ano de Referência: 2019

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)					RS 1,00
RECEITAS REALIZADAS	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)		
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)					
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00		0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00		0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00		0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00		0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)		
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)					
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00		0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00		0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00		0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00		0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00		0,00
SALDO FINANCEIRO	2017 (g) = (Ia - IIId) + IIIIb	2016 (h) = (Ib - IIe) + IIIIf	2015 (i) = (Ic - IIIf)		
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00		0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU. Emissão: 15/10/2018, às 09:30:31.



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC**  
 Lei de Diretrizes Orçamentárias  
 Anexo de Metas Fiscais  
**AValiação DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
 Ano de Referência: 2019

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC**  
 Lei de Diretrizes Orçamentárias  
 Anexo de Metas Fiscais  
**AValiação DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
 Ano de Referência: 2019

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
---	-------------	-------------	-------------

<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
VALOR	0,00	0,00	0,00

<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
VALOR	0,00	0,00	0,00

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>					
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>					
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>		<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>		<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>
	<b>(a)</b>		<b>(b)</b>		<b>(d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)</b>
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPL1181101-023-XTIEG-277295524 - Emitido por: ALINE LESKE TILLMANN

Pág 2 / 3



**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC**  
Lei de Diretrizes Orçamentárias  
Anexo de Metas Fiscais  
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
Ano de Referência: 2019

2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU. Emissão: 15/10/2018, às 09:32:07.



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC**  
Lei de Diretrizes Orçamentárias  
Anexo de Metas Fiscais  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
Ano de Referência: 2019

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
TOTAL						-

FONTE: Sistema , Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU. Emissão: , às .





**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC**  
Lei de Diretrizes Orçamentárias  
Anexo de Metas Fiscais  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER**  
**CONTINUADO**  
Ano de Referência: 2019

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

<b>EVENTOS</b>	<b>Valor Previsto para 2019</b>
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
<b>Margem Bruta (III) = (I+II)</b>	<b>0,00</b>
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU. Emissão: 15/10/2018, às 09:33:01.



## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 39,83,242,379,380,12367  
LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receita Orçamentária	22.416.500,00	Despesas correntes	12.174.405,35
Receitas correntes	14.431.500,00	Pessoal e encargos sociais	6.581.998,35
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	424.000,00	Juros e encargos da dívida	20.000,00
Contribuições	100.000,00	Outras despesas correntes	5.572.407,00
Receita patrimonial	118.200,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	80.000,00		
Transferências correntes	13.636.300,00		
Outras receitas correntes	73.000,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
Deduções da receita	(2.071.000,00)		
Receitas correntes	(2.071.000,00)		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>12.360.500,00</b>	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>12.174.405,35</b>
<b>Déficit</b>	<b>0,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>186.094,65</b>
<b>Soma</b>	<b>12.360.500,00</b>	<b>Soma</b>	<b>12.360.500,00</b>
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>186.094,65</b>	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	<b>0,00</b>
Receitas de capital	7.985.000,00	Despesas de capital	8.160.794,65
Operações de crédito	0,00	Investimentos	8.010.794,65
Alienação de bens	160.000,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	150.000,00
Transferências de capital	7.825.000,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 39,83,242,379,380,12367

LDO: 2019 PPA: 2018 - 2021

Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>7.985.000,00</b>	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>8.160.794,65</b>
		<b>-(Reserva de contingência</b>	<b>10.300,00</b>
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	<b>0,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>175.794,65</b>	<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	12.360.500,00	Despesa Correntes	12.174.405,35
Receitas de Capital	7.985.000,00	Despesas de Capital	8.160.794,65
		Reserva de Contingência	10.300,00
		Reserva do RPPS	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>20.345.500,00</b>	<b>Subtotal</b>	<b>20.345.500,00</b>
<b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	
<b>Transfêrencias Recebidas</b>	<b>3.755.844,20</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>3.755.844,20</b>
<b>Total</b>	<b>24.101.344,20</b>	<b>Total</b>	<b>24.101.344,20</b>

# Princesa

## PREFEITURA

**DECRETO DE DESBLOQUEIO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº. 318, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774394

DECRETO DE DESBLOQUEIOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº. 318 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Estabelece desbloqueio de dotações orçamentárias e movimentação financeira pelo Poder Executivo Municipal de Princesa – SC, em atendimento ao que estabelece o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

CONSIDERANDO, que houve o restabelecimento parcial do déficit orçamentário no montante de R\$ 32.226,24 (Trinta e dois mil, duzentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos) apurado no mês de outubro de 2018:

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica estabelecido o desbloqueio de dotações orçamentárias e da movimentação financeira a ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal quando da realização de despesas e desembolso financeiro, nas seguintes dotações:

**ÓRGÃO: 05– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA****UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO****PROJ./ATIV.: 12.361.0061.2.061 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental**

MODALIDADE:	(90) 3.3.90.00.0.1.0024.0000-	Aplicações Diretas	R\$	22.268,45
FONTE DE RECURSO: 01.0024.0000– Recurso PNATE				
TOTAL			R\$	22.268,45

**ÓRGÃO: 05– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA****UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO****PROJ./ATIV.: 12.365.0062.2.062 – Manutenção do Transporte Escolar Infantil**

MODALIDADE:	(106) 3.3.90.00.0.1.0025.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.680,00
FONTE DE RECURSO: 01.0025.0000– Recurso PNATE				
TOTAL			R\$	3.680,00

**ÓRGÃO: 05– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA****UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO****PROJ./ATIV.: 12.362.0036.2.036 – Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio**

MODALIDADE:	(94) 3.3.90.00.0.1.0026.0000-	Aplicações Diretas	R\$	6.277,79
FONTE DE RECURSO: 01.0026.0000– Recurso PNATE				
TOTAL			R\$	6.277,79
TOTAL GERAL			R\$	32.226,24

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Princesa SC, 16 de Outubro de 2018.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti

Contadora

CRC/SC- 026787/O-2

**DECRETO Nº 319, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774772

DECRETO Nº. 319 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são

conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 909, de 17 de Novembro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 909, de 17 de Novembro de 2017, no valor de R\$ 7.960,00 (Sete mil, novecentos e sessenta reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 17.512.0013.2.081 – Manutenção do Sistema de Água e Esgoto

MODALIDADE:	(33) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	7.960,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Ordinário				
TOTAL			R\$	7.960,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 7.960,00 (Sete mil, novecentos e sessenta reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o excesso de arrecadação, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 16 de Outubro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI

Contadora

CRC/SC- 026787/O-2

**DECRETO Nº 320, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774863

DECRETO Nº. 320, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 909, de 17 de Novembro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 909, de 17 de Novembro de 2017, no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.365.0038.2.038 – Manutenção do Ensino Infantil

MODALIDADE:	(204) 3.1.90.00.0.3.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	75.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0001– Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	75.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2017 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 16 de Outubro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI

Contadora

CRC/SC- 026787/O-2

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 48.2018**

Publicação Nº 1774295

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 48/2018

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 17 de Outubro de 2018, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado da interessada ou de seu procurador, a Candidata aprovada no Concurso Público, Edital nº 001/2015, de 18 de Fevereiro de 2015, homologados os resultados dos aprovados por meio do Decreto nº 119, de 15 de Maio de 2015, e prorrogado pelo Decreto n. 131, de 12 de Maio de 2017, compareça à sede do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, Princesa/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira a fim de assumir o cargo a

seguir discriminado:

FISIOTERAPEUTA

JANAÍNA ROCKENBACH

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de Outubro de 2018.  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,  
Prefeito Municipal

Este Edital de Convocação foi Registrado e  
Publicado na forma da Lei  
Princesa/SC, 16 de Outubro de 2018  
Daiane Pagno

## LEI Nº 968 DE 16.10.2018

Publicação Nº 1774416

LEI Nº. 968, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES FOREM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL VOTOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2019, compreendendo:

- I- As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II- A estrutura e organização dos orçamentos;
- III- A diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV- As disposições relativas à dívida pública municipal;
- V- As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI- As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município, e
- VII- As disposições gerais.

### CAPÍTULO II

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2019 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram à Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I-	Demonstrativo I - Metas Anuais;
II-	Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
III-	Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
IV-	Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
V-	Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VI-	Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
VII-	Demonstrativo VI.a- Projeção Atuarial do RPPS;
VIII-	Demonstrativo VII- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
IX-	Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
X-	Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
XI-	Anexo I.a- Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
XII-	Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
XIII-	Anexo II.a- Metodologias Memória de Cálculo das Principais Despesas;
XIV-	Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
XV-	Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
XVI-	Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
XVII-	Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
XVIII-	Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
XIX-	Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
XX-	Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;
XXI-	Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e
XXII-	Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2019 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2019 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I- Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II- Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III- Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV- Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V- Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

VI- Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII- Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII- Conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX- Descentralização de Créditos Orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X- Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI- Execução Física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII- Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e,

XIII- Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2018/2021.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I-	Pessoal e encargos sociais - 1;
II-	Juros e encargos da dívida - 2;
III-	Outras despesas correntes - 3;
IV-	Investimentos - 4;
V-	Inversões financeiras - 5; e,
VI-	Amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de



despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I- mediante transferência financeira;

a) outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou,

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições;

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I- Texto da lei;

II- Quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III- Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV- Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e,

V- Anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320, de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos. Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica. Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à Saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I- exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II- justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

##### Seção II

##### Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

##### Seção III

##### Do Incentivo à Participação Popular

Art.14. O projeto de Lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2019, deve assegurar o controle social e a transparência na execução

do orçamento;

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

#### Seção IV

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 16. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

#### Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou seus créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta e dos Fundos Especiais, se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e,

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

#### Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

#### Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (Art.4º, I "f" e 26 da LRF).

§1º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, ocorrerá de acordo com o imposto pela Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e o Decreto que regulamentou a Lei no município.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, sendo que deverão ser observadas as normas editadas, também, pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

#### Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art., 62 da Lei Complementar de nº 101, de 2000.

#### Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e,

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

#### Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal,

destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

#### Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente a unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

#### CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento de despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

#### CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. No exercício financeiro de 2019, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita às necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

#### CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 31. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e,

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

#### CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 33. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de Decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Caso a Lei Orçamentária Anual for promulgada e sancionada antes do dia 15 de Dezembro de 2018, fica automaticamente prorrogado o prazo a que se refere o caput para o dia 15 de Janeiro de 2019, a fim de possibilitar a inclusão dos saldos patrimoniais apurados no balanço geral do exercício financeiro de 2018.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43, da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi registrada e publicada na forma da lei.  
Princesa, SC, 16 de Outubro de 2018.  
Daiane Pagno

# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 124/2018

Publicação Nº 1774967

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 124/2018
Edital: PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2018
Tipo: Menor Preço/Por lote
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 30/10/2018.
Abertura dos Envelopes: 09:10 horas do dia 30/10/2018.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município <a href="http://www.quilombo.sc.gov.br">www.quilombo.sc.gov.br</a> .
QUILOMBO, 16 de Outubro de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 278/2018 – DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774780

DECRETO Nº 278/2018 – DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei nº 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017,

#### DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotação orçamentária no orçamento do Município para o ano de 2018, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no programa e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº. 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017, conforme abaixo especificado:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	01
Função	Cultura	13
Sub-função	Difusão Cultural	392
Programa	GESTÃO CULTURAL	0014
Atividade	MANUTENÇÃO CULTURAL	2.035
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( 106 )	Da Transferências à Instituição Privada s/ fins lucrativos – 3.3.50	01.00 – Recursos Ordinários
( 107 )	Da Aplicação Direta – 3.3.90	Para Aplicação Direta – 3.3.90
( 105 )	Para Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		15.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 15 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA

TC/CRC/SC 15.171/0/1

Registrada e Publicado

Em 17/10/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon  
Funcionário Designado

## DECRETO Nº 279/2018 - DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774782

DECRETO Nº 279/2018 - DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO NO ANO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.714/2018, de 16 de outubro de 2018,

### DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares no orçamento do Município para o ano de 2018 no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), nos programas e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº. 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	CONTADORIA GERAL	04
Unidade	CONTADORIA GERAL	01
Função	Administração	4
Sub-função	Administração Financeira	123
Programa	CONTADORIA EFICIENTE	0006
Atividade	MANUTENÇÃO CONTÁBIL	2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( 25 )	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recurso Ordinário
Valor Total R\$:		100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08
Unidade	FDO MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE QUILOMBO	02
Função	Assistência Social	8
Sub-função	Assistência Comunitária	244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE	0018
Atividade	MANUTENÇÃO ASSIST/SOCIAL/FMAS	2.038
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( 124 )	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recurso Ordinário
Valor Total R\$:		90.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	12
Unidade	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	01
Função	Urbanismo	15
Sub-função	Serviços Urbanos	452
Programa	PROGRESSO URBANO	0027
Atividade	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS/SOSU	2.061
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( 202 )	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recurso Ordinário
Valor Total R\$:		100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	12
Unidade	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	01
Função	Urbanismo	15
Sub-função	Serviços Urbanos	452
Programa	PROGRESSO URBANO	0027
Atividade	COLETA E TRATAMENTO DO LIXO URBANO/SOSU	2.063
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( 202 )	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recurso Ordinário
Valor Total R\$:		15.000,00

Art.2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais, de que trata o artigo anterior, decorrerão das anulações da importância de R\$ 305.000,00 (Trezentos e cinco mil reais), nos programas e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº. 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017, a saber:



CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO	02
Unidade	GABINETE DO PREFEITO	01
Função	Administração	4
Sub-função	Controle Interno	124
Programa	CONTROLADORIA EFICIENTE	0003
Atividade	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( 4 )	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recurso Ordinário
Valor Total R\$:		70.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE FINANÇAS	05
Unidade	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	01
Função	Administração	4
Sub-função	Administração Financeira	123
Programa	FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO EFICIENTE	0007
Projeto	VEÍCULO/FISCALIZAÇÃO/TES/TRIB	1.008
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( 28 )	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recurso Ordinário
Valor Total R\$:		40.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE FINANÇAS	05
Unidade	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	01
Função	Administração	4
Sub-função	Administração Financeira	123
Programa	FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO EFICIENTE	0007
Atividade	MANUTENÇÃO DA TESOUREARIA E TRIBUTAÇÃO	2.009
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( 30 )	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recurso Ordinário
Valor Total R\$:		70.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	01
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Médio	362
Programa	INCENTIVO AO ENSINO MÉDIO	0009
Atividade	APOIO AO ENSINO MÉDIO	2.025
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( 69 )	Aplicações Diretas – 3.3.90	01.00 - Recurso Ordinário
Valor Total R\$:		75.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	01
Função	Cultura	13
Sub-função	Difusão Cultural	392
Programa	GESTÃO CULTURAL	0014
Atividade	MANUTENÇÃO CULTURAL	2.035
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( 105 )	Aplicações Diretas – 3.1.90	01.00 - Recurso Ordinário
Valor Total R\$:		50.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 16 de outubro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA  
TC/CRC/SC 15.171/0/1

Registrado e Publicado  
Em 17/10/2018.  
Lei Municipal nº 1087/1993



Taffarel Antonio Simon  
Funcionário Designado

**DECRETO Nº 280/2018 - DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1775378

DECRETO Nº 280/2018 - DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.671/2017, de 22 de dezembro de 2017,

**DECRETA:**

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município no ano de 2018, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), no programa e verbas abaixo discriminadas e constantes do anexo da Lei Municipal nº 2.671/2017, de 22 de dezembro de 2017, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	01
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	Educação e Transformação	0008
Atividade	TRANSPORTE ESCOLAR/ FUNDAMENTAL	2.068
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(53)	Da Aplicação Direta – 3.1.90	01.19 – Transferências do FUNDEB
(55)	Para Aplicação Direta – 3.3.90	01.19 – Transferências do FUNDEB
(58)	Da Aplicação Direta – 4.4.90	01.01 – Recursos da Educação
(54)	Para Aplicação Direta – 3.3.90	01.01 – Recursos da Educação
Valor Total R\$:		27.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 16 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA  
TC/CRC/SC 15.171/0/1  
Registrada e Publicado  
Em 17/10/2018.  
Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon  
Funcionário Designado

**LEI Nº 2713/2018 – DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774777

LEI Nº 2713/2018 – DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA PERMUTA DE IMÓVEL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, POR IMÓVEL PARTICULAR EM NOME DA IGREJA BATISTA INDEPENDENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a permutar imóvel de propriedade do Município de Quilombo por imóvel de propriedade da Igreja Batista Independente, pessoa jurídica de direito privado, organização religiosa, inscrita no CNPJ (MF) nº 11.348.500/0001-35, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 604, Centro, neste Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O imóvel de propriedade do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina a ser permutado, compreende o Lote Urbano nº 08, da Quadra nº 51, com área de OITOCENTOS METROS QUADRADOS (800,00m²), sem benfeitorias, localizado na Rua Jacob Simon, distante 20,00 metros da esquina da Rua Jacob Simon com a Rua Cel. Manoel Maia, no quarteirão formados pelas Ruas Cel. Manoel Maia, Anita Garibaldi, Agostinho Hanauer e a Jacob Simon, situados no Loteamento Cidade de Quilombo, nesta Cidade e Comarca de Quilombo, confrontando ao NORTE, com parte do Lote rural nº 05, na extensão de 20,00 metros; ao SUL, com a Rua Jacob Simon, na extensão de 20,00 metros; ao LESTE, com o lote urbano nº 07m na extensão de 20,00 metros; e, ao OESTE, com o lote urbano nº 09, na extensão de 40,00 metros, conforme matrícula 07.383 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, avaliando em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil

reais), de acordo com o Laudo da Comissão Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária do Município, instituída através do Decreto 012/2017, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º O imóvel de propriedade da Igreja Batista Independente, pessoa jurídica de direito privado, organização religiosa, inscrita no CNPJ (MF) nº 11.348.500/0001-35, com sede na rua Presidente Juscelino, nº 604, Centro, neste Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, a ser havido na permuta compreende o Lote Urbano nº 04, da Quadra nº. 23, com área de HUM MIL E QUATROCENTOS METROS QUADRADOS (1.400m²), sem benfeitorias, situados no Loteamento CIDADE QUILOMBO, na cidade e comarca de Quilombo – Santa Catarina; confrontando: ao NORTE, com o lote urbano nº. 03, de Lidiamar Gandini, na extensão de 70,0metros; ao SUL, com o lote urbano nº. 05, Lidiamar Gandini, na extensão de 70,00 metros; ao LESTE, com a Rua Osvaldo Aranha, na extensão de 20,00 metros; ao OESTE, com o lote urbano nº. 15, de Lidiamar Gandini, na extensão de 20,00 metros, conforme matrícula 06.756 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, avaliando em R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), de acordo com o Laudo da Comissão Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária do Município, instituída através do Decreto 012/2017, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 4º A permuta de que trata esta Lei, se processará de igual para igual, com base na avaliação dos imóveis, sendo que não caberá ao Município o pagamento de qualquer diferença ou ônus, em virtude do interesse de ambas as partes na referida permuta, sendo irrevogável e irretroatável.

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, os trâmites necessários à escrituração das áreas.

Art. 6º Passam a serem partes integrantes desta Lei, as cópias das Certidões de Registro do Imóvel de propriedade do Município, Certidão de Registro do Imóvel de propriedade da Igreja Batista Independente, e as avaliações dos imóveis.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 16 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em 17/10/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

## LEI Nº 2714/2018 – DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774778

LEI Nº 2714/2018 – DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO NO ANO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares no orçamento do Município para o ano de 2018 no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), nos programas e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº. 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	CONTADORIA GERAL	04
Unidade	CONTADORIA GERAL	01
Função	Administração	4
Sub-função	Administração Financeira	123
Programa	CONTADORIA EFICIENTE	0006
Atividade	MANUTENÇÃO CONTÁBIL	2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( 25 )	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recurso Ordinário
Valor Total R\$:		100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08
Unidade	FDO MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE QUILOMBO	02
Função	Assistência Social	8
Sub-função	Assistência Comunitária	244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE	0018
Atividade	MANUTENÇÃO ASSIST/SOCIAL/FMAS	2.038

Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
( 124 )	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recurso Ordinário	90.000,00
Valor Total R\$:			90.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		12
Unidade	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		01
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Serviços Urbanos		452
Programa	PROGRESSO URBANO		0027
Atividade	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS/SOSU		2.061
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
( 202 )	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recurso Ordinário	100.000,00
Valor Total R\$:			100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		12
Unidade	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		01
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Serviços Urbanos		452
Programa	PROGRESSO URBANO		0027
Atividade	COLETA E TRATAMENTO DO LIXO URBANO/SOSU		2.063
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
( 202 )	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recurso Ordinário	15.000,00
Valor Total R\$:			15.000,00

Art.2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais, de que trata o artigo anterior, decorrerão das anulações da importância de R\$ 305.000,00 (Trezentos e cinco mil reais), nos programas e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº. 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO		02
Unidade	GABINETE DO PREFEITO		01
Função	Administração		4
Sub-função	Controle Interno		124
Programa	CONTROLADORIA EFICIENTE		0003
Atividade	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO		2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
( 4 )	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recurso Ordinário	70.000,00
Valor Total R\$:			70.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE FINANÇAS		05
Unidade	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS		01
Função	Administração		4
Sub-função	Administração Financeira		123
Programa	FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO EFICIENTE		0007
Projeto	VEÍCULO/FISCALIZAÇÃO/TES/TRIB		1.008
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
( 28 )	Aplicação Direta – 4.4..90	01.00 - Recurso Ordinário	40.000,00
Valor Total R\$:			40.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE FINANÇAS		05
Unidade	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS		01
Função	Administração		4
Sub-função	Administração Financeira		123
Programa	FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO EFICIENTE		0007
Atividade	MANUTENÇÃO DA TESOUREARIA E TRIBUTAÇÃO		2.009
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
( 30 )	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recurso Ordinário	70.000,00
Valor Total R\$:			70.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	01

Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Médio		362
Programa	INCENTIVO AO ENSINO MÉDIO		0009
Atividade	APOIO AO ENSINO MÉDIO		2.025
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
( 69 )	Aplicações Diretas – 3.3.90	01.00 - Recurso Ordinário	75.000,00
Valor Total R\$:			75.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES		06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		01
Função	Cultura		13
Sub-função	Difusão Cultural		392
Programa	GESTÃO CULTURAL		0014
Atividade	MANUTENÇÃO CULTURAL		2.035
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
( 105 )	Aplicações Diretas – 3.1.90	01.00 - Recurso Ordinário	50.000,00
Valor Total R\$:			50.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 16 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em 17/10/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

## LEI Nº 2715/2018 – DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774779

LEI Nº 2715/2018 – DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA A LEI Nº 1.600, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2001 QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 1.600, de 12 de novembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos:

[...]

II – doze meses, no caso dos incisos V e VI do art. 2º, podendo ser prorrogada uma vez por igual período;

III – até 12 (doze) meses, no caso do inciso VII do art. 2º, podendo ser prorrogada uma vez por igual período;

[...]

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 16 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em 17/10/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### DECRETO 3.981

Publicação Nº 1775346

DECRETO Nº 3.981, DE 17 de outubro DE 2018.

"Dispõe sobre o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar 03/2017 ."

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições de seu cargo,

Considerando o parecer da Comissão Instaurada por meio da Portaria 427, de 20 de setembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica arquivado o Processo Administrativo Disciplinar 03/2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de outubro de 2018.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 3.982

Publicação Nº 1775349

DECRETO Nº 3.982, DE 17 de outubro DE 2018.

"Dispõe sobre o arquivamento do Processo de Sindicância 01/2018 ."

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições de seu cargo,

Considerando o parecer da Comissão Instaurada por meio da Portaria 316, de 17 de agosto de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica arquivado o Processo de Sindicância 01/2018.

Art. 2º. Fica reconhecida a responsabilidade do Município de Rio do Campo pelos danos causados ao veículo de terceiro envolvido no acidente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de outubro de 2018.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7553, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775183

DECRETO Nº 7553, de 11 de outubro de 2018.

“RETIFICA O DECRETO Nº 6043 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA DA SRA. WALDIRIA KNOP”.  
O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o erro material que consta no Decreto

#### DECRETA:

Art. 1º - O Art. 1º do Decreto nº 6043 de 16 de Fevereiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica concedida a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade a Sra. Waldiria Knop, brasileira, casada, professora, portadora da C.I. nº 7/R 528.967 SSP/SC e inscrita no CPF nº093.130.289-72, residente e domiciliada na Rua Otto Hinsching, 174, Centro, município de Lontras, SC., no cargo de Professora III, nível F-3, com proventos integrais que correspondem à totalidade de remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, paridade e integralidade, a partir de 01/03/2017.”

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO.

11 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretaria Municipal de Administração

### DECRETO Nº 7558, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1775186

DECRETO Nº 7558, de 15 de outubro de 2018.

“CONCEDE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO – SEGOV, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desportos, o veículo conforme segue; Veículo CHEV/SPIN 1.8 – Placas MJV9827 – Cor Branca – Frota 378 – Chassi 9BGJB75Z0DB170307 – Ano 2012/2013 – Renavam 492659249 – Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, por tempo determinado no dia 18 de outubro de 2018, com horário de saída as 23h30, com saída do Ginásio Municipal Artenir Werner, levar o atleta Bruno Becker até o aeroporto de Florianópolis - SC.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Gestão de Governo - SEGOV, o motorista Cacildo João Furlani, matrícula nº 99392, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 7559, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1775190

DECRETO Nº 7559, de 15 de outubro de 2018.

"CONCEDE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO – SEGOV, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD, POR PRAZO DETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desportos, o veículo conforme segue; Veículo CHEV/SPIN 1.8 – Placas MJV9827 – Cor Branca – Frota 378 – Chassi 9BGJB75Z0DB170307 – Ano 2012/2013 – Renavam 492659249 – Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, por tempo determinado no dia 21 de outubro de 2018, para buscar o atleta Bruno Becker no aeroporto de Florianópolis - SC.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Gestão de Governo - SEGOV, o motorista Cacildo João Furlani, matrícula nº 99392, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/18**

Publicação Nº 1775027

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/18.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Edson Karsten	Xxx.742.309-xx	135753
Otilia Alves de Campos	Xxx.099.779-xx	78406
Maicon Fernando Avi	Xxx.288.479-xx	128091
Guilherme Ricardo Becker	Xxx.770.369-xx	170615
Zoni Fronza	Xxx.174.219-xx	175229
Valdecir da Silveira	Xxx.731.089-xx	169129
RMS Engenharia Ltda ME	xx.117.375/0001-xx	174962
Frimac Refrigeração Eireli	xx.613.341/0001-xx	174730

Rio do Sul, 16 de Outubro de 2018

LEONICE WITTE

Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**Portaria nº1017/DGP**

Publicação Nº 1774397

PORTARIA N. 1017/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:



Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0775/DGP de 01/08/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º – REMOVER, a partir de 11/07/2018, os servidores abaixo, pertencente ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, por meio do Concurso Interno de Remoção - Ano Letivo 2018 e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Servidor	Disciplina	Carga Horária	Unidade Origem	Unidade Destino
NICOLI PEREIRA	Educação Infantil	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	C.E.I. Padre Ângelo Moser
CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES	Educação Infantil	40 horas	CEI Padre Angelo Moser	C.E.I. Dr. Romão Trauczynski

Art.2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de setembro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DCB

### Portaria nº1064/DGP

Publicação Nº 1774402

PORTARIA N. 1064/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º – REMOVER, POR PERMUTA, a partir de 01/10/2018, os servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão (40 hs), PAULO RENE RODRIGUES DE MOURA, da Secretaria Municipal de Educação e, MÁRCIO DE SOUZA, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, conforme requerimento protocolado sob o número 174728/2018, e em conformidade com o parágrafo 3º, do Art. 41 da Lei Complementar nº 309 de 01 de dezembro de 2015 e alterações.

Art. 2º – Os servidores passam a ter a seguinte lotação: PAULO RENE RODRIGUES DE MOURA na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e MÁRCIO DE SOUZA na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Dcb

### PORTARIA Nº 1086/DGP

Publicação Nº 1774293

PORTARIA N. 1086/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 043/2018, designada pela Portaria n. 0822/DGP de 16 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 043/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 043/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA Nº 1087/DGP**

Publicação Nº 1774294

PORTARIA N. 1087/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 044/2018, designada pela Portaria n. 0823/DGP de 16 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 044/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 044/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA Nº 1088/DGP**

Publicação Nº 1774297

PORTARIA N. 1088/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 045/2018, designada pela Portaria n. 0824/DGP de 16 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 045/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 045/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA Nº 1089/DGP**

Publicação Nº 1774300

PORTARIA N. 1089/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 046/2018, designada pela Portaria n. 0825/DGP de 16 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão

da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 046/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 006/P.A.D. n. 046/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA Nº 1090/DGP**

Publicação Nº 1774301

PORTARIA N. 1090/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 047/2018, designada pela Portaria n. 0830/DGP de 16 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 047/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 047/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA Nº 1091/DGP**

Publicação Nº 1774302

PORTARIA N. 1091/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 048/2018, designada pela Portaria n. 0831/DGP de 16 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 048/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 048/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA Nº 1093/DGP**

Publicação Nº 1774304

PORTARIA N. 1093/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 049/2018, designada pela Portaria n. 0832/DGP de 20 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 049/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 049/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA Nº 1094/DGP**

Publicação Nº 1774305

PORTARIA N. 1094/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 050/2018, designada pela Portaria n. 0833/DGP de 20 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 050/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 050/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA Nº 1095/DGP**

Publicação Nº 1774306

PORTARIA N. 1095/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 051/2018, designada pela Portaria n. 0834/DGP de 20 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 051/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 051/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA Nº 1096/DGP**

Publicação Nº 1774307

PORTARIA N. 1096/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 052/2018, designada pela Portaria n. 0835/DGP de 20 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 052/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 052/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA Nº 1097/DGP**

Publicação Nº 1774308

PORTARIA N. 1097/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 053/2018, designada pela Portaria n. 0836/DGP de 20 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 053/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 053/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA Nº 1098/DGP**

Publicação Nº 1774309

PORTARIA N. 1098/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 054/2018, designada pela Portaria n. 0837/DGP de 20 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 054/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 054/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA Nº 1099/DGP**

Publicação Nº 1774311

PORTARIA N. 1099/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 055/2018, designada pela Portaria n. 0838/DGP de 20 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 055/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 055/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA Nº 1100/DGP**

Publicação Nº 1774312

PORTARIA N. 1100/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 056/2018, designada pela Portaria n. 0839/DGP de 20 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 056/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 056/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso



**PORTARIA Nº 1101/DGP**

Publicação Nº 1774313

PORTARIA N. 1101/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 057/2018, designada pela Portaria n. 0840/DGP de 20 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 057/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 057/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA Nº 1102/DGP**

Publicação Nº 1774315

PORTARIA N. 1102/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 058/2018, designada pela Portaria n. 0841/DGP de 20 de agosto de 2018 (publicada em 22/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 058/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 058/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA Nº 1104/DGP**

Publicação Nº 1774316

PORTARIA N. 1104/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 24/09/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 039/2018, designada pela Portaria n. 0788/DGP de 06 de agosto de 2018 (publicada em 08/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 039/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 039/2018, de 21 de setembro de 2018, devido a instrução estar em andamento.



Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA Nº 1105/DGP**

Publicação Nº 1774317

PORTARIA N. 1105/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 24/09/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 040/2018, designada pela Portaria n. 0790/DGP de 06 de agosto de 2018 (publicada em 08/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 040/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 040/2018, de 21 de setembro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA Nº 1106/DGP**

Publicação Nº 1774318

PORTARIA N. 1106/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 10/09/2018 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 008/2018, para conclusão da Sindicância Administrativa n. 008/2018, constituída por meio da Portaria n. 0796/DGP de 06 de agosto de 2018, publicada em 09 de agosto de 2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/CPSA/008/2018, de 14 de setembro de 2018, em face a complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA Nº 1107/DGP**

Publicação Nº 1774319

PORTARIA N. 1107/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 10/09/2018 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 006/2018, para conclusão da Sindicância Administrativa n. 006/2018, constituída por meio da Portaria n. 0794/DGP de 06 de agosto de 2018, publicada em 08 de agosto de 2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 001/CPSA/006/2018, de 14 de setembro de 2018, em face a complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

**PREGÃO PRESENCIAL 041/2018**

Publicação Nº 1774609

EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2018  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, SC, com sede na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, cidade de Rio do Sul, CEP 89.160-045, inscrito no CNPJ sob nº 10.469.199/0001-55, Telefone (47) 3531-1227 / 3531-1329 torna público o presente Edital que tem Registro de Preço à eventual aquisição de FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, para atender as Unidades do Fundo Municipal de Saúde, relacionados no Anexo I-Termo de Referência, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras pela Secretaria Municipal de Saúde. REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 29/10/2018, às 13:30 horas, na Sala de Licitações no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça. 25 de Julho, nº 01, Centro.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, situada a Praça 25 de Julho, bairro Centro, Rio do Sul/SC, Departamento de Processos Licitatórios a partir 07h30min às 11h30min das 13h00 às 17h00, ou através do site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) ou e-mail [maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br](mailto:maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br).

Rio do Sul (SC), 17 de outubro de 2018.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA DE SAÚDE MUNICIPAL DE RIO DO SUL

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL

**RESOLUÇÃO Nº 34.2018.CMDCA, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774556

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 34/2018/CMDCA

Dispõe sobre o Deferimento das Candidatas aptas a concorrerem a vaga de Conselheira Tutelar Suplente conforme Edital 02/2018.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere as Leis Complementares nº 287/2014, 288/2014, 341/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO o Edital 02/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Deferir sobre as Candidatas aptas a concorrerem a vaga de Conselheira Tutelar Suplente para o período de 19/11/2018 à 09/01/2020. (Por ordem alfabética).

Nº	NOME	RESULTADO
1	FRANCIELI CHAVES	APTA
2	MORGANA JULIANA MIRANDA	APTA
3	SIMONI SOARES	APTA

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2018.

PATRÍCIA L. P. DE SOUZA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

**RESOLUÇÃO Nº 35.2018, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1774561

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 35/2018/CMDCA

Dispõe sobre pagamento de material para a IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere as Leis Complementares nº 287/2014, 288/2014, 341/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO, a meta nove do plano de ação e aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano de 2018;

CONSIDERANDO, plenária realizada no dia 13 de agosto de 2018, que aprovou a utilização do recurso;

CONSIDERANDO, ser atribuição do CMDCA promover e convocar a XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º - Efetuar pagamento através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA para o material (200 crachás) para a XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul, que acontecerá nos dias 29 e 30 de outubro, fechando no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2018.

PATRÍCIA L. P. DE SOUZA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

**RESUMO DO ADITIVO Nº 018/2018**

Publicação Nº 1774590

TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 18/2018 – DO CONTRATO DE SERVIÇO EXECUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) PORTE II, DO BREMER DO CONTRATO NR. 023/2018, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA B & P CONSTRUTORA EIRELI.

Aos dezesseis (16) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezoito (2018), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, sediada na Rua Tuiuti, 154, Centro na cidade de Rio do Sul, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sr.<sup>a</sup> Sueli Teresinha de Oliveira, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa B & P CONSTRUTORA EIRELI, estabelecida à Rua Índio Pereira Ramos, nº 85, CEP 88.540.000, no município de Otacílio Costa, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.052.006/0001-51, ora denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Adriani Muniz Boaventura, Diretor Sócio Proprietário, Carteira de Identidade nº 1.758.126 / CPF nº 529.929.269-49, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Tomada de Preço nº 021/2018, o contrato original de para execução da construção física da Unidade Básica de Saúde(UBS) Porte II, com área de 459,85 m², localizado à Estrada Blumenau s/nº, Bairro Bremer, sob o contrato nº 023/2018, datado de 30 de maio de 2018, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II do §1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através do Memorando Nº 070/2018-Infraestrutura SEINFRA bem como justificativa técnica emitida e assinada pelo Fiscal de Serviços Públicos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

Fica Prorrogado o término do prazo contratual assumido consoante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de cento e vinte (120) dias a contar de 29 de novembro de 2018, com o seu término em 28 de fevereiro de 2019, conforme memorando nº 070/2018 – Infraestrutura.

**CLÁUSULA TERÇA - DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA B & P CONSTRUTORA EIRELI

Secretária Municipal de Saúde CONTRATADA CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**RESUMO DO ADITIVO Nº 083/2018**

Publicação Nº 1774236

1º TERMO ADITIVO Nº 083/2018 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 302/2018, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA COLOCAÇÃO DE MANTA E FORRO DE PVC NO TELHADO DO CEI AUGUSTO BOSCO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA AMPLAST COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Aos nove (09) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezoito (2018), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Amplast Comércio de Materiais de Construção Ltda, inscrita no CNPJ n. 25.158.774/0001-76, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Alvi José Hinghl, Sócio Proprietário, RG nº 1.897.249 e CPF nº 607.003.009-53, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 111/2018, o contrato original de prestação de serviços com fornecimento de materiais nº 302/2018, datado de 11 de setembro de 2018, de acordo com memorando da Secretaria de Educação, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Artigo 65, Inciso II, §1, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS**

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Terceira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, a soma de R\$810,00 (oitocentos e dez reais), conforme memorando nº 605/2018/SEDUC da Secretaria de Educação, ora acostado ao presente.

Ficando o novo valor contratual em R\$4.803,33 (quatro mil oitocentos e três reais e trinta e três centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

AMPLAST COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
Sr. Alvi José Hinghl  
CONTRATADA

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**RESUMO DO CONTRATO Nº 194/2018**

Publicação Nº 1774352

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 194/2018

Tomada de Preços nº 106/2018

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Geomapa Engenharia LTDA

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de engenharia, com levantamento topográfico, para pavimentação e qualificação das vias: Expedicionário Aleandro Stedile, Estrada Geral Albertina, Estrada Geral Bomfim e Rua Gustav Hasse no Município de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$111.674,60 (cento e onze mil e seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Prazo de Entrega: 60 (sessenta) dias

Recurso: 86.02.2043.3390.3999.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 15 de outubro de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## RESUMO DO CONTRATO Nº 195/2018

Publicação Nº 1774350

### RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 195/2018

Tomada de Preços nº 107/2018

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: R.A.R Engenharia LTDA

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de ponte ligando o bairro Bela Aliança ao bairro Navegantes, incluindo sondagem, no município de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)

Prazo de Entrega: 60 (sessenta) dias

Recurso: 86.02.2043.3390.3999.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 15 de outubro de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

## RESOLUÇÃO Nº 1002, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774966

### RESOLUÇÃO Nº 1002, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza o pagamento de meia diária a servidor.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento meia diária ao servidor Fernando Guedes, no valor de R\$ 144,90 (cento e quarenta e quatro reais e noventa centavos), para, conforme designação do Presidente da Câmara Municipal, participar de reunião com o Tribunal de Contas de Santa Catarina, juntamente com representantes da Amavi e Ucavi, sobre o processo licitatório da construção da nova sede, a ser realizada no dia 17 de agosto do corrente ano, às 14 horas, na sede do TCE/SC, sito a Rua Bulcão Viana, 90, Centro, no município de Florianópolis/SC.

Art. 2º O transporte, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, não ensejará despesas.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2018.  
JAMES RIDES DA SILVA  
Presidente da Mesa

FERNANDO CESAR SOUZA  
Vice-Presidente

MAICON COELHO  
1º Secretário

ZELI DA SILVA  
2ª Secretária

**RESOLUÇÃO Nº 1003, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1775064

RESOLUÇÃO Nº 1003, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza indenização de transporte a vereador membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Itajaí.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a indenização de transporte ao vereador James Rides da Silva para participar da 9ª Reunião da Diretoria do Comitê do Itajaí do ano de 2018, conforme Convocação do Presidente do Comitê do Itajaí Cleber Andrei Seemann Stassum, a ser realizada no dia 18 de outubro do corrente ano, às 9h, na sede do Comitê do Itajaí sito a Rua Braz Wanka, sala D210, Vila Nova, na cidade de Blumenau – SC.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Blumenau, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA FERNANDO CESAR SOUZA  
Presidente da Mesa Vice-Presidente

MAICON COELHO  
1º Secretário

ZELI DA SILVA  
2ª Secretária

**RESUMO DE TERMO DE CONTRATO Nº 30/2018**

Publicação Nº 1775299

RESUMO DO CONTRATO Nº 30/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.

Contratada: Leone Decorações, Alimentação e Locação de Móveis para Eventos Ltda.

Objeto: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de serviço de decoração do Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, para a Sessão Solene de Outorga do Título de Cidadão Rio-sulense, a realizar-se no dia 29 de novembro de 2018, às 18 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, conforme especificações do Processo de Dispensa de Licitação nº 05/2018.

Valor: O valor para este serviço de decoração, é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), conforme registrado abaixo:

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QTDE.	VALOR (UNIDADE)	VALOR (TOTAL ITEM)
Capas de cadeira na cor branca (A Câmara fornecerá as cadeiras). Quantidade: 20.	Sessão	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
Forração da Mesa Principal				
Arranjo de flores naturais para mesa principal: Quantidade: 01				
Tapete em frente à mesa principal. Quantidade: 01				
VALOR TOTAL				R\$ 500,00

Rio do Sul, 16 de outubro de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA  
Presidente da Câmara Municipal

LEONE LOHN  
Leone Decorações, Alimentação e Locação de Móveis para Eventos Ltda



**RESUMO DE TERMO DE CONTRATO Nº 31/2018**

Publicação Nº 1775301

RESUMO DO CONTRATO Nº 31/2018  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.

Contratada: Elaini G Freitas & Cia Ltda

Objeto: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de coquetel para a Sessão Solene de Outorga do Título de Cidadão Rio-sulense, a realizar-se no dia 29 de novembro de 2018, às 18 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, conforme especificações do Processo de Dispensa de Licitação nº 05/2018.

Valor: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação do serviço objeto deste Contrato, conforme registrado abaixo, o valor de R\$ 1.352,00 (um mil trezentos e cinquenta e dois reais).

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND.	QTDE.	VALOR (UNIDADE)	VALOR (TOTAL)
Serviço de Buffet COQUETEL: 2 tipos de salgados assados e 2 tipos de salgados fritos, de recheios variados, 4 tipos de docinhos pequenos, 2 tipos canapés, 2 tipos quiche salgadas. BEBIDAS: refrigerantes normais/lights, água mineral, suco de fruta natural de dois sabores. Fornecimento de vasilhames, utensílios e acessórios necessários à execução dos serviços, tais como louças de boa qualidade, copos de vidro, bandejas, guardanapos, jarras e gelo. Coquetel para 80 pessoas	Sessão	1	R\$ 1.352,00	R\$ 1.352,00

Rio do Sul, 16 de outubro de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

Elaini G. Freitas

Elaine G. Freitas & Cia Ltda

**RESUMO DE TERMO DE CONTRATO Nº 32/2018**

Publicação Nº 1775302

RESUMO DO CONTRATO Nº 32/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018  
PREGÃO Nº 6/2018.

Contratante: Câmara de Vereadores de Rio do Sul – SC

Contratada: Foto Marzall Ltda

Objeto: O presente contrato tem por objetivo o fornecimento parcelado de molduras para honrarias, para atender o Poder Legislativo de Rio do Sul, de acordo com as Especificações do Edital de Pregão Presencial nº 06/2018 e de acordo com os termos da Lei nº 10.520/02 e suas alterações e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão CMRS/SC nº 06/2018 e, e da adesão à Ata de Registro de Preços nº 02/2018.

LOTE 4 - MOLDURA PARA DIPLOMAS - HONRARIAS						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QTDE. REGISTRADA	VALOR (UNIDADE) REGISTRADO	VALOR (TOTAL ITEM) REGISTRADO
4	1	Moldura reta lisa preta, em madeira com vidro, tipo porta retrato, com dimensão 20x30cm para pendurar em parede na posição vertical e sem apoio de mesa.	Unidade	18	R\$ 35,00	R\$ 630,00

As molduras objeto deste contrato serão utilizadas para acomodar os Títulos de Cidadão Rio-sulense a serem oferecidos em solenidade a ser realizada no dia 29 de novembro do corrente ano, bem como para acomodar os diplomas a serem oferecidos em decorrência do Programa Vereador por um dia na melhor Idade, (Resolução nº 919 de 26 de setembro de 2017.) a ser realizado no dia 18 de outubro de 2018.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2018.



JAMES RIDES DA SILVA  
Presidente da Câmara Municipal

RODOLFO MARZALL FILHO  
Foto Marzall Ltda

## RESUMO DE TERMO DE CONTRATO Nº 33/2018

Publicação Nº 1775303

RESUMO DO CONTRATO Nº 33/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018  
PREGÃO Nº 06/2018

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.  
Contratada: Floricultura Cissa Ltda ME

Objeto: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de flores, sendo (um) 01 arranjo composto por orquídeas Phalaenopsis (Galho de Orquídea Phalaenopsis média), duas hastes, especialmente nas cores rosa, lilás e branca, a ser oferecida à homenageada durante a Sessão Solene de Outorga do Título de Cidadão Rio-sulense, a realizar-se no dia 29 de novembro de 2018, às 18 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, conforme especificações do Processo Licitatório nº 14/2018, Pregão 6/2018.

Valor: O valor para o fornecimento das flores, na quantidade estipulada neste contrato (uma unidade) é de R\$ 80,00 (oitenta reais), conforme registrado abaixo:

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QTDE.	VALOR (UNIDADE)	VALOR (TOTAL)
FLORES: Arranjos compostos por orquídeas Phalaenopsis (Galho De Orquídea Phalaenopsis média), duas hastes, especialmente nas cores rosa, lilás e branca.	Unidades	1	R\$ 80,00	R\$ 80,00
VALOR TOTAL				R\$ 80,00

Rio do Sul, 16 de outubro de 2018.  
JAMES RIDES DA SILVA  
Presidente da Câmara Municipal

SANDRA REGINA DA SILVA  
Floricultura Cissa Ltda ME

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### DECRETO DE 01 DE OUTUBRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1775288

DECRETO DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

02 – Gabinete do Prefeito

001 – Administração do Gabinete do Prefeito

0004.0122.0011.2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

33390000000000000000 – Aplicações Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 6.000,00

04 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

003 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0015.0452.0020.2006 – Manutenção dos Serviços Urbanos

33390000000000000000 – Aplicações Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 1.060,00

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

002 – Fundo Municipal de Assistência Social de Rio dos Cedros

0008.0244.0140.2035 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

33390000000000000000 – Aplicações Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 3.816,00

Total ..... 10.876,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de outubro de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de outubro de 2018.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

### DECRETO DE 01 DE OUTUBRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

Publicação Nº 1775286

DECRETO DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

De:

07 – Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Eventos

002 – Diretoria de Cultura

0013.0392.0090.2009 – Manutenção do Fundo Municipal da Cultura

33190000000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) ..... 13.900,99

Para:

07 – Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Eventos

002 – Diretoria de Cultura  
0013.0392.0090.2009 – Manutenção do Fundo Municipal da Cultura  
3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) ..... 13.900,99

Total ..... 13.900,99

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de outubro de 2018.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de outubro de 2018.  
Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

## **DECRETO DE 02 DE OUTUBRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

Publicação Nº 1775290

DECRETO DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso I da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do provável excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros  
05 – Secretaria de Educação  
002 – Educação Básica  
0012.0361.0060.2013 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental  
3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.376.300 – Outras Tr. FNDE – AFM Educação)...56.066,40

Total ..... 56.066,40

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 02 de outubro de 2018.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 02 de outubro de 2018.  
Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

## **DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT**

Publicação Nº 1775291

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros  
04 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
003 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos  
0015.0452.0020.2006 – Manutenção dos Serviços Urbanos  
3339000000000000 – Aplicações Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 5.000,00

Total ..... 5.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 03 de outubro de 2018.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 03 de outubro de 2018.  
Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.923, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018. APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE LEONIDO AGOSTINI E DIRCE MARIA AGOSTINI, SITUADO DO LADO PAR AVENIDA EXPEDICIONÁRIO ANSELMO LEITEMPERGHER, NESTA CIDADE.**

Publicação Nº 1775282

DECRETO Nº 2.923, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE LEONIDO AGOSTINI e DIRCE MARIA AGOSTINI, SITUADO DO LADO PAR AVENIDA EXPEDICIONÁRIO ANSELMO LEITEMPERGHER, NESTA CIDADE.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 233/1980, respeitada a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979:

DECRETA;

Art.1º. Fica aprovado o desmembramento de áreas no imóvel urbano de propriedade de LEONIDO AGOSTINI, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob nº 081.908.449-20, portador da cédula de identidade nº 157.837-5, expedida pela SSP/SC, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à vigência da Lei nº6.515/77, com DIRCE MARIA AGOSTINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 657.276.499-00, portadora da cédula de identidade nº 2.052.932, expedida pela SSP/PR, situado do lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD 080, distando pelo lado esquerdo (ponto PP) em 880,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José, nesta cidade, tendo como área total alienável 14.940,21m<sup>2</sup> (quatorze mil, novecentos e quarenta metros e vinte e um decímetros quadrados) e 19.005,00m<sup>2</sup> (dezenove mil e cinco metros quadrados) de área remanescente, conforme planta e documentos apresentados pelo proprietário acompanhado do requerimento protocolado sob nº 485 de 21 de Março de 2016.

Art.2º. O desmembramento aprovado por este Decreto, provem de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 26.057, livro 2, e esta assim constituído;

§1º. 14.940,21m<sup>2</sup> (quatorze mil, novecentos e quarenta metros e vinte e um decímetros quadrados) de área alienável, esta assim constituída:

ÁREA (01) – Área total de 3.772,62m<sup>2</sup> (três mil setecentos e setenta e dois metros e sessenta e dois decímetros quadrados) assim caracterizada:

Área com 3.772,62m<sup>2</sup>;

Benfeitorias: Sem edificações;

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080, distando, pelo lado esquerdo (ponto PP), em 880,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José;

Município: Rio dos Cedros/SC;

Coordenadas Geográficas: UTM (DATUM de origem SIRGAS2000, Zona 22, Hemisfério Sul, Meridiano Central 51º WGr):

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP(E:671067.7021; N:7044991.6361) segue pela frente, em 20,374m confrontando o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080, até o ponto P1(E:671048.1879; N:7044985.7810); deste segue pelo lado direito, defletindo à direita, com ângulo interno de 79º0'36" em 169,606m confrontando com o Lote 02, até o ponto P2(E:671031.3086; N:7045154.5448); deste segue pelos fundos, defletindo à direita, com ângulo interno de 142º46'17" em 1,411m, até o ponto P3(E:671032.0464; N:7045155.7479), deste segue defletindo a direita, com ângulo de 158º51'15" em 26,226m, confrontando com a Área Remanescente, até o ponto P4(E:671052.8981; N:7045171.6541); deste segue pelo lado esquerdo defletindo a direita, com ângulo de 57º21'51" em 180,626m, confrontando com o imóvel matriculado sob nº 24.361, Lv.2 de propriedade de OSVALDO ANTONIO VALANDRO e MARLI MARIA VALANDRO, até o ponto de partida PP; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 102º0'1" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 398,243 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564419

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2019

ÁREA (02) – Área total de 3.306,53m<sup>2</sup> (três mil, trezentos e seis metros e cinquenta e três decímetros quadrados) assim caracterizada:

Área com 3.306,53m<sup>2</sup>;

Benfeitorias: Sem edificações;

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080, distando, pelo lado esquerdo (ponto PP), em 900,374 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José;

Município: Rio dos Cedros/SC;

Coordenadas Geográficas: UTM (DATUM de origem SIRGAS2000, Zona 22, Hemisfério Sul, Meridiano Central 51º WGr):

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP(E:671048.1879; N:7044985.7810) segue pela frente, em 20,321m confrontando o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080, até o ponto P1(671028.7243; N:7044979.9411); deste segue pelo lado direito, defletindo à direita, com ângulo interno de 79°48'20" em 142,692m confrontando com o Lote 03, até o ponto P2(E:671012.5534; N:7045121.7137); deste segue pelos fundos, defletindo à direita, com ângulo interno de 158°54'13" em 4,032m, até o ponto P3(E:671013.5691; N:7045125.6158), deste segue defletindo a direita, com ângulo de 163°4'20" em 33,935m confrontando com a Área Remanescente, até o ponto P4(E:671031.3086; N:7045154.5448); deste segue pelo lado esquerdo, defletindo à direita, com ângulo de 37°13'43" em 169,606m, confrontando com o Lote 1, até o ponto de partida PP; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 100°59'24" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 370,586 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564427

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2020

ÁREA (03) – Área total de 2.551,45m<sup>2</sup> (dois mil, quinhentos e cinquenta e um metros e quarenta e cinco decímetros quadrados) assim caracterizada:

Área com 2.551,45m<sup>2</sup>;

Benfeitorias: Sem edificações;

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080, distando, pelo lado esquerdo (ponto PP), em 920,695 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José;

Município: Rio dos Cedros/SC;

Coordenadas Geográficas: UTM (DATUM de origem SIRGAS2000, Zona 22, Hemisfério Sul, Meridiano Central 51º WGr):

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP(E:671028.7243; N: 7044979.9411) segue pela frente, em 20,267m confrontando o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080, até o ponto P1(671009.3116; N:7044974.1164); deste segue pelo lado direito, defletindo à direita, com ângulo interno de 80°40'42" em 108,418m confrontando com o Lote 04, até o ponto P2(E:670995.3855; N:7045081.6368); deste segue pelos fundos, defletindo à direita, com ângulo interno de 140°22'45" em 21,50m, até o ponto P3(E:671006.8554; N:7045099.8218), deste segue defletindo a esquerda, com ângulo de 197°39'6" em 22,621m confrontando com a Área Remanescente, até o ponto P4(E:671012.5534; N:7045121.7137); deste segue pelo lado esquerdo defletindo à direita, com ângulo de 21°5'47" em 142,692, confrontando com o Lote 2, até o ponto de partida PP; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 100°11'40" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 315,498 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564435

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2021

ÁREA (04) – Área total de 2.364,81m<sup>2</sup> (dois mil, trezentos e sessenta e quatro metros e oitenta e um decímetros quadrados) assim caracterizada:

Área com 2.364,81m<sup>2</sup>;

Benfeitorias: Sem edificações;

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080, distando, pelo lado esquerdo (ponto PP), em 940,963 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José;

Município: Rio dos Cedros/SC;

Coordenadas Geográficas: UTM (DATUM de origem SIRGAS2000, Zona 22, Hemisfério Sul, Meridiano Central 51º WGr):

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP(E:671009.3116; N:7044974.1164) segue pela frente, em 20,128m confrontando o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080, até o ponto P1(670990.0331; N:7044968.3321); deste segue pelo lado direito, defletindo à direita, com ângulo interno de 86°48'51" em 82,275m confrontando com o Lote 05, até o ponto P2(E:670970.8047; N:7045048.3286); deste segue pelos fundos, defletindo à direita, com ângulo interno de 128°42'16" em 31,304m, até o ponto P3(E:670989.9822; N:7045073.0701), deste segue defletindo à esquerda, com ângulo de 185°35'20" em 10,128m confrontando com a Área Remanescente, até o ponto P4(E:670995.3855; N:7045081.6368); deste segue pelo lado esquerdo defletindo à direita, com ângulo de 39°37'15" em 108,481m, confrontando com o Lote 3, até o ponto de partida PP; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 99°19'18" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 252,316 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564443

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2022

ÁREA (05) – Área total de 1.715,40m<sup>2</sup> (mil, setecentos e quinze metros e quarenta decímetros quadrados) assim caracterizada:

Área com 1.715,40m<sup>2</sup>;

Benfeitorias: Sem edificações;

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080, distando, pelo lado esquerdo (ponto PP), em 961,091 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José;

Município: Rio dos Cedros/SC;



Coordenadas Geográficas: UTM (DATUM de origem SIRGAS2000, Zona 22, Hemisfério Sul, Meridiano Central 51º WGr):

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP(E:670990.0331; N:7044968.3321) segue pela frente, em 20,237m confrontando o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080, até o ponto P1(670970.6497; N:7044962.5162); deste segue pelo lado direito, defletindo à direita, com ângulo interno de 92°24'34" em 62,615m, confrontando com o Lote 6, até o ponto P2(E:670950.1494; N:7045021.6806); deste segue pelos fundos, defletindo à direita, com ângulo interno de 123°6'33" em 33,716m, confrontando com a Área Remanescente, até o ponto P3(E:670970.8047; N:7045048.3286), deste segue pelo lado esquerdo, defletindo à direita com ângulo de 51°17'44" em 82,275m, confrontando com o Lote 4, até o ponto de partida PP; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 93°11'9" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 198,843 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564451

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2023

ÁREA (06) – Área total de 1.229,39m<sup>2</sup> (mil, duzentos e vinte e nove metros e trinta e nove décimos quadrados) assim caracterizada:

Área com 1.229,39m<sup>2</sup>;

Benfeitorias: Sem edificações;

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080, distando, pelo lado esquerdo (ponto PP), em 981,328 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José; Município: Rio dos Cedros/SC;

Coordenadas Geográficas: UTM (DATUM de origem SIRGAS2000, Zona 22, Hemisfério Sul, Meridiano Central 51º WGr):

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP(E:670970.6497; N:7044962.5162) segue pela frente, em 20,423m confrontando o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080, até o ponto P1(670951.0885; N:7044956.6480); deste segue pelo lado direito, defletindo à direita, com ângulo interno de 97°21'43" em 46,019m, confrontando com a Área Remanescente, até o ponto P2(E:670932.3244; N:7044998.6667); deste segue pelos fundos, defletindo à direita, com ângulo interno de 118°54'19" em 0,812m, até o ponto P3(E:670932.8133; N: 7044999.3149), deste segue defletindo à direita com ângulo de 179°15'5" em 28,298m, até o ponto P4 (E:670950.1494; N:7045021.6806), todas confrontando com a Área Remanescente, deste segue pelo lado esquerdo, defletindo à direita com ângulo interno de 160°53'20" em 62,615m, confrontando com o Lote 5, até o ponto de partida PP; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 87°35'26" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 158,167 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564460

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2024

§2º. 19.005,00m<sup>2</sup> (dezenove mil e cinco metros quadrados) de área remanescente, esta assim constituída:

Área remanescente com 19.005,00m<sup>2</sup>;

Benfeitorias: Sem edificações;

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080, distando, pelo lado esquerdo (ponto PP), em 1.001,75 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José; Município: Rio dos Cedros/SC;

Coordenadas Geográficas: UTM (DATUM de origem SIRGAS2000, Zona 22, Hemisfério Sul, Meridiano Central 51º WGr):

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP(E:670951.0885; N:7044956.6480) segue pelo lado esquerdo, em 46,019m, até o ponto P1(670932.3244; N:7044998.6667); deste segue defletindo à direita, com ângulo interno de 241°05'41" em 0,812m, até o ponto P2(E:670932.8133; N:7044999.3149); deste segue defletindo à direita, com ângulo interno de 180°44'55" em 28,298m, até o ponto P3(E:670950.1494; N:7045021.6806), todas confrontando com o Lote 6; deste segue em linha reta, com ângulo interno de 180°00'00" em 33,716m, confrontando o Lote 5, até o ponto P4(E:670970.8047; N:7045048.3286); deste segue em linha reta, com ângulo interno de 180°00'00" em 31,304m, até o ponto P5(E:670989.9822; N:7045073.0701); deste segue defletindo à esquerda, com ângulo interno de 174°27'40" em 10,128m, até o ponto P6(E:670995.3855; N:7045081.6368), todas confrontando com o Lote 4; deste segue em linha reta, com ângulo interno de 180°00'00" em 21,50m, até o ponto P7(E: 671006.8554; N:7045099.8218); deste segue defletindo à esquerda, com ângulo interno de 162°20'54" em 22,621m até o ponto P8(E:671012.5534; N:7045121.7137), todas confrontando com o Lote 3; deste segue em linha reta, com ângulo interno de 180°00'00" em 4,032m, confrontando com o Lote 2, até o ponto P9(E:671013.5691; N:7045125.6158); deste segue defletindo à direita, com ângulo interno de 196°55'40" em 33,935m, até o ponto P10(E:671032.0464; N:7045155.7479), sendo em 33,935m confrontando com o Lote 2 e 1,411m confrontando com o Lote 01; deste segue defletindo à direita, com ângulo interno de 201°8'45" em 26,226m, confrontando o Lote 1, até o ponto P11(E:671052.8981; N:7045171.6541); deste segue defletindo à esquerda, com ângulo interno de 122°38'09" em 59,374m, confrontando com o imóvel matriculado sob nº 24.361, Lv.2 de propriedade de OSVALDO ANTONIO VALANDRO e MARLI MARIA VALANDRO, até o ponto P12(E:671048.0327; N:7045230.8177); deste segue pelos fundos, defletindo à esquerda com ângulo interno de 57°21'52" em 67,579m até o ponto P13(E:670994.3009; N:7045189.8419); deste segue, defletindo à esquerda com ângulo interno de 158°51'14" em 52,119m até o ponto P14(E:670967.0554; N: 7045145.4110); deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 163°4'20" em 26,33m até o ponto P15(E:670960.4231; N:7045119.9298); deste segue, defletindo à direita com ângulo interno de 162°20'54" em 21,446m até o ponto P16(E:670948.9819; N:7045101.7902); deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 185°32'20" em 91,225m até o ponto P17(E:670893.0947; N:7045029.6885); deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 179°15'5" em 61,103m, até o ponto P18(E:670856.2952; N: 7044980.9098); deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 142°33'23" em 25,707m, até o ponto P19(E:670856.4803; N:7044955.2031); deste segue, defletindo à direita com ângulo interno de 152°51'15" em 25,400m até o ponto P20(E:670845.0544; N:7044932.5189); deste segue, defletindo à direita com ângulo interno de 172°00'41" em 44,524m até o ponto P21(E:670819.6937; N:7044895.9233); deste segue, defletindo à esquerda com ângulo interno de 175°04'28" em 30,850m até o ponto P22(E:670804.3636; N:7044869.1508), todos confrontando

com a margem direita do Rio dos Cedros; deste segue pela frente, defletindo à esquerda com ângulo interno de 17°52'44" em 28,596m até o ponto P23(E:670825.5055; N:7044888.4059) deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 183°9'55" em 37,544m até o ponto P24(E:670854.6166; N:7044912.1142); deste segue, defletindo à direita com ângulo interno de 185°3'55" em 25,135m até o ponto P25(E:670875.4314; N:7044926.2028); deste segue, defletindo à direita com ângulo interno de 185°57'46" em 30,518m até o ponto P26(E:670902.5909; N:7044940.1200); deste segue, defletindo à direita, até o ponto de partida PP, todas confrontando o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD-080; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 84°45'17" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 937,277 metros.

Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 50,00 metros de largura, ao longo da margem direita do Rio dos Cedros, com área de 17.627,59 m² (Em conformidade com a Lei nº 12.651/2012).

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564478

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2025

Art.3º. Apesar da aprovação do desmembramento feito por este Decreto, o requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 269, de 26 de agosto de 2015 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Art.4º. LEONIDO AGOSTINI e DIRCE MARIA AGOSTINI, bem como seus sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal, estadual e municipal pertinentes, mais precisamente às Leis n.ºs 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal, 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano, Lei Estadual Catarinense 6063/82.

Art.5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 2.756, de 06 de abril de 2016, Decreto nº 2.767, de 13 de maio de 2016, Decreto nº 2.774, de 27 de junho de 2016 e o Decreto nº 2.779, de 15 de agosto de 2016.

Rio dos Cedros, 15 de Outubro de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 15 de Outubro de 2018.

MARGARET SILVIA GREITER

Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.924, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 3.191 DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE WALDIR GIRARDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1775284

DECRETO Nº 2.924, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 3.191 DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE WALDIR GIRARDI e dá outras providências.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso XIII, c/c artigo 70, inciso I, alínea "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores ; e

Considerando, a necessidade de regularização da área para integrar a RCD 070, cuja área já vem sendo utilizada como logradouro público, de propriedade de WALDIR GIRARDI, brasileiro, eletricitário, inscrito no CPF sob nº 093.210.479-72, portador da cédula de identidade nº 220.031, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado na rua Pomeranos, nº 491, em Timbó/SC, CEP 89120-000;

Considerando, que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando os moradores e transeuntes que utilizam a referida Rua Municipal, tratando-se portanto de um caso de utilidade pública;

Considerando, ainda a necessidade de regularização de Rua já existente, com gabarito conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015) e não regularizada junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca em obediência a Lei nº 6.766, de 19/12/79;

DECRETA:

Art.1º. Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365 de 21/06/1945 e alterações posteriores, parte do terreno urbano, objeto da matrícula nº 3.191, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com as seguintes áreas descrições e destinações:

A) Área desapropriada para a RCD 070:

Área: 16.599,71 m² (dezesseis mil quinhentos e noventa e nove metros e setenta e um decímetros quadrados),



**LOCALIZAÇÃO:** O terreno rural cortado pela Rodovia Municipal RCD-070, situado na Barra do Norte, distrito de Cedro Alto, distando em 11.900,00 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Municipal RCD-410.

Inicia-se a descrição do imóvel no ponto OPP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: (E= 656553,838 m e N= 7062165,397 m), situado na interseção da frente com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070, fazendo frente à SUDESTE em linha reta com o azimute de 45°55'15" e a distância de 13,41 m confrontando com a própria Rodovia até o ponto 1 (E= 656563,475 m e N= 7062174,729 m); deste segue à esquerda pelo lado esquerdo à NORDESTE em linha reta com o azimute de 289°22'15" e a distância de 27,07 m até o ponto 2 (E=656537,934 m e N=7062183,709 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 295°03'04" e a distância de 27,09 m até o ponto 3 (E=656513,389 m e N=7062195,181 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 319°13'56" e a distância de 25,18 m até o ponto 4 (E=656496,946 m e N=7062214,253 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 336°06'05" e a distância de 26,95 m até o ponto 5 (E=656486,026 m e N=7062238,895 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 331°07'40" e a distância de 31,91 m até o ponto 6 (E=656470,621 m e N=7062266,834 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 348°07'08" e a distância de 27,51 m até o ponto 7 (E=656464,957 m e N=7062293,754 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 331°09'15" e a distância de 53,71 m até o ponto 8 (E=656439,043 m e N=7062340,802 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 341°08'14" e a distância de 39,99 m até o ponto 9 (E=656426,115 m e N=7062378,643 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 350°57'59" e a distância de 26,32 m até o ponto 10 (E=656421,983 m e N=7062404,632 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 335°21'40" e a distância de 39,36 m até o ponto 11 (E=656405,576 m e N=7062440,404 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 338°52'44" e a distância de 39,86 m até o ponto 12 (E=656391,213 m e N=7062477,585 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 352°17'28" e a distância de 26,78 m até o ponto 13 (E=656387,622 m e N=7062504,118 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 3°28'17" e a distância de 40,09 m até o ponto 14 (E=656390,049 m e N=7062544,133 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 345°18'03" e a distância de 15,62 m até o ponto 15 (E=656386,086 m e N=7062559,239 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 311°45'26" e a distância de 14,54 m até o ponto 16 (E=656375,236 m e N=7062568,926 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 305°28'16" e a distância de 24,92 m até o ponto 17 (E=656354,943 m e N=7062583,385 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 340°14'01" e a distância de 10,33 m até o ponto 18 (E=656351,448 m e N=7062593,111 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 7°04'23" e a distância de 38,38 m até o ponto 19 (E=656356,174 m e N=7062631,201 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 341°55'10" e a distância de 40,83 m até o ponto 20 (E=656343,503 m e N=7062670,012 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 348°02'54" e a distância de 37,92 m até o ponto 21 (E=656335,651 m e N=7062707,110 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 334°39'43" e a distância de 17,16 m até o ponto 22 (E=656328,305 m e N=7062722,623 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 319°24'04" e a distância de 52,81 m até o ponto 23 (E=656293,941 m e N=7062762,717 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 339°49'56" e a distância de 34,65 m até o ponto 24 (E=656281,995 m e N=7062795,244 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 350°16'46" e a distância de 31,35 m até o ponto 25 (E=656276,702 m e N=7062826,141 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 345°13'06" e a distância de 24,88 m até o ponto 26 (E=656270,354 m e N=7062850,199 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 316°59'14" e a distância de 44,49 m até o ponto 27 (E=656240,005 m e N=7062882,730 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 291°30'11" e a distância de 42,67 m até o ponto 28 (E=656200,303 m e N=7062898,371 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 294°45'59" e a distância de 17,45 m até o ponto 29 (E=656184,459 m e N=7062905,681 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 311°54'55" e a distância de 16,51 m até o ponto 30 (E=656172,170 m e N=7062916,713 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 338°26'46" e a distância de 14,98 m até o ponto 31 (E=656166,666 m e N=7062930,646 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 0°30'45" e a distância de 15,51 m até o ponto 32 (E=656166,805 m e N=7062946,160 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 16°24'51" e a distância de 33,54 m confrontando com Waldir Girardi – Matrícula 3.191, Lº 2 até o ponto 33 (E=656176,283 m e N=7062978,333 m); deste segue à esquerda em linha reta com o azimute de 328°55'40" e a distância de 32,85 m, sendo que confronta com Waldir Girardi – Matrícula 3.191, Lº 2 em 7,34 m e confronta com Ivo Manoel Gonçalves de Jesus – Matrícula nº 10.720, Lº 2 em 25,51 m até o ponto 34 (E= 656159,329 m e N= 7063006,468 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 312°13'47" e a distância de 34,08 m até o ponto 35 (E= 656134,095 m e N= 7063029,372 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 348°12'20" e a distância de 14,61 m até o ponto 36 (E= 656131,109 m e N= 7063043,676 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 312°33'15" e a distância de 17,23 m até o ponto 37 (E= 656118,416 m e N= 7063055,329 m) segue à esquerda em linha reta com o azimute de 274°25'17" e a distância de 15,85 m confrontando com Ivo Manoel Gonçalves de Jesus – Matrícula 10.720, Lº 2 até o ponto 38 (E= 656102,612 m e N= 7063056,551 m); deste segue à direita em linha reta como azimute de 299°38'52" e a distância de 32,62 m, sendo que confronta com Ivo Manoel Gonçalves de Jesus – Matrícula 10.720, Lº 2 em 21,26 m e confronta com Waldir Girardi – Matrícula nº 3.191, Lº 2 em 11,36 m até o ponto 39 (E=656074,265 m e N=7063072,685 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 264°31'53" e a distância de 17,42 m até o ponto 40 (E=656056,925 m e N=7063071,025 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 218°17'49" e a distância de 35,85 m até o ponto 41 (E=656034,706 m e N=7063042,888 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 250°35'55" e a distância de 15,25 m até o ponto 42 (E=656020,326 m e N=7063037,823 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 221°03'09" e a distância de 38,66 m até o ponto 43 (E=655994,937 m e N=7063008,670 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 200°48'34" e a distância de 22,77 m até o ponto 44 (E=655986,846 m e N=7062987,383 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 176°09'26" e a distância de 20,52 m até o ponto 45 (E=655988,222 m e N=7062966,909 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 187°58'26" e a distância de 31,53 m até o ponto 46 (E=655983,847 m e N=7062935,683 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 195°16'52" e a distância de 23,25 m até o ponto 47 (E=655977,719 m e N=7062913,250 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 208°19'14" e a distância de 17,65 m até o ponto 48 (E=655969,343 m e N=7062897,708 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 218°45'48" e a distância de 18,36 m até o ponto 49 (E=655957,846 m e N=7062883,390 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 239°43'25" e a distância de 14,34 m até o ponto 50 (E=655945,463 m e N=7062876,161 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 301°28'45" e a distância de 12,68 m até o ponto 51 (E=655934,649 m e N=7062882,782 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 326°26'18" e a distância de 6,15 m confrontando com o Waldir Girardi – Matrícula 3.191, Lº 2 até o ponto 52 (E= 655931,250 m e N= 7062887,905 m); deste segue à esquerda pelos fundos à NOROESTE em linha reta com o azimute de 239°47'51" e a distância de 12,03 m confrontando com a própria Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 53 (E= 655920,818 m e N= 7062881,924 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 146°26'37" e a distância de 9,59 m até o ponto 54 (E=655926,118 m e N=7062873,935 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 121°28'45" e a distância de 22,51 m até o ponto 55 (E=655945,316 m e N=7062862,179 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 59°43'25" e a distância de 23,73 m até o ponto 56 (E=655965,813 m e N=7062874,146 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 38°45'48" e a distância de 21,68 m até o ponto 57 (E=655979,386 m e N=7062891,050 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 28°19'14" e a distância de

20,12 m até o ponto 58 (E=655988,933 m e N=7062908,764 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 15°16'52" e a distância de 25,39 m até o ponto 59 (E=655995,625 m e N=7062933,259 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 7°58'26" e a distância de 33,54 m até o ponto 60 (E=656000,278 m e N=7062966,474 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 356°09'26" e a distância de 19,14 m até o ponto 61 (E=655998,995 m e N=7062985,571 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 20°48'34" e a distância de 18,01 m até o ponto 62 (E=656005,393 m e N=7063002,405 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 41°03'09" e a distância de 33,35 m até o ponto 63 (E=656027,297 m e N=7063027,556 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 70°35'55" e a distância de 15,56 m até o ponto 64 (E=656041,970 m e N=7063032,724 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 38°17'49" e a distância de 34,21 m até o ponto 65 (E=656063,168 m e N=7063059,568 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 84°31'53" e a distância de 8,50 m até o ponto 66 (E=656071,629 m e N=7063060,378 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 119°38'52" e a distância de 31,51 m até o ponto 67 (E=656099,010 m e N=7063044,794 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 94°25'17" e a distância de 14,39 m até o ponto 68 (E=656113,356 m e N=7063043,684 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 132°33'15" e a distância de 9,22 m até o ponto 69 (E=656120,151 m e N=7063037,446 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 168°12'20" e a distância de 14,65 m até o ponto 70 (E=656123,145 m e N=7063023,105 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 132°13'47" e a distância de 36,21 m até o ponto 71 (E=656149,960 m e N=7062998,766 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 148°55'40" e a distância de 25,81 m até o ponto 72 (E=656163,280 m e N=7062976,661 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 196°24'51" e a distância de 29,94 m até o ponto 73 (E=656154,820 m e N=7062947,943 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 180°30'45" e a distância de 19,53 m até o ponto 74 (E=656154,646 m e N=7062928,414 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 158°26'46" e a distância de 20,15 m até o ponto 75 (E=656162,048 m e N=7062909,673 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 131°54'55" e a distância de 21,15 m até o ponto 76 (E=656177,789 m e N=7062895,543 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 114°45'59" e a distância de 19,60 m até o ponto 77 (E=656195,586 m e N=7062887,332 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 111°30'11" e a distância de 40,30 m até o ponto 78 (E=656233,082 m e N=7062872,560 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 136°59'14" e a distância de 38,76 m até o ponto 79 (E=656259,521 m e N=7062844,220 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 165°13'06" e a distância de 21,33 m até o ponto 80 (E=656264,964 m e N=7062823,592 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 170°16'46" e a distância de 31,91 m até o ponto 81 (E=656270,352 m e N=7062792,137 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 159°49'57" e a distância de 37,91 m até o ponto 82 (E=656283,423 m e N=7062756,550 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 139°24'04" e a distância de 53,36 m até o ponto 83 (E=656318,148 m e N=7062716,034 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 154°39'43" e a distância de 14,15 m até o ponto 84 (E=656324,202 m e N=7062703,247 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 168°02'54" e a distância de 37,15 m até o ponto 85 (E=656331,896 m e N=7062666,899 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 161°55'10" e a distância de 38,79 m até o ponto 86 (E=656343,936 m e N=7062630,022 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 187°04'23" e a distância de 38,57 m até o ponto 87 (E=656339,187 m e N=7062591,747 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 160°14'01" e a distância de 16,95 m até o ponto 88 (E=656344,920 m e N=7062575,792 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 125°28'16" e a distância de 28,02 m até o ponto 89 (E=656367,736 m e N=7062559,535 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 131°45'26" e a distância de 10,27 m até o ponto 90 (E=656375,396 m e N=7062552,696 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 165°18'03" e a distância de 10,08 m até o ponto 91 (E=656377,955 m e N=7062542,944 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 183°28'17" e a distância de 39,34 m até o ponto 92 (E=656375,572 m e N=7062503,673 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 172°17'28" e a distância de 29,36 m até o ponto 93 (E=656379,511 m e N=7062474,577 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 158°52'44" e a distância de 41,64 m até o ponto 94 (E=656394,515 m e N=7062435,736 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 155°21'40" e a distância de 38,08 m até o ponto 95 (E=656410,390 m e N=7062401,123 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 170°57'59" e a distância de 25,70 m até o ponto 96 (E=656414,426 m e N=7062375,739 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 161°08'14" e a distância de 42,07 m até o ponto 97 (E=656428,026 m e N=7062335,931 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 151°09'15" e a distância de 52,97 m até o ponto 98 (E=656453,583 m e N=7062289,532 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 168°07'08" e a distância de 27,51 m até o ponto 99 (E=656459,247 m e N=7062262,610 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 151°07'40" e a distância de 33,18 m até o ponto 100 (E=656475,266 m e N=7062233,557 m); segue à direita em linha reta com o azimute de 156°06'05" e a distância de 28,21 m até o ponto 101 (E=656486,695 m e N=7062207,764 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 139°13'56" e a distância de 29,53 m até o ponto 102 (E=656505,979 m e N=7062185,398 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 115°03'04" e a distância de 30,26 m até o ponto 103 (E=656533,392 m e N=7062172,586 m); segue à esquerda em linha reta com o azimute de 109°22'15" e a distância de 21,67 m confrontando com Waldir Girardi - Matrícula nº 3.191, Lº2 até o ponto OPP (E= 656553,838 m e N= 7062165,397 m); deste segue à esquerda em linha reta com o início da descrição do perímetro de 2.792,03 m.

§1º. - A área acima desapropriada, provém de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 3.191, com a área total escriturada de 607.450,00 m² (seiscentos e sete mil quatrocentos e cinquenta metros quadrados) e área encontrada de 643.865,29 m² (seiscentos e quarenta e três mil oitocentos e sessenta e cinco metros e vinte e nove décimos quadrados).

§2º. - Em razão da desapropriação da área acima para regularização da RCD 070, o imóvel objeto da matrícula nº 3.191, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, que possui área total escriturada de 607.450,00 m² (seiscentos e sete mil quatrocentos e cinquenta metros quadrados) e área encontrada de 643.865,29 m² (seiscentos e quarenta e três mil oitocentos e sessenta e cinco metros e vinte e nove décimos quadrados), fica dividido em 03 (três) áreas com as seguintes descrições perimetrais:

ÁREA 01: 472.542,63 m² (quatrocentos e setenta e dois mil quinhentos e quarenta e dois metros e sessenta e três décimos quadrados)

LOCALIZAÇÃO: O terreno rural situa-se no lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070, distando pelo lado direito do imóvel em 11.900,00 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Municipal RCD-410.

Inicia-se a descrição do imóvel no ponto OPP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: (E= 656553.838 m e N= 7062165.397 m), situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, fazendo frente à LESTE em linha reta com o azimute de 289°22'15" e a distância de 21.67 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 1 (E=656533.392 m e N=7062172.586 m); segue em 185°40'49" à direita em linha reta em com o azimute de 295°03'04" e a distância de 30.26 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 2



(E=656505.979 m e N=7062185.398 m); segue em 204°10'52" à direita em linha reta com o azimute de 319°13'56" e a distância de 29.53 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 3 (E=656486.695 m e N=7062207.764 m); segue em 196°52'09" à direita em linha reta com o azimute de 336°06'05" e a distância de 28.21 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 4 (E=656475.266 m e N=7062233.557 m); segue em 175°01'35" à esquerda em linha reta com o azimute de 331°07'40" e a distância de 33.18 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 5 (E=656459.247 m e N=7062262.610 m); segue em 196°59'29" à direita em linha reta com o azimute de 348°07'08" e a distância de 27.51 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 6 (E=656453.583 m e N=7062289.532 m); segue em 163°02'07" à esquerda em linha reta com o azimute de 331°09'15" e a distância de 52.97 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 7 (E=656428.026 m e N=7062335.931 m); segue em 189°58'59" à direita em linha reta com o azimute de 341°08'14" e a distância de 42.07 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 8 (E=656414.426 m e N=7062375.739 m); segue em 189°49'45" à direita em linha reta com o azimute de 350°57'59" e a distância de 25.70 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 9 (E=656410.390 m e N=7062401.123 m); segue em 164°23'41" à esquerda em linha reta com o azimute de 335°21'40" e a distância de 38.08 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 10 (E=656394.515 m e N=7062435.736 m); segue em 183°31'04" à direita em linha reta com o azimute de 338°52'44" e a distância de 41.64 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 11 (E=656379.511 m e N=7062474.577 m); segue em 193°24'44" à direita em linha reta com o azimute de 352°17'28" e a distância de 29.36 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 12 (E=656375.572 m e N=7062503.673 m); segue em 191°10'49" à direita em linha reta com o azimute de 3°28'17" e a distância de 39.34 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 13 (E=656377.955 m e N=7062542.944 m); segue em 161°49'46" à esquerda em linha reta com o azimute de 345°18'03" e a distância de 10.08 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 14 (E=656375.396 m e N=7062552.696 m); segue em 146°27'23" à esquerda em linha reta com o azimute de 311°45'26" e a distância de 10.27 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 15 (E=656367.736 m e N=7062559.535 m); segue em 173°42'50" à esquerda em linha reta com o azimute de 305°28'16" e a distância de 28.02 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 16 (E=656344.920 m e N=7062575.792 m); segue em 214°45'45" à direita em linha reta com o azimute de 340°14'01" e a distância de 16.95 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 17 (E=656339.187 m e N=7062591.747 m); segue em 206°50'21" à direita em linha reta com o azimute de 7°04'23" e a distância de 38.57 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 18 (E=656343.936 m e N=7062630.022 m); segue em 154°50'47" à esquerda em linha reta com o azimute de 341°55'10" e a distância de 38.79 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 19 (E=656331.896 m e N=7062666.899 m); segue em 186°07'44" à direita em linha reta com o azimute de 348°02'54" e a distância de 37.15 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 20 (E=656324.202 m e N=7062703.247 m); segue em 166°36'49" à esquerda em linha reta com o azimute de 334°39'43" e a distância de 14.15 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 21 (E=656318.148 m e N=7062716.034 m); segue em 164°44'21" à esquerda em linha reta com o azimute de 319°24'04" e a distância de 53.36 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 22 (E=656283.423 m e N=7062756.550 m); segue em 200°25'52" à direita em linha reta com o azimute de 339°49'56" e a distância de 37.91 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 23 (E=656270.352 m e N=7062792.137 m); segue em 190°26'50" à direita em linha reta com o azimute de 350°16'46" e a distância de 31.91 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 24 (E=656264.964 m e N=7062823.592 m); segue em 174°56'19" à esquerda em linha reta com o azimute de 345°13'06" e a distância de 21.33 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 25 (E=656259.521 m e N=7062844.220 m); segue em 151°46'08" à esquerda em linha reta com o azimute de 316°59'14" e a distância de 38.76 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 26 (E=656233.082 m e N=7062872.560 m); segue em 154°30'57" à esquerda em linha reta com o azimute de 291°30'11" e a distância de 40.30 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 27 (E=656195.586 m e N=7062887.332 m); segue em 183°15'48" à direita em linha reta com o azimute de 294°45'59" e a distância de 19.60 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 28 (E=656177.789 m e N=7062895.543 m); segue em 197°08'56" à direita em linha reta com o azimute de 311°54'55" e a distância de 21.15 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 29 (E=656162.048 m e N=7062909.673 m); segue em 206°31'50" à direita em linha reta com o azimute de 338°26'46" e a distância de 20.15 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 30 (E=656154.646 m e N=7062928.414 m); segue em 202°03'59" à direita em linha reta com o azimute de 0°30'45" e a distância de 19.53 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 31 (E=656154.820 m e N=7062947.943 m); segue em 195°54'06" à direita em linha reta com o azimute de 16°24'51" e a distância de 29.94 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 32 (E=656163.280 m e N=7062976.661 m); segue em 132°30'49" à esquerda em linha reta com o azimute de 328°55'40" e a distância de 25.81 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 33 (E=656149.960 m e N=7062998.766 m); segue em 163°18'07" à esquerda em linha reta com o azimute de 312°13'47" e a distância de 36.21 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 34 (E=656123.145 m e N=7063023.105 m); segue em 215°58'33" à direita em linha reta com o azimute de 348°12'20" e a distância de 14.65 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 35 (E=656120.151 m e N=7063037.446 m); segue em 144°20'55" à esquerda em linha reta com o azimute de 312°33'15" e a distância de 9.22 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 36 (E=656113.356 m e N=7063043.684 m); segue em 141°52'02" à esquerda em linha reta com o azimute de 274°25'17" e a distância de 14.39 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 37 (E=656099.010 m e N=7063044.794 m); segue em 205°13'35" à direita em linha reta com o azimute de 299°38'52" e a distância de 31.51 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 38 (E=656071.629 m e N=7063060.378 m); segue em 144°53'01" à esquerda em linha reta com o azimute de 264°31'53" e a distância de 8.50 m até confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 39 (E=656063.168 m e N=7063059.568 m); segue em 133°45'56" à esquerda em linha reta com o azimute de 218°17'49" e a distância de 34.21 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 40 (E=656041.970 m e N=7063032.724 m); segue em 212°18'06" à direita em linha reta com o azimute de 250°35'55" e a distância de 15.56 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 41 (E=656027.297 m e N=7063027.556 m); segue em 150°27'14" à esquerda em linha reta com o azimute de 221°03'09" e a distância de 33.35 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 42 (E=656005.393 m e N=7063002.405 m); segue em 159°45'25" à esquerda em linha reta com o azimute de 200°48'34" e a distância de 18.01 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 43 (E=655998.995 m e N=7062985.571 m); segue em 155°20'52" à esquerda em linha reta com o azimute de 176°09'26" e a distância de 19.14 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 44 (E=656000.278 m e N=7062966.474 m); segue em 191°49'00" à direita em linha reta com o azimute de 187°58'26" e a distância de 33.54 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia

Municipal RCD-070 até o ponto 45 (E=655995.625 m e N=7062933.259 m); segue em 187°18'26" à esquerda em linha reta com o azimute de 195°16'52" e a distância de 25.39 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 46 (E=655988.933 m e N=7062908.764 m); segue em 193°02'22" à direita em linha reta com o azimute de 208°19'14" e a distância de 20.12 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 47 (E=655979.386 m e N=7062891.050 m); segue em 190°26'34" à direita em linha reta com o azimute de 218°45'48" e a distância de 21.68 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 48 (E=655965.813 m e N=7062874.146 m); segue em 200°57'36" à direita em linha reta com o azimute de 239°43'25" e a distância de 23.73 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 49 (E=655945.316 m e N=7062862.180 m); segue em 241°45'20" à direita em linha reta com o azimute de 301°28'45" e a distância de 22.51 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 50 (E=655926.118 m e N=7062873.935 m); deste segue em 204°57'33" à direita em linha reta com o azimute de 326°26'18" e a distância de 9.59 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 51 (E=655920.818 m e N=7062881.924 m); deste segue em 93°44'02" à esquerda pelo lado esquerdo à NOROESTE em linha reta com o azimute de 240°10'20" e a distância de 2.28 m confrontando com a margem esquerda do Rio Putinga até o ponto 52 (E=655918.841 m e N=7062880.790 m); deste segue em 114°48'56" à esquerda pelos fundos à OESTE em linha reta com o azimute de 174°59'16" e a distância de 1230.87 m confrontando com Ivo Antônio Campestrini – Matrícula nº 733, Lº 2 até o ponto 53 (E=656026.382 m e N=7061654.630 m); deste segue em 50°56'00" à esquerda pelo lado direito à SUDESTE em linha reta com o azimute de 45°55'15" e a distância de 734.23 m confrontando com Valmor Mendes de Assis – Matrícula nº 12.361, Lº 2 até o ponto OPP (E=656553.838 m e N=7062165.397 m); deste segue em 63°27'00" à esquerda com o início da descrição do perímetro de 3.351,94 m.

Neste imóvel fica reservada a área total de 415,10 m<sup>2</sup>, constante da faixa de 30,00 metros da margem esquerda do Rio Putinga, destinada à Área de Preservação Permanente, denominada de APP1, conforme disposto no art. 12, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; com a seguinte descrição:

A Área de Preservação Permanente – APP1 faz frente à Noroeste em linha reta em 2.28 m confrontando com a margem esquerda do Rio Putinga; fundos à Sudeste em linha irregular em 49.47 m confrontando com a Área 01 do proprietário; lado direito à Nordeste em segmentos de reta em 22.08 m, em 22.51 m, e em 9.59 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-410; lado esquerdo à Sudoeste em linha reta em 30.11 m confrontando com Ivo Antônio Campestrini – Matrícula nº 733, Lº 2.

Neste imóvel fica reservada a área total de 86,33 m<sup>2</sup>, constante da faixa de 30,00 metros da margem esquerda do Rio Putinga, destinada à Área de Preservação Permanente, denominada de APP2, conforme disposto no art. 12, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; com a seguinte descrição:

A Área de Preservação Permanente – APP2 faz frente à Oeste em segmentos de reta em 18.68 m, em 18.01 m, e em 2.20 m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-070; fundos à Leste em linha irregular em 37.95 m confrontando com a Área 01 do proprietário.

ÁREA 02: 147.482,90 m<sup>2</sup> (cento e quarenta e sete mil quatrocentos e oitenta e dois metros e noventa décimos quadrados)

LOCALIZAÇÃO: O terreno rural situa-se no lado par da Rodovia Municipal RCD-070, distando pelo lado esquerdo do imóvel em 11.900,00 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Municipal RCD-410.

Inicia-se a descrição do imóvel no ponto OPP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: (E= 656563.475 m e N= 7062174.729 m), situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, fazendo frente à OESTE em linha reta com o azimute de 289°22'15" e a distância de 27.07 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 1 (E=656537.934 m e N=7062183.709 m); segue em 174°19'11" à direita em linha reta com o azimute de 295°03'04" e a distância de 27.09 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 2 (E=656513.389 m e N=7062195.181 m); segue em 155°49'08" à direita em linha reta com o azimute de 319°13'56" e a distância de 25.18 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 3 (E=656496.946 m e N=7062214.253 m); segue em 163°07'51" à direita em linha reta com o azimute de 336°06'05" e a distância de 26.95 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 4 (E=656486.026 m e N=7062238.895 m); segue em 184°58'25" à esquerda em linha reta com o azimute de 331°07'40" e a distância de 31.91 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 5 (E=656470.621 m e N=7062266.834 m); segue em 163°00'31" à direita em linha reta com o azimute de 348°07'08" e a distância de 27.51 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 6 (E=656464.957 m e N=7062293.754 m); segue em 196°57'53" à esquerda em linha reta com o azimute de 331°09'15" e a distância de 53.71 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 7 (E=656439.043 m e N=7062340.802 m); segue em 170°01'01" à direita em linha reta com o azimute de 341°08'14" e a distância de 39.99 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 8 (E=656426.115 m e N=7062378.643 m); segue em 170°10'15" à direita em linha reta com o azimute de 350°57'59" e a distância de 26.32 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 9 (E=656421.983 m e N=7062404.632 m); segue em 195°36'19" à esquerda em linha reta com o azimute de 335°21'40" e a distância de 39.36 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 10 (E=656405.576 m e N=7062440.404 m); segue em 176°28'56" à direita em linha reta com o azimute de 338°52'44" e a distância de 39.86 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 11 (E=656391.213 m e N=7062477.585 m); segue em 166°35'16" à direita em linha reta com o azimute de 352°17'28" e a distância de 26.78 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 12 (E=656387.622 m e N=7062504.118 m); segue em 168°49'11" à direita em linha reta com o azimute de 3°28'17" e a distância de 40.09 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 13 (E=656390.049 m e N=7062544.133 m); segue em 198°10'14" à esquerda em linha reta com o azimute de 345°18'03" e a distância de 15.62 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 14 (E=656386.086 m e N=7062559.239 m); segue em 213°32'37" à esquerda em linha reta com o azimute de 311°45'26" e a distância de 14.54 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 15 (E=656375.236 m e N=7062568.926 m); segue em 186°17'10" à esquerda em linha reta com o azimute de 305°28'16" e a distância de 24.92 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 16 (E=656354.943 m e N=7062583.385 m); segue em 145°14'15" à direita em linha reta com o azimute de 340°14'01" e a distância de 10.33 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 17 (E=656351.448 m e N=7062593.111 m); segue em 153°09'39" à direita em linha reta com o azimute de 7°04'23" e a distância de 38.38 m confrontando com



o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 18 (E=656356.174 m e N=7062631.201 m); segue em 205°09'13" à esquerda em linha reta com o azimute de 341°55'10" e a distância de 40.83 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 19 (E=656343.503 m e N=7062670.012 m); segue em 173°52'16" à direita em linha reta com o azimute de 348°02'54" e a distância de 37.92 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 20 (E=656335.651 m e N=7062707.110 m); segue em 193°23'11" à esquerda em linha reta com o azimute de 334°39'43" e a distância de 17.16 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 21 (E=656328.305 m e N=7062722.623 m); segue em 195°15'39" à esquerda em linha reta com o azimute de 319°24'04" e a distância de 52.81 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 22 (E=656293.941 m e N=7062762.717 m); segue em 159°34'08" à direita em linha reta com o azimute de 339°49'56" e a distância de 34.65 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 23 (E=656281.995 m e N=7062795.244 m); segue em 169°33'10" à direita em linha reta com o azimute de 350°16'46" e a distância de 31.35 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 24 (E=656276.702 m e N=7062826.141 m); segue em 185°03'41" à esquerda em linha reta com o azimute de 345°13'06" e a distância de 24.88 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 25 (E=656270.354 m e N=7062850.199 m); segue em 208°13'52" à esquerda em linha reta com o azimute de 316°59'14" e a distância de 44.49 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 26 (E=656240.005 m e N=7062882.730 m); segue em 205°29'03" à esquerda em linha reta com o azimute de 291°30'11" e a distância de 42.67 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 27 (E=656200.303 m e N=7062898.371 m); segue em 176°44'12" à direita em linha reta com o azimute de 294°45'59" e a distância de 17.45 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 28 (E=656184.459 m e N=7062905.681 m); segue em 162°51'04" à direita em linha reta com o azimute de 311°54'55" e a distância de 16.51 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 29 (E=656172.170 m e N=7062916.713 m); segue em 153°28'10" à direita em linha reta com o azimute de 338°26'46" e a distância de 14.98 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 30 (E=656166.666 m e N=7062930.646 m); segue em 157°56'01" à direita em linha reta com o azimute de 0°30'45" e a distância de 15.51 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 31 (E=656166.805 m e N=7062946.160 m); segue em 164°05'54" à direita em linha reta com o azimute de 16°24'51" e a distância de 33.54 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 32 (E=656176.283 m e N=7062978.333 m); segue em 227°29'11" à esquerda em linha reta com o azimute de 328°55'40" e a distância de 7.34 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 33 (E=656172.493 m e N=7062984.623 m); deste segue em 15°54'35" à direita pelos fundos à NORDESTE em linha reta com o azimute de 133°01'05" e a distância de 854.90 m confrontando com Ivo Manoel Gonçalves de Jesus – Matrícula nº 10.720, Lº 2 até o ponto 34 (E= 656797.541 m e N= 7062401.389 m); deste segue em 87°05'49" à direita pelo lado esquerdo à SUDESTE em linha reta com o azimute de 225°55'15" e a distancia de 325.82 m confrontando com Valmor Mendes de Assis – Matrícula nº 12.361, Lº2 até o ponto OPP (E=656563.475 m e N=7062174.729 m); deste segue em 116°33'00" à direita em linha reta com o início da descrição do perímetro de 2.148,42 m.

ÁREA 03: 7.240,05 m2 (sete mil duzentos e quarenta metros e cinco decímetros quadrados)

LOCALIZAÇÃO: O terreno rural situa-se no lado par da Rodovia Municipal RCD-070, distando pela frente do imóvel (ponto OPP) em 12.996,22 metros da esquina formada com o lado par da Rodovia Municipal RCD-410.

Inicia-se a descrição do imóvel no ponto OPP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: (E= 656084.140 m e N= 7063067.065 m), situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, fazendo frente à SUDESTE em linha reta com o azimute de 299°38'52" e a distância de 11.36 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 1 (E=656074.265 m e N=7063072.685 m); segue em 215°06'59" à esquerda em linha reta com o azimute de 264°31'53" e a distância de 17.42 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 2 (E=656056.925 m e N=7063071.025 m); segue em 226°14'04" à esquerda em linha reta com o azimute de 218°17'49" e a distância de 35.85 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 3 (E=656034.706 m e N=7063042.888 m); segue em 147°41'54" à direita em linha reta com o azimute de 250°35'55" e a distância de 15.25 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 4 (E=656020.326 m e N=7063037.823 m); segue em 209°32'46" à esquerda em linha reta com o azimute de 221°03'09" e a distância de 38.66 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 5 (E=655994.937 m e N=7063008.670 m); segue em 200°14'35" à esquerda em linha reta com o azimute de 200°48'34" e a distância de 22.77 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 6 (E=655986.846 m e N=7062987.383 m); segue em 204°39'08" à esquerda em linha reta com o azimute de 176°09'26" e a distância de 20.52 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 7 (E=655988.222 m e N=7062966.909 m); segue em 168°11'00" à direita em linha reta com o azimute de 187°58'26" e a distância de 31.53 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 8 (E=655983.847 m e N=7062935.683 m); segue em 172°41'34" à direita em linha reta com o azimute de 195°16'52" e a distância de 23.25 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 9 (E=655977.719 m e N=7062913.250 m); segue em 166°57'38" à direita em linha reta com o azimute de 208°19'14" e a distância de 17.65 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 10 (E=655969.343 m e N=7062897.708 m); segue em 169°33'26" à direita em linha reta com o azimute de 218°45'48" e a distância de 18.36 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 11 (E=655957.846 m e N=7062883.390 m); segue em 159°02'24" à direita em linha reta com o azimute de 239°43'25" e a distância de 14.34 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 12 (E=655945.463 m e N=7062876.161 m); segue em 118°14'40" à direita em linha reta com o azimute de 301°28'45" e a distância de 12.68 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 13 (E=655934.649 m e N=7062882.782 m); segue em 155°02'27" à direita em linha reta com o azimute de 326°26'18" e a distância de 6.15 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070 até o ponto 14 (E=655931.250 m e N=7062887.905 m); deste segue em 86°15'58" à direita pelos fundos à NOROESTE em linha reta com o azimute de 60°10'20" e a distância de 8.83 m confrontando com a margem esquerda do Rio Putinga até o ponto 15 (E=655938.913 m e N=7062892.299 m); segue em 222°41'44" à esquerda em linha reta com o azimute de 17°28'35" e a distância de 51.32 m confrontando com a margem esquerda do Rio Putinga até o ponto 16 (E=655954.324 m e N=7062941.246 m); segue em 187°44'57" à esquerda em linha reta com o azimute de 09°43'38" e a distância de 35.24 m confrontando com a margem esquerda do Rio Putinga até o ponto 17 (E=655960.278 m e N=7062975.981 m); segue em 159°48'38" à direita em linha reta com o azimute de 29°55'00" e a distância de 48.16 m confrontando com a margem esquerda do Rio Putinga até o ponto 18 (E=655984.297 m e N=7063017.723 m); segue em 181°46'26" à esquerda em linha reta com o azimute de 28°08'34" e a distância de 36.06 m confrontando com a margem esquerda do Rio Putinga até o ponto 19 (E=656001.305 m e N=7063049.519 m); segue em 189°20'28" à esquerda em linha reta com o azimute de 18°48'05" e a distância

de 76.03 m confrontando com a margem esquerda do Rio Putinga até o ponto 20 (E=656025.809 m e N=7063121.494 m); deste segue em 65°47'00" à direita em linha reta com o azimuth de 133°01'05" e a distância de 79.78 m confrontando com Ivo Manoel Gonçalves de Jesus – Matrícula nº 10.720, Lº 2 até o ponto OPP (E=656084.140 m e N=7063067.065 m); deste segue em 13°22'13" à direita em linha reta com o início da descrição do perímetro de 621,21 m.

Neste imóvel fica reservada a área total de 6.404,26 m2, constante da faixa de 30,00 metros da margem esquerda do Rio Putinga, destinada à Área de Preservação Permanente, denominada de APP3, conforme disposto no art. 12, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; com a seguinte descrição:

A Área de Preservação Permanente – APP faz frente à Oeste em segmentos de reta em 8,83 m, em 51,32 m, em 35,24 m, em 48,16 m, em 36,06 m, e em 76,03 m confrontando com a margem esquerda do Rio Putinga; fundos à Leste em linha irregular em 61.01 m confrontando com a Área 03 do proprietário e segue em segmentos de reta em 10.47 m, em 38.66 m, em 22.77 m, em 20.52 m, em 31.53 m, em 23.25 m, em 17.65 m, em 18.36 m, e em 14.34 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070; lado direito à Nordeste em linha reta em 32.89 m confrontando com Ivo Manoel Gonçalves de Jesus – Matrícula nº 10.720, Lº 2; e lado esquerdo à Sudoeste em segmentos de reta em 12.68 m, e em 6.15 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-070.

Art.2º. A desapropriação do imóvel declarado de utilidade publica por este Decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/1945, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15 e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Art.3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2018.

Art.4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 16 de Outubro de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 16 de Outubro de 2018.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

**EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 63/2018 - TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO - TIPO DE COMPARAÇÃO: POR LOTE, , COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO/DES**

Publicação Nº 1775279

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 63/2018

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão Registro de Preços, com a finalidade de selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 29/10/2018 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 29/10/2018 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 15 de outubro de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

**LEI ORDINÁRIA Nº 2.009, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES**

Publicação Nº 1775281

LEI ORDINÁRIA Nº 2.009, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

**ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES**

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica anulada no orçamento vigente a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros  
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social  
002 – Fundo Municipal de Assistência Social de Rio dos Cedros  
0008.0244.0140.2041 – Manutenção da Casa da Cidadania  
3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 43.000,00

Total ..... 43.000,00

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros  
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social  
002 – Fundo Municipal de Assistência Social de Rio dos Cedros  
0008.0244.0140.2035 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 30.000,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros  
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social  
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros  
0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde  
3335000000000000 – Transf. Inst. Priv. s/ Fins Lucr. (1.000.000 – Rec. Ord.) ..... 13.000,00

Total ..... 43.000,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 09 de outubro de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar  
em 09 de outubro de 2018.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete



# Romelândia

## PREFEITURA

### PORTARIA 9052/2018

Publicação Nº 1774798

PORTARIA Nº 9052/2018

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PREMIO a Servidora Pública Municipal, Sra. ERENI ANA ZANON ZANATTA, cargo de carreira de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais.

Art. 2º - O período de concessão será de 03(três) meses, a contar de 16 de outubro de 2018 à 13 de janeiro de 2019, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 16 de outubro de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

### PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2018

Publicação Nº 1775208

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1615/2018

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2018

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MARMITA PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES A SERVIÇO NO INTERIOR DO MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, em horário de expediente. Fone para contato (049) 3624-1002, email: [compras@romelandia.sc.gov.br](mailto:compras@romelandia.sc.gov.br). Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 29/10/18. Romelândia (SC), 15/10/2018. VALDIR BUGS - PREFEITO MUNICIPAL.

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### EDITAL N° 013/2018 - REGULAMENTO DO VI SALTO EM CANTO

Publicação N° 1774246

EDITAL N° 013/2018

REGULAMENTO DO VI SALTO EM CANTO –

FESTIVAL MUNICIPAL DA CANÇÃO DE SALTO VELOSO

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso através do Departamento de Cultura e do Conselho Municipal de Política Cultural de Salto Veloso, divulgam e estabelecem as normas para abertura de inscrições e realização do Festival Municipal da Canção – VI Salto em Canto.

#### 1. Objetivo

O “VI Salto Em Canto” tem como finalidade oportunizar aos cantores do município, um espaço onde possam divulgar suas potencialidades artísticas, além de despertar novos talentos na área musical, proporcionando ao público do evento momentos de lazer e entretenimento, integrando famílias, alunos, professores e comunidade em geral.

#### 2. Realização e Organização

2.1 O VI Salto Em Canto – Festival Municipal da Canção de Salto Veloso, será realizado no dia 16 de novembro de 2018, com início às 19h30m, no Pavilhão da Igreja Matriz;

#### 3. Inscrições

3.1 As inscrições serão realizadas entre os dias 16/10/2018 e 26/10/2017. Categorias: Infantil: de 6 a 12 anos completos até a data do evento, Juvenil: de 13 a 17 anos completos até a data do evento e Adulto: acima de 18

#### 4. Julgamento

4.1 O júri será composto por 4 (quatro) jurados com conhecimento na área musical.

4.2 Os candidatos serão julgados mediante a atribuição de notas de 5.0 (cinco) a 10.0 (dez), em ordem de prioridade, nos seguintes quesitos: Afnafção; Ritmo/Dicção/Harmonia e Interpretação/Apresentação

#### 5. Premiação

Serão premiados os 3 (três) primeiros colocados com os mesmos valores para as 3 categorias: 1º Colocado: 450,00 e troféu./ 2º Colocado: 350,00 e troféu e 3º Colocado: 250,00 e troféu.

#### 6. Recursos Orçamentários

Será onerada a seguinte dotação orçamentária: 2008.33903999 - Manutenção das Atividades e Festividades Culturais da Secretaria Municipal de Planejamento, Esporte, Lazer e Cultura.

Mais informações sobre as inscrições, ensaios, apresentação, julgamento e premiação no site da Prefeitura Municipal de Salto Veloso: <http://www.saltoveloso.sc.gov.br/>

Salto Veloso, 16 de outubro de 2018.

Ana Rosa Zanela Célia Regina De Bortoli

Prefeita Municipal de Salto Veloso Diretora de Cultura e Turismo

Thelma Donadel

Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1073/2018

Publicação Nº 1774283

DECRETO Nº 1073, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3955, de 15 de outubro de 2018,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Parágrafo único: O crédito adicional especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 005 – Sistema de Resíduos Sólidos

Ação: 2.069 – Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos

4490610000 – Aquisição de Imóveis (06060600): R\$.....150.000,00.

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos: 060606000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1075/2018

Publicação Nº 1775047

DECRETO Nº 1075, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 3.848/17 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB

3390300000 - Material de consumo (01000100) R\$ 35.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB

3390390000 - Outros serviços terceiros - PJ (01000100) R\$ 35.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
São Bento do Sul, 16 de outubro de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1076/2018

Publicação Nº 1775048

DECRETO Nº 1076, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 3.848/17 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB

4490520000 - Equipamentos e material permanente (03890189) R\$ 65.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos (03890189 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas), no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
São Bento do Sul, 16 de outubro de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1077/2018

Publicação Nº 1775049

DECRETO Nº 1077, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 3.848/17 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 002 - Bombeiros

Atividade: 2004 - Manutenção e Conservação da OBM

3390300000 - Material de consumo (01000105) R\$ 40.000,00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3390390000 - Outros serviços terceiros - PJ (01360158) R\$ 200.000,00

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3390390000 - Outros serviços terceiros - PJ (01360158) R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Suplementares abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 002 - Bombeiros

Atividade: 2004 - Manutenção e Conservação da OBM

4490520000 – Equip. e material permanente (01000105) R\$ 40.000,00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3390300000 - Material de consumo (01360158) R\$ 200.000,00

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3390300000 - Material de consumo (01360158) R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## EDITAL CMI Nº 02/2018

Publicação Nº 1774796

EDITAL CMI Nº 02/2018

NOMINAR AS ENTIDADES CANDIDATAS QUE PARTICIPARÃO DO FÓRUM DE ELEIÇÃO PARA A ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI DE SÃO BENTO DO SUL.

Art. 1º A Comissão Eleitoral para o Fórum de eleição para a escolha das Entidades não governamentais do Conselho Municipal do Idoso de São Bento do Sul, com base no artigo 4º do Edital CMI Nº 01/2018, torna público a relação das entidades que se inscreveram para participar do referido Fórum, sendo:

- I – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;
- II – Associação Norte Catarinense dos Portadores de Parkinsonismo – ANCPP;
- III – Rotary Club de São Bento do Sul – Cidade dos Moveis;
- IV – Serviço Social do Comércio – SESC.

Parágrafo único. Os pedidos de impugnação de candidatura deverão ser dirigidos à Comissão Eleitoral do CMI, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Rua João Mühlbauer, 169, Bairro Serra Alta, até 05 (cinco) dias após a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, através de ofício, constando a identificação do impugnante e as razões do pedido

Art. 2º – Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018

Marcio Brosowsky

Presidente da Comissão Eleitoral

**ERRATA Nº 5391/2018**

Publicação Nº 1775161

ERRATA:  
Na publicação da Portaria nº 5391, de 10 de outubro de 2018, no Diário Oficial Edição nº 2654, página 964, de 15 de outubro de 2018, no local que se lê "Licença de Parte da Jornada de Trabalho" leia-se "Licença por motivo de doença em pessoa da família".

**EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 189/2018**

Publicação Nº 1774838

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 189/2018

OBJETO: Fornecimento de passagem (vale transporte) para os Servidores Públicos Municipais pelo período de outubro a dezembro de 2018.  
CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda.  
VALOR TOTAL: R\$ 70.400,00  
São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.  
Margareth Bayerl Keiser – Secretária de Administração

**EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 190/2018**

Publicação Nº 1774845

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 190/2018

OBJETO: Fornecimento de passes (vale transporte) para os profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental, para o período de outubro a dezembro de 2018.  
CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda.  
VALOR TOTAL: R\$ 66.000,00  
São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.  
Rosemari Ivane Strack Candido – Secretária de Educação

**EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 53/2018 - FMS**

Publicação Nº 1774828

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 53/2018 - FMS

OBJETO: Aquisição de vale transporte para os funcionários da Semus, pelo período de novembro e dezembro de 2018.  
CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda.  
VALOR TOTAL: R\$ 59.400,00.  
São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.  
Manuel Rodriguez Del Olmo – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 189/2018**

Publicação Nº 1774843

**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passagem (vale transporte) para os Servidores Públicos Municipais pelo período de outubro a dezembro de 2018.

II – Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, conforme Decreto nº 1052 de 24 de setembro de 2018, altera o Decreto nº 428 de 19 de julho de 2017 e de acordo com o Termo Aditivo nº 166/2018, sendo portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 70.400,00 é compatível com os preços praticados no mercado. O valor atual da Tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para o município de São Bento do Sul foi instituída pelo Decreto Municipal nº 842 de 1º de fevereiro de 2018, sendo portanto impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a normativa citada.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual,

em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MARGARETH BAYERL KEISER  
Secretária de Administração.

## **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 190/2018**

Publicação Nº 1774846

### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passes (vale transporte) para os profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental, para o período de outubro a dezembro de 2018.

II – Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição. O fornecimento de passes pela empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda faz-se necessário para atender aos profissionais que atuam na rede municipal de ensino de São Bento do Sul. O repasse será realizado até dezembro de 2018, conforme Lei nº 397, de 17 de setembro de 2002, a qual "Institui o vale-transporte aos servidores públicos da administração municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências". Portanto, sendo a empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda a única credenciada, justifica-se a aquisição dos passes, destinados aos funcionários da Educação, pela referida Secretaria.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, conforme Decreto nº 1052 de 24 de setembro de 2018, altera o Decreto nº 428 de 19 de julho de 2017 e de acordo com o Termo Aditivo nº 166/2018, sendo portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 66.000,00 é compatível com os preços praticados no mercado, conforme Decreto nº 842, de 1º de fevereiro de 2018.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO  
Secretária de Educação.

## **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 53/2018 - FMS**

Publicação Nº 1774832

### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Aquisição de vale transporte para os funcionários da Semus, pelo período de novembro e dezembro de 2018.

II – Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, conforme Decreto nº 1052 de 24 de setembro de 2018, altera o Decreto nº 428 de 19 de julho de 2017 e de acordo com o Termo Aditivo nº 166/2018, sendo portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 59.400,00 é compatível com os preços praticados no mercado. O valor atual da Tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para o município de São Bento do Sul foi instituída pelo Decreto Municipal nº 842 de 01 de fevereiro de 2018, sendo portanto impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a normativa citada.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

## **LEI Nº 3958/2018**

Publicação Nº 1775086

LEI Nº 3958, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL,



Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BANCO DO BRASIL S.A., no valor de até R\$ 6.090.000,00 (seis milhões e noventa mil reais), nos termos da Resolução CMN nº 4.589/2017, e suas alterações, destinados à execução dos serviços relacionados ao georreferenciamento e o cadastramento mobiliário e imobiliário da cidade de São Bento do Sul, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em Créditos Adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000 e arts. 42 e 43, inc. IV, da Lei nº 4.320/1964.

Art. 3º Os Orçamentos ou os Créditos Adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do § 1º, do art. 60 da Lei 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3959/2018

Publicação Nº 1775100

LEI Nº 3959, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 11.428,57 (onze mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos), em parcela única, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, CNPJ nº 83.172.478/0001-26, referente ao projeto "Treinador de Marcha Gait Trainer Drive" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2018 – CMDCA e Resolução nº 03/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 60.057-1, Agência 0674-2, do Banco do Brasil, e será aplicada na aquisição de materiais e equipamentos previstos no Plano de Trabalho - Processo Administrativo nº 13337/2018.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de fomento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3960/2018

Publicação Nº 1775107

LEI Nº 3960, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO SÃO- BENTENSE DE VOLEIBOL

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 11.402,30 (onze mil, quatrocentos e dois reais e trinta centavos), em parcela única, para a Associação São-Bentense de Voleibol, CNPJ nº 05.441.487/0001-61, referente ao projeto "Voleibol na Escola" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2018 – CMDCA e Resolução nº 03/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 24.817-7, Agência 0112, Banco 0085 da SCRCRED, e será aplicada na aquisição de uniformes e materiais esportivos previstos no Plano de Trabalho - Processo Administrativo nº 13550/2018.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de fomento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 3961/2018**

Publicação Nº 1775111

LEI Nº 3961, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ORGANIZAÇÃO DENOMINADA SÃO BENTO ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 11.381,43 (onze mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), em parcela única, para a São Bento Associação de Tênis de Mesa, CNPJ nº 04.962.945/0001-45, referente ao projeto "Contribuindo com a transformação social de crianças e adolescentes através do Tênis de Mesa" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2018 – CMDCA e Resolução nº 03/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 22.269-0, Agência 0112, Banco 085 da SCRCRED, e será aplicada na aquisição de materiais pedagógicos e de insumos previstos no Plano de Trabalho - Processo Administrativo nº 12879/2018.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de fomento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 3962/2018**

Publicação Nº 1775117

LEI Nº 3962, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ORGANIZAÇÃO DENOMINADA "SÃO BENTO ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA"

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 10.028,90 (dez mil, vinte e oito reais e noventa centavos), em parcela única, para a São Bento Associação de Tênis de Mesa, CNPJ nº 04.962.945/0001-45, referente ao projeto "Formando cidadãos e atletas para o futuro" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2018 – CMDCA e Resolução nº 03/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 22.271-2, Agência 112-0, Banco 0085 da SCRCRED, e será aplicada na aquisição de uniformes esportivos previsto no Plano de Trabalho - Processo Administrativo nº 12875/2018.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de fomento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3963/2018

Publicação Nº 1775122

LEI Nº 3963, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS AO CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 7.854,87 (sete mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), em parcela única, ao Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, CNPJ nº 79.372.108/0004-08, referente ao projeto "Contando minha história para uma vida sem drogas" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2018 – CMDCA e Resolução nº 03/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 21.335-7, Agência 0112, Banco 085 da SCRCRED, e será aplicada na contratação de instrutora pedagógica e aquisição de material didático e de consumo, previstas no Plano de Trabalho - Processo Administrativo nº 12646/2018.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º O beneficiário prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de fomento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3964/2018

Publicação Nº 1775126

LEI Nº 3964, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE FUTEBOL

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 11.428,57 (onze mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos), em parcela única, à Associação São Bento de Futebol, CNPJ nº 13.685.788/0001-69, referente ao projeto "A influência do futebol para uma melhor formação social da criança e do adolescente" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2018 – CMDCA e Resolução nº 03/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 131755-5, Agência 0370-0, Banco Bradesco, e será aplicada na aquisição de materiais esportivos e outras despesas, conforme previstos no Plano de Trabalho que consta no Processo Administrativo nº 12878/2018.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de fomento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3965/2018**

Publicação Nº 1775129

LEI Nº 3965, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE TAEKWONDO

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 11.346,00 (onze mil, trezentos e quarenta e seis reais), em parcela única, para a Associação São Bento de Taekwondo, CNPJ nº 09.626.929/0001-03, referente ao projeto "Taekwondo: Formando Campeões", conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2018 – CMDCA e Resolução nº 03/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 21.376-4, Agência 0112, Banco 085, SCRCRED, e será aplicada na aquisição de materiais esportivos e pagamento de outras despesas previstas no Plano de Trabalho que consta no Processo Administrativo nº 12873/2018.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de fomento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3966/2018**

Publicação Nº 1775134

LEI Nº 3966, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE TAEKWONDO

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 8.049,00 (oito mil e quarenta e nove reais), em parcela única, para a Associação São Bento de Taekwondo, CNPJ nº 09.626.929/0001-03, referente ao projeto "Taekwondo: Vestindo Campeões", conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2018 – CMDCA e Resolução nº 03/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 24.243-8, Agência 0112, Banco 0085 da SCRCRED, e será aplicada na aquisição de uniformes de treino e pagamento de outras despesas previstas no Plano de Trabalho que integra o Processo Administrativo nº 12872/2018.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de fomento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3967/2018**

Publicação Nº 1775136

LEI Nº 3967, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS AO SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 11.330,05 (onze mil, trezentos e trinta reais e cinco centavos), em parcela única, para o São Bento Handebol Clube, CNPJ nº 00.676.599/0001-88, referente ao projeto "Handebol: Fintando adversidades por um futuro de conquistas" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2018 – CMDCA e Resolução nº 03/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 21.841-3, Agência 0112, Banco 0085 da SCRCRED, e será aplicada na aquisição de materiais esportivos e demais despesas previstos no Plano de Trabalho que consta no Processo Administrativo nº 12877/2018.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º O beneficiário prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de fomento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## PORTARIA N° 5429/2018

Publicação N° 1775165

PORTARIA N° 5429, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal LUCILENE RIBEIRO DE SOUZA DA CRUZ, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00064/17-1, de 06 anos, 02 meses e 12 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 16140/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM N° \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

## PORTARIA N° 5430/2018

Publicação N° 1775172

PORTARIA N° 5430, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de VIVIANE IVANES DE MATOS, no cargo de Professor Anos Iniciais, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 16190/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM N° \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:



**PORTARIA Nº 5431/2018**

Publicação Nº 1775177

PORTARIA Nº 5431, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LUCIRENE NOVASKI OSSOSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2015/2018, conforme Processo nº 10110/2018.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 15/10/2018 a 13/11/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIAS Nº 5401/2018 A 5428/2018**

Publicação Nº 1774286

PORTARIA Nº 5401, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 17 de Junho de 2018, ZENILDA VIEIRA SCHMATZ, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5402, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 10 de Agosto de 2018, LANDIVO DRECHSLER, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina I - Extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5403, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

## RESOLVE:

Promover, a partir de 2 de Setembro de 2018, ELEONICE ODIA, ocupante do cargo efetivo de Técnico Desenhista, Grupo Ocupacional 04, Nível III, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5404, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

## RESOLVE:

Promover, a partir de 3 de Setembro de 2018, ALINA DEL CARMEN COWEN DE PINTO, ocupante do cargo efetivo de Médico Generalista - ESF, Grupo Ocupacional 08, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5405, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

## RESOLVE:

Promover, a partir de 19 de Setembro de 2018, JURACI CLAUDIO ROSSETO, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5406, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

## RESOLVE:

Promover, a partir de 20 de Setembro de 2018, KARINA THIEMANN, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, Grupo Ocupacional 05, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5407, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

## RESOLVE:

Promover, a partir de 20 de Setembro de 2018, MARISTELA KOTOVICZ, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista, Grupo Ocupacional 05, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe F para Classe G.



São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5408, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 22 de Setembro de 2018, JANAINA BOEIRA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo - ESF, Grupo Ocupacional 07, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5409, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 23 de Setembro de 2018, IVETE KOBUS VIESNIEWSKY, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5410, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 26 de Setembro de 2018, VANILZA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível IV, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5411, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 29 de Setembro de 2018, SILVIA RENATA LOUREIRO FAVORETO, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo, Grupo Ocupacional 07, Nível II, com carga horária de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5412, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 29 de Setembro de 2018, JOCIMARA APARECIDA DALCANARI DUTRA, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5413, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 1º de Outubro de 2018, MARCOS CORREIA LIMA, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Laboratório, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5414, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 1º de Outubro de 2018, GENESIO BUENO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Vigia - Extinção, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5415, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 9 de Julho de 2018, NILVIA LINDAURA DOS SANTOS CORREA, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Especialização, Nível III, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5416, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 9 de Agosto de 2018, STEFANI ZULMIRA HINKE BRAGA, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, Licenciatura Plena, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5417, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 19 de Agosto de 2018, SELMA LEONTINA PLANCA BOTAPOFF, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Ensino Médio, Nível I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5418, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 9 de Setembro de 2018, MARIA BERNADETE ALVES DA COSTA FRANÇA, ocupante do cargo efetivo de Professor de Anos Iniciais - Extinção, Magistério, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5419, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 11 de Setembro de 2018, DANIELE MARIA WEEDERHOFF, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5420, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Promove Servidor público municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2918/2011 e do Decreto nº 895/2011,

RESOLVE:

Promover, a partir de 10 de Agosto de 2018, BERNADETE MARIA HUBNER, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Berçário - Extinção, Magistério, Nível I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5421, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Aposentadoria

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 12 de outubro de 2018, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada MARCIA OSMARINA NEUMANN SEIFFERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Nível II, Classe G, matrícula nº 1780, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do processo administrativo nº 15318/2018, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de outubro de 2018.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5422, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ROSELI DE SOUZA FERREIRA, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00123/17-8, de 02 anos, 07 meses e 28 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 16050/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5423, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 6 de outubro de 2018, DEISI CORDEIRO AUGUSTINHO, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5424, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 7 de outubro de 2018, JANETE MARIA GROSSKOPF MEISTER, do cargo de Professor Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5425, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 8 de outubro de 2018, ADRIANA JOZIANE LEITE RUJANOWSKI, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5426, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 8 de outubro de 2018, JOSEANE TACIA ALEXI ENGEL, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5427, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Exonera Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 8 de outubro de 2018, MARIANO TSCHOEKE, do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5428, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso VII, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 8 de outubro de 2018, o cargo de Atendente Educativo, ocupado pela servidora SOLANGE JUVER.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2018.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 08/2018**

Publicação Nº 1774797

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 08/2018

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) DE SÃO BENTO DO SUL.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011, que reestrutura o Conselho Municipal de Assistência Social; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 16 de outubro de 2018, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor total de R\$ 83.333,33 (oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) e para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor total de R\$ 41.666,67 (quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), a ser transferido para o FMAS referente ao ano de 2018 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de outubro de 2018

Cleide Regina Pereira

Presidente do CMAS de São Bento do Sul

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 70/2018**

Publicação Nº 1775026

Pregão Presencial nº 70/2018

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 70/2018

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 30 de outubro de 2018, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: A execução de obras compreendendo emissários de recalque e elevatórias do "projeto de readequação – rede coletora de esgotos domésticos e estações de recalque"; nos bairros, Centenário, 25 de Julho e Santa Fé, conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no ANEXO I do presente edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 16 de outubro de 2018.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente do SAMAE

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 71/2018**

Publicação Nº 1775029

Pregão Presencial nº 71/2018  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL  
Processo Administrativo Nº 71/2018  
MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 31 de outubro de 2018, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: A reforma e adequação de cabines com fornecimento, instalação e configuração de conjunto contendo disjuntos de média tensão, relê micro processado em cavalete conforme orientação da CELESC, conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no ANEXO I do presente edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 16 de outubro de 2018.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente do SAMAE



# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECRETO CTB Nº 50/2018

Publicação Nº 1774710

Decreto CTB Nº 50/2018

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 43.805,32 (quarenta e três mil, oitocentos e cinco reais, trinta e dois centavos)

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1435/2017, de 30 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos um Crédito Suplementar no montante de R\$ 43.805,32 (quarenta e três mil, oitocentos e cinco reais, trinta e dois centavos), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01.12.365.0002.2.007-3.3.90.00.00.00.00.746 - Aplicações Diretas R\$ 43.805,32

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### DECRETO CTB Nº 51/2018

Publicação Nº 1774711

Decreto CTB Nº 51/2018

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1435/2017, de 30 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do convenio com FNDE Salario Educação e do Superavit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 175.000,00 (cento e setenta mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01.12.365.0002.2.007-3.3.90.00.00.00.00.123 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

05.01.12.365.0002.2.007-4.4.90.00.00.00.00.123 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1460/2018

Publicação Nº 1774713

LEI Nº 1.460, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

Ricardo de Souza Carvalho, Prefeito Municipal de São Bonifácio faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1o Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2o A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de aquisição de máquinas e equipamentos.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesco Cidades, até o montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa Badesco Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de Lei Orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, 15 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

Ofício numero CTB 51 /2018

São Bonifácio, 26 de setembro de 2018.

Exmº Senhor

Ronei Buchner

CÂMARA DE VEREADORES

São Bonifácio - SC

Excelentíssimo Senhor

Cumprimentando-lhe cordialmente, estamos encaminhando a Vossa Excelencia, para apreciação e votação por essa Casa Legislativa, em Regime de Urgência, o Projeto nº 19/2018, que tem por objetivo Autorizar o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesco Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A.

Sem outro particular para o momento renovamos nossos protestos de estima e apreço.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1461/2018**

Publicação Nº 1774714

LEI Nº 1.461, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

“Altera PPA/LDO/LOA para o Exercício Financeiro de 2018 e autoriza o Executivo Municipal, abrir Crédito Adicional Especial por conta dos recursos oriundos do empréstimo junto ao BADESC – AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A.”

Ricardo de Souza Carvalho, Prefeito Municipal de São Bonifácio faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a Lei nº 1421/2017, de 11 de agosto de 2017, referente Plano Plurianual para o exercício de 2018 a 2021.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a Lei nº 1427/2017 de 05 de outubro de 2017, referente Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente, Lei nº 1435/2017, de 30 de novembro de 2017, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), por conta dos recursos financeiros oriundos do empréstimos junto ao BADESC - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A.” Conforme classificação funcional programática abaixo:

órgão	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS	
Unidade	12.01	Secretaria Municipal Transporte, Obras e Serviços	
Programa	12011545100071026	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.10083	Aplicações Diretas	R\$ 700.000,00
Total			R\$ 700.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

São Bonifácio, 15 de outubro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

Ofício numero CTB 52 /2018

São Bonifácio, 26 de setembro de 2018.

Exmº Senhor  
Ronei Buchner  
CÂMARA DE VEREADORES  
São Bonifácio - SC

Excelentíssimo Senhor

Cumprimentando-lhe cordialmente, estamos encaminhando a Vossa Excelencia, para apreciação e votação por essa Casa Legislativa, em Regime de Urgência, o Projeto nº 20/201 que tem por finalidade alterar o PPA/ LDO e LOA, para dar autorização á abrir creditos orçamentários adicionais, para aquisição de Equipamentos Rodoviarios, uma Patrola, no valor de até R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), decorrente de operação de credito, junto ao Badesc - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A.

Sem outro particular para o momento renovamos nossos protestos de estima e apreço.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

# São Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO 097/2018

Publicação Nº 1774563

DECRETO Nº 097/2018 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

QUE APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO EM NOME DE FRANZ INCORPORAÇÕES LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 843, de 29 de junho de 1999, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano ou com destinação urbana no Município de São Carlos, e dá outras Providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.546, de 19 de dezembro de 2008 e alterações, que cria o Plano Diretor Participativo de São Carlos, e dá outras Providências;

#### DECRETA

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO e CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO de imóvel urbano descrito como Chácara urbana número 14, com área total de 84.476,81 m<sup>2</sup> (oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis metros e oitenta e um decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Avenida Santa Catarina, Bairro Centro, nesta cidade e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, de propriedade de FRANZ INCORPORAÇÕES LTDA, constante na matrícula nº. 13.871, do registro de imóveis da comarca de SÃO CARLOS - SC.

#### ÁREA

O lote pertence à área de loteamento original da cidade de São Carlos.

A chácara urbana número 14, pertence ao perímetro urbano e possui uma área de 84.476,81 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, situado na Avenida Santa Catarina, Bairro Centro, nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina. Deste total serão desmembrados 2.420,75 m<sup>2</sup> (dois mil, quatrocentos e vinte metros e setenta e cinco decímetros quadrados) para compor 3 (três) novos imóveis, situados na quadra nº 160, restando uma área remanescente de 82.056,06m<sup>2</sup>. Tudo de acordo com mapa elaborado por técnico responsável, sendo a área situada conforme o plano diretor municipal, Lei nº 1.546/2008 e alterações, mapa de zoneamento, no EDU – Eixo de Densificação Urbana.

#### MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO EXISTENTE DA MATRÍCULA nº 13.871

Situação Original: Chácara urbana número 14, com área total de 84.476,81 m<sup>2</sup> (oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis metros e oitenta e um decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Avenida Santa Catarina, Bairro Centro, nesta cidade e Comarca de São Carlos, confronta:

NOROESTE: com parte dos lotes rurais nºs 77 e 20, onde mede 296,94 metros, e com parte da chácara urbana nº 16, onde mede 42,00 metros;

SUL: com parte da chácara nº 16, onde mede 51,01 metros;

SUDESTE: com a Avenida Santa Catarina, onde mede 88,01 metros e 15,59 metros, em linha curva;

NORDESTE: com parte da chácara nº 13, onde mede 469,30 metros;

SUDOESTE: com parte da chácara nº 16, onde mede 304,68 metros e 67,95 metros, descontinuamente.

#### MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

Imóvel Desmembrado 1: Lote urbano nº 1, da quadra nº 160, com área de 574,78m<sup>2</sup>, localizado no lado par da Avenida Santa Catarina, Bairro Centro, no Eixo de Densificação Urbana - EDU, no Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: com parte da chácara urbana nº 14, propriedade de FRANZ INCORPORAÇÕES LTDA., onde mede 14,97m;

SUDESTE: com a Avenida Santa Catarina, onde mede 15,05m, em linha curva;

NORDESTE: com parte da chácara urbana nº 14, propriedade de FRANZ INCORPORAÇÕES LTDA., onde mede 37,79m;

SUDOESTE: com parte da chácara urbana nº 14, de propriedade de FRANZ INCORPORAÇÕES LTDA., onde mede 39,27m.

Imóvel Desmembrado 2: Lote urbano nº 2, da quadra nº 160, com área de 866,46m<sup>2</sup>, localizado no lado par da Avenida Santa Catarina, Bairro Centro, no Eixo de Densificação Urbana - EDU, no Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: com parte da chácara urbana nº 14, propriedade de FRANZ INCORPORAÇÕES LTDA., onde mede 26,63m;  
SUDESTE: com a Avenida Santa Catarina, onde mede 15,00m, em linha curva;  
NORDESTE: com o lote urbano nº 3, onde mede 45,03m;  
SUDOESTE: com parte da chácara urbana nº 14, propriedade de FRANZ INCORPORAÇÕES LTDA., onde mede 39,89m.

Imóvel Desmembrado 3: Lote urbano nº 3, da quadra nº 160, com área de 979,51 m<sup>2</sup>, localizado no lado par da Avenida Santa Catarina, Bairro Centro, no Eixo de Densificação Urbana - EDU, no Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: com parte da chácara urbana nº 14, propriedade de FRANZ INCORPORAÇÕES LTDA., onde mede 26,63m;  
SUDESTE: com a Avenida Santa Catarina, onde mede 15,00m, em linha curva;  
NORDESTE: com parte da chácara urbana nº 13, propriedade de FRIDA ANNA WERLANG (imóvel matrícula nº 9.160), onde mede 54,31m;  
SUDOESTE: com o lote urbano nº 2, onde mede 45,03m.

Situação Remanescente: Parte da Chácara urbana nº 14, da quadra nº 160, com área de 82.056,06 m<sup>2</sup>, localizado no lado par da Avenida Santa Catarina, Bairro Centro, no Eixo de Densificação Urbana - EDU com predominância da área na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária 1 - ZODUP-1, no Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: com parte do lote rural nº 77, propriedade de JOSÉ EMÍLIO LEIFHEIT e Outros (imóvel matrícula nº 9.282) e com parte do lote rural nº 20, propriedade de JOSÉ LUIZ DUPONT (imóvel matrícula nº 8.642), onde mede 296,94m e com Parte da Chácara Urbana Nº 16, propriedade de THIAGO ANDRÉ RORATO e LEILA MARIA SCHAEGLER (imóvel matrícula nº 13.870), onde mede 42,00m;  
SUL: com parte da chácara nº 16, propriedade de THIAGO ANDRÉ RORATO e LEILA MARIA SCHAEGLER (imóvel matrícula nº 13.870), onde mede 51,01m;  
SUDESTE: com a Avenida Santa Catarina, onde mede 15,59m e 12,00m, totalizando 27,59m, com o lote urbano nº 1, da quadra nº 160, propriedade de FRANZ INCORPORAÇÕES LTDA., por onde mede 14,97m, com a Avenida Santa Catarina, por onde mede 30,96m em linha curva e com os lotes urbanos nº 2 e nº 3, da quadra nº 160, ambos de propriedade de FRANZ INCORPORAÇÕES LTDA., por onde mede respectivamente 26,63m e 26,63m, totalizando 53,26m;  
NORDESTE: com parte da chácara nº 13, propriedade de FRIDA ANNA WERLANG (imóvel matrícula nº 9.160), onde mede 414,99m, com o lote urbano nº 1, da quadra nº 160, propriedade de FRANZ INCORPORAÇÕES LTDA., onde mede 39,27m e com o lote urbano nº 2 da quadra nº 160, onde mede 39,89m;  
SUDOESTE: descontinuamente com parte da chácara nº 16, onde mede 304,68m e 67,95m e com o lote urbano nº 1 da quadra nº 160, propriedade de FRANZ INCORPORAÇÕES LTDA., onde mede 37,79m.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 080/2018 de 16 de agosto de 2018.

São Carlos/SC, 16 de outubro de 2018.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

# São Domingos

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 119/2018

Publicação Nº 1774340

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 119/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 042/2018

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 26 de outubro de 2018, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE PEÇAS PARA CONSERTO DAS ENSILADEIRAS PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: [licitacao@saodomingos.sc.gov.br](mailto:licitacao@saodomingos.sc.gov.br) São Domingos, SC, 15 de outubro de 2018.

Alyne Nayara Lammel - Pregoeira Oficial.

# São Francisco do Sul

## IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL

### PUBLICAÇÃO - 12 - ATA REUNIÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS 03.10.2018

Publicação Nº 1774595

Ata da 12ª Reunião do Comitê de Investimentos do IPRESF  
Reunião Extraordinária – 12/2018

Ao terceiro dia do mês de outubro, no ano de dois mil e dezoito (03/10/2018), às 10:15 na Sala de Reuniões do IPRESF, à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no terceiro piso, sala 303, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Ricardo Luiz Fernandes, Roberson Alberto Maciel, Beatris Dircélha dos Santos, Maria José Costa e o Sr. Idelson Alves Porto. A reunião foi convocada extraordinariamente para informar dos repasses previdenciários efetivados no mês de agosto de 2018 e iniciar a leitura e análise da minuta de Política de Investimentos para o ano de 2019. Assim, os investimentos dos valores recebidos em setembro de 2018 foram realizados de acordo com o recomendado pela SMI Consultoria e Ata 11/2018, conforme descrito abaixo: FUNDO DE APLICAÇÃO (CNPJ) / VALOR: BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO (APORTE) (11.328.882/0001-35)/R\$392.961,30 ; CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS IRF-M1 (10.740.670/0001-06) / R\$700.000,00 ; BB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO LP (10.418.362/0001-50) / R\$100.000,00 ; CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP (14.120.520/0001-42) / R\$244.224,85 ; TOTAL: R\$1.437.186,15. O valor total recebido foi de R\$1.535.544,72 (Um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta e quatro reais com setenta e dois centavos). Destacamos o valor da taxa administrativa de R\$98.358,57, e do aporte financeiro previdenciário de R\$392.961,30. A seguir o Presidente, sr. Ricardo, repassou aos presentes informações acerca do evento realizado em Florianópolis a cargo da SMI Consultoria, empresa especializada contratada pelo IPRESF para assessoria em Mercado Financeiro e de Capitais. Na ocasião, participaram os membros Idelson, Ricardo e Roberson. Foram abordados temas relacionados à conjuntura política e econômica, projeções de indicadores oficiais, nova apresentação dos relatórios de desempenho mensais, Política de Investimentos para 2019 e espaços para perguntas e respostas. A seguir, foi iniciada leitura e análise da minuta Política de Investimentos. Lida pelo secretário, teve esclarecimentos e sugestões dos presentes. Destacamos os principais pontos discutidos: a) Aquisição de títulos públicos federais, caso ocorra aquisição com finalidade de marcação na curva, será necessário estudo de ALM – Asset Liability Management, que é, em síntese, um estudo que proporciona a visualização consolidada dos investimentos relacionados ao passivo atuarial distribuído em uma linha de tempo. E que o IPRESF demandaria contratação de profissional para este fim; b) Foram desconsideradas as hipóteses de investimentos em Fundos de Participações e Fundos de Direitos Creditórios, dada complexidade e peculiaridades destes segmentos de produtos; c) Discutido e pacificado novo item da Política de Investimento denominado Gestão de Riscos, na qual serão utilizados Volatilidade (Vol) e Value at Risk (VaR) como medida de valor para mitigação do risco de mercado (preço); d) foram deliberadas as possibilidades de composição de meta atuarial que atualmente é de INPC+6% ao ano. Para 2019 a meta, com base nas expectativas atuais, será de 10,18% ao ano. As conversas giraram em torno das possibilidades e repercussões da alteração da meta atuarial, em torno do cenário econômico e projeções para o próximo ano, em que para a SELIC estimada é de 8,00% ao ano e que o CDI é ligeiramente menor que a SELIC; ainda que a carteira de investimentos do IPRESF é constituída de 92% Fundos de Renda Fixa e 7% Fundos Multimercados e 1% Renda Variável; e que tem como benchmark para 99% da carteira índices de renda fixa ou CDI. Este último tópico fica em aberto para a reunião ordinária que está prevista para 10/10/2018 às 10:00. Já com a pauta e ordem dos trabalhos concluída, o Presidente ratificou o prazo final para aprovação da Política de Investimentos para 2019 pelo Conselho Administrativo e envio do DPIN pelo CADPREV Ente Local. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi dada por encerrada às 12h40. Eu, Roberson Alberto Maciel, Secretário do Comitê de Investimentos, digitei a presente ata que após impressa, lida e aprovada, será assinada por todos os presentes e seguirá para providências cabíveis. Ricardo Luiz Fernandes (Presidente); Beatris Dircélha dos Santos (Membro); Maria José Costa (Membro); Idelson Alves Porto (Membro); Roberson Alberto Maciel (Secretário).



# São João Batista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3473/2018

Publicação Nº 1775382

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

### DECRETO Nº 3473/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003770/17 de 8 de Dezembro de 2017.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 714.805,25 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

#### 02 - GABINETE DO PREFEITO

##### 02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 2.000,00

##### 02.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

06.182.0001.2.007 - Manut. do Fundo Municipal de Defesa Civil

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 5.545,25

#### 03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

##### 03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 30.000,00

#### 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

##### 04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0002.2.009 - Manut do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.0006 - Aplicacoes Diretas

Valor - 135.000,00

12.361.0002.2.009 - Manut do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0007 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 35.000,00

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.91.00.00.00.00.00.0001 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos

Valor - 1.390,00

12.364.0002.2.015 - Manutenção Do Ensino Superior

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.500,00

12.365.0002.2.014 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.0007 - Aplicacoes Diretas

Valor - 420.000,00

12.365.0002.2.014 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0007 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 50.000,00

12.365.0002.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.91.00.00.00.00.00.0001 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos

Valor - 2.370,00

#### 14 - ENCARGOS GERAIS

##### 14.01 - ENCARGOS GERAIS

28.843.0000.0.093 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

4.6.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 28.000,00

#### 18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

##### 18.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 4.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO**

**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2.000,00

**02.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**

06.182.0001.2.007 - Manut. do Fundo Municipal de Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 4.545,25

06.182.0001.2.007 - Manut. do Fundo Municipal de Defesa Civil

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.000,00

**03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

**03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 30.000,00

**04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

**04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.390,00

12.361.0002.2.009 - Manut do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.0007 - Aplicacoes Diretas

Valor - 170.000,00

12.364.0002.2.015 - Manutenção Do Ensino Superior

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.500,00

12.365.0002.2.014 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.0006 - Aplicacoes Diretas

Valor - 470.000,00

12.365.0002.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2.370,00

**14 - ENCARGOS GERAIS**

**14.01 - ENCARGOS GERAIS**

28.843.0000.0.093 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 28.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

18.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 4.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 10 de Outubro de 2018**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 10/10/2018

---

**Assessoria de Comunicação**

**DECRETO Nº 3474/2018**

Publicação Nº 1775383

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**DECRETO Nº 3474/18**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003826/18 de 10 de Outubro de 2018.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica suplementado no valor de R\$ 116.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**16 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal**

16.01 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal

17.512.0004.2.041 - Funcionamento e Manutenção do SISAM

3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

Valor - 116.000,00

**Art. 2º** - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**16 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal**

16.01 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal

15.452.0006.2.077 - Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos

3.3.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

Valor - 36.000,00

17.512.0004.1.029 - Saneamento Básico (ETE e Redes de Esgoto)

4.4.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

Valor - 80.000,00

**Art. 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 15 de Outubro de 2018**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 15/10/2018

Assessoria de Comunicação

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 181/2018

Publicação Nº 1774850

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 181/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Akso Produtos Eletronicos Ltda

ORIGEM: Dispensa de licitação

OBJETO: "Aquisição, em caráter de urgência, de fitas testes de cloro, ph e flúor para aparelho M7+/ M20 para o setor de abastecimento de água do município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 3.107,50

PRAZO:08.10.2018 até 15.10.2018

São João do Oeste – 16 de outubro de 2018

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 182/2018

Publicação Nº 1774852

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 182/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Diogo Davi Follmann ME

ORIGEM: Dispensa de licitação 42/2018

OBJETO: "Aquisição de 210 (duzentas e dez) dúzias de ovos para o Programa Municipal de Alimentação Escolar de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 840,00

PRAZO:08.10.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 16 de outubro de 2018

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

# São João do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO 46\_2018\_PREF

Publicação Nº 1775232

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 46/2018/PREF

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2018/PREF

OBJETO: Fica aditado em 10,45% (dez inteiros e quarenta e seis centésimos por cento) os quantitativos do item 2 do contrato original.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VALOR ADITIVO: R\$ 9.480,87

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e respectivas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 2.027 – 3.3.90.30.01.00.0102 (32) – R\$ 2.798,22.

03.01 – 2.003 – 3.3.90.30.01.00.3080 (169) – R\$ 5.583,03.

10.01 – 2.040 – 3.3.90.30.01.00.3080 (169) – R\$ 1.099,62.

São João do Sul, 16 de outubro de 2018.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

### ATA S.R.P\_038-2018\_PREF

Publicação Nº 1774649

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 38/2018/PREF

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro preços, no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura(s) e eventual(is) fornecimento de material gráfico para os diversos segmentos desta municipalidade, conforme quantitativos e especificações constantes neste Edital de Pregão Presencial nº 45/2018, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: GRAFICA MAMPITUBA LTDA ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 82.769,00

Processo Licitatório nº 45/2018 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 16 de outubro de 2018

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

### ATA S.R.P\_039-2018\_PREF

Publicação Nº 1774650

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 39/2018/PREF

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro preços, no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa(s) especializada para futura(s) e eventual(is) contratação de empresa(s) para fornecimento de mobiliário sob medida para o 2º Grupamento de Bombeiros Militar do Passo de Torres, conforme quantitativos e especificações constantes neste Edital de Pregão Presencial nº 48/2018, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: ELETRO D'BENS COMERCIO DE MÓVEIS LTDA-EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 20.198,48.

Processo Licitatório nº 48/2018 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 16 de outubro de 2018

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

**ATA S.R.P\_040-2018\_PREF**

Publicação Nº 1774809

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 40/2018/PREF

Objeto: O presente procedimento licitatório objetivo registrar preços com a finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) prestação de serviços de manutenção dos veículos do transporte escolar, com fornecimento de peças, componentes e acessórios novos com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daqueles produzidos pelos fabricantes (originais ou genuínos), conforme relacionados no Termo de Referência (Anexo I), do edital de Pregão Presencial nº 46/2018, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: JCV DIESEL PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 379.900,00

Processo Licitatório nº 46/2018 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 16 de outubro de 2018

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

**CONT. 058\_2018\_PREF**

Publicação Nº 1774662

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2018/PREF

OBJETO: aquisição de mobiliário sob medida para o 2º Grupamento de Bombeiros Militar do Passo de Torres, obedecidos as especificações mínimas constantes no Termo de Referência (Anexo I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: ELETRO D'BENS COMERCIO DE MÓVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 16/10/2018 a 31/12/2018

VALOR DO OBJETO: R\$ 20.198,48.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo nº 48/2018 e em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520/02.

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS: 09.01- 2.010 – 4.4.90.52.42.00.00.3010 (211) – 14.080,39; 09.01- 2.010 – 4.4.90.52.42.00.00.0010 (119) – 6.118,09.

São João do Sul/SC, em 16 de outubro de 2018.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

**CONT. Nº 16-2018\_FMS**

Publicação Nº 1774421

FUNDO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2018/FMS

OBJETO: a contratação de empresa para fornecimento de Gabinete Odontológica Completo, incluindo fotopolimerizador, ultrassom odontológico e autoclave horizontal, conforme relacionados no Termo de Referência (Anexo I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição..

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DAL ZOTTO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP

VIGÊNCIA: 16/10/2018 a 31/12/2018

VALOR: R\$ 20.900,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo nº 13/2018/FMS, Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/02.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA: 07.01 – 2.022 – 4.4.90.52.00.00.0075 – R\$ 20.900,00

São João do Sul, 16 de outubro de 2018.

Rejane Elibio Borba

Fundo Municipal de Saúde.



# São Joaquim

## PREFEITURA

### PROCESSO 32/2018 FMS

Publicação Nº 1774950

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 32/2018

Pregão Presencial 25/2018

Objeto: Aquisição de insumos para diabéticos, para atender as necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS através do Fundo Municipal de Saúde.

Tipo: Menor preço global.

Data: 01/11/2018

Valor estimado: 253.916,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 16 de outubro de 2018.

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10813/2018

Publicação Nº 1775160

DECRETO Nº 10813/2018

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 10668/2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o decurso de prazo para a posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 10668/2018;

**DECRETA:**

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 10668/2018, que nomeou a Sra. THAIS FAVARETTO GARBIN para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de setembro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 10814/2018

Publicação Nº 1775164

DECRETO Nº 10814/2018

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 10670/2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o decurso de prazo para a posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 10670/2018;

**DECRETA:**

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 10670/2018, que nomeou a Sra. GLENDA PAULA CARDOSO DE CARVALHO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de setembro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 10815/2018

Publicação Nº 1775168

DECRETO Nº 10815/2018

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 10476/2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o decurso de prazo para a posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 10476/2018;

**DECRETA:**

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 10476/2018, que nomeou o Sr. ARESDENI OLIVEIRA DORNELLES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de julho de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 10816/2018**

Publicação Nº 1775163

DECRETO Nº 10816/2018

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. LUCAS IDE GUADAGNIN para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 10817/2018**

Publicação Nº 1775166

DECRETO Nº 10817/2018

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. PRISCILA DE BASTOS BRAGA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 10818/2018**

Publicação Nº 1775173

DECRETO Nº 10818/2018

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. EDENIR TERESINHA MONEGO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 10819/2018**

Publicação Nº 1775175

DECRETO Nº 10819/2018

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. JULCIMARA MODESTI PETRIKOVSKI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica Pediatra, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 10820/2018**

Publicação Nº 1775181

DECRETO Nº 10820/2018

ALTERA FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal e, Considerando o Processo Administrativo nº 7391/2018, datado de 27 de agosto de 2018.

DECRETA:

Art 1º - Altera a função gratificada da servidora Aline Vieira, Diretora do Centro de Educação Infantil Nossa Senhora das Graças, para o valor de R\$ 1.862,36, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de agosto de 2018, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal da Educação

**DECRETO Nº 10821/2018**

Publicação Nº 1775157

DECRETO Nº 10821/2018

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica nomeado ÉRICO RODRIGUES DA SILVA KOENING para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico Contábil – CCM 8, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15 de outubro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 10822/2018**

Publicação Nº 1775200

DECRETO Nº 10822/2018  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2017, datado de 04 de setembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2018 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
KAREN FERNANDA BIANCHINI DA SILVA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	08/10/2018
PRISCILLA SEMONETTI PIZZETTI	Professor-H	40 Horas Aulas	08/10/2018
STHEFFANY GARCIA BARBOSA	Auxiliar de Sala	40 Horas	08/10/2018

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/10/2018.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 10823/2018**

Publicação Nº 1775196

DECRETO Nº 10823/2018  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2017, datado de 04 de setembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2018 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
LUCIANA NOCETTI FEIJÓ	Professor-H	42 Horas Aulas	09/10/2018
REGIANI LILIAN DO NASCIMENTO BILIBIO	Professor-H	36 Horas Aulas	09/10/2018

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/10/2018.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 10824/2018**

Publicação Nº 1775184

DECRETO Nº 10824/2018  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
IVONETE PAULA LISBOA	Auxiliar de Ensino	08/10/2018

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/10/2018.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 10825/2018**

Publicação Nº 1775192

DECRETO Nº 10825/2018  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ANA PAULA DE SOUSA	Auxiliar de Ensino	01/10/2018

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/10/2018.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 10826/2018**

Publicação Nº 1775195

DECRETO Nº 10826/2018  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensadas as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ROSANA ISABEL LIMA	Auxiliar de Sala	01/10/2018
TAMARA SANTOS DO ESPIRITO SANTO RODRIGUES	Professor-M	01/10/2018

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/10/2018.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 10827/2018

Publicação Nº 1775205

DECRETO Nº 10827/2018

EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Fica exonerada, a pedido, a servidora ANA CARINA BARON ENGERROFF, matrícula nº 42131-6, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com uma carga horária semanal correspondente a 30 horas aulas, com exercício de suas funções junto ao Centro Educacional Municipal Maria Hortência Pereira Furtado e Centro Educacional Municipal Professora Maria Iracema Martins de Andrade.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/10/2018.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 10831/2018

Publicação Nº 1775153

DECRETO Nº 10831/2018

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 8830/2017 QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o inciso II do Decreto 8830/2017 de 27 de outubro de 2017, que concede função gratificada à servidora DANIELA EDA SILVA, matrícula: 23042-1.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal



**DECRETO Nº 10832/2018**

Publicação Nº 1775151

DECRETO Nº 10832/2018  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Concede à servidora DANIELA EDA SILVA, matrícula: 23042-1, a função gratificada de Gerente II – nível FG-G2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**EDITAL DE SORTEIO Nº. 001 / 2018 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1775253

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ – PMSJ.  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMAS.  
CENTRO DE ATENÇÃO À TERCEIRA IDADE – CATI.

EDITAL DE SORTEIO Nº. 001 / 2018 de 17 de Outubro de 2018.

A Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que abre inscrições para sorteio de vagas e lista de espera para a participação em oficinas para a pessoa idosa no Centro de Atenção à Terceira Idade - CATI, ofertadas para o ano de 2019.

**1. DO OBJETO DESTA EDITAL.**

O Presente Edital tem por objeto a chamada para as inscrições para o sorteio de vagas para prática de Oficinas do Grupo 1 e Grupo 2 (Anexo I) aos idosos residentes no município de São José-SC para o ano de 2019. As atividades para o qual estão sendo feitas inscrições estão previstas para começar no dia 18 de Fevereiro de 2019.

**2. DAS INSCRIÇÕES PARA OS SORTEIOS.**

2.1 As inscrições para os sorteios serão feitas, exclusivamente e pessoalmente, nos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de São José (SC), referentes ao território de domicílio da pessoa idosa, podendo ser feita por representante legal, munido de procuração autenticada em cartório.

2.2 Constará no Anexo II deste Edital o território de abrangência de cada CRAS, demonstrando qual CRAS cada idoso deverá procurar a fim de efetuar sua inscrição para os sorteios.

2.2.1 O CRAS Ipiranga funcionará com a mesma estrutura dos demais, atendendo exclusivamente os idosos do mesmo território do CRAS Areias, sendo facultado a estes escolher entre o que lhes convir.

2.3 Poderão inscrever-se as pessoas com, no mínimo, 60 (sessenta) anos de idade completos até o dia 13 de dezembro de 2018 (quinta-feira).

2.4 Para efetivar as inscrições para os sorteios, o idoso interessado necessita apresentar, no CRAS, os seguintes documentos, impreterivelmente: Documento de Identidade oficial; Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de Residência (Fatura de luz, água ou telefone, preferencialmente em nome do idoso – com emissão em setembro de 2018 ou mais recente); e Cartão de Saúde da Unidade Básica de Saúde (UBS/Posto de Saúde) do seu território de domicílio, em nome do idoso, comprovando que ele é atendido na rede municipal de saúde de São José (SC) e, portanto, munícipe.

2.4.1 A apresentação do Cartão de Saúde mencionado no item anterior, somente poderá ser dispensada se o Comprovante de Residência estiver no nome do idoso ou de seu cônjuge mediante apresentação de documentação comprobatória (Certidão de Casamento, Declaração de União Estável, RG do cônjuge).

2.5 As inscrições para os sorteios ocorrerão no período de 26 de Novembro de 2018 (segunda-feira) a 28 de Novembro de 2018 (quarta-feira), das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, nos 05 (cinco) CRAS do Município, conforme quadro abaixo:

CRAS	Localização
CRAS Areias	Avenida Osvaldo José do Amaral, S/N, Real Parque, CEP: 88113-335. Em frente ao campo de futebol Clube da Amizade.
CRAS Colônia Santana	Avenida Engelberto Koerich, S/N, Colônia Santana, CEP: 88123-300. Ao lado da Escola Profissional.
CRAS Forquilha	Rua Pedro Álvares Cabral, S/N, Forquilha, CEP: 88106-750. Perto da praça Adriano de Farias.
CRAS Ipiranga	Rua Eduardo Mikulski, 124. Ipiranga. CEP 88111-485. Na praça do CEU, próximo à UBS Ipiranga.
CRAS Zanelatto	Rua Gaivotas, 265, Jardim Zanelatto, CEP: 88115-505. Próximo à Unidade Básica de Saúde (UBS) Zanelatto.

2.6 O idoso poderá inscrever-se nos sorteios de até 01 (uma) oficina do Grupo 1 e de até 01 (uma) oficina do Grupo 2, dentre as ofertadas pelo CATI, indicando o horário desejado. As oficinas ofertadas constarão no Anexo III deste Edital.

2.6.1 Somente será aceita 01 (uma) inscrição por idoso, nos termos do item 2.6 deste Edital.

2.6.2 Em caso de mais de 01 (uma) inscrição, valerá a mais recente.

2.7 No momento das inscrições para os sorteios, o idoso inscrito receberá um comprovante contendo seu número de CPF (que será o número utilizado nos sorteios para identificá-lo) e o nome das oficinas para as quais se inscreveu, com os respectivos horários.

2.8 As inscrições para os sorteios serão homologadas e divulgadas a partir do dia 03 de Dezembro de 2018 (segunda-feira), no site oficial da Prefeitura Municipal de São José (SC), nos murais do CATI, dos CRAS e no Diário Oficial do Município.

### 3. DOS RECURSOS EM RELAÇÃO À HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA OS SORTEIOS.

3.1 O idoso inscrito, ou seu representante legal, poderá interpor recurso à comissão organizadora deste Edital, em relação à homologação das inscrições, até as 17 horas do dia 10 de dezembro de 2018 (segunda-feira) no CATI (Av. Acione de Souza Filho, 403. Praia Comprida, São José/SC. CEP: 88.103-790).

3.2 Os recursos deverão ser apresentados por escrito, de próprio punho ou impresso, diretamente à comissão organizadora deste Edital e protocolado no prazo estabelecido no item 3.1.

3.3 A comissão organizadora deste Edital analisará os recursos interpostos, decidindo pelo seu aceite ou por sua recusa.

3.4 As decisões da comissão organizadora em relação aos recursos interpostos referentes às homologações das inscrições serão publicadas até o dia 12 de dezembro de 2018 (quarta-feira), no site oficial da Prefeitura Municipal de São José (SC), nos murais do CATI, dos CRAS e no Diário Oficial do Município.

### 4. DAS VAGAS.

4.1 O CATI disponibilizará a quantidade de 1718 vagas para o ano de 2019.

4.2 Não haverá limite de vagas para lista de espera.

4.3 A quantidade de vagas ofertadas para cada horário e oficina constará no Anexo III deste edital.

4.4 A Prefeitura Municipal de São José reserva-se o direito de, não tendo profissional habilitado para ministrar a oficina ou não tendo condições físicas e/ou materiais adequadas, suspendê-la temporariamente ou cancelá-la.

4.4.1 O cancelamento da(s) oficina(s) não implica remanejamento de vagas dos idosos por parte da Prefeitura.

4.5 A Prefeitura Municipal de São José abrirá inscrições para lista de espera pós-edital conforme item 10 deste edital.

### 5. DOS SORTEIOS

5.1 Os sorteios serão públicos e eletrônicos, contando com a participação dos presentes.

5.2 Será realizado 01 (um) sorteio para cada horário de cada oficina ofertada.

5.2.1 Somente haverá sorteios nas oficinas em que houver mais inscritos do que o número de vagas disponibilizadas.

5.2.2 Havendo qualquer falha técnica na realização dos sorteios para as oficinas, será realizado novo sorteio após a devida correção, a critério da comissão organizadora deste Edital.

5.3 Os sorteios serão organizados e conduzidos pela comissão organizadora do Edital de seleção e fiscalizado pelos representantes legais do Conselho Municipal do Idoso (CMI) e da Secretaria de Controle Interno e Transparência do Município de São José (SC), bem como dos Coordenadores dos grupos de idosos de São José (SC), regularmente inscritos no CMI.

5.4 Os sorteios serão realizados por meio da utilização de um software de planilha eletrônica, através das seguintes funções: a) "=ALEATÓRIO()", a qual atribuirá um número flutuante entre 0 (zero) e 1 (um) para cada um dos participantes de cada sorteio; b) "=ORDEM()", que classificará os participantes do sorteio de acordo com o número flutuante atribuído pela função descrita no item "a", em ordem decrescente (do maior número aleatório para o menor número aleatório).

5.5 Os idosos inscritos para os sorteios serão identificados na planilha eletrônica por meio de seus números de CPF.

5.6 No transcurso dos sorteios será lavrada ata, constando a relação da ordem de classificação dos idosos inscritos, por horário e oficina.

5.7 Todos os inscritos para os sorteios das oficinas serão ordenados do primeiro ao último de acordo com o horário da turma escolhida. Contudo, apenas os idosos ordenados dentro do limite de vagas de cada oficina terão direito à confirmação da matrícula.

5.8 Os idosos ordenados que não forem contemplados pelas vagas ofertadas, entrarão em lista de espera para cada horário de cada oficina.

5.9 Mensalmente, será realizada a chamada da lista de espera após os ajustes de horários, conforme item 9 deste edital.

5.9.1 As Chamadas em Lista de Espera precederão os Ajustes de horário apenas no primeiro mês, para preencher vagas ociosas após Confirmação de Matrícula.

5.10 Data, Horário e Local dos Sorteios:

5.10.1 Os sorteios serão realizados no dia 13 de dezembro de 2018 (quinta-feira), a partir das 14 (catorze) horas da tarde.

5.10.2 A sessão de sorteios será encerrada somente após o término de todos os sorteios dos horários e oficinas ofertadas.

5.11 Os sorteios das vagas disponibilizadas serão realizados no Auditório do CATI, localizado na Av. Acioni de Souza Filho, nº 403. Praia Comprida, CEP: 88.103-790, São José (SC).

5.12 A realização dos sorteios obedecerá à seguinte ordem: 1) oficinas do Grupo 1 (ginástica, hidroginástica e pilates); 2) oficinas do Grupo 2 (canto, dança, dança ritmos e informática e tecnologia).

### 6. DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SORTEIOS

6.1 A lista com a ordem de classificação dos sorteios será publicada no site oficial da Prefeitura Municipal de São José (SC), nos murais do CATI, dos CRAS e no Diário Oficial do Município a partir de 17 de dezembro de 2018 (sexta-feira).

6.2 Serão divulgados os nomes dos idosos sorteados para as vagas de cada oficina/horário, além dos nomes dos idosos que ficarão aguardando em lista de espera para cada oficina/horário.

6.3 Não serão divulgados os resultados dos sorteios por telefone.

### 7. DOS RECURSOS EM RELAÇÃO AOS RESULTADOS DOS SORTEIOS

7.1 O idoso inscrito, ou seu representante legal, poderá interpor recurso à comissão organizadora deste Edital, em relação aos resultados dos sorteios, até as 17 horas do dia 02 de Janeiro de 2019 (quarta-feira), no CATI, localizado na Av. Acioni de Souza Filho, nº 403. Praia Comprida, CEP: 88.103-790, São José (SC).

7.2 Os recursos deverão ser apresentados por escrito, de próprio punho ou impresso, diretamente à comissão organizadora deste Edital e protocolado no prazo estabelecido no item 7.1.

7.3 A comissão organizadora deste Edital analisará os recursos interpostos, decidindo pelo seu aceite ou por sua recusa.

7.4 As decisões da comissão organizadora em relação aos recursos interpostos referentes aos resultados dos sorteios serão publicados a partir do dia 4 de janeiro de 2019 (sexta-feira), no site oficial da Prefeitura Municipal de São José (SC), nos murais do CATI, dos CRAS e no Diário Oficial do Município.

#### 8. DA CONFIRMAÇÃO DAS MATRÍCULAS

8.1 Os idosos sorteados dentro do número de vagas para cada oficina/horário deverão comparecer no CATI (Av. Acioni de Souza Filho, nº 403. Praia Comprida, CEP: 88.103-790, São José) a partir do dia 05 de Fevereiro de 2019 (terça-feira), munido de fotocópias do Documento de Identificação Oficial, do CPF, do Comprovante de Residência (com emissão em Novembro de 2018 ou mais recente) e do Cartão de Saúde da UBS (Posto de Saúde). Além disso, deverão entregar uma Foto 3X4, o Atestado Médico para Liberação de Atividades Físicas, preferencialmente conforme modelo disponível no Anexo IV deste Edital (este exclusivo para oficinas do Grupo 1, Dança e Dança Ritmos) e o Termo de Ciência e Compromisso assinado, constante no Anexo V deste Edital.

8.1.1 A apresentação da fotocópia do Cartão de Saúde mencionado no item anterior, somente poderá ser dispensada se o Comprovante de Residência estiver no nome do idoso ou de seu cônjuge mediante apresentação de documentação comprobatória (Certidão de Casamento, Declaração de União Estável, RG do cônjuge).

8.1.2 O idoso poderá confirmar a matrícula apenas para a oficina e o horário para o qual foi sorteado para as vagas.

8.2 A confirmação das matrículas das oficinas do Grupo 1 e do Grupo 2 deverão ocorrer até o dia 14 de fevereiro de 2019 (quinta-feira). Após essa data, serão chamados os idosos que estiverem em lista de espera, conforme item 5.9.1 deste edital.

8.2.1 Os idosos que forem chamados da lista de espera ao longo do ano de 2019 terão até 20 dias para confirmar a matrícula, contabilizados a partir da data do chamamento.

#### 9 AJUSTES DE HORÁRIOS

9.1 Será considerado Ajuste de Horário quando a mudança solicitada não implicar troca de oficina.

9.2 As solicitações de Ajustes de Horários poderão ser realizadas durante o ano de 2019, a partir de 04 de março de 2019.

9.3 O idoso que frequentar oficina do Grupo 1 e/ou do Grupo 2 poderá, ao longo de cada mês, solicitar a mudança de horário.

9.4 A ordem de preferência para o ajuste de horário obedecerá ordem de solicitação, registrada na secretaria através de caderno de protocolo, devendo constar as seguintes informações: Nome do Idoso, CPF, Oficina de Origem, Oficina de Destino, Assinatura do Idoso e Nome do Técnico que Efetuou o Registro de Solicitação.

9.5 As vagas para ajuste de horário serão disponibilizadas conforme vacância do mês vigente, de acordo com o Termo de Ciência e Compromisso (anexo V), por desistência do idoso, mediante assinatura de Declaração de Desistência (anexo VI) ou por não confirmação de matrícula dentro do prazo estabelecido neste edital.

9.6 O idoso que for contemplado com o ajuste de horário deverá assinar a Declaração de Desistência (anexo VI), do horário que desistiu.

#### 10 TROCAS DE OFICINAS E INSCRIÇÕES DE LISTA DE ESPERA PÓS-EDITAL

10.1 Será considerado Troca de Oficina quando a mudança solicitada implicar troca de oficina para o qual o idoso está inscrito.

10.2 Será considerado Inscrições para Lista de Espera Pós Edital aquela ocorrida após findo o processo de sorteio e confirmação do edital 001/2018.

10.3 As solicitações de Troca de Oficina ou Inscrições para Lista de Espera Pós Edital poderão ser realizados ao longo do ano de 2019, a partir de 04 de março de 2019.

10.4 O idoso que solicitar Troca de Oficina ou Inscrições para Lista de Espera Pós Edital será incluído no final da lista de espera vigente da oficina desejada. A solicitação será registrada na secretaria através de caderno de protocolo próprio para Troca de Oficinas ou Inscrições para Lista de Espera Pós Edital, devendo constar as seguintes informações: Nome do Idoso, CPF, Oficina de Origem (quando houver), Oficina de Destino, Assinatura do Idoso e Nome do Técnico que Efetuou o Registro de Solicitação.

10.5 As vagas para Troca de Oficina ou Inscrições para Lista de Espera Pós Edital serão disponibilizadas conforme vacância do mês vigente, de acordo com o Termo de Ciência e Compromisso (anexo V), por desistência do idoso, mediante assinatura de Declaração de Desistência (anexo VI) ou por não confirmação de matrícula dentro do prazo estabelecido neste edital.

10.6 O idoso que for contemplado com a Troca de Oficina ou Inscrições para Lista de Espera Pós Edital deverá assinar a Declaração de Desistência (anexo VI), da oficina que desistiu (quando houver).

#### 11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Em hipótese alguma o idoso poderá frequentar simultaneamente mais do que 01(uma) oficina do Grupo 1 e 01(uma) oficina do Grupo 2, constantes deste edital.

11.2 A oficina de Informática e Tecnologia será realizada em duplas.

11.3 O Edital obedecerá às datas descritas nos itens anteriores, conforme cronograma disponível no Anexo VII.

11.4 A Secretária Municipal de Assistência Social nomeará, mediante portaria, a comissão organizadora do processo de seleção deste Edital, sendo composta por cinco membros, além de indicar o presidente da comissão em questão.

11.5 Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela comissão organizadora do processo seletivo.

São José (SC), 17 de Outubro de 2018.

ROSEMERI BARTUCHESKI

Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO I – CATEGORIAS DE OFICINAS OFERTADAS

GRUPO 1	GRUPO 2
Ginástica	Canto
Hidroginástica	Dança
Pilates	Dança Ritmos

## Informática e Tecnologia

## ANEXO II – TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DOS CRAS.

CRAS	Endereço	Território de Abrangência
Areias.	Endereço: Av. Osvaldo José do Amaral SN. Real Parque. CEP 88113-335. Ponto de Referência: Em Frente ao campo da Amizade (campo de futebol). Telefone: (48) 3246 7474.	Areias Barreiros Bela Vista Ipiranga Jardim Cidade Florianópolis
Ipiranga.	Endereço: Rua Eduardo Mikulski, 124. Ipiranga. CEP 88111-485. Ponto de Referência: Na praça do CEU, próximo à UBS Ipiranga. Telefone: (48) 3246 7474.	Nossa Senhora do Rosário Pedregal Potecas Real Parque Roçado
Colônia.	Endereço: Av. Engelberto Koerich, S/N, Colônia Santana, CEP: 88123-300. Ponto de Referência: Ao lado da Escola Profissional. Telefone: (48) 3278 2075 e 3278-2079.	Colônia Santana Sertão do Maruim
Forquilha.	Endereço: Rua Pedro Álvares Cabral, S/N, Forquilha, CEP: 88106-750. Ponto de referência: Perto da Praça Adriano de Farias. Telefone: 3247-6849.	Bosque das Manções Campinas Centro Distrito Industrial Fazenda Sto Antônio Flor de Nápolis Kobrasol Picadas do Sul Ponta de Baixo Praia Comprida São Luiz
Zanelatto.	Endereço: Rua Gaivotas, 265, Serraria, CEP: 88115-505. Ponto de Referência: Próximo à Unidade Básica de Saúde (UBS) Zanelatto. Telefone: 3257-9455 e 3343-9175.	Jardim Zanelatto Serraria

## ANEXO III - QUANTIDADE DE VAGAS OFERTADAS

OFICINAS	VAGAS DISPONÍVEIS
CANTO SEGUNDAS E QUARTAS - 14h00	25
CANTO SEGUNDAS E QUARTAS - 15h30	25
CANTO QUINTAS - 13H30	25
CANTO QUINTAS - 14H45	25
CANTO QUINTAS - 16H00	25
DANÇA SEGUNDAS E QUARTAS - 13h45	30
DANÇA SEGUNDAS E QUARTAS - 14h45	30
DANÇA SEGUNDAS E QUARTAS - 15h45	30
DANÇA TERÇAS E QUINTAS - 13h30	30
DANÇA TERÇAS E QUINTAS - 14h30	30
DANÇA TERÇAS E QUINTAS - 15h45	30
DANÇA RITMOS SEGUNDAS E QUARTAS - 10h30	30
GINÁSTICA SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS - 07h45	35
GINÁSTICA SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS - 08h15	35
GINÁSTICA SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS - 09h00	35
GINÁSTICA SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS - 09h30	35
GINÁSTICA SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS - 10h15	35
GINÁSTICA SEGUNDAS E QUARTAS - 13h15	35
GINÁSTICA SEGUNDAS E QUARTAS - 14h30	35
GINÁSTICA SEGUNDAS E QUARTAS - 15h45	35

GINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 07h45	35
GINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 08h15	35
GINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 09h00	35
GINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 09h30	35
GINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 10h15	35
GINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 10h30	35
GINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 13h15	35
GINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 14h30	35
GINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 15h45	35
HIDROGINÁSTICA SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS - 08h00	35
HIDROGINÁSTICA SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS - 09h15	35
HIDROGINÁSTICA SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS - 10h30	35
HIDROGINÁSTICA SEGUNDAS E QUARTAS - 13h30	35
HIDROGINÁSTICA SEGUNDAS E QUARTAS - 14h45	35
HIDROGINÁSTICA SEGUNDAS E QUARTAS - 16h00	35
HIDROGINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 08h00	35
HIDROGINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 09h15	35
OFICINAS	VAGAS DISPONÍVEIS
HIDROGINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 10h30	35
HIDROGINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 13h30	35
HIDROGINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 14h45	35
HIDROGINÁSTICA TERÇAS E QUINTAS - 16h00	35
INFORMÁTICA E TECNOLOGIA SEGUNDAS E QUARTAS - 08h00	20
INFORMÁTICA E TECNOLOGIA SEGUNDAS E QUARTAS - 09h15	20
INFORMÁTICA E TECNOLOGIA SEGUNDAS E QUARTAS - 10h30	20
INFORMÁTICA E TECNOLOGIA SEGUNDAS E QUARTAS - 13h00	20
INFORMÁTICA E TECNOLOGIA SEGUNDAS E QUARTAS - 14h15	20
INFORMÁTICA E TECNOLOGIA SEGUNDAS E QUARTAS - 15h30	20
INFORMÁTICA E TECNOLOGIA TERÇAS E QUINTAS - 08h00	20
INFORMÁTICA E TECNOLOGIA TERÇAS E QUINTAS - 09h15	20
INFORMÁTICA E TECNOLOGIA TERÇAS E QUINTAS - 10h30	20
INFORMÁTICA E TECNOLOGIA TERÇAS E QUINTAS - 13h00	20
INFORMÁTICA E TECNOLOGIA TERÇAS E QUINTAS - 14h15	20
INFORMÁTICA E TECNOLOGIA TERÇAS E QUINTAS - 15h30	20
PILATES SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS - 08h00	8
PILATES SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS - 09h00	8
PILATES SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS - 10h00	8
PILATES SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS - 11h00	8
PILATES SEGUNDAS E QUARTAS - 13h00	8
PILATES SEGUNDAS E QUARTAS - 14h00	8
PILATES SEGUNDAS E QUARTAS - 15h00	8
PILATES SEGUNDAS E QUARTAS - 16h00	8
PILATES TERÇAS E QUINTAS - 08h00	8
PILATES TERÇAS E QUINTAS - 09h00	8
PILATES TERÇAS E QUINTAS - 10h00	8
PILATES TERÇAS E QUINTAS - 11h00	8
PILATES TERÇAS E QUINTAS - 13h00	8
PILATES TERÇAS E QUINTAS - 14h00	8



PILATES TERÇAS E QUINTAS - 15h00	8
PILATES TERÇAS E QUINTAS - 16h00	8
TOTAL	1718

## ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA LIBERAÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICA

## ANEXO V - TERMO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO

Art. 1º O Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI) é uma ferramenta da Secretaria de Assistência Social e tem como embasamento a Política Nacional de Assistência Social, assim, todas as atividades desenvolvidas, bem como os itens deste termo, atendem prioritariamente ao bom andamento das atividades voltadas ao idoso, que fica responsável por cumprir e fazer cumprir as normas de funcionamento do CATI.

Art. 2º O idoso fica obrigado a apresentar as documentações solicitadas em edital de sorteio de vagas para efetivar a sua matrícula nas oficinas ofertadas pelo CATI para as quais foi sorteado: fotocópias do Documento de Identificação Oficial, do CPF, do Comprovante de Residência e do Cartão de Saúde da Unidade Básica de Saúde (UBS) (Posto de Saúde). Além disso, deverá entregar uma Foto 3x4 e o Atestado Médico para Liberação de Atividades Físicas, este exclusivamente para oficinas do Grupo 1, Dança e Dança Ritmos. A apresentação da fotocópia do Cartão de Saúde mencionada anteriormente, somente poderá ser dispensada se o Comprovante de Residência estiver no nome do idoso ou de seu cônjuge mediante apresentação de documentação comprobatória (Certidão de Casamento, Declaração de União Estável, RG do cônjuge).

Art. 3º O idoso somente participará das oficinas do Grupo 1, de Dança e Dança Ritmos, após apresentar atestado médico conforme Art. 2º.

Art. 4º O idoso que frequentar oficina do Grupo 1, de Dança e de Dança Ritmos deverá, antes do início das atividades, dirigir-se ao setor de saúde do CATI para abertura de prontuário e definição dos procedimentos de avaliação que deverão ou não ser realizados antes de cada oficina, a critério da equipe técnica do setor.

Art. 5º O idoso, para frequentar a piscina, deverá banhar-se na ducha antes de entrar na piscina, usar uma roupa de banho (maiô e shorts de tons escuros para mulheres e bermuda de tom escuro para homens), touca e chinelo.

Art. 6º É permitido faltar até 25% dos dias de oficina por mês sem necessidade de apresentação de justificativa. As faltas que excederem esse percentual, caso não justificadas, implicam na perda do vínculo. Somente serão aceitas como justificativas de faltas o atestado médico ou declaração de viagem - comunicados por escrito (papel ou digital) no prazo de 5 dias úteis - mediante apresentação de comprovante de passagem em nome do idoso. Outros documentos serão analisados pela Equipe Técnica do CATI.

Art. 7º O idoso poderá confirmar a matrícula apenas para a oficina e o horário para o qual foi sorteado para as vagas, nos termos do edital de ingresso.

Art. 8º A Prefeitura Municipal de São José reserva-se o direito de não ofertar as oficinas que não atingirem um mínimo de 70% de inscritos dentro do limite de vagas ofertadas para as respectivas oficinas.

Art. 9º O tempo de duração de cada oficina será de 45 minutos.

Art. 10º O idoso poderá entrar nas oficinas até 10 minutos decorridos de seu início.

Art. 11º Fica a critério do professor a realização ou não de oficinas com menos de 10% de presença.

Art. 12º Casos omissos serão resolvidos pela equipe técnica do CATI.

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, declaro estar em acordo com as normas postas abaixo sobre o funcionamento do Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI) de São José (SC).

São José (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Secretaria Municipal de Assistência Social  
Gabinete da Secretaria  
Centro de Atenção à Terceira Idade - CATI  
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, registro, por meio deste documento, a minha desistência da vaga e/ou da lista de espera da Oficina de \_\_\_\_\_, que acontece nas \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, por \_\_\_\_\_.

São José (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

DESISTENTE

Avenida Acioni de Souza Filho, nº s/n - CEP: 88.103-790 - São José/SC  
(48) 3278-1452 - <http://www.pmsj.sc.gov.br/> E-mail: [cati@pmsj.sc.gov.br](mailto:cati@pmsj.sc.gov.br)

## ANEXO VII - CRONOGRAMA DO EDITAL

**MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 50/2018**

Publicação Nº 1775239

**MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 50/2018**

Ante a frustração de tentativa de intimação pessoal, encontrando-se o autuado em local incerto e não sabido, em Processo Administrativo nº 6683/2015, instaurado para apuração de infração ambiental, junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS, situada na Rua Cauassú, s/nº, loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, NOTIFIQUE-SE o Amarildo dos Passos - ME, CNPJ: 20.218.159/0001-94, para que tome conhecimento de:

Conforme Decreto Federal nº 6.514/2008 e Decreto Municipal nº 22344/2006, o processo administrativo: nº 21903/2013, será julgado em última esfera administrativa pela Junta de Recursos de Infrações Ambientais – JARIA.

Assim sendo, em cumprimento ao princípio da publicidade dos atos da administração pública, vimos por meio deste, informar que os processos acima mencionados estão sob análise de um dos membros da Junta e o julgamento do Recurso ocorrerá no dia 19 de outubro do presente ano, às 14:00 h, no auditório da sede do Jardim Botânico de São José, localizado na Rua Cauassú, s/n, Loteamento Jardim Botânico, Potecas, neste Município.

Informamos, ainda, que a empresa tem o direito de comparecer e fazer uso da palavra como forma de sustentação oral, pelo prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

São José, 15 de outubro de 2018

Jonny Andrade de Souza

Presidente da JARIA/SJ

Decreto 9946/2018 e Portaria 002/2018

**QUADRO DE VAGAS DAS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS PARCEIRAS (ATUALIZADO EM 02/10/2018) NOME DA INSTITUIÇÃO: AÇÃO SOCIAL SALTO DO MAROÍM**

Publicação Nº 1775247

**QUADRO DE VAGAS DAS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS PARCEIRAS**  
(atualizado em 02/10/2018)

Nome da Instituição: Ação Social Salto do Maroím

Centro de Educação Infantil Frei Antônio

Endereço: Rua Ivo José de Souza

Telefone: (48) 32780249

Diretora: Gisiele da Silva Couto

**CRIANÇAS MATRICULADAS**

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Berçário I	1- 2 anos	15	13	02	01	16
Berçário II	1- 2 anos	15	14	02	-	16
Maternal I	2- 3 anos	25	25	-	-	25
Maternal II	2 - 3 anos	25	25	-	-	25
I Período I	3 – 4 anos	25	24	-	-	24
I Período II	3- 4 anos	25	23		01	24
II Período	4 – 5 anos	30	21	-	01	22
Pré	5 – 6 anos	25	-	16	-	16
Pré	5 – 6 anos	25	-	-	13	13
TOTAL			145	20	16	181

**QUADRO DE VAGAS**

Grupo	Vagas/Período
Berçário I	Não há vagas
Berçário II	Não há vagas
Maternal I	Não há vagas
Maternal II	2 vagas
I período I	1 vaga
I período II	1 vaga
II período II	02 vagas
Pré Vespertino	09 vagas
Pré-matutino	10 vagas

**BERÇARIO I**



	Criança	Período
01	ALICE BRUNA KNAUL	INTEGRAL
02	ALICE COELHO LOPES	INTEGRAL
03	ANA SOPHYA ALVES MUNIZ	MATUTINO
04	ANNA CECILIA AMORIM R. CORREIA.	INTEGRAL
05	CRISTOF HENRIQUE NICOLAU DA SILVA	INTEGRAL
06	DAVI LUCA DE SOUZA	INTEGRAL
07	HEITOR DA SILVEIRA LOPES	MATUTINO
08	ISABELY TENFEN DE MENEZES	INTEGRAL
09	KAUA BARBOSA KUHN	INTEGRAL
10	LAURA DOS SANTOS SIVA	INTEGRAL
11	LIVIA VALENTINA VIEIRA	INTEGRAL
12	MIGUEL ANDRADE	INTEGRAL
13	OTAVIO FONTELLA DE SOUZA	INTEGRAL
14	SOFIA DUARTE DA SILVA	INTEGRAL
15	THEO MARQUES COELHO	INTEGRAL
16	VALENTINA CORTINA CANDIDO	INTEGRAL

## BERÇARIO II

	Criança	Período
01	ANA SOFIA ALVES MUNIZ	MATUTINO
02	BERNARDO ASSUNÇÃO DOS SANTOS	INTEGRAL
03	DIOGOPACHECO	INTEGRAL
04	GABRIEL PEDROSO DE JESUS	INTEGRAL
05	HERYCK DA SILVA DOS SANTOS	INTEGRAL
06	IAN PRIN	VESPERTINO
07	KELLY VITORIA RODRIGUES	INTEGRAL
08	LAURA DA SILVA MACHADO	INTEGRAL
09	LIVIA COELHO SCHUTZ	INTEGRAL
10	MANOELA DE MELO FLORIANO	INTEGRAL
11	MIGUEL DA SILVA FRAGA	INTEGRAL
12	SOFIA LAURA	INTEGRAL
13	SOPHIE AUGUSTINHO	INTEGRAL
14	THIAGO HENRIQUE LUIZ	INTEGRAL
15	VALENTINA CORTINA	INTEGRAL
16	VALENTINA DA SILVA	INTEGRAL

## MATERNAL I

	Criança	Período
01	ALICE VALENTINA SOTIL GONÇALVES	INTEGRAL
02	ANDREY FERRAZ	INTEGRAL
03	BRYAN FERREIRA DOS SANTOS	INTEGRAL
04	DAVI MARTINS DE SOUZA	INTEGRAL
05	DAVI PFLEGER KREMER	INTEGRAL
06	ENRICO SCHUTZ DA SILVA	INTEGRAL
07	GABRIEL ANTÔNIO FRAGA	INTEGRAL
08	HENRIQUE VALENTIN SOARES DA SILVA	INTEGRAL
09	INÁCIO FRANÇA DE SENA	INTEGRAL
10	ISADORA PEDROSO DE JESUS	INTEGRAL
11	ISMAEL FRANÇA DE SENA	INTEGRAL
12	JOÃO GABRIEL DA SILVA FRAGA	INTEGRAL
13	KAIKY PEREIRA HELLMANN	INTEGRAL
14	KAMILLY DE MOURA MATIAS	INTEGRAL
15	LAURA DE MOURA	INTEGRAL
16	LETICIA MEURER RODRIGUES	INTEGRAL
17	MANUELA MAIOLI VICENTE	INTEGRAL
18	MANUELLA RODRIGUES DE MOURA	INTEGRAL
19	MIGUEL ANTÔNIO SENA PARDIM	INTEGRAL
20	MIGUEL DOS SANTOS DE SOUZA	INTEGRAL
21	NATAN LOPES OLIVEIRA MATOS	INTEGRAL
22	PEDRO HENRIQUE ARENT CABRAL	INTEGRAL
23	RAFAEL ARTHUR SOTIL GOLÇALVES	INTEGRAL

24	SOFIA LUTZ SCHAWAMBACH	INTEGRAL
25	VALENTINA VENTURA	INTEGRAL

## MATERNAL II

	Criança	Período
1.	BEATRIZ MARIA DOS PASSOS	INTEGRAL
2.	BERNARDO BAUNGARTEN	INTEGRAL
3.	DAVI LUIZ FERREIRA DA SILVA	INTEGRAL
4.	DIEGO GOLÇAVES	INTEGRAL
5.	HEITOR JOSÉ DOS SANTOS	INTEGRAL
6.	HENRIQUE GONÇALVES DIAS	INTEGRAL
7.	JOÃO EDUARDO PROCÓPIO DA LUZ	INTEGRAL
8.	JOÃO GABRIEL CARVALHO DA SILVA	INTEGRAL
9.	VALENTINA SILVA CRUZ	INTEGRAL
10.	KATARINA ALGUSTO	INTEGRAL
11.	KEMILLY DOS SANTOS CORREIA	INTEGRAL
12.	LAURA FERNANDES DA AVILA	INTEGRAL
13.	LEANDRA ANDRADE DOS SANTOS	INTEGRAL
14.	LUCAS DE OLIVEIRA VIEIRA	INTEGRAL
15.	MIGUEL AMORIM RODRIGUES CORREIA	INTEGRAL
16.	MIGUEL LOIS NUNES	INTEGRAL
17.	MIGUEL SILVEIRA MERENCIA	INTEGRAL
18.	NICOLAS BERNARDO EGERT	INTEGRAL
19.	RAFAELA FERREIRA DE MEDEIROS	INTEGRAL
20.	SAMUEL BERNARDO DA SILVA	INTEGRAL
21.	SARA HERLAYNE DA SILVA	INTEGRAL
22.	SOPHIA DA SILVA PEREIRA	INTEGRAL
23.	DEIVEISON RYAN BULHOSA GONÇALVES	INTEGRAL
24.	ENZO SANTOS DA SILVA	INTEGRAL
25.	GABRIEL LEAO DE MELO	INTEGRAL

## 1º PERÍODO I

	Criança	Período
1.	ALISSON FELIPE GOMES	INTEGRAL
2.	ANA JULIA LUTZ SCHWAMBACH	INTEGRAL
3.	BENJAMIN RIBEIRO DOS SANTOS	INTEGRAL
4.	EMILLY GAGRILLY SOUZA DO NASCIMENTO	INTEGRAL
5.	IGOR GORGES MARTINS	INTEGRAL
6.	ISABELLY PACHECO	INTEGRAL
7.	JOSÉ RODOLFO SANTOS AZEVEDO	INTEGRAL
8.	KAIC DE AMORIM	INTEGRAL
9.	KAROLINY RODRIGUES CHAVES	INTEGRAL
10.	KELE VITORIA SOUZA DE OLIVEIRA	INTEGRAL
11.	LAURA DE SOUZA KELSS	INTEGRAL
12.	LAVINIA FACHINI SCHIMIDT	INTEGRAL
13.	LAVINIA HONORATO DA ROCHA SILVEIRA	INTEGRAL
14.	LORENA DA SILVA RODRIGUES	INTEGRAL
15.	LUCAS FAGUNDES CARVALHO	INTEGRAL
16.	MARIA VITÓRIA DA SILVA	INTEGRAL
17.	MARINA GOMES COELHO KLEIN	INTEGRAL
18.	MIGUEL ROBERTO FERGUTZ DOS SANTOS	INTEGRAL
19.	NICOLAS JOSÉ DE SOUZA	INTEGRAL
20.	OTAVIO HENRIQUE SMITH FARIA	INTEGRAL
21.	PEDRO ANTÔNIO DA SILVA COUTO	INTEGRAL
22.	PRICILA NUNES DE SOUZA	INTEGRAL
23.	VALENTINA DA SILVA ESPINDOLA	INTEGRAL
24.	VITOR GABRIEL BECKER	INTEGRAL

## 1º PERÍODO II

	Criança	Período
1.	ALICE NOVAIS DOS SANTOS	INTEGRAL
2.	BERNARDO ELYAS NARDIR	INTEGRAL
3.	BERNARDO SILVA DE OLIVEIRA	INTEGRAL

4.	BRYAN SILVA SILVEIRA	INTEGRAL
5.	CARLOS DA SILVEIRA JUNIOR	INTEGRAL
6.	CECILIA MARIA JUSTINO	INTEGRAL
7.	EDUARDA MACHADO	INTEGRAL
8.	ELOAH DE OLIVEIRA PARDIM	INTEGRAL
9.	EMANUELLA RODRIGUES	INTEGRAL
10.	GABRIELLE HAUS INACIO	INTEGRAL
11.	GUSTAVO DOS SANTOS	VESPERTINO
12.	ISADORA FERREIRA FRIZON	INTEGRAL
13.	JOANA DIVA DE OLIVEIRA VIEIRA	INTEGRAL
14.	JULIA DE OLIVEIRA RIEG	INTEGRAL
15.	LARISSA DOS SANTOS CARVALHO	INTEGRAL
16.	MARCOS PYETRO DE JESUS SANTOS	INTEGRAL
17.	MARIA VALENTINA AMORIM	INTEGRAL
18.	MARIA VITORIA DA CUNHA MACHADO	INTEGRAL
19.	NICOLAS DUTRA BERNARDO	INTEGRAL
20.	PAULO RUAN RODRIGUES DOS SANTOS RIBEIRO	INTEGRAL
21.	RAFAEL MEDEIROS DE OLIVEIRA	INTEGRAL
22.	SOPHIA LOANA DA SILVA	INTEGRAL
23.	VALENTINA DA ROSA	INTEGRAL
24.	VITOR HUGO DA SILVA	INTEGRAL
25.		INTEGRAL

## 2º PERIODO

	Criança	Período
1.	AMABILY VITORIA DOS SANTOS	INTEGRAL
2.	ARTHUR FERNANDES SOARES	INTEGRAL
3.	BERNARDO DE ASSIS FERREIRA	INTEGRAL
4.	DAVI FELIPE SALVADOR	INTEGRAL
5.	DAVI ZENCK DA SILVA	INTEGRAL
6.	DAVY LUCAS JUSTINO	INTEGRAL
7.	ENZO GABRIEL SOARES KEMPNER	INTEGRAL
8.	HEITOR DO NASCIMENTO HONORATO	INTEGRAL
9.	HENZO RYCKELME DA SILVA	INTEGRAL
10.	KAMILLY STEPHANIE CONTANTE	INTEGRAL
11.	LAYSA PRUENS FLORES	INTEGRAL
12.	LIA BEATRIZ DA SILVA	INTEGRAL
13.	MARYA MUNIZ BOAVENTURA	INTEGRAL
14.	MYLLENA RODRIGUES DE MOURA	INTEGRAL
15.	PATRICK JOSÉ MARTINS	INTEGRAL
16.	PEDRO HENRIQUE VIEIRA	INTEGRAL
17.	SAMUEL HENRIQUE DOS SANTOS PACHECO	INTEGRAL
18.	SIDNEY MIGUEL GOMES DOS SANTOS	INTEGRAL
19.	SOFYA DA SILVA CORREA	INTEGRAL
20.	SOPHIA GABRIELI SOUZA DE MELO	INTEGRAL

21.	SULAMITA VITORIA MARTINS DA SILVA	INTEGRAL
22.	THIAGO HENRIQUE RODRIGUES DA LUZ	VESPERTINO
23.		INTEGRAL

## PRÉ-MATUTINO

1.	AGATHA BOAVENTURA MUNIZ	MATUTINO
2.	AGTHA VITÓRIA CARVALHO STRUSBERG	MATUTINO
3.	AMANDA DA SILVA FELIPE	MATUTINO
4.	ANA BEATRIZ NUNES DE LIMA	MATUTINO
5.	ANA MIKELE SCHOLS COELHO	MATUTINO
6.	ARTHUR THOMAS DE SOUZA	MATUTINO
7.	BRENDA DOS SANTOS ALMEIDA	MATUTINO
8.	BRENDHA RIBEIRO DOS SANTOS	MATUTINO
9.	CECILIA DE SOUZA VILELA COSTA (MUDOU DE PERIODO)	MATUTINO
10.	EMILY MARIANA	MATUTINO
11.	ISADORA BERNARDO DA MOTTA	MATUTINO
12.	JOSÉ PETRY NETO	MATUTINO
13.	KEILANE DIAS NASCIMENTO	MATUTINO
14.	KEROLYN GONÇALVES SCHMITT	MATUTINO
15.	MIGUEL DUTRA	MATUTINO
16.	NICOLAS DE OLIVEIRA JUTTEL	MATUTINO

## PRÉ-VESPERTINO

1.	CECILIA DE SOUZA VILELA COSTA	VESPERTINO
2.	DAVI LUIZ KUHMEN COSTA	VESPERTINO
3.	ERICK NICOLAS ZANDONAY	VESPERTINO
4.	ERICK RAFAEL ANDREONI DE SA	VESPERTINO
5.	GABRIELLA MAGNUS	VESPERTINO
6.	HENRIQUE HAMES DOS SANTOS	VESPERTINO
7.	ISADORA VIERA DE SOUZA	VESPERTINO
8.	JOÃO GABRIEL DOS SANTOS SILVA	VESPERTINO
9.	JOÃO PEDRO SILVA ALMEIDA	VESPERTINO
10.	LAYANE ALVES DA SILVA	VESPERTINO
11.	LUAN GABRIEL ZANDONAY	VESPERTINO
12.	MARIA FERNANDA AUGUSTO PARDIM	VESPERTINO
13.	MARIA VITÓRIA DOS SANTOS	VESPERTINO
14.		

LISTA DE ESPERA  
BERÇARIO

Criança	Nascimento	Situação
YAN WEBER DA SIVA	10/06/2016	(não tem contato)
YGOR COELHO DA SILVA	10/06/2016	(não tem contato)
THIAGO HENRIQUE LUIZ	29/08/2016	(esta matriculada)
MIGUEL ANDRADE	17/11/2016	(esta matriculada)
RAFAELA SILVA	11/10/2016	Aguardando vaga (MATRICULADO)
LIVIA VALENTINA VIEIRA	08/04/2017	Aguardando vaga (MATRICULADO )
IAN PRIM	17/07/2016	Aguardando vaga (MATRICULADO)
LUIZ ANTÔNIO DE MELO FILHO	14/11/2016	Aguardando vaga (contato não existe)
LAURA DUTRA DOS SANTOS	25/91/2017	Aguardando vaga (contato não existe)
ANA GABRIELI DA CRUZ BENVINDO	18/10/2017	Aguardando vaga (contato não existe)
DAVI LUCCA DE SOUSA	03/07/2017	Aguardando Vaga (MATRICULADO)
VALENTINA SILVA CRUZ	14/07/2016	Aguardando vaga ( MATRICULADA)
LARISSA MEURER ALVES	02/07/2017	Aguardando Vaga ( MATRICULADA)
THAYLANE VITÓRIA MUNIZ LUCAS	25/04/2017	Aguardando Vaga ( CONTATO NÃO EXISTE)
HEITOR DA SILVEIRA LOPES	28/08/2017	Aguardando Vaga (MATRICULADO)
JOÃO GABRIEL MARTINI	17/03/2017	Aguardando Vaga
ANTHONY HENRIQUE MERÊNCIA	22/02/2017	Aguardando Vaga

JOAQUIM NORONHA	07/06/2017	Aguardando Vaga
AGATHA VALENTINA DOS SANTOS DA SILVA	10/12/2016	Aguardando vaga

## 1º PERÍODO I

	Criança	Nascimento	Situação
01	LAURA CONSTANTE BARBOSA	04/04/2014	ESTA MATRICULA
02	VALENTINA GONÇALVES	09/03/2015	ESTA MATRICULADA
03	ALICE NOVAIS DOS SANTOS	01/01/2015	ESTA MATRICULADA
04	LUÍZA LUIZ	16/02/2015	AGUARDANDO VAGA (CONTATO NAO EXISTENTE)
05	FELIPE DA SILVA DOMINGOS		AGUARDANDO VAGA ( CONTATO NAO EXISTENTE)
06	NATHALLY OLIVEIRA ALEXANDRINO	02/07/2014	AGUARDANDO VAGA (CONTATO NAO EXISTENTE)
07	CECILIA MARIA JUSTINO	02/07/2014	MATRICULADA

## 2º PERÍODO

01	HELENA RAFAEL ANDREONI DE SÁ	06/06/2013	Aguardando vaga ( CONTATO NÃO EXISTE)
02	KAYAN GABRIEL FAGUNDES DUARTE	05/05/2013	Aguardando vaga ( CONTATO NÃO EXISTE)
03	KAUAN NUNES DA CUNHA	05/11/2013	Aguardando vaga ( MATRICULADO EM OUTRA INSTITUIÇÃO)
04	ANTONIO GONÇALVES LEMOS		Aguardando vaga ( CONTATO NÃO EXISTE)
05	DAVI LUCA NUNES DE LIMA		Aguardando vaga ( MATRICULADO EM OUTRA INSTITUIÇÃO)
06	TIAGO JOSE LOPES	03/09/2013	Aguardando vaga ( CONTATO NÃO EXISTE)
07	ALERRANDRO DOS SANTOS	28/08/2013	Aguardando vaga ( MATRICULADO EM OUTRA INSTITUIÇÃO)

## PRÉ

Criança	Nascimento	Situação
ERICK RAFAEL ANDREONI DE SÁ	18/01/2013	MATRICULADA
LAYANE ALVES DA SILVA	25/12/2012	MATRICULADA

**QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS CONVENIADAS (ATUALIZADO EM OUTUBRO /2018)**  
**NOME DA INSTITUIÇÃO: CONSELHO COMUNITÁRIO SANTOS DUMONT**

Publicação Nº 1775251

## QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS CONVENIADAS

(atualizado em OUTUBRO /2018)

Nome da Instituição: CONSELHO COMUNITÁRIO SANTOS DUMONT

Endereço: RUA: JOÃO JOSÉ DE SOUZA, 15.

Telefone: (48)- 3240-8202

Diretora: ANDERSON MORAIS DA COSTA

## CRIANÇAS MATRICULADAS ANO LETIVO 2018

Grupo	Idade	Capacidade Por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
MATERNAL	2 Anos	17	17	-	-	17
I PERÍODO	3 Anos	25	26	-	-	26
II PERÍODO	4 Anos	26	26	-	-	26
PRÉ- ESCOLA	5 Anos	25	25	-	-	25
TOTAL						94

## ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GIII - Maternal.

## INTEGRAL

	Criança	Período
--	---------	---------



01	ARLAN DE OLIVEIRA MOREIRA	INTEGRAL
02	ANGELINA JOSEPH	INTEGRAL
03	BENJAMIM OLIVEIRA DE ANDRADE	INTEGRAL
04	EDUARDO DE SOUZA DOS SANTOS	INTEGRAL
05	EMANOEL MARTINS DE BARROS	INTEGRAL
06	GABRIEL PEDRO	INTEGRAL
07	HELENA DE JESUS FARIA	INTEGRAL
08	JOHN KERRY BARJON	INTEGRAL
09	JOÃO GABRIEL GOMES DA SILVA	INTEGRAL
10	JOÃO MARCOS EZIDIO DO REINO	INTEGRAL
11	LUIZ EDUARDO JEAN PIERRE	INTEGRAL
12	LORENZO DA LUZ BECKER	INTEGRAL
13	MURILO VIANA BOTELHO	INTEGRAL
14	MATHEUS DALCENTER PRÍSCO	INTEGRAL
15	PABLO VINÍCIOS LOPES DA SILVA	INTEGRAL
16	RUANY ROMÃO	INTEGRAL
17	GUSTAVO CORREA DE SOUZA	INTEGRAL

## Grupo G IV - I Período

## INTEGRAL

	Criança	Período
01	ALICE VENTURA DOS SANTOS	INTEGRAL
02	ANA BEATRIZ DOS SANTOS	INTEGRAL
03	ANA LAURA FARIA DOS SANTOS	INTEGRAL
04	BERNADO HEITOR MARCELINO BOTELHO	INTEGRAL
05	EMANOEL CUNHA RODRIQUES	INTEGRAL
06	HERIVALDO BOSQUET	INTEGRAL
07	ISLOVE ST LOUIS PIERRE	INTEGRAL
08	JEAN CARLOS ALENCAR FONSECA	INTEGRAL
09	JONATHAS DOS SANTOS ALMEIDA	INTEGRAL
10	JOSIAS JOSIANO APARECIDO LINO	INTEGRAL
11	LARA CATARINA HILLESHEIM MENDONÇA	INTEGRAL
12	LAURA TORRES EZIDIO	INTEGRAL
13	LEANDRA MIRELLA DE OLIVEIRA DE LIMA	INTEGRAL
14	LUDMILLA BEATRIZ PALHANO	INTEGRAL
15	LUIZ MIGUEL DE OLIVEIRA JUSTINO	INTEGRAL
16	MARIA JULIA NAPOLEÃO SENÁBIO	INTEGRAL
17	NICOLAS DOS SANTOS RIBEIRO	INTEGRAL
18	RUAN DOS SANTOS NEVES ROCHA	INTEGRAL
19	SOPHIA VIEIRA MADALENA	INTEGRAL
20	VICENTE LEANDRO DOS SANTOS VIEIRA	INTEGRAL
21	VITOR DAMACENA XAVIER	INTEGRAL
22	VITOR HUGO DOS SAQNTOS ALBINO	INTEGRAL
23	ANNA BEATRIZ DOS SANTOS	INTEGRAL
24	ADEMAR PINHEIRO FILHO	INTEGRAL
25	JUAN ANDRADE DOS SANTOS	INTEGRAL
26	ADEMAR PINHEIRO FILHO	INTEGRAL

## Grupo – G V - II Período

## INTEGRAL

	Criança	Período
01	ALEXIA VITÓRIA DE BARROS ALVES	INTEGRAL
02	ARTHUR GALEANO BATISTA DOS SANTOS	INTEGRAL
03	ABIGAIL LIZ DA SILVA	INTEGRAL
04	AMEGANVI AFI FIDÉLIA	INTEGRAL
05	BRENO DA SILVA BISPO	INTEGRAL
06	CLEITON ANDRIEL MELO DOS SANTOSW	INTEGRAL
07	DARLAN SANTANA DOS SANTOS	INTEGRAL
08	DAVID DO NASCIMENTO	INTEGRAL
09	DAVI DO NASCIMENTO	INTEGRAL
10	DENIZ RICHARDLEY PIERRE PAUL	INTEGRAL

11	DHOMINI YURI DOOS SANTOS BARROZO	INTEGRAL
12	GABRIELLY ZANELLA CIMAROSTI	INTEGRAL
13	GUILHERME SILVA DE OLIVEIRA	INTEGRAL
14	JANDIR GOMES DE ANDRADE JÚNIOR	INTEGRAL
15	JOÃO GABRIEL JESUS DE LIMA	INTEGRAL
16	LUCAS MARQUES DE SOUZA	INTEGRAL
17	LETÍCIA SANTANA DOS SANTOS	INTEGRAL
18	MARIA LUISA CARDOSO00 CHIAPPETTA	INTEGRAL
19	NICOLLY DAMACENA XAVIER	INTEGRAL
20	SAMOEL DE LIZ DAVID	INTEGRAL
21	VALENTINA MARIANH DUTRA PAULINO	INTEGRAL
22	THALIA OLIVEIRA DE SOUZA	INTEGRAL
23	ANTÔNIA SHOFIA ALVES DE LIMA	INTEGRAL
24	ARTHUR MAGENES BENTO	INTEGRAL
25	PIERRE WENYOU CRISTOFER ETIENNE	INTEGRAL
26	ARTHUR MAGENES BENTO	INTEGRAL

## G VI - Pré-Escola VESPERTINO

	Criança	Período
01	ALLAN ALMIR DA SILVA	VESPERTINO
02	BRUNO HENRIQUE MATTOS	VESPERTINO
03	BENJAMIN COSTA SILVA SANTOS	VESPERTINO
04	CECÍLIA DOS SANTOS ANJOS	VESPERTINO
05	ELSA DOS SANTOS SERENA	VESPERTINO
06	GUILHERME FERNANDE VIEIRA	VESPERTINO
07	HENRIQUE GABRIEL CHAVES DA SILVA	VESPERTINO
08	YUAN DE SOUZA DOS SANTOS	VESPERTINO
09	JAMILLY LUANA SANTOS	VESPERTINO
10	ISABELLY FARIAS MANOEL	VESPERTINO
11	LUIS FELIPE MEIRINHO FILHO	VESPERTINO
12	LUIS HENRIQUE SANTOS DE JESUS	VESPERTINO
13	LUDMILLA SOPHIA DE SOUZA	VESPERTINO
14	MIRELLE OLIVEIRA DA SILVA BATISTA	VESPERTINO
15	MATHEUS LUCAS CONCEIÇÃO OLIVEIRA	VESPERTINO
16	RAFAELLA DE JESUS SANTOS	VESPERTINO
17	RAFAELY DE SOUZA LIMA	VESPERTINO
18	RAYANI DA SILVA KAISER	VESPERTINO



19	WENDY CHISTOPHERE CHARLES	VESPERINO
20	KETILLIM EMANOELE DA SILVA	VESPERTINO
21	KAUÊ JANELLI DE AMORIM	VESPERTINO
22	VIVIAN RAFAELLI DOS SANTOS	VESPERTINO
23 24	VITÓRIA DE SOUZA DE ANDRADE JOSÉ DAVI TORQUATO DEPINÉ	VESPERTINO
24 25	VICENTE DIAS OLIVEIRA JOSÉ DAVI TORQUATO DEPINÉ	VESPERTINO VESPERTINO

## LISTA DE ESPERA 2018

## Grupo G III - MATERNAL

## INTEGRAL.

	Criança	Nascimento	Situação
01	ANA JULIA DA SILVA SOUZA	27/11/2015	Aguardando vaga está em outra escola
02	GABRIEL PEDRO	21/03/2016	Matriculada
03	GUSTAVO FAGUNDES SILVA	03/02/2016	Aguardando vaga mudou de cidade
04	ANGELINA JOSEFA	30/10/2015	Matriculada
05	HRUAN DAS NEVES ROCHA	12/06/2015	Aguardando vaga mudou de cidade
06	SAMUEL SIIVA FREITAS	22/04/2015	Aguardando vaga esta outra escola
07	LUDIMILLA CRUZ REGIS	27/03/2016	Aguardando vaga esta outra escola
08	DAVI J. BEZERRA	10/06/2015	Aguardando vaga Telefone não existe
09	JEFF STLOUIS PIERRE	24/02/2017	II
10	ANA ALICE	28/08/2015	II
11	VIVIANE	13/02/2016	II
12	MARIA VALENTINA	25/11/2016	II
13	LIVIA HELENA DOS SANTOS ALBINO	05/12/2016	II
14	VICTOR MATEUS M BORGES	25/02/2016	II
15	EMILLY SOUZA T BORGES	08/02/2017	II
16	JULIA DOS SANTOS ANJOS	21/04/2017	II
18	PEDRO DOS ANJOS PERREIRA	21/04/2017	II
19	KERVERNZ SAINTITUS PREVIL	05/07/2016	II
20	SHOPIA HELENA C SANTOS	24/11/2016	II
21	JENNEFER CARVALHO	27/02/2016	II
22	YURI ALENCAR	27/05/2016	II
23	SARA HELENA CONÇEIÇÃO	13/07/2016	II
24	ROBERT SOUZA DUS REIS	25/07/2016	II
25	LIVIA HELENA ALBINO	05/12/2016	II
26	VICTOR MATEUS DE QUADROS	25/02/2016	II
27	EMILLY SOUZA T DE QUADROS	08/02/2017	II
29			
30			
31			
32			
33			
34			

## Grupo – G IV I PERIODO

	Criança	Nascimento	Situação*
01	IZABEL VIEIRA DUTRA	14/01/2015	Aguardando vaga mudou de idade
02	GABRIEL HENRIQUE DA SILVA SOUZA	20/02/2015	Aguardando vaga Não atende telefone
03	DAVI DE SOUSA DOS SANTOS	11/11/2014	Aguardando vaga telefone na existe.
04	ALICE VENTURA DOS SANTOS	27/12/2015	Matriculada
05	LUCAS G.. DE ALMEIDA DA SILVA	22/08/2014	Aguardando vaga mudou de Cidade
06	KAUIANI LURDES DA SILVA	10/05/2014	Aguardando vaga não atende

07	LEANDRO FERREIRA JUNIOR	14/06/2014	Aguardando vaga esta em outra escola
08	LORENZO JOSÉ ANDRADE BARBOSA	08/018/2016	Aguardando vaga mudou de Cidade
09	LUMA VITORIA BARBOSA	06/05/2015	II
10	KALEBI RYAN MACHADO	09/09/2015	II
11	ISADORA FIGUEIREDO DA SILVA	25/08/2015	II
12	GREGORI FERREIRA	25/01/2016	II
13	EMANOELI VITORIA DE LIMA	10/07/2015	II
14	SHOPIA FERREIRA D PRAZERES	18/11/2015	II
15	YASMIM NUNES DE LIMA	02/07/2015	II
16	IMAEEL RENEN S SOUZA	11/12/2016	II
17	KAIQUE OAULO LUZ	08/04/2016	II
18	LIVIA MORENA P NASCIMENTO	15/06/2015	II
18	PABLO	18/12/2015	

## Grupo G - V II PERIODO

	Criança	Nascimento	Situação
01	SARA DE JESUS CORREA	31/12/2013	Aguardando vaga Está em outra escola
02	BÁRBARA DA SILVA GOULARTE	12/06/2014	Matriculada
03	LUCAS ALVES FERNANDES	17/11/2013	Aguardando vaga Está em outra escola
04	FREDSON ALEXANDRO	15/05/2015	II Esta em outra escola
05	DAVI EDUARDO ANJOS SILVA	05/09/2013	II
06	CAMILO DEMACENO BORGES	21/08/2014	II
07	SOFIA	01/10/2014	II
08	EMANOELLY CAVALHEIRO MEDINA	04/05/2014	II
09	MILENI	11/12/2015	II
10	LUIZ OTAVIO	07/02/2016	II
11	DAVI LUIZ	11/01/2014	II
12	DAVI NASCIMENTO	11/01/2014	II
13	CARLA ROSA DE OLIVEIRA	16/02/2015	II
14			

Grupo G - V I PRÉ-ESCOLA  
VESPertino

Criança	Nascimento	Situação
ANA FLAVIA A. ALBUQUERQUE	31/07/2012	Aguardando vaga Está em outra escola
MARIA LETICIA J. DA COSTA	11/07/2012	Aguardando vaga Está em outra escola
URIEL GUSTAVO DUARTE	23/11/2013	Aguardando vaga Está em outra escola
YASMIM RONALDI	12/11/2013	II
DAVI EDUARDO	05/09/2013	II
SOPHIA KARLA CORREA D SANTOS	01/10/2014	II
JORGE AUGUSTO VENTURO	09/12/2012	II
ANA CAROLINA GOLEMBEKS	24/05/2013	II
GUILHERME DO NASCIMENTO	12/08/2012	II
MARIA JULLYA SANTOS D SOUZA	21/11/2014	II

**QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS CONVENIADAS (ATUALIZADO EM 05/10/2018) NOME DA INSTITUIÇÃO: CENTRO DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO ESPERANÇA**

Publicação Nº 1775250

**QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS CONVENIADAS**  
(atualizado em 05/10/2018)

Nome da Instituição: CENTRO DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO ESPERANÇA  
 Endereço: Rua São Pedro, 1847, Areias, São José  
 Telefone: (48) 32463937  
 Diretor: Antônio Edison da Silva.

## CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
G3	3Anos à 3 Anos e 7 Meses	24	24			24
G4-A	3Anos e 8 Meses à 4 Anos e 3 Meses	24	24			24
G4-B	4Anos e 4 Meses à 5 Anos	24	24			24
TOTAL						72

## QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
G3	X / Integral
G4-A	X/ Integral
G4-B	X /Integral

## ATENDIMENTO ATUAL

## Grupo G3

	Criança	Período
01	Ana Clara Sambo de Mello	Integral
02	Alice Messias Gama	Integral
03	Ana Paula de Jesus da Silva	Integral
04	Davi Jacques Giacomelli	Integral
05	Davi Wagner Muzell Fagundes	Integral
06	Gabriel Henrique Alves de Alemida	Integral
07	Helena Gerlach Pereira	Integral
08	Helena Martins Florêncio	Integral
09	Heloisa Susin	Integral
10	Isabelly Cardoso da Cruz	Integral
11	José Vitor da Silva	Integral
12	Júlia de Souza Machado	Integral
13	Lara Haubert	Integral
14	LohanyMichelySchappo	Integral
15	Lucas Andrade da Silva	Integral
16	Luiz Estéfano dos Santos	Integral
17	Maria Clara Fernandes	Integral
18	Maria Eduarda Ferreira dos Santos	Integral
19	Mariele Antunes Estevam da Silva	Integral
20	Marcos Mateus Ferreira de França Farias	Integral
21	NicollyThibes da Silva	Integral
22	Pedro Henrique de Andrade Maria	Integral
23	Valentina Thomas Amaral	Integral
24	Yasmin Kemellyn dos Santos	Integral

## ATENDIMENTO ATUAL

## Grupo G4-A

	Criança	Período
01	Agatha da Cunha da Silva Goulart	Integral
02	Agatha Souza Oliveira	Integral
03	Aghata Luiza Gonçalves dos Santos	Integral
04	Ana Rita dos Santos	Integral
05	Arthur Nascimento de Souza	Integral
06	Benício de Souza	Integral
07	Bernardo Machado Souza	Integral
08	Breno Cardoso Antônio	Integral
09	Bryan Moreira	Integral
10	Davi Lucas da Silva Melo	Integral
11	Emanuelly Pereira Skierzinski da Costa	Integral
12	FrancynePatricia da Mora	Integral
13	Gabrieli Rodrigues Barbosa	Integral
14	Geovanna da Conceição Xavier	Integral
15	João Francisco Raulino de Souza	Integral

16	João Pedro Farias	Integral
17	Julia Fernandes Gorges	Integral
18	Letícia Dias da Rosa	Integral
19	Livia Rocha Daltoe Lucio	Integral
20	Lucca Eduardo Nunes	Integral
21	Maria Luiza de Medeiros	Integral
22	Pedro Henrique Matos CallaiAntunes	Integral
23	Samuel Souza Silva	Integral
24	Valentina da Rosa Cardoso	Integral

## ATENDIMENTO ATUAL

## Grupo G4-B

	Criança	Período
01	Ana Júlia da Rosa Cardoso	Integral
03	Ana CarolinaGolembiewski	
03	Aisha da costa Silva	Integral
04	André Luiz de Melo Vieira	Integral
05	Brayan Peres	Integral
06	Beatriz Santana Carlos	Integral
07	Emanuel Levi Nascimento Freitas	Integral
08	Gustavo Batista Griss	Integral
09	Heloisa Rafaeli da Silva Lomba	Integral
10	Heloise Stefani Bittencourt	Integral
11	Kaiquy Americano da silva	Integral
12	Laura Alves dos Santos	Integral
13	Letycia Barreto Ribeiro	Integral
14	Maria Eduarda Callegari de Moraes	Integral
15	Maria Sofia Lima Silva	Integral
16	Marcos Amaral Gonçalves	Integral
17	Matheus Ouriques	Integral
18	Matheus Sant'Ana Fernandes	Integral
19	ManuellaPironiKawalkiewicz	Integral
20	Rafaella Borges Gonçalves	Integral
21	Rennê Gabriel Nogueira de Lima	Integral
22	Sophia dos Santos Vieira	Integral
23	Victor de Oliveira Bolzan Griss	Integral
24	Victor Miguel Cardoso Souza	Integral

## LISTA DE ESPERA

## Grupo G3

	Criança	Nascimento	Situação
01	Manuella Souza Werch	28/09/2016	3 anos incompletos.
02	Eliza Gonzales Antunes	20/08/2014	Aguardando vaga
03	Isabele Vitória S. Melo	05/11/2015	Aguardando vaga
04	Gabriel F.Dias	21/08/2014	Aguardando vaga
05	Ana Carolina de Jesus	30/08/2014	Aguardando vaga
06	Laura Mendes Odaquiri	04/03/2014	Aguardando vaga
07	Beatriz da Silva Schussler	08/03/2015	Aguardando vaga
08	Stefany Francisco dos Santos	07/03/2015	Aguardando vaga
09	Davi Lucas	27/01/2015	Aguardando vaga

10	Davi Barreto Pereira	07/12/2015	Aguardando vaga
11	Nicolas M. Pereira	10/10/2014	Aguardando vaga
12	Miguel J. Silva	08/04/2015	Aguardando vaga
13	Elisa D. da Rosa	02/04/2015	Aguardando vaga
14	MeeylieFeedjnie	02/01/2015	Aguardando vaga
15	Bernardo Gonçalves	01/11/2014	Aguardando vaga
16	Hadassavalentina A. Oliveira	08/04/2015	Aguardando vaga
17	Vicente de Quadros Machado	20/02/2015	Aguardando vaga
18	Matheus S. Albuquerque	02/12/2015	Aguardando vaga
19	Yasmin Portela de Jesusu	28/04/2015	Aguardando vaga
20	Cecília matos Mendes	14/06/2015	Aguardando vaga
21	Ana Luiza Pereira	26/11/2014	Aguardando vaga
22	Júlia IbargoyenMessa	02/06/2015	Aguardando vaga
23	Noemi Maria dos Santos Barbosa	22/07/2015	Aguardando vaga
24	Valentina Rodrigues	12/05/2015	Aguardando Vaga
25	Miguel Machado de Freitas	15/08/2015	Aguardando vaga
26	Luiza Mariach Sampaio Dis	05/02/2016	Aguardando vaga
27	Henrique de Boris Moraes	11/06/2015	Aguardando vagza
28	Isaac Bernanrdinosakarella	04/09/2015	Aguardando vaga
29	Emanuel Mauricio Pires da Silva	19/06/2015	Aguardando vaga

## Grupo G4-A

	Criança	Nascimento	Situação
01	Victor Gabriel Lucas	10/03/2014	Aguardando vaga
02	Davi Correia	05/02/2014	Aguardando vaga
03	Emanuely Silva de Oliveira	30/12/2013	Aguardando vaga
04	Ana Clara de Melo	28/09/2014	Aguardando vaga
05	Letícia Vitória de Souza	07/04/2014	Aguardando vaga
06	Rodrigo Augusto de Lima	28/06/2014	Aguardando vaga
07	Pedro Heitor Gregório Amaral	04/12/2013	Aguardando vaga
08	Geovana Cristina de Quadras	11/11/2016	Aguardando vaga
09	Ana Clara de Oliveira Fernandes	09/09/2014	Aguardando vaga
10	Isis Gariela da Silva Cardoso	09/12/2013	Aguardando vaga
11	Jeniffer P. T. Silveira	15/08/2014	Aguardando vaga
12	Miguel S. Albuquerque	13/01/2014	Aguardando vaga
13	Miguel José Wenner Moreira	24/06/2014	Aguardando vaga

## Grupo G4-B

	Criança	Nascimento	Situação*
01	Isabelle Leona	13/06/2013	Aguardando vaga
02	Gabriela Rodrigues	19/08/2013	Aguardando vaga
03	Maria Eduarda Matias de Lima	14/05/2013	Aguardando vaga
04	Alex Vinicius	19/09/2013	Aguardando vaga
05	Cecília de Espindola Pereira de Araujo	13/06/2013	Aguardando vaga
06	Thalita Vitória S. Correia	08/12/2013	Aguardando vaga

## QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS CONVENIADAS (ATUALIZADO EM 10/10/2018) NOME DA INSTITUIÇÃO: AÇÃO SOCIAL DE BARREIROS

Publicação Nº 1775246

### QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS CONVENIADAS (atualizado em 10/10/2018)

Nome da Instituição: Ação Social de Barreiros  
Endereço: Rua Cândido Amaro Damásio, nº 700  
Telefone: (48) 3246-8600  
Presidente: Alceoni Berkenbrock

#### CRIANÇAS MATRICULADAS CEI ANJO DA GUARDA

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Berçário I	1 a 2 anos	15	15			15
Bercario II	1 a 2 anos	15	15			15
Maternal	2 a 3 anos	17	17			17
1º Período	3 a 4 anos	20	23			23
2º Período	4 a 5 anos	20	22			22
3º Período	5 a 6 anos	20	25			25
TOTAL						117

#### CRIANÇAS MATRICULADAS CEI NOSSA SENHORA DE LOURDES

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Maternal	2 a 3 anos	17	17			17
1º Período	3 a 4 anos	23	23			23
2º Período	4 a 5 anos	20	21			21
3º Período	5 a 6 anos	20	20			20
TOTAL						81

#### QUADRO DE VAGAS CEI ANJO DA GUARDA

Grupo	Vagas/Período
Berçário I	-
Berçário II	-
Maternal	-
1º Período	-
2º Período	-
3º Período	-

#### QUADRO DE VAGAS CEI NOSSA SENHORA DE LOURDES

Grupo	Vagas/Período
Maternal	-
1º Período	-
2º Período	-
3º Período	-

#### ALUNOS MATRICULADOS CEI ANJO DA GUARDA

Berçário I

	Criança	Período
01	Ana Lucia dos Santos de Oliveira	Integral
02	Anna Flor Borges	Integral
03	Emanuela Cardoso Matias de Lima	Integral
04	Gabriel da Silva Costa	Integral
05	Helena Antunes Ribeiro	Integral
06	Helena Faustino do Nascimento	Integral
07	Isadora Boherer Candido	Integral
08	João Luiz Freitas Almeida	Integral
09	Kauã Allan Martins Machado	Integral
10	Laryssa Ferreira Raulino	Integral
11	Maria Cecília Siqueira Rodrigues	Integral
12	Heloyza Nascimento Prestes	Integral
13	Miguel Madruga Salvador	Integral
14	Raphael de Oliveira Assunção	Integral
15	Samuel Henrique Oliveira da Silva	Integral

## Berçário II

	Criança	Período
01	Alice Gabrielly dos Santos	Integral
02	Arthur Guilherme Klein	Integral
03	Davi Linhares de Oliveira	Integral
04	Everton Santana	Integral
05	Geovani Rodrigues Oliveira de Camargo	Integral
06	João Henrique Paust de Oliveira	Integral
07	Joaquim de Oliveira D'Angelis	Integral
08	Kauan Moreira Rodrigues	Integral
09	Lavinia Madruga	Integral
10	Layza Vitória Ferreira Raulino	Integral
11	Marcos Eduarda Moraes de Souza	Integral
12	Maria Fernanda Jacobi Brazil	Integral
13	Maria Heloyza da Silva Pereira	Integral
14	Maria Laura Nunes Fernandes	Integral
15	Pyetro Chistionfer Machado da Silva	Integral

## Maternal

	Criança	Período
01	Adrian Pereira Vaz	Integral
02	Alexia Nicoly Paust Bloemer	Integral
03	Arthur Miguel Fernandes Camilo	Integral
04	Brenda Carolina Alves	Integral
05	Carlos Eduardo de Lara Duarte	Integral
06	Christofer Manoel Techeira de Lima	Integral
07	Enzo Fuck Gomes	Integral
08	Helena Kempner Xaviel	Integral
09	Herny Miguel Candeia	Integral
10	Hyago Bernardo Moraes Puli	Integral
11	Livia Fernandes Costa	Integral
12	Laura Kamily Soares Rosa	Integral
13	Laura Vitória dos Passos da Silva	Integral
14	Sophia Barrankievicz de Brito	Integral
15	Valentina Patrício Torres Rosa	Integral
16	Valentina Ribeiro Albino	Integral
17	Yasmin Candido de Sando	Integral

## 1º Período

	Criança	Período
01	Amabily Zimmermann	Integral
02	Aline Martins de Souza	Integral
03	Ana Cecília Costa Zuchi	Integral
04	Betina de Oliveira D Angelis	Integral



05	Davi Luis Damas Chaves	Integral
06	Guilherme de Souza Felisbino	Integral
07	Emanuela da Silva Vicente	Integral
08	Geovana Vidal Moraes	Integral
09	Hellen Eliza Gomes de Capistrano	Integral
10	João Lorenzo Silva dos Passos	Integral
11	Lavinia Fernandes do Nascimento	Integral
12	Maisa Nogueira de Oliveira	Integral
13	Maria Julia de Oliveira Mariano	Integral
14	Maryellen Santos Pereira	Integral
15	Matheus Henrique Stahnke Pereira	Integral
16	Michael Moreira Maia	Integral
17	Miguel da Silva Ribeiro	Integral
18	Mikaela Moreira da Silva	Integral
19	Kenzo Borges dos Santos	Integral
20	Nathan Felipe Bloemer	Integral
21	Pedro Luiz Freitas Almeida	Integral
22	Tainá Rocha Klunk	Integral
23	Vítor Gabriel de Vargas	Integral

## 2º Período

	Criança	Período
01	Analyce da Silva Anacleto	Integral
02	Ana Vitória da Silva Pereira	Integral
03	Aruanny Vitória Pereira de Araujo Rodrigues	Integral
04	Daniel Quirino de Camargo	Integral
05	Davi Luiz Borman Fernandes	Integral
06	Eduardo Corrêa Pereira	Integral
07	Ester Cardoso Matias de Lima	Integral
08	Isadora Batista	Integral
09	João Augusto dos Santos Rodrigues	Integral
10	José Otávio Trindade César de Araujo	Integral
11	Joana Oliveira Mariano	Integral
12	Júlia Lopes Corrêa	Integral
13	Kamyla Trombetta de Matos	Integral
14	Larissa Yasmin Vanini Siebre	Integral
15	Maria Lara Bitencourt Bloemer	Integral
16	Natalli Catarina Antunes	Integral
17	Nathally Tahemme Rosa da Silva	Integral
18	Samira Costa	Integral
19	Sophia Nathali de Souza Velho	Integral
20	Sofia Moreira dos Passos	Integral
21	Suyanne Victória Alves Moreira	Integral
22	Vitória Mariah Garcia Zander	Integral

## 3º Período

	Criança	Período
01	Adryan da Silva	Integral
02	Ana Beatriz dos Santos Rodrigues	Integral
03	Alicya Isabelli Moraes Puli	Integral
04	Alice Alcântara de Medeiros da Silva	Integral
05	Annelize Fernandes Jarcem	Integral
06	Bernardo Adenir Fernandes	Integral
07	Brayan Manoel Anastácio dos Santos	Integral
08	Catarina de Alcantara Pedrini	Integral
09	Emili Vitoria Mello de Jesus	Integral
10	Giovana dos Santos da Cruz	Integral
11	Henri Lucas Correa dos Santos	Integral
12	Isaac Arthur de Lara Duarte	Integral
13	Izadora de Varg	Integral
14	Júlia Fernandes Costa	Integral
15	João Vitor Klein	Integral

16	Kerolin Moreira Falcão Fortunato	Integral
17	Luis Agusto dos Santos	Integral
18	Maria Clara Silva	Integral
19	Maria Laura de Bittencourt Blomer	Integral
20	Maria Luiza Bloemer Ferreira	Integral
21	Maria Vitoria Soares Rosa	Integral
22	Pedro Gonçalves Franco	Integral
23	Rebeca Marân Amorim	Integral
24	Roberta dos Santos Oliveira	Integral
25	Vitória Alana Nogueira de Lima	Integral

## ALUNOS MATRICULADOS CEI NOSSA SENHORA DE LOURDES

## Maternal

	Criança	Período
01	Ana Clara Gama D`eça de Col	Integral
02	Augusto Ritter Theisen	Integral
03	Betina de Souza Meirelles	integral
04	Christian Rangel Costa Teles	Integral
05	Enzo Francisco Gonçalves	Integral
06	Gustavo Borges de Souza	Integral
07	Helena Chaves dos Santos	Integral
08	Isadora Pereira de Oliveira	Integral
09	João Gonçalves Ritter	Integral
10	Lara Izabelli Salum Antunes	Integral
11	Luiz Augusto Rodrigues de Souza	Integral
12	Luiza Lautert dos Santos	Integral
13	Miguel Levidson Beauciquot	Integral
14	Miguel Nascimento de Silveira	Integral
15	Nicolly Raissa Campos	Integral
16	Pedro Rosa Atarão	Integral
17	Rubens Leal Nogueira da Cunha	integral

## 1º Período

	Criança	Período
01	Ágatha Regina Reboatto Vieira	Integral
02	Andrey Oliveira Neyssinger	Integral
03	Arthur de Oliveira Mello	Integral
04	Arthur Gabriel Alves de Souza	Integral
05	Arthur Hauptli	Integral
06	Arthur Pinto Lucidório	Integral
07	Arthur Spinello dos Santos	Integral
08	Benjamin Ladvig Godoy	Integral
09	Bernardo Augusto da Silva	Integral
10	Diogo Pinto Ribeiro	Integral
11	Gabriel Rodrigues Back	Integral
12	Guilherme Borges de Souza	Integral
13	George Henrique Ferreira	Integral
14	Isadora Santos Nocetti	Integral
15	João Victor Bueno	Integral
16	Maria Júlia de Andrade Borges	Integral
17	Paulo Henrique Rosa da Silva	Integral
18	Rafaela Sumaia Ferreira Rodrigues	Integral
19	Sâmella Araújo de Almeida	Integral
20	Sofia Pereira Peppler	Integral
21	Valentina Fernandes dos Santos	Integral
22	Valentina da Silva Tavares	Integral
23	Vitória Maria Resende da Silva	Integral

## 2º Período

	Criança	Período
01	Arthur Fabiano Matos Teles	Integral
02	Bernardo Henrique Silva Camargo	Integral
03	Bianca Rosa Calixto	Integral
04	Daniel Pereira de Medeiros	Integral
05	Davi Luiz Teixeira	Integral
06	David Eduardo Machado Salum	Integral
07	Enzo de Oliveira Torres	Integral
08	Emily de Oliveira Torres	Integral
09	Gabriel Victor Mourão Lucio da Silva	Integral
10	Gabrielly Kaminski Fraga	Integral
11	Júlia Buzzi Vieira	Integral
12	Maria Eduarda Pedrosa Miranda	Integral
13	Mateus Cruz Ferreira	Integral
14	Milena da Rocha Oliveira	Integral
15	Moisés Henrique Crescêncio Bittencourt	Integral
16	Pedro Henrique Oliveira Rodrigues	Integral
17	Reynold Alberto de Freitas	Integral
18	Teófilo Janes José Sesa	Integral
19	Victor Enzo Fernandes Aguiar	Integral
20	Victor Hugo Rocha	Integral
21	Vivian Elias de Souza	Integral

## 3º Período

	Criança	Período
01	Alice Dias da Silva	Integral
02	Arthur Muniz da Silva	Integral
03	Beatriz de Melo	Integral
04	Davi Leite Ghilardi	Integral
05	Emanuella de Sant'Ana dos Santos	Integral
06	Gustavo Pereira Peppler	Integral
07	Harthur Andretti Wagner	Integral
08	João Gabriel Fontanella	Integral
09	João Pedro Demetrio da Silva	Integral
10	Julia Gonçalves Ritter	Integral
11	Karoline de Souza Silva	Integral
12	Laura Ágatha de Souza	Integral
13	Laysla Eva Pereira da Palma	Integral
14	Lucas Luiz Sarmento Júnior	Integral
15	Matheus Sarda Pereira	Integral
16	Misael Albino José Sesa	Integral
17	Pedro Henrique Kaminski Medeiros	Integral
18	Samuel Lopes da Costa Gois	Integral
19	Victor Muniz da Silva	Integral
20	Vinícius Costa Coelho	Integral

LISTA DE ESPERA CEI NOSSA SENHORA DE LOURDES  
ATUALIZADO EM 10/10/2018

## Maternal

	Criança	Nascimento	Situação
01	Stephany Cardoso de Souza Luiz	05/02/2015	Não tem interesse
02	Yuri Garcia Cristovão	16/12/2015	Matriculado
03	Pietra dos Santos Costa	07/09/2015	Não tem interesse
04	Augusto Ritter Theisen	07/06/2015	Matriculado
05	Maria Fernanda da Silva Lopes	28/10/2015	Não tem interesse
06	Gabriel Silveira de Souza	20/07/2015	Não tem interesse
07	Sophia Thomaz Ojeda	20/02/2016	Não tem interesse
08	Kaan de Souza Bonfim	18/12/2015	Não tem interesse
09	Pedro da Rosa Atarão	07/01/2016	Matriculado
10	Isadora Pereira de Oliveira	08/11/2016	Matriculado

11	Ana Clara Gama D`eça de Col	12/01/2016	Matriculado
12	Betina de Souza Meirelles	11/05/2016	Matriculado
13	Yasmin Fernandes Ferreira dos Santos	25/04/2016	Aguardando vaga
14	Alice Gabrielly dos Santos	07/05/2016	Aguardando vaga
15	Gustavo Texeira do Nascimento	21/09/2015	Aguardando vaga
16	Pedro Felipe Baldiseri	12/01/2016	Aguardando vaga
17	Enzo Gabriel	09/08/2015	Aguardando vaga
18	Vinycius Souza de Oliveira	21/01/2016	Aguardando vaga
19	Maria Clara G. Zimmermann	23/07/2015	Aguardando vaga
20	Aline Rodrigues de Bernardo	02/08/2016	Aguardando vaga
21	Daniel dos Santos Rodrigues	09/11/2015	Aguardando vaga

## 1º Período

	Criança	Nascimento	Situação
01	Maria Clara Correa Pedro	09/11/2014	Não tem interesse
02	Vitória Maria Resende da Silva	18/09/2014	Matriculado
03	Richard Freitas Martins	16/12/2014	Não tem interesse
04	Ana Júlia Vianna	13/05/2015	Não tem interesse
05	José Rodrigo Godinho	04/11/2014	Não tem interesse
06	Nataly Ferreira Pires	04/08/2014	Não tem interesse
07	Maria Júlia de Andrade Borges	21/04/2014	Matriculado
08	Arthur Hauptli	12/07/2014	Matriculado
09	Valentina da Silva Tavares	14/10/2014	Matriculado
10	Gabriel Rodrigues Back	02/08/2014	Matriculado
11	Lorenzo Garcia	11/10/2014	Matriculado
12	Davi de Souza Santos	11/11/2014	Não tem interesse
13	Mateus da Cruz Freitas	28/09/2014	Matriculado
14	George Henrique Ferreira	05/05/2015	Matriculado
15	Lucas Anderson dos Santos	22/09/2014	Não teve interesse
16	Artur S. dos Santos	09/04/2015	Matriculado
17	Perola V. Stamiski	06/07/2014	Aguardando vaga
18	Alice Andrade Palamar	26/05/2015	Aguardando vaga
19	Victoria Sousa Oliveira	30/01/2015	Aguardando vaga

## 2º Período

	Criança	Nascimento	Situação
01	Enzo de Oliveira Torres	29/08/2013	Matriculado
02	Emily de Oliveira Torres	29/08/2013	Matriculado
03	Vivian Elias de Souza	11/01/2014	Matriculado
04	Alice Silva Ramalho	23/05/2013	Não tem interesse
05	Gabriel Victor Mourão Lucio da Silva	05/12/2013	Matriculado
06	Daniel Pereira de Medeiros	12/11/2013	Matriculado
07	Livia Calil Dutra	05/07/2013	Não tem interesse
08	Wesley J. S. Oliveira	08/08/2013	Matriculado
09	Bianca Rosa Calixto	11/09/2013	Matriculado
10	Arthur Fabiano Matos Teles	26/11/2014	matriculado

## 3º Período

	Criança	Nascimento	Situação
01	Lorenzo da Cruz	31/12/2012	Não tem interesse
02	Marcos Paulo Lizandro de Oliveira	29/10/2012	Não tem interesse
03	Nicolly Ferreira Pires	11/01/2013	Não tem interesse
04	Laysla Eva Pereira da Palma	06/10/2012	Matriculado
05	Maria Laura Rabelo Mateus	01/09/2012	Não tem interesse
06	Beatriz de Melo	16/01/2013	Matriculado

LISTA DE ESPERA CEI ANJO DA GUARDA  
ATUALIZADO EM 10/10/2018

Berçário

	Criança	Nascimento	Situação
01	Gabriel da Silva Costa	15/02/2017	Matriculado
02	Alyce Griguc Gonçálves	25/08/2016	Matriculado
03	Emanuela Cardoso Matias de Lima	21/01/2017	Matriculado
04	Kemily dos Santos	05/02/2017	Não teve interesse
05	Kaíque dos Santos Romeiro	05/02/2017	Não teve interesse
06	Maria Cecília Siqueira Rodrigues	21/11/2016	Matriculada
07	Laura Crispim Kempner	17/06/2014	Não tem interesse
08	Helena Antunes Ribeiro	05/07/2017	Matriculado
09	Vitor Gabriel de Brito	22/06/16	Não tem interesse
10	Heloysa Nascimento Prestes	25/09/16	Matriculado
11	Helena Faustino do Nascimento	22/03/17	Matriculado
12	Kauan Moreira Rodrigues	11/07/16	Matriculado
13	Pyetro Christionfer	22/06/16	Matriculado
14	Isadora Boherer Candido	03/04/17	Matriculado
15	Laryssa Ferreira Raulino	21/01/17	Matriculado
16	Alice Gabriele dos Santos	07/05/2016	Matriculado
17	Raphael de Oliveira Assunção	21/12/2017	Matriculado
18	Valentina Moreira de Liz	18/07/2017	Aguardando vaga
19	Isadora de Amorim Jeronimo	08/06/2017	Aguardando vaga
20	Emanuelly Santos Brandão	28/08/2017	Aguardando vaga
21	Maria Eduarda da Silva	13/05/2017	Aguardando vaga

## Maternal

	Criança	Nascimento	Situação
01	Helena Kempner Xaviel	22/04/2016	Matriculado
02	Kenzo Borges dos Santos	11/09/2015	Matriculado
03	Manoel Lucas Mello de Brito	14/06/2015	Não tem interesse
04	Lavinia Madruga	10/08/2015	Matriculado
05	Davi Linhares de Oliveira	18/01/2016	Matriculado
06	Everton Santana	27/01/2016	Matriculado
07	Hellen Eliza Gomes de Capistrano	25/06/2015	Matriculado
08	Layza Vitória Ferreira Raulino	01/01/2016	Matriculado
09	Alexsandro Monteiro de Araujo da Silva	26/03/2016	Aguardando vaga

## 1º Período

	Criança	Nascimento	Situação
01	Guilherme de Souza Felisbino	14/08/2015	Matriculado
02	Maria Cecília Gurjão Barros	02/03/2015	Aguardando vaga

## 2º Período

	Criança	Nascimento	Situação
01	Glória Cavalheiro Galli	27/08/2013	Não tem interesse
02	Nathally Thaemme Rosa da Silva	29/10/2013	Matriculado
03	Maria Valentina Silva Bispo	02/04/2015	Aguardando vaga
04	Adriel Oliveira de Camargo	16/10/2013	Aguardando vaga

## 3º Período

	Criança	Nascimento	Situação
01	Guilherme Odilon do Nascimento	09/01/13	Matriculado
02	Maria Vitória Soares Rosa	27/11/12	Matriculado
03	Adryan da Silva	05/01/13	Matriculado
04	Vitor Rafael Riella dos Santos	22/06/12	Não tem interesse
05	Emilli Vitória Mello de Jesus	21/10/12	Matriculado

**QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS CONVENIADAS (ATUALIZADO EM 10/10/2018) NOME DA INSTITUIÇÃO: EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA**

Publicação Nº 1775254

**QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS CONVENIADAS**  
 (atualizado em 10/10/2018)

Nome da Instituição: Educandário Santa Catarina  
 Endereço: Rua João Grumiche, 755 – Roçado – São José - SC  
 Telefone: 48-32470877 / 48-991338104  
 Diretora: Cléa Duarte Raitz

**CRIANÇAS MATRICULADAS**  
 2018

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Maternal IIA	Nascidos após 31 de março 2016	22	X			22
Maternal IIB	Nascidos após 31 de março 2016	22	X			22
Maternal IIIA	Nascidos após 31 de março 2015	22	X			22
Maternal IIIB	Nascidos após 31 de março 2015	22	X			22
Maternal IIIC	Nascidos após 31 de março 2015	20	X			20
I Período A	Nascidos de janeiro à 31 de março 2015 Nascidos após 31 de março de 2014	23	X			23
I Período B	Nascidos de janeiro à 31 de março 2015 Nascidos após 31 de março de 2014	23	X			23
I Período C	Nascidos de janeiro à 31 de março 2015 Nascidos após 31 de março de 2014	23	X			23
II Período A	Nascidos de janeiro a março 2014 Nascidos depois de 31 de março 2013	21	X			21
II Período B	Nascidos de janeiro a março 2014 Nascidos depois de 31 de março 2013	25	X			25
II Período C	Nascidos de janeiro a março 2014 Nascidos depois de 31 de março 2013	25	X			25
II Período D	Nascidos de janeiro a março 2014 Nascidos depois de 31 de março 2013	24	X			24
III Período A	Nascidos de janeiro a 31 de março 2013 Nascidos depois de março 2012	25	X			25
III Período B	Nascidos de janeiro a 31 de março 2013 Nascidos depois de março 2012	25	X			25
III Período C	Nascidos de janeiro a 31 de março 2013 Nascidos depois de março 2012	20	X			20
III Período D	Nascidos de janeiro a 31 de março 2013 Nascidos depois de março 2012	25	X			25
TOTAL		367				367

**QUADRO DE VAGAS**

Grupo	Vagas/Período Integral
Maternal IIA	1
Maternal IIB	0

Maternal IIIA	0
Maternal IIIB	0
Maternal IIIC	0
I Período A	0
I Período B	0
I Período C	0
II Período A	0
II Período B	2
II Período C	2
II Período D	1
III Período A	0
III Período B	1
III Período C	0
III Período D	2

## ATENDIMENTO ATUAL

### MATERNAL II A

	Criança	Período
1	Arthur Ferreira Braz	INTEGRAL
2	Arthur Laudelino Elias	INTEGRAL
3	Asafe Michel Nascimento Santos	INTEGRAL
4	Benjamin Souza Lemos Bonifácio	INTEGRAL
5	Helena Flores Fraga	INTEGRAL
6	João Henrique Silva	INTEGRAL
7	Joaquim Oliveira da Silva	INTEGRAL
8	Kamilly Mariano Vieira	INTEGRAL
9	Livia Gomes dos Santos	INTEGRAL
10	Luna Costa Soares	INTEGRAL
11	Marcela Oliveira Chimendes	INTEGRAL
12	Marcella Sanches Trilha	INTEGRAL
13	Maria Vitória Costa	INTEGRAL
14	Matheus Farias da Costa	INTEGRAL
15	Michel Henrique Rosa Sousa	INTEGRAL
16	Miriã Araujo das Virgens	INTEGRAL
17	Nicolay Ramos Amaral	INTEGRAL
18	Pedro Henrique Vieira Schimidt	INTEGRAL
19	Sophia de Sena Bitencourt	INTEGRAL
20	Theo Bento Vieira Miranda da Silva	INTEGRAL
21	Yasmin Martins de Farias	INTEGRAL
22		

### MATERNAL II B

	Criança	Período
1	Alice Jummes Juttel	INTEGRAL
2	Ana Luiza Boemer Martins	INTEGRAL
3	Cecília Araujo Santos	INTEGRAL
4	Christopher Castelhana Felizardo	INTEGRAL
5	Dandara Alice Sousa da Silva	INTEGRAL
6	Davi Binhotte Contini	INTEGRAL
7	Eloisa dos Santos Knaut	INTEGRAL
8	Emilly Momoli Duarte	INTEGRAL
9	Estevão Rodrigues da Silva	INTEGRAL
10	Helena Muruzzi Machado	INTEGRAL
11	João Gabriel Ferri de Matos	INTEGRAL
12	Larissa Rodrigues	INTEGRAL
13	Manuely Isadora da Silva Schmitt	INTEGRAL
14	Maria Lívia Fernandes de Jesus	INTEGRAL
15	Mariah Soares Rodrigues	INTEGRAL
16	Matheus dos Anjos Floriano	INTEGRAL
17	Miguel da Silva Péres	INTEGRAL
18	Mirela Paim de Moraes	INTEGRAL
19	Pedro Henrique Vieira Kucyk	INTEGRAL
20	Pedro Lucca Bertazzon Florentino	INTEGRAL



21	Sophia de Melo Fernandes da Costa	INTEGRAL
22	Theo de Alencar de Freyn	INTEGRAL

## MATERNAL III A

	Criança	Período
01	Alice de Moura Pereira	INTEGRAL
02	Clarice Xavier Martins	INTEGRAL
03	Davi dos Santos Furtado	INTEGRAL
04	Eduardo Rodrigo Schvambach	INTEGRAL
05	Gabrielly dos Santos Freitas	INTEGRAL
06	Heitor Rodrigues do Nascimento	INTEGRAL
07	Isadora Raultemberg Ferreira	INTEGRAL
08	João Vitor Ziegler Maia	INTEGRAL
09	José Vitor Souza da Silveira	INTEGRAL
10	Kauã de Moraes Lopes	INTEGRAL
11	Leonardo Simões Castro	INTEGRAL
12	Leticia de Mello	INTEGRAL
13	Lívia Batisti Schreiber	INTEGRAL
14	Lívia da Cunha Crispim	INTEGRAL
15	Luiza Fernandes Machado	INTEGRAL
16	Nathan Laurindo Meneghel Innocente	INTEGRAL
17	Noah Corrêa	INTEGRAL
18	Olson Sauveur Romain	INTEGRAL
19	Sophia Zorzetto Assis dos Reis	INTEGRAL
20	Vitor Gabriel de Melo Oliveira	INTEGRAL
21	Yago Pereira de Andrade	INTEGRAL
22	Yasmim Leal	INTEGRAL

## MATERNAL III B

	Criança	Período
01	Ana Luisa Farina Lamarque	INTEGRAL
02	Antônia Moreira Goulart	INTEGRAL
03	Arthur Adriano da Silva	INTEGRAL
04	Aylla Furtado Beppler	INTEGRAL
05	Bernardo Corrêa Raimundo	INTEGRAL
06	Bernardo Maçaneiro Vieira	INTEGRAL
07	Davi Ribeiro de Castro de Jesus	INTEGRAL
08	Heloísa Laurindo Pacheco	INTEGRAL
09	Henrique Ribeiro Duarte	INTEGRAL
10	Henry Bonetti Silveira	INTEGRAL
11	Isabela Rocha de Melo	INTEGRAL
12	João Pedro Souza da Silveira	INTEGRAL
13	Lara da Cunha Crispim	INTEGRAL
14	Lívia Martins Adriano	INTEGRAL
15	Luiza Valentina Dias Lessa	INTEGRAL
16	Maria Eduarda Anhaia Nascimento	INTEGRAL
17	Raiana da Rosa dos Santos	INTEGRAL
18	Rita de Cássia da Silva de Lima	INTEGRAL
19	Sara Aparecida Vieira	INTEGRAL
20	Théo Henrique Garcia Cardoso	INTEGRAL
21	Théo Vieira Fouchy	INTEGRAL
22	Valentina Vitória Miranda da Silva	INTEGRAL

## MATERNAL III C

	Criança	Período
01	Benício Pissolatto Sartorato	INTEGRAL
02	Bruno Hernesto Ayala Bitencourt	INTEGRAL
03	Henrique Erhardt Kreusch	INTEGRAL
04	Henrique Wilvert Souto	INTEGRAL
05	Isabela Lohn Schlosse	INTEGRAL
06	Izis Cardoso Guimarães	INTEGRAL
07	José Augusto Montenegro	INTEGRAL
08	Lívia Folster Melcher	INTEGRAL

09	Lorrana Conceição da Silva	INTEGRAL
10	Luan Duarte Cipriano	INTEGRAL
11	Luiz Fernando Sanches Candido	INTEGRAL
12	Marco Antônio Pinto	INTEGRAL
13	Maria Julia de Souza Meneghelli	INTEGRAL
14	Matheus dos Santos Názario	INTEGRAL
15	Miguel Cordeiro de Oliveira Luiz	INTEGRAL
16	Miguel Leite Rocker	INTEGRAL
17	Mirelly Fidel dos Santos	INTEGRAL
18	Thaysa Helena Silva	INTEGRAL
19	Valentina Sanches Trilha	INTEGRAL
20	Victor Fernando Daniel Fernandes	INTEGRAL

## I PERÍODO A

	Criança	Período
01	Anthony Santana Lopes dos Santos	INTEGRAL
02	Beatriz Xavier Barbosa	INTEGRAL
03	Benjamim Duarte Leal	INTEGRAL
04	Bryan Probst da Silva	INTEGRAL
05	Christopher Bryan Batista de Souza	INTEGRAL
06	Dérick Henrique Favero Cordero	INTEGRAL
07	Everton Teixeira de Moraes	INTEGRAL
08	Helena Salvador Ribeiro	INTEGRAL
09	Heloísa Vieira Romão	INTEGRAL
10	Iasmin de Oliveira Mohr de Carvalho	INTEGRAL
11	João Pedro dos Santos Bahia Fonseca	INTEGRAL
12	Leonardo Majeski Bertossi Mamel	INTEGRAL
13	Luís Gustavo Mariano Costa	INTEGRAL
14	Luiz Gustavo Mendes Alvares	INTEGRAL
15	Manuela Espezim Martins	INTEGRAL
16	Maria Eduarda de Resendes Assunção	INTEGRAL
17	Matheus Henrique França	INTEGRAL
18	Melissa Oliveira Chimendes	INTEGRAL
19	Misael Varela	INTEGRAL
20	Sofia Lemos da Silva	INTEGRAL
21	Théo Souza Botega Magagnin	INTEGRAL
22	Thiago Viana	INTEGRAL
23	Tiffany Regina Lima	INTEGRAL

## I PERÍODO B

	Criança	Período
01	Anny Caroline Alexandre da Silva	INTEGRAL
02	Arthur Henrique Schmitt da Silva	INTEGRAL
03	Arthur Silva Matos	INTEGRAL
04	Bernardo Surdi de Melo	INTEGRAL
05	Felipe Gabriel Pessoa	INTEGRAL
06	Gabriel Vieira Debona	INTEGRAL
07	Heloísa de Jesus Ferreira	INTEGRAL
08	Isadora Chaves Mota	INTEGRAL
09	Ítalo de Assis de Freyn	INTEGRAL
10	João Luiz de Souza	INTEGRAL
11	Larissa Nunes dos Santos	INTEGRAL
12	Letícia da Costa Reginaldo	INTEGRAL
13	Maria Clara P. Siqueira	INTEGRAL
14	Mateus Luiz da Silva	INTEGRAL
15	Mélody Cavalheiro Teixeira	INTEGRAL
16	Mighel Lehon Rodrigues	INTEGRAL
17	Miguel Borges Meurer	INTEGRAL
18	Paola Bernardini	INTEGRAL
19	Patrícia Medeiros Wagenfuhr Ramos Matos	INTEGRAL
20	Rhuan Corrêa Raimundo	INTEGRAL
21	Ruan Antonello da Costa	INTEGRAL
22	Valentina da Silva Alflen	INTEGRAL

23	Yasmin Antunes Silva	INTEGRAL
----	----------------------	----------

## I PERÍODO C

	Criança	Período
01	André Beppler	INTEGRAL
02	Antonella Magrini Szumanski	INTEGRAL
03	Antonella Pereira Thiesen	INTEGRAL
04	Antônia da Rosa da Cunha	INTEGRAL
05	Ari Pera Neto	INTEGRAL
06	Ashley Barbosa Silveira	INTEGRAL
07	Davi Lucas Becker Heiderscheidt	INTEGRAL
08	Geovani Lopes Cardoso	INTEGRAL
09	Isabela da Silva Neckel	INTEGRAL
10	Jadson Rosa de Oliveira	INTEGRAL
11	Júlia Kamilly Vieira Kucyk	INTEGRAL
12	Kauê Enrico Lopes Costa	INTEGRAL
13	Laura de Souza	INTEGRAL
14	Luisa Azevedo Nascimento	INTEGRAL
15	Luiz Felipe Amorim	INTEGRAL
16	Maria Júlia Queiroz Ferreira	INTEGRAL
17	Nathalia Martins de Farias	INTEGRAL
18	Nathan Farinetti da Silva	INTEGRAL
19	Pedro Henrique de Oliveira	INTEGRAL
20	Rebeca de Sousa Lima	INTEGRAL
21	Samuel Ribeiro de Moraes	INTEGRAL
22	Vitória do Nascimento Caciano Barcellos	INTEGRAL
23	Ygor Vinícius Baptista França	INTEGRAL

## II PERÍODO A

	Criança	Período
01	André Mateus Carvalho da Silva	INTEGRAL
02	Arthur Cardoso Batista	INTEGRAL
03	Arthur Rocha Santos	INTEGRAL
04	Breno da Silva Celestino	INTEGRAL
05	Camila Vieira de Carvalho dos Santos	INTEGRAL
06	Daniela Amorim da Silva	INTEGRAL
07	Davi Corrêa	INTEGRAL
08	Eduardo Espíndola Bento	INTEGRAL
09	Gabriel dos Santos Ferreira	INTEGRAL
10	Gabriel Vieira de Sousa	INTEGRAL
11	Isac Jaques Marafigo	INTEGRAL
12	Jayandra Adão Masson	INTEGRAL
13	Kayke de Bairros dos Santos	INTEGRAL
14	Letícia Silva	INTEGRAL
15	Luan da Cruz Gonçalves	INTEGRAL
16	Maria Eduarda Schwarz	INTEGRAL
17	Maria Helenna dos Santos Nunes	INTEGRAL
18	Maria Raphaella Gregório Alves	INTEGRAL
19	Pedro Lohn da Silva	INTEGRAL
20	Valentina Rosa Perin	INTEGRAL
21	Vitor Zen Wagner	INTEGRAL

## II PERÍODO B

	Criança	Período
01	Beatriz Régis Eleoterio	INTEGRAL
02	Cristian Eduardo Ignacio Paz	INTEGRAL
03	Daniel Ferreira Machado	INTEGRAL
04	Davi Gabriel Adalmo de Souza Lopes	INTEGRAL
05	Enzo Vinícius Silva da Fontoura	INTEGRAL
06	Gabriela Anhaia Schmitz	INTEGRAL
07	Giovana dos Santos Kuhn	INTEGRAL
08	João Vithor Marques Rodrigues	INTEGRAL
09	Joicy Rosa da Silva	INTEGRAL

10	Kaíque Vitoria de Jesus	INTEGRAL
11	Larissa Alves Nogueira	INTEGRAL
12	Lucas Cardoso	INTEGRAL
13	Lucas Ferreira	INTEGRAL
14	Luís Felipe da Silva Valentim de Melo	INTEGRAL
15	Maria Julia Lopes de Jesus	INTEGRAL
16	Miguel Filipe Nunes de Souza	INTEGRAL
17	Miguel Raimundo Mallmann	INTEGRAL
18	Nicolas Eduardo Dias da Cunha	INTEGRAL
19	Nicollas de Souza	INTEGRAL
20	Pablo Ryan de Alencar Lima	INTEGRAL
21	Renato Conrado Pereira de Araújo Dias	INTEGRAL
22	Thiago Fernando Pinheiro da Silva	INTEGRAL
23	Victor Duarte da Rosa	INTEGRAL
24		
25		

## II PERÍODO C

	Criança	Período
01	Ágatha Martins Munzfeld	INTEGRAL
02	Alice Cardoso Faccio Albano	INTEGRAL
03	Alice de Mello Duarte	INTEGRAL
04	Ana Carolina Calliari de Sousa	INTEGRAL
05	Antony Júlio Felizardo	INTEGRAL
06	Arthur Coimbra Peixoto	INTEGRAL
07	Arthur Prado Santos	INTEGRAL
08	Beatriz Dias dos Santos	INTEGRAL
09	Bernardo Carvalho da Silva	INTEGRAL
10	Enzo Freitas de Souza	INTEGRAL
11	Fabício Vieira Martins Junior	INTEGRAL
12	Fernando do Nascimento Caciano Barcellos	INTEGRAL
13	João Miguel Bourdot Francio	INTEGRAL
14	José Otávio de Souza Amaral	INTEGRAL
15	Kaíque Bryan Antunes	INTEGRAL
16	Lívia Angillo Bonet	INTEGRAL
17	Lucca Duarte da Rosa	INTEGRAL
18	Luiz Miguel Rosa Batista da Silva	INTEGRAL
19	Maria Luiza Brandão Kusma	INTEGRAL
20	Nicolas Gonzaga Moldenhauer	INTEGRAL
21	Nícolas Teixeira Zimmermann	INTEGRAL
22	Sophia de Souza Müller	INTEGRAL
23	Yohanna Lemos dos Santos	INTEGRAL
24		
25		

## II PERÍODO D

	Criança	Período
01	Aghata Cristina Martins Freitas	INTEGRAL
02	Ana Laura Silva Gomes	INTEGRAL
03	Aquiles Emanuel Nascimento Santos	INTEGRAL
04	Arthur Drescher Pereira	INTEGRAL
05	Arthur Rodrigues Cambuzzi	INTEGRAL
06	Benjamin Siqueira Machado	INTEGRAL
07	Bianca de Moura Borges	INTEGRAL
08	Davi Rodrigues Seidler	INTEGRAL
09	Emille Pereira da Silva	INTEGRAL
10	Enzo Thauan A Silva	INTEGRAL
11	Erick de Souza	INTEGRAL
12	Gustavo Scherer da Silva	INTEGRAL
13	Isabella Moreira Duarte	INTEGRAL
14	José Marcos Alves	INTEGRAL
15	Ketura Yousemarlie	INTEGRAL
16	Laura Llorente	INTEGRAL

17	Leonardo dos Santos Olípiã	INTEGRAL
18	Michel Cordeiro de Oliveira Luiz	INTEGRAL
19	Nicolas de Abreu Feleti	INTEGRAL
20	Nicole Messias e Silva	INTEGRAL
21	Pedro Henrique da Silva Kopsel	INTEGRAL
22	Valentina Vitória Evaristo Teixeira	INTEGRAL
23	Vinicius Cardoso Nunes	INTEGRAL
24		

## III PERÍODO A

	Criança	Período
01	Ana Clara de Lima Taborda	INTEGRAL
02	Ana Karolinny de Assis de Freyn	INTEGRAL
03	Bernardo Antonio de Oliveira de Souza	INTEGRAL
04	Bianca Pereira Fogaça	INTEGRAL
05	Caio Ferreira Viana	INTEGRAL
06	Gabriela Costa Barcelos	INTEGRAL
07	Gustavo de Lacerda de Andrade	INTEGRAL
08	Haymeê Cordeiro Teixeira	INTEGRAL
09	Helen Pereira Schweitzer	INTEGRAL
10	Henrique Freitas da Rosa	INTEGRAL
11	Henrique Prietoni de Andrade	INTEGRAL
12	Isabele de Oliveira	INTEGRAL
13	Isaque Félles Wawcziniak	INTEGRAL
14	Kauã Diomar Machado	INTEGRAL
15	Maria Fernanda do Nascimento Caciano Barrellos	INTEGRAL
16	Maria Júlia Dias Ramos	INTEGRAL
17	Milleny Moraes Lima	INTEGRAL
18	Murilo dos Santos Cipriano	INTEGRAL
19	Nathália Koerich	INTEGRAL
20	Rafael Januário da Silva do Nascimento	INTEGRAL
21	Sophia Dias de Oliveira	INTEGRAL
22	Vitória Daniel de Souza	INTEGRAL
23	Vitória Farinetti da Silva	INTEGRAL
24	Yasmim da Silva do Nascimento	INTEGRAL
25	Yuri Fraga Viola	INTEGRAL

## III PERÍODO B

	Criança	Período
01	Ana Francisca Vieira da Silva	INTEGRAL
02	Ana Paula Alves Fermiano	INTEGRAL
03	Beatriz de Souza Oliveira	INTEGRAL
04	Brenda Marcos Canfild	INTEGRAL
05	Davi Barbosa da Silveira	INTEGRAL
06	David Lucca de Andrade Pereira	INTEGRAL
07	Edlaine Ribeiro de Lima	INTEGRAL
08	Emily Amélia Peruzo	INTEGRAL
09	Evellyn Teixeira de Moraes	INTEGRAL
10	Isabelli de Souza Fontella	INTEGRAL
11	Isabely Fidelis Costa	INTEGRAL
12	João Wesley Damazio Matilde	INTEGRAL
13	Kauany Braz Muraro	INTEGRAL
14	Kawany Emanuelle Raupp	INTEGRAL
15	Letícia Helena da Silva	INTEGRAL
16	Marcielly de Abreu Silva	INTEGRAL
17	Matheus Steffens Rossa	INTEGRAL
18	Miguel Rodrigues Goulart de Melo	INTEGRAL
19	Paolla dos Santos Silveira	INTEGRAL
20	Rafael Lopes Cardoso	INTEGRAL
21	Renan de Campos Bernardo	INTEGRAL
22	Stefany Matias Péres Prudêncio	INTEGRAL
23	Vitor Lorenzo Luiz	INTEGRAL
24	Vitória Gomes Mendes	INTEGRAL

25

## III PERÍODO C

	Criança	Período
01	Alice Beppler Honório	INTEGRAL
02	Alice Camargo Bautista Orellano	INTEGRAL
03	Andrey Fernandes Simas	INTEGRAL
04	Asafe Costa Barcelos	INTEGRAL
05	Bernardo Bourdot Dias	INTEGRAL
06	Davi Berns Medeiros	INTEGRAL
07	Eduardo Antonio Marian	INTEGRAL
08	Heverton Barros da Silva Gomes	INTEGRAL
09	João Victor Rosa Carvalho	INTEGRAL
10	Keven Leandro da Silva Tasca	INTEGRAL
11	Livia Zen Wagner	INTEGRAL
12	Lucas Henrique de Souza Ramos	INTEGRAL
13	Maicon Guedes Alves	INTEGRAL
14	Maria Eliza Monteiro Gomes	INTEGRAL
15	Michely Cordeiro de Oliveira Luiz	INTEGRAL
16	Nicolas Ferreira Vargas	INTEGRAL
17	Pietro Luiz Pazine	INTEGRAL
18	Vinícius Vrubliescki	INTEGRAL
19	Yan Borowski de Souza	INTEGRAL
20	Ysabelli Bueno de Oliveira	INTEGRAL

## III PERÍODO D

	Criança	Período
01	Ahmed Oumar Diouf	INTEGRAL
02	Alice de Melo Nascimento	INTEGRAL
03	Arthur Rosenbrock Rosa	INTEGRAL
04	Arthur Zilli Nunes	INTEGRAL
05	Beatriz da Silva Paim	INTEGRAL
06	Beatriz Di Bernardi Sastre	INTEGRAL
07	Benício Medeiros Wagenfuhr Ramos Matos	INTEGRAL
08	Eduardo Henrique Borges Soares	INTEGRAL
09	Emanuel Martins Vasconcellos	INTEGRAL
10	Isabely Vitória Santos Thomassen	INTEGRAL
11	Isadora de Azevedo Valadão	INTEGRAL
12	Isadora Gonçalves Schmidt	INTEGRAL
13	João Pedro Pinto	INTEGRAL
14	Lucas Adilson Pacheco Starosky	INTEGRAL
15	Luís Henrique do Nascimento	INTEGRAL
16	Mel Souza Canarins	INTEGRAL
17	Náthalli Rosa Gonçalves	INTEGRAL
18	Nicolas Barbosa	INTEGRAL
19	Pedro Henrique Sell Gomes	INTEGRAL
20	Rafaella Matos de Andrade	INTEGRAL
21	Sallys Francisco Queiroz do Nascimento	INTEGRAL
22	Sara Ribeiro de Moraes	INTEGRAL
23	Yasmin Nikolle Ayala Bitencourt	INTEGRAL
24		INTEGRAL
25		

## LISTA DE ESPERA

## Maternal II

	Criança	Nascimento	Situação*
1	Yasmin Pacheco Martins	27/09/16	Matriculado
2	Amabile Scarpini Cordeiro	14/12/16	Aguardando vaga
3	Isis de Souza Muller	13/09/16	Aguardando vaga
4	Ryan Luiz de Souza	07/09/16	Aguardando vaga
5	Rebeca Veiga de Rocco	19/01/17	Aguardando vaga

6	Miguel Vicente Acácio de Oliveira	06/03/17	Aguardando vaga
7	Pedro Angillo Bonett	11/03/17	Aguardando vaga
8	Annie Souza de Negreiros	13/01/17	Aguardando vaga
9	Arthur de Castro Bunn	29/03/17	Aguardando vaga
10	Maria Alice Machado Dolberth	24/02/17	Aguardando vaga
11	Geovana Sofia Machado	09/04/16	Aguardando vaga
12	Maria Alice de Assis	01/08/16	Aguardando vaga
13	Dandara dos Santos	17/11/16	Aguardando vaga
14	Nicolas Silva N S	30/04/16	Aguardando vaga
15	Lohan S N Serafm	30/04/16	Aguardando vaga
16	Kailane Maria N Martins	10/06/16	Aguardando vaga
17	Joaquim Kriquer Hoffmam	28/06/16	Aguardando vaga
18	Matheus A Z Santos	25/11/16	Aguardando vaga
19	Emily G Bispo	05/07/16	Aguardando vaga
20	Theo Lorenzo B Minas	11/09/16	Aguardando vaga
21	Maria Eduarda	06/05/16	Aguardando vaga
22	Livia Abreu	05/08/16	Aguardando vaga
23	Allycia E da Silva	07/08/16	Aguardando vaga
24	Ana Carla B Oliveira	??/07/16	Aguardando vaga
25	Lucas G Almeida	22/08/16	Aguardando vaga
26	Luiz Henrique	26/06/16	Aguardando vaga
27	Bernardo F Melo	04/04/16	Aguardando vaga
28	Daniele S Alves	03/06/16	Aguardando vaga
29	Miguel J Cherem	09/05/16	Aguardando vaga
30	Richardley Fabre	29/11/16	Aguardando vaga
31	Isadora O. Gabriel	17/08/16	Aguardando vaga
32	Valentina Wess M	20/09/16	Aguardando vaga
33	José Arthur S da Silva	09/12/16	Aguardando vaga
34	Eliabe M Souza	16/10/16	Aguardando vaga
35	Vitor Hugo C Teixeira	26/07/16	Aguardando vaga
36	Eloisa Nascimento	10/06/16	Aguardando vaga
37	Alice P M Silva	15/04/16	Aguardando vaga
38	Raul Gomes Melgarejo	04/05/16	Aguardando vaga
39	Henrique O. Cunha	19/11/16	Aguardando vaga
40	Maria Alice Schneider -	21/11/16	Aguardando vaga
41	Marina de Campos Domingues	03/05/16	Aguardando vaga
42	Samuel da Cunha	31/12/16	Aguardando vaga
43	Rafael Santana Fernandes	18/01/17	Aguardando vaga
44	Maria Antonia Rosa de Souza G.	08/05/16	Aguardando vaga
45	João Marcos Pereira Justino	09/06/16	Aguardando vaga
46	Mariana Machado de Souza	17/12/16	Aguardando vaga
47	Antonella Belucci Didonenico	16/01/17	Aguardando vaga
48	Yasmin Dimas Batista	04/05/16	Aguardando vaga
49	Bryan da Silva Borges	02/10/16	Aguardando vaga
50	João Vitor Raupp	19/04/16	Aguardando vaga
51	Maria Eduarda Fernandes da Silva	03/11/16	Aguardando vaga
52	Ivy Duarte	23/11/16	Aguardando vaga
53	Felipe R. de Oliveira	16/03/17	Aguardando vaga
54	Rebeca Kubiach da Silva	28/06/16	Aguardando vaga
55	Meliza Lauane S. Monteiro	27/05/16	Aguardando vaga
56	Isadora Soares Silva	04/05/16	Aguardando vaga
57	Melissa Ferreira Padilha	23/01/16	Aguardando vaga
58	Willian Zanella Junior	08/04/17	Aguardando vaga
59	Ana Caroline Aguiar	05/06/16	Aguardando vaga
60	Louise de Souza Mota	26/05/16	Aguardando vaga
61	Gean Filipe S. de Oliveira	04/04/16	Aguardando vaga
62	Manuela Castiglioni Ladislau	20/12/16	Aguardando vaga
63	Arthur Pinto de Lima	13/09/16	Aguardando vaga
64	Alice S. Rodolfo	19/12/16	Aguardando vaga
65	Helena S. Rodolfo	19/12/16	Aguardando vaga
66	Yago Luiz Bosqueti	09/08/16	Aguardando vaga
67	Tiago Vieira dos Santos	22/05/16	Aguardando vaga
68	Theo Augusto M. Catarina	27/10/16	Aguardando vaga



	Ysadora de Oliveira Gabriel	17/08/16	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
	Derick Kaynan de Souza da Silva	02/02/17	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro

## Maternal III

	Nome da criança	Data de nascimento	Situação
1	Henrique Wilvert Souto	08/12/15	Matriculado
2	Victor Fernando Daniel Fernandes	15/09/15	Matriculado
3	Gustavo Marques de Souza	31/05/15	Matriculado
4	Henrique Erhardt Kreusch	15/07/15	Matriculado
5	Lorrana Conceição da Silva	11/05/15	Matriculada
6	Miguel Leite Rocker	20/10/15	Matriculado
7	Benício Pissolatto Sartorato	25/09/15	Matriculado
8	José Augusto Montenegro	26/05/15	Matriculado
9	Valentina Sanches Trilha	07/07/15	Matriculada
10	Mirelly Fidel dos Santos	11/06/15	Matriculada
11	Luiz Fernando Sanches Candido	04/10/15	Matriculado
12	Miguel Cordeiro de Oliveira Luiz	15/09/15	Matriculada
13	Thaysa Helena Silva	31/10/15	Matriculado
14	Isabela Lohn Schlosser	08/03/16	Matriculada
15	Izís Cardoso Guimarães	29/03/16	Matriculada
16	Matheus dos Santos Nazario	15/03/16	Matriculado
17	Bruno Hernesto Ayala Bitencourt	19/02/16	Matriculado
18	Marco Antônio Pinto	01/02/16	Matriculado
19	Livia Folster Melcher	26/10/15	Matriculado
20	Maria Julia de Souza Meneghelli	13/11/15	Matriculado
21	Heloísa Laurindo Pacheco	24/02/16	Matriculado
22	Gustavo Corrêa de Souza	08/12/15	Família não atendeu as ligações
23	Livia Martins Adriano	15/02/16	Matriculado
24	Alice Moraes Fernandes	31/01/16	Aguardando vaga
25	Jorge Luiz Schmidt	06/12/15	Aguardando vaga
26	Laisa Simão Brum	16/06/15	Aguardando vaga
28	Manuella Matias Vargas	02/01/16	Aguardando vaga
29	Maria Clara	29/06/15	Aguardando vaga
30	João Pedro Anuncio	10/10/15	Aguardando vaga
31	Blenda Luana	16/07/15	Aguardando vaga
32	Benjamin M Santiago	02/12/15	Aguardando vaga
33	Pietra Petry Rozzini	11/11/15	Aguardando vaga
34	Lorenzo dos Santos	21/01/16	Aguardando vaga
35	Levi Barros	08/03/16	Aguardando vaga
36	Ruan Souza	14/01/16	Aguardando vaga
37	Hiago G Botoli	02/03/16	Aguardando vaga
38	Maria Julia Napoleão	14/06/15	Aguardando vaga
39	Lorena Gomes Tindade	29/08/15	Aguardando vaga
40	Davi Leandro Ferreira	31/08/15	Aguardando vaga
41	Sophia de Miranda	10/02/16	Aguardando vaga
42	Isabela Rampelotto	17/01/16	Aguardando vaga
43	Isabella de Medeiros	27/09/15	Aguardando vaga
44	Jean Carlos Alencar	16/09/15	Aguardando vaga
45	Israel de Lins Beneti do Rosario	03/04/15	Aguardando vaga
46	Enzo Gabriel Pereira da Silva	03/04/15	Aguardando vaga
47	João Lucas Ferreira Alexandre	04/06/15	Aguardando vaga
48	Issac Wiezorkoski dos Reis	30/03/16	Aguardando vaga
49	Isadora Carvalho Mesquita	08/09/15	Aguardando vaga
50	Alice Silva Scherer	03/06/15	Aguardando vaga
51	Vicente Amado dos Anjos	17/10/15	Aguardando vaga
52	Luiz Miguel Duarte	26/03/16	Aguardando vaga
53	Luisa Adami Ern	09/03/16	Aguardando vaga
54	Livia Oliveira L Araujo	23/10/16	Aguardando vaga
55	Isabella Rogério de Oliveira	?/05/16	Aguardando vaga
56	Guilherme Fernandes	23/04/15	Aguardando vaga
57	Vinycius Souza de Oliveira	21/01/16	Aguardando vaga

58	Pedro Borges	06/06/16	Aguardando vaga
59	Liah Roberta V. Cardoso	17/09/15	Aguardando vaga
60	Maria Luiza Dias de Melo	18/12/15	Aguardando vaga
61	Ana Carolina M. do Amaral	28/05/15	Aguardando vaga
62	Debora Maria Januário	23/10/15	Aguardando vaga
63	Isis Lima de Souza	14/04/15	Aguardando vaga
	Rodrigo Morgan Júnior	27/08/15	Matriculado em outra instituição
	Henzo Gabriel Pereira da Silva	26/12/15	Contato telefônico inexistente
	Luíza Lehon Rodrigues	06/02/16	Contato telefônico inexistente
	Betina Coelho Alves	22/06/15	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
	Pedro Henrique Martins	22/09/15	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
	Eduarda Jaques Rodrigues	08/11/15	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
	Davi Saul Molme	02/04/15	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
	Stephany Cardoso de Souza Luiz	05/05/15	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
	Lucas Ariel da Silva Nunes	14/07/15	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
	Valentina Dias Schlemper	05/01/16	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
	Miguel Raupp Zeferino	12/01/16	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro

## I Período\*\*

	Nome da criança	Data de nascimento	Situação
3	Alice Rodrigues Neves Fernandes	26/11/14	Conseguiu em outra creche
1	Helena Salvador Ribeiro	12/08/14	Matriculada
	Julia Kamilly Viera Kucyk	06/12/14	Matriculada
	Isac Davi Marques Antunes	04/10/14	Contato telefônico inexistente/desligado
	Mauryne Silva do Carmo	27/10/14	Não compareceu no sorteio
4	Nathalia Martins de Farias	11/07/14	Matriculada
	Renan Steklain Fell	14/08/14	Contato telefônico inexistente/desligado
	William Calliari Leal de Sousa	17/09/14	Contato telefônico inexistente/desligado
	Matheus Henrique França	12/02/15	Contato telefônico inexistente/desligado
	Leonardo Majeski Bertossi Mamel	06/01/15	Contato telefônico inexistente/desligado
	Maísa Portaluppi	15/01/15	Contato telefônico inexistente/desligado
2	Misael Varela	25/03/15	Matriculado
	Italo de Assis	11/06/14	Matriculado
	Ana Flavia C Albuquerque	31/07/14	Aguardando Vaga
	Valentina Silva	14/10/14	Aguardando Vaga
	Gianluca M Larroza	26/07/14	Aguardando Vaga
	Miguel Antunes S.	05/06/14	Aguardando Vaga
	Ana Luiza Lopes	02/10/14	Aguardando Vaga
	Micaely S dos Santos	26/07/14	Aguardando Vaga
	Dylan Luiz Vieira	18/08/14	Aguardando Vaga
	Wilson M Silveira	31/10/14	Aguardando Vaga
	Bernardo A. Vieira	29/10/14	Aguardando Vaga
	Maria Cecilia X. Porto	16/12/14	Aguardando Vaga
	Davi Munhoz Dutra	06/07/14	Aguardando Vaga
	Maria Luisa Pereira	12/11/14	Aguardando Vaga
	Alice R Silva	13/01/15	Aguardando Vaga
	Luiza C. Silva	05/01/15	Aguardando Vaga
	Ronaldo França Filho	17/06/14	Aguardando Vaga
	Heloisa Veloso Santana	07/05/14	Aguardando Vaga
	Beatriz Martins Freitas	01/09/14	Aguardando Vaga
	Eduarda Cristina Goçalves	13/06/14	Aguardando Vaga
	Miguel Henrique da Silva	22/04/14	Aguardando Vaga
	Luiza Dias Bario	13/02/15	Aguardando Vaga
	Gabriel Ibraim dos Passos	10/02/15	Aguardando Vaga

	Laura Vergil Ribeiro	06/09/14	Aguardando Vaga
	Alan Guilherme Darturo	03/03/14	Aguardando Vaga
	Davi Lucas Gimenez	01/01/15	Aguardando Vaga
	Soraya de Souza Silva	02/08/14	Aguardando Vaga
	Isis dos Santos	14/02/15	Aguardando Vaga
	Maria Flor Costa Santos	03/11/14	Aguardando Vaga
	Isis Santa Alvarenga	22/01/15	Aguardando Vaga
	Aysla Guimarães Saucedo	30/06/14	Aguardando Vaga
	Fernando Bueno Gonçalves	06/01/14	Aguardando Vaga
	Brayan Ribeiro Nascimento	19/10/14	Aguardando Vaga
	João Pedro Ventura Alves	05/02/2015	Aguardando Vaga
	William Leal de Souza	17/09/14	Aguardando Vaga

## II Período

	Nome da criança	Data de nascimento	Situação
1	Luiz Felipe S V Melo	12/06/13	Matriculado
2	Emanuelly Rosa	20/04/13	Contato telefônico inexistente/desligado
3	Alisson R. Nascimento	12/07/13	Matriculado em outra instituição
4	Enzo Gabriel	26/07/13	Contato telefônico inexistente
5	Miguel Raimundo	23/01/14	Matriculado
6	Vinícios H. M. Escobar	22/03/14	Matriculado
	Jayandra Adão Masson	23/08/13	Matriculada
	Benjamin Siqueira	22/11/13	Matriculado
	Yohanna Lemos dos Santos	25/03/14	Matriculada
	Yuri Picoles Z Rosa	04/05/13	Família não compareceu para matrícula
	Aghata Martins	01/07/13	Matriculada
	Cristian Eduardo	30/01/14	Matriculado
	Alice Ribeiro Batista	28/11/13	Matriculada/desistiu
	Isadora Lima da Silva	29/11/13	Matriculada em outra creche
	Eduardo Espindola Bento	06/04/13	Matriculado
	Samuel Rodrigues de Lima	08/04/13	Matriculado em outra creche
	Nicole Messias e Silva	03/06/13	Matriculada
	Eden Kaleu N Souza	21/05/13	Contato telefônico inexistente
	Arthur Felipe Santos	08/04/13	Matriculado em outra instituição
	Alice Duarte A	23/04/13	Contato telefônico inexistente
	Maria Eduarda Cardoso	08/06/13	Contato telefônico inexistente
	Valentina C. Cassin	18/09/13	Aguardando Vaga
	Maria Julia S de Souza	21/01/14	Aguardando Vaga
	Betina Costa V da Silva	19/01/14	Aguardando Vaga

## III Período

Nome da criança	Data de nascimento	Situação
Ana Koroliny	29/12/12	Matriculada
Bianca Pereira	08/11/12	Matriculada
Maria Eliza M Gomes	11/08/12	Matriculada
Nicolas B da Silva	09/02/13	Matriculado
Evilyn	30/03/13	Matriculada
Henrique F. Rosa	04/01/13	Matriculado
Alexia Viana dos Santos	13/02/13	Não atende telefone
Maria Isabeli A. França	25/10/12	Programado para não receber chamadas
Julia Mind G	10/03/13	Programado para não receber chamadas/ não completa ligação
Ryan B C Souza	10/07/12	Contato telefônico inexistente
Rodrigo Reis	07/05/12	Matriculado em outra instituição
Edilaine Ribeiro de Lima	18/06/12	Matriculada
Geovana Nazario	17/12/12	Matriculada
Kauany Vitória P. Silva	06/07/12	Não atende telefone
Ana Clara Costa Portella	07/11/12	Desistiu da vaga

Giovana Pinheiro	13/05/12	Matriculada
Vitor Lorenzo Luiz	20/08/12	Matriculado
João Vitor Pereira Vieira	28/11/12	Aguardando Vaga
Raiane da Silva Padilha	15/03/13	Aguardando Vaga
Isadora Machado	15/05/12	Aguardando Vaga
Enzo Scoz	04/10/12	Aguardando Vaga
Jean Henrique	26/12/12	Aguardando Vaga

**QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS CONVENIADAS ATUALIZADA EM 10/10/2018 NOME DA INSTITUIÇÃO: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO SERTÃO DO MARUIM CRECHE TIA MARIAZINHA**

Publicação Nº 1775248

**QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS CONVENIADAS**

Atualizada em 10/10/2018

Nome da Instituição: Associação dos Moradores do Bairro Sertão do Maruim

Creche Tia Mariazinha

Endereço: Rua Francisco Antônio da Silva, 19.552.

Sertão do Maruim São José

CEP 88122-010

Telefone: (48) 3257-4078 (48) 996563334

Diretora: Tatiane Ventura

**CRIANÇAS MATRICULADAS**

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
GIII A	2 anos	20	10	5	5	20
GIII B	2 anos	30	14	7	9	30
GIV A	3 anos	30	17	6	5	28
GIV B	3 anos	20	14	5	5	24
GV A	4 anos	30	19	4	6	29
GV B	4 anos	30	16	7	9	32
GVI MAT	5 anos	25	-----	22	-----	22
GVI VESP	5 anos	25	-----	-----	23	23
TOTAL						208

**QUADRO DE VAGAS**

Grupo	Vagas/Período
GIII A	Não tem vaga
GIII B	Não tem vaga
GIV A	2 – Matutino e 3- Vespertino
GIV B	2 matutino
GV A	Não tem vaga
GV B	Não tem vaga
GVI MAT	3 vagas
GVI VESP	2 vagas

**ATENDIMENTO ATUAL**

**Grupo GIII A**

Nº	ALUNO	PERÍODO
01	Arthur Nunes de Moraes	Integral
02	Arthur Santos Peynaud	Integral
03	Bernardo Opuska Pereira	Matutino
04	Eloa Vieira Wudaski	Matutino
05	Emanuel Nascimento dos Anjos	Vespertino
06	Enzo Gabriel Triaca	Integral
07	Fabricio Roussenq Rodrigues	Vespertino
08	Guilherme Pereira Dondei	Matutino

09	Helena Botelho da Cruz	Integral
10	Henrique Martins	Integral
11	Higor Mathias Schell	Vespertino
12	Jeanne Marie da Rocha Stroomer	Integral
13	João Pedro Constante	Integral
14	Josue Fidelis de Souza	Integral
15	Julia Martins Fraga	Integral
16	Kauan Nunes Ventura	Matutino
17	Laura Becker	Vespertino
18	Leizielly Alves dos Santos	Matutino
19	Luiz Antônio dos Santos	Vespertino
20	Vinicius Alexandre Rodrigues Freitas	Matutino

## Grupo GIII B

Nº	ALUNO	PERIODO
01	Alice Dias Terroso	Vespertino
02	Anna Laura Ferreira da Silva	Integral
03	Anthony Miguel Pinto	Integral
04	Bernardo Steinheuser Soares	Matutino
05	Cláudio Saturnino Leite Neto	Vespertino
06	Diego do Nascimento	Matutino
07	Dimitri Koerich	Integral
08	Enzo da Cunha Vieira	Integral
09	Enzo Miguel Fernando de Moraes	Vespertino
10	Felipe da Silva Nobre Domingos	Vespertino
11	Heitor Waltrick Kempner	Vespertino
12	Isadora Sutil de Assis	Integral
13	Izabela Lopes de Souza	Vespertino
14	João Rudá Stein Corrêa	Integral
15	Lara Martins Schmitt	Vespertino
16	Larissa Vitória Tancini	Integral
17	Leticia de Aninhaia dos Santos	Integral
18	Lorenzo Damazio da Silva	Matutino
19	Lucas Davi Martins Rocha	Matutino
20	Maria Eduarda da Rocha Mattia	Integral
21	Maria Valentina Justen Vieira	Integral
22	Miguel Martins Fraga	Integral
23	Nicolas Pauli Figueiredo	Integral
24	Otto Zanella	Vespertino
25	Pedro Antônio da Fonseca	Matutino
26	Pedro Canofer da Silva	Matutino
27	Rafaella Schell Vasques	Vespertino
28	Ricardo dos Santos Melo	Integral
29	Sophia Martins Veroneze	Vespertino
30	Theodora dos Santos Zandarim	Integral

## Grupo GIV A

Nº	ALUNOS	PERIODO
----	--------	---------

01	Amanda Fernandes da Silva	Integral
02	Ana Clara Rodrigues Passo	Matutino
03	Annie Rosa Franz	Vespertino
04	Brayan Kauã Muller dos Santos	Integral
05	Bruno Henrique Busch	Integral
06	Caio Miguel de Oliveira da Silva	Integral
07	Cássio Matoso da Silva	Integral
08	Davi de Souza Schmitz	Integral
09	Davi Gabriel Kull da Silva	Vespertino
10	Emilly Noemi Tomaz de Moura	Integral
11	Enzo Gabriel Pitz	Matutino
12	Gabriel Bernardo de Sousa Hames	Integral
13	Gustavo Henrique Kaufmann	Matutino
14	João Lucas Oliveira Alflen	Matutino
15	Juan Rafael Santos de Matos	Vespertino
16	Kesiah Lucrécio Jutel Pereira	Integral
17	Larissa Lorenson Saraiva	Vespertino
18	Laura Cristina de Goes	Integral
19	Leticia Alves Nunes	Integral
20	Maria Luiza de Souza Texeira	Integral
21	Maria Vitória Silva Pessôa	Matutino
22	Marina Cabral dos Santos	Integral
23	Mathias Martins Cambraia	Matutino
24	Micael Soares da Rosa	Integral
25	Sophia de Souza Rodrigues	Integral
26	Thaylor Cruz Gouterres	Vespertino
27	Vinícius de Melo	Integral
28	Yuri Wanderert Amaral	Integral

## Grupo GIV B

Nº	ALUNO	PERIODO
01	Cleiton Gabriel de Souza dos Reis	Vespertino
02	Danielly Goedert Farias	Integral
03	Emanuelly Maria Gonzaga	Vespertino
04	Enzo Cardone Ernest	Integral
05	Enzo Gabriel da Silva	Integral
06	Ezequiel Rosa Bento	Matutino
07	Igor da Cunha Rodrigues	Integral
08	Isabelle dos Santos Koester	Integral
09	Larissa de Oliveira Freiburger	Integral
10	Leandro Filippus	Integral
11	Leticia Martins Lisboa	Integral
12	Lorenzo Vitorio Pereira	Matutino
13	Lucas Lima	Integral
14	Luiz Ricardo Gomes Nazário	Integral
15	Maria Eduarda Momm Siqueira	Integral
16	Maria Luiza Zimmer Cardoso	Matutino
17	Marina Melo Christino	Matutino
18	Maryana da Silva	Integral

19	Matheus de Lima França	Integral
20	Miguel Luiz de Souza	Vespertino
21	Pedro Yan dos Santos	Vespertino
22	Theo Koester Beppler	Vespertino
23	Vitor Manoel da Fonseca	Vespertino
24	Willyan Roberto de Oliveira	Integral

## Grupo GV A

Nº	ALUNO	PERIODO
01	Arthur de Souza	Integral
02	Arthur Silveira Varela Linhares	Integral
03	Bernardo Bignótti da Gama	Integral
04	Ezequiel da Silva Vanelli	Integral
05	Gabrielly Arent Lira	Integral
06	Gabrielly Piccinin Urbano	Matutino
07	Isabella Presoto Fernandes	Integral
08	Isabelly Victória Müller dos Santos	Integral
09	Izabela Leal da Cunha	Integral
10	Joana Flores de Souza	Matutino
11	João Luiz Pereira Rosa	Vespertino
12	João Vicente Souza Bez	Vespertino
13	João Vitor Fernandes Queiroz	Integral
14	John Albino	Vespertino
15	Kauã Vieira Bunn	Integral
16	Leandro Henrique da Silva	Integral
17	Letícia Marcelino Vilvert	Integral
18	Maria Eduarda de Oliveira Pereira	Integral
19	Maria Eduarda Freiburger	Integral
20	Miguel Hoffmann Antunes	Matutino
21	Miguel Martins Muller	Matutino
22	Nicolas Prates Farinelli Lins	Integral
23	Pietra Helena Sipriano Schuster	Integral
24	Pietro de Souza Duarte	Integral
25	Rhyanne Crystinna de Moraes Guimarães	Integral
26	Saphira Hellen da Silva	Integral
27	Théo da Silva Junckes	Vespertino
28	Vitor da Rocha dos Santos	Vespertino
29	Yasmim Shneider Barth	Integral

## Grupo GV B

Nº	ALUNO	PERIODO
1	Agatha Larissa de Souza	Vespertino
2	Anna Beatriz Lohn	Vespertino
3	Brenda Bauer Jacinto	Vespertino
4	Davi da Silva Mendes	Integral
5	Davi Medeiros da Silveira	Matutino
6	Emilly Procópio	Matutino
7	Emilly Zimmermann Morche	Integral



8	Ester Oliveira dos Santos Costa	Matutino
9	Giovanna Muller dos Santos	Integral
10	Guilherme dos Santos Lopes Cereghin	Matutino
11	Gustavo Knaul Ducles	Integral
12	Heloiza Aparecida Dutra	Vespertino
13	Hudson Fernandes Lima	Integral
14	João Rafael Dalsolio Rocha	Integral
15	Júlia Nascimento Nazario	Integral
16	Karolyne Natalia Martins Reis	Matutino
17	Leonor Valentina de Oliveira	Integral
18	Luan Victor Kielbauskas Barros	Vespertino
19	Lucas Juan de Oliveira Machuca	Integral
20	Lucas Signor de Oliveira	Integral
21	Lucas Varela Pickler	Integral
22	Luis Antônio Ledaux Tomé	Integral
23	Maria Carolina Matos da Costa	Vespertino
24	Melissa Roberta Nobre	Vespertino
25	Miguel Molinari dos Santos	Integral
26	Milena Guilhermina Sotil Topolski	Integral
27	Ryan Bernardo Silva Maucuello	Integral
28	Rychard Pinheiro Valtrin	Vespertino
29	Sophia Yasmim da Silva	Vespertino
30	Théo Vieira de Sousa	Matutino
31	Valentina Porto Sché	Matutino
32	Yasmin dos Santos Pinheiro	Integral

## Grupo GVI MATUTINO

Nº	ALUNO	PERIODO
1	Aghata Sofia Alves Almeida	Matutino
2	Alecsandro Luis Rodrigues Freitas	Matutino
3	Alessandro Rosa Correa	Matutino
4	Alice Jacintho Rosalin	Matutino
5	Arthur Norberto de Souza	Matutino
6	Bruno Antunes de Almeida	Matutino
7	Davi Cardone Ernest	Matutino
8	Eduardo Antunes de Almeida	Matutino
9	Emanuely Lopes da Silva	Matutino
10	Emanuely Custódio Agostinho	Matutino
11	Emily Cristine Jezuir Gonçalves	Matutino
12	Isabella Barth Tancini	Matutino
13	João Victor de Oliveira Passos	Matutino
14	Juan Pablo Ribeiro	Matutino
15	Lucas de Matos	Matutino
16	Maria Julia Kuhn	Matutino
17	Maria Valentina de Oliveira	Matutino
18	Mayana Schell da Silva	Matutino
19	Nicolas Gabriel Ferreira Silva	Matutino
20	Samuel Coelho	Matutino
21	Victor de Melo	Matutino

22	Yasmin Rodrigues Lima	Matutino
----	-----------------------	----------

## Grupo GVI VESPERTINO

Nº	ALUNO	PERÍODO	
01	Ângela Vitória de Souza	Vespertino	
02	Cayke Camargo Carneiro	Vespertino	
03	Davi Lucca Cardoso Menezes	Vespertino	
04	Davi Schmitt da Silva	Vespertino	
05	Diego Gabriel Martins dos Santos	Vespertino	
06	Emanuel da Silva Andrade Buy	Vespertino	
07	Evillyn Branco de Matos	Vespertino	
08	Gabriel Ventura Miranda	Vespertino	
09	Geovanna Aparecida Ventura	Vespertino	
10	Hemilly Aparecida Taborda	Vespertino	
11	Isabelli Oliveira Machado	Vespertino	
12	Joabe de Jesus Santos	Vespertino	
13	João Vicente da Cunha	Vespertino	
14	Julia Isabelly Ostroski da Silva	Vespertino	
15	Luiz Gustavo Coelho Cândido	Vespertino	
16	Manoela Hoffmann Koester	Vespertino	
17	Maria Alice Andrión Machado	Vespertino	
18	Pedro Henrique Bernardes de Toledo	Vespertino	
19	Rafael Araújo de Barros Silva	Vespertino	
20	Victoria Dutra Sarmento	Vespertino	
21	Vinicius de Abreu Martins Ribas	Vespertino	
22	Vinicius Rosa Bento	Vespertino	
23	Yuri Gabriel Lopes Gouterres	Vespertino	

## LISTA DE ESPERA

## Turma GIII A

Nº	CRIANÇA	PERÍODO
01	Rayane Gonçalves de Souza do Prado	Aguardando vaga – Não conseguimos contato com a família
02	Bernardo Gonçalves Vieira	Aguardando vaga – Criança mora com a mãe em outro bairro
03	Laura Assis Borba	Matriculada
04	Enzo Aryel Letes dos Santos	Aguardando vaga vespertino
05	José Joaquim de Jesus Feitosa	Aguardando vaga – Se mudou para outro estado
06	Kauan Nunes Ventura	Chamado para fazer matrícula
07	Murilo Souza Silva	Aguardando vaga
08	João Rodrigo dos Santos	Aguardando vaga
09	Monique da Silva de Lima	Aguardando vaga Integral
10	Valentina Ribeiro Cardoso	Aguardando vaga Integral
11	Kaique de Bairros	Aguardando vaga Integral

## Turma GIII B

Nº	CRIANÇA	PERÍODO
01	Alice Dias Terroso	Matriculada
02	Isadora Sotil de Assis	Matriculada
03	Ana Clara Rodrigues Passos	Matriculada
04	Gustavo Henrique Kaufmann	Matriculado
05	Lucas Davi Martins da Silva Rocha	Matriculado
06	Leandro Murilo Costa dos Santos	Aguardando Vaga
07	Maria Maria	Aguardando vaga

## Turma GIV

Nº	CRIANÇA	PERÍODO/ SITUAÇÃO
01	Mathias Martins Cambraia	Matriculado
02	Jhenifer Carvalho dos Santos	Aguardando Vaga Integral – Não conseguimos contato com a família
03	João Pedro Martins	Desistiu da vaga – Aguardado vaga próxima a residência.
04	Larissa Lorensen Saraiva	Matriculada em outra Instituição
05	Daiane Caroline Dias nome correto - Alice Dias Zilli	Matriculada
06	Maria Vitoria Cezar Martins Gonçalves	Aguardando vaga Integral – Não conseguimos contato com a família

## Turma GV

Nº	CRIANÇA	PERÍODO
01	Maria Vitoria de Souza	Aguardando vaga Integral
02	Julia Ribeiro Elias	Aguardando vaga Vespertino
03	Leonardo Pitz Alves	Aguardando vaga Vespertino
04	Wesley Borges de Macedo	Aguardando vaga Integral
05	Sheron V. Ferreira Pereira	Aguardando vaga
06	Adryan Francisco de Jesus da Conceição	Aguardando vaga Vespertino
07	Jhonny de Oliveira	Aguardando vaga
08	Rayanna Braatz	Aguardando vaga Integral
09	Lucas Daniel Siqueira dos Santos	Aguardando vaga

## Turma GVI

Nº	CRIANÇA	PERÍODO/ SITUAÇÃO
01	Alice Furst	Matriculada em outra instituição
02	Maria Eloisa Lemes Gonçalves	Matriculada em outra instituição
03	Yuri Stephan Vieira de Oliveira	Matriculado em outra instituição
04	Yasmin Vitoria Ribeiro B. Gaertner	Matriculada em outra instituição
05	Nicollas Ribeiro Fernando de Moraes	Matriculada em outra instituição
06	Marcelo Pereira Correa	Matriculado em outra instituição
07	Arthur Gabryel da Silva	Família mudou-se para Balneário
08	Wallysane Letes dos Santos	Família mudou-se
09	Julia Aparecida Medeiros	Chamada para fazer matricula – não compareceu
10	Evaristo Ferraz Soares Neto	Chamada para fazer matricula – não compareceu

# **QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS CONVENIADAS TERMO DE COLABORAÇÃO 2018 (ATUALIZADO EM 01 /10 /2018) NOME DA INSTITUIÇÃO: CVM CRECHE E ORFANATO VINDE A MIM AS CRIANCINHAS**

Publicação Nº 1775252

## **QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS CONVENIADAS TERMO DE COLABORAÇÃO 2018 (Atualizado em 01 /10 / 2018)**

Nome da Instituição: CVM Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas  
Endereço: Rua Otto Júlio Malina, 1306 – Bairro Ipiranga – São José SC  
Telefone: 48 3357-9400  
Diretor: Artur Feijó Netto

### **CRIANÇAS MATRICULADAS**

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Maternal A	02 Anos	22	22			
Maternal B	02 Anos	21	21			
Maternal C	02 Anos	22	22			
Maternal D	02 Anos	21	21			
I Período A	03 Anos	26	26			
I Período B	03 Anos	26	26			
I Período C	03 Anos	25	25			
I Período D	03 Anos	26	26			
II Período A	03 Anos	26	26			

II Período B	04 Anos	26	26			
II Período C	04 Anos	26	26			
II Período D	04 Anos	26	26			
II Período E	04 Anos	26	26			
III Período A	05 Anos	25	25			
III Período B	05 Anos	26	26			
III Período C	05 Anos	26	25			
III Período D	05 Anos	26	26			
III Período E	05 Anos	26	26			
TOTAL		448	447			

## QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
Maternal A	0
Maternal B	0
Maternal C	0
Maternal D	0
I Período A	0
I Período B	0
I Período C	0
I Período D	0
II Período A	0
II Período B	0
II Período C	0
II Período D	0
II Período E	0
III Período A	0
III Período B	0
III Período C	1
III Período D	0
III Período E	0
TOTAL	1

ATENDIMENTO ATUAL  
MATERNAL A

Nº	Criança	Período
01	ALESSANDRO DE SOUZA VIEIRA JÚNIOR	Integral
02	ALICE SOFIA STEIN	Integral
03	ARTHUR FELIPP FERREIRA	Integral
04	ETHAN DUARTE DUTRA	Integral
05	FELIPE SCHMENGLER CAMARGO	Integral
06	GABRIELY TOMAZETTO	Integral
07	ISABELLY VITÓRIA SAMPAIO DE MELO	Integral
08	JADY SILVESTRE ROMERO GOMES	Integral
09	JOÃO VITOR FERREIRA MANGONI	Integral
10	KAAN DE SOUZA BONFIM	Integral
11	KAMILLI GEOVANA BORGES PAMPLONA	Integral
12	LARA RODRIGUES BONIFÁCIO	Integral
13	LAVINIA SANTANA PEIXOTO COSTA	Integral
14	LETÍCIA VIEIRA DE FARIAS	Integral
15	LUIZ FERNANDO DA SILVA FARIAS	Integral

16	MANUELLA BEATRIZ CUNHA GARCIA	Integral
17	MIGUEL AGUIAR FERREIRA	Integral
18	PIETRA VALENTINA DUARTE DE ABREU	Integral
19	PIETRO VAGUETTE BAPTISTA	Integral
20	RAFAEL VICTOR MELO MATOS	Integral
21	VINÍCIUS DE AVILA INÁCIO	Integral
22	YASMIN SILVEIRA CANDIDO	Integral

## MATERNAL B

Nº	Criança	Período
01	ALICE DESTRI COELHO	Integral
02	ARTHUR ALVES DE ALMEIDA	Integral
03	DAVI DA LUZ DE CHAVES PEREIRA	Integral
04	EDUARDA TRICIANY DAVEZAC	Integral
05	EMMANUELA JORDÃO ZIDOR	Integral
06	GABRIEL SILVEIRA DE SOUZA	Integral
07	GABRIELA EUSTACHE	Integral
08	JADSON DIAS	Integral
09	JOÃO PEDRO PEREIRA	Integral
10	JONATHAN MORAIS DOS SANTOS	Integral
11	LAURA ALEXYA DOS SANTOS	Integral
12	LORENZO NASCIMENTO SANTANA PINTO	Integral
13	LUCAS MANUEL SANTOS CRUZ	Integral
14	MIGUEL PÉRES WERLANG	Integral
15	NICOLAS PINTO ZENA	Integral
16	PEDRO HENRIQUE DE AQUINO ZUCCO	Integral
17	PIETRA DOS SANTOS COSTA	Integral
18	SOPHIA SENS	Integral
19	VALENTINA DIAS SCHLEMPER	Integral
20	WISBELLY WILLEMANN ALCIN	Integral
21	YURI DE ALCÂNTARA BARBOSA	Integral

## MATERNAL C

Nº	Criança	Período
01	ALICE MARQUES OLIVEIRA	Integral
02	BERNARDO LUCINDA DA SILVA	Integral
03	BRAYAN MARTINS ALVES	Integral
04	DAVI NEVES DA SILVA	Integral
05	FERRNANDO SEREGATI MIRANDA JÚNIOR	Integral

06	GABRIEL GRAH DE MATTOS	Integral
07	IGOR BATILIERI GAMBAROTTO	Integral
08	ISABELLE JESUS DA CONCEIÇÃO	Integral
09	ISADORA SILVA CAMARGO DOS SANTOS BARBOSA	Integral
10	JÚLIA SOUZA DE OLIVEIRA	Integral
11	KEZIA OLIVEIRA SANTIAGO	Integral
12	LÍVIA OLIVEIRA DA SILVA	Integral
13	LUIZA LUZ	Integral
14	MANUELA PINTO ZENA	Integral
15	MARIA FERNANDA DA SILVA LOPES	Integral
16	MATHEUS TELES DE OLIVEIRA MANOEL	Integral
17	NICOLAS YURI CHAGAS CARVALHO	Integral
18	PIETRA TONDELLO DALL OGLIO	Integral
19	RAFAEL MATIOLA KLINGELFUS	Integral
20	RYAN DA SILVA COSTA	Integral
21	SOPHIA VIESE AMARAL	Integral
22	VALENTINA PAULA AMARANTE	Integral

## MATERNAL D

Nº	Criança	Período
01	ANDRIELLY LIMA DA SILVA	Integral
02	BERNARDO DO NASCIMENTO	Integral
03	DAVI LUCAS FRAGOSO NUNES	Integral
04	DAVI URIEL D'AVILA MONTE	Integral
05	ELOÍSA CARVALHO PADRE	Integral
06	GABRIEL CORRÊA CASCAES	Integral
07	HENRIQUE DE JESUS	Integral
08	ISABEL CRISTINA DA SILVA SOARES	Integral
09	ISABELLY GONÇALVES DA ROSA	Integral
10	ÍISIS LOPES DE SOUZA	Integral
11	JÚLIA GONÇALVES RODRIGUES	Integral
12	LARISSA MANUELLA DE SOUZA FERREIRA	Integral
13	LUCAS AUGUSTO DA SILVA PORTO	Integral
14	MARIA ALICE PINSEGUE CIMIANO	Integral
15	MARIA EDUARDA DE AGUIAR	Integral
16	MIGUEL ROSALES COSTA	Integral
17	MONIQUE DE ALMEIDA BATISTA	Integral
18	NICOLAS VIANA MOURÃO	Integral

19	PEDRO MANOEL BELEM DE CASTRO	Integral
20	PIETRA MOTA OLM	Integral
21	STEPHANY CARDOSO DE SOUZA LUIZ	Integral

## I PERÍODO A

Nº	Criança	Período
01	ALICE DE SOUZA DA SILVA	Integral
02	ANA CECILIA OLIVEIRA STOCKER BORK	Integral
03	ANA CLARA LEMES CARDOSO	Integral
04	ARTHUR ALEXANDRE AVILA	Integral
05	BERNARDO PEREIRA JOSÉ	Integral
06	DAVID WILLIAM OLIVEIRA DA SILVA	Integral
07	GABRIEL DE SOUZA ROSA	Integral
08	GABRIEL TELMO SILVA FERES	Integral
09	GABRIELA HERDT WIEMES	Integral
10	ISABELA RITTER REIS	Integral
11	ISADORA RODRIGUES FERREIRA	Integral
12	JOÃO ANTÔNIO DA LUZ	Integral
13	JOSÉ HENRIQUE MACHADO SCHUTZ	Integral
14	KAUÊ ANDRÉ VIEIRA MAYA DA LUZ	Integral
15	LARA JÚLIA CORREIA ALVES	Integral
16	LAVINIA PINHEIRO FLORES	Integral
17	LORRANY DIAS DE SOUZA	Integral
18	NYCOLAS RAFAEL JUSTIMIANO SARMENTO	Integral
19	PALOMA RODRIGUES DA ROSA	Integral
20	PIETRO OLIVEIRA DE AMORIM	Integral
21	RAFAEL DIAS ESPINDOLA	Integral
22	RAFAELLA LIMA DOS SANTOS	Integral
23	SAMUEL DOS SANTOS	Integral
24	SOPHIA LAIZ BRUDER PIRES DE LIMA	Integral
25	VALENTINA CASSEMIRO RACHADEL	Integral
26	VÍTOR EDUARDO DE MATTOS VIEIRA	Integral

## I PERÍODO B

Nº	Criança	Período
01	ALICE DA MOTA GABRIEL	Integral
02	ANA JULIA RAMOS DO AMARAL	Integral
03	ARTHUR BATISTA DOS SANTOS	Integral
04	BERNARDO RIBEIRO DA SILVA	Integral



05	DANIELLY CERQUEIRA OLIVEIRA DOS SANTOS	Integral
06	DAVI GABRIEL MACHADO	Integral
07	ERICK FORTKAMP DUTRA MARTINS	Integral
08	ESTHEFFANY BORBA DA SILVA	Integral
09	ESTHER PAGNO	Integral
10	ETHAN FRAZÃO PRAZERES	Integral
11	GABRIELLI IRIA LORETO DA SILVA	Integral
12	HELOÍSA MARTINS ANDRADE	Integral
13	HENRY CALEBI DOS SANTOS SOUZA	Integral
14	ISABELLA DE OLIVEIRA KADES	Integral
15	JÚLIA BORGES ESPINDOLA	Integral
16	LAURA CRISPIM KEMPNER	Integral
17	LUCAS GABRIEL LIBORIO FRANCISCO	Integral
18	LUCAS MORALES CUNHA DE JESUS	Integral
19	MAILLY ANTONYELLI WILWERT BOLL	Integral
20	MARIAH WESSLER DA SILVA	Integral
21	MIGUEL DOS SANTOS DE OLIVEIRA	Integral
22	MIRELLA ALVES DE SOUZA	Integral
23	OTÁVIO BAIARD CERQUEIRA	Integral
24	OTAVIO TRINDADE BOING SARDA	Integral
25	VALENTINA APARECIDA CASTILHO	Integral
26	YASMIN DA SILVA CUNHA	Integral

## I PERÍODO C

Nº	Criança	Período
01	ÁGATA DA CRUZ LAUXEN	Integral
02	BERNARDO CARLOS ESMACHADO	Integral
03	CARLOS EDUARDO LEAL PEREIRA	Integral
04	DAVI BLANK FERREIRA	Integral
05	ENZO PERES LARA DIAS	Integral
06	ESTHER BORBA DA SILVA	Integral
07	GABRIEL APARECIDO KAMMER	Integral
08	GABRIELLY TORQUATO GRAMS	Integral
09	HELENNAS VASCONCELLOS BELO	Integral
10	ISABELLY JASMIN MARQUES DA SILVA	Integral
11	LARISSA FERREIRA MICHELS PRIMAZ	Integral
12	LAYANA DA ROSA ALEXANDRE	Integral
13	MANUELA PORTELLA CRISTOVÃO	Integral

14	MARIA CLARA MATIAS ROCH	Integral
15	MARINA RODRIGUES DE JESUS	Integral
16	MAURYNE SILVA DO CARMO	Integral
17	OLIVIA ROSA AMARO PENEDO	Integral
18	PEDRO HENRIQUE DE LIMA RODRIGUES	Integral
19	RAEL MATHIAS FROZZA DA SILVA	Integral
20	RAFAELLY MAGDIEL DA SILVA	Integral
21	RAPHAEL VIEIRA MARCHETTI DIAS	Integral
22	ROBSON JOSÉ BORGES DE LIMA	Integral
23	SOPHIA LAGUNA PEREIRA	Integral
24	VALENTINA RAMOS DA ROSA	Integral
25	YAGO STEIN	Integral

## I PERÍODO D

Nº	Criança	Período
01	ALICE MARIA DA COSTA VIEIRA	Integral
02	ANALU ARGENIO LAURENTINO	Integral
03	ANTHONY STEVE FERREIRA DE SOUZA	Integral
04	ARTHUR DE OLIVEIRA LIMA	Integral
05	BRUNO GONZAGA MARQUES	Integral
06	BRYAN DA SILVA SCARIOT	Integral
07	DAFNY EMANUELLE ROSA DE SOUSA	Integral
08	GABRIEL ROCHA IVO	Integral
09	GABRIELLY NUNES DA SILVA	Integral
10	GEOVANE GABRIEL MARTINS TEODOSIO	Integral
11	ISABELLE OLIVEIRA DA SILVA	Integral
12	ISABELLY SANTOS DO ROSÁRIO	Integral
13	ISADORA FOLSTER DE CAMPOS	Integral
14	JOÃO VÍTOR MATIAS ROCH	Integral
15	JULIA MALICHESKI DE SOUSA	Integral
16	LUIZ FELIPPE DE SOUSA	Integral
17	LUIZ OTÁVIO ROSA DE OLIVEIRA	Integral
18	MARIA ALICE MEDEIROS ALBANO	Integral
19	MARIA ELOISA DAS GRAÇAS DA SILVA	Integral
20	MARLON ANDRADE VIEIRA PINTO	Integral
21	PEDRO BRUNO SILVEIRA CANDIDO	Integral
22	RAYSSA DALBERTO	Integral
23	SARA FARIAS	Integral

24	SOPHIE DE SOUZA RODRIGUES	Integral
25	VITÓRIA FIDÊNCIO SAMPAIO	Integral
26	WALLACE CRISTIAN GONÇALVES BORGES DIAS	Integral

## II PERÍODO A

Nº	Criança	Período
01	ÁGATHA ROGOFSKI	Integral
02	ALICIA DE OLIVEIRA ANDRADE	Integral
03	ARTHUR MARTINS DA SILVA	Integral
04	CATARINA FERRETTI SAVI	Integral
05	DIOGO VIEIRA DA CRUZ	Integral
06	EDUARDO MARTINS	Integral
07	GUILHERME OLIVEIRA RAQUEL	Integral
08	HEMANUELLY VERÍSSIMO SOMBRA	Integral
09	HENRIQUE CARDOSO KAGENSKI	Integral
10	IANE VILLA RODRIGUES	Integral
11	ISABELLA SAMPAIO RIBEIRO	Integral
12	ISABELY CORRÊA FORTUNATO	Integral
13	KAYKY WESLEY PEREIRA DE JESUS	Integral
14	LEONARDO HENRIQUE DE QUEIROS BARBOSA	Integral
15	LUCAS LEONARDO PEIXOTO DA SILVA	Integral
16	LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA	Integral
17	MARCELLY DE SOUZA	Integral
18	MARIA ANTONIELLY DE PAULA ALVES	Integral
19	MARIANE VIANA MOURÃO	Integral
20	NATHALIA LUISA DA SILVA	Integral
21	PEDRO HENRIQUE GARCIA STRUNCK	Integral
22	RAFAEL FERNANDO RODRIGUES DE SOUZA	Integral
23	REBECA VALÉRIO RAMOS	Integral
24	SAMUEL HENRIQUE DE MATOS KONS	Integral
25	WILLYAN JOSE FURKIM NASCIMENTO	Integral
26	VALENTINA ANDRADE FERREIRA	Integral

## II PERÍODO B

Nº	Criança	Período
01	ALICE DA ROSA MORAES	Integral
02	ARTHUR DE SOUZA DA SILVA	Integral
03	ARTHUR JOSÉ DE AQUINO	Integral
04	CHRISTOFER EDUARDO DA SILVA	Integral

05	DAVI BARBOSA LIBÓRIO BRITO	Integral
06	EMANUELLY VITÓRIA JOSÉ FERREIRA	Integral
07	IARA ALEXANDRE STEIN	Integral
08	ISAUQUE DE OLIVEIRA FELICIANO	Integral
09	IVAN RAFAEL CIMIANO MELO	Integral
10	KAÍKE DE ANDRADE DOS SANTOS	Integral
11	KALITUANY GABRIELI BORGES PAMPLONA	Integral
12	KAROLINY SOUZA VASCO	Integral
13	LARA JÚLIA TORRES SANTOS	Integral
14	LAUANY FERNANDA LINHARES DA SILVA	Integral
15	LUCAS PRESTES	Integral
16	LUIZ ARTHUR PEIXOTO CERQUEIRA	Integral
17	MIGUEL DE BASTOS ESPELOCIN	Integral
18	MILENA FRAGOSO NUNES	Integral
19	PAULA CRISTINA PINHEIRO TOMAZ	Integral
20	PYETRO HENRIQUE SILVA DE OLIVIERA	Integral
21	VALENTINA MARIANO CIDRÃO	Integral
22	VITÓRIA MARIA TEIXEIRA DE SOUZA	Integral
23	YAN GOULART AMARAL	Integral
24	YASMIN DIAS DA SILVA	Integral
25	ANTONIA CALDAS ADLER SILVA	Integral
26	MARIA HELENA GOLDONI FAGUNDES	Integral

## II PERÍODO C

Nº	Criança	Período
01	CARLOS HENRIQUE DA SILVA	Integral
02	DAVI LUCCA MARTINS	Integral
03	DÉBORA INÁCIO FELISBERTO	Integral
04	EMILLY CAROLINA FERREIRA RIBEIRO	Integral
05	GABRIEL DA SILVA DUARTE	Integral
06	GABRIELLY HABYEUTTER DE MELO	Integral
07	GIOVANNA FERRETTI SAVI	Integral
08	HELOÍSA FERREIRA COELHO	Integral
09	ISABELA DE ARAUJO SOUZA ALMEIDA	Integral
10	ISADORA REIS KOESTER	Integral
11	KAMILLY VITÓRIA VITORINO DE SOUZA	Integral
12	LARA FERREIRA SOUZA	Integral
13	LUIZ MIGUEL LIMA MOTA	Integral

14	MALU FRANCO DOS SANTOS	Integral
15	MARIA LUYZA ROEDEL SOARES	Integral
16	MELISSA DE SOUZA MATOS	Integral
17	MIGUEL COSTA SOARES	Integral
18	PEDRO DE SOUZA DE CASTRO	Integral
19	PEDRO HENRIQUE DE AQUINO	Integral
20	TALITA FERREIRA MARIANO	Integral
21	THIAGO DE ANDRADE	Integral
22	VINICIUS LIMA LINS	Integral
23	YASMIN TORRES MARTINS	Integral
24	YURI DE FREITAS	Integral
25	GABRIEL DE OLIVEIRA	Integral
26	LAYSALVES DA SILVA	Integral

## II PERÍODO D

Nº	Criança	Período
01	ALICE GONÇALVES PEREIRA	Integral
02	ANA LAURA FARIAS	Integral
03	ANNA JÚLIA JACQUES DE FREITAS	Integral
04	ARTHUR GABRIEL BITTENCOURT	Integral
05	CIBELE VITÓRIA CEZÁRIO DIAS	Integral
06	DAVI LUCAS SCHMIDT DE OLIVEIRA	Integral
07	GUSTAVO CRISTOVÃO DE MELO	Integral
08	ISABELA MORAIS DOS SANTOS	Integral
09	INDYANARA GOMES DA SILVA	Integral
10	ISABELLY TIMÓTEO RIBEIRO	Integral
11	JENYFFER ISABELLY MACHADO BRANCO	Integral
12	JOÃO GABRIEL DE AQUINO	Integral
13	JONAS ARCÊNIO DE CAMPOS	Integral
14	LAURA VIEIRA MACHADO	Integral
15	LÍVIA JOSÉ LONGEN	Integral
16	MAITÊ TOMAS VIEIRA	Integral
17	MARIA ELOISA DA SILVA	Integral
18	MARIANA ALVES DE MELO SILVA	Integral
19	MAYKON ÉBANO DA SILVA JÚNIOR	Integral
20	NATHÁLIA VITÓRIA BORGES	Integral
21	PYETRO FONSECA DE LIMA	Integral
22	SABRINA PINHO LOPES	Integral
23	SOPHIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	Integral

24	VINICIUS COSTA	Integral
25	MATHEUS RODRIGUES DA SILVA	Integral
26	AGATHA DE SOUZA BRINHOSA	Integral

## II PERÍODO E

Nº	Criança	Período
01	ÁGATHA VITÓRIA DE CERQUEIRA	Integral
02	ANA BEATRIS SILVA PIMENTA	Integral
03	ARTHUR HENRIQUE LIMA DE SOUZA	Integral
04	CYANDRA DE OLIVEIRA MORAES	Integral
05	ENZO LENZ	Integral
06	FRANCISCO SOUZA FUERBACK	Integral
07	GEOVANNA SILVA DOS SANTOS	Integral
08	GUILHERME DE SOUZA RODRIGUES	Integral
09	GUSTAVO LIMA DE SOUZA	Integral
10	ENZO DOS SANTOS PEDROSO	Integral
11	ISACK VALLENTYN GUESSER ANDRADE	Integral
12	KAUÃ ANTONIO DOS SANTOS CASASOLA	Integral
13	LAURA DA SILVA FONSECA	Integral
14	LAURA JOSÉ LONGEN	Integral
15	LAYLA LUIZA DUARTE	Integral
16	LUCAS STEINER FERNANDES	Integral
17	MARIA CLARA RAMOS DA SILVA	Integral
18	MARIA JULLYA SANTOS DE SOUSA	Integral
19	PABLO VASSEUR BELSARENA	Integral
20	PEDRO PINHEIRO MACHADO	Integral
21	SOPHIA OLIVEIRA DA SILVA	Integral
22	YASMIN GABRIELLY DOS REIS RAUDZIUS	Integral
23	YUMI ROCHA DA RESSURREIÇÃO	Integral
24	FELIPE STAROSKY BARRILARI	Integral
25	MANUELLA GONÇALVES CAMBRAIA CARVALHO	Integral
26	MARIA VALENTINA SILVA BISPO	Integral

## III PERÍODO A

Nº	Criança	Período
01	ANA BEATRIZ PEREIRA DA SILVA	Integral
02	ASAFE GABRIEL GOMES	Integral COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA
03	BEATRIZ MARTINS DOS SANTOS	Integral
04	BERNARDO VIANA FLÔRES	Integral

05	DAVI LUKA BRUDER PIRES DE LIMA	Integral
06	DJONATHAN KAGENSKI SANTANA	Integral
07	DJULIA DUARTE PEIXOTO MACHADO	Integral
08	EZEQUIEL SOTÉRO GUIMARÃES FILHO	Integral
09	GABRIEL ANDRADE GRANGEIA DA SILVA	Integral
10	GABRIEL HENRIQUE LIMA DOS SANTOS	Integral
11	GUILHERME MUNIZ TRINDADE	Integral
12	HELENA CASTILHO REIS	Integral
13	JOAQUIM GABRIEL DE SOUZA VENTURA	Integral
14	KAUÃ DOS SANTOS SOUZA COIMBRA	Integral
15	LORENZO DA CRUZ CUNHA	Integral
16	MAIK DA SILVA CUNHA	Integral
17	MARCELO LUCAS DA SILVA VELOSO	Integral COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA
18	MARIA GABRIELA DOS SANTOS PONTES	Integral
19	NATHALIA DOS SANTOS DA SILVA	Integral
20	RAFAEL BRAZ COSTA	Integral
21	SOFIA DE OLIVEIRA MANNES	Integral
22	SUELEN SOARES DA SILVEIRA	Integral
23	VICTOR EDUARDO SANTOS DE BRITO	Integral
24	NATHIELI SILVA DE MORAES	Integral
25	PIETRA RAFAELA DA ROSA MACHADO	Integral

## III PERÍODO B

Nº	Criança	Período
01	AMÁBILLY MARTINS DA SILVA	Integral
02	ALÍCIA OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO	Integral
03	ANA LUIZA DA SILVA	Integral
04	CLARA MARQUES	Integral
05	DAVI DE OLIVEIRA LIMA	Integral
06	GABRIEL LUCAS DAMÁSIO	Integral
07	GUSTAVO MARINHO	Integral
08	HUDSON CARLOS DA SILVA JÚNIOR	Integral
09	ISABELLI FORTUNATO DOS SANTOS	Integral
10	JÚLIA MARQUES VERISSIMO	Integral
11	KAUAN CARLOS DA MOTA	Integral
12	LAURA CASTILHO REIS	Integral
13	LAVÍNIA FERNANDES MARIANO	Integral
14	LEONARDO COSTA ARAÚJO DA SILVA	Integral



15	LÍVIA FRAGA ALEXANDRE	Integral
16	MARIA JULYA DE SOUZA	Integral
17	MATHEUS EDSON PAIM DE OLIVEIRA	Integral
18	MONIKE NATALIA CORREA DA SILVA	Integral
19	PEDRO HENRIQUE PRODIGIOS DA SILVA	Integral
20	RAYNNA JULIA MATANA DE OLIVEIRA	Integral
21	REINALDO DA COSTA SABINO	Integral
22	RIHANNA VITÓRIA DA SILVA RIBEIRO	Integral
23	RODRIGO REIS	Integral
24	SAMUEL VIEIRA TORQUATO	Integral
25	VINICIUS GABRIEL DA SILVA	Integral
26	VITOR BEITEL RAMOS	Integral

## III PERÍODO C

Nº	Criança	Período
01	ANA BEATRIZ FOGUESATTO	Integral
02	ANA BEATRIZ GONÇALVES	Integral
03	ARTHUR DE CERQUEIRA	Integral
04	CAROLINE DO ROSARIO VIEIRA	Integral
05	EMANUELLY ZIEGLER PINHEIRO	Integral
06	EMANUELY BUSSAQUERA GEBAUER	Integral
07	EMILLI ROCHA DOS SANTOS	Integral
08	ENDILY CRISTINI MACHADO DOS SANTOS	Integral COMPENSAÇÃO TRIBU- TARIA
09	JOÃO ARTHUR DE ARAUJO ALVARENGA	Integral
10	JOAO PEDRO REIS KOESTER	Integral
11	KAICK RICARDO SILVA COUTINHO	Integral
12	KAUAN MARQUES OLIVEIRA	Integral
13	LÍVIA DE ARAÚJO DOMINGOS	Integral
14	LOHANA GARCIA	Integral
15	LUCAS GABRIEL AMARAL REWAY	Integral
16	LUIZA CORRÊA CASCAES	Integral
17	MARJORY ANGELINA DE OLIVEIRA FERNANDES	Integral
18	MATHEUS DOMINGOS PEREIRA	Integral
19	LUCAS GONÇALVES MEURER	Integral
20	NICOLLY MATOS VAZ	Integral
21	PEDRO HENRIQUE FARIAS BORGES	Integral
22	RHAYANE MILKE ARCE	Integral
23	SOFYA BILK ANSELMO	Integral

24	VINÍCIUS DE ARAUJO FRANCISCO	Integral
25	LAURA BENFICA NUNES	Integral
26		Integral

## III PERÍODO D

Nº	Criança	Período
01	ALEXANDRE BLASCOWSKI FERREIRA	Integral
02	ANNE ISABELLY SILVA LEITE	Integral
03	BARBARA JACINTO OURIQUES	Integral
04	CAIO ALEX FIDELES DA SILVA	Integral
05	DANIEL CERQUEIRA OLIVEIRA DOS SANTOS	Integral
06	EMANUEL FRANCISCO BEZERRA SANTOS	Integral
07	GABRIEL VIEIRA DAZIO	Integral
08	GABRIELA DE SOUZA MELO	Integral
09	HUDSON JOSÉ DOS SANTOS DA SILVA	Integral
10	ISABELLE AVI GALDINO	Integral
11	KAUÃ FÁBIO MACHADO	Integral
12	KAUÃ SENEM FONTOURA	Integral
13	MARIA CLARA RABELO	Integral
14	MARIA EDUARDA DA SILVA	Integral
15	MATHEUS TORRES BORGES DA SILVA	Integral
16	MIGUEL PEREIRA	Integral
17	MIKAELLY SOARES DE OLIVEIRA	Integral
18	NATHALIA MATOS VAZ	Integral
19	PAULO HENRIQUE DIEGUEZ CANABARRO	Integral
20	RAFAELI VITÓRIA SANTOS DE SOUSA	Integral
21	RENAN DA SILVA DA SILVA	Integral
22	THAYNE CORRÊA MENDES	Integral
23	YASMIN MACEDO GUIMARÃES XAVIER	Integral
24	DAVID LOPES DE SOUZA	Integral
25	MARIAH ANDRADE FERREIRA	Integral
26	MARIA LUIZA DE OLIVEIRA JUSTINO	Integral

## III PERÍODO E

Nº	Criança	Período
01	ALEKSANDER ROEDEL SOARES	Integral
02	ANA CLARA DE OLIVEIRA AMORIM	Integral
03	ANA JULIA PEREIRA DA SILVA	Integral

04	ARTHUR LIBORIO FRANCISCO	Integral
05	BERNARDO GONÇALVES LUZ	Integral
06	DAVI GATNER WOLLINGER	Integral
07	EMILY CRISTOVÃO DE MELO	Integral
08	GABRIEL FEIJÓ DA COSTA	Integral
09	GUILHERME MARINHO	Integral
10	GUILHERME ORTIZ KRETZER	Integral
11	GUSTAVO DE MATTOS	Integral
12	ISABELLY VITÓRIA DOS SANTOS	Integral
13	ISADORA PORTELLA ALVES	Integral
14	JOÃO PEDRO TEOFILO ALEIXO	Integral
15	JOÃO VICTOR VITORINO MATOS DOS SANTOS	Integral
16	JÚLIA SOUZA DA SILVA	Integral
17	LARISSA DE QUEIROZ MACHADO	Integral
18	MARIA EDUARDA ALVES BARBOSA	Integral
19	MARIA JÚLIA DA SILVA GOULART	Integral
20	MARIA SOPHIA DE OLIVEIRA	Integral
21	MARIHANY CUSTÓDIO DOS SANTOS	Integral
22	MATEUS PÉRES WERLANG	Integral
23	NICOLLY TEREZA DOS SANTOS CASASOLA	Integral
24	RAÍSSA DE SOUZA MACHADO	Integral
25	THALLES DE SANTI PEREIRA	Integral
26	VINICÍUS RODRIGUES HERMINIO	Integral

**LISTA DE ESPERA  
MATERNAL**

	Criança	Nascimento	Situação
01	RAFAEL VICTOR MELO MATOS	03/03/16	MATRICULADO.
02	PEDRO HENRIQUE MARTINS	22/09/15	LIGADO NO DIA 13/03 AGENDADO PARA O DIA 16/03, MAS NÃO COMPARECEU, A MÃE LIGOU E AVISOU QUE NÃO QUER MAIS A VAGA.
03	LIVIA PEREIRA RAMLOW	01/02/15	MATRICULADA.
04	LIVIA STEFF RODRIGUES	22/01/16	LIGADO NO DIA 13/03 ÀS 16h48min, 16h53min PARA OS NÚMEROS DEIXADOS, MAS NÃO RECEBE CHAMADA OU NÃO EXISTE.
05	PEDRO MANOEL B. CASTRO	20/04/15	MATRICULADO
06	KAIK DOS SANTOS PERES	29/07/15	LIGADO NO DIA 14/03 AGENDADO PARA O DIA 20/03 AS 14:30 MAS NÃO PEGOU DOCUMENTAÇÃO E NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
07	GUSTAVO MONTE BRANCO JORGES	15/01/16	LIGADO NO DIA 21/03 AGENDADO PARA O DIA 02/04 AS 9:30, MAS NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
08	NICOLAS VIANA MOURÃO	10/06/15	MATRICULADO.
09	KENZO BORGES DOS SANTOS	11/09/15	Ligado no dia 23/04 foi falado com o pai e agendado a matrícula para o dia 03/05 as 10h. Mas a mãe ligou as 16:52 para a instituição recusando a vaga.
10	ISADORA S. C. S. BARBOSA	10/03/16	MATRICULADA.
11	ANA SOFIA NASCIMENTO	29/05/15	FOI LIGADO DIA 02/05 PARA OS DOIS NÚMEROS INFORMADOS NA LISTA DE ESPERA, MAS UM DOS CONTATOS NÃO ATENDEU PELA MANHÃ E A TARDE ESTAVA DESLIGADO O OUTRO ESTAVA DESLIGADO.

12	YASMIN MEDEIROS DA ROSA	06/08/15	MATRICULADA.
13	EVERTON SANTANA	27/01/16	Aguardando vaga
14	ISABELA RIOS	29/09/15	Aguardando vaga
15	LUKAS DA SILVA	08/01/16	Aguardando vaga
16	IOHANNA MARIA KREUSCH	12/01/16	Aguardando vaga
17	ANA LUIZA DOS SANTOS	25/11/15	Aguardando vaga
18	JOÃO GABRIEL	23/12/15	Aguardando vaga
19	KAYLA DE LIMA BOENO	18/10/15	Aguardando vaga
20	ENZO DANIEL F. SERAFIM	19/06/15	Aguardando vaga
21	JOANA H. ANTUNES	29/05/15	Aguardando vaga
22	GABRIEL HENRIQUE	20/01/16	Aguardando vaga,
23	HEITOR SOUZA FERREIRA	16/02/16	Aguardando vaga
24	JOAQUIM PAULINO CENTINI	16/02/16	Aguardando vaga
25	NICOLE SCHENFELD	13/07/15	Aguardando vaga
26	DAVI RODRIGUES	24/03/16	Aguardando vaga
27	MIGUEL H DOS SANTOS FELOU	07/08/15	Aguardando vaga
28	LAURA PYETRA B. SOUZA	12/09/15	Aguardando vaga
29	MARIA LAIZA SOUZA CRUZ	26/01/16	Aguardando vaga
30	VITÓRIA RAFAELA S. BECKEST	17/09/15	Aguardando vaga
31	STEVEN MIKE DE AVILA ROSA	28/07/15	Aguardando vaga
32	ISABELY DA COSTA	20/05/15	Aguardando vaga
33	DAVI ANTUANY M. DA SILVA	20/07/15	Aguardando vaga
34	DAVI LUIZ DE ABREU	28/08/15	Aguardando vaga
35	ALICE ANDRADE PALAMAR	26/05/15	Aguardando vaga
36	DAVI GONÇALVES FLOR	01/08/15	Aguardando vaga
37	ISRAEL DA SILVA K. LOPES	09/03/15	Aguardando vaga
38	KAUÊ B. COELHO BENHOTE	08/10/15	Aguardando vaga
39	BERNARDO CARDOSO	28/02/16	Aguardando vaga
40	LUIZ MIGUEL OLIVEIRA JUSTINO	30/03/15	Aguardando vaga
41	SOPHIA ISABELLY ARAUJO DIAS	16/12/15	Aguardando vaga
42	LETICIA SOFIA BAIA OLIVEIRA	02/06/15	Aguardando vaga
43	GUILHERME EMANUEL	19/08/15	Aguardando vaga
44	JOAQUIM CARDOSO NOBRE	23/06/16	Aguardando vaga
45	MARIA JULIA ALMEIDA ZAMARA	16/01/16	Aguardando vaga
46	ITALO PEREIRA COUTINHO	25/08/15	Aguardando vaga
47	EVERTON SANTANA	27/01/16	Aguardando vaga
48	CHRISTOPHER A. S. FARIAS	19/09/15	Aguardando vaga
49	AMANDA F. V. OLEGÁRIO	26/11/15	Aguardando vaga
50	ANSELMO MURILO DE S. A.	15/10/15	Aguardando vaga
51	HELENN VASCONCELLOS	24/05/14	Aguardando vaga
52	RAPHAELGOMES LIMA	25/02/2016	Aguardando vaga
53	ARTHUR SPINELLO DOS SANTOS	09/04/2015	Aguardando vaga
54	MARIA EDUARDA LUCAS DEJESUS	28/10/2015	Aguardando vaga
55	NICOLAS FERNANDO RUSSI	09/04/2018	Aguardando vaga
56	LAVINYA CRISTINA CAMPOS BUZEID	16/05/2015	Aguardando vaga
57	MARIA VITORIA M. DE QUADROS	09/05/2016	Aguardando vaga
58	WILLYAN J. F. NASCIMENTO	29/09/2013	Aguardando vaga
59	NATAN LIMA CARVALHO	05/11/2015	Aguardando vaga
60	PIETRA PETRY RAZZINI	11/11/2015	Aguardando vaga
61	JOAQUIM DOS SANTOS ROSA	09/12/2015	Aguardando vaga
62	MARIA LUIZA SOUZA DE JESUS	25/11/2015	Aguardando vaga
63	ISADORA VALENTINA DA SILVA DOS SANTOS	07/09/2015	Aguardando vaga
64	FILIPE SCHMENGLER CAMARGO	11/03/2016	Aguardando vaga

## I PERÍODO

	Criança	Nascimento	Situação
01	RAFAELLA LIMA DOS SANTOS	31/07/14	MATRICULADO
02	HENRY DOS SANTOS	17/06/14	MATRICULADO
03	LEONARDO DE LIMA R.	20/03/15	NO DIA 09/02/18 AS 09:17 FOI LIGADO PARA OS NUMEROS INFORMADOS MAS NÃO RECEBEM CHAMADA.
04	AMABILY Z. GONÇALVES	05/04/15	NO DIA 09/02/18 FOI LIGADO DUAS VEZES PARAS OS NUMEROS INFORMADOS POREM NINGUEM ATENDEU.

05	MAX ARTHUR MACHADO CAVALLI	30/03/15	NO DIA 09/02/18 A MÃE ATENDEU E FOI AGENDADO PARA 16/02/18. MAS NÃO PEGOU DOCUMENTAÇÃO E NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
06	MARIA EDUARDA N. BARBOSA	24/03/15	NO DIA 26/02/2018 FOI LIGADO DUAS VEZES PARA O NUMERO INFORMADO E O MESMO SE ENCONTRAVA DESLIGADO.
07	EMANUELLY EGER FERREIRA	12/10/14	NO DIA 26/02/2018 FOI LIGADO ÀS 10h51min PARA MÃE E A MESMA NÃO QUIS A VAGA.
08	PIETRO OLIVEIRA	02/02/15	FOI AGENDADO MAS A FAMILIA NÃO COMPARECEU.
09	MIKAEL JOSÉ ANGELO	03/12/14	NO DIA 06/03/2018 FOI LIGADO PARA A MÃE. MAS NÃO PEGOU A DOCUMENTAÇÃO E NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
10	VITOR PEREIRA DE OLIVEIRA	15/03/15	NO DIA 12/03/2018 FOI LIGADO E A MÃE NÃO VEIO BUSCAR A DOCUMENTAÇÃO.
11	ALICE DA SILVEIRA ALEXANDRE	16/03/15	NO DIA 12/03/2018 FOI LIGADO E A MÃE NÃO VEIO BUSCAR A DOCUMENTAÇÃO.
12	VALENTINA DA SILVA TAVARES	14/10/14	NO DIA 12/03/18 FOI LIGADO PARA O O PAI ATENDEU E FICOU AGENDADO PARA DIA 14/03/18 AS 14h30min. MAS NÃO COMPARECEU.
13	OLIVIA ROSA AMARO P.	24/10/14	MATRICULADA.
14	ISABELY CARDOSO	16/11/14	FOI LIGADO DIA 14/03 E AGENDADO PARA O DIA 21/03 AS 14:30,MAS NÃO COMPARECEU.
15	ANDRÉ ANDRADE GUIMARÃES	28/11/14	LIGADO NO DIA 21/03 AGENDADO PARA O DIA 02/04 AS 14:30 MAS NÃO PEGOU A LISTA DE DOCUMENTAÇÃO E NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
16	DAVI LUIS ANGELO FRANCO	25/01/15	LIGADO NO DIA 21/03 11h07min/11h09min – MSG DE CAIXA POSTAL OUTRO NUMERO NÃO RECEBE CHAMADA OU NÃO EXISTE. LIGADO ÀS 11h11min TODOS NA CAIXA POSTAL 10h33min/11H
17	SAMUEL PORFIRIO JOSÉ	23/10/14	LIGADO NO DIA 21/03 AS 11h10min/11h12min NINGUEM ATENDEU
18	AMABILY Z. GONÇALVES	05/04/15	LIGADO NO DIA 21/03 AGENDADO PARA O DIA 03/04 AS 09h30min. MAS NÃO PEGOU A LISTA DE DOCUMENTAÇÃO E NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
19	BIANCA MENDES FRANCISCO	31/01/15	LIGADO NO DIA 21/03 AS 11H MAS NÃO COMPARECEU PARA PEGAR A DOCUMENTAÇÃO.
20	SARAH VITÓRIA LILIAN B.	29/06/14	FOI LIGADO NO DIA 21/03 E FICOU DE PEGAR OS DOCUMENTOS NO DIA 22/03 MAS NÃO COMPARECEU.
21	LUIZA LUZ	17/08/15	MATRICULADA.
22	KETLYN X. CARVALHO	24/02/14	LIGADO NO DIA 21/03 O NUMERO INFORMADO SÓ DAVA REDE OCUPADA, FOI FEITO 2 TENTATIVAS 13:12/13:15
23	OTÁVIO TRINDADE BOING	30/06/14	MATRICULADO.
24	JULIA MALICHESKIDE SOUZA	13/05/14	MATRICULADA.
25	LAVINIA PINHEIRO FLORES	02/04/2014	MATRICULADA.
25	LAURA TORES IZIDIO	07/08/14	MATRICULADA.
26	ANA CLARA LEMES	19/04/2014	MATRICULADA.
27	MARLON ANDRADE VIEIRA	28/08/2014	MATRICULADO.
28	YASMIN DA SILVA CUNHA	20/07/2014	MATRICULADA.
29	LUCAS GABRIEL LIBORIO FRANCISCO	17/12/2014	MATRICULADO.
30	VALENTINA APARECIDA CASTILHO	29/07/2017	MATRICULADA.
31	RAFAEL DIAS ESPINDOLA	19/05/2014	MATRICULADO
32	CARLOS EDUARDO LEAL PEREIRA	21/05/2014	MATRICULADO.
33	HELENA VASCONCELLAS	24/05/2014	MATRICULADA.
34	PIETRO OLIVEIRA DE AMORIM	02/02/2015	MATRICULADO.
35	RAYSSA DALBERTO	07/12/2014	MATRICULADA.
36	ENZO PERES LARA DIAS	28/01/2015	MATRICULADO.
37	PEDRO HENRIQUE BERNARDO	25/02/2015	MATRICULA AGENDADA PARA O DIA 22/05 MAS VEIO SEM DOCUMENTAÇÃO.RAGENDADO PARA O DIA 29/05 14H30,MAS NÃO COMPARECEU.

## II PERÍODO

	Criança	Nascimento	Situação*
01	JÉSSICA LOPES P.	24/06/13	NO DIA 31/01/18 FOI LIGADO E DISSERAM QUE NÃO TINHA MAIS INTERESSE NA VAGA, POIS VÃO MORAR EM BIGUAÇU.
02	JENYFFER ISABELY	19/07/13	MATRICULADO.

03	SABRINA PINHO LOPES	05/03/14	FOI LIGADO PARA OS TRÊS NÚMEROS INFORMADOS NO ATO DA SOLICITAÇÃO DE VAGA, PORÉM SEM EXITO.UM ESTAVA NA CAIXA DE MENSAGEM, E OS OUTROS DOIS NINGUÉM ATENDE.
04	MARIANE VIANA MOURÃO	02/09/13	MATRICULADO.
05	GABRIEL ALVES VITORIO	05/06/13	NO DIA 31/01/2018 FOI AGENDADO PARA O DIA 14/02 ÀS 15h30min, MAS O MESMO NÃO COMPARECEU.
06	EZEQUIEL SOTERO	05/03/13	MATRICULADO
07	YASMIN GABRIELY R. RAUDZUS	11/07/13	MATRICULADO
08	MARINA LEITE MARTINS	09/04/13	MATRICULADO
09	ANNA JÚLIA JOOQUES FREITAS	09/12/13	MATRICULADO
10	ERIC CAMARGO	01/03/14	FOI LIGADO DIA 26/02/2018 AS 11h05min PARA OS DOIS NUMEROS INFORMADOS NO DIA DA SOLICITAÇÃO DE VAGA UM NUMERO NÃO RECEBE CHAMADA E OUTRO ESTA SEMPRE OCUPADO.
11	YURI MARTINS	03/09/14	MATRICULADO
12	HEVILY ROCHA NASCIMENTO	16/05/13	MATRICULADO
13	YURI RAFAEL NICOLAU S.	11/10/13	FOI AGENDADO PARA DIA 12/03/2018 ÀS 15h00min, MAS NÃO COMPARECEU.
14	BERNARDO ARIEL	04/07/13	FOI AGENDADO PARA DIA 13/03/2018 ÀS 14h30min E NINGUEM COMPARECEU.
15	ARTHUR DANIEL	18/11/13	FOI LIGADO DIA 14/03 E AGENDADO PARA O DIA 22/03 AS 14:30. PEGOU DOCUMENTAÇÃO, MAS NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
16	ALICE SILVA	23/05/13	LIGADO NO DIA 21/03 FOI FALADO QUE NÃO QUERIA MAIS A VAGA.
17	ISADORA REIS	22/05/13	MATRICULADA.
18	ANNA BEATRIZ SOUZA CRUZ	29/07/14	MATRICULADA.
19	PEDRO HEITOR G. SILVA	03/12/13	LIGADO NO DIA 22/03 AS 13:41 A MESMA FALOU QUE NÃO TINHA MAIS INTERESSE NA VAGA.
20	MARIA JÚLIA RIBEIRO	21/10/13	LIGADO NO DIA 22/03 AS 13:46 A MÃE ATENDEU E DISSE QUE NÃO TINHA INTERESSE NA VAGA.
21	MATHEUS OURIQUES	01/11/13	LIGADO NO DIA 22/03 AS 13:50 AGENDADO PARA O DIA 06/04 AS 14:30.MAS NÃO COMPARECEU PARA REALIZAR MATRICULA.
22	RUBENS MARQUES GARCIA	12/11/13	LIGADO NO DIA 22/03 AS 14:25 E DISSERAM QUE NÃO TINHA INTERESSE NA VAGA POIS JÁ ESTA EM OUTRO CEI.
23	THAUÃ RODRIGUES SANTOS	14/02/14	LIGADO NO DIA 22/03 AS 14:27 FICARAM DE PASSAR A RESPOSTA. LIGARAM E FOI AGENDADO AS 10/04 AS 09:30.MAS NÃO COMPARECEU.
24	GUSTAVO LIMA	01/06/13	MATRICULADO.
25	MAITE TOMAS VIEIRA	31/10/2013	MATRICULADA.
26	CECILIA ESPINDOLA PEREIRA ARAUJO	13/06/2014	LIGADO E AGENDADO PARA O DIA 25/04 AS 14H30 HORAS. VEIO NA DATA AGENDADA MAS NÃO TROUXE A DOCUMENTAÇÃO COMPLETA, FOI REAGENDADA PARA O DIA 08/05 AS 10h. MAS NÃO COMPARECEU.
27	WILLYAN JOSÉ FURKIM NASCIMENTO	29.09.2013	MATRICULADO.
28	LAURA DA SILVA FONSECA	20/11/2013	MATRICULADA.
29	CARLOS EDUARDO MACHADO DELFINO	17/01/2014	MATRICULADO.
30	GABRIEL DE OLIVEIRA	08/02/2014	MATRICULADO.
31	VALENTINA ANDRADE FERREIRA	08/05/2014	MATRICULADA.
32	MATEUS RIBEIRO LIMA	13/06/2013	MATRICULADO.
33	FELIPE STAROSKY BARRELARI	04/12/2013	MATRICULADO.
34	MARIA VALENTINA SILVA BISPO	13/02/2014	MATRICULADA.
35	ANTONIA CALDAS ATLER SILVA	29/05/2014	MATRICULADA.
36	PEDRO HEITOR GREGORIO DA SILVA	03/12/2013	NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
37	MATHEUS RODRIGUES DA SILVA	12/06/2014	MATRICULADO.

## III PERÍODO

	Criança	Nascimento	Situação*
01	GABRIEL LIMA DOS SANTOS	02/09/12	FOI LIGADO NO DIA 22/01/2018 ÀS 11h32min E O CELULAR ESTÁ DANDO DESLIGADO
02	ANA BEATRIZ FOGUESOTTO	22/03/13	MATRICULADO

03	LORENZO DA CRUZ CUNHA	31/12/12	MATRICULADO
04	NATHIELI SILVA DE MORAES	30/09/12	FOI LIGADO NO DIA 22/01/2018 E MARCADO PARA O DIA 23/01/2018 A PARTIR DE 13h30min E A MESMA NÃO COMPARECEU.
05	VITORIA DO NASCIMENTO TAVARES	10/03/13	FOI LIGADO NO DIA 19/01 E NO DIA 23/01 E O NÚMERO INFORMARDO ESTAVA DESLIGADO
06	MARIA LUIZA DE OLIVEIRA	18/11/12	FOI LIGADO PARA OS NÚMEROS INFORMADOS NO DIA 19/01 E NO DIA 24/01 E NINGUEM ATENDEU.
07	ANA CLARA OLIVEIRA	04/10/12	MATRICULADO
08	SOFIA VIEIRA ESLABÃO	30/06/13	MATRICULADO
09	NICOLAS BARBOSA DA SILVA	09/02/13	MATRICULADO
10	HUDSON JOSÉ SANTOS DA SILVA	27/06/12	MATRICULADO
11	NICOLY ROCHA NASCIMENTO	07/05/12	MATRICULADO
12	ANA BEATRIZ	20/08/12	MATRICULADO
13	GUILHERME ORTIZ	27/02/13	MATRICULADO
14	NATHALIA DOS SANTOS	21/06/12	MATRICULADO
15	EMANUEL FRANCISCO B. SANTOS	18/11/12	MATRICULADO
16	JOÃO PEDRO REIS	07/04/12	MATRICULADO
17	BARBARA JACINTO OURIQUES	09/04/12	MATRICULADA.
18	GEOVANNA C. VIEIRA QUINT	11/06/12	MATRICULADO EM 31/01/2018 E DESLIGOU NO DIA 21/02/18
19	ENDILY CRISTINI M. DOS SANTOS.	29/01/13	MATRICULADO
20	DAVID LOPES DE SOUZA	01/06/12	MATRICULADO
21	DIEGO PEREIRA X. FILHO	11/06/13	FOI LIGADO E MARCADO PARA O DIA 01/02/18 AS 09h30min E NINGUEM COMPARECEU.
22	LAY EVA PEREIRA DA P.	06/10/12	LIGADO NO DIA 21/02 E AGENDADO PARA O DIA 27/02 ÀS 14 HORAS, MAS NÃO VEIO FAZER A MATRICULA.
23	VICTOR GABRIEL SÁ PENHA	11/11/12	FOI LIGADO DIA 09/03/18 ÀS 16h24min E DISSE QUE NÃO TINHA MAIS INTERESSE NA VAGA.
24	GIOVANA CRISTINA DE QUADRO	11/11/13	FOI LIGADO 09/03/18 ÀS 16h39min E NINGUEM ATENDEU.
25	DIEGO ANDRADE GUIMARAES	03/09/12	FOI LIGADO DIA 09/03 ÀS 16h46min E AGENDADO PARA DIA 13/03 ÀS 15h30min E NINGUÉM COMPARECEU.
26	MARIA GABRIELA SANTOS PONTES	23/11/12	MATRICULADA
27	BENJAMIN D. BOIA OLIVEIRA	16/03/13	NO DIA 12/03/18 FOI LIGADO E INFORMOU QUE NÃO TINHA INTERESSE NA VAGA E QUEM O MESMO JÁ ESTÁ MATRICULADO EM OUTRA INSTITUIÇÃO.
28	VITOR RAFAEL R. SANTOS	22/06/18	FOI LIGADO NO DIA 12/03/18 PARA OS DOIS NÚMEROS INFORMADOS NO ATO DA SOLICITAÇÃO, AS 09h08min FOI LIGADO DUAS VEZES E O MESMO SE ENCONTRAVA NA CAIXA DE MENSAGEM E NO OUTRO NÚMERO FOI LIGADO QUATRO VEZES E NINGUEM ATENDEU.
29	ASAFE GABRIEL GOMES	01/03/13	MATRICULADO
30	BARBARA JACINTO	09/04/12	MATRICULADA
31	YURI FREITAS	23/06/13	MATRICULADO.
32	RODRIGO REIS	07/05/12	MATRICULADO.
33	VITORIA DO NASCIMENTO TAVARES	10/03/13	LIGADO NO DIA 16/03 AS 15:05 AGENDADO PARA O DIA 21/03 AS 9:30 NÃO VEIO MAS ENTROU EM CONTATO AS 16HORAS E REMARCAVAMOS PARA O DIA 05/04 AS 10:30. A MÃE NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA PARA REALIZAR A MATRICULA.
34	EVELLYN XAVIER CARVALHO	29/09/12	LIGADO NO DIA 22/03 AGENDADO NO DIA 10/04 ÀS 14h30min. MAS NÃO COMPARECEU.
35	VITORIA DO NASCIMENTO TAVARES	10/03/13	LIGADO NO DIA 22/03 AGENDADO NO DIA 10/04 ÀS 14h30min. MAS NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
36	JOSUÉ EZEQUIEL DE JESUS	15/05/12	LIGADO NO DIA 22/03 ÀS 16h36min E FALOU QUE JÁ ESTÁ EM OUTRO CEI.
37	BERNARDO GOMES CRISTOVÃO	16/01/2013	MATRICULADO.
38	MAIK DA SILVA CUNHA	25/08/2012	MATRICULADO.
39	ARTHUR LIBORIO FRANCESCO	03/04/2012	MATRICULADO.
40	RAYNNA JULIA MATANA DE OLIVEIRA	01/12/2012	MATRICULADA.
41	YASMIN MACEDO GUIMARÃES XAVIER	08/03/2013	MATRICULADA.
42	GABRIEL DA SILVA DUARTE	23/07/2013	MATRICULADO.
43	ALICIA OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO	08/12/2012	MATRICULADA.
44	HELLEN CAROLINE DA MOTA	13/11/2012	AGENDADO PARA O DIA 23/05 AS 10H.MAS NÃO COMPARECEU.
45	JOAQUIM GABRIEL DESOUSA VENTURA	19/12/2012	MATRICULADO.



46	SOFYA BILK ANSELMO	24/03/2013	MATRICULADA.
47	MARIAH ANDRADE FERREIRA	30/07/2012	MATRICULADA.
48	LUCAS GONÇALVES MEURER	13/10/2012	MATRICULADO.
49	MARIA LUIZA DE OLIVEIRA JUSTINO	18/11/2012	MATRICULADO.
50	AGATHA DE SOUZA BRINHOSA	10/05/2013	MATRICULADA.
51	LAURA BENFICA NUNES	28/01/2013	MATRICULADA.
52	MARIA HELENA GOLDONI FAGUNDES	17/07/2013	MATRICULADA.
53	MANUELA GONÇALVES COIMBRA CARVALHO	05/07/2013	MATRICULADA.
54	PIETRA RAFAELA DA ROSA	15/02/2013	MATRICULADA.

## QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS PARCEIRAS -2018 (ATUALIZADO EM 03/10/2018)

### NOME DA INSTITUIÇÃO : CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RENASCER – CEI RENASCER

Publicação Nº 1775249

#### QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE FILANTRÓPICAS PARCEIRAS -2018 (Atualizado em 03/10/2018)

Nome da Instituição : Centro de Educação Infantil Renascer – CEI Renascer

CNPJ :85.322.188/0001-47

Endereço : Rua : Gaivota , 335 – Jardim Zanellato – São José

Telefone : ( 48 ) 3258-1003

Email : contato@ceirenascer.org

Coordenadora Pedagógica : Rosane de Souza

#### CRIANÇAS MATRICULADAS

GRUPOS	IDADE (ANOS)	CAPACIDADE POR SALA	VAGAS INTEGRAL/ PREENCHIDAS	VAGAS MATUTINO	VAGAS VESPERTINO	TOTAL
GIII	03 /04	21	21			21
GIV	04	23	23			23
GVA	05/06	24	24			24
GVB	05/06	21	21			21
					TOTAL	89

#### QUADRO DE VAGAS

GRUPOS	VAGAS ( PERÍODO INTEGRAL)
GIII	Não Há Vagas
GIV	Não Há Vagas
GVA	Não Há Vagas
GVB	Não Há Vaga
TOTAL	00 (Não Há Vagas )

#### ATENDIMENTO ATUAL ( OUTUBRO /2018)

TURMA	NOME	PERÍODO INTEGRAL
GIII		
01	Alice Matos de Oliveira	Integral
02	Allyson da Rosa Corrêa	Integral
03	Cláudio Davi Nunes Ribeiro	Integral
04	Eloá Lara da Silva	Integral
05	Emilly Toledo Siqueira	Integral
06	Flávia Alexsandra Ferreira	Integral
07	Gabriel Baptista Ignácio	Integral
08	Gabrielly Campos Rodrigues	Integral
09	Isadora MisneroviskiSivério	Integral
10	Juan Cristovão Alves Garvino	Integral
11	Kauanny Victória Damásio Teixeira	Integral
12	Laura Misneroviski Silvério	Integral
13	Lucas Gabriel dos Santos Portela	Integral
14	Lucas Thaylan Santos do Nascimento	Integral
15	Nicollas Martins D'Avila	Integral
16	Pablo Henrique de Córdova Moraes	Integral
17	Paloma da Silva dos Santos	Integral
18	Pedro Henrique Moraes Rocha	Integral

19	Renan Felipe Alves Rodrigues	Integral
20	Samuel Leone Santana Santos	Integral
21	Vitor Gabriel Paraíso da Silva	Integral

TURMA GIV	NOME	PERÍODO INTEGRAL
01	AmabilliGrachiki Fagundes	Integral
02	Antônio Tiapas Neto	Integral
03	Davi de Oliveira Madeira	Integral
04	Emanuelly Alves Santos	Integral
05	Éricka Alice da Cruz Generoso	Integral
06	Evelyn da Silva Furtado	Integral
07	Gabriel Gomes Imbuzeiro	Integral
08	Gabrielly Vitória de Oliveira	Integral
09	Guilherme Kniss Rogério	Integral
10	Jhonatan Daniel Rodrigues de Oliveira	Integral
11	Joab Souza de Oliveira	Integral
12	Kainã Wagner Pereira	Integral
13	Levi Matos dos Santos	Integral
14	Luísa Sosa Ribas	Integral
15	Luiz Guilherme Silva Pereira	Integral
16	Luiz Felipe Fagundes Feitosa	Integral
17	Maria Alice Chimendes	Integral
18	Maria Vitória dos Santos	Integral
19	Miguel Valentim do Carmo Kochen	Integral
20	Milena Faria da Silva	Integral
21	Murilo do Prado Jarcem	Integral
22	Rosângela dos Santos	Integral
23	Yasmin Jéssica Katchor Rodrigues	Integral

TURMA GVA	NOME	PERÍODO INTEGRAL
01	Aghata dos Santos de Oliveira	Integral
02	Amabilly Ramos Ribeiro	Integral
03	Arthur Vieira Guaita	Integral
04	Cleyton Gomes dos Santos Júnior	Integral
05	Dafinny Sophia Soares da Cunha	Integral
06	DyemersonKauã Menezes de Souza	Integral
07	Emilly da Silva Scapin Teixeira	Integral
08	Enzo Gabriel Rodrigues Amorim	Integral
09	Gabriel da Cunha Silva	Integral
10	Isabelle Shappo Ribeiro	Integral
11	Kauan Manoel dos Santos	Integral
12	Kauê Vitor Damásio Oliveira da Silva	Integral
13	Laisy Borges Elias	Integral
14	Luiz Otávio Corrêa da Cruz	Integral
15	Maikelly da Cruz Fernandes	Integral
16	Manuella Nunes Silva	Integral
17	Maria Eduarda paraíso Santana da Silva	Integral
18	Miguel Nunes de Almeida	Integral
19	Otávio Rodrigues dos Santos	Integral
20	Otávio Vieira Machado	
21	Roger Borges Mendes da Silva Júnior	Integral
22	Sophia Gabrielly da Cruz Ribeiro	Integral
23	Yasmim Beatriz Perira Alves	Integral
24	Yuri Eduardo Mussi Leonardo	Integral

TURMA GVB	NOME	PERÍODO INTEGRAL
01	AlíciaMarcelli Gomes dos Santos	Integral
02	Ana Clara Tomaz Pereira	Integral
03	Ana Kely Araújo de Souza	Integral
04	Andressa Victória Alves Conceição	Integral
05	Arthur Guilherme CristovãoGarvino	Integral
06	Beatriz Martins de Souza Simões	Integral
07	Christopher Novaes de Oliveira	Integral
08	Deivid Teixeira Ferreira Lima	Integral
09	Estefanny Sofia Oliveira Maciel	Integral

10	Gabriel Souza Ferreira	Integral
11	Gabrielly dos Santos Maximiano	Integral
12	Igor Caetano da Silva Santos	Integral
13	Inaiá de Aquino Antunes da Silva	Integral
14	JhonathanCristopher dos Santos da Silva	Integral
15	Laura Cabral Machado	Integral
16	Maria Isabel da Silva dos Santos	Integral
17	Nycolas William de Souza Farias	Integral
18	Pedro Henrique Alves Piccoli	Integral
19	Sarah Oliveira dos Santos	Integral
20	Stefhany Fernanda Dias Rodrigues	Integral
21	Victória dos Santos Casaril	Integral

## LISTA DE ESPERA

GIII	NOME	D/N	SITUAÇÃO
01	Erick do Prado de Oliveira	30/03/2015	Aguardando vaga
02	Nathaly Araújo de Oliveira	30/10/2014	Aguardando vaga
03	Singler de Souza	10/04/2015	Aguardando vaga
04	Andrey Jacobovsk Marcelino	21/01/2015	Aguardando vaga
05	Carlos Henrique de Oliveira	06/02/2015	Aguardando vaga
06	Isabela da Rosa Jochem	12/07/2015	Aguardando vaga

GIV	NOME	D/N	SITUAÇÃO
01	Welyton Gustavo da Silva	09/09/2013	Chamadas nunca atendidas
02	Pedro Henrique Mussi dos Santos	13/03/2014	Chamadas não atendidas
03	Isabelly F. de Souza	22/10/2013	Chamadas não atendidas
04	Guilherme Kniss Rogério	10/04/2014	Foi chamado está frequentando
05	Davi Miguel dos Santos	06/07/2014	Aguardando Vaga
06	Sophia Vitória Gomes	08/06/2014	Aguardando vaga
07	Isadora Neves dos Santos	21/09/2014	Aguardando Vaga
08	Henrique Alves de Almeida	07/07/2014	Aguardando Vaga
09	Bruna Evellyn Machado Soares	20/08/2014	Aguardando Vaga
10	Kaio Rodrigues dos Santos	20/08/2014	Aguardando Vaga
11	Yago de Pinho Dezidério	19/02/104	Aguardando Vaga
12	Pedro Leonardo da Silva	05/04/2014	Aguardando Vaga
13	Felipe Liberato da Silva	16/05/2014	Aguardando Vaga
14	Ana Clara Moraes Silva	01/09/2014	Aguardando Vaga
15	Kauã Lemos Barcelos	28/06/2014	Aguardando vaga

Observação : As crianças da lista de espera do GIII que já completaram 4 anos , passaram para a lista de espera do GIV.

GV	NOME	D/N	SITUAÇÃO
01	Alice Oliveira Souza	31/07/2012	Esta Morando em Pernambuco
02	ThayllaEduarada Florêncio	26/03/2013	Chamadas Nunca Atendidas
03	Aghata dos Santos de Oliveira	12/10/2-13	Foi Chamada , está frequentando
04	Isadora Medeiros	15/01/2013	Aguardando Vaga

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018/SAS**

Publicação Nº 1775241

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018/SAS

## DA RATIFICAÇÃO

A autoridade superior, neste ato representada pela Secretária de Assistência Social, Sra. Rosemeri Bartuchski, em atenção ao que preconiza o art. 26 da Lei 8.666/93, RATIFICA o edital de credenciamento, por preencher os requisitos presentes na Lei de Licitações para a seguinte contratação: CREDENCIAMENTO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINAS SÓCIOASSISTÊNCIAIS, PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS DE 06 A 17 ANOS.

Sendo assim, as seguintes pessoas físicas foram aprovadas:

NOME	OFICINA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
Alan Jacinto Lugli Pereira	Artes Marciais	R\$ 23,00	R\$ 45.264,00



Berenice Queiroz da Costa	Cerâmica	R\$ 23,00	R\$ 45.264,00
Priscila Delonê Pereira	Dança	R\$ 23,00	R\$ 45.264,00
Maria Eduarda Zalin Predebon	Educação Nutricional	R\$ 23,00	R\$ 45.264,00
Roberta Gonçalves da Silva	Informática	R\$ 23,00	R\$ 45.264,00
Ibrahim Cardoso	Meio Ambiente	R\$ 23,00	R\$ 45.264,00
Roberta Paula Bagattoli	Artesanato	R\$ 23,00	R\$ 45.264,00

São José, 15 de outubro de 2018

ROSEMERI BARTUCHESKI  
Secretária de Assistência Social

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 15/2018

Publicação Nº 1775307

Ata de Julgamento do Pregão Presencial nº PP 15/2018

Reuniram-se no dia 16 de outubro de 2018, a partir das 14:00, no Plenário, a PREGOEIRA e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria n.º 142/2018, para realização de processos licitatórios na modalidade Pregão, para tratar do julgamento do item 2 – Passagens Rodoviárias do Edital de Pregão PP 15/2018 destinado à seleção de propostas visando o registro de preços Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de fornecimento de passagens aéreas nacionais e terrestres para a Câmara Municipal de São José.

Estiveram presentes na licitação:

824 - METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA 81.587.693/0001-62, como novo representante credenciado Senhor José Carlos Duarte, inscrito no Registro Geral 258215- SSP/SC e CPF 218.203.339-49.

1529 - PODER AGENCIA DE VIAGENS LTDA 27.779.566/0001-10 representada pelo sócio credenciado Senhor Carlos Henrique da Costa Soares, inscrito no Registro Geral 589517 e CPF 112.436.938-43.

Iniciados os trabalhos, a Pregoeira manifestou-se acerca da diligência realizada no intento de certificar as informações prestadas pelo Grupo BRT relativamente à capacidade da empresa METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA. Diante da resposta prestada pelo presidente do Grupo, entendeu-se estarem cumpridos os requisitos do item 10. 4.1. do edital, pertinente a comprovação de aptidão para agenciamento de passagens rodoviárias pela licitante. Todavia, foi juntada ao envelope n.º 2 a cópia comum da declaração, sem que para tanto o representante tivesse a via do documento original consigo, apta a sua certificação. Assim, descumprindo o item 18.4 e 18.4.1 do instrumento convocatório, razão pela qual a licitante foi desabilitada do certame.

Aberto o envelope da terceira colocada empresa PODER AGENCIA DE VIAGENS LTDA., verificou-se o descumprimento do item 103.2 do edital, pela ausência de declaração, ensejando assim também na sua inabilitação.

Ato contínuo, aberto o envelope da quarta colocada empresa A.T. PACHECO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI, constatou-se o descumprimento do item 103.2 do edital, bem como o descumprimento ao item 10.4.1 pela ausência de atestar a capacidade técnica relativa o item 2 Passagens Rodoviárias, ensejando, assim, a sua inabilitação.

Por restarem todas as proponentes inabilitadas no certame, a Pregoeira decidiu por aplicar o art. 48, §3º da Lei n.º 8.666/1993, fixando, assim o prazo de 8 dias úteis para que as empresas participantes apresentem nova documentação, designando a sessão pública para o dia 26 de outubro próximo às 14 horas.

Concedida a palavra aos participantes do certame, não houve manifestação acerca da intenção de apresentar recurso.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira Oficial e equipe de Apoio.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município de São José.

## Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA José Carlos Duarte	KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA Pregoeiro
PODER AGENCIA DE VIAGENS LTDA Carlos Henrique da Costa Soares	GUILHERME CLASEN GAGLIOTTI Equipe de Apoio
ACACIA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	BRUNO GABRIEL MELO MACHADO Equipe de Apoio
A.T. PACHECO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI	Acompanhou a licitação:  CLAUDIA MARQUES DE ANDRADE Presidente da CPL

**MANIFESTAÇÃO QUANTO AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2018**

Publicação Nº 1775308

## MANIFESTAÇÃO QUANTO AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2018  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 034/2018

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SOLUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, FOTOCÓPIAS E DIGITALIZAÇÃO, MEDIANTE A CESSÃO DE EQUIPAMENTOS NOVOS OU USADOS, COMPREENDENDO O TRANSPORTE, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS, COMPONENTES E PAPEL A4, SOLUÇÃO DE GESTÃO E CONTABILIZAÇÃO DE IMPRESSÃO, CAPACITAÇÃO NO USO DA SOLUÇÃO DE GESTÃO E NA OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Em 11 de outubro último a empresa Escrimate Comercial e Serviços de Informática EIRELI, inscrita no CNPJ n.º 00.748.569/0001-30, tempestivamente apresentou pedido de esclarecimento, conforme item 2.1 do edital, referente aos quesitos técnicos previstos no Termo de Referência, Anexo II do edital referenciado, protocolo sob o n.º 1314, cujos termos seguem então colacionados:

## MULTIFUNCIONAL COLORIDA A4 (POLICROMÁTICAS)

Velocidade de impressão Mínimo 40 ppm (tamanho A4) em preto/cores: Sugerimos 36ppm (tamanho A4) em preto/cores

## IMPRESSORAS COLORIDAS (POLICROMÁTICAS)

Processador Mínimo 600 mhz

- Sugerimos processador de 400mhz.

## IMPRESSORAS COLORIDAS (POLICROMÁTICAS)

Velocidade de impressão Mínimo 33 ppm - Sugerimos 32 ppm

Processador Mínimo 600 mhz - Sugerimos processador de 400mhz.

Ao final, aduziu a empresa que "Nossas sugestões citadas acima, ajudarão alcançar maior números de participantes e também proporcionarão redução de custos para a Câmara Municipal de São José"

Vê-se, portanto, indicações que se dignam a alterar as previsões editalícias. Entretanto, a Requerente não acostou aos seus pedidos subsídios capazes de evidenciarem que as indicações por ela realizadas ampliariam o número de participantes no certame e/ou são competentes a proporcionar a redução de custos para a pretensa contratação.

## DA ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO TÉCNICA

Instada a Pregoeira, ponderando tratar-se tão somente afirmações quanto aos quesitos de pertinência técnica, o petítório foi encaminhado ao Analista de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de São José, Senhor Marcelo Alessandro Macagnan, para que procedesse a manifestação competentemente técnica.

Após análise, o responsável técnico procedeu as seguintes respostas:

## MANIFESTAÇÃO TÉCNICA

Conforme solicitado em Despacho de 11 de outubro de 2018, seguem nossas manifestações técnicas relativas aos itens do Pedido de Esclarecimento feito pela empresa Escrimate Comercial e Serviços de Informática EIRELI, relativos às previsões do Edital do Pregão Presencial nº 16/2018.

## Item 01 - MULTIFUNCIONAL COLORIDA A4 (POLICROMÁTICAS)

"Velocidade de impressão Mínimo 40 ppm (tamanho A4) em preto/cores: Sugerimos 36ppm (tamanho A4) em preto/cores"

Resposta: As características especificadas no TR buscam contemplar as alterações de layout previstas para a Câmara de São José no que se refere à distribuição de impressoras, bem como o redimensionamento do número de usuários por equipamento. Atualmente o órgão utiliza um equipamento modelo SHARP MX-3640, cuja especificação técnica "Velocidade (Colorido & P/B, A4)" consta como "36/31/26 ppm" (páginas por minuto). Ocorre que esse equipamento é utilizado por um pequeno grupo de servidores (aproximadamente cinco, sendo esses dos setores: Legislativo, Direção Geral e Assessoria Jurídica). No novo redimensionamento, as impressoras multifuncionais deverão atender a quase totalidade dos servidores (aproximadamente 120 usuários) e, conseqüentemente, necessitam de um incremento na velocidade de execução dos trabalhos e melhor performance de processamento. Sendo assim, recomendamos que seja mantida a especificação de 40 ppm (A4) para esse item.

**Item 02 - IMPRESSORAS COLORIDAS (POLICROMÁTICAS)**

"Processador Mínimo 600 mhz - Sugerimos processador de 400mhz."

Resposta: Segundo o novo layout de distribuição de impressoras, os equipamentos descritos como "Impressoras Coloridas (Policromáticas)" serão alocados nos setores Legislativo e Gabinete da Presidência. O setor Legislativo, considerado finalístico para a Câmara de São José e que, conseqüentemente, possui uma grande demanda de impressões coloridas, utiliza atualmente um equipamento multifuncional modelo Brother MFC-L8600CDW (policromático), cuja frequência de processador é de 400Mhz(1). No entanto, após consulta aos usuários desse setor, foi-nos relatado que o equipamento atual apresenta desempenho insatisfatório para o setor Legislativo. Sendo assim, recomenda-se um equipamento com maior capacidade de processamento (600Mhz ou maior) e, por conseguinte, a manutenção das especificações do Termo de Referência.

(1)<https://www.brother.com.br/ptBR/MFC/79/ProductDetail/MFCI8600cdw/Specifications-pt-BR>

**Item 3 - IMPRESSORAS COLORIDAS (POLICROMÁTICAS)**

"Velocidade de impressão Mínimo 33 ppm - Sugerimos 32 ppm

Processador Mínimo 600 mhz - Sugerimos processador de 400mhz."

Resposta: Para o item "Impressora Colorida (Policromática)" o Termo de Referência especifica a velocidade de 25ppm (vinte e cinco páginas por minuto) e não 33ppm, como indicado na sugestão. Sendo assim, a sugestão de 32ppm já atende aos requisitos do Edital. Quanto à sugestão de processador de 400Mhz, entendemos que a resposta é a mesma do Item 02, acima.

**CONCLUSÃO**

Com base nos fundamentos expostos, tendo em vista as especificações técnicas elencadas no Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial n.º 16/2018, bem como pelos documentos que instruem a fase interna do processo licitatório, razões não assistem para que se procedam alterações ao instrumento convocatório, nos termos pretendidos pela empresa Escrimate Comercial e Serviços de Informática EIRELI, inscrita no CNPJ n.º 00.748.569/0001-30, pois segundo o conjunto de informações depreendidas da manifestação do Analista de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de São José, tratam-se de especificações estipuladas com supedâneo na avaliação de conveniência e oportunidade da Administração, e por si não são capazes de macular os princípios licitatórios, especialmente à competitividade essencial à modalidade Pregão.

São José, Santa Catarina, 16 de outubro de 2018.

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA  
PREGOEIRA

**PORTARIA Nº 148/2018**

Publicação Nº 1774922

**PORTARIA Nº 148/2018**

DESIGNA A SERVIDORA MARA LETÍCIA RADIN PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA., PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2018, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2018.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Mara Letícia Radin para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Junckes Distribuidora Ltda., Processo Administrativo nº 108/2018, Ata de Registro de Preços nº 11/2018.

Art. 2º - Compete à servidora designada:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato;



b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 15 de outubro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

## **PORTARIA Nº 149/2018**

Publicação Nº 1774925

PORTARIA Nº 149/2018

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor Éder Filipe da Silva, matrícula 1217, a partir de 16 de outubro de 2018.

Câmara Municipal de São José, SC, 15 de outubro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## **PORTARIA Nº 150/2018**

Publicação Nº 1774928

PORTARIA Nº 150/2018

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder à servidora Denise Alexandrina de Lima, matrícula 9, ocupante do cargo de Auxiliar de Atividades Administrativas, o gozo de 66 (sessenta e seis) dias de licença-prêmio, no período de 17 de outubro de 2018 a 21 de dezembro de 2018, correspondente ao seu 4º quinquênio (2005-2010).

Câmara Municipal de São José, SC, 15 de outubro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## **RESOLUÇÃO Nº. 518, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1774970

RESOLUÇÃO Nº. 518, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.

CUMPRE DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 74, II, "5" C/C ART. 23, AMBOS DA RESOLUÇÃO Nº 164, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Por determinação judicial proferida nos autos n.º 0017347-75.2016.8.24.0023, fica a Excelentíssima Senhora Vereadora Sandra Pereira Alves Martins afastada do exercício da função pública e dos atos a esta relacionados, ou seja, das atividades típicas da atuação parlamentar, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados de 17 de setembro de 2018, data do recebimento do Ofício n.º



0017347-75.2016.8.24.0023-0021.

Art. 2º. O substituto legal da vereadora deverá tomar posse na forma prevista na Lei Orgânica do Município de São José/SC e no Regimento Interno da Câmara Municipal de São José, além de demais disposições legais aplicáveis.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, SC, 17 de outubro de 2018.

Orvino Coelho de Ávila Presidente	



## Publicação Nº 1774981

<b>ORVINO COELHO DE AVILA</b> PRESIDENTE DO LEGISLATIVO ORDENADOR DA DESPESA	<b>WILMAR HINCKEL</b> TECNICO EM CONTABILIDADE CRC/SC-10613	<b>ROBERVAL ROGERIO WANDALL</b> DIRETOR FINANCEIRO
--	---	---

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.078, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1774661

DECRETO Nº 6.078, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o artigo 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.01.06.181.4503.2.008 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	26	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.378, de dezembro de 2017 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROC 203/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1774264

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de casinha para cães destinados para a Ong Amigo Bicho, Município de São Miguel do Oeste – SC, aprovado com Recursos do Fundo dos Bens Lesados na reunião realizada no dia 20 de agosto de 2018, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 29 de outubro de 2018.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 16 de outubro de 2018.

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração e Finanças

## CÂMARA MUNICIPAL

## BALANCETE FINANCEIRO SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1774930

Betha Sistemas  
Exercício de 2018  
Período: Setembro  
Página: 1

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Imagem fornecida por: Camara Municipal de Sao Miguel do Oeste

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>304.210,54</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>304.210,54</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	276.342,45
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.256,69
		INVESTIMENTOS	2.611,40
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>416.666,66</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	416.666,66		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>687.992,18</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>673.506,95</b>
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.635,02	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	39.247,37
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	59.402,05	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	318.085,10
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	304.409,54	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	4.659,47
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	4.659,47	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	311.515,01
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	317.886,10		
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>561.668,61</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>688.609,96</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	561.668,61	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	688.609,96
<b>TOTAL</b>	<b>1.666.327,45</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.666.327,45</b>

SAO MIGUEL DO OESTE, 08/10/2018

Claudio José Barp  
Presidente da Câmara

Simoni Aparecida Antunes  
Contador CRC/SC-031339/O-4

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### 1º ADITIVO AO CONTRATO 20.2018

Publicação Nº 1774339

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122  
www.pmspa.sc.gov.br

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20.2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A EMPRESA PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A

CONSIDERANDO a regra do art. Art. 65, § 1o, da Lei nº. 8.666/1993, que permite a os acréscimos ou supressões e condições mais vantajosas para a Administração Pública;  
Primeiro Termo Aditivo que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e de outro lado à empresa PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A, com sede na Rod BR116 nº 11807 km100, Bairro Hauer Curitiba/PR, CEP: 81.690-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.527.951/0001-85, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Contrato n.º 20.2018, passando a vigorar o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO Nº 20/2018:

1.1- O contrato nº. 20/2018, tem por objeto Conserto da Escavadeira Hidráulica, incluindo peças e mão de obra, da Secretaria de Obras deste Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1- De acordo com a C.I de nº 071/2018, Fica acrescido ao contrato original um valor de R\$ 3.542,24 (três mil quinhentos e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos), um acréscimo aproximado de 17,078%, conforme tabela abaixo:

Peças a serem substituídas:

02 Protetor - R\$ 2.400,00;

08 Parafusos – R\$ 96,16;

08 Arruelas – R\$ 46,08;

01 Serviço de mão de obra – R\$ 1.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1- Todas as demais cláusulas e ajustes constantes do Contrato n.º 20.2018 continuam em vigor, revogando-se somente aquilo que for conflitante a este primeiro termo aditivo.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A,  
CNPJ/MF: 76.527.951/0001-85

### CONTRATO N.º 069/2018

Publicação Nº 1774698

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE  
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 069/2018



O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora ELAINE CRISTINA ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 003.959.549-83, residente e domiciliada a Rua Bertolino Manoel Dutra, nº 229 – Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2017, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

- 1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.
- 1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR I -AUXILIAR DE SALA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

- 3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.
- 3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 16/10/2018, findando no dia 14/12/2018, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.
- 4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

- 5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:
- 5.1.1- Acordo entre as partes;
- 5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
- 5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
- 5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
- 5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
- 5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:
- 5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº 05/1997 (arts. 166 a 178);
- 5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
- 5.2.2.1- Ato de improbidade;
- 5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
- 5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
- 5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- 5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
- 5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
- 5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
- 5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
- 5.2.2.9- Abandono de emprego;
- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

- 6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal nº 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no

Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte e cinco (25) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

ELAINE CRISTINA ALVES

CONTRATADA

Testemunhas:

### DECRETO Nº131/2018

Publicação Nº 1774575

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

[www.pmspa.sc.gov.br/](http://www.pmspa.sc.gov.br/) gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº131/2018

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.7º da Lei 1.138/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

#### 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.092 – Func. e Manut. do PACS R\$ 9.000,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Suplementa:

3.1.91.00.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de outubro de 2018.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº132/2018**

Publicação Nº 1774578

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº132/2018**

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1.138/2017.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 36.968,73 (Trinta e seis mil novecentos e sessenta e oito reais e setenta e três centavos ) por conta do Excesso de Arrecadação MAC na dotação abaixo identificada:

**11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.01.10.301.0009.2.060 – Func. e Manutenção do MAC R\$ 36.968,73  
3.3.90.00.00.00.00.00.02.0064.00073 – Aplicações Diretas R\$ 36.968,73

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de outubro de 2018.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018**

Publicação Nº 1774580

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-223  
administracao@pmspa.sc.gov.br

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018**

O Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara – SC, ERNEI JOSE STAHELIN, torna público que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo para formação de Cadastro de Reserva para possível Admissão em Caráter Temporário nos anos de 2019 e 2020 para o Quadro de Pessoal conforme quadro demonstrativo:

CÓD.	CARGO	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	SALÁRIO BASE	CARGA HORÁRIA	TIPO DE PROVA
01	Trabalhador Braçal	CR(*)	Alfabetizado	R\$ 1.045,18	40 horas	Prática
02	Auxiliar de Serviços Gerais	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª. Série)	R\$ 1.045,18	40 horas	Escrita
03	Motorista II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D/E	R\$ 1.481,65	40 horas	Prática
04	Motorista II (Transporte Escolar)	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D/E. Curso para Condução de Passageiros para Transporte Escolar	R\$ 1.481,65	40 horas	Prática

05	Operador de Máquina II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D	R\$ 1.990,12 Ajude de custo R\$ 250,00	40 horas	Prática
06	Agente de Endemias	CR(*)	Segundo grau completo e CNH-A	R\$ 1.204,33	40 horas	Escrita
07	Agente Comunitário de Saúde - ESF	CR(*)	Ensino Fundamental e residir na área em que se inscrever Área I Micro área IV – Bairros: Boa Parada, Fojoca e Santa Teresa	R\$ 1.204,33	40 horas	Escrita
08	Auxiliar de Enfermagem - ESF	CR(*)	Ensino Médio/Técnico em Auxiliar de Enfermagem e registro no COREN de Auxiliar em Enfermagem	R\$ 1.481,60	40 horas	Escrita
09	Técnico em Enfermagem	CR(*)	Ensino Médio/Técnico em Enfermagem e registro no COREN de Técnico em Enfermagem	R\$ 1.499,53	40 horas	Escrita
10	Enfermeiro - ESF	CR(*)	Ensino Superior Completo em Enfermagem e registro no COREN	R\$ 3.775,80 + Gratificação R\$ 805,78	40 horas	Escrita
11	Médico Clínico Geral - ESF	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina, Clínica Geral e registro no CRM	R\$ 9.338,39 + Gratificação R\$ 2.706,81	40 horas	Escrita
12	Médico Clínico Geral	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina, Clínica Geral e registro no CRM	R\$ 6.863,62 + Gratificação R\$ 2.030,10	30 horas	Escrita
13	Médico Ginecologista/Obstetra	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina, Especialidade na área afim e registro no CRM	R\$ 4.575,76 + Gratificação R\$ 1.353,39	20 horas	Escrita
14	Médico Pediatra	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina, Especialidade na área afim e registro no CRM.	R\$ 4.575,76 + Gratificação R\$ 1.353,39	20 horas	Escrita
15	Auxiliar de Saúde Bucal Complexo Penitenciário	CR(*)	Portador de certificado de conclusão do Ensino Fundamental, com experiência comprovada através de declaração na área mínimo 01 ano.	R\$ 980,80 + Risco de Vida R\$ 225,58	30 horas	Escrita
16	Cirurgião Dentista - Complexo Penitenciário	CR(*)	Portador de certificado de conclusão de Curso Superior em Odontologia com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão/CRO.	R\$ 6.417,36+ Risco de Vida R\$ 1.475,99	30 horas	Escrita
17	Médico Clínico Geral com experiência Saúde Mental Complexo Penitenciário	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina, Clínica Geral e registro no CRM	R\$ 6.863,62 + Risco de Vida R\$ 1.578,63	30 horas	Escrita
18	Técnico em Enfermagem - Complexo Penitenciário	CR(*)	Ensino Médio/Técnico em Enfermagem e registro no COREN de Técnico em Enfermagem com experiência comprovada na área mínimo 01 ano.	R\$ 1.124,64 + Risco de Vida R\$ 258,66	30 horas	Escrita
19	Professor I Auxiliar de Sala	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia - Licenciatura Plena	R\$ 1.534,59	25 horas	Escrita Títulos
20	Professor I Auxiliar de Sala Não Habilitado	CR(*)	Ensino Médio Completo em Magistério ou Superior Incompleto em Pedagogia (cursando 5ª fase)	R\$ 1.534,59	25 horas	Escrita Títulos
21	Professor II Educação Infantil	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil – Licenciatura Plena	R\$ 1.920,49	30 horas	Escrita Títulos
22	Professor II Anos Iniciais	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Anos/Séries Iniciais – Licenciatura Plena	R\$ 1.280,31	20 horas	Escrita Títulos
23	Professor Horista Habilitado -Matemática	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
24	Professor Horista Não Habilitado – Matemática	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área ou área afim	R\$ 15,92	Hora/aula	Escrita Títulos

25	Professor Horista Habilitado - Geografia	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
26	Professor Horista Não Habilitado -Geografia	CR(*)	Ensino Superior Incompleto cursando 5ª fase na área ou área afim	R\$ 15,92	Hora/aula	Escrita Títulos
27*	Professor Horista Habilitado-Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena ou Bacharelado para atuar em escolas ou projetos. Com inscrição no Órgão Fiscalizador da Profissão - CREF.	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
28	Professor Horista Habilitado - Alemão	CR(*)	Ensino Superior Completo na área - Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
29	Professor Horista Habilitado - Inglês	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
30	Professor Horista Habilitado – Língua Portuguesa	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
31	Professor Horista Não Habilitado – Língua Portuguesa	CR(*)	Ensino Superior Incompleto cursando 5ª fase na área ou área afim	R\$ 15,92	Hora/aula	Escrita Títulos
32	Professor Horista Habilitado – História	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
33	Professor Horista Não Habilitado – História	CR(*)	Ensino Superior Incompleto cursando 5ª fase na área ou área afim	R\$ 15,92	Hora/aula	Escrita Títulos
34	Professor Horista Habilitado – Ciências	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
35	Professor Horista Habilitado – Informática Educativa	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
36	Professor Horista Não habilitado – Informática Educativa	CR(*)	Ensino Superior Incompleto cursando 5ª fase na área ou área afim	R\$ 15,92	Hora/aula	Escrita Títulos
37*	Professor Horista Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Completo – Bacharelado em Educação Física. Com inscrição no Órgão Fiscalizador da Profissão - CREF.	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
38	Professor Horista Artes - Habilitado	CR(*)	Ensino superior completo na área afim			Escrita Títulos

Obs.: \* Os professores inscritos em educação física com Licenciatura Plena poderão atuar como professor de escola e/ou projetos.

\* Os professores inscritos em educação física com bacharelado poderão atuar somente em projetos.

Provas Escritas: Serão realizadas no dia 25 de novembro de 2018, das 9h às 11h na Escola Básica Municipal Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, com endereço na Rua Manoel Pedro Silveira, 507 - Bairro Santa Teresa município de São Pedro de Alcântara.

Provas Práticas: Serão realizadas no dia 27 de novembro de 2018, das 9h às 11h no Prédio da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 – Bairro Centro.

O Edital completo está afixado no mural das publicações oficiais da Prefeitura Municipal e disponível no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)

São Pedro de Alcântara, em 15 de outubro de 2018.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-223

[administracao@pmspa.sc.gov.br](mailto:administracao@pmspa.sc.gov.br)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018



O Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara-SC, ERNEI JOSE STAHELIN, torna público que estarão abertas no período de 16 DE OUTUBRO DE 2018 A 31 DE OUTUBRO DE 2018, as inscrições para o Processo Seletivo, para formação de Cadastro de Reserva (CR), para vagas a serem preenchidas em Caráter Temporário, de acordo com a necessidade do município, no Exercício de 2019 e 2020, no Quadro de Pessoal da Administração Municipal, conforme especificado abaixo, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital.

#### 1. DOS CARGOS, DAS VAGAS, ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

CÓD.	CARGOS	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	SALÁRIO BASE	CARGA HORÁRIA	TIPO DE PROVA
01	Trabalhador Braçal	CR(*)	Alfabetizado	R\$ 1.045,18	40 horas	Prática
02	Auxiliar de Serviços Gerais	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª. Série)	R\$ 1.045,18	40 horas	Escrita
03	Motorista II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D/E	R\$ 1.481,65	40 horas	Prática
04	Motorista II (Transporte Escolar)	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D/E. Curso para Condução de Passageiros para Transporte Escolar	R\$ 1.481,65	40 horas	Prática
05	Operador de Máquina II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D	R\$ 1.990,12 Ajude de custo R\$ 250,00	40 horas	Prática
06	Agente de Endemias	CR(*)	Segundo grau completo e CNH-A	R\$ 1.204,33	40 horas	Escrita
07	Agente Comunitário de Saúde - ESF	CR(*)	Ensino Fundamental e residir na área em que se inscrever Área I Micro área IV – Bairros: Boa Parada, Fojoca e Santa Teresa	R\$ 1.204,33	40 horas	Escrita
08	Auxiliar de Enfermagem - ESF	CR(*)	Ensino Médio/Técnico em Auxiliar de Enfermagem e registro no COREN de Auxiliar em Enfermagem	R\$ 1.481,60	40 horas	Escrita
09	Técnico em Enfermagem	CR(*)	Ensino Médio/Técnico em Enfermagem e registro no COREN de Técnico em Enfermagem	R\$ 1.499,53	40 horas	Escrita
10	Enfermeiro - ESF	CR(*)	Ensino Superior Completo em Enfermagem e registro no COREN	R\$ 3.775,80 + Gratificação R\$ 805,78	40 horas	Escrita
11	Médico Clínico Geral - ESF	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina, Clínica Geral e registro no CRM	R\$ 9.338,39 + Gratificação R\$ 2.706,81	40 horas	Escrita
12	Médico Clínico Geral	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina, Clínica Geral e registro no CRM	R\$ 6.863,62 + Gratificação R\$ 2.030,10	30 horas	Escrita
13	Médico Ginecologista/Obstetra	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina, Especialidade na área afim e registro no CRM	R\$ 4.575,76 + Gratificação R\$ 1.353,39	20 horas	Escrita
14	Médico Pediatra	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina, Especialidade na área afim e registro no CRM.	R\$ 4.575,76 + Gratificação R\$ 1.353,39	20 horas	Escrita
15	Auxiliar de Saúde Bucal Complexo Penitenciário	CR(*)	Portador de certificado de conclusão do Ensino Fundamental, com experiência comprovada através de declaração na área mínimo 01 ano.	R\$ 980,80 + Risco de Vida R\$ 225,58	30 horas	Escrita
16	Cirurgião Dentista - Complexo Penitenciário	CR(*)	Portador de certificado de conclusão de Curso Superior em Odontologia com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão/CRO.	R\$ 6.417,36+ Risco de Vida R\$ 1.475,99	30 horas	Escrita
17	Médico Clínico Geral com experiência Saúde Mental Complexo Penitenciário	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina, Clínica Geral e registro no CRM	R\$ 6.863,62 + Risco de Vida R\$ 1.578,63	30 horas	Escrita



18	Técnico em Enfermagem - Complexo Penitenciário	CR(*)	Ensino Médio/Técnico em Enfermagem e registro no COREN de Técnico em Enfermagem com experiência comprovada na área mínimo 01 ano.	R\$ 1.124,64 + Risco de Vida R\$ 258,66	30 horas	Escrita
19	Professor I Auxiliar de Sala	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia - Licenciatura Plena	R\$ 1.534,59	25 horas	Escrita Títulos
20	Professor I Auxiliar de Sala Não Habilitado	CR(*)	Ensino Médio Completo em Magistério ou Superior Incompleto em Pedagogia (cursando 5ª fase)	R\$ 1.534,59	25 horas	Escrita Títulos
21	Professor II Educação Infantil	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil – Licenciatura Plena	R\$ 1.920,49	30 horas	Escrita Títulos
22	Professor II Anos Iniciais	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Anos/Séries Iniciais – Licenciatura Plena	R\$ 1.280,31	20 horas	Escrita Títulos
23	Professor Horista Habilitado - Matemática	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
24	Professor Horista Não Habilitado – Matemática	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área ou área afim	R\$ 15,92	Hora/aula	Escrita Títulos
25	Professor Horista Habilitado - Geografia	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
26	Professor Horista Não Habilitado -Geografia	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área ou área afim	R\$ 15,92	Hora/aula	Escrita Títulos
27*	Professor Horista Habilitado-Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena ou Bacharelado para atuar em escolas ou projetos. Com inscrição no Órgão Fiscalizador da Profissão - CREF.	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
28	Professor Horista Habilitado - Alemão	CR(*)	Ensino Superior Completo na área - Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
29	Professor Horista Habilitado - Inglês	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
30	Professor Horista Habilitado – Língua Portuguesa	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
31	Professor Horista Não Habilitado – Língua Portuguesa	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área ou área afim	R\$ 15,92	Hora/aula	Escrita Títulos
32	Professor Horista Habilitado – História	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
33	Professor Horista Não Habilitado – História	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área ou área afim	R\$ 15,92	Hora/aula	Escrita Títulos
34	Professor Horista Habilitado – Ciências	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
35	Professor Horista Habilitado – Informática Educativa	CR(*)	Ensino Superior Completo na área – Licenciatura Plena	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos
36	Professor Horista Não habilitado – Informática Educativa	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área ou área afim	R\$ 15,92	Hora/aula	Escrita Títulos
37*	Professor Horista Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Completo – Bacharelado em Educação Física. Com inscrição no Órgão Fiscalizador da Profissão - CREF.	R\$ 18,17	Hora/aula	Escrita Títulos



38	Professor Horista Artes - Habilitado	CR(*)	Ensino superior completo na área afim			Escrita Títulos
----	---	-------	---------------------------------------	--	--	--------------------

Obs.: \* Os professores inscritos em educação física com Licenciatura Plena poderão atuar como professor de escola e/ou projetos.

\* Os professores inscritos em educação física com bacharelado poderão atuar somente em projetos.

## 2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. As provas escritas do Processo Seletivo Público serão realizadas sob a responsabilidade da COOPE - COOPERATIVA DE EDUCACAO DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS. CNPJ 07.357.603/0001-9.

2.2. O edital do Processo Seletivo Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos, serão publicados no sítio do Processo Seletivo Público na Internet: <http://www.pmspa.sc.gov.br>.

2.3. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

2.4. O presente Processo Seletivo Público terá validade por 02 (dois) anos de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 126/2017. Sendo que haverá uma nova escolha de vagas conforme necessidade para o cargo de professor para o exercício 2020.

2.5. A aprovação e classificação no Processo Seletivo Público não cria direito à imediata contratação do candidato, que será concretizada na medida das necessidades do município e disponibilidades orçamentárias.

## 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição será realizada no período de 16/10/2018 a 31/10/2018 das 07h às 12h (segunda a sexta-feira), nas dependências da Prefeitura Municipal, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 - Centro na cidade de São Pedro de Alcântara, nos termos do Edital.

3.2. A inscrição será pessoalmente ou por Procurador, no caso de Procurador, com procuração simples, concedendo ao outorgado poderes específicos para inscrição e entrega dos documentos. A inscrição só será finalizada com a entrega e conferência dos documentos exigidos no item 3.7, pagamento da taxa de inscrição item 3,9, ou requerimento de isenção item 3.12.

3.3. O Candidato só poderá se inscrever para um único cargo.

3.4. É de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como, o correto preenchimento da Ficha de Inscrição.

3.5. Efetuada a inscrição não será aceito pedido de alteração na ficha, exceto referente ao endereço do candidato.

3.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço enquanto estiver participando do Processo Seletivo e no período subsequente, se aprovado. É de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

3.7. Para realizar a inscrição, o candidato deverá:

- Preencher a ficha de inscrição.
- Apresentar os documentos originais RG e CPF e fotocópia dos mesmos (RG e CPF).
- Apresentar fotocópia do comprovante de residência.
- Apresentar fotocópia autenticada de cursos de aperfeiçoamentos, realizados nos últimos 03 (três) anos, para os cargos da área da Educação/Magistério – Prova de Títulos.
- Efetuar no ato da inscrição o pagamento da taxa de inscrição.

3.8. A adulteração de qualquer elemento da cópia da cédula de identidade, em relação ao original da mesma ou a não veracidade de declaração apresentada na ficha de inscrição ou em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Processo Seletivo, se a inscrição já estiver homologada.

3.9. A taxa de inscrição será de:

R\$ 70,00 (setenta reais) para os cargos de nível superior;

R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os cargos de nível médio/técnico;

R\$ 30,00 (trinta reais) para os cargos de ensino fundamental completo/incompleto.

3.10. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser no ato da inscrição. A inscrição só será efetivada mediante o pagamento.

3.11. A taxa de inscrição não será devolvida em hipótese alguma.

3.12. Será concedida a isenção da taxa de inscrição aos candidatos nos termos da Lei Municipal nº 1149/2018:

- doadores de sangue e/ou medula óssea ou que integrem Associação de Doadores e contribuam para estimular de forma direta e indireta a doação.

- b) candidatos que não possuam renda, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.
- c) O candidato deverá preencher requerimento solicitando a isenção da taxa de inscrição (modelo de Anexo IV ou VI);
- d) Anexar documento expedido pela entidade coletora discriminando o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes nos últimos 12 (doze) meses (contados retroativamente à data de abertura das inscrições no Processo Seletivo).
- e) Anexar declaração do Serviço Social do Município contendo Número de Identificação Social – NIS, que comprove sua condição de hipossuficiente financeiramente.

3.13. O candidato após efetuar a inscrição, receberá o cartão de identificação contendo seu nome, nº de inscrição e cargo pretendido.

3.14. O Edital, a Ficha de Inscrição e Anexos estão disponíveis no site: [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br), para consulta e impressão.

3.15. Após a data e horário fixados como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

#### 4. DO CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas portadoras de deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo desde que a deficiência de que são portadoras seja compatível com as atribuições do cargo em provimento.

4.2. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, serão reservados aos portadores de deficiência (cinco por cento) do número de vagas oferecidas para cada Cargo ou 01 (uma) quando o resultado da aplicação deste percentual sobre o número de vagas for inferior a unidade e o número de vagas igual ou superior a 05 (cinco).

4.3. Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99 e alterações.

4.4. As pessoas portadoras de deficiência participarão do Processo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.5. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá comunicá-la especificando-a no topo da Ficha de Inscrição em cor vermelha – DEFICIENTE FÍSICO - e anexar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como, a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação da sua prova (solicitação de prova especial ampliada).

4.6. Os candidatos que não atenderem os dispositivos mencionados, dentro do prazo do período das inscrições, serão considerados como não portadores de deficiência e não terão a prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado, estando impossibilitados de realizar a prova em condições especiais.

4.7. O candidato portador de deficiência que no ato da inscrição, não declarar essa condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

4.8. Não será contratado o candidato cuja deficiência não for configurada ou quando esta for considerada incompatível com a função a ser desempenhada.

4.9. As inscrições que cumprirem os requisitos aqui exigidos serão homologadas.

4.10. O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência até a data limite para a realização das inscrições.

4.11. Os candidatos portadores de necessidades especiais, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

4.12. Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização da prova deverão mencionar, em declaração anexa a ficha de inscrição, indicando as condições especiais que necessitam para a realização das provas. A decisão desses requerimentos caberá à Comissão Organizadora do Processo Seletivo que poderá solicitar documentos ou exames para fins de comprovação das condições do candidato.

#### 5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, o Prefeito Municipal homologará as inscrições, na data provável de 07 de novembro de 2018, ocorrendo após a publicação e afixação em local público e no sítio [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br).

#### 6. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

6.1. O Processo Seletivo constará de duas etapas para o cargo de Professor:

- a) Prova Escrita de caráter eliminatório; e

b) Prova de Títulos (Cursos de aperfeiçoamento na área na qual o candidato se inscrever) de caráter classificatório.

6.2. Para os cargos de Motorista II, Operador de Máquina II e Trabalhador Braçal o Processo Seletivo constará de uma única etapa:

a) Prova Prática de caráter eliminatório.

6.3. Para os demais cargos o Processo Seletivo constará de uma única etapa:

a) Prova Escrita de caráter eliminatório.

## 7. DA PROVA ESCRITA

7.1. A Prova Escrita será realizada no dia 25 de novembro de 2018, das 9h às 11h, na Escola Básica Municipal Doutor Adalberto Tolentino de Carvalho, com endereço na Rua Manoel Pedro Silveira, 507 - Bairro Santa Teresa município de São Pedro de Alcântara.

7.2. A prova escrita para o cargo de professor terá 25 questões objetivas com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo que uma única será a correta. Cada questão correta valerá até 0,32 pontos, podendo alcançar no máximo 8,00 pontos.

a) A nota da prova escrita será somada com a da prova de títulos para obtenção da nota final.

b) As disciplinas as quais versarão a prova, bem como, o número de questões constam no quadro abaixo:

DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	TOTAL DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	05	25
Matemática	05	
Conhecimentos Gerais	05	
Conhecimentos específicos	10	

7.3. Para os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais a prova escrita terá 25 questões objetivas com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo que haverá somente uma correta. Cada questão correta valerá 0,40 pontos, podendo alcançar no máximo 10,00 pontos.

a) As disciplinas as quais versarão a prova, bem como, o número de questões constam no quadro abaixo:

DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	TOTAL DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	10	25
Matemática	10	
Conhecimentos Gerais	05	

7.4. Para os cargos de Motorista II, Operador de Máquina II e Trabalhador Braçal, não haverá prova escrita.

7.5. Provas Práticas: Serão realizadas no dia 27 de novembro de 2018, das 9h às 11h no Prédio da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 – Bairro Centro.

7.6. Para os cargos de Médico Clínico Geral - ESF, Clínico Médico Geral, Médico Ginecologista/Obstetra, Médico Pediatra, Cirurgião Dentista - Complexo Penitenciário e Médico Clínico Geral com experiência em Saúde Mental para o Complexo Penitenciário, a prova terá 25 questões objetivas com 4 (quatro) alternativas de resposta para cada uma, sendo que haverá somente uma correta. Cada questão valerá 0,40 pontos, podendo alcançar no máximo 10,00 pontos.

As disciplinas as quais versarão a prova, bem como, o número de questões constam no quadro abaixo:

DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	TOTAL DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	05	25
Matemática	05	
Conhecimentos Gerais	05	
Conhecimentos específicos	10	
OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os conteúdos coincidirem para graus de formação diferenciados.		

7.7. Para os demais cargos, a prova escrita terá 25 questões objetivas com 4 (quatro) alternativas de resposta para cada uma, sendo que haverá somente uma correta. Cada questão valerá 0,40 pontos, podendo alcançar no máximo 10,00 pontos.

As disciplinas as quais versarão a prova, bem como, o número de questões constam no quadro abaixo:

DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	TOTAL DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	05	25
Matemática	05	
Conhecimentos Gerais	05	
Conhecimentos específicos	10	
OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os conteúdos coincidirem para graus de formação diferenciados.		

7.8. O candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munidos de documento de identificação com foto, caneta esferográfica transparente com tinta na cor azul ou preta, sendo facultativo apresentar comprovante de inscrição.

7.9. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

7.10. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

7.11. Para a realização da prova escrita o candidato receberá um caderno de questões e um cartão de respostas.

7.12. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo do qual se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

7.13. O candidato deverá assinar o cartão de respostas.

7.14. Ao terminar a prova o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o caderno de prova e cartão de respostas.

7.15. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após transcorrido, no mínimo, 1 (uma) hora do seu início.

7.16. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

7.17. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

7.18. Não terá acesso ao local da prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido, em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

7.19. Para realização da prova o candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Cópia do Requerimento de Inscrição (facultativo);
- c) Caneta esferográfica transparente com tinta de cor azul ou preta;
- d) Lápis preto e borracha;
- e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

7.20. No recinto de provas não será permitida a utilização de equipamentos de rádio tipo "MP3" ou similar, uso de telefone celular, máquina calculadora ou qualquer outro aparelho, uso de boné, qualquer tipo de relógio, bem como folha de rascunho.

7.21. O caderno de questões é o espaço pelo qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.

7.22. O candidato deverá preencher o Cartão Respostas cobrindo inteiramente com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à alternativa escolhida. O Cartão Respostas será o único documento válido para efeito de correção da prova, que deverá ser devolvido devidamente assinado para o fiscal da sala ao final da prova.

7.23. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco.

7.24. Em nenhuma hipótese haverá substituição do Cartão Resposta, por erro do candidato.

7.25. Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las.

7.26. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar a prova e o cartão respostas ao mesmo tempo, e retirarem-se do local, após assinarem, juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão Organizadora do Processo Seletivo o lacre do envelope contendo as provas e gabaritos.

7.27. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
- b) For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;
- c) Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
- d) Usar telefone celular nas dependências dos locais das provas, ou qualquer outro meio de comunicação;
- e) Perturbar de qualquer forma a ordem dos trabalhos;
- f) Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

7.28. O gabarito preliminar das provas escritas será publicado a partir das 13h do dia 26 de novembro de 2018.

## 8. DA PROVA DE TÍTULOS

8.1. A prova de títulos será válida somente para o cargo de professor.

8.2. Serão considerados como Títulos, os certificados de cursos de aperfeiçoamento na área para a qual o candidato se inscrever.

8.3. Somente serão aceitos certificados de cursos de aperfeiçoamento devidamente registrados, dos quais constem os conteúdos programáticos, a carga horária e o período da realização. Não serão aceitas declarações de frequência a cursos de aperfeiçoamento.

8.4. Cada hora de curso de aperfeiçoamento, na área específica, valerá 0,02 pontos e o máximo de horas que o candidato poderá apresentar e/ou aproveitar será 100 (cem) horas, podendo alcançar no máximo 2,0 pontos.

8.5. Os comprovantes (fotocópias) dos certificados dos cursos de aperfeiçoamento deverão ser autenticados e anexados à ficha de inscrição pelo próprio candidato no ato da inscrição.

8.6. A nota da prova de títulos será somada com a da prova escrita para obtenção da nota final.

## 9. DA PROVA PRÁTICA

9.1. As provas práticas serão realizadas somente para os cargos de Motorista II, Operador de Máquina II, Trabalhador Braçal.

9.2. Provas Práticas: Serão realizadas no dia 27 de novembro de 2018, das 9h às 12h no Prédio da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 – Bairro Centro.

9.3. Nas provas práticas que exigirem o emprego de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município ou da entidade que realizar o certame, poderá ser procedida, a critério da fiscalização, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, com risco de danificá-los. As circunstâncias que motivarem a exclusão do candidato, isto é, sua desclassificação do Processo Seletivo – serão registradas em ata, com assinatura de pelo menos 02 (duas) testemunhas.

9.4. Haverá um tempo máximo para a realização de cada item da prova, de acordo com a tabela a seguir, considerando a dificuldade e demais aspectos necessários para o desempenho satisfatório dos testes, por parte dos candidatos.

9.5. No critério Eficiência (para realização das provas práticas) as tarefas a serem executadas pelos candidatos serão idênticas avaliando-se quem terá realizado a tarefa toda, ou a maior quantidade com relação ao tempo pré-estabelecido ou em menor tempo, com a mesma qualidade.

9.6. Para a realização da prova prática, os candidatos deverão apresentar-se com trinta minutos de antecedência, com trajes apropriados para a prova, portando, cédula de identidade, facultativo o comprovante de inscrição e Carteira Nacional de Habilitação (para os cargos de Motorista II “D/E” e Operador de Máquina II “D”).

9.7 Será considerado habilitado (aprovado) na Prova Prática o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos.

9.8 Havendo possibilidade, as provas práticas serão filmadas e/ou fotografadas.

9.9 Atividades para as Provas Práticas e Tempo de Duração:

CARGO	ATIVIDADES
Operador de Máquina II	Executar atividades inerentes ao cargo (operar equipamento rodoviário e/ou agrícola), sendo que a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado. Duração da Prova: de 05 a 10 minutos Fatores a serem avaliados: I - Verificação da Máquina (pneus, água, óleo, bateria) II - Habilidades ao operar o equipamento; III - Aproveitamento do Equipamento - IV - Produtividade V - Técnica/Aptidão/Eficiência Cada critério terá a pontuação de até 2,00 pontos - em um total de até 10,00 pontos para todos os critérios.
Motorista II	Executar atividades inerentes ao cargo (dirigir veículos de acordo com as normas estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito), sendo que a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e seguindo a Ficha de Avaliação utilizada pelo DETRAN/SC, atribuindo-se penalidades graves, médias e leves para cada infração cometida, com perdas de pontos correspondentes. Duração da Prova: de 05 a 10 minutos Fatores a serem avaliados: I - Habilidades ao dirigir de acordo com o Código Nacional de Trânsito Este critério valerá 10,00 pontos.

Trabalhador Braçal	Executar atividades inerentes ao cargo, sendo que a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado. Duração da Prova: de 20 a 30 minutos Fatores a serem avaliados: I - Habilidades com ferramentas II - Eficiência/Qualidade III - Produtividade IV - Organização na execução dos trabalhos V - Técnica/Aptidão/Eficiência Cada critério terá a pontuação de até 2,00 pontos - em um total de 10,00 pontos para todos os critérios.
--------------------	--

## 10. DA CLASSIFICAÇÃO

10.1. Será classificado na Prova Prática o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos, para os cargos de Motorista II, Operador de Máquina II, Trabalhador Braçal.

10.2. Para os demais cargos será classificado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 4,00 (quatro) pontos na prova escrita com questões objetivas.

10.3. A classificação será feita por cargo, em ordem decrescente da nota final obtida, expressa com duas casas decimais.

10.4. A classificação será feita de acordo com as informações prestadas na Ficha de Inscrição, que deverão ser comprovadas exclusivamente quando da efetiva contratação. A não comprovação da habilitação declarada implicará na desclassificação do candidato.

10.5. Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.6. Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- Maior número de acertos nas questões de Conhecimentos Específicos se for, o caso;
- Maior número de acertos nas questões de Português;
- Maior número de acertos nas questões de Matemática;
- Maior idade.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

- do presente edital;
- do não deferimento do pedido de inscrição;
- da formulação das questões;
- da discordância com o gabarito da prova escrita;
- da classificação;
- da homologação do resultado do Processo Seletivo;

11.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido à Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

11.3. Os demais recursos deverão conter nome do candidato recorrente, número de inscrição, endereço, sua fundamentação que deverá ser clara e objetiva e será dirigido à Comissão do Processo Seletivo.

11.4. O recurso só será conhecido se encaminhado, pelo candidato recorrente, para o e-mail: [administracao@pmspa.sc.gov.br](mailto:administracao@pmspa.sc.gov.br) o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis excluídos o dia da publicação:

- da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;
- dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas;
- da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão de sua própria prova e nota e para impugnar a homologação do resultado do Processo Seletivo;
- os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e encaminhados pelo candidato para o e-mail: [administracao@pmspa.sc.gov.br](mailto:administracao@pmspa.sc.gov.br).

11.5. Findo o prazo para recurso, o Processo Seletivo será homologado pelo Prefeito Municipal.

## 12. HOMOLOGAÇÃO

12.1. O resultado final do Processo Seletivo (Prova Escrita e Prática) será publicado no dia 04 de dezembro de 2018, no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)

12.2. Para os cargos do Magistério a escolha de vaga será realizada, por ordem de classificação, no dia 18 de dezembro de 2018 às 08h, na Secretaria Municipal de Educação, conforme classificação e de acordo com a necessidade do município. O candidato que não comparecer



será automaticamente incluído no final da lista de classificação.

### 13. CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DO CARGO (POSSE).

13.1 No ato da posse o candidato deverá apresentar:

- a) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo (cópia autenticada em cartório), com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso.
- b) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial. As despesas com exames serão custeados pelo candidato classificado.
- c) Declaração de bens que constituem seu patrimônio.
- d) Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.
- e) Declaração de não ter sofrido no exercício da Função Pública penalidades disciplinares.
- f) Cópia dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- Prova de identidade;
- Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
- CPF;
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo, no ato da Posse;
- Carteira de habilitação exigida para o cargo, no ato da posse; No caso para o cargo de Motorista II na área de Educação será exigido a apresentação do certificado do Curso para Condutores de Veículo de Transporte de Escolares;
- Título de eleitor e comprovante de que votou na última eleição;
- Comprovar idade mínima de 18 anos;
- Uma foto 3x4;
- Certidão de Casamento (se casado);
- Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP;
- Folha Corrida Judicial;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Outros documentos exigidos por Lei.

g) O candidato aprovado no Processo Seletivo será eliminado do mesmo se não apresentar os documentos constantes deste capítulo, no ato da posse.

h) Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar para o final da lista dos aprovados e, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo, a novo chamamento uma só vez.

i) Para os cargos do Magistério a escolha de vaga será realizada, por ordem de classificação, no dia 05 de janeiro de 2018 às 08h, na Secretaria Municipal de Educação, para Colônia de Férias da Educação Infantil – sendo 03 vagas para o cargo Professor II e 04 vagas para Professor I - Auxiliar de Sala. Os demais classificados e de acordo com a necessidade do município, a chamada será no dia 02 de fevereiro de 2018 às 08h, também na Secretaria Municipal de Educação. O candidato que não comparecer será automaticamente incluído no final da lista de classificação.

### 14. DO REGIME EMPREGATÍCIO

14.1 Os habilitados e classificados no Processo Seletivo serão admitidos sob o regime Celetista.

### 15. DA VALIDADE DO CONCURSO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A validade do Processo Seletivo será de 02 (dois) anos;

15.2. A aprovação no Processo Seletivo não gera o direito à admissão, mas credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade.

15.3. A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Edital de Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor.

15.4. A taxa de inscrição, uma vez paga, não será restituída em hipótese alguma.

15.5. Será automaticamente cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento da mesma com cheque sem provisão de fundos, ou outra irregularidade que impossibilite o recebimento da quantia.

15.6. Caberá à Comissão Organizadora do Processo Seletivo a anulação de questões.

15.7. Serão publicados os resultados dos candidatos habilitados que atingirem a nota mínima exigida.

15.8. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão Organizadora.

15.9. A guarda dos cartões respostas deste Processo Seletivo ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal, por um período de 06 meses após a homologação do resultado final, quando serão incinerados.

15.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo setor jurídico desta Prefeitura.

São Pedro de Alcântara, 15 de outubro de 2018.



**ERNEI JOSE STAHELIN**  
**Prefeito Municipal**  
**ANEXO I**  
**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**  
**COMUNS A TODOS OS CARGOS**

DISCIPLINA	CONTEÚDOS
Língua Portuguesa	Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Semântica, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira: suas escolas, seus escritores e suas obras. Funções da Linguagem.
Matemática	Número, álgebra, geometria, medidas e estatística. Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Seqüências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.
Conhecimentos Gerais	Atualidades do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; História e Geografia Gerais, do Brasil e de Santa Catarina, Economia Social; Questão Agrária; Distribuição de Renda; Terceiro Setor; Relações com o Trabalho; Direitos dos Deficientes; Constituição Federal; Urbanização; Regiões Metropolitanas; Problemas Ambientais, Urbanos e Agrícolas; Meio Ambiente; População; Estados Brasileiros; Organização social, política e econômica do Brasil; Dívida Externa e Interna; Histórico Municipal.(aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município). História e colonização do Município de São Pedro de Alcântara/SC. Constituição Federal nos assuntos relacionados aos direitos e deveres do cidadão, administração pública, servidor público, previdência social.
OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os conteúdos coincidirem para graus de formação diferenciados.	

**ANEXO II**  
**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**  
**CONHECIMENTO ESPECÍFICO**

CARGOS	CONHECIMENTO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO
Agente Comunitário de Saúde	Sistema Único de Saúde - SUS - princípios e diretrizes; Noções elementares referente ao processo saúde e doença; Equipe de saúde; Estratégia Saúde da Família - estratégia de reorientação do modelo assistencial - Princípios e diretrizes (equipe mínima, territorialização); Programa do Agente Comunitário de Saúde; Atribuições do Agente Comunitário de Saúde - Lei n.º 11.350/2006; Noções elementares referente às Doenças Sexualmente Transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção; Visita Domiciliar (características e objetivos); SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica - Fichas A, B, C, D, SSA2, PMA2; O Cadastro das Famílias e o Acompanhamento a Gestante, Hipertenso, Diabético; Noções referente às Doenças de Notificação Compulsória; Noções elementares referente o acompanhamento ao paciente com tuberculose e hanseníase; Noções elementares referente à Saúde Bucal.
Auxiliar de Enfermagem	Generalidades e conceitos fundamentais; As atribuições do auxiliar de enfermagem; Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem); Normas de biossegurança; Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial); Assistência à saúde da mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar); Assistência à saúde da criança e do adolescente; Assistência a saúde mental; Assistência ao paciente hospitalizado; Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública; Sistema Único de Saúde - SUS - princípios e diretrizes; Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis; Equipe de saúde e equipe de enfermagem; Estratégia Saúde da Família - estratégia de reorientação do modelo assistencial; Esquema de vacinação - doenças parasitárias; Métodos contraceptivos; Rotinas Básicas: Pressão arterial - Temperatura; Acomodação de pacientes ao leito; Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios; Verificação de trabalho de parto; Sintomas em parada cardiorrespiratória, choque circulatório; Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3); Noções básicas de informática.

Enfermeiro	<p>Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica; Esquema de vacinação - controle de doenças sexualmente transmissíveis; Orientação à gestantes no pré-natal; Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios; Saúde Pública e saneamento básico. Conhecimentos sobre: Hipercalcemia - Cianosose - Tuberculose pulmonar e seu tratamento - Pneumonias - Varizes esôfago / gástricas - Rubéola - Alcalose respiratórias - Parada circulatória - Meningite. Causas de mortalidade infantil; Generalidades e conceitos fundamentais; As atribuições do profissional da categoria; Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem); Normas de biossegurança; Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial); Assistência à saúde da mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar); Assistência à saúde da criança e do adolescente; Assistência a saúde mental; Assistência ao paciente hospitalizado; Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública; Sistema a único de Saúde - SUS - princípios e diretrizes; Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis; Equipe de saúde e equipe de enfermagem; Programa da saúde da família - estratégia de reorientação do modelo assistencial; Esquema de vacinação - doenças parasitárias; Métodos contraceptivos. Rotinas Básicas: Pressão arterial - Temperatura; Acomodação de pacientes ao leito; Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios; Verificação de trabalho de parto; Sintomas em parada cardiorrespiratória, choque circulatório. Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção; Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3); Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica; Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem; Noções básicas de informática.</p>
Técnico de Enfermagem e Técnico em Enfermagem - Complexo Penitenciário	<p>Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica. Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis. Orientação a gestantes no pré-natal - Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios. - Saúde Pública e saneamento básico. Conhecimentos sobre: Hipercalcemia Cianosos e Tuberculose pulmonar e seu tratamento Pneumonias; Varizes esôfago – gástricas; Rubéola; Alcalose respiratórias; Parada circulatória Meningite. Causas de mortalidade infantil. Generalidades e conceitos fundamentais. As atribuições do profissional da categoria. Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem). Normas de biossegurança. Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial. Assistência à saúde da mulher (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar). Assistência à saúde da criança e do adolescente. Assistência à saúde mental. Assistência ao paciente hospitalizado. Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública. Sistema a Único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes. Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis. Equipe de saúde e equipe de enfermagem. Estratégia Saúde da Família – estratégia de reorientação do modelo assistencial. Esquema de vacinação – doenças parasitárias. Métodos contraceptivos. Rotinas Básicas: Pressão arterial, Temperatura, Acomodação de pacientes ao leito. Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios. Verificação de trabalho de parto. Sintomas em parada cardiorrespiratória, choque circulatório. Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção. Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3). Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica. Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem. Noções básicas de informática.</p>
Médico Clínico Geral 30h / Médico Clínico Geral ESF 40h / Médico Clínico Geral com experiência Saúde Mental Complexo Penitenciário	<p>Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica.</p>
Médico Pediatra	<p>Crescimento e desenvolvimento da criança: do período neonatal à adolescência. Alimentação da criança e do adolescente. Morbidade e mortalidade na infância. Imunizações na criança e adolescência. Prevenção de acidentes na infância. Assistência à criança vítima de violência. Anemias. Parasitoses intestinais. Distúrbios do crescimento e desenvolvimento. Baixa estatura. Obesidade. Infecções urinárias. Hematúrias. Enurese. Encoprese. Constipação crônica funcional na infância. Atendimento ambulatorial da criança com necessidades especiais. Dificuldades escolares. Distúrbios psicológicos mais frequentes em pediatria. Dores recorrentes na infância. Abordagem do sopro cardíaco na criança. Adenomegalias. Infecções congênitas. Asma brônquica. Abordagem do lactente chiador. Infecções de vias aéreas superiores e inferiores. Infecções pulmonares bacterianas. Tuberculose na criança. O Sistema Único de Saúde: Aspectos históricos. Fundamentação Jurídica e organizacional do SUS: Princípios e Diretrizes do SUS, Constituição Federal art. 196 a 200, Leis Orgânicas da Saúde: Lei Federal nº 8.080/1990, Lei Federal nº 8142/1990; Portaria GM nº 687/2006 – Aprova a Política de Promoção da Saúde. A Estratégia de Saúde da Família: Portaria GM nº 1625/2007 – Altera atribuições dos profissionais das Equipes de Saúde da Família – ESF dispostas na Política Nacional de Atenção Básica, Portaria nº 648/GM/2006 - Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), Portaria GM nº 154/2008 – Cria os Núcleos de apoio à Saúde da Família – NASF e Portaria/SS/GAB/Nº 283/2007 – Diretrizes normas para organização da Atenção Básica baseada na Estratégia de Saúde da Família.</p>

Médico Ginecologista	Gestação humana: anatomia e embriologia do trato genital feminino, ovulação e espermatogênese, diagnóstico de gravidez; Fisiologia da gestação: endométrio, decídua: menstruação e gravidez, anexos fetais, endocrinologia do ciclo gestativo, desenvolvimento morfofuncional do feto, adaptações maternas à prenhez; Trabalho de parto - parto normal: fisiologia do trabalho de parto, mecanismo do parto, condução do trabalho de parto normal, assistência ao parto, anestesia e analgesia em obstetria, puerpério normal; Distúrbios do trabalho de parto: discinesias, distócia devido à anormalidade na apresentação, posição e no desenvolvimento fetal, distocia devido à anormalidade do trajeto, toco traumatismo; Toco cirurgia: fórceps, parto pélvico, grande extração, versão interna e externa, operação cesariana. Anormalidade do puerpério: doenças do secundamento, infecção puerperal, mastite, papel da obstetra no aleitamento materno; Interrupção da gestação: aborto, gestação ectópica; Doenças da placenta e membranas: doenças da placenta, neoplasia trofoblástica gestacional, amniorrexe prematura; Doenças específicas da gestação: pré-eclâmpsia, hemorragias do terceiro trimestre, prematuridade, pós-datismo, gestação múltipla; Anormalidades fetais: genética, diagnóstico pré-natal, drogas na gestação, ultra-sonografia; Avaliação da vitalidade fetal: cardiocardiografia, perfil biofísico fetal, dopiervelocimetria; Doenças clínicas intercorrentes do ciclo grávido puerperal: cuidados intensivos e traumatismos, cardiopatias, pneumopatias, nefropatias, uropatias, doenças do aparelho digestivo, endocrinopatias, doenças do tecido conjuntivo, neuropatias, DST, infecções. Sistema Único de Saúde – princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento. O Sistema Único de Saúde: Aspectos históricos. Fundamentação Jurídica e organizacional do SUS: Princípios e Diretrizes do SUS, Constituição Federal art. 196 a 200, Leis Orgânicas da Saúde: Lei Federal nº 8.080/1990, Lei Federal nº 8142/1990; Portaria GM nº 687/2006 – Aprova a Política de Promoção da Saúde. A Estratégia de Saúde da Família: Portaria GM nº 1625/2007 – Altera atribuições dos profissionais das Equipes de Saúde da Família – ESF dispostas na Política Nacional de Atenção Básica, Portaria nº 648/GM/2006 - Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), Portaria GM nº 154/2008 – Cria os Núcleos de apoio a Saúde da Família – NASF e Portaria/SS/GAB/Nº 283/2007 – Diretrizes normas para organização da Atenção Básica baseada na Estratégia de Saúde da Família. O Financiamento: Constituição Federal art. 196 a 200, Lei Orgânica da Saúde: Lei Federal nº 8142/1990. Controle Social: Lei Orgânica da Saúde: Lei federal 8142/1990. Pacto pela Saúde: Portaria nº 399/GM/2006 - Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do referido Pacto.
Auxiliar de Saúde Bucal Complexo Penitenciário	Atribuições do Auxiliar de Saúde Bucal; O auxiliar de saúde bucal e a equipe de saúde bucal; Noções básicas referentes à assistência em Saúde Bucal (individual e coletiva) e seus objetivos; Noções de biossegurança (equipamento de proteção individual, imunização); Limpeza, desinfecção e esterilização de material; Manuseio da comunicação na assistência em odontologia (no telefone, na sala de espera); Noções básicas de Informática
Cirurgião Dentista - Complexo Penitenciário	Código de Ética Odontológica; Documentação Odontológica; Responsabilidade Profissional do Cirurgião-Dentista; Campo de atuação da Odontologia Legal.

**ANEXO III**  
**Conteúdo Programático**  
**CONHECIMENTO ESPECÍFICO**  
**ÁREA: MAGISTÉRIO**

CARGOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO
Professor (conteúdo geral - comum a todos os cargos) - Educação Infantil - Anos Iniciais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento;</li> <li>• Didática Geral;</li> <li>• Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;</li> <li>• PPP – Projeto Político Pedagógico da escola;</li> <li>• Constituição Federal, na parte referente a Educação;</li> <li>• ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente);</li> <li>• Temas transversais ou multidisciplinares;</li> <li>• PCN;</li> <li>• RCNEI (ED. INFANTIL);</li> <li>• Estudos Temáticos;</li> <li>• História da Educação e da Pedagogia;</li> <li>• Sociologia da Educação;</li> <li>• Filosofia da Educação;</li> <li>• Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006;</li> <li>• Metodologia das Disciplinas;</li> <li>• Atualidades dentro da área educacional.</li> </ul>
Inglês	Classes gramaticais; Interpretação de Textos; Vocabulário; Gramática.
Professor Educação Física	Históricos Conceitos e generalidades; Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; Concepções psicomotoras na educação física escolar; Educação Física e o desenvolvimento humano; Metodologia para o ensino da Educação Física; As teorias da Educação Física e do Esporte; As qualidades físicas na Educação Física e desportos; Treinamento desportivo geral; Treinamento Ideal; Conceitos básicos de musculação; Teoria e prática da flexibilidade; Biologia do esporte; Condicionamento físico e saúde; Preparação física; Tratado de fisiologia do exercício.
Geografia	Geografia do Brasil, de Santa Catarina e Geral.
Informática Educativa	Programação; Linguagem de Programação; Banco de Dados; Algoritmo; Sistema Operacional; Sistemas (Independente, Integrado, Distribuído); Redes de computadores; Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, Chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores.

Matemática	Número, álgebra, geometria, medidas e estatística; Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus; Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial; Seqüências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares; Análise Combinatória; Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; Noções de limites, derivadas e integral.
Alemão	-Classes gramaticais; -Interpretação de Textos; -Vocabulário; -Gramática;
Língua Portuguesa	Linguagem escrita: Vocabulário; ortografia; pontuação; sílabas; Acentuação gráfica; classes gramaticais; conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e nominal; Fonética, Classe; Estrutura e formação de palavras; Estilística: Figuras de sintaxe, figuras de palavras, figura de pensamento, Linguagem figurada; Discurso Direto e Indireto, Significado das palavras; Sintaxe; Análise sintática: Emprego de pronomes, Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação; Português Erudito, Uso do Porquê; Fonética e Fonologia; Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores; Funções de Linguagem.
História	História de Santa Catarina, do Brasil e Geral.
Ciências	Visão geral e origem da vida; Citologia; Citoplasma; Metabolismo energético das células; Células; Reprodução Histologia animal; Genética; Ecologia.

**ANEXO IV**  
**MODELO DE REQUERIMENTO**  
**DE ISENÇÃO PARA DOADORES DE SANGUE E MEDULA OSSEA**

À  
 Comissão Organizadora do Processo Seletivo de São Pedro de Alcântara-SC.

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no cargo \_\_\_\_\_ inscrição nº \_\_\_\_\_  
 portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_  
 CEP \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, candidato ao Processo Seletivo Edital 01/2018, venho requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, conforme Lei Municipal nº 1149/2018 (os doadores de sangue deverão confirmar no mínimo, três doações por ano, atestadas por órgão oficial ou entidade credenciada pelo Poder Público).

Nestes Termos.  
 Pede Deferimento.

São Pedro de Alcântara, SC, \_\_\_\_\_.

Assinatura do Requerente e/ou procurador

**ANEXO V**  
**MODELO DE REQUERIMENTO**  
**DE ISENÇÃO PARA CADASTRADOS NO CADUNICO**

À  
 Comissão Organizadora do Processo Seletivo de São Pedro de Alcântara – SC.

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no cargo \_\_\_\_\_ inscrição nº \_\_\_\_\_  
 portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_  
 CEP \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, candidato ao Processo Seletivo Edital 01/2018, venho requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, conforme Lei Municipal nº 1149/2018, por estar inscritos no Cadastro Único - Programa do Governo Federal Número de Identificação Social – NIS.

**OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**

1. Não serão acatados pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos que não comprovem sua condição de hipossuficiente financeiramente.
2. Somente o preenchimento do requerimento de isenção não implica na efetivação da inscrição. O candidato requerente deverá apresentar declaração do Serviço Social do Município que comprove sua condição de hipossuficiente.

Nestes Termos.  
 Pede Deferimento.

São Pedro de Alcântara, SC, \_\_\_\_\_

Assinatura do Requerente e/ou procurador

**ANEXO VI**

## ATESTADO PARA CARACTERIZAÇÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Atesto, em cumprimento a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989 e do Decreto nº 3298/99 de 20 de dezembro de 1999, que o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, foi devidamente avaliado clinicamente enquadrando-se, segundo o Artigo 4º, do Decreto 3298/99, na seguinte categoria:

1. ☐ deficiência física
2. ☐ deficiência auditiva
3. ☐ deficiência visual
4. ☐ deficiência mental
5. ☐ múltipla
6. ☐ Outras. Quais:

7. CID: \_\_\_\_\_

8. Especificação das atividades relativas ao cargo compatíveis com a deficiência apresentada:

Local: Data: / /

Assinatura do Médico: \_\_\_\_\_

Nome do Médico:

CRM Nº: \_\_\_\_\_

Declaro ter recebido cópia deste atestado e autorizo a declaração do CID - diagnóstico correspondente à Minha deficiência.

Assinatura do (a) candidato (a) \_\_\_\_\_

## ANEXO VII

## FORMULÁRIO DE RECURSO

NOME DO CANDIDATO:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CARGO:

Nº DE INSCRIÇÃO:

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- ☐ Contra Indeferimento de Inscrição Nº da questão \_\_\_\_\_
- ☐ Contra Gabarito da Prova Escrita Gabarito Oficial \_\_\_\_\_
- ☐ Contra Resultado Prova Escrita
- ☐ Contra Resultado Prova Prática
- ☐ Contra Resultado Prova de Títulos

Justificativa do Candidato – Razões do Recurso

O Recurso só será conhecido se encaminhado ao email: [administracao@pmspa.sc.gov.br](mailto:administracao@pmspa.sc.gov.br)

Local, \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

## ANEXO VIII

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2018		Nº da Inscrição
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento: / /	Sexo: M( ) F( )

CPF:		Estado Civil:	
Endereço:		Bairro:	
Município:	Estado:	CEP:	
Fone: ( )	e-mail:		
Portador de Necessidade Especial ( ) Sim ( ) Não		Declaração de Condições Especiais: ( ) Sim ( ) Não	
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.			
São Pedro de Alcântara, em ..... /...../ .....		Assinatura do Candidato:	

## Via Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2018		Nº da Inscrição
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do(a) Candidato(a):		
Facultativo a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta esferográfica com tinta na cor preta ou azul e chegar 30 minutos de antecedência.		
São Pedro de Alcântara, em ..... /...../ .....	Assinatura do Responsável pelo Recebimento: (Prefeitura ou Empresa)	

## Via Candidato

## ANEXO IX - ATENÇÃO: ESTA FICHA É APENAS PARA MAGISTÉRIO

## Via Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2018 - MAGISTÉRIO mAAmAMAGISTÉRIO		Nº da Inscrição
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do(a) Candidato(a):		
Facultativo a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta esferográfica na cor preta ou azul e chegar 30 minutos de antecedência. Azul) e chegar 45 minutos de antecedência..		



São Pedro de Alcântara, em  
..... /...../ .....

Assinatura do Responsável pelo Recebimento:  
(Prefeitura ou Empresa)

Via Candidato

ANEXO X  
CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

ORD.	EVENTO	DATA
1	PUBLICAÇÃO DO EDITAL	15/10/2018
2	PERÍODO DE INSCRIÇÕES	16/10 a 31/10/2018
3	HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	07/11/2018
4	PRAZO RECURSAL: HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	08 e 09/11/2018
5	PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DOS RECURSOS	13/11/2018
6	PROVA ESCRITA	25/11/2018
7	PUBLICAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR PROVA ESCRITA	26/11/2018
8	PRAZO RECURSAL: GABARITO PRELIMINAR	27 a 28/11/2018
9	PROVA PRÁTICA	27/11/2018
10	PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PROVA PRÁTICA	28/11/2018
11	PRAZO RECURSAL DA PROVA PRÁTICA	29 e 30/11/2018
12	REPUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL PROVA ESCRITA E PRÁTICA	04/12/2018
13	HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	05/12/2018

\* A prova prática será válida somente para os cargos de Motorista II, Operador de Máquina II, Trabalhador Braçal.

**PORTARIA N.º 338/2018**

Publicação Nº 1774689

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 338/2018  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA ROSEMERI CLASEN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

§ ROSEMERI CLASEN – FISCAL – LETRA H.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de outubro de 2018.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

**PORTARIA N.º 339/2018**

Publicação Nº 1774691

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO



Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 339/2018

Concede férias ao servidor LUCIANO FRANCISCO DA BOAVENTURA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor LUCIANO FRANCISCO DA BOAVENTURA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - ESF, férias por 20 dias que gozará a partir de 15/10/2018 a 03/11/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de outubro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

### PORTARIA N.º 341/2018

Publicação Nº 1774693

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 341/2018

Admite em Caráter Temporário ELAINE CRISTINA ALVES para o cargo de Professora I - Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ELAINE CRISTINA ALVES para o cargo de Professora I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 069/2018.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de outubro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

### PORTARIA N.º 342/2018

Publicação Nº 1774695

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 342/2018

Concede licença para tratamento de saúde a servidora DIONE TEREZINHA LOHN, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora DIONE TEREZINHA LOHN, pelo período de 07 (sete) dias, a contar da data de 05/10/2018, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/10/2018.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de outubro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

## **PORTARIA N.º 343/2018**

Publicação Nº 1774696

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 343/2018

Concede licença para tratamento de saúde a servidora REGINA IRACEMA DUARTE ELIAS, ocupante do cargo de Agente de Saúde - ESF, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora REGINA IRACEMA DUARTE ELIAS, pelo período de 30 (trinta) dias a contar da data de 05/10/2018, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/10/2018.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de outubro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

## **PORTARIA Nº 340/2018**

Publicação Nº 1774692

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA Nº 340/2018

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO – EDITAL 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelos Servidores, ISOLENE BERNADETE HOFFMANN, RICHARD MOTTA COELHO, JOSELAINE CRISTINA STEIN e FABIANA DE ANDRADE, para sob a presidência da primeira, supervisionar a execução do Processo Seletivo – Edital nº 001/2018.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º - Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de outubro de 2018.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 028/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA SHAIANE CRISTINE DA SILVA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.**

Publicação Nº 1774700

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 028/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA SHAIANE CRISTINE DA SILVA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora SHAIANE CRISTINE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 055.463.279-95, residente a Rua Urbano Agostinho, nº 344, Colônia Santana – São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 028/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica alterado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 028/2017, até 14/12/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

# Saudades

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 042/2018

Publicação Nº 1774379

Extrato Contratual Nº 42/2018

Contratante: Município de Saudades

Contratado: Indumar Indústria e Comércio de Equipamentos Industriais e Agrícolas Ltda.

Objeto: Aquisição de uma carroceria prancha metálica para transporte de máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Valor: 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais)

Prazo: 11/10/2019

Processo Licitatório Nº 1911/2018

Modalidade: Pregão Nº 20/2018.

Saudades SC, 11/10/2018.

Daniel Kothe

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2018-PMS

Publicação Nº 1774887

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2018-PMS

PROCESSO Nº. 185/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de jardinagem para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 05 de novembro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 05 de novembro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 17 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 81/2018-PMS

Publicação Nº 1774893

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 81/2018-PMS

PROCESSO Nº. 186/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de extintores novos, recargas e suportes para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 06 de novembro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 06 de novembro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 17 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 82/2018-PMS**

Publicação Nº 1774974

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 82/2018-PMS

PROCESSO Nº. 187/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para execução (com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos) de faixas elevadas no Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de novembro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 07 de novembro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 17 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 83/2018-PMS**

Publicação Nº 1774819

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 83/2018-PMS

PROCESSO Nº. 188/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

I – DO PREÂMBULO:

1. I

1.1. O Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situado na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 7.480/2018, de 25 de maio de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria e Decreto Municipal nº. 1.838/2008, DE 08 DE MAIO DE 2008 fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação por menor preço POR ITEM, sob a forma de fornecimento parcelado.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 31 de outubro de 2018.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

II – DO OBJETO:

2. II

2.3. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

III - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

3. III

3.1. No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, inicialmente, será recebido os documentos para credenciamento, bem como os envelopes contendo as propostas comerciais e os

documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA, CNPJ E ENDEREÇO, E-EMAIL E TELEFONE.

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 83/2018-PMS

PROCESSO Nº. 188/2018-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC

ENVELOPE Nº. 01 – P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA, CNPJ E ENDEREÇO, E-EMAIL E TELEFONE.

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 83/2018-PMS

PROCESSO Nº. 188/2018-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC

ENVELOPE Nº. 02 – HABILITAÇÃO

3.1.1. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

3.1.2. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

3.1.3. O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 31 de outubro de 2018 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

#### IV - DO CREDENCIAMENTO:

4. 1. Para participação da empresa e do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

4.0.1. Procuração (pública ou particular) ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida, juntamente com fotocópia do documento de identificação, de preferência com foto;

4.0.2. Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio;

4.0.3. CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07;

4.1.3.1 Os documentos descritos nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade.

4.1.3.1.1. No caso da necessidade de autenticação por servidor da Administração Pública Municipal, a empresa licitante deverá obrigatoriamente solicitar ao Setor de Recursos Materiais em até 30 minutos antes do horário estabelecido para o credenciamento e entrega dos envelopes, determinado no item 1.2- C deste edital.

4.0.4. Declaração de habilitação modelo em anexo;

4.1. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.4. Não será permitido o uso do telefone celular ou qualquer outro meio de comunicação no momento da sessão de lances, haja vista que no subitem 4.1.1 do edital exige-se do representante da empresa poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos relativos ao certame. Para maior agilidade da sessão de Lances.

4.6 Mesmo que a empresa não efetue o credenciamento de representante, a declaração de habilitação deverá obrigatoriamente ser apresentada fora dos envelopes descritos no item 3.1, juntamente com documentos que comprovem os poderes conferidos a quem assinar a declaração, tais documentos de comprovação devem obedecer ao disposto no item 4.1.3.1.

4.7 Caso não sejam comprovados os poderes legais de representar a empresa para quem assina a declaração de habilitação, a empresa estará inabilitada de participar do certame, tanto se credenciar ou não credenciar representante.

#### V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

##### 5. V

5.1. Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

5.2. Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

5.2.1. Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

5.2.2. Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

5.2.3. Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

5.2.4. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

5.2.5. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.3. O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

#### VI - DA PROPOSTA COMERCIAL:

##### 6. VI

6.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

6.1.1. Deverá, preferencialmente, vir emitida em 01 (uma) via, impressa ou datilografada, devidamente identificada, com suas folhas rubricadas e a última assinada pelo representante legal do licitante, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e em 1 (uma)



via em meio digital, a partir do programa Betha Cotação, que esta disponível no site do Município de Schroeder, <http://gpm.fecam.org.br/schroeder/cms/pagina/ver/codMapaItem/47655>, devendo esta ser entregue em CD ou em PEN DRIVE dentro do envelope das propostas. O arquivo para cotação da proposta esta disponível no site do Município de Schroeder juntamente com o edital. Prevalecendo a via impressa da proposta comercial.

6.1.2 Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

6.1.2 Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 2 - DO OBJETO e ANEXO VIII-TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

6.1.3 Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

6.1.3.1 No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

6.1.3.1.1 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

6.1.3.1.2 Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

6.1.4 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

6.1.5 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias e não será motivo para desclassificação da proposta.

6.1.6 Conter a identificação do responsável da empresa e a respectiva assinatura.

6.1.7 Mesmo que a empresa não tenha representante credenciado deverá obedecer ao item 4.6.

6.1.8 Conter Nome do banco, número de conta corrente da licitante, agencia e cidade. Preferencialmente conta bancária em uma das agências conveniadas com o município, ou seja, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou Bradesco. A omissão destes dados não acarretará na desclassificação da proposta.

6.1.9 A proposta deverá obrigatoriamente vir descrita com a marca do objeto ofertado.

## VII - DA HABILITAÇÃO

### 7 VII

7.1 Os interessados em concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº. 02 - Documentação, os seguintes documentos:

7.1.1 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

7.1.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

7.1.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

7.1.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

7.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

7.1.5 Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário;

7.1.6 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

7.1.7 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

7.1.8 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

7.1.9 Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento).

7.1.10 CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07 (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento);

7.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

7.1.12 Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da comarca - sede da licitante, com data de expedida no máximo a 60 (sessenta) dias da abertura dos envelopes da respectiva licitação, caso a referida certidão não conste expressamente sua validade.

7.2. Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

7.3. O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

7.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

7.4.1. No caso da necessidade de autenticação por servidor da Administração Pública Municipal, a empresa licitante deverá obrigatoriamente solicitar ao Setor de Recursos Materiais em até 30 minutos antes do horário estabelecido para o credenciamento e entrega dos envelopes, determinado no item 1.2- C deste edital.

7.4. Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

7.5. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão, excetuando-se, na espécie o Alvará de localização e Funcionamento, quando o mesmo tiver prazo de validade indeterminado expressamente consignado no corpo do Alvará.

7.5.1. Caso não conste nenhuma validade no corpo do Alvará de Localização e Funcionamento, por não prever tal situação a Lei Municipal de origem da licitante, ou caso a legislação Municipal preveja situação diversa no que é pertinente à validade do respectivo documento, a empresa deverá demonstrar que o Alvará apresentado esta valido em seu município de origem, por meio de declaração do Setor correspondente ou apresentação de legislação específica do município/sede da licitante.

7.6. Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

7.7. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

7.8. No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

## VIII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

### 8. II

8.1. Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, será beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43, desde que a mesma comprove seu porte conforme o subitem 4.1.3

8.2. Havendo alguma restrição na comprovação exigida pelo artigo 27 de Lei Federal nº 8.666/96, será assegurado, as mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.4. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.5. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.6. Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

8.6.1. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.6.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.6.3. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6.4. O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## IX - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

### 9. IX

9.1. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

9.2. Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

9.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

9.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

9.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

9.7 Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

9.9 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.10. Caso a proposta mais bem classificada não seja apresentada por uma ME ou EPP e se houver proposta apresentada por ME OU EPP, igual ou até 5% superior à melhor proposta proceder-se-á da seguinte forma:

9.10.1. Será oportunizado o exercício do direito de preferência a ME ou EPP, que consiste na possibilidade dela apresentar proposta de preço inferior à empresa melhor classificada que não se enquadra como ME ou EPP.

9.10.2. O novo valor proposto pela ME ou EPP, deve ser apresentado após o encerramento da fase de lances, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do pregoeiro, sob pena de preclusão do direito de preferência.

9.10.3. A convocação dar-se-á na própria plataforma de execução do pregão, por meio do mecanismo de prorrogação dos lances, sendo permitido apenas à ME ou EPP, apta a exercer o direito de preferência, ofertar nova proposta, de valor inferior ao preço ofertado pela empresa melhor classificada que não se enquadra como ME ou EPP.

9.10.4. Havendo o exercício de preferência pela ME ou EPP, o pregoeiro passa à etapa de negociação, observando-se os demais procedimentos subseqüentes estabelecidos para cada etapa deste certame.

9.10.5. Na hipótese de nenhuma ME ou EPP, exercer o direito de preferência ou não atender às exigências do edital, a empresa não enquadrada como ME ou EPP, que apresentou o menor preço permanece na posição de melhor classificada, iniciando-se com ela a fase de negociação.

9.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

9.12. Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

9.13. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

9.14. Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

9.15. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

9.16. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

9.17. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

9.18. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

9.19. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

9.20. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

9.21. Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993.

9.22 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

#### X - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

##### 9. X

10.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

10.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

#### XI - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

##### XI

##### 11 XI

11.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso.

11.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) ao Município de Schroeder/SC, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

11.4.1 Não serão aceitos recursos enviados por meio de correio eletrônico, sendo aceitos apenas recursos protocolados no setor de licitações em via original.

#### XII - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

12.2 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

#### XIII - DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Homologado o resultado da licitação, o Município de Schroeder, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

13.1.1 - As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

13.1.2 - A ata de Registro de Preços será assinada pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

13.2 - A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Município de Schroeder conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

13.3 – A ata de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

13.3.1 - O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

13.4 - Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

13.5 – O Município de Schroeder avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará eventuais variações nos preços registrados.

13.5.1 - Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

13.5.2 - As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal no DOM – Diário Oficial dos Municípios, mural Público Municipal e disponibilizado no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do MUNICIPIO DE SCHROEDER/SC.

13.6 - Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

13.6.1 - Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

13.7 - Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

13.8 - Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 13.6.1 e 13.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

13.9 - Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 13.6.1 e 13.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

13.10 - Não havendo êxito nas negociações, ao Município de Schroeder procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

13.11 - Da Ata constarão, também, as obrigações do Município de Schroeder e do Fornecedor.

13.12 - Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da ata de registro de preços.

13.13 - As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

#### XIV - DA CONTRATAÇÃO:

##### XII

##### 12 XII

14.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na cláusula "XIII", deste Edital.

14.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar a ata de registro de preços, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

14.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar Município de Schroeder e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

#### XV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

##### XIII

##### 15 XIII

15.1 Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação 341 – 3.3.90.30.39.00.00.00 do ano corrente.

15.2 A efetiva dotação será discriminada na ordem de compra.

#### XVI - DO PAGAMENTO:

##### 16 XIV

16.1 O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

16.2 Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

16.3 O pagamento será efetuado na conta bancária especificada pela licitante na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

#### XVII - DO REAJUSTE:

##### 17 XV

17.1 V O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

17.1.1. Caso o Município de Schroeder já tenha emitido a nota de empenho respectiva, para que a empresa realize a entrega dos objetos, e a empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado.

17.1.2. Durante o período de análise, a empresa deverá efetuar a entrega do pedido pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que



a revisão seja julgada procedente pelo Município de Schroeder.

17.1.3. A empresa obrigar-se-á a realizar as entregas pelo preço registrado, caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

#### XVIII - DAS PENALIDADES:

##### XVI

##### 18. XVI

18.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### XIX - DA RESCISÃO:

##### XVII

##### 19. XVII

19.1. A rescisão do presente poderá ser:

19.1.2. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.3. A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 18.1 deste Edital;

19.1.4. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

19.1.5. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### XX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

##### XVIII

##### 20. II

20.1. A empresa vencedora obriga-se a:

20.1.2. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

20.1.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.1.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

20.1.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

20.1.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

20.1.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

20.1.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

20.1.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

20.1.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

20.1.11. Entregar/executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro de 05 dias, após ordem de compra, com Eloir, Franciele, Valério. Alessandro, Lilian, Daiane, Milton devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

#### XXI - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

21.1. Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

21.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

21.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

21.4. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

21.5. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

21.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

#### XXII - DA VIGÊNCIA:

22.1. O objeto da licitação tem vigência de 12 meses contados da ata de Registro de Preço.

22.2. Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado ao Município, a não obrigatoriedade de requerer todo o produto-serviço licitado, em virtude da desnecessidade.

**XXIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

- 23.1. Recomendam-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;
- 23.2. Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.
- 23.3. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 23.4. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão releva omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
- 23.5. No interesse do Município de Schroeder, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
- 23.5.1. Adiada a abertura da licitação;
- 23.5.2. Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.XXII
- 23.6. Integram este Edital os seguintes anexos:
- ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital;
- ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços;
- ANEXO III - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO).
- ANEXO IV - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)
- ANEXO V - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes).
- ANEXO VI - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).
- ANEXO VII – Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).
- ANEXO VIII - Termo de referência.
- 23.7. Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidos ao Município de Schroeder no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3374-6500 ou ainda pelo e-mail [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) em até 02 dias úteis antes da data de abertura da LICITAÇÃO.
- 23.8. Ao receber cópia deste Edital, deverá ser enviado ao Município de Schroeder/SC por e-mail/fax, assinado, carimbado e datado, para ser arquivado ao processo a Declaração de Retirada de Edital - ANEXO I.
- 23.9. Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da documentação e proposta implicará aceitação das condições estabelecidas neste edital.
- 23.10. Para impugnação do edital os interessados deverão em até dois dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, artigo 19, do Decreto Municipal nº. 1.781/2007, DE 10 DE SETEMBRO DE 2007.
- 23.10.1. Eventuais impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro e encaminhadas, por escrito, ao Município de Schroeder/SC, com a identificação completa da empresa autora da impugnação, assinatura de seu representante legal e cópia simples do documento que comprove esta condição.
- E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no Mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC.

Schroeder, 17 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**ANEXO I**

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 83/2018-PMS

**DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

Pessoa de contato: \_\_\_\_\_

CNPJ da empresa: \_\_\_\_\_

Nome completo de quem retirou o edital: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 83/2018-PMS E SEUS ANEXOS.

Obs.: A não remessa do recibo exime o Setor de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Schroeder/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
CPF nº. \_\_\_\_\_

Obs.: O documento deverá ser preferencialmente em papel timbrado da licitante

**ANEXO II****MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \*\*/2017**

Processo nº 188/2018-PMS

Pregão presencial nº 83/2018-PMS

No dia \*\* do mês de \*\*\*\*\* do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com sede administrativa localizada na RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201, bairro CENTRO, CEP nº. 89275-000, nesta cidade de Schroeder/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). OSVALDO JURCK, inscrito no CPF sob o nº. 310.472.469-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 83/2018, Processo Licitatório nº. 188/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de pneus para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 1.838/2008 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de pneus para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados poderão sofrer reajustes nas hipóteses previstas em Lei.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado,



comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legal mente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário

da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

5.3.10. Entregar/executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro de 05 dias, após ordem de compra, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

5.3.11 Vincula-se a este instrumento contratual o edital do Pregão Presencial nº 83/2018-PMS, e seus anexos, bem como a ata de Registro de Preços

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador,

dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.3. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com

as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Regularidade Fiscal.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

8.8 O pagamento será efetuado na conta bancária especificada pela licitante na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa,

não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal,

facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no DOM/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Schroeder/SC, ----- de ----- de 2018.

OSVALDO JURCK

PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

Assinatura do responsável legal pela empresa

#### ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 83/2018-PMS

#### DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

-----, ----- de ----- de 2018.

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.

e Assinatura do Responsável Legal (nome, cargo, RG, CPF).

Obs.: O documento deverá ser preferencialmente em papel timbrado da licitante.

#### ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 83/2018-PMS

#### CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pelo Município de Schroeder/SC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. 83/2018-PMS, na qualidade de RESPONSÁVEL LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

-----, ----- de ----- de 2018.

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.

e Assinatura do Responsável Legal (nome, cargo, RG, CPF)

COM FIRMA RECONHECIDA.

Obs.: O documento deverá ser preferencialmente em papel timbrado da licitante.

#### ANEXO V

## PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 83/2018-PMS

## DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 83/2018-PMS, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida neste instrumento convocatório.

-----, ---- de ----- de 2018.

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Responsável Legal (nome, cargo, RG, CPF).

Obs.: O documento deverá ser preferencialmente em papel timbrado da licitante.

## ANEXO VI

## PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 83/2018-PMS

## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 83/2018-PMS, instaurado pelo Município de Schroeder, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 2018.

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Responsável Legal (nome, cargo, RG, CPF).

Obs.: O documento deverá ser preferencialmente em papel timbrado da licitante.

## ANEXO VII

## PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 83/2018-PMS

## DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa ..... , CNPJ n.º ..... , declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, e/ou trabalhista, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, compromete-se a adotar todas as medidas necessárias, para tentar promover sua regularização no prazo de cinco dias aberto, caso venha formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. 83/2018-PMS, na hipótese de formular o lance vencedor e der cumprido plenamente. Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 2018.

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Responsável Legal (nome, cargo, RG, CPF).

Obs.: O documento deverá ser preferencialmente em papel timbrado da licitante.

## ANEXO VIII

## PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 83/2018-PMS

## TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE para a aquisição de pneus para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
------	-----------	-------	-------	-------------------------------------	----------------------------------



1	Pneu novo modelo ATR, 4 X 4 SUV ( Spot Utlity Vehicle camionhetes) , largura da banda 215 (21,5 cm), perfil 65 (215 mm = 13,975 cm), diâmetro do aro 16", índice de carga por eixomínimo 98 (750 Kg), índice de velocidade mínimo T (190 Km/h), dimensões aproximadas do pneu (cm)- AxCxL 68,6 X 68,6 X21,5, peso aproximado 11,35 Kg, aplicabilidade de terra/asfalto e garantia 60 meses.	8	Unid.	698,00	5.584,00
2	Pneu novo radial 175/70 R14 - dobrô, Kangoo, 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	32	Unid.	250,00	8.000,00
3	Pneu novo radial 205/75 R16C - boxer, master - 08 lonas 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	20	Unid.	450,00	9.000,00
4	Pneu novo radial - Sprinter 225/70 R15C - 08 Lonas 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	8	Unid.	420,00	3.360,00
5	Pneu novo radial 215/75, R17,5 - 08 lonas microônibus Iveco - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	16	Unid.	650,00	10.400,00
6	Pneu novo radial 185/65 R15 - Pálio e Logan - C. Tutelar, Procon, Vigilância e Polícia Militar/Civil - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	60	Unid.	290,00	17.400,00
7	Pneu novo radial 185 R14 - 8 lonas - Kombi - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	8	Unid.	330,00	2.640,00
8	Pneu novo radial 175/70 R13 - corsa, vivace, celta, UP - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	80	Unid.	190,00	15.200,00
9	Pneu novo radial 205/60 R16 - Fluence - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	8	Unid.	330,00	2.640,00
10	Pneu novo radial 175/65 R14 - prisma - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	20	Unid.	230,00	4.600,00
11	Pneu novo radial 225/65R 16C - Master - 1a linha, utilizado nas linhas de produção . Aprovado pelo Inmetro, garantia mínima 05 anos contra defeitos de produção e data de fabricação não superior a 01 ano	8	Unid.	520,00	4.160,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					2.820,70

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 84/2018-PMS**

Publicação Nº 1775013

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 84/2018-PMS

PROCESSO Nº. 192/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de placas de sinalização para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses



Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de novembro de 2018 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 08 de novembro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 17 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 4.602/2018, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1775369

DECRETO Nº 4.602/2018, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.325/2017 de 4 de dezembro de 2017,

### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 42.012,19 (quarenta e dois mil doze reais e dezenove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### 02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

##### 02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.451.0014.2.058 - Manutenção das Ações de Segurança no Trânsito

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0012 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 6.212,19

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0012 - Material de Consumo R\$ 24.000,00

##### 02.06 - DIRETORIA DE CONVÊNIOS

02.06.04.122.0002.2.006 - Manutenção da Diretoria de Convênios

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 1.500,00

#### 05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER

##### 05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 300,00

05.04.12.365.0003.2.016 - Manutenção dos Centros de Educação Infantil

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### 02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

##### 02.06 - DIRETORIA DE CONVÊNIOS

02.06.04.122.0002.2.006 - Manutenção da Diretoria de Convênios

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 1.500,00

#### 05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER

##### 05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0001 - Obrigacoes Patronais R\$ 300,00

#### 05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER

##### 05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.365.0003.2.016 - Manutenção dos Centros de Educação Infantil

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigacoes Patronais R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.



Schroeder, 4 de Outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº 4.603/2018, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1775374

DECRETO Nº 4.603/2018, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.325/2017 de 4 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.05 - SETOR DE SAÚDE

04.05.10.305.0013.2.054 - Vigilância Epidemiológica

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0066 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0066 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 8 de Outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº 4.604/2018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1775375

DECRETO Nº 4.604/2018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 30474/2018, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Jucineia Formigari;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
------	----------------	-------------	----------------	-------------

Jucineia Formigari	Professor B	Professor D	B-3-I	D-3-I
--------------------	-------------	-------------	-------	-------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 16 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 118/2018-PMS

Publicação Nº 1774591

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 118/2018-PMS  
Inexigibilidade nº. 05/2018-PMS - Processo nº.189/2018-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.072.325/0001-19, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4.184, Centro, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo dentro do Município de Schroeder, para fornecimento de Vale Transporte aos servidores do Município de Schroeder, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de Vale Transporte para os servidores do Município de Schroeder. (circular dentro do Município Schroeder)	4.072	Unidade	3,75	15.270,00
TOTAL R\$					15.270,00

Valor do contrato: R\$ 15.270,00 (quinze mil duzentos e setenta reais).  
Data da Assinatura: 16/10/2018 – Vigência: 01/01/2019 até 31/12/2019  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 119/2018-PMS

Publicação Nº 1774751

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 119/2018-PMS  
Inexigibilidade nº. 06/2018-PMS - Processo nº.190/2018-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VIAÇÃO CANARINHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.438.209/0001-21, estabelecida na Rua Roberto Ziemann, nº. 460, Czerniewicz, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-300

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para os servidores do Município de Schroeder, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de créditos para os servidores do Município de Schroeder. (Jaraguá do Sul x Jaraguá do Sul)	1	Unid.	62.845,20	62.845,20
02	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de créditos para os servidores do Município de Schroeder. (Jaraguá do Sul x Schroeder )	1	Unid.	114.875,25	114.875,25
03	Contratação de empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de créditos para os servidores do Município de Schroeder (Jaraguá do Sul x Guaramirim)	1	Unid.	23.980,00	23.980,00
TOTAL R\$					201.700,45

Valor do contrato: R\$ 201.700,45 (duzentos e um mil setecentos reais e quarenta e cinco centavos).

Data da Assinatura: 16/10/2018 – Vigência: 01/01/2019 até 31/12/2019

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.376/2018

Publicação Nº 1775363

LEI Nº 2.376/2018

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2019, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VII - as disposições gerais.

### CAPÍTULO II

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº. 101, de 2000:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

Anexo XI – Demonstrativo da Previsão da Despesa com Pessoal; e

Anexo XII - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2019 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2019 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei, salvo se aprovada em lei específica.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – Subtítulo: menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VI - Unidade Orçamentária: menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – Concedente: órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII – Conveniente: órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - Descentralização de créditos orçamentários - transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do Anexo que integra a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2018/2021.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município inclusive suas administrações indiretas, instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e que recebam e apliquem recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº. 163, de 4 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº. 4. 320, de 1964.

§ 7º É vedada à execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as categorias econômicas, as naturezas de receita, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº. 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº. 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº. 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº. 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº. 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº. 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº. 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº. 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº. 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº. 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº. 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº. 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº. 9.394, de 1996;

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº. 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 101, de 2000;

XVII – quadro discriminativo da receita por fontes com base no inciso III do §1º, do art. 2º da Lei 4.320, de 1964;

XVIII – quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais, com base no inciso I, do §2º do art. 2º da Lei 4.320, de 1964;

XIX – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita, com base na Lei complementar nº. 101, de 2000;

XX – demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, com base na Lei complementar nº. 101, de 2000;

XXI – anexo de compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais, com base na Lei complementar nº. 101, de 2000;

XXII – anexo demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos; e

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº. 29.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### SEÇÃO I

##### DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 8º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 9º A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº. 4.320, de 1964.

Art. 10. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 11. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

##### SEÇÃO II

##### DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 12. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

##### SEÇÃO III

##### DO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 13. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2019, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 14. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

##### SEÇÃO IV

##### DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 15. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 8º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e



II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº. 101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

## SEÇÃO V

### DA INCLUSÃO DE NOVOS PROJETOS E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Art. 16. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

## SEÇÃO VI

### DA DEFINIÇÃO DAS DESPESAS CONSIDERADAS IRRELEVANTES

Art. 17. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666 de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

## SEÇÃO VII

### DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 18. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar documentação exigida pela legislação vigente.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, à inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

## SEÇÃO VIII

### DA AUTORIZAÇÃO PARA CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO E DO ESTADO

Art. 19. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

## SEÇÃO IX

### DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Art. 20. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

#### SEÇÃO X

##### DA DESTINAÇÃO DE RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 21. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2018, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

#### SEÇÃO XI

##### DAS NORMAS PARA CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADO

Art. 22. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 24. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações no nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

Art. 25. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 26. No exercício financeiro de 2019, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos arts. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

Art. 27. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 28. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita às necessidades emergenciais.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 29. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 30. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação

tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

Art. 31. O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Artigo 14 da LRF)

Art. 32. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 14, Parágrafo 3º da LRF)

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 34. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

Art. 35. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43. Da Lei nº. 4.320, de 1964.

Art. 36. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº. 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 16 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY Assessor Jurídico

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PARA FIXAÇÃO DAS DESPESAS

**0 - OPERAÇÕES ESPECIAIS**

1. Amortização da dívida com o BADESC;
2. Juros amortização da dívida com o BADESC;
3. Amortização da dívida com o BRDE;
4. Juros amortização da dívida com o BRDE.

**01 - GABINETE DO PREFEITO**

5. Manutenção do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito;
6. Manutenção das Ações da Procuradoria Geral do Município;
7. Manutenção da Diretoria de Convênios;
8. Manutenção do Fundo Municipal de Proteção dos Direitos do Consumidor;
9. Manutenção da Diretoria Municipal da Defesa Civil;
10. Gerenciar as atividades das áreas de atuação das Secretarias;
11. Manutenção do conselho tutelar;

**03 - GESTÃO MUNICIPAL**

12. Recolhimento das Contribuições ao PASEP e Obrigações incidentes sobre a folha de pagamento;
13. Controlar e realizar pagamento de precatórios em nome do município;
14. Manutenção do Setor de Recursos Humanos;
15. Manutenção do Setor Licitações, Compras;
16. Manutenção do Setor de Contabilidade, Patrimônio e Finanças;
17. Construção de um local para armazenar os bens de patrimônio público;
18. Manutenção do Setor de Tributos e Fiscalização;
19. Manutenção do Setor de Gestão, Informática e Protocolo;
20. Contratação de pessoal conforme a necessidade e limites legais;
21. Aquisição de equipamentos de informática e demais materiais permanentes conforme a necessidade;
22. Promover estudos para revisão do Plano de Cargos e Salários;
23. Contratação de estagiários, conforme legislação municipal;
24. Contribuição a Associação de Servidores Municipais (terreno em comodato);
25. Contribuição a AMVALI, FECAM, CNM e demais associações legalmente constituídas;
26. Cursos de capacitação de servidores conforme demanda de cada setor;
27. Viabilizar a implantação do programa de saúde médica ocupacional;
28. Desenvolver estudo de viabilização do regime estatutário para os servidores municipais;
29. Criação da CIPA, contratação de técnico de segurança do trabalho e aquisição de equipamentos de Proteção Individual (EPI);
30. Intensificar a fiscalização dos tributos municipais;
31. Viabilizar a implantação da ouvidoria municipal;
32. Continuação da revisão do código tributário municipal;
33. Elaboração do Plano de mobilidade;
34. Previsão para cessão de funcionários para órgãos estaduais e federais.

**05 - EDUCAÇÃO PARA TODOS**

35. Manutenção do Ensino Fundamental;
36. Manutenção dos Pré-Escolares Municipais;
37. Manutenção dos Centros de Educação Infantil Municipais;
38. Manter o fornecimento da alimentação escolar;
39. Manter transporte escolar gratuito;
40. Manutenção de programa para gestão dos dados da educação;
41. Capacitação para os professores municipais;
42. Ampliação do quadro de profissionais da educação (professores, serventes, pessoal técnico e administrativo), conforme a necessidade e limite legal;
43. Gerenciar os convênios realizados para programas na Educação;
44. Aquisição de mobília e demais materiais permanentes para atender as ampliações, construções e manutenções das unidades escolares;
45. Reforma, pintura e manutenção das unidades escolares e demais setores da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
46. Reforma, pintura e manutenção dos Centros de Educação Infantil Municipais;
47. Cobertura de quadras de esportes junto às Escolas Municipais;
48. Construção de ginásio de esportes e/ou quadra coberta junto à unidade escolar;
49. Construção de unidade escolar para atender alunos do 1º a 9º ano no centro;
50. Aquisição de 01 veículo (acima de 5 lugares) para Secretaria de Educação;
51. Aquisição de equipamentos de Proteção Individual (EPI);
52. Realização de exames laboratoriais para confecção de carteira de saúde para serventes e auxiliares de serviços gerais lotados na Secretaria de Educação;
53. Possibilitar viagens de estudo e transporte de alunos para eventos municipais;
54. Distribuição de uniforme para profissionais e alunos;
55. Garantir a vigilância eletrônica das escolas;

56. Firmar convênios com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Associação Amigos dos Autistas (AMA) através de subvenção social;
57. Convênios com SENAI/SENAC/SESI/SOCIESC/NAES e outras instituições de ensino;
58. Auxílio a estudantes através de bolsas de estudos;
59. Aquisição de brinquedos pedagógicos para a educação infantil;
60. Aquisição de materiais e equipamentos esportivos para as unidades escolares;
61. Aquisição, ampliação e manutenção dos parques infantis das unidades escolares;
62. Aquisição de veículo com câmara refrigerada para transporte adequado da alimentação escolar;
63. Aquisição de equipamentos e utensílios para cozinhas das unidades escolares;
64. Aquisição de testes e materiais pedagógicos para o atendimento psicopedagógico;
65. Contratação de empresa especializada em manutenção de eletrodomésticos e equipamentos de cozinha das unidades escolares;
66. Contratação de empresa especializada para manutenção de vidraças das unidades escolares e demais setores da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
67. Contratação de serviços/profissionais para reforço escolar;
68. Ampliação de área de lazer nas unidades escolares;
69. Aquisição de um micro-ônibus adaptado para crianças com necessidades especiais;
70. Construção/Reforma de uma estrutura pública para possibilitar a implantação de um CEIM para atender as localidades de Bracinho e Itoupava-Açú;
71. Convênio com creches particulares para compras de vagas para aumentar o atendimento às crianças de 0 a 4 anos;
72. Aquisição de software para cálculo nutricional do cardápio da alimentação escolar;
73. Informatização das unidades escolares;
74. Contratação de empresa especializada para os serviços de higienização de caixas d'água, desinsetização, desratização, descupinização, remanejo de morcegos, limpeza de caixas de gordura e limpeza de fossa séptica;
75. Aquisição de material de higiene e limpeza para as unidades escolares e demais setores da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
76. Aquisição de material de expediente e materiais gráficos para as unidades escolares e demais setores da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
77. Implantação do Atendimento Especializado através de contratação de profissionais (psicóloga, fonoaudióloga, professor de educação especial, psicopedagogo, etc.).
78. Implantação do Planetário Municipal.

#### 06 - CULTURA VIVA

79. Ampliação do acervo bibliográfico;
80. Aquisição de equipamentos como: Aparelhos de condicionadores de ar, computadores;
81. Aquisição de Máquina fotográfica (filmadora com microfone externo e tripé);
82. Restauração do antigo prédio da Prefeitura para transformar em Centro Histórico do município;
83. Resgate histórico do município de Schroeder com o livro da História do Município;
84. Festival da canção, sessões de teatro e demais eventos culturais no centro e bairros;
85. Manutenção do grupo folclórico, grupo de violão e banda municipal;
86. Aquisição de instrumentos musicais e materiais para o ensino de música e criação de novos projetos musicais;
87. Manutenção do Fundo Municipal da Cultura;
88. Manutenção do Setor da Cultura.

#### 07 - ESPORTE E LAZER

89. Reforma do Ginásio de Esportes Alfredo Pasold: Sala da diretoria de esportes, pintura da quadra/alambrado e bicicletário;
90. Iluminação, arquibancada (pequena) e implantação de drenagem para melhorias no gramado do Estádio Municipal Cláudio Tomaselli;
91. Projeto de Ampliação do Ginásio dos Imigrantes (lanchonete), incluindo a mobília e bicicletário;
92. Construção de alambrado junto ao Ginásio de Esportes dos Imigrantes;
93. Implantar sistema de segurança (câmeras) e/ou contratação de vigias para o complexo esportivo municipal;
94. Estruturação da diretoria de esportes com aquisição de mobília, máquina fotográfica, e estruturação de site específico;
95. Organização e realização do Evento: Torneio de Verão Aberto de Futsal;
96. Manutenção e ampliação das atividades esportivas, do calendário esportivo municipal, das categorias de base (campeonatos, torneios, jogos, festivais); incluindo premiação, material esportivo e arbitragem;
97. Manutenção e ampliação das atividades; incluindo premiação, alimentação, material esportivo, arbitragem, participação em competições regionais e estaduais;
98. Fornecimento de alimentação, transporte, estadia e uniformes para atletas e dirigentes que representam o município em eventos esportivos como ex: Jogos Abertos da Terceira Idade (JASTI), Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC), Juguinhos Abertos de Santa Catarina, Jogos da Juventude Catarinense (OLESC) e outros;
99. Capacitação de Profissionais de Educação Física em cursos específicos;
100. Contratação de Profissionais de Educação Física em modalidades específicas, conforme a necessidade e limite legal;
101. Desenvolver projeto de lazer e/ou atividades durante período de férias escolares de julho;
102. Promover Incentivo a prática do Atletismo - Viabilizar espaço próprio e aquisição de materiais conforme necessidade, nas diversas provas;
103. Promover apoio na promoção de eventos esportivos e de lazer em diversas modalidades (canoagem, ciclismo, corridas rústicas e caminhadas, automotivos, outros);
104. Promover evento de integração e socialização com competições em modalidades diferenciadas das realizadas no calendário, como



- tênis de mesa, xadrez, bolão, atletismo, jogos de mesa, de recreação (gincanas) envolvendo associações, sociedades, clubes, terceira idade, empresas, grupos familiares, jovens e crianças;
105. Construção de áreas/espacos de lazer junto ao Complexo Esportivo e nos bairros e assim melhorar e implantar locais para prática esportiva e lazer (Ex: parques infantis, campos de areia/quadras poliesportivas, trilha ecológica, academia ao ar livre, pista de skate, outros);
106. Regularizar o Ginásio dos Imigrantes com planta de engenharia/elétrica/alvarás/ bombeiros;
107. Construção de Ginásio de Esportes com capacidade mínima de 2.000 pessoas.
108. Aquisição de material permanente, conforme necessidade;
109. Estudo para realizar uma parceria com a empresa Marisol para uso da Quadra de Esportes.

#### 08 - SCHROEDER EM AÇÃO

110. Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
111. Implantação/Manutenção da Diretoria de Trânsito;
112. Manutenção do Setor de Planejamento Urbano;
113. Ampliação de galerias de águas pluviais;
114. Melhoria da iluminação das pontes do município;
115. Continuação da abertura da Avenida dos Imigrantes;
116. Construção de abrigos para passageiros de ônibus;
117. Construção de ponte Schroeder – Jaraguá do Sul (São João);
118. Urbanização da Rua Marechal Castelo Branco, através de construção de calçadas;
119. Legalização junto aos órgãos competentes a exploração de saibro, seixo e barro no município de Schroeder;
120. Aquisição de saibro e seixo;
121. Melhorias no semáforo da Rua Marechal Castelo Branco, entroncamento com a Rua Barão de Rio Branco;
122. Melhorias no trevo da Marisol (rotatória, sinaleiro, lombada eletrônica);
123. Aquisição de trator com roçadeira lateral;
124. Aquisição de uma bob cat para varrição das vias públicas;
125. Alargamento, retificação, ensaibramento e patrolamento de ruas não pavimentadas do município, conforme a necessidade;
126. Pavimentação asfáltica de diversas ruas, através de contratação de operação de crédito, de convênios com o governo federal e estadual, regime de mutirão e contribuição de melhoria;
127. Ampliação e manutenção da rede de iluminação pública;
128. Construção de garagem para máquinas, caminhões e veículos da Prefeitura;
129. Indenização por desapropriação de terrenos junto a Avenida dos Imigrantes;
130. Construção de rampa para manutenção e lavagem da frota municipal;
131. Aquisição de ferramentas e equipamentos;
132. Aquisição de mini escavadeira hidráulica;
133. Terceirização de serviços de limpeza de ruas do município;
134. Aquisição de uma máquina carregadeira;
135. Aquisição de rolo compactador.

#### 09 - CORPO DE BOMBEIROS E SEGURANÇA

136. Manutenção do Convênio com os Bombeiros Militar;
137. Manter e ampliar a estrutura do Corpo de Bombeiros Voluntários no município;
138. Convênio com a Polícia Civil e Militar através da Secretaria de Segurança Pública;
139. Aquisição de veículo para o destacamento da Polícia Militar;
140. Convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários;
141. Incentivo ao programa de formação de bombeiros mirins e aspirantes através de repasse financeiro;
142. Monitoramento de ruas por câmara de vigilância controlado pela polícia local (ampliação);
143. Padronização, ampliação, adequação e conserto das placas de sinalização de trânsito, placas informativas e faixas de pedestres;
144. Instalação de hidrantes nos bairros;
145. Realização de estudos para instalar redutor de velocidade em ruas do município;
146. Manutenção do Setor de Segurança no Trânsito;
147. Estudo para criação de um Programa de Educação no Trânsito;
148. Viabilizar parceria para destinação de um terreno por meio de comodato para a instalação da sede do Corpo de Bombeiros Voluntários;

#### 10 - APOIO A AGRICULTURA

149. Manutenção da Secretaria de Agricultura;
150. Manter programa de distribuição de sementes e mudas de plantas;
151. Contratação de serviços de retroescavadeira, trator de esteiras e escavadeira hidráulica;
152. Curso de capacitação para agricultores;
153. Contribuição a associações agrícolas;
154. Manter a Assistência Técnica e Extensão Rural, através de convênio com a EPAGRI;
155. Incentivo à pesquisa e promoção de ações para combate e controle de insetos nocivos ao ser humano (maruim, borrachudo e outros);
156. Apoiar a implementação e expansão da agricultura familiar;
157. Programa de distribuição de calcário;
158. Aquisição de rotativa, nivelador e distribuidor de esterco;

- 159. Reativação do viveiro de mudas horto florestal;
- 160. Incentivo a devolução de embalagens tóxicas;
- 161. Aquisição e distribuição de medicamentos de uso veterinário;
- 162. Manutenção das estradas públicas de acesso às propriedades rurais para o transporte da produção;
- 163. Promover estudo e atualização da legislação municipal para apoio aos produtores rurais através de abertura e manutenção de estradas/caminhos em propriedades rurais;
- 164. Desenvolver ações de promoção do desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias no Município de Schroeder, por meio de patrulha agrícola mecanizada, serviço de inseminação artificial em bovinos, serviço de apoio veterinário e agrônomo aos produtores rurais, conforme lei municipal;
- 165. Incentivo ao cooperativismo e a agroindústria;
- 166. Apoio à produção e olericultura em abrigos protegidos;
- 167. Incentivo à produção de plantas ornamentais;
- 168. Manter o incentivo nas produções já existentes (arroz, banana, aipim, leite, peixes, aves e outros);
- 169. Promover parceria com o governo federal para aquisição de escavadeira hidráulica e trator de esteiras;
- 170. Criação de programa de controle de zoonoses;
- 171. Ampliação do Programa Micro Bacias;
- 172. Implementar a Casa do Agricultor;
- 173. Incentivo à produção Orgânica e apoio a certificação participativa;
- 174. Implantação de Hortas Municipais;

#### 11 - INCENTIVO AO TURISMO

- 175. Promover acesso às áreas turísticas do município;
- 176. Promoção e participação em feiras e eventos para divulgação do turismo – marketing turístico;
- 177. Manutenção e infraestrutura (paisagismo, placas e choupanas) na Serra do Rio do Júlio;
- 178. Promover a sinalização viária nos bairros indicando limites e confrontações, BR, áreas turísticas, pontos comerciais e serviços públicos;
- 179. Confecção de material publicitário, cadernos, livros, folders, banners;
- 180. Decoração natalina;
- 181. Decoração de Páscoa;
- 182. Realização do Evento Food Truck e Festival Gastronômico;
- 183. Realização da Schroeder Fest;
- 184. Adequação e reforma do Pórtico do Parque de Eventos Alfredo Pasold para instalação do Setor de Turismo e Centro de Atendimento ao Turista (CAT);
- 185. Reforma e Paisagismo da Praça Cristian Mathias Schroeder;
- 186. Legalização e investimento na estrutura básica na área de acesso ao “morro pelado”, incluindo construção de mirante e infraestrutura da prainha – área de lazer;
- 187. Promoção do evento: Circuito Expedição Schroeder Natureza Viva;
- 188. Realização de concurso de jardins, pratos típicos (gastronomia) e fotografias;
- 189. Realização de eventos como “corrida de aventura”, maratonas, mountain bike e outros;
- 190. Promover parceria com a CELESC, para visita da Usina Hidrelétrica do Bracinho;
- 191. Manter o incentivo às caminhadas ecológicas e ao cicloturismo;
- 192. Instalar um centro de informação turística com exposição e venda de produtos agrícolas e artesanais;
- 193. Criação de um título para o Município de Schroeder, incentivando a promoção do turismo;
- 194. Promover parceria junto a Sociedade Esportiva para realização da “Kolonestenfest”, valorizando a agricultura familiar do município de Schroeder;
- 195. Promover pesquisa e estudo do potencial turístico do município;
- 196. Manutenção do Setor de Turismo;
- 197. Incentivo para proprietários de pontos turísticos já identificados (isenções);
- 198. Pavimentação Turística no Bracinho;
- 199. Implantação do Projeto Acolhida na Colônia;
- 200. Viabilizar a criação de uma Praça na Rua Paulo Jahn;
- 201. Execução de obra de Mirantes.

#### 12 - INCENTIVO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- 202. Manter contrato com SEBRAE objetivando auxiliar o pequeno empreendedor;
- 203. Parceria com ACIAS, promovendo o comércio local e parceria na realização de expo-feira, além de viagens empresariais, bem como manter o apoio ao DEL;
- 204. Viabilizar estudo de incentivo fiscal, bem como aquisição, permuta ou intermediação de negociação de terrenos para instalação de novas indústrias;
- 205. Auxiliar através de serviços de terraplenagem e outros serviços pertinentes à instalação de indústrias;
- 206. Promover estudo de planejamento estratégico para expansão e implantação de indústrias, e do comércio local;
- 207. Promover incentivo fiscal na implantação de micro e pequeno empreendedor;
- 208. Promover campanhas como “nota fiscal premiada” e/ou “com nota fiscal é legal”, para fomentar a arrecadação municipal;
- 209. Incentivo para implantação de incubadoras para micro e pequenas empresas;

#### 13 - ÁGUA PARA TODOS



- 210. Manutenção do Fundo de Saneamento e Gestão Ambiental;
- 211. Elaboração de projeto para ampliação do sistema de abastecimento de água;
- 212. Ampliação do sistema de distribuição e tratamento de água;
- 213. Construção de sede própria para Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental;
- 214. Continuidade do programa para controle e combate de perdas;
- 215. Estudo para viabilidade de envasamento da água tratada no município em copos para distribuição gratuita nas diversas instituições do município;
- 216. Construção de um reservatório na localidade de Schroeder I;
- 217. Capacitação dos Servidores de Saneamento e Gestão Ambiental;
- 218. Incentivo a programa de Educação Ambiental;
- 219. Aquisição de Veículo para Gestão Ambiental;
- 220. Criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- 221. Aquisição de mudas para distribuição ou recuperação de áreas degradadas;
- 222. Implantação de arborização urbana;
- 223. Construção de um reservatório no Bairro Rio Hern.

#### 14 - CIDADE LIMPA

- 224. Manutenção dos Serviços de Coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, hospitalares, eletrônicos, computadores e afins;
- 225. Aprimorar o programa de coleta seletiva e incentivar a implantação de cooperativa de recicladores de resíduos sólidos do município de Schroeder;
- 226. Fomentar junto aos municípios vizinhos a implantação de Consórcio Público de gestão dos resíduos sólidos.

#### 15 - SANEAMENTO É SAÚDE

- 227. Elaboração de projeto para implantação de sistema de esgoto no município;
- 228. Iniciar a Implantação da rede de Coleta e Tratamento de Esgotos no município;
- 229. Aquisição de um caminhão limpa fossa com Hidro jato.

#### 16 – SAÚDE

- 230. Manter fornecimento de medicamentos especiais, de farmácia básica e material ambulatorial;
- 231. Manter o consórcio CIS/NORDESTE para a compra de consultas, exames e procedimentos;
- 232. Manter convênio com hospitais para realização de cirurgias eletivas com contrapartida do município;
- 233. Manter convênio com o SAMU;
- 234. Contratação de novos de profissionais da saúde, conforme necessidade e limite legal;
- 235. Manter os programas de DST/HIV/AIDS, tuberculose, hanseníase, combate a dengue e controle de vetores, planejamento familiar, programa de controle de tabagismo e seus fatores de risco de câncer e outros;
- 236. Manter as ações de atendimento de saúde do idoso, da mulher, crianças e adolescentes, saúde do homem, humanização do pré-natal e nascimento, entre outras;
- 237. Manter atividades coletivas via equipe multidisciplinar;
- 238. Manter ações de vigilância em Saúde;
- 239. Manter auxílio de benefícios eventuais de acordo com a legislação municipal;
- 240. Manter o atendimento da Unidade Básica de Saúde e alguns de Média Complexidade de acordo com os procedimentos da tabela de Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS);
- 241. Implantar convênio com clínicas de tratamento de dependência química;
- 242. Implantar pólos de academia da saúde e manutenção da já existente;
- 243. Implementar convênio/credenciamento para compra de consultas especializadas e exames de média e alta complexidade;
- 244. Aquisição de materiais/equipamentos ambulatoriais/hospitalares e odontológicos;
- 245. Aquisição de materiais educativos para educação em saúde;
- 246. Aquisição de equipamentos de informática, mobília e demais materiais permanentes para as Unidades de Saúde/Secretaria de Saúde;
- 247. Implementar as ações para Saúde Mental;
- 248. Capacitação para os profissionais da saúde e para os conselheiros do Conselho Municipal da Saúde e do Conselho Municipal Antidrogas;
- 249. Contratação ou credenciamento de serviços médicos;
- 250. Aquisição de veículo para atender a demanda da Secretaria;
- 251. Ampliação e ou/reforma das Unidades Básicas de Saúde;
- 252. Construção de garagem para veículos da saúde;
- 253. Implantação do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial);
- 254. Locação de espaço físico que atenda às necessidades da Secretaria de Saúde;
- 255. Realização de Concurso Público.

#### 17 - SAÚDE DA FAMÍLIA

- 256. Manutenção e ampliação das atividades coletivas de educação e saúde realizadas pelas equipes da Saúde da Família (ESF) e Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF);
- 257. Aquisição de materiais de consumo e materiais permanentes que atendam as necessidades das Equipes Saúde da Família e Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF);

- 258. Serviços de consultoria/assessoria continuada de profissional habilitado para Estratégia Saúde da Família;
- 259. Capacitação continuada aos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) e Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF);
- 260. Contratação de novos de profissionais da saúde, conforme necessidade e limite legal para os programas da Estratégia da Saúde da Família (ESF), Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF);
- 261. Locação de Espaço físico que atenda às necessidades da Estratégia Saúde da Família.

#### 18 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 262. Aquisição de Veículo adaptado para unidade de atendimento móvel para o centro de referência especializado de Assistência Social (CREAS), através de convênio com a União;
- 263. Construção do Centro de Referência de Assistência Social (via convênio com o Estado);
- 264. Construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (via convênio com o Estado);
- 265. Manutenção do prédio que atualmente está localizado o CRAS;
- 266. Construção de garagem (espaço coberto) para os veículos da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 267. Manutenção do prédio Itoupava-Açú (antigo posto de saúde);
- 268. Estruturação de equipe mínima conforme Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH/SUAS) para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), conforme limite legal de contratações;
- 269. Manutenção e ampliação dos serviços da proteção social básica e proteção social de média complexidade (benefícios eventuais definidos em lei municipal e critérios estabelecidos em resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº16/2010), Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (PBC) na Escola, Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Serviço de Proteção Social em Domicílio para Idosos e Pessoas com Deficiência, Serviço de Proteção Social ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- 270. Manutenção do Sistema Informatizado de Assistência Social;
- 271. Capacitação continuada para servidores e conselheiros municipais;
- 272. Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- 273. Manter convênios e ou/credenciamentos com instituições de acolhimento para crianças, adolescentes e idosos;
- 274. Realização da Rua da Cidadania de forma intersetorial;
- 275. Manutenção e aquisição de mobília, ar condicionado, computadores e equipamentos eletroeletrônicos para os Centros de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social e Secretaria de Assistência Social;
- 276. Implantação e implementação do Projeto Ticket Alimentação (em substituição da cesta básica concedida em gêneros de alimentos, higiene pessoal e limpeza);
- 277. Criação e Manutenção do Fundo Municipal do Idoso;
- 278. Criação e Manutenção do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência;
- 279. Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Schroeder – COMDIS;
- 280. Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Schroeder – COMDES.

#### 19 – HABITAÇÃO

- 281. Implementar a política de habitação de interesse social;
- 282. Viabilizar o pagamento de auxílio aluguel, conforme lei municipal específica;
- 283. Buscar junto às outras esferas de governo recursos para viabilizar a implantação da política de habitação, especialmente a de interesse social através do Ministério das Cidades (loteamento Itoupava-Açú, Centro Norte);
- 284. Capacitação continuada para equipe técnica e Conselho Municipal;
- 285. Manutenção do Conselho Gestor Municipal de Habitação de Interesse Social e Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;
- 286. Manutenção do Fundo de Habitação.

#### 20 - CRIANÇA E ADOLESCENTE

- 287. Realização de campanha para captação de recursos para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA junto a Pessoas Físicas e Jurídicas;
- 288. Capacitação de conselheiros tutelares e conselheiros dos direitos das crianças e dos adolescentes;
- 289. Divulgação do estatuto da criança e do adolescente para a comunidade e entidades representativas da sociedade;
- 290. Financiamento de programa e projetos para crianças e adolescentes;
- 291. Repasse financeiro na forma da lei (convênio), para entidades não governamentais e entidades governamentais que desenvolvam projetos e programas para crianças e adolescentes através de Edital lançado pelo CMDCA;
- 292. Financiar ações e capacitações do SIMASE;
- 293. Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
- 294. Financiar ações de Incentivo guarda, adoção e acolhimento familiar;
- 295. Elaborar estudos e diagnósticos do atendimento da criança e dos adolescentes;
- 296. Contratação de profissionais para execução de projetos para crianças e adolescentes através de processo seletivo ou processo de licitação.

#### 21 - CÂMARA DE VEREADORES

- 297. Manutenção da Câmara de vereadores;
- 298. Implantação da TV Câmara
- 299. Aquisição de 01 veículo;

300. Aquisição de equipamentos de informática, áudio e vídeo;  
301. Aquisição de mobília;  
302. Aquisição e instalação de elevador;  
303. Implantação do Projeto vereador mirim.

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	ANGELA LUISA DOBLER Contadora SC-039511/O-0
ELMER SANDRO QUADROS Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal

**PORTARIA Nº. 7.574/2018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1775370

PORTARIA Nº. 7.574/2018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor, Sr. Richard Ruan de Souza, no cargo de Professor B, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 16 de outubro de 2018.

OSVALDO JURCK	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 08/2018-SANEAMENTO (SEQUÊNCIA 01)**

Publicação Nº 1774419

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2018 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2018 Data do Processo: 13/09/2018
	Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de reagentes químicos, vidrarias, turbidímetro portátil, medidor de cor e analisadores de cloro livre e fluoreto para realização de ensaios em água bruta e água tratada. Solução padrão para calibrar equipamentos já existentes da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 11/2018 (Sequência: 1)**

Ao(s) 16 de Outubro de 2018, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7474/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 11/2018, Licitação nº 8/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas HIDROLAB SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA. - EPP, HEXIS CIENTIFICA LTDA. e LINECONTROL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas HIDROLAB SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA. - EPP, HEXIS CIENTIFICA LTDA. e LINECONTROL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas HIDROLAB SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA. - EPP, HEXIS CIENTIFICA LTDA. e LINECONTROL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. O representante da empresa LINECONTROL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. pede desclassificação no lote 06 e lote 07, por não atender o especificado no edital. Constatando vencedora a empresa HEXIS CIENTIFICA LTDA. para o lote 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa HEXIS CIENTIFICA LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa HIDROLAB SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA. - EPP para o lote 06, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa HIDROLAB SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa LINECONTROL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. para o lote 09, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa LINECONTROL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. A representante da empresa HEXIS CIENTIFICA LTDA. manifesta a intenção de recurso devido do flúor teria que ter validade de 50 meses e tem a necessidade de uso em equipamento de marca Hach sem a necessidade de inclusão de nova curva e o reagente deve ser livre arsênio e do cloro questão da validade mínima de 50 meses, a questão de uso de equipamento da marca Hach sem inclusão de nova curva. Diante do exposto abre-se prazo de recurso, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

**LOTE: 2****Participante: 10262 - HEXIS CIENTIFICA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Solução tampão de pH 6,86 à 25°C; A solução deverá ser preparada conforme o Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater; O padrão deverá ser acondicionado em frasco com volume de 250 ml; Possuir Lacre de Segurança; Tem a validade de 12 (doze) meses. - Certificado de calibração.	UN	2,00		0,0000	28,00	56,00

Total do Participante —→ 56,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 8/2018 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 11/2018  
 Data do Processo: 13/09/2018

Folha: 2/3

**LOTE: 3**

Participante: 10262 - HEXIS CIENTIFICA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Solução tampão de pH 4,01 à 25°C; A solução é preparada conforme o Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater; O padrão deverá ser acondicionado em frasco com volume de 250 ml; Possuir Lacre de Segurança; Tem a validade de 12 (doze) meses. - Certificado de calibração.	UN	2,00		0,0000	28,00	56,00

Total do Participante ———> 56,00

**LOTE: 6**

Participante: 14030 - HIDROLAB SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	Flúor - Reagente líquido para análise de flúor conforme descrição no termo de referência em anexo.	UN	36,00	QUIMAFLEX	0,0000	65,00	2.340,00
7	Cloro livre - Reagente em pó para análise de cloro livre conforme descrição no termo de referência em anexo.	UN	18,00	QUIMAFLEX	0,0000	395,00	7.110,00

Total do Participante ———> 9.450,00

**LOTE: 7**

Participante: 10262 - HEXIS CIENTIFICA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	Turbidímetro portátil, com display em português, para realizar leituras de turbidez em água tratada e água bruta segundo princípio nefelométrico conforme descrição no termo de referência	UN	3,00		0,0000	7.270,00	21.810,00

Total do Participante ———> 21.810,00

**LOTE: 9**

Participante: 12320 - LINECONTROL COMÉRCIO IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	Medidor de cor conforme descrição em termo de referência.	UN	3,00	PoliControl	0,0000	5.826,00	17.478,00

Total do Participante ———> 17.478,00

**LOTE: 10**

Participante: 12320 - LINECONTROL COMÉRCIO IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	Analisador portátil para Cloro livre e total em água conforme descrição em termo de referência.	UN	2,00	PoliControl	0,0000	2.335,00	4.670,00
12	Analisador portátil para fluoreto em água conforme descrição em termo de referência.	UN	2,00	PoliControl	0,0000	2.787,00	5.574,00

Total do Participante ———> 10.244,00

Total Geral ———> 59.094,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER</b>		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2018 - PR</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 11/2018 Processo de Licitação: 13/09/2018 Data do Processo:
		Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 16 de Outubro de 2018

COMISSÃO:

- |                                    |         |                   |
|------------------------------------|---------|-------------------|
| DANIELA SAMULESCKI                 | - ..... | - Pregoeiro(a)    |
| IVANDRA DE SOUZA                   | - ..... | - EQUIPE DE APOIO |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - ..... | - EQUIPE DE APOIO |
| VALDERI ROCHA DE CAMARGO           | - ..... | - EQUIPE DE APOIO |
| ELOIR JOSÉ WENDT                   | - ..... | - EQUIPE DE APOIO |

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- |                              |         |                     |
|------------------------------|---------|---------------------|
| SCHEILA DANIELE EBEL         | - ..... | - Representante     |
| PAULO HENRIQUE ARNHA PACHECO | - ..... | - Representante     |
| MASSAI SILVA                 | - ..... | - Setor Solicitante |

# Seara

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 473 E 474

Publicação Nº 1775037

Portaria nº. 473/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, resolve,  
Prorrogar, O prazo de vigência da Portaria nº. 418/2017, que contrata Luciana Paula Frozza, em caráter temporário, para exercer a função de Agente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Anexo I – Grupo “A” - Serviços Administrativos, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 57, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de outubro de 2018 a 08 de outubro de 2019.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 16 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 16 de outubro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 474/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, resolve,  
Prorrogar, o prazo de vigência da Portaria nº. 500/2017, que contrata Antônio Luiz Furlanetto, em caráter temporário, para exercer a função de Médico, Anexo I, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 286, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara – SC., Lei Complementar 27/2008, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2018 até 31 de dezembro de 2018 ou até realização de Concurso Público. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 16 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 16 de outubro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018 - FMS

Publicação Nº 1775036

Fundo Municipal da Saúde de Seara

Processo Licitatório nº 032/2018 – FMS

Edital de Pregão Presencial nº 017/2018 - FMS – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 31/10/2018, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais de procedimento médico hospitalar. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 16 de outubro de 2018.

Flavio Joel Zolet

Secretário Municipal da Saúde



## Serra Alta

## PREFEITURA

## RELAÇÃO DE COMPRAS MÊS DE SETEMBRO 2018-FMSA

Publicação Nº 1774503

Página: 1/8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA**  
Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ÁGUA BRINDES LTDA	CAMISA PIKE MG CT	811	2,000	69,1000	138,20
ALAN CARLOS DE OLIVEIRA - MEI	SERVICOS DE APLICACAO DE PELICULAS	843	15,000	35,0000	525,00
CLINICA DE FISIOTERAPIA DRA JOSEANA SIGNO	PRESTACAO DE SERVICOS ESPECIALIZADOS (SESSAO FISIOTERAPIA)	818	5,000	80,0000	400,00
CLINICA MEDICA AIMI EIRELI	CONSULTA MEDICA OCUPACIONAL	819	1,000	40,0000	40,00
CLINICA MEDICA CRISTHIAN FIORINI & CIA LTDA	CONSULTA MEDICA ESPECIALIZADA	810	1,000	280,0000	280,00
CLINICA VETERINARIA SILVA EIRELI ME	SERVICOS DE COLETA PARA ANALISE	795	2,000	50,0000	100,00
CONSULTORIO MEDICO DR. RICARDO DE MORA	CONSULTA MEDICA ESPECIALIZADA	831	1,000	370,0000	370,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI	<p><b>AQUIÇÃO DE UM CARDIOVERSOR BIFÁSICO (MONITOR DESFIBRILADOR) COM NO MÍNIMO OS SEGUINTE PARÂMETROS: ELETROCARDIOGRAMA DE 07 DERIVAÇÕES (ECG), RESPIRAÇÃO (RESP), OXIMETRIA (SPO2), PRESSÃO NÃO-INVASIVA (PNI), PREVENÇÃO DE MORTE SUBITA (PMS), DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA), MARCA-PASSO TRANSCUTÂNEO (MP) E IMPRESSORA.</b></p> <p>1. Generalidades:  Equipamento deve promover desfibrilação e cardioversão a pacientes acometidos de taquicardias, bradicardias e reverter arritmias de fibrilação ventricular, além de monitoração de ECG, respiração, frequência cardíaca, oximetria, pressão não-invasiva, prevenção de morte súbita com função de marca-passo transcutâneo e desfibrilação externa automática.</p> <p>2. Características técnicas mínimas:  2.1. Uso em pacientes adultos e pediátricos;  2.2. As entradas do circuito de ECG devem ser isoladas da rede elétrica (flutuante) e possuir circuito de proteção contra desfibrilação;  2.3. Deve possuir software, operacional em português;  2.4. Deve possuir tela de cristal líquido (LCD) colorido, de no mínimo 8 polegadas;  2.5. Deve possuir índice de proteção (IP) igual ou superior a 44;  2.6. Deve possuir peso (com bateria) inferior a 10kg;  2.7. Deve possuir bateria com duração de no mínimo 6 horas em modo de monitorização ou no mínimo 120 choques em 360 Joules ou no mínimo 200 choques em 200 Joules;  2.8. Deve possuir impressora térmica com largura de papel de no mínimo 50 mm e velocidade de varredura de 12,5 mm/s, 25 mm/s e 50 mm/s, no mínimo.</p> <p>3. Indicações:  3.1. A energia entregue ao paciente;  3.2. A forma de onda do ECG;  3.3. Mensagem de carga;  3.4. Frequência cardíaca;  3.5. Eletrodo de ECG desconectado;  3.6. As falhas ocorridas com o sistema;  3.7. O adiantamento de sincronismo;  3.8. Nível baixo da bateria;  3.9. Bateria em carga;  3.10. Alimentação da rede elétrica.</p> <p>4. Desfibrilação:  4.1. A energia armazenada, no caso de desfibrilação externa, deve possuir no mínimo seis valores disponíveis de energia entre 0 a 200 Joules;  4.2. Tempo de carga máxima 200 Joules inferior a 6 segundos;  4.3. Descarga interna automática quando houver desligamento do equipamento;  4.4. Possibilidade de carga e disparo pelos eletrodos de desfibrilação (pás externas).</p> <p>5. Cardioversão:  5.1. Disparo sincronizado com o complexo QRS.</p>	807	1,000	39.950,0000	39.950,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/8

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	5.2. Tempo entre a sincronização com o complexo QRS e adescarga não deve exceder a 60 ms.				
	6. Monitoração mínima de ECG: 6.1. Visualização das três derivações bipolares sem o deslocamento de eletrodos de ECG sobre o tórax do paciente (d1, d2 e d3), no mínimo; 6.2. Velocidade: 12,5mm/s, 25mm/s e 50mm/s, no mínimo; 6.3. Deve possuir medição da frequência cardíaca de 15 a 300 batimentos por minuto, no mínimo; 6.4. Deve possuir entrada flutuante e com proteção contra descargas de desfibrilador; 6.5. Deve possuir amplitude do ECG (sensibilidade): 5, 10, 20, 40mm/mV, no mínimo.				
	7. Monitoração mínima de RESP: 7.1. Faixa de medição: 3 a 150 resp/min, no mínimo; 7.2. Velocidade de varredura: 6,25, mm/s, 12,5 mm/s e 25 mm/s, no mínimo.				
	8. Monitoração mínima de SpO2: 8.1. Faixa de oximetria: 0 a 100%; 8.2. Precisão de oximetria: $\pm 2\%$ de 70 a 100%; 8.3. Faixa de pulso: 30 a 250 BPM; 8.4. Precisão de pulso: $\pm 2$ BPM; 8.5. Velocidade de varredura: 12,5 mm/s, 25 mm/s e 50 mm/s, no mínimo.				
	9. Monitoração mínima de PNI: 9.1. Deve permitir medidas automáticas: 1, 2, 3, 4, 5, 10, 15, 30, 60 e 90 min, no mínimo; 9.2. Faixas mínimas de medidas: 9.2.1. Adulto: 9.2.1.1. Sistólica: 40 a 260 mmHg, no mínimo; 9.2.1.2. Média: 26 a 220 mmHg, no mínimo; 9.2.1.3. Diastólica: 20 a 200 mmHg, no mínimo; 9.2.2. Pediátrico: 9.2.2.1. Sistólica: 40 a 160 mmHg, no mínimo; 9.2.2.2. Média: 26 a 133 mmHg, no mínimo; 9.2.2.3. Diastólica: 20 a 120 mmHg, no mínimo; 9.2.3. Neonatal: 9.2.3.1. Sistólica: 40 a 130 mmHg, no mínimo; 9.2.3.2. Média: 26 a 110 mmHg, no mínimo; 9.2.3.3. Diastólica: 20 a 100 mmHg, no mínimo.				
	10. Função de PMS: 10.1. Deve possuir monitoramento das funções cardíacas visando a resposta a arritmias cardíacas que podem causar a morte inesperada pela perda da função cardíaca.				
	11. Função de DEA: 11.1. Deve possuir comandos de voz, indicações visuais e instruções de RCP; 11.2. Deve permitir aplicação de choque por meio de pás adesivas multifuncionais; 11.3. Escalas para desfibrilação: 11.3.1. Adulto: 150 J e 200 J; 11.3.2. Infantil: 50 J e 100 J.				

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	11.3.1. Adulto: 100J e 200J; 11.3.2. Pediátrico: 50J.				
	12. Função de MP: 12.1.Modos: demanda ou fixo; 12.2.Amplitude: 5 mA a 200mA, no mínimo; 12.3.Frequência: 30 ppm a 180 ppm, no mínimo.				
	13. Deverá possuir no mínimo os seguintes acessórios para funcionamento adequado do equipamento: 13.1. 01 (um) cabo de rede padrão ABNT; 13.2. 01 (um) cabo de aterramento; 13.3. 01 (um) cabo ECG de 5 vias; 13.4. 01 (um) cabo extensor para SpO2; 13.5. 01 (um) sensor de SpO2 de tamanho adulto; 13.6. 01 (uma) bracaadeira para PNI de tamanho adulto; 13.7. 01 (um) tubo extensor para PNI; 13.8. 01 (um) conjuntos de pás adesivas descartáveis de tamanho adulto para DEA e MP; 13.9. 01 (um) conjuntos de pás adesivas descartáveis de tamanho pediátrico para DEA e MP; 13.10. 01 (um) cabo extensor de DEA e MP; 13.11. 01 (uma) bolsa funcional; 13.12. Manual de usuário em português.				
	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ml	822	200,000	0,1600	32,00
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	DEXAMETASONA 4mg/2.5ml	822	50,000	0,6000	30,00
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML 3ML	822	50,000	0,5500	27,50
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	DOPOMINA 5MG/ML 10ML C/ 50 AMP	822	20,000	1,4300	28,60
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	ESTRADIOL+DIENOGESTE C/28CPR	792	168,000	1,6800	282,24
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	GLICOSE 50% 10ML	822	30,000	0,2400	7,20
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	INDAPAMIDA 1.5MG C/30 CP	792	180,000	0,3000	54,00
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	NEBIVOLOL 5MG C/60 CP	792	180,000	1,7500	315,00
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	PRAMIPEXOL 1MG C/30 CP	792	180,000	1,9460	350,28
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	PREGABALINA G 75M 30 CAPS	832	1,200,000	0,9266	1,111,92
DKS GRÁFICA LTDA ME	BLOCO 50 X 2	813	10,000	18,0000	180,00
DKS GRÁFICA LTDA ME	BLOCO DE RECEITUÁRIO 50X1 75GR	813	20,000	16,5000	330,00
DKS GRÁFICA LTDA ME	CARIMBO AUTOMÁTICO P-55	813	2,000	75,0000	150,00
DKS GRÁFICA LTDA ME	CARTILHA INFORMATIVA 4 X 4 PAPEL COUCHE 115GR	812	400,000	4,1500	1,660,00
DKS GRÁFICA LTDA ME	EMBALAGEM REMÉDIOS FARMÁCIA 1X 0	813	5,000,000	0,2100	1,050,00
DKS GRÁFICA LTDA ME	FOLDER 4 X 4 PAPEL COUCHE 115GR	812	2,000,000	0,3500	700,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	COENZIMA Q10 180 CP	793	2,000	156,0000	312,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	HIDROCLOROQUINA 400MG 180 CP	793	1,000	348,0000	348,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	XAROPE BIOTINA	793	2,000	200,0000	400,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	XAROPE CARNITINA	793	2,000	105,0000	210,00
F.R. RESTAURANTE LANCHERIA LTDA ME	JANTAR	797	1,000	20,0000	20,00

Página: 5/8

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	ANESTESICO COL 10ML	845	2,000	9,4200	18,84
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	ATENSINA 0,100MG 30CP	845	1,000	7,2600	7,26
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	CELESTONE INJ. 04MG 1 AMP 1ML	845	6,000	7,8500	47,10
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	CILODEX COL. 5ML	845	1,000	34,3300	34,33
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	CISTEIL XPE 120ML	845	1,000	38,7500	38,75
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	CLENIL 10 X 2ML	845	1,000	63,2400	63,24
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	CLOR. DOXICICLINA 100MG 15CP	845	3,000	38,2800	114,84
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	DICLOR. BETAISTINA 24MG 30CP	845	3,000	28,7500	86,25
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	ELIQUIS 5MG 60CP REV	844	2,000	285,9700	571,94
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	ESMOG 40MG 28 CP	845	2,000	172,6900	345,38
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	FLUITOSS XPE PED. 100ML	845	1,000	19,5600	19,56
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	FOLIFER GOTAS 30ML	845	1,000	27,0300	27,03
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	FOLIFER GOTAS 30ML	845	2,000	43,3500	86,70
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	FORTEN 20FLAC 10ML	845	2,000	111,1500	222,30
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	HIRUDOID 500 GEL 40G	845	1,000	25,9800	25,98
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	HISTAMIN 2MG 20CP	845	1,000	9,7700	9,77
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	ISORDIL SUBLING 5MG 30CP	845	1,000	9,8700	9,87
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	NEOCOPAN GTS 20ML	845	1,000	26,9500	26,95
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	NOCTIDEN 10MG 20CP	845	1,000	51,6600	51,66
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	PARAC.+FOSF CODE G 500 + 30MG 36CP	845	2,000	53,8400	107,68
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	PATANOL S 2,5ml colírio	845	1,000	56,5400	56,54
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	PERFENOL 20CAPS	845	1,000	18,7500	18,75
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	PREDNISOLONA 3MG/ML	845	2,000	39,7500	79,50
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	PREGABALINA G 75M 30 CAPS	845	2,000	88,1400	176,28
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	REFRESH GEL OFT 10G	845	1,000	48,6900	48,69
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	REGENCEL POM. OFT. 3,5G	845	2,000	12,5300	25,06
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	RELVAR ELLIPTA 200/25MCG 30DS	845	2,000	156,2300	312,46
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	RIVOTRIL SL 0,25MG 30CP	845	2,000	6,5500	13,10
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	SERETIDE DISKUS SPRAY 50/500MCG	845	1,000	215,7300	215,73
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 240ML	845	1,000	6,9500	6,95
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% 5ML	845	4,000	52,4100	209,64
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	TARTARATO DE BRIMONIDINA 2MG 5ML	845	2,000	53,1800	106,36
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	TRISORB COL. 15ML	845	1,000	20,2300	20,23
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	ZINNAT 250MG 70ML	845	1,000	187,6900	187,69
GRANOSKI GARBINI & CIA LTDA ME	ALMOÇO	846	1,000	25,0000	25,00
JANDIR SPEROTO ME	ACETONA 100ML	823	3,000	2,9900	8,97
JANDIR SPEROTO ME	ACHOCOLATADO EM PÓ NESCAU	823	3,000	6,9900	20,97
JANDIR SPEROTO ME	AÇUCAR BAUNILHA 500GR	823	1,000	5,4900	5,49
JANDIR SPEROTO ME	APARELHO BARBEAR	823	3,000	7,4900	22,47

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JANDIR SPEROTO ME	CAFÉ NESCAFÉ TRADIÇÃO 230GR	823	4,000	13,9900	55,96
JANDIR SPEROTO ME	CHA ERVA CIDREIRA	823	3,000	2,9900	8,97
JANDIR SPEROTO ME	CÓCO SECO RALADO sem Açúcar, parcialmente desidratado e desengordurado, acondicionado em embalagem plástica resistente em pacote de 100 gramas, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	823	1,000	3,9900	3,99
JANDIR SPEROTO ME	ERVA DOCE - em grãos para chá, livre de sujidades, parasitas e larvas, com grãos integros, com aproximadamente 15 gramas o recipiente.	823	8,000	1,4900	11,92
JANDIR SPEROTO ME	ERVA MATE - tipo pn 1, mínimo de 70% de folhas, máximo de 30% de outras partes do ramo, pacote de 1kg.	823	4,000	9,9900	39,96
JANDIR SPEROTO ME	FERMENTO ROYAL 250GR	823	3,000	6,9900	20,97
JANDIR SPEROTO ME	FILÉ DE PEITO DE FRANGO SEM OSSO Apresentar-se congelado. Embalagem: deve estar intacta. Acondicionada em sacos de polietileno, contendo 1 kg. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca. lote e informações nutricionais. Prazo de validade: Mínimo de 10 meses. Data de fabricação: Máximo de 30 dias.	823	2,000	10,9900	21,98
JANDIR SPEROTO ME	FILTRO DE BOMBA DE CHIMARRÃO	823	6,000	1,5000	9,00
JANDIR SPEROTO ME	LAMINA DE BARBEAR - CAIXA COM 03	823	2,000	1,4900	2,98
JANDIR SPEROTO ME	LEITE CONDENSADO embalagem Tetra Pack de 395g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	823	1,000	3,4900	3,49
JANDIR SPEROTO ME	LINHAÇA MARROM 500GR	823	1,000	5,9900	5,99
JANDIR SPEROTO ME	ÓLEO DE SOJA 900ML	823	1,000	3,9900	3,99
JANDIR SPEROTO ME	OVOS vermelho tipo grande, frescos, selecionados, com embalagem primária atóxica em dúzias. Produto isento de rachaduras, estufamento, sem sujidades. Casca do ovo limpa, áspera, fosca, odor e aspectos característicos. Embalagem contendo o registro nos órgãos de inspeção sanitária. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 dias no momento da entrega.	823	5,000	5,9900	29,95
JANDIR SPEROTO ME	PILHA AA C/4	823	5,000	3,9900	19,95
JANDIR SPEROTO ME	PILHA ALCALINA MÉDIA	823	10,000	2,2500	22,50
JANDIR SPEROTO ME	PILHA ALCALINA PEQUENA C/2	823	6,000	4,9900	29,94
JANDIR SPEROTO ME	PILHA PEQUENA AA2	823	5,000	6,4900	32,45
JANDIR SPEROTO ME	QUEIJO MUSSARELA FATIADO 150G	823	2,000	4,9900	9,98
JANDIR SPEROTO ME	RELOGIO DE PAREDE REDONDO	823	1,000	39,9000	39,90
LEOMAR FRANCOLOSO - ME	SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE FAIXA	791	1,000	155,0000	155,00
LEONIR HAAS MEI	LANCHE BACON	816	1,000	16,0000	16,00
LEONIR HAAS MEI	LANCHE CALABRESA	816	2,000	15,0000	30,00
LEONIR HAAS MEI	LANCHE DA CASA	816	7,000	20,0000	140,00
MARIO KEHL FARMACIA EIRELI ME	PARACETAMOL + CODEINA 500 + 30MG 12 CP	809	4,000	15,8900	63,56
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	BATERIA NO-BREAK	780	2,000	352,0100	704,02
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	BATERIA NO-BREAK	780	2,000	113,8500	227,70

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 78

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	BATERIA NO-BREAK	780	2,000	113,8500	227,70
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CABO MOD. II 2 BAT. AUTO 24V	780	1,000	80,3600	80,36
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL HP 662 COLOR 2ML	780	1,000	61,3600	61,36
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CARTUCHO TINTA ORIGINAL HP 21B PRETO	780	1,000	69,1300	69,13
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CARTUCHO TINTA ORIGINAL TRICOLOR	780	1,000	132,1200	132,12
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	HEADPHONE	780	1,000	139,0000	139,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	TECLADO MULTIMÍDIA K 4401 USB	780	1,000	59,2200	59,22
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	TECLADO USB	780	1,000	52,4100	52,41
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	TECLADO USB	780	1,000	52,4100	52,41
MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSF	CABO 10 X 26 AWG	800	3,500	78,0000	273,00
MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSF	CABO RABIXO 1 X 27 AWG	800	8,200	40,0800	328,66
MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSF	CAPA CONECTOR DB25	800	1,000	20,0000	20,00
MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSF	CARDIOCLIP CRISTAL C/ FIXADOR DE PINO C/4 UN	800	1,000	170,0000	170,00
MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSF	CONECTOR D6-25	800	1,000	18,3400	18,34
MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSF	GARRA JACARÉ AMARELA	800	1,000	10,0000	10,00
MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSF	GARRA JACARÉ PRETA	800	7,000	10,0000	70,00
MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSF	GARRA JACARÉ VERDE	800	1,000	10,0000	10,00
MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSF	GARRA JACARÉ VERMELHA	800	1,000	10,0000	10,00
MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSF	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO EM EQUIPAMENTO WINCARDIO SERIAL	799	1,000	385,0000	385,00
MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSF	SERVIÇO DE INTERVENÇÃO TÉCNICA EM WINCARDIO SERIAL	799	2,000	280,0000	560,00
MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA	SEGURO TOTAL DO VEÍCULO MASTER MBUS, MARCA RENAULT PLACA IMME-8228, ANO 2018/MODELO 2019.	827	1,000	2.224,1400	2.224,14
MERCADO BOLIS LTDA EPP	BACIA 18 LTS	794	1,000	39,9900	39,99
MERCADO BOLIS LTDA EPP	CORRETIVO FITA	794	12,000	10,9900	131,88
MERCADO BOLIS LTDA EPP	PATO GEL ADESIVO 38GR	794	2,000	19,9900	39,98
MERCADO BOLIS LTDA EPP	PILHA ALCALINA AA C/12	794	3,000	44,9900	134,97
MERCADO BOLIS LTDA EPP	RECARREGADOR P/ PILHA	794	1,000	69,9900	69,99
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	ESCADA 5 DEGRAUS	790	2,000	99,0000	198,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	ESCADA MASTER 06 DEGRAUS	790	2,000	88,0000	176,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	FECHADURA	790	1,000	16,0000	16,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	MANGUEIRA JARDIM 1/2 X 2,0 SILICONADA	790	50,000	2,1000	105,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	PARAFUSO CHIP CH PH 4,0 X 16MM	790	30,000	0,0500	1,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	SIFÃO SANFONADO 1,50MT	790	4,000	9,5000	38,00
PRÓ VIDA CONSULTÓRIO MÉDICO SOCIEDADES	CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA	782	2,000	250,0000	500,00
PRÓ VIDA CONSULTÓRIO MÉDICO SOCIEDADES	CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA	814	1,000	250,0000	250,00
PRÓ VIDA CONSULTÓRIO MÉDICO SOCIEDADES	CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA	820	1,000	250,0000	250,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARRUELA LISA 8MM	842	2,000	0,2500	0,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BILETA ESTABILIZADORA	842	1,000	49,9000	49,90
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	CXIM AMORTECEDOR DIANTEIRO	842	1,000	116,9300	116,93



Página: 88

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA**  
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO COMBUSTÍVEL	842	1,000	36,2500	36,25
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LÂMPADA MEIA LUZ W5W	842	1,000	2,1800	2,18
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8X25 8.8MA	842	2,000	0,9000	1,80
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA SEXTAVADA TRAVA 8MM	842	2,000	0,6000	1,20
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TERMINAL DIREÇÃO	842	1,000	42,0000	42,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	ALOPURINOL 100MG	815	360,000	0,0420	15,12
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	BISPROLOL 5MG	815	360,000	1,3490	485,64
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	BUONID 100MG SPRAY	815	12,000	55,3600	664,32
SERGIO ANTONIO SAQUET ME	ALMOÇO	863	1,000	25,0000	25,00
SIDINEI WEGNER MEI	ALINHAMENTO DIANTEIRO	789	2,000	43,0000	86,00
SIDINEI WEGNER MEI	BALANCEAMENTO	789	6,000	10,0000	60,00
SIDINEI WEGNER MEI	MONTAGEM PNEU	789	2,000	12,0000	24,00
VANESSA BITTENCOURT DE ALMEIDA TAVARONI	CONSULTA MEDICA ESPECIALIZADA ENDOCRINOLOGISTA	821	1,000	250,0000	250,00
VIAÇÃO OURO E PRATA S/A	PASSAGEM DE CURITIBA (PR) A PINHALZINHO	781	1,000	140,1100	140,11
VIAÇÃO OURO E PRATA S/A	PASSAGEM DE CURITIBA (PR) A PINHALZINHO	817	1,000	140,1100	140,11
VIAÇÃO OURO E PRATA S/A	PASSAGEM DE CURITIBA (PR) A PINHALZINHO	841	2,000	140,1100	280,22
VIAÇÃO OURO E PRATA S/A	PASSAGEM DE PINHALZINHO A CURITIBA (PR)	781	1,000	135,0900	135,09
VIAÇÃO OURO E PRATA S/A	PASSAGEM DE PINHALZINHO A CURITIBA (PR)	817	1,000	111,1800	111,18
VIAÇÃO OURO E PRATA S/A	PASSAGEM DE PINHALZINHO A CURITIBA (PR)	841	2,000	135,0900	270,18
<b>Total Geral do Mês —&gt;</b>					<b>64.429,29</b>

# RELAÇÃO DE COMPRAS MÊS DE SETEMBRO 2018-PMSA

Publicação Nº 1774501

Página: 1/25

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	AÇÚCAR CRISTAL	3103	20,000	11,2000	224,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	AMIDO DE MILHO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:	3103	20,000	6,4000	128,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	AVEIA EM FLOCOS MÉDIOS- acondicionados em pacotes de 300gr	3103	10,000	4,4000	44,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE CÔCO E LEITE CONDENSADO	3103	40,000	7,4500	298,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	BOLACHA DOCE (TIPO Maria)-acondionada em embalagem de 370g	3103	30,000	5,0000	150,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	CANJICA BRANCA - Pacote com 500gr	3103	40,000	2,6500	106,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	CARNE BOVINA EM ISCAS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	3103	80,000	29,5000	2.380,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	CHÁ PARA CHIMARRÃO 15GR	3103	15,000	4,3500	65,25
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	CHOCOLATE EM PÓ KG	3103	25,000	13,1500	328,75
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	CONDIMENTO COLORÍFICO EM PÓ DE PRIMEIRA	3103	8,000	4,7000	37,60
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	DOCE DE FRUTAS (chínier) - SABORES MORANGO, UVA OU ABÓBORA	3103	10,000	8,4500	84,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	DOCE DE LEITE 900GR	3103	10,000	8,5000	85,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	ERVA MATE PARA CHIMARRÃO - Pacote de 1KG	3103	40,000	10,5500	422,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	FEIJÃO PRETO 1KG	3103	15,000	4,6000	69,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	FERMENTO QUÍMICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	3103	10,000	6,7500	67,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	GELATINA	3103	10,000	14,3500	143,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	LEITE CONDENSADO	3103	30,000	3,6700	110,10
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	LEITE ZERO LACTOSE	3103	15,000	4,3000	64,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	LENTEILHA	3103	10,000	6,9000	69,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	MARGARINA- vegetal extra-cremosa sem sal	3103	12,000	5,0000	60,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	MELADO DE CANA - 1KG	3103	10,000	12,7900	127,90
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	ÓLEO DE SOJA - Características técnicas	3103	80,000	3,9800	318,40
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	ORÉGANO DESIDRATADO 15G	3103	10,000	2,6000	26,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	POLVILHO AZEDO - 500G	3103	30,000	3,8500	115,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	REFRIGERANTE 2L	3103	60,000	3,9800	238,80
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	SAGU	3103	25,000	3,8800	97,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	SAL IODADO, REFINADO EXTRA	3103	12,000	2,0800	24,96
AEJL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 500ML	3172	2,000	5,0000	10,00
AEJL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	ALMOÇO	3172	1,000	29,4900	29,49
AEJL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	ALMOÇO	3172	1,000	22,2000	22,20
ÁGUA BRINDES LTDA	CAMISETA	2847	10,000	48,9000	489,00
ÁGUA BRINDES LTDA	ESTOPA KG	2873	36,000	4,5000	162,00
ALAN CARLOS DE OLIVEIRA - MEI	SERVIÇOS DE APLICAÇÃO DE PELÍCULAS	3042	1,000	150,0000	150,00
ALCIOMAR OSNI DUARTE	SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE ADESIVOS PARA PLACAS DE TRANSITO	2883	2,000	20,0000	40,00
ALCIOMAR OSNI DUARTE	SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE FAIXA	2884	1,000	122,4000	122,40
ALCIOMAR OSNI DUARTE	SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE FAIXA	2885	2,000	178,5000	357,00
ALCIOMAR OSNI DUARTE	SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE FAIXA	2886	1,000	178,5000	178,50
ALCIOMAR OSNI DUARTE	SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE FAIXA	2887	1,000	178,5000	178,50
ALCIOMAR OSNI DUARTE	SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE FAIXA	2888	1,000	120,0000	120,00

Página: 2/25

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO		1,000	9,500,000	9,500,00
ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO		1,000	6,000,000	6,000,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	ABACATE	2838	10,000	0,9900	9,90
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	ABACAXI	2838	3,000	4,9900	14,97
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	AGNOLINE ARTESANAL - PACOTE COM 500GR	3104	8,000	24,8000	198,40
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - Galão com 20 Litros (Somente o Líquido)	2838	4,000	14,0000	56,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	ALCOOL 1LT	2838	4,000	7,9900	31,96
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	BALDE DE PLÁSTICO 13L	2838	2,000	19,9900	39,98
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	BANANA	2838	10,000	1,4900	14,90
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	BISCOITO CASEIRO (NATA, MANTEIGA, AÇÚCAR MASCAVO E NATAL)	3104	50,000	19,5000	975,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	BOLINHO DE MASSA - Tipo Amarrado com ou sem cobertura	3104	30,000	24,9500	748,50
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	BOLOS SABORES DIVERSOS	3104	60,000	29,9800	1,798,80
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CARNE BOVINA SEM OSSO MOÍDA DE PRIMEIRA	3104	100,000	17,6500	1,765,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	COXA E SOBRECOXA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	3104	120,000	7,0500	846,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CUCA RECHEADA	3104	120,000	13,9500	1,674,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	DETERGENTE 500ML	2838	3,000	1,5900	4,77
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	DOCE TIPO MINI SONHO RECHEADO	3104	30,000	24,9500	748,50
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	ESPONJA PARA LIMPEZA PCTE C/ 04	2838	3,000	3,4900	10,47
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	FARINHA DE ARROZ:	3104	5,000	4,8500	24,25
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	GROS TOLI/ CALÇA VIRADA ( DOCE E SALGADA)	3104	30,000	24,9500	748,50
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MACARRÃO CASEIRO FEITO DE FORMA ARTESANAL (PADARIA)	3104	70,000	12,6500	885,50
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MACARRÃO SEM GLUTEN	3104	5,000	19,3000	96,50
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MANJÃO	2838	10,000	4,4900	44,90
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MANGA	2838	5,000	4,9900	24,95
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MASSA CASEIRA PARA LASANHA	3104	20,000	6,9900	139,80
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MASSA PARA PASTEL - tamanho médio (pacote com 500 gramas)	3104	30,000	5,0000	150,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MILHO PARA PIPOCA PACOTE COM 500GR	3104	30,000	2,5000	75,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MINI ESFIHA- de carne, frango e queijo presunto. Validade mí	3104	20,000	29,9500	599,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PALITO SALGADO FRITO CASEIRO - PACOTES COM 500GR	3104	30,000	20,3500	610,50
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PANO DE LIMPEZA	2838	3,000	17,9900	53,97
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PÃO DE MILHO	3104	30,000	13,4000	402,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PÃO FATIADO - Pão do tipo caseiro	3104	20,000	9,3500	187,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PÃO FATIADO INTEGRAL - Pão de forma integral fatiado	3104	20,000	9,3500	187,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PÃO FRANCES	3104	80,000	10,1500	812,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PÃO HOT DOG CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	3104	50,000	14,9800	749,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA LEVE C/ 12 ROLOS	2838	4,000	14,9900	59,96
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PAPEL TOALHA PCTE C/02 ROLOS	2838	3,000	3,4900	10,47
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PASTEL ASSADO - Tamanho médio de 100 a 150g de carne ou frango	3104	15,000	29,9500	449,25

Página: 3/25

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PÓ PARA PUDIM- sabores chocolate, baunilha e morango 100g	3104	30,000	1,4500	43,50
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	QUEIJO MUSSARELA	3104	60,000	26,8000	1,608,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	RODO LIMPA PISO C/ CABO	2838	3,000	12,9900	38,97
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	SABÃO EM PÓ 2KG	2838	3,000	14,9900	44,97
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	SALGADO ASSADO TIPO MINI PIZZA DIVERSOS SABORES	3104	50,000	24,7000	1,235,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	SAPÓLIO CREMOSO ORIGINAL 500ML	2838	2,000	8,9900	17,98
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	VASSOURA	2838	2,000	10,9900	21,98
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	ÓLEO DT - 500ML	2951	2,000	20,0000	40,00
AZULÃO COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS I	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONserto DE PEÇAS	2925	1,000	190,0000	190,00
BETHA SISTEMAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS NO SISTEMA DE INFORMÁTICA	2956	1,000	480,0000	480,00
BETHA SISTEMAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS NO SISTEMA DE INFORMÁTICA	3035	1,000	240,0000	240,00
BETIM E SOUZA COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESS	SERVIÇOS DE VEDAÇÃO DE PARABRISA	3026	1,000	200,0000	200,00
BIG GOLDEN TOUR VIAGENS EIRELI	PASSAGENS AÉREAS IDA E VOLTA	2926	1,000	731,4200	731,42
BRUNA MARGARIDA BACH ME	ALMOÇO	2930	2,000	16,3500	32,70
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	CANETA TINTA REMOVÍVEL COR BRANCA	2952	2,000	14,9000	29,80
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	COLA BRANCA 500GR	2952	2,000	18,9000	37,80
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	JUTA LISA	2952	10,000	8,9000	89,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	PANO DE COPA	2952	3,000	23,9000	71,70
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	PASSAMANARIA METRO	2952	50,000	1,5000	75,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE	2952	1,000	68,9000	68,90
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	PISTOLA DE COLA QUENTE PEQUENA	2952	1,000	38,9000	38,90
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	RENDA NYLON 21MM RL 50MTS	2952	1,000	28,9500	28,95
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	TECIDO TRICOLINE ESTAMPADO 1,50 LARGURA 100 ALGODÃO	2952	16,200	10,9000	176,58
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	TESOURA	2952	1,000	38,9000	38,90
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	TESOURA	2952	1,000	59,9000	59,90
CHOPIN CENTER LANCHES LTDA ME	MARMITAS	3052	81,000	10,0000	810,00
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEN	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CBUQ DE 5,0CM	3005	45,600	588,8000	26.849,28
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEN	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CBUQ, CAMADA DE	3005	496,800	588,8000	292.515,84
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEN	IMPRIMAÇÃO DE BASE DE PAVIMENTAÇÃO COM EMULSÃO CM30 (TAXA AP	3005	1,064,000	5,0000	5,320,00
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEN	LIMPEZA DO CALÇAMENTO	3005	8,280,000	1,1000	9,108,00
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEN	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR-2C (TAXA APLICAÇÃO 0,5MPF	3005	17,472,000	1,5000	26,208,00
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEN	PINTURA HORIZONTAL DE FAIXA LONGITUDINAL CONTÍNUA COM TINTA	3005	153,200	11,0000	1,685,20
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEN	PINTURA HORIZONTAL DE FAIXA LONGITUDINAL SEGMENTADA	3005	306,400	11,0000	3,370,40
CLAVE MADEIREAS TRATADAS SOB PRESSÃO L	EUCALIPTO TRATADO ROLÇO 15 X 3,5MTS	2868	4,000	43,3600	173,44
CLINICA MEDICA AIMI EIRELI	CONSULTA MEDICA OCUPACIONAL	2967	2,000	40,0000	80,00
COMÉRCIO DE GÁS MODELO LTDA	GÁS P13	2869	1,000	80,0000	80,00

Página: 4/25

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMÉRCIO DE GÁS MODELO LTDA	GÁS P13	2870	4,000	80,0000	320,00
COMÉRCIO DE GÁS MODELO LTDA	GÁS P13	2871	4,000	80,0000	320,00
COMÉRCIO DE GÁS MODELO LTDA	GÁS P13	2872	3,000	80,0000	240,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	CALCÁRIO	2846	1,930	145,0000	279,85
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	FERTILIZANTE SACA 50KG	3111	7,000	99,0000	693,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	MILHO MOIDO (QUIRELA) SC 40KG	2950	1,000	32,4000	32,40
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO ÓLEO	2958	1,000	20,0000	20,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	GASOLINA COMUM	3053	21,292	4,8390	103,03
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	LUBRIFICANTE 15W40 1L	2958	3,000	25,0000	75,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	SOLUÇÃO RLA 20LTS	2848	1,000	45,0000	45,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	SOLUÇÃO RLA 20LTS	2958	1,000	45,0000	45,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	SOLUÇÃO RLA 20LTS	3036	2,000	45,0000	90,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	SOLUÇÃO RLA 20LTS	3037	1,000	45,0000	45,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ABRACADEIRA ROSCA S/F 13-16	3001	2,000	1,0400	2,08
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ABRACADEIRA ROSCA S/F 13-16	3002	4,000	1,0400	4,16
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADAPTADOR LR 25 X 3/4	3000	4,000	1,0000	4,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADAPTADOR LR 32 X1	2998	6,000	1,6800	10,08
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADAPTADOR LR 32 X1	2998	1,000	1,6800	1,68
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADAPTADOR LR 50 X 1 1/2	2998	2,000	3,5000	7,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADESIVO PLÁSTICO 175GR	2998	2,000	13,0000	26,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADESIVO PVC 850GR	2998	2,000	30,0000	60,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ALICATE BOMBA D' ÁGUA 10	3004	1,000	36,0000	36,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ALICATE UNIVERSAL 8	3001	1,000	15,5000	15,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ARAME GALVANIZADO 1,65MM	2998	1,000	14,7000	14,70
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ARRUELA LISA 3/16	3001	20,000	0,1300	2,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ARRUELA LISA 3/8	3003	47,000	0,1800	8,46
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ARRUELA LISA 7/16	3004	8,000	0,3900	3,12
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BALDE PARA PINTURA CAÇAMBA	3004	1,000	20,5000	20,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BARRA ROSCA 3/16 X 1M	3001	8,000	5,0000	40,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BARRA ROSCA 3/4 X 1M	3003	1,000	31,7500	31,75
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BARRA ROSCA 5/16 X 1M	3003	1,000	7,0000	7,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BICO ENGRACHADEIRA	3002	1,000	7,9900	7,99
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BOIA VAZAO TOTAL C/ FLANGE 3/4 X 1/2	3001	1,000	55,6000	55,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BORRACHA P/ HIDRÔMETRO 3/4	2998	60,000	0,5000	30,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BROCA AÇO RÁPIDO 5,00MM	3004	1,000	6,0000	6,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BROCA ENCAIXE 10 X 210	3004	1,000	26,0000	26,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BROCA ENCAIXE 8 X 160	3004	1,000	19,5000	19,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BROCA P/ FIBROCIMENTO 3/8 X 320	2998	1,000	63,8000	63,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA Ø8MM	3001	5,000	0,2000	1,00

Página: 5/25

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA 10MM	3004	15,000	0,4200	6,30
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA 6MM	3001	10,000	0,0700	0,70
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA RED SOLD 25 X 20	2998	3,000	1,0000	3,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA RED SOLD 25 X 20	2998	5,000	1,0000	5,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA RED SOLD 40X32	2998	2,000	2,4900	4,98
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CABO DE ENXADA OVAL/REDONDO/ROLIÇA	2998	1,000	10,7500	10,75
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CABO DE NYLON P/ ENXADA	3002	1,000	20,5200	20,52
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CABO DE PÁ RETO/CURVO	3004	1,000	8,5000	8,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CADEADO 25MM SM UN	3000	1,000	19,0000	19,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CADEADO 25MM SM UN	3001	2,000	15,7500	31,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CADEADO 25MM SM UN	3002	2,000	19,0000	38,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CADEADO 30MM	3004	1,000	18,7500	18,75
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CADEADO LATÃO 50MM	3002	2,000	31,9000	63,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CAPS 20 SOLDÁVEL	2998	5,000	1,0000	5,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAPA FIBROCIMENTO	3004	44,000	12,7000	558,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE ALLEN 3/8	3002	1,000	4,5000	4,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE ALLEN 9MM	3002	1,000	14,8700	14,87
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE COMBINADA 13MM	3004	1,000	9,0900	9,09
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE COMBINADA 15MM CR - V	3004	1,000	8,2000	8,20
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE FENDA 1/4X6	2999	1,000	13,0000	13,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE PHILIPS TOCO 3/16 X 1 1/2	3004	1,000	3,6000	3,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE PHILLIPS 1/4X6	2999	1,000	9,5000	9,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE TESTE 100 A 500V	3000	1,000	8,0000	8,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CORREIA	3004	1,000	24,9000	24,90
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CRUZETA SOLDÁVEL 50MM	3004	2,000	18,6500	37,30
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CURVA ESGOTO 40MM CURTA 90	2998	4,000	4,4700	17,88
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	D9 ELIANE 20 X 20	3000	1,720	28,9000	49,71
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	DISCO FERRO P/ CHAPA CORTE FINO 7	3002	3,000	6,2900	18,87
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	DOBRADIÇA	3000	1,000	1,5000	1,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ENGATE RÁPIDO	3002	1,000	16,7500	16,75
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ENXADA S/ CABO 18CM	2998	1,000	35,5000	35,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ESCOVA AÇO 3 FILEIRAS	3003	1,000	4,9100	4,91
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ESGUICHO RETO REGUL. P/ ENG. RAP.	3001	3,000	7,0000	21,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ESPIGÃO MACHO 1/2 X 1/4	3002	1,000	11,5000	11,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FAÇAO CABO PLAST. 16	3004	1,000	21,0000	21,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FECHADURA	2999	1,000	46,5000	46,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FITA ASFÁLTICA 15CM X 10M	3004	1,620	8,0000	12,96
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FITA CREPE MEDINDO NO MÍNIMO 24MM X 50M	3004	3,000	6,0000	18,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FITA ISOLANTE 20 M	3002	1,000	6,0000	6,00

Página: 6/25

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FORRO DE PINUS 2,70M	3004	10,000	14,8000	148,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	GANCHO BUCHA 06	3001	10,000	0,6000	6,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	GANCHO BUCHA 08	3001	10,000	0,7500	7,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOELHO 40MM SOLD.	2998	3,000	5,8600	17,58
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOELHO 40MM SOLD. 45	2998	2,000	8,5200	17,04
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOELHO 50MM SOLD.	2998	2,000	3,4200	6,84
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOELHO 60MM SOLD.	2998	3,000	14,7600	44,28
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOELHO 60MM SOLD. 45	2998	3,000	15,7900	47,37
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LAMINA SERRA AÇO BIMETAL DUPLA	3002	3,000	5,2500	15,75
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LAMINA SERRA AÇO BIMETAL DUPLA	3002	1,000	5,2500	5,25
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LÂMPADA ECONÔMICA ESPIRAL 25W 6400K	3002	1,000	13,9000	13,90
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LAMPADA LED 9W	2999	3,000	14,7000	44,10
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LANTERNA 7 LEDS	3002	1,000	28,0000	28,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LÁPIS PARA CARPINTERIO	3004	1,000	3,0000	3,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LIXA PANO 150MM EM FOLHA	2998	2,000	2,6300	5,26
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LIXA PANO 150MM EM FOLHA	2998	5,000	2,6300	13,15
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LONA PRETA 6 X 100 45 KG	3004	132,000	2,1100	278,52
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA 25 X 3/4	3004	1,000	1,3600	1,36
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA 25MM SOLD	2998	5,000	1,5000	7,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA 32MM SOLD	2998	12,000	1,7800	21,36
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA 40MM SOLD	2998	2,000	3,9200	7,84
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA 75MM ESGOTO	3004	1,000	5,4600	5,46
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA COURO	3004	4,000	20,1800	80,72
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA DE CORRER SOLD. 32MM	3004	2,000	17,9000	35,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA MALHA EMBORRACHADA	3003	2,000	9,5000	19,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA MALHA EMBORRACHADA	3003	2,000	6,0000	12,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA MALHA EMBORRACHADA	3004	2,000	12,0000	24,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA RED SOLD 40 X 25	3004	1,000	4,7300	4,73
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA RED SOLD 50 X 25	3004	1,000	3,7500	3,75
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA RED SOLD. 25 X 20	2998	3,000	1,2500	3,75
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	MANGUEIRA ESGUICHO 1/2	3001	15,000	1,9900	29,85
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	MANGUEIRA NIVEL 5/16 X 1.5MM	3004	20,000	1,9000	38,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	MÁSCARA S/ VÁLVULA	3002	1,000	3,0000	3,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	MÁSCARA S/ VÁLVULA	3002	3,000	3,0000	9,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	NIPEL RED. 1/2 X 3/8	3004	1,000	10,4000	10,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ÓLEO SPRAY DESENGRIPANTE 300 ML	3004	1,000	8,0000	8,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PÁ AJUNTAR RED.	3004	1,000	20,0000	20,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 1/2	3003	17,000	1,9800	33,66
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 6	3004	4,000	3,4000	13,60



Página: 7/25

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 3.0 X 16	3001	14,000	0,1000	1,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 3.5 X 40	3001	10,000	0,1700	1,70
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 4.5 X 25	3001	10,000	0,1000	1,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 6.0 X 25	3001	5,000	0,2400	1,20
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 6.0 X 60	3001	5,000	0,3500	1,75
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PVC FIX. ASSENTO	3001	1,000	8,0000	8,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO SEXT. 1/2 X 2	3003	4,000	1,4300	5,72
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO SEXT. 1/4 X 65	3004	15,000	0,6300	9,45
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16 X 60	3004	5,000	0,8300	4,15
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PINO MACHO 10A	3002	2,000	4,5000	9,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PORCA AUTO TRAV. 5/16	3004	4,000	0,1500	0,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PORCA SEXTAVADA 1/2	3003	8,000	0,9300	7,44
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PORCA SEXTAVADA 3/16	3001	20,000	0,1500	3,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PORCA SEXTAVADA 3/4	3003	10,000	1,7500	17,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PORCA SEXTAVADA 3/8	3003	17,000	0,2400	4,08
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PORCA SEXTAVADA 5/16	3003	30,000	0,1600	4,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PORTA CADEADO 4 1/2	3001	2,000	6,0000	12,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PREGO 15X18 - KG	3004	1,000	10,5000	10,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PREGO 19 X 39	3001	1,000	10,7500	10,75
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PREGO 19 X 39	3004	1,000	10,7500	10,75
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PREGO 22 X 48	2998	1,000	10,9000	10,90
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PREGO 23 X 60	3004	1,000	11,4000	11,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PREGO TELHEIRO 500GR	3004	2,000	9,0000	18,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PROTETOR AURICULAR AUDITIVO	3002	1,000	2,0000	2,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REBITE 4.8 X 16	3004	16,000	0,2200	3,52
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REDUTOR MACHO/FEMEA 3/4 X 3/8	3004	1,000	12,8000	12,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGADOR	3003	1,000	10,0000	10,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO	3000	2,000	38,7600	77,52
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA SOLD 25MM	2998	3,000	6,5600	19,68
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA SOLD 25MM	2998	3,000	6,5600	19,68
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA SOLD 25MM	2998	4,000	6,5600	26,24
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA SOLD. 20MM	2998	3,000	5,9400	17,82
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA SOLD. 40MM	2998	2,000	19,1100	38,22
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA SOLD. 40MM	2998	1,000	19,1100	19,11
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 32MM	2998	1,000	13,9400	13,94
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 50MM	3004	1,000	21,9500	21,95
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	RIPAO MADEIRA PINUS 5 X 5	3004	51,000	3,8000	193,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ROLO DE LÁ ANTI GOTAS 15CM	3004	1,000	16,0000	16,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ROLO ESPUMA 09CM	3001	2,000	3,5000	7,00

Página: 8/25

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SIFÃO EXTENSIVO UNIVERSAL 0,80CM	3001	1,000	6,0000	6,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SIFÃO EXTENSIVO UNIVERSAL 0,80CM	3001	2,000	6,0000	12,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SILICONE 270G ACETINADO INCOLOR	3003	2,000	14,0000	28,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SILICONE 270G ACETINADO INCOLOR	3004	1,000	14,0000	14,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SOLVENTE 5L	3004	1,000	49,9000	49,90
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SPRAY USO GERAL	3002	2,000	15,0000	30,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TEE 25 MM SOLD	2998	5,000	1,1400	5,70
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TEE 25 X 3/4	3001	1,000	3,8500	3,85
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TEE 40 MM SOLD	2998	1,000	10,9000	10,90
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TESOURÃO PARA PODA	3004	1,000	68,0000	68,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TOMADA EXTERNA DUPLA 10A	3002	2,000	11,0000	22,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TOMADA EXTERNA SIMPLES	3002	1,000	6,0000	6,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TUBO ESGOTO 75MM 1	3004	12,000	7,4700	89,64
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TUBO SOLD. 40MM	2998	60,000	5,8900	353,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TUBO SOLDÁVEL 60MM	2998	18,000	10,4500	188,10
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	UNIAO 32MM SOLD	2998	2,000	9,1600	18,32
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	UNIAO 40MM SOLD	2998	1,000	27,1600	27,16
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	VALVULA RETENÇÃO DE LINHA 1 1/4	2998	2,000	48,0400	96,08
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	VARA EUCAUPTO	3004	54,000	3,8900	210,06
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	VEDA CALHA 280GR	3004	2,000	19,0000	38,00
DKS GRÁFICA LTDA ME	CARTAZES SUPER A3 4X0 PAPEL COUCHE	3032	1,000	5,0000	5,00
DKS GRÁFICA LTDA ME	CARTAZES SUPER A3 4X0 PAPEL COUCHE	3033	10,000	4,5000	45,00
DKS GRÁFICA LTDA ME	FOLDER 4 X 4 PAPEL COUCHE 150GR	3032	1,200,000	0,4200	504,00
EFICCAZ CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS	POSTES METÁLICOS PARA CÂMERAS DE MONITORAMENTO	2866	1,000	20,000,7100	20,000,71
ESQUADRIAS SERRA ALTA LTDA ME	PLACA DE METAL	2894	2,000	1,250,0000	2,500,00
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	ÁGUA BORICADA 100ML	3078	4,000	5,9500	23,80
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	ATADURA TENSOR ELAST. 1UN	3173	1,000	24,9500	24,95
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	BANDAGEM ELASTICA	3173	3,000	24,9500	74,85
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	CREME DE BARBEAR	3078	4,000	9,7500	39,00
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	CREME DENTAL	3078	2,000	5,3000	10,60
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	DESODORANTE	3078	5,000	7,9900	39,95
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	GEL MASSAGEADOR	3173	1,000	24,7500	24,75
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	NEVRALGEX GEL ICE SPRAY	3173	5,000	24,9500	124,75
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	REMOVEDOR DE ESMALTE 500ML	3078	1,000	16,9500	16,95
FUNDO DE MATERIAIS PUBLICAÇÕES E IMPRES	PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	2964	1,000	243,4000	243,40
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ABA-CAXI	3102	50,000	6,4000	320,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ABOBORA TIPO CABOTIA	3102	50,000	2,9500	147,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ACELGA	3102	20,000	5,2500	105,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AÇÚCAR BAUNILHA 500GR	3102	10,000	6,4000	64,00

Página: 9/25

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AIPIM CONGELADO	3102	30,000	6,3500	190,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ALFACE LISA OU CRESPA	3102	50,000	2,9000	145,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ALHO EM CABEÇA- Grato, novo, de 1ª qualidade	3102	20,000	5,4500	109,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BANANA CATURRA	3102	60,000	2,4500	147,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BATATA DOCE LAVADA	3102	60,000	3,4000	204,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BATATA INGLESA	3102	80,000	3,0000	240,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BETERRABA	3102	40,000	3,7000	148,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BISCOITO DOCE SEM GLUTEN	3102	10,000	9,1500	91,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BROCOLIS	3102	20,000	6,2500	125,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CEBOLA	3102	50,000	3,8000	190,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CENOURA	3102	50,000	3,4000	170,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CHOCOLATE GRANULADO- pacote de 150 Gr.	3102	10,000	4,1500	41,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CHUCHU- KG	3102	30,000	3,0000	90,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	COUVE FOLHA tipo manteiga	3102	10,000	6,7500	67,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	COUVE-FLOR	3102	20,000	6,2000	124,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ERVA MATE PARA TERERÉ - 500GR	3102	10,000	8,0500	80,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ERVILHA CONGELADA EMBALAGEM	3102	20,000	5,7500	115,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	GOIABADA 300GR	3102	10,000	4,9000	49,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LARANJA	3102	40,000	3,1500	126,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LOURO	3102	10,000	3,8500	38,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MAÇÃ FUJI	3102	40,000	5,7500	230,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MAMÃO FORMOSA	3102	30,000	5,8000	174,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MANGA	3102	80,000	5,4500	436,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MANTEIGA	3102	10,000	8,3500	83,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MELÂNCIA	3102	120,000	2,4700	296,40
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MELÃO DOCE	3102	50,000	4,4500	222,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MILHO EM CONSERVA - PCTE	3102	20,000	3,1500	63,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MORTADELA DE FRANGO 1KG	3102	10,000	9,2500	92,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	OVOS	3102	40,000	5,9500	238,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PEPINO- de boa qualidade KG	3102	30,000	4,7500	142,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PIMENTÃO VERDE	3102	10,000	6,4500	64,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PRESUNTO	3102	15,000	14,3000	214,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	REPOLHO - UND	3102	30,000	4,6000	138,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	REQUEIJÃO CREMOSO 200GR	3102	10,000	5,2500	52,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	SALSICHA DE FRANGO- sem corante	3102	25,000	9,7500	243,75
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	TEMPEROS VERDE (salsinha e cebolinha verde)	3102	20,000	3,0500	61,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	TOMATE	3102	80,000	4,6000	368,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME		3055	1,000	40,0000	40,00
GIRASSOL BRINQUEDOS E DECORAÇÕES LTDA	BINGO GLOBO C/48 CARTELAS	3055	1,000	49,9000	49,90
GIRASSOL BRINQUEDOS E DECORAÇÕES LTDA	JOGO FORMANDO ENGENHEIRO				

Página: 10/25

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GIASSOL BRINQUEDOS E DECORAÇÕES LTDA	JOGO TRUQUES MÁGICOS	3055	1,000	30,0000	30,00
GIASSOL BRINQUEDOS E DECORAÇÕES LTDA	LIVRO HISTÓRIAS DE PRINCESA	3055	2,000	25,0000	50,00
GIASSOL BRINQUEDOS E DECORAÇÕES LTDA	LIVRO QUEBRA CABEÇA	3055	2,000	33,0000	66,00
GN MADEIRAS LTDA EPP	ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL COM ÁREA DE 2.030,50M²		1,000	16,190,0000	16,190,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	CARCAÇA	2875	1,000	340,0000	340,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	CARCAÇA 2 1/4	2875	1,000	320,0000	320,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	CARCAÇA 2 ESTÁGIOS	2875	1,000	300,0000	300,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	EIXO	2875	1,000	290,0000	290,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	KIT VEDAÇÃO	2875	1,000	140,0000	140,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	KIT VEDAÇÃO	2875	1,000	140,0000	140,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	MÃO DE OBRA	2876	2,000	100,0000	200,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	MOTORA	2875	1,000	290,0000	290,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	MOVIDA	2875	1,000	240,0000	240,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	MOVIDA	2875	1,000	180,0000	180,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	PAR DE ENGRENAGEM	2875	1,000	580,0000	580,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	PLACA	2875	4,000	90,0000	360,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	ROLAMENTO DE ROLO	2875	4,000	90,0000	360,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	ROLAMENTO DE ROLO	2875	6,000	90,0000	540,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	ROLAMENTO SUPLEMENTAR	2875	1,000	80,0000	80,00
HLC CHAPECO SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA	ROLAMENTO SUPLEMENTAR	2875	1,000	80,0000	80,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	ABRACADEIRA PLAST. 283 X 4,8	2984	1,000	5,5000	5,50
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	ARRUELA LISA 3/8	2993	15,000	0,2000	3,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	CANTONEIRA 1 1/2 X 3/16	2993	7,000	8,0000	56,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	CAPA DE MANG. 3/8 4 TRAMIA	2994	2,000	8,5000	17,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	CRUZETA	2993	1,000	42,0000	42,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	MANGUEIRA HIDRÁULICA 3/8 4 TRAMIA	2994	0,570	59,0000	33,63
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	MÃO DE OBRA	2991	1,000	70,0000	70,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	MÃO DE OBRA	2992	1,000	495,0000	495,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	MAO DE OBRA MONTAGEM E DESMONTAGEM PEÇAS	3044	26,000	70,0000	1,820,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	PARAFUSO 3/8 X 1 1/2	2993	15,000	1,0000	15,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	PARAFUSO 5/16 X 3	2993	4,000	1,2000	4,80
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	PINO ELÁSTICO 05 X 60	2993	1,000	1,2000	1,20
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	PINO ELÁSTICO 8 X 50	2993	1,000	2,1000	2,10
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	PORCA AUTO TRAV. 3/8	2993	15,000	0,4000	6,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	PORCA AUTO TRAV. 5/16	2993	4,000	0,3000	1,20
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	SERVIÇO DE TORNO	3044	3,000	90,0000	270,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	TERMINAL DE MANGUEIRA MSP 06X06	2994	1,000	19,8000	19,80
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	TERMINAL DE MANGUEIRA SP 08 X 06	2994	1,000	18,8000	18,80
IMPrensa DO POVO LTDA - ME	PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	2878	1,000	90,0000	90,00

Página: 11/25

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IMPRESA DO POVO LTDA - ME	PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	2965	1,000	90,0000	90,00
IRINEU JOÃO VARIANI	MUDAS NATIVAS	2934	200,000	1,2500	250,00
IVANETE ROSIN TORRES	BOCANEIRA PEQUENA	2879	6,000	2,5000	15,00
IVANETE ROSIN TORRES	CALÇA OPERACIONAL RIP STOP	2879	5,000	110,0000	550,00
IVANETE ROSIN TORRES	CAMISA BRANCA PMSC DRY	2879	2,000	35,0000	70,00
IVANETE ROSIN TORRES	CAMISA POLO	2879	5,000	35,0000	175,00
IVANETE ROSIN TORRES	CAPA DE COLETE MODULAR	2879	4,000	408,5000	1,634,00
IVANETE ROSIN TORRES	CINTO COM FIVELA PMSC	2879	1,000	20,0000	20,00
IVANETE ROSIN TORRES	COLDRE MODULAR	2879	4,000	80,0000	320,00
IVANETE ROSIN TORRES	COTURNO TÁTICO FELINE FI DRY	2879	1,000	475,0000	475,00
IVANETE ROSIN TORRES	COTURNO TÁTICO HOMERO ULISSES DRY	2879	2,000	420,0000	840,00
IVANETE ROSIN TORRES	DMISA PEQUENA	2879	3,000	2,5000	7,50
IVANETE ROSIN TORRES	GANDOLA MANGA LONGA	2879	1,000	120,0000	120,00
IVANETE ROSIN TORRES	GANDOLA PMSC	2879	2,000	110,0000	220,00
IVANETE ROSIN TORRES	IDENTIFICAÇÃO POLICIA MILITAR	2879	4,000	25,0000	100,00
IVANETE ROSIN TORRES	PORTA ALGEMAS	2879	4,000	28,5000	114,00
IVANETE ROSIN TORRES	PORTA CARREGADOR PISTOLA DUPLO	2879	4,000	30,0000	120,00
IVANETE ROSIN TORRES	PORTA IDENTIFICAÇÃO	2879	4,000	26,0000	104,00
IVANETE ROSIN TORRES	PORTA UTILIDADES QUADRADO PEQUENO	2879	8,000	37,0500	296,40
IVANETE ROSIN TORRES	PULOVER PADRAO PMSC	2879	3,000	175,0000	525,00
IVO D'AMBROS	ADUBO ORGANICO	3109	30,000	50,0000	1,500,00
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	ADAPTADOR P/ TOMADA MULTIPLO 3 SAIDAS	2953	3,000	7,7400	23,22
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	BAMBOLÊ 60CM	2953	12,000	2,8000	33,60
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	BOLA EVA	2891	3,000	19,4400	58,32
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	BOLA MACIA DECORADA	2891	48,000	3,0600	146,88
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	BOLINHA BORRACHA COLORIDA	2891	36,000	3,4500	124,20
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	BOTIÃO ESTACIONÁRIO 9L	2891	2,000	103,9400	207,88
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	BUQUE DE ROSAS E BOTAO 24 GALHOS	2953	4,000	38,9400	155,76
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA TRANSPARENTE 50 LITROS	2953	2,000	77,9400	155,88
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	COPO DE VIDRO PARA SUCO	2953	12,000	7,7400	92,88
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	EXTENSAO TRIPLA 10M	2953	1,000	28,5700	28,57
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	FITA ADESIVA LARGA 48 X 30MT	2891	20,000	2,5700	51,40
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	FLOR MOSQUITINHO	2953	12,000	3,4800	41,76
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	GARRAFA DE METAL 200ML QUENTE/FRIO	2954	12,000	9,0000	108,00
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	LAÇO P/ PRESENTE C/ 10UND	2954	9,000	1,6300	14,67
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	PILHA AA C/4	2891	6,000	2,8300	16,98
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	POTE	2953	2,000	15,5700	31,14
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	POTE MULTIUSO QUADRADO 2LT	2953	2,000	8,3900	16,78
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	TINTA DA ALEGRIA SPRAY 120ML	2953	3,000	10,1100	30,33

Página: 12/25

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JATAN MARTINI & CIA LTDA ME	CÓPIAS DE CHAVES	2882	4,000	12,0000	48,00
JANDIR SPEROTO ME	AÇUCAR 5KG	2844	1,000	10,9900	10,99
JANDIR SPEROTO ME	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - Galão com 20 Litros (Somente o Liquid	2844	3,000	10,0000	30,00
JANDIR SPEROTO ME	ALFACE	2957	4,000	2,9900	11,96
JANDIR SPEROTO ME	ALHO	2957	1,250	15,0000	18,75
JANDIR SPEROTO ME	BATATA MONALISA	2983	5,186	1,9900	10,32
JANDIR SPEROTO ME	CAFÉ 500GR	2844	2,000	14,4900	28,98
JANDIR SPEROTO ME	CARNE MOÍDA	2957	10,950	13,9900	153,19
JANDIR SPEROTO ME	COXA E SOBRE COXA	2957	12,800	5,9900	76,67
JANDIR SPEROTO ME	FARINHA DE MILHO 1 KG	2983	2,000	2,9900	5,98
JANDIR SPEROTO ME	FARINHA DE TRIGO 5KG	2983	2,000	13,4900	26,98
JANDIR SPEROTO ME	FEIJÃO PRETO 1KG	2983	4,000	4,9900	19,96
JANDIR SPEROTO ME	LEITE INTEGRAL (caixinha)	2983	12,000	3,4900	41,88
JANDIR SPEROTO ME	LEITE INTEGRAL CX	2844	12,000	3,2500	39,00
JANDIR SPEROTO ME	MANDIOCA KG	2983	5,000	5,4900	27,45
JANDIR SPEROTO ME	ÓLEO DE SOJA 900ML	2983	6,000	3,7500	22,50
JANDIR SPEROTO ME	OVO DE GALINHA	2983	5,000	5,9900	29,95
JANDIR SPEROTO ME	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA	2844	3,000	14,9900	44,97
JANDIR SPEROTO ME	PAPEL TOALHA 20 X 21 C/ 1000	2844	2,000	9,9900	19,98
JANDIR SPEROTO ME	PASTILHA ADESIVA LAVANDA C/3	2844	2,000	6,9900	13,98
JANDIR SPEROTO ME	PEDRA SANITÁRIA	2844	1,000	2,7500	2,75
JANDIR SPEROTO ME	REFRESCO PÓ 350GR	2983	10,000	3,4900	34,90
JANDIR SPEROTO ME	REPOLHO - UND	2957	1,000	3,9900	3,99
JANDIR SPEROTO ME	SAL REFINADO 1KG	2983	3,000	1,4900	4,47
JANDIR SPEROTO ME	TOMATE	2957	5,250	2,9900	15,70
JOSÉ SÉRGIO FARIAS MEI	SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS	2955	1,000	250,0000	250,00
JOSIMAR LUIZ PILGER	GUirlANDA MDF	3054	110,000	7,5000	825,00
JULIO HOFFMANN ESTACIONAMENTO LTDA	TAXA DE ESTACIONAMENTO	2949	1,000	35,0000	35,00
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	COLA ADESIVA TRANSPARENTE 17GR	3080	1,000	4,5000	4,50
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	FACE SIMPLES Nº 1 100M	3080	1,000	12,4000	12,40
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	FACE SIMPLES Nº2 10M	3080	2,000	2,8000	5,60
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	FILTRO COLORIDO EM METRO	3080	21,800	13,0000	283,40
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	LANTEJOUILA METAL Nº08 DOURADA	3080	2,000	3,8000	7,60
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	LANTEJOUILA METAL Nº10 DOURADA	3080	1,000	5,9000	5,90
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	LANTEJOUILA METAL Nº10 DOURADA	3080	1,000	5,9000	5,90
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	LANTEJOUILA METAL Nº10 PRATA	3080	2,000	5,9000	11,80
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	LANTEJOUILA Nº08 PRATA 100UN	3080	2,000	3,8000	7,60
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	MEIA PEROLA DIVERSAS 500GR	3080	4,000	35,0000	140,00
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	PCT VIDRILHO MISSANGAO	3080	5,000	1,5000	7,50

Página: 13/25

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	PCT. CONTAS, PEDRAS	3080	19,000	2,5000	47,50
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	PEDRA DE COSTURA 500GR	3080	1,000	64,0000	64,00
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	PEROLA 3MM 500GR	3080	1,000	79,0000	79,00
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	PEROLA 4MM 500G	3080	1,000	72,0000	72,00
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	SIANINHA OURO/PRATA 10M	3080	2,000	7,6000	15,20
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	SILICONE LIQUIDO 250ML	3080	3,000	11,8000	35,40
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	TEGIDO 100% ALGODÃO ESTAMPADO PATCHWORK METRO	3080	34,900	23,5000	820,15
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	TEGIDO NATAL E PÁSCOA METRO	3080	7,300	26,0000	189,80
KARINA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA	TEGIDO XADREZ COM DOURADO METRO	3080	6,000	34,0000	204,00
LANCHONETE QUEJU LTDA ME	ALMOÇO	2837	1,000	86,0000	86,00
LAURI HOLLAS MEI	SERVICOS DE SONORIZAÇÃO EM EVENTOS	3051	5,000	25,0000	125,00
LEOMAR FRANDOLOSO - ME	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE PLACAS	2892	1,000	140,0000	140,00
LIANE TERESINHA SCHWENDLER KUHN	BOLO S/ GLÚTEN PRONTO	2959	3,000	15,0000	45,00
LIANE TERESINHA SCHWENDLER KUHN	EMPADA PRONTA	2959	1,000	18,0000	18,00
LIANE TERESINHA SCHWENDLER KUHN	MINI PASTEL PRONTO	2959	1,000	23,0000	23,00
LIANE TERESINHA SCHWENDLER KUHN	PÃO TRADICIONAL	2959	2,000	12,9000	25,80
LIANE TERESINHA SCHWENDLER KUHN	PIPOCA ARTESANAL	2959	1,000	11,0000	11,00
LIGA OESTINA DE FUTEBOL DE SALÃO	TAXA DE ARBITRAGEM EM CAMPEONATO ESPORTIVO	2839	1,000	360,0000	360,00
LINDETUR TRANSPORTES LTDA - ME	FORNECIMENTO DE TRANSPORTE	3090	1,000	500,0000	500,00
LIVRARIA NOVA OBJETIVA LTDA	LIVRO - COMO, ONDE, POR QUE?	3038	1,000	49,9000	49,90
LIVRARIA NOVA OBJETIVA LTDA	LIVRO - EXTASE	3038	1,000	32,9000	32,90
LIVRARIA NOVA OBJETIVA LTDA	LIVRO - FALLEN	3038	1,000	32,9000	32,90
LIVRARIA NOVA OBJETIVA LTDA	LIVRO - MANUAL DO MUNDO 50 EXPERIMENTOS	3038	1,000	59,9000	59,90
LIVRARIA NOVA OBJETIVA LTDA	LIVRO - MAR DE TINTA E OURO - A ORADORA	3038	1,000	54,9000	54,90
LIVRARIA NOVA OBJETIVA LTDA	LIVRO - HISTÓRIAS DE NINAR PARA GAROTAS REBELDES	3038	2,000	99,9000	199,80
LIVRARIA NOVA OBJETIVA LTDA	LIVRO - UM CORAÇÃO MAIOR QUE O MUNDO	3038	1,000	32,9000	32,90
LIVRARIA NOVA OBJETIVA LTDA	LIVRO MINHA VIDA FORA DE SÉRIE	3038	1,000	39,9000	39,90
LIVRARIA NOVA OBJETIVA LTDA	LIVRO MINHA VIDA FORA DE SÉRIE 2ª TEMPORADA	3038	1,000	49,9000	49,90
LIVRARIA NOVA OBJETIVA LTDA	LIVRO O MORCEGO	3038	1,000	32,9000	32,90
LIVRARIA NOVA OBJETIVA LTDA	LIVRO PAIXÃO 3	3038	1,000	32,9000	32,90
LIVRARIA NOVA OBJETIVA LTDA	LIVRO TORMENTA	3038	1,000	39,9000	39,90
LIVRARIA NOVA OBJETIVA LTDA	LIVRO TRES VEZES NÓS	3038	1,000	39,9000	39,90
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	ALFINETE N29 C/50GR	3171	20,000	5,2500	105,00
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	BOLA ISOPOR 35MM C/100	3171	1,000	12,3000	12,30
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	CANETA PRETA	3171	2,000	3,8000	7,60
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	CANETA VERMELHO FOGO	3171	2,000	3,8000	7,60
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	COLA EXTRA 1000GR	3171	4,000	23,5000	94,00
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	COLA INSTANTANEA 20GR	3171	4,000	6,3000	25,20
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	FIO DOURADO GROSSO 1 X 50	3171	2,000	10,9000	21,80



Página: 14/25

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	FITA ADESIVA EM PVC (DEMARCAÇÃO) 48MM X 14MM (ROLO)	3171	8,000	15,5000	124,00
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	FITA DUPLA FACE	3171	6,000	8,1000	48,60
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	FITA NATAL C/10M	3171	1,000	29,5000	29,50
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	FITA NATAL C/10M	3171	1,000	21,9000	21,90
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	GRAMPEADOR 1000 P/100 FLS	3171	1,000	55,0000	55,00
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	GRAMPEADOR P/25 FLS	3171	1,000	14,9000	14,90
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	GRAMPO GALVANIZADO 9/13 - 23/13 C/ 5000	3171	1,000	21,9000	21,90
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	OLHO MÓVEL N18 C/100	3171	2,000	15,5000	31,00
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	OLHO MÓVEL N4 C/100	3171	1,000	2,9000	2,90
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	OLHO MÓVEL N5 C/100	3171	2,000	3,5000	7,00
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	OLHO MÓVEL N7 C/100	3171	2,000	5,1000	10,20
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	OLHO MÓVEL N8 C/100	3171	1,000	5,3000	5,30
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	PALHA RAFIA	3171	1,000	4,1000	4,10
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	PALITO PICOLE COLORIDO CORES DIVERSAS C/100	3171	12,000	3,9900	47,88
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	SACO PRESENTE 25 X 35 C/ 50	3171	4,000	12,9500	51,80
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	TESOURA COSTUREIRA	3171	2,000	28,4000	56,80
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	TESOURA COSTUREIRA	3171	1,000	41,5000	41,50
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	TESOURA PROFISSIONAL	3171	1,000	41,5000	41,50
MACROGLOBAL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DI	TINTA ACR. CORES DIVERSAS 35ML	3171	23,000	3,3000	75,90
MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	ANEL	2943	3,000	26,6400	79,92
MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	BUJÃO	2943	1,000	26,0500	26,05
MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	JUNTA	2943	1,000	53,3300	53,33
MAQDIMA FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTI	CANETA DE POLARIDADE	3082	1,000	36,9400	36,94
MAQDIMA FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTI	PROTETOR DE BATERIA 12V	3082	1,000	152,7300	152,73
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR PRIMARIO	2927	1,000	120,9600	120,96
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR SECUNDÁRIO	2927	1,000	59,4000	59,40
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO COMBUSTÍVEL	2927	1,000	114,1400	114,14
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO COMBUSTÍVEL	2927	1,000	60,8100	60,81
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO HIDRÁULICO	2927	1,000	124,2100	124,21
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO LUBRIFICANTE	2927	1,000	48,0000	48,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO LUBRIFICANTE	2927	1,000	54,3300	54,33
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA	2927	1,000	124,0000	124,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA	2927	1,000	79,5000	79,50
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	KIT ANEIS DE VEDAÇÃO	3115	1,000	60,0000	60,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	MAO DE OBRA INTERNA	3116	1,000	250,0000	250,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	REPARO COMANDO	3115	1,000	650,0000	650,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	REPARO ORBITROL	3115	1,000	450,0000	450,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE EIXO	3116	1,000	80,0000	80,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE EIXO	3116	1,000	380,0000	380,00

Página: 15/25

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PEÇAS	3116	1,000	310,000	310,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PEÇAS	3116	1,000	90,000	90,00
MARCELO FUCHS - MEI	BUXINHOS	3107	37,000	10,000	370,00
MARCELO FUCHS - MEI	GRAMA ESMERALDA, EM LENÇAS	3107	220,000	8,000	1,760,00
MARCELO FUCHS - MEI	PALMEIRAS	3107	21,000	12,000	252,00
MARIA LUCIA CORRADI DOS SANTOS	COROA DE FLORES PARA FUNERAL	2867	1,000	120,000	120,00
MARIA LUCIA CORRADI DOS SANTOS	COROA DE FLORES PARA FUNERAL	3077	1,000	120,000	120,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	ABRAÇADEIRA NYLON DIVERSAS	2850	40,000	0,400	16,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	BANDEJA 1U X 600 MM 4 PONTOS, MÓVEL VENTILADA PRETA	2850	2,000	87,1700	174,34
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	BANDEJA FIXA 1U X 290MM	2850	1,000	62,500	62,50
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	BOLSA PARA TRANSPORTE	3081	1,000	131,000	131,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CABO FORÇA 1.8M	3081	2,000	7,1800	14,36
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CABO HDMI 1.8 MTS	3081	1,000	23,000	23,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CABO HDMI X HDMI 3MTS	3081	1,000	32,000	32,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CABO VGA 10MTS	2851	1,000	66,6300	66,63
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CAIXA DE SOM USB	2850	3,000	34,9400	104,82
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CANAleta LUZ DUPLA C/ FITA ADESIVA 2MT	2851	3,000	10,000	30,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	ETIQUETA P/ ETIQUETADORA	2850	1,000	45,000	45,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	FONTE CHAVEADA 12V/2A	2850	1,000	32,3400	32,34
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	FONTE CHAVEADA 12V/2A	2852	1,000	31,9900	31,99
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	GUIA DE CABO FECHADO 1U	2850	1,000	31,0800	31,08
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	HEADSET	2850	1,000	145,5800	145,58
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4	2850	0,070	100,000	7,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	PARAFUSO M5 / FIXAÇÃO DE ACESSÓRIOS	2850	24,000	0,4100	9,84
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	PATCH CORD	2850	2,000	12,6400	25,28
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	PLACA MÃE	2849	1,000	443,000	443,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	PLUG FEMEA 2P 10A PARA EXTENSÃO ELÉTRICA	2850	1,000	4,6100	4,61
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	PLUG MACHO 2P 10A	2850	1,000	3,1500	3,15
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	PORCA GAIOLA M5 P/ FIXAÇÃO EM RACKS	2850	20,000	0,9200	18,40
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	PROJETOR	3081	1,000	2,531,000	2,531,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	RÉGUA 1 U 19 C/8 TOMADAS 2P+T	2850	1,000	67,3900	67,39
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	SERVIÇOS COM INMAQUINARIOS	2961	63,500	140,000	8,890,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	SPIRADUTO 1/2	2851	2,000	8,8200	17,64
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	SUPORTE P/ PROJETOR UNIVERSAL	2851	1,000	166,1100	166,11
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	SUPRIMENTOS RECARGA CARTUCHO DE TINTA COLORIDO	2852	1,000	30,000	30,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	TECLADO USB	2850	1,000	63,0200	63,02
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	TELA TRIPÉ STANDARD	3081	1,000	745,000	745,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	VELCRO DUPLA FACE 3MTS	2850	1,800	17,000	30,60
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ALTERNADOR	2877	1,000	580,000	580,00

Página: 16/25

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ANEL AJUSTE ROLAMENTO	2995	1,000	17,3400	17,34
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ANEL VEDAÇÃO MÉDIO	2995	6,000	1,5000	9,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ANEL VEDAÇÃO MÉDIO	3047	2,000	2,5000	5,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ANEL VEDAÇÃO PEQUENO	2877	8,000	2,0000	16,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	2877	30,000	2,0000	60,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	2897	12,500	2,0000	25,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARROELA CALÇO PINO MOLAD/T MB	3047	2,000	3,0000	6,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARROELA LISA 1" POL.	3047	4,000	1,3000	5,20
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARROELA LISA 3/4	2877	2,000	0,8500	1,70
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARROELA LISA 3/4	3046	4,000	0,8500	3,40
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARROELA LISA 3/8	2877	2,000	0,1900	0,38
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARROELA LISA 5/16	2877	2,000	0,1300	0,26
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARROELA LISA 7/16	2877	4,000	0,2100	0,84
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARROELA VEDAÇÃO 24MM	2995	3,000	2,0000	6,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	AUTO-FALANTE	2895	1,000	95,0000	95,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	BATERIA	2895	1,000	558,9000	558,90
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	BICO AR PARA LIMPEZA- PISTOLA	2895	1,000	24,0000	24,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	BRAÇADEIRA MANGUEIRA 19/27	2877	3,000	4,1000	12,30
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	BRAÇADEIRA PLÁSTICA 39CM	3046	3,000	0,4000	1,20
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	BUCHA DA PONTA BARRA ESTAB.	3047	2,000	20,0000	40,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	BUCHA MOTOR DE PARTIDA F350/AGRAL	3047	1,000	26,9200	26,92
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	BUCHA SILENCIOSA VOLANTE	2995	8,000	5,7000	45,60
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CAPA 2T MANGUEIRA 5/8	2995	2,000	5,3700	10,74
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CAPA PARA TERMINAL ENCAIXE	2995	6,000	0,2000	1,20
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CAPA PARA TERMINAL ENCAIXE	3046	10,000	0,2000	2,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CARGA DE BATERIA	2995	1,000	20,0000	20,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CHAPA GRAMPO CARROCERIA	3047	6,000	17,6000	105,60
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CHAPA GRAMPO CARROCERIA	3047	1,000	17,6000	17,60
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CHAVE ALERTA	2995	1,000	216,5000	216,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CHAVE IM 11185 TIC TAC	2877	2,000	10,5000	21,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CHAVETA MEIA LUA GRANDE	2877	1,000	25,0000	25,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CHAVETA PINO MOLA	3047	1,000	10,4600	10,46
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CHICOTE UNIVERSAL	2895	1,000	10,0000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CHICOTE UNIVERSAL	2996	1,000	10,0000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CORREIA	2877	1,000	23,5800	23,58
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	COXIM ESCAPAMENTO MAIOR	2895	1,000	9,8200	9,82
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	DESILZANTE	3046	1,000	86,9500	86,95
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	DISCO DE CORTE 4 1/2 FAST FINO	2877	0,500	9,1000	4,55
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	DISCO DE CORTE 4 1/2 FAST FINO	2877	0,500	9,1000	4,55

Página: 17/25

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	DISCO DE CORTE 4 1/2 FAST FINO	2877	1,000	9,100	9,10
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FEMEA GIR SEDE PLANA RETA 1" X 5/8	2995	1,000	25,0100	25,01
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FIO INSTALAÇÃO 1,5MM - FINO	2877	5,000	1,1000	5,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FIO INSTALAÇÃO 1,5MM - FINO	2895	2,000	1,1000	2,20
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FIO INSTALAÇÃO 1,5MM - FINO	2996	1,500	1,1000	1,65
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FIO INSTALAÇÃO 4MM	2995	1,000	2,6000	2,60
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FITA ISOLANTE 10M	2895	1,000	1,0000	1,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FITA ISOLANTE 10M	3046	1,000	1,0000	1,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FITA ISOLANTE RL 5MTS	2996	1,000	1,0000	1,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FUSÍVEL TIPO NOVO-LAMINA	2996	1,000	0,5000	0,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	GRAMPO CARROCERIA 5/8X92X560B	3047	1,000	65,0000	65,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	GRAMPO MOLA 5/8	3047	1,000	58,0000	58,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	GRAXEIRA 3/8 - 45°/90°	3047	3,000	2,0000	6,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	INDUZIDO	3047	1,000	240,9000	240,90
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA 1 POLO GRANDE - 24V	3047	4,000	3,5400	14,16
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA 1 POLO PEQUENA - 24V	3046	1,000	2,0000	2,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA 2 PÓLO 24 V	3047	3,000	3,5000	10,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA BASE DE VIDRO 12V GRANDE	2877	1,000	2,0000	2,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA BASE DE VIDRO 12V PEQUENA	3046	1,000	2,0000	2,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA H3 - 12V 55W -	2877	2,000	15,7500	31,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA H4 12V 60/55W	2895	1,000	20,0000	20,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA PINGAO 12V	2896	2,000	15,0000	30,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LENTE SINALEIRA	3046	1,000	16,5500	16,55
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MANGUEIRA 2T - 5/8	2995	0,600	26,2200	15,73
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MANGUEIRA MT 3/8 AR/AGUA 400	2877	0,600	7,5000	4,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MÃO DE OBRA	2899	1,000	25,0000	25,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MÃO DE OBRA	2900	1,000	25,0000	25,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MÃO DE OBRA	3050	1,000	40,0000	40,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MAO DE OBRA PRENSA MANGUEIRA	2997	2,000	13,5000	27,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MOLA MESTRE D/ MBB L1720 L1723	3047	1,000	340,0000	340,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ÓLEO MOTOR 15W40	2898	4,000	24,9000	99,60
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PALHETA LIMPADOR	2895	1,000	29,8500	29,85
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 10MM X 130 AÇO	2877	1,000	2,6800	2,68
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 3/4 X 2 - 1/2 AÇO	3046	2,000	5,0000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 6MM X 70 AÇO	3046	4,000	0,7500	3,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 6MM X 80 AÇO	3046	4,000	0,8700	3,48
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 7/16 X 2 AÇO	2877	3,000	1,5000	4,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 8MM X 100 AÇO	3046	1,000	1,7500	1,75
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 8MM X 25	2877	2,000	0,5000	1,00

Página: 18/25

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO SEXTAVADO 6,3 X 19	2895	7,000	1,0000	7,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PINO CENTRO 12MM X 8	3047	1,000	15,0000	15,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PINO LISO 1" X 5	2995	1,000	35,0000	35,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 10MM - CH 17	2895	2,000	0,3000	0,60
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 12MM X P.1,5	3047	1,000	2,0000	2,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 20MM - PASSE 2,5	2877	2,000	1,5000	3,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 3/4	3046	4,000	1,3000	5,20
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 5/16 RF	3046	2,000	0,2500	0,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 5/8	3047	6,000	1,5000	9,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 5/8	3047	4,000	1,5000	6,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 6MM	3046	8,000	0,1500	1,20
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 7/16	2877	3,000	0,2500	0,75
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA COM TRAVA 8MM	3046	1,000	0,2500	0,25
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	RÁDIO	2895	1,000	120,0000	120,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	RÁDIO	2895	1,000	120,0000	120,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	REGULADOR - VOLTAGEM	2995	1,000	126,7700	126,77
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	RELE IM 11430 / DNI 1104 PIS	2877	1,000	15,6000	15,60
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ROLAMENTO	2995	1,000	18,4900	18,49
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ROLAMENTO	2995	2,000	17,1000	34,20
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ROLAMENTO	2995	1,000	65,3200	65,32
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SINALEIRA T/ CARGO F-4000	3047	2,000	42,7500	85,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SOLDA ESTANHO	2895	1,000	7,0000	7,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SOLDA ESTANHO	2995	1,000	7,0000	7,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SOLDA ESTANHO	3046	1,000	7,0000	7,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SOLDA ESTANHO	3047	1,000	10,0000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SOLDA METAL	2995	1,000	25,0000	25,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SPRAY LIMPA CONTATOS	3047	1,000	16,6500	16,65
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SUPORTE ESC PARTIDA PRESTOLITE	3047	1,000	49,1000	49,10
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SUPORTE FUSÍVEL LAMINA PEQUENO	2995	1,000	2,5000	2,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	TERMINAL ACCELERADOR	3112	2,000	15,1000	30,20
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	TERMINAL FIO ENCAIXE	2877	1,000	0,3000	0,30
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	TERMINAL FIO ENCAIXE	2995	6,000	0,3000	1,80
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	TERMINAL FIO ENCAIXE	3046	20,000	0,3000	6,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	TERMINAL FIO OLHAL 1/4	2995	7,000	0,7000	4,90
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	TERMINAL FIO OLHAL 3/16	2995	5,000	0,2200	1,10
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	TERMINAL FIO OLHAL 3/8	2877	1,000	0,7500	0,75
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	TERMINAL FIO OLHAL 3/8	2995	4,000	0,7500	3,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	TERMINAL SOS SOLDÁVEL 5/8	2995	1,000	14,0400	14,04
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	TINNER P/ LIMPEZA FARBEN	3047	1,500	9,4500	14,18

Página: 19/25

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	VELOMÓIDE	2895	1,000	7,0000	7,00
MERCADO BOLIS LTDA EPP	ACHOCOLATADO EM PÓ 400GR	2960	5,000	5,9900	29,95
MERCADO BOLIS LTDA EPP	AÇUCAR 5KG	2836	4,000	11,9900	47,96
MERCADO BOLIS LTDA EPP	AÇUCAR CRISTAL 2KG	2960	5,000	4,9900	24,95
MERCADO BOLIS LTDA EPP	ARROZ PARBOILIZADO 1KG	2960	20,000	3,4900	69,80
MERCADO BOLIS LTDA EPP	CAFÉ SOLÚVEL SACHE 50G	2960	5,000	3,9900	19,95
MERCADO BOLIS LTDA EPP	CARNE GADO ALCATRA	2836	10,000	22,9900	229,90
MERCADO BOLIS LTDA EPP	CARNE SUÍNA	2836	10,000	14,9900	149,90
MERCADO BOLIS LTDA EPP	CEBOLA	2836	5,000	3,9900	19,95
MERCADO BOLIS LTDA EPP	FARINHA DE MILHO 1 KG	2960	5,000	3,4900	17,45
MERCADO BOLIS LTDA EPP	FARINHA DE TRIGO 5KG	2960	5,000	12,9900	64,95
MERCADO BOLIS LTDA EPP	FEIJÃO PRETO 1KG	2960	5,000	3,9900	19,95
MERCADO BOLIS LTDA EPP	LEITE INTEGRAL CX	2836	12,000	3,9900	47,88
MERCADO BOLIS LTDA EPP	LINGUIÇINHA MISTA 700GR	2836	10,000	13,9900	139,90
MERCADO BOLIS LTDA EPP	LINGUIÇINHA TOSCANA 1KG	2840	7,000	13,9900	97,93
MERCADO BOLIS LTDA EPP	MACÃ FUJI	2836	12,000	5,9900	71,88
MERCADO BOLIS LTDA EPP	MASSA 500GR	2960	5,000	3,9900	19,95
MERCADO BOLIS LTDA EPP	ÓLEO DE SOJA 900ML	2960	5,000	3,9900	19,95
MERCADO BOLIS LTDA EPP	PAPEL HIGIENICO 30MT	2960	5,000	2,9900	14,95
MERCADO BOLIS LTDA EPP	QUEIJO MUSSARELA	2836	8,000	26,9900	215,92
MERCADO BOLIS LTDA EPP	REFRIGERANTE DIVERSOS SABORES - FRASCO COM 2 LITROS	2840	6,000	4,9900	29,94
MERCADO BOLIS LTDA EPP	REFRIGERANTE DIVERSOS SABORES - FRASCO COM 2 LITROS	3031	40,000	3,0000	120,00
MERCADO BOLIS LTDA EPP	SABÃO EM PÓ 1KG	2960	5,000	5,9900	29,95
MERCADO BOLIS LTDA EPP	SAL MARINHO 1 KG	2960	5,000	3,9900	19,95
MERCADO BOLIS LTDA EPP	TOMATE	2840	4,000	3,9900	15,96
METALÚRGICA SERRA ALTA LTDA ME	CALHA M	3039	66,000	30,0000	1,980,00
METALÚRGICA SERRA ALTA LTDA ME	REFORMA	2841	1,000	1,200,0000	1,200,00
METALÚRGICA SERRA ALTA LTDA ME	REFORMA	2841	1,000	400,0000	400,00
METALÚRGICA SERRA ALTA LTDA ME	SERVIÇOS DE CALANDRA	2842	1,000	150,0000	150,00
METALÚRGICA SERRA ALTA LTDA ME	SERVIÇOS DE FUNDIÇÃO	2843	1,000	230,0000	230,00
METALÚRGICA SERRA ALTA LTDA ME	SERVIÇOS DE FUNDIÇÃO	3113	1,000	120,0000	120,00
METALÚRGICA SERRA ALTA LTDA ME	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE CANTEIRO	3110	1,000	85,0000	85,00
METALÚRGICA SERRA ALTA LTDA ME	SERVIÇOS DE SOLDA	2842	1,000	220,0000	220,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	AREIA	2889	3,000	120,0000	360,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	BASE ACR. FOSCA 16LTS	2845	2,000	252,0000	504,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	BUCHA P/ TUBO FURADO (GESSO) 08	2890	8,000	0,4000	3,20
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	BUCHA RED. CURTA SOLD. 60 X 50MM	2899	2,000	2,5000	5,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	BUCHA RED. LONGA SOLD. 50 X 32MM	2899	1,000	3,0000	3,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	CAL HIDRÁULICA SC 20KG	2899	1,000	12,0000	12,00

Página: 20/25

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	CHAVE DE FENDA CRUZADA	2890	2,000	5,0000	10,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	CHUMBADOR PARABOLT 5/16 X3,1/4	2899	6,000	2,5000	15,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	CILINDRO INOX	2890	1,000	22,5000	22,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	CINTURAO CARPINTEIRO COURO	2899	1,000	26,0000	26,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	CORANTE 946ML	2845	0,467	120,0000	56,04
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	CURVA SOLD. 90 50MM	2899	3,000	5,3500	16,05
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	CURVA SOLD. 90 60MM	2899	1,000	14,1000	14,10
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	FITA CREPE MEDINDO NO MÍNIMO 24MM X 50M	2845	2,000	5,0000	10,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	FITA VEDA ROSCA 18 X 10M	2899	2,000	3,0000	6,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	FORRO PVC 100 X 10 FRISADO BRANCO	2899	15,900	15,5000	246,45
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	JOELHO SOLD. 90 32MM	2899	3,000	2,9000	8,70
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	JOELHO SOLDÁVEL 45 25MM	2899	2,000	1,0000	2,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	JOELHO SOLDÁVEL 90 32MM	2899	2,000	2,0000	4,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	JOELHO SOLDÁVEL 90 50MM C/25	2899	2,000	5,0000	10,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	JOELHO SOLDÁVEL 90 50MM C/25	2899	3,000	5,0000	15,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	LINHA PEDREIRO 0.80MM C/ 10 TREVO	2899	1,000	7,0000	7,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	LIXA 80	2845	5,000	1,0000	5,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	LIXA MASSA 220	2899	1,000	1,0000	1,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	LUVA SOLDÁVEL 25MM	2899	4,000	1,0000	4,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	LUVA SOLDÁVEL 25MM	2899	2,000	1,0000	2,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	LUVA SOLDÁVEL 32 MM	2899	1,000	2,5000	2,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	MASSA NIVELANTE 225ML	2845	1,000	6,0000	6,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	MASSA NIVELANTE 900ML	2845	2,000	25,0000	50,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	PARAFUSO CHIP CH PH 4,0 X 16MM	2899	10,000	0,0500	0,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	PARAFUSO CHIP CH PH 4,0 X 16MM	2899	38,000	0,0500	1,90
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	PARAFUSO CHIP CH PH 4,5 X 45MM	2899	1,000	0,1400	0,14
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	PARAFUSO DRYWALL FLANG PHIL 4,2 X 13MM	2899	1,400,000	0,0500	70,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	REDUÇÃO 25 X 20 SOLDÁVEL	2899	2,000	0,9000	1,80
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	REGISTRO ESFERA 25 SOLDÁVEL	2899	3,000	6,5000	19,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	REGISTRO ESFERA 60 SOLD.	2899	1,000	35,0000	35,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	REGISTRO ESFERA SOLD. 50	2899	1,000	13,0000	13,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 32MM	2899	1,000	13,0000	13,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	ROLO LÁ 23 CM	2899	1,000	28,0000	28,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	SIFÃO DUPLO	2899	1,000	15,0000	15,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	SOLVENTE 5L	2845	2,000	47,2500	94,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TALHADEIRA CHATA PROF. 10 167 010 0330	2899	1,000	15,9000	15,90
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TEE RED SOLD. 25 X 20MM	2899	1,000	1,8000	1,80
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TEE REDUÇÃO 50 X 25	2899	1,000	6,2000	6,20
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TEE REDUÇÃO 50 X 32	2899	1,000	8,5000	8,50



Página: 21/25

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TEE SOLD. 60MM	2889	1,000	14,3000	14,30
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TINTA ÓLEO 3,6L	2845	8,000	66,0000	528,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TINTA PISO 3,6L	2845	1,000	63,0000	63,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TUBO 60 SOLD.	2889	1,000	9,1200	9,12
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TUBO PVC ESG. RIG. 75MM - 6MT	2889	10,500	7,0000	73,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TUBO PVC SOLD. 50MM - 6MTS	2889	9,000	7,6670	69,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TUBO PVC SOLD. 50MM - 6MTS	2889	24,000	7,6670	184,01
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TUBO PVC SOLDÁVEL 20MM - 6MTS	2889	6,000	1,4090	8,45
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM - 6MTS	2889	4,000	1,9840	7,94
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	VERNIZ MARITIMO 3,6L	2845	4,000	89,9000	359,60
NACIONAL ASFALTOS EIRELI EPP	CIMENTO ASFÁLTICO	3108	25,000	30,0000	750,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	ABRACADEIRA PRESIL	2874	3,000	2,1500	6,45
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	ADESIVO SILICONE ACETICO 50G	3079	1,000	6,7500	6,75
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	ARRUELA LISA 1/4	3079	20,000	0,0800	1,60
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	ARRUELA LISA 3/4	3079	10,000	0,4000	4,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	ARRUELA LISA 5/8 REFORÇADA	3079	20,000	0,3500	7,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	CADEADO	3079	4,000	12,3500	49,40
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	CATRACA OVAL 1/2 10"	3079	1,000	92,5000	92,50
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	CHAVE DE RODA 24X 27MM	3079	1,000	92,9000	92,90
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	CINTA ELEVÇÃO 2T	3114	2,000	135,0000	270,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	DESINGRIPANTE SPRAY 300ML	2874	12,000	6,9900	83,88
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	ELETRODO 3,25MM	2874	10,000	15,0000	150,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	GRAMPO	3079	1,000	75,6000	75,60
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	GRAXEIRA 45 5/16	3079	20,000	1,9000	38,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	GRAXEIRA 45° 1/4	2874	20,000	1,7500	35,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	GRAXEIRA 45° 1/4	3079	20,000	1,7500	35,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	GRAXEIRA 45° M6	2874	20,000	1,7500	35,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	GRAXEIRA 45° M6	3079	20,000	1,7500	35,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	GRAXEIRA 45° M8	3079	20,000	1,7500	35,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	GRAXEIRA 90° 1/4	2874	20,000	1,6000	32,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	GRAXEIRA 90° 1/4	3079	20,000	1,6000	32,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	GRAXEIRA 90° M6	2874	20,000	1,6500	33,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	GRAXEIRA 90° M6	3079	20,000	1,6500	33,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	GRAXEIRA 90° M8	3079	20,000	1,7500	35,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	GRAXEIRA 90° 5/16	3079	20,000	2,1000	42,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	INFLADOR PNEUS	3079	1,000	22,0000	22,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	NIPLE DUPLO	3079	1,000	6,0000	6,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	PARAFUSO SEXT. MA 8,8 18 X 110	3079	5,000	4,9900	24,95
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	PARAFUSO SEXT. MA 8,8 6 X 40	3079	20,000	0,2400	4,80

Página: 22/25

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	PINO MACHO 1/4	3079	1,000	4,0000	4,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	PORCA NY MA BX 18 CHV 27 ZB	3079	5,000	1,7000	8,50
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	PORCA SEXT. TORQ. MA 6 CHV 10 ZB	3079	20,000	0,1500	3,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	PUNCAO DE CENTRO 5MM	3079	1,000	21,4300	21,43
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	SOQUETE IMP. LONGO SEXT 3/4 24MM	3079	1,000	108,0000	108,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	SOQUETE IMP. LONGO SEXT 3/4 27MM	3079	1,000	104,5000	104,50
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	SOQUETE IMP. LONGO SEXT 3/4 30MM	3079	1,000	109,0000	109,00
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	TERMINAL MACHO NPT	3079	1,000	5,5000	5,50
OESTE PARAFUSOS COM. DE PARAFUSOS LTDA	VALVULA ESFERA BORBOLETA 1/4	3079	1,000	20,0000	20,00
OLIMPIC ARTIGOS DE ESPORTES LTDA	MEDALHA	2963	15,000	6,5500	98,25
PIAZZA COMÉRCIO TRATORES MÁQUINAS LTDA	BOMBA ALIMENTADORA	2946	1,000	179,0000	179,00
PIAZZA COMÉRCIO TRATORES MÁQUINAS LTDA	JUNTA DA BOMBA ALIMENTADORA	2946	2,000	7,5900	15,18
PIAZZA COMÉRCIO TRATORES MÁQUINAS LTDA	ÓLEO THF11 GALÃO 20L	2948	1,000	275,0000	275,00
PIAZZA COMÉRCIO TRATORES MÁQUINAS LTDA	PARAFUSO SUPORTE ENGATE IMPLEMENTO	2946	2,000	145,6200	291,24
PIAZZA COMÉRCIO TRATORES MÁQUINAS LTDA	TUBO INJETOR	2946	1,000	148,4900	148,49
PIAZZA COMÉRCIO TRATORES MÁQUINAS LTDA	TUBO TIGIDO DE INJEÇÃO	2946	1,000	121,8000	121,80
RAFAELA FERRARIN	SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO ONLINE	3034	1,000	500,0000	500,00
RD COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA	MOLA TRASEIRA MICRO ONIBUS	3091	2,000	318,0000	636,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRACADEIRA DE FERRO 38/51	2881	2,000	2,5300	5,06
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRACADEIRA MICRO 9MM 13 X 19MM	2881	1,000	0,7700	0,77
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRACADEIRA PLÁSTICA MÉDIA PCTE C/100 PCS NYLON 202MM	2901	1,000	0,6000	0,60
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRACADEIRA PLÁSTICA MÉDIA PCTE C/100 PCS NYLON 202MM	3048	15,000	0,9000	13,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARRUELA DE PRESSÃO 6MM (1/4)	2901	5,000	0,6000	3,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARRUELA LISA 16MM (5/8)	3048	2,000	0,6000	1,20
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BATERIA 115 AMP ESQUERDA	2962	1,000	430,0000	430,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BUZINA	2893	1,000	57,6000	57,60
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	CAPA PARA TERMINAL ENCAIXE	2881	2,000	0,3500	0,70
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	COXIM	2990	2,000	17,8700	35,74
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO COMBUSTÍVEL	2881	1,000	68,0900	68,09
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FIO PARA INSTALAÇÃO 0,75MM	2881	4,000	3,0000	12,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FLUIDO DE FREIO DOT 4 500ML	2881	2,000	18,9000	37,80
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FLUIDO FREIO DOT 3 500ML TRW	2881	1,000	14,5900	14,59
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FLUIDO FREIO DOT 3 500ML TRW	2901	1,000	14,5900	14,59
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FUSÍVEL LÂMINA	2881	1,000	2,0000	2,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FUSÍVEL LÂMINA 10A GRANDE	3048	1,000	3,0600	3,06
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	JOGO DE JUNTAS	3049	1,000	26,0000	26,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LÂMPADA MEIA LUZ W5W	2901	3,000	2,1800	6,54
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LÂMPADA PINGO D'ÁGUA	3048	2,000	2,0000	4,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LÂMPADA PINGO D'ÁGUA	3048	2,000	1,6000	3,20

Página: 23/25

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MAO DE OBRA BUCHAS	2980	6,000	15,0000	90,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MOLA TRASEIRA MICRO ONIBUS	2881	1,000	505,0000	505,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MOLA TRASEIRA MICRO ONIBUS	2881	1,000	505,7600	505,76
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	OLEO ATF LUBRIFICANTE	2881	2,000	21,4200	42,84
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ÓLEO SAE 80 LUB.	3049	2,000	21,9000	43,80
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO CL SI MA 10X20 RI ET	2881	1,000	0,9000	0,90
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 16x120	3048	1,000	8,1000	8,10
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8 MA 10 X 60	3048	1,000	1,4500	1,45
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8 MA 16 X 80	2881	1,000	4,8000	4,80
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8 MA 18X120	2881	1,000	12,0000	12,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8 MA 18X120	2893	1,000	12,0000	12,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8 MA 6 X 40	2901	5,000	1,2000	6,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8 MA 8 X 60	3048	1,000	0,9000	0,90
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO M 12 X 50 8.8 UN MB	2881	4,000	1,3500	5,40
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO MB 8.8 12 X 60	3048	1,000	1,8000	1,80
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO MB 8.8 14 X 40 RI ET	2881	1,000	3,1000	3,10
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PASTILHA DE FREIO	2881	1,000	223,6800	223,68
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PASTILHA DE FREIO	2901	1,000	216,2800	216,28
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PIVO DE SUSPENSÃO ESQUERDO DIREITO	2990	1,000	112,0200	112,02
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA 16MM 8.8	2901	5,000	0,9000	4,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA 16MM 8.8	2901	1,000	1,2600	1,26
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA 16MM 8.8	3048	1,000	1,2600	1,26
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA 16MM C/ TRAVA	2881	2,000	3,5000	7,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA 18M	2881	1,000	3,9000	3,90
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA 18MM C/ TRAVA	2893	1,000	3,5000	3,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA 8MM C/ TRAVA SEXTAVADA	2990	2,000	0,5000	1,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA SEXTAVADA 10MM	2881	1,000	0,6000	0,60
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA SEXTAVADA 10MM	3048	1,000	0,2500	0,25
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA SEXTAVADA 12MM 5.8	2881	4,000	1,1000	4,40
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA SEXTAVADA 8.8 MA 14M	2881	2,000	0,4800	0,96
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA TRAVA 12MM	3048	1,000	0,5500	0,55
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORTA FUSIVEL LAMINA FIO 1,5MM	2881	1,000	3,5000	3,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	RELE AUXILIAR UNIVERSAL 24V 40A	3048	1,000	15,0000	15,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ROLAMENTO	3048	1,000	182,0000	182,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SOQUETE ETE	3048	1,000	6,4800	6,48
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TERMINAL DE FIO	2881	3,000	0,4000	1,20
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	CAPACETE	2910	2,000	665,0000	1,330,00
RESGATÉCNICA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS	VISOR PROTEÇÃO FACIAL	2910	2,000	379,0000	758,00
RESGATÉCNICA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS	ALMOÇO	2909	1,000	25,0000	25,00

Página: 24/25

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
RODINES RAMOS MEI	BOLINHA DE QUEIJO	3041	2,480	23,0000	57,04
RODINES RAMOS MEI	ENROLADINHO DE SALSICHA	3041	1,900	27,0000	51,30
RODINES RAMOS MEI	MINI COXINHA	3041	2,510	23,0000	57,73
RODINES RAMOS MEI	MINI PÃO DE QUEIJO	3041	1,200	27,0000	32,40
RODINES RAMOS MEI	MINI PASTEL ASSADO	3041	2,190	27,0000	59,13
RODINES RAMOS MEI	SALGADO FRITO tipo KIBE COM REQUEIJÃO (MINI CROQUETE)	3041	2,495	23,0000	57,39
ROQUE KOLLING - ME	REFIL CAMADAS ULTRA 22MM	2966	4,000	98,0000	392,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	AMENDOIM 500GR	3105	30,000	4,8800	146,40
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	ARROZ TIPO I PARBOILIZADO	3105	10,000	13,0200	130,20
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	AZEITE DE OLIVA, puro (100%), virgem, frasco com 500ml	3105	5,000	22,1000	110,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	BOLACHA SALGADA - AGUA E SAL acondicionada em embalagens de	3105	15,000	5,1800	77,70
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO 200GR	3105	15,000	12,0500	180,75
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CANELA EM RAMA 10G	3105	15,000	2,0500	30,75
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CARNE SUINA FRESCA - PERNIL SEM OSSO	3105	50,000	14,0000	700,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CEREAL MATINAL DE MILHO C/ AÇÚCAR	3105	12,000	24,8000	297,60
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CÓCO SECO RALADO	3105	30,000	3,8200	114,60
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CRAVO 10G	3105	15,000	2,4500	36,75
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CREME DE LEITE PASTEURIZADO/NATA - 350GR	3105	15,000	6,8000	102,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CREME DE LEITE, UHT, TEOR DE GORDURA DE 25%, EM EMBALAGEM DO	3105	40,000	2,5500	102,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	EXTRATO DE TOMATE -Embalagem de 340gr	3105	25,000	3,9000	97,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FARINHA DE MILHO - Pacotes de 01kg	3105	20,000	3,2800	65,60
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL OU DE PRIMEIRA CARACTERÍSTICAS	3105	10,000	12,2800	122,80
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FILE PEITO DE FRANGO	3105	50,000	10,9500	547,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	GELÉIA DE FRUTAS- SABORES MORANGO, UVA, ABOBORA OU FIGO ARTE	3105	10,000	20,1000	201,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	IOGURTE DE FRUTAS (NÃO PODE SER BEBIDA LÁCTEA) 900ML - MEREN	3105	75,000	5,1800	388,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	LEITE INTEGRAL (original)	3105	200,000	3,8900	778,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	LINGUIÇA	3105	30,000	12,8500	385,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	MEL- Embalagem de 500g	3105	15,000	13,5000	202,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	SUCO ARTIFICIAL FRUTAS 350GR	3105	30,000	3,9000	117,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	SUCO DE UVA INTEGRAL	3105	30,000	12,8500	385,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	VINAGRE DE MAÇÃ	3105	30,000	3,1000	93,00
SENAT - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM	CURSOS/REINAMENTOS DE CAPACITAÇÃO	2947	1,000	1,100,0000	1,100,00
SÉRGIO CARLOS ALGAYER - ME	TOALHA BANHO BEBE	3043	12,000	29,9000	358,80
SERRARIA GUAJUVIRA LTDA ME	MADEIRA DE EUCAUPTO	2880	2,200	650,0000	1,430,00
TECNIGEO COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTD	BIDIM GT07	3117	1,840,000	2,4500	4,508,00
TECNIGEO COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTD	TUBO DRENO 6"	3117	300,000	10,1500	3,045,00
UNIFORMES PROFISSIONAIS LIDER LTDA ME	JALECO	2835	5,000	45,0000	225,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Página: 25/25

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
UNIVERSO CURSOS EDUCACIONAIS LTDA EPP	KIT ESTRUTURADO				
WILSON MOCELIN ME	CILINDRO	3045	1,000	450,0000	450,00
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	BANDEJA 1U X 600 MM 4 PONTOS, MÓVEL VENTILADA PRETA	3040	1,000	90,0000	90,00
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	CABO HDMI COM 15 METROS DE COMPRIMENTO CONECTORES BLINDADOS		2,000	83,0900	166,18
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	CÂMERA DE SEGURANÇA COM LENTE VARIFOCAL		2,000	117,3100	234,62
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	CÂMERA DE SEGURANÇA SPEED DOME		9,000	2.473,4100	22.260,69
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	COMPUTADOR - CÂMERAS DE MONITORAMENTO		5,000	6.504,1900	32.520,95
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	COMPUTADOR COM SISTEMA OPERACIONAL		1,000	9.649,2300	9.649,23
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	COOLER MICROVENTILADOR 120 X 120 X 38MM METAL		1,000	7.918,8300	7.918,83
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	INJETOR POE		4,000	66,4700	265,88
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	MESA OPERADORA USB - CÂMERAS		14,000	210,1900	2.942,66
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	NOBREAK 220V		1,000	7.576,6600	7.576,66
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	PATCH CORD		14,000	772,3400	10.812,76
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	PATCH CORD CAT 6 com 2,5 metros de comprimento totalmente e		30,000	21,5000	645,00
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA CÂMERAS		6,000	29,3300	175,98
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	RACK FECHADO 19 36U X 670MM PARA PISO PRETO	3174	14,000	1.173,1600	16.424,24
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	RÉGUA 19 08 TOMADAS 20A PARA RACK CABO 2,50M		1,000	2.004,1400	2.004,14
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	SD-CARD (CARTÃO SD) COMPATÍVEL COM AS CÂMERAS DE MONITORAMEN		2,000	151,5300	303,06
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	SOFTWARE DE GRAVAÇÃO DE IMAGENS (CÂMERAS DE MONITORAMENTO)		14,000	185,7600	2.600,64
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	SUPORTE PARA CÂMERA SPEED DOME com angulação para fixação em		1,000	16.619,7700	16.619,77
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	SWITCH - 24 PORTAS GIGABIT ETHERNET PORTAS GIGABIT		5,000	166,2000	831,00
XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA	TV LED		1,000	958,0800	958,08
			2,000	1.661,9900	3.323,98
	<b>Total Geral do Mês --&gt;</b>				<b>685.242,93</b>

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 36/2018 AVISO DE DISPENSA

Publicação Nº 1775066

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS Nº. 36/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS 01/2018

O Município de Siderópolis, em conformidade com o art. 24, inciso IV, c/c o art. 26, da Lei Federal Nº 8.666, de 21/06/93, comunica que estará realizando a contratação de Clínica Especializada para internação de adolescente com dependência química mediante internação compulsória da adolescente VITÓRIA DOS SANTOS ARAUJO, conforme autos do processo judicial nº 0003777-65.2015.8.24.0020 e mediante as justificativas apontadas nos autos do processo em epígrafe. Nesse sentido, conforme disposição legal, a escolha recaiu na empresa abaixo descrita, devidamente cadastrada no Município, tendo regular situação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica:

CONTRATADO: APRAT – ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS E TAXICÔMANOS. CNPJ: 03.998.197/0001-98

DO VALOR: até R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) mensais.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos Termos da Lei.

Declaração de Dispensa de Licitação ratificada pelo Sr. HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal.

Siderópolis, 16 de outubro de 2018.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

### COMUNICADO

Publicação Nº 1774946

#### COMUNICADO

O Município de Siderópolis convida a todos os munícipes para Audiência Pública de Apresentação do RDQA – Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (2º Quadrimestre de 2018).

Local: Câmara Municipal de Vereadores – Centro – Siderópolis – SC

Data: 22/10/2018 – 2ª Feira

Hora: 17:00 horas

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO Nº.210/2018

Publicação Nº 1775255

DECRETO Nº.210, de 15 de outubro de 2018.

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDOS COMPLEMENTARES DA NOVA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito do Município de Sul Brasil, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente pelo disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que a população carece estar ciente dos atos administrativos.

Considerando que a presente comissão ajudará a Comissão de Justiça da Câmara de Vereadores para a sua convocação pela aprovação do aumento do IPTU, mediante a planta genérica de valores ou outro imposto ou taxa.

Considerando os Princípios da eficiência e da transparência que devem nortear as ações da Administração Pública Municipal;

Considerando, por fim, a defasagem dos valores cobrados a título de IPTU no Município de Sul Brasil, o que vem constituindo em renúncia de receita da Administração, além de desigualdades tributárias, ferindo o princípio da capacidade contributiva.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a comissão especial para estudo, avaliação e verificação dos valores constantes da nova planta genérica do Município de Sul Brasil, cujo Projeto de Lei de implantação será remetido a Câmara de Vereadores, para Revisão e lançamento do Imposto sobre Propriedade Territorial e Predial Urbana – IPTU, ITBI e demais taxas e impostos, de que trata o Código Tributário, com a seguinte composição:

I – CLAUDEMIR SAUGO, Presidente da Comissão;

II – SIRLEI PAINI

III – EVANDRO SILVEIRA DE AVILA

IV- CLEOMAR FERRARI

V- ELENÍ SAUGO DAL PIZZOL

VI – SEDENIR JOSÉ PAINI

Art. 2º Para os efeitos de que trata o artigo anterior e, especialmente, para os fins de subsidiar a deliberação e aprovação do Projeto de Lei referenciado, deverá a Comissão ora instituída:

I - apresentar relatório circunstanciado e demonstrativo, contendo:

a) declaração da Comissão no sentido de elaborar e atestar uma nova planta genérica de valores dentro dos critérios legais.

Art. 3º As atividades descritas neste Decreto deverão ser executadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Os trabalhos da presente Comissão serão considerados serviço público relevante.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM, Lei 1027/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 15 de outubro de 2018.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito de Sul Brasil

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração



# Tangará

## PREFEITURA

### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2018 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1775098

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2018 REGISTRO DE PREÇO

Aos dezesseis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 444/2018, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 092/2018, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS CHAPÉU DE BRUXA PARA OS EVENTOS ALUSIVOS DO MUNICÍPIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME, representada neste ato por Arly Valis Alves Junior;
- 2) WAYLON DA SILVA ME, representada neste ato por Valcir Roque da Silva;
- 3) STANISQUASKI PRODUÇÕES LTDA EPP, representada neste ato por Doner Pagliosa Stanisquaski.

Iniciado o certame, analisado o credenciamento das empresas, que estavam de acordo com o edital, passando as vistas e rubricas nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor do lote a empresa WAYLON DA SILVA ME com o valor total do lote de R\$ 28.300,00 (vinte e oito mil e trezentos reais). Após abertos os envelopes das documentações da empresa vencedora que estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. A empresa AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME manifestou intenção de recurso pelo motivo de que a empresa vencedora não cumpre as exigências do item 6.5.2 no qual fala sobre ☐atestados☐ sendo que a empresa vencedora apresentou apenas 1 (um), no item 6.5.3 a empresa vencedora apresentou apenas 1(um) certificado NR35 onde alega que não seria possível apenas um profissional para a montagem do objeto licitado e a Certidão do CREA apresentado possui objeto incompatível com o objeto licitado. Fica concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para que o recorrente apresente suas razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimado para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 16/10/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 16 de Outubro de 2018.

Cristiane Piccinin

Presidente da Comissão de Licitações

Daiane N. A. dos Santos  
Membro da Comissão de Licitações

Adriane L. R. Locatelli  
Membro da Comissão de Licitações

AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME

WAYLON DA SILVA ME

STANISQUASKI PRODUÇÕES LTDA EPP

### DECRETO N.º 122 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018 AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1775099

#### DECRETO N.º 122 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

#### AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 95 a 97, da Lei Complementar Municipal nº. 048 de 27 de Agosto de 2.009,

CONSIDERANDO, o parecer da Assessoria Jurídica e o despacho proferido pelo Fiscal de Tributos, Uso e Ocupação do Solo, do Processo Administrativo Tributário Fiscal registrado sob o n.º 0129, folha n.º 03, Livro n.º 05;

#### DECRETA:

Art. 1.º Fica deferido o pedido de desmembramento da área de terra urbana pertencente tem o Sr. WILSON MARTINI, inscrito no CPF sob o nº 219.815.589-34, contendo área 2.839,55m2, (dois mil, oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centímetros quadrados), onde desmembra Área A de 2.258,70m2 (dois mil e duzentos e cinquenta e oito metros e setenta centímetros quadrados), Área B de 580,85 m2 (quinhentos e oitenta metros quadrados e oitenta e cinco centímetros quadrados), da área de terra total do imóvel registrado no RI de Tangará – SC sob o número de ordem 8.394, localizado dentro do perímetro urbano deste município, conforme Processo Administrativo registrado no Livro n.º 05, Folha 03, Registro n.º 0129 e conforme a descrição abaixo:

1	– Área Total da Matrícula nº 8.394	2.839,55 m2
1.1	– Área "A" a desmembrar	2.258,70 m2
1.2	– Área "B" a desmembrar	580,85 m2

Art. 2.º Fica o Órgão competente autorizado a expedir o respectivo ALVARÁ.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 28 DE SETEMBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

## **DECRETO N.º 131 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018 AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1775012

DECRETO N.º 131 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 95 a 97, da Lei Complementar Municipal nº. 048 de 27 de Agosto de 2.009,

CONSIDERANDO, o parecer da Assessoria Jurídica e o despacho proferido pelo Fiscal de Tributos, Uso e Ocupação do Solo, do Processo Administrativo Tributário Fiscal registrado sob o n.º 0132, folha n.º 03, Livro n.º 05;

DECRETA:

Art. 1.º Fica deferido o pedido de desmembramento da área de terra urbana pertencente tem a Sra. RAYNILDA CORDEIRO FEIJÓ GAIÃO, inscrito no CPF sob o nº 032.655.289-87, contendo área 1.148,64m2, (um mil, cento e quarenta e oito metros e sessenta e quatro centímetros quadrados), onde desmembra Área 01 de 383,10m2 (trezentos e oitenta e três metros e dez centímetros quadrados), Área 02 de 380,47m2 (trezentos e oitenta metros e quarenta e sete centímetros quadrados), ficando uma Área remanescente de 385,07m2 (trezentos e oitenta e cinco metros e sete centímetros quadrados), registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Tangará – SC sob o número de ordem 4.919, conforme Processo Administrativo registrado no Livro n.º 05, Folha 03, Registro n.º 132 e conforme a descrição abaixo:

1	– Área Total da Matrícula nº 4.919	1.148,64 m2
1.1	– Área 01 a desmembrar	383,10 m2
1.2	– Área 02 a desmembrar	380,47 m2
1.3	- Área remanescente	385,07 m2

Art. 2.º Fica o Órgão competente autorizado a expedir o respectivo ALVARÁ.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

## **DECRETO N.º 132 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018 AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1775010

DECRETO N.º 132 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 95 a 97, da Lei Complementar Municipal nº. 048 de 27 de Agosto de 2.009,

CONSIDERANDO, o parecer da Assessoria Jurídica e o despacho proferido pelo Fiscal de Tributos, Uso e Ocupação do Solo, do Processo Administrativo Tributário Fiscal registrado sob o n.º 0131, folha n.º 03, Livro n.º 05;

DECRETA:

Art. 1.º Fica deferido o pedido de desmembramento da área de terra urbana pertencente tem o Sr. IVAIR DONATTI, inscrito no CPF sob o nº 894.412.659-34, contendo área 2.569,45m2, (dois mil, quinhentos e sessenta e nove metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), onde desmembra Área 01 de 440,91 m2 (quatrocentos e quarenta metros e noventa e um centímetros quadrados), ficando uma Área remanescente de 2.128,54m2 (dois mil, cento e vinte oito metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), registrada no Cartório de

Registro de Imóveis de Tangará – SC sob o número de ordem 3.163, conforme Processo Administrativo registrado no Livro n.º 05, Folha 03, Registro n.º 131 e conforme a descrição abaixo:

1	– Área Total da Matrícula nº 3.163	2.569,45 m2
1.1	– Área 01 a desmembrar	440,91 m2
1.2	– Área remanescente	2.128,54 m2

Art. 2.º Fica o Órgão competente autorizado a expedir o respectivo ALVARÁ.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

**LEI N.º 2.414, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018. “ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2019.”**

Publicação Nº 1775089

LEI N.º 2.414, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

“ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2019.”

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, com fundamento no disposto no artigo 121, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e atendendo o disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1.º A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o próximo exercício financeiro, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá normas de receita e despesa e o cumprimento da legislação vigente, de acordo com os Anexos seguintes:

I – consolidação dos programas das prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;

II – a estrutura dos orçamentos, conforme programas, ações, funções e sub-funções;

III – as diretrizes para a elaboração e a execução das metas físicas do orçamento Municipal, conforme ações;

IV – as disposições sobre metas de receitas e despesas;

V – demonstrativo das metas fiscais;

VI – demonstrativo da evolução do patrimônio líquido;

VII – demonstrativo da origem e da aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

**CAPÍTULO II**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas nos Anexos disposto no Art. 1º desta Lei.

§ 1º. Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo que contém As Planilhas de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º. O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no §2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º § 1º da LRF).

**CAPÍTULO III**  
**DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 3º. O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Autarquia e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 4º. A Lei de Orçamento evidenciará a Receita por rubrica em cada unidade gestora, e a Despesa de cada Unidade Gestora por função, sub-função, programa projeto ou atividade e, quanto a sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação, na forma dos Adendos da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85, e:

I – Planilha da Despesa por Programas de conformidade com os adendos do PPA;

II – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III – Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada, no mínimo por Categoria Econômica, dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e seguinte;

IV – Demonstrativo do orçamento fiscal e da seguridade social.

§ 1º. O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º. Os fundos municipais da Saúde, da Assistência Social e da Infância e Adolescência integrarão o orçamento geral do Município, e terão orçamento próprio, os demais integrarão o da Prefeitura Municipal e se constituirão em unidades orçamentárias.

Art. 5º. A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária conterá:

I – Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2015, 2016 e 2017, previsão para 2018, 2019, 2020 e 2021;

II – Quadro demonstrativo da evolução da Despesa, a nível de categoria econômica dos dois últimos exercícios financeiros;

III – Quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31.12.2017 desembolso do principal e acessórios nos exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021;

IV – Quadro demonstrativo da dívida flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V – Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior a remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI – Quadro demonstrativo da Receita Corrente Líquida do exercício 2018, até o último dia do bimestre anterior a remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal.

VII – Quadro demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;

VIII – Quadro demonstrativo dos recursos destinados à saúde;

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 6º. O orçamento para o exercício de 2019 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, O Poder Executivo, os fundos e autarquia (Art. 1º, § 1º, e art. 4º, I, "a", todos da LRF).

Art. 7º. Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2019 deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

§ 1º. As transferências constitucionais, base de cálculo para contribuição ao FUNDEB, constarão do Orçamento da Receita pelos seus valores brutos.

§ 2º. Em atendimento ao disposto no § 3º do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o menor valor do FUNDEB, entre o recebido e pago, será excluído na apuração da Receita Corrente Líquida.

Art. 8º. Se a receita estimada para 2019, comprovadamente não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá re estimá-la ou solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 9º. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal e para recondução do montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante

necessário, para as seguintes despesas abaixo (art. 9º e art. 31, § 1º, II, da LRF):

I – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação de despesas com horas extras;

III – redução de até 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – redução dos investimentos programados;

V – outras que se entendam necessárias e urgentes.

Art. 10. A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederão no exercício de 2019, a 10 % da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2018.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária conterá despesas de investimento e despesas correntes, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.

Art. 11. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, as despesas com:

I – despesas decorrentes de decisões judiciais;

II – indenização por rescisões contratuais e passivos trabalhistas, ou de outra natureza, inclusive indenização por responsabilidade civil;

III – aumento de despesa provocados por Fato da Administração, como por exemplo aumento de tributos;

IV – despesas em caso de emergência ou calamidade pública;

V – redução de receitas em face de crises econômicas;

VI – desapropriação;

VII – com manutenção da estrutura administrativa orçada a menor ou não orçada.

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 12. O orçamento para o exercício de 2019 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, e poderá destinar a qualquer das unidades gestoras, limitados a 10% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (art. 5º, III, d, da LRF).

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas, ou orçadas a menor.

Art. 13. Os investimentos e despesas correntes, com duração superior a 12 (doze) meses, só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º, da LRF).

Art. 14. O Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras (art. 8º da LRF).

Art. 15. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado (art. 8º, parágrafo único, da LRF).

§ 1º. Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 16. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o associativismo municipal (art. 4º, I, f, da LRF).

Art. 17. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no inciso I do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, devidamente atualizada.

Art. 18. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 19. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 20. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 21. A Lei Orçamentária para 2019 poderá autorizar o Chefe do Poder Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto ou atividade, o saldo das dotações dos elementos ou sub-elemento de despesa que o compõem.

Art. 22. Durante a execução orçamentária de 2019, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23. Obedecido os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2019, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 24. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por Lei específica.

Art. 25. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 26. O Município, a Autarquia e o Legislativo Municipal, mediante Lei, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e dos subsídios dos membros de poder, dos ocupantes de cargos eletivos e secretários, conceder vantagens, implementar política de valorização e capacitação dos servidores públicos municipais, da administração direta e indireta, reestruturando o plano de cargos e salários e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, § 1º, II, da CF/88).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 27. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, incluído o Legislativo, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida (art. 19 da LRF).

Parágrafo único. A repartição dos limites globais do presente artigo não poderá exceder:

I – 06% (seis por cento) para o Legislativo;

II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Art. 28. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art. 29. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e art. 20 da LRF):

I – eliminação das despesas com horas extras.

II – eliminação de funções gratificadas, vantagens concedidas a servidores;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V – demissão na forma prevista no art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A suspensão que tratam os Incisos I e II perdurarão enquanto necessário para readequação aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal", sub-elemento do elemento de despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no art. 20 da LRF.



Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Tangará, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 31. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32. O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto, e atender ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 33. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14, § 3º, da LRF).

Art. 34. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

Art. 35. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo antes do encerramento do atual exercício, projeto de Lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário, especialmente para criação de novas espécies de taxas, de tributos e aumento de alíquotas, bases de cálculo e períodos de apuração.

Art. 36. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo antes do encerramento do atual exercício, projeto de Lei dispondo sobre alterações e revisões da planta de valores imobiliários.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. Se o projeto de Lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 38. Os eventuais saldos negativos apurados serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2018, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e o destinado à obtenção de resultado primário.

Art. 39. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 40. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 41. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42. Poderá o Poder Executivo incluir na Lei da proposta orçamentária para o exercício de 2019, autorização para movimentação do excesso de arrecadação através de ato administrativo, desde que comprovada a existência ou tendência a ocorrer excesso no exercício da abertura do crédito.

Art. 43. Poderá o Poder Executivo incluir na Lei da proposta orçamentária para o exercício de 2019, autorização para, através de atos administrativos, movimentar dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto.

Art. 44. Poderá o Poder Executivo incluir na Lei da proposta orçamentária para o exercício de 2019, autorização para utilização do superávit financeiro para suplementação de dotações orçamentárias através de ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. A Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica do precatório.

Art. 46. Aos alunos do Ensino Superior das Universidades da Região somente receberão auxílio desde que regulamentado em Lei específica, com despesa prevista na Lei de Orçamento.

Art. 47. Poderá o Poder Executivo incluir na Proposta Orçamentária do exercício de 2019, projetos e atividades que constaram da Proposta do Orçamento de 2018 e não foram executadas neste exercício em parte ou na totalidade.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.



CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 09 DE OUTUBRO DE 2018.  
NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 2.415, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.  
SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL**

Publicação Nº 1775094

LEI Nº 2.415, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no artigo 167, inciso II, da Constituição Federal; no artigo 41, inciso I, da Lei nº 4.320/64; e de conformidade com a Lei nº 2.352/17; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no atual orçamento do Município de Tangará no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) com recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto 1012

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0489 Aplicações Diretas ..... R\$ 140.000,00

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 09 DE OUTUBRO DE 2018.  
NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 485, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018. “DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

Publicação Nº 1775007

PORTARIA Nº. 485, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

“DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para aquisição pela Polícia Militar do Município de Tangará/SC de equipamentos táticos, no valor de R\$ 1.722,00 (mil setecentos e vinte e dois reais), da empresa CHRESTANI E NASCIMENTO LTDA (ALVO TÁTICO), CNPJ nº 17.717.862/0001-32, conforme determina o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 09 DE OUTUBRO DE 2018.  
NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**RETIFICAÇÃO PR 091/2018**

Publicação Nº 1775087

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2018  
RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/SC torna às empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO do mesmo. Corrige-se a descrição dos itens 3 e 4 do Pregão Presencial nº 091/2018, objeto AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Ficando assim alterada data de abertura do mesmo, passando a vigorar com a nova redação.

Entrega dos envelopes: 31/10/2018 até às 14:00 horas

Abertura dos envelopes: 31/10/2018 às 14:00 horas

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Tangará, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30, na Avenida Irmãos Piccoli, nº 267, Fone (49) 3532-7450.

Tangará, 16 de Outubro de 2018.

Nadir Baú da Silva

Prefeito Municipal de Tangará

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### PORTARIA 236/2018

Publicação Nº 1774420

PORTARIA Nº. 236/2018.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº. 907/2018 de 03 de Julho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Prefeito Municipal Sr. DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, adiantamento do equivalente a 2,50 (duas e meia) diárias, no valor R\$ 1.000,00 cada, totalizando o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para sua viagem á Florianópolis/SC, no período de 17 a 19 de Outubro de 2018, COM OBJETIVO DE PARTICIPAR EM REUNIÃO AGENDADA COM A CASAN E VIABILIZAR A LIBERAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO GOVERNO DE ESTADO, DEPUTADOS E DEMAIS REPARTIÇÕES, PARA O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezesseis de outubro de dois mil e dezoito.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

### PORTARIA 237/2018

Publicação Nº 1775328

PORTARIA Nº. 237/2018.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. FABIANA MAHL, OCUPANTE DO CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR III E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015 e 014/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. FABIANA MAHL, do cargo Temporário de PROFESSOR III, cadastrada sob a matrícula nº. 634/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 17/10/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, em especial a Portaria Municipal Nº. 233/2018.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de outubro de dois mil e dezoito.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

# Tijucas

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/PMT/2016 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/PMT/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/PMT/2016**

Publicação Nº 1774280

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/PMT/16 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/PMT/16 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/PMT/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, GABINETE DO PREFEITO, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CONTRATADA: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE REPRODUÇÃO XEROGRÁFICA PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC.

VALOR: REPACTUAÇÃO DO CONTRATO DE R\$ 32.354,70 (TRINTA E DOIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E SETENTA CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 10 DE OUTUBRO DE 2018.

### **EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/FME/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 009/FME/2018**

Publicação Nº 1774270

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 012/FME/2018 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/FME/2018

Objeto: Locação de Pannel de LED IN DOOR e OUTDOOR para 10.800 inserções mensais, 02 Vinhetas com Tempo de 11 segundos cada Vinheta, para Fundação Municipal de Esportes, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: FT PETTIRINI LTDA ME, foi vencedora do item: 01, no valor de R\$ 17.499,96 (Dezessete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

### **EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 182/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 122/PMT/2018**

Publicação Nº 1774527

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 182/PMT/2018 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 122/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Materiais de Construção Diversos para Manutenção do Prédio Sede da Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Tijucas, onde se localiza o CITRAN, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA EPP, foi vencedora dos itens: 04, 06, 07, 16, 17, 19, 22, 25, 26 e 28, no valor de R\$ 8.832,01 (Oito mil, oitocentos e trinta e dois reais e um centavo).

Empresa Vencedora do Processo: REIS & FILHOS LTDA, foi vencedora dos itens: 02, 03, 05, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 20, 21, 23, 24, 27, 29, 30 e 31, no valor de R\$ 13.138,75 (Treze mil, cento e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Empresa Vencedora do Processo: TARTARUS DISTRIBUIDORA LTDA, foi vencedora dos itens: 15, 32 e 33, no valor de R\$ 5.288,50 (Cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais, cinquenta centavos).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

**LEI Nº 2728-2018**

Publicação Nº 1774544

LEI Nº 2728, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018  
Autoriza Abertura de Crédito Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Legislativo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no orçamento do exercício 2018, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com recursos próprios do Município, para atender despesa com manutenção da Câmara de Vereadores de Tijucas.

Anulam-se as dotações orçamentárias:

01 - Câmara Municipal de Vereadores  
01 - Câmara Municipal de Vereadores  
1311.1.027 - Construção do prédio da Câmara Municipal de Vereadores  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00  
Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Próprios

Art. 2º Por conta da anulação referida no artigo anterior fica suplementada a dotação que segue:

01 - Câmara Municipal de Vereadores  
01 - Câmara Municipal de Vereadores  
1311.2.001 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00  
Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Próprios

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 16 de Outubro de 2018.  
Elói Mariano Rocha  
Prefeito do Município

**LEI Nº 2729-2018**

Publicação Nº 1774546

LEI Nº 2729, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Institui a Semana Municipal do ciclismo no Município de Tijucas e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída através da presente Lei no Município de Tijucas a Semana Municipal do Ciclismo, a ser realizada anualmente, preferencialmente na semana do dia 19 de agosto, data comemorativa do Dia Nacional do Ciclismo.

Art. 2º São objetivos da Semana Municipal do Ciclismo:

- I – incentivar o uso responsável de bicicleta, tanto na forma de exercício físico, quanto como meio de transporte;
- II – promover a conscientização da importância do ciclismo e da prática de esporte meio instrumento de qualidade de vida;
- III- buscar soluções para a viabilização de vias exclusivas para os ciclistas, trazendo assim melhorias para o trânsito;
- IV – desenvolver o mútuo respeito entre ciclistas, motoristas e pedestres;
- V- promover eventos voltados ao ciclismo de forma a movimentar a economia local, rede hoteleira, gastronômica de serviços e comércio;

Art. 3º A Fundação Municipal de Esportes (FME) terá a responsabilidade da divulgação da Semana Municipal de Ciclismo e a promoção de eventos em parceria com a sociedade civil organizada.

Parágrafo Único. Dentre os eventos a serem desenvolvidos, fica criado o "Desafio Tijucas de Mountain Bike, que poderá ser realizado anualmente na Semana Municipal de Ciclismo, sob a organização e coordenação da Fundação Municipal de Esportes, cuja regulamentação será por Decreto, definindo:

I - Meios de divulgação;

II – Definição das modalidades/categorias e os percursos;

III – Obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção individual;

IV - Disponibilização de recursos de primeiros socorros e unidade móvel de pronto atendimento;

Art. 4º Para o cumprimento desta lei, fica autorizado ao Poder Executivo a realização de pareceres e convênios com entidades governamentais e não governamentais.

Art. 5º AS despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lei nº 2561, de 10 de dezembro de 2014.

Tijucas (SC), 16 de Outubro de 2018.

Elói Mariano Rocha

Prefeito do Município

## LEI Nº 2730-2018

Publicação Nº 1774549

LEI Nº 2730, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza o Município de Tijucas a celebrar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, com a finalidade de prestar apoio financeiro às operações de policiamento ostensivo e dá outras providências.

.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizada a celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC, tendo como objetivo o policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e exercitando, conjunto ou individualmente, com o Município, o poder de polícia quanto à fiscalização e execução de demolições de construções clandestinas em áreas de risco de segurança pública no Município de Tijucas.

Art. 2º Os recursos financeiros abrangidos por esta Lei deverão ser aplicados exclusivamente em despesas correntes para manutenção (combustível, lubrificantes, peças e serviços de mão-de-obra), das viaturas utilizadas nas ações de policiamento ostensivo motorizado, através de rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município de Tijucas, e para cobrir as despesas de expediente, limpeza, fardamento, construção/manutenção do aquartelamento, alugueis, compra de viaturas, equipamentos, armamentos, bens móveis, alimentos, cursos e treinamentos, bolsa-auxílio para estagiários, necessários para a atividade Policial Militar.

§ 1º Fica o Município de Tijucas autorizado a transferir por meio de Termo de Cessão de Uso bens móveis adquiridos para atender os objetivos deste convênio.

§ 2º Quando da compra de equipamentos e/ou armamentos por força de normas seja exclusivo da Polícia Militar, o Município de Tijucas fará a transferência do respectivo valor a Central de Compras da Polícia Militar de Santa Catarina, mediante futura prestação de contas na forma da lei.

Art. 3º O repasse mensal de que trata a presente Lei é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais.

Parágrafo único. O valor do repasse poderá ser reajustado anualmente por ato do Poder Executivo, tomando por base a variação do INPC/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do convênio, e assim sucessivamente, para os exercícios seguintes.

Art. 4º O Município de Tijucas depositará a importância prevista no artigo anterior, na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil, do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha e, poderá receber valores depositados a título de doação por pessoas físicas ou jurídicas que queiram contribuir com o serviço de rádio patrulhamento, objeto deste Convênio, colocando a conta vinculada ao convênio à disposição dos possíveis doadores.

Art. 5º Caberá à Polícia Militar de Santa Catarina:

I - Dispor de Organização Policial Militar no Município;

II - Destacar policiais militares necessários para o planejamento, execução e fiscalização do policiamento ostensivo através de radiopatrulha;

III - Fornecer as viaturas necessárias para tal serviço, devendo estas ser cadastradas no setor competente do Município e na Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar, cuja quantidade será definida de acordo com as necessidades e disponibilidades;

IV - Equipar as viaturas com estações transceptoras móveis, para comunicação entre casas e uma central de atendimentos;

V - Manter uma central de atendimentos equipada com uma estação transceptora fixa ou equipamento alternativo, no porte suficiente para atendimento à demanda do serviço;

VI - Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

Art. 6º O presente convênio terá a vigência de até 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, podendo ser rescindido a qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 7º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento vigente e consignados nos vintouros, assegurados por suplementações, se necessário.

Art. 8º Sendo o particular abordado pela polícia militar ou fiscal de obras do Município, em quaisquer das situações do inciso I, do artigo 39, da Lei Municipal nº 757, de 06 de julho de 1990, a demolição da construção irregular se dará imediatamente à averiguação da falta de licenciamento.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário, em especial a lei nº 1761, de 18 de março de 2003 e a lei nº 2491, de 30 de Agosto de 2013.

Tijucas (SC), 16 de Outubro de 2018.

Elói Mariano Rocha

Prefeito do Município



# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 185/2018 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR FMS

Publicação Nº 1774291

DECRETO Nº. 185, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2018 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.875/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 1.000,00(um mil reais), na dotação abaixo especificada:

08.01 – SECRETARIA DE SAÚDE /FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.015 – Serviço de Vigilância Sanitária

20 – 3.3.90.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

Art. 2º - Os créditos de que tratam o artigo anterior são decorrentes da anulação da dotação orçamentária que especifico:

08.01 – SECRETARIA DE SAÚDE /FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.015 – Atendimento da Saúde Básica

21 – 4.4.90.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 09 de outubro de 2018.

Robeto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 186/2018 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1774385

DECRETO Nº 186, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.924/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 43.677,13 (quarenta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e treze centavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

1.007 – Pavimentação de Ruas, Passeios, Praças e Parques

25-4.4.90.00.00.00.00.0080 ; Aplicações Diretas ..... R\$ 43.677,13

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.003 – Gestão da Administração Geral

10-3.3.90.00.00.00.00.0080 ; Aplicações Diretas ..... R\$ 43.677,13

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 16 de outubro de 2018.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº 1.924/2018 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1774384

LEI Nº 1.924, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, art. 52, inciso IV, apresenta à Câmara de Vereadores para análise e deliberação, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 43.677,13 (quarenta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e treze centavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

07.01 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

1.007 – Pavimentação de Ruas, Passeios, Praças e Parques

25-4.4.90.00.00.00.00.00.0080 ; Aplicações Diretas ..... R\$ 43.677,13

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.003 – Gestão da Administração Geral

10-3.3.90.00.00.00.00.00.0080 ; Aplicações Diretas ..... R\$ 43.677,13

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 16 de outubro de 2018.

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA CMAS 02/2018 DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES ESPECIALIZADAS EM ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, TRATAMENTO, REINSERÇÃO SOCIAL E OCUPACIONAL OPU REDUÇÃO DE DANOS SOCIAIS E A SAÚDE DE USUÁRIOS DE ÁLCOOL, DROGAS OU COM DISTÚRBIOS MENTAIS NA MODALIDADE DE ABRIGAMENTO TEMPORÁRIO**

Publicação Nº 1774392

PORTARIA CMAS Nº. 02, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre o credenciamento de entidades especializadas em atividades de prevenção, tratamento, reinserção social e ocupacional ou redução de danos sociais e a saúde de usuários de álcool, drogas ou com distúrbios mentais na modalidade de abrigo temporário, nos termos da Lei Municipal nº 1.843/2017 e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei Municipal nº 1.843 de 13 de junho de 2017 e:

Considerando Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS nº 005/2018;

Considerando o requerimento da Entidade;

RESOLVE:

Art. 1º - Efetivar o Credenciamento de Jaqueline Vilasboas Ranci – Casa de Apoio Bem Estar, localizada Rua Chile nº 1569, Rebouças, Curitiba - PR, CNPJ nº 28.907.304/0001-56, fundada em 20/09/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 15 de outubro de 2018.

Adriana Nagildo Arcaro  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS  
Timbé do Sul-SC

**Timbó****PREFEITURA****ATA CONVOCAÇÃO ABERTURA DE PROPOSTAS - CONCORRÊNCIA N.º 66 2018 PMT**

Publicação Nº 1775080

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DE CONVOCAÇÃO - ABERTURA DE PROPOSTAS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 66/2018 - PMT

Às nove horas do décimo sexto dia, do mês de outubro de dois mil e dezoito (16/10/2018), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 540, de 02 de janeiro de 2018, alterada pela Portaria n.º 891, de 10 de agosto de 2018, com o objetivo de dar continuidade ao procedimento licitatório tendo em vista a decisão da autoridade competente acerca do recurso interposto e consequente habilitação da empresa FREEDOM Engenharia e Construção Ltda.

A Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento dos interessados, que a sessão pública de abertura das Propostas de Preço das empresas habilitadas realizar-se-á no dia 18 de Outubro de 2018, às 14h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó/SC.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intímem-se.

EDÉSIO MARCOS SLOMP Presidente	DAVI BERRI Membro	LOURDES MOSER Membro
-----------------------------------	----------------------	-------------------------

**AVISO NOVA DATA AVALIAÇÃO HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 43 2018 PMT**

Publicação Nº 1775084

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE NOVA SESSÃO PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 43/2018 PMT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DE PAREDE "TIPO JANELA" E SISTEMA "SPLIT", E CORTINA DE AR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

O Município de Timbó leva ao conhecimento dos interessados que considerando a Decisão da Autoridade Competente de Aplicação de Penalidade pelo Descumprimento de Obrigações Inadimplidas publicada na edição n.º 2645 do Diário Oficial dos Municípios/SC, página 1049-1051, ficam convidados os demais proponentes participantes do referido processo licitatório, para avaliação dos documentos de habilitação da licitante REFRIGERAÇÃO LENZI LTDA, dando-se continuidade aos procedimentos, na data de 18/10/2018, às 10h30min, na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó/SC.

Timbó, 16 de outubro de 2018

JEAN M. R. VARGAS

Pregoeiro Oficial

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 96 2018 PMT - LARVICIDA BIOLÓGICO**

Publicação Nº 1775088

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 96/2018 PMT

OBJETO: aquisição de larvicida biológico BTI (bacillus thuringiensis variedade israelensis), utilizado no controle de mosquito borrachudo.  
ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 10h30min do dia 30 de outubro de 2018.  
ABERTURA: dia 30 de outubro de 2018 às 10h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br) ou através do e-mail [licitacoes@timbo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@timbo.sc.gov.br), e telefone (47) 3382-3655.

Timbó (SC), 16/10/2018  
DARCÍZIO BONA  
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 79 2018 PMT**

Publicação N° 1775095

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º. 79/2018 - PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal das licitantes LIMPEXCEL PROD. LIMPEZA LTDA ME, CNPJ nº 07.483.630/0001-03; J.P. LIMA COM. PROD. LIMPEZA LTDA - EPP, CNPJ nº 05.785.417/0001-20; VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 11.414.789/0001-43; CHEIROS DO VALE LTDA - ME, CNPJ nº 13.983.109/0001-38; ZELI ODETE DA SILVA - ME, CNPJ nº 19.232.159/0001-60; PERFORMACE COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME, CNPJ nº 26.682.219/0001-01; TIAGO DANIEL VEDAN - ME, CNPJ nº 28.248.986/0001-32 e LUCAPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS EIRELI, CNPJ nº 21.986.537/0001-42 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 24/10/2018.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 16 de outubro de 2018.

PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO N° 159.2018 PMT**

Publicação N° 1775099

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 159/2018 PMT  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 91/2018 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente o Senhor Alexandre Hahnebach, CPF nº. 057.264.989-41, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 22/10/2018.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 16 de outubro de 2018

ROSE MERY DALCANALE  
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO N° 160.2018 PMT**

Publicação N° 1775101

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 160/2018 PMT  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 92/2018 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a representante legal da COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL – COPAJAS, CNPJ nº 06.171.996/0001-84, a Sra. Ivanete de Souza Schulz, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 22/10/2018.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 16 de outubro de 2018

ROSE MERY DALCANALE  
Central de Licitações

**DECISÃO RECURSO ADMINISTRATIVO CONCORRÊNCIA N.º 66 2018 PMT - FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**

Publicação Nº 1775104

**DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 66/2018 PMT

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA) DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS RUAS: MARECHAL DEODORO, BELÉM, BOLÍVIA, ARISTILIANO RAMOS E AVENIDA NEREU RAMOS, QUE COMPREENDE OS PROJETOS RELACIONADOS A OPERAÇÃO DE CRÉDITO ENTRE A AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S.A E A PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ - GERON-0222/18, 0224/18, 0225/18, 0226/18 E 0228/18  
RECORRENTE: FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente por FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA contra decisão de inabilitação proferida pela r. Comissão de Licitações deste Município, datada de em 19/09/2018, pela não demonstração do item 7.1.5, alínea c, subitem c1, haja vista que, no seu entender é:

a. Equivocada a decisão de inabilitação pelo não atendimento do item 7.1.5, alínea c, subitem c1, visto que, no seu entender, ao apresentar contrato social atualizado onde consta o engenheiro Luciano Thiesen como sócio e Certificado de registro junto ao conselho regional de Engenharia e Agronomia tal premissa estaria comprovada.

Recebido o recurso o mesmo fora submetido ao contraditório, não tendo aportado aos autos petição de contrarrazões recursais.

Ato contínuo, pela Comissão Permanente de Licitação, foram os autos submetidos a esta Autoridade, o Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviço, para análise e julgamento em última instância administrativa tendo em vista a manutenção da decisão, conforme dispõe os itens nº 17.1 e 17.6 do Instrumento Convocatório e art. 109 §4º da Lei 8.666/93.

Este é o relatório.

**II. Preliminarmente: Da tempestividade:**

Registra-se que o presente Recurso Administrativo apresentado é TEMPESTIVO, tendo sido protocolado em 26/09/2018, 3 (três) dias após a publicação da pertinente ata de inabilitação publicada em 21/09/2018, em atendimento ao prazo legal previsto no artigo 109, I, alínea "a" da Lei 8.666 de 21/06/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

**III. Mérito:**

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, "a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos". Grifo nosso.

O artigo 41 do mesmo diploma legal dispõe ainda que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Grifo nosso.

Em relação ao item 7.1.5, alínea c, subitem c1 - Quanto à qualificação técnica, tem-se

c.1) Cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o Engenheiro Civil e/ou Arquiteto, pertence ao quadro permanente da empresa;  
(..)

Conforme termos do edital, especialmente no que refere-se ao item c.1, é possível a apresentação de "outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o Engenheiro Civil e/ou Arquiteto, pertence ao quadro permanente da empresa".

Partindo desta premissa, razão assiste a Recorrente no que tange a reunir as condições de habilitação, vez que o instrumento convocatório previra a possibilidade de apresentar documento diverso da carteira de trabalho tendo apresentado a Recorrente:

- a. Contrato social atualizado onde consta o engenheiro Luciano Thiesen como sócio; e
- b. Certificado de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia relacionada ao engenheiro Luciano Thiesen.

Portanto, é imperiosa a reforma da decisão da inabilitação da empresa, vez que esta promoveu a tempo e modo o atendimento ao edital quando da tempestiva apresentação dos documentos supra relacionados.

Importante esclarecer que as Leis n. 8.666/93 e 10.520/2002, arquitetaram um sistema em que se busca exigir de interessados em contratar com a Administração Pública ampla prova da regularidade de suas operações, o que foi de fato comprovado pela empresa Recorrente através de amplo rol de documentos.

Portanto, tendo a empresa licitante, ora Recorrente demonstrado em sede recursais razão a sua habilitação, conforme amplamente demonstrado acima, correta é a reforma da decisão proferida pela r. Comissão de Licitações.

## DECISÃO

Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, e considerando os fundamentos acima apresentados, decide-se PELO DEFEREFIMENTO DO PRESENTE RECURSO, face ao evidente CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL de Concorrência, devendo-se ser considerada a empresa HABILITADA.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 15 de outubro de 2018.

DARCÍZIO BONA  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

## DECRETO Nº 4951, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1774929

DECRETO Nº 4951, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Regulamenta e disciplina o Sistema de Bilhetagem Eletrônica no Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, V, XVIII c/c art. 70, alíneas "j", "m" e "n" da Lei Orgânica do Município (promulgada em 05 de abril de 1990), e

Considerando que em 06 de agosto de 2018 fora declarada situação de emergência no sistema de transporte coletivo do Município de Timbó, pelo Decreto nº 4893;

Considerando que a situação emergencial decretada, tem por propósito trazer a municipalidade o real panorama do transporte coletivo, através de números confiáveis de usuários e valores envolvidos no custeio da operação;

Considerando que a bilhetagem eletrônica constitui atualmente o instrumento mais eficaz para mensurar, controlar e planejar o sistema de transporte coletivo,

DECRETA:  
Capítulo I  
DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA

Art. 1º Fica instituído e autorizado o uso de Sistema de Bilhetagem Eletrônica no serviço público de transporte coletivo de passageiros do Município de Timbó.

Parágrafo Único. Entende-se como Bilhetagem Eletrônica a cobrança automática do preço da respectiva passagem, por meio do uso de cartão inteligente sem contato para o controle do acesso do passageiro e a liberação das catracas eletromecânicas dos ônibus, das estações e dos demais pontos de transferência ou transbordo dotados de infra-estrutura para o pré-embarque.

Art. 2º Compete à empresa contratada do serviço público de transporte coletivo de passageiros do Município de Timbó, doravante denominada contratada, definir especificações técnicas, apresentar o projeto executivo para aprovação ao órgão da prefeitura responsável pelo transporte, implantar e gerenciar diretamente o sistema de bilhetagem eletrônica.

§ 1º O gerenciamento compreende o fornecimento, a comercialização, o cadastramento de usuários, inclusive dos beneficiários de descontos e gratuidades, conforme previsto na legislação em vigor, a emissão de cartões, o processamento de dados, a emissão de relatórios, bem como todos os atos e demais procedimentos técnicos necessários à viabilização dessas tarefas, inclusive:

I - atualizar e manter os parâmetros de configuração do Sistema de Bilhetagem Eletrônica;

II - efetuar o carregamento dos créditos nos cartões eletrônicos;

III - proceder a distribuição dos cartões eletrônicos;

IV - implantar plano de divulgação a todos os usuários do transporte coletivo, sobre as alterações que serão implementadas no sistema de transporte, no que se refere ao cartão eletrônico;

V - Disponibilizar ao departamento de trânsito de Timbó – DEMUTRAN, acesso permanente ao relatório das informações processadas através do sistema de bilhetagem eletrônica.



§ 2º A contratada poderá firmar contratos com estabelecimentos comerciais e similares, visando a implantar uma rede de pontos de vendas de créditos em cartões eletrônicos, de modo a facilitar a acessibilidade dos usuários ao serviço público de transporte coletivo de passageiros do Município.

Art. 3º O Sistema de Bilhetagem Eletrônica adotado pelo Município de Timbó é composto pelos seguintes tipos de dispositivos: validador, carregador de cartão, cartão inteligente do tipo sem contato, catraca eletromecânica, "software", "hardware" e sistema de comunicação de dados.

§ 1º Validador é o dispositivo (eletrônico e mecânico) que serve de interface com os usuários, clientes e operadores do sistema de bilhetagem eletrônica, que:

I - instalado em veículo (embarcado em ônibus) da frota vinculada ao serviço público de transporte coletivo de passageiros faz o carregamento de vale transporte em cartão inteligente, através da recarga embarcada, promove a venda embarcada e recebe informações dos demais periféricos embarcados, tais como GPS, odômetro, etc;

II - instalado em veículo (ônibus) da frota vinculada ao serviço de transporte coletivo urbano, nas estações e nos pontos com pré-embarque faz a leitura e o débito de crédito nos cartões eletrônicos, valida os cartões segundo a categoria e o tipo e registra eventos operacionais;

III - libera a catraca eletromecânica para o acesso da pessoa ao serviço público de transporte coletivo de passageiros.

§ 2º Carregador de cartão é o dispositivo eletrônico que nos pontos de vendas oficiais faz a personalização e o carregamento dos créditos das passagens nos cartões eletrônicos.

§ 3º O cartão inteligente, também denominado de cartão eletrônico é do tipo sem contato "SMART CARD - CONTACTLESS", fabricados em PVC, no formato ISO, armazenam as informações em "chip" microprocessador, funciona por aproximação e é recarregável.

Art. 4º O cartão inteligente conterá créditos cujo valor monetário equivale ao preço da passagem correspondente à modalidade do cartão.

## Capítulo II DOS CARTÕES UTILIZADOS NO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA

Art. 5º O Sistema de Bilhetagem Eletrônica admite o uso das seguintes categorias de cartões:

§ 1º A categoria Pagante compõe-se das seguintes modalidades:

I - Cartão Comum;

II - Cartão Escolar.

§ 2º A categoria Gratuito compõe-se das seguintes modalidades:

I - Cartão PNE – Portador de Necessidades Especiais;

II - Cartão Sênior.

Art. 6º Os cartões emitidos conterão ao menos a marca da empresa contratada e o número do cartão.

Art. 7º Os cartões poderão ser diferenciados por modalidade, de modo a facilitar a fiscalização e o controle do uso dos mesmos.

Art. 8º Para todas as modalidades de cartões previstas no presente Decreto, o cadastramento dos usuários, funcionará de segunda a sexta-feira em horário comercial.

Art. 9º As pessoas usuárias do cartão na modalidade Escolar; Cartão Especial, Cartão Especial Acompanhante e Cartão Sênior firmarão Termo de Comodato, na forma dos artigos 579 a 585 do Código Civil, de conformidade com os termos previstos no Anexo I deste Decreto, ficando o usuário responsável pela guarda e conservação do cartão.

Art. 10. O cartão, independente da modalidade:

I - é recarregável e o prazo de validade será fixado de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela contratada, autorizado pelo DEMUTRAN;

II - será recarregado na medida de sua utilização;

III - comportará registro para acesso aos créditos que serão utilizados pela pessoa usuária, ou para o uso de gratuidade, conforme o caso.

Art. 11. Poderão ser acumuladas num mesmo cartão no mínimo duas modalidades de uso da categoria Pagante, desde que haja interesse do usuário e sejam preenchidos os requisitos previstos neste Decreto para cada modalidade.

Art. 12. No cadastramento ou renovação do cadastro, para as modalidades de Cartão Escolar, PNE e Sênior, a pessoa usuária será fotografada



por meio eletrônico para fins de registro no sistema e personalização do respectivo Cartão.

Art. 13. Para as modalidades de Cartão Escolar, PNE e Sênior, é obrigatório que a pessoa usuária do respectivo cartão apresente o mesmo ao agente operador da contratada encarregado de liberar a catraca antes de submetê-lo ao dispositivo validador, quando do acesso ao serviço público de transporte coletivo de passageiros, sendo possível, quando houver dúvida, que o agente operador ou a fiscalização do Poder Concedente, exijam a apresentação do documento de identidade da pessoa portadora do respectivo cartão.

#### SEÇÃO I DO CARTÃO COMUM

Art. 14. O Cartão comum é codificado, numerado e personalizado e destina-se ao uso geral, sendo fornecido, comercializado e recarregado diretamente pela contratada ou nos postos de vendas credenciados.

§ 1º No Cartão Comum a quantidade de créditos em passagens limitar-se-á em 180 (cento e oitenta).

§ 2º O cadastramento da pessoa usuária do Cartão Comum somente poderá ser realizado perante local devidamente credenciado e indicado pela empresa concessionária/contratada.

§ 3º Para adquirir o Cartão Comum a pessoa usuária deverá apresentar os seguintes documentos:

I - documento de identidade;

II - Cadastro da Pessoa Física - CPF;

Art. 15. A contratada somente poderá fornecer o Cartão Comum se a primeira aquisição for no mínimo de 6 (seis) créditos correspondentes ao valor da tarifa vigente.

Art. 16. No caso de usuário da modalidade Cartão Comum para Trabalhador, o cadastramento poderá ser feito pela empresa provedora do vale transporte.

#### SEÇÃO II DO CARTÃO ESCOLAR

Art. 17. O Cartão Escolar será codificado, numerado e personalizado e destina-se ao uso exclusivo em dias letivos pelos estudantes beneficiados com o direito ao pagamento de meia-passagem, na forma da Lei Municipal, devidamente cadastrados e identificados pela mesma, sendo fornecido, comercializado e recarregado diretamente pela contratada.

§ 1º O número de créditos de meias-passagens será estipulado em função da necessidade de uso, com base na carga horária do estudante e limita-se a 50 (cinquenta) créditos mensais e 2 (dois) créditos diários, salvo casos excepcionais devidamente comprovados.

§ 2º Nos casos de atividades educacionais no contra turno escolar e/ou ensino profissionalizante o número de créditos mensais e diários poderão ser superiores ao estabelecido no §1, desde que comprovados pela instituição de ensino;

§ 3º O cadastramento do estudante beneficiado com o uso do Cartão Escolar será realizado diretamente pelo setor de cadastros da contratada, o qual fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

I - Registro de Regularidade de Matrícula e Frequência firmada pela instituição de ensino, identificando o estudante e atestando que o mesmo está devidamente matriculado;

II - cópia do documento de identidade ou da certidão de nascimento;

III - cópia do comprovante de residência no município de Timbó atualizado;

IV - cópia do CPF do estudante ou do responsável, se o mesmo for menor de idade;

V - termo de compromisso, em duas vias, devidamente assinado pelo estudante ou pelo responsável, se o mesmo for menor de idade.

§ 4º Para o cadastramento ou renovação do cadastro o estudante deverá obedecer aos seguintes prazos:

I - anualmente, para os estudantes matriculados nas modalidades de ensino fundamental, médio, pós-médio e técnico;

§ 5º O cadastro ou a renovação do mesmo, para aquisição do Cartão Escolar será realizado preferencialmente nos meses de fevereiro e março do ano letivo em curso;

Art. 18. Para aquisição ou recarga do Cartão Escolar com créditos correspondentes ao valor da meia-passagem, o estudante deverá:

I - estar devidamente cadastrado e identificado pela contratada;

II - apresentar à contratada, no ato da aquisição ou recarga do Cartão Escolar, o respectivo Registro de Regularidade de Matrícula e

Frequência com o carimbo e a assinatura da direção da instituição de ensino em que estiver matriculado referente ao mês de aquisição;

III - ter firmado Termo de Compromisso de conformidade com o que estabelece o presente Decreto.

Art. 19. A contratada somente poderá fornecer o Cartão Escolar se a primeira aquisição for no mínimo de 25 (vinte e cinco) créditos correspondentes ao valor da meia-passagem, que corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa vigente.

Art. 20. A validade do Cartão Escolar é dada em função da atualização do respectivo cadastro e do período letivo da instituição de ensino em que estiver matriculado, ficando assegurado ao estudante titular do cartão, o direito de reaproveitar os créditos restantes que não tenham sido usados até a data de validade do mesmo.

Art. 21. A não aquisição dos créditos referentes ao mês da comprovação do registro de regularidade de matrícula e frequência ou a não apresentação da respectiva comprovação, implica na perda do direito de aquisição dos créditos daquele mês.

### SEÇÃO III

#### DO CARTÃO PNE - Portador de Necessidades Especiais

Art. 22. O Cartão PNE será codificado, numerado e personalizado e destina-se ao uso exclusivo pelas pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE) residentes no Município de Timbó, devidamente cadastradas no Sistema de Bilhetagem Eletrônica, sendo fornecido diretamente pela contratada.

§ 1º Para efeito de cadastro no Sistema de Bilhetagem Eletrônica e uso do Cartão PNE, a pessoa portadora de necessidades especiais deverá ser enquadrada no que estabelece a Lei nº 2.314 de 02 de outubro de 2006 regulamentada pelo Decreto nº 702 de 09 de fevereiro de 2007, atendidos os termos da legislação em vigor.

§ 2º O cadastramento da pessoa usuária do Cartão PNE será realizado diretamente pelo setor de cadastros da contratada, o qual fica condicionado à apresentação da Carteira de identificação do Passageiro Especial, emitida pelo DEMUTRAN nos termos do Decreto nº 702 de 09 de fevereiro de 2007.

§ 3º Para os casos em que a pessoa usuária do Cartão PNE necessitar de pessoa acompanhante, a identificação da mesma deverá fazer parte do respectivo cadastro, bem como estar devidamente autorizada, sendo liberado acesso ao acompanhante no próprio Cartão PNE do Portador de deficiência.

§ 4º A renovação anual do cadastro da pessoa usuária do Cartão Especial é obrigatória, devendo ser realizada pela pessoa titular do respectivo cartão, ou seu representante legal, no mês de aniversário da mesma.

### SEÇÃO IV

#### DO CARTÃO SÊNIOR

Art. 23. Cartão Sênior será codificado, numerado e personalizado e destina-se ao uso das pessoas residentes no município de Timbó e compreendidas pela Lei nº 2441/2009 e não residente do município de Timbó compreendidas pela Lei Federal nº 10.741/2003, devidamente cadastrados no Sistema de Bilhetagem Eletrônica, sendo fornecido diretamente pela contratada.

§ 1º O cadastramento da pessoa usuária do Cartão Sênior será realizado diretamente pelo setor de cadastros da contratada, o qual fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

I - documento de identidade;

II - CPF;

III - comprovante de residência no Município de Timbó.

§ 2º A renovação anual do cadastro da pessoa usuária do Cartão Sênior é obrigatória, devendo ser realizada pela pessoa titular do respectivo cartão no mês de aniversário da mesma.

Art. 24. As pessoas, com idade entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, poderão acessar o sistema de transporte público de passageiros, somente portando o cartão de transporte e devidamente cadastradas na empresa contratada, na forma como estabelece o art. 39 da lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Parágrafo Único. Por conveniência e solicitação da pessoa com idade acima de 65 (sessenta e cinco) anos, a contratada poderá fornecer o Cartão Sênior na forma como estabelece o art. 23 deste Decreto.

### Capítulo III

#### DO USO INDEVIDO

Art. 25. Os cartões nas modalidades Escolar; Especial, Especial Acompanhante e Sênior; são de uso pessoal e intransferível do titular cadastrado e identificado pela contratada.

Art. 26. A violação a qualquer um dos dispositivos estabelecidos neste Decreto, inclusive a apresentação de dados e declarações falsas, implicará nas seguintes sanções:

I - suspensão imediata da validade do cartão e do benefício correspondente pelo prazo de um mês;

II - em caso de reincidência, suspensão da validade do cartão e do benefício correspondente pelo prazo de dois meses, acrescentando-se um novo mês de suspensão para cada infração; e

III - sujeição do infrator a novo cadastramento.

Art. 27. Quando a infração ocorrer com a utilização do Cartão Escolar, ficará a Concessionária/Contratada do sistema de transporte coletivo autorizada a aplicar, além das sanções administrativas estabelecidas neste Decreto, as sanções estabelecidas no Termo de Comodato assinado pela pessoa beneficiada com a meia-passagem ou seu responsável.

Art. 28. O uso indevido, violações e demais ocorrências serão registradas na forma do Anexo III e lavradas em Livro próprio destinado ao uso da fiscalização da contratada.

§ 1º constatado o uso indevido ou a violação, a fiscalização reterá o respectivo o cartão será bloqueado pela empresa contratada.

§ 2º o titular do respectivo cartão terá garantido o direito de defesa, na forma do anexo IV do presente decreto, devendo dirigir-se ao DEMUTRAN, a quem compete analisá-lo e julgá-lo.

§ 3º O prazo de defesa é de 5 (cinco) dias contados do registro da violação pela fiscalização.

Art. 29. A aplicação das sanções administrativas não exime a pessoa infratora e toda e qualquer pessoa que colabore direta ou indiretamente para a prática da infração, seja por ação ou omissão, da apuração da responsabilidade civil ou criminal pelo ato praticado.

Art. 30. Independente da modalidade, é vedado comercializar e/ou transacionar com os créditos disponíveis nos cartões fora do Sistema de Bilhetagem Eletrônica do Município de Timbó.

§ 1º A comercialização e/ou transação com créditos disponíveis nos cartões fora do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, implicará na apreensão dos respectivos cartões pela fiscalização.

§ 2º O infrator, de conformidade com o caput deste artigo, não terá direito a qualquer tipo de ressarcimento ou indenização pela apreensão dos cartões, sendo que os créditos correspondentes às passagens registradas nos mesmos serão sumariamente excluídos.

#### Capítulo IV

#### DA IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA

Art. 31. A implantação, a operação, a comercialização e a manutenção do Sistema de Bilhetagem Eletrônica são de exclusiva responsabilidade da contratada.

Parágrafo único. Os custos e despesas decorrentes da operação, comercialização e manutenção do sistema de bilhetagem eletrônica são de responsabilidade da concessionária, os quais serão considerados no cálculo da tarifa e comporão o custo do passageiro transportado.

Art. 32. A contratada deverá prover os recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos necessários para a operacionalização e gestão do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, bem como dotar a frota vinculada aos serviços concedidos dos equipamentos e demais dispositivos embarcados necessários para a operacionalização do referido sistema, assim como dos equipamentos e dispositivos fixos instalados na sede e na garagem da contratada, nos pontos de venda e atendimento a pessoa usuária e nas estações e demais pontos com pré-embarque.

§ 1º Os dispositivos embarcados nos veículos da frota vinculada aos serviços concedidos consistem em:

I - dispositivo transmissor e receptor de dados por ondas eletromagnéticas;

II - dispositivo validador compatível com a tecnologia adotada para o Sistema de Bilhetagem Eletrônica;

III - catraca eletromecânica dotada de sensor e compatível com o dispositivo validador adotado.

§ 2º Os dispositivos fixos instalados nas estações e demais pontos com pré-embarque consistem em:

I - dispositivo transmissor e receptor de dados por meio de cabo e/ou ondas eletromagnéticas;

II - dispositivo validador compatível com a tecnologia adotada para o Sistema de Bilhetagem Eletrônica;

III - catraca eletromecânica dotada de sensor e compatível com o dispositivo validador adotado.

§ 3º Os equipamentos fixos instalados na sede da contratada, bem como na garagem e demais pontos de venda e atendimento a pessoa usuária consistem em:

I - dispositivo transmissor e receptor de dados por meio de cabo e/ou por ondas eletromagnéticas;

II - software: sistema central; composto por módulos integrados entre si com as finalidades de gerenciamento de configurações, processamento de dados, geração de relatórios e demais funções relacionadas com o controle operacional, personalização de cartões, comunicação de dados, segurança, comercialização e atendimento a pessoa usuária do sistema, os quais deverão estar devidamente instalados e distribuídos em hardware adequado e dotado de equipamento impressor;

III - software: sistema de garagem; composto por módulos integrados entre si e com o Sistema Central, com as finalidades de possibilitar a troca de informações entre os equipamentos embarcados e o Sistema Central, processamento de dados, geração de relatórios e demais funções relacionadas com a administração da recebedoria e comunicação de dados, os quais deverão estar devidamente instalados e distribuídos em hardware adequado e dotado de equipamento impressor;

IV - hardware: microcomputadores e demais periféricos necessários para o funcionamento e operacionalização do Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

§ 4º O equipamento disponibilizado para a pessoa usuária do sistema de bilhetagem eletrônica consiste em cartão eletrônico, também denominado de cartão inteligente sem contato compatível com a modalidade de uso.

Art. 33. Os motoristas, somente poderão vender ou cobrar a passagem a bordo dos ônibus em que estiverem trabalhando.

Parágrafo Único. A venda pelo motorista, somente poderá ser realizada com o veículo parado.

## Capítulo V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. Todas as pessoas usuárias do serviço público de transporte coletivo de passageiros do Município de Timbó, cadastradas no Sistema de Bilhetagem Eletrônica, receberão o respectivo cartão gratuitamente, ressalvada as hipóteses elencadas nesse capítulo e a exigência da aquisição de quantidade mínima de créditos.

Art. 35. Na eventual necessidade de reposição do cartão, um novo cartão será fornecido mediante pagamento do valor correspondente a 5 (cinco) vezes o valor da tarifa vigente na data de emissão.

Art. 36. Em virtude de perda, furto, roubo ou extravio do respectivo cartão, a pessoa usuária deverá comunicar o fato imediatamente à contratada, no horário comercial, para que seja feito o bloqueio de uso do referido cartão, sendo que o bloqueio ocorrerá somente a partir das zero hora do dia seguinte da comunicação.

Parágrafo Único. No dia seguinte da comunicação, a contratada fará a busca e o rastreamento dos dados correspondentes, disponibilizando a quantidade de créditos ainda não utilizada, quando for o caso, para carga em uma nova via do cartão.

Art. 37. Em caso de reajuste tarifário no preço do serviço público de transporte coletivo de passageiros do Município de Timbó, os créditos/valores adquiridos e em poder da pessoa usuária, restante no respectivo cartão, para todas as modalidades da categoria pagante, não serão reajustados.

Art. 38. Ao comprar créditos para as modalidades de cartão: Comum - Vale Transporte ou Escolar, a pessoa usuária terá garantia de pagar o preço da passagem pelo valor de aquisição até 30 (trinta) dias após ter sido decretado o aumento do preço da tarifa.

Parágrafo Único. Transcorrido o prazo estabelecido no caput, o cartão será debitado no valor do crédito referente ao preço da passagem vigente.

Art. 39. O cartão eletrônico carregado com créditos pelo empregador, somente será transferido para outro, mediante solicitação do empregador junto a Concessionária.

Art. 40. Não ocorrendo a recarga embarcada no prazo de 30 (trinta) dias, os créditos estarão disponíveis na conta corrente perante a concessionária, de quem efetuou a recarga.

Art. 41. Para o caso da devolução definitiva do cartão eletrônico, excetuando a modalidade que integra a categoria gratuito, a pessoa usuária será reembolsada pela contratada do saldo de créditos restantes no cartão em até 5 dias úteis, exceto se decorrente de vale transporte onde o saldo deverá ser negociado com empresa adquirente da passagem.

Parágrafo único. Se no prazo de seis meses após a devolução definitiva do cartão, a pessoa usuária desejar reativar o mesmo, deverá renovar o cadastro e pagar o valor equivalente a 5 (cinco) vezes o valor da tarifa vigente.

Art. 42. Será considerado inativo, podendo a contratada excluir do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, o cartão do usuário, independente da modalidade, que estiver sem uso há mais de 6 meses.

Parágrafo Único. Se após a exclusão a pessoa usuária desejar reativar o cartão, deverá renovar o cadastro e pagar o valor equivalente a 5 (cinco) vezes o valor da tarifa vigente.

Art. 43. A contratada terá o prazo de até 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto, para iniciar a operação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

Art. 44. A contratada fica obrigada a converter como crédito individual da pessoa adquirente, todo o passe comercial, vale-transporte ou escolar, emitido pela empresa contratada, quando apresentado pelo interessado, até a data estipulada no art. 45 do presente decreto.

§ 1º O Passe Vale-Transporte poderá ser convertido como crédito, desde que o empregador titular do passe, providencie a troca junto à concessionária, mediante a comprovação da aquisição através de documento válido e aceito pela concessionária, tal como nota fiscal ou recibo.

§ 2º O Passe Escolar - poderá ser convertido como crédito, desde que o titular do passe, o aluno ou seu responsável, providencie a troca junto à Concessionária, mediante a comprovação da aquisição através de documento válido e aceito pela concessionária, tal como nota fiscal ou recibo.

Art. 45. A partir do dia 01 de janeiro de 2019, todos os tipos de passagem emitidos na forma de papel (passes) que ainda não foram utilizados ou trocados por créditos no serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, nos termos do art. 44, perderão o seu valor e não mais serão aceitos como forma de pagamento do valor da passagem.

§1º O crédito inerente aos passes de papel comercializados pela concessionária/contratada e não trocado no prazo de que trata o caput do presente artigo, serão convertidos diretamente pela concessionária/contratada como crédito do sistema tarifário subsidiado pelo Município de Timbó, nos termos do Decreto nº 4.893 de 06 de agosto de 2018.

§2º A Concessionária/Contratada, deverá apresentar ao DEMUTRAN até o dia 31 de janeiro de 2019, relatório completo de todas as passagens comercializadas no período de 09/08/2018 à 31/12/2018, bem como da quantidade de passes vendidos e não utilizados/convertidos em crédito na bilhetagem eletrônica, para auditoria do DEMUTRAN, lançando como crédito na fatura subsequente ao aceite pelo DEMUTRAN, o valor das passagens não utilizadas.

Art. 46. A partir da data oficial de início da operação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, a aquisição da Passagem Unitária para uso no serviço público de transporte coletivo do Município de Timbó, poderá ser feita de duas maneiras: "antecipada ao embarque" ou "paga a bordo".

§ 1º Passagem "antecipada ao embarque" é aquela em que a pessoa usuária adquire, nos pontos de venda da contratada, o direito de viagem antes de embarcar ou acessar as estações terminais e pontos dotados de pré-embarque.

§ 2º Passagem "paga a bordo" ou "embarcada" é aquela em que a pessoa usuária adquire o direito de viagem diretamente do cobrador, auxiliar de bordo ou motorista.

Art. 47. Os cartões eletrônicos da categoria pagante serão carregados com créditos cujo valor monetário refere-se ao preço da passagem pelo uso do serviço de transporte regular convencional, correspondente à modalidade do cartão.

Art. 48. O valor da tarifa do serviço público de transporte coletivo de passageiros, assim como o respectivo preço das passagens, inclusive para compra antecipada na forma de crédito em cartão eletrônico, ou para compra embarcada (paga a bordo), que poderão ter valores diferenciados, serão estabelecidos em Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 49. Os dados e informações referentes ao cadastro da pessoa usuária, em qualquer das modalidades de cartão eletrônico estabelecidas no presente Decreto, obtidos pela contratada, excetuando sua finalidade, somente poderão ser utilizados pelo Poder Concedente em campanhas institucionais de relevante interesse público, vedada qualquer outra forma de uso.

Art. 50. O município por intermédio do DEMUTRAN poderá limitar a venda de créditos quando o contrato firmado com a empresa prestadora de serviço estiver a menos de 30 (trinta) dias do término.

Art. 51. Constituem anexos integrantes do presente decreto:

I – Anexo I: Termo de comodato padrão para uso de cartão do sistema de bilhetagem eletrônica do município de Timbó;

II – Anexo II: ficha de cadastro padrão para uso de cartão do sistema de bilhetagem eletrônica do município de Timbó;

III – Anexo III: formulário padrão de denúncia  
uso indevido de cartão do sistema de bilhetagem eletrônica do serviço público de transporte coletivo de passageiros do município de Timbó;

IV – Anexo IV: formulário padrão de justificativa  
uso indevido de cartão do sistema de bilhetagem eletrônica do serviço público de transporte coletivo de passageiros do município de Timbó;

V – Anexo V: termo de compromisso para a utilização do cartão escolar.

Art. 52. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de outubro de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

ANEXO I

**TERMO DE COMODATO PADRÃO PARA USO DE CARTÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

Por este instrumento particular as partes a seguir individualizadas:

COMODANTE: EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede à \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal abaixo assinado.

COMODATÁRIO: cujo nome, qualificação e endereço encontram-se na ficha de cadastro (Anexo II), que é parte integrante do presente Termo, tem entre si, justo e acertado, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - A COMODANTE proprietária do cartão descrito na ficha de cadastro (Anexo II), com tecnologia \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) fornecerá ao COMODATÁRIO em regime de comodato, o cartão para uso no Sistema de Bilhetagem Eletrônica no serviço público de transporte coletivo de passageiros do Município de Timbó de conformidade com o Decreto nº 4.951 de 01/10/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO - O primeiro cartão será fornecido de forma gratuita ao COMODATÁRIO pela COMODANTE, devendo este conservá-lo e zelar como se coisa sua fosse.

§ 1º Na eventual necessidade de reposição do cartão, um novo cartão será fornecido mediante pagamento do valor correspondente a 5 (cinco) vezes o valor da tarifa vigente na data de emissão.

§ 2º Em virtude de perda, furto, roubo ou extravio do respectivo cartão, o COMODATÁRIO deverá comunicar o fato imediatamente ao COMODANTE, no horário comercial, para que seja feito o bloqueio de uso do referido cartão, sendo que o bloqueio ocorrerá somente a partir das zero hora do dia seguinte da comunicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA - O COMODANTE garante o funcionamento do cartão contra falhas ou defeitos ocultos por três meses legais, previsto no inciso II do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor, exceto por "mau uso" por parte do COMODATÁRIO. Após esse período todo e qualquer cartão que tiver que ser repostado estará sujeito ao que estabelece o Parágrafo Primeiro da CLÁUSULA SEGUNDA do presente Termo, independente do motivo tenha ocasionado a necessidade de reposição, exceto por ação ou omissão de preposto ou funcionário da COMODANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DO USO DO CARTÃO - O COMODATÁRIO declara estar ciente e autoriza expressamente a COMODANTE que em caso de utilização indevida do cartão, o mesmo será bloqueado para utilização e o COMODATÁRIO estará sujeito às sanções administrativas estabelecida neste Decreto e demais penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 1º O cartão objeto deste contrato é de uso exclusivo do COMODATÁRIO, não podendo ser utilizado por nenhuma outra pessoa que não seja o COMODATÁRIO, exceto se for cartão da modalidade Cartão Cidadão.

§ 2º O COMODATÁRIO é obrigado a apresentar o cartão e identificar-se ao funcionário operador da COMODANTE (fiscal, bilheteiro, atendente, auxiliar de bordo ou motorista), bem como ao fiscal do Poder Concedente, sempre que solicitado por qualquer um destes.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO - O presente contrato é celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, tendo seu início na data de assinatura do presente documento.

Parágrafo Único: O prazo de vigência deste Instrumento renovar-se-á automaticamente mediante o silêncio das partes.

CLÁUSULA SEXTA - DO CARTÃO - O COMODATÁRIO declara saber e se compromete a ter os seguintes cuidados com o cartão:

I - o cartão não pode ser dobrado nem amassado;

II - não usar clipes no cartão;

III - não perfurar o cartão;

IV - limpar somente com pano úmido;

V - proteger de raios solares, umidade e areia;

VI - não aproximar o cartão de objetos magnéticos;

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Timbó, Santa Catarina, para nele dirimirem quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, declarando o COMODATÁRIO expressamente que teve conhecimento prévio do conteúdo do objeto do presente contrato, manifestando, neste ato, seu consentimento às suas cláusulas e condições, as quais adere livre e espontaneamente.

Timbó - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.



COMODANTE

COMODATÁRIO

Testemunhas:

## ANEXO II

FICHA DE CADASTRO PADRÃO PARA USO DE CARTÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

## DADOS DO COMODATÁRIO

Nome: \_\_\_\_\_

Nome da Mãe: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

Telefone/Fax: \_\_\_\_\_

Telefone/Celular: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

## DADOS DO CARTÃO

Tipo: \_\_\_\_\_

Número: \_\_\_\_\_

Assinatura do Comodatário: \_\_\_\_\_

## ANEXO III

FORMULÁRIO PADRÃO DE DENÚNCIA POR USO INDEVIDO DE CARTÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ - SC.

## 1. DA IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO:

Nome do Usuário: \_\_\_\_\_

Modalidade do Cartão: \_\_\_\_\_

Número do Cartão: \_\_\_\_\_

## 2. DO ENDEREÇO DO USUÁRIO:

Rua: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

## 3. DOS DADOS DA OCORRÊNCIA:

Data da apreensão: \_\_\_\_\_ Horário da apreensão: \_\_\_\_\_

Outras Informações: \_\_\_\_\_

## 4. DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA:





**5. DO RECEBIMENTO DA OCORRÊNCIA:**

Nome do Recebedor: \_\_\_\_\_

Data do recebimento: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ANEXO IV****FORMULÁRIO PADRÃO DE JUSTIFICATIVA FACE USO INDEVIDO DE CARTÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ - SC****1. DA IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO:**

Nome do Usuário: \_\_\_\_\_

Modalidade do Cartão: \_\_\_\_\_

Número do Cartão: \_\_\_\_\_

**2. DOS DOCUMENTOS ANEXADOS PELO USUÁRIO:**

CPF (fotocópia) Identidade (fotocópia) Ou outros \_\_\_\_\_

**3. DO RELATÓRIO DA OCORRÊNCIA:**

Data da apreensão: \_\_\_\_\_ Horário da apreensão: \_\_\_\_\_

Linha utilizada: \_\_\_\_\_

Ônibus utilizado: \_\_\_\_\_

Outras Informações: \_\_\_\_\_

**4. DA JUSTIFICATIVA:****5. DA ENTREGA DA JUSTIFICATIVA:**

Nome: \_\_\_\_\_ Data da entrega: \_\_\_\_\_

Observação: \_\_\_\_\_

Assinatura do usuário: \_\_\_\_\_

**6. DESPACHO DO ÓGÃO GERENCIAL (Assinalara e Fundamental):**

Justificativa deferida \_\_\_\_\_ Justificativa indeferida \_\_\_\_\_

Fundamentação: \_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

**ANEXO V****TERMO DE COMPROMISSO PARA A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO ESCOLAR**

Declaro, para os devidos fins, que eu, \_\_\_\_\_, (se menor de idade, identificar representante legal) nacionalidade, endereço, nº do CPF, aluno(a) devidamente matriculado(a) no Curso/ área/ \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ da Universidade/ Fundação/ Instituto/ Associação/ Escola/ Centro \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, tenho ciência das obrigações inerentes à qualidade de beneficiado pela isenção parcial (50%) na utilização do serviço de transporte coletivo urbano, notadamente o disposto no Decreto nº 4.951, de 01 de outubro de 2018, que Regulamenta e disciplina o Sistema de Bilhetagem Eletrônica no Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Timbó e nesse sentido, COMPROMETO-ME a cumprir as regras ali estabelecidas e as demais pertinentes.

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que recebi cópia deste documento e que tenho conhecimento das normas para aquisição do Cartão Escolar.

Timbó, \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

Assinatura do Aluno(a) - Se menor idade, assinatura do responsável

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO E REGULAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA/CONFERÊNCIA DA CIDADE PARA ADEQUAÇÃO DE RESTRIÇÕES NO PLANO DIRETOR COM ALTERAÇÃO DO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 483/2016 PARA VIABILIZAR A INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE BAIXO RISCO**

Publicação Nº 1775031

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E REGULAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA/CONFERÊNCIA DA CIDADE PARA ADEQUAÇÃO DE RESTRIÇÕES NO PLANO DIRETOR COM ALTERAÇÃO DO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 483/2016 PARA VIABILIZAR A INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE BAIXO RISCO.

O Município de Timbó, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços e do Conselho da Cidade, nos termos preconizados no art. 39 e art. 42, inc. VIII, da Lei Complementar nº 335/2007 e resolução nº 03/2014 do Conselho da Cidade, CONVOCA a população de Timbó para Audiência Pública/Conferência da Cidade visando à apresentação, discussão e aprovação para permissão da instalação de empreendimentos industriais de baixo grau de risco, baixa complexidade e baixo potencial poluidor que estejam sob o Enquadramento Empresarial Simplificado (EES) conforme previsão nos termos da Lei Federal nº. 11.598, de 03 de dezembro de 2007 e as normas previstas na Lei Estadual nº. 17.071/2017, referente pessoas jurídicas, desde que observadas as questões ambientais/logísticas/urbanísticas decorrentes da atividade industrial de acordo com a Lei Complementar 483/2016 (Uso e Ocupação do Solo) LC 478/2016 (Mobilidade Urbana), LC 364/2008 (Código de Posturas), NBR 10151:2000 (Acústica), LC363/2008 (Código de Edificações), resolução CONSEMA 98 e 99/17 e horário comercial; QUE OCORRERÁ NOS SEGUINTE MOLDRES:

**1 - DO LOCAL DATA E HORÁRIO:**

1.1 - A Audiência Pública/Conferência da Cidade seguirá as regras preconizadas na resolução nº 03/2014 do Conselho da Cidade constantes do presente edital e se dará no dia 19 de novembro de 2018, no Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Timbó, localizado na Rua Inglaterra, esquina nº 750, com a Rua projetada A, Bairro das Nações, neste Município.

1.2 - A Audiência/Conferência acontecerá no período noturno e obedecerá aos seguintes horários:

- I - inscrição dos participantes com início às 18h;
- II - primeira chamada às 18h30min;
- III - segunda chamada impreterivelmente às 19h;
- IV - encerramento da sessão acontecerá às 22h;

**2 – DO OBJETO DE APRESENTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E APROVAÇÃO:**

2.1 – Constitui objeto de apresentação, deliberação e aprovação na presente Audiência Pública/Conferência da Cidade, os seguintes temas:  
a) Proposta de alteração da Tabela de Usos do anexo II da Lei Complementar nº 483/2016 que dispõem sobre o Uso e Ocupação do Solo.

2.2 – Os temas objeto da presente Audiência/Conferência encontram-se disponíveis para consulta pública no site do município de Timbó, endereço: <http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/projetos/>; no mural do município e junto a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria Comércio e Serviços.

**3. DOS PARTICIPANTES SEUS DIREITOS E DEVERES:**

3.1 - Estão convocados a participar da Audiência Pública/Conferência da Cidade todas as pessoas, física ou jurídica, públicas ou privadas, que poderão, mediante inscrição na forma prevista neste edital, apresentar críticas, sugestões, participar dos debates e votar sobre as proposições.

3.1.1 – somente poderão se manifestar/votar sobre os temas debatidos na audiência/conferência pública as pessoas que efetivaram regularmente sua inscrição prévia, nos termos do item 5 deste edital.

3.2 - Os participantes da Audiência Pública/Conferência da Cidade registrarão, obrigatoriamente, seu nome, telefone, endereço eletrônico e entidade ou empresa que representa (se for o caso) em lista de presença, que ficará disponível durante toda a sessão em local acessível.

3.3 - A Audiência Pública/Conferência da Cidade será realizada com exposições e debates orais, na sequência e forma disciplinada neste edital, sendo facultada, somente quando imprescindíveis, a apresentação de documentos escritos.

3.4 - Os participantes que possuam necessidades especiais poderão registrar essa informação no momento de sua inscrição, com o objetivo de serem providenciadas as condições necessárias à sua participação na Audiência Pública/Conferência da Cidade.

3.5 - São direitos dos participantes:

- I - manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública ou Conferência da Cidade, respeitando as disposições previstas neste edital;
- II - debater as questões tratadas no âmbito da audiência pública ou conferência da cidade;

3.6 - São deveres dos participantes:

- I - respeitar o presente edital;
- II - respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;
- III - tratar com respeito e civilidade os participantes e seus organizadores.

**4. DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS:**

4.1 - A Audiência/Conferência será aberta pelo presidente do Conselho da Cidade.

4.2 - Após a abertura, a Audiência/Conferência será conduzida por um representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços devendo os trabalhos observar a seguinte ordem:

- I - apresentação dos objetivos e regras de funcionamento;
- II - apresentação da proposta de alteração da Tabela de Usos do anexo II da Lei Complementar nº 483/2016 que dispõem sobre o Uso e Ocupação do Solo;

III - debates orais após a apresentação de cada tema;

VII - encerramento.

4.3 - São prerrogativas do responsável pela condução dos trabalhos:

I - designar um ou mais secretários para assisti-lo na condução dos trabalhos;

II - realizar ou delegar a apresentação das propostas;

III - decidir sobre a pertinência das intervenções orais;

IV - decidir sobre a pertinência das questões formuladas;

V - dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando o reputar conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

VI - alongar o tempo das elocuções, quando considerar necessário e útil.

4.4 - São atribuições dos responsáveis para secretariar e auxiliar na condução e organização da audiência/conferência:

I - inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;

II - controlar o tempo das intervenções orais;

III - registrar o conteúdo das intervenções;

IV - sistematizar as informações;

V - elaborar a ata da audiência/conferência e remetê-la à Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.

## 5. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO, MANIFESTAÇÃO, DELIBERAÇÃO, VOTO E DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA/CONFERÊNCIA

5.1 - É condição para participar da deliberação e voto sobre a matéria, a prévia inscrição, a qual se dará da seguinte forma:

a) A inscrição será na própria audiência/conferência através do preenchimento de formulário próprio, que estará disponível a partir do início dos trabalhos.

b) As inscrições para manifestações encerrar-se-ão logo após a respectiva apresentação de cada Lei Complementar específica e/ou projeto de lei.

c) As fichas serão disponibilizadas pelos secretários responsáveis, devendo estas ser entregues aos mesmos, num prazo de até 5 (cinco) minutos após o término de cada exposição.

d) A ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores.

e) A manifestação dos inscritos se dará, preferencialmente, de forma oral, mas ocorrendo sua impossibilidade, poderão ser formuladas perguntas por escrito.

5.2 - Todos os inscritos, após a apresentação de cada Lei Complementar a ser revisada e/ou projeto de lei, disporá de 02 (dois) minutos para preleção individual, podendo reformular ou complementar sua manifestação no tempo adicional de 01 (um) minuto e deverá ater-se exclusivamente ao tema discutido.

5.3 - Todos os participantes terão direito a voz.

5.4 - Somente os participantes previamente inscritos no horário estabelecido terão direito a voz e voto.

5.5 - Não será permitida a cessão da palavra dos inscritos a terceiros.

5.6 - Os técnicos do Município de Timbó terão 2 (dois) minutos para responder eventuais perguntas dos participantes.

5.7 - A dinâmica da Audiência Pública / Conferência da Cidade, a forma das inscrições e o tempo de manifestação poderão ser modificados pelo responsável pela condução dos trabalhos, segundo a conveniência e o andamento dos trabalhos, sobretudo para facilitar o entendimento da proposta e o recebimento das contribuições.

5.8 - As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública/Conferência da Cidade ou delas decorrentes, serão votadas pelos participantes previamente inscritos da seguinte forma:

5.8.1 - A votação será realizada pela identificação que cada participante irá receber no ato de sua inscrição, e a referida identificação terá uma face verde e outra vermelha.

5.8.2 No momento da votação, o participante com direito a voto deverá levantar a face verde caso concorde com a proposição de alteração apresentada na audiência/conferência, e levantar a face vermelha caso não concorde.

5.8.3 Será considerada aprovada ou não a proposição, através da maioria simples resultante da contagem dos votos proferidos pelos presentes no momento da votação.

## 6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Ao final dos trabalhos, do que se passar na Audiência Pública / Conferência da Cidade será lavrada ata pelo Secretário, da qual constarão:

I - o dia, a hora e o local de sua realização;

II - o nome das autoridades, expositores e técnicos de apoio presentes;

III - a lista de presença dos demais participantes, que deverá ser anexada à Ata;

IV - os fatos ocorridos na Audiência Pública / Conferência;

V - a síntese dos debates orais;

VI - resultado da votação das proposições.

Timbó (SC), 16 de Outubro de 2018.

MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

Presidente do Conselho da Cidade.

**ERRATA AVISO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 86 2018 PMT**

Publicação Nº 1775108

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 86/2018 PMT  
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó informa aos interessados que no Aviso de Licitação, publicado no Diário Oficial dos Municípios/SC, edição n.º 2633, página 1237, publicação n.º 1749857, houve erro de digitação na indicação do contrato de repasse constante do objeto, sendo correta a informação constante do Termo de Referência conforme segue: FORNECIMENTO, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 01 (UM) TRATOR DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA NOVO, ESPECIFICADO NO ANEXO I DO EDITAL, RELACIONADO AO CONTRATO DE REPASSE N.º 861969/2017, FIRMADO COM A UNIÃO FEDERAL, POR MEIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Timbó/SC, 16/10/2018  
ROSE MERY DALCANALE  
Central de Licitações

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 07 2018 FUMTRAN - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL**

Publicação Nº 1775109

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2018 - FUMTRAN

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Trânsito.  
OBJETO: contratação de serviços de sinalização horizontal e vertical (com fornecimento de material e sua devida aplicação) para execução e manutenção das vias municipais.  
EMPRESA FORNECEDORA: More Sinalização e Construção Ltda.  
TOTAL ESTIMADO: R\$ 381.932,50 (trezentos e oitenta e um mil novecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).  
MODALIDADE: Pregão Presencial  
VALIDADE DA ATA: 17/10/2018 a 16/10/2019

Timbó, 16/10/2018  
MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR  
Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 08 2018 FMS - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM**

Publicação Nº 1775112

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2018 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.  
OBJETO: Registro de preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, médicos e de enfermagem, com fornecimento de peças e/ou componentes necessários.  
EMPRESAS FORNECEDORA: ODONTO BLU COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA e DEL SERVICOS ELETROMECHANICOS LTDA.  
TOTAL ESTIMADO: R\$ 60.150,00 (sessenta mil, cento e cinquenta reais).  
MODALIDADE: Pregão Presencial  
VALIDADE DA ATA: 17/10/2018 a 16/10/2019

Timbó, 16/10/2018  
DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES  
Secretária de Saúde e Assistência Social

**PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 61 2018 PMT**

Publicação Nº 1764124

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2018 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais diversos inerentes a construção civil, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias e Fundações) do Município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Dragão Industria e Comercio Ltda Me; Premocon Artefatos de Concreto Ltda Epp; Irmãos Kreyssig Ltda Me; Ervin Schmidt & Filhos Ltda Epp; Fistarol Prestadora de Serviços Eireli - Me; 3A Materiais de Construção Eireli - Epp e Inova Artefatos de Cimento Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.197.979,12 (dois milhões, cento e noventa e sete mil, novecentos e setenta e nove reais e doze centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/07/2019

Timbó, 16/07/2018

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente FCT

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente SAMAE

MARCIO ELISIO

Diretor Presidente FME

ALFROH POSTAI

Secretário de Educação

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

FLÁVIA ELISE CIPRIANI

Diretora FUMTUR

MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 20 2017 FMS**

Publicação Nº 1764157

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material hospitalar e de enfermagem, destinado às Unidades de Saúde, Salas de vacina, CAPS, Policlínica de Referência e SAMU (repetição do pregão presencial 11/2017 FMS, com inclusões de itens).

EMPRESAS FORNECEDORAS: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Metromed Com. de Material Medico Hospitalar Ltda; Produvale Produtos Hospitalares Ltda; AABA Comercio de Equipamentos Medicos Ltda; Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda e BMH Produtos Medicos Hospitalares Ltda - Epp

TOTAL ESTIMADO: R\$ 86.716,21 (oitenta e seis mil setecentos e dezesseis reais e vinte e um centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/01/2019.

Timbó, 16/01/2018

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução MD nº 04/2018**

Publicação Nº 1775359

Resolução MD Nº 04/2018

Regulamenta o uso do veículo da Câmara Municipal de Timbó.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art. 18, Parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Timbó, e art. 38, V, do Regimento Interno, Resolve:

Art. 1º O veículo da Câmara Municipal será utilizado para o deslocamento de vereadores e servidores, quando da realização de atividades externas relacionadas às funções legislativa, de assessoramento ao Poder Executivo, fiscalizadora e de administração dos serviços e outras atividades de interesse institucional da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O veículo da Câmara Municipal será utilizado exclusivamente para os fins estabelecidos no caput do art. 1º, vedado o uso para fins particulares ou estranhos às funções legislativa, de assessoramento ao Poder Executivo, fiscalizadora e de administração dos serviços da Câmara Municipal.

Art. 2º Estão autorizados a conduzir o veículo da Câmara Municipal, os vereadores e os servidores pertencentes ao quadro da Câmara Municipal de Timbó, desde que portadores de Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

Art. 3º O vereador ou servidor, quando na condução do veículo da Câmara Municipal, deve cumprir as normas gerais de circulação e conduta estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, cabendo-lhe ainda:

I - Verificar as condições gerais do veículo (equipamentos, acessórios obrigatórios e documentação) assim que recebê-lo, principalmente antes de viagens, comunicando qualquer irregularidade ao Diretor Geral;

II - Comunicar ao Diretor Geral, por meio de relatório, todas as ocorrências verificadas durante o uso do veículo;

V - Estacionar o veículo apenas em locais permitidos e que não comprometam a imagem da Câmara Municipal;

VI - Não entregar a terceiros a direção do veículo sob sua responsabilidade;

VII - Não conduzir o veículo sob efeito de álcool ou substâncias de efeitos análogos;

VIII - Não fumar, não tomar café, não ingerir bebidas, exceto água e não consumir alimentos no interior do veículo;

IX - Zelar pela conservação da limpeza interna e externa do veículo;

X - Não conduzir no veículo familiares ou pessoas estranhas ao serviço público (caronas).

XI - Utilizar o veículo exclusivamente para as atividades da Câmara Municipal, tendo em vista o interesse público;

XII - Preencher com exatidão a requisição de uso do veículo da Câmara Municipal, constante no Anexo I, especialmente o destino e a finalidade da viagem, o roteiro, as datas e horários de saída e retorno e o número da CNH, além de registrar qualquer alteração ocorrida no itinerário previamente definido e autorizado pelo Diretor Geral.

XIII - Preencher com exatidão o controle de tráfego do veículo da Câmara Municipal, constante no Anexo II, especialmente o destino e a justificativa da viagem, as datas e horários de saída e retorno.

Art. 4º É do vereador ou servidor a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo da Câmara Municipal, inclusive a pontuação incidente sobre a CNH do infrator, bem como pelo ressarcimento dos danos causados ao veículo durante a utilização provocados de forma ilícita.

Art. 5º Para utilização do veículo da Câmara Municipal, o vereador ou servidor deverá:

I - Informar ao Diretor Geral e preencher a Ficha de Controle de Tráfego, conforme constante do Anexo II, quando a utilização se destinar ao deslocamento na circunscrição do Município de Timbó;

II - Requisitar o uso ao Diretor Geral da Câmara Municipal, conforme constante do Anexo I, com antecedência mínima de 24 horas, quando tratar-se de deslocamento para além da circunscrição do Município de Timbó.

Art. 6º Compete ao responsável pelas compras da Câmara Municipal, manter organizado o registro da documentação, da utilização, da conservação, da manutenção, do consumo de óleos lubrificantes e combustível, da quilometragem percorrida e de outras informações relativas ao uso e à conservação do veículo da Câmara Municipal, bem como por sua limpeza e asseio.

Art. 7º A inobservância do disposto nesta Resolução sujeita os responsáveis às penalidades previstas em Lei.

Art. 8º Fica revogada a Resolução MD nº 4/2017.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 11 de outubro de 2018.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

Adilson Mesch Martinho de Souza Filho

Vice-Presidente Secretário

**ANEXO I**

REQUISIÇÃO DE USO DO VEÍCULO DA CAMARA MUNICIPAL  
FORA DOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Ilustríssimo Senhor Diretor Geral da Câmara Municipal de Timbó (SC)

Requisição nº ____/ ____	DESPACHO DO DIRETOR
	Defiro [ ] Indeferio [ ]
	Timbó, ____/____/ ____
	Ass:

FULANO DE TAL, vereador/servidor público, ocupante do cargo de \_\_\_\_\_ do quadro da Câmara Municipal de Timbó, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº \_\_\_\_\_, comparece perante Vossa Senhoria para solicitar autorização para uso do veículo da Câmara Municipal, na forma abaixo especificada, o que faz com fundamento na Resolução da Mesa Diretora nº \_\_\_\_/ \_\_\_\_ .

Finalidade: \_\_\_\_\_

Destino: \_\_\_\_\_

Data de Saída: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ \_\_\_\_ Horário de Saída: \_\_\_\_: \_\_\_\_

Data de Retorno: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ \_\_\_\_ Horário de Retorno: \_\_\_\_: \_\_\_\_

Timbó (SC) \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

SERVIDOR/VEREADOR

**ANEXO II**  
**CONTROLE DE TRÁFEGO DO VEICULO DA CÂMARA MUNICIPAL de timbó**

Mês e Ano:							PLACAS: QHJ-8673	
SAÍDA			DESTINO	RETORNO			JUSTIFICATIVA	CONDUTOR
Dia	Hora	Km		Dia	Hora	Km		



# Três Barras

## CÂMARA MUNICIPAL

### ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018

Publicação Nº 1774639

ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018

A Câmara de Vereadores de Três Barras SC -, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 606/2018, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada correção no Edital de Licitação do Pregão 004/2018, assim como se segue:

ANEXO XIII – TERMO DE REFERÊNCIA

Onde se lê:

2.8 O sistema deve atender as funcionalidades exigidas neste Edital e caso essas funcionalidades ainda não estejam desenvolvidas, as mesmas deverão ser desenvolvidas no sistema, em até 30 dias corridos a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 30 dias, onde a empresa contratada se comprometerá a adequar o sistema sem qualquer ônus adicional à Câmara Municipal de Três Barras-SC. Após este prazo os efeitos financeiros só ocorrerão a partir da data certificada pelo gestor do contrato acerca do pleno funcionamento do sistema.

Leia-se:

2.8 O sistema deve atender as funcionalidades exigidas neste Edital.

#### 14- TESTE DE CONFORMIDADE

Onde se lê:

“Deverá ainda ser realizada visita técnica na Câmara Municipal de Três Barras e após, ser emitido”

Leia-se:

Porem, a critério da licitante poderá ser realizado visita tecnica na Câmara Municipal de Três Barras, não sendo esta, contudo, condição necessária para habilitação.

Tendo em vista que as alterações acima afetarão na formulação das propostas por parte dos licitantes, fica estabelecido novo prazo para realização do certame, qual seja 30.10.2018 às 09:00 hrs, em consonância com o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, encerrando o recebimento das propostas às 08:50 hrs, permanecendo inalterados os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório.

Três Barras 16 de outubro de 2018.

Joel da Cruz

Pregoeiro

## Treze Tílias

## PREFEITURA

## ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO AGENTE DE APOIO À EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1774252

IBAM | TREZE TÍLIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:28

Médio completo  
 012 - AGENTE DE APOIO A EDUCACAO  
 No. de vagas: 15

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	BARBARA TRESSOLDI LIDANI	17073-9	2	24/11/1982	350.00	5.000	355.000
2	ANA PATRICIA RIBEIRO DA CRUZ	18195-1	0	25/09/1986	340.00	10.000	350.000
3	SOLANGE SURDI	17152-2	1	13/10/1980	320.00	3.000	323.000
4	LUCIANE BOTTEGA COMERLATTO	17204-9	3	09/07/1975	310.00	10.000	320.000
5	MARILENE FALCHETTI JORGE	15393-1	2	01/02/1965	310.00	9.000	319.000
6	ERICA TOMAZI RIBEIRO	18474-8	2	03/03/1986	310.00	0.000	310.000
7	APARECIDA DE JESUS FERNANDES PADILHA	18199-4	0	16/08/1986	300.00	5.000	305.000
8	ELIANI SERIGHELLI LIDANI	18333-4	1	10/03/1983	300.00	5.000	305.000
9	JOSIANE ALBA FARIAS	16777-0	0	30/05/1984	300.00	0.000	300.000
10	CAMILA IAGHER	18324-5	1	23/12/1989	300.00	0.000	300.000
11	EDUARDA MASETTO DE CARVALHO	17097-6	2	21/10/1991	290.00	3.000	293.000
12	LUCIANA HELENA DE BRITO	15569-1	2	27/03/1984	290.00	3.000	293.000
13	GABRIELA DOS SANTOS	15647-7	1	20/11/1986	290.00	1.000	291.000
14	KESIA MACHADO DE OLIVEIRA	16085-7	0	30/04/1996	290.00	0.000	290.000
15	ALECSANDRA POSSERA	18297-4	0	08/10/1990	290.00	0.000	290.000
16	JOSEANE DA SILVA	18282-6	1	24/03/1987	280.00	5.000	285.000
17	AMANDA GEMELLI ANZOLIN	18323-7	0	04/02/1999	280.00	0.000	280.000
18	PAMELA LIDANI	15474-1	0	22/04/1998	280.00	0.000	280.000
19	JENIFFER CAROLINE SOUSA	18329-6	0	06/10/1997	280.00	0.000	280.000
20	MONICA OLIVEIRA DE DEUS DUREGGER	18331-8	3	26/10/1968	270.00	9.000	279.000
21	NAJLA TAINA PELOZATO	18493-4	0	08/02/2000	270.00	5.000	275.000
22	GIOVANA CAROLINE GSCHWENDTNER	15449-0	0	07/08/1997	270.00	0.000	270.000
23	GREICY KELLY ERHARTER	15172-6	0	01/07/1996	270.00	0.000	270.000
24	CAMILA JESSICA CARDOZO	15618-3	0	26/12/1993	260.00	5.000	265.000
25	TATIANA BRUNA SILVA	17274-0	1	15/12/1991	260.00	5.000	265.000
26	SARA CRISTINA PAGANINI	16614-6	0	09/11/1985	260.00	3.000	263.000
27	ANA PAULA SOUZA CORDEIRO DANTAS	15070-3	3	20/08/1985	260.00	0.000	260.000
28	JULIANA LETICIA DEBERTOLIS	17091-7	0	14/07/1988	250.00	3.000	253.000
29	SIMONE MACHADO	18404-7	0	24/05/1991	250.00	0.000	250.000
30	DAVIS RABUSKE DE MATOS	15071-1	0	16/02/1994	250.00	0.000	250.000
31	LUANA SCHEFFER DOS SANTOS	16348-1	1	07/02/1998	240.00	0.000	240.000
32	BEATRIZ WILMSEN	15151-3	2	21/12/1988	240.00	0.000	240.000
33	SIMONE REGINA BOTTEGA	15671-0	1	30/05/1983	230.00	2.000	232.000
34	SABRINA KRUG	15161-0	0	25/11/1996	230.00	0.000	230.000
35	DEBORA BERNARDO GVENDTNER	16998-6	1	20/04/1983	220.00	0.000	220.000

**ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 20HS**

Publicação Nº 1774257

IBAM		TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO				PAG: 1			
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação								11/10/2018 - 15:28	
Fundamental incompleto									
014 - AUXILIAR SERV GERAIS 20H									
No. de vagas: 2									
Class.	Nome do Candidato			No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	LARESSA GRAHL SULDOVSKI			18427-6	0	06/12/1999	300.00	0.000	300.000
2	PATRICIA APARECIDA ARENHART			18376-8	3	11/10/1982	280.00	0.000	280.000
3	LURDES MATTANA			15499-7	3	11/02/1960	270.00	0.000	270.000
4	KAREN MILENA DOS SANTOS			18383-0	0	27/05/2002	270.00	0.000	270.000
5	VERONICE TEREZINHA MENDES			15235-8	3	21/08/1986	250.00	0.000	250.000
6	BRUNA GARCIAS			18451-9	2	02/10/1995	230.00	0.000	230.000
7	LUCIANE RIBEIRO VIEIRA			16445-3	2	22/01/1988	220.00	0.000	220.000
8	ANA PAULA B GRAHL			18235-4	1	30/01/1986	190.00	0.000	190.000
9	KELIMARA MOCELIN			17244-8	1	07/03/1981	180.00	0.000	180.000

# ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40HS

Publicação Nº 1774258

IBAM | TREZE TÍLIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:28

Fundamental incompleto  
 015 - AUXILIAR DE SERV GERAIS 40  
 No. de vagas: 6

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	CLAIR FERNANDES	18296-6	2	27/01/1969	300.00	0.000	300.000
2	CLEYTON RAFAEL DE SOUZA MILLEO	15838-0	1	03/02/1974	300.00	0.000	300.000
3	WILSON TRIBECK	16443-7	2	25/08/1985	300.00	0.000	300.000
4	JOSIMAR JULIO LUSANI	18185-4	0	18/04/1988	300.00	0.000	300.000
5	PATRICIA DO NASCIMENTO	15705-8	0	09/03/1995	300.00	0.000	300.000
6	ALESSANDRA FERNANDES DOS SANTOS	17746-6	1	20/10/1996	300.00	0.000	300.000
7	PAULO RODRIGO ALVES	18243-5	1	12/09/1977	290.00	0.000	290.000
8	ANDRE LUIZ TEDESCO VIANA	15169-6	0	25/12/1994	290.00	0.000	290.000
9	TEOGELO MATOS CEDRAZ	15288-9	0	28/03/1997	290.00	0.000	290.000
10	SIRENE LORENZET HECKLER	17170-0	3	15/03/1974	280.00	0.000	280.000
11	EMMANUELLE BOLLES	17226-0	2	08/09/1985	280.00	0.000	280.000
12	JEAN GABRIEL SCHNEIDER MENEGUZZI	18250-8	0	07/07/1994	280.00	0.000	280.000
13	BENAGTON JOSE MARTINS PEREIRA	17508-0	0	17/12/1977	280.00	0.000	280.000
14	MARISA DE OLIVEIRA	15643-4	3	23/02/1981	280.00	0.000	280.000
15	PAULO SERGIO RIBEIRO	15677-9	1	24/01/1984	280.00	0.000	280.000
16	EVERTON FERNANDO GONCALVES	18355-5	0	11/11/1991	280.00	0.000	280.000
17	THAIS RODRIGUES	15699-0	1	24/02/1992	280.00	0.000	280.000
18	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	15501-2	2	27/04/1970	280.00	0.000	280.000
19	JAQUELINE HARTMANN COSTA	15635-3	0	15/06/1992	280.00	0.000	280.000
20	BRUNO FELIPE RODRIGUES BENZI	15738-4	0	27/07/1991	280.00	0.000	280.000
21	MARIA JANETE FERNANDES	15744-9	1	05/05/1969	270.00	0.000	270.000
22	MICHAEL KARLOH GLASER	15276-5	1	14/04/1993	270.00	0.000	270.000
23	MARCOS DOS SANTOS LIMA	16231-0	1	19/04/1993	270.00	0.000	270.000
24	SHEILA TINELLI	15639-6	0	03/04/1994	270.00	0.000	270.000
25	LUANA DE FATIMA RIBEIRO SEMAM	15676-0	1	18/08/1996	270.00	0.000	270.000
26	MARCIA CRAI	17529-3	1	08/10/1982	270.00	0.000	270.000
27	LUARA CARDOZO CAMARGO	17032-1	1	24/01/1999	270.00	0.000	270.000
28	SILVANO SERGIO SULDovski	18426-8	0	10/09/1994	260.00	0.000	260.000
29	EDORETE ANTONIA RIBEIRO	15636-1	3	20/07/1971	260.00	0.000	260.000
30	MARCIA REGINA CAMBIAGHI SARAGOCA	15498-9	2	17/08/1970	260.00	0.000	260.000
31	ADEMIR CORDEIRO DOS SANTOS	18233-8	0	09/08/1984	260.00	0.000	260.000
32	THATIANE CASALETI	15746-5	2	04/10/1986	260.00	0.000	260.000
33	TALIS ROSSI	18380-6	0	28/05/1995	260.00	0.000	260.000
34	SILVANA APARECIDA CARDOZO	18281-8	3	22/09/1983	250.00	0.000	250.000
35	ANA CELIA ALDEMINO GALANTE	18272-9	2	15/06/1974	250.00	0.000	250.000
36	JOAO ANDREI ANDRADE MOTA	18307-5	1	02/09/1989	250.00	0.000	250.000
37	NEUSA ELI APARECIDA DOS SANTOS DE ROS	17379-7	2	26/05/1976	250.00	0.000	250.000
38	MARCOS FERNANDO DE CASTRO GUEDES	15184-0	2	07/04/1994	250.00	0.000	250.000
39	CASSINA DE OLIVEIRA DE JESUS	15191-2	2	11/09/1998	240.00	0.000	240.000
40	CRISLAINE DE ANDRADE SEIBEL	15392-3	0	15/04/1995	240.00	0.000	240.000

IBAM | TREZE TIJAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 2  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:28

Fundamental Incompleto  
 015 - AUXILIAR DE SERV GERAIS 40  
 No. de vagas: 6

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	GABRIEL ALBUQUERQUE	15433-4	0	17/04/1999	240.00	0.000	240.000
42	ROSINEIDE ALVES DOS SANTOS BARBOSA	18046-7	2	30/07/1980	240.00	0.000	240.000
43	SIRLEI EBERT	16669-3	2	22/07/1975	240.00	0.000	240.000
44	ROSELI ANTUNES DA SILVA	18280-0	4	19/12/1966	230.00	0.000	230.000
45	MARCIA APARECIDA VIDAL DE SOUZA	18365-2	2	27/06/1990	230.00	0.000	230.000
46	OZENALIA ALMEIDA DE ARAUJO	18229-0	2	22/01/1985	230.00	0.000	230.000
47	ANDRESSA DE OLIVEIRA BELL0	18476-4	1	24/11/1996	230.00	0.000	230.000
48	ROSEMELIS SPADER DEL RE	18321-0	2	11/09/1969	230.00	0.000	230.000
49	WANDRESSA WANDREYA JOSVIK	15200-5	1	17/08/1983	220.00	0.000	220.000
50	MARLY SALETE HENSEL FRITZEN	16937-4	1	27/06/1973	210.00	0.000	210.000
51	LOREDI DE FATIMA RAMOS	18351-2	3	11/06/1966	210.00	0.000	210.000
52	MARINES FATIMA BERGONSI SPIER	15089-4	0	31/07/1985	210.00	0.000	210.000
53	ELISANGELA DE SOUZA	15797-0	2	31/12/1976	210.00	0.000	210.000
54	MARCO ANTONIO DE CASTRO GUEDES	15195-5	2	28/04/1962	210.00	0.000	210.000
55	FERNANDA CRISTINA PEREIRA	15656-6	1	02/01/1995	200.00	0.000	200.000
56	IVETE APARECIDA DA LUZ	17303-7	3	01/08/1975	200.00	0.000	200.000
57	INES FAUSTINA OSS LOPES	15268-4	3	15/09/1956	190.00	0.000	190.000
58	ELIANE APARECIDA BAU	15987-5	0	03/04/1972	190.00	0.000	190.000
59	ELIZANDRA NOIKAMP	18248-6	2	05/05/1980	180.00	0.000	180.000
60	RENATO DEL RE	18320-2	2	13/09/1967	170.00	0.000	170.000
61	ADILSON NUNES DA CONCEICAO	16933-1	1	06/12/1987	160.00	0.000	160.000
62	RICARDO LEODORO	16509-3	0	28/04/1989	150.00	0.000	150.000

ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO PROFESSOR DE ALEMÃO - 20HS

Publicação Nº 1774221

IBAM		TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO				PAG: 1		
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação								
Superior completo								
004 - PROF. ALEMAO 20H								
No. de vagas: 2								
Class.	Nome do Candidato		No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	DENIS TELES RODRIGUES		16446-1	1	19/03/1978	260.00	1.000	261.000

**ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - 20HS**

Publicação Nº 1774215

IBAM | TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:26

Superior completo  
 002 - P ANOS INICIAIS ENS FUND 20H  
 No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	MAYNARA ODILES SCARPINI BORTOLUZZI	15130-0	0	19/06/1995	300.00	5.000	305.000
2	ALINE GOMES VIANA	15444-0	0	18/05/1993	230.00	10.000	240.000



# ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - 40HS

Publicação Nº 1774219

IBAM | TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:26

Superior completo  
003 - P ANOS INICIAIS ENS. FUND 40H  
No. de vagas: 4

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	ANDREZZA DE OLIVEIRA CUNHA MAFRA	16890-4	1	10/02/1977	330.00	8.000	338.000
2	JESSICA ZUFFO HACKBARTH	15516-0	0	21/12/1993	330.00	5.000	335.000
3	LILIAN FRANCIS GARCIA MEDINA	17625-7	0	16/12/1991	320.00	10.000	330.000
4	FABIANA BARBOSA	18275-3	2	27/06/1983	320.00	9.000	329.000
5	BERENICE PERETTI	16113-6	2	29/12/1979	320.00	8.000	328.000
6	EDIVANE CENTA LAMERA	15556-0	0	12/12/1989	310.00	10.000	320.000
7	SILMARA MARIA WIERZBICKI SASS	15888-7	0	23/09/1993	320.00	0.000	320.000
8	ADRIANA TOBALDINI	18260-5	0	29/06/1982	320.00	0.000	320.000
9	TATIANA DE LIMA	18414-4	0	13/12/1994	310.00	5.000	315.000
10	GILMAR BERTELLI PELICCIOLI	15743-0	2	22/10/1981	310.00	3.000	313.000
11	SAMUEL STRAUSS MOZZ	18341-5	0	17/04/1994	300.00	6.000	306.000
12	ELAINE DE BRITO	15440-7	3	08/01/1977	290.00	9.000	299.000
13	ELIANE MARIA TUGLINOVICTCH	16912-9	2	28/09/1973	290.00	7.000	297.000
14	KARLA PEZAVENTO	18286-9	0	19/02/1993	290.00	5.000	295.000
15	GISELE CARLA PAZ DA SILVA	15279-0	2	15/09/1989	290.00	3.000	293.000
16	NELIK ANNIE DA SILVA	16397-0	0	29/12/1982	280.00	10.000	290.000
17	JANICE APARECIDA GONCALVES DOS SANTOS	15306-0	0	17/10/1985	280.00	10.000	290.000
18	LUEINE MARIÉLE DE OLIVEIRA	15780-5	2	24/01/1991	290.00	0.000	290.000
19	DANIELE DIEHL	18251-6	1	01/09/1987	280.00	2.000	282.000
20	KATIA KINDEL	15970-0	0	09/06/1991	270.00	10.000	280.000
21	DIEGO LUIZ LAZARI	15649-3	0	20/10/1991	270.00	10.000	280.000
22	JAQUELINE RUPPENTHAL BENTO	17541-2	1	24/03/1991	280.00	0.000	280.000
23	ANDRESSA DE FATIMA RODRIGUES DOS SANTOS LIMA	17299-5	1	28/03/1994	280.00	0.000	280.000
24	SILVANA PELENTIR BARBOSA	18189-7	2	18/08/1978	270.00	10.000	280.000
25	EDICLEIA FATIMA MIRANDA DAMSKI	18221-4	2	10/08/1979	270.00	10.000	280.000
26	NAIARA REGINA PONTEL DE OLIVEIRA	15960-3	1	21/03/1986	270.00	6.000	276.000
27	ZULEIDE RAMOS FERREIRA DA ROSA	15145-9	2	13/01/1979	270.00	2.000	272.000
28	TATIANE THIBES PORTO	18454-3	1	06/07/1995	270.00	0.000	270.000
29	ROSANE GUZZI DIURLI	15488-1	1	11/11/1972	260.00	10.000	270.000
30	ANA PAULA BOSI BERTELLI	15435-0	1	13/04/1981	260.00	10.000	270.000
31	DENISE TAFFARELLO	15230-7	1	20/06/1979	270.00	0.000	270.000
32	JULIANA ARRUDA GOMES SARTORI	18358-0	3	30/08/1985	260.00	5.000	265.000
33	CASSIA MINOSSO GATTI	18294-0	1	30/05/1992	260.00	5.000	265.000
34	ANDREA VICENTE RIBEIRO	15232-3	2	02/04/1979	260.00	0.000	260.000
35	NOELL APARECIDA DE CASTRO GUEDES	15182-3	2	06/05/1968	260.00	0.000	260.000
36	LIZIANE SBRUZZI	18269-9	0	15/02/1989	250.00	4.000	254.000
37	ELISA APARECIDA LOURENCO BRAIS	15710-4	2	03/03/1973	250.00	0.000	250.000
38	ANA CAROLINE COELHO DA SILVA	15298-6	2	22/10/1987	230.00	0.000	230.000
39	IONE QUELLMALZ BORTOLON	15515-2	1	09/05/1970	220.00	0.000	220.000

**ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO PROFESSOR DE ARTES - 20HS**

Publicação Nº 1774240

IBAM | TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:27

Superior completo  
006 - PROF. DE ARTE  
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	SIMONE CARLA MEIRELES DUARTE	15240-4	2	28/05/1966	360.00	0.000	360.000
2	REGINA CARIN JACOBY CUREAU	15061-4	2	22/04/1973	310.00	0.000	310.000
3	SARAH MELITO ARAUJO	15466-0	2	24/03/1986	290.00	7.000	297.000
4	WESLEY KRACKECKER ZILIOOTTO	17113-1	0	09/02/1996	270.00	0.000	270.000

**ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 20HS**

Publicação Nº 1774241

IBAM		TREZE TÍLIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PÚBLICO				PAG: 1		
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação								11/10/2018 - 15:29
Superior completo								
007 - PROF. EDUCACAO INFANTIL 20H								
No. de vagas: 1								
Class.	Nome do Candidato		No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	DAIANE CRISTINA LEITE		15605-1	0	19/12/1990	330.00	10.000	340.000
2	MICHELE CORREA TIRITAN		15562-4	2	22/12/1978	290.00	5.000	295.000
3	SUZANA SANTOS LEMOS COMIN		18319-9	2	13/05/1979	280.00	5.000	285.000
4	MARISA MARIA DA		17269-3	2	13/10/1973	270.00	10.000	280.000
5	LUCIANA DA LUZ SILVA REIS		18133-1	2	10/01/1988	270.00	5.000	275.000
6	FRANCIELE ALVES DE GOIS		18328-8	2	25/04/1986	240.00	8.000	248.000

# ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 40HS

Publicação Nº 1774242

IBAM | TREZE TÍLIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:27

Superior completo  
 008 - PROF. EDUCACAO INFANTIL 40H  
 No. de vagas: 4

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	MAIARA ZAMBIAZZI	15739-2	0	05/03/1996	360.00	10.000	370.000
2	TANIA BECKER KLUGENBERG	18433-0	2	07/03/1984	360.00	3.000	363.000
3	FERNANDO LUIZ MARTINS	18368-7	0	22/04/1989	350.00	2.000	352.000
4	MILENA MAIMONE CASTILHO	15212-9	0	22/05/1984	340.00	5.000	345.000
5	ELIANE CRISTINA ANSILIERO SLONGO	16245-0	1	06/05/1985	330.00	5.000	335.000
6	ALICE FATIMA BOTH	16221-3	0	04/11/1994	320.00	10.000	330.000
7	ANDRESSA SANGALETTI	18228-1	0	29/05/1992	320.00	10.000	330.000
8	SUELI DAIANE ARNHOLD ANSILIERO	18236-2	1	04/08/1990	320.00	10.000	330.000
9	ROSANGELA DE DEUS E SILVA TRIQUES	18261-3	1	28/07/1977	330.00	0.000	330.000
10	SILVANA MARIA DORINI	15642-6	1	27/05/1979	330.00	0.000	330.000
11	ANGELA APARECIDA FERRONATO RAMOS	15143-2	0	23/08/1992	320.00	6.000	326.000
12	LUANA BAZZI	17919-1	0	16/03/1990	320.00	5.000	325.000
13	CLAUDIA DELLOME MACIEL	18360-1	4	25/06/1964	320.00	2.000	322.000
14	NELCENI SURDI	15092-4	1	22/02/1975	320.00	0.000	320.000
15	PATRICIA ROCHELLE AMARANTES	17017-8	1	30/03/1983	320.00	0.000	320.000
16	PRISCILA CORREA	17907-8	0	27/02/1994	320.00	0.000	320.000
17	GELIZE SERNAJOTTO JORGE	15384-2	1	26/06/1987	310.00	8.000	318.000
18	MARILENE DE FATIMA DO PRADO	18210-9	0	22/02/1989	310.00	7.000	317.000
19	SUZAN GAEDKE SAIS	15418-0	0	24/10/1989	310.00	5.000	315.000
20	FRANCINE VIEIRA SARMENTO QUEIROZ	15400-8	1	03/06/1985	310.00	0.000	310.000
21	FABIANO LUIZ BONATO	16839-4	0	10/08/1977	300.00	9.000	309.000
22	VALI CAROLINA SPIER	17597-8	0	05/07/1985	300.00	7.000	307.000
23	CATIA ROSELI RITTER BASSO	18411-0	1	27/04/1980	300.00	6.000	306.000
24	TEREZINHA SALETE PESSIN GUIDIO	18467-5	1	08/10/1968	300.00	5.000	305.000
25	FATIMA TERESINHA DE OLIVEIRA JANKE	17985-0	2	23/08/1977	300.00	5.000	305.000
26	THAIS IVETE KUSINSKI GATTI	18378-4	0	01/09/1990	290.00	11.000	301.000
27	DAYANNE DOS SANTOS RIBEIRO	16852-1	0	09/01/1986	300.00	0.000	300.000
28	UDILEI DE SOUZA CHATEL PIOVESAN	18271-0	1	10/07/1978	290.00	10.000	300.000
29	CLEIA MORAES DA SILVA RIBEIRO	18287-7	2	03/04/1982	300.00	0.000	300.000
30	JESSICA APARECIDA CHIAMULERA	16166-7	0	25/07/1994	290.00	8.000	298.000
31	DAIANE GALVAO DIAS	15763-5	0	26/03/1991	290.00	0.000	290.000
32	ROSELI GARCIA DA ROSA THOMAZ DE VARGAS	17948-5	3	09/06/1980	280.00	10.000	290.000
33	THAIANE CRISTINA BONATTO	18315-6	1	07/01/1986	290.00	0.000	290.000
34	GABRIELA FAVARIN	18302-4	1	25/10/1988	280.00	10.000	290.000
35	SIRLEI THIELE	17029-1	0	09/07/1985	290.00	0.000	290.000
36	ARLETE TRIQUES HOFFELDER	18234-6	1	16/02/1970	280.00	10.000	290.000
37	CARLA LOCATELLI	15303-6	0	27/02/1992	280.00	8.000	288.000
38	IVANIR ANTUNES DOS SANTOS	18429-2	1	31/05/1977	280.00	0.000	280.000
39	FRANCIELLE MATOS	15735-0	0	30/10/1987	280.00	0.000	280.000
40	ALEX ESTIVAL DATSCH	18388-1	0	26/06/1989	280.00	0.000	280.000

IBAM | TREZE TIJAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 2  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:27

Superior completo  
 008 - PROF. EDUCACAO INFANTIL 40H  
 No. de vagas: 4

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	ESTER LAIS DOBBERT THOME	18215-0	0	20/02/1994	280.00	0.000	280.000
42	ROSELEI BAUERMANN MEISTERLIN	16880-7	2	03/04/1980	270.00	10.000	280.000
43	ROSELI BRANCO DA SILVA CAMAROTO	18326-1	2	10/02/1983	270.00	10.000	280.000
44	SUSANA RAMPON MASCARELLO	17119-0	0	31/05/1992	270.00	10.000	280.000
45	MARIANGELA FONSECA	18230-3	3	25/06/1981	280.00	0.000	280.000
46	FERNANDA SELZEIN	18283-4	2	30/07/1983	270.00	9.000	279.000
47	SUELEN APARECIDA FERLIN	15573-0	2	15/05/1982	270.00	7.000	277.000
48	LUCIANA CRISTINE GUZZATO	16821-1	1	26/06/1984	270.00	5.000	275.000
49	GESSICA LUANA RIGO BECKER	18413-6	1	21/04/1994	270.00	5.000	275.000
50	MARLEI TOMASI	15452-0	1	10/02/1972	270.00	0.000	270.000
51	MONICA LINHARES VAS	18245-1	0	17/08/1990	270.00	0.000	270.000
52	IDIMARA SAMISTRARO	17086-0	0	28/05/1984	260.00	10.000	270.000
53	MARLI APARECIDA DO PRADO	18209-5	0	02/11/1981	260.00	2.000	262.000
54	HETIENE NEVES DOS SANTOS	15203-0	0	05/07/1990	260.00	0.000	260.000
55	PALOMA RIQUETTA COSTA	15138-6	0	16/10/1985	260.00	0.000	260.000
56	BRUNA MARIA MEISTERLIN SPOLTI	18353-9	0	29/12/1989	260.00	0.000	260.000
57	LUCIELI RUPPENTHAL HOFFELDER	18417-9	2	08/08/1985	260.00	0.000	260.000
58	AMANDA BEATRIZ DE MATOS	18289-3	0	20/10/1994	260.00	0.000	260.000
59	GLEONICE DE JESUS COELHO DE OLIVEIRA	18339-3	2	26/12/1978	260.00	0.000	260.000
60	SIDIANE LEITE	16471-2	2	05/07/1987	260.00	0.000	260.000
61	ELIZANE SEVERO	18167-6	3	08/02/1979	250.00	10.000	260.000
62	PATRICIA APARECIDA SBRUZZI	18188-9	0	23/04/1991	250.00	5.000	255.000
63	LETICIA DE FATIMA GONCALVES TIEPPO	17333-9	1	28/04/1987	250.00	2.000	252.000
64	MAIELEN NELZI DA SILVA	15193-9	0	03/04/1992	250.00	2.000	252.000
65	ROSELEI BRAGA CHRIST	17179-4	2	28/10/1969	240.00	10.000	250.000
66	EDILAINE MARIA TOIGO	18273-7	1	30/03/1986	250.00	0.000	250.000
67	LEANDRA APARECIDA AMALCABURIO	18207-9	1	07/07/1989	250.00	0.000	250.000
68	FATIMA LUDWIG	18270-2	0	21/08/1991	240.00	5.000	245.000
69	CLAUDETE TRENTON	15736-8	1	03/09/1983	230.00	10.000	240.000
70	MARISA SCHNEIDER	15346-0	0	12/06/1972	230.00	10.000	240.000
71	CRISTIANE FERNANDES THIBES DA SILVA	16433-0	2	28/11/1978	230.00	0.000	230.000
72	CAROLINE SOUZA DE LIMA	18306-7	1	02/04/1994	230.00	0.000	230.000
73	DYLVANNE ALVES DOS SANTOS	16688-0	0	07/11/1993	220.00	0.000	220.000
74	MARCELI JUNG COSTA BEBER	18342-3	1	06/03/1986	210.00	5.000	215.000

**ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - 20HS**

Publicação Nº 1774244

IBAM | TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:27

Superior completo  
009 - PROF. LINGUA INGLESA  
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	TÍTulos	Total
1	ROGERIO RICARDO	15220-0	2	10/08/1972	370.00	0.000	370.000
2	ANA PAULA MELLEARI	15373-7	1	25/07/1987	300.00	6.000	306.000
3	MARI PIAIA	15450-4	1	30/01/1972	290.00	0.000	290.000
4	ALESSANDRA CENDRON TONELLO	17120-4	1	23/06/1976	280.00	0.000	280.000
5	RAFAEL DE ANDRADE	18242-7	0	30/07/1989	270.00	0.000	270.000
6	CRISTIANE KUHLE CAPOBIANCO OLIVEIRA	15491-1	1	22/10/1971	260.00	0.000	260.000
7	SIDINEI ANTONIO ANTUNES	16716-9	0	16/06/1980	210.00	9.000	219.000

**ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Publicação Nº 1774247

IBAM | TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:27

Superior completo  
010 - PROF. LINGUA PORTUGUESA  
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	ANDREIA LEMES DONATTI	18190-0	0	25/12/1985	290.00	10.000	300.000
2	RONALDO PASINATO	15357-5	0	05/03/1985	290.00	10.000	300.000
3	MARTA MARIA FALCHETTI	17145-0	1	30/04/1971	290.00	10.000	300.000
4	LUCIANA PRONER CANALE	15103-3	1	23/01/1978	290.00	0.000	290.000
5	RAQUEL MEURER	15541-1	2	15/06/1982	240.00	0.000	240.000
6	NEIDI MARA JANKE	18237-0	2	13/06/1976	220.00	15.000	235.000
7	ALINE BUNHAK YAGNYCZ	15214-5	0	24/08/1992	210.00	2.000	212.000



# ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO PROFESSOR DE MATEMÁTICA - 20HS

Publicação Nº 1774249

IBAM | TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:28

Superior completo  
 011 - PROF. MATEMÁTICA  
 No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	SAMANTHA CRISTINA DAMBROZ PELICCIOLLI	15162-9	2	08/12/1988	330.00	8.000	338.000
2	ALINE KATIUCE SPEZZATTO	15359-1	1	01/02/1981	310.00	0.000	310.000
3	FELIPE SOMMER STALLBAUM	17260-0	1	13/01/1988	300.00	0.000	300.000
4	MARIA REGINA FALCHETTI	18313-0	0	27/05/1974	280.00	10.000	290.000
5	IVAN PELENTIR DISSEGNA	15769-4	0	13/07/1988	280.00	0.000	280.000
6	ANGELICA NASCIMENTO DOS PASSOS	17575-7	1	30/06/1982	270.00	7.000	277.000
7	MUANA BIAVA	17370-3	0	25/02/1994	260.00	0.000	260.000
8	EZINEIDE DE LIMA SANTOS	15260-9	1	25/03/1984	260.00	0.000	260.000
9	JOSE JOAOZINHO FALCHETTI	16702-9	1	20/07/1963	250.00	6.000	256.000
10	ARISTO SORLEI PEGORARO	18387-3	0	12/06/1996	240.00	1.000	241.000
11	CRISTIAN PICININ BITTENCOURT	15471-7	0	03/02/1990	240.00	0.000	240.000

# ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO TMNM - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Publicação Nº 1774255

IBAM | TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:28

Médio completo  
 013 - TMNM- ENFERMAGEM  
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	JOCENIR APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS	15093-2	1	03/10/1988	320.00	0.000	320.000
2	MARISTELA BLAKA	18494-2	1	16/07/1983	290.00	0.000	290.000
3	MARINES RODRIGUES DA SILVA	15583-7	1	24/01/1982	280.00	0.000	280.000
4	GISLAINE KUH	16830-0	0	08/04/1987	280.00	0.000	280.000
5	MARCIA DE OLIVEIRA GUEDES	16733-9	0	18/09/1990	280.00	0.000	280.000
6	TAYNARA ESTEFANIA PEREIRA DUARTE	15141-6	0	08/04/1989	280.00	0.000	280.000
7	THAIS ARIELI SALLES	15407-5	0	13/06/1992	260.00	0.000	260.000
8	JESSICA EMANUELI LASKOWSKI BACHINSKI	15171-8	0	15/09/1997	260.00	0.000	260.000
9	INES FALCHETTI	15745-7	3	29/12/1966	250.00	0.000	250.000
10	PATRICIA QUAIATTO	15507-1	1	25/09/1977	240.00	0.000	240.000
11	SILVANA GODINHO	17397-5	4	27/07/1981	220.00	0.000	220.000
12	CELOI FATIMA CARDOSO DEGENERONE	15881-0	2	13/09/1974	220.00	0.000	220.000
13	EMANOELA DOS SANTO	17248-0	2	10/03/1986	200.00	0.000	200.000

# ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.429 O QUAL HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO - CARGO TMNS ENFERMAGEM

Publicação Nº 1774211

IBAM | TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:26

Superior completo  
 001 - TMNS-ENFERMAGEM  
 No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	LILIANE LANHI	15105-0	0	24/11/1992	320.00	0.000	320.000
2	KAROLINE HARTMANN CESA	18500-0	1	20/10/1990	320.00	0.000	320.000
3	NEURIDIANE ISABELITA PASQUALIN	18392-0	1	26/07/1981	310.00	0.000	310.000
4	JULIA MARCON	15680-9	0	07/11/1994	310.00	0.000	310.000
5	HERICA APARECIDA BRESSAN BULGARELLI	18497-7	0	11/10/1993	280.00	0.000	280.000
6	CHAIANE DAL PRA	18389-0	0	20/01/1991	280.00	0.000	280.000
7	ANA PAULA MARTINAZZO	18335-0	0	10/11/1996	280.00	0.000	280.000
8	SUZIMARA FERREIRA VELHO	18415-2	1	24/11/1976	280.00	0.000	280.000
9	PATRICIA RAMBO	18501-9	0	31/01/1989	270.00	10.000	280.000
10	DEBBIE JESSICA GUESSER	18402-0	0	13/03/1989	270.00	5.000	275.000
11	DAIANE BOESING	18350-4	1	19/09/1983	270.00	5.000	275.000
12	MARCOS GIOVANI DE OLIVEIRA	15197-1	0	05/10/1977	270.00	0.000	270.000
13	JONIELI DE JESUS	18486-1	0	26/09/1994	260.00	0.000	260.000
14	ROSANE MARIA GERHARD BREIER	18197-8	2	18/04/1979	250.00	10.000	260.000
15	PAMELA SCHWINGEL	18450-0	0	25/09/1993	250.00	10.000	260.000
16	LUCIANA BOTTIN	17811-0	1	29/06/1984	260.00	0.000	260.000
17	CLEIVANIA PELIM	17317-7	2	26/03/1981	250.00	0.000	250.000
18	MARIANI APARECIDA BARP	18303-2	0	14/05/1995	240.00	1.000	241.000
19	FABIANE FORCELINI TRENTO	17010-0	1	25/02/1986	230.00	0.000	230.000
20	CRISLAINE APARECIDA PRADO	15367-2	1	16/04/1995	230.00	0.000	230.000
21	MARI TERESINHA NERES DONADEL	18308-3	4	07/11/1970	220.00	0.000	220.000

**ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.430 O QUAL HOMOLOGA O TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - CARGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 03 ESF DOS ALPES**

Publicação Nº 1774276

IBAM | TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-PROC SELETIVO | PAG: 1  
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:17

Fundamental completo  
105 - ACS-MICRO AREA 03  
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	IVANILDE MANTOANI	16604-9	3	02/08/1969	250.00	0.000	250.000
2	ANGELITA DA SILVA	15390-7	0	17/09/1988	240.00	0.000	240.000
3	PALOMA MUNIZ	15508-0	1	10/01/1994	200.00	0.000	200.000

ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.430 O QUAL HOMOLOGA O TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - CARGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 05 ESF EDELWEISS

Publicação Nº 1774292

IBAM		TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-PROC SELETIVO				PAG: 1		
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação								
Fundamental completo								
114 - ACS-MICRO AREA 05								
No. de vagas: 1								
Class.	Nome do Candidato		No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	TANIA BEHREND		15622-1	1	16/06/1980	250.00	0.000	250.000

**ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.430 O QUAL HOMOLOGA O TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - CARGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 06 ESF DOS ALPES**

Publicação Nº 1774277

IBAM		TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-PROC SELETIVO				PAG: 1	
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação						11/10/2018 - 15:17	
Fundamental completo							
106 - ACS-MICRO AREA 06							
No. de vagas: 1							
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	GISELE JESUS DOS SANTOS	18232-0	3	18/10/1980	250.00	0.000	250.000

**ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.430 O QUAL HOMOLOGA O TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - CARGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 08 ESF EDELWEISS**

Publicação Nº 1774279

IBAM		TREZE TIJAS 2018-PREFEITURA-PROC SELETIVO				PAG: 1			
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação									
Fundamental completo									
107 - ACS-MICRO AREA 08									
No. de vagas: 1									
Class.	Nome do Candidato			No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	DILES BATTISTELLA			18381-4	2	14/07/1975	280.00	0.000	280.000
2	ROSANE SALETE DE LIMA			15244-7	1	03/09/1976	260.00	0.000	260.000
3	FABIELI DE CASSIA RODRIGUES PARISOTTO			15064-9	1	20/05/1987	260.00	0.000	260.000
4	NAYARA TALITA DE GOIS			17627-3	0	18/09/1997	260.00	0.000	260.000
5	MARISA SCHNEIDER			15122-0	0	12/06/1972	250.00	0.000	250.000
6	EVELYN KAIENE JUNGES			15291-9	0	27/07/1997	240.00	0.000	240.000
7	DANIELE ANDRESSA STOBBE			18479-9	0	13/05/1998	230.00	0.000	230.000
8	JOSIANE PATRICIA DOS SANTOS			18473-0	0	27/05/1997	230.00	0.000	230.000



**ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.430 O QUAL HOMOLOGA O TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - CARGO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 10HS**

Publicação Nº 1774281

IBAM | TREZE TIJAS 2018-PREFEITURA-PROC SELETIVO | PAG: 1  
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:18

Fundamental incompleto  
108 - AUXILIAR DE SERV GERAIS  
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	DANIEL MATHEUS DE AVILLA	17266-9	0	04/03/1997	240.00	0.000	240.000
2	LURDES MATTANA	15215-3	3	11/02/1960	240.00	0.000	240.000
3	SILVANA APARECIDA CARDOZO	18279-6	3	22/09/1983	210.00	0.000	210.000
4	MARCIA APARECIDA VIDAL DE SOUZA	18247-8	2	27/06/1990	210.00	0.000	210.000

**ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.430 O QUAL HOMOLOGA O TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - CARGO COZINHEIRA - 40HS**

Publicação Nº 1774282

IBAM	TREZE TIJAS 2018-PREFEITURA-PROC SELETIVO				PAG: 1	
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação						
Fundamental completo						
109 - COZINHEIRA 40H						
No. de vagas: 0						
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos
1	DIRLEI FATIMA FREITAS SONDA	15261-7	2	08/07/1976	260.00	0.000
2	JJANAINA ODETE FARHERR HINZ	18042-4	2	19/02/1976	250.00	0.000
3	CARMEN LUCIA DE LIMA FETZ	15808-9	5	26/04/1963	200.00	0.000
4	MARIA APARECIDA DA SILVA	16653-7	0	08/12/1977	150.00	0.000
5	NAIR SIEBAUER PERGHER	18193-5	1	13/09/1974	150.00	0.000
					Total	150.000

# ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.430 O QUAL HOMOLOGA O TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - CARGO INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIOS (ARTESANATO)

Publicação Nº 1774284

IBAM		TREZE TIJAS 2018-PREFEITURA-PROC SELETIVO			PAG: 1	
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação						
Fundamental completo						
111 - IAO-ARTESANATO						
No. de vagas: 1						
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos
1	MICHELE CORREA TIRITAN	16560-3	2	22/12/1978	280.00	0.000
2	EDILEUZA DE BRITO COSTA LOPES	15223-4	3	13/11/1970	260.00	0.000
3	PATRICIA GOMES DE CAMPOS	15305-2	1	18/01/1977	240.00	0.000
4	ANA CRISTIANE BEZERRA GOMES VIANA	15446-6	2	26/07/1967	220.00	0.000
5	GEMA BAU	17384-3	2	23/02/1959	160.00	0.000
						160.000

**ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.430 O QUAL HOMOLOGA O TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - CARGO INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIOS (CULINÁRIA)**

Publicação Nº 1774287

IBAM		TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-PROC SELETIVO				PAG: 1	
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação						11/10/2018 - 15:18	
Fundamental completo							
112 - IAO-CULINARIA							
No. de vagas: 1							
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	IVADETE APARECIDA SERIGHELLI FELSNER	17254-5	4	01/07/1969	200.00	0.000	200.000

# ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.430 O QUAL HOMOLOGA O TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - CARGO INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIOS (TRICÔ E CROCHÊ)

Publicação Nº 1774288

IBAM | TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-PROC SELETIVO | PAG: 1  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:19

Fundamental completo  
 113 - IAO-TRICÔ E CROCHE  
 No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	GABRIELI TORTELI	15712-0	0	30/01/1996	270.00	0.000	270.000
2	ACASSIA NADJA DE ARAUJO ARRUDA GOMES	16336-8	2	11/05/1967	260.00	0.000	260.000
3	ODETE FATIMA BALDO MARANGONI	18422-5	2	18/11/1967	230.00	0.000	230.000

**ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.430 O QUAL HOMOLOGA O TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - CARGO PROFESSOR DE MÚSICA**

Publicação Nº 1774274

IBAM | TREZE TILIAS 2018-PREFEITURA-PROC SELETIVO | PAG: 1  
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:13

Superior completo  
101 - PROFESSOR DE MUSICA  
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	RODRIGO ALVES DE BORBA	16705-3	0	18/08/1998	250.00	0.000	250.000
2	CLEYTON RAFAEL DE SOUZA MILLEO	15835-6	1	03/02/1974	230.00	0.000	230.000
3	GILVANE PAULO LEISER	18202-8	0	26/02/1990	160.00	5.000	165.000

# ANEXO INTEGRANTE AO DECRETO Nº 2.430 O QUAL HOMOLOGA O TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - CARGO TMNM TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Publicação Nº 1774275

IBAM | TREZE TIJAS 2018-PREFEITURA-PROC SELETIVO | PAG: 1  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 11/10/2018 - 15:17

Médio completo  
 103 - TMNM-ENFERMAGEM  
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	GISLAINE KUHL	16827-0	0	08/04/1987	200.00	0.000	200.000
2	MARISTELA BLAKA	18480-2	1	16/07/1983	190.00	0.000	190.000
3	TATIANE BRUSTOLIN	18354-7	1	23/05/1990	190.00	0.000	190.000
4	JOCIELI DOS SANTOS	17409-2	1	16/03/1993	170.00	0.000	170.000



**DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 2.429 - CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2018 DE 20/06/2018**

Publicação Nº 1774201

***Estado de Santa Catarina***  
***Prefeitura Municipal de Treze Tílias*****DECRETO Nº 2.429/2018 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018**

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DA RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da lei,

Considerando a conclusão dos serviços de operacionalização e execução das fases do Concurso Público e a regularidade formal dos procedimentos adotados e regradados pelo Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018;

Considerando que todo o processo do Concurso Público obedeceu às vinculações ao Edital e às normas de Direito aplicáveis à matéria, tanto na defesa do interesse público, quanto na defesa dos interesses dos concorrentes;

Considerando que em todas as fases do Concurso Público houve o respeito à garantia do direito de defesa e do contraditório das decisões adotadas e estas mereceram ampla publicidade;

Considerando o término do prazo para a interposição de recursos em face dos resultados das provas, do resultado final e da classificação;

**D E C R E T A:**

Art. 1º. Fica homologado o resultado final/definitivo com a respectiva colocação em “ordem crescente de classificação” e de acordo com os cargos disputados, oriundos do Concurso Público - Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018, cujos os candidatos (classificados) estão expostos em tabela anexa integrante a este Decreto, contendo 16 (dezesesseis) páginas numeradas em ordem crescente e devidamente assinada pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º. Não houveram candidatos inscritos para o seguinte cargo:  
- Cargo 005 Professor de Alemão – 40hs;

Fone: (49) 3537-0176 \* Fax: 3537-0166 \* Gabinete Prefeito: 3537-0200 \* Praça Ministro Andréas Thaler, 25  
\* 89650-000 \* Treze Tílias / SC \* e-mail: trezetilias@trezetilias.sc.gov.br  
Site: www.trezetilias.com.br





*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC, em 15 de outubro de 2018.

MAURO DRESCH  
*Prefeito*

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

Fone: (49) 3537-0176 \* Fax: 3537-0166 \* Gabinete Prefeito: 3537-0200 \* Praça Ministro Andréas Thaler, 25  
\* 89650-000 \* Treze Tílias / SC \* e-mail: trezetilias@trezetilias.sc.gov.br  
Site: www.trezetilias.com.br



**DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 2.430 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO EDITAL 01/2018 DE 20/06/2018**

Publicação Nº 1774263



*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

**DECRETO Nº 2.430/2018 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018**

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DA RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da lei,

Considerando a conclusão dos serviços de operacionalização e execução das fases do Teste Seletivo e a regularidade formal dos procedimentos adotados e regradados pelo Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018;

Considerando que todo o processo do Teste Seletivo obedeceu às vinculações ao Edital e às normas de Direito aplicáveis à matéria, tanto na defesa do interesse público, quanto na defesa dos interesses dos concorrentes;

Considerando que em todas as fases do Teste Seletivo houve o respeito à garantia do direito de defesa e do contraditório das decisões adotadas e estas mereceram ampla publicidade;

Considerando o término do prazo para a interposição de recursos em face dos resultados das provas, do resultado final e da classificação;

**D E C R E T A:**

Art. 1º. Fica homologado o resultado final/definitivo com a respectiva colocação em “ordem crescente de classificação” e de acordo com os cargos disputados, oriundos do Teste Seletivo - Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018, cujos os candidatos (classificados) estão expostos em tabela anexa integrante a este Decreto, contendo 11 (onze) páginas numeradas em ordem crescente e devidamente assinada pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º. Não houveram candidatos classificados para os seguintes cargos:

- Cargo 102 Treinador de modalidades esportivas – Judô;
- Cargo 104 Agente Comunitário de Saúde – Micro área 02;
- Cargo 110 Cozinheira – 20hs;

Fone: (49) 3537-0176 \* Fax: 3537-0166 \* Gabinete Prefeito: 3537-0200 \* Praça Ministro Andréas Thaler, 25  
\* 89650-000 \* Treze Tílias / SC \* e-mail: trezetilias@trezetilias.sc.gov.br  
Site: www.trezetilias.com.br





*Estado de Santa Catarina*  
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias*

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC, em 15 de outubro de 2018.

MAURO DRESCH  
*Prefeito*

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

Fone: (49) 3537-0176 \* Fax: 3537-0166 \* Gabinete Prefeito: 3537-0200 \* Praça Ministro Andréas Thaler, 25  
\* 89650-000 \* Treze Tílias / SC \* e-mail: trezetilias@trezetilias.sc.gov.br  
Site: www.trezetilias.com.br



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2018

Publicação Nº 1774783

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2018  
DATA: 16/10/2018

OBJETO: Contratação de serviços editoriais, da obra literária sobre o Município de Trombudo Central, escrita pelo autor Saulo Adami, com o título "A história de cada um é a de todos.

VALOR TOTAL: R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais)

CONTRATADA: Heidi Gisele Gonçalves Borges – Edição de Livros

EMBASAMENTO LEGAL: Inciso II do Artigo 24 da Lei Federal 8666/93 de 21 de junho de 1993 e demais alterações posteriores.

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

### EDITAL 001/18 - CMDCA - INSCRIÇÕES

Publicação Nº 1774594

CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Praça Arthur Siewerdt, nº 01 – Centro-89176-000– Trombudo Central

Fone: 47- 3544- 0271

E-mail: cmdca-tc@hotmail.com.

EDITAL CMDCA 001/2018.

Relação dos inscritos para o processo eleitoral em 09/12/18 para vaga de Conselheiro Tutelar Suplente, conforme abaixo descritos:

Nº do Candidato	Nome do Candidato
001	Thaine Weiss
002	Francieli Kolm Kopsch
003	Greici Palte da Silva
004	Maikon Israel
005	Suzana Luiza Deitos

Trombudo Central, 16 de outubro de 2018.

IVO MOACYR HASSE

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente de

Trombudo Central – SC

# Tunápolis

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 141/2018

Publicação Nº 1774203

#### CONTRATO Nº 141/2018

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa COMERCIAL SPIES, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob no nº 84.375.302/0001-34 com sede na Rua João Castilho, nº108, Bairro Centro, Município de Tunápolis – SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 205/2018 e Pregão Presencial nº 146/2018.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE SERÃO DESTINADOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, conforme especificações e quantitativos constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	custos	
					Unitário	Global
3	Alho roxo de boa qualidade, tamanho médio, maturação adequada para o consumo.	kg.	Guaresi	25	18,90	472,50
5	Aveia em flocos fino. Embalagem de 200 gr. Validade mínima 4 meses a contar da entrega	Unid.	Apti	15	2,50	37,50
7	Batata monalisa especial de primeira qualidade, maturação adequada para o consumo, fresca, casca limpa e lisa, tamanho médio e uniforme	Kg	Guaresi	280	1,74	487,20
13	Canjiquinha fina (quirera) pct 500 gr -obtido a partir de matéria-prima sãs e limpas, isento de sujidades e materiais estranhos	Unid	Beatriz/Hicari	08	1,98	15,84
15	Casco de bombona de agua	Unid	Danferrana	5	18,90	94,50
16	Casco de gás p13	Unid.	Liquigás	2	148,00	296,00
17	Coxa sobre coxa desossada congelada - isento de vestígio de descongelamento, odor desagradável e forte, parasitas, larvas. Devidamente selada. Embalagem com peso, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção.	Kg	Mais Frango	150	6,44	966,00
19	Farinha de trigo integral, fina, de 1ª qualidade, com no mínimo 6g de fibra alimentar em 50g do produto seco. Embalagem primária: sacos de papel de 1kg.	KG	Orquidea	30	3,20	96,00
21	Lentilha tipo 1, classe graúda. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega	Unid	Valar	30	5,19	155,70

24	Manga rosa de primeira qualidade in natura. Casca lisa, coloração uniforme, maturação adequada para consumo	Kg	Guaresi	400	3,98	1.592,00
26	Melado batido, pote de 800gr. Com coloração própria e uniforme, consistência cremosa. Validade mínima de 6 meses da entrega	Unid	Bressan	30	10,49	314,70
TOTAL GERAL					4.527,94	

**CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO**

2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 4.527,94 (quatro mil quinhentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos) cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, 10 (dez) dias, após entrega dos gêneros alimentícios e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais conforme objeto deste contrato, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

2.4. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.**

3.1. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação, localizado na Rua João Castilho,111, de forma parcelada, conforme cronograma fornecido pela Nutricionista da Secretaria Municipal da Educação, o cronograma deverá ser obedecido conforme dia e horário nele estabelecido.

3.2. Os gêneros alimentícios, objeto deste contrato, serão recebidos pela Nutricionista da Secretaria Municipal da Educação, ocasião em que serão verificados os cumprimentos dos requisitos avençados.

3.3 No caso de irregularidade ou incompatibilidade dos alimentos fornecidos em relação à proposta declarada vencedora, bem como em relação às demais condições estabelecidas neste contrato, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se o CONTRATADO às penalidades cabíveis.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

4.1 O Contratado obriga-se fornecer os itens contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 205/2018 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 O CONTRATADO responderá por eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de vício ou irregularidade na execução do objeto contratado.

4.3 Fornecer os produtos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidades solicitadas na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu recebimento, não estarem na perfeita conformidade com as referidas especificações constantes do anexo I do Edital de licitação.

4.4 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

5.1 O Município obriga-se adquirir os gêneros alimentícios acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

**CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS, FONTES DOS RECURSOS E PRAZO**

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (40,41,60,61,86,87) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2018.

6.2 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de dezembro de 2018, iniciando-se na data de sua assinatura.

**CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES**

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

**CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE**

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga – SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., em 01 de outubro de 2018.

RENATO PAULATA COMERCIAL SPIES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO

CONTRATANTE



Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

CAMILA HAWRYSZKO ROSAR Nutricionista da Educação  
Fiscal deste Contrato.

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## CONTRATO Nº 142/2018

Publicação Nº 1774204

CONTRATO Nº 142/2018

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa CONFEITARIA GOSTINHO BOM LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 00.274.687/0001-53 com sede na Rua Santa Cruz, nº143, Bairro Centro, Município de Tunápolis – SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 205/2018 e Pregão Presencial nº 146/2018.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE SERÃO DESTINADOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, conforme especificações e quantitativos constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Especificação	Unid.		Quant.	custos	
			Marca		Unitário	Global
09	Bebida láctea fermentada com polpa de fruta morango e coco - embalagem 900ml	Unid	COOMILP	600	2,24	1.344,00
18	Cuca recheada nos sabores doce de leite , chocolate e framboesa, de primeira qualidade, fresca , macia, tamanho uniforme. Produzida de acordo com as praticas de manipulação de alimentos. Com rotulagem	Kg	GOSTINHO BOM	150	7,37	1.105,50
28	Pão doce - sabores creme baunilha, chocolate e framboesa. Frescos macio, tamanho uniforme. Produzido de acordo com as praticas de manipulação de alimentos. Com rotulagem	Kg	GOSTINHO BOM	100	7,69	769,00
30	Sanduíche - feito com pão de forma integral, maionese, 1 fatia de queijo mussarela, 1 fatia de presunto cozido. Embalados com papel pvc, individualmente	UNID	GOSTINHO BOM	600	1,97	1.182,00
TOTAL GERAL					4.400,50	

### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R4.400,50 (quatro mil e quatrocentos reais e cinquenta centavos) cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, 10 (dez) dias, após entrega dos gêneros alimentícios e efetiva apresentação da nota fiscal.
- 2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais conforme objeto deste contrato, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.
- 2.3 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.
- 2.4. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

- 3.1. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação, localizado na Rua João Castilho,111, de forma parcelada, conforme cronograma fornecido pela Nutricionista da Secretaria Municipal da Educação, o cronograma deverá ser obedecido conforme dia e horário nele estabelecido.
- 3.2. Os gêneros alimentícios, objeto deste contrato, serão recebidos pela Nutricionista da Secretaria Municipal da Educação, ocasião em que

serão verificados os cumprimentos dos requisitos avençados.

3.3 No caso de irregularidade ou incompatibilidade dos alimentos fornecidos em relação à proposta declarada vencedora, bem como em relação às demais condições estabelecidas neste contrato, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se o CONTRATADO às penalidades cabíveis.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O Contratado obriga-se fornecer os itens contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 205/2018 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 O CONTRATADO responderá por eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de vício ou irregularidade na execução do objeto contratado.

4.3 Fornecer os produtos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidades solicitadas na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu recebimento, não estarem na perfeita conformidade com as referidas especificações constantes do anexo I do Edital de licitação.

4.4 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os gêneros alimentícios acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS, FONTES DOS RECURSOS E PRAZO

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (40,41,60,61,86,87) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2018.

6.2 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de dezembro de 2018, iniciando-se na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga – SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, em 01 de outubro de 2018.

RENATO PAULATA

CONFEITARIA GOSTINHO BOM

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO

CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

CAMILA HAWRYSZKO ROSAR Nutricionista da Educação

Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259.60

### CONTRATO Nº 143/2018

Publicação Nº 1774205

CONTRATO Nº 143/2018

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa SUPERMERCADO VENEZAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob no nº

78.272.994/0001-92 com sede na Rua Padre Balduino Rambo, nº83, Bairro Centro, Município de Tunápolis – SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 205/2018 e Pregão Presencial nº 146/2018.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE SERÃO DESTINADOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, conforme especificações e quantitativos constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	custos	
					Unitário	Global
1	Abacaxi perola maduro acima de 1 kg, de primeira qualidade, in natura, maturação adequada para o consumo	Unid.	VENEZA	50	4,50	225,00
2	Açúcar mascavo, embalagem de 1 kg, não deve apresentar sujidade, umidade, bolor. Prazo de validade no mínimo 6 meses a contar da data de entrega.	Unid.	KLEIN	20	6,95	139,00
4	Arroz integral – características técnicas: classe: longo, fino, tipo i integral. O produto não deve apresentar mofo, substâncias nocivas, preparação final dietética inadequada (empapamento). Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno, transparente, atóxico. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	Kg	FAZENDA	10	3,80	38,00
6	Banana caturra de boa qualidade, semi madura, livre de manchas pretas, firme.	Kg	VENEZA	1500	1,65	2.475,00
8	Batata salsa ou mandioquinha, tamanho uniforme, maturação adequada para o consumo.	Kg	VENEZA	20	4,98	99,60
10	Bebida láctea uht sabor chocolate - embalagem 200ml	Unid.	PIRADIKS	600	0,95	570,00
12	Canela em pó. Embalagem primária: tubo contendo 20 g. Validade mínima: 06 meses	Unid.	INCAS	10	3,00	30,00
20	Leite pasteurizado longa vida uht embalagem tetra park 1 lt. Embalagem intacta, bem vedada, com rotulo, data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto. Validade mínima 4 meses a contar da entrega	Unid.	TIROL	1200	2,69	3.228,00
22	Lingüiça de frango – embalagem 800g . Com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo no máximo 3%.	Kg	VENEZA	60	11,40	684,00
23	Mamão formosa, in natura, maturação adequada para o consumo	Kg	VENEZA	600	3,35	2.010,00
25	Melancia graúda de primeira qualidade, cor uniforme, maturação adequada para o consumo	Kg	VENEZA	600	1,80	1.080,00
29	Pera importada - maturação adequada para o consumo, fresca, casca limpa	Kg		20	5,50	110,00
32	Suco de maçã integral embalagem 1 lt, sem adição de açúcar validade mínima 90 dias a contar da data de entrega	Unid.	BELLA VITA	20	6,98	139,60
33	Suco de uva integral embalagem 1 lt, sem adição de açúcar . Validade mínima 90 dias a contar da data de entrega	Unid.	BELLA VITA	60	6,90	414,00

34	Tomate vermelho fresco, maturação adequada para o consumo	Kg	VENEZA	380	3,75	1.425,00
	TOTAL GERAL				12.667,20	

**CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO**

2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 12.667,20 (doze mil seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos) cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, 10 (dez) dias, após entrega dos gêneros alimentícios e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais conforme objeto deste contrato, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

2.4. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.**

3.1. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação, localizado na Rua João Castilho,111, de forma parcelada, conforme cronograma fornecido pela Nutricionista da Secretaria Municipal da Educação, o cronograma deverá ser obedecido conforme dia e horário nele estabelecido.

3.2. Os gêneros alimentícios, objeto deste contrato, serão recebidos pela Nutricionista da Secretaria Municipal da Educação, ocasião em que serão verificados os cumprimentos dos requisitos avençados.

3.3 No caso de irregularidade ou incompatibilidade dos alimentos fornecidos em relação à proposta declarada vencedora, bem como em relação às demais condições estabelecidas neste contrato, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se o CONTRATADO às penalidades cabíveis.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

4.1 O Contratado obriga-se fornecer os itens contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 205/2018 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 O CONTRATADO responderá por eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de vício ou irregularidade na execução do objeto contratado.

4.3 Fornecer os produtos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidades solicitadas na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu recebimento, não estarem na perfeita conformidade com as referidas especificações constantes do anexo I do Edital de licitação.

4.4 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

5.1 O Município obriga-se adquirir os gêneros alimentícios acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

**CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS, FONTES DOS RECURSOS E PRAZO**

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (40,41,60,61,86,87) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2018.

6.2 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de dezembro de 2018, iniciando-se na data de sua assinatura.

**CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES**

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

**CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE**

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga – SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., em 01 de outubro de 2018

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

SUPERMERCADO VENEZA

CONTRATADO

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

CAMILA HAWRYSZKO ROSAR Nutricionista da Educação  
fiscal deste contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## CONTRATO Nº 144/2018

Publicação Nº 1774206

CONTRATO Nº 144/2018

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa PADARIA E CONFEITARIA DELICIAS DO OESTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 10.730.739/0001-02 com sede na Rua João Castilho, nº282, Bairro Centro, Município de Tunápolis – SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 205/2018 e Pregão Presencial nº 146/2018.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE SERÃO DESTINADOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, conforme especificações e quantitativos constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Especificação	Unid.		Quant.	custos	
			Marca		Unitário	Global
31	Sorvete acondicionado em pote individual, fechado, com no mínimo 80g - sabores chocolate, morango e creme	Unid.	DELICIAS DO OESTE	600,00	3,45	2.070,00
	TOTAL GERAL				2.070,00	

### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 2.070,00(dois mil e setenta reais) cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, 10 (dez) dias, após entrega dos gêneros alimentícios e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais conforme objeto deste contrato, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

2.4. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação, localizado na Rua João Castilho,111, de forma parcelada, conforme cronograma fornecido pela Nutricionista da Secretaria Municipal da Educação, o cronograma deverá ser obedecido conforme dia e horário nele estabelecido.

3.2. Os gêneros alimentícios, objeto deste contrato, serão recebidos pela Nutricionista da Secretaria Municipal da Educação, ocasião em que serão verificados os cumprimentos dos requisitos avençados.

3.3 No caso de irregularidade ou incompatibilidade dos alimentos fornecidos em relação à proposta declarada vencedora, bem como em relação às demais condições estabelecidas neste contrato, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se o CONTRATADO às penalidades cabíveis.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O Contratado obriga-se fornecer os itens contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 205/2018 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 O CONTRATADO responderá por eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de vício ou irregularidade na execução do objeto contratado.

4.3 Fornecer os produtos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidades solicitadas na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu recebimento, não estarem na perfeita conformidade com as referidas especificações constantes do anexo I do Edital de licitação.

4.4 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os gêneros alimentícios acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS, FONTES DOS RECURSOS E PRAZO

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (40,41,60,61,86,87) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2018.

6.2 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de dezembro de 2018, iniciando-se na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga – SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., em 01 de outubro de 2018

RENATO PAULATA PADARIA DELICIAS DO OESTE

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO

CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

CAMILA HAWRYSZKO ROSAR Nutricionista da Educação

FISCAL DESTE CONTRATO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

### CONTRATO Nº 145/2018

Publicação Nº 1774207

#### CONTRATO Nº 145/2018

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa CLERIA MARIA SCHNEIDERS FLACH, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 08.263.427/0001-94 com sede na Rua Padre Balduino Rambo, nº37, Bairro Centro, Município de Tunápolis – SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 205/2018 e Pregão Presencial nº 146/2018.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na GÊNEROS ALIMENTICIOS QUE SERÃO DESTINADOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS



ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, conforme especificações e quantitativos constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	custos	
					Unitário	Global
11	Bife de carne patinho fresco ou congelado, sem osso. Isento de vestígio de descongelamento, gordura, cartilagem e aponervose, esverdeada, odor desagradável e forte, parasitas, larvas. Devidamente selada. Embalagem com peso, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção. Embalagem de 1 a 2 kg	Kg	FRIG FLACH	150	18,00	2.700,00
14	Carne bovina moída de primeira qualidade. Fresco ou congelado, sem osso. Isento de vestígio de descongelamento, gordura, cartilagem e aponervose, esverdeada, odor desagradável e forte, parasitas, larvas. Devidamente selada. Embalagem com peso, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção. Embalagem de 1 a 2 kg	Kg	FRIG FLACH	400	9,90	3.960,00
27	Musculo sem osso - resfriado ou congelado, de primeira qualidade, isenta de ossos, com pouca gordura e nervos. Devidamente selada, embalagem com peso, prazo de validade, carimbos oficiais, selo de inspeção. Embalagem de 1 kg	Kg	FRIG FLACH	12	12,85	154,20
	TOTAL GERAL				6.814,20	

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 6.814,20(seis mil oitocentos e quatorze reais e vinte centavos) cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, 10 (dez) dias, após entrega dos gêneros alimentícios e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais conforme objeto deste contrato, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

2.4. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação, localizado na Rua João Castilho,111, de forma parcelada, conforme cronograma fornecido pela Nutricionista da Secretaria Municipal da Educação, o cronograma deverá ser obedecido conforme dia e horário nele estabelecido.

3.2. Os gêneros alimentícios, objeto deste contrato, serão recebidos pela Nutricionista da Secretaria Municipal da Educação, ocasião em que serão verificados os cumprimentos dos requisitos avençados.

3.3 No caso de irregularidade ou incompatibilidade dos alimentos fornecidos em relação à proposta declarada vencedora, bem como em relação às demais condições estabelecidas neste contrato, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se o CONTRATADO às penalidades cabíveis.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O Contratado obriga-se fornecer os itens contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 205/2018 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 O CONTRATADO responderá por eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de vício ou irregularidade na execução do objeto contratado.

4.3 Fornecer os produtos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidades solicitadas na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu recebimento, não estarem na perfeita conformidade com as referidas especificações constantes do anexo I do Edital de licitação.

4.4 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os gêneros alimentícios acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS, FONTES DOS RECURSOS E PRAZO



6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (40,41,60,61,86,87) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2018.

6.2 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de dezembro de 2018, iniciando-se na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga – SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., em 01 de outubro de 2018

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

CLERIA MARIA SCHNEIDERS FLACH  
CONTRATADO

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

CAMILA HAWRYSZKO ROSAR Nutricionista da Educação  
Fiscal deste contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieffer  
CPF: 020.226.259.60

## CONTRATO Nº 146/2018

Publicação Nº 1774208

### CONTRATO Nº 146/2018

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução imediata, Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa BORDO ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 25.299.551/0001-29, estabelecida na Avenida Cerro Largo, nº 474, Sala 02, Centro, Município de Tunápolis - SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA MÃO DE OBRA PARA REFORMA DA QUADRA DE ESPORTES DO GINÁSIO DE LINHA FÁTIMA CONFORME PROJETO TECNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA,e ART, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 16/2018, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA MÃO DE OBRA PARA REFORMA DA QUADRA DE ESPORTES DO GINÁSIO DE LINHA FÁTIMA, CONFORME PROJETO TECNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	1,00	UND	15.661,04	CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA MÃO DE OBRA PARA REFORMA DA QUADRA DE ESPORTES DO GINÁSIO DE LINHA FÁTIMA CONFORME PROJETO TECNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA,e ART .

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO**

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 30 (trinta) dias a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 - Os serviços deverão ter início no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.3 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.5 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo

termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 15.661,04 (Quinze mil e seiscentos e sessenta e um reais e quatro centavos).

4.2 - O pagamento e liquidação das notas fiscais, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, CONFORME BOLETIM DE MEDIÇÃO.

4.2.1 - O pagamento será efetuado mediante recebimento da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.
- Cópia das Guias de Recolhimento do FGTS e INSS;
- Relatório dos serviços prestados;
- Registro mensal do Ponto dos funcionários conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;
- Folhas e comprovantes mensais de Pagamento dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;
- Certidão atualizada dos documentos exigidos no edital de Tomada de Preços nº 16/2018.

4.3 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no edital, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.4 - Nos aspectos previdenciários, será ainda observado o que dispõe a legislação previdenciária vigente.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE**

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (91) do Município de Tunápolis do ano 2018.

**CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

7.1 - O Município de Tunápolis por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

8.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao Município de Tunápolis ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos do Município de Tunápolis, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.5 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.6 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.7 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.8 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.9- A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado a terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.10 A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

#### CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 16/2018, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### CLÁUSULA DÉCIMA- PENALIDADES

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

10.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2 - Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

10.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

10.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

11.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o FUNDO utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

13.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

13.3 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

13.4 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

13.5 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

13.6 - Decorridos trinta (30) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

13.7 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS MEDIÇÕES

14.1 - A medição será elaborada pelo engenheiro da empresa e homologado pelo engenheiro da prefeitura e setor de projetos, sendo obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

15.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

16.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

16.2 – A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

16.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

16.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido, unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

**16.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:**

- a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
  - b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
  - c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;
  - d) O atraso injustificado no início da obra;
  - e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;
  - f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;
  - g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;
  - h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.
  - i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
  - j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
  - k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
  - l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
  - m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- 16.2.4 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 16.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

**CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

TUNÁPOLIS – SC., 04 de Outubro de 2018

RENATO PAULATA	Bordo Engenharia Ltda
Prefeito Municipal	CONTRATADA
CONTRATANTE	

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Elói Wink  
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

**CONTRATO Nº 147/2018**

Publicação Nº 1774209

**CONTRATO Nº 147/2018**

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.257.777/0001-24, sito na Rua Duque de Caxias, 626, sala 101, centro, no Município de Maravilha/SC neste ato devidamente representado pelo Procurador o Sr. Renato Adriano Seibt e doravante denominado CONTRATADA resolvem celebrar o presente contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS) PARA REPAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PADRE BALDUINO RAMBO, CENTRO DESTE MUNICÍPIO, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 15/2018, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS) PARA REPAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PADRE BALDUINO RAMBO, CENTRO DESTE MUNICÍPIO.

ITEM	Quantidade	Unid.	Marca	Preço Máximo	Especificação
1	1,00	UND	GAIA RODOVIAS	39.122,54	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS) PARA REPAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PADRE BALDUINO RAMBO, CENTRO DESTE MUNICÍPIO

#### 3.0 CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 30(trinta dias) a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 - Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.3 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.5 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 39.122,54 (trinta e nove mil e cento e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

4.2 - O pagamento e liquidação das notas fiscais, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, CONFORME BOLETINS DE MEDIÇÃO.

4.2.1 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.

- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;

- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período;

- Cópia das Negativas de débito com o INSS, FGTS, Municipal, Estadual, Federal e Trabalhista.

4.3 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 4.2 do contrato, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.4 - Incidirá sobre o valor total das Notas Fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS) na alíquota de 3%, incidente sobre o valor total da Nota Fiscal, na forma do Código Tributário Municipal, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária sobre o valor total dos pagamentos efetuados, pela alíquota cabível (11%) para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente, sem prejuízo das demais condições legalmente estabelecidas.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

6.1 - O prazo de execução para a conclusão da obra é 30 (trinta dias) a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 ( dez ) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: 131,132 da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2018.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO



8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

8.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA não poderá subempreitar os serviços a ela adjudicados.

9.3 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.5 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.6 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.7 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.8 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.9 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.10 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.11 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.12 - A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado à terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.13 - A CONTRATADA deverá fazer a matrícula da obra junto a Previdência Social, entregando cópia da mesma para o município.

9.14 - A CONTRATADA deverá fornecer (após a execução da obra) os referidos laudos técnicos atestando a espessura, densidade e teor de CAP 50/70 na mistura, bem como, será responsável pela obtenção e apresentação das Licenças Ambientais de Operação da empresa, relativas às unidades de Industrialização de Asfalto (usina de asfalto) e Britagem, de onde serão fornecidos os materiais.

9.15 - Confeccionar, instalar e manter placas indicativas, sinalizadores, barreiras, sinais vermelhos, sinais de perigo, sinais de desvio e outros, em quantidade suficiente, sendo esta uma das condições para liberação das medições, se responsabilizando pela sinalização do Trânsito conforme normas definidas pela Legislação de Trânsito.

9.16 - Comunicar antecipadamente o MUNICÍPIO, da necessidade de bloqueio de vias, devendo aguardar aprovação para sua efetiva execução.

9.17. A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

#### CLAUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços Nº 208/2018 para Obras e Serviços de Engenharia nº 15/2018, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2 - Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.4 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.5 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.6 - Decorridos trinta (30) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executados e aceitos pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.7 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES**

15.1 - A medição será elaborada de acordo com o Engenheiro Civil deste Município, sendo obrigatoriamente assinada pelo mesmo e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 – A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido, unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado no início da obra;

e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;

g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.



E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC., 05 de Outubro de 2018

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

GAIA RODOVIAS LTDA

CONTRATADA

Renato Adriano Seibt Procurador

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Volmir Pedro Lawisch

Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

## DECRETO Nº 2013/2018

Publicação Nº 1774894

Decreto nº 2013/2018, de 15 de outubro de 2018

Convoca a III Conferência Municipal do Direito da Criança e Adolescente do Município de Tunápolis e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de TUNÁPOLIS, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal nº 1.081 de 30 de maio de 2012 e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para implementação da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se realiza no dia 26 (vinte e seis) de outubro de 2018, com o Tema "PROTEÇÃO INTEGRAL, DIVERSIDADE E ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta da dotação própria o orçamento do órgão Gestor Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Tunápolis, SC., em 15 de outubro de 2018.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 4891/2018

Publicação Nº 1774806

PORTARIA Nº. 4.891/2018

Em 15 de Outubro de 2018

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: ANGELITA T. STULP BOURSCHIED, JULIANA SCHEREN E JOSELI T. BECKER HOFMANN brasileiros(as), servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE CONCURSO PÚBLICO e de PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados para os anos de 2018/2019.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral dos Editais. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 4.851/2018 de 29 de Junho de 2018.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Tunápolis SC, 15 de Outubro de 2018  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER  
Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 4892/2018**

Publicação Nº 1774810

PORTARIA Nº. 4.892/2018  
Em 15 de Outubro de 2018

O Prefeito em Exercício do Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica e especialmente a Lei Municipal nº. 1.201/2014, de 03/12/2014, alterada pela Lei Municipal n.º 1.219/2015 de 08/04/2016;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Substitui: Lilian Maria Ritter Eidt por Joséli T. Becker Hofmann, sendo que os demais membros permanecem Jackson Scherer, Bruno Lengert, Cleverson Inácio Kerkhoff, e, Pedro Baumgratz, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, para sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE ANÁLISE DOS PEDIDOS DE CARTA DE HABITE-SE ESPECIAL, que terá por objetivo e finalidade específica a análise e parecer dos pedidos de Carta de Habite-se Especial com ressalva e por decadência de prazo edificações comprovadamente construídas e habitadas anteriormente a vigência da Lei Municipal nº 609, de 15 de maio de 2.003.

Art. 2º - Compete a Comissão: recepcionar, analisar e emitir parecer sobre a concessão de pedidos de Carta de Habite-se Especial com ressalva e por decadência de prazo edificações comprovadamente construídas e habitadas anteriormente a vigência da Lei Municipal nº 609, de 15 de maio de 2.003 de imóveis urbanos e rurais do município, quando solicitados pelo contribuinte para efeitos de emissão de CARTA DE HABITE-SE ESPECIAL. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 4.710/2018.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.  
Em 15 de Outubro de 2.018.  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER  
Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 231/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 166/2018 DATA EMISSÃO:15/10/2018**

Publicação Nº 1774472

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS  
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111  
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras  
Processo de Compra Nº.: 231/2018  
Pregão Presencial nº: 166/2018  
Data Emissão:15/10/2018  
Forma de Julgamento: Menor Preço lote

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço lote, sob regime de execução e entrega imediata, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 8h30min do dia 29 de Outubro de 2018 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente licitação tem por objeto a aquisição de KIT EMBREAGEM, BARRA DE REAÇÃO EM V COMPLETO, 1º MOLA MESTRE DIANTEIRA E DEMAIS PEÇAS ORIGINAIS OU PRIMEIRA LINHA DE MONTAGEM QUE SERÃO DESTINADAS PARA O CONserto DE ÔNIBUS, MÁQUINAS E VEÍCULOS PESADOS E LEVES DESTA MUNICIPALIDADE, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

2.2 Somente serão aceitas peças ORIGINAIS OU PRIMEIRA LINHA DE MONTAGEM, sendo sumariamente devolvidas as que não forem.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 8h30min do dia 29 de Outubro de 2018 .  
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

# Urubici

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 580/2018

Publicação Nº 1774681

PORTARIA Nº 580/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Concurso Público nº 01/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear o Senhor Lucas Wessler de Lima, para exercer o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, ESF 06 – Baiano, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer as funções inerentes tudo de acordo com a Lei nº 770/2002 e suas alterações e vencimentos conforme Lei Complementar nº 021/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 15 de Outubro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

# Urussanga

## PREFEITURA

### EDITAL RETIF PL 18 2018 FMS PR 17 2018

Publicação Nº 1774262

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

#### RETIFICAÇÃO EDITAL PL 18/2018/FMS PR 17/2018

No aviso de publicação do dia 01/10/2018, página 1132.

Objeto: aquisição de equipamento/material permanente para o município de Urussanga/SC - ambulância tipo "A", nova, 0km, de boa qualidade. Convênio com o Governo Federal sob o número da proposta 10502.372000/1170-01 com o Ministério da Saúde.

No Anexo VI onde se lê:

2.2. Recebendo a CONTRATADA a solicitação de veículos, a mesma deverá providenciar o atendimento em até 30 dias a contar da data posterior à de recebimento da autorização de fornecimento.

Leia-se:

2.2. Recebendo a CONTRATADA a solicitação de veículos, a mesma deverá providenciar o atendimento em até 60 dias a contar da data posterior à de recebimento da autorização de fornecimento.

Nova data e horário limite de recebimento dos envelopes: 29/10/2018, 14h

Nova data e horário de abertura dos envelopes: 29/10/2018, 14h

Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188 ou através do e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br).

LUIS GUSTAVO CANCELLIER. Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 239/2018

Publicação Nº 1775138

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO: 239/2018

DATA DE ASSINATURA: 10/10/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 65/2018

TOMADA DE PREÇO: 10/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CONTRATADO: LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA

CNPJ/CPF: 23.146.943/0001-22

OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO MUNICIPAL

VALOR GLOBAL: R\$ 48.000,00

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº122/2018

Publicação Nº 1774785

LEI COMPLEMENTAR Nº 122/2018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

"ESTABELECE NORMAS PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS OU UTILIZAÇÃO ONEROSA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PUBLICOS A PARTICULARES"

Art. 1º - Fica o Município autorizado com suas máquinas e equipamentos, na forma prevista no artigo 17 da Lei Orgânica Municipal, a executar serviços particulares para munícipes.

§ 1º. A execução será precedida de termo de concessão de uso, se for o caso, e competente procedimento administrativo simplificado.

§ 2º. O Município disponibilizará as máquinas e equipamentos públicos àqueles que preencherem os seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) Não contar com maquinário próprio, que atenda a finalidade do serviço solicitado;
- b) Não estar em débito com a Administração Pública Municipal;
- c) Comprovar a sua inscrição como produtor rural, em nome próprio ou de dependente que resida na mesma propriedade;
- d) Comprovar a comercialização de produto rural de qualquer espécie nos últimos 12 (doze) meses, exceto aqueles que estejam iniciando atividade rural no Município;
- e) Recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, depois de finalizado o serviço, o valor correspondente ao custeio do serviço solicitado, mediante apresentação de recibo a ser juntado no próprio procedimento.

§ 3º. O valor para pagamento, citado na alínea "e" do parágrafo anterior poderá ser parcelado em até 06 (seis) vezes, sendo o beneficiado pelo uso do maquinário pequeno agricultor e a depender da sua capacidade financeira, devendo a primeira parcela ser quitada dentro de 30 (trinta) dias, contados da finalização do serviço, estabelecendo-se como valor de parcela mínima R\$ 200,00 (duzentos reais).

§ 4º. A averiguação dos produtores que possuam maquinário próprio, que atenda a finalidade do serviço solicitado, far-se-á levando em consideração a produção em si, ainda que abarque mais de um particular.

§ 5º. O valor da hora máquina, prevista no Anexo Único da presente lei, engloba o custo operacional do maquinário e o valor do combustível, o qual será reajustado anualmente de forma automática pelo IGP-M, por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 6º. O Município de Vargem Bonita concederá descontos aos Munícipes que efetuarem o pagamento dos valores dentro do prazo de vencimento, desde que englobem todo o custo operacional do maquinário e o valor do combustível.

Art. 2º - Excepcionalmente o munícipe pode ser exonerado do pagamento dos custos operacionais e do valor do combustível desde que demonstre sua situação de pobreza através de estudo social efetivado pelo serviço social do Município, o qual deverá atestar que o solicitante não detenha renda mensal maior que ¼ do salário mínimo nacional, devendo o referido documento acompanhar a solicitação do serviço.

Art. 3º. A utilização do maquinário público pelo Munícipe será dada por ordem de solicitação do serviço, devendo a referida lista ser atualizada e, disponibilizada para consulta à qualquer pessoa mediante simples pedido verbal, a qualquer momento.

Parágrafo Único – A disposição do caput não se aplica às épocas de silagem, cuja ordem se dará através de agendamento, de acordo com a época da colheita, com lista também disponibilizada para consulta por qualquer pessoa mediante simples pedido verbal, a qualquer momento. No caso de ocorrer coincidência de solicitações na mesma data, a Municipalidade disponibilizará o maquinário utilizando-se da razoabilidade e proporcionalidade.

Art. 4º. O Município também pode, como forma de incentivo especial, efetuar serviços a particulares, em área urbana ou rural, com máquinas e equipamento, mediante autorização específica e justificação em procedimento administrativo simplificado, desde que fiquem devidamente comprovados os benefícios do investimento.

Art. 5º. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrario especialmente as Leis 527/2003 de 17 de Março de 2003, 538/2003 de 6 de Junho de 2003, 553/2003 de 25 de Agosto de 2003 e 620/2005 de 12 de Janeiro de 2005.

Vargem Bonita/SC, 16 de Outubro de 2018.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei Complementar no Site Oficial dos Municípios – DOM em 17/10/2018, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

#### ANEXO ÚNICO

(Lei Complementar n. 122/2018)

MÁQUINA	PREÇO/HORA OU KM R\$	DESCONTO 25%
Escavadeira Hidráulica	148,25	111,19
Mini Carregadeira	56,45	42,34
Motoniveladora	141,10	105,83
Pá-Carregadeira	98,76	74,07

Retroescavadeira	91,70	68,78
Rolo Compactador	91,70	68,78
Transporte Caminhão Truck	3,00 (km)	2,25 (km)
Trator acima de 150 CV	148,25	111,19
Trator de 100 CV a 150 CV	63,49	47,62
Trator de 80 CV a 100 CV	56,45	42,34
Trator de Esteiras	141,10	105,83



# Videira

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0139/17

Publicação Nº 1774770

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0139/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ELAINE ALVES DOS SANTOS DE FREITAS  
CPF: 006.871.409-27  
VIGÊNCIA: de 15 de fevereiro de 2017 até 01 de novembro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0302/18

Publicação Nº 1774771

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0302/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CRISTIANE ALVES DOS SANTOS  
CPF: 081.780.739-00  
VIGÊNCIA: de 16 de julho de 2018 até 02 de janeiro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0366/17

Publicação Nº 1775244

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0366/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JANETE DE PAULA PIT MACHADO  
CPF: 944.564.709-25  
OBJETO: Alterando-se o vencimento e a justificativa de: "R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), em substituição à servidora LIZ ANDREA SAORIN BALBINOTI, transitoriamente afastado de sua função efetiva e que se encontra no exercício de atividades de Diretor de CEMEI, conforme Portaria nº 0083/17; ocupante do cargo de Atendente de Creche – cargo em extinção" para: "R\$ 978,50 (novecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos); e fica assegurada a contratação da funcionária até 29 de janeiro de 2019, referente à estabilidade de 5 (cinco) meses após o parto"  
VIGÊNCIA: de 18 de maio de 2017 até 29 de janeiro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### LAUDO DE VISTORIA PR 98/2018 - PMV MECANICA TRENTIN

Publicação Nº 1775227

#### LAUDO DE VISTORIA

#### INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao item 22.5 do edital do pregão nº 98/2018 – PMV, que traz a seguinte previsão:

#### EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2018- PMV REGISTRO DE PREÇOS

22.5 - O Município de Videira irá realizar vistoria in loco na oficina mecânica declarada vencedora, em até 05 (cinco) dias após da data do certame, a fim de verificar se a mesma atende ao exigido no Edital, oportunidade em que será realizado registro fotográfico das instalações físicas e equipamentos e, posteriormente, emitido laudo de vistoria.

Este laudo tem a finalidade de apresentar as condições e relatar os fatos registrados em visita in loco realizada na data de 09/10/2018, a avaliação das instalações é requisito para a homologação do certame acima citado.

As oficinas vencedoras deveriam atender aos requisitos listados nos itens 22.1, 22.2, 22.3 e 22.4 do edital, os quais eram:

22.1 – A empresa vencedora deverá possuir, anteriormente a adjudicação do processo licitatório, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita neste edital quanto ao item que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

22.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente abrigo dos veículos previstos neste Edital.

22.3 – A oficina da proponente vencedora deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos

veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

22.4 – A proponente vencedora deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pelo presente edital.

## RELATÓRIO

A presente comissão reuniu-se na data acima citada para fazer a inspeção e elaboração de laudo de visita, esta visita foi acompanhada pelo Auditor Interno do município o senhor Rudinei Rosa da Silva.

### Desenvolvimento

#### 01- MECÂNICA E AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA.

A primeira oficina a ser visitada para vistoria foi a Mecânica e Auto Peças Trentin LTDA, onde a visita foi acompanhada pela representante da empresa a senhora Patricia Trintin, que nos mostrou as instalações.

No certame em questão, a empresa foi vencedora dos itens abaixo:

9 - 1.250,00 H/H Serviços mecânicos para veículos tipo ambulância/van da marca RENAULT.

14 - 1.100,00 H/H Serviços mecânicos para micro-ônibus da marca AGRALE.

15 - 260,00 H/H Serviços mecânicos para micro-ônibus da marca IVECO.

21 - 1.300,00 H/H Serviços mecânicos para caminhões (LEVES E PESADOS) da marca VOLKSWAGEN.

Foi possível verificar que a mecânica Trentin possui todos os requisitos e materiais para a execução da mão de obra contratada, possui um amplo pátio para abrigar os veículos e possui ainda em sua estrutura rampas e elevadores para a realização da mão de obra, além de equipamentos de diagnósticos "scanner`s", e um amplo arsenal de ferramentas para a execução dos trabalhos. A comprovação de que a estrutura da empresa oferece condições de atender aos requisitos do edital seguem em anexo, (CD).

## CONCLUSÃO

Verificado as condições da empresa licitantes ganhadora, conclui-se, que está apta a prestar os serviços.

Sendo o que há para o momento.

Membros desta comissão.

Airto Loreni Zonta; Antonio Giazconi;

Rogério Antonio Pezzini; Israel Ribeiro Alves;

Pedro Gilberto Schaitel

## LAUDO DE VISTORIA PR 98/2018 - PMV MECÂNICA RUBINI

Publicação Nº 1775221

### LAUDO DE VISTORIA INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao item 22.5 do edital do pregão nº 98/2018 – PMV, que traz a seguinte previsão:

#### EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2018- PMV REGISTRO DE PREÇOS

22.5 - O Município de Videira irá realizar vistoria in loco na oficina mecânica declarada vencedora, em até 05 (cinco) dias após da data do certame, a fim de verificar se a mesma atende ao exigido no Edital, oportunidade em que será realizado registro fotográfico das instalações físicas e equipamentos e, posteriormente, emitido laudo de vistoria.

Este laudo tem a finalidade de apresentar as condições e relatar os fatos registrados em visita in loco realizada na data de 09/10/2018, a avaliação das instalações é requisito para a homologação do certame acima citado.

As oficinas vencedoras deveriam atender aos requisitos listados nos itens 22.1, 22.2, 22.3 e 22.4 do edital, os quais eram:

22.1 – A empresa vencedora deverá possuir, anteriormente a adjudicação do processo licitatório, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita neste edital quanto ao item que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

22.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente abrigo dos veículos previstos neste Edital.

22.3 – A oficina da proponente vencedora deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

22.4 – A proponente vencedora deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pelo presente edital.

## RELATÓRIO

A presente comissão reuniu-se na data acima citada para fazer a inspeção e elaboração de laudo de visita, esta visita foi acompanhada pelo Auditor Interno do município o senhor Rudinei Rosa da Silva.

### Desenvolvimento

MECÂNICA RUBINI LTDA-ME.

A sexta e ultima licitante vencedora a ser visitada e avaliada foi Mecânica Rubini, a visita foi acompanhada pelo senhor Nelson Rubini, representante da empresa.

No certame em questão, a empresa foi vencedora dos itens abaixo:

4 - 680,00 H/H Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca FORD.

5 - 1.974,00 H/H Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca VOLKSWAGEN.

Referente as instalações da empresa avaliada foi possível verificar que a mecânica Rubini, possui todos os requisitos e materiais para a execução da mão de obra contratada, possui pátio para abrigar os veículos e possui ainda em sua estrutura elevadores para a realização da mão de obra, além de equipamentos de diagnósticos "scanner`s", e um amplo arsenal de ferramentas para a execução dos trabalhos.

## CONCLUSÃO

Verificado as condições da empresa licitantes ganhadora, conclui-se, que está apta a prestar os serviços.

Sendo o que há para o momento.

Membros desta comissão.

Airto Loreni Zonta; Antonio Giazsoni;

Rogério Antonio Pezzini; Israel Ribeiro Alves;

Pedro Gilberto Schaitel

## LAUDO DE VISTORIA PR 98/2018 - PMV MECÂNICA XTREME

Publicação Nº 1775228

### LAUDO DE VISTORIA

#### INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao item 22.5 do edital do pregão nº 98/2018 – PMV, que traz a seguinte previsão:

#### EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2018- PMV REGISTRO DE PREÇOS

22.5 - O Município de Videira irá realizar vistoria in loco na oficina mecânica declarada vencedora, em até 05 (cinco) dias após da data do certame, a fim de verificar se a mesma atende ao exigido no Edital, oportunidade em que será realizado registro fotográfico das instalações físicas e equipamentos e, posteriormente, emitido laudo de vistoria.

Este laudo tem a finalidade de apresentar as condições e relatar os fatos registrados em visita in loco realizada na data de 09/10/2018, a avaliação das instalações é requisito para a homologação do certame acima citado.

As oficinas vencedoras deveriam atender aos requisitos listados nos itens 22.1, 22.2, 22.3 e 22.4 do edital, os quais eram:

22.1 – A empresa vencedora deverá possuir, anteriormente a adjudicação do processo licitatório, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita neste edital quanto ao item que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

22.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente abrigo dos veículos previstos neste Edital.

22.3 – A oficina da proponente vencedora deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

22.4 – A proponente vencedora deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;

- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pelo presente edital.

## RELATÓRIO

A presente comissão reuniu-se na data acima citada para fazer a inspeção e elaboração de laudo de visita, esta visita foi acompanhada pelo Auditor Interno do município o senhor Rudinei Rosa da Silva.

## Desenvolvimento

### XTREME MECÂNICA AUTOMOTIVA EIRELI.

A quarta licitante vencedora a ser avaliada foi Xtreme Mecânica Automotiva, a visita foi acompanhada pelo senhor Diego Mencato, representante da empresa.

No certame em questão, a empresa foi vencedora dos itens abaixo:

- 1 - 2.430,00 H/H Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca FIAT.
- 7 - 72,00 H/H Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca MITSUBISCHI.
- 16 - 240,00 H/H Serviços mecânicos para motos da marca YAMAHA.

Referente as instalações da empresa avaliada foi possível verificar que a mecânica Xtreme Mecânica Automotiva, possui todos os requisitos e materiais para a execução da mão de obra contratada, possui um amplo pátio para abrigar os veículos, possui ainda em sua estrutura rampas e elevadores para a realização da mão de obra, além de equipamentos de diagnósticos "scanner`s", e um amplo arsenal de ferramentas para a execução dos trabalhos atendendo a todos os requisitos exigidos para a execução da mão de obra dos itens que foi vencedora no certame.

## CONCLUSÃO

Verificado as condições da empresa licitantes ganhadora, conclui-se, que está apta a prestar os serviços.

Sendo o que há para o momento.

Membros desta comissão.

Airto Loreni Zonta; Antonio Giazsoni;

Rogério Antonio Pezzini; Israel Ribeiro Alves;

Pedro Gilberto Schaitel

## LAUDO DE VISTORIA PR 98/2018 - PMV MECÂNICA ZAGO SB

Publicação Nº 1775211

### LAUDO DE VISTORIA

#### INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao item 22.5 do edital do pregão nº 98/2018 – PMV, que traz a seguinte previsão:

#### EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2018- PMV REGISTRO DE PREÇOS

22.5 - O Município de Videira irá realizar vistoria in loco na oficina mecânica declarada vencedora, em até 05 (cinco) dias após da data do certame, a fim de verificar se a mesma atende ao exigido no Edital, oportunidade em que será realizado registro fotográfico das instalações físicas e equipamentos e, posteriormente, emitido laudo de vistoria.

Este laudo tem a finalidade de apresentar as condições e relatar os fatos registrados em visita in loco realizada na data de 09/10/2018, a avaliação das instalações é requisito para a homologação do certame acima citado.

As oficinas vencedoras deveriam atender aos requisitos listados nos itens 22.1, 22.2, 22.3 e 22.4 do edital, os quais eram:

22.1 – A empresa vencedora deverá possuir, anteriormente a adjudicação do processo licitatório, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita neste edital quanto ao item que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

22.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente abrigo dos veículos previstos neste Edital.

22.3 – A oficina da proponente vencedora deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

22.4 – A proponente vencedora deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;

- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pelo presente edital.

## RELATÓRIO

A presente comissão reuniu-se na data acima citada para fazer a inspeção e elaboração de laudo de visita, esta visita foi acompanhada pelo Auditor Interno do município o senhor Rudinei Rosa da Silva.

### Desenvolvimento

#### MECÂNICA ZAGO SB.

A segunda oficina a ser visitada para vistoria foi a Mecânica Zago Sb, onde a visita foi acompanhada pelo representante da empresa o senhor Leonardo Felipe Zago, que nos mostrou as instalações.

No certame em questão, a empresa foi vencedora dos itens abaixo:

- 18 - 2.200,00 H/H Serviços mecânicos para caminhões (LEVES E PESADOS) da marca IVECO
- 19 - 1.130,00 H/H Serviços mecânicos para caminhões (LEVES E PESADOS) da marca MERCEDES BENZ
- 20 - 1.500,00 H/H Serviços mecânicos para caminhões (LEVES E PESADOS) da marca FORD

Referente as instalações da empresa avaliada foi possível verificar que a mecânica Zago, possui todos os requisitos e materiais para a execução da mão de obra contratada, possui um amplo pátio para abrigar os veículos e possui ainda em sua estrutura rampas e elevadores para a realização da mão de obra, além de equipamentos de diagnósticos "scanner`s", e um amplo arsenal de ferramentas para a execução dos trabalhos. A empresa conta ainda com Pontes Rolantes para trabalhos com motores de veículos pesados e ainda o auxílio de monovia para facilitar a locomoção das peças pesadas.

A comprovação de que a estrutura da empresa oferece condições de atender aos requisitos do edital seguem em anexo, (CD).

## CONCLUSÃO

Verificado as condições da empresa licitantes ganhadora, conclui-se, que está apta a prestar os serviços.

Sendo o que há para o momento.

Membros desta comissão.

Airto Loreni Zonta; Antonio Giazsoni;

Rogério Antonio Pezzini; Israel Ribeiro Alves;

Pedro Gilberto Schaitel

## LAUDO DE VISTORIA PR 98/2018 - PMV RENATO PNEUS

Publicação Nº 1775219

### LAUDO DE VISTORIA

#### INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao item 22.5 do edital do pregão nº 98/2018 – PMV, que traz a seguinte previsão:

#### EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2018- PMV REGISTRO DE PREÇOS

22.5 - O Município de Videira irá realizar vistoria in loco na oficina mecânica declarada vencedora, em até 05 (cinco) dias após da data do certame, a fim de verificar se a mesma atende ao exigido no Edital, oportunidade em que será realizado registro fotográfico das instalações físicas e equipamentos e, posteriormente, emitido laudo de vistoria.

Este laudo tem a finalidade de apresentar as condições e relatar os fatos registrados em visita in loco realizada na data de 09/10/2018, a avaliação das instalações é requisito para a homologação do certame acima citado.

As oficinas vencedoras deveriam atender aos requisitos listados nos itens 22.1, 22.2, 22.3 e 22.4 do edital, os quais eram:

22.1 – A empresa vencedora deverá possuir, anteriormente a adjudicação do processo licitatório, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita neste edital quanto ao item que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

22.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente abrigo dos veículos previstos neste Edital.

22.3 – A oficina da proponente vencedora deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos

veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

22.4 – A proponente vencedora deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pelo presente edital.

## RELATÓRIO

A presente comissão reuniu-se na data acima citada para fazer a inspeção e elaboração de laudo de visita, esta visita foi acompanhada pelo Auditor Interno do município o senhor Rudinei Rosa da Silva.

### Desenvolvimento

RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA.

A quinta mecânica licitante vencedora a ser avaliada foi Renato Pneus, a visita foi acompanhada pelo senhor Renato, representante da empresa.

No certame em questão, a empresa foi vencedora dos itens abaixo:

2 - 2.200,00 H/H Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca CHEVROLET/GENERAL MOTORS.

3 - 570,00 H/H Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca RENAULT.

Referente as instalações da empresa avaliada foi possível verificar que a mecânica Renato Pneus e Acessórios Ltda, possui todos os requisitos e materiais para a execução da mão de obra contratada.

A oficina possui ainda em sua estrutura rampas e elevadores para a realização da mão de obra, além de equipamentos de diagnósticos "scanner`s", e um amplo arsenal de ferramentas para a execução dos trabalhos atendendo aos requisitos exigidos para a execução da mão de obra dos itens que foi vencedora no certame.

A comprovação de que a estrutura da empresa oferece condições de atender aos requisitos do edital seguem em anexo, (CD).

## CONCLUSÃO

Verificado as condições da empresa licitantes ganhadora, conclui-se, que está apta a prestar os serviços.

Sendo o que há para o momento.

Membros desta comissão.

Airto Loreni Zonta; Antonio Giazsoni;

Rogério Antonio Pezzini; Israel Ribeiro Alves;

Pedro Gilberto Schaitel

## LAUDO DE VISTORIA PR 98/2018 - PMV TIEPPO AUTO MECÂNICA

Publicação Nº 1775223

### LAUDO DE VISTORIA

#### INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao item 22.5 do edital do pregão nº 98/2018 – PMV, que traz a seguinte previsão:

#### EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2018- PMV REGISTRO DE PREÇOS

22.5 - O Município de Videira irá realizar vistoria in loco na oficina mecânica declarada vencedora, em até 05 (cinco) dias após da data do certame, a fim de verificar se a mesma atende ao exigido no Edital, oportunidade em que será realizado registro fotográfico das instalações físicas e equipamentos e, posteriormente, emitido laudo de vistoria.

Este laudo tem a finalidade de apresentar as condições e relatar os fatos registrados em visita in loco realizada na data de 09/10/2018, a avaliação das instalações é requisito para a homologação do certame acima citado.

As oficinas vencedoras deveriam atender aos requisitos listados nos itens 22.1, 22.2, 22.3 e 22.4 do edital, os quais eram:

22.1 – A empresa vencedora deverá possuir, anteriormente a adjudicação do processo licitatório, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita neste edital quanto ao item que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

22.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente abrigo dos veículos previstos neste Edital.

22.3 – A oficina da proponente vencedora deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos



veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

22.4 – A proponente vencedora deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pelo presente edital.

## RELATÓRIO

A presente comissão reuniu-se na data acima citada para fazer a inspeção e elaboração de laudo de visita, esta visita foi acompanhada pelo Auditor Interno do município o senhor Rudinei Rosa da Silva.

### Desenvolvimento

TIEPPO AUTO MECÂNICA JJD LTDA.

O terceiro fornecedor a ser visitado foi a Tieppo Auto Mecânica JJD LTDA, a visita foi acompanhada pelo senhor Douglas Gomes, que nos mostrou as instalações.

No certame em questão, a empresa foi vencedora dos itens abaixo:

6 - 500,00 H/H Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca TOYOTA.

8 - 100,00 H/H Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca TROLLER

10 - 1.100,00 H/H Serviços mecânicos para veículos tipo ambulância/van da marca FIAT.

11 - 500,00 H/H Serviços mecânicos para veículos tipo ambulância/van da marca PEUGEOT.

12 - 572,00 H/H Serviços mecânicos para veículos tipo van da marca MERCEDES BENZ.

13 - 96,00 H/H Serviços mecânicos para veículos tipo van da marca FORD.

17 - 150,00 H/H Serviços mecânicos para motos da marca HONDA.

Foi possível verificar que a Mecânica Tieppo possui todos os requisitos e materiais para a execução da mão de obra contratada, possui um pátio para abrigar os veículos e possui ainda em sua estrutura rampas e elevadores para a realização da mão de obra, além de equipamentos de diagnósticos "scanner`s", e um amplo arsenal de ferramentas para a execução dos trabalhos.

A comprovação de que a estrutura da empresa oferece condições de atender aos requisitos do edital seguem em anexo, (CD).

## CONCLUSÃO

Verificado as condições da empresa licitantes ganhadora, conclui-se, que está apta a prestar os serviços.

Sendo o que há para o momento.

Membros desta comissão.

Airto Loreni Zonta; Antonio Giazsoni;

Rogério Antonio Pezzini; Israel Ribeiro Alves;

Pedro Gilberto Schaitel

## PORTARIA Nº 1313/18

Publicação Nº 1774787

PORTARIA nº 1313/18

Remove servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 39 e 40, da Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido no Processo Administrativo nº 22366/2018,

## RESOLVE

Art. 1º Remover, de ofício, a partir de 22 de outubro de 2018, a servidora CARINE TEREZINHA ROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, da Secretaria Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de outubro de 2018.

Videira, 16 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA



Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2018 - PMV**

Publicação Nº 1774651

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2018 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 109/2018 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE TELA SOLDADA EM AÇO GALVANIZADO E TUBO EM AÇO GALVANIZADO PINTADOS, E EXECUÇÃO DE VIGA DE BALDRAME PARA FIXAÇÃO DAS TELAS E CHUMBAMENTO DOS TUBOS, A SEREM INSTALADOS NO PERÍMETRO DO C.E.M.E.I. WELLESLEY ANTONIO GAIO E E.E.B.M CRIANÇA DO FUTURO (CAIC). 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 14:00:00h do dia 30/10/2018, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 14:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 16 de Outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

## **RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DAS PROPOSTAS DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS 16/2018 - PMV**

Publicação Nº 1774945

ESTADO DE SANTA CATARINA

município DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2018 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação e julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DA RUA JOÃO NELSON ANTUNES LOCALIZADA NO BAIRRO RIO DAS PEDRAS - ETAPA PONTE, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 330,06M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando HABILITADA a empresa Nivelter Terraplenagens e Obras Eireli. Diante da desistência expressa do prazo recursal do julgamento da habilitação da empresa participante, passou-se para a abertura e análise da proposta, restando vencedora a empresa Nivelter Terraplenagens e Obras Eireli com o valor de R\$ 26.850,24 (vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos). O representante legal da empresa participante declarou a desistência do prazo recursal.

Videira, 16 de outubro de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**ANEXO V GASTOS COM EDUCAÇÃO - 09/2018**

Publicação Nº 1774884

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

**CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS SETEMBRO/2018**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
<b>1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	6.635.432,07
1.2 - ITBI	2.074.366,95
1.3 - ISS	9.244.284,04
1.5 - IRRF	2.575.973,93
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	743.644,70
1.7 - Multas e Juros de Impostos	583.160,22
<b>1.8 SOMA</b>	<b>21.856.861,91</b>
<b>Receitas Base de Cálculo do FUNDEB</b>	
	<b>Total</b>
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	19.726.169,39
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) - 20%	120.464,71
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	36.443.332,16
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	571.863,86
1.14 - Cota-Parte do ITR - 20%	25.525,24
1.15 - Cota-Parte do IPVA - 20%	6.203.435,33
1.16 - Cota-Parte do ITCMD - 20%	0,00
<b>1.17 SOMA</b>	<b>63.090.790,69</b>
<b>1.18 TOTAL</b>	<b>84.947.652,60</b>

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	21.236.913,15
2.1.1 - Cota-Parte Transferências do FUNDEB (retorno)	19.118.570,71
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	99.772,34
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	320.834,18
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	1.886.346,05
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	41.565,17
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	218.172,67
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	1.052.434,69
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	102.885,59

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	21.236.913,15	27.481.412,13	6.244.498,98
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		13.123.970,18	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		14.357.441,95	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	19.218.343,05	18.731.140,19	-487.202,86
3.3 - Remun. Prof. Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	11.531.005,83	13.503.448,83	1.972.443,00
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 + 2.2+2.3)	7.687.337,22	5.227.691,36	-2.459.645,86
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	2.146.083,89	1.681.255,62	-464.828,27
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	1.155.320,28	719.735,83	-435.584,45

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	24,44%	-0,56%
4.1 - Remun. Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	68,59%	8,59%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	27,20%	-13,20%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-Parte - Transferências do FUNDEB	19.118.570,71	12.401.219,42	6.717.351,29

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 10 de outubro de 2018.

Maria Angélica Vanz  
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Geancarlos Farinon Flores de Matias  
Secretário Municipal de Educação

Dorival Carlos Borga  
Prefeito Municipal

I

**VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018 - VISAN**

Publicação Nº 1775229

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018 - PMV

O Serviço Autônomo De Água E Esgoto Do Município De Videira – Visan comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 16/10/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO AM/FM PARA ATENDER AS DEMANDAS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA- VISAN, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – SC.

FORNECEDOR: RÁDIO VIDIERA LTDA

VIGÊNCIA: 16 de outubro a 31 de dezembro de 2018.

VALOR: R\$ 15.840,00 (quinze mil oitocentos e quarenta reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 16 de outubro de 2018.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018 VISAN**

Publicação Nº 1774973

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018 – VISAN

REGISTRO DE PREÇOS

O Diretor Geral da VISAN torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 01/2018 - VISAN. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE COMBUSTÍVEIS PARA A FROTA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 14:00:00h do dia 05/11/2018, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 14:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 16 de Outubro de 2018.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Lei Complementar nº 102

Publicação Nº 1774968

#### LEI COMPLEMENTAR N. 102, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

**CRIA E EXTINGUE CARGO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 056/2010, QUE DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL, PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O Prefeito Municipal de Vitor Meireles**, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o caput do Art. 2º, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 2º O quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vitor Meireles é integrado por cargos de provimento em comissão e de provimento efetivo, classificados na forma desta Lei.*

Art. 2º Fica alterado o caput do Art. 4º, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 4º O regime jurídico aplicado aos servidores do serviço público da Câmara Municipal de Vitor Meireles será o do direito administrativo de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.*

Art. 3º Fica alterado o inciso V, do Art. 5º, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*V – Cargo de provimento em Comissão é o conjunto de funções e responsabilidade definidas com base na estrutura organizacional da Câmara Municipal, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Legislativo;*

Art. 4º Fica alterado o caput do Art. 7º, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 7º Os cargos de provimento efetivo no serviço público da Câmara Municipal de Vitor Meireles são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros na forma da lei e o ingresso dá-se na referência inicial do nível do respectivo cargo, atendidos os requisitos de escolaridade e habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.*

Art. 5º Fica alterado o caput do Art. 8º, da Lei Complementar nº 056/2010 e seu inciso I, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 8º Para o ingresso no serviço público da Câmara Municipal de Vitor Meireles, basicamente o candidato deve comprovar:*

*I - ser brasileiro ou estrangeiro na forma da lei;*

Art. 6º Fica alterado o título do Capítulo IV, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Capítulo IV – Do Desempenho Funcional*

Art. 7º Ficam alterados os § 2º, § 7º, § 8º e suprimido os incisos I e II, do § 7º, do Art. 15, Capítulo IV, Seção I, da Promoção por Desempenho Funcional, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*§ 2º Os critérios de que trata este artigo poderão ser adaptados e/ou modificados em função da natureza do cargo do servidor e de acordo com sugestões apresentadas pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório.*

*§ 7º A avaliação será realizada por Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório constituída para esta finalidade, formada por 5 (cinco) servidores estáveis, sendo que na falta de servidores do quadro de pessoal da Câmara Municipal, a Comissão poderá ser constituída por servidores do quadro de pessoal efetivo estável da Prefeitura Municipal, com a devida anuência expressa do Chefe do Poder Executivo Municipal.*

*§ 8º Aos servidores em Estágio Probatório, será considerada a avaliação da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório, para fins de progressão por desempenho funcional.*

Art. 8º Fica acrescido o Parágrafo único ao Art. 16, Capítulo IV, Seção I, da Promoção por Desempenho Funcional, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Parágrafo único: Outros esclarecimentos necessários relacionados à Progressão por Desempenho Funcional que forem sugeridos pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório, farão parte da regulamentação a ser instituída por Decreto Legislativo.*

Art. 9º Altera o § 2º, do Art. 17, Capítulo IV, Seção II, da Promoção, por Curso de Atualização e/ou Aperfeiçoamento, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*§ 2º O requerimento para a promoção por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação deverá ser apresentado até o dia 20 de abril do ano em que o servidor tiver direito a requerê-la e a sua concessão será feita no mês de maio do mesmo ano.*

Art. 10 Fica alterado o caput do Art. 18, seus incisos I, II, III e o § 3º, Capítulo IV, Seção II, da Promoção por Curso de Atualização e/ou Aperfeiçoamento, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 18 Para efeitos da promoção prevista neste artigo, o servidor deverá acumular, durante o período aquisitivo, a seguinte carga horária mínima, em curso na área de atuação e considerado de interesse da Câmara Municipal pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório:*

*I - Atividades de Nível Superior - ANS - 160 (cento e sessenta) horas/aula;*

*II - Atividades Técnico-Profissionais de Nível Médio - ATP - 120 (cento e vinte) horas/aula;*

*III - Atividades de Serviços Gerais - ASG - 60 (sessenta) horas/aula.*

*§ 3º A Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório avaliará a validade dos cursos apresentados e se os mesmos estão de acordo com a área de atuação do servidor durante o período aquisitivo.*

Art. 11 Fica alterado o caput do Art. 19, Capítulo IV, Seção III, da Progressão por Nova Titulação ou Habilitação, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 19 Os servidores da Câmara Municipal poderão progredir horizontalmente na carreira mediante apresentação de nova habilitação e a devida comprovação de permanência de pelo menos 3 (três) anos no exercício do cargo, desde que já tenha sido aprovado no estágio probatório.*

Art. 12 Fica alterado o caput do Art. 23, suprime o inciso I, Capítulo V, da Organização dos Quadros de Pessoal, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 23 Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, são destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento e integram os quadros de pessoal da Câmara Municipal de Vitor Meireles consoante especificações do Anexo I.*

Art. 13 Fica alterado os incisos II e III, do Art. 24, Capítulo V, da Organização dos Quadros de Pessoal, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*II - Atividades Técnico-Profissionais de Nível Médio - ATP*

*III - Atividades de Serviços Gerais - ASG*

Art. 14 Fica alterado o inciso I, do Art. 25, Capítulo V, da Organização dos Quadros de Pessoal, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*I – TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO, distribuídos em Grupo de Direção Superior, com número de vagas, níveis e vencimentos.*

Art. 15 Fica alterado o caput do Art. 26 e seu Parágrafo único, Capítulo VI, da Jornada de Trabalho, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 26 O servidor incluído no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal, ficará sujeito ao cumprimento da jornada semanal de trabalho, conforme disposto no Anexo I ao III desta Lei.*

*Parágrafo único. Os Servidores da Câmara Municipal cumprirão jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, podendo ser reduzida, por ato do Presidente, a pedido do servidor e no interesse da administração da Câmara Municipal, para 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) horas semanais, com redução proporcional dos vencimentos.*

Art. 16 Fica alterado o inciso II, do Art. 27, Capítulo VI, da Jornada de Trabalho, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*II - se posto à disposição de outro órgão público da União ou do Estado, ressalvada a opção pelo vencimento, salário ou remuneração do cargo ou emprego efetivo, com a anuência do Presidente da Câmara Municipal; e*

Art. 17 Fica alterado o caput do Art. 29, Capítulo VI, da Jornada de Trabalho, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 29 O horário de funcionamento das repartições da Câmara Municipal de Vitor Meireles será fixado através de Decreto Legislativo.*

Art. 18 Fica alterado o caput do Art. 31 e inclui o Parágrafo único, Capítulo VI, do Controle de Frequência dos Servidores, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 31 Todos os servidores da Câmara Municipal deverão cumprir integralmente a jornada diária de trabalho que lhe for fixada, comprovada mediante registros de entradas e saídas.*

*Parágrafo Único. Poderá o Presidente da Câmara Municipal, justificadamente e no interesse do serviço público dispensar servidores do registro de ponto e frequência.*

Art. 19 Fica alterado o caput do Art. 32, Capítulo VI, do Controle de Frequência dos Servidores, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:



*Art. 32 Será concedida uma tolerância máxima de 10 (dez) minutos para o início da jornada diária de trabalho.*

Art. 20 Fica alterado o caput do Art. 33, Capítulo VI, do Controle de Frequência dos Servidores, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 33. Mensalmente, o servidor encarregado do controle de frequência relatará ao Presidente da Câmara Municipal, ou a quem for delegado competência, as ocorrências relativas à frequência, tais como: entradas tardias, saídas antecipadas, faltas justificadas e injustificadas.*

Art. 21 Fica alterado o caput do Art. 36, Capítulo VIII, das Faltas e Descontos, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 36. Faltas abonadas são a relevância da ausência, a chegada tardia ou saída antecipada por decisão do Presidente da Câmara Municipal, de forma que não haja desconto na remuneração ou vencimento.*

Art. 22 Fica alterado a denominação do Capítulo IX, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### *Capítulo IX – Da Efetividade*

Art. 23 Fica acrescido o Art. 39-A, Capítulo IX, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 39-A Efetividade é o direito do servidor permanecer no cargo de carreira no qual foi investido nos termos desta Lei.*

*Parágrafo Único. A efetividade não impede que sejam alteradas, por Lei da Câmara, as atribuições do cargo, desde que a alteração não resulte:*

*I - Redução da dignidade das atribuições inerentes ao cargo.*

*II - Diminuição de ordem patrimonial.*

*III - Mudança da natureza das atribuições que foram conferidas originalmente ao servidor e para as quais teve que se submeter a concurso público que demonstrasse capacidade profissional ou habilitação para seu desempenho.*

Art. 24 Fica incluído o Capítulo X, na Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### *Capítulo X – Do Estágio Probatório e da Estabilidade*

Art. 25 Fica acrescido o Art. 39-B, Capítulo X, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 39-B Se aprovados no Estágio Probatório, após 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo, serão considerados estáveis os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.*

*Parágrafo Único. O servidor público estável só perderá o cargo:*

*I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;*

*II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado ampla defesa;*

*III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da Lei Complementar Federal, assegurada ampla defesa.*

*Art. 26 Fica acrescido o Art. 39-C, Capítulo X, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa vigorar com a seguinte redação:*

*Art. 39-C Estágio probatório é o período de 3 (três) anos, contados a partir da posse do servidor no Serviço Público, durante o qual serão avaliados fatores comportamentais, estratégicos e operacionais, necessários à confirmação do servidor no cargo.*

*§ 1º A necessidade de realização da avaliação de estágio probatório está prevista no artigo 41, § 4º, inciso III da Constituição Federal.*

*§ 2º Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação de desempenho, por comissão instituída para esta finalidade, formada por 05 (cinco) servidores estáveis.*

*§ 3º Poderá o Presidente da Câmara Municipal contratar empresa para desenvolvimento e aplicação de metodologia de avaliação.*

*§ 4º O servidor, durante seu estágio probatório deverá receber 3 (três) avaliações:*  
*a) a primeira ao completar 12 (doze) meses;*

*b) a segunda ao completar 24 (vinte e quatro) meses;*

*c) a terceira ao completar 36 (trinta e seis) meses.*

*§ 5º A avaliação será homologada pelo Presidente da Câmara Municipal, dela dando-se ciência ao interessado.*

*§ 6º Após o processamento das médias da pontuação atribuída a cada um dos quesitos avaliados, a avaliação concluirá pela atribuição dos seguintes conceitos:*

*I - EXCELENTE (se obtiver nota igual ou acima de 9,00 pontos)*

*II - MUITO BOM (se obtiver nota entre 8,00 e 8,99 pontos)*

*III - BOM (se obtiver nota entre 7,00 a 7,99)*

*IV - REGULAR (se obtiver nota entre 5,00 e 6,99 pontos)*

*V - INSATISFATORIO (se obtiver nota menor que 5,00 pontos)*

§ 7º Não alcançando a média mínima de 7,00 (sete), ou seja, não enquadrando-se na classificação "BOM", ao final das avaliações realizadas, o servidor em estágio probatório será exonerado do serviço público e, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, logo após a conclusão do processo.

§ 8º As demais normas relacionadas ao Estágio Probatório dos servidores da Câmara Municipal constarão de regulamentação estabelecida por Decreto Legislativo.

Art. 27 Fica instituído o Capítulo XI, na Lei Complementar nº 056/2010, que passa vigorar com a seguinte redação:

*Capítulo XI – Das Disposições Gerais e Finais*

Art. 40 A aposentadoria, morte ou exoneração, abre automaticamente, vaga na referência inicial do cargo que ocupava o servidor.

Art. 41 Os vencimentos, as vantagens nominalmente identificadas e as funções gratificadas serão reajustadas na mesma época, pelo mesmo percentual.

Art. 42 Para efeito de identificação dos cargos definidos nesta Lei, levar-se-á em conta os seguintes elementos:

- I - Sigla do grupo profissional;
- II - Código da carreira funcional;
- III - Nível; e,
- IV – Referência

Art. 43 A criação, transformação e extinção de cargos de provimento em comissão, cargos de provimento efetivo, funções gratificadas e categorias funcionais, será sempre através de Lei.

Art. 44 Fica autorizada a contratação de servidores em caráter temporário, atendendo vencimentos e quadro de vagas desta Lei, no caso de extrema necessidade e de interesse relevante, nos seguintes casos:

- I - Substituição de servidor licenciado;
- II - Preenchimento de cargos de classe inicial de carreira, até a realização de Concurso Público;

- III - Execução de serviço por profissional especializado que não exija a criação de cargo;
- IV - Situação de Calamidade Pública e combate a surtos epidêmicos que exijam suplementação da mão-de-obra;
- V - Outros casos autorizados pela Lei.

§ 1º O prazo de contratação não será superior:

- I - Ao da licença, no caso do inciso I;
- II - A seis meses, nos casos dos incisos II, III, e IV.

§ 2º O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado, vedada a contratação sem a realização deste processo.

§ 3º Nas contratações por prazo determinado, serão observados os níveis iniciais de vencimentos constantes da escala do Anexo VII, para atividades assemelhadas.

Art. 28 Fica alterado o caput do Art. 45, Capítulo XI, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa vigorar com a seguinte redação:

*Art. 45 Poderá o Presidente da Câmara Municipal a seu exclusivo critério atribuir aos servidores efetivos, Funções Gratificadas-FG, nos valores estabelecidos no Anexo II desta Lei.*

Art. 46 O enquadramento dos servidores na nova situação dar-se-á em níveis dos respectivos cargos e carreiras, obedecido ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.

§ 1º Os servidores estáveis que na data da publicação desta Lei Complementar já tiverem recebido qualquer tipo de promoção, serão transpostos e enquadrados na nova tabela de vencimentos (Anexo VII), uma referência horizontal acima da qual seria enquadrada, de forma a valorizar a progressão horizontal já alcançada na carreira.

Art. 29 Fica incluído o § 2º, no Artigo 46, Capítulo XI, Das Disposições Gerais e Finais, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa a vigorar a seguinte redação:

*§ 2º Poderá o Presidente da Câmara Municipal, quando da transposição para os cargos constantes nos anexos desta Lei, atribuir aos servidores, vantagem nominal identificada, no valor necessário para atender o disposto no Art. 7º, inciso VI e Art. 39, § 1º da Constituição Federal e, que será reajustada na mesma data e nos mesmos índices de reajuste de vencimentos.*

Art. 30 Fica alterado o caput do Art. 47, Capítulo XI, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa vigor com a seguinte redação:

*Art. 47 Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a expedir os atos administrativos complementares necessários à plena execução desta Lei.*

Art. 31 Fica alterado o caput do Art. 48, Capítulo XI, da Lei Complementar nº 056/2010, que passa vigor com a seguinte redação:

*Art. 48 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral da Câmara Municipal, ficando o Presidente autorizado a abrir os créditos suplementares necessários.*

*Art. 49 Aplicam-se aos inativos e pensionistas, os benefícios desta Lei.*

Art. 32 Fica criado no quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal, definido no Artigo 3º, da Lei Complementar nº 056, de 9 de setembro de 2010, 1 (um) cargo de Contador, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e nível de vencimento XII-1.

Art. 33 Fica extinto no quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal, definido no Artigo 3º, da Lei Complementar nº 056, de 9 de setembro de 2010, o cargo de Técnico em Contabilidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e nível de vencimento X-1.

Art. 34 Os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, do Art. 25, da Lei Complementar de nº 056, de 9 de setembro de 2010 passarão a vigorar conforme os anexos da presente Lei.

Art. 35 Revoga-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 079/2014.

Art. 36 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 16 de outubro de 2018.

**BENTO FRANCISCO SILVY**  
**Prefeito Municipal**

## ANEXO I

## ARTIGO 25, INCISO I

## TABELA DOS CARGOS EM COMISSÃO COM A QUANTIDADE DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, NÍVEIS DE REFERÊNCIA E VENCIMENTO

GRUPO: DIREÇÃO SUPERIOR

CÓDIGO: DSU

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO DO CARGO	CARGA HORÁRIA	NÍVEL REFERÊNCIA	VENCIMENTO
1	Diretor Geral	20 h	XI-1	4.150,34

## ANEXO II

## ARTIGO 25, INCISO II

## QUADRO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

CÓDIGO: FG

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	% SOBRE O VENCIMENTO
FG - 1	1	10
FG - 2	1	20
FG - 3	1	30
FG - 4	1	40
FG - 5	1	50
FG - 6	1	60
FG - 7	1	70
FG - 8	1	80
FG - 9	1	90
FG - 10	1	100

## ANEXO III

## ARTIGO 25, INCISO III

QUADRO GERAL DOS CARGOS EFETIVOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS  
FUNCIONAIS, COM A DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS, VAGAS, CARGA HORÁRIA E  
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

## GRUPO I

## ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

## CÓDIGO: ANS

DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEIS	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Contador	XII - 1	1	20 H	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.

## GRUPO II

## ATIVIDADES TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

## CÓDIGO: ATP

DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEIS	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Agente Legislativo	X - 1	1	40	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.
Auxiliar Administrativo	VI - 1	1	40	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.



GRUPO III  
ATIVIDADES DE SERVIÇOS GERAIS  
CÓDIGO: ASG

DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEIS	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Agente de Serviços Gerais	V - 1	01	40	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.

## ANEXO IV

## ARTIGO 25, INCISO IV

QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, COM A DENOMINAÇÃO DO CARGO,  
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO CARGO

## GRUPO I

## ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO: ANS

DENOMINAÇÃO DO CARGO	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	ATIVIDADES ESPECÍFICAS
Diretor Geral	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	direção, supervisão e coordenação das atividades administrativas e operacionais da Câmara Municipal, garantindo e exigindo o perfeito desenvolvimento de suas atribuições institucionais; consultoria e assessoramento direto a Mesa Diretora, aos Vereadores e ao Presidente da Câmara, com o apoio da estrutura administrativa da Casa; acompanhar o andamento de projetos em tramitação comparecendo nas reuniões ordinárias e extraordinárias; elaborar e encaminhar respostas de ofícios protocolados na Casa; acompanhar o Presidente da Câmara e os vereadores nos trabalhos das comissões, sempre que sua presença for solicitada; solicitar, quando entender necessário, parecer do sistema de controle interno e da assessoria jurídica sobre assuntos referentes a Câmara Municipal.

Contador	Portador de Certificado de Conclusão de Nível Superior em Ciências Contábeis, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão	Organizar e desempenhar os serviços de contabilidade da Câmara Municipal; organizar e elaborar os controles contábeis; realizar as tarefas de escrituração; elaborar as demonstrações contábeis e todas prestações de contas de gestão do Poder Legislativo ao Tribunal de Contas do Estado e órgãos de controle; efetuar a consolidação da contas da Câmara Municipal; elaborar manter e aperfeiçoar os sistema de informações contábeis; organizar sistema de custos; executar a escrituração analítica de atos ou fatos administrativos; levantar balancetes patrimoniais e financeiros; examinar empenhos, verificando a classificação e a existência de saldo nas dotações; efetuar cálculo de reavaliação do ativo e depreciação de bens móveis; supervisionar e executar os trabalhos relativos a administração de recursos humanos, lançamento da folha de pagamento.
----------	---	---

## GRUPO II

## ATIVIDADES TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: ATP

DENOMINAÇÃO DO CARGO	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	ATIVIDADES ESPECÍFICAS
Agente Legislativo	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio	Redigir, rever a redação e organizar o registro sistemático das leis, emendas à Lei Orgânica, decretos, portarias, resoluções, informes administrativos, atas, pareceres e correspondências que tratam de assuntos de maior complexidade; minutar cartas, ofícios, memorandos, comunicações internas sobre assuntos variados de competência da Câmara; executar os atos, avaliações e a administração de pessoal da Câmara Municipal; auxiliar os trabalhos da Mesa Diretora nas Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias; realizar outras tarefas afins, de acordo com as atribuições próprias da natureza do trabalho e do setor onde estiver lotado.
Auxiliar Administrativo	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio	Realizar serviços de postagem e recebimentos de correspondências; redigir e manter o arquivo de indicações, requerimentos e moções; realizar serviços externos e pequenas compras; atender telefones e anotar recados; alimentar o sítio da Câmara Municipal; executar o protocolo de requerimentos e respostas relacionadas ao SIC; operar máquinas fotográficas digitais e os equipamentos de áudio e vídeo

		utilizados na edição e gravação das Sessões Legislativas Ordinárias, Extraordinárias e Solenes da Câmara Municipal; criar, editar em DVD e manter o arquivos dos vídeos das Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias; realizar outras tarefas afins, de acordo com as atribuições próprias da natureza do trabalho e do setor onde estiver lotado.
--	--	---

**GRUPO III****ATIVIDADES DE SERVIÇOS GERAIS****CÓDIGO: ASG**

DENOMINAÇÃO DO CARGO	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	ATIVIDADES ESPECÍFICAS
Agente de Serviços Gerais	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação	Executar atividades de limpeza e conservação interna e externa do prédio da Câmara Municipal; manter organizados e conservados os materiais utilizados na execução dos serviços de limpeza e cozinha; manter a devida higiene nas instalações sanitárias e da cozinha; remover pó de móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos; recolher e depositar corretamente o lixo; manter a limpeza e a ordem do plenário e das salas de reuniões dos vereadores.

## ANEXO V

## ARTIGO 25, INCISO V

QUADRO DE TRANSPOSIÇÃO DOS CARGOS ATUAIS PARA OS CARGOS FUTUROS  
COM A DESCRIÇÃO DAS VAGAS, DENOMINAÇÃO DO CARGO, NÍVEL, VENCIMENTO  
ANTERIOR E ATUAL

## GRUPO I

## ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO: ANS – 20 HORAS SEMANAIS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO ANTERIOR	VENCIMENTO ATUAL
1	Contador	XII-1	4.620,81	4.716,31

## GRUPO II

## ATIVIDADES TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: ATP/40 HORAS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO ANTERIOR	VENCIMENTO ATUAL
1	Agente Legislativo	X-1	3.511,83	3.584,41
1	Auxiliar Administrativo	VI-1	1.811,35	1.848,78

## GRUPO III

## ATIVIDADES DE SERVIÇOS GERAIS

CÓDIGO: ASG-40 HORAS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO ANTERIOR	VENCIMENTO ATUAL
1	Agente de Serviços Gerais	V-1	1.515,71	1.547,03

**ANEXO VI**  
**ARTIGO 25, INCISO VI**  
**TABELA DE REENQUADRAMENTO**

NOME DO SERVIDOR	CARGO	VALOR	CARGO	NÍVEL	VALOR
<b>ADMINISTRAÇÃO E CONTRABILIDADE</b>					
Daiani Sardagna	Auxiliar Administrativo	2.334,04	Auxiliar Administrativo	VI - 6	2.474,08
Elisângela Zonta	Agente Legislativo	5.084,55	Agente Legislativo	X - 8	5.389,63



**ANEXO VII**  
**ARTIGO 25, INCISO VII**

**TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS**

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
I	763,49	809,30	857,86	909,33	963,89	1.021,72	1.083,03	1.148,01	1.216,89	1.289,90	1.367,29	1.449,33	1.536,29	1.628,47	1.726,18	1.829,75
II	1.004,56	1.064,83	1.128,72	1.196,45	1.268,23	1.344,33	1.424,99	1.510,49	1.601,12	1.697,18	1.799,01	1.906,95	2.021,37	2.142,65	2.271,21	2.407,49
III	1.135,18	1.203,29	1.275,49	1.352,02	1.433,14	1.519,13	1.610,27	1.706,89	1.809,30	1.917,86	2.032,93	2.154,91	2.284,21	2.421,26	2.566,53	2.720,52
IV	1.406,39	1.490,77	1.580,22	1.675,03	1.775,53	1.882,07	1.994,99	2.114,69	2.241,57	2.376,07	2.518,63	2.669,75	2.829,93	2.999,73	3.179,71	3.370,50
V	1.547,03	1.639,85	1.738,24	1.842,54	1.953,09	2.070,28	2.194,49	2.326,16	2.465,73	2.613,67	2.770,50	2.936,72	3.112,93	3.299,70	3.497,69	3.707,55
VI	1.848,78	1.959,71	2.077,29	2.201,93	2.334,04	2.474,08	2.622,53	2.779,88	2.946,67	3.123,47	3.310,88	3.509,54	3.720,11	3.943,32	4.179,91	4.430,71
VII	2.131,75	2.259,66	2.395,23	2.538,95	2.691,29	2.852,76	3.023,93	3.205,36	3.397,69	3.601,55	3.817,64	4.046,70	4.289,50	4.546,87	4.819,68	5.108,86
VIII	2.641,14	2.799,61	2.967,58	3.145,64	3.334,38	3.534,44	3.746,51	3.971,30	4.209,58	4.462,15	4.729,88	5.013,67	5.314,49	5.633,36	5.971,36	6.329,65
IX	3.018,58	3.199,69	3.391,68	3.595,18	3.810,89	4.039,54	4.281,91	4.538,83	4.811,16	5.099,83	5.405,82	5.730,17	6.073,98	6.438,41	6.824,72	7.234,20
X	3.584,41	3.799,47	4.027,44	4.269,09	4.525,24	4.796,75	5.084,55	5.389,63	5.713,00	6.055,79	6.419,13	6.804,28	7.212,54	7.645,29	8.104,01	8.590,25
XI	4.150,34	4.399,36	4.663,32	4.943,12	5.239,71	5.554,09	5.887,34	6.240,58	6.615,01	7.011,91	7.432,63	7.878,58	8.351,30	8.852,38	9.383,52	9.946,53
XII	4.716,31	4.999,29	5.299,25	5.617,20	5.954,23	6.311,49	6.690,18	7.091,59	7.517,08	7.968,11	8.446,19	8.952,96	9.490,14	10.059,55	10.663,12	11.302,91
XIII	5.565,26	5.899,18	6.253,13	6.628,31	7.026,01	7.447,57	7.894,43	8.368,09	8.870,18	9.402,39	9.966,53	10.564,53	11.198,40	11.870,30	12.582,52	13.337,47
XIV	7.074,50	7.498,97	7.948,91	8.425,84	8.931,39	9.467,28	10.035,31	10.637,43	11.275,68	11.952,22	12.669,35	13.429,51	14.235,28	15.089,40	15.994,77	16.954,45
XV	12.262,46	12.998,21	13.778,10	14.604,79	15.481,07	16.409,94	17.394,53	18.438,21	19.544,50	20.717,17	21.960,20	23.277,81	24.674,48	26.154,95	27.724,24	29.387,70

**ANEXO VIII**  
**ARTIGO 25, INCISO VIII**  
**QUESTIONÁRIO PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO**  
**DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL**

**CAMARA DE VEREADORES DE VITOR MEIRELES**

Avaliação de Desempenho

Ficha de Avaliação

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO</b>	
Nome:	Contrato:
Cargo:	Data de Admissão: __/__/__
Unidade de Lotação: [01 - Camara de Vereadores] [001 - Camara de Vereadores] [002 - SERVIDORES CAMARA]	
Local de Trabalho: Câmara Municipal	
Locais de Trabalho Anteriores neste Período: Câmara Municipal	
Tipo de Avaliação:	
2. PERÍODO DE AVALIAÇÃO: __/__/20__ A __/__/20__	
AVALIAÇÃO Nº __	
<b>3. INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO: Assinalar somente uma alternativa para cada item.</b>	
<b>1 Idoneidade Moral</b>	
<b>1.1 Ética Profissional</b>	
<b>1.1.1 Guarda sigilo quanto às informações da instituição.</b>	
<b>Avalie o comportamento do servidor com relação às informações confidenciais do seu trabalho, que lhe são repassadas pela chefia imediata ou que tem acesso em decorrência da função:</b>	
a) O servidor já vazou informações confidenciais, não merecendo, portanto, confiança de superiores e colegas.	
b) O servidor quase sempre guarda sigilo sobre as informações confidenciais de seu trabalho.	
c) Pela forma como o servidor costuma agir não é conveniente repassar-lhe informações sigilosas e confidenciais do local de trabalho.	
d) O servidor nunca mantém em sigilo as informações do seu trabalho.	
e) O Servidor sempre mantém em sigilo as informações do seu trabalho.	
<b>1.1 Ética Profissional</b>	
<b>1.1.2 Observância da hierarquia.</b>	
<b>Avalie o grau em que o servidor observa, e cumpre a hierarquia funcional dentro do ambiente de trabalho:</b>	
a) O servidor raramente observa e cumpre a hierarquia funcional.	
b) O servidor não observa, nem cumpre seu posicionamento hierárquico e seus limites de atribuições	
c) O servidor observa a hierarquia funcional, porém as vezes atropela e não cumpre a delegação de competência que lhe é atribuída.	
d) O Servidor sempre cumpre com responsabilidade a hierarquia funcional.	
e) O Servidor além de não observar a hierarquia costuma promover a discórdia entre a chefia e os subordinados.	
<b>1.2 Relacionamento Interpessoal</b>	
<b>1.2.1 Ambiente de trabalho.</b>	
<b>Avalie a forma com que o Servidor costuma agir e procura manter um bom clima de trabalho:</b>	
a) O servidor age mantendo um bom clima de trabalho.	
b) O servidor não se envolve com o seu grupo de trabalho.	
c) O servidor mantém uma certa distância de seus colegas, mas respeita as diferenças individuais e coletivas.	
d) O servidor não se integra ao grupo de trabalho e nem sempre os trata com respeito e dignidade.	
e) O Servidor mantém sempre um bom clima de trabalho.	
<b>1.2 Relacionamento Interpessoal</b>	
<b>1.2.2 Relacionamento com a comunidade em geral.</b>	
<b>Avalie a maneira como o Servidor se relaciona com a comunidade em geral:</b>	
a) O servidor demonstra educação, porém, às vezes tem um temperamento explosivo.	
b) O servidor demonstra ser uma pessoa educada, paciente e ponderada com as pessoas.	
c) O servidor tem temperamento explosivo, demonstrando ser impaciente com as pessoas com quem convive.	
d) O servidor trata a todos com educação.	
e) O servidor é demasiadamente anti-social, criando constantemente atritos e desavenças no ambiente de trabalho.	
<b>1.3 Zelo por Equipamentos e Materiais</b>	

**1.3.1 Materiais de trabalho.****Avalie o grau de interesse e preocupação que o servidor apresenta pela guarda, zelo e economia dos materiais de trabalho:**

a) O servidor não é zeloso nem econômico com seus materiais.	
b) O servidor procura difundir entre os demais colegas a importância e necessidade da questão.	
c) O servidor não é zeloso nem econômico com os materiais, incorrendo no desvio dos mesmos.	
d) O servidor é responsável com o zelo de seus materiais, mas não prima pela economia dos mesmos.	
e) O servidor tem um grande senso de responsabilidade, mostrando-se zeloso e procura economizar os materiais de trabalho.	

**1.3 Zelo por Equipamentos e Materiais****1.3.2 Patrimônio público.****Avalie em que nível o servidor contribui para a conservação do patrimônio público:**

a) O servidor utiliza o bem público de maneira adequada.	
b) O servidor demonstra interesse com o patrimônio público, utilizando-o de forma adequada, preocupando-se com sua manutenção e conservação	
c) O servidor se utiliza do patrimônio público, sem no entanto se importar com sua conservação.	
d) O servidor utiliza-se de forma inadequada dos bens públicos, demonstrando ser desnecessário zelar pela sua conservação.	
e) O servidor é totalmente desleixado e irresponsável no trato e uso dos bens públicos, constantemente causando danos aos mesmos.	

**1.4 Postura Profissional****1.4.1 Receptividade às críticas.****Avalie o nível de receptividade do servidor a críticas que lhe são dirigidas:**

a) O servidor é receptivo a críticas, discute-as, analisa-as e adota aquelas que proporcionam melhoria à instituição e ao seu local de trabalho.	
b) O servidor ouve as críticas, porém não as utiliza para progredir profissionalmente.	
c) O servidor não gosta de ser criticado e revolta-se quando isso ocorre.	
d) O servidor mostra-se indiferente às críticas que lhe são dirigidas.	
e) O servidor quando recebe críticas adota aquelas que julga convenientes.	

**1.4 Postura Profissional****1.4.2 Capacidade de decidir e inovar.****Avalie a capacidade que o Servidor possui para decidir e inovar diante de novas situações:**

a) Não apresenta ideias e nem procura tomar a frente diante de novas situações.	
b) Demonstra potencial para inovar e decidir, pondo em prática.	
c) Demonstra potencial para inovar e decidir mas não pratica.	
d) Normalmente está à frente de novas situações, tomando decisões e resolvendo problemas.	
e) Além de não apresentar ideias e criatividade, atrapalha os colegas que tomam a frente nas inovações e decisões importantes.	

**1.4 Postura Profissional****1.4.3 Superação de dificuldades.****Avalie o grau em que o Servidor supera as dificuldades e carências profissionais:**

a) O servidor tem facilidade e supera as dificuldades que surgem no trabalho.	
b) Ocasionalmente o servidor consegue superar as dificuldades.	
c) Raramente o servidor consegue superar as dificuldades no trabalho.	
d) Normalmente o servidor supera as carências profissionais e dificuldades que surgem no trabalho.	
e) O Servidor tem muita dificuldade de superação e dificilmente consegue superar as carências profissionais.	

**2 Assiduidade****2.1 Presença ao Trabalho e Pontualidade****2.1.1 Frequência no local de trabalho.****Avalie o grau de frequência com que o servidor se faz presente ao local do trabalho:**

a) O servidor não faltou ao trabalho até o presente momento.	
b) O servidor raramente falta ao trabalho, porém sempre apresenta justificativa.	
c) O servidor raramente falta ao trabalho, porém não costuma apresentar justificativa.	
d) O servidor além de faltar com muita frequência ao trabalho, nunca apresenta justificativa.	
e) O servidor falta com muita frequência ao trabalho, porém sempre apresenta justificativa.	

<b>2.1 Presença ao Trabalho e Pontualidade</b>	
<b>2.1.2 Permanência no local de trabalho.</b>	
<b>Avalie o grau de permanência do servidor em seu local de trabalho:</b>	
a) Não se ausenta do local de trabalho.	
b) Raramente ausenta-se, porém não justifica.	
c) Raramente ausenta-se, porém justifica.	
d) Ausenta-se com frequência do local de trabalho, com justificativa.	
e) Ausenta-se com frequência do local de trabalho, sem justificativa.	

<b>2.1 Presença ao Trabalho e Pontualidade</b>	
<b>2.1.3 Observância de horário e comparecimentos.</b>	
<b>Avalie a capacidade do servidor de cumprir horários ou compromissos rotineiros de seu trabalho:</b>	
a) O servidor não se atrasa demonstrando sempre bastante pontualidade.	
b) Eventualmente se atrasa na chegada ao trabalho ou a algum compromisso.	
c) Raramente se atrasa na chegada ao trabalho ou algum compromisso	
d) Quase sempre chega atrasado ao trabalho ou compromisso.	
e) Eventualmente se atrasa ao trabalho ou a compromisso, por motivo alheio a sua vontade.	

<b>3 Disciplina</b>	
<b>3.1 Comprometimento, Interesse e Iniciativa</b>	
<b>3.1.1 Zelo e dedicação às suas atribuições.</b>	
<b>Avalie em que nível o servidor exerce com zelo e dedicação as suas atribuições:</b>	
a) O servidor sempre exerce com zelo e dedicação as suas atribuições.	
b) O servidor esporadicamente exerce com zelo as suas atribuições.	
c) O servidor raramente exerce com dedicação e zelo as suas atribuições.	
d) O servidor quase sempre exerce as suas atribuições com zelo e dedicação,	
e) O servidor dificilmente tem desenvolvido as suas atribuições com zelo e dedicação.	

<b>3.1 Comprometimento, Interesse e Iniciativa</b>	
<b>3.1.2 Responsabilidade com o trabalho.</b>	
<b>Avalie o grau em que o Servidor atende aos prazos previstos e o nível de supervisão necessário:</b>	
a) O servidor realiza todas as suas tarefas, dispensando fiscalização.	
b) O servidor merece confiança e raramente necessita de fiscalização.	
c) O servidor costuma precisar ser alertado quanto ao cumprimento de suas tarefas.	
d) É impossível depender de seus serviços, e necessita de constante vigilância.	
e) Em hipótese alguma se pode confiar e depender de seus serviços, pois é muito irresponsável.	

<b>4 Eficiência e Produtividade</b>	
<b>4.1 Qualidade no Trabalho e Conhecimento</b>	
<b>4.1.1. Qualidade dos trabalhos realizados.</b>	
<b>Avalie a exatidão, apresentação, ordem e o cuidado com que o servidor realiza este trabalho:</b>	
a) Excelente.	
b) Insatisfatório.	
c) Ótimo.	
d) Regular.	
e) Bom.	

<b>4.1 Qualidade no Trabalho e Conhecimento</b>	
<b>4.1.2. Conhecimento na área.</b>	
<b>Avalie o conhecimento e domínio que o servidor possui sobre o trabalho realizado:</b>	
a) Domina os conhecimentos e desempenha bem sua função.	
b) Cumpre as exigências do cargo.	
c) Possui conhecimento na área, mas precisa melhorar.	
d) Possui conhecimento insuficiente e/ou ultrapassado.	
e) O servidor não possui nenhum conhecimento e a falta de domínio põe em risco o desempenho e rendimento da função.	

<b>5 Aperfeiçoamento e Expectativa Profissional</b>	
<b>5.1 Colaboração, Aperfeiçoamento</b>	
<b>5.1.1 Colaboração com colegas de trabalho.</b>	
<b>Avalie a disponibilidade que o servidor possui em colaborar com a equipe de trabalho:</b>	

a) Regularmente mostra boa vontade em colaborar com o grupo de trabalho.	
b) Colabora com o grupo de trabalho quando solicitado.	
c) É prestativo, colaborando com a equipe de trabalho.	
d) Não mostra disponibilidade em colaborar com o grupo de trabalho.	
e) Sempre está disponível e tem grande preocupação em colaborar com a equipe de trabalho.	

**5.1 Colaboração, Aperfeiçoamento****5.1.2 Aperfeiçoamento e atualização****Avalie se o servidor aprimora e/ou atualiza seus conhecimentos considerando as oportunidades oferecidas pela Instituição:**

a) Atualização do conhecimento raramente é procurada pelo servidor.	
b) Procura manter-se atualizado, aprimorando seus conhecimentos.	
c) Procura atualizar-se, apenas para manter seus conhecimentos.	
d) O servidor não demonstra interesse em atualizar-se.	
e) O servidor é muito preocupado e está sempre atento às oportunidades para aprimorar seus conhecimentos.	

**5.1 Colaboração, Aperfeiçoamento****5.1.3 Atinge a expectativa da área em que atua.****Avalie se o servidor atinge as expectativas da área em que atua:**

a) O servidor atinge as expectativas da área.	
b) O servidor ocasionalmente atinge as expectativas da área.	
c) Na maioria das vezes atinge as expectativas da área.	
d) O servidor atinge muito pouco as expectativas da área.	
e) O servidor tem desempenho excelente.	

5. ASSINATURAS: COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO	Servidor Avaliado
_____ - Membro Matrícula _____	Matrícula _____
_____ - Membro Matrícula _____	_____
_____ - Membro Matrícula _____	Ciência do servidor em __/__/____
Câmara Municipal de Vitor Meireles Data: __/__/____	

**ANEXO IX**  
**ARTIGO 25, INCISO IX**  
**PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA A CADA QUESITO AVALIADO DE ACORDO**  
**COM A OPÇÃO ESCOLHIDA PELA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

**CAMARA DE VEREADORES DE VITOR MEIRELES**

Avaliação de Desempenho

Ficha de Avaliação

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO</b>	
Nome:	Contrato:
Cargo:	Data de Admissão: __/__/__
Unidade de Lotação: [01 - Camara de Vereadores] [001 - Camara de Vereadores] [002 - SERVIDORES CAMARA]	
Local de Trabalho: Câmara Municipal	
Locais de Trabalho Anteriores neste Período: Câmara Municipal	
Tipo de Avaliação:	
<b>2. PERÍODO DE AVALIAÇÃO:</b> __/__/20__ A __/__/20__	<b>AVALIAÇÃO Nº</b> __

**AVALIAÇÃO DO PERÍODO**

1. Idoneidade Moral	A	B	C	D	E
<b>1.1 Ética Profissional</b>					
1.1.1 Guarda sigilo quanto às informações da instituição.	3	4	2	1	5
1.1.2 Observância da hierarquia.	3	2	4	5	1
<b>1.2 Relacionamento Interpessoal</b>					
1.2.1 Ambiente de trabalho.	4	2	3	1	5
1.2.2 Relacionamento com a comunidade em geral.	3	5	2	4	1
<b>1.3 Zelo por Equipamentos e Materiais</b>					
1.3.1 Materiais de trabalho.	2	4	1	3	5
1.3.2 Patrimônio Público.	4	5	3	2	1
<b>1.4 Postura Profissional</b>					
1.4.1 Receptividade às críticas.	5	3	1	2	4
1.4.2 Capacidade de decidir e inovar.	2	4	3	5	1
1.4.3 Superação de dificuldades.	5	3	2	4	1
<b>2. Assiduidade</b>	A	B	C	D	E
<b>2.1 Presença ao Trabalho e Pontualidade</b>					
2.1.1 Frequência no local de trabalho.	5	4	3	1	2
2.1.2 Permanência no local de trabalho.	5	3	4	2	1
2.1.3 Observância de horário e comparecimentos.	5	2	4	1	3
<b>3. Disciplina</b>	A	B	C	D	E
<b>3.1 Comprometimento, Interesse e Iniciativa</b>					
3.1.1 Zelo e dedicação às suas atribuições.	5	3	2	4	1
3.1.2 Responsabilidade com o trabalho	5	4	3	2	1
<b>4. Eficiência e Produtividade</b>	A	B	C	D	E
<b>4.1 Qualidade no Trabalho e Conhecimento</b>					
4.1.1 Qualidade dos trabalhos realizados.	5	1	4	2	3
4.1.2 Conhecimento na área	5	4	3	2	1
<b>5. Aperfeiçoamento e Expectativa Profissional</b>	A	B	C	D	E
<b>5.1 Colaboração, Aperfeiçoamento e Expectativa Profissional</b>					
5.1.1 Colaboração com colegas de trabalho.	2	3	4	1	5
5.1.2 Aperfeiçoamento e atualização.	2	4	3	1	5
5.1.3 Atinge a expectativa da área em que atua.	4	2	3	1	5

**LEI Nº 1018**

Publicação Nº 1774986

LEI N. 1018, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A PROMOVER A DESAFETAÇÃO PARCIAL E REAFETAÇÃO DE BEM PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar uma área de 106,03 m<sup>2</sup> (cento e seis metros e três decímetros quadrados) do prédio público de propriedade do Município de Vitor Meireles, sob cadastro n. 46442, utilizado para o funcionamento da Intendência do Distrito da Barra da Prata, município de Vitor Meireles (SC).

Art. 2.º A área descrita no artigo anterior será utilizada para a expansão da Escola Municipal Barra da Prata, município de Vitor Meireles (SC).

Art. 3.º A área remanescente de 10,97 m<sup>2</sup> (dez metros e noventa e sete decímetros quadrados) continuará sendo utilizada para funcionamento da Intendência do Distrito da Barra da Prata.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 16 de outubro de 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal



# Witmarsum

## PREFEITURA

### EXTRATO - 49/2018 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E CONCURSO

Publicação Nº 1774202

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC  
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2018

A Prefeita Municipal em Exercício de Witmarsum – SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, no dia 30/10/2018, às 14:30 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, nº 1520, Centro, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E CONCURSO NO MUNICÍPIO DE WITMARSUM. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site [www.witmarsum.sc.gov.br](http://www.witmarsum.sc.gov.br) ou pelo fone/fax (47) 3358-1304.

Witmarsum/SC, em 11 de outubro de 2018.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0110/2018

Publicação Nº 1774200

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0184/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0110/2018

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, juntamente com o Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0110/2018, menor preço por item, tendo como objeto a Aquisição de 01 (um) Rolo Compactador Liso, 02 (duas) Retroescavadeira, 01 (uma) Escavadeira Hidráulica, 01 (um) Veículo tipo Minibus e 03 (três) Veículos tipo Sedan, destinados para melhoria da infraestrutura da Secretaria de obras, Transporte e Serviços e para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. Com recursos da Operação de Crédito junto a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC. O recebimento das propostas será até às 8:45h, do dia 31 de outubro de 2018, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 15 de outubro de 2018. Avelino Menegolla– Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0111/2018

Publicação Nº 1775340

#### AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0185/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0111/2018

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0111/2018, tendo como objeto a Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Construção para manutenção das Instalações Físicas do 14ª Batalhão de Bombeiros Militar/1ª Companhia de Bombeiros Militar, sede Xanxerê-SC, nas quantidades estimadas constante do ANEXO I. O recebimento das propostas será até às 8:45h, do dia 30 de outubro de 2018, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 17 de outubro de 2018. Avelino Menegolla– Prefeito Municipal.

### CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 613

Publicação Nº 1774573

#### CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 613

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: MICHELI CORDEIRO DA SILVA, portador (a) da identidade nº 4.270.284.4 e CPF nº 062.457.629.95, brasileira, solteira, farmacêutica, residente a Rua Maria do Nascimento, 181 B. La Salle - XANXERE – SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE FARMACÊUTICO, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 007/2018, inscrições realizadas no período de 16/07/2018 a 31/07/2018, homologado pelo Decreto nº AM 153/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de FARMACEUTICO, com salário mensal de R\$ 3.859,94 (três mil oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde conforme Ofício SMS/RH/0596/2018 e ofício SMS/RH/0659/2018 em anexo, iniciando em 04 de outubro de 2018 até 03 de outubro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 e alterada pela Lei nº AM 4011/2018, em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III - Garantir, na falta de farmacêutico efetivo, a continuidade do serviço nas unidades de saúde do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 08 (oito) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: MICHELI CORDEIRO DA SILVA  
CPF: 062.457.629.95

#### Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava  
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

### CONTRATO DE TRABALHO Nº 185 - MEDICO ESF

Publicação Nº 1774581

#### CONTRATO DE TRABALHO nº 185

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo indeterminado, nos termos do Decreto Lei 5452/43 CLT- Consolidação das Leis do trabalho, e Lei Municipal n. 3.029/08, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

EMPREGADO: JOÃO PAULO MOREIRA DO PRADO, portador (a) da identidade nº 2007010288870, e CPF nº 042.345.833.75, CTPS: 8226680 Série: 0050 - SC, CRM – SC 26333, brasileiro, solteiro, residente a Rua Independencia, 1007 apto 103 - XANXERE – SC.

1. Fica o EMPREGADO admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA, para ocupar Emprego Público, na função de MÉDICO - ESTRATÉGIA SAUDE DA FAMÍLIA, mediante o salário de R\$ 17.262,96 por mês.
2. O EMPREGADO é contratado de acordo com a Lei Complementar Municipal Nº AM 3029/08, sendo que o regime da contratação será o da CLT (Celetista).
3. O horário de trabalho será de segunda-feira à sexta-feira das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas. O mesmo será anotado em Ficha de Registro de Empregados, e a eventual mudança da jornada, por determinação da EMPREGADORA, não inovará em novo ajuste, permanecendo sempre íntegra a obrigação do EMPREGADO de cumprir o horário que lhe for determinado, observando-se o limite legal.

Parágrafo Único: O EMPREGADO compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades da EMPREGADORA assim o exigirem.

4. Obriga-se também o EMPREGADO a prestar serviço em horário extraordinário, sempre que lhe for determinado pela EMPREGADORA, na forma prevista em lei. Na hipótese desta faculdade pela EMPREGADORA, o EMPREGADO receberá as horas extraordinárias com o acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação, com a conseqüente redução da jornada de trabalho em outro dia.
5. Fica ajustado nos termos que dispões o parágrafo primeiro do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que o EMPREGADO acatará ordem emanada da EMPREGADORA para prestação de serviço.
6. Em caso de dano causado pelo EMPREGADO, fica a EMPREGADORA autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, o qual fará, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, já que essa possibilidade fica expressamente prevista em contrato.
7. Este contrato tem início a partir de 08/10/2018 e será por prazo indeterminado.
8. O empregado é admitido no EMPREGO PÚBLICO, conforme Concurso Publico 003/2018, realizado em 10/06/2018 e Homologado conforme Decreto AM 113/2018 em 27/06/2018.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma,

ficando a primeira em poder da EMPREGADORA, e a segunda em poder do EMPREGADO.

Xanxerê – SC, 08 de outubro de 2018.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ  
JADER ADRIEL DANIELLI

JOÃO PAULO MOREIRA DO PRADO  
CPF: 042.345.833.75

Testemunhas:

Marisangela Basso Gava  
CPF: 004.965.519-14

Regina Amália Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409.25

## DECRETO Nº AM 176/2018

Publicação Nº 1774664

DECRETO Nº AM 176/2018

ALTERA DISPOSITIVO DO ART. 1º DO DECRETO Nº AM 168/2018, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto na Lei Complementar nº AM 4023/2018, de 08 de agosto de 2018, que institui a gratificação mensal para os profissionais efetivos de nível superior que exercem coordenações vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê;

Considerando o Ofício SMS/RH/0677/2018, de 01 de outubro de 2018, da Secretária Municipal de Saúde, informando que a Enfermeira Claudete Janete Breier, a partir desta data é coordenadora da Unidade Básica de Saúde Paulina Lunardelli Baldi, localizada no Bairro Vista Alegre;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o local e número do CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, de Coordenação da Servidora Claudete Janete Breier, relacionados no art. 1º do Decreto nº AM 168/2018, de 18 de setembro de 2018, conforme tabela abaixo.

Nome do servidor	CNES	Local
Claudete Janete Breier	2411385	Unidade Básica de Saúde Paulina Lunardelli Baldi, Bairro Vista Alegre

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 08 de outubro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº AM 177/2018

Publicação Nº 1774665

DECRETO Nº AM 177/2018

EXTINGUE E REMANEJA PONTO DE TÁXI E VAGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Decreto nº AJG 113/2016, de 10 de junho de 2016, e regulamentos que tratam da exploração do serviço de transportes de passageiros na modalidade táxi,

Considerando que a solicitação foi protocolada no departamento municipal de trânsito – DEMUT em 26 de junho de 2018 sobre o remanejamento;

Considerando que o Conselho Municipal de Trânsito deliberou e deferiu pela extinção do Ponto de Taxi n. 20, localizado anexo ao Posto de Combustível – Posto 10 (área privada) e o remanejamento da vaga do veículo para a Rua Independência no Ponto n. 23;

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o Ponto de Táxi n. 20, localizado anexo ao Posto 10 e remanejado a vaga e veículo ao Ponto de Táxi n. 23, localizado na Rua Independência, ao lado da Caixa Econômica Federal, Centro.

Art. 2º O ponto n. 23 terá capacidade de atender a permanência fixa de 02 (dois) veículos.

Art. 3º Fica determinado ao Departamento Municipal de Trânsito – DEMUT para que efetue a demarcação das vagas e demais procedimentos previstos na legislação Municipal pertinente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 10 de outubro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº AM 178/2018**

Publicação Nº 1774666

DECRETO Nº AM 178/2018

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO PARA O CARGO DE COORDENADOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o senhor DANIEL STRADA, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, inscrito no cpf/mf sob nº 085.188.519-55, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.244.976 expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Licitações e Contratos, vinculado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 10 de outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº AM 179/2018**

Publicação Nº 1774667

DECRETO Nº AM 179/2018

NOMEIA COMISSÃO DE TESTE SELETIVO - CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS - DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EDITAL 013/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69 incisos III e VII da Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar Municipal nº AM 2907/06, e Lei Municipal nº 3.402, de 14 de dezembro de 2011, e demais dispositivos legais,

Considerando a necessidade de nomear membros para compor a Comissão do Teste Seletivo da Secretaria de Educação – Edital nº 013/2018;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados membros para compor a Comissão de Teste Seletivo – Edital nº 013/2018, da Secretaria Municipal de Educação, sendo:

- I – Melânia Zulian Fiorentin;
- II – Elia Gasparetto Tres;
- III – Fernando Dal Zot;
- IV – Regina Amalia Gallon Tonial;
- V – Vera Lucia Correa.

Art. 2º Fica designado como presidente da Comissão a Sra. Melânia Zulian Fiorentin.

Art. 3º Os membros nomeados pelo presente decreto terão a atribuição de acompanhar, controlar e avaliar o Teste Seletivo, bem como, resolver os casos omissos do Edital.

Art. 4º Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados à comunidade.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 10 de outubro 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº AM 180/2018**

Publicação Nº 1774668

DECRETO Nº AM 180/2018

CREDENCIA MONITORES DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015;

Considerando o disposto no Ofício nº 0227/2018, de 10 de outubro de 2018, da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º Ficam credenciados os monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME CPF IDENTIDADE

Daniele Rodrigues 090.959.989-08 6.146.883

Rosane de Vargas Narciso 071.048.409-74 5.211.383

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 10 de outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº AM 181/2018**

Publicação Nº 1774669

DECRETO Nº AM 181/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELILNO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AM 4.037/2018, de 10.10.2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 970.000,00 (novecentos e setenta mil reais), na seguinte programação de despesa:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.0401.122.0402.2005 – Manutenção das atividades administrativas

04.0401.122.0402.2005.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS

06.0601.15.452.1502.2013 – Manutenção da Iluminação Pública

06.0601.15.452.1502.2013.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS

06.0601.15.452.1502.2014 – Manutenção dos serviços urbanos

06.0601.15.452.1502.2014.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 540.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS

06.0601.26.782.2601.2016 – Manutenção do setor rodoviário

06.0601.26.782.2601.2016.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será anulado parcialmente a seguinte programação de despesa:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.1061 – Infraestrutura legislativa

01.0101.01.031.0101.1061.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

05.0501.23.695.2301.2011 – Manutenção Atividades da Expofemi

05.0501.23.695.2301.2011.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 126.127,00



**11 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO**

11.1101.28.846.2800.2034 – Amortização de dívida e encargos municipais

11.1101.28.846.2800.2034.32900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 315.873,00

11.1101.28.846.2800.2034.46900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 378.000,00

**15 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO**

15.1501.20.608.2001.1077 – Ampliação da patrulha agrícola

15.1501.20.608.2001.1077.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 15 de outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº AM 182/2018**

Publicação Nº 1774670

DECRETO Nº AM 182/2018

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Assistente Administrativo no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG078/2015, de 08/04/15, prorrogado pelo Decreto Municipal nº AM 110/2017, de 06/04/17;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o senhor EMERSON CORREIA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê, SC, inscrito no cpf/mf sob nº 041.609.219-57, portador da Cédula de Identidade nº 3.698.538, expedida pela SSP/SC, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/2011, de 23 de novembro de 2011, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 15 de outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº AM 183/2018**

Publicação Nº 1774671

DECRETO Nº AM 183/2018

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Psicólogo no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG078/2015, de 08/04/15, prorrogado pelo Decreto Municipal nº AM 110/2017, de 06/04/17;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o senhor GIANFRANCESCO MENEGHINI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Abelardo Luz, SC, inscrito no cpf/mf sob nº 071.230.129-17, portador da Cédula de Identidade nº 4.552.435, expedida pela SSP/SC, CRP/SC-12/11815, para o cargo de PSICÓLOGO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/2011, de 23 de novembro de 2011, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 15 de outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº AM 184/2018**

Publicação Nº 1774672

DECRETO Nº AM 184/2018

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Enfermeiro no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal nº AJG 078/2015, de 08/04/15, prorrogado pelo Decreto Municipal nº AM 110/2017, de 06/04/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora JÉSSICA DUZ MENDES MACHADO, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Xaxim, SC, inscrita no cpf/mf sob nº 074.987.939-46, portadora da Cédula de Identidade nº 5.248.348, expedida pela SSP/SC, Coren-SC nº 000.561.951, para o cargo de ENFERMEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/11 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 15 de outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**EXTRATO 1º ADITIVO A ATA RP Nº 0021/2018**

Publicação Nº 1774663

Extrato 1º Aditivo a Ata RP nº 0021/2018

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: TUPY PRÉ-MOLDADOS LTDA

Fica reajustado em 25% nos itens 12, 13, 14, 15 e 16, do Pregão RP 0014/2018, Processo Licitatório 0020/2018, de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura nº 430/2018, conforme tabela:

ITEM	PRODUTO	QNT. LICITADA	QNT. ADITADA	VALOR UN.	TOTAL
12	Tubo de 40 cm de diâmetro	500	125	R\$ 40,00	R\$ 5.000,00
13	Tubo de 60 cm de diâmetro	400	100	R\$ 69,00	R\$ 6.900,00
14	Tubo concreto Ø 80 cm CA1	150	37	R\$ 154,00	R\$ 5.698,00
15	Tubo concreto Ø 100 cm CA1	75	18	R\$ 244,00	R\$ 4.392,00
16	Tubo concreto Ø 150 cm CA2	25	06	R\$ 555,00	R\$ 3.330,00
	TOTAL:				R\$ 25.320,00

Dotação orçamentária: Reduzidos 140, 73 e 74 – elemento 3390 3024

Xanxerê-SC, 16 de outubro de 2018. Rivaél Sander Freschi–Secretário Municipal de Obras.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0091/2018**

Publicação Nº 1774702

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0091/2018

Permitente: Município de Xanxerê.

Permissionário: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Meio Oeste Catarinense – Sicoob Credimoc.

Objeto: Permissão para Exploração de Espaço Público exclusivo para a divulgação de anúncios de publicidade em Totem Digital, autorizado pela lei Municipal nº BLB 3457/2012.

Fica suprimido do contrato Originário, o item "a" da Cláusula Segunda, a exploração de espaço público localizado na Praça Tiradentes, esquina Rua Rui Barbosa com Avenida Brasil; (espaço interno da praça), conforme Ofício do Permissionário e despacho pelo Prefeito Municipal em anexo, permanecendo apenas a exploração de espaço público, item "b", localizado na Praça Alcides Bernardi, trecho esquina Rua Coronel Passos Maia com Olavo Bilac; (antigo chafariz).

Xanxerê-SC, 10 de outubro de 2018. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

**LEI Nº AM 4033/2018**

Publicação Nº 1774709

LEI Nº AM 4033/2018

(Origem Projeto de Lei Nº AM 026/2018)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR A CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município

que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgoa seguinte

#### LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar concessão de espaço público, da chácara 461, constante da matrícula nº 17.682 do ORI de Chapecó, localizado no Bairro dos Esportes, para entidade sem fins lucrativos, com direito real de uso de área física. Parágrafo único. O espaço público a ser concedido será a chácara 461, com área de 3.289,02m², com matrícula nº 17.682 do ORI de Chapecó, situado no Bairro dos Esportes.

Art. 2º - A concessão de uso de espaço público de que trata esta lei, será realizada por um período de até 15(quinze) anos, podendo ser renovável por igual período.

Parágrafo único. A concessão dar-se-á mediante a realização de processo licitatório, observados os dispositivos legais constantes na Lei 8.666/93 e suas alterações.

Art. 3º - Os procedimentos, locais, espaço e condições para a concessão do espaço público de que trata esta lei, serão definidos no Edital Licitatório.

Parágrafo único. A entidade vencedora da licitação responsabilizar-se-á pela manutenção do local, bem como pelo pagamento do aluguel, do uso da água, energia elétrica e demais taxas que eventualmente venham a incidir.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica revogada na íntegra a Lei nº RB 930/1978, de 06 de abril de 1978.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

8 de Outubro de 2018

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### LEI Nº AM 4034/2018

Publicação Nº 1774712

LEI Nº AM 4034/2018

(Origem Projeto de Lei Nº AM027/2018)

INSTITUI O PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA E CONCESSÕES DE XANXERÊ, SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgoa seguinte

#### LEI

#### CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Programa de Parceria Público-Privada e Concessões de Xanxerê, SC, com o objetivo de promover, fomentar, coordenar, disciplinar, regular e fiscalizar parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Esta Lei se aplica aos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, aos fundos especiais e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de Xanxerê, SC.

Art. 2º O contrato administrativo de parceria público-privada deve ser celebrado na modalidade de concessão administrativa ou patrocinada.

§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

§ 3º Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

Art. 3º O Programa de PPP observará os seguintes princípios e diretrizes:

I - eficiência no cumprimento das suas finalidades, competitividade na prestação das atividades e sustentabilidade econômica de cada empreendimento;

II - respeito aos interesses e direitos do Poder Público, dos destinatários dos serviços e dos Agentes do Setor Privado incumbidos da sua execução;

III - indelegabilidade das funções de regulação e do exercício de poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Município;

- IV - repartição objetiva dos riscos entre as partes;
- V - transparência nos procedimentos e decisões;
- VI - universalização do acesso a bens e serviços essenciais;
- VII - responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos;
- VIII - responsabilidade social e ambiental na concepção e execução dos contratos;
- IX - participação popular; e
- X - qualidade e continuidade na prestação dos serviços.

Art. 4º Ficam autorizadas desde já a implantação de Parcerias Público-Privadas e Concessões no âmbito da Prefeitura Municipal de Xanxerê, SC, para a área de infraestrutura;

Art. 5º O Programa será desenvolvido por meio de adequado planejamento, que definirá as prioridades quanto à sua implantação, expansão, melhoria, gestão ou exploração de bens, serviços e atividades, infraestrutura, estabelecimentos ou empreendimentos públicos.

§ 1º Farão parte do Programa os projetos que, compatíveis com o mesmo, sejam aprovados pelo Conselho Gestor a que se refere o Capítulo II desta Lei.

§ 2º O órgão ou entidade da Administração Municipal, interessado em celebrar parceria compatível com os objetivos desta Lei, encaminhará o respectivo projeto, nos termos e prazos previstos no Decreto regulamentar, à apreciação do Conselho Gestor.

§ 3º O Conselho Gestor, por meio de seu Presidente, ou o chefe do Executivo também poderão, por iniciativa própria, iniciar processo de Parceria Público Privada, nos termos dessa lei.

Art. 6º São condições para a inclusão de projeto no Programa PPP:

- I - caracterização do efetivo interesse público considerando a natureza, a relevância e o valor de seu objeto, bem como o caráter prioritário da respectiva execução, observadas as diretrizes governamentais;
- II - a vantagem econômica e operacional da proposta para o Município e a melhoria da eficiência no emprego dos recursos públicos, relativamente a outras possibilidades de execução direta ou indireta;
- III - a justificativa que dará ensejo ao futuro estudo técnico de sua viabilidade, mediante demonstração das metas e resultados a serem atingidos, prazos de execução e de amortização do capital investido, bem como a indicação dos critérios de avaliação ou desempenho a serem utilizados;
- IV - a justificativa de futura viabilidade dos indicadores de resultado a serem adotados, em função da sua capacidade de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do ente privado em termos qualitativos e quantitativos, bem como de parâmetros que vinculem o montante da remuneração aos resultados atingidos;
- V - alcançar o valor mínimo estabelecido na legislação atual para caracterização da Parceria Público-Privada.

## CAPÍTULO II - DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA PPP

Art. 7º Fica criado o Conselho Gestor do Programa PPP/(CG/PPP), com a seguinte composição:

- I – Um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
  - II – Um representante da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços;
  - III – Um representante da Assessoria Jurídica do Município;
  - IV – um consultor externo, com notória especialização e reconhecimento na área de Gestão Pública e preferencialmente PPP's, podendo ser contratado por processo específico atendendo as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- § 1º. No Decreto de nomeação o Prefeito Municipal indicará o Presidente do Comitê Gestor.
- § 2º Participarão das reuniões do Conselho, com direito a voz, os demais titulares de Secretarias Municipais que tiverem interesse direto em determinada parceria, em razão de vínculo temático entre o objeto desta e o respectivo campo funcional.
- § 3º O Conselho deliberará mediante voto da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente direito ao voto qualificado.
- § 4º Nas ausências ou nos impedimentos do Presidente, o Conselho Gestor do Programa será presidido pelo membro indicado pelo Prefeito.
- § 5º Cada membro do Conselho terá um suplente que substituirá os titulares em seus impedimentos e afastamentos legais, escolhido dentre os servidores efetivos dos respectivos órgãos e entidades integrantes do Conselho.

Art. 8º Ao Conselho Gestor do Programa compete:

- I - fixar procedimentos para a contratação das Parcerias Público-Privadas, conforme legislação vigente;
- II - analisar e aprovar os projetos;
- III - fiscalizar a execução; e
- IV - opinar sobre alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos.

## CAPÍTULO III - DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE

Art. 9º A formalização de contrato de parceria público-privada dependerá obrigatoriamente da constituição de sociedade de propósito específico (SPE), incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

§ 1º A transferência do controle da sociedade de propósito específico e a constituição de garantias ou oneração estarão condicionadas à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato, desde que seja observado pelo pretendente os seguintes requisitos:

- a) a transferência não será efetivada antes do decurso de 24 (vinte e quatro) meses da formalização do contrato;
- b) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e
- c) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

§ 2º A sociedade de propósito específico a que se refere o caput poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários, admitidos a negociação no mercado.

§ 3º A sociedade de propósito específico deverá obedecer padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento.

§ 4º Fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante das sociedades de que trata este capítulo.

§ 5º A vedação prevista no §4º não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público, em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.

#### CAPÍTULO IV - DO CONTRATO DE PARCEIRA PÚBLICO-PRIVADA

##### Seção I - Do Conceito e das Diretrizes

Art. 10. As cláusulas dos contratos de parceria público-privada e concessões atenderão ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e no art. 5º, § 2º, incisos I a III, da Lei nº 11.079/2004 e nesta lei no que couber, devendo também prever:

- I - o prazo de vigência da parceria, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco) anos, nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;
- II - as metas e os resultados a serem atingidos, o cronograma de execução e prazos estimados para seu alcance, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir o resultado;
- III - as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida e as obrigações assumidas;
- IV - a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- V - o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;
- VI - as formas de remuneração e atualização de valores;
- VII - os mecanismos para preservação da atualidade da prestação de serviços;
- VIII - as hipóteses de extinção da parceria antes do advento do prazo contratual, por motivo de interesse público ou qualquer motivação de que não caiba a responsabilização do parceiro privado, bem como os critérios para o cálculo e pagamento das indenizações devidas;
- IX - os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos, o prazo de regularização e a forma de acionamento da garantia;
- X - os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado;
- XI - a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.

§ 1º É vedada a celebração de parceria público-privada:

- a) cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- b) que tenha por objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

§ 2º A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por:

- a) ordem bancária;
- b) cessão de créditos não tributários;
- c) outorga de direitos em face da Administração Pública;
- d) outorga de direitos sobre bens públicos dominicais; e
- e) outros meios admitidos em lei.

§ 3º As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contratos de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante:

- a) vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV, do art. 167 da Constituição Federal;
- b) instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;
- c) contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;
- d) garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;
- e) garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade; e
- f) outros mecanismos admitidos em lei.

##### Seção II - Do Objeto

Art. 11. Podem ser objeto de parcerias público-privadas e concessões:

- I - a delegação, total ou parcial, da prestação ou exploração de serviço público, especialmente na área de infraestrutura precedida ou não da execução de obra pública;
- II - a prestação de serviços à Administração Pública ou à comunidade, precedida ou não de obra pública, excetuadas as atividades fins exclusivas do Município;

III - a execução, a ampliação e a reforma de obra para a Administração Pública, bem como de bens e equipamentos ou empreendimento público, equipamentos de transporte público e vias públicas, incluídas as recebidas em delegação da União e do Estado, conjugada à manutenção, exploração, ainda que sob regime de locação ou arrendamento, e à gestão destes, ainda que parcial, incluída a administração de recursos humanos, materiais e financeiros voltados para o uso público em geral; e

IV - a exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do Município, tais como marcas, patentes, bancos de dados, métodos e técnicas de gerenciamento e gestão.

#### Seção III - Das Obrigações do Contratado

Art. 12. A contratação de PPP ou concessão determina para os agentes dos setores privados:

- I - a obrigatoriedade de demonstrar permanentemente a capacidade econômica e financeira necessária para a execução do objeto da contratação;
- II - a assunção de obrigações de resultados definidas pelo Poder Público, com liberdade para a escolha dos meios para sua implementação, nos limites previstos no contrato;
- III - a submissão ao controle estatal permanente dos resultados;
- IV - o dever de submeter-se à fiscalização do Poder Público, permitindo o acesso de seus agentes às instalações, informações e documentos inerentes ao contrato, inclusive seus registros contábeis;
- V - a sujeição aos riscos inerentes ao negócio; e
- VI - a incumbência de promover as desapropriações autorizadas pelo Poder Público, quando previstas no contrato e no ato expropriatório.

#### Seção IV - Da Remuneração

Art. 13. A remuneração do agente do setor privado ocorrerá mediante a utilização, isolada ou cumulativamente, de qualquer uma das seguintes modalidades:

- I - tarifas cobradas dos usuários;
- II - recursos do Tesouro Municipal ou de entidade da Administração Indireta Municipal;
- III - cessão de créditos do Município, excetuados os relativos a impostos, e das entidades da Administração Municipal;
- IV - transferência de bens móveis e imóveis;
- V - pagamento em títulos da dívida pública, emitidos com observância da legislação aplicável;
- VI - cessão de direitos relativos à exploração comercial de bens públicos, inclusive de natureza imaterial, tais como marcas, patentes, bancos de dados, métodos e técnicas de gerenciamento e gestão;
- VII - outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;
- VIII - outras receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados; e
- IX - tributos vinculados destinados especificamente para este fim.

#### Seção V - Das Sanções

Art. 14. O contrato de PPP e Concessão poderão estabelecer sanções em face do inadimplemento de obrigação pecuniária pelo Poder Público, no seguinte modo:

- I - o débito será acrescido de multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios, exclusivamente, segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Municipal; e
- II - o atraso superior a 90 (noventa) dias conferirá ao contratado a faculdade de suspensão das atividades ou da prestação dos serviços públicos que não sejam essenciais, sem prejuízo do direito à rescisão contratual.

#### CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Aplicam-se às parcerias público-privadas e concessões previstas nesta Lei, as normas gerais federais, inclusive sobre concessão e permissão de serviços e de obras públicas, modalidades de licitações e contratos administrativos e de parceria público-privada.

Art. 16. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta e Indireta, responsáveis pela concessão de licenças ambientais, ou que estejam vinculados, direta ou indiretamente, nos procedimentos para o licenciamento ambiental, atenderão prioritariamente os projetos incluídos no Programa, se necessário.

Art. 17. O Poder Executivo Municipal desde já ratifica regulamentação que existir concernente à Lei Federal vigente e poderá emitir regulamento próprio.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
8 de Outubro de 2018  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**LEI N° AM 4035/2018**

Publicação N° 1775344

LEI N° AM 4035/2018  
(Origem Projeto de Lei N° AM031/2018)

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CULTURA (PMDC) DE XANXERÊ PARA O DECÊNIO 2018-2028.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgoa seguinte

LEI

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Desenvolvimento da Cultura (PMDC) de Xanxerê para o decênio de 2018-2028, conforme especificado no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
10 de Outubro de 2018  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**LEI N° AM 4036/2018**

Publicação N° 1775347

LEI N° AM 4036/2018  
(Origem Projeto de Lei N° AM033/2018)

ANTECIPA DATAS DE FERIADOS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgoa seguinte

LEI

Art. 1º O Feriado municipal de 27 de fevereiro, alusivo à data de emancipação político administrativa do Município, e o Feriado religioso de 6 de agosto, alusivo ao dia do Senhor Bom Jesus – Padroeiro do Município, no ano de 2019 serão antecipados para o dia 25 de fevereiro e 5 de agosto, respectivamente.

Art. 2º Sempre que houver interesse para alteração da data de Feriados Municipais, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promovê-la mediante Decreto Municipal, publicando o ato com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
10 de Outubro de 2018  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**LEI N° AM 4037/2018**

Publicação N° 1775353

LEI N° AM 4037/2018  
(Origem Projeto de Lei N° AM036/2018)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO geral do município de xanxerê, E dá outras providências.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgoa seguinte

LEI



Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 970.000,00 (novecentos e setenta mil reais), na seguinte programação de despesa:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.0401.122.0402.2005 – Manutenção das atividades administrativas

04.0401.122.0402.2005.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS

06.0601.15.452.1502.2013 – Manutenção da Iluminação Pública

06.0601.15.452.1502.2013.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS

06.0601.15.452.1502.2014 – Manutenção dos serviços urbanos

06.0601.15.452.1502.2014.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 540.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS

06.0601.26.782.2601.2016 – Manutenção do setor rodoviário

06.0601.26.782.2601.2016.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior serão anulados total ou parcialmente as seguintes programações de despesas:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.1061 – Infraestrutura legislativa

01.0101.01.031.0101.1061.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

05.0501.23.695.2301.2011 – Manutenção Atividades da Expofemi

05.0501.23.695.2301.2011.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 126.127,00

11 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

11.1101.28.846.2800.2034 – Amortização de dívida e encargos municipais

11.1101.28.846.2800.2034.32900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 315.873,00

11.1101.28.846.2800.2034.46900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 378.000,00

15 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

15.1501.20.608.2001.1077 – Ampliação da patrulha agrícola

15.1501.20.608.2001.1077.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

10 de Outubro de 2018

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## PORTARIA RH-AM 471/2018

Publicação Nº 1774393

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 471/2018

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 08.10.2018 a 06.11.2018 a Servidora Pública Municipal Sra. ODETE DA SILVA SANTINI, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 1.692.555 e CPF nº 893.278.109-53, nomeada conforme Decreto nº JB 408/94, no cargo de SERVENTE DE LIMPEZA, com 40 (quarenta) horas semanais desempenhando suas atividades na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:



08.11.2014 a 07.11.2015 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 08 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA RH-AM 472/2018**

Publicação Nº 1774395

PORTARIA Nº RH-AM 472/2018

DESIGNAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Complementar nº AM 2.907/06,

RESOLVE

DESIGNAR, para desempenhar funções na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a Servidora Pública Municipal Sra. JUCILENE GIUNTA PIVA, portador da CI nº 3.208.151, CPF nº 941.987.649-72, nomeada conforme Decreto nº LJV 199/2011, no cargo de TELEFONISTA, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 08 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

## **PORTARIA RH-AM 473/2018**

Publicação Nº 1774396

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 473/2018

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Decreto AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias a partir de 03.10.2018 a 22.10.2018 a Servidora Pública Municipal Sra. JUCILENE GIUNTA PIVA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.208.151 e CPF n.º 941.987.649-72, nomeada conforme Decreto n.º LJV 199/2011, no cargo de TELEFONISTA, com 30 (trinta) horas semanais, desempenhando suas funções na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:

15.08.2016 A 14.08.2017 = 20 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 08 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA RH-AM 474/2018**

Publicação Nº 1774398

PORTARIA Nº RH-AM 474/2018  
EXONERAR A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91, Artigo 34.

RESOLVE

EXONERAR, a pedido a partir de 08.10.2018, a Servidora Pública Municipal, a Sra. ADRIANA REGINA FAVRETTO, brasileira, residente e domiciliada atualmente na cidade de Porto Alegre – RS, portadora da CI nº 3.555.415, CPF nº 050.535.009-24, nomeada conforme Decreto nº BLB 271/2011, no cargo de FARMACÊUTICO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003688/2018 datado de 08.10.2018.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a exoneração a partir de 08.10.2018. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº BLB 271/2011.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 08 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA RH-AM 475/2018**

Publicação Nº 1774399

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 475/2018  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3109/09, Artigo 1º.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 11 (onze) dias a partir de 01.10.2018 a 11.10.2018 a Servidora Pública Municipal, Sra JUCELANE LUZZI, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 1.786.107 e CPF nº 669.440.829-34, nomeada conforme Decreto nº JB 80/94, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais e Decreto nº AM 063/2002, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003758/2018 datado de 10.10.2018.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

Decreto de Nomeação nº JB 80/94

17.02.1999 a 16.02.2004 = 11 dias.

Decreto de Nomeação nº AM 063/2002

02.05.2002 a 24.07.2006 = 08 dias.

25.07.2006 a 22.05.2009 = 03 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.10.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA RH-AM 476/2018**

Publicação Nº 1774500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 476/2018  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69

inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 15.10.2018 a 13.11.2018 ao Servidor Público Municipal, Sr. ALEXANDRE RODRIGUES BADOTTI, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê/SC, portador da CI nº 4.525.799 e CPF nº 005.719.499-83, nomeado conforme Decreto AM 096/03, no cargo de PROFESSOR MODALIDADE ESPORTIVA NÍVEL FUNDAMENTAL MÉDIO, com 20 (vinte) horas semanais e Decreto AM 100/2002, no cargo de PROFESSOR MODALIDADE ESPORTIVA NÍVEL MÉDIO, com 10 (dez) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003769/2018 datado de 10.10.2018.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

Decreto AM 096/2003 Mat: 2523

09.06.2009 a 08.06.2012 = 05 dias.

09.06.2012 a 08.06.2015 = 25 dias.

Decreto AM 100/2002 Mat: 2255

09.06.2009 a 08.06.2012 = 05 dias.

09.06.2012 a 08.06.2015 = 25 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 15.10.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA RH-AM 479/2018**

Publicação Nº 1774537

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 479/2018

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AM 042/2017 QUE DESIGNAVA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A DISPOSIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE XANXERÊ.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06,

RESOLVE

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AM 042/2017 que designava ao Serviço de Inspeção Municipal de Xanxerê, de produtos de origem animal o Servidor Público Municipal o Sr. LUIS FERNANDO ASSIS DA SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI nº 5.145.237-2, CPF nº 737.731.409-59 e CRMV-SC 1868/F, nomeado conforme Decreto nº BLB 331/10, no cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, com 40(quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 15 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA RH-AM 480/2018**

Publicação Nº 1774405

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 480/2018

FICA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A DISPOSIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE XANXERÊ.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

Fica a disposição do Serviço de Inspeção Municipal de Xanxerê, o Servidor Público Municipal o Sr. JOÃO RICARDO DACROCE BORTOLI, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI nº 3.451.314, CPF nº 008.518.039-46 e CRMV/SC nº 03496, nomeado conforme Decreto nº AM 199/08, no cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, para desempenhar suas atividades no programa de Inspeção de Produtos de origem animal, exclusivamente no âmbito do Município de Xanxerê.

Determinar que esta disposição fique sob a supervisão da Secretaria Municipal de Agricultura, atendendo ao horário estabelecido pela mesma.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 15 de Outubro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA RH-AM 481/2018**

Publicação Nº 1774406

PORTARIA Nº RH- AM 481/2018

EXONERAR A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Avelino Menegolla

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 35.

RESOLVE

EXONERAR a pedido a partir de 15.10.2018, a Servidora Pública Municipal, a Sra. JURIMI MAIA DE OLIVEIRA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 2.463.701 e CPF nº 716.797.239-87, nomeada conforme Decreto nº GS 233/2014, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003783/2018 datado de 15.10.2018.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº GS 233/2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 15 de Outubro de 2018.

Avelino Menegolla

Prefeito Municipal

**PORTARIA RH-EM 468/2018**

Publicação Nº 1774388

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-EM 468/2018

REVOGAR A GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina, em Exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Complementar Nº AJG 3764/2015, Lei Complementar nº AJG 3800/2015 e Decreto nº AJG 110/2016,

RESOLVE

REVOGAR, a partir de 05.10.2018 a Gratificação Especial da Servidora Pública Municipal a Sra. MONIQUE HAMESTER, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 4.849.674-0 e CPF n.º 009.567.799-21, nomeada conforme Decreto nº BLB 229/10, no cargo de FARMACEUTICA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 05 de Outubro de 2018.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício.

**PORTARIA RH-EM 469/2018**

Publicação Nº 1774391

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-EM 469/2018

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina, em Exercício

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 02.10.2018 a 31.10.2018 ao Servidor Público Municipal Sr. ILONIR ANTONIO GORALSKI, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 2.724.792-9 e CPF n.º 933.437.879-49, nomeado conforme Decreto n.º AM 175/2002, no cargo de MOTORISTA, com 40 (quarenta) horas semanais, e cedido conforme Portaria RH-BLB 386/2009, para desempenhar suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:

31.05.2015 a 30.05.2016 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos legais e administrativos a partir de 02.10.2018. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 05 de Outubro de 2018.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício.

# Xavantina

## PREFEITURA

### ATA PL 061.2018 PMXV

Publicação Nº 1775015

#### ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 061/2018 – Pregão Presencial nº 045/2018

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do Município de Xavantina-SC, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no anexo "C" deste Edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/129118>

Xavantina, 16 de outubro de 2018.

Pregoeiro: CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Equipe de Apoio: VANIA SALETE MIRANDOLLI

JOSELINO LUIZ NAISSINGER

# Xaxim

## PREFEITURA

### **0273. DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO DOS LOTES OFERECIDOS EM GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DENOMINADO "LOTEAMENTO INDUSTRIAL E RESIDENCIAL DA CAMPO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1774926

DECRETO Nº273/2018

DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO DOS LOTES OFERECIDOS EM GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DENOMINADO "LOTEAMENTO INDUSTRIAL E RESIDENCIAL DA CAMPO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica do Municipal e art. 85º 'caput' da lei 4.068/2015, e ainda;

Considerando a vistoria realizada junto ao empreendimento, dando conta da execução de 80% das obras de infraestrutura;

Considerando que foram caucionados 55 (cinquenta e cinco) lotes, de um total de 114 (cento e quatorze) lotes do empreendimento, representado aproximadamente 50% superior prevê a legislação.

Considerando que conforme dispõe o Art. 85, inciso "I", alínea "c" a liberação de 50% dos imóveis caucionados quando da conclusão de 50% das obras.

Considerando que até a presente data não foram liberados lotes caucionados.

Considerando que com a execução de 80% o empreendedor poderá solicitar a liberação de até 86 lotes.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam liberados da garantia a que se refere o Decreto nº 337/2015, os seguintes lotes, todos do loteamento denominado "Loteamento Industrial e Residencial da Campo", aprovado pela Lei nº 4.054/2015, e então caucionados em favor da Administração Pública Municipal de Xaxim:

I – Da quadra 834 – lote: 10, 11, 12, 13 e 14;

II – Da quadra 865 – lote: 01, 02,03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20;

III – Da quadra 836 – lote: 01, 02,03, 04, 05, 06, 07, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20;

IV – Da quadra 837 – lote: 01, 02, 03 e 04;

V – Da quadra 827 – lote: 04;

VI – Da quadra 828 – lote: 08, 09, 10, 11, 12 e 17;

Art. 2º. A liberação referida no artigo anterior dar-se-á automaticamente por força do presente Decreto.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 15 de outubro de 2018.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

### **0274. NOMEIA ORDENADOR PRIMÁRIO DE DESPESAS**

Publicação Nº 1774927

DECRETO Nº 274/2018

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO ORDENADOR DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal, bem como por disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor GEVERSON GIACOMELLI, Secretário Municipal de Administração, como Ordenador de Despesas do Município de Xaxim, bem como autorizado a responder por pagamentos junto a Municipalidade no período de 17 a 19 de outubro de 2018.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 16 de outubro de 2018.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal



**AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 0103/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0059/2018**

Publicação Nº 1774892

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 0103/2018

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 059/2018

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de 01 (um) placar poliesportivo eletrônico com cronômetro e pontuação automáticos destinado ao Centro Integrado de Educação Alberto Ângelo Sordi para utilização de competições dos jogos realizados no local, conforme contrato de apoio financeiro nº. 2018TR0865, vinculado ao Projeto ADR05 0877/2018, celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte e o Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 29 de Outubro de 2018

Abertura dos Envelopes: 09h do dia 29 de Outubro de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0\*\*49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br).

Xaxim/SC, 16 de Outubro de 2018. LÍRIO DAGORT. PREFEITO MUNICIPAL.

# Associações

## AMFRI

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 11 DE 2018

Publicação Nº 1775025

EXTRATO DO CONTRATO nº 11 de 2018.

CONTRATADO: Guesser Assessoria e Desenvolvimento Profissional Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 22.780.278/0001-61.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de assessoria aos serviços administrativos e de controle interno da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro – Faz parte do escopo dos serviços do presente contrato:

- Assessoria na Elaboração e atualizações de Resoluções de compras e Pessoal;
- Assessoria para elaboração de Relatórios da IN 20/2015;
- Assessoria ao envio de e-Sfinge;
- Acompanhamento na execução das compras e execução da folha (auditoria interna) verificando se seguem o estabelecido nas resoluções;
- Assessoria às publicações (transparência) no portal da CONTRATANTE.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: Fica pactuado o prazo de 03 (três) meses, com vigência de 01 de outubro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado no caso de necessidade e de acordo com as vontades das partes, mediante Termo Aditivo.

DO VALOR: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), que será pago em 03 (três) parcelas mensais no importe de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) cada, devendo ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente, não cabendo quaisquer pagamentos de indenização e encargos sociais, devendo a CONTRATADA fornecer nota fiscal, relatório de atividades dos serviços executados e apresentar as certidões negativas de débitos para a liberação dos pagamentos.

Parágrafo Primeiro - Estão incluídas no valor acima apontado todas as despesas da contratada com a execução dos serviços, incluindo-se, eventuais tributos que incidam sobre a consecução do trabalho de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo – Os pagamentos serão realizados mediante transferência bancária eletrônica em favor da Guesser Assessoria e Desenvolvimento Profissional Ltda, em conta corrente a ser indicada pelo CONTRATADO ou de seu representante legal Rodrigo Giacomo Guesser.

Itajaí /SC, 01 de outubro de 2018.

Célio José Bernardino

Secretário-Executivo da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI

## AMMVI

### CONTRATO Nº 35/2018 - GEO CONSULTORIA AMBIENTAL S/S LTDA

Publicação Nº 1774964

CONTRATO – COMPRAS E CONTRATAÇÕES nº 35/2018

DAS PARTES:

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Secretário Executivo;

CONTRATADA: GEO CONSULTORIA AMBIENTAL S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 13.037.645/0001-40, com sede na Servidão da Lua Quarto Crescente, 37, Bairro Ingleses do Rio Vermelho, na cidade de Florianópolis - SC, neste ato representada por Sun Ye Ling Almeida – CPF nº 464.344.611-00, doravante designada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem por objeto Curso de capacitação sobre Licenciamento Ambiental de Cemitérios, conforme a Resolução Consesma 119/2017 e outras relacionadas, direcionado aos servidores municipais da AMMVI, a ser realizado no endereço da CONTRATANTE.

1.2 - Este Contrato vincula-se a proposta apresentada pela CONTRATADA, independentemente de transcrição, bem como ao resultado da autorização para compras e serviços – Processo AMMVI nº 35-2018, para todos os fins de direito

1.2.1 - Os serviços serão prestados a partir da vigência deste contrato, serão executados de acordo com a programação de trabalho abaixo podendo sofrer prorrogação e/ou alteração, justificadamente:

Curso de capacitação presencial com carga horária de 13 horas;

Data: 16 e 17 de outubro de 2018;

Local: Auditório da AMMVI e Cemitério em Blumenau;

EMENTA MÍNIMA DO CURSO DE CAPACITAÇÃO.

- Decomposição dos cadáveres;
- Liberação do necrochorume;
- Contaminação do Solo e contaminação das águas superficiais;
- Aspectos ambientais - problemática ambiental;
- Problemática de má localização dos cemitérios / áreas adequadas e/ inadequadas;
- Passivos ambientais e medidas mitigadoras e remediadoras;
- Legislação ambiental sobre cemitérios, aspectos técnicos;
- Visita técnica.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPONIBILIDADE DE HORÁRIO E DAS DESPESAS EVENTUAIS:

2.1 - O serviço de que trata a cláusula primeira será prestado nos dias 16 e 17 de outubro de 2018, na sede da CONTRATANTE e em um Cemitério no Município de Blumenau, ficando os profissionais da CONTRATADA à disposição o tempo necessário à resolução de eventuais problemas referentes aos serviços previstos neste instrumento.

2.2 - Eventuais despesas de deslocamentos, hospedagem e alimentação dos profissionais da CONTRATADA para prestação do serviço objeto deste Contrato, estão incluídas no preço estabelecido.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

3.1 – Os serviços serão prestados em regime de empreitada por preço global, na modalidade presencial para a carga horária estabelecida, por profissional detentor de capacitação técnica afim com o conteúdo programático do evento, sem prejuízo de interações e orientações posteriores por telefone, e-mail, etc.

3.2 - Para a eficiente consecução dos serviços, os profissionais da empresa CONTRATADA deverão programar previamente os materiais e equipamentos que se fizerem necessários para o evento.

3.3 - Fica também ao encargo da CONTRATADA, prestar assessoria no atendimento das dúvidas dos agentes municipais, pelo prazo máximo de trinta (30) dias da realização do evento, inclusive reportando aos titulares da CONTRATANTE, diretamente envolvidos na execução do objeto deste contrato, as eventuais ocorrências e dificuldades encontradas na prestação dos serviços, oferecendo subsídios para melhoria destes.

3.4 – A CONTRATANTE, a seu critério, poderá excluir ou modificar as atividades previstas e descritas no objeto, como também, incluir novas que venham a contribuir para o melhor atendimento dos serviços, desde que compatibilizadas com a carga horária contratada para os serviços.

3.5 – A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada pela Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente da CONTRATANTE, o qual será também, responsável pelo recebimento dos serviços, modificações, avaliação e aceite.

3.5.1 - Fica delegado atribuição a empregada da CONTRATANTE Simone Gomes Traleski, para acompanhar a execução deste contrato, inclusive procedendo ao controle das atividades no atendimento do objeto deste instrumento.

3.6 - A CONTRATANTE não será responsável por eventual prejuízo sofrido e/ou causado pelos profissionais da CONTRATADA em decorrência deste contrato, bem como não terá qualquer responsabilidade por eventuais encargos fiscais, trabalhistas, civis e/ou sociais relacionados com a execução do objeto contratual pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS:

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, para a prestação integral dos serviços descritos no objeto contratual, o valor global de R\$ 4.780,68. (Quatro mil setecentos e oitenta reais e sessenta e oito centavos), a serem pagos em até cinco dias úteis da realização do evento de capacitação e mediante emissão de boleto bancário ou apresentação de conta corrente.

4.2 - O pagamento será efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços, devidamente conferida e aprovada na forma do item 3.5 deste contrato.

4.2.1 - Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte.

4.2.2 – A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a comprovação dos recolhimentos regulares dos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto contratual para liberação dos pagamentos, não caracterizando mora o eventual atraso de pagamento por causa do não atendimento (comprovação) por parte da CONTRATADA.

4.2.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado competente (item 3.5.1), em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES:

5.1 – A CONTRATADA, além da prestação de serviços objeto deste contrato com qualidade técnica e suficiência, deverá fornecer pessoal, equipamentos e material necessários à execução dos serviços.

5.2 – No caso de qualquer fato emergencial relacionados com os serviços objetos deste contrato a CONTRATADA deverá adotar as providências necessárias ao pronto atendimento da situação, independentemente do horário que o mesmo venha a ocorrer.

5.3 – Compete, ainda, a CONTRATADA:

I – Disponibilizar Instrutor para ministrar o curso no local solicitado pela CONTRATANTE;

II - Responder, exclusivamente, pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento deste contrato;

III – Manter sigilo absoluto das informações da CONTRATANTE processadas pela CONTRATADA e das demais informações geradas na execução dos serviços.

5.4 – Os danos e/ou prejuízos que venham a ocorrer por culpa da CONTRATADA serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo estipulado em notificação administrativa, sob pena de multa (cláusula sexta).

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:

6.1 - A parte que infringir quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, bem como perdas e danos e correção monetária com base no INPC/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

6.2 – Fica estabelecido o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso na realização dos serviços e/ou no atraso injustificado para a entrega integral do objeto contratado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE ENTREGA E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

7.1 - Imediatamente após a assinatura do termo de Contrato, a CONTRATADA deverá dar início ao preparativo dos serviços, que serão executados em dois dias, observadas as condições previstas na programação do evento e/ou nas cláusulas contratuais.

7.2 – Este contrato tem início de vigência da data de sua assinatura e término em 17 de outubro de 2018, podendo ser prorrogado, de comum acordo, mediante termo.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA INEXISTENCIA DE VINCULO EMPREGATICIO:

8.1 - Cabe a CONTRATADA assumir, de forma exclusiva, todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias advindas da relação com seus empregados envolvidos no objeto do presente Termo.

8.2 - A CONTRATANTE se isenta de quaisquer responsabilidades sobre encargos provenientes de relações empregatícias da CONTRATADA.

8.3 - A CONTRATANTE não indica ou direciona a contratação de pessoas para prestar os serviços inerentes ao objeto deste instrumento e não pratica quaisquer atos de ingerência na administração da CONTRATADA.

8.4 - O presente contrato não gera vínculo empregatício, não tendo os profissionais da CONTRATADA qualquer dever de subordinação direta aos agentes da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA NONA – DO DEVER DE RESSARCIMENTO:

9.1 - A CONTRATANTE não responde, subsidiária ou solidariamente, tanto na esfera civil, trabalhista, tributária, securitária, penal, entre outras, pelos atos e omissões, dolosas e culposas praticadas pela CONTRATADA, resguardado àquela o direito de regresso em caso de eventual condenação.

9.2 - A CONTRATADA responderá por eventuais prejuízos causados ao patrimônio e aos bens da CONTRATANTE, inclusive daqueles colocados à disposição para o atendimento dos serviços de que trata este contrato.

#### CLAUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

10.1 - A presente contratação fundamenta-se no artigo 6º, X, da Resolução AMMVI nº 12/06, e alterações posteriores, bem como nas disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo de outras normas específicas.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO:

11.1 - O presente Instrumento de Contrato será rescindido, a critério da CONTRATANTE, independente de Interpelação Judicial ou Notificação Judicial/Extrajudicial, em qualquer fase de execução, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização de qualquer espécie, quando esta:

I - Descumprir as obrigações contratuais, salvo se a CONTRATANTE optar pela aplicação de multa prevista na cláusula sexta deste instrumento;

II - Transferir a terceiros no todo ou em parte, a execução do objeto do presente Instrumento de Contrato, sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE;

III – Sofrer dissolução ou liquidação ou ter sido decretado sua falência, uma vez consumada a impossibilidade de recuperação judicial.

11.2 - Reserva-se, ainda, à CONTRATANTE, o direito de rescindir imotivadamente o presente Instrumento de Contrato, no todo ou em parte, mediante aviso com antecedência mínima de 7 (sete) dias, sem que lhe seja imposta quaisquer multas e/ou indenização.

11.3 - Convindo as Partes, poderá o presente Instrumento de Contrato ser rescindido por mútuo acordo, desde que esta rescisão não traga prejuízo à CONTRATANTE.

11.4 - Quaisquer que sejam as hipóteses de rescisão do presente Instrumento de Contrato fica a CONTRATADA responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias/sociais dela decorrentes.

11.5 - Havendo pendências, as Partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Contrato, as responsabilidades de cada uma das Partes pelo cumprimento do objeto do presente Instrumento de Contrato.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o foro da comarca de Blumenau/SC, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios envolvendo este contrato.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes para os fins de direito.

Blumenau (SC), 08 de outubro de 2018.

CONTRATANTE JOSÉ RAFAEL CORREA Secretário Executivo	CONTRATADO GEO CONSULTORIA AMBIENTAL S/S LTDA Sun Ye Ling Almeida
SIMONE GOMES Gestora do Contrato	

### AMUREL

#### CT\_14 - WELSON COELHO JUNIOR

Publicação Nº 1774971

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS Nº. 014/2018

Que fazem entre si, a AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida a Rua Rio Branco, nº. 67, na cidade de Tubarão/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.998.170/0001-71, representada por seu titular o Prefeito Robson Jean Back, Presidente da AMUREL, de ora em diante denominada CONTRATANTE, e do outro lado, a Welson Coelho Junior, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Av Pedro Zappellini, apto 204, em Gravatal – SC, inscrita no CNPJ sob nº 30.868.055/0001-89, neste ato, representada por seu proprietário Welson Coelho Junior, de ora em diante denominada CONTRATADA, que pactuam o presente Contrato, pelas cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto deste contrato é o desenvolvimento, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, do Sistema Cosip compreendendo as seguintes ferramentas:

##### 1. Desenvolvimento: Web

(1) Primeira etapa – entrega em 60 dias;

(a) Login:

(i) - Tela principal com a relação de chamados;

(ii) - Formulário de chamado novo;

(iii) - Atendimento;

(iv) - Gerenciamentos

(v) - Utilitários;

(vi) - Controle de estoque;

(2) Segunda etapa – até conclusão do contrato

(a) - Dashboard;

(b) - Ajuda;

## 2. Desenvolvimento:App:

(1) Primeira etapa – entrega em 60 dias;

(a) Formulário de chamado - novo

(b) Consulta de protocolo sem login

(c) Login

(i) - Encaminhamento de atendimento;

(ii) - Atendimento da Terceira com baixa de estoque;

(2) Segunda etapa - até conclusão do contrato

(a) -Incluir tempo (horas) de atendimento automatizada;

(b) Incluir rota para terceirizada;

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Contratada se compromete a prestar os serviços de forma continuada, na sede da Contratante, ou em local a ser indicado por esta, nos seguintes períodos:

· Entrega da primeira parte do projeto em 60 (sessenta) dias;

· Entrega da segunda parte até termino do contrato;

· Suporte do sistema de forma continua na vigência do contrato;

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DA REMUNERAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATADA receberá á título de remuneração pelos serviços executados, a importância de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), que será dividida em 12 (doze) parcelas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que serão pagas até o décimo dia do mês subsequente à prestação de serviços. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal relativo aos serviços prestados, até o dia 21 de cada mês, anexando a esta, o relatório circunstanciado com as atividades realizadas durante o período, devendo ainda conter no corpo da Nota o banco, nº. da agência e conta corrente na pessoa jurídica para depósito.

## CLÁUSULA QUARTA

### DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá sua vigência a partir do dia 02 de julho de 2018 à 30 de junho de 2019, podendo ser prorrogado por simples termo aditivo, por igual período, desde que as partes estejam de pleno acordo.

## CLÁUSULA QUINTA

### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se à:

a) fornecer à CONTRATADA todos os documentos e informações necessárias para a realização dos serviços;

b) proporcionar todos os meios para o bom desempenho das funções da CONTRATADA;

c) disponibilizar estrutura física necessária para a execução dos serviços, quando esta se der em sua sede;

d) informar, com antecedência razoável, as datas em que haverá reunião com os técnicos das prefeituras, para a participação da pessoa técnica da CONTRATADA;

d) Comunicar, quando for o caso, qualquer anormalidade na execução do serviço;

e) Arcar com despesas relativas a deslocamento, hospedagem, alimentação e inscrições, quando achar necessária a participação da CONTRATADA em eventos de interesse da CONTRATANTE fora do Município de Tubarão.

f) Cumprir e fazer cumprir este Contrato

g) Publicar em sitio oficial de internet cópia integra do referido contrato.

## CLÁUSULA SEXTA

### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se à:

Cabe à CONTRATADA:

a) realizar expediente na associação compreendendo no mínimo um dia da semana;

b) realizar o registro de todo atendimento a associado em sistema interno da associação (ticket-grupo.amurel.org.br);

c) realizar serviços objeto deste contrato, inclusive dar orientação por meio de pessoal técnico qualificado, de modo presencial, via contato telefônico ou por meio eletrônico;

d) disponibilizar pessoal técnico capacitado para participar nas reuniões relativas ao objeto contratado, inclusive nos eventos que a CONTRATANTE entenda necessário;

e) arcar com todas as despesas inerentes à execução do objeto, incluindo encargos comerciais, operacionais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

f) registrar os serviços prestados, na forma como indicada pela CONTRATANTE;

g) disponibilizar à CONTRATANTE os arquivos e documentos que forem elaborados por seus técnicos, referente à execução do objeto contratado;

h) Informar por escrito à Contratante toda e qualquer anormalidade na execução dos trabalhos;

i) Emitir relatório dos serviços prestados com o número dos atendimentos no sistema de uso interno (ticket-grupo.amurel.org.br) e encaminhar anexa à Nota Fiscal do mês correspondente no prazo previsto neste instrumento;

j) Fornecer à CONTRATANTE a qualquer tempo, todas as informações que lhes forem solicitadas;

k) Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA

**DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS**

A CONTRATADA prestará os serviços profissionais ora ajustados, através de pessoal devidamente qualificado e com experiência necessária, que integre seu quadro de pessoal ou tenha sido ela contratada, não gerando qualquer vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e quaisquer empregados ou contratados da CONTRATADA, ficando sob sua responsabilidade o pagamento dos salários e dos encargos trabalhistas e previdenciários ou quaisquer outras despesas decorrentes da prestação de serviços ora contratados, bem como o planejamento e a fiscalização do trabalho do pessoal técnico, o qual não estará subordinado à CONTRATANTE.

**CLÁUSULA OITAVA****DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do Orçamento anual da Amurel.

**CLÁUSULA NONA****DO INADIMPLENTO**

Na hipótese de dissolução por inadimplemento total, parcial ou mora, ficará a parte inadimplente obrigada ao pagamento a parte inocente, da multa irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do objetivo não realizado durante o prazo contratual, sem prejuízo das perdas e danos.

**CLÁUSULA DÉCIMA****DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, quando devidamente comunicado ou no prazo seu de vigência, sem prejuízo do cumprimento das demais cláusulas contratuais.

Este Contrato também será rescindido caso haja o descumprimento de qualquer cláusula pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA****DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Teoria Geral dos Contratos e do Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA****DO FORO**

Para dirimir questões resultantes do presente contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Tubarão/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA****DISPOSIÇÕES FINAIS**

E por terem convencionado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em três vias de igual teor e forma, para que surta todos os efeitos legais.

Tubarão, 02 de julho de 2018

Robson Jean Back  
Presidente da AMUREL

Welson Coelho Junior  
Proprietário

Testemunhas:

Everson Guimarães Celso Heidemann



# Consórcios

## CIGA

### PORTARIA N.º 17, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1774677

Portaria n.º 17, de 17 de outubro de 2018.

Dispõe sobre a rescisão contratual sem justa causa e por iniciativa do empregado (demissão), Senhor Rodrigo Valceli Raimundo, emprego público de Analista de Sistemas do quadro de pessoal do CIGA, e dá outras providências.

O Diretor Executivo do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; artigo 26, inciso II, e artigo 27, ambos do Contrato de Consórcio Público do CIGA; artigo 36, artigo 47, artigo 48, inciso IV, e artigo 59, inciso III, §2º, todos do Estatuto do CIGA; e demais legislação cogente;

Considerando o 'Pedido de Demissão de Emprego Público' do Analista de Sistemas, Sr. Rodrigo Valceli Raimundo, datado de 24 de setembro de 2018, o qual foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em 28 de setembro de 2018, Edição n.º 2641, página 1609;

#### RESOLVE:

Art. 1.º. Rescindir o Contrato de Trabalho, sem justa causa e por iniciativa do Empregado (demissão), a partir do dia 18 de outubro de 2018, do Senhor Rodrigo Valceli Raimundo, inscrito no CPF sob o n.º 052.543.269-80, matrícula n.º 7, emprego público de Analista de Sistemas do quadro de pessoal do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), nos termos do art. 59, inc. III, §2º, do Estatuto do CIGA.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Florianópolis, 17 de outubro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## CIMCATARINA

### RESOLUÇÃO 0058\_2018

Publicação Nº 1775240

Resolução n. 0058/2018

Dispõe Sobre Nomeação do Cargo em Comissão de Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional para Exercício da Função de Controlador Interno do CIMCATARINA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

#### RESOLVE:

Art.1º Nomear Sra. Micheli Cluves Dick, inscrita no CPF sob n. 040.752.179-81 RG n. 4.260.232, SSP/SC, empregada pública efetiva no cargo de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV, para exercer cargo em comissão de Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional, desempenhando as funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público, no Estatuto e em especial para o exercício da Função de Controlador Interno do CIMCATARINA.

Art. 2º. A nomeação prevista nesta Resolução deverá ser levada a apreciação da Assembleia Geral do Consórcio CIMCATARINA, para ratificação, nos termos do artigo 23, VII, do Protocolo de Intenções.

Florianópolis SC, 17 de outubro de 2018.

LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA

Prefeito de Abdon Batista

Presidente do CIMCATARINA

**CIMVI****REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018/001 - PASSAGENS AÉREAS**

Publicação Nº 1760281

-----  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018/001

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: WEBTRIP Agência de Viagens e Turismo LTDA ME

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, cancelamento, remarcação e fornecimento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, e correlatos em atendimento às necessidades do CIMVI, em conformidade com a Licitação Pregão Presencial nº 006/2018 e anexos, na forma que segue:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS (Estimativa de valores a serem alocados para a totalidade da aquisição)	PERCENTUAL DE DESCONTO POR PASSAGEM
01	01	UN	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.	120.000,00*	12,80%

\*Os valores acima são estimativos, podendo variar para mais ou para menos.

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações)

Timbó, 18 de Abril de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente  
-----**CIS NORDESTE****PORTARIA Nº 002/2018 - CISNORDESTE/SC**

Publicação Nº 1774172

PORTARIA Nº 002/2018, de 01 de outubro de 2018

Define normas para implantação da flexibilização dos horários de trabalho, de horas extras, banco de horas e dá outras providências.

ANA MARIA GROFF JANSEN, Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 31 do Contrato de Consórcio Público, datado de 10 de dezembro de 2013, considerando o Acordo Coletivo de Trabalho de 24 de abril de 2018.

Art. 1º Os empregados terão seus horários de entrada e saída flexibilizados, podendo o ingresso no período matutino ser das 7:00 às 9:00hrs, a saída no período matutino das 11:00 às 13:00hrs. No período vespertino, a entrada deverá ser das 12:00 às 14:00hrs, e a saída das 16:00 às 18:00hrs.

Parágrafo Primeiro: É obrigatória a realização de intervalo mínimo para almoço de pelo menos 30 minutos, que pode ser entre 11:00hrs e 14:00hrs.

Parágrafo Segundo: Conforme a carga horária de cada empregado, podendo ser de 8, 6 ou 4 horas, de acordo com sua contratação, é obrigatória realização de sua carga horária contratual mensalmente.

Parágrafo Terceiro: A alteração do turno de trabalho para os empregados que realizam 4 horas diárias, deverá ter anuência da chefia imediata.

Parágrafo Quarto: Os registros de entrada e saída serão realizados através de cartão ponto eletrônico.

Parágrafo Quinto: A presente flexibilização deve ocorrer de forma a não alterar o número de horas da jornada mensal do empregado, sendo que, caso haja horas negativas no período de apuração mensal, devem as mesmas serem compensadas dentro do próprio período de apuração.

Parágrafo Sexto: Caso não seja possível a compensação das horas negativas dentro do período de apuração, serão descontadas as horas faltantes em folha, salvo autorização expressa da Diretoria Executiva para a compensação no período seguinte.

Art. 2º Não será permitida a compensação citada no Parágrafo Quinto com:

I - As horas para descanso;

II - Férias, ressalvado, no caso de faltas não justificadas, o disposto no art. 130 caput e incisos da CLT.

Art. 3º O horário extraordinariamente laborado será pago como Hora Extra ou somado ao Banco de Horas do Empregado, conforme sua opção e observado o seguinte:

I - O empregado somente poderá trabalhar em horário extraordinário mediante a apresentação antecipada de comunicado formal e com autorização superior;

II - Em casos excepcionais, o comunicado poderá ser feito no dia seguinte;

III - Quando o empregado for "convocado" formalmente para participar de algum curso, seminários, reuniões, entre outros, será computado o horário de traslado/locomoção e/ou do tempo que exceder sua jornada de trabalho, não considerando como hora extra o período de repouso;

IV - Quando o empregado for "convidado" a participar de algum curso, seminário, reunião, entre outros, não será computado o horário de traslado/locomoção, nem o tempo que exceder sua jornada de trabalho no evento;

V - As compensações do banco de horas não poderão ultrapassar o ano de exercício de realização, sendo pagas como horas extras ao findar o ano de exercício;

§ 1º Para fins do inciso III deste artigo, considera-se como convocação quando a chefia requisitar, mediante formulário Anexo I, a presença do empregado;

§ 2º Para fins do inciso IV deste artigo, considera-se como convite quando a chefia sugerir informalmente e/ou o empregado solicitar.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Joinville, 01 de outubro de 2018.

Ana Maria Groff Jansen

Diretora Executiva

#### ANEXO I - FORMULÁRIO REQUISICÃO PARTICIPAÇÃO EM EVENTO

Solicitante:

Data:

--	--	--	--

Participante:

Nome do evento:

Período:

Local:

Objetivo:

Autorização: De acordo participante:

Ana Maria Groff Jansen

Diretora Executiva

---

**CIS/AMFRI**

---

#### EXTRATO DE CONTRATO DL Nº 01/2018

Publicação Nº 1775021

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. DL 01/2018

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de assessoria aos serviços administrativos e de controle interno do CONTRATANTE, composto pelos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo.

Parágrafo Primeiro - Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência do Processo de Dispensa de Licitação nº 01/2018 – Processo Administrativo nº 01/2018.

Parágrafo Segundo – Faz parte do objeto e detalhamento da contratação o que segue abaixo:

- Assessoria para elaboração de Relatórios da IN 20/2015;
- Assessoria ao envio de e-Sfinge;

- Acompanhamento (auditoria) para cumprimento da IN 20/2015;
- Assessoria na elaboração de resoluções/decretos pertinentes o CONTRATANTE;
- Assessoria às publicações (transparência) no portal do CONTRATANTE

Fundamento Legal: Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 01/2018 e em observância às disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações vide Decreto nº 9.412 de 18 de Junho de 2018 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da dispensa de licitação nº 01/2018.

Valor Global: Para o pleno desenvolvimento do presente termo, o CONTRATANTE repassará o valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), em 03 (três) parcelas no importe de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) cada, devendo ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente a prestação efetuada.

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos serão formalizados através de transferência bancária eletrônica em favor da CONTRATADA, em conta corrente a ser indicada pela CONTRATADA, juntamente com a apresentação de nota fiscal nos respectivos valores, certidões negativas e comprovação dos relatórios de atividades.

Contratado: GUESSER ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 22.780.278/0001-61, com sede à Rua Virgilino Ferreira de Souza, nº 348, Bairro Barreiros, na cidade de São José/SC, CEP. 88117-700, neste ato representada por seu Sócio, Sr. Rodrigo Giacomo Guesser, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 928.684.289-91, residente e domiciliado à Rua Virgilino Ferreira de Souza, nº 348, Bairro Barreiros, na cidade de São José/SC, CEP. 88117-700.

Vigência: O presente contrato terá sua vigência por prazo determinado, iniciando na data da sua assinatura e findando em 31/12/2018, podendo ser renovado de acordo com a vontade das partes mediante Termo Aditivo e em conformidade a legislação vigente.

Itajaí/SC, 01 de outubro de 2018.

Célio José Bernardino

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

## **EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2018**

Publicação Nº 1775020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2018

Nº. Processo: 01/2018.

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de assessoria aos serviços administrativos e de controle interno do CIS-AMFRI, composto pelos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo.

Total de Itens Licitados: 00001.

Fundamento Legal: LICITAÇÃO DISPENSÁVEL NA FORMA DO §8º DO ART. 23 C/C ART. 24, INCISO II E PARÁGRAFO PRIMEIRO DA LEI FEDERAL 8.666/93 E DECERETO Nº 9.412/2018, EXPERTISE, ESTRUTURA E PREÇO.

Ratificação e Homologação em 01/10/2018 – Célio José Bernardino - Diretor Administrativo CIS-AMFRI.

Valor: de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Contratada: GUESSER ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 22.780.278/0001-61.

Itajaí/SC, 01 de outubro de 2018.

Célio José Bernardino

Diretor Administrativo – CIS-AMFRI.

**CIS/AMMVI****ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2018 - INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Publicação Nº 1775001

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89 / 2018

PREGÃO ELETRÔNICO 16 / 2017

(Vigência de 15/10/2018 até 19/01/2018)

CONTRATAÇÃO LICITANTE, PARA ATENDER SALDO REMANESCENTE NOS TERMOS DO INCISO IV, ART. 24 DA LEI Nº 8.666/1993, E DA RESOLUÇÃO Nº 234/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, registrar o valor da empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, situada na Rua Rubens Derks, nº 105, bairro Industrial, CEP 99706-300, Erechim/RS, neste ato representado pelo Sr. Sedinei R. Stivens, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento do saldo remanescente do item abaixo relacionado, de forma parcelada e constantes no objeto do referido certame, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ao Anexo III da Resolução nº 120, de 15/08/2016 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI e no Edital de Pregão Eletrônico nº 16/2017, e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata de Registro de Preços Geral, e em conformidade com as disposições a seguir:

Considerando a Resolução nº 234/2018, que declarou caso de emergência, autorizando a contratação direta, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei 8.666/93, para eventual aquisição de saldo remanescente dos medicamentos, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de saldo remanescente do medicamento abaixo relacionado, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 16/2017.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 14 (quatorze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo III do Edital de Pregão Eletrônico nº 16/2017, na forma programada pelo Consórcio Público.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ 12.889.035/0001-02					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
314	Tramadol Cloridrato, 50 mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas	TEUTO	41.630 am-polas	R\$ 0,530	R\$ 22.063,900

**3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 A validade desta Ata de Registro de Preços será de 15/10/2018 até 19/01/2019).

**4. DO PRAZO DE ENTREGA**

4.1 Os fornecedores terão o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo III, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc., ressalvado a ocorrência da prorrogação estabelecida no subitem 18.6.1.3 do Edital.

**5. DO TRANSPORTE DOS PRODUTOS**

5.1 O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) mesmo(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

5.2 O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos.

5.3 O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

5.4 Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.



5.5 Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o Consórcio. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

5.6 A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

## 6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

6.2 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no artigo 78, incisos I a XVIII.

6.3 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, das obrigações assumidas pelas empresas participantes, ou do contrato, poderá o CISAMVI aplicar à empresa as seguintes sanções:

6.3.1. advertência;

6.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

6.3.3. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;

6.3.4. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Ata;

6.3.5 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do inadimplido.

6.3.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

6.3.7 A multa moratória prevista no item 18.6.1.3 do Edital é inacumulável com as multas sancionatórias previstas no Edital, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

6.3.8 Aplicar-se-á a multa prevista no item 18.6.1.5 do Edital, no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter se esgotado o prazo para fornecimento do objeto requerido na Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.

6.3.9 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos, ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto, sob pena de aplicação da multa prevista no item 18.6.1.4 do Edital, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista no item 18.6.1.5 do Edital, caso o mesmo não seja aceito.

6.3.10 O fornecedor ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 18.6.1.4 do edital por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo CISAMVI.

6.3.11 Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios Consorciados, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3.12 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

6.3.13 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.

6.3.14 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

6.3.15 As multas eventualmente aplicadas, deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

## 7. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 Os preços não serão reajustados durante a Ata de Registro de Preços.

7.2 Os preços podem ser revistos durante a validade das Atas de Registro de Preços, conforme condições estabelecidas nos subitens 18.7.2 e 19.1.1 do Edital.

7.3 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

7.4 A quantidade relacionada no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 16/2017 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade, o preço unitário permanecerá inalterado.

7.5 Caso a empresa fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, o(s) fornecedor(es) vencedor(es) deverá(ão) substituir o produto, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação para o produto substituto proposto.

7.6 Todas as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 16/2017 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

Blumenau/SC, 11 de outubro de 2018.

Cleones Hostins Sedinei R. Stivens  
CISAMVI INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

## CIS/AMURC

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 050/2017

Publicação Nº 1774373

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 050/2017, firmado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC E S. POSTAREK CLINICA PARA ATENDIMENTO PEDIATRICOS EIRELI -ME, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO CISAMURC, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrito no CNPJ nº 03.887.256/0001-50 com sede na Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas/SC, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente ADELMO ALBERTI, e, de outro lado S. POSTAREK CLINICA PARA ATENDIMENTO PEDIATRICOS EIRELI -ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 27.812.054/0001-08 situada na Rua Paulo Ritzmann, 460 Bairro Centro, município de Canoinhas/PR, neste ato representada por sua representante legal, Srª Sabrina Postarek Curi, brasileira, solteira, médica, portadora da cédula de identidade nº 3.937.116-8 SSP/PR e CPF nº 585.728139-34 com endereço profissional situado ao endereço da empresa já mencionado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato firmado em 19 de junho de 2017 nos termos da legislação em vigor e de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de duração do contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a o item "6", que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até o dia 19 de junho 2019, podendo ser renovado através de termo aditivo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E, por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Canoinhas, 18 de junho de 2018.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC	S. POSTAREK CLINICA PARA ATENDIMENTO PEDIATRICOS EIRELI -ME
ADELMO ALBERTI	SABRINA POSTAREK CURI
Contratante	
Testemunhas:	Contratada

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

### SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 008/2016

Publicação Nº 1774356

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 008/2016, firmado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC e CENTRO DE NEUROCIRURGIA E NEUROLOGIA DO PLANALTO NORTE EIRELI - EPP, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO CISAMURC, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrito no CNPJ nº 03.887.256/0001-50 com sede na Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas/SC, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente Adelmo Alberti, e, de outro lado CENTRO DE NEUROCIRURGIA E NEUROLOGIA DO PLANALTO NORTE EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 22.780.270/0001-03, situada na Rua Francisco de Paula Pereira, 1616, Bairro Centro, município de Canoinhas, SC, neste ato representada pelo seu representante



legal, o Sr. Andrei Leite de Moraes, brasileiro, casado, médico, portador do RG nº 25544322-5 SSP-SP e inscrito no CPF sob nº 285.209.468-10, com endereço profissional situado ao endereço da empresa já mencionado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato firmado em 01 de junho de 2016, nos termos da legislação em vigor e de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de duração do contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Fica alterada a o item "6", que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até o dia 01 de junho de 2019, podendo ser renovado através de termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E, por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Canoinhas, 31 de maio de 2018.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CI-SAMURC	Centro de Neurocirurgia e Neurologia do Planalto Norte Eireli - EPP
Adelmo Alberti	Andrei Leite de Moraes
Contratante	
Testemunhas:	Contratada

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 15/2016**

Publicação Nº 1774364

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 015/2016, firmado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS E DA FALA, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO CISAMURC, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrito no CNPJ nº 03.887.256/0001-50 com sede na Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas/SC, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente ADELMO ALERTI, e, de outro lado ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS E DA FALA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 83.74.7477/0001-62, situada na Avenida General Bormann, 532, Bairro Centro, município de Porto União, Santa Catarina, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Eufrazio Xavier de Barros, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº 3.991.167 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 253.465.639-20, com endereço profissional situado ao endereço da empresa já mencionado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato firmado em 01 de junho de 2016, nos termos da legislação em vigor e de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de duração do contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Fica alterada a o item "6", que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até o dia 31 de maio de 2019, podendo ser renovado através de termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E, por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Canoinhas, 01 de junho de 2018.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CI-SAMURC	Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e da Fala
Adelmo Alberti	Eufrázio Xavier de Barros
Contratante	
Testemunhas:	Contratada

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

## SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 24/2016

Publicação N° 1774377

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N° 024/2016, firmado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC e CLÍNICA DE CIRURGIAS ODONTOLÓGICAS LTDA-ME, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO CISAMURC, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrito no CNPJ nº 03.887.256/0001-50 com sede na Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas/SC, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente Adelmo Alberti , e, de outro lado CLINICA DE CIRURGIAS ODONTOLÓGICAS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 18.000.564/0001-90, situada na Rua Paula Pereira, 799, bairro centro, município de Canoinhas, SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Sergio Thomaz Langer Filho, brasileiro, solteiro, cirurgião dentista, portador do RG nº 3115320 ssp e inscrito no CPF sob nº 007.746.169-03, com endereço profissional situado ao endereço da empresa já mencionado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato firmado em 01 de junho de 2016, nos termos da legislação em vigor e de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de duração do contrato.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a o item "6", que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até o dia 31 de maio de 2019, podendo ser renovado através de termo aditivo.

### CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E, por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Canoinhas, 01 de junho de 2018.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CI-SAMURC	CLINICA DE CIRURGIAS ODONTOLÓGICAS LTDA-ME
Adelmo Alberti	Sergio Thomaz Langer Filho
Contratante	
Testemunhas:	CONTRATADA

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**CIS/AMURES****CONTRATO Nº 34/2018 - CIS/AMURES**

Publicação Nº 1774321

CONTRATO 34/2018

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES, inscrito no CNPJ sob n.º 07.383.800/0001-88, com sede na Rua Nossa Senhora dos Prazeres nº 62, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: J CARLOS PEIXER DA COSTA, inscrita no CNPJ sob nº 30.222.015/0001-65 estabelecida na Rua Josaphat Lenzi, Nº 522, em Lages/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pela Prefeita, Sra. Fernanda de Souza Cordova, portadora do CPF nº 007.142.639-66, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa J CARLOS PEIXER DA COSTA, neste ato representada pelo Sr. José Carlos Peixer da Costa portadora do CPF nº 590.921.309-15 de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo de dispensa de licitação nº 01/2018, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto a aquisição de um purificador de água.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

O prazo do contrato terá início na data da assinatura até 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é(são) o(s) especificado(s), na tabela abaixo:

EMPRESA:	J CARLOS PEIXER DA COSTA					
CNPJ:	30.222.015/0001-65					
ITEM	QTD	UND	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	UND	PURIFICADOR DE ÁGUA 2L PA 355 - BRANCO	LATINA	R\$ 745,00	R\$ 745,00
TOTAL						R\$ 745,00

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) PAGAMENTO(S)**

4.1 Será(ão) efetuado(s), em até 30 (trinta) dias da(s) entrega(s), com a da(s) Nota(s) Fiscal(is), decorrente(s), nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato e demais Documentos inerentes ao Processo.

**CLÁUSULA QUINTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

5.1 O(s) valor(es) ofertado(s) na proposta poderá(ão) ser revisto(s), desde que devidamente requerido(s), demonstrado(s) através de planilha(s), plenamente justificado(s) e aprovado(s) pelo Contratante;

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 O objeto deste contrato será adquirido com recursos provenientes do contrato de repasse nº 907383/16-003.

6.2 As despesas decorrentes da presente contratação são oriundas da dotação 4.4.90.00.00.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, de seu(s) Anexo(s), da proposta e do Contrato, decorrente.

7.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

7.4 Oferecer garantia mínima de 12 meses para os produtos cotados.

7.5 Comprometer-se a substituir o equipamento que venha a apresentar defeitos em até 10 dias, contando da recepção da notificação, sem qualquer ônus para a contratante.

7.6 Oferecer assistência técnica no período da garantia, em até 48 horas, a contar da data da solicitação

7.7 Nos termos art. 7º, XV, da Portaria/Interministerial 424/2016, fica estabelecida a responsabilidade pela qualidade dos equipamentos e materiais fornecidos, com a devida readequação, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer o ajustado.

7.8 Prazo de entrega em até 10 dias contados a partir da data de solicitação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação.

8.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão.

8.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital.

8.4 Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste Contrato.

8.5 Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

8.6 Conferir a nota fiscal/fatura de prestação de serviços mensalmente para pagamento, e ocorrendo irregularidades, solicitar à CONTRATADA a imediata correção.

#### Cláusula NONA – do RECEBIMENTO

9.1 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

9.2 O(s) produto(s) que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

10.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

10.3. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIS/AMURES, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

10.4 No caso de o convocado não assinar o Contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o CIS/AMURES se reserva ao direito de convocar outro Licitante, observada a ordem de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP e, assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o Licitante para obtenção de preço menor;

10.5 Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

10.6 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2014, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E PRORROGAÇÃO

11.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

11.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, na forma prescrita pelo art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES/SC, em 06 de Outubro de 2018.

Fernanda de Souza Cordova  
Presidente CISAMURES

José Carlos Peixer da Costa  
J CARLOS PEIXER DA COSTA

Zenalda M. V. de Moraes  
Assessoria Jurídica

### CITMAR

#### EXTRATO DE CONTRATO DL Nº 11/2018

Publicação Nº 1775019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. DL 11/2018

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de assessoria aos serviços administrativos e de controle interno do CONTRATANTE, composto pelos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo.

Parágrafo Primeiro - Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência do Processo de Dispensa de Licitação nº 11/2018 – Processo Administrativo nº 14/2018.

Parágrafo Segundo – Faz parte do objeto e detalhamento da contratação o que segue abaixo:

- Assessoria para elaboração de Relatórios da IN 20/2015;
- Assessoria ao envio de e-Sfinge;
- Acompanhamento (auditoria) para cumprimento da IN 20/2015;
- Assessoria na elaboração de resoluções/decretos pertinentes o CONTRATANTE;
- Assessoria às publicações (transparência) no portal do CONTRATANTE

Fundamento Legal: Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 14/2018 e em observância às disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações vide Decreto nº 9.412 de 18 de Junho de 2018 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da dispensa de licitação nº 11/2018.

Valor Global: Para o pleno desenvolvimento do presente termo, o CONTRATANTE repassará o valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), em 03 (três) parcelas no importe de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) cada, devendo ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente a prestação efetuada.

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos serão formalizados através de transferência bancária eletrônica em favor da CONTRATADA, em conta corrente a ser indicada pela CONTRATADA, juntamente com a apresentação de nota fiscal nos respectivos valores, certidões negativas e comprovação dos relatórios de atividades.

Contratado: GUESSER ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 22.780.278/0001-61, com sede à Rua Virgílio Ferreira de Souza, nº 348, Bairro Barreiros, na cidade de São José/SC, CEP. 88117-700, neste ato representada por seu Sócio, Sr. Rodrigo Giacomo Guesser, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 928.684.289-91, residente e domiciliado à Rua Virgílio Ferreira de Souza, nº 348, Bairro Barreiros, na cidade de São José/SC, CEP. 88117--700.

Vigência: O presente contrato terá sua vigência por prazo determinado, iniciando na data da sua assinatura e findando em 31/12/2018, podendo ser renovado de acordo com a vontade das partes mediante Termo Aditivo e em conformidade a legislação vigente.

Itajaí/SC, 01 de outubro de 2018.  
Célio José Bernardino  
Diretor Executivo CITMAR

## **EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2018**

Publicação Nº 1775017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 11/2018

Nº. Processo: 14/2018.

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de assessoria aos serviços administrativos e de controle interno do CITMAR, composto pelos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo.

Total de Itens Licitados: 00001.

Fundamento Legal: LICITAÇÃO DISPENSÁVEL NA FORMA DO §8º DO ART. 23 C/C ART. 24, INCISO II E PARÁGRAFO PRIMEIRO DA LEI FEDERAL 8.666/93 E DECRETO Nº 9.412/2018, EXPERTISE, ESTRUTURA E PREÇO.

Ratificação e Homologação em 01/10/2018 – Célio José Bernardino - Diretor Executivo CITMAR.

Valor: de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Contratada: GUESSER ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 22.780.278/0001-61.

Itajaí/SC, 01 de outubro de 2018.  
Célio José Bernardino  
Diretor Executivo - CITMAR.

**CONDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PROC 15.2018 - PP 14.2018 - CBUQ SACA 25KG**

Publicação Nº 1774411

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CONS INTER DES REGIONAL - CONDER**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 15/2018  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2018**

No dia 10 do mês de Outubro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) CONS INTER DES REGIONAL - CONDER, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.773.012/0001-54, com sede administrativa localizada na Rua Padre Aurelio Canzi, 1628, bairro Centro, CEP nº. 89900-000, nesta cidade de São Miguel do Oeste/SC, representado pelo(a) PRESIDENTE DO CONDER, o Sr(a). GENESIO BRESSIANI, inscrito no CPF sob o nº. 707.799.379-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 14/2018, Processo Licitatório nº. 15/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de CBUQ - Asfalto Usinado à quente para aplicação a frio embalado em sacas de 25 kg, conforme especificações e detalhes constantes no anexo I deste edital. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
85	BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI	1
84	EVANDRO LUIS DE OLIVEIRA - ASFALTOS	
86	PARANA NORTE TECNOLOGIA EM ASFALTOS LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI	20.053.056/0001-11	RENAN FELIPE RADAVELLI	055.893.899-09
EVANDRO LUIS DE OLIVEIRA - ASFALTOS	29.651.888/0001-04	JACKSON DANIEL AROLDI	032.758.539-02
PARANA NORTE TECNOLOGIA EM ASFALTOS LTDA	18.702.297/0001-00		-

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de CBUQ - Asfalto Usinado à quente para aplicação a frio embalado em sacas de 25 kg, conforme especificações e detalhes constantes no anexo I deste edital.  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ÍTEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Fornecedor: 85 - BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CBUQ - Asfalto Usinado à quente para aplicação a frio embalado em sacas de 25 kg, com Laudo de laboratório acreditado pelo INMETRO, contendo CAP 50/70, com temperatura aproximada de 120°C, preparada com agregados pétreos, estocável por até 24 meses, sempre dosado por aditivo com composto químico exclusivo retardador de cura, garantida em qualquer temperatura ou situação climatológica. (Obs.: Entregue nos municípios)	SC	BRASIL SUL /	10.000,000	25,0000	250.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CONS INTER DES REGIONAL - CONDER**

Página: 2/7  
Processo Nº.: 15/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CONS INTER DES REGIONAL - CONDER**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 15/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CONS INTER DES REGIONAL - CONDER**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 15/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CONS INTER DES REGIONAL - CONDER**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 15/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CONS INTER DES REGIONAL - CONDER**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 15/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CONS INTER DES REGIONAL - CONDER**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 15/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel do Oeste, 10 de Outubro de 2018.

\_\_\_\_\_  
**GENESIO BRESSIANI**  
**PRESIDENTE DO CONDER**

**Empresas Participantes:**

BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI

CNPJ: 20.053.056/0001-11 \_\_\_\_\_

EVANDRO LUIS DE OLIVEIRA - ASFALTOS

CNPJ: 29.651.888/0001-04 \_\_\_\_\_

PARANA NORTE TECNOLOGIA EM ASFALTOS LTDA

CNPJ: 18.702.297/0001-00 \_\_\_\_\_

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROC 15.2018 - PP 14.2018 - CBUQ SACA 25KG**

Publicação Nº 1774415

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CONS INTER DES REGIONAL - CONDER</b>  CNPJ: 23.773.012/0001-54 Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 14/2018 - PR</b>  Processo Administrativo: 15/2018 Processo de Licitação: 15/2018 Data do Processo: 25/09/2018  Folha: 1/1
---	--

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Presidente Do Conder, GENESIO BRESSIANI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 15/2018  
b) Licitação Nr.: 14/2018-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 10/10/2018  
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de CBUQ - Asfalto Usinado à quente para aplicação a frio embalado em sacas de 25 kg, conforme especificações e detalhes constantes no anexo I deste edital.

					(em Reais R\$)	
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:						
	Unid.	Qtde	Desclo (%)	Preço Unitário	Total do Item	
<b><u>BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI (85)</u></b>						
1	CBUQ - Asfalto Usinado à quente para aplicação a frio embalado em sacas de 25 kg, com Laudo de laboratório acreditado pelo INMETRO, contendo CAP 50/70, com temperatura aproximada de 120°C, preparada com agregados pétreos, estocável por até 24 meses, sempre dosado por aditivo com composto químico exclusivo retardador de cura, garantida em qualquer temperatura ou situação climatológica. (Obs.: Entregue nos municípios) - Marca: BRASIL SUL ASFALTOS	SC	10.000,00	0,0000	25,00	250.000,00
Total do Fornecedor:					250.000,00	
Total Geral:					250.000,00	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

GENESIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER